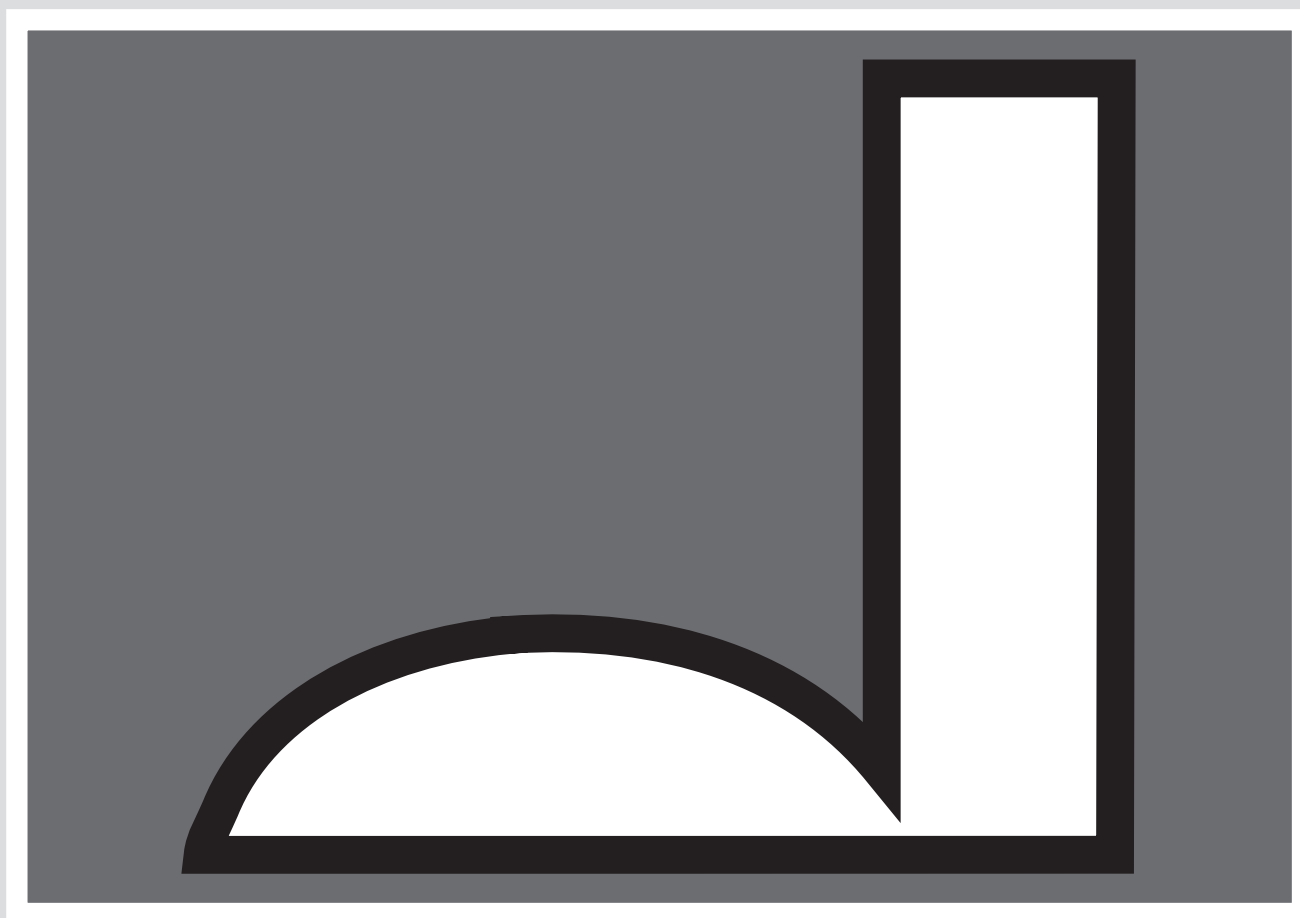




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

**SECRETARIA-GERAL DA MESA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 53ª LEGISLATURA
RESENHA MENSAL
(269, II, DO RISF)
(PERÍODO DE 1º A 31 DE MAIO DE 2008)
E
ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES**

ANO LXIII - SUP. AO Nº 78 - TERÇA-FEIRA, 3 DE JUNHO DE 2008 - BRASILIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL	
PRESIDENTE Garibaldi Alves Filho - (PMDB-RN) (2) 1º VICE-PRESIDENTE Tião Viana - (PT-AC) 2º VICE-PRESIDENTE Alvaro Dias - (PSDB-PR) 1º SECRETÁRIO Efraim Morais - (DEM-PB) 2º SECRETÁRIO Gerson Camata - (PMDB-ES)	3º SECRETÁRIO César Borges - (PR-BA) (1) 4º SECRETÁRIO Magno Malta - (PR-ES) Suplentes de Secretário 1º - Papaléo Paes - (PSDB-AP) 2º - Antonio Carlos Valadares - (PSB-SE) 3º - João Vicente Claudino - (PTB-PI) 4º - Flexa Ribeiro - (PSDB-PA)

LIDERANÇAS

Maioria (PMDB) - 20 Líder Valdir Raupp - PMDB Líder do PMDB - 20 Valdir Raupp Vice-Líderes do PMDB Almeida Lima Valter Pereira Leomar Quintanilha Neuto De Conto Wellington Salgado de Oliveira	Bloco de Apoio ao Governo (PT/PR/PSB/PC DO B/PP/PRB) - 21 Líder Ideli Salvatti - PT Vice-Líderes João Ribeiro Renato Casagrande Inácio Arruda Marcelo Crivella Francisco Dornelles Líder do PT - 12 Ideli Salvatti Vice-Líderes do PT Eduardo Suplicy Fátima Cleide Flávio Arns Líder do PR - 4 João Ribeiro Vice-Líder do PR Expedito Júnior Líder do PSB - 2 Renato Casagrande Vice-Líder do PSB Antonio Carlos Valadares Líder do PC DO B - 1 Inácio Arruda Líder do PP - 1 Francisco Dornelles Líder do PRB - 1 Marcelo Crivella	Bloco Parlamentar da Minoria (DEM/PSDB) - 25 Líder Mário Couto - PSDB Vice-Líderes Heráclito Fortes Flexa Ribeiro Demóstenes Torres Eduardo Azeredo Adelmir Santana João Tenório Kátia Abreu Papaléo Paes Líder do DEM - 13 José Agripino Vice-Líderes do DEM Kátia Abreu Jayme Campos Raimundo Colombo Líder do PSDB - 12 Arthur Virgílio Vice-Líderes do PSDB Marconi Perillo Alvaro Dias Marisa Serrano
PTB - 8 Líder Epitácio Cafeteira - PTB Vice-Líder Sérgio Zambiasi	PSOL - 1 Líder José Nery - PSOL	Governo Líder Romero Jucá - PMDB Vice-Líderes Delcídio Amaral Antonio Carlos Valadares João Pedro Gim Argello
PDT - 4 Líder Osmar Dias - PDT		

EXPEDIENTE	
Agaciel da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Cláudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Secretaria de Taquigrafia

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – SECRETARIA-GERAL DA MESA	
1.1 – RESENHA MENSAL (período de 1º a 31 de maio de 2008).....	5
2 – ATAS DE COMISSÕES	
2.1 – COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS – CAE	
ATA DA 10ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, ORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 06 DE MAIO DE 2008, ÀS 10:00 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.....	65
ATA DA 11ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS E 12ª DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL E 16ª DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA, EM CONJUNTO, EM 08 DE MAIO DE 2008, ÀS 14:00 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 03 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.....	83
ATA DA 12ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, EXTRAORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 13 DE MAIO DE 2008, ÀS 10:30 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.....	113
2.2 – COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS – CAS	
ATA DA 9ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA REALIZADA NO DIA 07 DE MAIO DE 2008, QUARTA-FEIRA, ÀS 11:00 HORAS.....	143
ATA DA 10ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, CONJUNTA COM A 4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 07 DE MAIO DE 2008, QUARTA-FEIRA.....	154
ATA DA 11ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA REALIZADA NO DIA 14 DE MAIO DE 2008, QUARTA-FEIRA, ÀS 11:00 HORAS.....	173
ATA DA 12ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA REALIZADA NO DIA 15 DE MAIO DE 2008, QUINTA-FEIRA, ÀS 10:00 HORAS.....	194
2.2.1 – SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE – CASSAUDE	
ATA DA 4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE, CONJUNTA COM A 10ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 07 DE MAIO DE 2008, QUARTA-FEIRA.....	214
2.3 – COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE – CE	
ATA DA 15ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 16 DE ABRIL DE 2008.....	234
ATA DA 16ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 22 DE ABRIL DE 2008.....	254
ATA DA 17ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE E 4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 29 DE ABRIL DE 2008.....	271
ATA DA 18ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 06 DE MAIO DE 2008.....	297

ATA DA 19ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 07 DE MAIO DE 2008.....

317

ATA DA 20ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 13 DE MAIO DE 2008.....

336

ATA DA 21ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE E 5ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 20 DE MAIO DE 2008.....

350

2.4 – COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE – CMA

ATA DA 9ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 06 DE MAIO DE 2008, ÀS 11:30 HORAS.....

381

ATA DA 10ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 08 DE MAIO DE 2008, ÀS 09:00 HORAS.....

394

ATA DA 11ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 13 DE MAIO DE 2008, ÀS 11:30 HORAS.....

416

ATA DA 12ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 15 DE MAIO DE 2008, ÀS 09:00 HORAS.....

425

2.5 – COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL – CRE

ATA DA 10ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 29 DE ABRIL DE 2008, ÀS 10:30 HORAS.....

456

ATA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 08 DE MAIO DE 2008, ÀS 10 HORAS.....

470

2.6 – COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA – CRA

ATA DA 9ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 16 DE ABRIL DE 2008.....

481

ATA DA 10ª REUNIÃO (CONJUNTA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, 4ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS E 13ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 14 DE MAIO DE 2008.....

500

2.7 – COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA – CCT

ATA DA 13ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 30 DE ABRIL DE 2008.....

529

ATA DA 14ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 07 DE MAIO DE 2008.....

568

ATA DA 15ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 14 DE MAIO DE 2008.....

577

SENADO FEDERAL**SECRETARIA-GERAL DA MESA****2ª Sessão Legislativa Ordinária da
53ª Legislatura - 2008****Resenha Mensal
(269, II, do RISF)
(Período de 1º a 31/05/2008)****A – SECRETARIA DE COORDENAÇÃO LEGISLATIVA
DO SENADO FEDERAL****I – MEDIDAS PROVISÓRIAS****Total 9****1. Aprovadas na forma de Projeto de Lei de Con-
versão e enviadas à sanção: Total 5**

Projeto de Lei de Conversão nº 9, de 2008 (Medida Provisória nº 411, de 2007), que dispõe sobre o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – PROJOVEM, instituído pela Lei nº 11.129, de 30 de junho de 2005; altera a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004; revoga dispositivos das Leis nºs 9.608, de 18 de fevereiro de 1998, 10.748, de 22 de outubro de 2003, 10.940, de 27 de agosto de 2004, 11.129, de 30 de junho de 2005, e 11.180, de 23 de setembro de 2005; e dá outras providências.

Sessão: 20.05.2008

Projeto de Lei de Conversão nº 10, de 2008 (Medida Provisória nº 412, de 2007), que dispõe sobre a prorrogação do Regime Tributário para Incentivo à Modernização e à Ampliação da Estrutura Portuária – REPORTO, instituído pela Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004, e altera as Leis nºs 11.033, de 21 de dezembro de 2004, e 9.433, de 8 de janeiro de 1997.

Sessão: 28.05.2008

Projeto de Lei de Conversão nº 11, de 2008 (Medida Provisória nº 416, de 2008), que altera a Lei nº 11.530, de 24 de outubro de 2007, que institui o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI.

Sessão: 28.05.2008

Projeto de Lei de Conversão nº 12, de 2008 (Medida Provisória nº 417, de 2008), que altera e acresce dispositivos a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, que dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas – SINARM e define crimes.

Sessão: 28.05.2008

Projeto de Lei de Conversão nº 14, de 2008 (Medida Provisória nº 413, de 2008), que dispõe sobre medidas

tributárias destinadas a estimular os investimentos e a modernização do setor de turismo, a reforçar o sistema de proteção tarifária brasileiro, a estabelecer a incidência de forma concentrada da Contribuição para o PIS/PASEP e da contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS na produção e comercialização de álcool; altera as Leis nºs 10.865, de 30 de abril de 2004, 11.488, de 15 de junho de 2007, 9.718, de 27 de novembro de 1998, 11.196, de 21 de novembro de 2005, 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 10.833, de 29 de dezembro de 2003, 7.689, de 15 de dezembro de 1982, 9.250, de 26 de dezembro de 1995, 11.051, de 29 de dezembro de 2004, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, 8.213, de 24 de julho de 1991, 7.856, de 24 de outubro de 1989, e a Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.

Sessão: 28.05.2008**2. Aprovadas na forma de Projeto de Lei de Con-
versão, com emendas, e devolvidas à Câmara dos
Deputados: Total 2**

Projeto de Lei de Conversão nº 13, de 2008 (Medida Provisória nº 415, de 2007), que Proíbe a venda de bebidas alcoólicas às margens de trecho rural de rodovia federal, modifica as Leis nºs 9.503, de 23 de setembro de 1997, Código de Trânsito Brasileiro, para proibir que a pessoa que possua qualquer concentração de álcool no sangue conduza veículo automotor, e 9.294, de 15 de julho de 1996; e dá outras providências.

Sessão: 20.05.2008

Projeto de Lei de Conversão nº 8, de 2008 (Medida Provisória nº 410, de 2007), que Acrescenta artigo à Lei nº 5.889, de 8 de junho de 1973, criando o contrato de trabalhador rural por pequeno prazo; estabelece normas transitórias sobre a aposentadoria do trabalhador rural; prorroga o prazo de contratação de financiamentos rurais de que trata o § 6º do art. 1º da Lei nº 11.524, de 24 de setembro de 2007; e altera as Leis nºs 8.171, de 17 de janeiro de 1991, 7.102, de 20 de junho de 1993, 9.017, de 30 de março de 1995, e 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991.

Sessão: 27.05.2008**3. Aprovadas na íntegra e enviadas à promulga-
ção Total 2**

Medida Provisória nº 408, de 2007, que abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de R\$ 3.015.446.182,00, (três bilhões, quinze milhões, quatrocentos e quarenta e seis mil, cento e oitenta e dois reais), para os fins que especifica.

Sessão: 06.05.2008

Medida Provisória nº 409, de 2007, que abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de R\$ 750.465.000,00 (setecentos e cinquenta milhões, quatrocentos e sessenta e cinco mil reais), para os fins que especifica.

Sessão: 06.05.2008

II – PROJETOS DE LEI APROVADOS E ENVIADOS À SANÇÃO

De iniciativa do Presidente da República	2
De iniciativa do Senado Federal	2
De iniciativa da Câmara dos Deputados	3
De iniciativa do TST	3
Total	10

Projeto de Lei da Câmara nº 7, de 2005, (nº 160/2003, na Casa de origem), que acrescenta art. 2º à Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994, que regulamenta o art. 236 da Constituição Federal e dá outras providências. (Estabelecendo competência privativa ao Executivo dos Estados e do DF para outorga da delegação para o exercício da atividade notarial e de registro).

Sessão: 08.05.2008

Projeto de Lei da Câmara nº 15, de 2008 (nº 7505/2006, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que Institui o Estatuto do Garimpeiro e dá outras providências.

Sessão: 08.05.2008

Projeto de Lei da Câmara nº 4, de 2008, (nº 1641/2003, na Casa de origem), que altera dispositivos do art. 36 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. (Inclui a Filosofia e a Sociologia como disciplinas obrigatórias no Ensino Médio).

Sessão: 08.05.2008

Projeto de Lei da Câmara nº 21, de 2008 (nº 7708/2006, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que altera a categoria da unidade de conservação Parque Nacional dos Pontões Capixabas para Monumento Natural dos Pontões Capixabas, nos Municípios de Pancas e Águia Branca, no Estado do Espírito Santo.

Sessão: 08.05.2008

Projeto de Lei do Senado nº 340, de 1999 (nº 2.669/2000, na Câmara dos Deputados), de iniciativa do Senador Gerson Camata, que dispõe sobre a instituição do Dia Nacional do Imigrante Italiano e dá outras providências.

Sessão: 08.05.2008

Projeto de Lei da Câmara nº 122, de 2007 (nº 2.334/2003, na Casa de origem), de iniciativa do Tri-

bunal Superior do Trabalho, que dispõe sobre a criação de cargos de provimento efetivo, cargos em comissão e funções comissionadas no Quadro Permanente de Pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região e dá outras providências.

Sessão: 08.05.2008

Projeto de Lei da Câmara nº 17, de 2008 (nº 4858/2005, na Casa de origem) de iniciativa do Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, que dispõe sobre a transformação de Funções Comissionadas no Quadro de Pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região (BA) e dá outras providências.

Sessão: 08.05.2008

Projeto de Lei da Câmara nº 16, de 2008 (nº 6778/2002, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, que dispõe sobre a transformação e criação de funções comissionadas no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região (SC) e dá outras providências.

Sessão: 08.05.2008

Projeto de Lei da Câmara nº 110, de 2007 (nº 1.140/2007, na Casa de origem), que inscreve o nome do Marechal Osório no Livro dos Heróis da Pátria.

Sessão: 08.05.2008

Projeto de Lei do Senado nº 234, de 2003, de autoria do Senador Jefferson Peres, que altera a Lei nº 3419, de 5 de julho de 1958, e determina outras providências (Autoriza o Poder Executivo a doar as porções que integram o terreno situado na cidade de Manaus, Estado do Amazonas, incorporada ao patrimônio da União Federal em virtude do deferimento, em seu favor, de herança jacente de Júlia Costa e Zulmira Amorim).

Sessão: 08.05.2008

III – PROPOSIÇÕES APROVADAS E ENVIADAS À CÂMARA DOS DEPUTADOS

De iniciativa do Senado Federal	10
Total	10

Projeto de Lei do Senado nº 121, de 2007, de iniciativa do Senador Tião Viana, que dispõe sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente por Estados, Distrito Federal, Municípios e União em ações e serviços públicos de saúde, os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas três esferas de governo.

Sessão: 06.05.2008

Projeto de Lei do Senado nº 702, de 2007, de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito do Apagão Aéreo, que altera a Lei nº 7.565, de 1986 (Código Brasi-

leiro de Aeronáutica), para prever a divulgação da lista de passageiros nos casos de acidentes aéreos.

Sessão: 08.05.2008

Projeto de Lei do Senado nº 703, de 2007, de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito do Apagão Aéreo, que altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), para dispor sobre a distribuição de horários de pouso e decolagem (slots) em aeroportos congestionados.

Sessão: 08.05.2008

Projeto de Lei do Senado nº 704, de 2007, de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito do Apagão Aéreo, que altera a Lei nº 6.009, de 26 de dezembro de 1973, que dispõe sobre a utilização e a exploração dos aeroportos, das facilidades à navegação aérea e dá outras providências; e o Decreto-Lei nº 1.896, de 17 de dezembro de 1981, que dispõe sobre a utilização de instalações e serviços destinados a apoiar e tornar segura a navegação aérea, e revoga a Lei nº 7.920, de 12 de dezembro de 1989; a Lei nº 8.399, de 7 de janeiro de 1992; e a Lei nº 9.825, de 23 de agosto de 1999, para desonerar as tarifas aeroportuárias e aeronáuticas e autorizar a sua gradação conforme o grau de saturação e o horário de utilização dos respectivos serviços.

Sessão: 08.05.2008

Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2004 (nº 816/2003, na Casa de origem) que altera a Lei nº 9425, de 24 de dezembro de 1996, que dispõe sobre a concessão de pensão especial às vítimas do acidente nuclear ocorrido em Goiânia, Estado de Goiás.

Sessão: 08.05.2008

Projeto de Lei do Senado nº 209, de 2003, do Senador Antônio Carlos Valadares, que dá nova redação a dispositivos da Lei nº 9613, de 3 de março de 1998, objetivando tornar mais eficiente a persecução penal dos crimes de lavagem de dinheiro.

Sessão: 08.05.2008

Projeto de Lei do Senado nº 217, de 2006, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que altera o art. 83 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal para autorizar a instalação de salas de aulas nos presídios.

(Decisão Terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Sessão: 08.05.2008

Projeto de Lei do Senado nº 624, de 2007, de autoria do Senador Tasso Jereissati, que altera o art. 116 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para condicionar

a celebração de convênios com pessoas jurídicas de direito privado a prévio processo seletivo.

(Decisão Terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Sessão: 08.05.2008

Projeto de Lei do Senado nº 424, de 2007, de autoria da Senadora Lucia Vânia, que acrescenta parágrafos ao art. 49 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências, renumerando o atual parágrafo único, para impor ao fornecedor a obrigação de advertir o consumidor, de forma clara e destacada, do direito de arrependimento previsto no art. 49 e dá outras providências.

(Decisão terminativa da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle)

Sessão: 28.05.2008

Projeto de Lei do Senado nº 690, de 2007, de autoria do Senador Gerson Camata, que acrescenta inciso XVII ao art. 51 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para considerar abusiva a cláusula contratual que obrigue o consumidor a pagar pela emissão do carnê de pagamento ou do boleto bancário.

(Decisão terminativa da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle)

Sessão: 28.05.2008

IV – PROPOSIÇÕES APROVADAS E ENVIADAS À PROMULGAÇÃO

De iniciativa do Senado Federal 9

De iniciativa da Câmara dos Deputados 18

Total 27

Projeto de Resolução do Senado nº 5, de 2008, de autoria da Comissão de Assuntos Econômicos, que autoriza o Estado do Piauí a firmar o terceiro Termo Aditivo de Retificação e de Ratificação ao Contrato de Abertura de Crédito e de Compra e Venda de Ações sob Condição, celebrado entre a União e o Estado em 26 de fevereiro de 1999.

Sessão: 08.05.2008

Projeto de Resolução do Senado nº 6, de 2008 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão do Parecer nº 104, de 2008, Relator: Senador Francisco Dornelles), que autoriza a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo, no valor total de sete milhões, cento e cinquenta mil dólares dos Estados Unidos da América, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Sessão: 08.05.2008

Projeto de Resolução do Senado nº 15, de 2008, de autoria da Comissão de Assuntos Econômicos, que autoriza o Estado de São Paulo a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o consórcio de bancos privados japoneses liderado pelo Sumitomo Mitsui Banking Corporation, no valor, em ienes, equivalente a até US\$ 535,000,000.00 (quinhentos e trinta e cinco milhões de dólares dos Estados Unidos da América).

Sessão: 08.05.2008

Projeto de Resolução do Senado nº 16, de 2008, de autoria da Comissão de Assuntos Econômicos, que autoriza o Município de Campo Grande-MS, a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de até US\$ 19,382,000.00 (dezenove milhões e trezentos e oitenta e dois mil dólares dos Estados Unidos da América), cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do “Programa de Desenvolvimento Integrado e Qualificação Urbana de Campo Grande”, no âmbito do Pró-cidades.

Sessão: 08.05.2008

Projeto de Resolução do Senado nº 17, de 2008, de autoria da Comissão de Assuntos Econômicos, que autoriza o Estado de São Paulo a contratar operação de crédito externo, com garantias da União e do Japan Bank for International Cooperation (JBIC), com um consórcio de bancos privados japoneses liderados pelo Sumitomo Mitsui Banking Corporation, no valor, em ienes japoneses, equivalentes a até US\$ 95,000,000.00 (noventa e cinco milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, destinados ao financiamento adicional do Programa da Linha 4 do Metrô de São Paulo.

Sessão: 08.05.2008

Projeto de Resolução do Senado nº 18, de 2008, de autoria da Comissão de Assuntos Econômicos, que autoriza o Estado de São Paulo a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento, no valor de até noventa e cinco milhões de dólares dos Estados Unidos da América.

Sessão: 08.05.2008

Projeto de Resolução do Senado nº 19, de 2008, de autoria da Comissão de Assuntos Econômicos, que autoriza o Município de Chapecó, Estado de Santa Catarina, a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, junto ao Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata (Fonplata), no valor de até quatorze milhões, setecentos e cinquenta mil dólares dos Estados Unidos da América, cujos recur-

sos destinam-se ao financiamento parcial do Projeto de Expansão da Infra-Estrutura Viária de Chapecó
Sessão: 08.05.2008

Projeto de Resolução do Senado nº 20, de 2008, de autoria da Comissão de Assuntos Econômicos, que autoriza o Estado de São Paulo a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), no valor de até quinhentos e cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América.

Sessão: 08.05.2008

Projeto de Resolução do Senado nº 95, de 2007, de autoria do Senador Sérgio Guerra, que denomina “Senador Antônio Farias” o edifício-sede da Secretaria de Telecomunicações do Senado Federal.

Sessão: 08.05.2008

Projeto de Decreto Legislativo nº 366, de 2007 (nº 220/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Campinaverdense para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campina Verde, Estado de Minas Gerais.

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 26.05.2008

Projeto de Decreto Legislativo nº 377, de 2007 (nº 277/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Mercosul Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Três Pontas, Estado de Minas Gerais.

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 26.05.2008

Projeto de Decreto Legislativo nº 391, de 2007 (nº 224/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Difusora Içara Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Içara, Estado de Santa Catarina.

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 26.05.2008

Projeto de Decreto Legislativo nº 399, de 2007 (nº 246/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação de Difusão Comunitária de Mara Rosa (Adicomar) para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mara Rosa, Estado de Goiás.

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 26.05.2008

Projeto de Decreto Legislativo nº 402, de 2007 (nº 250/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Rádio Cultura Comunitária FM de São Miguel do Oeste para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina.

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 26.05.2008

Projeto de Decreto Legislativo nº 413, de 2007 (nº 72/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Jardim de Angicos/RN – ACCCJA/RN para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jardim de Angicos, Estado do Rio Grande do Norte.

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 26.05.2008

Projeto de Decreto Legislativo nº 414, de 2007 (nº 76/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Baía Formosa/RN – ACCCBFRN para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Baía Formosa, Estado do Rio Grande do Norte.

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 26.05.2008

Projeto de Decreto Legislativo nº 422, de 2007 (nº 175/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Rádio Comunitária Águas Frias para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Águas Frias, Estado de Santa Catarina.

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 26.05.2008

Projeto de Decreto Legislativo nº 432, de 2007 (nº 231/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Organização para a Cidadania e Desenvolvimento de Umarizal Terezinha de Souza Fonseca – Ocidesf para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Umarizal, Estado do Rio Grande do Norte.

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 26.05.2008

Projeto de Decreto Legislativo nº 439, de 2007 (nº 284/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio FM

do Porto Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Porto União, Estado de Santa Catarina.

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 26.05.2008

Projeto de Decreto Legislativo nº 449, de 2007 (nº 182/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Cultural Lagopedrense para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lago da Pedra, Estado do Maranhão.

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 26.05.2008

Projeto de Decreto Legislativo nº 463, de 2007 (nº 306/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Desportiva, Cultural e Comunitária Terra Roxa para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Terra Roxa, Estado de São Paulo.

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 26.05.2008

Projeto de Decreto Legislativo nº 476, de 2007 (nº 303/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Cruzeiro Vale FM de Radiodifusão para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cruzeiro, Estado de São Paulo.

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 26.05.2008

Projeto de Decreto Legislativo nº 478, de 2007 (nº 305/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à AMG Publicidade e Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Nioaque, Estado de Mato Grosso do Sul.

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 26.05.2008

Projeto de Decreto Legislativo nº 483, de 2007 (nº 338/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Palmeira para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Palmeira, Estado do Paraná.

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 26.05.2008

Projeto de Decreto Legislativo nº 487, de 2007 (nº 309/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Baionense de Rádio Difusão Comunitária – Abarco para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Baião, Estado do Pará.

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 26.05.2008

Projeto de Decreto Legislativo nº 4, de 2008 (nº 332/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação de Moradores e Amigos de Serranópolis do Iguaçu – Amasi para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Serranópolis do Iguaçu, Estado do Paraná.

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 26.05.2008

Projeto de Decreto Legislativo nº 21, de 2008 (nº 205/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Rádio Comunidade São João FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São João do Polesine, Estado do Rio Grande do Sul.

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 26.05.2008

V – ESCOLHA DE CHEFES DE MISSÃO DIPLOMÁTICA

Total 6

Mensagem nº 33, de 2008 (nº 6/2008, na origem), pela qual o Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor Marcelo Andrade de Moraes Jardim, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil, junto à República da Turquia.

Sessão: 06.05.2008

Mensagem nº 60, de 2008 (nº 153/2008, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor João Batista Cruz, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil em Santa Lúcia.

Sessão: 13.05.2008

Mensagem nº 67, de 2008 (nº 178/2008, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal a indicação da Senho-

ra Marília Sardenberg Zelner Gonçalves, Ministra de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República Eslováquia.

Sessão: 13.05.2008

Mensagem nº 69, de 2008 (nº 191/2008, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor Antonio Luiz Espínola Salgado, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Islâmica do Irã.

Sessão: 13.05.2008

Mensagem nº 73, de 2008 (nº 206/2008, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor Raul de Taunay, Ministro de Segunda Classe, da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Zimbábue, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Malauí.

Sessão: 14.05.2008

Mensagem nº 72, de 2008 (nº 205/2008, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor Carlos Antonio da Rocha Paranhos, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil na Federação da Rússia, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Geórgia e a República do Uzbequistão.

Sessão: 14.05.2008

VI – ESCOLHA DE AUTORIDADES

Total 1

Parecer nº 307, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Ofício nº S/1, de 2008 (nº 2.111/2007, na origem), da Câmara dos Deputados, submetendo à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor Francisco Maurício Rabelo de Albuquerque Silva para compor o Conselho Nacional do Ministério Público.

Sessão: 14.05.2008

VII – REQUERIMENTOS DE HOMENAGEM DE PESAR

Total 3

Requerimento nº 516, de 2008, de autoria do Senador Eptácio Cafeteira, solicitando, nos termos do art. 218, combinado com o art. 220 do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em Ata de voto de profundo pesar; apresentação de condolências à família, à Câmara dos Deputados e ao Estado de São Paulo e levantamento da Sessão, pelo falecimento do Deputado Ricardo Izar.

Sessão: 05.05.2008

Requerimento nº 518, de 2008, de autoria do Senador João Ribeiro, solicitando, nos termos do art. 218, do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de voto de pesar e apresentação de condolências à família pelo falecimento do Prefeito de Gurupi – TO, Sr. João Cruz.

Sessão: 06.05.2008

Requerimento nº 637, de 2008, de autoria do Senador Garibaldi Alves Filho e outros Senhores Senadores, solicitando, em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido hoje, dia 23 de maio, em Manaus, as seguintes homenagens: inserção em ata de voto de profundo pesar; apresentação de condolências à família e ao Estado do Amazonas; levantamento da Sessão.

Sessão: 23.05.2008

VIII – REQUERIMENTOS DE SESSÕES ESPECIAIS E HOMENAGENS NO PERÍODO DO EXPEDIENTE

Total 9

Requerimento nº 329, de 2008, de autoria do Senador Gin Argelo, solicitando nos termos do art. 199 do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para realização de Sessão Especial para comemoração dos Duzentos anos de Criação dos Dragões da Independência.

Sessão: 06.05.2008

Requerimento nº 321, de 2008, de autoria do Senador Jarbas Vasconcelos, solicitando, nos termos do art. 160 do Regimento Interno do Senado Federal, que o tempo destinado aos oradores do Expediente da Sessão de 7 de agosto de 2008, seja dedicado a homenagear a memória do Médico e Geógrafo Josué de Castro pelo transcurso do centenário de seu nascimento, aditado pelo **Requerimento nº 470, de 2008**, de autoria do Senador Cristovam Buarque, solicitando sessão especial, no dia 04/09/2008, destinada a homenagear o médico, pesquisador e ex-Deputado Federal Josué de Castro, em comemoração ao centenário de seu nascimento; e pelo **Requerimento nº 570, de 2008**, de autoria dos Senadores Jarbas Vasconcelos, Cristovam Buarque e outros senhores senadores, solicitando que a sessão

especial destinada a homenagear a memória do médico e geógrafo Josué de Castro, seja remarcada para o dia 7 de agosto do corrente.

Sessão: 08.05.2008

Requerimento nº 213, de 2008, de autoria do Senador Sérgio Guerra, solicitando, nos termos do art. 199 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Sessão Especial no dia 25 de junho de 2008, para comemoração dos 20 (vinte) anos de fundação do Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB.

Sessão: 14.05.2008

Requerimento nº 534, de 2008, de autoria do Senador Gerson Camata, solicitando, nos termos do art. 160, combinado com o art. 199, ambos do Regimento Interno do Senado Federal, que o tempo dos oradores do Período do Expediente da Sessão do Senado Federal, no dia 05 de junho de 2008, seja destinado a homenagear a entidade multiprofissional Confederação Nacional das Profissões Liberais – CNPL, por oportunidade do transcurso de seu 54º aniversário de fundação.

Sessão: 27.05.2008

Requerimento nº 645, de 2008, de autoria do Senador Cristóvam Buarque e outros Senhores Senadores, solicitando, nos termos do art. 199 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Sessão Especial do Senado, no dia 27 de junho de 2008, destinada a homenagear o ex-senador Jefferson Peres, no transcurso do trigésimo dia de seu falecimento, ocorrido no dia 23 de maio de 2008; e **Requerimento nº 650, de 2008**, de autoria do Senador Senador Arthur Virgílio e outros Senhores Senadores, solicitando a realização de Sessão Especial do Senado em homenagem póstuma ao Senador Jefferson Péres.

Sessão: 27.05.2008

Requerimento nº 581, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando, com fundamento nos arts. 154, § 5º, e 199, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Sessão Solene Especial destinada a homenagear a memória do intelectual e ex-senador Artur da Távola.

Sessão: 29.05.2008

Requerimento nº 370, de 2008, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, solicitando nos termos do art. 160 do Regimento Interno do Senado Federal, que o período do Expediente da Sessão do Senado Federal do dia 20 de agosto de 2008 seja destinado a homenagear a Maçonaria brasileira, pelo transcurso do Dia do Maçom.

Sessão: 29.05.2008

Requerimento nº 697, de 2008, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti e outros Senhores Senadores, requerendo, em aditamento ao Requerimento nº 370, de 2008, que seja realizada Sessão Especial, em homenagem à Maçonaria Brasileira, pelo transcurso do Dia do Maçom, a realizar-se no dia 20 de agosto.

Sessão: 29.05.2008

IX – REQUERIMENTOS DE INFORMAÇÕES APRECIADOS PELA MESA

Total 27

1) Requerimentos de Informações Aprovados

Total 23

Requerimento nº 220, de 2008, de autoria da Senadora Kátia Abreu, solicitando ao Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário informações sobre pedidos de titularização de propriedades rurais em tramitação nas Superintendências Regionais do INCRA.

(Aprovado na 3ª Reunião da Mesa do Senado Federal, realizada em 06.05.2008)

Requerimento nº 278, de 2008, de autoria do Senador Antonio Carlos Júnior, solicitando ao Ministro de Estado da Defesa, informações sobre investimentos realizados, pela Infraero, nos aeroportos de Congonhas, Guarulhos e o Internacional de Salvador.

(Aprovado na 3ª Reunião da Mesa do Senado Federal, realizada em 06.05.2008)

Requerimento nº 365, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando ao Ministro da Justiça, informações da Polícia Federal acerca do tráfico de mulheres do Amazonas para casas de prostituição em garimpos na região de fronteira.

(Aprovado na 3ª Reunião da Mesa do Senado Federal, realizada em 06.05.2008)

Requerimento nº 226, de 2008, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, solicitando ao Ministro de Estado das Relações Exteriores, referente a atos internacionais.

(Aprovado na 3ª Reunião da Mesa do Senado Federal, realizada em 06.05.2008)

Requerimento nº 282, de 2008, de autoria do Senador Álvaro Dias, solicitando ao Ministro de Estado da Educação, informações sobre folhas de pagamento das universidades federais relativas ao pessoal permanente, temporário e terceirizados no ano de 2007, o quantitativo de pessoal, o valor da folha de pagamento e o salário médio, e a relação de gastos com pesquisa científica e tecnológica no mesmo período.

(Aprovado na 3ª Reunião da Mesa do Senado Federal, realizada em 06.05.2008)

Requerimento nº 283, de 2008, de autoria do Senador Álvaro Dias, solicitando ao Ministro de Estado do Planejamento Orçamento e Gestão, informações sobre folhas de pagamento das Universidades Federais relativas ao pessoal permanente, temporário e terceirizado no ano de 2007, o quantitativo de pessoal, o valor da folha de pagamento e o salário médio, e a relação de gastos com pesquisa científica e tecnológica no mesmo período.

(Aprovado na 3ª Reunião da Mesa do Senado Federal, realizada em 06.05.2008)

Requerimento nº 313, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando ao Ministro de Estado das Minas e Energia, informações sobre a possibilidade de construção, na região amazônica, das chamadas “usinas a fio d’água”

(Aprovado na 3ª Reunião da Mesa do Senado Federal, realizada em 06.05.2008)

Requerimento nº 219, de 2008, de autoria da Senadora Kátia Abreu, solicitando ao Ministro de Estado do Desenvolvimento da Indústria e do Comércio Exterior, informações sobre a Resolução nº 42, de 06 de dezembro de 2005, e Resolução nº 42 de 19 de dezembro de 2006, ambas da Camex.

(Aprovado na 3ª Reunião da Mesa do Senado Federal, realizada em 06.05.2008)

Requerimento nº 330, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando ao Ministro das Relações Exteriores, informações acerca do significado da adesão formal do Brasil à Declaração Universal dos Direitos das Nações Indígenas.

(Aprovado na 3ª Reunião da Mesa do Senado Federal, realizada em 06.05.2008)

Requerimento nº 1.285, de 2007, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando ao Ministro de Estado da Saúde, informações sobre a realização de licitação para escolha de uma agência especializada na realização de eventos.

(Aprovado na 3ª Reunião da Mesa do Senado Federal, realizada em 06.05.2008)

Requerimento nº 348, de 2008, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, solicitando ao Ministro de Estado da Defesa, informações sobre matéria veiculada na Revista “Isto É”, de 26 de março de 2008, págs. 40 e 41, intitulada “O Brasil na Academia da Repressão”, a escola de Infantaria de Fort Benning, conhecida como “School of the Americanas (SOA), possibilitando o intercâmbio entre militares americanos e colegas da América Latina na formação de repressores.

(Aprovado na 3ª Reunião da Mesa do Senado Federal, realizada em 06.05.2008)

Requerimento nº 56, de 2008, de autoria do Senador Álvaro Dias, solicitando ao Ministro de Estado da Agricultura Pecuária e Abastecimento, informações sobre as razões apresentadas para autorizar a liberação comercial de milho transgênico.

(Aprovado na 3ª Reunião da Mesa do Senado Federal, realizada em 06.05.2008)

Requerimento nº 11, de 2008, de autoria do Senador Álvaro Dias, solicitando ao Ministro de Estado de Minas e Energia que providencie junto à Agência Nacional de Energia Elétrica, no estrito prazo constitucional, estudos sobre os limites do setor elétrico de suprir a demanda por energia para os próximos cinco anos.

(Aprovado na 3ª Reunião da Mesa do Senado Federal, realizada em 06.05.2008)

Requerimento nº 709, de 2007, de autoria da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, solicitando, nos termos regimentais, a realização da Semana do Idoso, no âmbito do Senado Federal, na qual haverá visitas de grupos e Associações de Idosos ao Senado Federal, atrações culturais e debates.

(Aprovado na 3ª Reunião da Mesa do Senado Federal, realizada em 06.05.2008)

Requerimento nº 1.331, de 2007, de autoria do Senador Marconi Perillo, que, considerando os resultados do recente leilão de rodovias federais, solicita informações ao Ministro de Estado dos Transportes referentes à segunda etapa do Programa de Concessões de Rodovias Federais em andamento.

(Aprovado na 4ª Reunião da Mesa do Senado Federal, realizada em 29.05.2008)

Requerimento nº 485, de 2008, de autoria da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, que solicita ao Ministro da Defesa informações sobre alugueis de hangares e contrato emergencial de empresa para coleta de resíduos sólidos em aeroportos.

(Aprovado na 4ª Reunião da Mesa do Senado Federal, realizada em 29.05.2008)

Requerimento nº 439, de 2008, de autoria da Senadora Kátia Abreu que solicita informações ao Ministro de Estado da Integração Nacional sobre repasses de recursos federais para os projetos de irrigação em execução no Estado do Tocantins.

(Aprovado na 4ª Reunião da Mesa do Senado Federal, realizada em 29.05.2008)

Requerimento nº 446, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio que solicita informações ao Ministro Chefe da Secretaria de Comunicação Social sobre a contratação de assessoria de imprensa para promoção do Brasil no exterior.

(Aprovado na 4ª Reunião da Mesa do Senado Federal, realizada em 29.05.2008)

Requerimento nº 292, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio que solicita informações à Ministra do Meio Ambiente acerca de publicidade de venda de terras na Amazônia em sites da Internet.

(Aprovado na 4ª Reunião da Mesa do Senado Federal, realizada em 29.05.2008)

Requerimento nº 457, de 2008, de autoria do Senador Eduardo Azeredo que solicita informações ao Ministro de Estado da Fazenda, sobre os recursos provenientes da produção de petróleo, detalhando, para os últimos dois anos, o valor que foi arrecadado e deste valor quanto foi repassado à Marinha de Guerra do Brasil.

(Aprovado na 4ª Reunião da Mesa do Senado Federal, realizada em 29.05.2008)

Requerimento nº 458, de 2008, de autoria do Senador Eduardo Azeredo que solicita informações sobre os recursos provenientes da produção de petróleo, detalhando, para os últimos dois anos, o valor que foi arrecadado e deste valor quanto foi repassado à Marinha de Guerra do Brasil.

(Aprovado na 4ª Reunião da Mesa do Senado Federal, realizada em 29.05.2008)

Requerimento nº 420, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando informações ao Sr. Ministro de Estado de Minas e Energia sobre a construção dos dutos que irão distribuir gás natural em Manaus.

(Aprovado na 4ª Reunião da Mesa do Senado Federal, realizada em 29.05.2008)

Requerimento nº 591, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando informações, originalmente, ao Ministro da Secretaria-Geral da Presidência da República, sobre os gastos com diárias do Assessor Especial da Presidência, Senhor Marco Aurélio Garcia.

(Aprovado, nos termos do relatório, na 4ª Reunião da Mesa do Senado Federal, realizada em 29.05.2008)

2) Requerimentos diversos aprovados

Total 1

Requerimento nº 517, de 2008, de autoria do Senador Garibaldi Alves Filho, que concede ao ex-presidente do Senado Federal Jarbas Gonçalves Passarinho, o título de Professor “honoris causa” da Universidade do Legislativo – UNILEGIS.

(Aprovado na 3ª Reunião da Mesa do Senado Federal, realizada em 06.05.2008)

3) Requerimentos de Informações Rejeitados

Total 2

Requerimento nº 188, de 2008, de autoria da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, solicitando ao Ministro da Saúde informações referentes ao Hospital Regional do Oeste do Pará.

(Rejeitado na 3ª Reunião da Mesa do Senado Federal, realizada em 06.05.2008)

Requerimento nº 1.448, de 2007, de autoria do Senador Romeu Tuma, solicitando informações ao Ministro de Estado da Justiça, e, caso necessário, ao Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH) e ao Ministério Público do Pará, sobre a situação da menor detida em Abaetetuba, no Pará, em cela com 20 homens.

(Rejeitado na 3ª Reunião da Mesa do Senado Federal, realizada em 06.05.2008)

4) Requerimento de Informação Declarado Prejudicado

Total 1

Requerimento nº 212, de 2008, de autoria do Senador José Agripino, que solicita explicações ao Ministro de Estado Extraordinário de Assuntos Estratégicos sobre a operação de crédito externo no valor de US\$ 7,150,000.00 (sete milhões e cento e cinquenta mil dólares) com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BIRD).

(Declarado Prejudicado na 4ª Reunião da Mesa do Senado Federal, realizada em 29.05.2008)

X – REQUERIMENTOS DE TRAMITAÇÃO CONJUNTA APROVADOS PELA MESA

Total 2

Requerimento nº 430, de 2008, de autoria da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs. 96, de 2008; 503, de 2003; 98, de 2002; e 60, de 2008 – Complementares.

(Aprovado na 3ª Reunião da Mesa do Senado Federal, realizada em 06.05.2008)

Requerimento nº 593, de 2008, de autoria do Senador Antonio Carlos Júnior, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 72 e 102, de 2007 – Complementares.

(Aprovado na 4ª Reunião da Mesa do Senado Federal, realizada em 29.05.2008)

XI – OUTROS REQUERIMENTOS APROVADOS

Total 3

Requerimento nº 504, de 2008, do Senador Flávio Arns, solicitando o desapensamento dos Projetos de

Lei do Senado nºs 68, de 2003-Complementar, e 250, de 2005-Complementar, a fim de que tenham tramitação autônoma (Concessão de aposentadoria a servidores públicos).

Sessão: 08.05.2008

Requerimento nº 505, de 2008, do Senador Demóstenes Torres, solicitando a inclusão em Ordem do Dia do Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2003-Complementar, cujo prazo na Comissão de Assuntos Sociais encontra-se esgotado. (Concessão de aposentadoria a servidores públicos).

Sessão: 08.05.2008

Requerimento nº 495, de 2008, de autoria do Senador Jayme Campos, que, em aditamento ao Requerimento nº 193, de 2008, solicita a alteração de trinta e um para trinta e seis os Municípios relacionados pelo INPE em seu mapa de desmatamento.

Sessão: 08.05.2008

XII – MATÉRIAS REJEITADAS

De iniciativa do Senado Federal 3

Total 3

Requerimento nº 175, de 2007, de autoria do Senador Marconi Perillo, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 121 e 156, de 2007-Complementares, com o Projeto de Lei da Câmara nº 89, de 2007-Complementar, por regularem a mesma matéria.

(Republicado, tendo em vista ter constado nos itens XI e XII na Resenha de Abril de 2008)

Sessão: 09.04.2008

Requerimento nº 1.496, de 2007, do Senador Edison Lobão, solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 7, de 2005, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Competência privativa ao Executivo dos Estados e do DF para outorga da delegação para o exercício da atividade notarial e de registro).

Sessão: 08.05.2008

Projeto de Lei do Senado nº 97, de 2004, de autoria do Senador César Borges, que altera o artigo 13 da Lei nº 9249, de 26 de dezembro de 1995, que altera a legislação do imposto de renda das pessoas jurídicas, bem como da contribuição social sobre o lucro líquido, e dá outras providências.

(Decisão terminativa da Comissão de Assuntos Econômicos)

Sessão: 28.05.2008

Projeto de Lei do Senado nº 79, de 2007, de autoria do Senador Álvaro Dias, que altera a Lei nº 8.212, de

24 de julho de 1991, unificando a data de recolhimento das contribuições sociais devidas pelo empregador à Seguridade Social com a data de recolhimento da contribuição devida ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

(Decisão terminativa da Comissão de Assuntos Econômicos)

Sessão: 28.05.2008

XIII – MATÉRIAS RETIRADAS PELOS AUTORES

Total 2

Projeto de Lei do Senado n 304, de 2006, de autoria da Senadora Fátima Cleide, que institui o Programa de Crédito Educativo para Estudantes de Programas de Pós-Graduação e dá outras providências.

(Retirado pelo Requerimento nº 615, de 2008)

Sessão: 20.05.2008

Requerimento nº 612, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando, nos termos do art. 216, I, do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o disposto no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, informações ao Senhor Ministro da Justiça, sobre prostituição e tráfico de mulheres para o exterior.

(Retirado pelo Requerimento nº 649, de 2008)

Sessão: 27.05.2008

XIV – OUTRAS DELIBERAÇÕES

Total 71

Requerimento nº 522, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando, nos termos do art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, voto de louvor ao artista plástico amazonense Arnaldo Garcez, pela inauguração de sua exposição, em New York, na War-de Nasse Gallery.

Sessão: 06.05.2008

Requerimento nº 523, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando, nos termos do art. 218, do Regimento Interno do Senado Federal, voto de pesar pelas vítimas do naufrágio do barco “Comandante Sales”, ocorrido no dia 4 de maio de 2008, no Rio Solimões, diante da cidade de Manacapuru-AM.

Sessão: 06.05.2008

Requerimento nº 525, de 2008, de autoria do Senador Romeu Tuma, solicitando, nos termos regimentais, voto de pesar pelo falecimento do Deputado Federal Ricardo Izar, ocorrido dia 2 de maio de 2008, em São Paulo.

Sessão: 06.05.2008

Requerimento nº 526, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando, nos termos do art. 218, do Regimento Interno do Senado Federal, voto de pesar

pelo falecimento do Deputado Federal Ricardo Izar, ocorrido dia 2 de maio de 2008, em São Paulo.

Sessão: 06.05.2008

Requerimento nº 527, de 2008, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, solicitando, nos termos do art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, voto de congratulação a ACP – Associação Comercial do Pará, pelo transcurso dos seus 185 anos de fundação.

Sessão: 06.05.2008

Requerimento nº 535, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso à artista plástica Joana Limongi, pela aprovação, na UnB, de sua tese de Mestrado, versando sobre o tema “Fazer um Múltiplo Brasileiro”.

Sessão: 07.05.2008

Requerimento nº 536, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal voto de aplauso pelo transcurso do 20º aniversário de existência do Bar do Boi, criado por parintinenses residentes em Manaus, como homenagem ao folclore de Parintins e, em especial, ao grupo Caprichoso.

Sessão: 07.05.2008

Requerimento nº 537, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso à amazonense Priscila Meireles, ex-Miss Amazonas e Miss Terra, hoje celebridade de televisão em Manila, nas Filipinas.

Sessão: 07.04.2008

Requerimento nº 538, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de estímulo aos atletas amazonenses que se esforçam pela classificação para integrar a delegação do Brasil às Olimpíadas de Pequim.

Sessão: 07.05.2008

Requerimento nº 539, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de pronto restabelecimento à Senhora Stela Caymmi, hospitalizada no Hospital Pró-Cardíaco, no Rio de Janeiro.

Sessão: 07.05.2008

Requerimento nº 540, de 2008, de autoria do Senador Alvaro Dias, solicitando inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento do jornalista e advogado Ilson Estevão de Almeida.

Sessão: 08.05.2008

Requerimento nº 563, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao presidente do Tropical Hotels e Resorts, Adenias Gonçalves Filho.

Sessão: 08.05.2008

Requerimento nº 564, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando, nos termos do art. 218, do Regimento Interno do Senado Federal, voto de pesar pelo falecimento do Secretário-Geral da Câmara de Vereadores de Manaus, José Antonio Fiúza Filgueira.

Sessão: 08.05.2008

Requerimento nº 565, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando, nos termos do art. 218, do Regimento Interno do Senado Federal, voto de pesar pelo falecimento do ex-Governador do Estado do Amazonas – 1971 a 1975 – Coronel João Walter, ocorrido no dia 26 de abril de 2008, em Aracaju, SE.

Sessão: 08.05.2008

Requerimento nº 569, de 2008, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, solicitando voto de pesar pelo falecimento do ex-Prefeito de Juiz de Fora, Agostinho Pestana.

Sessão: 08.05.2008

Requerimento nº 571, de 2008, de autoria dos Senadores Arthur Virgílio e João Pedro, solicitando, nos termos do art. 218, do Regimento Interno do Senado Federal, voto de pesar pelo falecimento do Vereador Messias do Carmo Leite e seu filho Leandro Vieira Leite, ocorrido no dia 7 de maio de 2008, na rodovia BR-174 (Manaus/Presidente Figueiredo).

Sessão: 09.05.2008

Requerimento nº 573, de 2008, de autoria do Senador Paulo Paim e Papaléo Paes, solicitando, nos termos do art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso aos veículos de comunicação do Senado Federal – TV, Rádio e Jornal – pelas belas matérias relacionadas aos 120 anos da assinatura da Lei Áurea.

Sessão: 12.05.2008

Requerimento nº 576, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando, nos termos do art. 218, do Regimento Interno do Senado Federal, voto de pesar pelo falecimento do Engenheiro-Agrônomo Vicente Haroldo de Figueiredo Moraes, cientista pioneiro em pesquisas sobre a seringueira da Amazônia.

Sessão: 12.05.2008

Requerimento nº 577, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando, nos termos do art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso pelo transcurso do 35º aniversário de criação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EM-

BRAPA e dos seus 33 anos de atuação na Amazônia, pela EMBRAPA Amazônia Ocidental.

Sessão: 12.05.2008

Requerimento nº 578, de 2008, de autoria do Senador Cristovam Buarque, solicitando, nos termos do art. 218, combinado com o art. 220 do Regimento Interno do Senado Federal e de acordo com as tradições da Casa, inserção em ata de voto de profundo pesar pelo falecimento da pesquisadora brasileira Edith Susana Elisabeth Fanta, e apresentação de condolências à sua família, pela grande contribuição que ofereceu às pesquisas antárticas.

Sessão: 12.05.2008

Requerimento nº 579, de 2008, de autoria do Senador Pedro Simon e Romero Jucá, solicitando, com fundamento nos artigos 218 e 219, do Regimento Interno do Senado Federal, voto de pesar pelo falecimento do ex-senador Arthur da Távola, ocorrido no dia 09 de maio de 2008, no Rio de Janeiro.

Sessão: 12.05.2008

Requerimento nº 580, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio e outros senhores Senadores, solicitando, nos termos do art. 218, do Regimento Interno do Senado Federal, voto de pesar pelo falecimento do ex-Senador Arthur da Távola (Paulo Alberto Monteiro de Barros), ocorrido no Rio de Janeiro, no dia 09 de maio de 2008.

Sessão: 12.05.2008

Requerimento nº 582, de 2008, de autoria do Senador Marco Maciel, solicitando, na forma do disposto no Regimento Interno do Senado Federal e de acordo com as tradições da Casa, inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento do ex-Senador Paulo Alberto Arthur da Távola Moretzsohn Monteiro de Barros, ocorrido no dia 09 de maio de 2008, na cidade do Rio de Janeiro, bem como apresentação de condolências à família.

Sessão: 12.05.2008

Requerimento nº 583, de 2008, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, solicitando, nos termos do art. 218, inciso VII e 221 do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento, do jornalista, escritor, ex-deputado e ex-senador Arthur da Távola, aos 72 anos, ocorrido no dia 09 de maio de 2008, de insuficiência cardíaca, bem como apresentação de condolências à sua esposa, Miriam Ripper, e aos filhos Leonardo, Eduardo e André.

Sessão: 13.05.2008

Requerimento nº 585, de 2008, de autoria da Senadora Roseana Sarney, solicitando, nos termos dos arts. 218 e 221 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de

pesar e apresentação de condolências aos familiares pelo falecimento do ex-Senador Bello Parga.

Sessão: 13.05.2008

Requerimento nº 586, de 2008, de autoria dos Senadores Arthur Virgílio e José Agripino, solicitando, nos termos do art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de pesar e apresentação de condolências à família e ao Estado pelo falecimento do ex-Senador maranhense Bello Parga.

Sessão: 13.05.2008

Requerimento nº 587, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando, nos termos do art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso à EMBRAER, vitoriosa empresa aeronáutica brasileira, fabricante de aeronaves de qualidade, que passou a oferecer ao mundo exemplos de excelência em condução administrativa, modelo que acaba de ser copiado pelas gigantes Boeing e Airbus.

Sessão: 13.05.2008

Requerimento nº 588, de 2008, de autoria dos Senadores Arthur Virgílio e José Agripino, solicitando, nos termos do art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso ao Jornalista Tarcísio Holanda e à TV Câmara, pelo lançamento do documentário em vídeo “Memórias de Tarcísio, Repórter”.

Sessão: 13.05.2008

Requerimento nº 589, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando, nos termos do art. 218, do Regimento Interno do Senado Federal, voto de pesar pelo falecimento do Empresário Antonio Carlos Rodrigues Lima, Presidente da Associação das Indústrias e Empresas de Serviços do Pólo Industrial de Manaus (AFICAM).

Sessão: 13.05.2008

Requerimento nº 590, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando, nos termos do art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso ao casal amazonense Cristian Aguilera e Carla Yael, pela adoção de oito crianças já crescidas, registradas como filhos.

Sessão: 13.05.2008

Requerimento nº 595, de 2008, de autoria da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, solicitando, nos termos do art. 218, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, voto de pesar à família do ex-Senador Arthur da Távola pelo seu falecimento.

Sessão: 14.05.2008

Requerimento nº 596, de 2008, de autoria da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, solicitando, nos termos do art. 218, inciso II, do Regimento Interno do

Senado Federal, voto de pesar à família do ex-Senado Bello Parga pelo seu falecimento.

Sessão: 14.05.2008

Requerimento nº 603, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando, nos termos do art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso ao povo de Humaitá, no Amazonas, pelo transcurso de seu aniversário, no dia 15 de maio.

Sessão: 15.05.2008

Requerimento nº 604, de 2008, de autoria da Senadora Rosalba Ciarlini, solicitando, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, e de acordo com as tradições da casa, requeiro Voto de Louvor ao Jornal do Senado, seu Diretor e toda sua equipe pela Edição Especial do 120º Aniversário da abolição da Escravatura.

Sessão: 15.05.2008

Requerimento nº 605, de 2008, de autoria do Senador Marco Maciel, solicitando, na forma do disposto no Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de profundo pesar e apresentação de condolências à família pelo falecimento da Acadêmica Zélia Gattai, ocorrido no dia 17 de maio de 2008, na cidade de Salvador.

Sessão: 19.05.2008

Requerimento nº 606, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando, nos termos do art. 218, do Regimento Interno do Senado Federal voto de pesar pelo falecimento da escritora Zélia Gattai, ocorrido no dia 17 de maio de 2008.

Sessão: 19.05.2008

Requerimento nº 607, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando, nos termos do art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso aos atletas Sandro Viana, Zenaide Vieira, Anselmo Gomes Da Silva, Fabiano Peçanha, Rosângela Cristina Santos, Erivaldo Vieira, Jadel Gregório e Maurren Maggi, por terem alcançado, no Grande Prêmio Rio de Atletismo, os índices de qualificação para as Olimpíadas de Pequim, a se realizarem em agosto.

Sessão: 19.05.2008

Requerimento nº 609, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso a Fausto Silva, o vitorioso apresentador de televisão, ao registrar mil edições de seu programa semanal “Domingão do Faustão”, na Rede Globo.

Sessão: 19.05.2008

Requerimento nº 610, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de

aplausos a Fernando Hippólyto, tetravô de Hippólyto José da Costa, fundador do Correio Braziliense (de Londres), pelo lançamento, em breve, de livro sobre a vida de seu tetravô.

Sessão: 19.05.2008

Requerimento nº 611, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando, nos termos do art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de pesar pelo falecimento, ocorrido no dia 16 de maio de 2008, em Brasília, do jovem Marcelo Vicente Martins de Macena, filho adotivo do Governador José Roberto Arruda, do Distrito Federal.

Sessão: 19.05.2008

Requerimento nº 614, de 2008, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, solicitando, nos termos do art. 218, do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de pesar à família da escritora Zélia Gattai, falecida dia 17 de maio de 2008, em Salvador, Bahia.

Sessão: 20.05.2008

Requerimento nº 616, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando, nos termos do art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso ao cineasta Luiz Carlos Barreto, que completa 80 anos de idade, com um acervo de 85 filmes produzidos.

Sessão: 20.05.2008

Requerimento nº 617, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando, nos termos do art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso à Senhora Maria Falcão Barros, ilustre amazonense, ao completar 85 anos de vida dedicada à família.

Sessão: 20.05.2008

Requerimento nº 621, de 2008, de autoria do Senador César Borges, solicitando, nos termos regimentais, neste 20 de Maio de 2008, seja aprovado voto de pesar pelo falecimento da Escritora Paulista e Cidadã Baiana Zélia Gattai, integrante da Academia Brasileira de Letras, ocorrido em Salvador no dia 17 de maio de 2008.

Sessão: 20.05.2008

Requerimento nº 623, de 2008, de autoria do Senador Paulo Duque, solicitando, nos termos do art. 218, do Regimento Interno do Senado Federal, e de acordo com as tradições da Casa, seja aprovado voto de extremo pesar pelo falecimento do ex-Deputado Estadual e Federal Joaquim Affonso MacDowell Leite de Castro com apresentação de condolências à família.

Sessão: 21.05.2008

Requerimento nº 624, de 2008, de autoria do Senador Paulo Paim, solicitando, nos termos do art. 218, inciso VII, do Regimento Interno do Senado Federal,

voto de pesar pelo falecimento do Sr. Alíbio Vieira da Cruz, Operador de Câmera da TV Senado, ocorrido dia 20 de maio de 2008.

Sessão: 21.05.2008

Requerimento nº 630, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando, nos termos do art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso ao Poeta e Jornalista Aníbal Beça, Presidente do Conselho Municipal de Cultura – Concultura, de Manaus, por mais uma edição do Concurso Prêmios Literários Cidade de Manaus.

Sessão: 21.05.2008

Requerimento nº 634, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando, nos termos do art. 218, do Regimento Interno do Senado Federal, voto de pesar pelo falecimento, ocorrido em 19 de maio de 2008, de Neuza Joanna Orlando, servidora aposentada do Senado Federal.

Sessão: 21.05.2008

Requerimento nº 635, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando, nos termos do art. 218, do Regimento Interno do Senado Federal, voto de pesar pelo falecimento, ocorrido em 19 de maio de 2008, de Darcy da Manguiera, consagrado cantor e compositor, da Escola de Samba Estação Primeira de Manguiera.

Sessão: 21.05.2008

Requerimento nº 638, de 2008, de autoria do Senador Efraim Moraes, solicitando, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de louvor pelos 64 anos do Instituto dos Cegos da Paraíba, instituição imensamente respeitada por seu trabalho educativo e de integração social de deficientes visuais.

Sessão: 26.05.2008

Requerimento nº 641, de 2008, de autoria do Senador Pedro Simon, solicitando, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de louvor aos 75 anos do Jornal do Comércio de Porto Alegre.

Sessão: 26.05.2008

Requerimento nº 642, de 2008, de autoria do Senador Marco Maciel, solicitando, na forma do disposto no Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de voto de profundo pesar e apresentação de condolências a seus familiares pelo falecimento do Senador José Jefferson Carpinteiro Peres, ocorrido no dia 23 de maio de 2008, na cidade de Manaus.

Sessão: 26.05.2008

Requerimento nº 643, de 2008, de autoria do Senador Pedro Simon, solicitando, inserção em ata do voto de profundo pesar e apresentação de condolências à família e ao Estado do Amazonas, e homenagens pre-

vistas nos artigos 218 a 221 do Regimento Interno do Senado Federal, ao Senador Jefferson Peres, falecido dia 23 de maio de 2008.

Sessão: 26.05.2008

Requerimento nº 644, de 2008, de autoria da Senadora Rosalba Ciarlini, solicitando, nos termos dos arts. 218 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de voto de profundo pesar e apresentação de condolências à família e ao Estado do Rio Grande do Norte pelo falecimento da Sr^a Heloísa Leão de Moura eleita a primeira vereadora do município de Mossoró-RN, no ano de 1958, exercendo dois mandatos.

Sessão: 26.05.2008

Requerimento nº 646, de 2008, de autoria do Senador José Sarney, solicitando, nos termos regimentais, inserção em ata de voto de profundo pesar e apresentação de condolências à família, ao Estado do Amazonas e ao Partido Democrático Trabalhista, em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido no dia 23 de maio de 2008.

Sessão: 26.05.2008

Requerimento nº 647, de 2008, de autoria do Senador José Sarney, solicitando, nos termos regimentais, voto de profundo pesar e apresentação de condolências a família, ao Estado da Bahia e à Academia Brasileira de Letras, pelo falecimento da escritora Zélia Gattai, ocorrido no dia 19 de maio de 2008.

Sessão: 26.05.2008

Requerimento nº 653, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando, nos termos do art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso ao Instituto Nacional de Altos Estudos, pela realização, no dia 26 de maio de 2008, do XX Fórum Nacional, com a participação especial do Prof^o Edmund Phelps, Prêmio Nobel de Economia-2006.

Sessão: 27.05.2008

Requerimento nº 654, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando, nos termos do art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso à Federação das Indústrias do Estado do Amazonas – FIEAM, ao Departamento Regional do Sesi/AM, à Confederação Nacional da Indústria – CNI e ao Serviço Social da Indústria – Sesi, pela realização, em Manaus, dos Jogos Nacionais do Sesi.

Sessão: 27.05.2008

Requerimento nº 656, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando, nos termos do art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso à Dra. Flávia Skrobot Grosso, Superintendente da Zona Franca de Manaus, pela realização, em São Paulo, em conjunto com a Federação das Indústrias do Estado

de São Paulo, da Feira Internacional da Amazônia – FIEAM 2008, lançada pelo Ministério da Indústria e Comércio Exterior, em 26 de maio de 2008.

Sessão: 27.05.2008

Requerimento nº 657, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando, nos termos do art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso à Defensoria Pública Estadual do Amazonas, pelo transcurso do seu 18º aniversário de criação.

Sessão: 27.05.2008

Requerimento nº 658, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando, nos termos do art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso a Sandra Corveloni, laureada no Festival de Cinema de Cannes-2008, como “Melhor Atriz”, pela sua participação no filme “Linha de Passe”, dirigido por Walter Salles e Daniela Thomas.

Sessão: 27.05.2008

Requerimento nº 659, de 2008, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, solicitando, nos termos do art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso para a atriz brasileira Sandra Corveloni por ter sido escolhida, no último domingo dia 25, a melhor atriz na 61ª edição do Festival de Cannes, por sua atuação no filme “Linha de Passe” e para o filme brasileiro “Muro”, do cineasta Tião, pseudônimo do pernambuco Bruno Bezerra, que recebeu o prêmio “Um Regard Neuf” (Um Novo Olhar) na Quinzena dos Realizadores, mostra paralela ao Festival de Cannes, que traz filmes “mais independentes”.

Sessão: 27.05.2008

Requerimento nº 661, de 2008, de autoria do Senador Álvaro Dias, solicitando, nos termos do art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de voto de aplauso ao professor Geraldo Altoé, de Maringá, Estado do Paraná, pela contribuição que oferece à preservação de importante aspecto da história do município com o livro “O Rádio em Maringá”, que acaba de lançar, sobre os primórdios da radiodifusão naquela cidade.

Sessão: 27.05.2008

Requerimento nº 664, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando, nos termos do art. 218, do Regimento Interno do Senado Federal, voto de pesar pelo falecimento de Emília Cunha Borges, em acidente de automóvel no dia 25 de maio de 2008, ocorrido nas proximidades de Brasília-DF.

Sessão: 27.05.2008

Requerimento nº 666, de 2008, de autoria do Senador Romeu Tuma, solicitando, nos termos do art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal e ouvido o Plenário, voto de congratulações ao Club Homs de São Paulo por seus 88 anos de existência.

Sessão: 27.05.2008

Requerimento nº 682, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando, nos termos do art. 218, do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento do agricultor Francisco Chaves de Carvalho, ocorrido no dia 22 de maio de 2008, em Manaus.

Sessão: 28.05.2008

Requerimento nº 684, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando, nos termos do art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, seja consignado voto de aplauso ao Empresário Jorge Gerdau Johannpeter, Presidente-Executivo da Fundação Iberê Camargo, pela inauguração, no dia 30 de maio de 2008, em Porto Alegre, da nova sede da entidade.

Sessão: 28.05.2008

Requerimento nº 685, de 2008, de autoria do Senador João Vicente Claudino, solicitando, nos termos do art. 218, do Regimento Interno do Senado Federal, seja consignado voto de pesar pelo falecimento do Senhor Pedro Alexandrino Nogueira, ex-Prefeito de Pimentearas no Piauí, ocorrido no dia 25 de maio de 2008.

Sessão: 28.05.2008

Requerimento nº 696, de 2008, de autoria da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, solicitando, nos termos do art. 218, inciso VII do Regimento Interno do Senado Federal, voto de pesar pelo falecimento do operador de câmera Sr. Alíbio Vieira da Cruz, ocorrido no dia 20 de maio de 2008.

Sessão: 28.05.2008

Requerimento nº 698, de 2008, de autoria da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, solicitando, nos termos do art. 218, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, voto de pesar e apresentação de condolências à família pelo falecimento ocorrido no dia 23 de maio de 2008, do Ex-Senador Jefferson Peres.

Sessão: 29.05.2008

Requerimento nº 699, de 2008, de autoria da Senadora Rosalba Ciarlini, solicitando, nos termos do art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de profundo pesar e apresentação de condolências à família e ao Estado do Rio de Janeiro pelo falecimento do Desembargador Italo Pinheiro.

Sessão: 29.05.2008

(*) XV – REQUERIMENTOS DE LICENÇA

Total 67

Requerimento nº 196, de 2008-M, Senador Geraldo Mesquita Júnior – art. 43, I – 6 a 09/05/2008.

Requerimento nº 197, de 2008-M, Senadora Rosalba Ciarlini – art. 43, II – 06/05/2008.

Requerimento nº 198, de 2008-M, Senador Marcelo Crivella – art. 13 – 7 e 08/05/2008.

Requerimento nº 199, de 2008-M, Senador Heráclito Fortes – art. 43, II – 21 a 23/05/2008.

Requerimento nº 200, de 2008-M, Senador Gilberto Goellner – art. 43, II – 19 a 21/05/2008.

Requerimento nº 201, de 2008-M, Senadora Fátima Cleide – art. 13 – 08/05/2008.

Requerimento nº 202, de 2008-M, Senador Augusto Botelho – art. 13 – 13/05/2008.

Requerimento nº 203, de 2008-M, Senador Cristovam Buarque – art. 13 – 18 a 25/05/2008.

Requerimento nº 204, de 2008-M, Senador Romeu Tuma – art. 43, I – 12 a 16/05/2008.

Requerimento nº 205, de 2008-M, Senador Mozarildo Cavalcanti – art. 43, I – 06/05/2008.

Requerimento nº 206, de 2008-M, Senador Wellington Salgado – art. 13 – 13/05/2008.

Requerimento nº 207, de 2008-M, Senador Aloízio Mercadante – art. 13 – 15/05/2008.

Requerimento nº 208, de 2008-M, Senador Aloízio Mercadante – art. 13 – 29/05/2008.

Requerimento nº 209, de 2008-M, Senadora Kátia Abreu – art. 13 – 14/05/2008.

Requerimento nº 210, de 2008-M, Senadora Lúcia Vânia – art. 13 – 14/05/2008.

Requerimento nº 211, de 2008-M, Senador Geraldo Mesquita Júnior – art. 13 – 15/05/2008.

Requerimento nº 212, de 2008-M, Senador Lobão Filho – art. 43, II – 15/05/2008.

Requerimento nº 213, de 2008-M, Senador Adelmir Santana – art. 13 – 15/05/2008.

Requerimento nº 214, de 2008-M, Senador João Durval – art. 13 – 20 e 21/05/2008.

(*) Art. 13 – licença / representação a serviço da Casa / missão política ou cultural de interesse parlamentar.

Art. 40 – representação da Casa / missão no País ou no exterior (deferidos pela Mesa).

Art. 43, I – tratamento de saúde.

Art. 43, II – interesse particular.

Requerimento nº 215, de 2008-M, Senador João Ribeiro – art. 13 – 15/05/2008.

Requerimento nº 216, de 2008-M, Senador Virgínio de Carvalho – art. 13 – 15/05/2008.

Requerimento nº 217, de 2008-M, Senador Tasso Jereissati – art. 43, II – 17 a 25/05/2008.

Requerimento nº 218, de 2008-M, Senador João Tenório – art. 13 – 15/05/2008.

Requerimento nº 219, de 2008-M, Senador Jayme Campos – art. 13 – 20 e 21/05/2008.

Requerimento nº 220, de 2008-M, Senador Pedro Simon – art. 13 – 19, 20 e 21/05/2008.

Requerimento nº 221, de 2008-M, Senador Carlos Dunga – art. 13 – 20/05/2008.

Requerimento nº 222, de 2008-M, Senador Jarbas Vasconcelos – art. 13 – 21/05/2008.

Requerimento nº 223, de 2008-M, Senador Raimundo Colombo – art. 13 – 20 e 21/05/2008.

Requerimento nº 224, de 2008-M, Senador Romeu Tuma – art. 43, I – 19 a 23/05/2008.

Requerimento nº 225, de 2008-M, Senadora Patrícia Saboya – art. 13 – 20 e 21/05/2008.

Requerimento nº 226, de 2008-M, Senadora Marina Silva – art. 43, II – 21 a 30/05/2008.

Requerimento nº 227, de 2008-M, Senador Antonio Carlos Valadares – art. 13 – 21/05/2008.

Requerimento nº 228, de 2008-M, Senador Sérgio Guerra – art. 13 – 21/05/2008.

Requerimento nº 229, de 2008-M, Senadora Roseana Sarney – art. 13 – 20 e 21/05/2008.

Requerimento nº 230, de 2008-M, Senador Renan Calheiros – art. 13 – 20 e 21/05/2008.

Requerimento nº 231, de 2008-M, Senador Eduardo Suplicy – art. 13 – 20/05/2008.

Requerimento nº 232, de 2008-M, Senador Marcelo Crivella – art. 13 – 21/05/2008.

Requerimento nº 233, de 2008-M, Senador Delcídio Amaral – art. 13 – 21/05/2008.

Requerimento nº 234, de 2008-M, Senador Magno Malta – art. 13 – 20/05/2008.

Requerimento nº 235, de 2008-M, Senador Magno Malta – art. 13 – 21/05/2008.

Requerimento nº 236, de 2008-M, Senadora Rosalba Ciarlini – art. 13 – 21/05/2008.

Requerimento nº 237, de 2008-M, Senador Efraim Morais – art. 13 – 21/05/2008.

Requerimento nº 238, de 2008-M, Senadora Ideli Salvatti – art. 13 – 21/05/2008.

Requerimento nº 239, de 2008-M, Senadora Fátima Cleide – art. 13 – 21/05/2008.

Requerimento nº 240, de 2008-M, Senador Aloízio Mercadante – art. 13 – 27/05/2008.

Requerimento nº 241, de 2008-M, Senador José Maranhão – art. 43, II – 20/05/2008.

Requerimento nº 242, de 2008-M, Senador Marcelo Crivella – art. 43, II – 27 a 29/05/2008.

Requerimento nº 243, de 2008-M, Senadora Lúcia Vânia – art. 43, II – 27/05/2008 a 29/05/2008.

Requerimento nº 244, de 2008-M, Senador José Sarney – art. 43, II – 15/05/2008.

Requerimento nº 245, de 2008-M, Senador José Sarney – art. 13 – 20 e 21/05/2008.

Requerimento nº 246, de 2008-M, Senador Lobão Filho – art. 43, II – 20, 21 e 27/05/2008.

Requerimento nº 247, de 2008-M, Senador Carlos Dunga – art. 13 – 21/05/2008.

Requerimento nº 248, de 2008-M, Senador José Maranhão – art. 43, II – 27/05/2008.

Requerimento nº 249, de 2008-M, Senador Expedito Júnior – art. 13 – 28/05/2008.

Requerimento nº 250, de 2008-M, Senadora Patrícia Saboya – art. 43, I – 27, 28 e 29/05/2008.

Requerimento nº 251, de 2008-M, Senador Expedito Júnior – art. 13 – 29/05/2008.

Requerimento nº 252, de 2008-M, Senador Marco Maciel – art. 13 – 29/05/2008.

Requerimento nº 253, de 2008-M, Senador Geraldo Mesquita Júnior – art. 13 – 29/05/2008.

Requerimento nº 254, de 2008-M, Senadora Kátia Abreu – art. 13 – 29/05/2008.

Requerimento nº 255, de 2008-M, Senador Antonio Carlos Valadares – art. 13 – 29/05/2008.

Requerimento nº 256, de 2008-M, Senador Inácio Arruda – art. 13 – 29/05/2008.

Requerimento nº 257, de 2008-M, Senador Delcídio Amaral – art. 13 – 29/05/2008.

Requerimento nº 258, de 2008-M, Senadora Rosalba Ciarlini – art. 13 – 1º a 06/06/2008.

Requerimento nº 259, de 2008-M, Senador João Tenório – art. 13 – 03 a 05/06/2008.

Requerimento nº 260, de 2008-M, Senador João Ribeiro – art. 13 – 29/05/2008.

Requerimento nº 261, de 2008-M, Senador João Durval – art. 13 – 03/06/2008.

Requerimento nº 262, de 2008-M, Senador Carlos Dunga – art. 13 – 29/05/2008.

() XVI – REQUERIMENTOS APROVADOS PARA DESEMPENHO DE MISSÃO**

Total 16

Requerimento nº 524, de 2008 – Senador Marconi Perillo – de 10 a 20/05/2008 – Delegação da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional em visita oficial a países da África Ocidental e Meridional.

Sessão: 06/05/2008.

Requerimento nº 530, de 2008 – Senador José Nery – de 10 a 20/05/2008 – Delegação da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional em visita oficial a países da África Ocidental e Meridional.

Sessão: 07/05/2008.

Requerimento nº 531, de 2008 – Senador Heráclito Fortes – de 10 a 20/05/2008 – Delegação da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional em visita oficial a países da África Ocidental e Meridional.

Sessão: 07/05/2008.

Requerimento nº 533, de 2008 – Senador João Pedro – de 10 a 20/05/2008 – Delegação da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional em visita oficial a países da África Ocidental e Meridional.

Sessão: 07/05/2008.

Requerimento nº 574, de 2008 – Senador Gilberto Gollner – de 14 a 16/05/2008 – Diligências e Audiência Pública da Comissão Temporária Externa criada pelo Requerimento nº 193, de 2008, nos municípios de Alta Floresta, Sinop e Cuiabá, Estado de Mato Grosso.

Sessão: 13/05/2008.

Requerimento nº 575, de 2008 – Senador Jayme Campos – 15/05/2008 – Diligências e Audiência Pública da Comissão Temporária Externa criada pelo Requerimento nº 193, de 2008, nos municípios de Alta Floresta, Sinop e Cuiabá, Estado de Mato Grosso.

Sessão: 13/05/2008.

Requerimento nº 584, de 2008 – Senador Flexa Ribeiro – 15/05/2008 – Diligências e Audiências Públicas da Subcomissão Temporária para Acompanhar a Crise Ambiental na Amazônia, em municípios do Estado de Mato Grosso.

Sessão: 13/05/2008.

Requerimentos nºs. 594 e 687, de 2008 – Senador Francisco Dornelles – de 6 a 14/06/2008 – Representação do Senado Federal na 97ª Conferência Internacional do Trabalho, em Genebra, Suíça.

Sessões: 14 e 29/05/2008.

Requerimento nº 597, de 2008 – Senador Eduardo Azeredo – 18 a 23/05/2008 – Visita Oficial do Grupo Parlamentar Brasil-Croácia, em missão política-em-presarial, à República da Croácia.

Sessão: 14/05/2008.

Requerimento nº 601, de 2008 – Senador Expedito Júnior – 15/05/2008 – Diligências e Audiências Públicas da Subcomissão Temporária para Acompanhar a Crise Ambiental na Amazônia, em municípios do Estado de Mato Grosso.

Sessão: 15/05/2008.

Requerimento nº 602, de 2008 – Senador Mão Santa – de 6 a 16/06/2008 – Representação do Senado Federal na 97ª Conferência Internacional do Trabalho, em Genebra, Suíça.

Sessão: 20/05/2008.

Requerimento nº 628, de 2008 – Senador Inácio Arruda – de 18 a 20/05/2008 – Reunião Ordinária da Comissão de Infra-Estrutura, Transporte, Recursos Energéticos, Agricultura, Pecuária e Pesca do Parlamento do Mercosul, em Montevideu, Uruguai.

Sessão: 21/05/2008.

Requerimento nº 686, de 2008 – Senador Adelmir Santana – de 5 a 15/06/2008 – Representação do Senado Federal na 97ª Conferência Internacional do Trabalho, em Genebra, Suíça.

Sessão: 29/05/2008.

Requerimento nº 700, de 2008 – Senador Eduardo Suplicy – de 13 a 22 de junho de 2008 – 1º) Representação do Senado Federal, atendendo a convite da Presidência do Timor-Leste, para expor às autoridades do Governo e do Parlamento Nacional daquele país a proposta de uma Renda Básica de Cidadania; 2º) participação, como palestrante, no Congresso da Bien – Basic Income Earth Network, com o tema “Desigualdade e Desenvolvimento numa Economia Globalizada: a Renda Básica como opção, na cidade de Dublin, na Irlanda.

Sessão: 29/05/2008.

Requerimento nº 701, de 2008 – Senador Arthur Virgílio – 29/05/2008 – Representação do Senado Federal na Missa de Sétimo Dia em memória do Senhor Senador Jefferson Peres, na Catedral Metropolitana de Manaus, Manaus, Brasil.

Sessão: 29/05/2008.

(**) Art. 40 – representação da Casa / missão no País ou no exterior (aprovados pelo Plenário).

SESSÕES PLENÁRIAS REALIZADAS (1º a 31 de maio de 2008)

Deliberativas Ordinárias	10
Não Deliberativas	9
Deliberativas Extraordinárias	1
Especiais	4
Total	24
Sessão não realizada	0

SUMÁRIO DAS MATÉRIAS APRECIADAS PELO SENADO FEDERAL (1º a 31 de MAIO DE 2008)

Matérias aprovadas (Itens I a XI)	104
I – Medidas Provisórias	9
1. Aprovadas na forma de Projeto de Lei de Conversão (apresentados pela Câmara dos Deputados) e enviadas à sanção	5
2. Aprovadas na forma de Projeto de Lei de Conversão, com emendas, e devolvidas à Câmara dos Deputados	2
3. Aprovadas na íntegra e enviadas à promulgação	2
II – Projetos aprovados e enviados à sanção	10
III – Proposições aprovadas e enviadas à Câmara dos Deputados	10
1 – Por decisão do Plenário	6
1.1 – Do Senado Federal	5
1.2 – Da Câmara dos Deputados	1
2 – Em decisão terminativa	4
2.1 – Projetos de Lei do Senado	4
IV – Proposições aprovadas e enviadas à promulgação	27
1 – Concessões de telecomunicações	18
2 – Operações de Crédito	8
3 – Projetos de Resolução (outras matérias)	1

V – Escolha de Chefes de Missão Diplomática	6
VI – Escolha de Autoridades	1
VII – Requerimentos de Homenagem de Pesar	3
VIII – Requerimentos de Sessões Especiais e Homenagens no Período do Expediente	9
IX – Requerimentos de Informações aprovados pela Mesa	23
X – Requerimentos de tramitação conjunta aprovados pela Mesa	2
XI – Outros Requerimentos aprovados Pelo Plenário	3
Pela Mesa	1
Matérias enviadas ao arquivo (Itens XII a XV)	8
XII – Matérias rejeitadas	3
XIII – Matérias retiradas pelos autores	2
XIV – Requerimentos de Informação rejeitados pela Mesa	2
XV – Requerimento de Informação declarado prejudicado pela Mesa	1
Total de matérias apreciadas (Itens I a XV)	112
Requerimentos de Licença e Desempenho de Missões	83
SUMÁRIO CONSOLIDADO DO PERÍODO DE 6 DE FEVEREIRO A 31 DE MAIO DE 2008	

SESSÕES PLENÁRIAS REALIZADAS (6 de fevereiro a 31 de maio de 2008)

Deliberativas Ordinárias	43
Não Deliberativas	32
Deliberativas Extraordinárias	2
Especiais	13
Total	90
Sessão não realizada	0

Matérias aprovadas (Itens I a XIII)	476
I – Medidas Provisórias aprovadas	18
1 – Aprovadas, na forma de Projeto de Lei de Conversão apresentado pela Câmara dos Deputados, e enviadas à sanção	10
2 – Aprovadas na íntegra e enviadas à promulgação	6
3 – Aprovadas, na forma de Projeto de Lei de Conversão, com emendas, e devolvidas à Câmara dos Deputados	2
II – Projetos aprovados e enviados à sanção	19
III – Proposições aprovadas e enviadas à Câmara dos Deputados	61
1 – Por decisão do Plenário	14
1.1 – Do Senado Federal	8
1.2 – Da Câmara dos Deputados	5
1.3 – Da Presidência da República	1
2 – Em decisão terminativa	47
IV – Proposições aprovadas e enviadas à promulgação	170
1 – Concessões de telecomunicações	150
2 – Atos Internacionais	4
3 – Operações de crédito	11
4 – Suspensão de Atos Normativos	3
5 – Projetos de Resolução (outras matérias)	2
V – Escolha de Chefes de Missão Diplomática	19
VI – Escolha de Autoridades	8
VII – Requerimentos de Homenagem de Pesar	5
VIII – Requerimentos de Voto de Aplauso ou Semelhante	3
IX – Requerimentos de Sessões Especiais e Homenagens no Período do Expediente	41
X – Requerimentos de Informações aprovados pela Mesa	112
XI – Requerimentos de tramitação conjunta aprovados pela Mesa	4
XII – Requerimentos de criação de Comissão Temporária	4
XIII – Requerimentos Diversos	12
Pelo Plenário	11
Pela Mesa	1
Matérias enviadas ao arquivo (Itens XIV a XXII)	31

XIV – Matérias rejeitadas	6
XV – Matérias prejudicadas	4
XVI – Matérias retiradas pelos autores	12
XVII – Medida Provisória não admitida	2
XVIII – Medida Provisória rejeitada	1
XIX – Medida Provisória com prazo de vigência integral encerrado	1
XX – Requerimentos de tramitação conjunta rejeitados pela Mesa	2
XXI – Requerimentos de Informação rejeitados pela Mesa	2
XXII – Requerimentos de Informação declarado prejudicado pela Mesa	1
Total de matérias apreciadas (Itens I a XXII)	507
Requerimentos de Licença e Desempenho de Missões	330
Requerimento de Criação de Comissão Parlamentar de Inquérito	1
Requerimento de Prorrogação de Comissão Parlamentar de Inquérito	1

B – SECRETARIA DE COMISSÕES

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

RELATÓRIO DAS ATIVIDADES DO MÊS DE MAIO DE 2008 DAS COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS – CAE

REUNIÃO REALIZADA EM 06 DE MAIO DE 2008 (ORDINÁRIA)

ITEM Nº 01

MENSAGEM DO SENADO FEDERAL Nº 78, DE 2008

NÃO TERMINATIVO

Propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US\$ 14,750,000.00 (quatorze milhões, setecentos e cinquenta mil dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Município de Chapecó, Estado de Santa Catarina, e o Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata – FONPLATA, cujos recursos destinam-se ao financiamento do Projeto de Expansão da Infra-Estrutura Viária de Chapecó.

Autoria: PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Relator: Senador GERSON CAMATA
Parecer: Favorável ao Projeto nos termos do PRS que apresenta
Resultado: Aprovado parecer favorável nos termos do PRS apresentado. Aprovado também, requerimento de urgência para a matéria.

ITEM Nº 02**MENSAGEM DO SENADO FEDERAL
Nº 77, DE 2008****NÃO TERMINATIVO**

Propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US\$ 95,000,000.00 (noventa e cinco milhões de dólares dos Estados Unidos da América), entre o Governo do Estado de São Paulo e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, cujos recursos destinam-se ao financiamento adicional do Programa da Linha 4 do Metrô de São Paulo.

Autoria: PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Relator: Senador VALTER PEREIRA
Parecer: Favorável ao Projeto nos termos do PRS que apresenta
Resultado: Aprovado parecer favorável nos termos do PRS apresentado. Aprovado, também, requerimento de urgência para a matéria.

ITEM Nº 03**MENSAGEM DO SENADO FEDERAL
Nº 79, DE 2008****NÃO TERMINATIVO**

Propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US\$ 550,000,000.00 (quinhentos milhões de dólares dos Estados Unidos da América), entre o Governo do Estado de São Paulo e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do Projeto Material Rodante e Sistemas para a Companhia Paulista de Trens Metropolitanos – CPTM e para a Companhia do Metropolitano de São Paulo – Metrô.
Autoria: PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Relatora: Senador SERYS SLHESSARENKO
Parecer: Favorável ao Projeto nos termos do PRS que apresenta

Resultado: Aprovado parecer favorável nos termos do PRS apresentado. Aprovado, também, requerimento de urgência para a matéria.

ITEM Nº 04**AVISO Nº 7, DE 2008
(Nº 38/08, na origem)****NÃO TERMINATIVO**

Referente ao Relatório sobre o Programa de Emissão de Títulos e de Administração de Passivos de Responsabilidade do Tesouro Nacional no Exterior.

Autoria: MINISTÉRIO DA FAZENDA
Relator: Senador JAYME CAMPOS
Parecer: Pelo conhecimento e posterior arquivamento da matéria.
Resultado: Aprovado o parecer.

ITEM Nº 05**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 79, DE 2007****TERMINATIVO**

Altera a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, unificando a data de recolhimento das contribuições sociais devidas pelo empregador à Seguridade Social com a data de recolhimento da contribuição devida ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).
Autoria: Senador ÁLVARO DIAS
Relator: Senador JOÃO VICENTE CLAUDINO
Parecer: Pela rejeição da matéria.
Resultado: Rejeitado o Projeto.

ITEM Nº 06**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 500, DE 2007****NÃO TERMINATIVO**

Institui o Cadastro Nacional de Fornecedores Sus- pensos de Participar de Licitações e Contratar com a Administração Pública Direta e Indireta da União, Es- tados, Distrito Federal e Municípios.
Autoria: Senador GARIBALDI ALVES FILHO
Relator: Senador JAYME CAMPOS
Parecer: Favorável nos termos do substitutivo que apresenta
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto nos termos da emenda nº 1 – CAE (Substitutivo). A matéria vai à CCJ em decisão terminativa.

ITEM Nº 07**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 97, DE 2004****TERMINATIVO**

Altera o artigo 13 da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, que altera a legislação do imposto de renda das pessoas jurídicas, bem como da contribuição social o lucro líquido, e dá outras providências.

Autoria: Senador CÉSAR BORGES

Relatora: Senadora SERYS SLHESSARENKO

Parecer: Pela rejeição da matéria

Resultado: Rejeitado o Projeto.

FORAM APROVADOS, AINDA, OS SEGUINTE REQUERIMENTOS:**REQUERIMENTO Nº 14/2008-CAE**

Requer, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Assuntos Econômicos com a finalidade de instruir o PLC 22 de 2007, que “dispõe sobre a adição de farinha de mandioca refinada, de farinha de raspa de mandioca ou de fécula de mandioca à farinha de trigo e seus derivados, adquiridos pelo poder público, e estabelece regime tributário especial para a farinha de trigo misturada, e dá outras providências”, com a presença das seguintes entidades e respectivos representantes: Ministro Reinhold Stephanes do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA; Presidente da Associação Brasileira da Indústria do Trigo, Abitrito; Sr. João Paulo Koslovski, Presidente do Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado do Paraná – Ocepar e Sr. Vergílio Frederico Perius, Presidente da Organização das Cooperativas do Estado do Rio Grande do Sul – Ocergs.

Autoria: Senadores OSMAR DIAS e FLÁVIO ARNS

REQUERIMENTO Nº 15/2008-CAE

Requer, nos termos regimentais, seja incluído na pauta dos trabalhos desta Comissão o PLC nº 22, de 2007, de autoria do Deputado Aldo Rebelo e que “dispõe sobre a adição de farinha de mandioca refinada, de farinha de raspa de mandioca ou de fécula de mandioca à farinha de trigo e seus derivados, adquiridos pelo poder público, e estabelece regime tributário especial para a farinha de trigo misturada, e dá outras providências”.

Autoria: Senador VALTER PEREIRA

REQUERIMENTO Nº 16/2008-CAE

Requer, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública nesta Comissão, com a participação de

representantes da Federação Nacional das Empresas de Navegação Marítima, Fluvial, Lacustre e de Tráfego Portuário (Fenavega) e do Sindicato Nacional das Empresas de Navegação Marítima (Syndarma), ambos sediados no Rio de Janeiro, com a finalidade de instruir o Projeto de Lei do Senado nº 342, de 2007, que altera o inciso XII do art. 10 da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, para mudar de não-cumulativo para cumulativo o regime da Contribuição para o PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social incidentes sobre as receitas decorrentes da prestação de serviços de transporte aquaviário.

Autoria: Senador HERÁCLITO FORTES

REUNIÃO REALIZADA EM 08 DE MAIO DE 2008 (EXTRAORDINÁRIA), EM CONJUNTO COM AS COMISSÕES DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA E MERCOSUL**AUDIÊNCIA PÚBLICA**

Em atendimento aos Requerimentos nºs 20, 21, 22, 24 de 2008 – CRE; 10, 11, 12 de 2008 – CAE; e 10 de 2008 – CCJ.

Autoria: Senadores TASSO JEREISSATI, EDUARDO SUPLICY, ARTHUR VIRGÍLO, FLEXA RIBEIRO, ALOIZIO MERCADANTE, ROMEU TUMA e SERYS SLHESSARENKO.

Assunto: Instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2008, que institui o Regime de Tributação Unificada – RTU na importação, por via terrestre, de mercadorias procedentes do Paraguai; e altera as Leis nºs 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e 10.833, de 29 de dezembro de 2003 (Projeto do Sacoleiro).

CONVIDADOS:

Senhor **Jorge Antônio Deher Rachid**, Secretário da Receita Federal do Brasil;

Senhora **Clecy Maria Busato Lionço**, Secretária Adjunta da Receita Federal do Brasil;

Senhor **Weber Oliveira Barral**, Secretário de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior;

Ministro **João Luiz Pereira Pinto**, Diretor do Departamento da América do Sul, representando o senhor Ministro **Bruno de Risios Bath**, Chefe do Departamento do Mercosul – DMSUL;

Senhor **Edson Vismona**, Presidente do Instituto Brasileiro de Defesa da Competitividade;

Senhor **Humberto Barbato**, Presidente da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica – ABI-NEE;

Senhor **Lourival Kiyula**, Presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Produtos Eletrônicos – ELETROS;

Senhor **Márcio Gonçalves**, Diretor de Antipirataria para América Latina da Motion Picture Association – MPA; e

Senhor **Absalão Ferreira Calado**, Presidente da Associação da Feira dos Importados de Brasília.

Resultado: Realizada.

REUNIÃO REALIZADA EM 13 DE MAIO DE 2008 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Assunto: Discussão sobre as diretrizes, implantação e perspectivas futuras da Política Monetária, em cumprimento à Resolução do Senado Federal nº 32 de 2007.

PARTICIPANTES:

Doutor **Henrique Meirelles**, Presidente do Banco, como expositor, e dos Diretores: **Mário Magalhães Carvalho Mesquita**, Diretor de Política Econômica – Dipec; **Alexandre Antônio Tombini**, Diretor de Normas e Organização do Sistema Financeiro – Dinor; e **Anthero de Moraes Meirelles**, Diretor de Administração – Dirad.

RESULTADO: Realizada.

FOI APROVADO, AINDA, O SEGUINTE REQUERIMENTO:

REQUERIMENTO Nº 17/2008-CAE

Requer, nos termos regimentais, seja convidado o Senhor **Guido Mantega**, Ministro de Estado da Fazenda, para em Audiência Pública nesta Comissão debater a Política Econômica e Fiscal e o Fundo Soberano.

Autoria: Senador ALOIZIO MERCADANTE.

Resultado: **Aprovado.**

**REUNIÃO REALIZADA EM 28 DE MAIO DE 2008
(EXTRAORDINÁRIA), EM CONJUNTO COM AS
COMISSÕES DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO
CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE
(SF); DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO,
INDÚSTRIA E COMÉRCIO (CD); DE FINANÇAS
E TRIBUTAÇÃO (CD); FISCALIZAÇÃO
FINANCEIRA E CONTROLE (CD) E COM A
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS
PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO (CN)**

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em cumprimento ao disposto no artigo 9, § 5º, da Lei Complementar nº 101/00, (LEI DE RESPONSABILIDADE

DADE FISCAL), determinando que, “No prazo de 90 dias após o encerramento de cada semestre, o Banco Central do Brasil apresentará, em reunião conjunta das Comissões Temáticas pertinentes do Congresso Nacional, avaliação do cumprimento dos objetivos e metas das Políticas Monetária, Creditícia e Cambial, evidenciando o impacto e o custo fiscal de suas operações e os resultados demonstrados nos balanços” – 2º semestre de 2007.

Resultado: Realizada.

CONVIDADO:

Senhor **Henrique Meirelles**, Presidente do Banco Central do Brasil.

TOTAL DE REUNIÕES: 04

01 ORDINÁRIA/DELIBERATIVA;

01 EXTRAORDINÁRIA/AUDIÊNCIA PÚBLICA;

02 CONJUNTAS/AUDIÊNCIAS PÚBLICAS.

MATÉRIAS APRECIADAS: 10

02 TERMINATIVAS;

05 NÃO TERMINATIVAS;

03 REQUERIMENTOS – CAE.

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS – CAS

1ª REUNIÃO REALIZADA EM 07 DE MAIO DE 2008 (EXTRAODINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 07, de 2008 – CAS.

Autoria: Senador EDUARDO AZEREDO.

Assunto: Homenagem ao estudante **Ricardo Oliveira**, ganhador de duas medalhas de ouro nas Olimpíadas Brasileiras de Matemática das Escolas Públicas.

RESULTADO: Realizada.

2ª REUNIÃO REALIZADA EM 07 DE MAIO DE 2008 (EXTRAODINÁRIA), CONJUNTAMENTE COM A SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento aos Requerimentos nºs 12 e 17, de 2008 – CAS.

Autoria: Senador ANTÔNIO CARLOS VALADARES.

Assunto: Audiência visando esclarecimentos sobre ações e métodos de combate à epidemia de dengue no Município do Rio de Janeiro.

PARTICIPANTES:

Doutor **Fabiano Pimenta**, Secretário Substituto da Secretaria de Vigilância em Saúde (representando o Ministério da Saúde);

Doutor **Valmir Pessanha Pacheco**, Subsecretário Municipal de Saúde do Rio de Janeiro (representando a Prefeitura do Município do Rio de Janeiro);

Doutor **Victor Berbara**, Superintendente de Vigilância em Saúde (representando a Secretaria de Saúde do Estado do Rio de Janeiro); e

Doutor **Sandro Alex de Oliveira Cezar**, Diretor Executivo da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Seguridade Social – CNTSS/CUT.

RESULTADO: Realizada.

REUNIÃO REALIZADA EM 14 DE MAIO DE 2008 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento aos Requerimentos nºs. 09 e 18 – CAS.

Autoria: Senadora PATRICIA SABOYA e Senador PALÉO PAES.

Assunto: Políticas Públicas para a juventude voltadas à capacitação profissional e inserção no mercado de trabalho.

CONVIDADOS:

Senhor **Carlos Lupi**, Ministro de Estado do Trabalho e Emprego;

Senhor **Luis Roberto de Sousa Cury**, Secretário Nacional de Juventude da Presidência da República;

Professora **Lizete Kagami**, Coordenadora Geral de Formação Inicial e Continuada da Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação;

Senhora **Andréa Barbosa Alves**, Chefe do Departamento de Educação Profissional do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – SENAR; e

Doutor **André Figueiredo**, Secretário Executivo do Ministério do Trabalho e Emprego.

Resultado: Realizada

REUNIÃO REALIZADA EM 15 DE MAIO DE 2008 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM Nº 01

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 122, DE 2006

NÃO TERMINATIVO

Altera a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor,

dá nova redação ao § 3º do artigo 140 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, e ao artigo 5º da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e dá outras providências.

Autoria: Deputado IARA BERNARDI.

Relatora: Senadora FÁTIMA CLEIDE.

Parecer: Favorável à matéria.

Resultado: Foram lidos e discutido os Votos em Separado dos Senadores Magno Malta e Marcelo Crivella. A matéria retorna à relatora para análise das emendas constante do Voto em Separado do Senador Marcelo Crivella.

OBS: NÃO HOUVE DELIBERAÇÃO PARA OS DEMAIS ITENS DA PAUTA.

REUNIÃO REALIZADA EM 27 DE MAIO DE 2008 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimentos nº 14, 2008 – CAS.

Autoria: Senadores PAULO PAIM e FLÁVIO ARNS.

Assunto: Discussão sobre o Mercado Informal, participação na formação da renda nacional e nova estrutura sindical.

CONVIDADO:

Senhor **Roberto Mangabeira Unger**, Ministro de Estado Extraordinário de Assuntos Estratégicos.

Resultado: Realizada.

REUNIÃO REALIZADA EM 28 DE MAIO DE 2008 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM ÚNICO

DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DAS EMENDAS AO PROJETO DE LEI Nº 1, DE 2008 – CN, LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2009

Relator: Senador ANTÔNIO CARLOS VALADARES.

Resultado: Aprovadas 5 (cinco) Emendas à Metas e 10 (dez) Emendas de Texto.

TOTAL DE REUNIÕES: 06

03 EXTRAORDINÁRIAS/ AUDIÊNCIA PÚBLICA;

02 EXTRAORDINÁRIAS/DELIBERATIVA;

01 CONJUNTA/AUDIÊNCIA PÚBLICA.

MATÉRIAS APRECIADAS: 15

15 EMENDAS À LDO – LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2009.

**SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO,
ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE –
CAS****REUNIÃO REALIZADA EM 07 DE MAIO DE 2008,
CONJUNTAMENTE COM A COMISSÃO DE
ASSUNTOS SOCIAIS****AUDIÊNCIA PÚBLICA**

Em atendimento aos Requerimentos nºs 12 e 17, de 2008 – CAS.

Autoria: Senador ANTÔNIO CARLOS VALADARES.

Assunto: Audiência visando esclarecimentos sobre ações e métodos de combate à epidemia de dengue no Município do Rio de Janeiro.

PARTICIPANTES:

Doutor **Fabiano Pimenta**, Secretário Substituto da Secretaria de Vigilância em Saúde (representando o Ministério da Saúde);

Doutor **Valmir Pessanha Pacheco**, Subsecretário Municipal de Saúde do Rio de Janeiro (representando a Prefeitura do Município do Rio de Janeiro);

Doutor **Victor Berbara**, Superintendente de Vigilância em Saúde (representando a Secretaria de Saúde do Estado do Rio de Janeiro); e

Doutor **Sandro Alex de Oliveira Cezar**, Diretor Executivo da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Seguridade Social – CNTSS/CUT.

RESULTADO: Realizada.

TOTAL DE REUNIÕES: 01

01 CONJUTA/ AUDIÊNCIA PÚBLICA**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA
E CIDADANIA – CCJ****REUNIÃO REALIZADA EM 07 DE MAIO DE 2008
(ORDINÁRIA)****ITEM Nº 01****PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 133, DE 2006****NÃO TERMINATIVO**

Concede às pessoas carentes ou de baixa renda anistia dos foros e taxas de ocupação devidos nos últimos cinco anos, relativos a imóveis da União em terrenos de marinha.

Autoria: Senador JOSÉ SARNEY

Relator: Senador ANTÔNIO CARLOS JÚNIOR

Parecer: Favorável.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto. A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos em decisão terminativa.

ITEM Nº 02**PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL
Nº 22, DE 2004****NÃO TERMINATIVO**

Acrescenta parágrafo único ao artigo 219 da Constituição Federal. (Dispõe sobre a concessão de incentivos ao desenvolvimento científico e tecnológico).

Autoria: Senadora ROSEANA SARNEY e outros Senhores Senadores

Relator: Senador EDUARDO AZEREDO

Parecer: Favorável.

Resultado: Aprovado parecer favorável à Proposta.

ITEM Nº 03**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 245, DE 2007****NÃO TERMINATIVO**

Acrescenta § 5º ao artigo 68 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, para determinar ao titular do Cartório de Registro Civil de Pessoas Naturais a utilização da Internet para a remessa, ao Instituto Nacional do Seguro Social, do registro dos óbitos mensalmente ocorridos.

Autoria: Senador RENATO CASAGRANDE.

Relator: Senador JAYME CAMPOS.

Parecer: Favorável com duas emendas que apresenta.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto, com as Emendas 1 e 2 – CCJ. A matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais em decisão terminativa.

**REUNIÃO REALIZADA EM 08 DE MAIO DE 2008
(EXTRAORDINÁRIA), EM CONJUNTO COM AS
COMISSÕES DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, DE
RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL
E MERCOSUL.****AUDIÊNCIA PÚBLICA**

Em atendimento aos Requerimentos nºs 20, 21, 22, 24 de 2008 – CRE; 10, 11, 12 de 2008 – CAE; e 10 de 2008 – CCJ.

Autoria: Senadores TASSO JEREISSATI, EDUARDO SUPLICY, ARTHUR VIRGÍLO, FLEXA RIBEIRO, ALOIZIO MERCADANTE, ROMEU TUMA e SERYS SLHESSARENKO.

Assunto: Instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2008, que institui o Regime de Tributação Unificada – RTU na importação, por via terrestre, de mercadorias procedentes do Paraguai; e altera as Leis nºs 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e 10.833, de 29 de dezembro de 2003 (Projeto do Sacoleiro).

CONVIDADOS:

Senhor **Jorge Antônio Deher Rachid**, Secretário da Receita Federal do Brasil;

Senhora **Clecy Maria Busato Lionço**, Secretária Adjunta da Receita Federal do Brasil;

Senhor **Weber Oliveira Barral**, Secretário de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior;

Ministro **João Luiz Pereira Pinto**, Diretor do Departamento da América do Sul – I do Ministério das Relações Exteriores;

Senhor **Edson Vismona**, Presidente do Instituto Brasileiro de Defesa da Competitividade;

Senhor **Humberto Barbato**, Presidente da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica – ABI-NEE;

Senhor **Lourival Kiçula**, Presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Produtos Eletrônicos – ELETROS;

Senhor **Márcio Gonçalves**, Diretor de Antipirataria para América Latina da Motion Picture Association – MPA; e

Senhor **Absalão Ferreira Calado**, Presidente da Associação da Feira dos Importados de Brasília.

Resultado: Realizada.

REUNIÃO REALIZADA EM 13 DE MAIO DE 2008 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº. 02 – CCJ e Aditamento.

Autoria do requerimento: Senadora IDELI SALVATTI e Senador FLEXA RIBEIRO.

Autoria do aditamento: Senadores FLEXA RIBEIRO, ALMEIDA LIMA e Senadora IDELI SALVATTI.

Assunto: Instrução da Proposta de Emenda à Constituição nº 53, de 2007, “que revoga o inciso VII do artigo 20 da Constituição e o § 3º do artigo 49 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para extinguir o instituto do terreno de marinha e seus acréscidos e para dispor sobre a propriedade desses imóveis, de

autoridade do Senador Almeida Lima e outros senhores Senadores, e tendo como relator o Senador Flexa Ribeiro.

CONVIDADOS:

Senhor **Jorge Arzabe**, Secretário-Adjunto do Patrimônio da União representando a senhora **Alexandra Reschke**, Secretária do Patrimônio da União;

Senhor **Benny Schasberg**, Secretário Nacional do Programas Urbanos do Ministério das Cidades representando, o senhor **Márcio Fortes de Almeida**, Ministro de Estado das Cidades;

Senhor **Eduardo de Souza Fortes**, 1º Tenente da Diretoria de Administração do Comando da Marinha representando o senhor **Nelson Jobim**, Ministro de Estado da Defesa;

Senhor **Helvécio Duia Castello**, Presidente do Instituto de Registro Imobiliário do Brasil – IRIB;

Senhor **Paulo Ziulkoski**, Presidente da Confederação Nacional dos Municípios – CMN;

Senhor **Cândido Paraguassu de Lemos Elleres**, Advogado, representando o senhor **Cezar Britto**, Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB;

Senhor **João Paulo Lima e Silva**, Prefeito Municipal do Recife/PE; e

Senhor **Sérgio Marcolino**, Engenheiro Civil, especialista em Hidrologia.

Resultado: Realizada

REUNIÃO REALIZADA EM 14 DE MAIO DE 2008 (ORDINÁRIA)

ITEM Nº 01

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 255, DE 2006

TERMINATIVO

Altera a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, para dispor sobre a divulgação, no horário reservado à propaganda eleitoral no rádio e na televisão, dos candidatos que respondem a processos criminais e de quebra de decoro parlamentar.

Autoria: Senador PEDRO SIMON

Relator: Senador JEFFERSON PERES

Parecer: Pela aprovação do projeto, com uma emenda que apresenta e pela aprovação da emenda apresentada pelo Senador Marconi Perillo.

Resultado: Aprovado o Projeto e as Emendas nºs. 1 e 2 – CCJ.

ITEM Nº 02**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 123, DE 2007
(PL nº 5939, de 2005, na origem)****NÃO TERMINATIVO**

Acrescenta o inciso XXIX ao caput do artigo 24 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o inciso XXI do caput do artigo 37 da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da administração pública e dá outras providências. (Dispensa de licitação para aquisição de bens e serviços destinados aos militares brasileiros em operações de paz no exterior).

Autoria: PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA.

Relator: Senador JARBAS VASCONCELOS.

Parecer: Favorável.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto.

**REUNIÃO REALIZADA EM 20 DE MAIO DE 2008
(EXTRAORDINÁRIA)****ITEM Nº 01****PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 11, DE 2008****NÃO TERMINATIVO**

Dispõe sobre a apreciação dos atos de outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens e revoga a Resolução do Senado Federal nº 39, de 1992.

Autoria: Senador ANTÔNIO CARLOS JÚNIOR.

Relator: Senador FLEXA RIBEIRO.

Parecer: Favorável com uma emenda que apresenta.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1 – CCJ.

**REUNIÃO REALIZADA EM 21 DE MAIO DE 2008
(ORDINÁRIA)****ITEM Nº 01****PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 54, DE 2004****NÃO TERMINATIVO**

Acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para assegurar recursos mínimos às atividades de pesquisa básica e aplicada e de desenvolvimento tecnológico.

Autoria: Senador JOSÉ MARANHÃO e outros senhores Senadores.

Relator: Senador ÁLVARO DIAS.

Parecer: Favorável a matéria na forma da emenda substitutiva que apresenta.

Resultado: Aprovado parecer favorável a Proposta, nos termos da Emenda nº 1 – CCJ (Substitutivo), com o acolhimento da emenda de autoria do Senador Antônio Carlos Valadares.

ITEM Nº 02**REQUERIMENTO (SF) Nº 413, DE 2008****NÃO TERMINATIVO**

Requer, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso ao Ministro HUMBERTO GOMES DE BARROS, por ter tomado posse, dia 7 de abril de 2008, no cargo de Presidente do Superior Tribunal de Justiça.

Autoria: Senador ARTHUR VIRGÍLIO.

Relator: Senador JOSÉ AGRIPINO.

Relator “ad hoc”: Senador VALTER PEREIRA.

Parecer: Favorável.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Requerimento.

ITEM Nº 03**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 49, DE 2008
(PL Nº 972, de 2007 na origem)****NÃO TERMINATIVO**

Dispõe sobre a criação e a transformação de cargos em comissão e funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região (RJ) e dá outras providências.

Autoria: TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO.

Relator: Senador DEMÓSTENES TORRES.

Parecer: Favorável.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto. Aprovado, ainda, Requerimento nº 11 – CCJ, solicitando urgência para a matéria.

ITEM Nº 04**EMENDAS NºS. 1 E 2 DA CÂMARA DOS
DEPUTADOS OFERECIDAS AO PROJETO DE LEI
DO SENADO Nº 254, DE 2004
(PL nº 04851, de 2005, na Câmara dos Deputados)****NÃO TERMINATIVO**

Altera o artigo nº 241 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente. (Dispõe sobre os crimes relativos a cenas de sexo explícito ou pornográficas envolvendo crianças e adolescentes).

Autoria: CÂMARA DOS DEPUTADOS.

Autoria do Projeto: COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO – “EXPLORAÇÃO SEXUAL”.

Relatora: Senadora SERYS SLHESSARENKO.

Parecer: Favorável.

Resultado: Aprovado parecer favorável às Emendas n.ºs. 1 e 2 CD ao Projeto de Lei do Senado n.º 254, de 2004. A matéria vai à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

ITEM Nº 05

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 317, DE 2005

NÃO TERMINATIVO

Dispõe sobre a tarifa telefônica nas ligações interurbanas a provedores de Internet.

Autoria: Senador ROMERO JUCÁ.

Relator: Senador ARTHUR VIRGÍLIO.

Parecer: Favorável.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto. A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos e, posteriormente à Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, em decisão terminativa.

ITEM Nº 06

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 49, DE 2003

NÃO TERMINATIVO

Acrescenta inciso e dá nova redação ao § 2º do artigo 37 da Constituição Federal, para vedar a nomeação de parentes de autoridades para cargos em comissão e funções de confiança.

Autoria: Senador DEMÓSTENES TORRES e outros senhores Senadores.

Relator: Senador JOSÉ MARANHÃO.

Relator “ad hoc”: Senador JEFFERSON PRERES.

Parecer: Favorável, com uma emenda que apresenta.

Durante a discussão, o senador Demóstenes Torres oferece uma emenda, que é acatada pelo relator.

Resultado: Aprovado parecer favorável a Proposta, com as Emendas n.ºs 1 e 2 – CCJ.

FORAM APROVADOS, AINDA, OS SEGUINTE REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO Nº 11/2008-CCJ

Nos termos do artigo 336, inciso II, combinado com o artigo 338, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro urgência para o PLC n.º 49, de 2008 (PL n.º 972/2007, na origem).

Autoria: Senador FLEXA RIBEIRO.

REQUERIMENTO Nº 12/2008-CCJ

Requerem, nos termos do artigo 93, inciso I e II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública conjunta da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ com as Comissões de Assuntos Sociais – CAS e de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH, com os convidados a serem oportunamente definidos, visando discutir as propostas de mudanças na legislação processual penal e estatutária da criança e do adolescente no que tange à regulação do “Depoimento Sem Dano (DSD), ou seja, à incorporação de novos procedimentos de inquirição de testemunhas e de produção antecipada de prova em processos judiciais que versem sobre crimes sexuais e outros tipificados, quando a vítima ou a testemunha for criança ou adolescente.

Autoria: Senadora LÚCIA VÂNIA e Senadores ARTHUR VIRGÍLIO, DEMÓSTENES TORRES e FLEXA RIBEIRO.

1ª REUNIÃO REALIZADA EM 28 DE MAIO DE 2008 (EXTRAORDINÁRIA)

1ª PARTE

ITEM Nº 01

APRESENTAÇÃO DO PARECER DA CCJ AO PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 10, DE 2008

NÃO TERMINATIVO

Determina a sustação do Decreto n.º 6.345, de 4 de janeiro de 2008, o qual “Altera o Decreto n.º 6.306, de 14 de dezembro de 2007, que regulamenta o Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários – IOF” e do Decreto n.º 6.339, que “Altera as alíquotas do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários – IOF”.

Autoria: Senadores ÁLVARO DIAS e SÉRGIO GUERRA.

Relator do Vencido: Senador ROMERO JUCÁ.

Parecer: Pela rejeição da matéria.

Obs: Em 23.04.08, foi rejeitado o relatório do Senador Flexa Ribeiro. A Presidência designou o Senador Romero Jucá Relator do Vencido, cujo Parecer será apresentado nos termos do artigo 128 combinado com o artigo 132, § 5º, do Regimento Interno do Senado Federal.

Resultado: Apresentado Parecer pelo Senador Romero Jucá.

FOI APROVADO, AINDA, O SEGUINTE REQUERIMENTO COM DOIS TERMOS ADITIVOS:

REQUERIMENTO Nº 13/2008-CCJ

Requeiro, nos termos do artigo 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada Audiência Pública perante esta Douta Comissão a fim de instruir a Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2006, com a participação dos seguintes convidados: Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil; Senhora Lisa Shineller, responsável pelo Brasil, na Agência de Risco Standard and Poor's; e o Presidente do Conselho Nacional de Política Fazendária – CONFAZ.
Autoria: Senadores CÉSAR BORGES E ANTÔNIO CARLOS JÚNIOR.

1º TERMO ADITIVO AO REQUERIMENTO Nº 13, DE 2008-CCJ

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do artigo 93, inciso I do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública para orientar a seguinte matéria: PEC nº 12, de 2006, que dispõe sobre “Precatórios”, com a participação do seguinte convidado:
Senhor **Paulo Ziulkoski**, Presidente da Confederação dos Municípios – CNM.
Autoria: Senador FLEXA RIBEIRO.

2º TERMO ADITIVO AO REQUERIMENTO Nº 13, DE 2008-CCJ

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do artigo 93, inciso I do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública para orientar a seguinte matéria: PEC nº 12, de 2006, que dispõe sobre “Precatórios”, com a participação do seguinte convidado:
Presidente da Frente Nacional de Prefeitos.
Autoria: Senador ALOIZIO MERCADANTE.

2ª PARTE

ITEM Nº 01

**MENSAGEM (SF) Nº 91, DE 2008
(Mensagem nº 289, de 2008, na origem)**

NÃO TERMINATIVO

Submete à apreciação do Senado Federal o nome do Doutor LUIS FELIPE SALOMÃO, Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, para compor o Superior Tribunal de Justiça, no cargo de

Ministro, em vaga reservada a Desembargador dos Tribunais de Justiça, decorrente do falecimento do senhor Ministro Hélio Quaglia Barbosa.
Autoria: PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA.
Relator: Senador CÉSAR BORGES.
Parecer: A Comissão dispõe de todos os elementos necessários para deliberar sobre a indicação, (Votação Secreta).
Resultado: Aprovada a indicação por 22 votos sim, total de 22 votos.

ITEM Nº 02

**MENSAGEM (SF) Nº 92, DE 2008
(Mensagem nº 290 de 2008, na origem)**

NÃO TERMINATIVO

Submete à apreciação do Senado Federal o nome do Doutor MAURO LUIZ CAMPBELL MARQUES, para compor o Superior Tribunal de Justiça, no cargo de Ministro, em vaga reservada a membro do Ministério Pública, com mais de dez anos de carreira, relativo ao quinto constitucional, decorrente da aposentadoria do senhor Ministro Francisco Peçanha Martins.
Autoria: PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA.
Relator: Senador ARTHUR VIRGÍLIO.
Parecer: A Comissão dispõe de todos os elementos necessários para deliberar sobre a indicação, (Votação Secreta).
Resultado: Aprovada a indicação por 22 votos sim, total de 22 votos.

ITEM Nº 03

**MENSAGEM (SF) Nº 93, DE 2008
(Mensagem nº 291, de 2008, na origem)**

NÃO TERMINATIVO

Submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Doutor GERALDO OG NICÉAS MARQUES FERNANDES, Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, para compor o Superior Tribunal de Justiça, no cargo de Ministro, em vaga reservada a Desembargadores dos Tribunais de Justiça, decorrente da aposentadoria do senhor Ministro Raphael de Barros Monteiro Filho.
Autoria: PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA.
Relator: Senador MARCO MACIEL.
Parecer: A Comissão dispõe de todos os elementos necessários para deliberar sobre a indicação, (Votação Secreta).
Resultado: Aprovada a indicação por 21 votos sim e 1 não, total de 22 votos.

**2ª REUNIÃO REALIZADA EM
28 DE MAIO DE 2008
(EXTRAORDINÁRIA)**

ITEM ÚNICO

**DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DAS EMENDAS AO
PROJETO DE LEI Nº 1, DE 2008 – CN, LEI DE
DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2009**

Relator: Senador TASSO JEREISSATI.

Resultado: Aprovadas 5 (cinco) Emendas à Metas.

TOTAL DE REUNIÕES: 08

03 ORDINÁRIAS/DELIBERATIVAS;

03 EXTRAORDINÁRIAS/DELIBERATIVAS;

01 EXTRAORDINÁRIA/AUDIÊNCIA PÚBLICA;

01 CONJUNTA/AUDIÊNCIA PÚBLICA.

MATÉRIAS APRECIADAS: 26

01 TERMINATIVA;

15 NÃO TERMINATIVAS;

03 REQUERIMENTOS – CCJ;

02 TERMOS ADITIVOS;

05 EMENDAS À LDO – LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIA PARA 2009.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE – CE

**REUNIÃO REALIZADA EM 06 DE MAIO DE 2008
(ORDINÁRIA)**

ITEM Nº 01

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 004, DE 2008

NÃO TERMINATIVO

Altera dispositivos do artigo 36 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. (Inclui a filosofia e a sociologia como disciplinas obrigatórias na ensino médio).

Autoria: Deputado RIBAMAR ALVES.

Relator: Senador VALTER PEREIRA.

Parecer: Favorável com a emenda de redação que apresenta.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 1 – CE de redação. Aprovado também Requerimento nº 22/08 – CE de urgência.

ITEM Nº 02

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 155, DE 2000

NÃO TERMINATIVO

Acrescenta artigos à Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973 (Estatuto do Índio), dispondo sobre a reserva de vagas nos concursos públicos para os trabalhadores indígenas.

Autoria: Senador MOZARILDO CAVALCANTI.

Relator “ad hoc”: Senador FLÁVIO ARNS.

Parecer: Favorável, com cinco emendas que apresenta.

Resultado: Aprovado parecer favorável com as Emendas nºs. 1, 2, 3, 4 e 5 – CE. A matéria vai à CCJ em decisão terminativa.

ITEM Nº 03

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 386, DE 2007

TERMINATIVO

Altera o artigo o artigo 47 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para instituir o ano letivo em duzentos dias efetivos de aula, no Ensino Superior.

Autoria: Senador WILSON MATOS.

Relator “ad hoc”: Senador PAPALÉO PAES.

Parecer: Favorável com a emenda que apresenta.

Resultado: Aprovado o Projeto e a Emenda nº 1 – CE.

ITEM Nº 04

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 561, DE 2007

TERMINATIVO

Institui o ano de 2010 como “Ano Nacional Joaquim Nabuco”.

Autoria: Senador MARCO MACIEL.

Relator: Senador RAIMUNDO COLOMBO.

Parecer: Favorável à matéria com a emenda de redação que apresenta.

Resultado: Aprovado o Projeto e a Emenda nº 1 – CE de redação.

ITEM Nº 05

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 399, DE 2007

TERMINATIVO

Denomina “Rodovia Honestino Monteiro Guimarães” o trecho da BR-020 que corta o Distrito Federal.

Autoria: Senador CRISTOVAM BUARQUE.

Relator: Senador ADELMIR SANTANA.

Parecer: Favorável à matéria com a emenda que apresenta.

Resultado: Aprovado o Projeto e a Emenda nº 1 – CE.

ITEM Nº 06

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 189, DE 2006

NÃO TERMINATIVO

Disciplina a utilização do espectro de radiofrequências destinado aos serviços de televisão.

Autoria: Senador FLÁVIO ARNS.

Relator: Senador RENATO CASAGRANDE.

Parecer: Favorável ao projeto com as emendas nºs 1, 2 e 3 Cl.

Resultado: Aprovado parecer favorável com as Emendas nºs 1, 2, e 3 – Cl/CE. A matéria vai à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática em decisão terminativa.

ITEM Nº 07

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 095, DE 2008

NÃO TERMINATIVO

Cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento dos Museus (FNDM).

Autoria: Senadora IDELI SALVATTI.

Relator: Senador SÉRGIO ZAMBIASI.

Parecer: Favorável

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 1 e 2 – CE, apresentadas pelo relator. A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos em decisão terminativa.

ITEM Nº 08

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 528, DE 2007

TERMINATIVO

Cria a Universidade Federal Rural do Vale do Guaporé – UFRVG, com sede no município de São Francisco do Guaporé, Estado de Rondônia.

Autoria: Senadora FÁTIMA CLEIDE.

Relator “ad hoc”: Senador JOÃO VICENTE CLAUDINO.

Parecer: Favorável com a emenda que apresenta.

Resultado: Aprovado o Projeto e a Emenda nº 1 – CE.

ITEM Nº 09

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 193, DE 2007

NÃO TERMINATIVO

Dispõe sobre a isenção do pagamento de taxas de inscrição de concursos públicos da Administração Fe-

deral e de exames vestibulares das instituições federais de educação superior aos jurados do Tribunal do Júri e aos eleitores nomeados para compor as mesas receptoras ou juntas eleitorais.

Autoria: Senador RAIMUNDO COLOMBO.

Relator: Senador PAPALÉO PAES.

Parecer: Favorável nos termos da emenda substitutiva que apresenta.

Resultado: Aprovado parecer favorável com a Emenda nº 1 – CE (Substitutivo). A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania em decisão terminativa.

ITEM Nº 10

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 571, DE 2007

TERMINATIVO

Dispõe sobre a criação do Dia Nacional de Combate ao Trabalho Escravo, bem como da Semana Nacional de Combate ao Trabalho Escravo.

Autoria: Senador JOSÉ NERY.

Relator: Senador PAULO PAIM.

Parecer: Favorável com a emenda de redação que apresenta.

Resultado: Aprovado o Projeto e a Emenda nº 1 – CE de redação.

ITEM Nº 11

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 409, DE 2007

TERMINATIVO

Autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Ariquemes, no Estado de Rondônia.

Autoria: Senador VALDIR RAUPP.

Relator: Senador MÃO SANTA.

Parecer: Favorável à matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 12

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 494, DE 2007

TERMINATIVO

Autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal do Sudeste de Goiás (UFSG), com sede no Município de Catalão, no Estado de Goiás.

Autoria: Senador MARCONI PERILLO.

Relator: Senador HERÁCLITO FORTES.

Parecer: Favorável à matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 13**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 189 DE 2007****TERMINATIVO**

Autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal do Vale do Araguaia (UNIVAR), com sede no Município de Araguatins, no Estado de Tocantins.

Autoria: Senadora KÁTIA ABREU.

Relator: Senador LEOMAR QUINTANILHA.

Parecer: Favorável à matéria com a emenda que oferece e pela prejudicialidade da emenda oferecida pelo Senador Antônio Carlos Valadares.

Resultado: Aprovado o Projeto e a Emenda nº 1 – CE, ficando prejudicada a emenda do Senador Antônio Carlos Valadares.

ITEM 14**ADITAMENTO AO REQUERIMENTO Nº 55, DE 2007 – CE**

Em aditamento ao Requerimento nº 55/2007 – CE, aprovado no dia 11 de dezembro de 2007, solicito que seja incluído como participante da Audiência Pública com a finalidade de discutir o PLS 026/2007, de autoria do Senador Tião Viana, que “altera a Lei nº 7.498, de 25 de junho de 1986, que dispõe sobre a regulamentação do exercício da enfermagem e dá outras providências, para estabelecer prazo para concessão de registros aos atendentes, auxiliares e técnicos de enfermagem e às parteiras, bem como para assegurar a esses profissionais acesso diferenciado aos cursos de graduação de nível superior em enfermagem, o Diretor JOSÉ CAETANO RODRIGUES, representante legal da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Saúde (CNTS).

Autoria: Senadores PAULO PAIM E FLÁVIO ARNS.

Resultado: Aprovado.

REUNIÃO REALIZADA EM 07 DE MAIO DE 2008 (EXTRAORDINÁRIA)**AUDIÊNCIA PÚBLICA**

Para instruir o Projeto de Lei do Senado nº 26, de 2007, que “Altera a Lei nº 7.498, de 25 de junho de 1986, que dispõe sobre a regulamentação do exercício da enfermagem e dá outras providências, para estabelecer prazo para a concessão de registros aos atendentes, auxiliares e técnicos de enfermagem e às parteiras, bem como para assegurar a esses profissionais acesso diferenciado aos cursos de graduação de nível superior em enfermagem”.

Autoria do Requerimento: Senadores AUGUSTO BOTELHO E CÍCERO LUCENA.

Autoria do Aditamento: Senadores PAULO PAIM E FLÁVIO ARNS.

Autoria do PLS nº 26/07: Senador TIÃO VIANA.

Relator da matéria: Senador AUGUSTO BOTELHO.

CONVIDADOS:

Senhora **Maria Goretti David Lopes**, Presidenta Nacional da Associação Brasileira de Enfermagem – ABN;

Senhor **Rubens de Oliveira Martins**, Coordenador-Geral de Fluxos e Processos da Diretoria de Regulação e Supervisão da Secretaria de Educação Superior – MEC;

Senhora **Maria Helena Machado**, Diretora do Departamento de Gestão e Regulação do Trabalho em Saúde do Ministério da Saúde – MS;

Senhora **Silvia Fernanda Casagrande**, Presidenta da Federação Nacional dos Enfermeiros – FNE; Senhor **José Sival Clemente da Silva**, Vice-Presidente do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde – CONASEMS; e

Senhor **José Caetano Rodrigues**, Tesoureiro-Geral da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Saúde – CNTS.

Resultado: Realizada.

REUNIÃO REALIZADA EM 13 DE MAIO DE 2008 (ORDINÁRIA)**ITEM Nº 01****PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 481 DE 2007 – COMPLEMENTAR****NÃO TERMINATIVO**

Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para modificar o regime de tributação incidente sobre as creches e pré-escolas no Regime Especial Unificado de arrecadação de tributos e contribuições devidos pelas microempresas e empresas de pequeno porte – Simples Nacional.

Autoria: Senadora PATRÍCIA SABOYA.

Relatora: Senadora LÚCIA VÂNIA.

Parecer: Favorável.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao projeto. A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

ITEM Nº 02**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 114, DE 2007****NÃO TERMINATIVO**

Institui o ano de 2008 como o Ano Nacional de Combate à Mortalidade Materna.

Autoria: Deputado GERALDO RESENDE.
Relator: Senador RENATO CASAGRANDE.
Parecer: Favorável.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao projeto. Aprovado, ainda, requerimento de urgência.

EXTRA PAUTA

ITEM Nº 01

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 43, DE 2008

NÃO TERMINATIVO

Cria o Dia Nacional do Ciclista.
Autoria: Deputada SOLANGE AMARAL.
Relator: Senador GERSON CAMATA.
Parecer: Favorável.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao projeto. Aprovado, ainda, requerimento de urgência.

ITEM Nº 02

REQUERIMENTO Nº 25/08 – CE

Requer, nos termos do artigo 90, inciso V e artigo 154, inciso III, § 5º do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de reunião extraordinária, no âmbito desta Comissão para comemorar os 50 anos da conquista da Copa do Mundo de 1958, homenageando dirigentes, jogadores e cronistas esportivos que participaram da memorável conquista do futebol brasileiro que abriu as portas para a entrada do país na elite do futebol mundial. Ressalto que esse evento está inserido nas comemorações que o Governo do Distrito Federal, por intermédio da Secretaria de Cultura e da Secretaria de Desenvolvimento Social e Transparência de Renda, e o Governo Federal, por intermédio do Ministério do Esporte e da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT, em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC e a Embaixada da Suécia, estão promovendo com o mesmo objetivo, com este intuito sugiro que sejam convidados para serem homenageados o senhor JOÃO HAVELANGE, Presidente de Honra da FIFA; os Campeões Mundiais da Seleção de 1958 e o senhor LUIZ MENDES, Jornalista Esportivo.
Autoria: Senadores SÉRGIO ZAMBIASI e VIRGINIO DE CARVALHO.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 03

REQUERIMENTO Nº 26/08 – CE

Requer, nos termos do artigo 218, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, Voto de Pesar à família do ex-Senador Artur da Távola pelo seu falecimento.

Autoria: Senador FLÁVIO ARNS.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 04

REQUERIMENTO Nº 27/08 – CE

Requer, nos termos do artigo 218, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, Voto de Pesar à família do ex-Senador Bello Parga pelo seu falecimento.
Autoria: Senador FLÁVIO ARNS.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 05

ADITAMENTO AO REQUERIMENTO Nº 14/08 – CE

Em aditamento ao Requerimento nº 14, de 2008– CE, requeiro nos termos regimentais, a inclusão do nome do senhor DAVID SAAD, Diretor Executivo da Fundação Victor Civita, para, participar, como expositor, da Audiência Pública que debaterá idéias para a melhoria da Educação com cinco professores premiados pelo projeto “Educar Nota 10”.
Autoria: Senadores CRISTOVAM BUARQUE e EDUARDO AZEREDO.

Resultado: Aprovado.

REUNIÃO REALIZADA EM 20 DE MAIO DE 2008 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Debater os Direitos Autorais nas áreas de Cinema e Música, bem como o papel desempenhado pelo Escritório Central de Arrecadação e Distribuição – ECAD.
Autoria do Requerimento: Senadores RAIMUNDO COLOMBO, FLÁVIO ARNS e FLEXA RIBEIRO.

CONVIDADOS:

Senhor **Alexandre Annenberg**, Presidente Executivo da Associação Brasileira de Televisão por Assinatura – ABTA;

Senhor **José de Araújo Novaes Neto**, Diretor da Associação Brasileira de Músicas e Artes – ABRAMUS;

Senhor **Ícaro Martins**, Presidente da Associação Paulista de Cineastas – APCI;

Senhor **Marcos Alberto Sant’Anna Bitelli**, Professor da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP e Especialista nas áreas de Propriedade Intelectual, Audiovisual e Comunicação Social;

Senhor **Francisco João Moreirão de Magalhães**, Vice-Presidente da Associação Brasileira de Música Independente – ABMI; e

Senhor **Marcos Alves de Souza**, Coordenador-Geral de Direito Autoral da Secretaria de Políticas Culturais do Ministério da Cultura.

Resultado: Realizada.

REUNIÃO REALIZADA EM 21 DE MAIO DE 2008 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 14, de 2008 – CE, aditado.

Autor do Requerimento: Senador MARCO MACIEL e CRISTOVAM BUARQUE

Autor do Aditamento: Senadores CRISTOVAM BUARQUE e EDUARDO AZEREDO, aprovado em 13.05.08.

Assunto: Debater os trabalhos desenvolvidos pelos professores premiados pelo Projeto “Educar Nota 10”, criado pela Fundação Victor Civita, em suas respectivas escolas e as suas idéias para a melhoria do ensino e da educação no Brasil.

CONVIDADOS:

Senhor **David Saad**, Diretor Executivo da Fundação Victor Civita;

Senhora **Bernadete Rocha da Silva**, Professora da Escola Municipal Francisca Aragão – Rio Branco/AC;

Senhora **Fátima Regina dos Reis**, Professora da Escola Municipal Padre Donato – Itajubá/MG;

Senhora **Iranes Ponsoni Martins**, Professora da Escola Municipal de Ensino Fundamental Ângela Pellegrini Paludo – Nova Prata/RS;

Senhora **Vânia Hörner de Almeida**, Professora da Escola Municipal Procópio Faria – Vila Rica/MT; e

Senhora **Francisca das Chagas**, Professora da Escola de Ensino Fundamental João Pinto Magalhães – São Gonçalo do Amarante/CE.

Resultado: Realizada.

REUNIÃO REALIZADA EM 27 DE MAIO DE 2008 (ORDINÁRIA)

ITEM Nº 01

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 53, DE 2008

NÃO TERMINATIVO

Altera a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, a fim de permitir a repactuação de contratos firmados no âmbito do Programa de Financiamento Estudantil (FIES).

Autoria: Senador EXPEDITO JÚNIOR.

Relator: Senador FLÁVIO ARNS.

Parecer: Favorável com a emenda de redação que apresenta.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 1 – CE de redação. A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos em decisão terminativa.

ITEM Nº 02

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 370, DE 2007

NÃO TERMINATIVO

Regulamenta a profissão do Conservador-Restaurador de Bens Culturais Móveis e Integrados (COR), cria o Conselho Federal de Conservação-Restauração de Bens Móveis e Integrados (CONFECOR) e os Conselhos Regionais de Conservação-Restauração de Bens Móveis e Integrados (CONCORD’S) e dá outras providências.

Autoria: Senador EDISON LOBÃO.

Relatora: Senadora IDELI SALVATTI.

Parecer: Favorável.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 1 – CE oferecida. A matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais em decisão terminativa.

ITEM Nº 03

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 96, DE 2007

NÃO TERMINATIVO

Institui o dia 25 de janeiro como Dia Nacional da Bossa Nova.

Autoria: Deputado CHICO ALENCAR.

Relatora “ad hoc”: Senadora IDELI SALVATTI.

Parecer: Favorável.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto.

EXTRA PAUTA

ITEM Nº 01

REQUERIMENTO Nº 28, DE 2008 – CE

Requer, nos termos do artigo 218, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, Voto de Pesar à família do ex-Senador **Jefferson Peres** pelo seu falecimento.

Autoria: Senador CRISTOVAM BUARQUE.

Resultado: Aprovado.

1ª REUNIÃO REALIZADA EM 28 DE MAIO DE 2008 (EXTRAORDINÁRIA) EM CONJUNTO COM A SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento aos Requerimentos nºs 05/07 da Sub e 10/07 – CE, aditado.

Autores dos Requerimentos: Senadora ROSALBA CIARLINI e Senadores ROMEU TUMA e DEMÓSTENES TORRES.

Autores do Aditamento: Senadores PAULO DUQUE e PAULO PAIM.

Assunto: Projeto de Lei Geral do Teatro.

CONVIDADOS:

Senhor **Roberto Nascimento**, Secretário de Incentivo e Fomento do Ministério da Cultura;

Senhora **Sheila Aragão**, Atriz e Produtora Teatral – DF;

Senhora **Tânia Farias**, Conselheira do Grupo REDE-MOINHO – Movimento Brasileiro de Espaços de Criação, Compartilhamento e Pesquisas Teatrais – RS;

Senhora **Nicete Bruno**, Atriz;

Senhora **Bianca de Fellipes**, Produtora de Teatro e Cinema – RJ; e

Senhor **Paulo Pélico**, Diretor-Secretário da Associação dos Produtores de Espetáculos Teatrais do Estado de São Paulo – APETESP.

Resultado: Realizada.

2ª REUNIÃO REALIZADA EM 28 DE MAIO DE 2008 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM ÚNICO

DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DAS EMENDAS AO PROJETO DE LEI Nº 1, DE 2008 – CN, LEI DE DI- RETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2009

Relator: Senador VIRGINIO DE CARVALHO.

Resultado: Aprovadas 5 (cinco) Emendas à Metas e 1 (uma) Emenda de Texto.

TOTAL DE REUNIÕES: 07

03 ORDINÁRIAS/DELIBERATIVA;

01 EXTRAORDINÁRIA/DELIBERATIVA;

02 EXTRORDINÁRIAS/AUDIÊNCIA PÚBLICA;

01 CONJUNTA/AUDIÊNCIA PÚBLICA.

MATÉRIAS APRECIADAS: 31

09 TERMINATIVA;

10 NÃO TERMINATIVAS;

04 REQUERIMENTOS – CE;

02 TERMOS ADITIVOS;

06 EMENDAS À LDO – LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIA PARA 2009.

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL – CE

REUNIÃO REALIZADA EM 28 DE MAIO DE 2008 (EXTRAORDINÁRIA), EM CONJUNTO COM A CO- MISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento aos Requerimentos nºs 05/07 da Sub e 10/07 – CE, aditado.

Autores dos Requerimentos: Senadora ROSALBA CIARLINI e Senadores ROMEU TUMA e DEMÓSTENES TORRES.

Autores do Aditamento: Senadores PAULO DUQUE e PAULO PAIM.

Assunto: Projeto de Lei Geral do Teatro.

CONVIDADOS:

Senhor **Roberto Nascimento**, Secretário de Incentivo e Fomento do Ministério da Cultura;

Senhora **Sheila Aragão**, Atriz e Produtora Teatral – DF;

Senhora **Tânia Farias**, Conselheira do Grupo REDE-MOINHO – Movimento Brasileiro de Espaços de Criação, Compartilhamento e Pesquisas Teatrais – RS;

Senhora **Nicete Bruno**, Atriz;

Senhora **Bianca de Fellipes**, Produtora de Teatro e Cinema – RJ; e

Senhor **Paulo Pélico**, Diretor-Secretário da Associação dos Produtores de Espetáculos Teatrais do Estado de São Paulo – APETESP.

Resultado: Realizada.

TOTAL DE REUNIÕES: 01

01 CONJUNTA/AUDIÊNCIA PÚBLICA.

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE – CMA

REUNIÃO REALIZADA EM 06 DE MAIO DE 2008 (ORDINÁRIA)

ITEM Nº 01

AVISO Nº 103, DE 2007

(Anexado ao processado do Aviso nº 84, de 2007)

NÃO TERMINATIVO

Encaminha ao Senado Federal, cópia do Acórdão nº 2.021/2007 de 2007 – TCU 2ª Câmara, bem como do

Relatório e Voto que o fundamentaram, sobre a Tomada de Contas Especial instaurada em cumprimento a determinação conste do subitem 9.3.6 do Acórdão nº 2.261/TCU-Plenário (fl.4), em razão de irregularidade na prestação de contas do Convênio CRT/RS/8.009/1999 (TCU 004.479/2006-0).

Autoria: Tribunal de Contas da União.

Relator: Senador FLEXA RIBEIRO.

Parecer: Pelo conhecimento da matéria, encaminha-se de cópia à CPI das ONGs e remessa do processado ao arquivo.

Resultado: Aprovado o parecer.

ITEM Nº 02

AVISO Nº 108, DE 2007

NÃO TERMINATIVO

Encaminha ao Senado Federal, cópia do Acórdão proferido nos autos do processo TC 005.126/1999-1, bem como do Relatório e Voto que o fundamentaram, referente a pedido de reexame interposto, nos referidos autos, que tratam de identificação de possíveis excessos em pagamentos efetuados a servidores e magistrados do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região (PA e AP).

Autoria: Tribunal de Contas da União.

Relator: Senador GILBERTO GOELLNER.

Parecer: Pela remessa do processado ao arquivo.

Resultado: Aprovado o parecer.

ITEM Nº 03

AVISO Nº 107, DE 2007

NÃO TERMINATIVO

Encaminha ao Senado Federal, cópia do Acórdão proferido nos autos do processo TC 009.200/2006-1, bem como do Relatório e Voto que o fundamentaram, referente a aprovação por aquela Corte de Contas, da Instrução Normativa nº 56, de 2007, que dispõe sobre instauração e organização de processo de tomada de contas especial e dá outras providências.

Autoria: Tribunal de Contas da União.

Relator: Senador EXPEDITO JÚNIOR.

Parecer: Pelo conhecimento da matéria e solicitação de informações ao TCU sobre os custos médios relacionados à tramitação de tomadas de contas especiais.

Resultado: Aprovado o parecer.

ITEM Nº 04

OFÍCIO “S” Nº 53, DE 2007

NÃO TERMINATIVO

Encaminha ao Senado Federal, em atendimento ao § 1º do artigo 28 da Lei nº 11.079, de 2004, informações com vistas a contratar empreendimento por intermédio de parcerias público-privadas.

Autoria: PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS – RJ.

Relator: Senador FLÁVIO ARNS.

Parecer: Pelo conhecimento da matéria, remessa do processado ao arquivo e envio da presente deliberação ao Ministério da Fazenda, para dar ciência ao órgão competente, na forma do § 1º do artigo 28 da Lei nº 11.079, de 2004.

Resultado: Aprovado o Parecer.

ITEM Nº 05

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 690, DE 2007

TERMINATIVO

Acrescenta inciso XVII ao artigo 51 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para considerar abusiva a cláusula contratual que obrigue o consumidor a pagar pela emissão do carnê de pagamento ou do boleto bancário.

Autoria: Senador GERSON CAMATA.

Relator: Senador HERÁCLITO FORTES.

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 06

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 424, DE 2007

TERMINATIVO

Acrescenta parágrafos ao artigo 49 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências, renumerando o atual parágrafo único, para impor ao fornecedor a obrigação de advertir o consumidor, de forma clara e destacada, do direito de arrependimento previsto no artigo 49, e dão outras providências.

Autoria: Senadora LÚCIA VÂNIA.

Relator: Senador FLÁVIO ARNS.

Parecer: Pela aprovação da matéria com a emenda que apresenta.

Resultado: Aprovado o Projeto e a Emenda nº 1 – CMA.

**REUNIÃO REALIZADA EM 08 DE MAIO DE 2008
(EXTRAORDINÁRIA)****AUDIÊNCIA PÚBLICA****Em atendimento ao Requerimento nº 05, de 2008 –
CMA, aprovado em 04.03.08.**

Autoria: Senador RENATO CASAGRANDE.

Assunto: Discutir e repensar o modelo de controle interno e externo do País, por meio de um Ciclo de Debates sobre o tema “Controle Público – instrumento da cidadania”.

MESA 1 – INSTITUIÇÕES E PADRÕES DE CONTROLE – DIAGNÓSTICOS E SOLUÇÕES.

Coordenador: Senador RENATO CASAGRANDE – “O papel do Poder Legislativo no controle da gestão pública – problemas e visão de futuro”.

CONVIDADOS:

Senhor **Paulo Bernardo Silva**, Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão – “O controle visto pelos órgãos responsáveis pela execução da despesa e das políticas públicas”;

Senhor **Gualter Ramalho Portella**, Secretário da 1ª Secretária de Controle Externo do TCU – “Restrições, limitações e perspectivas de fortalecimento institucional dos Tribunais de Contas na missão de controle”;

Senhor **Bruno Willhem Speck**, Professor do Departamento de Ciência Política – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP – “As possibilidades de controle proporcionadas pelo sistema político-institucional brasileiro e suas limitações”; e

Jornalista **Claudia Safatle**, Diretora-Adjunta de Redação do Jornal Valor Econômico – “Dificuldades e expectativas da cidadania acerca do controle da gestão pública”.

Resultado: Realizada.

**REUNIÃO REALIZADA EM 13 DE MAIO, DE 2008
(ORDINÁRIA)****ITEM Nº 01****AVISO Nº 106, DE 2007****NÃO TERMINATIVO**

Encaminha ao Senador Federal, cópia do Acórdão proferido nos autos do processo nº TC 002.798/2007-0, bem como do Relatório e do Voto que fundamentaram referente ao acompanhamento realizado pela Secretaria de Macroavaliação Governamental – Semag, dos Relatórios de Gestão Fiscal referentes ao 3º quadrimestre

de 2006, publicados pela Presidência da República, Câmara dos Deputados, Senado Federal, Ministério Público da União, Supremo Tribunal Federal, Tribunal de Contas da União, Justiça Federal, Justiça do Distrito Federal e Territórios, Justiça Eleitoral, Justiça Militar e Justiça do Trabalho.

Autoria: Tribunal de Contas da União.

Relator “ad hoc”: Senador FLEXA RIBEIRO.

Parecer: Pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo.

Resultado: Aprovado o parecer.

ITEM Nº 02**AVISO Nº 201, DE 2001****NÃO TERMINATIVO**

Encaminha ao Senador Federal, cópia da Decisão nº 879, de 2001 – TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que fundamentam sobre relatório de auditoria realizada nas obras de reforma, ampliação e modernização do Aeroporto de Salvador (TC nº 009.627/2000-8).

Autoria: Tribunal de Contas da União.

Relator “ad hoc”: Senador GIM ARGELLO.

Parecer: Pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo após serem recebidas as informações acerca das decisões definitivas sobre os processos derivados daquela auditoria, a saber: TC nº 015.832/2005-5 e TC nº 003.627/2008-8.

Resultado: Aprovado o parecer.

ITEM Nº 03**AVISO Nº 33, DE 2001****NÃO TERMINATIVO**

Encaminha ao Senador Federal, cópia da Decisão nº 1.089, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que fundamentam referente à auditoria realizada no 11º Distrito Rodoviário Federal do Departamento Nacional de Estrada e Rodagem no Estado de Mato Grosso, com o objetivo de verificar os aspectos de legalidade, legitimidade e economicidade nos processos de desapropriação de imóveis promovidos pela entidade (TC nº 425.052/98-2 e TC nº 425.021/98-0).

Autoria: Tribunal de Contas da União.

Relator: Senador GIM ARGELLO.

Parecer: Pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo.

Resultado: Aprovado o parecer.

ITEM Nº 04**AVISO Nº 21, DE 2008****(anexado ao processado do Aviso nº 5, de 2007)****NÃO TERMINATIVO**

Encaminha ao Senador Federal, cópia do Acórdão proferido nos autos do processo nº TC 008.581/2007-0, bem como do Relatório e do Voto que fundamentaram referente à contratação de empresa de consultoria de supervisão e de execução das obras do Rio São Francisco.

Autoria: Tribunal de Contas da União.

Relator “ad hoc”: Senador EXPEDITO JÚNIOR.

Parecer: Pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo.

Resultado: Aprovado o parecer.

ITEM Nº 05**INDICAÇÃO Nº 01, DE 2006****NÃO TERMINATIVO**

Sugere à Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional e à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, bem como à Comissão de Assuntos Econômicos, que procedam a estudos sobre a criação de um Fundo Mundial Ambiental (FMA), na forma proposta no texto da justificativa desta indicação.

Autoria: Senador ALOIZIO MERCADANTE.

Relatora: Senadora SERYS SLHESSARENKO.

Parecer: Pelo conhecimento da matéria à Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas.

Resultado: Aprovado o parecer.

ITEM Nº 06**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 51, DE 2007****NÃO TERMINATIVO**

Dispõe sobre a validade dos bilhetes de passagem no transporte coletivo rodoviário de passageiros e dá outras providências.

Autoria: Deputado JOVAIR ARANTES.

Relator: Senador FLEXA RIBEIRO.

Parecer: Favorável.

Resultado: Aprovado o parecer favorável ao projeto.

EXTRA PAUTA**REQUERIMENTO Nº 17, DE 2008 – CMA****NÃO TERMINATIVO**

Requer, nos termos do artigo 142, do Regimento Interno, a realização de diligência na Assembléia Legis-

lativa do Estado do Acre, no dia 12 de junho, com a finalidade de tomar depoimento e informações sobre a contribuição do líder seringueiro e ecologista Chico Mendes e do movimento dos seringueiros da Amazônia na preservação da floresta amazônica. Solicita, também, que sejam convidados para prestar informações o ex-presidente do Conselho Nacional dos Seringueiros senhor Júlio Barbosa de Aquino, o advogado Gomerindo Clóvis Garcia, o governador do Estado do Acre Arnóbio Marques, o secretário de Meio Ambiente do Estado do Rio de Janeiro Carlos Minc e Elenira Mendes, filha de Chico Mendes.

Autoria: Senador Sibá Machado.

Resultado: Aprovado.

**REUNIÃO REALIZADA EM 15 DE MAIO DE 2008
(EXTRAORDINÁRIA)****AUDIÊNCIA PÚBLICA**

Em atendimento ao Requerimento nº 05, de 2008 – CMA. Aprovado em 04.03.08.

Autoria: Senador RENATO CASAGRANDE.

Assunto: Discutir e repensar o modelo de controle interno e externo do País, por meio de um Ciclo de Debates sobre o tema “Controle Público – instrumento da cidadania”.

MESA 2 – INSTRUMENTO E PROCEDIMENTOS DE CONTROLE 1 – A PREVENÇÃO DE FRAUDE E DESPERDÍCIOS.

Coordenador: Senador AUGUSTO BOTELHO – “As funções do Poder Legislativo na prevenção da má gestão pública”.

CONVIDADOS:

Senhor **Jorge Hage**, Ministro de Estado do Controle e da Transparência – “As medidas de controle interno necessárias à prevenção de fraude e desperdícios – diagnóstico e medidas necessárias”;

Senhor **Marcelo Bemerguy**, Secretário-Adjunto de Fiscalização do TCU – “A intervenção preventiva do controle externo – problemas, instrumentos e possibilidades de aperfeiçoamento”;

Senhora **Eliana Graça**, Assessora de Política Fiscal e Orçamentária do Instituto de Estudos Sócio-Econômicos/INESC – “O papel da sociedade civil na prevenção de fraudes e desperdícios na gestão pública”; e

Senhor **Gil Pinto Loja Neto**, Auditor-Chefe do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação/FNDE “O efeito das fragilidades de controle na gestão do gasto público social descentralizado – a experiência dos órgãos gestores”.

Resultado: Realizada.

**REUNIÃO REALIZADA EM 27 DE MAIO DE 2008,
(EXTRAORDINÁRIA), CONJUNTAMENTE COM A
COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVA-
ÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA**

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento aos Requerimentos nºs 12, de 2008 – CMA e 08, de 2008 – CCT.

Autoria: Senadores ADELMIR SANTANA e FLEXA RIBEIRO.

Autoria dos Projetos: Senador ADELMIR SANTANA.
Assunto: Instruir os Projetos de Lei do Senado nºs. 213, de 2007 e 677, de 2007, que regulamenta o mercado de Cartões de Crédito.

CONVIDADOS:

Senhora **Maria Beatriz Corrêa Sales**, Diretora-Substituta do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor – DPDC do Ministério da Justiça;

Senhora **Vanessa Alves Vieira**, Advogada da Associação Brasileira de Defesa do Consumidor – PRÓ-TESTE

Senhor **Marcelo de Matos Ramos**, Coordenador Geral de Comunicação e Mídia da Secretaria de Acompanhamento Econômico – SEAE do Ministério da Fazenda;

Senhor **Félix Cardamone**, Diretor Presidente da Associação Brasileira de Empresas de Cartões de Crédito e Serviços – ABECS;

Senhor **Antônio Rios**, Diretor da Associação Brasileira de Empresas de Cartões de Crédito e Serviços – ABECS;

Senhor **José Antônio Marciano**, Chefe do Departamento de Operações Bancárias e de Sistema de Pagamentos – DEBAN do Banco Central do Brasil – BACEN; e

Senhor **Carlos Thadeu de Freitas Gomes**, Chefe da Divisão Econômica da Confederação Nacional do Comércio – CNC.

Resultado: Realizada.

EXTRA-PAUTA

REQUERIMENTO Nº 18, DE 2008 – CMA

Requer, nos termos do artigo 50 da Constituição Federal combinado com o artigo 90, inciso V do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, no âmbito desta Comissão, com a finalidade de discutir a questão ambiental brasileira, em especial na Amazônia e o PAS – Plano Amazônia Sustentável, com a participação dos seguintes convidados:

Senhor **Roberto Mangabeira Unger**, Ministro de Estado Extraordinário de Assuntos Estratégicos; e

Senhor **Carlos Minc**, Ministro de Estado do Meio Ambiente a ser nomeado.

Autoria: Senador FLEXA RIBEIRO.

Resultado: Aprovado.

**REUNIÃO REALIZADA EM 28 DE MAIO DE 2008
(EXTRAORDINÁRIA), EM CONJUNTO COM AS
COMISSÕES DE ASSUNTOS ECONÔMICOS (SF);
DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚ-
STRIA E COMÉRCIO (CD); DE FINANÇAS E TRI-
BUTAÇÃO (CD); FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E
CONTROLE (CD) E COM A COMISSÃO MISTA DE
PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALI-
ZAÇÃO (CN)**

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em cumprimento ao disposto no artigo 9, § 5º, da Lei Complementar nº 101/00, (LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL), determinando que, “No prazo de 90 dias após o encerramento de cada semestre, o Banco Central do Brasil apresentará, em reunião conjunta das Comissões Temáticas pertinentes do Congresso Nacional, avaliação do cumprimento dos objetivos e metas das Políticas Monetária, Creditícia e Cambial, evidenciando o impacto e o custo fiscal de suas operações e os resultados demonstrados nos balanços” – 2º semestre de 2007.

Resultado: Realizada.

CONVIDADO:

Senhor **Henrique Meirelles**, Presidente do Banco Central do Brasil.

**REUNIÃO REALIZADA EM 29 DE MAIO DE 2008
(EXTRAORDINÁRIA)**

1ª PARTE

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 05, de 2008 – CMA, aprovado em 04.03.08.

Autoria: Senador RENATO CASAGRANDE.

Assunto: Discutir e repensar o modelo de controle interno e externo do País, por meio de um Ciclo de Debates sobre o tema “Controle Público – instrumento da cidadania”.

MESA 3 – INSTRUMENTOS E PROCEDIMENTOS DE CONTROLE – A REPRESSÃO AOS ATOS IRRREGULARES.

Coordenadora: Senadora SERYS SLHESSARENKO – “O Poder Legislativo e os procedimentos de sanção

à corrupção e à má gestão pública – o que se faz; o que se pode fazer”.

CONVIDADOS:

Senhor **Luiz Antônio Pagot**, Diretor-Geral do DNIT – “O controle a posteriori e seus impactos nos órgãos gestores de grandes investimentos públicos”;

Senhor **Ribamar Oliveira**, Jornalista do Jornal O Estado de São Paulo – “O papel da imprensa na luta contra a corrupção e a má gestão pública”;

Senhor **Laércio Mendes Vieira**, Secretário-Adjunto de Contas do TCU – “Restrições, limitações e perspectivas de fortalecimento institucional dos Tribunais de Contas na missão de controle”;

Senhora **Dóris de Miranda Coutinho**, Presidenta do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins; e

Senhor **José Adércio Leite Sampaio**, Procurador Regional da República – “As possibilidades e os limites do controle da gestão pública por meio de ações judiciais. Resultado: Realizada.

2ª PARTE**DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DAS EMENDAS AO PROJETO DE LEI Nº 1, DE 2008 – CN, LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2009**

Relator: Senador RENATO CASAGRANDE.

Resultado: Aprovadas 5 (cinco) Emendas à Metas.

TOTAL DE REUNIÕES: 07

02 ORDINÁRIAS/DELIBERATIVAS;

03 EXTRAORDINÁRIA/AUDIÊNCIA PÚBLICA;

03 CONJUNTA/AUDIÊNCIA PÚBLICA.

MATÉRIAS APRECIADAS: 19

02 TERMINATIVA;

10 NÃO TERMINATIVAS;

02 REQUERIMENTOS – CMA;

05 EMENDAS À LDO – LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIA PARA 2009.

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA – CDH.

REUNIÃO REALIZADA EM 06 DE MAIO DE 2008 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 27, de 2008 – CDH, aprovado em 03.04.08

Autoria: Senador PAULO PAIM.

Assunto: FUNDO DE PENSÃO – PORTUS

CONVIDADOS:

Senhor **Ricardo Pena Pinheiro**, Secretário da Previdência Complementar (SPC) do Ministério da Previdência e Assistência Social;

Senhor **Eduardo Lírio Guterra**, Presidente da Federação Nacional dos Portuários;

Senhor **Vilson Balthar Arsênio**, Presidente da União Nacional das Entidades Representativas dos Participantes do Portus – UNAPPORTUS;

Senhora **Claudia Muinho Ricaldoni**, Secretária-Geral da ANAPAR, representando o senhor **José Ricardo Sasseron**, Presidente da Associação Nacional dos Participantes de Fundos de Pensão – ANAPAR;

Senhor **Eduardo Celso de Araújo Marinho**, Diretor-Presidente do Fundo de Pensão Portus; e

Senhor **José Roberto Correa Serra**, Ministro-Interino da Secretaria Especial de Portos da Presidência da República, representando o Ministro **Pedro Brito do Nascimento**.

Resultado: Realizada

EXTRA-PAUTA**ADITAMENTO AO REQUERIMENTO Nº 23, DE 2008 – CDH, aprovado em 19.03.08**

Assunto: Inclusão de convidados para participar da audiência pública, que debaterá o conflito entre o Consórcio Estreito Energia – CESTE e as populações atingidas pela construção da Usina Hidrelétrica de Estreito, na divisa dos Estados do Maranhão e Tocantins.

Autoria: Senador JOSÉ NERY

Resultado: Aprovado.

REUNIÃO REALIZADA EM 07 DE MAIO DE 2008 (EXTRAORDINÁRIA)**AUDIÊNCIA PÚBLICA**

Em atendimento ao Requerimento nº 23, de 2008 – CDH, aditado.

Autor do Requerimento: Senador JOSÉ NERY, aprovado em 19.03.08.

Autor do Aditamento: Senador CÉSAR BORGES, aprovado em 17.04.08.

Assunto: Debater o conflito entre o Consórcio Estreito Energia – CESTE e as populações atingidas pela construção da Usina Hidroelétrica de Estreito, na divisa dos estados do Maranhão e Tocantins.

CONVIDADOS:

Senhor **Ronaldo Schuck**, Secretário de Energia Elétrica, representando o Senador **Edison Lobão**, Ministro de Estado de Minas e Energia – MME;

Senhor **Valter Muchagata**, Diretor de Licenciamento Ambiental, representando o senhor **Bazileu Alves Margarido Neto**, Presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA;

Senhor **Cirineu da Rocha**, representante do Movimento dos Atingidos pelas Barragens – MAB;

Senhor **Laurenço Krikati**, representante da Coordenação das Organizações e Articulação dos Povos Indígenas do Maranhão – COAPIMA;

Senhora **Iara Vasco Ferreira**, Coordenadora Geral de Patrimônio Indígena e Meio Ambiente da FUNAI; Senhora **Sheila Apinagé**, representante do Conselho das Organizações Indígenas da Bacia Araguaia Tocantins – COIAT;

Senhor **Antônio Luiz Fonseca Abreu Jorge**, Diretor de Saúde, Segurança e Meio Ambiente, representando o senhor **José Renato Ponte**, Presidente do Consócio CESTE;

Senhora **Norma Pinto Villela**, Diretora de Socioeconomia, representando o senhor **José Renato Ponte**, Presidente do Consórcio – CESTE;

Senhor **Natal Alves Rodrigo**, Coordenador do MST, representando o senhor **João Pedro Stédile**, Presidente do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra – MST;

Senhor **Pedro Ursulino Coimbra de Castro**, Vereador do Município de Filadélfia, representando o senhor **José de Ribamar Brito** da Associação dos Moradores de Cana Brava;

Senhor **Cleber Gomes Espírito Santo**, Presidente da Associação dos Barraqueiros da Praia de Filadélfia; Senhor **Ronivaldo Aires**, representando a Associação dos Atingidos pela Barragem de Estreito – AABE; Senhor **Denerval Ferreira da Cruz**, Presidente da Colônia dos Pescadores Z-35;

Senhor **José William Salviano Villar**, Presidente da Associação Comunitária Novo Progresso;

Senhor **Adriano Rodrigues Filho**, da Colônia de Pescadores Z-15;

Senhor **Claudio Luiz dos Santos Beirão**, Assessor Jurídico do Conselho Indigenista Missionário – CIMI, representando o senhor **Paulo Machado**, representante do CIMI;

Senhor **Agemiro Pereira dos Santos**, Presidente da Associação do Assentamento Formosa;

Senhora **Silvia Carvalho**, Presidenta da Associação dos Pequenos Produtores da Comunidade Mato Verde; Senhor **Luiz de Abreu de Moura**, representante da Comissão de Pescadores do Município de Estreito-MA; Senhora **Deborah Macedo Duprat de Brito Pereira**, Subprocuradora Geral da República da 6ª Câmara; Senhor **Antônio Veríssimo da Conceição Apinagé**, representante da Organização Indígena do Tocantins – OI;

Senhora **Gercilia Kraô**, representante da Associação Indígena Wotykaty;

Senhor **José Lopes**, Prefeito do Município de Estreito-MA;

Senhor **Agimiro Dias da Costa**, Prefeito do Município de Babaçulândia; e

Senhora **Maria dos Anjos Nunes da Silva**, representante da Comunidade Ilha de São José.

Resultado: Realizada.

1ª REUNIÃO REALIZADA EM 08 DE MAIO DE 2008 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 06, de 2008 – CDH aprovado em 21.02.08.

Autoria: Senador PAULO PAIM.

Assunto: Tratar dos projetos em tramitação no Congresso, de interesse do povo negro.

CONVIDADOS:

Senhor **Edson Santos**, Ministro de Estado da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR;

Senhor **Carlos Santana**, Deputado Federal;

Senhor **Antônio Roberto**, Deputado Federal;

Senhor **José Vicente**, Reitor da Unipalmarens de São Paulo;

Professor **Carlos Alves Moura**, Secretário-Executivo da Comissão Brasileira Justiça e Paz – CNBB;

Senhor **Sebastião da Silva**, Conselheiro do Conselho de Defesa dos Direitos dos Negros da Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania;

Senhora **Regina Célia Silveira Santana**, Advogada membro integrante da Comissão do Negro e Assuntos Anti-discriminatórios – CONAD da OAB Seção São Paulo; e

Senhor **Jaques Jesus**, Assessor de Diversidade e Apoio aos Cotistas da UnB e Coordenador do Centro de Convivência Negra – UnB.

Resultado: Realizada

2ª REUNIÃO REALIZADA EM 08 DE MAIO DE 2008 (EXTRAORDINÁRIA)**AUDIÊNCIA PÚBLICA**

Em atendimento ao Requerimento nº 06, de 2008 – CDH, aprovado em 21.02.08.

Autoria: Senador PAULO PAIM.

Assunto: Tratar do abolicionismo e a aplicabilidade da Lei nº 10.639, de 1993, que estabelece no currículo da Rede Oficial de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileiro”.

CONVIDADOS:

Senhor **João Batista de Almeida Sérgio**, Presidente do Conselho de Defesa dos Direitos do Negro no DF;

Senhor **Edson Lopes Cardoso**, Mestre em Comunicação Social e Diretor do Jornal Irohin;

Senhora **Maria José Rocha Lima**, Mestre em Políticas Públicas para Educação e Especialista em História da África;

Senhor **Daniel Antônio Pereira**, Embaixador do Brasil em Cabo Verde;

Senhor **Giovani Harvey**, Subsecretário de Políticas de Ações Afirmativas;

Senhor **Celso Prudente**, Professor da Unipalmes de São Paulo;

Senhor **Marcos Teixeira**, Professor da Universidade Federal de Rondônia;

Senhora **Renisia Cristina Garcia**, Professora Doutora em Políticas Públicas e Gestão de Educação; e

Senhora **Maria Auxiliadora Lopes**, Assessora do SECAD/MEC.

Resultado: Realizada

REUNIÃO REALIZADA EM 14 DE MAIO DE 2008 (EXTRAORDINÁRIA)**AUDIÊNCIA PÚBLICA**

Em atendimento ao Requerimento nº 36, de 2008 – CDH, aprovado em 24.04.08.

Autoria: Senador SIBÁ MACHADO.

Assunto: Com vista a debater a demarcação da terra indígena Raposa Serra do Sol, no Estado de Roraima.

CONVIDADOS:

Senhor **Sydney Possuelo**, Indigenista especialista em relações com índios “Isolados”;

Senhor **César Augusto Baldi**, Jurista;

Senhor **Paulo Santilli**, Diretor de Assuntos Fundiários e antropólogo, representando o Senhor **Márcio Meira**, Presidente da FUNAI;

Senhor **Jecinaldo Saterê Mawé**, Coordenador Geral do COIAB; e

Senhora **Joênia Wapichana**, do Conselho Indígena de Roraima.

Resultado: Realizada.

REUNIÃO REALIZADA EM 15 DE MAIO DE 2008 (EXTRAORDINÁRIA)**AUDIÊNCIA PÚBLICA**

Em atendimento ao Requerimento nº 06, de 2008 – CDH, aprovado em 21.02.08.

Autoria: Senador PAULO PAIM.

Assunto: Com vista a tratar das questões atinentes ao Povo Negro.

CONVIDADOS:

Senhor **Antônio Inácio Matos da Silva**, Coordenador de Formação Política do Movimento Negro Unificado/RS;

Senhora **Maria Luci Correa Ferreira**, Representante dos Educadores Negros – Agentes Pastoral de Negros/POA;

Senhor **Ruben da Silva**, Coordenador Representante dos Usuários da Comissão Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial do Grupo Hospitalar – CEPPIR/RS;

Senhora **Ana do Carmo da Silva Honorato**, Coordenadora Presidente da Comissão Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial do Grupo Hospitalar Conceição – CEPPIR/GHC;

Frei **David**; Assessor da Educafro;

Senhor **Kleber Bispo dos Santos**, Assessor Jurídico do Gabinete da Vereadora Claudete Alves;

Senhor **José Antônio dos Santos da Silva**, Presidente do Conselho de participação e Desenvolvimento da Comunidade Negro – CODENE;

Senhor **Sionei Ricardo Leão**, Jornalista, Professor Universitário e Membro da Comissão de Jornalista pela Igualdade Racial – CORIJA-DF;

Senhora **Sátira Machado**, Coordenadora estadual de Políticas de Igualdade Racial/RS; e

Senhora **Sueli Aparecida Bellato**, Conselheira da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça.

Resultado: Realizada.

EXTRA PAUTA**REQUERIMENTO Nº 42, DE 2008 – CDH**

Requer a realização de Audiência Pública, com vista a debater o Estatuto da Igualdade Racial e o Sistema de Cotas para Afrodescendentes no Sistema Educacional Brasileiro. Com a presença dos seguintes convidados:

Senhor **Gilberto Gil**, Ministro de Estado da Cultura;

Senhor **Edson Santos**, Ministro de Estado da SEP-PIR;

Senhor **Ali Kamel**, Jornalista;

Senhor **Caetano Veloso**, Cantor e Compositor;

Frei **Davd Raimundo dos Santos**; e

Senhor **Simon Schwartzman**, Ex-Presidente do IBGE.

Autoria: Senadores EDUARDO SUPPLY E PAULO PAIM

Resultado: Aprovado.

REQUERIMENTO Nº 43, DE 2008 – CDH

Requer urgência para a Emenda da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 45, de 2001, que concede anistia post mortem a João Cândido Felisberto, líder da chamada Revolta da Chibata e aos demais participantes.

Autoria: Senador PAULO PAIM.

Resultado: Aprovado.

**REUNIÃO REALIZADA EM 21 DE MAIO DE 2008
(EXTRAORDINÁRIA)****AUDIÊNCIA PÚBLICA****Em atendimento ao Requerimento nº 06, de 2008 – CDH aprovado em 21.02.08.**

Autoria: Senador PAULO PAIM.

Assunto: Tratar das questões atinentes ao Povo Negro.

CONVIDADOS:

Senhor **Alberto Silva**, Pastos da Igreja O Brasil para Cristo/SP;

Senhor **Ari Antônio dos Reis**, Padre e Assessor da Pastoral Afro-Brasileira da CNBB;

Senhor **Carlos Alves Moura**, Professor e Secretário-Executivo da Comissão Brasileira Justiça e Paz – CNBB;

Senhor **Bentinho Jorge da Silva**, Teólogo e Pastor da Igreja Batista Projeto e Cristo;

Senhor **Marcos Rezende**, Coordenador Geral do Coletivo de Entidades Negras – CEN e Ogan do Ilê Axé Oxumaré;

Senhora **Marinalva Velozina dos Santos Moreira**, Presidenta da Federação Brasileira Entorno de Umbanda e Candomblé;

Senhor **Francisco Alves da Silva**, Presidente do Ilê de Owa Isan; e

Senhora **Maria Palmira da Silva**, Diretora de Programa da Subsecretaria de Políticas para Comunidades Tradicionais, representando o senhor **Alexandre da Anunciação Reis**, Subsecretário de Políticas para as Comunidades Tradicionais – SEPPIR.

Resultado: Realizada.

PAUTA EXTRA**ITEM 01****REQUERIMENTO Nº 44, DE 2008 – CDH**

Requer voto de pesar pelo falecimento do operador de câmera, senhor **Alípio Vieira da Cruz**, ocorrido no dia 20 de maio de 2008.

Autoria: Senador PAULO PAIM.

Resultado: Aprovado.

ITEM 02**REQUERIMENTO Nº 45, DE 2008 – CDH**

Requer a realização de diligência externas como extensão do ciclo de audiências para discussão de políticas públicas de igualdade racial, a realizar-se nas grandes regiões brasileiras, sendo, na Região Nordeste no Estado da Bahia, na Região Sudeste no Estado do Rio de Janeiro, na Região Sul no Estado do Rio Grande do Sul, na Região Centro Oeste no Estado de Goiás e na Região Norte no Estado do Pará. Objetivando a discussão do Estatuto da Igualdade Racial, a Política de Cotas, a regularização das terras de Comunidades Quilombolas, o combate ao preconceito religioso de qualquer espécie, além de outros assuntos do interesse social para existir a plena igualdade racial.

CONVIDADOS:

Deputado Federal **Antônio Roberto**, Relator do Estatuto da Igualdade Racial na Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados;

As Comissões de Direitos Humanos das Assembleias Legislativas dos respectivos Estados;

Entidades do movimento negro;

Entidades religiosas de matriz africana, católica, budistas, judaicas, muçulmanas, evangélicas, ciganos, sacerdotes indígenas e outras; e a

Secretaria Especial de Promoção de Políticas de Igualdade Racial.

Autoria: Senador JÓSE NERY.

Resultado: Aprovado.

ITEM 03

REQUERIMENTO Nº 46, DE 2008 – CDH

Requer a realização de Audiência Pública, no dia 5 de junho de 2008, às 09:00 horas, com vistas a tratar do impacto da tributação na distribuição de renda e na qualidade de vida dos pobres e assalariados. Com a participação do senhor **Márcio Pochman**.

Autoria: Senadores **PAULO PAIM** e **LEOMAR QUINTANILHA**.

Resultado: Aprovado.

REUNIÃO REALIZADA EM 28 DE MAIO DE 2008 (EXTRAORDINÁRIA)

1ª PARTE

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 06, de 2008 – CDH, aprovado em 21.02.08.

Autoria: Senador **PAULO PAIM**.

Assunto: Com vista a tratar das questões atinentes as Políticas do Governo Lula para as Comunidades Quilombolas.

CONVIDADOS:

Senhora **Oráida Abreu**, Secretária Executiva do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR, representando a senhora **Maria Palmira da Silva**, Diretora de Programas de Políticas para Comunidades Tradicionais.

Senhor **Rui Leandro da Silva Santos**, Coordenador Geral de Regularização de Territórios de Quilombolas – INCRA, representando o senhor **Rolf Hackbart**, Presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA.

Senhora **Givânia Maria da Silva**, Coordenadora da Comissão Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas – Conaq;

Senhor **Pedro Sadi Monteiro**, Professor Doutor em Ciência da Saúde – UnB;

Senhora **Sandra Pereira Braga**, Representante Quilombola da Comunidade Mesquita;

Senhora **Débora Duprat**, Subprocuradora Geral da República da Procuradoria Geral da República – 6ª Câmara de Coordenação e Revisão;

Senhor **Johnny Ferreira dos Santos**, Coordenador-Geral de Engenharia Sanitária do Departamento de Engenharia de Saúde Pública – FUNASA, representando o senhor **Francisco Danilo Bastos Forte**, Presidente da Fundação Nacional da Saúde – FUNASA – Ministério da Saúde;

Senhor **Antônio César Ramos**, representando a senhora **Inês da Silva Magalhães**, Secretária Nacional de Habitação do Ministério das Cidades; e

Senhora **Maria Auxiliadora Lopes**, Coordenadora de Quilombos da Coordenação Geral de Diversidade e Inclusão Educacional do Ministério da Educação.

2ª PARTE

DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DAS EMENDAS AO PROJETO DE LEI Nº 1, DE 2008 – CN, LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2009

Relator: Senador **PAULO PAIM**.

Resultado: Aprovadas 3 (três) Emendas de Texto e 5 (cinco) Emendas à Metas.

EXTRA PAUTA

REQUERIMENTO Nº 47, 2008 – CDH

Requer a realização de Audiência Pública conjunta com a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CRE, a fim de debater as relações bilaterais entre o Brasil e a França na Fronteira entre o Estado do Amapá e a Guiana Francesa. Com a participação dos seguintes convidados:

Embaixador **Celso Amorim**, Ministro de Estado das Relações Exteriores;

Embaixador **Antoine Pouillete**, representante da França no Brasil;

Doutor **Paulo de Tarso Vannuchi**, Secretário Especial de Direitos Humanos da Presidência da República; e

Deputado Estadual **Camilo Capiberibe**, Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia do Estado do Amapá.

Autoria: Senador **PAPALÉO PAES**.

Resultado: **Aprovado**.

TOTAL DE REUNIÕES: 08

08 EXTRAORDINÁRIA/AUDIÊNCIA PÚBLICA;

MATÉRIAS APRECIADAS: 15

06 REQUERIMENTOS – CDH;

01 TERMO ADITIVO**08 EMENDAS À LDO – LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIA PARA 2009.****COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL – CRE****1ª REUNIÃO REALIZADA EM 08 DE MAIO DE 2008 (ORDINÁRIA)****ITEM Nº 01****MENSAGEM (SF) Nº 60, DE 2008****NÃO TERMINATIVO**

Submete à apreciação do Senador Federal a indicação do senhor **JOÃO BATISTA CRUZ**, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do quadro especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil em Santa Lúcia.

Autoria: PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA.

Relator: Senador ROSALBA CIARLINI.

Parecer: A Comissão dispõe das condições necessárias para deliberar sobre a indicação.

Resultado: Apreciada.

ITEM Nº 02**MENSAGEM (SF) Nº 72, DE 2008****NÃO TERMINATIVO**

Submete à apreciação do Senador Federal o nome do senhor **CARLOS ANTÔNIO DA ROCHA PARANHOS**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do quadro permanente do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil na Federação da Rússia, exercer o cargo de Embaixador do Brasil, junto à República da Geórgia e à República do Uzbequistão.

Autoria: PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA.

Relator: Senador PEDRO SIMON.

Relator “ad hoc”: Senador WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA.

Parecer: A Comissão dispõe das condições necessárias para deliberar sobre a indicação.

Resultado: Apreciada.

ITEM Nº 03**MENSAGEM (SF) Nº 73, DE 2008****NÃO TERMINATIVO**

Submete à apreciação do Senador Federal o nome do senhor **RAUL DE TAUNAY**, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do quadro permanente do Ministério das Relações Exteriores, para, cumula-

tivamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Zimbábue, exercer o cargo de Embaixador do Brasil, junto à República do Malauí.

Autoria: PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA.

Relator: Senador JARBAS VASCONCELOS.

Parecer: A Comissão dispõe das condições necessárias para deliberar sobre a indicação.

Resultado: Apreciada.

EXTRA PAUTA**ITEM Nº 01****REQUERIMENTO Nº 14, DE 2008 – CRE**

Nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, requer que sejam apresentados ao Corpo de Fuzileiros Navais, na pessoa de seu Comandante-Geral, Exmo. Senhor Almirante-de-Esquadra **Álvaro Augusto Dias Monteiro**, Votos de Louvor e Congratulações pela passagem dos 200 anos dos Fuzileiros Navais, tradicional força da Marinha do Brasil.

Autoria: Senador FERNANDO COLLOR.

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 02**REQUERIMENTO Nº 26, DE 2008 – CRE**

Requer nos termos regimentais e constitucionais, que seja convidado a prestar esclarecimentos nessa Comissão o Comandante Militar da Amazônia, General **Augusto Heleno**, a imprensa publicou nos últimos dias declarações do General proferidas no Seminário; “BRASIL, AMEAÇAS A SUA SOBERANIA”, onde ele fez duras críticas à Política Indígena brasileira e considerou uma ameaça à soberania nacional, a reserva contínua de 1,7 milhão de hectares na Região de Fronteira, o General acrescentou ainda que a política brasileira é caótica e lamentável.

Autoria: Senador ARTHUR VIRGÍLIO.

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 03**REQUERIMENTO Nº 27, DE 2008 – CRE**

Requer nos termos do artigo 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada Audiência Pública conjunta entre a Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis, a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária e a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de discutir os recentes questionamentos feitos principalmente pela

União Européia na questão preço de alimentos versus biocombustíveis e o trabalho da Força Tarefa designada pelo Excelentíssimo Presidente da República Luis Inácio Lula da Silva, com a participação dos seguintes convidados:

Senhor **Miguel Jorge**, Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior;

Senhor **Guilherme Cassel**, Ministro do Desenvolvimento Agrário;

Senadora **Marina Silva**, Ministra do Meio Ambiente;

Senhor **Reinhold Stephanes**, Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; e

Senhor **Celso Amorim**, Ministro das Relações Exteriores.

Autoria: Senador JOÃO TENÓRIO.

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 04

REQUERIMENTO Nº 28, DE 2008 – CRE

Nos termos do artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja convidado o Ministro **Marcos Vinícios Vilaça**, para, em reunião de Audiência Pública, prestar esclarecimentos perante a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre a revisão das tarifas pactuadas pela utilização da Energia Produzida pela Hidrelétrica Binacional de Itaipu.

Autoria: Senador HERÁCLITO FORTES.

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 05

REQUERIMENTO Nº 29, DE 2008 – CRE

Requer nos termos regimentais que seja convidado o Senhor **Nelson Jobim**, Ministro da Defesa, com a finalidade de prestar esclarecimentos acerca de questões relacionadas a demarcação da área indígena Raposa Serra do Sol, no Estado de Roraima.

Autoria: Senador EDUARDO SUPPLY.

Resultado: Aprovado.

2ª REUNIÃO REALIZADA EM 08 DE MAIO DE 2008 (EXTRAORDINÁRIA), EM CONJUNTO COM AS COMISSÕES DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA E MERCOSUL

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento aos Requerimentos nºs 20, 21, 22, 24 de 2008 – CRE; 10, 11, 12 de 2008 – CAE; e 10 de 2008 – CCJ.

Autoria: Senadores TASSO JEREISSATI, EDUARDO SUPPLY, ARTHUR VIRGÍLIO, FLEXA RIBEIRO, ALOIZIO MERCADANTE, ROMEU TUMA e SERYS SLHESSARENKO.

Assunto: Instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2008, que institui o Regime de Tributação Unificada – RTU na importação, por via terrestre, de mercadorias procedentes do Paraguai; e altera as Leis nºs 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e 10.833, de 29 de dezembro de 2003 (Projeto do Sacoleiro).

CONVIDADOS:

Senhor **Jorge Antônio Deher Rachid**, Secretário da Receita Federal do Brasil;

Senhora **Clecy Maria Busato Lionço**, Secretária Adjunta da Receita Federal do Brasil;

Senhor **Weber Oliveira Barral**, Secretário de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior;

Ministro **João Luiz Pereira Pinto**, Diretor do Departamento da América do Sul – I do Ministério das Relações Exteriores;

Senhor **Edson Vismona**, Presidente do Instituto Brasileiro de Defesa da Competitividade;

Senhor **Humberto Barbato**, Presidente da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica – ABI-NEE;

Senhor **Lourival Kiçula**, Presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Produtos Eletrônicos – ELETROS;

Senhor **Márcio Gonçalves**, Diretor de Antipirataria para América Latina da Motion Picture Association – MPA; e

Senhor **Absalão Ferreira Calado**, Presidente da Associação da Feira dos Importados de Brasília.

Resultado: Realizada.

REUNIÃO REALIZADA EM 14 DE MAIO DE 2008 (EXTRAORDINÁRIA), EM CONJUNTO COM A COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA E A SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento aos Requerimentos nºs 27 de 2008-CRE, 04, de 2008-CRABIO e 09, de 2008 – CRA.

Autoria: Senador JOÃO TENÓRIO.

Assunto: Discutir os recentes questionamentos feitos principalmente pela União Européia na questão preço de alimentos versus biocombustíveis e o trabalho

da força tarefa designada pelo senhor Presidente da República Luis Inácio Lula da Silva.

CONVIDADOS:

Senhor **Francelino Grando**, Secretário de Tecnologia Industrial, representando o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior;

Senhor **Arnoldo Campos**, Diretor de Financiamento do Departamento de Proteção da Produção, representando o Ministério do Desenvolvimento Agrário;

Senhor **Reinhold Stephanes**, Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;

Senhor **André Corrêa do Lago**, Chefe do Departamento de Energia, representando o Ministério das Relações Exteriores; e

Senhor **Egon Krakhecke**, Secretário da Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável, representando o Ministério do Meio Ambiente.

Resultado: Realizada.

EXTRA PAUTA

REQUERIMENTO Nº 30, DE 2008 – CRE

Requer nos termos do artigo 93, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, seja convidado o Governador do Estado de Roraima, senhor **José de Anchieta Júnior**, para debater em Audiência Pública desta Comissão, na reunião do dia 15 de maio de 2008, sobre o processo envolvendo a terra indígena Raposa Serra do Sol.

Autoria: Senador MOZARILDO CAVALCANTI.

Resultado: Aprovado.

1ª REUNIÃO REALIZADA EM 29 DE MAIO DE 2008 (ORDINÁRIA)

DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DAS EMENDAS AO PROJETO DE LEI Nº 1, DE 2008 – CN, LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2009

Relator: Senador MOZARILDO CAVALCANTI.

Resultado: Aprovadas 5 (cinco) Emendas à Metas e 8 (oito) Emendas de Texto.

2ª REUNIÃO REALIZADA EM 29 DE MAIO DE 2008 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM Nº 01

MENSAGEM (SF) Nº 74, DE 2008

NÃO TERMINATIVO

Submete à apreciação do Senador Federal a indicação do senhor **AFFONSO JOSÉ SANTOS**, Ministro de

Segunda Classe da Carreira de Diplomata do quadro especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Congo.

Autoria: PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA.

Relator: Senador VIRGINIO DE CARVALHO.

Relator “ad hoc”: Senador MOZARILDO CAVALCANTI.

Parecer: A Comissão dispõe das condições necessárias para deliberar sobre a indicação.

Resultado: Apreciada.

ITEM Nº 02

MENSAGEM (SF) Nº 75, DE 2008

NÃO TERMINATIVO

Submete à apreciação do Senador Federal a indicação do senhor **FERNANDO JOSÉ MARRONI DE ABREU**, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do quadro permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino Hashemita da Jordânia.

Autoria: PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA.

Relator: Senador ANTÔNIO CARLOS VALADARES.

Relator “ad hoc”: Senador ROMEU TUMA.

Parecer: A Comissão dispõe das condições necessárias para deliberar sobre a indicação.

Resultado: Apreciada.

ITEM Nº 03

MENSAGEM (SF) Nº 84, DE 2008

NÃO TERMINATIVO

Submete à apreciação do Senador Federal a indicação da senhora **MARIA NAZARETH FARANI AZEVEDO**, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do quadro permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Delegada do Brasil em Genebra.

Autoria: PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA.

Relator: Senador FERNANDO COLLOR.

Relatora “ad hoc”: Senadora ROSALBA CIARLINI.

Parecer: A Comissão dispõe das condições necessárias para deliberar sobre a indicação.

Resultado: Apreciada.

TOTAL DE REUNIÕES: 05

02 ORDINÁRIAS/DELIBERATIVA;

01 EXTRAORDINÁRIA/DELIBERATIVA;

02 CONJUNTA/AUDIÊNCIA PÚBLICA.

MATÉRIAS APRECIADAS: 25

06 NÃO TERMINATIVAS;**06 REQUERIMENTOS – CRE;****13 EMENDAS À LDO – LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIA PARA 2009.****COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA – CI****REUNIÃO REALIZADA EM 07 DE MAIO DE 2007
(EXTRAORDINÁRIA)****AUDIÊNCIA PÚBLICA****Em atendimento ao Requerimento nº 10 – CI.**

Autoria: Senador FLEXA RIBEIRO.

Assunto: Debate sobre o andamento do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC.

CONVIDADA:

Senhora **Dilma Rousseff**, Ministra de Estado da Casa Civil da Presidência da República.

Resultado: Realizada.

**REUNIÃO REALIZADA EM 08 DE MAIO DE 2007
(EXTRAORDINÁRIA)****ITEM Nº 01****PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 15, DE 2008****NÃO TERMINATIVO**

Institui o Estatuto do Garimpeiro e dá outras providências.

Autoria: Presidência da República.

Relator: Senador JOÃO RIBEIRO

Parecer: Favorável.

Resultado: Aprovado parecer favorável. Aprovado também requerimento de urgência, a matéria vai a Comissão de Assuntos Sociais.

ITEM Nº 02**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 1, DE 2008****NÃO TERMINATIVO**

Inclui no Anexo da Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que dispõe sobre o Plano Nacional de Viação, o trecho rodoviário que menciona.

Autoria: Deputado BETO ALBUQUERQUE.

Relator: Senador PEDRO SIMON.

Parecer: Favorável com duas emendas que apresenta.

Resultado: Aprovado parecer favorável com as Emendas nºs. 1 e 2 – CI.

ITEM Nº 03**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 664, DE 2007****NÃO TERMINATIVO**

Acrescenta o dispositivo à Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, Código Brasileiro de Aeronáutica, para explicitar a obrigatoriedade do uso e da manutenção de sinalizadores ou balizadores aéreos de obstáculos existentes nas zonas de proteção dos aeródromos.

Autoria: Senador ARTHUR VIRGÍLIO.

Relator: Senador JOÃO TENÓRIO.

Parecer: Favorável.

Resultado: Aprovado parecer favorável. A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania em decisão terminativa.

**REUNIÃO REALIZADA EM 14 DE MAIO DE 2007
(EXTRAORDINÁRIA)****ITEM Nº 01****MENSAGEM (SF) Nº 50, DE 2008****NÃO TERMINATIVO**

Submete à consideração do Senado Federal nos termos do artigo 52, inciso III, alínea f, da Constituição Federal, combinado com o artigo 53 da Lei nº 10.233, de 05 de junho de 2001, o nome do senhor **Bernardo José Figueiredo Gonçalves de Oliveira**, para exercer o cargo de Diretor-Geral da Agência Nacional de Transporte Terrestre – ANTT.

Autoria: Presidência da República.

Relator: Senador SERGIO GUERRA.

Parecer: A Comissão dispõe de todos os elementos necessários para deliberar sobre a indicação.

Resultado: Aprovada a indicação com 15 votos sim e 5 votos não. Foi, ainda, rejeitado requerimento nº 20, de 2008 – CI, solicitando diligência sobre o indicado.

ITEM Nº 02**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 125, DE 2007****NÃO TERMINATIVO**

Inclui no Anexo da Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação, novo trecho rodoviário para expansão da BR-421.

Autoria: Deputado EDUARDO VALVERDE.

Relator: Senador EXPEDITO JÚNIOR.

Parecer: Favorável.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto.

ITEM Nº 03**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 94, DE 2007****NÃO TERMINATIVO**

Inclui no Anexo da Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que dispõe sobre o Plano Nacional de Viação, o trecho rodoviário que menciona.

Autoria: Deputado VANDER LOUBET.

Relator: Senador DELCÍDIO AMARAL.

Parecer: Favorável com duas emendas que apresenta.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs. 1 e 2 – CI.

EXTRA PAUTA**FORAM APROVADOS, AINDA, OS SEGUINTE
REQUERIMENTOS:****REQUERIMENTO Nº 18/2008-CI**

Requer a realização do 1º Simpósio sobre “Infra-Estrutura e Logística no Brasil – Desafios para um País emergente”, a realizar-se nos dias 20 e 21 de agosto de 2008, com a participação dos seguintes convidados:

Senador **Garibaldi Alves**, Presidente do Senado Federal;

Deputado **Arlindo Chinaglia**, Presidente da Câmara dos Deputados;

Senhores Ministros de Estado das Minas Energia; da Defesa; do Planejamento, Orçamento e Gestão; das Comunicações; dos Transportes e do Meio Ambiente;

Senhores Presidentes da Petrobrás e da Vale do Rio Doce;

Senhores Presidentes das Comissões da Câmara dos Deputados, de Minas e Energia e de Viação e Transportes;

Senhores Presidentes da ABIDIB; do Instituto ACEN-DE Brasil; da INFRAERO; e os

Senhores Diretores da ANELL; ANAC; DNIT; ANTT; ANATEL; ANTAQ e ANP.

Autoria: Senadores MARCONI PERILLO e DELCÍDIO AMARAL.

Resultado: Aprovado.

REQUERIMENTO Nº 19/2008-CI

Requer a realização de Audiência Pública em conjunto com as Comissões de Assuntos Econômicos – CAE e de Agricultura e Reforma Agrária – CRA, para debater a auditoria aprovada pelo TCU, para avaliar a si-

tução do portos marítimos e fluviais em todo o País por ineficiência operacional, com a participação dos seguintes convidados:

Senhor **Marcos Vilaça**, Ministro do Tribunal de Contas da União – TCU;

Senhor **Fernando Antônio Brito Fialho**, Diretor-Geral da ANTAQ;

Senhor **Luiz Fernando Antônio Fayet**, representante da CNA;

Senhor **Sérgio Salomão**, Presidente da Associação Brasileira dos Terminais de Contêineres de Uso Público – ABRATEC; e

Senhor **Paulo Godoy**, Presidente da Associação Brasileira da Infra-Estrutura e Indústria de Base – ABDIB. Autoria: Senador GILBERTO GOELLNER e Senadora KÁTIA ABREU.

Resultado: Aprovado.

**REUNIÃO REALIZADA EM 29 DE MAIO DE 2008
(EXTRAORDINÁRIA)****DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DAS EMENDAS AO
PROJETO DE LEI Nº 1, DE 2008 – CN, LEI DE DI-
RETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2009**

Relator: Senador ADELMIR SANTANA.

Resultado: Aprovadas 5 (cinco) Emendas à Metas.

EXTRA PAUTA**REQUERIMENTO Nº 21, DE 2008-CI**

Requer a realização de Audiência Pública para debater sobre a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico – CIDE e a Reforma Tributária, com a participação dos seguintes convidados:

Senhor **Guido Mantega**, Ministro de Estado da Fazenda;

Senhor **Inácio Bento de Moraes Júnior**, Presidente da Associação Brasileira dos Departamentos Estaduais de Estradas de Rodagem – ABDER; e

Senhor **Rogério Wallbach Tizzot**, Presidente do Conselho Nacional de Secretários de Transportes de Infra-Estrutura – CONSETRANS.

Autoria: Senador MARCONI PERILLO.

Resultado: Aprovado.

TOTAL DE REUNIÕES: 04**03 EXTRAORDINÁRIAS/DELIBERATIVA;****01 EXTRAORDINÁRIAS/AUDIÊNCIA PÚBLICA;****MATÉRIAS APRECIADAS: 13****06 NÃO TERMINATIVAS;**

02 REQUERIMENTOS – CI**05 EMENDAS À LDO – LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIA PARA 2009.****COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO – CDR****REUNIÃO REALIZADA EM 08 DE MAIO DE 2008 (EXTRAORDINÁRIA)****ITEM Nº 01****PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 686, DE 2007 – COMPLEMENTAR.****NÃO TERMINATIVO**

Dispõe sobre a criação do Pólo de Desenvolvimento Integrado da Fronteira Oeste do Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Senador SÉRGIO ZAMBIASI.

Relator: Senador JOÃO PEDRO.

Parecer: Favorável com uma emenda que apresenta.

Resultado: Aprovado parecer favorável com a Emenda nº 1 – CDR. A matéria vai a Comissão de Assuntos Econômicos em decisão terminativa.

ITEM Nº 02**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 713, DE 2007****NÃO TERMINATIVO**

Cria o Fundo de Desenvolvimento da Mesorregião da Metade Sul do Rio Grande do Sul e dá outras providências.

Autoria: Senador SÉRGIO ZAMBIASI.

Relator: Senador GILBERTO GOELLNER.

Parecer: Favorável com uma emenda que apresenta.

Resultado: Aprovado parecer favorável com a Emenda nº 1 – CDR. A matéria vai a Comissão de Assuntos Econômicos em decisão terminativa.

ITEM Nº 03**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 716, DE 2007****NÃO TERMINATIVO**

Dispo sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Conceição do Coité, Estado da Bahia.

Autoria: Senador JOÃO DURVAL.

Relator: Senador ADELMIRO SANTANA.

Parecer: Favorável com uma emenda que apresenta.

Resultado: Aprovado parecer favorável com a Emenda nº 1 – CDR. A matéria vai a Comissão de Assuntos Econômicos em decisão terminativa.

ITEM Nº 04**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 132, DE 2008****NÃO TERMINATIVO**

Dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) na Região Leste do Estado do Espírito Santo.

Autoria: Senador GERSON CAMATA.

Relator: Senador GIM ARGELLO.

Parecer: Favorável a matéria.

Resultado: Aprovado parecer favorável. A matéria vai a Comissão de Assuntos Econômicos em decisão terminativa.

REUNIÃO REALIZADA EM 29 DE MAIO DE 2008 (EXTRAORDINÁRIA)**1ª PARTE****DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DAS EMENDAS AO PROJETO DE LEI Nº 1, DE 2008 – CN, LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2009**

Relator: Senador ADELMIRO SANTANA.

Resultado: Aprovadas 5 (cinco) Emendas à Metas e 4 (quatro) Emendas de Texto.

2ª PARTE**ITEM Nº 01****PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 729, DE 2007****NÃO TERMINATIVO**

Dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Goiânia, no Estado de Goiás.

Autoria: Senador MARCONI PERILLO.

Relator: Senador WELLINGTON SALGADO.

Parecer: Favorável a matéria.

Resultado: Aprovado parecer favorável. A matéria vai a Comissão de Assuntos Econômicos em decisão terminativa.

TOTAL DE REUNIÕES: 02**02 EXTRAORDINÁRIA/DELIBERATIVA;****MATÉRIAS APRECIADAS: 14****05 NÃO TERMINATIVAS;**

09 EMENDAS À LDO – LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIA PARA 2009.**COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA – CRA**

REUNIÃO REALIZADA EM 14 DE MAIO DE 2008 (EXTRAORDINÁRIA), EM CONJUNTO COM A COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL E A SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento aos Requerimentos n°s 27 de 2008-CRE, 04, de 2008-CRABIO e 09, de 2008 – CRA.

Autoria: Senador JOÃO TENÓRIO.

Assunto: Discutir os recentes questionamentos feitos principalmente pela União Européia na questão preço de alimentos versus biocombustíveis e o trabalho da força tarefa designada pelo senhor Presidente da República Luis Inácio Lula da Silva.

CONVIDADOS:

Senhor **Francisco Grando**, Secretário de Tecnologia Industrial, representando o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior;

Senhor **Arnoldo Campos**, Diretor de Financiamento do Departamento de Proteção da Produção, representando o Ministério do Desenvolvimento Agrário;

Senhor **Reinhold Stephanes**, Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;

Senhor **André Corrêa do Lago**, Chefe de Departamento de Energia, representando o Ministério das Relações Exteriores; e

Senhor **Egon Krakhecke**, Secretário da Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável, representando o Ministério do Meio Ambiente.
Resultado: Realizada.

REUNIÃO REALIZADA EM 28 DE MAIO DE 2008 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM ÚNICO

DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DAS EMENDAS AO PROJETO DE LEI N° 1, DE 2008 – CN, LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2009

Relator: Senador VALTER PEREIRA.

Resultado: Aprovadas 5 (cinco) Emendas à Metas e 2 (duas) de Texto.

EXTRA PAUTA**REQUERIMENTO N° 10, DE 2008 – CRA**

Requer com base no artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA, para debater a crise mundial de preços dos alimentos e suas consequências no Brasil, em data a ser definida, com a participação dos seguintes convidados:

Senhor **Jean Siegler**, Relator para o Direito à Alimentação da Organização das Nações Unidas – ONU;

Senhor **Reinhold Stephanes**, Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA;

Senhor **Patrus Ananias de Souza**, Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS;

Senhor **Ariosvaldo Umbelino**, Professor titular de Geografia Agrária da USP e Diretor da Associação Brasileira de Reforma Agrária – ABRA;

Senhor **Fábio de Salles Meirelles**, Presidente da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA; e

Senhor **Manoel José dos Santos**, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG.

Autoria: Senador JOSÉ NERY.

Resultado: Aprovado com adendo dos Senadores JOSÉ NERY e GILBERTO GOELLNER.

TOTAL DE REUNIÕES: 02

01 EXTRAORDINÁRIA/DELIBERATIVA;

01 CONJUNTA/AUDIÊNCIA PÚBLICA.

MATÉRIAS APRECIADAS: 08

01 REQUERIMENTO – CRA

07 EMENDAS À LDO – LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIA PARA 2009.

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS CRA

REUNIÃO REALIZADA EM 14 DE MAIO DE 2008 (EXTRAORDINÁRIA), EM CONJUNTO COM AS COMISSÕES DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA E A DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento aos Requerimentos n°s 27 de 2008-CRE, 04, de 2008-CRABIO e 09, de 2008 – CRA.

Autoria: Senador JOÃO TENÓRIO.

Assunto: Discutir os recentes questionamentos feitos principalmente pela União Européia na questão preço de alimentos versus biocombustíveis e o trabalho da força tarefa designada pelo senhor Presidente da República Luis Inácio Lula da Silva.

CONVIDADOS:

Senhor **Francisco Grando**, Secretário de Tecnologia Industrial, representando o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior;

Senhor **Arnoldo Campos**, Diretor de Financiamento do Departamento de Proteção da Produção, representando o Ministério do Desenvolvimento Agrário;

Senhor **Reinhold Stephanes**, Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;

Senhor **André Corrêa do Lago**, Chefe de Departamento de Energia, representando o Ministério das Relações Exteriores; e

Senhor **Egon Krakhecke**, Secretário da Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável, representando o Ministério do Meio Ambiente.

Resultado: Realizada.

TOTAL DE REUNIÕES: 01

01 CONJUNTA/AUDIÊNCIA PÚBLICA.

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA – CCT

REUNIÃO REALIZADA EM 07 DE MAIO DE 2008 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM Nº 01

REQUERIMENTO Nº 10, DE 2008 – CCT

Requeiro nos termos do art. 93 do Regimento Interno que seja dispensada a Audiência Pública solicitada pelo Requerimento nº 39/2007, datado de 12 de dezembro de 2007, para discutir a vedação de cobrança pelos operadores de TV por assinatura, pela oferta de ponto extra quando instalado no mesmo domicílio.

Autoria: Senador AUGUSTO BOTELHO.

Resultado: Aprovado.

TEM Nº 02

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 339, DE 2007

TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Difusão Comunitária de Mara Rosa (ADICOMAR),

para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mara Rosa, Estado de Goiás.

Autoria: PODER EXECUTIVO.

Relator “ad hoc”: Senador VRGÍNIO DE CARVALHO.

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 03

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 21, DE 2008

TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Rádio Comunidade São João FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São João do Polesine, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: PODER EXECUTIVO.

Relator: Senador SÉRGIO ZAMBIASI.

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 04

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 487, DE 2007

TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Baionense de Rádio Difusão Comunitária – ABARCO, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Baião, Estado de Pará.

Autoria: PODER EXECUTIVO.

Relator: Senador FLEXA RIBEIRO.

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 05

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 483, DE 2007

TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Palmeira, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Palmeira, Estado do Paraná.

Autoria: PODER EXECUTIVO.

Relator: Senador FLÁVIO ARNS.

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 06**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 4, DE 2008****TERMINATIVO**

Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Moradores e Amigos de Serranópolis do Iguaçu – AMASI, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Serranópolis do Iguaçu, Estado do Paraná.

Autoria: PODER EXECUTIVO.

Relator: Senador FLÁVIO ARNS.

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 07**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 463, DE 2007****TERMINATIVO**

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Desportiva, Cultural e Comunitária Terra Roxa, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Terra Roxa, Estado de São Paulo.

Autoria: PODER EXECUTIVO.

Relator “ad hoc”: Senador GERSON CAMATA.

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 08**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 476, DE 2007****TERMINATIVO**

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Cruzeiro Vale FM de Radiodifusão, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cruzeiro, Estado de São Paulo.

Autoria: PODER EXECUTIVO.

Relator “ad hoc”: Senador GERSON CAMATA.

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 09**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 478, DE 2007****TERMINATIVO**

Aprova o ato que outorga permissão à AMG Publicidade e Comunicação LTDA, para explorar serviço de

radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Nioaque, Estado de Mato Grosso do Sul.

Autoria: PODER EXECUTIVO.

Relator “ad hoc”: Senador GERSON CAMATA.

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 10**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 391, DE 2007****TERMINATIVO**

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Difusora Içara LTDA, para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Içara, Estado de Santa Catarina.

Autoria: PODER EXECUTIVO.

Relator “ad hoc”: Senador FLÁVIO ARNS.

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 11**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 402, DE 2007****TERMINATIVO**

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Rádio Cultura Comunitária FM de São Miguel do Oeste, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina.

Autoria: PODER EXECUTIVO.

Relator “ad hoc”: Senador FLÁVIO ARNS.

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 12**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 422, DE 2007****TERMINATIVO**

Aprova o ato que outorga autorização à Rádio Comunitária Águas Frias, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Águas Frias, Estado de Santa Catarina.

Autoria: PODER EXECUTIVO.

Relator “ad hoc”: Senador FLÁVIO ARNS.

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 13**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 439, DE 2007****TERMINATIVO**

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio FM do Porto LTDA, para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Porto União, Estado de Santa Catarina.

Autoria: PODER EXECUTIVO.

Relator “ad hoc”: Senador FLÁVIO ARNS.

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

TEM Nº 14**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 413, DE 2007****TERMINATIVO**

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Jardim de Angicos/RN – ACCCJA/RN, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jardim de Angicos, Estado do Rio Grande do Norte.

Autoria: PODER EXECUTIVO.

Relator “ad hoc”: Senador ANTÔNIO CARLOS JÚNIOR.

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 15**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 414, DE 2007****TERMINATIVO**

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Baía Formosa/RN – ACCCBFRN, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Baía Formosa, Estado do Rio Grande do Norte.

Autoria: PODER EXECUTIVO.

Relator “ad hoc”: Senador ANTÔNIO CARLOS JÚNIOR.

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 16**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 432, DE 2007****TERMINATIVO**

Aprova o ato que outorga autorização à Organização para Cidadania e Desenvolvimento de Umarizal – Te-

rezinha de Souza Fonseca – OCIDESF, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Umarizal, Estado do Rio Grande do Norte.

Autoria: PODER EXECUTIVO.

Relator “ad hoc”: Senador ANTÔNIO CARLOS JÚNIOR.

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 17**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 449, DE 2007****TERMINATIVO**

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Cultural Lagopedrense, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lago da Pedra, Estado do Maranhão.

Autoria: PODER EXECUTIVO.

Relator “ad hoc”: Senador ANTÔNIO CARLOS JÚNIOR.

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 18**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 366, DE 2007****TERMINATIVO**

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Campinaverdense, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campina Verde, Estado de Minas Gerais.

Autoria: PODER EXECUTIVO.

Relator “ad hoc”: Senador AUGUSTO BOTELHO.

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 19**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 377, DE 2007****TERMINATIVO**

Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Mercosul LTDA, para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Três Pontas, Estado de Minas Gerais.

Autoria: PODER EXECUTIVO.

Relator “ad hoc”: Senador AUGUSTO BOTELHO.

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

EXTRA-PAUTA**ITEM 01****ADITAMENTO AO REQUERIMENTO
Nº 17, DE 2007 – CCT**

Requeiro em aditamento ao Requerimento nº 17, de 2007, de autoria do Senador WELLINGTON SALGADO, nos termos dos artigos 58, § 2, inciso V, da Constituição Federal, e 90, inciso V, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convidado o Ministro de Estado da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, senhor **Franklin Martins**, para em Audiência Pública conjunta com a Comissão de Assuntos Econômica – CAE e a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ, discutir a questão dos “Limites Legais para Regulamentação da Propaganda Comercial”.

Autoria: Senador FLEXA RIBEIRO.

Resultado: Aprovado.

**REUNIÃO REALIZADA EM 14 DE MAIO DE 2008
(EXTRAORDINÁRIA)****REUNIÃO TÉCNICA**

Apresentação do Substitutivo ao Projeto de Lei nº 29, de 2007, que “dispõe sobre a organização e exploração das atividades de Comunicação Social Eletrônica e dá outras providências”, em análise na Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, com o objetivo de subsidiar os trabalhos do Grupo de Trabalho criado para sistematizar a legislação referente à televisão por assinatura, a fim de propor uma regulamentação para o setor, bem como de uma regulamentação geral para todas as plataformas ou modalidades de televisão existentes no País.

Coordenador dos trabalhos: Senador **Antônio Carlos Júnior**;

Os membros do Grupo de Trabalho: Senadores **Renato Casagrande**, **Sérgio Zambiasi**, **Augusto Botelho**, **Flexa Ribeiro** e **Cícero Lucena**.

CONVIDADOS:

Deputado Federal **Jorge Bittar**, relator da matéria; e
Deputado Federal, **Júlio Semeghini**, membro da Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados.

Resultado: Realizada.

**REUNIÃO REALIZADA EM 27 DE MAIO DE 2008,
(EXTRAORDINÁRIA), CONJUNTAMENTE COM
A COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO
CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE****AUDIÊNCIA PÚBLICA**

Em atendimento aos Requerimentos nºs 12, de 2008 – CMA e 08, de 2008 – CCT.

Autoria: Senadores ADELMIR SANTANA e FLEXA RIBEIRO.

Autoria dos Projetos: Senador ADELMIR SANTANA.

Assunto: Instruir os Projetos de Lei do Senado nºs. 213, de 2007 e 677, de 2007, que regulamenta o mercado de Cartões de Crédito.

CONVIDADOS:

Senhora **Maria Beatriz Corrêa Sales**, Diretora-Substituta do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor – DPDC do Ministério da Justiça;

Senhora **Vanessa Alves Vieira**, Advogada da Associação Brasileira de Defesa do Consumidor – PRÓ-TESTE;

Senhor **Marcelo de Matos Ramos**, Coordenador Geral de Comunicação e Mídia da Secretaria de Acompanhamento Econômico – SEAE do Ministério da Fazenda;

Senhor **Félix Cardamone**, Diretor Presidente da Associação Brasileira de Empresas de Cartões de Crédito e Serviços – ABECS;

Senhor **Antônio Rios**, Diretor da Associação Brasileira de Empresas de Cartões de Crédito e Serviços – ABECS;

Senhor **José Antônio Marciano**, Chefe do Departamento de Operações Bancárias e de Sistema de Pagamentos – DEBAN do Banco Central do Brasil – BACEN; e

Senhor **Carlos Thadeu de Freitas Gomes**, Chefe da Divisão Econômica da Confederação Nacional do Comércio – CNC.

Resultado: Realizada.

**1ª REUNIÃO REALIZADA
EM 28 DE MAIO DE 2008
(EXTRAORDINÁRIA)****ITEM Nº 01****PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 671, DE 2007****NÃO TERMINATIVO**

Autoriza as providências para a divulgação, pela Internet, das informações relativas a gastos públicos classificados como indenizatórios.

Autoria: Senador EXPEDITO JÚNIOR.

Relator: Senador SÉGIO ZAMBIASI.

Parecer: Favorável.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto. A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania em decisão terminativa.

ITEM Nº 02**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 46, DE 2008****TERMINATIVO**

Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Desenvolvimento Comunitário para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Hartz, Estado do Rio Grande do Sul.
Autoria: PODER EXECUTIVO.
Relator: Senador SÉRGIO ZAMBIASI.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 03**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 50, DE 2008****TERMINATIVO**

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Santuário FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santa Maria, Estado do Rio Grande do Sul.
Autoria: PODER EXECUTIVO.
Relator: Senador SÉRGIO ZAMBIASI.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 04**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 472, DE 2007****TERMINATIVO**

Aprova o ato que outorga permissão à Novo Horizonte Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cupira, Estado de Pernambuco.
Autoria: PODER EXECUTIVO.
Relator: Senador MARCO MACIEL.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 05**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 26, DE 2008****TERMINATIVO**

Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Difusão Comunitária Guarani para executar servi-

ço de radiodifusão comunitária na cidade de Caetés, Estado de Pernambuco.
Autoria: PODER EXECUTIVO.
Relator: Senador MARCO MACIEL.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 06**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 40, DE 2008****TERMINATIVO**

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária e Cultural Quixabense para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Quixabá, Estado de Pernambuco.
Autoria: PODER EXECUTIVO.
Relator: Senador MARCO MACIEL.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 07**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 23, DE 2008****TERMINATIVO**

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Apeuense de Radiodifusão Comunitária – AARC para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Castanhal, Estado do Pará.
Autoria: PODER EXECUTIVO.
Relator: Senador FLEXA RIBEIRO.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 08**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 24, DE 2008****TERMINATIVO**

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária e Cultural Modelo – ACCM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Castanhal, Estado do Pará.
Autoria: PODER EXECUTIVO.
Relator: Senador FLEXA RIBEIRO.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 09**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 25, DE 2008****TERMINATIVO**

Aprova o ato que outorga permissão à Rádio FM Medianeira S/C Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Buritis, Estado de Minas Gerais.

Autoria: PODER EXECUTIVO.

Relator “ad hoc”: Senador VIRGINIO DE CARVALHO.

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 10**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 28, DE 2008****TERMINATIVO**

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Difusão Cultural Ramal Livre para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jaboticabal, Estado de São Paulo.

Autoria: PODER EXECUTIVO.

Relator “ad hoc”: Senador ANTÔNIO CARLOS JÚNIOR.

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 11**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 435, DE 2007****TERMINATIVO**

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural e Comunitária COHAB Nova Carolina S.O.S Vida Nova de Carolina para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Carolina, Estado do Maranhão.

Autoria: PODER EXECUTIVO.

Relator: Senador GEOVANI BORGES.

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 12**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 437, DE 2007****TERMINATIVO**

Aprova o ato que outorga autorização à União dos Moradores da COHEB Sacavém para executar servi-

ço de radiodifusão comunitária na cidade de São Luis, Estado do Maranhão.

Autoria: PODER EXECUTIVO.

Relator: Senador GEOVANI BORGES.

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 13**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 43, DE 2008****TERMINATIVO**

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Liberdade Itarema Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Itarema, Estado do Ceará.

Autoria: PODER EXECUTIVO.

Relator: Senador GEOVANI BORGES.

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 14**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 471, DE 2007****TERMINATIVO**

Aprova o ato que outorga autorização à Centro Social Comunitária Joel Canela de Oliveira para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Felipe Guerra, Estado do Rio Grande do Norte.

Autoria: PODER EXECUTIVO.

Relatora: Senadora ROSALBA CIARLINI.

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 15**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 473, DE 2007****TERMINATIVO**

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Amigos de Ielmo Marinho para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ielmo Marinho, Estado do Rio Grande do Norte.

Autoria: PODER EXECUTIVO.

Relatora: Senadora ROSALBA CIARLINI.

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 16**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 475, DE 2007****TERMINATIVO**

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Educacional e de Desenvolvimento Cultural e Comunicação Social de Doutor Severiano – RN para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Doutor Severiano, Estado do Rio Grande do Norte.
Autoria: PODER EXECUTIVO.
Relatora: Senadora ROSALBA CIARLINI.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 17**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 29, DE 2008****TERMINATIVO**

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação de Jardim de Piranhas/RN para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jardim de Piranhas, Estado do Rio Grande do Norte.
Autoria: PODER EXECUTIVO.
Relatora: Senadora ROSALBA CIARLINI.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 18**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 452, DE 2007****TERMINATIVO**

Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Difusão Comunitária Fortaleza para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Blumenau, Estado de Santa Catarina.
Autoria: PODER EXECUTIVO.
Relator “ad hoc”: Senador AUGUSTO BOTELHO.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 19**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 468, DE 2007****TERMINATIVO**

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Beneficente Cristã de Ilhota para executar serviço de

radiodifusão comunitária na cidade de Ilhota, Estado de Santa Catarina.

Autoria: PODER EXECUTIVO.

Relator “ad hoc”: Senador AUGUSTO BOTELHO.

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 20**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 5, DE 2007****TERMINATIVO**

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Fundação João XXIII para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Mafra, Estado de Santa Catarina.
Autoria: PODER EXECUTIVO.
Relator “ad hoc”: Senador AUGUSTO BOTELHO.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 21**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 9, DE 2007****TERMINATIVO**

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Alternativa para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Urubici, Estado de Santa Catarina.
Autoria: PODER EXECUTIVO.
Relator “ad hoc”: Senador AUGUSTO BOTELHO.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

EXTRA PAUTA**ITEM Nº 01****PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 54, DE 2008****TERMINATIVO**

Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Se-meador para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Santana, Estado do Amapá.

Autoria: PODER EXECUTIVO.

Relator: Senador GEOVANI BORGES.

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 02**PROJETO DE RESOLUÇÃO (SF)
Nº 11, DE 2008****NÃO TERMINATIVO**

Dispõe sobre a apreciação dos atos de outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens e revoga a Resolução do Senado Federal nº 39, de 1992.

Autoria: Senador ANTÔNIO CARLOS JÚNIOR.

Relator: Senador FLEXA RIBEIRO.

Parecer: Favorável, incorporando a emenda aprovada na CCJ nos termos da emenda que apresenta.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto, com a Emenda nº 2 – CCT.

**2ª REUNIÃO REALIZADA
EM 28 DE MAIO DE 2008
(EXTRAORDINÁRIA)****ITEM ÚNICO****DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DAS EMENDAS AO
PROJETO DE LEI Nº 1, DE 2008 – CN, LEI DE DI-
RETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2009**

Relator: Senador ANTÔNIO CARLOS JÚNIOR.

Resultado: Aprovadas 5 (cinco) Emendas à Metas e 8 (oito) Emendas de Texto.

TOTAL DE REUNIÕES: 05**03 EXTRAORDINÁRIA/DELIBERATIVA;****01 EXTRAORDINÁRIA/AUDIÊNCIA PÚBLICA****01 CONJUNTA/AUDIÊNCIA PÚBLICA.****MATÉRIAS APRECIADAS: 56**

41 TERMINATIVAS;

01 REQUERIMENTO – CCT

01 TERMO ADITIVO

13 EMENDAS À LDO – LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIA PARA 2009.

TOTAL GERAL DE REUNIÕES DAS COMISSÕES: 58

TOTAL GERAL DE REUNIÕES DAS SUBCOMISSÕES: 02

TOTAL GERAL DE MATÉRIAS APRECIADAS: 232

C - CONGRESSO NACIONAL – 2008**ATOS DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL
(PERÍODO 1º A 31 DE MAIO)**

Nº	Assunto
25/2008 (public. no DOU de 15-5-2008)	Prorroga, pelo período de sessenta dias, a partir de 25 de maio de 2008, a vigência da Medida Provisória nº 422, de 25 de março de 2008, que "Dá nova redação ao inciso II do § 2º-B do art. 17 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição, e institui normas para licitações e contratos da administração pública".
26/2008 (public. no DOU de 23-5-2008)	Prorroga, pelo período de sessenta dias, a partir de 3 de junho de 2008, a vigência da Medida Provisória nº 423, de 4 de abril de 2008, que "Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios dos Transportes e da Integração Nacional, no valor global de R\$ 613.752.057,00 (seiscentos e treze milhões, setecentos e cinquenta e dois mil, cinquenta e sete reais), para os fins que especifica".

**CORRESPONDÊNCIAS EXPEDIDAS PELA
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO NACIONAL**

Nº do Ofício	Destinatário	Assunto
Of. nº 252/2008-CN	Dep. Arlindo Chinaglia – Presidente da CD	Comunicando que foram autuados, por solicitação do Presidente da CMO, e lidos na sessão do Senado Federal realizada em 6-5-2008, os Avisos nºs 10, 11 e 12, de 2008-CN (nºs 432-Seses-TCU/2008, 441-Seses-TCU/2008 e 461-Seses-TCU/2008 na origem), respectivamente, do Presidente do Tribunal de Contas da União, e retornam à CMO.
Of. nº 275/2008-CN	Dep. Arlindo Chinaglia – Presidente da CD	Comunicando que foi lido na sessão do Senado Federal realizada em 8-5-2008, o Aviso nº 13, de 2008-CN (nº 41/BCB-Presi, do Presidente do Banco Central do Brasil), encaminhando ao Congresso Nacional as Demonstrações Financeiras daquela Instituição, referentes ao primeiro trimestre de 2008, conforme determina o art. 118 da Lei nº 11.514, de 13 de agosto de 2007 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2008), e foi encaminhado à CMO.
Of. nº 281/2008-CN	Dep. Arlindo Chinaglia – Presidente da CD	Comunicando que foram autuados por solicitação do Presidente da CMO, e lidos na sessão do Senado Federal realizada em 15-5-2008, os Ofícios nºs 14 e 15, de 2008-CN (Ofícios nºs 222 e 223/2008/MI, do Ministro de Estado da Integração Nacional, na origem), respectivamente, e nº 18, de 2008-CN (Ofício nº 224/MI, do Presidente do CONDEL/FCO, na origem), e foram encaminhados àquele Colegiado.
Of. nº 284/2008-CN	Dep. Arlindo Chinaglia – Presidente da CD	Em aditamento ao Of. nº 148/2008-CN, consultando sobre a viabilidade da transferência, para o dia 11 de junho do corrente, às dez horas, no Plenário do Senado Federal, da sessão solene conjunta do Congresso Nacional destinada a Comemorar o Dia Mundial do Meio Ambiente, anteriormente convocada para o dia 5 de junho do corrente.
Of. nº 285/2008-CN	Dep. Arlindo Chinaglia – Presidente da CD	Comunicando que foi lido, na sessão do Senado Federal realizada em 19-5-2008, o Projeto de Lei nº 4, de 2008, do Congresso Nacional, e foi despachado à CMO.
Of. nº 286/2008-CN	Dep. Arlindo Chinaglia – Presidente da CD	Comunicando que foi lida na sessão do Senado Federal realizada em 20-5-2008, a Mensagem nº 34, de 2008-CN (nº 292/2008, na origem), do Presidente da República, que encaminha ao Congresso Nacional, em aditamento à Mensagem nº 20, de 2008-CN (nº 192/2008, na origem), a retificação do item IV.6 do Anexo IV – Metas Fiscais e do Anexo VI – Riscos Fiscais do projeto de lei que "Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2009 e dá outras providências. A mensagem lida, juntada ao processado do PLN nº 1, de 2008, foi encaminhada à CMO.
Of. nº 287/2008-CN	Dep. Arlindo Chinaglia – Presidente da CD	Comunicando que foi lida na sessão do Senado Federal realizada em 21-5-2008, a Mensagem nº 35, de 2008-CN (nº 305/2008, na origem), do Presidente da República, que encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art. 74, § 4º, da Lei nº 11.514, de 13 de agosto de 2007, o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas, referente ao segundo bimestre de 2008, e foi despachada à CMO.
Of. nº 296/2008-CN	Dep. Arlindo Chinaglia – Presidente da CD	Comunicando que foi lido, na sessão do Senado Federal realizada em 27-5-2008, o Projeto de Lei nº 5, de 2008, do Congresso Nacional, e foi despachado à CMO.
Of. nº 299/2008-CN	Dep. Arlindo Chinaglia – Presidente da CD	Comunicando que foi lida, na sessão do Senado Federal realizada em 26-5-2008, a Mensagem nº 36, de 2008-CN (nº 307/2008, na origem), do Presidente da República, que encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do § 2º do art. 80 da Lei nº 11.514, de 13 de agosto de 2007, a relação das operações de crédito incluídas na Lei Orçamentária de 2008 pendentes de contratação, e foi encaminhada à CMO.

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

ATA DA DÉCIMA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, ORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 06 DE MAIO DE 2008, ÀS 10:00 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às dez horas e quarenta e seis minutos do dia seis de maio do ano de dois mil e oito, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência Eventual do Senador Antonio Carlos Valadares e, em seguida, do Senador Aloizio Mercadante, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Eduardo Suplicy, Francisco Dornelles, Delcídio Amaral, Renato Casagrande, Expedito Júnior, Serys Slhessarenko, Flávio Arns, Ideli Salvatti, Inácio Arruda, Valdir Raupp, Pedro Simon, Mão Santa, Neuto de Conto, Gerson Camata, Valter Pereira, Heráclito Fortes, Eliseu Resende, Jayme Campos, Raimundo Colombo, Flexa Ribeiro, Tasso Jereissati, Gilberto Goellner, Antonio Carlos Júnior, João Vicente Claudino, Gim Argello, Osmar Dias e Jefferson Péres. Deixam de comparecer os Senadores Delcídio Amaral, Romero Jucá, Geovani Borges, Adelmir Santana, Kátia Abreu e Sérgio Guerra. Havendo número regimental, é declarada aberta a Reunião, dispensando-se a leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. O Presidente Eventual, Senador Antonio Carlos Valadares, comunica o recebimento dos seguintes documentos, para conhecimento, Aviso nº 22/08 (nº 103/GMF, na origem), em cumprimento ao art. 41 da Resolução do Senado Federal nº 43/01, relatório contendo as características das operações de crédito analisadas no âmbito do Ministério da Fazenda, no mês de março de 2008; em cumprimento ao art. 42, informa que não consta em seus registros, nos meses de janeiro a março de 2008, qualquer emissão primária de títulos públicos de responsabilidade dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios; e o Aviso nº 23/08 (nº 033/BCB-Presi, na origem), encaminhando, em cumprimento ao art. 3º da Resolução do Senado Federal nº 23/96, as operações de crédito externo de natureza financeira de interesse da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, de caráter não-reembolsável, relacionando as operações referentes ao 1º trimestre de 2008. Os expedientes serão encaminhados aos membros da Comissão por meio de ofício circular. De acordo com o artigo 34 da Resolução nº 43/01 do Senado Federal, encontram-se presentes para acompanhar a apreciação das Mensagens de Chapecó – SC e São Paulo – SP, Exmo. Sr. João Rodrigues, Prefeito de Chapecó – Dem; Senhor Eron

Giordani, Secretário de Governo do Município de Chapecó; Senhor Ernesto Augusto Granado, Chefe da Unidade de Gerenciamento de Empreendimentos da Companhia do Metropolitano de São Paulo, Senhora Maria Cecília Meireles Chagas, Assistente do Diretor de Captação de Recursos da Secretaria de Fazenda de São Paulo, Senhor Osvaldo Spuri, Coordenador da Unidade de Gerenciamento de Programas da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos – CPTM e, representando o Tesouro Nacional, o Senhor Eduardo Luiz Gaudard, Gerente de Responsabilidades Financeiras da Secretaria do Tesouro Nacional – Ministério da Fazenda. Em seguida, o Presidente da Comissão, Senador Aloizio Mercadante, dá início à apreciação das Matérias constantes da Pauta da Reunião, Item 01–Mensagem do Senado Federal nº 78, de 2008, não terminativo, que “propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US\$ 14,750,000.00 (quatorze milhões, setecentos e cinquenta mil dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Município de Chapecó, Estado de Santa Catarina, e o Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata – Fonplata, cujos recursos destinam-se ao financiamento do Projeto de Expansão da Infra-Estrutura Viária de Chapecó”, de autoria da Presidência da República, tendo como Relator o Senador Gerson Camata, que oferece Parecer favorável ao Projeto nos termos do PRS que apresenta. Após a leitura do Relatório pelo Senador Gerson Camata e colocada a Matéria em discussão, usam da palavra os Senadores Neuto de Conto, Ideli Salvatti e Raimundo Colombo. Colocado em votação, a Comissão aprova o Parecer favorável nos termos do PRS apresentado. A Comissão aprova também Requerimento de Urgência para a Matéria; Item 02–Mensagem do Senado Federal nº 77, de 2008, não terminativa, que “propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US\$ 95,000,000.00 (noventa e cinco milhões de dólares dos Estados Unidos da América), entre o Governo do Estado de São Paulo e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, cujos recursos destinam-se ao financiamento adicional do Programa da Linha 4 do Metrô de São Paulo”, de autoria da Presidência da República, tendo como Relator o Senador Valter Pereira que oferece Parecer favorável ao Projeto nos termos do PRS que apresenta. Após a leitura do Relatório pelo Senador Valter Pereira e colocada a Matéria em discussão, usa da palavra o Senador Eduardo Suplicy. Colocado em votação, a Comissão aprova o Parecer favorável nos termos do

PRS apresentado. A Comissão aprova também Requerimento de Urgência para a Matéria; Item 03-Mensagem do Senado Federal nº 79, de 2008, não terminativa, que “propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US\$ 550,000,000.00 (quinhentos e cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), entre o Governo do Estado de São Paulo e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do Projeto Material Rodante e Sistemas para a Companhia Paulista de Trens Metropolitanos – CPTM e para a Companhia do Metropolitano de São Paulo – Metrô”, de autoria da Presidência da República, tendo como Relatora a Senadora Serys Slhessarenko que oferece Parecer favorável ao Projeto nos termos do PRS que apresenta. Após a leitura do Relatório pela Senadora Serys Slhessarenko e colocada a Matéria em discussão, usam da palavra os Senadores Eduardo Suplicy, Flexa Ribeiro e, ainda, o Senador Aloizio Mercadante. Colocado em votação, a Comissão aprova o Parecer favorável nos termos do PRS apresentado. A Comissão aprova também Requerimento de Urgência para a Matéria; Item 04- Projeto de Lei do Senado nº 23, de 2003, não terminativo, que “acrescenta dispositivo ao artigo 473 da CLT para permitir ao trabalhador faltar ao serviço um dia por ano sem prejuízo da remuneração”, de autoria do Senador Paulo Paim, tendo como Relatora a Senadora Patrícia Saboya, que oferece Parecer favorável ao Projeto e à Emenda nº 01, de autoria do Senador Romero Jucá. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais com decisão terminativa. Em 19/02/08 foi concedida Vista Coletiva. A apreciação da Matéria é adiada; Item 05-Projeto de Lei do Senado nº 130, de 2007 – Complementar, não terminativo, que “acrescenta o § 13 ao ar. 3º da Lei Complementar nº 123 – Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, de autoria do Senador Pedro Simon, tendo como Relator o Senador Marconi Perillo, que oferece Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 01 e 02 que apresenta. A apreciação da Matéria é adiada; Item 06- Projeto de Lei do Senado nº 331, de 2006, não terminativo, que “acresce parágrafo único ao art. 48 da Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências”, de autoria da Senadora Roseana Sarney, tendo como Relator o Senador Cícero Lucena, que oferece Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 01 e 02 que apresenta, aprovando ainda as Emendas nºs 03 e 04, de autoria do Senador

Pedro Simon. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com decisão terminativa. A apreciação da Matéria é adiada; Item 07-Projeto de Lei do Senado nº 182, de 2006, terminativo, que “acrescenta o inciso VI ao art. 1º da Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, para estender aos representantes comerciais a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados na aquisição de automóveis”, de autoria do Senador Marcos Guerra, tendo como Relator o Senador Eliseu Resende, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. Após a leitura do Relatório, o Presidente concede Vista ao Senador Gim Argello nos termos regimentais; Item 08- Aviso nº 7, de 2008 (nº 38/08, na origem), não terminativo, “referente ao Relatório sobre o Programa de Emissão de Títulos e de Administração de Passivos de Responsabilidade do Tesouro Nacional no Exterior”, de autoria do Ministério da Fazenda, tendo como Relator o Senador Jayme Campos, que oferece Parecer pelo conhecimento e posterior arquivamento da Matéria. Após a leitura do Relatório pelo Senador Jayme Campos e colocada a Matéria em discussão, usa da palavra o Senador Jefferson Péres. Colocado em votação, a Comissão aprova o Parecer do Relator pelo conhecimento e posterior arquivamento da Matéria; Item 09-Projeto de Lei do Senado nº 79, de 2007, terminativo, que “altera a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, unificando a data de recolhimento das contribuições sociais devidas pelo empregador à Seguridade Social com a data de recolhimento da contribuição devida ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)”, de autoria do Senador Álvaro Dias, tendo como Relator o Senador João Vicente Claudino, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. Após a leitura do Relatório pelo Senador João Vicente Claudino, a Comissão rejeita o Projeto por 14 (quatorze) votos contrários, nenhum favorável e nenhuma abstenção; Item 10-Projeto de Lei do Senado nº 500, de 2007, não terminativo, que “institui o Cadastro Nacional de Fornecedores Suspensos de Participar de Licitações e Contratar com a Administração Pública Direta e Indireta da União, Estados, Distrito Federal e Municípios”, de autoria do Senador Garibaldi Alves Filho, tendo como Relator o Senador Jayme Campos, que oferece Parecer favorável nos termos do Substitutivo que apresenta. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com decisão terminativa. Após a leitura do Relatório pelo Senador Jayme Campos e colocada a Matéria em discussão, usam da palavra os Senadores Eduardo Suplicy e Raimundo Colombo. Colocado em votação, a Comissão aprova o Parecer do Relator favorável ao Projeto nos termos da Emenda nº 01-CAE (Substitutivo); Item 11-Projeto de Lei do

Senado nº 97, de 2004, terminativo, que “altera o artigo 13 da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, que altera a legislação do imposto de renda das pessoas jurídicas, bem como da contribuição social sobre o lucro líquido, e dá outras providências”, de autoria do Senador César Borges, tendo como Relatora a Senadora Serys Slhessarenko, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. Após a leitura do Relatório pela Senadora Serys Slhessarenko e colocado em votação, a Comissão rejeita o Projeto por 14 (quatorze) votos contrários, nenhum voto favorável e nenhuma abstenção; Item 12-Projeto de Lei do Senado nº 146, de 2003, terminativo, que “altera o § 2º do artigo 16 da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989 (dispõe sobre a regulamentação dos recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FCN)”, de autoria do Senador Valdir Raupp, tendo como Relator o Senador Raimundo Colombo, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, com Parecer pela rejeição. A Matéria é retirada de Pauta a pedido do Autor e do Relator; Item 13-Projeto de Lei do Senado nº 266, de 2003, terminativo, que “altera a Lei nº 10.420, de 10 de abril de 2002, para incluir o parceiro outorgante como beneficiário e os consórcios e condomínios como contratantes do Fundo Garantia-Safra”, de autoria do Senador Tasso Jereissati, tendo como Relator o Senador Renato Casagrande, que oferece Parecer favorável ao Projeto, nos termos do Substitutivo aprovado na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a Emenda de Redação nº 02, que apresenta. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Após a leitura do Relatório, o Presidente concede Vista ao Senador Eduardo Suplicy nos termos regimentais; Item 14-Projeto de Lei do Senado nº 297, de 2007, não terminativo, que “altera dispositivos da Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000, para dispor sobre a competência da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) para arrecadar e aplicar sanções administrativas”, de autoria do Senador Renato Casagrande, tendo como Relator o Senador Arthur Virgílio que oferece Parecer favorável nos termos do Substitutivo que apresenta. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, com decisão terminativa. A apreciação da Matéria é adiada; Item 15-Projeto de Lei do Senado nº 224, de 2007, não terminativo, que “institui o Balanço Social Empresarial, autoriza a criação do Selo Empresa Responsável, altera o § 2º do art. 3º da Lei 8.666, de 21 de julho de 1993, e o inciso IV do art. 3º da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, e dá outras providências”, de autoria da Senadora Lúcia Vânia, tendo como Relatora

a Senadora Serys Slhessarenko que oferece Parecer favorável ao Projeto, nos termos do Substitutivo aprovado pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo. A Matéria já foi apreciada pela CDR e será apreciada, ainda, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com decisão terminativa. A apreciação da Matéria é adiada. A Comissão aprova, ainda, os Requerimentos nº 14/2008-CAE, de autoria dos Senadores Osmar Dias e Flávio Arns, que requer, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública com a finalidade de instruir o PLC nº 22, de 2007, que “dispõe sobre a adição de farinha de mandioca refinada, de farinha de raspa de mandioca ou de fécula de mandioca à farinha de trigo e seus derivados, adquiridos pelo poder público, e estabelece regime tributário especial para a farinha de trigo misturada, e dá outras providências”, com a presença do Exmo. Sr. Reinhold Stephanes, Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA; do Presidente da Associação Brasileira da Indústria do Trigo, Abitrito; do Sr. João Paulo Koslovski, Presidente do Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado do Paraná – Ocepar e do Sr. Vergílio Frederico Perius, Presidente da Organização das Cooperativas do Estado do Rio Grande do Sul – Ocergs; nº 15/2008-CAE, de autoria do Senador Valter Pereira, que requer, nos termos regimentais, seja incluído na pauta dos trabalhos desta Comissão o PLC nº 22, de 2007, de autoria do Deputado Aldo Rebelo, que “dispõe sobre a adição de farinha de mandioca refinada, de farinha de raspa de mandioca ou de fécula de mandioca à farinha de trigo e seus derivados, adquiridos pelo poder público, e estabelece regime tributário especial para a farinha de trigo misturada, e dá outras providências”; e de nº 16/2008-CAE, de autoria do Senador Heráclito Fortes, que requer, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública nesta Comissão, com a participação de representantes da Federação Nacional das Empresas de Navegação Marítima, Fluvial, Lacustre e de Tráfego Portuário-Fenavega e do Sindicato Nacional das Empresas de Navegação Marítima-Syndarma, ambos sediados no Rio de Janeiro, com a finalidade de instruir o Projeto de Lei do Senado nº 342, de 2007, que altera o inciso XII do art. 10 da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, para mudar de não-cumulativo para cumulativo o regime da Contribuição para o PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social incidentes sobre as receitas decorrentes da prestação de serviços de transporte aquaviário. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às doze horas e quinze minutos, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publi-

cada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada. – Senador **Aloizio Mercadante**, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Havendo número legal declaro aberta a 10ª reunião da Comissão de Assuntos Econômicos. Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. A ata está aprovada e será publicada no diário do Senado Federal.

Comunico aos membros que esta Comissão recebeu os seguintes documentos para seu conhecimento. Aviso nº. 22/08 em cumprimento ao art. 41 da resolução do Senado Federal nº. 43/01 Relatório contendo as características das operações de crédito analisadas no âmbito do Ministério da Fazenda no mês de março de 2008. Em cumprimento ao art. 42 informa que não consta em seus registros nos meses de janeiro a março de 2008 qualquer emissão primária de títulos públicos de responsabilidade dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Aviso nº. 23/08, encaminhando em cumprimento ao art. 31 da resolução do Senado Federal nº. 23/96 as operações de crédito externo de natureza financeira, de interesse da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios em caráter não reembolsável relacionando as operações referentes a primeiro trimestre de 2008. Os expedientes serão encaminhados aos membros da Comissão por meio de ofício circular.

Comunico ainda que a Audiência Pública a fim instruir o Projeto de Lei nº. 27/08 do projeto dos sacoleiros será realizada no dia 8 do corrente, quinta-feira, às 14h00 na sala 3 da ala Alexandre Costa.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Sr. Presidente, permite uma Questão de Ordem, ou pela Ordem. Há um projeto, aliás, uma Emenda Constitucional muito importante que é a que trata dos terrenos de Marinha, interessa a todos os Estados litorâneos que tenham áreas lacustres. O projeto é de autoria do Senador Almeida Lima, e o Relator é o Senador Flexa Ribeiro. Há um pedido de Audiência Pública. Eu queria fazer um apelo a V. Exª., quanto mais pressa e urgência nós tivéssemos para marcar também essa Audiência Pública e esse projeto é muito importante. Saudamos a chegada do Sr. Presidente também.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): O Senador Presidente acaba de chegar à Comissão, ele já está agendando o andamento dessa matéria o mais rápido possível que é do interesse de todos os Municípios litorâneos do Brasil.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES):

Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Passo a Presidência ao Senador Mercadante.

[troca de presidência]

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Pedir desculpas a vocês pelo atraso, mas o vôo de São Paulo atrasou mais de uma hora e quebrou toda a nossa programação e o congestionamento do tráfego aéreo lá tem sido recorrente. De qualquer forma está iniciada a sessão. Estamos no Item 8. Pela ordem Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): O assunto que o Senador Camata acaba de levantar sobre Requerimento de autoria do Senador para uma Audiência Pública sobre a PEC do Senador Almeida Lima, terreno de Marinha, já está marcada uma Audiência Pública na CCJ sobre o mesmo assunto.

Então, eu proporia se pudéssemos fazer em conjunto e marcássemos isso já para a próxima semana, tal a importância do tema para todos os Estados litorâneos brasileiros.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Com exceção da bancada de Goiás, Tocantins e Minas Gerais, há um amplo consenso no encaminhamento. A sugestão que eu faço, no entanto, é que seja feita ou no horário da Comissão da CCJ ou em outro horário de comum acordo. Porque terça-feira pela manhã, próxima, nós teremos audiência com a Diretoria do Banco Central. Já está agendada.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): A sugestão é que se faça na quarta-feira, às 14h00.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Já foi votado o Requerimento? Já foi aprovado o Requerimento e encaminharei junto ao Presidente da CCJ, Senador Marco Maciel essa sugestão. Vamos Então, ao Item 8. Aviso nº. 7/2008, nº. 38 na origem, não terminativo, referente ao Relatório sobre o programa de emissão de títulos da administração e de passivos de responsabilidade do Tesouro Nacional e exterior. Autoria Ministério da Fazenda, Relatoria Senador Jayme Campos. Pelo conhecimento e posterior arquivamento da matéria. Com a palavra o Relator.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras. Relatório. Em conformidade com o disposto no art. 4º da resolução nº. 20/2004, o Senado Federal e o Ministro da Fazenda mediante o aviso nº. 7/2008(F), aviso 38 MF de 2008 da origem, informa que no trimestre encerrado em 31 de dezembro 2007 o Tesouro Nacional

não realizou emissões externas de títulos da República Federativa do Brasil na forma prevista do inciso I do art. 1º do mesmo normativo. Análise. Mediante a resolução nº. 20/2004, o Senado Federal autorizou a União a executar programa de emissão de títulos de administração de passivo de responsabilidade do Tesouro Nacional no exterior. Esse programa compreende operações de emissões de títulos com contrapartida em moeda corrente nacional ou estrangeira, e administração de passivos contemplando operações de compra, de permuta e de outras modalidades de operações, inclusive com derivativos financeiros. O art. 4º da referida resolução estabelece que o Ministro da Fazenda apresentará em reunião desta Comissão em até 30 dias após o final de cada trimestre relatório da execução do programa de emissão de títulos e administração de passivos de responsabilidade do Tesouro Nacional no exterior, com as informações que prescreve. Como não houve emissão no período, não há necessidade de enviar relatório, bastando para atender à resolução nº. 20/2004 a comunicação tempestiva da ausência de operações nos termos do aviso nº 7/2008. Dessa forma, esta Casa fica formalmente informada sobre a execução do referido programa de gestão da dívida externa e aos membros desta Comissão. Cabe tão-somente tomar conhecimento sobre seu teor. Voto. Diante do exposto, uma vez mais dado ciência aos membros dessa Comissão, recomendo o arquivamento do aviso nº. 07/2008, aviso nº. 38/2007 da origem, do Ministro do Estado da Fazenda. Esse é o meu relatório, Sr. Presidente, meu voto.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço ao Senador Jayme Campos. Para discutir a matéria.

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM): Sr. Presidente, nenhuma objeção ao relatório do Senador Jayme Campos, mas eu aproveito a oportunidade para perguntar a V.Ex^a. o seguinte. Em vez de nós estarmos aqui meramente homologando como formalidade apenas esses avisos e relatórios do Banco Central, em que pé está o projeto, creio que de V.Ex^a., no sentido de que a Diretoria do Banco Central venha aqui periodicamente ou obrigatoriamente falar sobre a política monetária?

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Está aprovado já, terminativo, a resolução do Senado, terça-feira que vem estará toda a diretoria do Banco Central prestando contas da política monetária, em cumprimento à Resolução.

Estarão terça-feira próxima e nós faremos o debate da política monetária regime de metas, ata do COPOM, perspectiva de inflação, grau de investimento, enfim, acho que vamos ter uma pauta bastante rica na

próxima terça-feira, e nós acabamos com esse ritual formal de simplesmente homologar decisão do Banco Central sem nenhuma discussão. Mesmo porque o regime de metas, a essência dele é a previsibilidade, a credibilidade, a transparência que é o papel do Senado contribuir nesse sentido. Dado esclarecimento, podemos votar. Então, o encaminhamento da matéria? Senadores que são favoráveis ao parecer do Relator permaneçam como se encontram. Aprovado.

Vamos ao Item 1 da matéria, em deferência à bancada de Santa Catarina que se empenhou bastante para recursos que estarão destinados do FONPLATA ao Município de Chapecó, Estado de Santa Catarina. Evidentemente não podem... Chegou exatamente com uma blusa nova para acompanhar o parecer, e a bem da verdade Senador Neuto De Conto se empenhou muito para que nós pudéssemos encontrar o Relator que fizesse com a brevidade e a competência. E o único nome capaz de tal tarefa é o Senador Gerson Camata. Mensagem do Senado Federal nº. 78/2008 não terminativa. Propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo com garantia da República Federativa do Brasil no valor de 14 milhões 750 mil reais... Desculpe, dólares dos Estados Unidos da América de principal entre o Município de Chapecó, Estado de Santa Catarina, e o Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata, FONPLATA, cujos recursos destinam-se ao financiamento do projeto de expansão da infra-estrutura viária de Chapecó. Autoria Presidência da República, Relatoria, Senador Gerson Camata que é favorável ao projeto nos termos do PRS que apresenta. Com a palavra o Relator.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Sr. Presidente, primeiramente muito obrigado. V.Ex^a. já no enunciado praticamente descreveu toda a operação. Trata-se de um empréstimo, então, de um programa de infra-estrutura do Município de Chapecó, grande Município de Chapecó, num custo total de 29 milhões e meio de dólares dos quais 14 milhões 750 mil dólares são financiados pelo FONPLATA. Igual quantia será aportada como contrapartida pela Prefeitura Municipal. Assim é que, para o presente empréstimo do fundo financeiro para o desenvolvimento da Bacia do Prata está previsto para se dar no prazo de 60 meses e a amortização será em 30 parcelas semestrais com carência de 66 meses. O custo estimativo da dívida, segundo a Secretaria do Tesouro Nacional, é de 7.91.

As conclusões da Secretaria do Tesouro Nacional são as seguintes: Diante do exposto, nada temos a opor à concessão pleiteada garantida pela União, desde que previamente à assinatura dos instrumentos contratuais seja verificado o cumprimento das condicionalidades

relacionadas no Item 28 deste parecer, bem como seja formalizado o respectivo contrato de contra garantia. As condições que o STN impõe são as seguintes. Que o mutuário demonstre satisfação do FONPLATA, à satisfação do FONPLATA a constituição da unidade executora do projeto com a respectiva designação do pessoal responsável pelo controle e acompanhamento do mesmo. E que o mutuário tenha apresentado à satisfação do FONPLATA o manual operacional do projeto, e o plano operativo anual referente ao seu primeiro ano de execução. A Procuradoria da Fazenda Nacional não apresentou objeções à realização da operação de crédito, portanto nós somos, Sr. Presidente, conforme V.Ex^a. já anunciou, pelo acolhimento do presente projeto de resolução nos termos do projeto que apresentamos e que está anexado a seguir. Eu queria, Sr. Presidente, se V.Ex^a. me permite, registrar aqui, com muito prazer, a presença do Prefeito João Rodrigues, da cidade de Chapecó, e do Secretário de Governo Eron Giordani, que estão aqui à disposição dos senhores Senadores para quaisquer esclarecimentos que venham a ser necessários. Registro, como V.Ex^a. enfatizou, o grande empenho da bancada de Santa Catarina através dos Senadores Neuto De Conto, Ideli Salvatti em favor da aprovação desse projeto muito importante para aquela cidade daquele Estado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Queria saudar o Prefeito João Rodrigues, de Chapecó, o Sr. Eron Giordani, Secretário de Governo e passar a palavra ao nobre Senador Neuto De Conto e, depois, Senadora Ideli Salvatti. Eu imaginei que vocês... Quero também registrar Senador Colombo, que também se empenhou bastante para que essa iniciativa fosse aprovada com a brevidade com que nós estamos encaminhando.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Estava me acordando à meia-noite, Sr. Presidente.

[risos]

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Queria passar a palavra ao Senador Neuto De Conto que esteve à frente das articulações para essa... Eu diria, recorde, vai entrar no livro do *Guinness* pela rapidez com que nós resolvemos o problema. Senador Neuto De Conto.

SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Eminente Senador Presidente, Aloizio Mercadante, senhoras Senadoras, senhores Senadores, Senador Relator por Espírito Santo, nosso amigo Gerson Camata. Saúdo igualmente o Secretário e o Prefeito da cidade de Chapecó, João Rodrigues. Para dizer que Chapecó é um pólo agroindustrial do sul do Brasil. Exporta os seus produtos da agroindústria para mais de cem países do mundo. É uma cidade que converge toda a toda

grande região do oeste, praticamente uma centena de Municípios converge quase que diariamente para ir de encontro da sua economia, das suas estruturas, das suas divulgações e, principalmente, a grandeza que representa para Santa Catarina. Chapecó é um centro econômico, político, cultural do oeste de Santa Catarina. Conseqüentemente, eu gostaria aqui, Sr. Presidente, de homenagear o pioneirismo que lá chegaram em 1917, quando emanciparam aquela comunidade, e desse pioneirismo, pela força do trabalho, pela inteligência, pela competência de quem administrou aquela cidade e administra, certamente colocou no patamar que ela se encontra em nossos dias. Assim, o Ministério da Fazenda entendendo do impulso que darão esses 14 milhões e 750 mil dólares deste financiamento para a continuidade do crescimento, do desenvolvimento, e certamente o alcance que este Município quer encontrar para o futuro. O Presidente da República, entendendo todas as mensagens encaminhadas, também no momento recorde encaminhou ao Senado uma mensagem endossando todo o pleito. E o Presidente encaminhou a esta Casa e tivemos a oportunidade de telefonar ao Presidente, que se encontrava no Uruguai, e que no mesmo dia determinou a Relatoria ao Senador Gerson Camata e que, num tempo recorde, chega em nossa Casa uma matéria tão esperada, tão importante e de um significado muito elevado para a sociedade de Chapecó, para Santa Catarina e certamente para o Brasil. Esses recursos, Sr. Presidente, sem dúvida alguma, além de proporcionar um projeto de expansão da infra-estrutura viária de Chapecó, ele trará uma visão de futuro, um crescimento acentuado e certamente uma prosperidade significativa para todo o Brasil. Eu agradeço aos nossos pares e conto com a aprovação dessa matéria.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço ao Senador Neuto De Conto. Nós estávamos no Parlamento do Mercosul e, de fato, foi isso que aconteceu, imediatamente encontramos de comum acordo alguém que pudesse ter a competência para realizar a tarefa. Com a palavra a Senadora Ideli Salvatti, líder do PT.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Sr. Presidente, ontem nós tivemos em Santa Catarina a visita da Ministra Dilma Rousseff que foi a primeira participante de um programa que estreou do Grupo RBS, lá no nosso Estado, o Pânico RBS. Durante aproximadamente quase duas horas a Ministra foi sabatinada por jornalistas e empresários de diversos setores lá do nosso Estado. E ao final, a Ministra relatou algo que muito orgulha a todos nós de Santa Catarina, que é o quanto o nosso Estado tem uma economia diversificada, distribuída regionalmente, com arranjos produ-

tivos locais, independentes, que não competem entre si, numa distribuição, inclusive, muito mais racional e adequada da população com características culturais também muito específicas de região para região.

Então, este conjunto de boas qualidades que nós temos em Santa Catarina é visível para todos aqueles que nos visitam quando nós temos a oportunidade de debater as questões do desenvolvimento, da questão estratégica do futuro do nosso Estado, porque foge ao padrão de praticamente todos os outros Estados. Santa Catarina, por exemplo, é o único Estado brasileiro cuja capital não é a maior cidade. A maior cidade é Joinville. E nós temos, por esta distribuição regional da economia, da população, nós temos que dar importância em condições de igualdade para todas as questões cruciais do desenvolvimento de cada região, para a gente poder, inclusive, fortalecer e consolidar cada vez mais este modelo de desenvolvimento que é tão forte e tão especial em Santa Catarina. É por isso que este empréstimo, este financiamento junto ao FONPLATA para o Município de Chapecó, da ordem de 14 milhões 750 mil dólares, ele se reveste de maior importância ainda do que qualquer outro porque ele vem exatamente para fortalecer o principal pólo do nosso oeste de Santa Catarina. É Chapecó o Município do qual irradia toda a sinergia daquela região que tem na agroindústria e pelas condições culturais, de relevo do nosso Estado fez com que um modelo de integração do pequeno agricultor, do agricultor familiar com a agroindústria, acabasse sendo o sucesso transformando o Estado de Santa Catarina no maior exportador de aves, de suíno, um Estado que tem um recorde sucessivo nas suas exportações, na sua balança comercial, advindo exatamente desta boa integração entre a pequena agricultura, a agricultura familiar e a agroindústria. E, portanto, este recurso a ser aplicado na expansão da infra-estrutura viária de Chapecó é exatamente para favorecer o deslocamento e o escoamento da produção. Como nós tivemos a oportunidade de, ontem, no debate com a Ministra, reforçar não só a duplicação da BR-101, uma obra tão importante que liga o Mercosul e faz a interligação de Santa Catarina, Paraná, Rio Grande do Sul, como a importância das rodovias federais que cortam o Estado no sentido leste-oeste. E que juntamente com essas obras de expansão da infra-estrutura viária, como é o caso do término, finalmente, depois de quase 50 anos aguardando, o término, a conclusão da 282 que está agora em vias de ser inaugurada nos próximos dois ou três meses, a questão da duplicação da 470, que os procedimentos estão em andamento, a duplicação da 280, ou seja, todas essas rodovias que fazem com que toda a produção do oeste de Santa Catarina possa chegar ao litoral e,

principalmente, aos nossos portos. Por isso que este empréstimo ele vem em bom momento, ele vem para reforçar tudo aquilo de infra-estrutura que o Governo Federal vem fazendo em Santa Catarina e que faz com que os próprios empresários reconheçam de que não tem história de um outro momento no qual Santa Catarina recebeu tanto investimento do Governo Federal e, inclusive, sendo já o terceiro ano consecutivo que nós somos o segundo Estado no Brasil em volume de recursos do Governo Federal em infra-estrutura, principalmente na área rodoviária.

Então, nós queríamos parabenizar a comunidade de Chapecó que vai ter a partir deste financiamento a viabilização, a viabilidade dessas obras importantes, e nós esperamos que os recursos sejam efetivamente não só bem aplicados, mas rapidamente aplicados, porque a necessidade, pelo volume de caminhões, de contêineres que saem de toda aquela região e acabam circulando dentro do Município de Chapecó, efetivamente tem necessidade de modificar significativamente a infra-estrutura viária naquele Município. Por isso nós só gostaríamos de agradecer e parabenizar o Relatório muito rápido e eficiente do Senador Gerson Camata e o Estado de Santa Catarina se fortalece com esse tipo de investimento e, principalmente, a região oeste do nosso querido Estado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Ficamos todos muito felizes particularmente com aquela menção de que é o segundo ano em que é o segundo Estado da nação que mais recebe recursos para infra-estrutura em transporte.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Aliás, Senador Mercadante, só perdemos para São Paulo. Mas queremos competir.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Seguramente, o ano que vem vão ser mais generosos e permitir que seja partilhado com mais... Estou achando que toda bancada está discutindo aqui 2010. Mas, de qualquer forma, com a palavra o Senador Raimundo Colombo.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Sr. Presidente, quero cumprimentar V.Ex.^a pela agilidade na tramitação desse processo e também cumprimentar o Senador Gerson Camata pelo relatório encaminhando a aprovação e pedindo a todos os companheiros o voto favorável, por entender exatamente a oportunidade desse empréstimo que vai dar agilidade às ações que precisam ser desenvolvidas na região oeste. Na verdade, as **commodities** que são produzidas lá, elas têm hoje uma vantagem estratégica de preço internacional que favorecem o crescimento econômico, seja pela carne, pela transformação, pela industrialização, pela agregação de valores, como o setor de grãos, o

setor primário, onde o oeste realmente tem um modelo que é exemplo para o mundo e cujos resultados transformaram essa região de Santa Catarina num modelo de grande desenvolvimento. Isso tudo potencializa a cidade de Chapecó, que é a cidade pólo. Chapecó tem cerca de 160 mil habitantes, mas na verdade em torno dela giram em torno de 500 mil habitantes. Quem vai seguramente lá como eu vou, e aqui aproveito para cumprimentar o Prefeito João Rodrigues, o Secretário Eron e toda a sua equipe, realmente Chapecó, como as cidades brasileiras de hoje, vive o problema do trânsito, o problema do caos no trânsito. E é realmente uma coisa excepcionalmente alta. São centenas de caminhões em filas e a infra-estrutura, seja pelas BRs que precisam ser melhoradas e duplicadas, seja também pelo perímetro urbano que precisa de melhor infra-estrutura.

Então, não há outra forma de procedimento que não seja através deste empréstimo, através dele se faz um anel viário que vai utilizar melhor o trânsito, o deslocamento, e vai proclamar e projetar o crescimento da cidade. Por isso, ao cumprimentar a equipe da Prefeitura e ao Prefeito pela elaboração do projeto competente que mereceu a aprovação técnica dos órgãos e financeira dos órgãos do Governo e que certamente merecerá também a aprovação aqui do Senado. Eu aproveito, Sr. Presidente, apenas para aduzir mais um item, que seja estabelecer o regime de urgência para que ele possa ser votado no Plenário rapidamente e assim dar o curso acelerado que a obra exige. Por isso, parabéns a todos e obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Faremos em seguida. Senadores que são favoráveis ao parecer apresentado pelo nobre Senador Gerson Camata permaneçam como se encontram. Aprovado o parecer. Os que são favoráveis à urgência?

SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Gostaria, Sr. Presidente, a urgência do projeto para colocarmos na pauta se possível ainda hoje.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Os Senadores são favoráveis à urgência? Igualmente aprovado. O projeto vai a Plenário. Item 2 da pauta. Proponho ao Senado Federal seja autorizada contratação de operação de crédito externo com garantia da República Federativa do Brasil no valor de 95 milhões de dólares dos Estados Unidos da América entre o Governo do Estado de São Paulo e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento, BIRD, cujos recursos destinam-se ao financiamento adicional do programa da linha 4 do metrô de São Paulo. Autoria Presidência da República, Relatoria Senador Valter Pereira. Favorável ao projeto nos ter-

mos do PRS que apresenta. Nós estamos retomando a mesma iniciativa que tivemos na contrapartida de uma parcela do financiamento, já esclarecendo que o metrô de São Paulo hoje transporta três milhões de pessoas por dia e na hora de pico tem 8,4 pessoas por metro quadrado. Mostra a situação dramática que o transporte e o congestionamento da cidade exige esse investimento. Queria registrar apenas, Sr. Relator, a presença do Sr. Ernesto Augusto Granado, Chefe da Unidade de Gerenciamento de Empreendimentos da Companhia Metropolitana de São Paulo, Sra. Maria Cecília Meireles Chagas, Assistente de Diretor de Captação de Recursos da Secretaria da Fazenda de São Paulo, Sr. Osvaldo Spuri(F), Coordenador da Unidade de Gerenciamento do Programa da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos, CPTM, e ainda, representando o Tesouro Nacional, Sr. Eduardo Luiz Gaudard, Gerente de Responsabilidades Financeiras da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda. Com a palavra o Relator, Senador Valter Pereira.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Sr. Presidente, na verdade esse projeto complementa outro que nós já aprovamos nesta Comissão, que representava ali uma operação com o mesmo valor, porém com consórcio de Bancos japoneses. Hoje se trata de uma operação com relação ao BID. O pleito do Estado de São Paulo solicita, portanto, autorização para contratar a operação de crédito externo correspondente a esta segunda parcela e com garantia da União. E os recursos destinam-se à complementação daqueles que foram aprovados anteriormente para financiamento do programa da linha 4 do Metro da capital paulista. Basicamente ele visa recompor o valor original do contrato de empréstimo 4646/BR, celebrado entre o Estado e o BIRD no ano de 2002, depreciado desde 2003 pela valorização do real. Na análise eu faço menção que há um registro de pendência do Estado de São Paulo no âmbito do SIAF. Porém, o Governo do Estado obteve medida liminar junto ao STF que foi concedida pelo Ministro Gilmar Mendes, no dia 25 de março do corrente ano que determina a União suspender a inscrição do Estado no cadastro único de convênios que tenha relação com o convênio nº. 07/2002, registrado no SIAF sob o número 448.799. Determina ainda o magistrado que o referido registro não poderá impedir a contratação enquanto estiver vigente a liminar. Portanto, está removido o único obstáculo que poderia trazer problema para a aprovação do projeto. É prevista a formalização de contrato entre o Estado e o Tesouro Nacional para a concessão de contra garantias sob a forma de vinculação das receitas que se referem os arts. 157 e 159 complementados pelas receitas tributárias de que trata o art. 155 nos termos do art. 167, § 4º, todos da

Constituição Federal. Como é reconhecido pela própria STN ser possível atender a esse pleito de garantia, pois são consideradas suficientes e adequadas as contra garantias a serem prestadas, o Estado de São Paulo conta com recursos suficientes devidamente demonstrado para ressarcimento da União. Por outro lado, não há registro de compromissos honrados pela União em nome do Estado de São Paulo nos últimos anos. O Estado de São Paulo vem cumprindo com as suas obrigações e livrando a União de qualquer tipo de ônus adicional. Dessa forma, a operação de crédito em exame atende às exigências dos arts. 6º e 7º e 21 da Resolução 43/2007 como previsto na Resolução 40/2001 também do Senado Federal. O custo efetivo da operação de crédito, equivalente a 5,06% ao ano, constitui indicativo aceitável pela Secretaria do Tesouro Nacional em face do custo médio atual da captação do próprio Tesouro em dólar do mercado internacional.

Em conclusão, Sr. Presidente, o pleito encaminhado pelo Estado de São Paulo encontra-se de acordo com o que preceituam as Resoluções 48 de 2007, 40 e 43 de 2001 do Senado Federal, devendo ser concedida a autorização para a contratação da operação de crédito externo pretendida nos termos do projeto de resolução que apresentamos. O Senado Federal resolve: É o Estado de São Paulo autorizado a contratar operação de crédito externo com garantia da União com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, no valor de até 95 milhões de dólares dos Estados Unidos da América. Art. 2º: Os recursos advindos da operação de crédito referida no caput destinam-se ao financiamento adicional do programa da linha 4 do metrô de São Paulo. § 2º. É facultado ao BIRD converter a cada seis meses de fluante para fixa a taxa de juros aplicável ao montante parcialmente desembolsado à operação de crédito de que trata esta resolução. art. 2º. A operação de crédito referida no art. 1º deverá ser realizada nas seguintes condições: 1. Devedor: Estado de São Paulo. 2. Credor: Banco Interamericano para Reconstrução e Desenvolvimento. 3. Garantidor: República Federativa do Brasil. 4. Valor: Até 59 milhões de dólares dos Estados Unidos da América. 5. Prazo de desembolso: Até 30 de junho de 2010. 6. Amortização: Em parcelas semestrais e consecutivas vencendo-se a primeira em 15 de maio de 2013 e terminando em 15 de novembro de 2032 correspondendo cada uma das 40 parcelas a 2,5% do valor desembolsado. 7. Juros: Exigidos semestralmente nos dias 15 dos meses de maio e novembro de cada ano, calculados sob o saldo devedor periódico do empréstimo, a uma taxa composta pela Libor semestral para dólar americano, acrescidos de uma margem fixa a ser determinada pelo BIRD a cada exercício fiscal e

fixada na data da assinatura do contrato. 8. Comissão à vista: 0,25% sobre o valor do empréstimo a ser debitada na data em que o contrato entrar em efetividade. 9. Juros de mora: 0,50% ao ano acrescidos aos juros devidos e ainda não pagos, caracterizada a mora 30 dias após a data prevista para o pagamento dos juros. § Único: As datas de pagamentos do principal e dos encargos financeiros, bem como dos desembolsos, poderão ser alteradas em função da data da assinatura do contrato de empréstimo. Art. 3º: Fica a União autorizada a conceder garantias ao Estado de São Paulo na contratação da operação de crédito externo referida nesta resolução. § Único: O exercício da autorização prevista no caput fica condicionado a que o Estado de São Paulo celebre contrato com a União para a concessão das contra garantias sob a forma de vinculação das receitas próprias de que trata o art. 155 e das cotas de repartição de receitas de que tratam os arts. 157 e 159, todos da Constituição Federal e outras garantias em direito admitidas, podendo o Governo Federal requerer as transferências de recursos necessários para a cobertura dos compromissos honrados diretamente das contas centralizadoras da arrecadação do Estado ou das transferências federais. Art. 4º: O prazo máximo para o exercício da presente autorização é de 540 dias contados a partir da vigência desta resolução.

Nós fizemos uma leitura sintética da primeira parte do relatório, Sr. Presidente, já que é desnecessário por termos feito a distribuição a todos os componentes dessa Comissão de todo o texto.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Foi distribuído e o projeto já tinha sido discutido em reunião anterior desta Comissão. Agradeço, Senador Valter Pereira. Pergunto se algum Senador deseja comentar o projeto. Senador Eduardo Suplicy que, além de toda a sua imensa contribuição ao Estado de São Paulo, hoje veio homenageando o melhor time do Brasil, com o escudo no peito que ele carrega ali, o grande Santos Futebol Clube. V.Ex^a. tem o tempo que necessitar só por este gesto nesta Comissão.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente, Senador Aloizio Mercadante, com a devida homenagem ao Palmeiras que o Senador Mão Santa recomenda, que lembra de Julinho aqui, com o Garrinha, os melhores pontas direita do Brasil.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): E o grande Ademir da Guia.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Estava há pouco, Senador Aloizio Mercadante, com os portuários de todo o Brasil ali na Comissão de Direitos Humanos que estão debatendo o destino que vão dar

a solução para a portos, e aí um grande número de portuários de Santos conferiram a mim esse distintivo do Santos Futebol Clube, que é o time que tem honrado Santos e o Brasil. Mas eu quero aqui agradecer ao Senador Valter Pereira que fez um relato muito positivo a respeito deste empréstimo tão significativo de 95 milhões de dólares entre o Governo do Estado de São Paulo para a construção da linha 4 do metrô de São Paulo. Aqueles que no dia-a-dia temos convivido com a cidade de São Paulo temos notado que o número de veículos tem sido de tal ordem que a cada dia tem sido mais difícil o transporte individual. Daí a relevância de estarmos todos irmanados para que possa o Governo do Estado de São Paulo, com o apoio da União e do Governo Municipal, estarmos expandindo o metrô de São Paulo e certamente a linha 4, a Linha Amarela, significará algo que é um anseio de todos os paulistanos.

Então, quero aqui agradecer a presença dos representantes dos Governos de Estado e da Prefeitura e do Governo da União a favor desse projeto e estamos inteiramente favoráveis, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço Senador Eduardo Suplicy. Senadores e Senadoras que são favoráveis ao parecer permaneçam como se encontram. Aprovado. Encaminho também o pedido de urgência ao Plenário. Senadores que são favoráveis à urgência permaneçam como se encontram. Aprovada a urgência. O projeto vai a Plenário. Vamos para o Item 3 da pauta que ainda agora trata da mensagem ao Senado Federal nº. 79/2008, não terminativa, propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo com garantia da República Federativa do Brasil no valor de 550 milhões de dólares dos Estados Unidos da América entre o Governo do Estado de São Paulo e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento, BIRD, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do projeto Material Rodante Sistemas para a Companhia Paulista de Trens Metropolitanos, CPTM, e para a Companhia Metropolitana de São Paulo, Metrô. Agora são os equipamentos e material rodante, lembrando que a CPTM é que faz o grande transporte da população da periferia do Estado, muitas vezes em situações extremamente precárias e essa modernização é indispensável à grande São Paulo que vive um quadro de colapso do sistema de transporte coletivo. Queria também já destacar o Senador Antonio Carlos Magalhães Júnior para ser Relator de um projeto que está chegando, e a indicação eu estou apenas referindo porque quando se trata de Minas Gerais quem decide nessa Comissão, evidentemente é o Vice Presidente Senador Eliseu Resende

que fez essa deferência a V.Ex^a. do maior empréstimo do Banco Mundial a um Estado brasileiro no valor de quase um bilhão de dólares que deverá estar chegando nessa Comissão de imediato. Portanto V.Ex^a. pode se aconselhar que tudo que diz respeito à infra-estrutura e logística quem mais tem conhecimento, formação e contribuição à história do Brasil, ao Estado de Minas é o Senador Eliseu Resende. V.Ex^a. será o Relator e terá o privilégio de ter sido indicado por esse Ministro especialista que tantas contribuições deu à estrutura de transporte viário do Brasil.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEMB-BA): Eu agradeço a V.Ex^a. e também ao vice-Presidente, Senador Eliseu Resende, pela deferência e pela confiança.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Muito bem. Agora a Senadora Serys Slhessarenko.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, é submetida à apreciação do Senado Federal mensagem 79/2008 do Presidente da República que solicita autorização para que seja contratada operação de crédito externo com garantia da União no valor de até 550 milhões de dólares entre o Estado de São Paulo e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento, BIRD. O objeto tem por objeto a aquisição de 57 trens, sendo 40 para a CPTM e 17 para o metrô. E a contratação do fornecimento e instalação de sistemas de sinalização de via, controle de tráfego, telecomunicação e suprimento de energia para as duas empresas para atendimento prioritariamente às necessidades de expansão da oferta nas linhas A e F da CPTM. O principal objetivo é suprir a demanda reprimida, expandindo a oferta dos serviços com melhores padrões de conforto, regularidade, confiabilidade e segurança. O custo total do projeto está estimado em um bi 550 milhões de dólares, sendo 550 milhões de dólares financiados pelo BIRD, 535 milhões financiados pelo Banco do Japão para Cooperação Internacional e os restantes 465 milhões de dólares provenientes de contrapartida estadual. Nós vamos diretamente à análise. O custo efetivo da operação, de acordo com o cálculo estimativo realizado pela STN, deverá ser equivalente a 5,17% indicando que as condições financeiras se encontram em patamares aceitáveis, tendo em vista o custo de captação do Tesouro Nacional no mercado internacional. A análise de custo/benefício realizada pelo Governo do Estado de São Paulo mostra que o projeto deve beneficiar a totalidade da população do Estado reduzindo o tempo de viagem, o custo de manutenção de vias e o custo de operação do sistema de ônibus. Portanto, a análise se mostra viabilidade eco-

nômica e financeira do programa que ainda apresenta altas taxas internas de retorno. A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional emitiu parecer nº. 614 de 8 de abril de 2008. No exame das cláusulas da minuta contratual concluiu que elas são admissíveis e estão de acordo com a legislação brasileira aplicável à espécie. Em especial, foi observado o disposto no art. 8º da Resolução nº 48/2007 que veda a disposição contratual de natureza política atentatória à soberania nacional e à ordem pública ou contrária à Constituição e as leis brasileiras, bem ainda que implique compensação automática de débitos e créditos.

Sr. Presidente, o voto. Em conclusão, o pleito encaminhado pelo Governo Federal encontra-se de acordo com que preceitua as Resoluções nº. 40 e 43/2001, e 48 de 2007 do Senado Federal, devendo ser concedida autorização para a contratação da operação de crédito externo pretendida nos termos do seguinte. Aí vem todo o projeto em resolução que todos os Srs. Senadores já têm conhecimento, estão de posse, eu acho desnecessária a leitura da resolução do Senado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço à Senadora Serys e da mesma forma as manifestações já foram feitas no interesse estratégico para o transporte público na Grande São Paulo, que vive especialmente com esse crescimento da economia, a venda de automóveis que batem recorde atrás de recorde, a cidade vive congestionamentos de cerca de 200 quilômetros por dia. Atinge toda a Grande São Paulo e prejudica o transporte de carga de praticamente todo o Brasil, porque à medida que nós estamos com as vias, o Rodoanel ainda não está incluído, o Governo Federal está colocando 3 bilhões 800 milhões de reais no Rodoanel, 680 milhões de reais no Ferroanel, exatamente para liberar a estrutura de transporte para a CPTM, para nós termos mais transporte de passageiros, para agilizar o transporte de carga entre as rodovias da cidade, e o metrô e a CPTM são a grande solução estruturante para aliviar essa grande concentração demográfica e um problema histórico das estruturas mais precárias do transporte público que nós conhecemos em todas as cidades do mundo.

Então, é um imenso desafio que as pessoas perdem duas, três horas da vida por dia presos no congestionamento de São Paulo. São investimentos inadiáveis, indispensáveis e essenciais ao Brasil e à nossa querida cidade de São Paulo. Senador Eduardo Suplicy com a palavra.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Sr. Presidente, quero reforçar os argumentos que V.Ex.^a está colocando, mas é importante destacar que neste caso estes 550 milhões de dólares, uma quantia muito

significativa que o Governo do Estado e o BIRD estão colocando para projeto material rodante, sistema da CPTM, do metrô, mas isso vai abranger de fato os 22 Municípios da região metropolitana que corresponde a 18,5 milhões de habitantes, 39 milhões de deslocamentos, 56% de veículos rodoviários, 7 por metro rodoviário, 37% a pé e inclusive com ações importantes que passaram recentemente a serem instituídas, e com grande sucesso, como o bilhete único, as transferências gratuitas da CPTM e do metrô, que resultou no aumento de número de passageiros extraordinário. Ou seja, nós temos tido uma lotação fantástica na utilização destes trens, e certamente, portanto, este acréscimo e modernização no número de trens será algo de grande prioridade em benefício da população de São Paulo. Agradeço à Senadora Serys Silhessa-renko pelo seu relatório e a disposição de toda a CAE de aprovar este projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): E particularmente os trens da CPTM, que algumas linhas ainda têm... Nós temos equipamentos de vários países sem padronização, alguns são muito antigos, muito degradados.

Então, essa modernização é indispensável também para que haja mais conforto e segurança para a população de toda a periferia, de toda a Grande São Paulo que usa esse transporte como meio mais importante para o trabalho e para a organização da vida familiar.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Queria acrescentar uma informação, Sr. Presidente. A duas semanas atrás eu estive em Paranapiacaba e notei numa reunião onde havia 450 pessoas presentes, de uma população de 1400, que ali há uma reivindicação muito significativa, qual seja, a de que possa retornar a utilização dos trens que ligam Paranapiacaba tanto a toda a linha que está aqui mostrada, que vai até Santo André, Mauá, e inclusive para chegar às estações principais de São Paulo. Do ponto de vista da população de Paranapiacaba, inclusive, se puder haver a volta do trem funcionando tanto para Santos como para São Paulo, isso será fundamental. A linha de trem está ali e, segundo informou naquele dia a Sub Prefeita Vanessa, de Paranapiacaba, da administração de Santo André, do Prefeito João Avamileno, a Prefeitura de Santo André está em diálogo com as autoridades para a volta do funcionamento do trem. Gostaria, portanto, de informar inclusive aos representantes da CPTM e do metrô aqui de São Paulo que esta é uma aspiração importante e gostaria de transmitir esta aspiração dos residentes de Paranapiacaba.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Encaminhada a intervenção. Se-

nadores que são favoráveis ao parecer da Senadora Serys, que representa autorizar contratação de operação de crédito no valor de 550 milhões de dólares dos Estados Unidos da América para o Estado de São Paulo, do BIRD, para a CPTM e o metrô de São Paulo, permaneçam como se encontram. Aprovado.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Sr. Presidente.

SENADOR EDUARDO SUPLYCY (PT-SP): Urgência.

[risos]

Junto com a Senadora Serys.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Estamos requerendo urgência da matéria para a votação em Plenário.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Seguramente, ele com o escudo do Santos e V.Ex.^a com óculos novo, bonito, colorido, será homenageada nessa urgência. Os Senadores e Senadoras que são favoráveis a essa urgência permaneçam como se encontram. Aprovado. Vamos ao Item 4 da pauta.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Só para parabenizar os Estados de Santa Catarina, Município de Chapecó, Estado de São Paulo pela aprovação de empréstimos que serão importantes para as obras de infra-estrutura e em São Paulo o aumento da velocidade e a conclusão do anel rodoviário, como V.Ex.^a já colocou, que vai trazer um benefício enorme para a cidade de São Paulo que está com contingenciamentos que chega a 200 quilômetros. Eu pediria a V.Ex.^a, se possível, que pudesse colocar em pauta na próxima reunião da nossa Comissão o PLS 632/2007, do eminente Senador Dornelles, que trata, Senador Presidente Aloizio Mercadante, da questão da inclusão de novos segmentos da área de exportação naquele programa de apoio ao setor exportador. Nós... É um projeto--

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): O projeto já está pronto para pauta. Vamos colocar na pauta. Não na próxima terça, que temos audiência com o Banco Central. Na seguinte colocaremos em pauta. É projeto de grande interesse--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Desde março sou Relator e já foi encaminhado à Comissão e V.Ex.^a na ocasião em que nós aprovamos aqueles primeiros segmentos que já foram atendidos.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Revitaliza o setor moveleiro, cal-

çados e têxtil. Agora estamos expandindo para outros setores.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Isso.

Então, pediria a V.Ex.^a que faça também. A situação hoje que se agrava em relação à valorização do real em relação ao dólar, e o que se prevê já uma balança comercial negativa, Então, é importante que o Governo dê continuidade ao apoio ao setor exportador.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Vamos fazer isso.

Então, a próxima Sessão com pauta ordinária e votação nós colocaremos como prioridade na pauta.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço a V.Ex.^a.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Não por isso. Vamos agora ao Item 4 da pauta. Projeto de Lei do Senado nº. 23/2003 não terminativo. Acrescenta dispositivo ao art. 473 da CLT para permitir ao trabalhador faltar ao serviço um dia por ano sem prejuízo de remuneração. Autoria Senador Paulo Paim, Relatoria Senadora Patrícia Saboya. Não estando presente a Relatoria, está prejudicado o projeto e será transferido para outra oportunidade. Item 5. Projeto de Lei não terminativo nº. 130/2007 complementar não terminativo. Acrescenta § 13 ao art. 3 da Lei Complementar nº. 123 do Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte. Autoria, Senador Pedro Simon, Relatoria Senador Marconi Perillo. Não estando presentes também, teremos a transferência para outra oportunidade. Vamos ao Item 7 da pauta.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: O seis.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): O 6 também não estão presentes. Não está presente o Relator... Está de licença, nós teremos que substituí-lo na ausência. A Relatoria do Senador Cícero Lucena. Faremos isso hoje para um Relator *ad hoc*. Vamos Então, ao Item 7 da pauta. Acrescenta o inciso VI do art. primeiro da Lei 8989 de 24 de fevereiro de 95 para estender aos representantes comerciais a isenção do imposto sobre produtos industrializados, IPI, na aquisição de automóveis. Autoria, Senador Marcos Guerra. Relatoria, Senador Eliseu Resende, que encaminha parecer pela rejeição do projeto. Com a palavra o Relator.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Sr. Presidente, meu relato vai ser muito breve. Esse é um projeto do ex-Senador Marcos Guerra nº. 182/2006. O Projeto de Lei pretende conceder isenção do IPI sobre automóveis para os representantes comerciais. Meu relatório é no sentido de rejeição do projeto porque representa um precedente perigoso. A justificativa do projeto é a isonomia com os taxistas, que tem isenção

de IPI. Mas é importante relatar e lembrar aqui que não são os choferes de táxi, os taxistas, o dono do táxi, que tem isenção. Quem tem isenção é o táxi, para incentivar o transporte coletivo e reduzir as tarifárias de transporte coletivo do Brasil. Se nós dermos a isenção de IPI para os representantes comerciais, teremos de dar para os agricultores, para os agrônomos, para os engenheiros autônomos, para os arquitetos, para os médicos, para todas as classes profissionais autônomas por uma geração de um precedente perigoso. Além do mais, é de lembrar que o IPI é parcela do Fundo de Participação dos Municípios e do Estado, dos Estados, e, portanto isenção de IPI afeta a arrecadação de Estados e Municípios. Portanto, Sr. Presidente, meu voto é pela rejeição do projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Gim Argello com a palavra.

SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Sr. Presidente, eu gostaria, respeitando evidentemente o nobre Senador Eliseu Resende, pedir vista desse processo e devolver na próxima Sessão. Por favor.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Concedida a vista, que é regimental. Vamos ao Item 8 da pauta. Aviso nº. 7... Me desculpe. Já foi aprovado. Item 9 da pauta. Senador João Claudino...

[interrupção no áudio]

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Item 10. O 8 já foi aprovado. Foi o primeiro Item da pauta. Projeto de Lei do Senado nº. 500/2007 não terminativo. Institui o Cadastro Nacional de Fornecedores suspensos de participar de licitações e contratar com a administração pública direta e indireta da União, Estados, Distrito Federal e Municípios. Autoria, Senador Garibaldi Alves Filho. Relatoria, Senador Jayme Campos. Favorável nos termos do substituível que apresenta. A matéria ainda será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com decisão terminativa. Portanto é não terminativo parecer favorável na forma do substitutivo. Com a palavra o Relator Senador Jayme Campos.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Sr. Presidente, Senador Aloizio Mercadante, Srs. Senadores e Sras. Senadoras. Eu vou apenas iniciar meu relatório pela análise, Sr. Presidente, até porque está à disposição dessa Comissão já alguns dias e é meio longo, acho que a análise é suficiente para nós conhecermos o mérito dessa proposição do Senador Garibaldi Alves. Análise. O grande mérito da proposição sob exame consiste na possibilidade de se evitar que uma empresa que tenha sido suspensa do direito de contratar com a administração pública de determi-

nado Município ou empresa pública estadual possa apresentar-se licitações realizadas em outras localidades. Atualmente não existe um controle integrado de âmbito nacional que especifique quais empresas que receberam sanções por descumprimento contratual e abrangência das restrições que lhes foram impostas. O que se tem feito até hoje é exigir que a empresa licitante inclua em sua proposta de declaração de que não pesa contra ele sanção nessa espécie, respondendo penalmente o autor da declaração no caso de falsidade. Na prática, portanto, não há qualquer consequência para empresário que presta tal declaração falsa. Como o Poder Público não costuma proceder essa averiguação de rotina, até mesmo por não dispor das informações necessárias, o maior risco é de que empresas concorrentes formulem denúncias quanto à situação daquela que sofreu a sanção. Apesar da publicação no Diário Oficial das aplicações de tais sanções, essa providência não se mostra suficiente para que os diferentes órgãos da administração se mantenham atualizados em órgão especial se a sanção houver sido aplicada por um órgão de Município ou Estado distinto daquele que se realiza a licitação. Assim, ao se propor a criação desse cadastro unificado, informatizado e acessível pela internet o grande passo que se dá é abrir a qualquer órgão a possibilidade de consultar em tempo real o histórico e a situação das empresas que apresentaram à licitação, reduzindo assim a possibilidade de contratação de uma empresa idônea. Para que possamos, contudo, atingir objetivos culminados(F) pelo PLS 500/2007 faz-se necessário superarmos dificuldades em alguns aspectos do ponto de vista formal, sobretudo quanto à constitucionalidade à técnica legislativa empregada na elaboração de seu texto. O primeiro desses aspectos se refere a possível arguição da competência, especialmente no tocante ao art. 7º e 13, embora caiba à União dispor sobre normas gerais de licitação e contratos públicos e esta não pode disciplinar minuciosamente os procedimentos. Requisitos contratuais e demais especificidades atinentes ao tema impondo obrigações aos Estados, Distrito Federal e Município, quando não possua a estrita atribuição para tanto derivada do texto constitucional.

Outro aspecto, Sr. Presidente, a ser superado, diz a edição da lei extravagante sobre o tema, o que se demonstra vedado ante o exposto da Lei Complementar 95/98 no seu art. 7º inciso IV, posto que a matéria de licitações e contrato se acham amplamente regulados na Lei nº. 8666 de 1993. Qualquer alteração pode ser feita em seu próprio âmbito, a não ser por meio de novo diploma legal. A forma, portanto, tecnicamente adequada é que a mudança se faça na lei das licitações. Por fim, sobressai ainda o empecilho de estar

em tramitação o Projeto de Lei da Câmara nº. 32/2007 que opera uma pequena reforma na lei de licitações. O principal objetivo do referido Projeto de Lei é integrar o Pregão como modalidade de licitações. Na verdade, a prioritária, ampliando assim os ganhos de eficiência e prevenção à corrupção já verificados nos últimos anos. Proposto pelo Presidente da República e aprovado pela Câmara dos Deputados o PLC nº. 32/2007, já tramitou no Senado pela CCJ, CCT e mais recentemente pela CAE, onde recebeu o substitutivo da lavra do Senador Eduardo Suplicy. Entre as alterações mais significativas realizadas na Lei 8666 pelo PLS 32/2007 está a criação do cadastro nacional de registro de preços realizados mediante inclusão do seguinte art. 15-A da lei de licitações. O art. 15-A fica instituído o cadastro nacional de registros de preços sob responsabilidade da União a ser regulamentado mediante Decreto do Poder Executivo que será disponibilizado às unidades administrativas da administração pública. § Único. Os órgãos ou entidades da administração pública que utilizarem o cadastro do que se trata o caput deverão informar no sítio oficial da administração pública Federal os preços realizados em atas e as contratações formalizadas.

Então, para não correremos o risco da institucionalidade ou de vermos declarada a prejudicialidade do PLS nº. 500/2007 entendemos que texto semelhante ao citado acima poderia ser incorporado à lei de licitações para tornar o atual SIAF disponível a Estados, Distrito Federal e Municípios, facultando-lhe a integração com o sistema Federal por meio de convênio, por exemplo. Isso resolveria todos os problemas apontados ao mesmo tempo em que aproveitaria e o Congresso decreta o art. Primeiro. A lei nº. 8666 de 21 de junho de 93, passa a vigorar acrescida dos seguintes arts.: Art. 34-A. A União disponibilizará o Sistema de Cadastramento de Fornecedores, SIAF, aos Estados, Distrito Federal e Municípios, e suas respectivas unidades administrativas mediante convênio sem ônus para os aderentes. § 1º. Decreto do Poder Executivo regulamentará os termos do convênio que o alude o caput, bem como os requisitos técnicos de segurança para operação e interação com o sistema. § 2º. Será facultado aos Estados e Municípios que já utilizem sistema de cadastro e acompanhamento de fornecedores distinto o desenvolvimento de mecanismo de compartilhamento de dados com o SIAF, desde que tais mecanismos atendam os requisitos referidos no § 1º. § 3º. Caberá à União a fiscalização e a manutenção do sistema executados a despesas decorrentes do exercício das vantagens de instituir um sistema de cadastramento de fornecedores da administração pública em nível nacional e não, unicamente, Federal, como hoje.

Voto. Diante do exposto, opinamos pela aprovação do PLS nº. 500/2007 na forma do seguinte substitutivo. Projeto de Lei do Senado nº. 500/2007 substitutivo. Acrescenta ao art. à lei 8666 de junho de 93 para dispor sobre a utilização do Sistema de Cadastramentos de Fornecedores, SIAF, aos Estados, Distrito Federal e Municípios, faculdade referido no § 2º, salvo disposição em contrário nos termos do convênio.

Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação. Este é o voto, por sinal, Sr. Presidente, é meritório com certeza o Projeto de Lei do ilustre Senador Garibaldi Alves.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço ao Senador Jayme Campos. Eu queria comentar antes, Senador Eduardo Suplicy, que quinta-feira às 14h00 na sala Alexandre Costa nº. 3 nós teremos a audiência para o Projeto de Lei que tem urgência constitucional que trata dos sacoleiros, que regulamenta as compras do Paraguai e que tem outras questões de Zona Franca para o Amapá, quinta-feira, 14h00 audiência conjunta com a CCJ, CAE e Comissão de Relações Exteriores.

Então, quinta-feira às 14h00, sala 3 da ala Alexandre Costa. Senador Suplicy com a palavra.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente, acho que há um mérito importante no projeto do Senador Garibaldi Alves Filho e relatado pelo Senador Jayme Campos que, com prudência, sugere que esta proposição seja inserida no aperfeiçoamento da lei de licitações que já examinamos aqui, terceira Comissão que examinou o projeto está seguindo... Está para ser examinado em Plenário. Eu aproveito até esta ocasião, Presidente Aloizio Mercadante, para transmitir ainda recentemente o Ministro do planejamento, Paulo Bernardo, informou-me que gostaria muito de estar dialogando conosco sobre como é que será a tramitação do projeto de licitação no Plenário. O Senador Jayme Campos faz a proposta de que esta proposição relativa ao Cadastro do Sistema de Fornecedores e aqueles suspensos de participar de licitações e contratar com a administração pública direta e indireta, passe a ser parte do projeto da lei de licitações. Me parece que é racional, nós temos que ver ainda se há ou não qualquer risco de inconstitucionalidade, mas como a Comissão de Justiça ainda terá que examinar, avalio que, ao invés de pedir vista aqui, poderemos aprovar para que este aspecto seja bem examinado na Comissão de Constituição e Justiça, mas portanto avalio como positiva a iniciativa e gostaria de avaliar que isto, então, indo logo para a Comissão de Justiça possa lá ser apreciado e logo considerado na votação, Presidente Aloizio Mercadante, que avalio será importante

se pudermos realizar ainda neste semestre da lei de licitações ali no Plenário do Senado. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço ao Senador Eduardo Suplicy. Não havendo mais quem queira discutir a matéria, os encaminhamentos foram favoráveis ao projeto. Vamos à votação, não terminativo. Portanto, os Senadores e Senadoras que são favoráveis ao parecer do Senador Jayme Campos permaneçam como se encontram. O projeto está aprovado. Ele será encaminhado agora à Comissão de Constituição e Justiça onde terá uma avaliação terminativa. Item 9 da pauta--

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Senador, pela ordem, por favor. Eu recebi agora um comunicado do... Eu sou Relator do projeto 12 do autor Senador Valdir Raupp e ele pede a retirada para argumentar meu parecer pela rejeição. Pergunto se V.Ex.^a. concorda?

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Evidente. O autor, ainda mais sendo líder do PMDB, um Senador que todos aqui respeitam, acho procedente, assim o Relator poderá dialogar--

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Peço a retirada para o próxima semana.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Então, está retirada a pauta por solicitação do autor e do Relator. Agradeço a atitude do Senador Raimundo Colombo. Vamos agora ao Item 9 da pauta. Projeto de Lei do Senado nº. 79/2007 terminativo. Portanto, votação nominal. Altera a Lei nº. 8212 de 24 de julho de 91, unificando a data de recolhimento das contribuições sociais devidas pelo empregador à Seguridade Social com a data de recolhimento da contribuição devida ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, FGTS. Aatoria, Senador Alvaro Dias. Relatoria, Senador João Vicente Claudino. O parecer é pela rejeição do projeto. Com a palavra o Relator.

SENADOR JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB-PI): Sr. Presidente, Srs. Senadores. Projeto de Lei 79/2007, Senador Alvaro Dias, que altera a Lei 8212, de 24 de julho de 91, unificando a data de recolhimento das contribuições sociais devidos pelo empregador à Seguridade Social com data de recolhimento da contribuição do FGTS. Vem a exame dessa Comissão o Projeto de Lei nº. 79/2007 que tem por finalidade alterar o prazo para arrecadação e recolhimento das contribuições e de outras importâncias devido à Seguridade Social pelas empresas. Relativamente à contribuição de segurado empregado, do trabalhador avulso e do contribuinte individual a seu serviço.

O prazo de recolhimento das contribuições previdenciárias das empresas, segundo o projeto, passa a ser até o dia 7 do mês seguinte ao da competência.

Da análise. Pretende-se alterar a alínea B do inciso I do art. 30 da Lei 8212, de 24 de julho de 91, para fixar o dia 7 do mês subsequente ao da competência como data de recolhimento das contribuições sociais, da mesma forma que o estabelecido para o recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço. Nota-se, todavia, que com o advento da Medida Provisória nº. 351 de 22 de janeiro de 2007, convertida posteriormente à Lei 11488 de 15 de julho de 2007, foi alterada a alínea B do inciso I do art. 30 da Lei 8212, de 24 de julho de 91, para determinar que a partir da competência de janeiro de 2007 o prazo de recolhimento das contribuições previdenciárias das empresas passa a ser até o dia 10 do mês seguinte ao da competência. Entendemos que a Lei 11488 de 2007 já contempla de modo satisfatório o objetivo do projeto sob exame, sendo assim, não vemos razão para que ele continue prosperando.

Então, o voto, à vista do exposto, opinamos nos termos do art. 133, inciso II do Regimento Interno do Senado pelo arquivamento do Projeto de Lei do Senado 79/2007.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço, Senador João Vicente Claudino, pelo parecer e pela rejeição do projeto. Para discutir a matéria? Não havendo quem queira discutir, vamos à votação. Senador Eduardo Suplicy, como vota?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Com o Relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Renato Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Expedito Júnior.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): [ininteligível].

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senadora Serys Slhessarenko.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Heráclito Fortes.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Eliseu Resende.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Jayme Campos.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Raimundo Colombo.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Tasso Jereissati.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador João Vicente, voto conhecido. Gim Argello.

SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Osmar Dias.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Antonio Carlos Valadares.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Antônio Carlos Júnior.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Todos votaram.

Então, foi aprovado o parecer e rejeitado o projeto por unanimidade. Vamos ao próximo item. Item 11 da pauta. Projeto de Lei do Senado nº. 97/2004 terminativo. Altera o art. 13 da Lei 9249 de 26 de dezembro de 95, que altera a legislação do Imposto de Renda de Pessoa Jurídica bem como da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido e dá outras providências. Autoria, Senador César Borges. Relatoria, Senadora Serys Slhessarenko. O parecer é pela rejeição do projeto.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Sr. Presidente, Srs. Senadores, eu não vou ler o relatório, vou diretamente para a análise. Sob o ponto de vista de constitucionalidade a proposta satisfaz ao previsto no § 6º, art. 150 que determina a necessidade de lei federal específica para a concessão de qualquer subsídio ou redução de base de cálculo de imposto. Quanto à técnica legislativa, a proposta está em conformidade com a Lei Complementar nº 95, 26 de fevereiro de 98, que regula o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal. Quanto ao mérito, embora se possa dizer que o projeto contenha dispositivos específicos com vistas a adequar suas disposições às prescrições da Lei de Responsabilidade Fiscal, não há dúvida que se trata de significativa renúncia fiscal cujos resultados difícil-

mente atingirão a almejada solução de boa parte de nossos problemas sociais, entre aspas, como alega o autor da proposta. Até porque não há qualquer dado anexo à proposição que comprove o grau do benefício obtido com a dedução no índice hoje concedido. Aliás, no momento em que todos os esforços são feitos para equilibrar as contas públicas, inclusive com o corte substancial de despesas orçamentárias, a concessão, a ampliação de benefícios fiscais deve ser vista de forma restritiva, só devendo ser autorizada quando os resultados econômicos ou sociais a serem colhidos forem comprovadamente superiores aos custos para a sociedade como um todo, o que não nos parece ser o caso. Voto. Portanto, o nosso voto é pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº. 97/2004.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Para discutir a matéria? Não havendo quem queira discutir, é terminativo. Votação nominal. Senador Eduardo Suplicy, como vota?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Com a Relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Francisco Dornelles.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Com a Relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Renato Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Com a Relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Expedito Júnior.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senadora Serys, voto conhecido. Senador Heráclito Fortes.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Vou ter que concordar e votar com a Serys.

[risos]

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Eliseu Resende.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Com a Relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Jayme Campos.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Com a Relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Raimundo Colombo.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Tasso Jereissati.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Com a Relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador João Vicente.

SENADOR JOÃO VICENTE (PTB-PI): Com a Relatora também.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Gim Argello.

SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Com a Relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Osmar Dias.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Antonio Carlos Valadares.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Com a Relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Antonio Carlos Júnior.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BR): Sim. Com a Relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Aprovado o parecer, rejeitado o projeto por unanimidade. Item 13 da pauta. Projeto de Lei do Senado nº. 266/2003 terminativo. Altera a Lei nº. 10420 de 10 de abril de 2002 para incluir o parceiro outorgante como beneficiário e os consórcios e condomínios como contratante do Fundo de Garantia Safra. Senador Tasso Jereissati, Autor. Senador Renato Casagrande, Relator. Favorável ao projeto nos termos do substitutivo aprovado na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária com a emenda de redação nº 02 que apresenta. A matéria já foi apreciada e aprovada pela Comissão de Reforma Agrária. Com a palavra o Relator Senador Renato Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Sr. Presidente, obrigado. Sras. e Srs. Senadores. Sr. Presidente, a matéria insere-se na competência privativa da União para legislar sobre direito agrário, conforme o que dispõe o art. 22-1 da Constituição Federal. Não há também restrições quanto à juridicidade da proposta. Quanto ao mérito, senhoras e Srs. Senadores, o PLS 266 do Senador Tasso Jereissati dispõe sobre o rateio da contribuição sobre o Fundo de Garantia Safra entre o parceiro rural outorgante, que é o proprietário da terra, e o agricultor familiar outorgado, que é o que fez a parceria com o proprietário que usa a terra para poder fazer o plantio. Esse, hoje na Legislação atual, é que tem o direito ao seguro safra e a proposta do Senador Tasso Jereissati é estender, de acordo com o contrato firmado, também esse benefício ao proprietário, que geralmente também é um pequeno proprietário de terra, bem como do benefício social entre o referido parceiro profissio-

nalmente entre(F) a divisão dos frutos da parceria. No entanto, como ressaltou o Senador Heráclito Fortes, do Piauí, no parecer da Comissão de Reforma Agrária, de Agricultura e Reforma Agrária, a proposição colide com o objetivo definido no art. 1º da Lei 10.420 de 10 de abril de 2002, de instituir um benefício social que garanta por ocasião de calamidade decorrente do fenômeno de estiagem condições mínimas de renda aos agricultores familiares contribuintes do Fundo de Garantia Safra. Entendemos que é inadequado o rateio proposto no PLS, uma vez que sua implementação reduziria o valor de um benefício social ao agricultor familiar que tem caráter de renda mínima atendendo dessa forma contra a coerência dos propósitos dos fundos. Não se pode deixar de considerar, entretanto, a extensão do benefício ao proprietário parceiro. Não se pode deixar de considerar, entretanto, que a extensão do benefício ao proprietário parceiro estimularia a formalização dos contratos de parceria rural, representando evidente contribuição para a redução dos conflitos agrários no semi-árido, com notório favorecimento do agricultor familiar, parte reconhecidamente mais frágil dessa relação. Esse, aliás, é o objetivo principal da proposição, conforme expõe o ilustre Senador Tasso Jereissati da proposição que justifica o projeto. A proposição visa a fomentar a celebração de contatos formais. Além disso, Sr. Presidente, é preciso reconhecer que os acordos informais sucintos em segurança jurídica, tanto para o outorgado como para o outorgante da parceria rural. Se para o outorgante o maior risco constituiu-se em ações judiciais oriundos de reclamações trabalhistas, ou do questionamento da posse de terra, para o parceiro outorgado há incerteza sobre o usufruto da produção dado a maior poder política econômica dos proprietários rurais. Assim sendo, Sr. Presidente, meu voto é pela aprovação do Projeto de Lei 266/2003 nos termos do substituto apresentado pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária com a emenda de redação a seguir. É apenas uma emenda de redação, onde nós estamos substituindo o termo “seguro safra” por “garantia safra” para ficar adequado ao programa do Governo Federal. Obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço, Senador Casagrande. Para discutir o projeto. Senador Eduardo Suplicy com a palavra.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente, como há uma manifestação por parte da área da fazenda do Ministério do Desenvolvimento Agrário, que deveríamos estar refletindo um pouco melhor, vou pedir vistas para examinar melhor o projeto. Obviamente há na intenção do Senador Tasso

Jereissati, ressaltada pelo Senador Renato Casagrande, o mérito no exame do que deve ser feito com o Garantia Safra, mas eu agradeceria a oportunidade de pedir vista para na próxima semana ter uma posição mais definitiva.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço, Senador Suplicy. É regimental. Senador Tasso desejar a palavra aguardará a avaliação.

Então, concedida a vista ao Senador Eduardo Suplicy. Nós temos alguns requerimentos, vou encaminhar aqui à votação, primeiro dois requerimentos que tratam do mesmo assunto. O Senador Valter Pereira pede prioridade na votação do PLC nº. 22 de autoria do Deputado Aldo Rabelo que dispõe sobre a adição de farinha de mandioca refinada, de farinha de raspa de mandioca, ou de fécula de mandioca à farinha de trigo. Pede prioridade na votação.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Quem pede, Sr. Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): É o Senador Valter Pereira. E o Senador Osmar Dias solicita uma Audiência Pública, junto com o Senador Flávio Arns, para tratar do mesmo assunto que é a adição de farinha de mandioca, ou raspa de mandioca, ou fécula de mandioca à farinha de trigo. Portanto, vamos aprovar os dois porque na realidade vai prevalecer a Audiência Pública. Não há condições de votar antes da Audiência Pública. É isso que se trata. Ele quer aprofundar a discussão sobre essa diretriz.

Então, Senadores que são favoráveis aos dois requerimentos permaneçam como se encontram. Aprovado. Marcaremos posteriormente. Depois, o Senador César Borges... Tem um Requerimento também do Senador Heráclito Fortes. Esse tema nós já discutimos no início da Sessão e já ficou acertado e aprovado que faremos a audiência conjunta para tratar do regime... Ah, não. É outra questão. Pensei que era negócio de terreno de Marinha. Não, é outro tema marítimo, mas não é o mesmo. Requeiro na forma do disposto do art. 58, § 2º da Constituição Federal a Audiência Pública com representantes da Federação Nacional das Empresas de Navegação Marítima, Fluvial, Lacustre e de Transporte Portuário, FENAVEGA, Sindicato Nacional das Empresas de Navegação Marítima, SINDARMA, ambos sediados na cidade do Rio de Janeiro, com a finalidade de instruir o Projeto de Lei do Senado nº 342/2007 que altera o inciso XII do art. 10 da Lei 10833 de 29 de dezembro de 2003, para mudar de não cumulativo para cumulativo o regime de contribuição para o PIS/PASEP e da contribuição para financiamento de seguridade social incidentes sobre as receitas decor-

rentes da prestação de serviços de transportes aquaviários. O PLS é de autoria do Senador Papaléo Paes. E o Senador Heráclito Fortes está pedindo Audiência Pública para instruir sobre essa matéria. Senadores que são favoráveis à proposta de Audiência Pública permaneçam como se encontram. Aprovado. Consulto ao Plenário se nós podemos fazer mais uma votação. Temos ainda o Item 15 da pauta. Senadora Serys. Não estando, nós estamos então--

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Sr. Presidente, antes de encerrar.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): V.Ex^a. tem um projeto aqui na pauta, mas Relator está ausente que é o Senador Arthur Virgílio. Nós temos a prerrogativa de duas sessões para não votar. Sobre isso, então, está adiado, se o Relator não aparecer em duas sessões subsequentes nós faremos o Relator *ad hoc*. Sobre outro tema, Senador Renato Casagrande--

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): O Senador Arthur Virgílio está muito ausente, mas acho que ele vai comparecer nas próximas duas sessões.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Seguramente fazendo tarefas importantes do seu mandato e importantes para o país.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Como líder do PSDB. Sr. Presidente, eu tenho acompanhado o grande debate econômico que nós estamos vivenciando no nosso país. A chegada do Brasil à posição de grau de investimento na primeira... Na primeira posição ainda, na primeira escala, tenho debatido com alguns profissionais da área econômica a desvalorização da moeda estrangeira, do dólar, e naturalmente a valorização do real. Apresentei, Sr. Presidente, dois projetos que têm o objetivo claro de fazer esse debate. Apresentei um projeto que estabelece a cobrança do Imposto de Renda para a entrada de capital especulativo que hoje é isento, e esse é um debate acho importante para que a gente possa fazer com o setor econômico do Governo, e Sr. Presidente, apresentei um projeto que trata do fundo soberano. Da criação do fundo soberano. Como uma forma de nós provocarmos o tema, debatermos esse tema, fundo que diversos outros países já têm, fundo que seria importante no momento em que o dólar se encontra com valor tão reduzido, e eu queria debater com V.Ex^a., com os Senadores da Comissão, se seria viável nós fazermos uma audiência, talvez não com o Ministro, com o Presidente do Banco Central, porque eles não podem manifestar a opinião direta sobre o tema, ou se eles já tiverem a opinião poderiam manifestar, mas se pudesse fazer um debate sobre o tema do fundo soberano. Vi na imprensa de hoje, de ontem

algumas manifestações do Ministério da Fazenda se posicionando favoravelmente à Constituição de um fundo soberano no país, acho que seria uma oportunidade que essa Comissão também tem de fazer um debate sobre a questão do fundo soberano, especialmente do fundo soberano. Porque o fundo soberano contribui para que a gente possa ter um direcionamento de investimento em empresas brasileiras com atuação no exterior e também promove, na verdade, com isso um controle maior e uma estabilidade maior do nosso câmbio.

Então, só para poder colocar o tema. Só colocar o tema... O debate é para isso? Só colocar o tema.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Gostaria de apoiar a sua iniciativa e discutir. Acho que é um assunto que merece discussão desta Comissão, gostaria de apoiar sua proposta de uma Audiência Pública para discutir o assunto do fundo soberano.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Muito obrigado, Senador Antonio Carlos Magalhães.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): É um tema de grande interesse, vários países especialmente diante dessa crise do dólar como padrão internacional estão buscando outras formas de gestão de suas reservas estratégicas, é um tema que está na pauta em debate especialmente no momento em que o país atinge o grau de investimento, acho extremamente oportuno. Eu sugiro que na próxima terça-feira, com a presença do Presidente do Banco Central do Brasil, nós possamos iniciar esta discussão. Sem prejuízo de uma Audiência Pública específica que construiríamos de comum acordo--

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Vou fazer uma proposta para V.Ex^a., discutir com o senhor e o Senador Antonio Carlos Magalhães para poder fazer, posteriormente à audiência de terça-feira, uma audiência específica se for o caso.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Seguramente. Bom, assim sendo matéria de grande interesse do país. Agradeço a presença de todos--

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Está confirmada terça-feira, então?

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Terça-feira o Presidente do Banco Central e quinta-feira às 14h00 o projeto de urgência constitucional dos sacoleiros, que regulamenta o comércio e trata de temas de Zona Franca.

Agradeço a presença de todos e está encerrada a nossa Sessão.

Sessão encerrada às 12h15.

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

ATA DA DÉCIMA PRIMEIRA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS E 12ª DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL E 16ª DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA, EM CONJUNTO, EM 08 DE MAIO DE 2008, ÀS 14:00 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 03 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às quatorze horas e vinte e dois minutos do dia oito de maio do ano de dois mil e oito, na sala número três da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Marco Maciel, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, reúnem-se, em conjunto, as Comissões de Assuntos Econômicos, de Relações Exteriores e Defesa Nacional e de Constituição, Justiça e Cidadania, tendo a participação do Mercado Comum do Sul – Mercosul, com a presença dos Senadores Eduardo Suplicy, Aloizio Mercadante, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, Pedro Simon, Geovani Borges, Neuto de Conto, Jarbas Vasconcelos, Adelmir Santana, Heráclito Fortes, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Flexa Ribeiro, Tasso Jereissati, Arthur Virgílio, Eduardo Azeredo, João Tenório, Gim Argello e, ainda, dos Senadores Virgínio de Carvalho, Sérgio Zambiasi e José Sarney, da Deputada Federal Dr. Rosinha e do Deputado Federal Antonio C. Pannunzio. Deixam de comparecer os Senadores Francisco Dornelles, Delcídio Amaral, Renato Casagrande, Expedito Júnior, Serys Slhessarenko, Romero Jucá, Valdir Raupp, Mão Santa, Gerson Camata, Eliseu Resende, Jayme Campos, Kátia Abreu, Raimundo Colombo, Cícero Lucena, tendo falta justificada em virtude de estar licenciado, Sérgio Guerra, João Vicente Claudino e Osmar Dias. Havendo número regimental, é declarada aberta a Reunião, dispensando-se a leitura das Atas das Reuniões anteriores, que são dadas como aprovadas. A Presidência esclarece que a presente Reunião tem como objetivo a realização de Audiência Pública com a finalidade de instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2008, que “institui o Regime de Tributação Unificada – RTU na importação, por via terrestre, de mercadorias procedentes do Paraguai; e altera as Leis nºs 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e 10.833, de 29 de dezembro de 2003 (Projeto do Sacoleiro)”, em atendimento aos Requerimentos nºs 20/08-CRE, de autoria dos Senadores Tasso Jereissati e Eduardo Suplicy, 21/08-CRE, de autoria dos Senadores Arthur Virgílio, Flexa Ribeiro e Eduardo Suplicy, 22/08-CRE, de autoria dos Senadores Flexa Ribeiro e Eduardo Suplicy, 24/08-CRE e

10/08-CAE, de autoria do Senador Aloizio Mercadante, 11/08-CAE, de autoria dos Senadores Flexa Ribeiro e Tasso Jereissati, 12/08-CAE, de autoria do Senador Romeu Tuma, e nº 10/08-CCJ, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko e do Senador Flexa Ribeiro, sendo convidados como expositores os Senhores Jorge Antonio Deher Rachid, Secretário da Receita Federal do Brasil; Welber Oliveira Barral, Secretário de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; Exmo. Sr. Ministro Bruno de Risios Bath, Chefe do Departamento do Mercosul – DMSUL; Edson Vismona, Presidente do Instituto Brasileiro de Defesa da Competitividade; Humberto Barbato, Presidente da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica – Abinee; Lourival Kiçula, Presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Produtos Eletroeletrônicos – Eletros; Synésio Batista da Costa, Presidente da Associação Brasileira de Fabricantes de Brinquedos – Abrinq; Márcio Gonçalves, Diretor da Antipirataria para América Latina da Motion Picture Association (MPA); Paulo Rosa, Presidente da Associação Brasileira dos Produtores de Discos – ABPD; e Absalão Ferreira Calado, Presidente da Associação da Feira dos Importados de Brasília. Após a exposição da Senhora Clecy Maria Busato Lionço, Secretária Adjunta da Receita Federal do Brasil, e dos Senhores Jorge Antonio Deher Rachid, Secretário da Receita Federal do Brasil; Welber Oliveira Barral, Secretário de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; Exmo. Sr. Ministro João Luiz Pereira Pinto, Diretor do Departamento da América do Sul (representando o Exmo. Sr. Ministro Bruno de Risios Bath, Chefe do Departamento do Mercosul – DMSUL); Edson Vismona, Presidente do Instituto Brasileiro de Defesa da Competitividade; Humberto Barbato, Presidente da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica – Abinee; Lourival Kiçula, Presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Produtos Eletroeletrônicos – Eletros; Márcio Gonçalves, Diretor da Antipirataria para América Latina da Motion Picture Association (MPA); e do Senhor Absalão Ferreira Calado, Presidente da Associação da Feira dos Importados de Brasília, usam da palavra os Senadores Tasso Jereissati, Arthur Virgílio, Pedro Simon, Sérgio Zambiasi, Flexa Ribeiro, Aloizio Mercadante e José Sarney. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às dezessete horas e trinta e um minutos, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada. – Senador **Marco Maciel**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL

(DEM-PE): Havendo número regimental, declaro aberta a 11ª reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, da 12ª Comissão de Assuntos de Relações Exteriores de Defesa Nacional e 16ª Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, convido para que venha compor a mesa o Senador Heráclito Fortes, Presidente da Comissão de Relações Exteriores de Defesa Nacional, e gostaria também de convidar o Senador José Sarney para integrar a mesa.

E antes de iniciarmos os nossos trabalhos proponho a dispensa da leitura e aprovação das Atas das reuniões anteriores, as Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordarem com a proposta dessa Presidência queiram permanecer como se encontram.

Senhoras e Srs. Senadores, Srs. Convidados, a presente reunião foi convocada com o fim de instruir o projeto de lei da Câmara 27 de 2008 que “Institui o Regime de Tributação Unificada – RTU – na importação por via terrestre de mercadorias procedentes do Paraguai e altera as Leis 10.637 de 30 de dezembro de 2002 e 10.833 de 29 de dezembro de 2003 – Projeto Sacoleiro”. Em atendimento ao requerimento dos Srs. Senadores Tasso Jereissati e Eduardo Suplicy; Arthur Virgílio, Flexa Ribeiro e Eduardo Suplicy; Flexa Ribeiro e Eduardo Suplicy; Senador Aloizio Mercadante; Senador Aloizio Mercadante; Senadores Flexa Ribeiro e Tasso Jereissati; Senador Romeu Tuma; Senadora Serys Slhessarenko e Senador Flexa Ribeiro.

Lida a ementa do projeto em tramitação em urgência constitucional eu gostaria de iniciar os nossos trabalhos, convidando a Drª. Clecy Maria Buzato Lionço, Secretária Adjunta de Receita Federal para a mesa, representando obviamente o Secretário Geral da Receita Federal o Dr. Jorge Antonio Rachid, eu convidaria a Drª. Clecy Maria Buzato Lionço para ocupar lugar à mesa para que possa fazer a exposição sobre o tema objeto da presente audiência pública, tendo em vista o grande número de expositores, são 10, nós vamos fixar o prazo de 10 minutos para cada expositor e isso, obviamente, não exclui a possibilidade de intervenções e do debate.

Com a palavra, portanto, agora gostaria de aproveitar a ocasião para convidar também o Dr. Welber Oliveira Barral que é o Secretário de Comércio Exterior do Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; o Sr. Ministro Bruno de Risios Bath, Chefe de Departamento do Mercosul, DMSUL; o Dr. Edson Vismona, Presidente do Instituto Brasileiro de Defesa da Competitividade; Dr. Humberto Barbato, Presidente da Associação Brasileira de Indústria Elétrica e Eletrônica – ABINEE; Dr. Lourival Kiçula, Presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Produtos

Eletrodomésticos a ELETROS; Dr. Synésio Batista da Costa, Presidente da Associação Brasileira de Fabricantes de Brinquedos – ABRINQ; Dr. Marcio Gonçalves, Presidente, melhor, Diretor da Antipirataria para América Latina da *Motion Picture Association* – MPA; Sr. Paulo Rosa, Presidente da Associação Brasileira dos Produtores de Discos ABPD e finalmente, o Sr. Absalão Ferreira Calado, Presidente da Associação da Feira dos Importados de Brasília. Também gostaria de convidar para ter acesso ao plenário, o Ministro João Luis Pereira Pinto, que substituirá o Ministro Bruno de Risios Bath. Então eu vou conceder a palavra pela ordem à Dr^a. Clecy Maria Buzato Lionço, para que ela faça a sua exposição sobre a proposição que está sendo objeto da presente audiência pública. Com a palavra a Dr^a. Clecy.

SRA. CLECY MARIA BUZATO LIONÇO: Excelentíssimo Sr. Presidente da mesa, Senador Marco Maciel, obrigada pelo convite, eu gostaria de registrar aqui que o Dr. Rachid está tentando vir, ele deve chegar antes do término da audiência também se integrar a nossa discussão.

Srs. Senadores, Srs. Convidados que integram essa audiência eu gostaria de ter a oportunidade, se me permitem, de fazer uma breve exposição sobre a nossa atuação da Receita Federal e que vai contextualizar a razão pela qual foi encaminhado esse projeto de lei. Por favor, primeiro lugar ressaltar a missão da Receita Federal que é além de prover os recursos para garantir o bem estar social e prestar serviço de excelência, também tem a obrigação de assegurar a segurança, garantir a segurança, confiança e facilitar o comércio internacional. No controle aduaneiro, especificamente, nos cabe cobrança dos impostos, cobrança dos direitos antidumping, salvaguardas, verificação do tratamento administrativo, anuência de todos os órgãos e licenças e o combate à pirataria, ao contrabando e o descaminho. Nós temos ao longo do tempo, então, um foco muito grande voltado para as atividades de combate, nós vamos focar aqui nas atividades de combate ao contrabando e descaminho que é um dos motivos pelo qual esse projeto se insere nas discussões nacionais.

Em 2005 nós criamos divisões de repressão ao contrabando e descaminho nas 10 regiões fiscais e na unidade central, em 2007 criamos também uma coordenação especial na unidade central para cuidar dessa matéria e também criamos uma coordenação especial de operações aéreas para dar suporte também aéreo para as atividades de repressão ao contrabando nas nossas fronteiras, ou seja, o foco da Receita Federal nos últimos anos tem sido fortalecer a sua atuação

no controle das fronteiras do Brasil no que se refere a sua missão.

Os resultados se mostram no gráfico, aí que se apresenta, em 2006, ao longo dos três, quatro últimos anos há uma tendência crescente, no ano passado nós apreendemos mercadorias em valores, ainda subestimados, digamos, em mais de um bilhão de reais, já em 2008 o primeiro trimestre registra 250 milhões em apreensões. Uma das unidades ou uma das regiões onde mais se apreende mercadorias é a região de Foz do Iguaçu, por isso se verifica também uma tendência crescente em 2006, 2007 aparentemente diminui, mas, não é isso, é uma contextualização, nós fizemos um esforço muito grande em 2006 e dentre as mercadorias que encontram os valores aí se encontram muitos veículos apreendemos cerca de 8 mil veículos que transportavam mercadorias sujeitas a pena de perdimento, então elevou bastante o valor em 2006, mas, isso não significa que não tenhamos continuado apreendendo e estamos apreendendo nos anos seguintes.

Quais são os projetos, então que a Receita Federal tem, focados, nessa região? Primeira é a revitalização da Ponte Internacional da Amizade dentro de um contexto de buscar fortalecer a vocação daquela região que é para o turismo. Turismo sadio, turismo de negócios ou turismo propriamente dito. E há outro projeto que se insere também dentro desse cenário de... vamos dizer, de regularização e de formalização do comércio que ocorre naquela fronteira e a criação desse Regime de Tributação Unificada, que é objeto aqui da nossa discussão, que é objeto principal do Projeto de Lei 27. A revitalização da Ponte da Amizade tem como principais objetivos: melhorar o atendimento ao turista, como mencionei, melhorar as próprias condições logísticas do comércio bilateral, que cresceu muito nos últimos anos, melhorar o controle aduaneiro também, melhorar as condições de segurança no trabalho de todos os servidores de instituições que atuam naquele local, resguardar o projeto arquitetônico, da própria Ponte da Amizade, que é um elemento de integração positiva entre os dois países e que veio se degradando nos últimos tempos e com isso tudo fortalecer a imagem institucional do Estado naquela fronteira.

Com relação à logística para o comércio bilateral nós temos aí a questão do controle aduaneiro envolvendo uma delimitação mais clara das cabeceiras da ponte, de cada lado brasileiro, a chamada zona primária, ter pistas próprias para veículos de carga e de passageiros, reorganizando o fluxo na saída e no retorno, a instalação de equipamento de controle, como própria, exemplos: balanças, *scanners* e outros, que permitem aumentar a segurança, mas, também agilidade no controle do comércio bilateral. Com relação

de atendimento ao turista: melhoria das instalações, comodidade para o atendimento, atendimento bancário, proximidade do controle e da atuação de todos os órgãos, e também aí as condições de trabalho e segurança como já havia mencionado.

Eu gostaria de passar aí então uma breve retrospectiva do que era a Ponte Internacional da Amizade no passado, gostaria que fossem passando as imagens rapidamente, para que se tenha uma visão de qual era o cenário; como ocorriam as coisas aí nessa fronteira, são imagens bastante ilustrativas, vamos dizer de um certo caos, naquela fronteira em termos de veículos, movimentação de pessoas e veículos misturados. Hoje como já estamos, o que já melhoramos, ainda não concluímos o projeto, mas já temos melhorias, são novas instalações, atendimento aos contribuintes, o fluxo, pistas exclusivas para motoqueiros e para os veículos de uma forma organizada, já na saída já temos também a nova área quase pronta, algumas imagens que mostram hoje já algumas mudanças, algumas questões internas também de melhoria do ambiente e a ponte como é hoje, próximo a ponte, a ponte ainda está dessa forma.

No futuro, qual é a idéia de ter nessa fronteira? Então aí o projeto arquitetônico, parte dele, então, já está construído, parte ainda não, inclui aí a organização do tráfego, inclui também a... Continuando, então nós temos aí, pode seguir, por favor, com as imagens, o projeto de melhoria da imagem da ponte ainda não se concluiu também tem uma parte de ajardinamento também que ainda se vai completar.

Toda essa área de ajardinamento pretende melhorar o ambiente sob a ponte, onde hoje ainda se utiliza um local aonde se utiliza, como há muito mato, muita, vamos dizer, uma área pouco preservada ainda é utilizada para o desvio de mercadorias. Então nesse sentido esse projeto é de suma importância porque nós fizemos, organizar aquele local, para permitir então aumento de segurança e ao mesmo tempo melhore condições para a própria imagem do país, para os próprios turistas que para lá se deslocam e tudo mais.

Outro projeto que é conjugado com o projeto de reestruturação da cabeceira e daquela região fronteira das instalações, ele está relacionado com o regime que é o objeto do Projeto de Lei, que permite então, o objetivo dele é permitir a importação de mercadorias, nessa fronteira específica, mediante a explicação de um regime específico que contemple uma tributação unificada dos tributos federais, um controle integrado entre as aduanas e a simplificação de procedimentos, como uma forma de estimular a importação legal e a formalização desse comércio pelas pequenas empresas brasileiras.

Como nós vimos naquelas imagens, aquelas imagens de volume de importação que ocorria naquela fronteira e que supostamente seria de turismo, na verdade não tem características de turismo aquilo tem características de mercadoria destinada ao comércio, então o que se busca com o Regime é justamente trazer, o ideal seria a totalidade de comércio ilegal para esse Regime, ou pelo menos estimular, reduzir essa quantidade de contrabando e descaminho destinado ao comércio fazendo com que as empresas migrem os seus processos de compra e de logística para este, a utilização desse Regime. Quem são os beneficiários desse regime no Brasil? As empresas microimportadoras optantes do Simples Nacional, habilitados pela Receita Federal que atuam no varejo vendendo mercadorias importadas sob o amparo desse Regime. Esse é o universo de empresas que se quer atingir, no Paraguai os comerciantes estabelecidos nas regiões fronteiriças.

A tributação consiste no quê? Na unificação de todos os tributos federais incidentes na importação, através de... Vamos dizer, do estabelecimento de uma tributação unificada, um único valor, embora os tributos vão ser destacados por questões legais tem que haver a destinação específica, mas, no contexto geral seria uma única alíquota seria a conhecida do contribuinte e o ICMS que embora não seja um tributo federal, nós não podemos legislar sobre o ICMS, mas, a idéia é que se celebrem acordos ou convênios de forma a dar o mesmo tratamento do ICMS, a alíquota, a lei está estabelecendo a alíquota e hoje a alíquota unificada seria de 42,3%, sendo 18% de imposto de importação, uma média hoje de imposto de importação aplicado, 15% de IPI e depois tem a PIS e o COFINS que tem as alíquotas normais dentro do processo de tributação interno. Então essa alíquota na verdade pode, poderia ser, vamos dizer, trabalhada ou diminuída e uma melhor calibragem do seu tamanho pelo próprio Poder Executivo, mas exclusivamente, no que se refere no imposto de importação, o IPI que hoje já são de competência do Poder Executivo e são impostos regulatórios. A base de cálculo seria o valor da mercadoria e seria apropriada com base na fatura de venda dessas mercadorias no Paraguai, mas também levando em consideração uma lista de preços referenciais mínimas, ou seja, com isso se espera manter a base de cálculo num nível adequado para os bens, estariam incluídos nesse Regime.

Esse instrumento é muito importante porque um dos elementos, uma das questões, que sempre são colocadas nas discussões, é de que há muita mercadoria pirata neste comércio e com essa elevação do preço para o patamar de produto legítimo, não é, que é isso

que nós temos que nos inspirar seguramente vai ser um forte poder inibidor, até dificultador, que se utilize esse Regime para eventual tentativa de importação de produto pirata, até porque, não haverá nenhuma razão pela qual vai se pagar um tributo alto, sobre um valor alto, em um produto que não vale efetivamente aquilo pela qualidade e por ser pirateado. Isso é um instrumento, não significa, outros instrumentos a Receita utiliza e utilizará no controle do Regime, como ela o faz em todo processo de importação brasileiro no sentido de prevenir e reprimir fortemente a importação de produtos piratas, ou seja, esse regime não permitirá a importação de produtos piratas.

Como eu mencionava, então, haverá bens que deverão estar dentro desse regime, a idéia é ter uma lista negativa que a própria lei tem que determinar, porque seriam vedações à entrada no regime, e depois uma lista positiva, uma lista dentre os produtos que são todos aqueles não proibidos. Ainda assim, seria elaborada uma lista, concreta, positiva, claramente definida do que pode ser importado nesse regime. Lista essa que seria objeto de acompanhamento, monitoramento... Como nós vamos ver depois por uma comissão que se criará para essa finalidade. A lista negativa inclui os produtos que são realmente danosos aí o que nós temos, muito mais problemas para permitir num regime dessa natureza. Há alguns produtos só para mencionar que embora não estejam na lista positiva, na lista negativa melhor dizendo, elas tampouco se pensa que elas entrariam na lista positiva pela dificuldade que nós teríamos para fazer o controle, um exemplo são os brinquedos, hoje os brinquedos para serem importados, para serem distribuídos para venda no Brasil, exigem certificação de qualidade e registro junto ao INMETRO, ou seja, é praticamente impossível nós fazermos esse controle sob esses produtos num regime dessa natureza na fronteira terrestre lá em Foz do Iguaçu. Dessa forma não há nenhuma intenção da administração tributária da aduaneira do Brasil, da Receita Federal de apoiar a inclusão desse tipo de produto na lista positiva. Há outros produtos também que nós temos bastante dificuldade para aceitar uma possível inclusão, então esse cenário nós teremos que avaliar pontualmente por ocasião da lista positiva, mas eu já menciono a questão dos brinquedos, que eu vejo que eu sei que aqui tem representantes de setor e que é sistematicamente citado como exemplo danoso, ou seja, nós temos dificuldades, não que isso seria um impedimento para que nós aplicássemos o regime, mas pela dificuldade operacional de se fazer isso pelo menos nessa primeira etapa do projeto, onde nós ainda estamos testando o modelo, seguramente ela não fará parte da primeira etapa do projeto.

Quanto aos procedimentos de controle foi desenvolvido um procedimento que contempla desde o controle no país de exportação, com a atuação da aduana e do fisco paraguaio e também com a aduana e com o fisco brasileiro. Então a aquisição no Paraguai será feita por representantes da microimportadora brasileira, a transmissão será eletrônica dos dados de compra através do comércio formalizado e das empresas se habilitarem no Paraguai para esse regime que terão que cumprir pré-requisitos de tecnologia e de transmissão de dados ao fisco, esses dados da compra vão estar associados à lista positiva, ou seja, não pode ser transmitido uma nota, uma fatura, por exemplo, de um produto que não está incluído na lista positiva, o transporte, depois de efetuado a compra, vai ser feito através de uma linha diferenciada, segregada na fronteira com a atuação da aduana paraguaia e brasileira, em locais específicos. O pagamento vai ser eletrônico dos tributos, e vai ser pré-requisito para a entrega da mercadoria, o desembaraço da mercadoria no Brasil e o despacho aduaneiro vai ser simplificado em local específico a visto dos bens e da fatura transmitida.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: D. Clecy, só uma explicação aqui. É só que eu não entendi o transporte diferenciado. O quê que é isso?

SRA. CLECY MARIA BUZATO LIONÇO: Nós vamos exigir a habilitação de transportadores. Que eles têm que cumprir determinados requisitos em relação aos veículos e os cuidados que eles tem que fazer para o transporte dessa mercadoria, inclusive usando uma linha, vamos dizer, física, específica, para utilização própria do regime, então digamos que um táxi seja habilitado para fazer o regime, ele não vai ficar proibido de fazer o transporte de passageiros fora do regime, mas se ele estiver transportando mercadorias para um beneficiário do regime naquela situação ele terá que fazer um trabalho, um fluxo diferenciado; terá um procedimento diferenciado de apresentação junto às alfândegas dos dois países. O despacho será feito de uma forma simplificada, nós não vamos exigir uma nova declaração, a declaração vai ser feita com base na própria fatura de venda que nós já teríamos dentro do sistema e ao qual já estaria vinculado o pagamento dos impostos, como eu mencionei com base no próprio valor da fatura, ou com base no preço mínimo de referência que seria estabelecido no próprio sistema para esses casos.

A emissão, o beneficiário aqui no Brasil também está obrigado a emitir nota fiscal de venda e ao emitir a nota fiscal de venda, ele terá que indicar na nota fiscal de venda para o consumidor que essa venda se faz de um produto com base no RTU, isso tudo para dar condições para que o fisco faça também as veri-

ficações posteriores sobre a boa aplicação desse regime. Aí temos um fluxo gráfico, o comerciante, com base em uma lista positiva de mercadoria faz uma fatura, que é transmitido ao fisco paraguaio e ao fisco brasileiro, essa fatura também é de conhecimento do representante da empresa importadora, microimportadora que vai então fazer o procedimento aqui no Brasil de despacho aduaneiro, pagar os tributos e depois a microimportadora vai ter a emissão de documentário fiscal, que também vai ser informado ao fisco brasileiro. Ou seja, nós temos um fluxo de controle e de procedimentos que se fecha para o monitoramento de tudo que foi importado com base nesse regime.

Nós temos uma maquete do recinto onde nós já estamos preparando para ser o local onde nós vamos fazer o despacho aduaneiro do lado brasileiro, é um recinto que vai estar localizado a cerca de 200 m da ponte, com uma via clara e definida dentro daquela logística de reestruturação da ponte de encaminhamento desde o lado paraguaio até esse recinto, ele não tem como se desviar e entrar no Brasil sem fazer esse controle, o procedimento se fez, iniciou procedimento como um procedimento de venda e de compra com base no regime.

O regime prevê também um monitoramento e isso é necessário por várias razões, há um, eu esqueci-me de mencionar que o projeto prevê a definição de um montante, um valor máximo anual que pode ser utilizado para importação com base nesse regime, que também poderá e será feito um monitoramento trimestral de uso de forma que a cota não se utilize numa única operação, num único momento, que ela seja distribuída ao longo do ano. Esse valor será definido pelo poder executivo, com base aí nas discussões com todos os órgãos integrantes do governo [soa a campainha] e o próprio empresariado interessado.

A partir dessa eleição do valor dos produtos que vão estar na lista positiva e da alíquota que vai ser definida, [soa a campainha] a comissão de tratamento terá um trabalho, uma comissão integrada por representantes do governo, dos setores empresariais interessados, de monitorar valores e as quantidades, a situação das mercadorias. A receita deverá divulgar esses dados na internet para que sejam públicos tudo que se importa para esse regime, ou seja, para que a sociedade brasileira possa acompanhar par e passo os efeitos desse regime, que entendemos que pode ser um instrumento importante e é um instrumento importante para a formalização desse comércio, para que nós tenhamos um maior conhecimento desse comércio ilegal, que hoje ingressa no país e não paga imposto nenhum e contribui aí para toda a, vamos dizer, todo

o ambiente desfavorável aos negócios com a falta de competitividade.

Então, com isso se espera reduzir esse volume de comércio ilegal e migrando para a legalidade de forma a ter então um tratamento tributário adequado seja para a formalização, seja também para garantir um mínimo de competitividade no resto da indústria brasileira. Essa é a idéia do regime. A receita federal fica encarregada do controle do regime e da aplicação de penalidades, que inclui desde a suspensão até a cassação do regime no caso de descumprimento de regras basilares que estão definidas na própria lei. Então essa é a exposição inicial, Sr. Senador. Ficamos a disposição para esclarecer.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Vou agora chamar para fazer sua exposição o Sr. Welber Oliveira Barral, Secretário de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento de Industria e Comercio Exterior. O convidado terá 10 minutos para fazer sua explanação e a seguir convidarei o ministro João Luis Pereira Pinto, Diretor do Departamento de América do Sul do departamento de Mercosul.

SR. WELBER OLIVEIRA BARRAL: Sr. Presidente, boa tarde. Boa tarde a todos. Esse tema foi analisado fundamentalmente pelo ministério da fazenda e houve uma participação a posteriori do ministério do desenvolvimento. O raciocínio por trás do RTU é a busca de tentar trazer legalidade e algum controle de arrecadação sobre uma atividade que nós reconhecemos que já existe hoje na fronteira brasileira e que vive na ilegalidade, apesar dos esforços governamentais contra os atos ilegais que hoje ocorrem.

As principais características do projeto, na visão do ministério do desenvolvimento, são de que um lado ele se limita a importações via terrestre do Paraguai, esta é uma limitação importante. Há evidentemente uma preocupação, sempre presente no ministério do desenvolvimento, com os efeitos para a indústria nacional, mas a limitação via terrestre, ao lado de haver uma lista de produtos que poderão ser importados, ao lado da possibilidade de se alterar a lista pelo executivo, inclusive com a criação de uma comissão de monitoramento, seriam os mecanismos que poderiam deter qualquer expansão desta lista e expansão desta prática. Por outro lado, nós não temos uma avaliação clara com relação a qual pode ser o grau de aceitação dessa lista, não, do regime. De um lado ele teria a vantagem de regularização e normalização de uma prática que já existe. De outro lado, corre-se o risco de que na realidade ele tenha uma aplicação muito pequena, comparativamente à prática que ocorre hoje.

Em outras palavras, talvez o regime sirva para regularizar uma prática que já existe, mas não há ex-

pectativa, pelo menos pelo ministério do desenvolvimento, de que essa prática possa ter grande impacto na indústria nacional de um lado, nem que seja amplamente aceito pelos atuais operadores. De qualquer forma, ao lado dessa não-aceitação por uma gama muito ampla de operadores que hoje estão nesse comércio ilegal, é importante notar que alguma evolução no que se refere ao setor de eletro-eletrônicos e de informática, que seria um dos principais objetos dessa importação ilegal do Paraguai, como é o caso de notebooks, TVs, monitores, câmeras fotográficas, celulares, etc., já têm hoje um preço bastante competitivo no Brasil, o que diminuiria também, eventualmente, uma atração, tanto pelo regime, quanto quiçá pela redução da ilegalidade.

Por outro lado, outros produtos são trazidos de forma ilegal. Produtos com tecnologias mais atualizadas, é o caso de pen-drives e cartões de memória e produtos que são hoje obsoletos, que não são mais produzidos no Brasil. É o caso de radiorelógios, alguns tipos de brinquedos já ultrapassados. Esses seriam, na visão do ministério do desenvolvimento, os candidatos naturais à inclusão no regime.

Desta forma, embora haja alguns temas ainda que nós entendemos que devam ser coordenados entre a receita federal e o ministério do desenvolvimento, para dar maior transparência à fiscalização desse regime e por outro lado, algum esclarecimento no que se refere à lista e à forma de composição dessa lista de produtos que poderão ser importados, a grande verdade é que o sistema poderia levar a uma parcial legalização de alguns operadores e a fiscalização que fosse feita pela comissão de monitoramento poderia por outro lado impedir excessos e impedir inclusive a importação de alguns bens que estão hoje controlados por outras razões, por exemplo, têxteis, para os quais temos um acordo internacional, materiais bem sensíveis que são definidos em lei e que dependem de licença de importação específica. Nós entendemos também que a comissão tem que ter o cuidado no futuro ao determinar esses itens para a não-inclusão de algumas partes e peças que poderiam gerar fraudes, que poderiam gerar mais contrabando ainda. Então esses seriam alguns cuidados que hoje, como está na lei, poderiam ser incluídos pela comissão, que poderiam fiscalizar esses pontos que nos mencionamos. Obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Gostaria de convidar agora o doutor, o Ministro João Luís Pereira Pinto, diretor do departamento da América do Sul para fazer sua exposição. V. EX^a terá o prazo de 10 minutos para sua exposição.

SR. MINISTRO JOÃO LUIS PEREIRA PINTO:

Obrigado, Sr. Presidente. Eu vou me ater mais a questão política bilateral com o Paraguai já que os detalhes a Dr^a. Clecy já mencionou e a exposição do Ministério da Indústria e Desenvolvimento de Comércio Exterior também foi bastante precisa.

A origem dessa proposta surgiu como consequência de uma reunião havida em Assunção em 1º de abril de 2005, neste momento a situação em *Ciudad del Este*, Foz de Iguaçu estava extremamente tensa e houve um pedido do governo paraguaio de ajuda do governo do Brasil para distender os ânimos na região e ver formas de tornar o comércio, a economia da região, algo mais estável e de certa forma desvinculando-a do sistema anterior de triangulação comercial. Desta reunião diversas medidas surgiram e uma delas foi modernização e atualização da Ponte da Amizade, tanto do lado brasileiro, quanto do lado paraguaio, as obras do lado paraguaio estão atrasadas, mas começaram a serem feitas há poucos meses atrás, o aumento da quota de \$100 dólares para \$300 dólares foi uma consequência dessas reuniões e um compromisso muito forte do governo paraguaio no sentido de formalizar a economia na *Ciudad del Este*.

O governo paraguaio tem, tem criado mecanismos, a fazenda paraguaia, a aduana paraguaia tem se modernizado o pessoal tem sido treinado, eles, enfim o governo paraguaio realmente se empenhou em contribuir para a formalização da economia na região de *Ciudad del Este*, não é uma tarefa fácil, não é uma tarefa fácil porque há resistências de vários setores da sociedade de *Ciudad del Este*, mas é inegável a disposição do governo central de trabalhar nesse sentido, a consequência disso que enfim, começa-se a criar em *Ciudad del Este* e no Paraguai de uma forma mais lenta o uso da nota fiscal, que é uma condição, um pré-requisito para que possa ser adotado o RTU.

Este assunto da RTU, inclusive, tem um desdobramento curioso porque o novo governo que tomará posse no Paraguai em agosto já manifestou seu interesse que seja adotado este regime. Então isso significa um comprometimento com a formalização da economia, é um sinal que não deve ser desprezado, e é extremamente positivo no sentido de permitir um adensamento das economias dos dois países.

Uma coisa que para nós no Itamaraty é muito clara, é que esse RTU não é absolutamente a solução para todos os problemas de *Ciudad del Este*. Os problemas são outros, são mais amplos do que isso, enfim é apenas um regime que terá, na realidade, muito pequeno impacto, como de fato ocorre também com o aumento da cota de 100 para 300 dólares. A sociedade de *Ciudad del Este* achava que isso ia resolver todos os

problemas dos sacoleiros e de fato não ocorreu. Este regime também é uma coisa, é um mecanismo que tem a parte não visível é muito mais importante enfim que essa aparente liberalização do comércio.

Eu tinha alguns comentários a fazer sobre, sobre o funcionamento do RTU, mas, já foram mais do que explicados. O que eu queria ressaltar apenas é que esse mecanismo está sendo negociado com a parte paraguaia desde seu início e a limitação de entrada de determinados produtos está perfeitamente clara na mente das autoridades paraguaias, eles sabem que determinados produtos, os que me vem a cabeça, além dos brinquedos, mencionados pela Dr^a. Clecy são CD's e DVD's, sem contar as tradicionais bebidas, álcool, arma de fogo, etc, estes não estão sequer na lista inicial. E isso não fará parte do, e isso eles aceitaram, foi um processo negociador que enfim está em curso há um ano e meio, aliás, há pouco mais de um ano e meio e que enfim satisfaz essas expectativas do governo paraguaio e especificamente da comunidade de *Ciudad del Este*, enfim é isso que eu tinha para comentar inicialmente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): A mesa agradece a contribuição do Ministro João Luis Pereira Pinto Diretor do Departamento de América do Sul do MERCOSUL e convida agora o Dr. Edson Vismona, Presidente do Instituto Brasileiro de Defesa da Competitividade. O Dr. Edson Vismona terá direito de 10 minutos para a sua exposição. A seguir convocaremos o Senhor Humberto Barbato, Presidente da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica – ABINEE.

SR. EDSON VISMONA: Excelentíssimo Sr. Presidente Marco Maciel, Senador Presidente da Comissão de Constituição e Justiça desta Casa, Excelentíssimos Srs. Senadores, Srs. Deputados, Secretário Rachid, Secretária Clecy, Secretário Barral, Ministro Pereira Pinto e companheiros da indústria que aqui também terão a oportunidade de se manifestar, eu gostaria de inicialmente apresentar o nosso Instituto. O Instituto Brasil Legal foi formado em 2005 por oito grandes empresas do setor de informática e eletrônica de consumo, empresas multinacionais globalizadas que com presença no mundo inteiro, mas que no Brasil entenderam a importância de se unir para combater a ilegalidade, porque a grande concorrência que essas empresas sofrem, não está entre a concorrência leal entre elas, mas sim entre elas que pagam impostos, que cumprem os regulamentos técnicos, que desenvolvem emprego e renda no Brasil, com outras que não pagando impostos, não cumprindo com os regulamentos técnicos, muitas vezes não tendo sequer um funcionário aqui no Brasil começam a tomar conta desse mercado, nossa

missão então é defender investimentos e emprego e a capacitação dos trabalhadores brasileiros que essas empresas propiciam aqui no nosso mercado. A próxima, por favor.

O RTU, chamado Regime de Tributação Unificada, como já foi aqui explanado tem um objetivo muito meritório; legalizar sacoleiros. Formalizar a atividade dos sacoleiros, porém nós percebemos que essa intenção na prática pode ser bem outra, e é essa a nossa missão aqui de, perante os nossos Senadores e Deputados, apresentar a realidade do nosso mercado. O RTU propõe aí uma legalização com uma tributação diferenciada de 42% no PIS, COFINS e IPI, imposto de importação, e pelos cálculos que nós fizemos, isso já representa um subsídio, um subsídio à importação de produtos acabados, que não passarão por qualquer tipo de processo produtivo no Paraguai. O Paraguai será um corredor de importação de produtos vindos da China e de Taiwan. Temos aí uma lista de produtos permitidos e a cota anual que se fala em R\$240.000,00 por ano, por sacoleiro. Se nós tivermos cinco mil sacoleiros registrados nesse regime, pelo Simples Nacional, isso representará por ano um bilhão, quatrocentos e quarenta milhões de reais que poderão ser importados por esse regime que representa um certo subsídio, a próxima, por favor.

A origem do PL, algo que temos que enfatizar é um projeto interessante esse projeto de lei, ele nasce no Paraguai, ele não nasce de um pleito dos sacoleiros brasileiros ou de algum movimento social aqui gerido, não, ele nasce no Paraguai, como disse o nosso Ministro, numa reunião em *Ciudad del Este*, e essa apresentação, temos aí um depoimento de um Diretor da Câmara de Comércio e Tecnologia de *Ciudad del Este*, publicado no jornal de Iguazu, diz que essa lei irá nos garantir um alívio muito grande, pois estamos sofrendo com o aumento da fiscalização da Receita Federal. Perdemos 50% do movimento. Essa demonstração que esse Diretor de Tecnologia do Paraguai afirmou no jornal a Receita Federal num esforço muito meritório, junto com a polícia federal, vem realizando um trabalho hercúleo na fronteira. E aí estão os dados que demonstram os resultados desse trabalho, o crescimento das apreensões feitas só em eletrônicos e informática. Crescemos de 2006 para 2007 em valores, nos outros anos nós não tínhamos valores apresentados pela Receita, mas crescemos de 44 milhões de eletrônicos apreendidos, para 79 milhões em 2007, informática de 56 milhões para 58 milhões de reais apreendidos. Então demonstra isso o que o Diretor da Câmara do Comércio da *Ciudad del Este* afirma; a força da atuação da Receita Federal é que estava justificando então uma medida de flexibiliza-

ção, ou seja, nós avançamos, coibimos a ilegalidade e aí vem uma proposta para flexibilizar essa ação da própria Receita Federal do Brasil. Ou seja, ela é uma medida contraditória. A próxima, por favor.

O foco dessa lei está em eletrônico e informática. Pelo seu valor agregado, a gente percebe claramente, que a vocação de *Ciudad del Este* tem muita força a importação de eletrônicos e especialmente de informática. E mais uma vez eu cito as declarações de um dos diretores da Câmara de Comércio de *Ciudad del Este* onde ele diz, no momento que estava tramitando na Câmara Federal esse projeto de lei, ele afirmou: “Em relação às Emendas esperamos que todas sejam derrubadas, principalmente, aquelas que falam sobre proibição de produtos, como os equipamentos de informática. Com esses produtos proibidos, esse projeto nem precisa ser votado ou aprovado”. Demonstrando, então, que o foco desse movimento que nasceu em *Ciudad del Este* está assim fortalecendo essa idéia do comércio de eletrônicos e informática. A próxima.

As dificuldades para a fiscalização da fronteira, não obstante os avanços que nós identificamos que temos participado, inclusive na presença de treinamentos intensivos realizados pela Receita Federal, nós temos aí alguns dados: *Notebook*, que é hoje o grande avanço que está havendo na informática mundial, há uma migração do *Desktop*, uma tendência mundial do *Desktop* para o *Notebook*. Nós temos um dado aí que identificamos pelo sistema Alice, me diz o Humberto Barbato com mais conhecimento, que esses números são maiores, mas de qualquer forma uma média diz 5 mil, 10 mil produtos que são oficialmente importados, Notebooks importados pelo Brasil, e o mercado aponta por pesquisas, pelo conhecimento que cada um tem nesse processo de comercialização, que só uma marca tem comercializado no Brasil 30 mil Notebooks por mês. Uma única marca. Essa marca não tem nenhum funcionário no Brasil, ela não fabrica em outro país que não seja Taiwan, e ela tem como modelo de negócios exportar para o mundo inteiro. É uma empresa global. E que, numa declaração que uma das diretoras dessa empresa deu, é que ela não está muito preocupada de como esses produtos entram nos países, a preocupação deles é produzir um produto de qualidade a um baixo custo. Como essa comercialização é feita é problema dos distribuidores, ou seja, não há um centavo dessa empresa investido no Brasil.

Nós sabemos e identificamos até em outras audiências públicas realizadas na Câmara Federal por depoimento de funcionários da UNAFISCO e do SINDIRECEITA, auditores e fiscais, que esta lei ira causar uma grande dificuldade de fiscalização, ou seja, a Receita Federal que já tem dificuldades, vai ter que

se desdobrar agora para fiscalizar um novo regime tributário que não beneficia em nada as indústrias aqui instaladas. Próxima, por favor.

O Brasil é hoje o quinto maior mercado de computadores do mundo, já alcançamos esse patamar mercê da Lei do Bem que desonerou 9,25% de PIS e COFINS. Essa medida com as apreensões feitas pela Receita Federal alavancou o Brasil para o quinto maior mercado de computadores do mundo e chegaremos com certeza ao terceiro lugar até 2012, talvez até 2010 nós cheguemos já a este patamar alcançado. A pergunta que fazemos: Nós seremos fabricantes ou importadores? Porque o que nós estamos aqui discutindo, Srs. Senadores, não é o mérito da formalização, da legalização, mas é o custo que isso pode causar para as indústrias das empresas instaladas no Brasil, nos estados do Amazonas, da Bahia, do Rio Grande do Sul, de São Paulo, Minas Gerais.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE):

Presidente a gente pode fazer alguns questionamentos? Agora, só mais para esclarecimentos.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL

(DEM-PE): Talvez quando ele terminasse a exposição dele, V^a Ex^a possa fazer a intervenção.

SR. EDSON VISMONA:

E nós temos essa informação de que uma empresa que está crescendo e muito no mercado de notebooks não tem nenhum parafuso aqui, sendo produzido aqui no Brasil, então é um alerta que nós fazemos e é o momento oportuno nesta Casa de fazermos esse alerta porque os setores industriais estão extremamente preocupados com essa possibilidade de abriremos por conta de uma formalização, abriremos o mercado para produtos acabados vindos da China e de Taiwan. Por favor.

Os importados e a lei. Nós temos identificado no mercado que os produtos importados não respeitam os regulamentos técnicos e eu fiquei muito feliz aqui, com a afirmação da Secretária Clecy quando ela diz a questão dos brinquedos, que tem regulamentos técnicos, pois os produtos eletrônicos e de informática também têm. Os plugs e os fios necessariamente certificados pelo INMETRO, os produtos brasileiros só podem ser comercializados no nosso país com certificação INMETRO e os importados não atendem essa certificação. Nós já identificamos isso no mercado, estamos essas questões para ANATEL, para o INMETRO, para o IPENS, para os PROCONS, para o Departamento Nacional de Proteção ao Consumidor, onde nós identificamos produtos importados que não atendem a regulamentação técnica. Então essa questão também tem que ser levada em consideração. Esses produtos vêm de manual em inglês, em chinês, em espanhol, mas, não vem em português, ou seja, afrontam o código de

defesa do consumidor, não têm assistência técnica, aquela máxima de uma das nossas associadas muito feliz na propaganda: “La garantía soy yo” é o que serve para estes produtos temos sempre que ter essa questão em mente e as Emendas que foram apresentadas na Câmara e que estão sendo apresentadas aqui no Senado, especialmente pelo Senador Arthur Virgílio, estas Emendas contemplam grande parte essas preocupações; de defesa do consumidor e de defesa a regulamentação técnica brasileira, mas na Câmara não foram aprovadas, não foram consideradas por conta de um regime de urgência urgentíssimo que eu não sei por que esse regime foi implantado para a discussão de um lei tão importante. A próxima, por favor.

A reivindicação paraguaia, com todo respeito, ela não está atendendo ao que eu acho que seria mais interessante nesse comércio bilateral Brasil/Paraguai. O Brasil tem sim que incentivar e investir, propiciar mecanismos de investimento e infra-estrutura no Paraguai, de criação de processos industriais no Paraguai. É uma obrigação nesse processo de integração Mercosul, é isso que o tratado do Mercosul, senhores, prevê o fortalecimento da troca econômica, mas, nunca, jamais, de fortalecer o Paraguai como corredor de importação de produtos acabados. Sem que nenhum; nenhum componente seja agregado no Paraguai. Esse regime contraria completamente o que nós temos hoje no tratado de Assuncion, ela incentivava a importação de produtos acabados em prejuízo das indústrias nacionais. A pergunta é por quê? Por que nós vamos permitir isso? Se fôssemos fortalecer algum processo de industrialização no Paraguai isso seria meritório, mas, a transição pura e simples de produtos acabados usando o Paraguai que não paga imposto de importação? E os representantes setoriais poderão afirmar isso com mais conhecimento é algo que nós não entendemos.

Essa postura é uma outra pergunta, irá abrandar as demandas pela alteração, por exemplo, do Tratado de Itaipu? Me parece que não. A demonstração que nós conseguimos colher do novo presidente, após a eleição no Paraguai, é de que eles não vão abrandar esses pleitos com relação à mudança do Tratado de Itaipu por conta dessa legislação, ou seja, isso não vai acontecer e nós estaremos então entregando uma possibilidade de defender o mercado nacional, de defender as indústrias brasileiras, defender as indústrias instaladas no Brasil, por conta de algo que não vai acontecer, porque repito esse propósito não será alcançado com esse Regime de Tributação Unificada e nós seremos extremamente prejudicados com isso. E a pergunta: quem defende os nossos interesses? Os interesses nacionais, quem está defendendo isso?

Aqui estamos na Casa Parlamentar que tem demonstrado esse objetivo em defender os nossos interesses. Uma lei que nasceu no Paraguai e que não atende aos interesses, me parece muito claro isso, não atende aos interesses realmente necessários para o desenvolvimento de um comércio bilateral. Nós não podemos compreender que esse processo se dê nesta linha. E terminando eu só gostaria de apresentar aqui, o que não é uma coincidência, é uma propaganda feita no estado de São Paulo, setembro de 2007, quando já estava em tramitação a medida provisória convocando pessoas para o comércio eletrônico via revendedores, só temos aqui produtos eletrônicos e de informática, cobrando uma taxa: “faça o comércio via internet” Não tem a identificação de quem faz isso, mas, o site para cadastramento de revendedores pela internet de produtos eletrônicos e de informática já mirando nessa aprovação desse Regime Tributário Unificado é um nome sugestivo: www.chinadirect.com.br, quem se cadastra aqui, poderá pagando uma módica quantia ter acesso a distribuição de produtos eletrônicos que virão do Paraguai.

É isso, Srs. Senadores, Senhores Deputados que eu gostaria de apresentar como uma grande preocupação de todos nós que defendemos a legalidade nesse país e nós não queremos realizar nenhuma desavença com o Paraguai, ao contrário nós queremos fortalecer os mecanismos de integração em base mais sólidas de um efetivo desenvolvimento sustentável para o Mercosul. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Antes de conceder a palavra ao nobre Senador Tasso Jereissati, eu queria registrar a presença no plenário dessa Comissão do Governador do Amapá, Dr. Waldez que se encontra sentado no plenário ao lado do Senador José Sarney. E gostaria também de antes de conceder a palavra ao Senador Tasso Jereissati, dizer ao Dr. Edson Vismona que o projeto se encontra em regime de urgência com o apoio no art. 64, § 1º, que diz que o Presidente da República poderá solicitar urgência para apreciação de projetos de sua iniciativa, o que confere a propulsão sobre esse regime uma tramitação em torno de noventa dias nas duas Casas do Congresso.

Concedo agora a palavra ao Senador Tasso Jereissati para fazer uma interpelação.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Não é bem a palavra, é mais um esclarecimento sobre o que o Sr. Edson falou. Eu entendi que o líder do mercado de Notebooks no Brasil é um produto importado, mas importado ilegalmente. É uma marca que segundo eu entendi não tem um funcionário no Brasil, não tem representante no Brasil.

SR. EDSON VISMONA: É o que nós estamos identificando no mercado atualmente.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): E ele importa ilegalmente?

SR. EDSON VISMONA: Ilegalmente. Porque não há registros de um tamanho tão grande de importação de produtos dessa categoria Notebooks, registros que sustentem essa comercialização legalmente.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Isso me parece muito grave, não, não, é bem assim não.

SR. HUMBERTO BARBATO: O líder do mercado, não é um produto ilegal, o líder de mercado não é evidentemente essa marca a que o nosso companheiro Edson Vismona faz referência. É a indústria instalada no Brasil, entretanto no mercado de *notebooks*, ainda se registra cerca de 45% a 50% de produtos comercializados de maneira ilegal. É isso que ocorre no Brasil nesse instante, diferente do *desktop*.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): OK.

SR. EDSON VISMONA: A ilegalidade de *notebook* está crescendo e a do *desktop* está caindo.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Sendo que 80, 90% é de uma marca só?

SR. EDSON VISMONA: Não, não, não. Esta marca que está crescendo, vigorosamente no mercado, não sei se já chegou à liderança ou não, mas está crescendo vigorosamente ela não tem nenhum processo produtivo no Brasil. Ela é completamente importada.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): E os indícios que ela é via Paraguai?

SR. EDSON VISMONA: E aí um dado importante, Senador, um produto importado, legalmente, pagaria todos os impostos, como que conseguiria concorrer com produtos que, respeitando o processo produtivo básico, tem isenção de impostos? Se o importado paga todos os impostos, ele não conseguiria nunca ter um preço competitivo no mercado brasileiro.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Normalmente a entrada dessa marca é via Paraguai?

SR. EDSON VISMONA: É o que nós podemos identificar, porque não se justifica um preço tão baixo de um produto importado.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Sr. Presidente, quantos expositores restam ainda?

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Seis expositores. Mas o limite são dez minutos para cada um.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Sem dúvida. Eu peço a V.Ex^a que me inscreva, para após a última exposição.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): V.Ex^a será o segundo debatedor.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): É um prazer, Sr. Presidente, obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Eu concedo agora a palavra ao Dr. Humberto Barbato, Presidente da Associação de Indústria Elétrica e Eletrônica, Abinee. O Dr. Humberto Barbato terá 10 minutos para a sua exposição. A seguir convidarei o Dr. Lourival Kiçula, Presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Produtos Eletroeletrônicos – ELETROS.

SR. HUMBERTO BARBATO: Senador Marco Maciel, Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania, Srs. Senadores, membros das Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Comissão de Assuntos Econômicos, Secretário Rachid, Secretário Barral. Senhoras e Senhores, boa tarde. É uma grande honra para a Abinee poder participar dessa audiência pública, uma vez que nós entendemos de muita importância debater esse tema que causa uma profunda preocupação nas indústrias do setor eletroeletrônico. Como é de conhecimento de todos a Abinee, desde a sua fundação, há 45 anos, ainda no tempo da Alauk, nós atuamos fortemente nas negociações de acordos internacionais de que o Brasil participa e os assuntos relativos à política de comércio exterior, sempre com o objetivo de colaborar na intensificação dos processos integracionistas latino-americanos e mais amplos.

Ao longo dos anos, a atuação da Abinee sempre buscou um entendimento e, no caso da América Latina, e, a partir do Mercosul, nós temos pautado a nossa atuação no sentido de adensar as cadeias produtivas, principalmente no âmbito do Mercosul.

Também temos nos preocupado em estimular o processo de industrialização dos nossos parceiros regionais, sem jamais esquecer a defesa da indústria instalada no Brasil, que investe, que gera empregos e que trabalha pelo crescimento sócio-econômico do país.

Como justificativa apresentada para requererem que fôssemos convidados, os Srs. Senadores destacaram o objetivo de discutir se os benefícios a serem concedidos ao Paraguai transgredirão as disposições estabelecidas pelo Mercosul basicamente no que respeita ao regime de origem do bloco, e se tais benefícios não poderão ser reivindicados pelos demais membros do mercado comum.

Respondendo a essa questão, é importante destacar que em nenhum momento o PL 27 exige ou se quer que os produtos sejam paraguaios. Na verdade contempla produtos procedentes do Paraguai, sem qualquer requisito de origem do Mercosul.

Dessa forma, se aprovado, o PL, o Governo brasileiro estará beneficiando, sim, produtos de qualquer

origem, chineses, coreanos, somente para mencionar as origens que já prejudicam sensivelmente a indústria brasileira. Esse prejuízo é confirmado, também, pelo recente fechamento de diversos centros de compras populares na Avenida Paulista e nos seus arredores, na cidade de São Paulo.

Assim, podemos afirmar com toda a certeza, que no que respeita a redução no imposto de importação o pretendido do regime transgride, sim, as regras do Mercosul, dando motivo a que os demais países reivindiquem o mesmo tratamento.

Aliás, mais do que os países membros do Mercosul, todos os países sul-americanos, com os quais o Brasil faz fronteira, poderão reivindicar o mesmo tratamento.

E vamos ainda mais longe, no nosso entendimento é de que, por força da cláusula da nação mais favorecida, cláusula pétrea no âmbito do comércio internacional desde a criação do antigo GATE e vigente atualmente na OMC, todos os países que se sentirem prejudicados pela concessão exclusiva que pretende o RTU, poderão pleitear compensações comerciais.

Sras. e Srs. Senadores, são largamente conhecidos os descaminhos verificados na entrada de produtos no Brasil provenientes da República do Paraguai. Em que pese, a intensificação da fiscalização, que a nossa Receita Federal vem realizando, como pode ser atestado pelo crescente volume de produtos apreendidos, são reconhecidas por todas as dificuldades para se conter a entrada ilegal de produtos no país, inclusive de produtos falsificados.

Parece-nos paradoxal que melhorar o trabalho da Receita e, em seguida, termos que ceder a pressões dos comerciantes instalados lá na região de fronteira, o que torna justo questionar: para que melhorar, então, o trabalho de fiscalização?

É importante destacar que o PL 27 poderá comprometer todo o esforço de fiscalização, que tem sido feito pela autoridade aduaneira, pois junto com os produtos que venham a ser importados de forma regular, outros produtos irregulares virão, inclusive aqueles que oferecem riscos à saúde dos consumidores e também ao meio ambiente.

Nessa questão ambiental é importante destacar um aspecto: Como deverá proceder o consumidor dos bens importados sob os auspícios do RTU, no que diz respeito ao descarte e disposição final dos produtos? O que nós vamos fazer com esses produtos? Nós chegamos ao absurdo, nesse instante, a indústria brasileira de pilhas produz pilhas sem mercúrio, pilhas essas que poderiam, podem ser lançadas na natureza sem degradar o meio ambiente. Com todo o investimento que as indústrias de pilhas fizeram no Brasil, hoje nós

não podemos anunciar isso porque são 33%, pelo menos, a quantidade de pilhas oriundas da China, que entram no Brasil e, portanto, entram com mercúrio. Por conseguinte nós não podemos fazer a campanha dizendo que se pode utilizar a pilha nacional de maneira tranqüila, porque o que poderá acontecer é que então o consumidor irá lançar uma pilha imaginando que essa pilha seja brasileira e essa pilha é chinesa, até porque essas pilhas se vendem em todos os camelôs que se encontram nas ruas do país.

Respeitamos o esforço diplomático do nosso governo junto ao Paraguai e o seu objetivo de trazer para a legalidade, pelo menos, parte do comércio ilegal verificado naquela fronteira. Entretanto, todo esse esforço não pode ser feito em prejuízo das pessoas e também da indústria que acredita, investe, e gera empregos.

Nas reuniões promovidas pela Receita Federal em meados do ano passado e nas realizadas, separadamente, com representantes dos Ministérios da Fazenda, do Desenvolvimento e das Relações Exteriores, a Abinee informou a decisão unânime de sua diretoria pela rejeição da concessão desse RTE, Regime Tributário Específico, porém, ao que tudo indica, nós não conseguimos sensibilizar o governo brasileiro.

Justificamos, àquela época, a nossa posição, afirmando que em consonância com a política industrial e de comércio exterior, e também com o PAC, a Abinee tem colaborado com o governo em todos os níveis, no sentido de combater o descaminho, o subfaturamento e a concorrência desleal.

Destacamos que somente após vários anos de constante força da iniciativa privada, em conjunto com órgãos governamentais, visando o combate ao mercado cinza na área de informática, só recentemente começamos a auferir os resultados das ações empreendidas.

De 2005 para 2007, felizmente nós conseguimos baixar um mercado que antes era de 70% de computadores ilegais no Brasil para 35%. O que foi uma grande vantagem.

O que não podemos é através desse regime aduaneiro, que será implementado, que está sendo votado, que está sendo analisado, que nós possamos regredir nesse trabalho que tivemos ao longo desses anos.

Entretanto, por meio desse PL 27, o governo brasileiro continua querendo conceder benefícios para produtos fabricados em terceiros países, destinados exclusivamente ao consumidor final e importados pelo Paraguai que poderão ser reexportados para o Brasil com tratamento tarifário especial, visando reduzir a entrada ilegal de produtos.

A Abinee é contrária a essa medida, porque como já dissemos, o Mercosul prevê um regime de origem que deveria ser respeitado, em qualquer caso de redução de imposto de importação. E, portanto, a adoção desse regime especial é mais uma violação à nossa já, moribunda união aduaneira.

Uma vez transformado em lei, o citado Projeto de Lei criará condições altamente prejudiciais para a indústria eletroeletrônica instalada no Brasil. Mais uma vez demonstramos a disposição de dar nossa contribuição, porém, é importante ressaltar que nós não podemos aceitar a inclusão de produtos que prejudiquem a produção local de bens finais. Nesse sentido, as Emendas apresentadas pelo ilustre Senador Arthur Virgílio poderão ser aprovadas, amenizar os efeitos danosos do PL 27 para a indústria estabelecida no Brasil, pois dentre outros objetivos visa ampliar a lista de produtos excluídos do Regime Tributário Unificado, preservar os produtos fabricados, segundo o PPB, o Processo Produtivo Básico, oficialmente estabelecidos numa clara defesa dos fabricados na Zona Franca de Manaus e em todo o território nacional ao amparo da lei da informática. Exigir a anuência prévia de órgãos fiscalizadores para que os produtos importados cumpram as normas de segurança de programas de eficiência energética e mesmo de saúde exigidas do produto nacional, e elevar de 42,25 para 59,25 a alíquota única incidente sobre os produtos importados. A esse respeito, eu quero destacar que em meados de 2007, atendendo a sugestão do ilustre Secretário da Receita Federal, Dr. Jorge Rachid, a Abinee realizou um estudo, uma amostra de 49 produtos indicados pela Receita Federal, que indicou uma alíquota média de 93,84% para a somatória dos tributos incidentes nas importações. O que é bastante superior à alíquota sugerida na Emenda do Senador Arthur Virgílio.

Sras. e Srs. Senadores, eu saliento que os investimentos produtivos realizados no Brasil não podem ficar à mercê da resolução de problemas que devem ser enfrentados pela diplomacia brasileira. Os responsáveis por nossa política externa precisam entender que os investimentos já realizados e a serem realizados no Brasil não podem ser comprometidos por uma postura benevolente para com os países fronteiriços, o que tem nos caracterizado de uns tempos para cá.

Senhoras e Senhores, reafirmamos a nossa confiança de que essa Casa não permitirá a adoção do presente regime que trará perdas à nossa indústria eletroeletrônica, com danos, com reflexos danosos aos investimentos e também à geração de empregos. Muito Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): A Presidência agradece a contribuição do Dr.

Humberto Barbatto, Presidente da Associação Brasileira de Indústria Elétrica e Eletrônica, Abinee, e convido agora o Dr. Lourival Kiçula, Presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Produtos Eletroeletrônicos, ELETROS. O Dr. Lourival terá 10 minutos para a sua exposição. Com a palavra o Dr. Lourival Kiçula.

SR. LOURIVAL KIÇULA: Sr. Presidente Senador Marco Maciel, Srs. Senadores, Deputados.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: O senhor me permite apenas, por favor, uma observação que o Senador Arthur Virgílio fez agora para mim, ele estava pensando que o senhor era o representante da Motion Picture.

SR. LOURIVAL KIÇULA: O Leslie Nielsen é meu irmão.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Pois é, e eu explicava para ele que não, que o senhor é representante...

SR. LOURIVAL KIÇULA: Aliás, um grande ator, brilhante ator. Pena que ele não é muito simpático, senão eu estava bem. Mas isso é interessante, porque já fui confundido várias vezes nos Estados Unidos, todo mundo fala: "You look so familiar". Então, Senadores, Deputados, Srs. Secretários, Barral, Rachid, senhores companheiros da indústria, senhores representantes do Governo Paraguai, é um prazer para a ELETROS estar aqui na oportunidade de demonstrar claramente o que pensamos com relação a esse Regime de Tributação Simplificada no setor eletroeletrônicos.

Com alegria vimos que Márcio Gonçalves e Synésio já fizeram um trabalho bem feito, já não tem mais CDs e DVDs e também não tem mais brinquedos. No entanto, o Humberto, Edson e eu, estamos trabalhando mal porque eletroeletrônico está tudo lá, está aumentando o volume de eletroeletrônico.

A Indústria Brasileira de Eletroeletrônica, a ELETROS, fundada em 94, representando todos os fabricantes eletroeletrônicos de consumo instalado no território brasileiro. Abrange linha branca, geladeiras, fogões, etc., eletrodomésticos portáteis que são bate-deiras, etc e produtos chamados da linha marrom que são imagem e som e a nossa futura TV digital, por enquanto só em São Paulo.

O setor faturou em 2007 um pouco mais de 30 bilhões, exportou 720 milhões e geramos 450 mil empregos, sendo que somente no pólo industrial de Manaus geramos 42 mil postos de trabalhos diretos.

Nós tivemos algumas vitórias nessa luta, por exemplo, a luta contra a concorrência desleal fez com que solicitássemos investigação antidumping contra produtos feitos na China, o ferro elétrico... Com importação desleal e o governo brasileiro aprovou a investigação antidumping em vigor até 2011. Também

no caso de ventiladores conseguimos a prorrogação do antidumping por mais cinco anos.

A aprovação do regime de tributação vai com certeza, ampliar a perda do setor eletrônico de consumo. Nós já tivemos, estamos tendo com contrabando e pirataria uma perda bastante significativa. Vai agravar as dificuldades de competitividade. Sem dúvida é irreversível e devastador o impacto disso.

Como dizia já Barbato, dentro da ELETROS estamos trabalhando, como nós vamos fazer, inclusive, logística reversa e tudo mais com relação a refrigeradores, como a gente entrega, recebe, como extrai o gás, como extrai, cuidando desses produtos para que junto ao meio ambiente a gente evolua rapidamente. A esses produtos nós não teremos como cuidar, não sei o que acontecerá, não sei qual será o destino final dessa mercadoria.

Os produtos contrabandeados e piratas não seguem normas da ANATEL e nem do INMETRO, que são para nós a garantia de qualidade e segurança para o consumidor. Eles não estão sujeitos à regra do Código de Defesa do Consumidor, quer dizer, quem eles vão procurar? Onde o consumidor vai? A quem o consumidor vai recorrer no caso de problemas? Eles não poderão reclamar, não poderão contar com o pós-venda, porque as indústrias que vendem através dos seus revendedores a substituição ou conserto dos seus produtos e nem o serviço de atendimento ao consumidor, nem assistência técnica e reposição de peças. Não terão o manual de instrução em português e nem certificação. Alguns produtos, será que a indústria internacional, vamos dizer, algumas empresas que pertencem a ELETROS, sendo que esses produtos chegarão com marcas, que são detidas por essas nossas empresas, teremos que dar garantia? Vamos dar garantias piratas?

Essa medida ela é inédita no mundo, ela transgride as regras do comércio do Tratado de Integração do Mercosul e das regras da OMC. E o risco grande de que outros países decidam, então, utilizar também essas facilidades que estamos dando ao Paraguai para trazer produtos importados ou fabricados lá.

Nós sofreremos um processo maior de desindustrialização dos produtos de eletrônicos de consumo. Haverá o sucateamento de indústria, aqui instalado, a suspensão de investimento e modernização e naturalmente a redução do quadro de trabalhadores. Novos investimentos, evidentemente, em algumas áreas serão cancelados. Nós deixaremos de ser atrativo para as multinacionais, os produtos serão internalizados em condições desleais. No seguimento de áudios portáteis já temos tido grandes problemas, cada vez mais temos dificuldades de produzir aqui no Brasil, porque tem uma

forte, não só pirataria, mas como contrabando. Nós vamos perder um mercado ainda maior e o Paraguai se institucionaliza como fornecedor oficial e beneficiário de produtos contrabandeados em terceiro país.

A fiscalização na fronteira ficará muito mais complicada. O trabalho que foi feito lá na Ponte da Amizade é fantástico, foi muito bem feito, está sendo muito bem feito, mas vai ser mais difícil, com certeza, em função da burocracia do novo regime, pela dificuldade de determinar, inclusive, se o produto é falsificado ou contrabandeado, porque os produtos entram no Paraguai com alíquota zero. Muitos dos produtos, inclusive de um que falamos aqui, agora, eles entram com a alíquota zero, ora e depois recebem 48%, quando se vão entrar aqui têm que pagar II e etc, etc. Então, sem dúvida, o RTU é menor do que uma tributação normal. O Paraguai não produz, senhores, eletroeletrônicos de consumo. Portanto esses produtos virão de outros países e os senhores sabem que outros países que não têm relações diplomáticas com o Brasil que têm muito interesse em estar no Brasil ou nas proximidades, aliás, eles estão fortemente em *Ciudad del Este*. No Paraguai a alíquota de imposto de importação, como eu disse, é zero para muitos produtos.

A medida, então, não estimula o surgimento de indústria no Paraguai, nós acreditamos que desestimula também os investimentos na região. O Brasil, no âmbito do Mercosul, deveria estimular a criação de planos de industrialização com a participação regional, principalmente com relação ao Paraguai, visando a reconversão para plataformas industriais ou senão, pelo menos, plataformas de serviço.

Nós achamos que todos os brasileiros saem perdendo com o RTU. Os consumidores, a indústria eletrônica, e até os sacoleiros, que hoje têm maiores facilidades de comprar e vender seus produtos. Agora vão ter que comprar, e soube agora, que eles vão ter que ter nota fiscal para venda a consumidor. É isso mesmo?

A medida não traz qualquer contribuição para a economia brasileira e o país dará um recado aos outros países de falta de seriedade e respeito às normas do comércio.

Eu agradeço a oportunidade, estou à disposição e peço aos Srs. Senadores que olhem com carinho, principalmente as Emendas que são apresentadas pelo Senador Arthur Virgílio, na área dos Deputados nós fizemos algumas interferências, mas a gente prefere que isso não seja aprovado, ainda que com essas colocações e sim seja reprovado. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Eu quero agradecer a colaboração do Dr. Lourival Kizula e, aproveito também para infor-

mar ao plenário, que o Dr. Synésio Batista da Costa, Presidente da Associação Brasileira de Fabricantes de Brinquedos, ABRINQ, me enviou uma mensagem telegráfica dizendo da impossibilidade de comparecer. Então, eu convidarei, a seguir, para fazer a sua exposição, o Dr. Márcio Gonçalves, Diretor de Antipirataria para a América Latina da *Motion Picture Association* – MPA.

SR. MÁRCIO GONÇALVES: Boa tarde a todos. Eu, primeiramente, gostaria de agradecer a oportunidade de estar presente aqui hoje e poder discutir esse assunto que muito interessa ao nosso segmento. Eu reitero as palavras dos meus colegas que me antecederam sobre a preocupação que a gente tem. A gente sabe que a idéia do projeto é nobre, mas a gente tem uma preocupação muito grande de que isso possa trazer problemas para a nossa indústria. Então eu queria dar um pouco a visão da indústria, e só para explicar um pouco, a MPA é uma associação que representa os estúdios de cinema, a gente está aqui no Brasil desde 1950 e o escritório do Brasil representa para toda a América Latina.

O setor de áudio visual que a gente representa, representa não apenas o setor segmento de vídeo, de DVD, mas também esse segmento de cinema, televisão por assinatura, televisão aberta e internet, que é uma modalidade que vai crescer, sem dúvida nenhuma. E as nossas empresas associadas produzem muitos filmes nacionais, eu só mencionei aqui alguns mais recentes, como *Tropa de Elite*, *Meu nome não é Johnny*, que, inclusive, foram recentemente vítimas de pirataria, com bastante alarde na imprensa.

Bom, a MPA no Brasil tem um braço antipirataria, que é uma parceria em conjunto com a indústria de música, uma vez que o problema que a gente enfrenta é muito similar ao problema que a indústria de música enfrenta, então a gente buscou unir esforços, não apenas para a gente ser mais eficiente, mas também para poder colaborar de forma mais efetiva com as autoridades que têm esse trabalho como fonte primária de apoio para as nossas entidades nessa luta.

Bom, o Brasil é um dos dez maiores mercados do mundo, é o maior mercado da América Latina nesse segmento. São mais de duas mil salas de cinema, nove mil locadoras, e esse número, inclusive, já foi maior, mais de duas mil lojas de varejo. Só para ter uma idéia, o Brasil possui vídeo-locadoras em mais de 90% dos municípios brasileiros, o que faz com que o mercado seja realmente bem representativo e coloque o produto de forma bem democrática para todo mundo que gosta de cinema.

E aqui eu só estou colocando alguns dados que eu acho que são interessantes para a gente poder contextualizar.

Nos últimos anos a indústria teve, principalmente, segmento de DVD, teve um crescimento, teve um boom bastante importante até 2006. O mercado não chegou a trinta milhões de unidades, foram vinte e oito milhões de unidades. Em 2007, até pela facilidade da tecnologia de fabricar o produto pirata, esse mercado sofreu uma queda, que é a primeira queda dos últimos cinco anos e nesse primeiro trimestre de 2008, a gente teve uma queda também bastante acentuada, só queria destacar ali, 33% no segmento de venda ao varejo e 32,8% de queda no segmento que a gente chama de locação, que é a venda para locadoras. Então, uma queda bem acentuada nos dois segmentos, que são os principais segmentos para o setor.

É óbvio que muito desse problema tem vários fatores, mas pirataria, sem dúvida, é um dos maiores fatores que contribuem para essa queda. O prejuízo estimado que a MPA possui em pesquisa são dados de 2005, a gente está refazendo essa pesquisa, mas de perda de cento e noventa e oito milhões de dólares para o setor e 59% das unidades vendidas são falsificadas.

Bom, a nossa preocupação com o PL foi já expressada há pouco pelos nossos colegas, mas é justamente a preocupação que a gente tem, é mais ou menos similar, que é justamente de dar um caráter legal, uma legalização entre aspas, por um produto que já começa, na sua origem, ilegal. No caso específico de CDs e DVDs a gente tem que destacar que muitos dos CDs que são importados pelo Paraguai, ou fabricados pelo Paraguai, mesmo virgens eles têm, muitas vezes, características ilegais que não pagam a patente para o detentor da patente. Então já o produto virgem, muitas vezes, é ilegal. E ocorre que também, a gente sabe que há um fluxo muito intenso de pessoas aqui no Brasil que vão até o Paraguai e compram o produto já acabado para comercializar nos nossos centros de comércio ambulante.

Aqui eu estou dando alguns dados de importação de mídia virgem do Paraguai nos últimos anos, a gente vai ver que tem um crescimento bastante grande até 2006. Em 2007 houve uma queda dessas importações, a gente imagina que essa queda tenha sido por dois fatores, eventualmente, a importação que estava sendo feita pelo Paraguai, legalmente, passou a ser feita eventualmente de forma ilegal e também a gente tem conhecimento de fábricas instaladas no Paraguai. Para também contextualizar, o Brasil tem, não mais do que dez fábricas, o Paraguai a gente estima que tenha quinze fábricas de CDs e DVDs virgens. E aqui, só um

parênteses também, das nossas fábricas que a gente tem no Brasil, apenas uma fábrica faz o CD e o DVD virgem que é utilizado, na maioria das vezes, pelo pirata para fazer a gravação. A grande quantidade dos CDs e DVDs virgens utilizados pelos piratas é feita através de CD virgem e o DVD virgem, muitas o Brasil também importa, no ano passado, dados do Alice Web(F), cerca de 500 milhões de unidades. Obviamente nem toda a mídia virgem é utilizada para a pirataria, a gente utiliza a mídia virgem para fazer backup de documentos, para gravar foto de família, documentos, mas a gente sabe que grande parte dessas mídias, especialmente produto de algumas marcas específicas, são utilizados por pirataria. Aqui eu elenquei três fábricas que a gente tem conhecimento no Paraguai, que estão fabricando, CD e DVD virgem, que tem uma capacidade de fabricar 150, mais de 150 milhões de unidades por ano.

E aqui, um dado que também é interessante; essas fábricas na maioria das vezes, não pertencem a paraguaios, é controlada por alguns grupos de chineses.

Aqui eu só quero também reforçar o que já foi dito, que é realmente enaltecer o trabalho da Receita Federal na fronteira. Eu só destaquei aqui os números de apreensões de CDs e DVDs virgens nos últimos anos. Os senhores podem observar que o crescimento tem sido exponencial e a gente tem que louvar esses esforços da Receita Federal e poder apoiar para que isso possa continuar nesse sentido.

E aqui também, só para destacar um pouco dos dados de apreensões que ocorrem no Brasil inteiro, a região Sul, especialmente pela fronteira com o Paraguai, é onde a gente encontra a maior quantidade de produtos apreendidos. É mais, inclusive, do que São Paulo e Rio de Janeiro, justamente pela fronteira. Aí é óbvio que os piratas são criativos. A Receita Federal tem intensificado os trabalhos na fronteira com Foz do Iguaçu, alguns já mudaram a operação um pouquinho mais para o norte, foram para Guaíra, outros estão tentando trazer para o Uruguai. A Receita Federal recentemente fez uma apreensão importante também nesse sentido. Então realmente eu só queria destacar esses números para poder reforçar a importância e reconhecer o trabalho da Receita Federal nessa área.

E aí, finalmente, para finalizar, realmente eu falei bem rápido, foi mencionado aqui que talvez os CDs e DVDs já estejam incluídos nessa lista negativa, para a gente é realmente importante.

Mas a gente tem algumas Emendas que a gente, inclusive a do Senador Arthur Virgílio também de limitar esses valores. Eventualmente a necessidade de apresentar autorização dos titulares, ou dos titulares dos direitos, ou dos detentores das patentes e limitar

a venda dos produtos ao consumidor final, porque a gente sabe que continua sendo um fluxo muito importante de mercadoria para o Brasil vindo do Paraguai. Acho que essa é a última, disponibilizo meus dados. Muito Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Eu agradeço a colaboração do Dr. Márcio Gonçalves e devo levar ao conhecimento do plenário que o Dr. Paulo Rosa, Presidente da Associação Brasileira dos Produtores de Discos – ABPD, não compareceu. Então vou passar, vou conceder a palavra ao último convidado inscrito, que é o Dr. Absalão Ferreira Calado, que é o Presidente da Associação da Feira dos Importados de Brasília. Gostaria também de acrescentar que tão logo o Dr. Absalão faça sua exposição, nós vamos abrir o espaço para o debate, estando inscritos já sete Srs. Senadores. Sras. e Srs. Senadores, com a palavra o Dr. Absalão Ferreira Calado.

SR. ABSALÃO FERREIRA CALADO: Boa tarde, Excelentíssimo Presidente Marco Maciel. Boa tarde, Secretário Rachid. Boa tarde a todas as Senadoras e Senadores e os Representantes das Indústrias.

Veja só, esse regime único de arrecadação, ao nosso ver, é o caminho da dignidade do setor representativo no Brasil, que é o setor dos vendedores ambulantes, dos microempresários.

Foi citado aqui que não foi levado, essa lei não foi criada no Brasil. Sim, pode ter sido na reunião do Presidente Lula com o Presidente paraguaio, mas a bancada de Brasília, sim, nós pedimos que eles apresentassem uma lei, a criação do microimportador. Essa criação do microimportador, ao nosso ver, senhores, ela vai exatamente ajudar a combater tanto descaminho, como a pirataria. Por quê? Porque a pessoa, realmente foi colocado aqui que ela não vai beneficiar o sacoleiro não, que a pessoa para ter o benefício da lei, ele vai ter que abrir uma microempresa, ele vai ter que estar no regime de microempresa unificado, que foi aprovado por essa Casa, certo? Então, a partir do momento que a pessoa tem endereço fixo, que a pessoa abre essa microempresa, para ter direito a essa quota, certo, então ele está sujeito à toda fiscalização. Hoje os camelôs não estão sujeitos à fiscalização nenhuma, só a polícia, só a Receita que pega, e é uma guerra entre a Receita e os ambulantes.

Para vocês terem uma idéia, nós hoje, somos 2090 comerciantes na Feira dos Importados, antes todos eram camelôs. Hoje quase todos têm uma microempresa aberta. Muitos compram os produtos de importadoras que só vem a ser dirigido pelos senhores, a grande maioria dos produtos da feira dos importados tem procedência e tem nota fiscal. Infelizmente, nós sofremos sim com a pirataria dentro da Feira dos

Importados, ao redor da Feira dos Importados, como todos os senhores sabem, não só em Brasília como no país todo. O braço da pirataria, do descaminho é muito forte. Essa lei, ao meu ver, essa criação de regime único de tributação ela vai combater isso, porque a pessoa vai ter condição de ter um local de trabalho, vai poder chegar numa instituição financeira, fazer um empréstimo para comprar o produto. Hoje não. Hoje é uma guerra. Está provado que só a repreensão não vai resolver, certo? Desde que eu me entendo, de jovem, que eu comecei a trabalhar nas ruas, com muito orgulho, viajei muito para o Paraguai, hoje eu não viajo mais, hoje eu tenho uma empresa aberta, certo? Mas viajei muito. O Estado me ofereceu uma oportunidade de abrir uma microempresa que transferiu a gente do Mané Garrincha para o SIA. E nós abrimos a empresa, hoje nós somos importadores, nós estamos trabalhando, nós estamos gerando emprego. Então eu acho assim hoje, que nós temos que proteger sim a nossa indústria brasileira e temos que proteger os empregos. Só que existe uma camada grande da população que não tem essa oportunidade de estar trabalhando nas empresas e a partir do momento que, hoje o Estado não arrecada nada, 42% que os senhores acham muito pouco, para nós eu acho muito, certo? A quota, ela tem que ser um pouco mais amena para a gente sobreviver, para a gente gerar emprego, e principalmente, ser digno do nosso trabalho, que nós somos muito perseguidos, certo? Se a solução do país fosse, se toda a desmazela do comércio fosse só os camelôs, era muito fácil de resolver, a quantidade são poucas, certo? Era só a gente conseguir criar emprego para todo mundo, mas a solução não é essa, certo? Nós queremos trabalhar, queremos produzir e queremos, sim, ser considerado empresário, gerar impostos e divisas para o país. Hoje, realmente, a pessoa que pega mil reais, quinhentos reais e vai para o Paraguai comprar, a lei não vai beneficiar essas pessoas não. Mas eles vão, através de cursos pelo Sebrae, oferecidos pelo Sebrae, vão abrir uma microempresa e vão ser um gerador de emprego. Esse é o caminho. Tem que ser aperfeiçoado? Tem. Mas eu acho assim hoje, que, como todos aqui pediram para que essa lei não fosse aprovada, eu peço que todo Senador analise exatamente os pontos positivos, que essa Casa está dando contribuição para esse país para dar dignidade a milhares de pessoas que estão trabalhando na rua, que vão deixar de estar na economia informal e vão vir para a economia formal. Porque pegar uma varinha mágica e entregar na Polícia Federal e na Polícia Civil para resolver a solução, não vai ser essa a solução. Vamos todos fazer um esforço, todo mundo ceder um pouquinho e, como bem colocaram aqui, vamos ver a

aceitação dessa lei por essa camada de trabalhadores que tem nosso país. Eu agradeço a compreensão de todos e espero que seja aprovada. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL

(DEM-PE): A mesa agradece a contribuição do Dr. Absalão Ferreira Calado, Presidente da Associação da Feira de Importados de Brasília e inicia a segunda parte da nossa reunião, abrindo para interpelações e eu convido para fazer uso à palavra, o primeiro orador inscrito, que é o Senador Tasso Jereissati. Eu indago, Sua Excelência deseja formular. O segundo é o Senador Arthur Virgílio.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Eu queria fazer duas colocações ao Dr. Rachid. A primeira é a seguinte: eu entenderia uma redução tarifária, vamos chamar uma simplificação e redução tarifária para produtores do Paraguai ou brasileiro para o intercâmbio de fronteira Brasil/Paraguai. O que eu tenho dificuldade de entender é por que uma simplificação e redução tributária quando conglomeram todos os impostos, há produtos, que na verdade, são concorrentes dos produtos brasileiros de grandes empresas que vêm da China, vem de Taiwan, etc. O que representaria, na verdade, uma concorrência desleal em relação aos produtos brasileiros. Nós já sofremos hoje uma grande concorrência, em alguns aspectos, até desleal, dentro dos produtos vindo dessas regiões, porque as condições tributárias deles são diferentes, salariais são diferentes, então nós já estamos em desvantagem. Portanto, eu não entendo dar essa liberdade e dar este privilégio a produtos chineses e taiwaneses e etc. Essa é uma questão. A segunda questão que eu coloco, é do seguinte teor: por que se acredita que vai se evitar o contrabando se colocando essa tributação de essa alíquota de 42%? Porque eu imagino que 42% é baixa para padrões de quem pagam imposto do comércio e indústria tradicional, mas para quem não paga já hoje e eu vou chamar, para quem não paga, é alto. Não compensa pagar, me parece que não compensa pagar 42%. Então, será que isso evita o comércio informal? Vamos chamar assim. Porque 42 é alto. E mais uma terceira colocação que é a seguinte: me foi trazida, eu vi aqui chegando o Senador Pedro Simon, e eu como sou relator desse processo, me procurou, e eu gostaria até que o Pedro Simon me confirmasse essa preocupação, o Senador Zambiasi, do Rio Grande do Sul, muito preocupado e fez uma Emenda, inclusive, em nome dos gaúchos, para a zona de livre comércio nas fronteiras do Rio Grande do Sul, dizendo que a fronteira do Rio Grande do Sul que as cidades brasileiras estão morrendo em função de estarem concorrendo com o lado de lá da fronteira com cidades que são de livre comércio, que são as zonas de livre comércio.

Atravessando, praticamente, a rua, é zona de livre comércio e algumas cidades do Sul, do Rio Grande do Sul, estariam praticamente virando comércio, a área comercial virando deserto. O Pedro Simon poderia até me ajudar nisso. Se confirma essa situação lá no Rio Grande do Sul e que é muito preocupante.

Então, a terceira questão é a seguinte: não seria o caso, ou precipitado, nós estarmos discutindo um assunto pontual, que nós discutimos a questão, esta questão de uma maneira mais ampla, o problema dessas cidades de fronteiras brasileiras, que mais cedo ou mais tarde vão se defrontar. Evidentemente, quanto eu vejo o Senador Zambiasi trazer esse problema, abre um precedente, porque se a *Ciudad del Este* tem, porque é que a zona de fronteira do Rio Grande do Sul, que nós estamos vivendo o mesmo problema não tem? E isso vai desencadear todo um processo. Não seria mais sensato, vamos dizer assim, se nós fizéssemos um estudo mais aprofundado e tivéssemos uma política para essas regiões para evitar que nós tivéssemos essas ações, aparentemente desiguais, porque eu mesmo fiquei sem argumento quando o Senador Zambiasi me disse: “Bom, você está fazendo para lá e não vai aceitar aqui a do Rio Grande por quê? Qual é a razão? Qual é a diferença?”.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Concedo a palavra ao Dr. Rachid para responder as indagações do Senador Tasso Jereissati.

SR. JORGE ANTONIO DEHER RACHID: Prezado Presidente Marco Maciel, prezados Senadores, representantes do Poder Executivo, gostaria de agradecer a Secretária Clecy Lionço pela apresentação, infelizmente eu não pude comparecer logo no início desse importante debate aqui na audiência pública, representantes da iniciativa privada, aqui presentes.

Respondendo o questionamento do Senador Tasso, eu gostaria, Senador, se me permitisse, um pequeno intróito sobre este tema. Temos uma orientação, um firme propósito de buscar uma política de aperfeiçoamento do controle aduaneiro. Isso nós começamos com essa linha. A Receita Federal recebeu recursos, tanto na área de tecnologia como pessoal em termo de estrutura. Inclusive estruturas físicas, justamente para aperfeiçoar esse controle. Temos uma fronteira seca aí de mais de 15 mil km, com uma realidade bastante distinta, né? Criamos divisões específicas de repressão, são 10 divisões. Hoje o coordenador especial dessa divisão, o coordenador nacional, está aqui presente com o Auditor Fiscal Mauro Brito. Reformulamos, no caso específico de Foz do Iguaçu, a Ponte Internacional da Amizade. Ali o ambiente era ruim, era difícil o trabalho. Então reformulamos, os senhores viram, tiveram a oportunidade de conhecer aquele local.

Intensificamos aí o trabalho integrado com outros órgãos, Polícias Federal, Estadual, a Rodoviária, enfim. Fortalecemos aí o combate à repressão, trabalhando com inteligência.

Chegamos a um determinado ponto, que o controle estava bastante, vamos chamar assim, em condições melhores, em termos segurança, tanto de trabalho como também de fluxo de comércio. Começamos nos aproximar, a gente já vinha com tratativas com o Governo Paraguai, prestamos consultoria ao Governo Paraguai. Também, tanto na administração tributária como na administração aduaneira. E o propósito desse ambiente nós verificamos. Em primeiro lugar, temos que estimular a importação legal de mercadorias. O Paraguai faz parte aí, são países membros do Mercosul. Temos aí um acordo aprovado por esta Casa. Temos que combater a concorrência desleal. O controle mais rigoroso. O quê que foi construído, o quê que foi engendrado? Realmente é um regime que busca essas premissas.

Esse regime ele não vai substituir a forte atuação ao combate ao contrabando, ao descaminho. Esse regime não vai substituir. Nós vamos aperfeiçoar, vamos em frente. O trabalho integrado com outras instituições, o uso de inteligência, enfim, não irá substituir. Vamos continuar aumentando a fiscalização não só na fronteira paraguaia, como é a nossa missão. É cobrir todo o território. Queremos, especialmente ali, naquela cidade, um ambiente propício ao turismo, ao comércio formal. Então por isso que foi criado esse regime. Esse regime, inclusive, respeitando, inclusive, a todos os representantes aí das entidades, eu acho que a preocupação dos senhores é a mesma preocupação nossa, nós não podemos, de forma alguma, queremos realmente mercadorias de qualidade. De forma alguma nós estamos pensando em permitir nesse regime a importação de produtos contrafeitos, piratas, de forma alguma, de forma alguma. É um canal, um espaço específico para quem quer formalizar. Queremos isso. Hoje essas mercadorias entram no mercado e não pagam, pagam zero de imposto.

Esse regime vai eliminar isso? Não, de forma alguma. Vai continuar. A turma vai continuar experimentando, apostando na ineficiência da Administração Pública, só que essa aposta vai ficar mais alta. Entre arriscar e pagar a alíquota, aqui colocada, de 42% é o custo, é o custo da sonegação, é o custo do contrabando, do descaminho. O regime prevê, mas já buscando responder, Senador, a pergunta formulada, o regime prevê uma tributação unificada de 42,3%. Isso representa uma parte de imposto de importação de 18%, 15% de IPI e o restante de PIS e Cofins, 9,25%

de PIS e Cofins. Então 18 de II, 15 de IPI, 9, 25 de PIS e Cofins.

O regime também, ele foi construído para quê? Somente poderão ser importadas mercadorias relacionadas em ato do Poder Executivo. Tem as restrições legais ali, armas, munições, já foram colocadas.

O Poder Executivo vai estabelecer limites, inclusive fixar limites quantitativos por tipo de mercadoria para as importações. “Olha, essa mercadoria não entra, mas essa pode entrar uma quantidade X”. Vai ser criada uma comissão de monitoramento do regime tributário. Essa comissão, ela é composta, além dos representantes do Poder Executivo, teremos também representantes das entidades representativas do setor industrial, inclusive uma do pólo industrial de Manaus, de comércio, de serviço e de representantes das duas Casas do Congresso: Câmara e Senado. E, evidentemente, o coordenador dessa comissão, ele poderá chamar entidades representativas de segmento da economia nacional se sentir, num dado momento, prejudicado. Então, são revistos isso, reuniões agendadas aí a cada três meses ou extraordinariamente, enfim.

Então, quando se coloca, por quê que nós acreditamos que esses 42%, para quem sonega, de fato, é muito, mas para quem quer se formalizar é a oportunidade, dentro dos limites, o limite até X reais de importação ano, nós estamos falando de 240 mil. Determinadas mercadorias, quer dizer, para quem quiser ele vai pagar. Hoje entra sem pagar nada. Amanhã poderá entrar pagando lá essa tarifa.

Mais uma vez eu repito, temos enorme, evidente, preocupações no que diz respeito a produtos contrafeitos, é a nossa obrigação, temos que atuar de forma firme nesse segmento e vamos continuar atuando. Eu espero que naquele ambiente tenhamos, como aqui já foi colocado, treinamentos, cooperação, em várias das nossas unidades temos treinamento, a cooperação naquele ambiente, naquele espaço, para que os profissionais que atuam naquele espaço tenham um melhor conhecimento para coibir.

O terceiro ponto colocado com relação ao estudo mais aprofundado, especialmente da fronteira, de outras fronteiras, ou citando a própria fronteira do Rio Grande do Sul, mas temos, já dispomos no Mercosul de um regime próprio de fronteira. Um comércio fronteiriço. Já há uma regulação a respeito dessa matéria. E observamos que as características da fronteira lá do Uruguai, por exemplo, ou mesmo da Argentina, tem outras características, tem outras, claro, nós não podemos nos descuidar, tanto é que a pressão que nós estamos colocando, a organização em termos de trabalho que nós impomos ali na fronteira, que já vinha no Rio Grande do Sul, ou ali no Paraná, naquela região, como

a que colocada, a turma está subindo. Está chegando ao centro-oeste. O centro-oeste o ambiente, a própria logística é difícil. É fronteira seca. Então não adianta-nos atuarmos lá, naquele ponto de fronteira, o ideal é nós atuarmos um pouco mais recuado, com uma base um pouco mais recuada, onde, efetivamente, ali naquela base a gente vá pegar a logística lá da distribuição do comércio. Inclusive essa proposta consta num projeto de lei em discussão aqui no Senado, que é o Projeto do Porto Seco, ele tem... Está prevista essa proposta de ter uma base de controle mais efetivo para essas áreas, para as áreas de maior dificuldade em termos de logística no combate ao contrabando.

Então, entendemos que temos um remédio, nesse momento, controlado para ser aplicado nessa área. Temos os acordos do Mercosul, teríamos que examinar, claro, nós temos sempre que estar estudando, aprofundando, como que é a situação da fronteira A,B,C, mas enfim, pode ser examinado. Hoje temos o comércio de fronteira, um regime próprio de venda de balcão e tal. Hoje já tem. Ele já atende para essas áreas, enfim, mas sempre estamos à disposição, é nossa obrigação estar sempre aprofundando, estudando os nossos desafios aí pelas nossas fronteiras, Senador.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE):

Só complementando. Como que o senhor encara essa proposta do Senador Zambiasi?

SR. JORGE ANTONIO DEHER RACHID: Não, temos que examinar, veja, para as fronteiras, mais uma vez, temos a regulação do comércio fronteiriço. Eu tenho lá, eu posso sair de um lado, comprar, voltar. Nessas fronteiras nós não temos uma característica como tem *Ciudad del Este*, nós não temos a característica semelhante a *Ciudad del Este*.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE):

Eu sei que não é semelhante mas o argumento é o seguinte: como existe zona de livre comércio do lado de lá da fronteira e do lado de cá da fronteira, não existe zona, o lado comercial das cidades brasileiras. Senador Simon, é Santana do Livramento a cidade, se eu não me engano? Uruguaiana e Santana do Livramento. Jaguarão e Santana do Livramento viraram verdadeiros desertos porque ninguém dessas cidades faz compras na sua cidade, vão e fazem compra do lado, onde existem zonas de livre comércio. Então a proposta dele é que nessas zonas haja livre comércio. Eu sei que são características diferentes, mas eu colocando no contexto que estão surgindo problemas diferentes em cada uma dessas cidades fronteiriças. E aí tem essa proposta do Senador Zambiasi, que me parece que é uma reivindicação do Sul, como é que o senhor encara essa visão?

SR. JORGE ANTONIO DEHER RACHID: Lamento não conhecer na íntegra a proposta que está sendo colocada, mas mais uma vez eu coloco... É uma Emenda a esse projeto. Mais uma vez eu coloco, podemos estudar melhorias aí, como nós estamos estudando em outros pontos. Não necessariamente precisamos estender modelos. No caso específico, o remédio que nós estamos adotando para *Ciudad del Este*. Mas temos que verificar qual a melhoria, o quanto isso que encaixa nas normas hoje vigentes no Mercosul.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Concedo a palavra ao Nobre Senador Arthur Virgílio.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Sr. Presidente, eu tenho algumas convicções na vida, e uma dessas é que a aprovação, aqui no Senado dessa matéria, se ela se desse, será muito mais tensa do que na Câmara. É bom não termos ilusão quanto a isso. Eu gostaria de, antes do meu próprio arrazoado fazer alguns comentários em relação ao debate entre o Senador Tasso Jereissati e o Dr. Rachid. O que eu vejo mesmo, Dr. Rachid, é que essa medida vai propiciar uma verdadeira fábrica de CNPJs, infinito, para tudo se juntar de modo a legalizar a ilegalidade, e por outro lado hoje a Receita está, a meu ver, não completamente pronta para enfrentar a ilegalidade tal como ela se põe, e ela vai ter agora um trabalho dobrado, ela vai ter que ver o que da lista de produtos permitidos está passando e o que não deveria passar. É um trabalho dobrado.

O senhor falou que a Receita está tratando de se aperfeiçoar para se adequar a essa situação, me pareceria mais lógico se aperfeiçoar primeiro para depois, então, se tentar esse tipo de medida.

O representante da ELETROS foi definitivo, essa frase que deu uma que ninguém precisaria ter falado mais nada, a meu ver; que o Paraguai não produz eletroeletrônico, por exemplo então nós estamos aqui discutindo o quê? O Paraguai, facilitando a indústria do Paraguai, gerando empregos no Paraguai? Ou na verdade gerando empregos no Taiwan, na Ásia? Enfim.

Eu gostaria de dizer com muita clareza, com muita, muita abertura, com muita sinceridade que para mim tem uma posição fechada de governo, tanto que eu, por exemplo, apresentei, não sei outros, eu apresentei como parlamentar, quatorze Emendas, nenhuma delas foi aceita. Então eu estou realmente produzindo muito mal ou tem uma posição fechada para se atender determinado objetivo político no que entende o governo brasileiro como sendo a relação ideal entre o Brasil e o Paraguai. Com a Bolívia a gente já viu no que deu, quem sabe agora seja a vez de fazer esse favor. Discutir Itaipu, como fez o Ministro Celso Amorim eu até

justifico, Itaipu é uma coisa, agora discutir a legalização da ilegalidade a pretexto de melhoras as relações bilaterais, é simplesmente o Brasil não está sabendo defender o interesse dos brasileiros. Os que produzem e geram emprego aqui.

Eu vejo nitidamente nessa sala, dois, três setores, que eu me referiria ao doutor, ao meu amigo Absalão, prezado representante da feira do Paraguai aqui. Mas eu vejo dos dois produtos importados, por exemplo, dos dois outros setores eu vi com clareza, de um lado o Governo e de um lado quem empreende. De um lado o Governo com suas regras e seus compromissos políticos e de outro lado quem gera emprego. Com muita clareza eu vi isso. Então eu até já vi o Governo fazendo concessões e não seria o primeiro Governo a fazer concessões, e não seria o primeiro Governo a eventualmente fazer concessões que não fossem boas para o seu povo. Isso a história está cheia de exemplos. Mas com o dinheiro público talvez seja a primeira vez. Usar dinheiro público para isso, subsidiar isso, me parece que beira a falta de racionalidade ou pelo menos vai para o lado de uma racionalidade, que não é aquela que eu julgo a melhor racionalidade para os interesses de meu país.

O Brasil tem que praticar um princípio, o princípio é: Não ser ilegal, não ser pirata, não praticar nada parecido com descaminho, não tolerar o crime e não contemplar que use dessas práticas. E eu não sei se nós estamos indo para o caminho certo, enveredando por essa trilha.

Então nós vemos, nós vemos, eu até, Dr. Rachid, eu estou aqui, eu estou surpreso porque essa postura da Receita tão assim condescendente é a primeira, tomara que não seja, porque eu nunca encontrei moleza na minha relação como defensor, pois é, na minha relação como parlamentar pelo Estado do Amazonas, com as exceções que se contém no próprio modelo da zona franca da Manaus. Eu tenho tido desde os tempos do Dr. Everaldo Maciel, não mudou em relação aos tempos de V. Sa., eu respeito a ambos, tenho muito carinho por ambos, mas eu nunca levei uma ali. Eu estou estranhando que parece que é uma nova Receita, essa Receita parece que recebeu uma ordem clara, política que diz faça e faça e acabou a história porque é uma decisão política do Governo brasileiro e da Diplomacia brasileira. Eu tenho aqui uma, quando esse projeto de lei, que passa a trancar a pauta a partir do dia 9, quando ele, quando era ainda uma MP ano passado, o Presidente do Sindicato Nacional dos Analistas Tributários da Receita Federal, Dr. Paulo Antenor de Oliveira, afirmou, a MP era 380 de 2007, que a chamada MP do sacoleiro poderia trazer problemas para o Brasil, uma vez que outros parceiros comerciais

poderiam exigir o mesmo tratamento dispensado ao Brasil, ao Paraguai na proposta, ou seja, era o pensamento de alguém que trabalha pela visão do analista tributário assim como o doutor, o Ministro João Luis Pereira Pinto trabalha pela visão de um diplomata profissional e assim como nós vimos os autônomos sendo defendidos pelo Sr. Absalão, e assim como eu percebi claramente empresários defendendo os seus interesses, interesses que se misturam com milhares e milhares de empregos no país enfim.

Mas, eu gostaria de dizer que tem uma bela, eu ouvi aqui o Senador, o Senador Adelmir me dizer que estava se esclarecendo de muita coisa, porque o debate, é muito importante que se realize esse debate neste momento. Vamos ter uma votação que vai ser bastante intensa e eu espero e se depender de mim vai ser assim, calorosa e intensa.

E veja, o Sr. Absalão é a figura do pequeno e em sua consciência com exceção de quem seja uma pessoa perversa de coração, quem é que é contra o pequeno ter oportunidade?

O Senador Tasso Jereissati falou algo que é de extrema lucidez para fazer a mesma coisa pagando 42% eu entendo que a racionalidade desse pequeno significaria dizer, não vou, o que eu ganho não dá para pagar esses 42, então teria alguma coisa por trás disso. Teria alguma coisa por trás disso. Então eu questiono se na verdade essa Medida Provisória terminará beneficiando os pequenos, ou, terminará por fazer, para completar o interesse de organizações sediadas em Taiwan, no Panamá, em Miami. Esse é o meu medo. Esse é o meu medo, enfim.

Muito bem, nós temos um número, que é um número assustador, pirataria, contrabando e descaminho, descaminho, contrabando seria na verdade alguém trazer algo ilegal para dentro, armas, não é? Então é contrabando quando alguém traz armas para dentro da fronteira brasileira, descaminho significa trazer algo legal, uma televisão, por vias ilegais e pirataria todo mundo sabe o que é. É, por exemplo, o José Padilha ter visto o filme dele pelas mãos de pessoas que viram antes dele, esse é o melhor resumo da definição de pirataria, enfim.

No mundo, Presidente Marco Maciel, 520 bilhões de dólares ano. No Brasil discutimos muito, quase nos engalfinhamos aqui por causa de CPMF, 40 bilhões/ano, 42 bilhões/ano. Pois o Brasil deixa de arrecadar, e olha que a vontade de arrecadar do Dr. Rachid não é pequena, mas é, nós temos, deixa de arrecadar 42, 36 bilhões/ano no mínimo pela via da pirataria, do contrabando e do descaminho.

Então o Brasil não pode a meu ver tomar nenhuma atitude que seja precipitada e me parece que

é uma precipitação muito clara aí, no campo dessa proposta de lei.

Muito bem, aí eu vejo as regras do Mercosul sendo burladas para que terceiros países obtenham a tarifa privilegiada, que essas regras propiciam, para virem concorrer com o parque industrial brasileiro.

E me chamou muita atenção no depoimento do Dr. Edson Luis Vismona, o depoimento do Diretor da Câmara de Comércio de Tecnologia e Informação em *Ciudad del Este*. Eu fiquei impressionado. Tecnologia e Informação em *Ciudad del Este*, eu imagino que se eu for lá vou encontrar umas fábricas enormes, que na verdade eu vejo como adversário em potencial, potencial não, adversário prático e diário da Receita Federal brasileira, o depoimento dele é muito nítido, essa lei vem resolver um problema que ele vê. Qual o problema que ele vê? Ele está muito pressionado pela Receita Federal brasileira, com essa lei ele vai desafogar, vai desafogar porque legaliza, não. Ele vai desafogar porque com certeza ele encontra aí a capa para aumentar ou no mínimo legitimar a ilegalidade que hoje ele pratica. O resultado então, isso me interessa muito de perto, o desemprego no meu Estado, que bom que eu vejo que tem solidariedade de outros estados, estarei firme ao lado do Senador Zambiasi, Senador Simon, Senador Paulo Paim, nesse episódio, nós estamos hoje percebendo como está sendo frutífera esta reunião.

Os estados todos que são produtores pagarão um preço elevado por isso. E nós estamos aqui vendo quando eu disse que era Governo de um lado e quem empreende de outro, aqui nós temos: o Fórum contra a Pirataria e a ilegalidade, Estudo Brasileiro em Defesa da Competitividade, a ABINEE, a ELETROS, a ABIÓTICA, ABRINQ, a ABIPLA, ADIPEC e, portanto há muita legitimidade no que se faz.

Eu gostaria de dizer, fazer aqui umas indagações que são muito importantes. Quantos microimportadores serão credenciados? Limite para cada um, eu ouvi falar em R\$140.000,00. Controle das eventuais cotas, fiquei preocupado, Dr. Rachid que está trabalhando para implantar, então nós vamos, enquanto a gente não implanta tudo eu suponho que alguma coisa vai passar, então nós vamos, então já está implantado, então vamos sair do gerúndio para o já implantado, então corrija Dr. Rachid sua primeira resposta ao Senador Jereissati, estamos implantando não, já implantamos, porque senão não estamos prontos para debelar a ameaça, esse verbo tem uma importância muito grande para mim, enfim, como aliás tudo que a língua portuguesa diz.

Então muito bem, como a gente vai evitar que essas organizações criminosas que eu me referi de

Taiwan, de Miami e do Panamá, elas sejam as grandes vitoriosas desse episódio? E aí eu pergunto: que acha disso a UMC? Como é que nós vamos trabalhar isso dentro da Mercosul? Óbvio para mim é que a Ásia vence, Paraguai se ilude e o Brasil perde. Não vejo que nós cheguemos a deter o contrabando por essa via. Vejo perda de emprego no Brasil e não vejo acréscimo de empregos no Paraguai, vejo que pode haver uma fábrica também de notas fiscais frias e, muito bem, tenho medo de desinvestimento no nosso país em função de medidas como essa.

E eu gostaria de resumir, Sr. Presidente, para V.Ex^a e os Ilustríssimos participantes dessa Audiência Pública, as Emendas que apresentei e nenhuma delas foi considerada hábil para ser aproveitada no relatório aqui, nem na Câmara e nem aqui no relatório da Senadora Serys Slhessarenko, que a meu ver representava claramente o Governo, como claramente representa o Governo o Dr. Rachid, como claramente representa o Governo o Ministro Pereira Pinto, enfim.

Então a primeira Emenda. Estabelecer limite anual de R\$ 60.000,00 para cada optante do regime, sem deixar isso para posterior deliberação do Poder Executivo.

Outra Emenda: Importação pelo Regime de Tributação Unificada deve impedir o ingresso de produtos falsos, piratas e contrafeitos que de qualquer forma afronta a legislação brasileira, ou seja, nós pedimos o óbvio e isso não foi aceito pela relatora.

A terceira Emenda, eu mudo o § único do art. 3º, tratando da importação via terrestre e esse aqui é muito grande, mais basicamente eu vou resumir, a importação de produtos pelo RTU não pode representar liberação de produtos acabados, bem como suas partes e peças, ou seja, nós estaríamos facilitando essa desindustrialização de que eu tenho medo.

Aí outra Emenda: Na operação de importação não pode ser permitida a interposição de terceiros que possam dificultar a fiscalização e resultar em procedimento fraudulento. Então nada de se permitir a transferência para terceiros de nítidas vantagens fornecidas para microimportadores. Eu sinceramente não alcanço porque essa Emenda não foi acatada, eu não consigo entender como é que alguém possa achar bonito que é beneficiado por selo possa anunciar sua cota para um terceiro. E a minha Emenda foi rejeitada.

Então quem viu o filme 300 que se prepare porque vamos ter que lutar muito. Não se pode admitir, outra Emenda, que produtos importados ingressem no Brasil sem respeitar os regulamentos técnicos que preservem a saúde e a segurança das pessoas especialmente porque os que aqui fabricados e comercializados são

obrigados a obedecer. Se trata de bom senso a meu ver. Puro e simples.

Outra Emenda: A importação mediante esse regime especial deve seguir expressa e objetivamente o Código de Valoração Aduaneira e da Nomenclatura de Valor Estatístico para que sejam coibidas práticas danosas ao erário, como subfaturamento e a declaração errônea de conteúdo e origem, sinceramente eu espero sair esclarecido, porque eu pensei que isso ia ser aceito pacificamente.

Outra Emenda: Não se pode admitir depois dos avanços obtidos pela Receita Federal do Brasil, no combate ao contrabando e ao descaminho, que o transporte dos produtos importados no Paraguai sejam realizados em ônibus, vans e automóveis. Eu sugiro, Sr. Presidente, que estabeleçamos um sistema de transporte, um sistema de transporte especial, ou seja, é muito claro para evitarmos a mixórdia de hoje. Até pelos aspectos de segurança, saúde, enfim. Também para facilitar obviamente a fiscalização por parte da Receita Federal.

Outra Emenda: A adoção de Declaração Simplificada representa possibilidade de serem afastados procedimentos para o controle da aduana e especialmente tendo em vista a excepcionalidade desse Regime Tributário que ser avaliado de modo preciso e criterioso e, portanto não deve ser permitido esse registro simplificado.

Outra: Uma vez que está previsto o pagamento dos impostos incidentes quando do registro da declaração de importação é fundamental que esse pagamento ocorra dentro dos parâmetros definidos pelo Banco Central do Brasil coibindo assim a lavagem de dinheiro e a evasão de divisas.

Outra, sinceramente eu aqui peço que se respeite as regras do Banco Central do Brasil, Dr. Rachid, eu peço que se respeite as regras do Banco Central do Brasil, eu peço que nós simplesmente enfrentemos a lavagem de dinheiro e a evasão de divisas e não tive acolhida dessa Emenda por parte da Sra. Relatora.

Outra Emenda: Com a adoção da tarifa consolidada pelo Brasil na Organização Mundial do Comércio e que deve ser aplicada nesse regime especial, inclusive para não criar maiores controvérsias no âmbito das negociações comerciais multilaterais a alíquota única deve ser majorada e isso está muito claramente posto quando aqui houve o debate do Senador Jereissati e V. S^a, porque ficou patente que se é pequeno mesmo para ganhar o mesmo que ganha hoje, se é pequeno não ganha muito, não interessa paga 42, então alguém tem interesse em pagar 42 para chegou a um fim que não é um fim que beneficia o pequeno que aqui é legitimamente representado pelo Sr. Absalão.

Muito bem outra Emenda, a tarifa essa, eu proponho o seguinte que 35% a título de imposto de importação e a tarifa consolidada no Brasil pela UMC e deve ser aplicada nesse regime especial, inclusive para não criar maiores controvérsias no âmbito das negociações comerciais multilaterais.

Outra ainda, a definição da alíquota não pode ficar ao arbítrio do Poder Executivo devendo ser fixada pelo Poder Legislativo para a segurança do próprio Sistema Tributário e, portanto do contribuinte.

Outra ainda, Dr. Rachid, o Regime Excepcional deve obrigatoriamente ser direcionado para vendas ao consumidor final, não sendo admitido que esse seja um mecanismo de fornecimento para estabelecimentos comerciais que representariam uma evidente distorção e mais um procedimento de concorrência desleal com as empresas instaladas no Brasil e que arcam com o pagamento de imposto de forma.

E, finalmente, Dr. Rachid uma última que atende uma antiga e reiterada demanda da região Amazônica que é a possibilidade da utilização de incentivos para industrialização dos produtos originários dos recursos naturais regionais, entretanto como albergado pelo PLC a possibilidade fica restrita a área de livre comércio de Macapá/Santana, ocorre que o art. 6º do Decreto-Lei 1.435 de 16 de dezembro de 1975 já prevê esse incentivo para toda Amazônia Ocidental, apenas o limitando para matérias primas agrícolas e extrativas vegetais, o que obviamente cerceou a eficácia.

Com o presente PLC essa possibilidade se amplia para segmentos animal, vegetal, mineral excetos do capítulo 26 da MCM ou Agrosilva pastoril, a presente Emenda, portanto apenas absorve o texto do PLC incluindo aí as áreas onde já há previsão desse incentivo.

Portanto Dr. Rachid, eu gostaria muito de ouvi-lo claro que, sinceramente até, eu só estou surpreso com a bondade que demonstrou dessa vez, mas não me surpreende se eu não me der bem de novo, parece que eu tenho menos prestígio do que Ciudad Del Leste neste episódio, o que me deixa contestado pelo apreço e admiração que tenho por V. Ex^a. , agora eu estou definido obviamente, mas eu queria entender algumas coisas, algumas dimensões tão óbvias que tenho talvez até me tapeado para usar uma expressão mais chula se tivesse aceito algumas, não aceitando nenhuma. O Itamaraty diz isso eu entendo por vias de política externa, eu não seria, mas, se fosse [ininteligível] seria outra, como não sou, ela é que é, eu respeito a vontade que as zonas manifestaram em 2003, 2002 e 2006, muito bem. E entendo o seu papel de servidor público, não quero mais ser, que existe uma contradição entre o Rachid duro e esse Rachid mais mole, eu

não digo mole, esse Rachid mais bonzinho, mais *light* há e eu sinceramente fiquei mais seguro de que tenho muita razão ao estar escabreado quando ouço o setor produtivo falar e quando eu vejo que nenhuma Emenda é boa então quem sabe eu deva renunciar ao mandato, enfim não é possível que eu e minha assessoria só produzamos coisas que não possam ser aceitas pelo crivo tão lúcido de V. S^a. E do Governo que aí está. Eu percebo que nós temos que elucidar essa questão para valer eu vejo perigo claro para emprego no país, vejo perigo claro para emprego no meu estado. E isso me faz lutar com unhas e dentes para que esse projeto não seja aprovado, Sr. Presidente, obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL

(DEM-PE): Eu concedo a palavra agora ao Dr. Rachid para responder as colocações feitas pelo Senador Arthur Virgílio, o líder do PSDB aqui nessa casa.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS):

Sr. Presidente, será que antes não era possível ouvir o Senador Zambiasi? Porque o Senador Tasso fez uma interpelação sobre as Emendas dele e ele veio especialmente para fazer esse esclarecimento que o Senador Tasso pediu. O próprio representante da Fazenda...

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL

(DEM-PE): De minha parte nada oponho, eu cederei a palavra ao Senador Sérgio Zambiasi para formular, as questões já foram suscitadas pelo Senador Pedro Simon e foram reportadas pelo intermédio do Senador Tasso Jereissati.

SENADOR SERGIO ZAMBIASI (PTB-RS):

Obrigado Presidente Marco Maciel, Ministro Rachid e aos colegas aqui e ademais que estão nos acompanhando, obrigado Senador Tasso, que teve a gentileza de incluir na discussão uma questão que é extremamente, que é vital para o Rio Grande do Sul. O Rio Grande do Sul tem uma metade que está estigmatizada, metade sul do Rio Grande do Sul, aliás, os territórios da cidadania criados agora pelo Governo Lula e o Ministro Tarso Genro, todos os municípios do Rio Grande do Sul incluídos nos territórios de cidadania são da metade sul. Lá próximos de Livramento, Jaguarão, exatamente pela dificuldade de desenvolvimento que nós estamos enfrentando. Eu inventei de apresentar uma PEC aqui no Congresso reduzindo a faixa fronteira para quem não conhece o tema ainda, nós temos uma faixa de fronteira lá criada em 1860 e ampliada em 1930 e ampliada novamente em 37 que abrange 150 km em todo o Brasil, significa que esta faixa tem o tamanho da Espanha, com o orçamento de 160 milhões de reais. Metade do Rio Grande do Sul é faixa de fronteira e agora confundiram a PEC de faixa de fronteira com plantação de eucalipto, isso é a coisa mais maluca que eu já vi na minha vida. Na realidade a Lei de Fai-

xa de Fronteira, ela dificulta investimentos de sócios estrangeiros, se forem plantadores de eucalipto não interessa, aliás os maiores plantadores de eucalipto do Rio Grande do Sul, são Aracruz e a Votorantim, que são brasileiros e tem mais a [ininteligível] que é uma empresa estrangeira que eu não sei a origem dela, mas, está lá também.

E aí estão dizendo que plantar eucalipto é ruim, dificultando esse processo de desenvolvimento e esqueceram-se que o proprietário daquelas regiões sendo brasileiro pode plantar o que bem entende e ainda não foram buscar as informações necessárias, podem usar apenas 25% da área, me corrija o Senador Pedro Simon. O quê que nós estamos pensando? O Uruguai tem alguma coisa em torno de seis *freeshops* se não me engano, seis a oito.

Então muito bom para o turismo uruguaio, péssimo para aquela região. Porque as pessoas vão até a fronteira para fazer compras no Uruguai e não permanecem então se instala num hotelzinho por ali pode até fazer alguma coisa, um posto de gasolina em Jaguarão, Livramento também, mas, uma loja ali não sobrevive, não sobrevive. Livramento em 2006, a Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul fez uma projeção, uma projeção de que o município teria 94 mil habitantes em 2006, IBGE pesquisou 2007, 84 mil. Dez mil a menos que a previsão de 2006. Jaguarão, a Fundação previa 34 mil habitantes. Jaguarão é triplíce fronteira – Argentina, Uruguai e Brasil, tem 29 mil habitantes. Pesquisa do IBGE de 2007.

Quer dizer que há uma fortíssima migração, porque as expectativas de investimentos são muito difíceis e a proposta que nós estamos fazendo Senador Tasso, é oferecer uma alternativa de dar competitividade a região com o apoio do Governo Federal. Oferecendo essa oportunidade de desenvolvimento e esse debate como vocês estão fazendo. Se a Emenda vai ser acolhida ou não eu espero que sim, ou se propõe uma alternativa, Senador [ininteligível], o senhor que ajudou tanto as nossas fronteiras lá. O senhor e o Senador Simon que abriram o Mercosul, e eu defendo tanto, mas eu acho que nós temos que olhar aquela questão porque o que nós percebemos é a dificuldade de encontrarmos estímulo para que se implantem empreendimentos que gerem desenvolvimento, riqueza, emprego, qualidade de vida sob pena de encontrarmos aqueles vazios enormes na metade sul, que provocam migrações ao invés de investimentos que possam gerar o desenvolvimento que eu defendo.

Então essa foi a proposta, por essa razão nós incluímos no projeto esta proposta, esta Emenda para criar nos municípios de Livramento e Jaguarão áreas de livre comércio sob regime fiscal especial com a finalida-

de de promover o desenvolvimento econômico e social da região da fronteira do extremo sul e oeste do estado e de incrementar a relação bilaterais com a República Oriental do Uruguai segundo a política de integração latino americana. É isso Presidente, obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Com a palavra o Dr. Rachid, para responder as colocações feitas pelo líder Senador Arthur Virgílio.

SR. JORGE ANTONIO DEHER RACHID: Muito obrigado, Presidente, inicialmente gostaria de cumprimentar o Senador Arthur Virgílio pela oportunidade, de ter dirigido algumas palavras a mim e à minha instituição, Receita Federal do Brasil. Eu diria, Senador, não, cada vez mais, é igual rapadura, doce, mas duro. Acho que é o papel da Receita Federal.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): [pronunciamento fora do microfone].

SR. JORGE ANTONIO DEHER RACHID: Não tem não. Não tem não, Senador Tasso.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Mais dura do que doce.

SR. JORGE ANTONIO DEHER RACHID: Então não há nenhuma, muito pelo contrário, o que eu, mais uma vez eu diria, que esse regime, ela não substitui a forte atuação da Receita Federal, nós estamos disponibilizando, criamos esse regime para permitir contribuintes que queiram se formalizar, que paguem tributos. Eventualmente aqui, o que o senhor, inclusive já havia mencionado, não é, nós não queremos, mesmo o próprio Senador Tasso, nós não queremos de forma alguma liberar ou criar algum privilégio para produtos de origem asiática, não. Aqui é o controle efetivo. Havendo a contrafação, havendo produto não, que respeite as nossas normas, eles serão retidos como são retidos em outros pontos de fronteira. E da mesma forma, eventual produto ilícito que entre, essa possibilidade existe de acordo com mais das nossas fronteiras marítimas e terrestre.

No que diz respeito à quantidade de CNPJs que poderão ser criadas, temos preocupações com relação a isso, por isso que são empresas que estarão no Simples, terão um controle como temos o controle hoje de habilitação, fazemos análise de risco, identificamos, eventualmente, contribuintes que importam, Sr. Presidente, ou pelo menos se habilitam para importar e queremos ver realmente quem são os reais importadores, qual a capacidade financeira para efetuar importação, a autorização para tanto, isso vai continuar. O trabalho de inteligência vai ser adotado, vai continuar, enfim, uma vez detectando, a norma já prevê, serão efetivamente excluídos do regime. Não queremos usar o termo aqui, não é legalizar a ilegali-

lidade, é um produto. Se essa operação é ilegal e o contribuinte cometer ilícitos, uma vez detectado, serão punidos. Não há nenhuma, o que se quer, o que se pretende nessa norma, tendo esse controle, conforme eu já mencionei, uma câmera(F) de monitoramento com a presença de entidades, representantes das entidades privadas, representantes das duas Casas aqui do Congresso. A fixação aqui, Senador, o senhor já mencionou uma vez esse projeto, essa lei aqui aprovada, sancionada pelo Presidente, haverá regulamentação. E nessa regulamentação que eu coloco, nós estamos aí construindo o espaço adequado para que seja feito esse controle. Acredito que a Secretária Clecy Lionço mencionou aqui, esse controle não se dará lá na fronteira junto com os turistas, junto, não, o controle vai se dar num local recuado, aproximadamente 300, 400 metros da Ponte Internacional da Amizade onde vai ter um corredor próprio, com transporte próprio, com veículo próprio, para que seja feito esse controle aduaneiro naquele espaço.

Então quer dizer, nós estamos buscando aí a melhor, melhores condições tanto para os que vão praticar legalmente esse comércio como para os profissionais que atuam na área para efetivar esse controle. Então, por exemplo, esse 42% de alíquota aplicável, ora, se for um produto de origem paraguaia nem imposto de importação teríamos. Se for um produto de origem fora do Mercosul, se entrar em outras fronteiras tem a aplicação da alíquota, se entrar também de forma irregular nem os 42% serão pagos. O que nós queremos é que seja pago. E este controle, essa câmera de monitoramento pode verificar. Alguém pode fixar, “Olha nós não queremos produtos de origem A, B ou C ou que contenham tais características”, ok, não tenha. Isso vai ser coibido naquele ambiente, ali naquele ambiente controlado. Claro, nós temos também fronteiras, mais uma vez repito, a logística nossa é uma logística delicada aí para efetuar o nosso trabalho, naquele controle, naquela fronteira haverá a coibição, será coibida a entrada de produtos que não respeitem as nossas normas.

Então, mais uma vez, de forma alguma, a Receita Federal vai continuar atuando como vem atuando, de maneira muito firme, muito forte, não vai ser esse regime que vai atender e nem pode. A instituição Receita Federal, como papel de Estado que ela dispõe, Sr. Presidente, ela não vai atender os anseios aqui, que foram mencionados aqui, na imprensa, na exposição anterior, anseios de terceiros aí mencionados. Não, muito pelo contrário, nós seremos rigorosos, Senador, seremos rigorosos como estando sendo e vamos buscar uma atuação mais forte para coibir. Eu vejo que essa, como o senhor mencionou, eu até anotei a tri-

lha, eu acho que é como eu coloquei, a preocupação dos setores empresariais aí são as nossas preocupações. Acho que estamos alinhados em relação a isso. Eu só digo o seguinte, esse regime da forma que foi construído nós temos como administração tributária aduaneira um conforto para efetuar, permitir e consequentemente efetuar o comércio lícito de mercadorias naquele ponto. Se eventualmente, Senador Arthur Virgílio, ficou algum ponto a desejar.

Me permita, Presidente, eu acho que o senhor comentou sobre fábrica de notas fiscais frias, nós queremos que o controle seja eletrônico, as equipes já estão conversando, quando a mercadoria sair do outro lado o fisco brasileiro vai tomar conhecimento. Quando a mercadoria for vendida do outro lado, não é, o fisco brasileiro vai tomar conhecimento. É a nota fiscal eletrônica que vai ser usada, estabelecida. Se eventualmente ficou alguma coisa para trás, por favor, me chame atenção.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Concedo...

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSBD-AM): A sua explanação foi muito clara, sem que eu, claro, veja razão substantiva para mudar de lado. Percebo que os problemas remanescem e o futuro dirá, se essa lei for aprovada e eu farei o impossível para ela não ser, se essa lei for aprovada e as consequências surgirem do jeito que eu temo, será uma perda terrível. Ou seja, o risco, portanto, para resumir meus sentimentos. Eu tenho a impressão que seria melhor mais meditação, seria melhor menos assaudamento(F) e menos fé na interrogação. Eu vejo que o Governo coloca muita fé numa interrogação. Pode ser que razão não assista à V.Sa., e se não assistir a V.Sa. o prejuízo para o país será muito grande, sob a forma de empregos, sob a forma de custo social, sob a forma de custo econômico, sob forma de desinvestimento do país. Eu continuo entendendo que é uma matéria absolutamente desimportante, do ponto de vista das necessidades do Brasil para desdobrar o seu processo de crescimento econômico. E ao mesmo tempo uma matéria que poderá ser muito importante se levarmos em conta seu potencial de causar malefícios à economia já estruturada no país, com muita ênfase para o pólo industrial de Manaus.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Concedo agora a palavra, pela ordem de inscrição, ao Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente Senador Marco Maciel, Presidente Senador Aloizio Mercadante, Dr. Jorge Rachid, Secretário da Receita Federal do Brasil, senhores convidados a essa Audiência Pública.

Dr. Rachid, V.Ex^a, todas as vezes que comparece aqui ao Senado, nas nossas diferentes comissões, eu faço sempre questão de realçar o trabalho desempenhado à frente da Receita Federal do Brasil, e até lhe agradecer por confirmar aquilo que a oposição dizia ao final do ano passado, de que poderíamos não prorrogar a CPMF que não haveria queda de arrecadação em nosso país. V.Ex^a confirmou isso dando superávit em todos esses meses, ao longo de 2008, sem a CPMF. O que lhe dá uma certeza de que agimos corretamente ao começarmos a redução da carga tributária com a não continuidade da CPMF.

V.Ex^a, Dr. Rachid, eu gostaria de perguntar a V.Sa., se o PLC que nós estamos discutindo, nº 27, ele é uma reedição da Medida Provisória 380, que foi retirada a sua urgência na Câmara por ocasião da tramitação ainda do projeto da CPMF e depois reeditado como Projeto de Lei pelo Executivo com regime de urgência. Então, se não havia urgência, naquela altura, para que tramitasse como Medida Provisória que o Governo retirou, por que tramitar agora esse Projeto de Lei em regime de urgência? Por que não retirar esse regime de urgência? E aí os líderes do Governo já foram por mim questionados a esse respeito, para que o Senado Federal pudesse aprofundar a discussão e levar adiante a elucidação de todas essas dúvidas que aqui foram levantadas. Então se a Medida Provisória pôde ser retirada do Governo, não há motivo de ter um projeto de regime de urgência.

Então, o primeiro ponto que gostaria que V.Sa. explicitasse seria da possibilidade, já que nós estamos com o Senador Mercadante aí, da base do Governo, da retirada do regime de urgência, para que nós possamos, então, dar continuidade à discussão do Senado Federal deste projeto. Até porque o fato da urgência alegada não gerou efeito algum, Dr. Rachid, pois o Poder Executivo nunca editou a lista positiva que tinha que fazê-lo inviabilizando a adoção do regime unificado. Observamos, contudo, que muitas das queixas dos setores envolvidos decorrem da ignorância quanto aos produtos que serão importados pelo RTU. O Governo Federal já tem algum estudo, proposta referente aos produtos que deverão integrar essa lista positiva? Seria uma primeira questão.

Uma segunda questão, Dr. Rachid, que o Parecer nº 27 de 2008, institui um regime tributário unificado com a finalidade de facilitar a formalização dos chamados sacoleiros. Não faz referência alguma, contudo, às regras sanitárias e de normalização técnica que todos os produtos comercializados no país devem obedecer. Na regulamentação da lei há riscos de serem abertas brechas para que produtos que gerem riscos à nossa população ingressem em nosso país, já que

não haverá uma fiscalização com relação a essa normalização técnica.

Eu, diferentemente do Senador Arthur Virgílio, que não colocou esperança com relação às suas Emendas, por não terem sido acatadas pela nobre Senadora Serys Slhessarenko, eu quero dizer que eu deposito todas as minhas esperanças nas Emendas que encaminhei ao nobre Senador Tasso Jereissati, que é o Relator na Comissão de Constituição e Justiça, de que ele possa, no seu Parecer, acatar as Emendas que chegaram às suas mãos e que possam tornar democrática a discussão e o processo. Tenho certeza absoluta que o Senador Tasso Jereissati, com a competência e a dedicação que demonstra em todas as suas tarefas, vai poder discutir as Emendas que chegaram às Comissões, chegaram às suas mãos como Relator e acatá-las até porque o nobre Senador Arthur Virgílio quando vez a Emenda com relação, estendendo os benefícios do livre comércio para a Amazônia Ocidental esqueceu um único Estado da Amazônia que não teve essa oportunidade de ser atendido, que foi o Estado do Pará. E eu fiz uma Emenda, encaminhei ao Senador Tasso Jereissati para que ele pudesse corrigir essa distorção. Então eu gostaria, Dr. Rachid, que o senhor pudesse responder essas duas questões.

Eu gostaria de fazer também uma pergunta ao Presidente do Instituto Brasileiro de Defesa de Competitividade, Dr. Edson Vismona, que é a seguinte: não havendo qualquer distinção ou especificação no Projeto de Lei sobre a origem dos bens a serem importados com base no RTU, no caso de a tarifa alfandegária paga pelo Paraguai ser inferior à que se pagaria, se o bem ingressasse diretamente em território brasileiro, a aprovação do Projeto poderá ocasionar impactos negativos sobre a atividade empresarial de outros importadores brasileiros? Porque me parece, Dr. Rachid, que nós estamos atendendo os interesses do nosso país irmão, o Paraguai, e esquecendo dos interesses da indústria brasileira. V.Sa. mesmo disse que não vai abranger a todos os sacoleiros, alguns vão se beneficiar, outros não. Ou seja, não teremos uma solução para o problema. A importação, entre aspas, desses produtos vindos pela Ponte da Amizade, vão continuar. Alguns vão, como V.Sa. disse, pagar os 42% de tributos, outros vão dar continuidade à forma como vem sendo feita até hoje. Então não haverá uma solução para esse problema. Não será solucionado de uma vez por todas. Então eu gostaria de ter essas informações, tanto do Dr. Rachid, quanto do Dr. Vismona.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Com a palavra o Dr. Rachid.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Presidente, antes do Dr. Rachid, eu queria, solicitar

para fazer uma intervenção. Me desculpa, mas eu estou com uma série de compromissos hoje, não pude acompanhar toda a audiência, mas pude acompanhar pela televisão algumas das intervenções.

Queria primeiro parabenizar o Dr. Rachid, que sempre pautou a sua carreira, as suas intervenções pela competência, pela defesa do interesse público, isso só devia dar orgulho, a gente vê a competência, o compromisso que os funcionários da Receita têm com a função que a Constituição e as políticas públicas destinam. Ele está discutindo com transparência, buscando esclarecer e fundamentar.

Eu queria inicialmente dizer, talvez porque eu esteja no Parlamento do Mercosul e agora estou assumindo aí essa Comissão da Representação do Brasil no Parlamento do Mercosul, que esse é um tema sensível na relação bilateral. Portanto a atitude do Senado Federal tem implicações dos nossos interesses diplomáticos.

O Brasil, quero lembrar a todos, não é apenas mais da metade do território e do PIB da população da América do Sul. O Brasil hoje tem um superávit comercial no âmbito do Mercosul, incluindo a Venezuela, de mais de 10 bilhões de dólares. E o Brasil tem superávit comercial com todos os países do Mercosul.

Essa condição de ser um país muito grande, uma assimetria muito profunda, com pequenas economias que se relacionam diretamente com a fronteira brasileira, exige a nossa atitude para promover a integração e construir uma zona de estabilidade econômica, social, diplomática, institucional, que não é uma tarefa fácil, é só olhar o que vive a Bolívia nesse momento ou mesmo o Paraguai, que vive uma inflação de 15%, ou mesmo a situação inflacionária da Argentina, que é muito mais dramática, um desajuste dos preços relativos, uma situação de intervenção do Estado na política de exportações para tentar estabilizar a oferta interna, eles não têm uma empresa petrolífera para amortecer o choque de petróleo de preço. Tudo isso é uma agenda que vai exigir do Brasil cada vez mais esforço na construção do Mercosul, especialmente pelo momento econômico que nós atravessamos, que é muito mais confortável do que alguns dos países e das pequenas economias da região.

Dito isso, eu também queria ponderar que nós temos agora no Paraguai uma mudança eleitoral importante. A mudança de governo de uma cultura de mais de sessenta anos de um novo governo, que chega com novas expectativas e que chega com uma nova agenda no Brasil. E também um governo que deve mudar as relações internacionais do Paraguai, por exemplo, já há manifestações públicas durante a campanha e pós-campanha, o novo governo de Fernando Lugo é

de uma retomada de uma relação estratégica com a China, o que vai mudar todo o padrão histórico do comércio do Paraguai que sempre foi alinhado historicamente à Taiwan. É uma relação sólida e muito profunda com Taiwan que deverá ser modificada agora, o que recoloca parte da discussão que nós estamos fazendo num outro patamar.

Nós temos também um projeto de ZPEs, foi uma longa negociação nessa Casa, que acabou de ser aprovado na Câmara. Finalmente chegou ao Senado e que tem uma interface com o que nós estamos discutindo, porque talvez o projeto de ZPEs possa resolver parte dos problemas que nós estamos querendo equacionar no âmbito desta discussão. E é evidente que o Brasil vai ter que ter uma política para regulamentar esse pequeno comércio, de uma forma que, evidentemente, preserve os interesses nacionais, considere os interesses do parque produtivo instalado, mas tem uma dimensão de relação diplomática, de redução de assimetria, de parceria com o Paraguai que precisa ser considerado. Que eventualmente pode ser também, passar a ser uma demanda de outros estados do Mercosul, que à medida que o Zambiasi coloca, a vivência que ele tem no Rio Grande do Sul, o Senador Pedro Simon, o tema da fronteira com o Uruguai... O Uruguai também, como nação, pode colocar questões referentes ao comércio bilateral, a exemplo do tratado que nós estamos fazendo com o Paraguai.

Por tudo isso, eu considero que seria, eu não tenho condições de falar pelo Governo, não tenho autorização do Governo para tratar dessa matéria, mas a mim, pessoalmente, me parece que seria prudente nós darmos um tempo de amadurecimento para essa legislação. Agora, o tempo de amadurecimento não pode ser como, nós já fizemos alguns acordos no passado e eu, inclusive, patrocinei um acordo, e aqui me penitencio publicamente, no Clia, que eram os portos secos, e nós fizemos acordo com a oposição de não votar para discutir o mérito e resolver, já se vão um ano e eu não consigo colocar na pauta um projeto que eu já dei o Parecer. Talvez faça até um requerimento público para poder solicitar que esse projeto venha a ser discutido, porque está na Comissão de Constituição e Justiça, um tema que a gente não consegue retomar. Então teríamos que fazer um entendimento um pouco mais amplo, não pode ser, simplesmente, tirar esse projeto da pauta. Esse projeto é importante, é estratégico diplomaticamente nas relações bilaterais, na organização de pequenos comerciantes que, alguns são pequenos, outros nem tanto e não deveriam ter qualquer tipo de facilitação. Então, dentro desse espírito, eu conversei com o Senador Arthur Virgílio, se nós poderíamos estabelecer um compromisso, o Senador

Tasso está aqui, com a oposição, de darmos um prazo de 30 dias. Ou seja, nós tiramos, eu não tenho como tirar a urgência. Isso é o Presidente que decide, pode ser que ele não esteja em concordância, não conheço todas as razões de Estado que orientam esse projeto, que elas existem na relação diplomática bilateral, eu sei que o Presidente vai ter um encontro agora com o Presidente Fernando Lugo, em quantos dias?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Semana que vem.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Semana que vem os dois vão se encontrar, isso pode ser um tema de amadurecimento na relação bilateral. Nós vamos ter no Parlamento do Mercosul também um debate importante sobre Itaipu, que é o tema mais sensível na relação com o Paraguai e não há, evidentemente, nenhuma disposição em alterar o Tratado de Itaipu. O Senador Sarney foi muito feliz na forma como defendeu, a vivência que ele tem sobre essa matéria. Eu acho que nós poderíamos propor uma retirada da urgência constitucional dentro de um acordo de entendimento desta Casa, de um prazo de 30 dias. Em 30 dias nós votaríamos à matéria. Daríamos urgência, os líderes dariam urgência, restabelece a urgência e nós tramitamos o projeto. E nesses trinta dias nós poderíamos fazer uma análise mais rigorosa, mais cuidadosa de todos esses aspectos que estão sendo colocados, inclusive das Emendas que foram apresentadas, para a gente ver, exatamente, tentar buscar, aprofundar essa discussão. Nós não vamos, evidentemente, eu vi aqui a agilidade e a competência da equipe do nosso Secretário da Receita Federal do Brasil, já tem Parecer sobre todas as Emendas, por escrito, aqui na mesa. Vai falando a Emenda e a Assessoria ali já “pá, pá, pá, pá”, já vão trazendo o papelzinho aqui com o Parecer sobre tudo. Mas de qualquer forma, o Parecer da Receita é parte do problema. Temos que ir, nos entendermos, discutindo e aprofundando.

Então, a minha sugestão concreta, Presidente, era, me reporto aqui ao Ministro João Luis Pereira Pinto, que é o Diretor de Departamento da América do Sul, consultei-o sobre isso, consultei aqui o nosso Secretário Jorge Rachid, eles não têm, evidentemente, poder decisório, como eu não tenho, mas me parece que é uma atitude de bom senso, de equilíbrio, que daria tempo de nós amadurecermos na Casa o encaminhamento e, ao mesmo tempo, não seria uma retirada da urgência sem compromisso de retomar o projeto. Em 30 dias nós retomariamos essa iniciativa. Então, essa é a sugestão que encaminharei ao Governo e a minha contribuição a aprofundar essa discussão, com todas as mediações que eu disse, não conheço as razões de Estado, acho que é um tema sensível na relação

com o Paraguai. Já há preocupação no Paraguai em relação ao atraso da tramitação dessa matéria e nós temos que considerar isso nas relações bilaterais.

Então a minha sugestão é essa, que nós tirássemos a urgência constitucional com o compromisso das lideranças da oposição de assinarmos a urgência em 30 dias e retomarmos o regime de urgência. Isso daria tempo da matéria tramitar nas Comissões. Porque como está não pode nem ter votação nas Comissões. A partir de hoje ela tem que ir diretamente ao plenário. O que inviabiliza, inclusive, esse amadurecimento da discussão que nós estamos fazendo. Se houver entendimento desta forma e os Parlamentares que aqui estão estiverem de acordo, eu acho que seria uma boa providência parlamentar para nós aprofundarmos e acomodarmos aí tantos aspectos relevantes que foram apresentados nessa audiência.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Gostaria de antes de passar a palavra ao Dr. Rachid, dizer que acho que é positiva a sugestão que o Senador Aloizio Mercadante, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado faz, para que nós possamos votar essa matéria com melhor conhecimento de causa e acredito que isso seria bom para o Senado e também seria bom para o país. Obviamente isso agora vai depender de uma reunião de líderes, que oficialmente se realizará na próxima terça-feira, eu acho que o assunto pode ser discutido, encaminhado, permitindo, consequentemente, que se vote a matéria, primeiro com maior esclarecimento, tendo em vista a sua complexidade, e também permitindo fazer com os diferentes atores dos diferentes partidos políticos aqui representados, para que eles possam assim também ter a condição de expressar o ponto de vista de suas respectivas bancadas. Eu não vejo inconveniente, mas obviamente isso vai depender agora de conversas e acho que há um clima propício nessa direção. Posso estar equivocado, mas acho que há um clima propício nessa direção. Indagarei ao Senador José Sarney se ele desejaria fazer alguma manifestação.

SENADOR JOSÉ SARNEY (PMDB-AP): Sr. Presidente, a minha manifestação, ela não se refere exatamente ao tema levantado nesse instante. Eu apenas quero dizer que eu estou aqui desde o princípio, ouvindo com o maior cuidado as exposições que foram feitas e o debate desse tema, que é tão fascinante. E a minha conclusão é de que, na realidade, ele é um assunto que deve merecer um estudo de todos nós, mas eu confesso que não tenho essa visão tão catastrófica que teve algumas exposições feitas aqui pelos nossos representantes de entidades que estão envolvidas com esse setor, porque eu confio muito na Receita Federal. Eu sei que essa lei não passaria com

todas essas portas abertas, que aqui foram colocadas, sob a vigilância de uma equipe tão competente, sob a direção do Dr. Rachid, que tem se imposto sempre ao país com muito respeito pela maneira com que ele dirige uma repartição tão sensível, que diz respeito a cada cidadão brasileiro e tem feito isso com absoluta competência, discrição, de tal maneira que merece o respeito de todos nós. Se há um Órgão que não vaza nada, que não tem nenhuma presença de área, de coisas do Brasil, é a Receita Federal. E isso devemos, em grande parte, à equipe que lá trabalha e à V.Ex^a também que tem dirigido com tanta competência.

Como V.Ex^a sabe, eu estou aqui há sete anos lutando dentro do Congresso para ver se conseguimos agregar valores à região da Amazônia, que eu represento o Estado do Amapá, com a dispensa de IPI para as indústrias que utilizem material local, que digam respeito ao setor mineral, setor vegetal, setor animal e setor da biodiversidade, restrito exclusivamente a isso. Acho que é um assunto justo, que ninguém contestaria nesse Brasil e que é uma maneira de nós desenvolvermos a Amazônia com os seus próprios recursos naturais e para isso nós estamos tendo a compreensão de todos os colegas que participaram dessa decisão, eu espero que cheguemos a uma conclusão.

As ponderações do Senador Aloizio Mercadante são válidas, mas elas dependem, sem dúvida alguma, de uma articulação política na qual ele tem toda a autoridade para fazê-lo, como o Senador Tasso Jereissati e outros companheiros que estão conosco aqui presentes.

Eu não quero deixar de ressaltar também o quanto nós devemos levar em consideração as palavras do Sr. Absalão, que representa uma parte pequena nesse elo tão grande que nós estamos aqui tratando, mas que fez, de uma maneira simples, mas de uma maneira muito objetiva, expressando os interesses dessa camada que nós resolvemos, vulgarmente, chamar de sacoleiros no Brasil, mas que, na realidade, corresponde a uma gente pobre e que realmente busca essa linha como uma maneira de sobrevivência. De maneira que eu acho que foi muito rica a exposição que aqui tratamos e é nesse sentido que eu quero me congratular com o Presidente da Casa, com Dr. Rachid e com todos que aqui tiveram a oportunidade de se manifestar. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Concedo a palavra ao nobre Senador Tasso Jereissati.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Presidentes Marco Maciel, Aloizio Mercadante, eu gostaria de dar o meu apoio às considerações feitas pelo Senador Mercadante, acreditando que isso é o de

mais sensato que se pode fazer. Dr. Rachid está vendo que essa é uma matéria mais complexa, tem a própria questão da proposta do Senador Sarney, que vem lutando por isso há tantos e tantos anos. A questão do Rio Grande do Sul que está sendo colocada também agora, sendo que a da proposta do Senador José Sarney já está dentro do próprio projeto, já aparece uma reivindicação do Pará e... a zona livre, zona aonde?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [ininteligível] ...Santarém, Almerim e Pacaré(F).

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Enfim, eu acho que nada mais... Eu gostaria, eu, por exemplo, como Relator, Senador Mercadante, gostaria até de conhecer melhor essa situação do Rio Grande do Sul, que eu não conhecia, me informar melhor, porque me sensibilizaram os argumentos do Senador Zambiasi e aqui foi importante também nós ouvirmos o Absalão, a posição do Absalão em relação a isso. Que eu acho que, se nós pudermos aqui aprofundar essa discussão para que nós possamos realmente fazer uma votação que seja acima de qualquer interesse partidário, não tem nem oposição e nem situação aqui, mas que realmente possa contribuir para, pelo menos, aperfeiçoar esse projeto que nos chegou. Portanto, eu queria, Senador Marco Maciel, e aqui falo, vou falar com o Senador Arthur Virgílio, em nome do PSDB também e gostaria de dizer que é nosso total apoio a proposta do Senador Mercadante, evidentemente que dependendo da posição do Executivo.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Eu gostaria, então, agora de conceder a palavra ao Dr. Rachid para suas considerações finais. Com a palavra Dr. Rachid.

SR. JORGE ANTONIO DEHER RACHID: Muito obrigado, Sr. Presidente. Antes de responder ao Senador Flexa Ribeiro, gostaria de agradecer as palavras do Presidente José Sarney. Eu diria, Presidente, o papel da Receita Federal é de todo o corpo funcional. Eu acho que, e é um corpo funcional de excelência, formado por Auditores Fiscais, por Analistas Tributários, enfim, que dá uma resposta efetiva ao cumprimento da nossa missão. Gostaria de agradecer ao Senador Mercadante também, pelos comentários.

Eu acho que a primeira questão que o Senador Flexa Ribeiro colocou, no que diz respeito à retirada do regime de urgência, eu acho que isso já foi amplamente debatido, até porque na minha condição não tenho a prerrogativa para tratar dessa questão. Trato aqui da questão da Administração Tributária e Aduaneira. Eu diria, Senador, que mesmo a questão do CPMF do ano passado, ela faz falta, ela continua fazendo falta, no entanto é outra realidade. Estamos sem a CPMF, enfim, matéria vencida. Vamos para frente. Cabe à

Receita buscar, cobrar os tributos e, felizmente, os resultados de arrecadação apontam, no ano passado, por exemplo, a arrecadação de multa e juros bastante expressiva. É sinal que contribuintes que não pagavam estão pagando. Acho que sem onerar os que cumprem com a sua obrigação tributária.

O segundo ponto que o senhor mencionou diz respeito à lista dos produtos, se já existe essa lista. Olha, nós já chegamos discutir, inclusive, em algumas oportunidades, com as entidades privadas, no que diz respeito à lista, mas formalmente ela não, não tem. Até não poderia. Foi editada a Medida Provisória, nós começamos a discussão. Mas logo a seguir a Medida foi retirada. Então essa lista poderá e deverá ser discutida junto com as entidades. E lembrando sempre, uma vez estando numa lista, autorizada a importação, haverá o monitoramento. O monitoramento feito pelas representações do Poder Executivo, me refiro ao Ministério da Fazenda, ao Ministério MDIC, Secretário Barral, Ministério das Relações Exteriores, MCT, além das entidades do setor privado.

Quer dizer, então esse monitoramento, podemos chegar numa condição: “Olha, tal produto entra, tal produto não deve entrar ou tem que ser retirado, ou deve ser colocado em tais quantidades”, enfim, é um modelo bastante, vamos chamar assim, flexível para o efetivo controle. Nós não queremos colocar na lista produtos que causem conseqüências ao mercado nacional. Não é do nosso interesse, de forma alguma. Por isso que esse monitoramento está bem traduzido aqui, penso. Evidentemente a proposta, ela sempre tem que ser aperfeiçoada, mas esse monitoramento ele está traduzido aqui nesse Projeto de Lei.

Eu até, pequeno comentário, Presidente Sarney, no que diz respeito ao que foi colocado, realmente o volume de mercadorias que entram por ali é pequeno em relação ao volume que é produzido aqui no mercado nacional, enfim, tem alguns produtos, inclusive, que o próprio Governo, e convalidado aqui nessa Casa, porque muito disso é lei, produtos aí que foram desonerados. Me refiro aos equipamentos de informática, enfim, são produtos que foram desonerados e, efetivamente, desestimulam o comércio ilegal.

Um outro ponto, Senador, que o senhor colocou a respeito dos controles técnicos sanitários. Não, esse controle segue em regra geral, é o que eu havia comentado, naquele ambiente, naquele espaço nós receberemos, o cumprimento ali vai ser o mesmo em todo o ponto de fronteira, aeroporto, porto, em termos de mercadorias, ingresso de mercadorias. Ou seja, estão sujeitos ao controle e anuência. Já existem comandos legais que obrigam esses controles pela alfândega. Isso não será alterado.

E para finalizar, entendo, no que diz respeito ao, se esse regime soluciona o problema? Não. Acho que é difícil em matéria tanto tributária como aduaneira, um movimento único onde elimina dada situação, dado problema. Não, é um conjunto de fatores. Foi o que eu mencionei, aqui está sendo criado um regime que vai permitir determinadas pessoas, dentro de determinadas condições, de determinados limites, em operar e aderir esse regime pagando tributos. Pelo menos hoje, se essas pessoas continuam fazendo sem pagamento de impostos, amanhã teremos essa oportunidade. Bom, mas há possibilidade de haver desvios, aí é a competência, é a agilidade, a inteligência da Administração Tributária em agir. Rapidez, inteligência em agir e coibir eventual espaço para a prática de ilícitos, tanto tributários como aduaneiros.

Então entendemos dessa forma e eu acho que, Presidente, respondendo essa questão, se tiver mais outra, mas eu diria isso, deixando absolutamente claro...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [ininteligível].

SR. JORGE ANTONIO DEHER RACHID: Eu preciso comentar agora, Senador?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [ininteligível], eu vou pedir ajuda do Ceará.

SR. JORGE ANTONIO DEHER RACHID: Do Ceará também? [risos] Eu mais uma vez queria afirmar que esse regime não substitui a nossa atuação, eu acho que, de forma alguma. Vamos continuar atuando de maneira firme no combate de ilícitos aduaneiros. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Eu vou, antes de encerrar a sessão, solicitar ao Dr. Edson Vismona que responda a indagação feita pelo Senador Flexa Ribeiro.

SR. EDSON VISMONA: Obrigado, Presidente. Excelentíssimo Senador Flexa Ribeiro, o senhor citou um aspecto muito importante dessa proposta legislativa, que é a falta de isonomia que ela traz no seu bojo. Na verdade essa lei não é nada isonômica, porque ela faz uma distinção entre países dentro do Mercosul, beneficia só o Paraguai, ela faz uma distinção entre áreas de fronteiras brasileiras, ela faz uma distinção entre importadores brasileiros e afeta, diretamente, a competitividade da indústria eletroeletrônica e de informática. Isto está muito claro, pelo que nós pudemos identificar nessa lei.

Para o senhor ter uma idéia, Senador, na região de fronteira de Pedro Juan Caballero com Ponta Porã, existe um shopping chamado Shopping China, que é de uma estrutura digna de Miami, no que tange ao mercado que ele abrange. É um mercado sofisticado que está lá para atender o Brasil, não para atender o Paraguai. Está lá para atender o mercado brasileiro.

E essa estrutura vai se fortalecer e muito. E não quero ser catastrofista, Presidente Sarney, mas realista, de que essa estrutura vai ser utilizada e aprofundada para servir de trampolim para o ingresso de produtos importados, não do Paraguai, não é essa a intenção da lei, mas com certeza de Taiwan e da China, e as declarações do Presidente eleito do Paraguai, Fernando Lugo, demonstram isso. Ele quer mudar de patamar também no que tange ao comércio internacional, deixando de lado o parceiro antigo e tradicional, que é Taiwan, e passando a ter como parceiro a própria China, o que vai afetar diretamente a nossa competitividade, com certeza.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Então, nada mais havendo a tratar, eu quero declarar encerrada a presente reunião, não antes sem agradecer a presença dos expositores e, de modo especial, do Dr. Rachid, que muito contribuiu para o esclarecimento da matéria e, conseqüentemente, o seu adequado processo de encaminhamento de discussão e votação.

Muito obrigado. Está encerrada a reunião.

Sessão encerrada às 17h31

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

ATA DA DÉCIMA SEGUNDA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, EXTRAORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 13 DE MAIO DE 2008, ÀS 10:30 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às dez horas e trinta e três minutos do dia treze de maio do ano de dois mil e oito, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Aloizio Mercadante, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Eduardo Suplicy, Francisco Dornelles, Delcídio Amaral, Renato Casagrande, Expedito Júnior, Serys Slhessarenko, Inácio Arruda, Antônio Carlos Valadares, César Borges, Romero Jucá, Mão Santa, Neuto Conto, Gerson Camata, Adelmir Santana, Eliseu Resende, Jayme Campos, Flexa Ribeiro, Sérgio Guerra, Tasso Jereissati, Antonio Carlos Júnior, Arthur Virgílio, Eduardo Azeredo, Gim Argello e Jefferson Péres. Deixam de comparecer os Senadores Valdir Raupp, Pedro Simon, Geovani Borges, Heráclito Fortes, Raimundo Colombo, Cícero Lucena, tendo falta justificada em virtude de estar licenciado, João Vicente Claudino e Osmar Dias. Havendo número regimental, é declarada aberta a Reunião, dispensando-se a leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Em

seguida, a Presidência passa à 1ª Parte de Reunião com a realização de Audiência Pública tendo a presença, como expositor, do Exmo. Sr. Henrique Meirelles, Presidente do Banco Central do Brasil, e, ainda, dos Senhores Mário Magalhães Carvalho Mesquita, Diretor de **Política Econômica – Dipec**, Alexandre Antonio Tombini, Diretor de **Normas e Organização do Sistema Financeiro – Dinor**, e Anthero de Moraes Meirelles, **Diretor de Administração – Dirad**, para discutir as diretrizes, implementação e perspectivas futuras da política monetária, em cumprimento à Resolução do Senado Federal nº 32, de 2007. Após a exposição do Exmo. Sr. Henrique Meirelles, usam da palavra os Senadores Jefferson Péres, César Borges, Eduardo Suplicy, Antonio Carlos Júnior, Renato Casagrande, Francisco Dornelles, Arthur Virgílio, Kátia Abreu, Inácio Arruda e Eduardo Azeredo. Em seguida, a Presidência adia a Matéria constante da 2ª Parte da Reunião, Item 01-Mensagem do Senado Federal nº 04, de 2008, não terminativa, que “encaminha ao Senado Federal, nos termos do § 1º do art. 6º da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, a Programação Monetária para o 1º trimestre e para o ano de 2008”, de autoria da Presidência da República, tendo como Relator o Senador Romero Jucá que oferece Parecer favorável nos termos do PDS que apresenta. A Comissão aprova o Requerimento, nº 17, de 2008-CAE, de autoria do Senador Aloizio Mercadante, que requer, nos termos regimentais, seja convidado para uma Audiência Pública nesta Comissão, o Exmo. Sr. Guido Mantega, Ministro de Estado da Fazenda, com a finalidade de debater a Política Econômica e Fiscal e o Fundo Soberano. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às treze horas e quarenta e seis minutos, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada. – Senador **Aloizio Mercadante**, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Bom dia a todos, a todas. Hoje nós teremos a Audiência Pública com a presença do Sr. Ministro de Estado e Presidente do Banco Central do Brasil, Henrique Meirelles, para discutir as diretrizes, implementação e perspectivas futuras da política monetária, em cumprimento à Resolução do Senado Federal nº. 32/07. Nós aprovamos nesta Comissão e, depois, no Plenário do Senado essa Resolução que estabelece uma periodicidade trimestral de avaliação do desempenho da política monetária do Banco Central. O regime de metas, o relatório de inflação, enfim, o Banco Central Brasileiro tem sido bastante elogiado

pela sua transparência, e esse é dos instrumentos que fortalece ainda mais esse desempenho.

Queria convidar o Presidente, Ministro Henrique Meirelles, por favor, Mário Mesquita, Alexandre Trombini, Antero Meirelles, para tomarem assento. E o Instituto Internacional de Finanças elogiou o Banco Central do Brasil exatamente por essa transparência de informações, de procedimentos, e a transparência é um dos instrumentos mais importantes em termos de credibilidade do regime de metas da inflação.

As Audiências Públicas do Senado, elas substituem o procedimento anterior, que era um procedimento formalista de aprovação da programação monetária trimestral. Nós, agora, temos um instrumento, eu diria, bastante moderno, que é uma função do Senado Federal o acompanhamento do desempenho do Banco Central, a arguição e a aprovação de diretores do Banco, e, agora, o Senado Federal cumpre essa função complementar, de acompanhar, debater, discutir, solicitar esclarecimentos, enfim, contribuir para a absoluta transparência do regime de metas, que é nisso que reside a sua credibilidade. Então, vamos iniciar a nossa exposição. O Presidente do Banco a fará, e, posteriormente, os senadores poderão se inscrever para o debate. Eu só queria solicitar, também, se a exposição pudesse ser distribuída aos senadores, seguramente facilitará a qualidade da arguição.

Com a palavra o Presidente do Banco Central, que tem prestado imenso serviço a esse país, Henrique Meirelles.

SR. HENRIQUE MEIRELLES: Obrigado, Presidente. É uma grande honra voltar mais uma vez a esta Casa e fazer uma exposição sobre a evolução da perspectiva econômica no Brasil e da política monetária. É um momento importante, porque o mundo, hoje, ainda vive incerteza, um momento de incerteza econômica. E, portanto, eu acho que é de particular importância que nós também discutamos um pouco o que está acontecendo em outros países e podem afetar o Brasil. Vamos, então, começar por este aspecto da maior importância.

Começando, nas projeções, nós vamos ver que de fato existe, hoje, uma série de fenômenos acontecendo em diversos países, mas com efeitos muito diferentes, dependendo de cada país analisado. Nós temos, por exemplo, uma aceleração inflacionária em diversos países e, aqui, nós mostramos a variação nos últimos 12 meses, o que a inflação aumentou no período de 12 meses. Nós temos países como Islândia, Filipinas, Chile, Peru, República Tcheca e a própria China, que tem efeitos maiores. Mas mesmo países que trabalham com um patamar de inflação menor já têm aceleração inflacionária. Muitos países, principalmente aqueles que

trabalham com regime de metas da inflação, estão já tomando medidas de política monetária, visando manter a inflação sob controle. Então, nós temos, aí, a variação da taxa base de juros em diversos países nos últimos 12 meses. Nós vemos, aí, que alguns países tiveram um corte de juros, principalmente aqueles países que têm o risco de haver uma... de enfrentarem ou já estarem num processo recessivo, principalmente aqueles que estão muito ligados à economia norte-americana, e outros países onde a atividade está mais aquecida e, portanto, existe mais risco de inflação e, portanto, já existe um número grande de países que estão num processo de subida de juros.

Se nós olharmos, agora, a questão da crise financeira, nós vamos verificar que esta é uma crise que tem valores absolutos de perdas para as instituições financeiras, de um nível maior do que crises precedentes. Por exemplo, nós tivemos uma crise nos Estados Unidos, de 86 a 95, que chegou a cerca de 250 a 270 bilhões de dólares. Vemos, hoje, que esta crise não só é maior, as instituições financeiras têm perdas maiores, mas, também, muito importante, outras instituições, as instituições não bancárias, têm perdas importantes, que são os investidores naqueles títulos.

A crise asiática de 98 e 99, como percentagem do produto, foi mais séria para a Ásia naquele momento. Porque a economia americana é muito grande e, apesar de a crise ser muito grande, com a percentagem do produto, ela é menor. A percentagem do produto é exatamente o que estamos mostrando aqui, é este quadrado que, na coluna da direita, mostra exatamente percentagem do produto. Então, como eu me referi, quer dizer, como percentagem do produto, as perdas da Ásia foram maiores, inclusive naquela época, do que a americana hoje. Mas, por outro lado, a perda absoluta, em termos de volume de perda de dólares, é muito maior nos Estados Unidos, hoje, do que foi na Ásia naquela época. Quando eu digo nos Estados Unidos, é a origem da crise. Mas, evidentemente, instituições de outros países, particularmente européias, também estão tendo prejuízo. Uma outra questão interessante, que merece ser analisada, é a diferença entre o que é um problema de crédito, que é a linha amarela, e um problema de liquidez. Então, nós temos, por exemplo, aqui, a evolução do risco de créditos dos bancos, mais o *spread* na captação entre os Bancos, que mostra que, em alguns momentos, a crise de liquidez foi, inclusive, aguda, seguindo por um aumento do risco de crédito percebido. Quer dizer, o CDS é o *Credit Default Swap*, que é um..., basicamente, uma medida do risco de crédito percebido dos bancos. Quando nós olhamos o CDS das diversas instituições bancárias em três áreas importantes, nos Estados Unidos, na União Européia e

no Reino Unido, nós vamos ver, durante este processo, como foi essa evolução. Eu mencionei para os senhores que, na Europa, também têm existido problemas, e nós vemos claramente de que a União Européia tem, de fato, principalmente neste ano, uma percepção de risco também crescente para os bancos europeus. E, evidentemente, que os bancos americanos uma percepção de risco do mercado maior. Se nós comparamos, por exemplo, portanto, a evolução desse processo na União Européia, a subida no período de... entre 14 de junho de 2007 para 9 de maio de 2008, nós vamos ver que a subida, de fato, no Reino Unido, foi de 83 pontos; nos Estados Unidos, de 115; e, na Europa, de 63. Para dar uma medida, para os senhores, da evolução da crise bancária nos outros países.

Se nós olharmos, agora, o Brasil, nós vamos ver uma medida de Brasil. Em vermelho é a medida do risco país, que é o risco percebido dos títulos brasileiros sendo comercializados no mercado internacional; e, em azul, o risco dos emergentes. Então, nós vamos ver as diversas medidas de risco do Brasil, em 99; aqui em 2002, começo de 2003; uma subida, aqui, em 2004; e a evolução do Risco Brasil nesse período, a trajetória cadente de bastante solidez. Mas a mais importante mensagem é em amarelo. Nós vamos ver a medida da chamada aversão ao risco. O que é a aversão ao risco, nesse caso? É a medida onde... que procura capturar até que ponto o mercado está disposto a assumir riscos ou até que ponto o mercado está tomando posições mais conservadoras. O mercado, no caso, de investidores. E nós vamos ver claramente que a aversão ao risco, em alguns momentos, ela andou bastante junto com a evolução do risco brasileiro. Em alguns momentos se distanciou, mas agora é um momento importante de distanciamento. Isto é, a aversão ao risco sobe nos mercados internacionais, quer dizer, os mercados temendo, os investidores temendo o risco dos diversos mercados, mas o Risco Brasil se mantém relativamente estabilizado, em comparação. Se nós compararmos, agora, as bolsas de valores com os índices não latinos, isto é, dos maiores mercados, nós vamos ver a queda no Japão, a queda China, a queda na Alemanha, a queda nos Estados Unidos, no Reino Unido e em alguns países onde as bolsas, nesse período, aumentaram. Na Rússia, na Índia, em Hong Kong e no Brasil. E nós vamos ver que, nesse período, de fato, as bolsas brasileiras tiveram comportamento bastante mais positivo do que as demais bolsas de maior importância no mundo. Se nós compararmos, agora, com as latino-americanas, especificamente, é uma visão similar. Chile, México, Argentina, Venezuela e de novo o Brasil. Isto é, esses países tiveram também quedas na bolsa. E, evidentemente, isto é resultado da

resistência demonstrada pelo Brasil, não só em função dos seus fundamentos econômicos sólidos, hoje, reservas internacionais elevadas, a questão da dívida pública cadente e com percentagem do produto e inflações coerentes com a trajetória de metas fixadas pelo Conselho Monetário Nacional.

Portanto, é importante mencionar que os investidores não só olham os fundamentos, mas olham a capacidade de crescimento da economia e, portanto, das empresas, e, portanto, é importante mencionar que o Brasil está tendo uma avaliação bastante positiva nesse período. Índice de ações dos setores bancários, do setor bancário. Isto é, exatamente o que tem acontecido com as ações dos bancos. É um comportamento similar. Evidente que a ação dos Bancos do Brasil subiu menos que a bolsa, nesse período, mas, de novo, um comportamento superior ao que houve nos outros países, onde as ações dos bancos caíram de forma importante, em alguns deles.

Em relação, agora, à moeda, questão cambial, existe um fenômeno mundial de enfraquecimento do dólar como resultado das questões da economia americana, particularmente o déficit de conta corrente, e, de certa maneira, também o fiscal, e a questão do consumo americano *versus* a poupança americana. Então nós temos a evolução do dólar frente às diversas moedas. Nós temos, por exemplo, em azul, em relação ao dólar canadense; em relação ao real, em verde, vamos dizer, onde estamos agora; e, em relação ao euro, por exemplo, em amarelo-claro. Se nós fizermos uma comparação, agora, mais direta com o euro, por exemplo, real contra euro ou real contra... Então, no caso do real, o dólar realmente ter perdido substancialmente valor; no caso do euro, houve uma depreciação do real grande, em 2002; uma certa estabilidade, houve uma apreciação do real em relação ao euro até 2005. Mas, a partir daí, nós tivemos uma relativa estabilidade; relativa porque existem ganhos e perdas que vão oscilando em torno de um valor-base. Em resumo, como medida de tendência, nós temos certa estabilidade. Em termos da evolução da balança comercial, nós vemos, aqui, o desempenho das exportações brasileiras nesse período e das importações que começam... estão acelerando-se, certamente, no período recente, em função do grande crescimento da demanda doméstica brasileira.

Se nós olharmos agora as exportações de bens e serviços pelo Brasil, desde 1980, e comparando isso com o mundo desde 1980, nós vamos ver, com clareza, que as exportações brasileiras cresceram em sintonia com esta evolução, com índice de cem... No início do período, as exportações mundiais cresceram cerca de 50%, a partir de 2003, 2002, e o Brasil, nesse

período, teve um crescimento realmente notável. As exportações brasileiras cresceram 173%, no período de 2002 a 2007. Portanto, substancialmente superior à média mundial.

Se nós olharmos, agora, as exportações por mercado, nós vamos ver que, hoje, o Brasil também tem uma diversificação importante de mercados de destino das suas exportações: União Européia, 25%; América Latina, 22,8%; Ásia, excluindo o Oriente Médio, 15,8%; Estados Unidos, 15,3%; outros países, 21%. O que mostra que já existe cada vez mais uma diversificação dos destinos de exportação brasileira.

Temos, também, uma diversificação por grupo. Apesar de certamente produtos básicos serem muito importantes para as exportações brasileiras, pelas nossas... pela nossa força de produção de recursos naturais e produtos básicos, e *commodities*, em geral, nós temos de fato uma diversificação maior do que muitas vezes... Principalmente analistas internacionais mencionam. Nós temos: 32,2% da nossa exportação são, de fato, produtos básicos; 13,6%, semifaturados; mas 51,9% são produtos manufaturados; e 2,3%, operações especiais.

Se nós olharmos, agora, o fluxo líquido de câmbio, algo que preocupa, às vezes, muitos analistas, nós vamos ver que o fluxo comercial é exato o que tem prevalecido nos últimos anos, e mesmo na previsão para 2008, que prevê uma certa queda, mas, ainda assim, substancialmente superior ao fluxo financeiro. Isto é, o vermelho é o fluxo financeiro. Tem sido negativo na maior parte do tempo e positivo em 2007, e a expectativa é que seja levemente positivo em 2008, mas em valores substancialmente inferiores ao fluxo comercial. Quer dizer, a entrada de recursos no Brasil se dá através do fluxo comercial, principalmente através da entrada de recursos de investimento estrangeiro direto e de entrada de recursos para as bolsas de valores.

Se nós olharmos, agora, o investimento estrangeiro direto líquido, nós vamos ver que ele subiu a partir desse patamar 2003, atingiu, aqui, um pico em meio de 2005, caiu um pouco durante o ano de 2006, voltou a subir fortemente e, hoje, continua subindo de uma forma mais moderada, mas num patamar já bastante elevado. Estamos já trabalhando nas proximidades de 35 bilhões de dólares por ano de investimento estrangeiro direto líquido, o que significa já deduzido das remessas e as aplicações de empresas brasileiras no exterior.

Reservas internacionais, como já mencionamos, têm crescido fortemente. Já, no dia 9 de maio, atingindo 197.6 bilhões de dólares e se aproximando, portanto, da marca de 200 bilhões de dólares. É importante mencionar que isso tem sido de fundamental importância

na avaliação das agências de risco do Brasil. Por quê? Porque as reservas internacionais dão uma estabilidade à administração cambial do país, na medida em que isso previne movimentos bruscos dos mercados, em função de pânico gerados principalmente fora do país. Portanto, é muito importante isso e isso tem um benefício, que é a queda do nível de risco geral e, portanto, a queda do nível de captação das empresas privadas e do setor público, através das captações do Tesouro Nacional, não só no mercado interno, mas também no mercado externo. Dívida externa líquida, em consequência, está caindo. E, hoje, nós estamos, como já noticiado no início do ano, numa posição de credor líquido. Isto é, as reservas são maiores do que o total da dívida externa do país, somando com o setor público e setor privado. Portanto, credor líquido, no valor de 15 bilhões de dólares. Risco Brasil e índice de aversão ao risco, como eu já mencionei, apenas enfatizando, aqui, esta diferença recente entre os dois índices.

Agora, mencionamos, no início, a questão inflacionária em outros países. Vamos olhar isso, agora, como está essa questão no Brasil. Em primeiro lugar, é importante mencionar que o Banco Central ele olha à frente. O Banco Central não pode, usando uma analogia, para transmitir uma imagem do que deve prevalecer na avaliação do Banco Central, nós dizemos o seguinte. Quando alguém está dirigindo um automóvel, ele tem que olhar à frente, tem que olhar no pára-brisa. Ele não pode dirigir olhando o retrovisor, porque, senão, ele vai ter uma imagem incorreta do que vem à frente. E, portanto, o Banco Central não deve olhar apenas olhar a inflação que já passou. Ele tem que olhar perspectiva de inflação futura, a inflação prospectiva. Isso é desafiador. Existem várias técnicas para se fazer isso. Uma delas é a chamada medida de núcleo, porque mede a tendência da economia. São diversos núcleos. Nós temos, no Brasil, Núcleo por Exclusão de Alimentação no Domicílio e Administrados, temos o Núcleo com Suavização, que é o Núcleo de Médias Aparadas com Suavização e Médias Aparadas sem Suavização. O que significa isso, objetivamente? Significa que é o núcleo onde se pegam as medidas de inflação, tomam-se aqueles preços, tiram-se aqueles preços que subiram mais e tiram-se os preços que subiram menos, ou caíram, por exemplo, mais, de maneira que tiram-se os extremos, para ter uma noção do núcleo da evolução dos preços. E nós vamos ver que, se nós tomarmos esses núcleos nos últimos quadrimestres e fizermos uma “anualização”, nós vamos ver que tem uma tendência crescente. Se nós compararmos o terceiro trimestre de 2006, primeiro de 2007, terceiro de 2007 e primeiro de 2008, em resumo, existe uma tendência subjacente de crescimento da inflação no

Brasil, e temos, aqui, a média dos Núcleos. Então, o que demonstrou, claramente, ao Banco Central, que o Banco Central precisaria de fato tomar política monetária para evitar que a inflação brasileira continuasse em uma tendência crescente. Evidentemente que a boa notícia é que a economia brasileira vai muito bem, a demanda doméstica está crescendo bastante, a produção está num nível bastante elevado, como vamos mostrar, e o Banco Central agiu a tempo e a hora e tem uma política monetária de bastante atenção. Portanto, a mensagem à nação é de que o Banco Central tem a questão inflacionária no Brasil sob controle.

Mas vamos olhar, portanto, de novo o núcleo do IPCAA, exclusão de alimentos e administrados, como eu mencionei, uma trajetória crescente. Outro dado importante é o preço do atacado e a influência nos índices gerais de preço. Por exemplo, no índice geral de preço, acumulado 12 meses, nós vamos ver, de novo, a tendência crescente, atingindo já patamares de dois dígitos. Se nós olharmos os índices de preço no atacado, o de preço industrial no atacado, que é o azul, também já atingindo patamares bastante elevados aqui, ainda, usando o acumulado de 12 meses, nós não estamos olhando, aqui, o atacado em média móvel trimestral, quadrimestral, “anualizada”, nós estamos medindo, aqui, a evolução do preço no atacado nos últimos 12 meses. Qual é a importância de olharmos o preço no atacado? É porque, no Brasil, nós estamos tendo, de um lado, uma evolução dos preços de alimentos, temos também a evolução dos preços de matéria-prima, que matérias-primas são fundamentais para a indústria, então os custos estão aumentando, e numa demanda bastante forte. Quer dizer, a demanda doméstica, como eu vou mostrar, no Brasil, está bastante forte. E isto, portanto, oferece algum risco de um repasse de preço ao varejo, durante os próximos meses. Portanto, de novo, mais uma vez, o Banco Central tem que estar alerta para evitar que haja esse repasse.

Se nós olharmos a origem do preço no atacado, também, e para industrial, exceto alimentos, para industrial, o que eu quero dizer é que, quando olhamos, portanto, no atacado, nós vamos ver que, mesmo com a exclusão de alimentos, o índice está subindo.

Dado da maior importância para qualquer Banco Central. A avaliação das expectativas de inflação medidas pelos economistas, pelos agentes em geral, de formadores de preços, no mercado, etc. O Banco Central tem uma pesquisa deste... desta evolução. E, se nós olharmos, por exemplo, a evolução da pesquisa sobre a inflação de 2008, no que diz respeito às expectativas, nós vamos ver que ela está relativamente estabilizada e começou a subir, a partir, aqui, de setembro de 2007 e foi subindo, sistematicamente, e continua,

hoje, numa trajetória ascendente, se aproximando de 5% para o ano de 2008. Se nós olharmos 2009, também, ela estava bastante estável, o que é normal até começo de 2008. Aí, é normal que o mercado e os agentes, os economistas, começam a revisar a inflação do ano seguinte com maior cuidado, e a inflação de 2009 a expectativa também subiu um pouco. Está, ainda, consistente com a meta de 2009. Portanto, é importante que a autoridade monetária tome providências, de maneira que continue consistente com a meta de 2009. Quer dizer, o Banco Central tem que olhar à frente.

Se nós olharmos uma outra medida de expectativa, esta é bastante interessante, apesar de ficar um pouco confusa. É a evolução de expectativa de inflação de cada data. Por exemplo, no dia 29 de fevereiro, em amarelo, nós tínhamos o maior número de agentes, o maior número de analistas esperando uma inflação um pouco acima, aqui, de 4,5%. Mas existia um número ainda grande que esperava uma inflação em cerca de 4,1%, por aí, e um número bastante pequeno, na época, que já estava próximo de 5%. No dia 31 de março, em vermelho, isso já evoluiu. Não existia mais analistas esperando, aqui, na faixa de 4,1%, e esse número maior se moveu para a direita. E, no dia 2 de maio, nós vamos ver que o número de pessoas já prevendo inflação ao redor de 5% já é bastante elevado, há poucos analistas abaixo de 4,5%, e já há um número razoável acima de 5%. Portanto, de novo, é importante que o Banco Central tome medidas a tempo e a hora para conter e continuarmos na trajetória virtuosa de crescimento, com inflação baixa, que é o nosso compromisso e o compromisso do Presidente com a Nação. Se nós olharmos, agora, para 2009, nós vemos um movimento similar, mas, de novo, bastante concentrado, agora, em 2000, desculpe, em 4,5%, e um dado da maior importância, que significa credibilidade do Banco Central do Brasil, que é fundamental para qualquer Banco Central. Aqui, existe um número muito pequeno de analistas que prevêem o ano que vem uma inflação muito superior à meta. Isso significa que os brasileiros acreditam que o Banco Central do Brasil está tomando todas as devidas providências, e, portanto, nós teremos uma inflação sob controle no futuro. E é isso que é o mais importante. Essa é a mensagem fundamental. O Banco Central não olha, portanto, apenas a inflação corrente. Ele, fundamentalmente, olha a inflação à frente. E é esta a expectativa. Muito bem, isto é refletido de uma outra maneira, que é a convergência para as metas. Em azul, a inflação decorrida, a expectativa de inflação, aqui, para o ano 2008, e, como eu mencionei, a queda para as metas das... para o centro da meta para as expectativas para

2009. Mas, note bem, esta expectativa leva em conta a ação do Banco Central. Isso é importante. Isso mostra que os agentes econômicos confiam que o Banco Central está tomando e continuará tomando todas as medidas necessárias para que a inflação esteja na meta. Isso é uma medida da maior importância.

Surpresa inflacionária é outra coisa interessante, que é o seguinte, isto mede o quanto a inflação foi superior ou inferior ao que os agentes econômicos e analistas esperavam 12 meses antes. Então nós vamos ver que houve uma surpresa inflacionária negativa, aqui, em 2002 e 2003; uma positiva, em 2004; uma negativa, já, em 2005; depois tivemos uma negativa e um dado importante de que ela começa a ser negativa no período recente. Portanto, mais uma vez algo que sinaliza que o Banco Central deve tomar uma providência.

Se nós olharmos o ciclo de política monetária, nós vamos ver que o Brasil, hoje, tem uma evolução de prêmios de risco, em consequência de taxa de juros, substancialmente diferente do que teve no passado recente. Quer dizer, os ciclos de aperto monetário no passado recente tinham um comportamento bastante diferente do que nós estamos vendo no momento. Quer dizer, a economia brasileira está, hoje, muito mais estabilizada, a capacidade de crescimento é muito maior, o investimento é maior. E vou mostrar todos esses números. E existe, hoje, uma maior capacidade de importar, também por parte das empresas. Então, tudo isso faz com que a economia brasileira, hoje, tenha uma dinâmica diferente do que tinha no passado. Isso não elimina o ciclo de política monetária, torna-os de uma outra amplitude. Mas não elimina. Os Bancos Centrais do mundo inteiro, como eu mostrei, alguns sobem juros, outros descem, dependendo da situação de cada país, e nós estamos começando a atingir uma certa, vamos dizer, normalidade monetária.

Outro dado da maior importância, eu vou resumir isso aqui, mencionando o seguinte. A partir da segunda metade de 2007, as taxas de juros de mercado, isto é, as taxas de juros de 180 a 360 dias, elevaram-se mais do que a taxa, elevaram-se acima da taxa básica, inclinando a curva, isso antecipando os aumentos dos riscos inflacionários, principalmente. Isso aconteceu também em 2004 e aconteceu com grande intensidade em 2001 e 2002. Isto é, a taxa de juros do mercado, ela reage à expectativa de inflação, em primeiro lugar. E, aí, se o Banco Central toma providências, as expectativas de inflação começam a se comportar, e, aí, a taxa tende, a médio prazo, na realidade, a cair. E existe, aqui, uma situação contra o que é, às vezes, a primeira impressão. Porque, à primeira impressão, diz: “Não, o Banco Central não subia a taxa de juros-base SELIC e não vai subir a taxa de mercado”. Não.

A experiência no Brasil mostra que é ao contrário. E de outros países também. Se o Banco Central não mostra a disposição de combater a inflação, a expectativa de inflação sobe e, em consequência, a taxa de juros de mercado sobe. Isso está claro, aqui, exatamente, no que eu mostrei. Se nós olharmos, em amarelo, a taxa SELIC, eu citei, aqui, em 2004; as taxas de mercado, em vermelho e em azul, subiram fortemente. E, quando o Banco Central subiu a SELIC, essas taxas, na realidade, ao invés de subir mais, elas se estabilizaram e começaram a cair. Permitiu ao Banco Central, certamente com expectativa de inflação menor, começar a cair. E, agora, houve um fenômeno similar, numa escala menor, como eu mencionei, e num patamar menor, que é tudo boa notícia. E, se nós olharmos 2001 e 2002, isso foi de muito maior intensidade e de maior amplitude, porque a situação da economia brasileira, evidentemente, era outra.

Passando, agora, à questão de crédito, eu vou, agora, passar um pouco mais rapidamente, para depois nós termos bastante tempo para conversar sobre todos esses assuntos. O total do crédito sobre o produto no Brasil ainda é relativamente baixo, em comparação com outros emergentes, tipo Chile, tipo Malásia, tipo Coreia, etc. Maior o Brasil hoje, aqui, com o que era o Brasil há pouco tempo. O Brasil... Eu vou mostrar isso. Filipinas, México, Argentina, portanto o Brasil tem já um nível melhor do que tínhamos, mas ainda menor do que outros países comparáveis. Se nós olharmos, no entanto, o crescimento, nós vamos ver que o crédito total sobre produto, em vermelho, tem crescido de forma muito importante, saindo, aqui, de um patamar de cerca de 22%, um pouco abaixo do produto, para agora 36% do produto. E, muito importante, isto é diretamente relacionado à queda das expectativas de inflação. É lógico. Na medida em que a expectativa de inflação está sob controle, os agentes econômicos, os bancos, os credores se predispõem a aumentar os créditos e os tomadores têm mais confiança, também de tomar crédito. A mesma coisa em relação ao prazo. O prazo cresce, com a expectativa da inflação caindo. E um fenômeno interessante do Brasil é que, num primeiro momento, com o crescimento do crédito, a inadimplência subiu, mas depois ela começou a cair, já em 2006. Por quê? Estabilidade da economia brasileira, emprego, renda, capacidade de pagamento, aperfeiçoamento dos mecanismos de análise de crédito, etc. Resumo: estabilidade da economia brasileira.

Crédito habitacional, de novo o Brasil tem um volume de crédito habitacional, em relação ao produto, baixo, comparado com os outros países. Vamos dizer que, de uma certa maneira, alguns olham isso com até certo alívio. Se nós vemos países que têm volume mui-

to alto de crédito habitacional, estão tendo problemas relativamente graves. Mas a boa notícia é que temos muito campo para crescer, antes de atingirmos esses patamares de risco. Crédito habitacional por inflação, vamos notar de novo, comparado, correlacionado com a inflação. Vamos dizer de novo, o crédito habitacional está crescendo fortemente com a expectativa de inflação, ou, no caso, a inflação medida cadente. Portanto, boa notícia, o crédito habitacional está crescendo. Unidades financiadas em azul, aqui à esquerda, e desembolsos em amarelo. Vemos, então, um ritmo forte de crescimento. Resultado: estabilidade. A economia brasileira está tendo condições de oferecer mais crédito. O mercado de capitais, de novo, como resultado da estabilidade, tem um desempenho bastante forte de crescimento. E, num passado recente, nós temos, então, um lançamento de ações. A previsão é que diminua um pouco esse ano, por conta da crise externa e da liquidez externa, mas ainda debêntures e outros mecanismos de ações.

Atividade econômica, para entrarmos na parte final. Primeiro emprego. Nós vamos dizer que a criação de emprego formal no Brasil está aumentando substancialmente. A média de 49 mil, no período de 95/2002, 645 mil em 2003, subiu para esse patamar, aqui, de um milhão, quatrocentos e seis mil. Agora, se nós olharmos na margem, nos últimos meses, está aumentando. Nos meses de março e abril, criou-se um volume considerável de emprego. De março, por exemplo, mais de 200 mil novos empregos criados no país. Rendimentos reais médios também crescentes, em vermelho, e a massa salarial também crescente. Isto é, o total de salários pagos no país crescente. Uma evolução que, de novo, é um dos componentes importantes da forte demanda, do forte crescimento da demanda doméstica no Brasil e do consumo das famílias, como eu vou mostrar. Massa salarial real, crescimento, até 2007, de 6,3% sobre o ano anterior. Quer dizer, isso é um crescimento notável para qualquer país do mundo. A massa salarial crescendo a 6,3% acima da inflação. Se nós virmos, nos recordarmos de uma discussão histórica, no Brasil, sobre a questão de crescimento *versus* distribuição de renda, *versus* aumento dos salários, aumento da massa salarial, nós vamos ver que o Brasil está tendo um crescimento forte, mas um crescimento da massa assalariada, principalmente nos salários mais baixos, muito forte. Produção industrial crescente, sistematicamente desde 2004, e números recentes bastante fortes no crescimento da produção industrial. Dados da maior importância, como eu mencionei. A formação bruta de capital fixo, hoje, no Brasil, com a linha de tendência, é crescente. Aliás, o número absoluto tem um crescimento recente

praticamente junto com a linha de tendência. Mostra uma consistência e uma estabilidade no investimento do crescimento, de fato, notáveis. Em resumo, a estabilização da economia brasileira, ao contrário do que se temia, do que muitos temiam, ela está trazendo um aumento dos investimentos. Por quê? Porque o empresário, seja nacional, seja internacional, ele tem mais confiança no seu investimento, porque ele tem maior previsibilidade em relação ao futuro do país. E nós já dissemos, há bastante tempo, que a previsibilidade é o fator mais importante para o aumento dos investimentos. É o que está acontecendo. Insumos da construção civil, também acelerando, e acelerando, aqui, na margem. Portanto, a construção civil também investindo bastante. Vendas no varejo, como consequência desses diversos fatores, isto é, massa salarial crescendo, crédito crescendo. Nós temos, portanto, um nível de impulso doméstico bastante forte.

Se nós olharmos a venda no varejo por setores do país, por regiões, nós vamos ver como está evoluindo as vendas no varejo no Brasil, crescendo. No Norte, que estava muito forte, caiu um pouco, mas para patamar ainda muito elevado, de 6. Nordeste estável, num patamar bastante elevado, de 10. Sudeste crescendo; estava abaixo agora está a 11. Sul estável, ao redor de 8%. Centro-Oeste a cerca de 10%. Se nós olharmos o comércio ampliado que envolve algumas outras coisas, inclusive veículos, nós vamos ver que os números são ainda mais elevados. Isto é, no Brasil, 14%.

Safra agrícola, expectativa do IBGE de que tenhamos uma safra recorde de 142 milhões de toneladas. O que eu mencionei, em consequência da força da expansão dos salários, do emprego e do crédito e com as também as políticas de distribuição de renda, programas sociais, que também têm um papel muito importante. E nós temos, aqui, uma evolução do consumo das famílias crescente e uma evolução particularmente forte no último trimestre do ano de 2007, atingindo, portanto, um patamar de 8,6% ao ano, sobre o trimestre do ano anterior. A formação bruta do capital fixo, no entanto, está crescendo a taxas ainda mais elevadas, cerca de 16% no último trimestre do ano passado, em comparação com o último trimestre do ano anterior.

Um dado interessante, que talvez os senhores senadores gostariam de também ter acesso a essa informação, é que a demanda interna no Brasil está crescendo cerca de 8% ao ano. E, com o crescimento das importações maior do que das exportações, nós estamos tendo a chamada contribuição negativa do setor externo de 1,8. Se quer dizer o seguinte, esse diferencial é que está suprimindo uma parte da demanda interna, do crescimento da demanda interna, de 1,8.

O que significa que, no quarto trimestre de 2007, nós tínhamos 8% do crescimento da demanda doméstica, dos quais, 1,8 suprido por aumento de importações, e cerca de 6,2%, portanto, suprido domesticamente, o que mostra um número bastante forte. Importante sabermos, portanto, que a demanda está crescendo a taxas bastante elevadas. O crescimento do produto crescendo a 6,2%, como eu mencionei. Quer dizer, os 8% menos 1,2%. Nós estamos, portanto, aqui, os 6,2% de crescimento do produto. O trimestre igual, em relação ao trimestre anterior. De novo um número muito forte. E é interessante notarmos a evolução estável *versus* certa instabilidade no passado recente do país. E o crescimento médio, portanto, se nós tivermos a previsão do Banco Central de 4,8%, aqui, para o ano de 2008, o crescimento médio de 2004 até 2007, de 4,5%, portanto, incorporando 2008 crescendo, ainda, um pouco mais. Isto é, o país está num ritmo de crescimento sustentado com demanda doméstica dando impulso a esse crescimento, com salário e renda, fatores importantes, além da expansão do crédito e transferência de renda. E também temos, portanto, uma outra consequência positiva disso, que é uma menor dependência dos mercados internacionais no momento em que alguns países de fato estão enfrentando alguns problemas.

Basicamente, são essas as informações básicas, e, agora, certamente, vamos passar para a parte mais importante, que é a resposta às perguntas de S.Ex^{as}. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço a sempre competente exposição do Presidente Henrique Meirelles. Nós vamos, agora, à fase da arguição.

E eu, antes, queria apenas ler uma carta que o Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco do Brasil encaminhou e que, posteriormente, o Presidente ou o Antero podem se manifestar. “Graças ao estrito cumprimento de sua missão, o Banco Central logrou controlar a inflação com reflexo positivo na política social do Governo Federal, consolidar o sistema financeiro nacional e estruturar as reservas internacionais, tornando o Brasil detentor de reservas cambiais que lhe permitem passar praticamente incólume pela recente crise econômica mundial. Tal situação permitiu, hoje, ao país planejar seu desenvolvimento ao longo prazo, alcançando um... alcançado em um crescimento econômico estável e sustentável. As demonstrações de reconhecimento internacional são freqüentes. O Brasil alcançou grau de investimento, e o Banco Central foi apontado como o mais transparente no relacionamento das instituições econômicas públicas com os investidores internacionais pelo Instituto Internacional de Fi-

nanças. O êxito no cumprimento de suas complexas atribuições deve-se ao desempenho de alto nível de seu corpo funcional, sobretudo, em relação à política monetária e à supervisão bancária, com reflexo positivo no cenário nacional e na confiança junto à comunidade internacional.

A despeito desses fatos, a remuneração dos servidores da casa vem passando, nos últimos anos, por processo de defasagem continuado, e, com isso, o Banco Central vem perdendo seus melhores quadros. Não bastasse esse êxito, a instituição está diante de um desafio de reposição de pessoal, pois aproximadamente um terço do seu quadro reunirá condições para se aposentar nos próximos três anos, a maioria no exercício de funções comissionadas e altamente estratégicas. Desconsiderar, ainda, que, em termos de quantidade de servidores e nível de remuneração, o Banco Central do Brasil, em relação à população, área geográfica, PIB brasileiro, detém o menor nível entre os países em desenvolvimento.

Torna-se imperioso que o Governo Federal, por meio de negociações em curso com o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, reconheça, em níveis condizentes com a importância da instituição para a importância do desempenho e manutenção do Estado Brasileiro, o real valor das tarefas executadas pelos servidores do Banco Central, pela importância de que revestem e pelo nível de informação técnica de seus integrantes e pela constante atualização e necessidade permanente de aperfeiçoamento de carreira de especialista.

Dessa forma, aproveitamos a presença, nesta audiência pública, do Presidente do Banco Central do Brasil, Sr. Henrique Meirelles, assim como da Diretoria Colegiada da Instituição. Agradecemos ao Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, Senador Aloizio Mercadante, a oportunidade ímpar de conjugar esforços em defesa da instituição, que, acima de tudo, trabalha em prol da sociedade brasileira. Brasília, 3 de maio de 2008”.

Portanto, eu apresento essa menção que trata das... Primeiro que eu acho muito positivo o Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central avaliarem como muito positivo o desempenho da instituição em todos esses aspectos, e, do outro lado, apresentar seu pleito legítimo de melhorar a carreira e a remuneração, e, posteriormente, ou o Presidente ou o Antero poderão, evidentemente, responder à demanda apresentada pelo sindicato. Vamos à arguição.

Eu estou fazendo a intercalação prevista, aí, pelo nosso regimento. Então, o nosso primeiro inscrito, o Senador Jefferson Peres, depois César Borges, depois Eduardo Suplicy e Antônio Carlos Valadares. Vamos

fazer esse primeiro bloco de quatro e seguiremos depois às inscrições.

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM):

Bom dia, Dr. Meirelles e demais diretores do Banco Central. Eu tenho um compromisso, logo mais, mas não poderia deixar de vir aqui, Dr. Meirelles, não para argüi-lo, para cumprimentá-lo. V.Ex^a, durante cinco anos, suportou um violento bombardeio. De políticos, inclusive governistas, de empresários e de sindicalistas. V.Ex^a era ortodoxo, monetarista, neoliberal. Enfim. E o futuro lhe deu razão. Eu, que sou muito avaro em elogiar autoridades, com medo de lá adiante queimar a língua e me arrepender, mas eu não tenho dúvida de elogiar a firmeza com que V.Ex^a e sua equipe conduziram a política monetária. Nem vou entrar em discussão se é a última decisão de 050 ou seria 025. O que importa são resultados.

Economia não é ciência exata, é uma sintonia fina entre a arte e a ciência, entre as múltiplas variáveis que interferem no processo econômico. E passaram-se poucos dias, Dr. Meirelles, da decisão tão questionada do COPOM, e três eventos, três fatos confirmaram o acerto daquela decisão. Primeiro, lá veio o *Investment Grade*, para o qual grandemente contribuiu a política monetária. Mais alguns dias, e o Brasil coloca lá fora títulos, 500 milhões, com uma procura muito maior do que a oferta, com juros muito baixo. Terceiro fato. Lá veio o índice do IGPD, disponibilidade interna. Pela primeira vez, em alguns anos, inflação de dois dígitos, Dr. Meirelles. Dez vírgula qualquer coisa, provando que o Banco Central acertara na sua decisão, que a inflação não era decorrente, não é circunstancial, nem decorrente apenas dos preços dos alimentos. Ela é disseminada, já está atingindo o núcleo da inflação. Portanto, parabéns por ter elevado em 0,50. Até porque, como V.Ex^a disse na sua exposição, inflação também é expectativa. Se o Banco Central fosse frouxo, eu não tenho dúvida de que isso seria um acelerador da inflação no futuro. Quando a sociedade percebe que o Banco Central tem autonomia operacional, que é sério, que não se dobra a pressões, isso é um fator também de contenção do processo inflacionário. Portanto, Dr. Meirelles, depois de ser tão “espingardeado”, V.Ex^a vê: a inflação, bem ou mal, sob controle; PIB com crescimento de 5% ao ano –diziam que sua política era impeditiva do crescimento econômico –e mais, com distribuição de renda. Ninguém se lembra de dizer, Dr. Meirelles, que, sem contenção de inflação, em grande parte graças ao Banco Central, o pobre não poderia, hoje, estar adquirindo casas, prestações e juros fixos no prazo de 25 anos. Portanto, V.Ex^a e sua equipe praticaram uma política de efeito social muito grande. V.Ex^a vai criando uma cultura nova no país.

Eu acho que o Banco Central, hoje, no Brasil, é uma instituição consolidada. E eu, que sou partidário da nova economia institucional, acho que o desenvolvimento depende muito da solidez das instituições. O Banco Central, hoje, no Brasil, é uma instituição, repito, consolidada, e uma ilha de racionalidade num país dominado pela trindade maldita: demagogia, ideologia e passionalismo. Meus parabéns.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço ao Senador Jefferson Peres. Segundo inscrito, Senador César Borges.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Sr. Presidente, Dr. Henrique Meirelles, Presidente do Banco Central, demais diretores aqui presentes. Presidente Henrique Meirelles, eu acho que a análise que acabou de ser feita pelo Senador Jefferson Peres é algo que o país inteiro tem diagnosticado e aceita esses sucessos alcançados pela política econômica, pela política monetária, haja visto o crescimento que nós tivemos do nosso PIB, a confiança no país, com a queda do Risco Brasil, o aumento do consumo, o aumento do crédito, algo que há muito tempo se desejava para esse país, possibilitando, a várias camadas da população brasileira, ter acesso a bens de consumo duráveis, que não tinham no passado.

Então, o momento em que nós temos vários motivos para festejar e parabenizar a condução do Banco Central dessa política. Mas, por outro lado, nós temos uma preocupação. É porque houve uma inflexão. Caminhávamos numa direção, que, aliada ao crescimento do crédito, do consumo e do crescimento do país como um todo, havia também uma diminuição das taxas de juros, que, comparadas às taxas praticadas no restante do mundo, dos países, outros países do mundo, há de se convir que é uma taxa elevada. Nós temos uma taxa elevada de juros. E, sem sombra de dúvida, a diminuição dessa taxa de juros iria incrementar esse processo de aceleração do crescimento. Entretanto, há um ponto de inflexão, o Banco Central volta a crescer o juro. Então, eu acredito que nós estamos vivendo um momento de um dilema dessa política monetária.

Então, a nossa preocupação, aqui, é que efetivamente possa ser o país conduzido de uma forma que mantenha as taxas de juros o mais breve possível dessa forma, ou seja, em crescimento, para manter a inflação sob controle, mas também que não interrompa o ritmo de crescimento econômico no país, já tantas vezes dito aquele famoso vôo da galinha. Que acredito que não é exatamente isso que estamos vivendo, mas exatamente, eu quero externar, aqui, a V.Ex^a essa preocupação de que nós não tenhamos uma interrupção no que estávamos assistindo, estamos assistindo do crescimento. Então, fica esse dilema. Crescimento

econômico, aumento de crédito *versus*, agora, a retomada do crescimento dos juros do país. Então, é a primeira questão que eu colocaria: como é que V.Ex^a vê isso e qual a perspectiva de médio e longo prazo com relação às taxas de juros, se elas continuarão aumentando ou se é apenas um aviso ao mercado, uma política de precaução, mas que logo em seguida conseguiremos voltar àquela política desejada da diminuição das taxas de juros.

Por outro lado, eu quero fazer também uma outra indagação: a harmonização entre a política fiscal e a política monetária, com o crescimento sustentável do país. E, aí, há uma preocupação muito grande com relação a investimentos em infra-estrutura. Que esses investimentos em infra-estrutura venham em substituição ao aumento do custeio da máquina pública, e, portanto, seria muito importante que sinalizasse o aumento da capacidade produtiva da economia para que nós não vivêssemos sob possibilidade de desequilíbrio entre oferta e demanda, principalmente demanda agregada no país, que vai exigir aumento da taxa de juros. Então, aí, eu perguntaria se existe a possibilidade de se caminhar nessa direção, dando maior consistência entre a política fiscal e a política monetária. Sabidamente, o país é extremamente carente em investimentos de infra-estrutura. Por outro lado, também, há o aumento dos gastos correntes por parte do Governo. Como compatibilizar, então, essas duas necessidades do país para termos condições, ao harmonizar essa política fiscal e a política monetária? São duas questões que eu gostaria de formular a V.Ex^a. Mas, de qualquer forma, acho que o país tem a festejar o patamar que nós chegamos de confiança, tanto internamente como externamente. E isso tem levado a esses fatos que há muito tempo não assistíamos, de um crédito disponível à grande camada da população, cada vez maior, e, por outro lado, também, o *Investment Grade*, que acredito que vai permitir, também, maior confiança dos mercados externos, e, com isso, a economia brasileira só tem a ganhar.

Então, deixaria essas duas questões a V.Ex^a. A questão de quando é que nós poderemos vislumbrar a volta da caída da taxa de juros, se é possível ter essa perspectiva, e a compatibilidade entre a política fiscal e a política monetária. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço ao Senador César Borges. Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Presidente Senador Aloizio Mercadante, Presidente...

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Aperta o microfone aí, senão, o acompanhamos.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Senhores diretores do Banco Central, Antero Meirelles e Alexandre Trombini, Mário Mesquita, e Presidente Henrique Meirelles, também quero cumprimentá-lo pela exposição de dados tão alvissareiros diante de dificuldades, inclusive, da economia mundial, inclusive da economia central dos Estados Unidos da América.

O Brasil vem conseguindo um resultado muito favorável, do ponto de vista do crescimento da economia, do volume de reservas recorde, da expansão da massa salarial, da produção industrial, a criação de emprego. Um dado, em especial, que V.Ex^a, aqui, nos mostra, que é a formação bruta de capital fixo, que passa de um patamar bem... que era considerado ainda modesto nos anos 2003, 2004, 2005, mas, agora, o que nós observamos é uma linha de crescimento bastante acentuada, e a forma bruta de capital fixo em relação ao igual trimestre do ano anterior, registrado nos últimos dois trimestres, eu, aqui, ressalto, crescentes, de 3,9% para 14,6%, para 16%, correspondem a algo muito positivo. Eu avalio que seria interessante, se puder V.Ex^a, aqui, nos dizer em que medida a coordenação de esforços de um lado da política desenvolvida pelo Banco Central, mas, de outro, pelas políticas de aceleração de crescimento, bem como, agora, a nova política anunciada de desenvolvimento industrial, em que medida essas três ações têm colaborado para que haja esta perspectiva bastante otimista que V.Ex^a aqui nos apresentou? Se puder nos dizer, na sua visão, como é que estes diversos esforços colaboram para que aconteça isso.

Eu ressalto que, ainda na semana passada, quando a Ministra Dilma Rousseff esteve aqui na Comissão de Infra-estrutura, diversos senadores da oposição procuraram argumentar que a taxa de investimento da economia ainda não estaria crescendo significativamente. Mas os dados que V.Ex^a aqui apresenta mostram exatamente que sim, o crescimento do emprego, da produção industrial, da produção agrícola, inclusive recorde na última safra, e assim por diante, estão correspondendo, sim, a esses dados de formação bruta de capital e, portanto, de capacidade instalada cada vez maior. Há uma preocupação com respeito ao que acontece com a conta de transações correntes, pois há sinalização de que, em 2008, poderemos ter um déficit na conta de transações correntes, e eu agradeceria se V.Ex^a puder nos fazer uma análise a respeito de como continuar com o bom resultado, inclusive, que esse eventual déficit de contas correntes possa ser colocado em termos que o Banco Central considere adequados. Nós sabemos perfeitamente que os países passam por momentos de saldo nas suas contas e também de déficit. E é preciso que seja

feita uma avaliação contínua para que não se chegue a momentos de crise eventuais.

Gostaria de lhe perguntar a respeito do anúncio feito pelo Ministro Guido Mantega sobre a criação do Fundo Soberano do Brasil. Como é que V.Ex^a, como Presidente do Banco Central, vê o Fundo Soberano do Brasil? Em que medida haverá a coordenação de esforços entre os objetivos do Banco Central e os objetivos do Fundo Soberano do Brasil, de apoiar as exportações, as vendas, os investimentos de empresas brasileiras no exterior, através de linhas de crédito do BNDES e, inclusive, para reduzir o excesso de dólar no mercado doméstico? Em que medida isso se conjuga com os objetivos do Banco Central? Numa das audiências de V.Ex^a, aqui, em 13 de junho de 2006, como V.Ex^a tem tido sempre a disposição de tratar dos mais diversos assuntos sobre o Banco Central, eu lhe perguntei sobre a situação dos aposentados, do ex-Banespa, hoje Santander, que sempre vem acompanhando as disposições de V.Ex^a. No dia 27 de dezembro de 1997, o Banespa havia cedido à União seus créditos decorrentes de dívidas contratuais mantidas contra o setor público estadual, tendo recebido, pela cessão, títulos federais para honrar aquele passivo, o passivo previdenciário. Naquela reunião, V.Ex^a designou o Diretor da área de privatização do Banco Central, Dr. Gustavo Matos do Vale, de se reunir com as entidades de representação para construir medidas que pudessem atender os objetivos daquele grande número de trabalhadores do Banespa. Eu, tendo acompanhado estas “tratativas” e gostaria de lhe perguntar que medidas têm sido efetivamente adotadas pelo Banco Central para cumprir os termos da Resolução 118/97 do Senado e com vistas aos ajustes de valores de salários dos aposentados do antigo Banespa. Até gostaria de informar que, como tem acontecido nas diversas audiências de V.Ex^a, novamente eles estão aqui representados. Mas cumprimento, como o Senador Jefferson Peres o fez, a V.Ex^a e a equipe do Banco Central pelos resultados tão positivos que têm sido alcançados pela economia brasileira.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço ao Senador Eduardo Suplicy. Com a palavra o Senador Antonio Carlos Júnior. Peço desculpas que eu falei Antonio Carlos Valadares, e era Júnior.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BR): Sr. Presidente, primeiro gostaria de parabenizá-lo pelo seu aniversário hoje.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Muito obrigado. Vai me deixar encabulado aqui, mas agradeço a gentileza.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Parabéns, Senador Mercadante.

[aplausos]

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Chega uma idade que a gente não comemora mais aniversário. Mas, de qualquer forma, eu sinto-me com uma motivação para não prestar tanta atenção na data.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BR): Excelentíssimo Sr. Henrique Meirelles, Presidente do Banco Central, senhores diretores do Banco Central, senhoras e senhores senadores. Também quero parabenizar, aqui, o Presidente Henrique Meirelles e a equipe, por essa trajetória positiva do Banco Central nesses cinco anos, onde, mesmo tendo assumido num período difícil da economia brasileira, onde a economia mundial ainda não estava... ainda estava reagindo, estava começando a melhorar, mas a economia brasileira estava numa situação complicada. Mas a transição foi muito bem feita. Também temos que aplaudir, aqui, a gestão Armínio Fraga, porque a transição foi extremamente bem feita. Mas a condução do Banco Central nestes cinco anos foi impecável, em relação à política monetária. Porque ela garantiu, com certeza, com a queda da inflação, com o comportamento da inflação nos níveis que nós vimos até o final do ano passado, nós vimos que a economia brasileira pôde crescer com inflação baixa, o que fez com que a renda do trabalhador tivesse um crescimento real, o crédito pudesse se desenvolver, porque as taxas de juros, também em função do declínio da inflação, caíram a patamares mais razoáveis. Nós sabemos que as taxas de juros no Brasil estão altas não por culpa da política monetária, mas sim por culpa da política fiscal. Nós sabemos disso. Que nós temos um passivo, quer dizer, um passado de comportamento de política fiscal negativo. Isso fez com que a taxa de juros subisse a ponto de complicar a própria execução da política monetária. Porque, quando se precisava aumentar a taxa de juros, o efeito nem sempre se dava de uma forma mais rápida, porque o patamar da taxa de juros já era muito elevado. Mas, de qualquer maneira, é importante parabenizar a atuação do Banco Central e a prudência da elevação da taxa de juros agora. Porque, o que estava acontecendo? Com a situação de 99 e de 2003, era outra situação. Nós tínhamos a economia crescendo lentamente, e os próprios efeitos de choques externos como desvalorização cambial, que nós tivemos em 99 e 2002, o repasse desses choques cambiais em cima dos preços não se deu fortemente, porque a atividade econômica vinha num nível muito baixo. Então, não houve repercussão grande dos preços por atacado para os preços ao consumidor. Só que a situação agora é diferente.

Nós temos uma economia mais aquecida, nós temos nível de renda superior, nós temos crédito, e, conseqüentemente, isso faz com que o Banco Central tenha que ser prudente. No momento em que os preços por atacado começaram a subir vertiginosamente, o Banco Central teve que atuar efetivamente, e isso é que faz com que a confiança no Banco Central seja grande, e nosso *Investment Grade* é, grande parte, creditado à atuação do Banco Central. Portanto, foi prudente a elevação dos juros. Muita gente é contra a elevação dos juros. Todo mundo é. Porém, foi de extrema prudência, porque, dessa vez, o cenário não era igual de 99 e 2003. O cenário é outro. Então a transmissão seria facilmente estabelecida nos preços ao consumidor, e nós veríamos, sem dúvida, uma aceleração de patamar. Quer dizer, o patamar da inflação sairia dos trilhos, sairia da meta, e nós teríamos dificuldade, depois, de retornar a fazer com que a inflação baixasse. Então, foi prudente. Nós temos que parabenizar a atuação do Banco Central e, se outras elevações no curto prazo, forem necessárias, elas terão que ser feitas. Em que pese, nós torçamos para que, mais adiante, essa taxa de juros venha a cair, e, aí, sim, o Governo, no lado da política fiscal, tem que ser prudente. E se confirmarem as palavras do Presidente da República de que ele quer trabalhar numa política fiscal mais apertada, ótimo. Porque, no momento em que o Banco Central puder recuar a taxa de juros de novo, se a política fiscal estiver mais apertada, ou seja, ajustando mais, cortando gastos correntes, nós vamos, com certeza, descer essa taxa de juros para um patamar bem mais baixo. Ou seja, quando a política monetária puder aliviar a taxa de juros e a política fiscal colaborar, porque não vem colaborando, aí teremos, com certeza, um comportamento descendente da taxa de juros, que vai torná-la não só benéfica para a economia, para o crescimento da economia, mas também para a política monetária, porque o Banco Central poderá executar a política monetária de uma forma mais limpa, sem a contaminação da política fiscal. Mas, de qualquer forma, parabéns pela atuação do Banco Central. Eu não vou fazer perguntas em relação a isso, porque não tenho o que perguntar. Agora, tenho também interesse em saber sobre o Fundo Soberano.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço ao Senador Antonio Carlos Júnior. Senador Renato Casagrande. V.Ex^a prefere ficar na outra rodada? Então vamos às arguições iniciais. Com a palavra, o Presidente do Banco Central. Enquanto ele se organiza, só queria dizer que o sinal, os funcionários do Banco Central atuaram com muita responsabilidade em todo esse processo e apresentando reivindicações que faziam parte de

uma negociação, eu diria, pré-acordada com o Governo e, portanto, me parece bastante legítima, para o pleito que estão apresentando, particularmente essa questão de, em três anos, o Banco poder perder um terço de seus funcionários. E já está perdendo alguns funcionários para outras carreiras de Estado que têm melhor remuneração.

Então, eu só acho que é um tema importante para a Instituição, e não é apenas uma demanda corporativa menor apresentada recorrentemente pelas entidades sindicais, que é a função delas. Mas acho que me parece um tema procedente, a valorização da carreira, para que o Banco Central possa preservar seu grau de excelência.

SR. HENRIQUE MEIRELLES: Senador, em primeiro lugar, gostaria de também lhe cumprimentar pelo aniversário, lembrando mais uma vez. Mas eu gostaria de, antes de mais nada, dizer que, em relação às colocações feitas pelo sindicato dos funcionários do Banco, a Diretoria compartilha essas preocupações manifestadas. Nós de fato temos um quadro de funcionários do Banco, no Banco, de muita experiência e muita formação. O Banco tem investido durante os últimos anos considerável dose de recursos, recursos humanos e financeiros, na formação, treinamento do seu corpo de funcionários, e que é uma das razões importantes, hoje, do bom desempenho do Banco Central do Brasil. Portanto, é uma preocupação muito grande nossa de que de fato os funcionários do Banco mantenham condições salariais competitivas com o mercado e, particularmente, com o restante do setor público. De fato, olhamos com preocupação este fenômeno de perda de algumas... alguns funcionários qualificados que passam em concurso para outras instituições. Temos expressado isso e temos confiança de que isso será lidado dentro da responsabilidade necessária, uma isonomia do trato do funcionalismo federal e também das preocupações de todos, aí, com os controles necessários. Mas não há dúvidas de que é uma preocupação de todos, com a consistência, digamos, de todas as carreiras compatíveis do setor público federal.

Em relação... Passando agora... que eu não diria pergunta, mas às declarações, inicialmente, do Senador Jefferson Peres. Só me resta, em nome da Diretoria do Banco e em nome do corpo de funcionários do Banco Central do Brasil, agradecer, de uma maneira bastante incisiva, as colocações do Senador Jefferson Peres, bem como dos demais senadores que se manifestaram na mesma linha. Eu, então, agradeço, também, ao Senador César Borges, ao Senador Eduardo Suplicy, ao Senador Antonio Carlos Magalhães, de fato, de que o reconhecimento é algo da maior importância para que o

trabalho seja bem-sucedido. Nós encaramos com muito respeito, com muita seriedade, todas as críticas que recebemos durante esse período. Acho que a crítica é fundamental, é parte da democracia e parte do bom debate econômico, necessário, legítimo e útil. Mas o reconhecimento também é muito importante para sinalizar a direção. O que dá certo tem que ser perseguido, da mesma maneira que o que dá errado tem que ser evitado. Portanto, mais uma vez, obrigado.

Em relação, agora, passando às perguntas do Senador César Borges. A primeira, senador, é a sua preocupação com um evento que nós tínhamos no passado, no Brasil, que o senador definiu como vôo de galinha. Isto é, que, em vários pronunciamentos, nós estamos referindo como o padrão de arrancadas e freadas da economia brasileira. Eu gostaria, portanto, de responder a S.Ex^a de que as ações do Banco Central, a firmeza do Banco Central, no passado e hoje, visam exatamente evitar o vôo de galinha, evitar que, às vezes, esse pássaro suba um pouco mais do que tem, naquele momento, a capacidade e, portanto, tenha que depois parar para descansar um pouquinho. O que eu quero dizer é o seguinte, a idéia é criar condições de fato para um crescimento sustentado, corrigindo desequilíbrios e permitindo que o Brasil possa continuar crescendo a essas taxas elevadas para padrões brasileiros, pelos próximos anos. Para isso, é necessário que, entre outras coisas, a inflação continue compatível com a trajetória de metas. Porque uma das maneiras mais perversas de se ajustar qualquer desequilíbrio entre demanda e oferta na economia é exatamente a inflação. À medida que a inflação sobe, cai o poder de compra dos trabalhadores, desorganiza as atividades das empresas, cai exatamente a demanda em função da queda do poder de compra. Isso é perverso. Isso é que gera, uma das razões que geram o chamado padrão de arrancada e freadas. São surtos episódicos de inflação e reações que têm que ser necessariamente fortes a isso. Quando o Banco Central age a tempo e à hora, a evolução, como mostra a história recente do Brasil e de outros países, torna-se muito mais previsível, e, portanto, o nível de investimento pode continuar aumentando, e as reações são, portanto, mais previsíveis. Por quê? Porque é importante que a sociedade saiba que o Banco Central do Brasil fará necessário para manter a inflação sob controle. No momento em que a sociedade tem essa informação, todo o planejamento de famílias e empresas tem essa informação, todo o planejamento de famílias e empresas tende a caminhar nesta direção. O senador manifesta, também, a preocupação com a não repetição de episódios, no passado, de elevação muito forte de taxa de juros. Nós já tivemos a taxa SELIC do Brasil até 45%. Já ti-

vemos taxas de mercado também muito elevadas. Se nós olharmos o patamar, vamos ver, senador, que a tendência é de queda, a longo prazo. Isso não significa que é uma queda linear. Quer dizer, o juro só vai numa direção e não altera essa direção. Nós vamos ver que já tivemos períodos de queda forte, tivemos períodos de subida... Se nós olharmos, anteriormente, também subiu, voltou a cair. Quer dizer, o processo de ajuste monetário é um processo normal de qualquer Banco Central. O importante é que, à medida que a economia está se estabilizando, a surpresa inflacionária é menor, como eu mencionei; na medida em que os prêmios de riscos caíam, à medida que os **ratings** do país melhoram, tudo isso tende a fazer com que, a médio e longo prazo, nós tenhamos, portanto, uma tendência declinante da taxa de juros real de mercado, como tem acontecido nos últimos anos. Mas é importante que, para isso, o Banco Central mostre compromisso e mantenha a inflação sob controle, portanto, a estabilidade da economia e, portanto, o ritmo cadente.

Em relação à questão de investimentos em infraestrutura e eliminação de gargalos que possam comprometer o crescimento do país, sim, senador, estamos comprometidos em colaborar, dentro do possível. Cada um na sua função. Eu já citei, aqui, analogias, inclusive, até de, na época, perto de uma competição importante de copa do mundo. Essa é uma terminologia do jogo de futebol: cada um tem a sua função. Tem o centro-avante, tem o beque, tem, lá, o meio-campo, tem o lateral-direito, o ponta, etc. Isso muda muito. No nosso tempo era ponta, senador, hoje já mudou. Mas a estratégia de organização, a tática, está mudando, mas, de qualquer maneira, tem o goleiro, etc. Então, a função do Banco Central, nesse processo, é garantir a estabilidade. Porque, garantindo estabilidade, nós temos maior previsibilidade. Tendo maior previsibilidade nós temos horizonte de planejamentos maior do investidor. E, com horizonte de planejamento maior, nós temos mais investimento público, condições de ter investimento público e investimento privado, a arrecadação cresce mais. Portanto, nós temos condições de ter, também, maior crescimento no investimento público, além do maior investimento privado, como foi mencionado. Vou me referir também às questões do Senador Suplicy, da questão da formação bruta de capital fixo do país, que está aumentando, etc. Então nós temos, de fato, uma tendência. Mas, de novo, a colaboração do Banco Central é na estabilidade.

Passando agora às perguntas do Senador Eduardo Suplicy, o senador, em primeiro lugar, pergunta se, de fato, existe uma colaboração entre o Banco Central e os formuladores da política industrial do país, visando que possa se assegurar essa expansão

do investimento, a continuação da expansão do investimento. A resposta é sim, senador, procuramos, nas esferas técnicas, externas, dar a nossa colaboração, trabalhar dentro da maior sintonia, colocando toda a força técnica do Banco Central à disposição das demais áreas do Governo, visando colaborar para que as políticas sejam as mais eficazes possíveis. Dito isso, mais uma vez se aplica também à questão anterior. Isto é, é muito importante que o Banco Central cumpra a sua função básica de preservação da estabilidade econômica, para que os investimentos possam continuar ocorrendo e crescendo cada vez mais. Porque é muito importante dizer que os investimentos no Brasil estão crescendo bastante. O que é bom. Aliás, é ótimo. Agora, estamos saindo de um patamar ainda relativamente baixo. É importante não perdermos isso de vista. Não é apenas a taxa de crescimento que importa. Importa muito, mas também o nível. Então, se nós compararmos com alguns outros países que estão crescendo a taxas elevadas, principalmente na Ásia, nós vamos ver que o nível de investimento no Brasil tem muito para crescer ainda. Portanto, a política industrial é importante, sim, certamente, muito, agora, é importante também, muito, a estabilidade para que o investimento tenha um horizonte de planejamento maior e, portanto, possa trabalhar com a taxa de retorno menor demandada e, portanto, possa continuar aumentando de forma sustentada.

A terceira pergunta do Senador diz respeito à questão do déficit de conta corrente. Como é que o Banco Central analisa essa questão? Senador, eu mostrei, em algumas... em uma das projeções, a expansão bastante forte da demanda doméstica. Nós temos a demanda interna, ali, crescendo a 8%, que está sendo suprida por uma contribuição negativa do setor externo, que é, exatamente, em última análise, o aumento das importações muito fortes e um aumento menor das exportações, o que, em última análise, está levando ao surgimento de um déficit em conta corrente muito menor do que o nosso padrão histórico no passado, mas, ainda assim, um déficit em conta corrente *versus* um saldo nos últimos anos. Agora, isso está sendo exatamente um resultado concreto da expansão muito forte exatamente da demanda doméstica, quando o mundo desacelera. Então, nós temos o mundo desacelerando, e o Brasil com uma demanda doméstica bastante robusta. Isso, evidentemente, está sendo suprido por importações, com conseqüências na conta corrente. Exatamente o que o Banco Central está fazendo é cumprir o seu papel de política monetária, de lidar com a questão da demanda interna, nos níveis em que está. O Banco Central está fazendo o seu ajuste de política monetária, visando exatamente

equilibrar este processo, ao longo do tempo, de uma forma que não leve a desequilíbrios importantes na economia brasileira no futuro.

Em relação, agora, à outra pergunta do senador, referente ao Fundo Soberano. E até que ponto existe uma coordenação entre o Banco Central e o Fundo Soberano e a criação do Fundo Soberano? A resposta de novo é sim, senador. Os técnicos do Banco Central estão à disposição de novo das demais autoridades da área financeira e econômica do país, colaborando e dando todos os subsídios necessários para as decisões serem tomadas tecnicamente. Evidentemente que nós temos, aqui, uma questão, digamos, de um lado, objetiva de informação e, de outro lado, também de respeito, na medida em que o Ministro da Fazenda vai estar, segundo os jornais, hoje, vai estar já anunciando o Fundo Soberano e os detalhes do Fundo Soberano. Portanto, não me cabe estar, aqui, especulando como é que seria esse Fundo Soberano, etc., porque caberá, evidentemente, ao Ministro da Fazenda, quando anunciar mais tarde, e eu não tenho nem as informações e os detalhes finais do processo.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): A proposta apresenta um requerimento oral convidando o Ministro da Fazenda, Ministro Guido Mantega, para estar presente à Comissão para discutirmos a política econômica, fiscal e o Fundo Soberano. Senadores não se opõem... Está aprovado o requerimento. Está convidado o Ministro da Fazenda pra brevemente estar aqui debatendo conosco.

SR. HENRIQUE MEIRELLES: Satisfeita, portanto, a pergunta do Senador Eduardo Suplicy, por essa convocação. Em relação, agora, à questão dos aposentados do ex-Banco Banespa. De fato, senador, a sua colocação foi correta, factual, e, em conseqüência de tudo isso, houveram já várias reuniões do Diretor Gustavo do Vale, que, na época, acumulava a Diretoria de Privatização e Liquidações com a Diretoria de Administração, nesta capacidade é que ele estava lidando com este assunto. Agora, o Diretor Antero de Moraes Meirelles é o responsável por essa área e, como resultado, portanto, de diversas reuniões feitas e também envolvendo, não só os aposentados, mas também o Banco que hoje é responsável por este assunto, que foi o Banco que comprou o Banespa. A solução está próxima, e a expectativa é de que, em breve, essa instituição financeira estará apresentando uma proposta à Secretaria de Previdência Complementar.

Portanto, manteremos o senador informado sobre esse assunto, aí, dos aposentados.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Pediria só uma breve atenção, se o Sr. Antero Meirelles, depois, puder ter uma audiência com a representação

dos aposentados, que só pra... Eu agradeço. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço ao Senador Suplicy, e a demanda será atendida pelo Diretor Antero Meirelles. Vamos, agora, ao... Ainda falta a resposta ao Senador Antonio Carlos Magalhães Júnior.

SR. HENRIQUE MEIRELLES: Em relação às perguntas e declarações do Senador Antonio Carlos Magalhães, em relação ao Fundo Soberano, acredito que já está respondido e, em relação à questão do cenário, senador, de fato o senhor tem absoluta razão. O cenário hoje é outro e tem consequências diversas. De um lado é um cenário onde o Brasil está muito mais estável, a economia brasileira está muito mais forte. A economia brasileira está crescendo muito mais. Então, os efeitos se dão em outro patamar. Por outro lado, não há dúvida de que temos, hoje, uma economia funcionando num ritmo mais forte do que tínhamos no passado, além de toda a estrutura da economia brasileira, hoje, como já foi mencionado, ser bastante diferente. Mas não há dúvida de que é um outro cenário, sob diversos aspectos. E, portanto, de um lado, o Banco Central tem de ser cuidadoso, como é, e comprometido com as medidas necessárias.

Por outro lado, de novo, o... Estamos falando, hoje, de patamares de crescimento muito diferentes do que tínhamos no passado. Obrigado.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BR): Só gostaria de fazer uma referência, aqui, Senador Suplicy. Senador Suplicy, quando V.Ex^a mencionou a questão de investimentos, na verdade, o que a Senadora Kátia Abreu colocou na audiência da Ministra Dilma foram os gastos do Governo no orçamento da União, que eram por volta de 0,8; 0,9. A formação bruta de capital fixo é um outro dado. Quer dizer, na verdade, a Senadora Kátia colocou investimentos do orçamento da União. Era só isso.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Apenas para esclarecer, aqui, até diante da Senadora Kátia Abreu, que acaba de entrar, como o Ministro e Presidente... Sim, V.Ex^a estava presente no espírito, aqui, para acompanhar o crescimento significativo da formação bruta de capital fixo e, portanto, o aumento do investimento no Brasil. Só isso, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço. Próximo inscrito, Senador Renato Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Obrigado, Sr. Presidente. Também parabeno V.Ex^a pelo seu aniversário. E, com relação ao Fundo Soberano, Sr. Presidente, só para dar conhecimento ao Plenário desta Comissão, a V.Ex^a já conversei, e também dar

conhecimento ao Presidente do Banco Central, que, hoje, mais uma vez nos visita, e eu agradeço, como agradeço aos diretores do Banco Central, que eu, em fevereiro deste ano, dei entrada nesta Casa num projeto, criando o Fundo Soberano, e tenho debatido com alguns profissionais e alguns técnicos da área a possibilidade da criação do Fundo Soberano, e eu acho que seria fundamental que V.Ex^a pudesse designar um relator para que nós começássemos, de fato, como Congresso, também a debatermos de forma concreta este tema. Como eu dei entrada no projeto em fevereiro, se V.Ex^a pudesse designar um relator que pudesse começar até a coordenar melhor essa Audiência Pública requerida por V.Ex^a e que eu quero também assinar, do Ministro Guido Mantega, e que ela pudesse subsidiar, já, a elaboração do relatório deste projeto, e que o Governo possa até avaliar a hipótese de usar o projeto que nós demos entrada como projeto-base para a aprovação do Fundo Soberano, aqui, no Congresso Nacional. Então, só queria fazer... dar esse informe, já me sentindo contemplado com relação a este assunto pela palavra do Presidente Henrique Meirelles, que preferiu não se posicionar, uma vez que o Ministério da Fazenda está conduzindo o tema, está conduzindo o assunto.

Sr. Presidente Henrique Meirelles, de fato a sua longa experiência no mercado financeiro mundial e o desempenho não só de V.Ex^a, da equipe, mas da equipe econômica do Governo, que, mesmo que haja, no encaminhamento e na visão da melhor maneira de se implementar a política econômica do Governo, acho que é um conjunto que leva a esses resultados positivos que nós estamos tendo. Mas, com a sua longa experiência no mercado financeiro mundial, com um cacife de 200 bilhões de dólares de reservas internacionais, com um grau de investimento conquistado nesses últimos dias, com descolamento, podemos dizer assim, da crise... o descolamento nosso da crise americana. Nós, de certa forma, temos um descolamento. São pontos muito positivos para que a gente possa dar sequência ao trabalho que tem sido desenvolvido, e são pontos que dão consistência e sustentação de que nós devemos continuar neste caminho, nessa direção. Naturalmente, como foi a base da sua exposição, há uma preocupação, numa visão, nessa contrapartida, que é a questão da inflação, motivada pelo aquecimento da economia interna e internacionalização dos preços elevados dos produtos básicos, e outros fatores que também já foram mencionados. Parece que o país, Sr. Presidente, entrará agora na fase da política monetária mais restritiva. Não só me parece, ou trocando a palavra me parece, a minha preocupação, a nossa preocupação é que o país tenha que entrar nes-

sa fase da política econômica restritiva, tentando tirar dinheiro de circulação e, com isso, buscando evitar o aumento dos preços. Nós já tivemos isso no passado, nossos juros já chegaram a mais de 26%, a taxa SELIC, nós conseguimos esse patamar. E o debate com a inflação, com relação à inflação mundial, o problema que diversos países têm enfrentado e a pressão que nós também temos sofrido, parece que a condução da política monetária e o controle das taxas... da taxa de juros parece ser um caminho mais fácil ou o caminho mais rápido para se buscar o controle da inflação, e o último comportamento do COPOM já foi nessa direção. Agora, será que nós temos só esse caminho? O senhor já disse que não, mas me parece que a gente pode aprofundar um pouco o debate. Eu tenho visto também o debate, não por V.Ex^a, mas o debate que trata, mas defendido, pelo que a gente lê, por V.Ex^a, o Banco Central, da elevação do superávit primário. Hoje, 3,8%, podendo chegar, aí, a 4,5%, 5%, para que houvesse uma economia no Governo, e isso pudesse patrocinar a estabilização dos preços. Isso é considerado? Porque, no outro campo, se nós estabelecermos restrições aos financiamentos, ao crédito, nós já vimos, também, que a gente chegou a 36% do PIB com relação ao crédito, mas países que têm mais de 100% do PIB, países que estão próximos de 100% ou que têm 100%. Assim, chegam propostas de restrição ao crédito, de reduzir o tempo de financiamento... Eu acho que nós estamos num caminho inverso, e não podemos paralisar esse processo, porque nós estamos muito aquém daquilo que outros países exercem, inclusive dados apresentados por V.Ex^a, com relação a países em desenvolvimento. Então, se esse não é o caminho, será que o único caminho é o caminho da restrição, do arrocho? Acho que ou nós temos que, efetivamente, cada vez mais, conciliar investimentos em infra-estrutura, para que dê sustentação ao nosso crescimento, e o Governo precisava ser mais audacioso com relação às votações das reformas estruturantes, aqui, no Congresso Nacional. Acho que esse é um debate que se faz há muito tempo, e ele precisa de ter continuidade, e gostaria que V.Ex^a pudesse debater um pouco mais sobre esse tema.

E, para encerrar, Sr. Presidente, nós estamos acompanhando a desvalorização do dólar e, consequentemente, a valorização do real. O Governo estabeleceu o IOF para os investidores internacionais. Não chegou a hora de nós também estabelecermos o Imposto de Renda para o capital não residente, para que a gente pudesse dar igualdade ao capital residente, pudesse estabelecer a cobrança do Imposto de Renda sobre a entrada do capital não residente?

Então, são essas questões que gostaria de colocar para avaliação do Presidente. Obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço ao Senador Renato Casagrande. Agora, Senador Francisco Dornelles, com a palavra.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Sr. Presidente Henrique Meirelles, V.Ex^a sabe que eu sou um dos membros mais antigos do seu fã-club. Eu acho que, se tem mais antigo do que eu, aqui, é... Eu queria fazer uma questão de um assunto levantado pelo Ministro Ernani Galvêas, na carta conjuntura da Confederação Nacional de Comércio. E é sobre, justamente, sobre a taxa SELIC. Ele contesta, na realidade, a taxa SELIC como instrumento de contenção de consumo. E diz o seguinte: “Se alguém vai ao estabelecimento comercial, industrial, mesmo em relação ao cheque especial ou cartão de crédito, a taxa de juro varia entre 100% e 200%”. É essa taxa de juros realmente suportada por aquele que tomou o empréstimo? Se alguém vai ao BNDES e precisa de um investimento, ele passa a SELIC, ele passa à TJLP, que é abaixo da SELIC. Se uma pequena empresa vai ao Banco do Brasil ou se a agricultura vai ao Banco do Brasil recebe juros bastante razoáveis. Até que ponto a taxa SELIC, realmente com todas essas... com o que existe no mercado, ela é um instrumento de realmente de contenção de demanda? Ela hoje tem um reflexo imediato sobre os gastos do setor público, o aumento das despesas de juros, sobre a valorização do real, que é o instrumento para conter a inflação. Mas ele levanta o problema da SELIC como um instrumento de contenção de consumo, ela própria, em decorrência de todas essas outras taxas de juros que existem no Brasil.

E a segunda questão minha é; se por acaso, o aumento da SELIC, o objetivo e o objeto foi a contenção de consumo, foi a contenção da demanda, existe alguma contradição entre a política monetária, contractionista, e uma política creditícia e fiscal que hoje está com algum viés expansionista? Era essa a questão.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Ministro, agora estou inscrito, depois o Senador Arthur Virgílio e a Senadora Kátia Abreu. Eu queria começar dizendo que eu acho que esses dados que foram apresentados reforçam uma percepção que hoje é reconhecida internacionalmente e por qualquer analista mais sério e mais dedicado ao acompanhamento da evolução da economia brasileira.

O país vive um momento extremamente feliz, onde foi possível combinar um conjunto de medidas econômicas, num primeiro momento, com cenário internacional favorável, e nós conseguimos alcançar uma

evolução no comércio exterior. Porque a primeira tese que se esboçava era: “Não, o Brasil vai bem porque o mundo vai bem”. Nós vimos, aqui, que as exportações brasileiras cresceram 173%, enquanto as exportações do comércio mundial cresciam 50%. O Brasil avançou muito além da evolução da economia mundial, que seguramente contribuiu muito para o Brasil estar no momento que atravessa, mas não explica a evolução da economia brasileira. Nós conseguimos reduzir muito a vulnerabilidade externa, alcançarmos reservas de 197 bilhões de dólares, principalmente com essa evolução no comércio exterior. Conseguimos melhorar muito a fragilidade das finanças públicas e conseguimos manter a estabilidade econômica, que eu acho que foi uma tarefa fundamental para todas essas realizações, que hoje é o grau de investimento, risco país, o crescimento sustentável.

Nós estamos vivendo um momento, agora, que a economia americana está com a projeção de crescimento de 0,5% para este ano; o Japão, 0%; Europa, 1,7%; e o Brasil cresce, neste primeiro trimestre, 6,2%. Então nós estamos num ritmo de crescimento que mostra que especialmente a Ásia, que é o grande eixo dinâmico da economia mundial, e o Brasil, nesse cenário, estão numa posição bastante nova, se nós analisarmos a história recente do país. Eu me lembro, o Mário Henrique Siemens tinha uma frase espetacular, que ele dizia: “Toda vez que a economia americana espirra, nós pegamos pneumonia”. E, hoje, eles estão com pneumonia, estão na UTI, e nós ainda não espirramos. E há uma mudança importante do ponto de vista da percepção da história econômica do Brasil.

O segundo comentário que eu queria fazer é que nós estamos, de fato, com uma pressão inflacionária. É incontestável. Os indicadores todos mostram que nós temos uma pressão inflacionária e que o Governo tem que ter um combate implacável à inflação. Que essa é uma condição fundamental para nós mantermos uma rota de crescimento sustentável com estabilidade. Agora, o componente fundamental dessa inflação que aí está é um choque externo de preços. O IPCA de abril foi 0,55. Alimentos explicam 0,28 do 0,55. Quer dizer, o componente predominante na inflação de abril é o índice de alimentos que evoluiu internacionalmente numa crise de oferta e por vários fatores, que não convém aqui nós aprofundarmos nesse momento, você tem produtos, como o arroz, que cresceram 27,9% no mês. Então, a pressão inflacionária, junto com leite e derivados, trigo e alimentos *in natura*, alimentos explicam 0,28 do 0,55. E, se nós associarmos aos alimentos, aço, minérios e petróleo, nós vamos encontrar qual é a inflação, e também o petróleo é m terceiro choque de preço internacional; chegou a 125 dólares o barril.

Tanto é assim que, se nós analisarmos, de outro lado, setores de consumos duráveis que tiveram a mais acelerada taxa de vendas e produção, quer dizer, eletrodoméstico cresceu 15,4%; informática e celulares, 29,5%, as vendas no ano passado. O que é uma coisa fantástica. Só de computadores foram 10 milhões e 400 mil computadores. E veículos cresceram, no ano, 27,8%. Agora, a inflação de duráveis é – 0,1. Ou seja, os duráveis, que estão num ritmo extremamente aquecido de demanda, por que é que não está pressionando a inflação? Porque as importações de duráveis explicam 38% do consumo, 38% da demanda brasileira. Exatamente aquele ajuste no consumo das famílias extremamente acima do crescimento do PIB, e são as importações que estão fazendo esse ajuste. Respostas diferentes nós não podemos dar em relação a minérios, aço, petróleo, especialmente alimentos, porque nós temos um choque internacional de preços. Então a primeira questão é: Em que medida a Taxa SELIC é um instrumento suficiente para responder a um choque externo de preço? Quer dizer, o regime de bandas é um instrumento de acomodação a um cenário semelhante, ela é um instrumento adicional, importante, mas ela tem limites para amortecer um choque dessa natureza.

Segunda questão que eu queria... Terceira questão, eu ia destacar é que é inegável que a taxa de câmbio e as importações são o grande instrumento deflacionário dessa conjuntura. O instrumento fundamental de amortecimento desse choque externo de preço foi a taxa de câmbio e o crescimento das importações. Só de duráveis nós tivemos um crescimento de... Importações, em geral, no último trimestre, cresceu 49,3%, e as exportações, 13%. Então, as importações e a taxa de câmbio são instrumentos de amortecimento desse choque. Agora, estão levando a um déficit de transações correntes elevado. O déficit de transações correntes no trimestre é de 10 bilhões e 800 milhões de dólares. Portanto, o Brasil tem condições de absorver um déficit dessa magnitude esse ano? Tem. Tem porque nós temos 197 bilhões de dólares em caixa e ainda temos o superávit comercial que vem, evidentemente, se reduzindo. Mas é uma situação que nós não podemos prolongar no tempo. Quer dizer, o que preocupa em relação ao déficit de transações correntes é a velocidade da aceleração do déficit. Não é propriamente o fato de nós termos um déficit que é totalmente compatível com a situação das nossas contas públicas.

Por último, eu queria dizer que eu compartilho da idéia de que, para nós termos uma sintonia fina, porque nós temos que discutir, aqui a sintonia fina, entre a política monetária e o combate à inflação, e para não sobrecarregar a política monetária, nós temos que

avançar no superávit primário. Quer dizer, a política fiscal tem um papel fundamental nesse momento de complementaridade à política monetária. Nós estamos com o superávit primário, este mês de abril, de 4,46% do PIB. Portanto, bem acima da meta de 3,8%. Tem um componente sazonal, mas está acima. E quero lembrar que a redução da dívida pública interna vem se aprofundando. No mês de abril, a dívida pública, de março para abril, caiu de 42,2% para 41,2%. Então o país continua se endividando, o superávit primário melhorando o perfil da dívida pública, reduzindo o estoque da dívida pública. E eu vejo que o superávit, preservados os investimentos logísticos em infra-estrutura, que são essenciais às políticas sociais, ele é muito importante nessa conjuntura, para ter um papel complementar à política monetária. E acho que o Fundo Soberano, dependendo da forma como for concebido, se houver moderação e equilíbrio nesse instrumento, ele pode ser um instrumento adicional para nós analisarmos, aí, a evolução da taxa de câmbio nesse processo e melhorarmos o perfil da aplicação das nossas reservas, dada a deterioração do dólar como moeda padrão internacional. E vejo a política industrial, para encerrar, como muito positiva, exatamente para nós melhorarmos o desempenho comercial, sem tomarmos medidas de contenção das importações, que, nesse cenário, seria extremamente prejudicial a esse equilíbrio de preços que nós estamos constituindo.

Encerro a minha intervenção e quero me associar, portanto, a todos aqueles que parabenizaram o desempenho de V.Ex^a à frente do Banco Central, trabalho muito importante, e acho que o Brasil inteiro comemora, as realizações, especialmente o grau de investimento, que é uma coisa muito antiga, muito desejada, e que, seguramente, V.Ex^a tem um papel muito importante nessa conquista. Com a palavra, o Presidente do Banco Central.

SR. HENRIQUE MEIRELLES: Em primeiro lugar, as perguntas do Senador Renato Casagrande. E ele pergunta, em primeiro lugar, sobre o risco de nós repetirmos padrões de apertos monetários muito elevados. Eu apenas vou me referir ao que já foi mostrado no momento em que o senador não pôde estar presente, apenas que os ciclos de aperto monetário, no Brasil, têm tido uma tendência de serem de magnitude menor, em função da estabilidade da economia. E, se olharmos no passado recente, a partir de 2001, isso é muito claro. Se olharmos para períodos anteriores, também. Então, estava me referindo, Senador, a sua pergunta, no sentido de que o... a história recente do país mostra que a volatilidade das taxas de juros de mercado e das taxas de inflação e também das taxas base tem diminuído. Então, os ciclos de política mone-

tária têm tido um comportamento diferente nos últimos anos, evoluindo em direção a uma maior estabilidade. Portanto, isso, no entanto, não impede que haja ciclo de política monetária, como qualquer país. O que nós temos, de um lado, é uma linha de tendência, mas, de outro lado, ciclos de maior expansão e de maior contração.

Em relação à sua pergunta de elevação do superávit primário, do investimento em infra-estrutura, nós sabemos que, certamente, isso é algo que olhamos, também, tal qual S.Ex^a, com maior interesse e a maior atenção. Não há dúvida de que investimento em infra-estrutura é fundamental para o país, não só investimento público, como investimento privado, visando aumentar a capacidade de produção do país, seja através de transporte, seja através da geração de energia, transporte de energia, etc. A maneira que o Banco Central, portanto, pode colaborar para o aumento do investimento na infra-estrutura, de novo, é a manutenção da estabilidade inflacionária. Na medida em que o investimento em infra-estrutura seja público, seja privado, tem um longo período de maturação e, portanto, ele precisa de previsibilidade. O que fez com que, durante muito tempo, vários países diminuíssem esse, um dos fatores para diminuir as taxas de investimento de longo prazo é exatamente a pouca previsibilidade da economia e, portanto, ciclos e horizontes de planejamento muito curtos. Por isso é uma coisa que está melhorando no Brasil.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):

O Governo analisa essa hipótese que está sendo debatida publicamente da elevação do superávit primário, da meta de superávit primário, de 3,8% para 4,5% ou 5%?

SR. HENRIQUE MEIRELLES: Senador, evidentemente, que cada área no Governo é responsável por sua função específica. Então, a questão do superávit primário é algo que nós podemos opinar, etc., mas não participamos, necessariamente, do processo decisório em que está. E uma das características que nós procuramos preservar no Banco Central é exatamente o respeito às diversas áreas de atuação. Não há dúvidas de que, como mencionou o Senador Mercadante e outros senadores, um aumento de superávit primário tem componentes extremamente positivos em relação à necessidade de captação de recursos por parte do tesouro e, em consequência, sobre a pressão, sobre o mercado de taxa de juros e, em consequência, sobre esse padrão. Além do mais, existem questões relacionadas também ao impulso fiscal. Então, com tudo isso, não há dúvida de que é virtuosa a discussão, digamos. Agora, evidentemente que todos esses componentes, têm componentes muito importantes, como sabe V.Ex^a,

mais do que eu, sendo Senador da República, que têm componentes, também, de demandas diversas do país por recursos públicos e etc. Portanto, é algo... a decisão, em si, nós respeitamos com bastante atenção.

Em relação à questão do investimento... Desculpe, o investimento em renda fixa e o Imposto de Renda sobre investimento em renda fixa, a mesma coisa. Tudo na vida tem custo e tem benefício. No caso do Imposto de Renda, sobre a renda fixa, de um lado é visto como positiva a volta do Imposto de Renda sobre aplicação de renda fixa, no sentido do tesouro, porque, em tese, poderia diminuir um pouco o volume de entrada de dólares para esse tipo de aplicação, mas, por outro lado, tem um custo do Tesouro. Quer dizer, carece um pouco as captações do Tesouro Nacional, na medida em que os investidores demandam um pouco mais de investimentos. Por outro lado, existem outros instrumentos, como o IOF, que foi aplicado. Portanto, de novo, é uma decisão fiscal e que tem custos e benefícios que olhamos com atenção.

Em relação, passando, portanto, às perguntas, agora, do Senador Francisco Dornelles. Em primeiro lugar, muito obrigado pela manifestação positiva e, mais uma vez, senador, tenho que manifestar, aí, o apreço por sua generosidade. Em relação à questão da eficácia da taxa base SELIC, que foi também uma questão levantada pelo Senador Mercadante, eu diria, em primeiro lugar, que existem, sim, estudos e análises técnicas, inclusive feitas pelo próprio Banco Central, de que há, sim, um repasse muito significativo, um... uma influência muito grande da SELIC sobre a taxa de juros de mercado. Portanto, influenciando diretamente este canal de transmissão, como mencionado por S.Ex^a, como um dos canais importantes. Existe, inclusive, vamos enviar ao senador, um trabalho feito no relatório de inflação do Banco Central de setembro de 2006, que é um *box* específico sobre esse assunto. Vamos enviar ao senador, para que o senador possa ter essa visão com clareza. Existe, evidentemente, uma série de outros canais de transmissão.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Se possível, Sr. Presidente, qual seria, quando se eleva a SELIC de 0,5, de 1 ponto, qual é o reflexo que ela tem sobre uma taxa de juros de 200%, 150% no mercado?

SR. HENRIQUE MEIRELLES: O relatório trata desse assunto com bastante precisão, senador. Nós podemos colocar à disposição do senhor e demais senadores. Porque, evidentemente, que tem uma série de condicionantes. O fato o concreto é o seguinte: um dos canais é exatamente um efeito no aumento da taxa de juros ao consumidor, diminuição dos prazos, em consequência, e um impacto nessa área. Em re-

lação às demais taxas, sim. O Brasil, na sua estrutura de crédito ou setor produtivo, tem uma série de outras taxas, tem a taxa do BNDES, tem a taxa do crédito rural, tem a taxa do crédito habitacional, tem o crédito do setor externo, da economia. Então, tudo isso são fatos que fazem com que a taxa média para o setor produtivo nacional seja um pouco mais baixa, na medida em que essas taxas são um pouco mais baixas do que a taxa base para o restante da economia. Em dito isso, isso não faz com que invalide a política monetária. A história mostra que a política monetária funciona no Brasil, sim, como indicam os livros textos. Ou seja, a própria experiência recente do Banco Central do Brasil, nos últimos anos, mostra isso com bastante clareza. E a questão de usar outras taxas, senador, já houve experiências feitas em outros países do mundo, inclusive no Brasil, sobre os outros critérios. Já existiu a questão dos agregados monetários, e já existiram tentativas de alguns Bancos Centrais de não usar a taxa base, de usar a taxa de médio e longo prazo. Usar diretamente as taxas que têm maior presença no mercado. Essa experiência não foi bem-sucedida. Os Bancos Centrais não tiveram muito sucesso em tentar controlar demanda agregada usando taxas de prazo maior. Então, o mecanismo, hoje, de sucesso, experimentado, testado, consagrado, é exatamente a mudança no patamar da taxa base. Alguns, até alguns autores importantes, no começo brincavam um pouco com isso, dizendo até que o banco era como a história de se controlar o cachorro pelo rabo, porque, de fato, é uma influência, muitas vezes, não direta. Mas, na realidade, a experiência mais bem-sucedida e mais testada, que é exatamente a ação do Banco Central através da taxa base, inclusive porque essa é uma taxa que o Banco Central pode controlar e ter as suas metas cumpridas no mercado de mercado interbancário, diário, etc.

Portanto, de fato, nós vamos, de qualquer maneira, aliviar o estudo, mas é o mecanismo que hoje é usado no mundo todo e com grande sucesso, tanto que, depois da implantação dos regimes de meta de inflação, usando a taxa de juros como instrumento e com taxa de câmbio flutuante, a inflação média do mundo todo caiu. Teve outras influências também, mas a inflação média caiu, a taxa média de crescimento aumentou. Portanto, é uma experiência bem-sucedida.

Em relação às questões colocadas pelo Senador Aloizio Mercadante, ele coloca, de um lado, essa questão teórica e, do outro lado, uma questão mais objetiva, em relação à chamada inflação importada. Seja através dos elementos, através das matérias-primas. O senador, a última observação do senador já responde uma parte da questão, quando o senador

diz que a taxa de câmbio tem tido um efeito desinflacionário, em relação à economia como um todo, particularmente para os bens duráveis, mas também em relação a outros bens comercializáveis, e também palavras do Senador. Mas não podemos prolongar no tempo muito, digamos, um aumento da conta corrente, um aumento do saldo negativo da conta corrente. O que eu quero dizer é o seguinte. O senador está colocando com clareza que existem limites nesta parte da questão inflacionária, que é a valorização do real. Não sabemos qual é o limite, etc., mas existem limites. Mas existe uma coisa mais importante a isso, senador, é que o fato concreto é que, sim, existe um aumento de matéria-prima; sim, existe um aumento no atacado; sim, existe aumento de alimentos. Mas o fato concreto é que, em uma economia com o nível de demanda como está, o que precisamos é controlar o risco de que haja aumento da difusão desses aumentos de preço na economia. E, para lhe dar uma informação importante, podemos lhe dizer o seguinte: que, se nós retirarmos os alimentos, por exemplo, dos índices de preço, como mencionado pelo senador, principalmente se olharmos a tendência dos últimos meses, principalmente, nós vamos ver que, mesmo quando excluimos alimentos, os índices de preço estão crescendo, se nós fazemos uma análise, por exemplo, dos últimos trimestres ou dos últimos quadrimestres. E, dependendo do índice, nós poderemos ver esta medida de núcleo, que não é usual no Brasil, mas que nós fizemos o cálculo da mesma, exatamente preparados para essa pergunta do senador, especial. Nós poderemos mostrar, sim, que há uma evolução positiva... Positiva no sentido de estar aumentando, pode ser vista também como negativa. Desse núcleo não usual de inflação, onde se excluem os alimentos.

Em resumo, por outro lado, mostramos também os índices de preços no atacado e a evolução e a pressão, aí, dos custos na indústria. Foi mencionado, também, por alguns senadores que isso, num quadro de demanda muito forte, pode levar a uma contaminação do restante da economia, com repasse dos preços no atacado para o varejo, o que pode levar, de fato, a um custo muito maior no futuro. Mas gostaria, de novo, de deixar ao senador uma mensagem de serenidade e de firmeza no Banco Central, no sentido de que o Banco Central está analisando todos esses fenômenos, e é comprometido a manter a inflação brasileira consistente com a trajetória de metas. E, finalmente, eu gostaria também de agradecer ao Senador Mercadante pelos cumprimentos e reconhecimento ao trabalho do Banco Central.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço ao Presidente Henrique

Meirelles. Antes de passar a palavra ao Senador líder Arthur Virgílio, eu peço licença, passo a Presidência ao Senador Dornelles. Eu sou autor dessa homenagem à Lei Áurea, 120 anos, que nós estamos tendo no Plenário do Senado, e a Sessão está se encerrando, e pediram que eu pudesse participar. Então eu vou e volto o mais breve possível, só para fazer a minha intervenção.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): A favor da Lei áurea?

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Não sei se nós dois estivéssemos naquele tempo qual seria o seu voto. O meu seria favorável.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Eu, se nascesse negro, seria José do Patrocínio; branco, seria Joaquim Nabuco.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Você sabe que ali é uma lei que só tem cinco frases, dois artigos, e fica abolida a escravidão em todo o território Império do Brasil. E o segundo artigo é revogado às disposições em contrário. É a lei de maior alcance social. Eu tenho, no meu gabinete, o texto de próprio punho do Joaquim Nabuco e eu deixo lá toda vez que vamos negociar alguma lei, porque, se fosse hoje, iam colocar assim: “No caso da Zona Franca de Manaus, será dada uma compensação de tanto e tal... [risos] No caso do Nordeste, vai ter um—“

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Eu perguntei isso porque eu tenho medo de que, se você fosse situação, talvez fosse de fato esse o desempenho. Mas o PT na oposição era capaz de ser contra a lei áurea. Aí que eu queria chegar.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Peço licença a vocês e volto logo em seguida. Senador Dornelles, com a palavra.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Muito bem, Presidente. Antes de mais nada, eu gostaria de cumprimentar o Presidente Meirelles e dizer que o *Investment Grade*, da Standard & Poor's, veio em boa hora, porque já falavam no COPOM informal. Veio em boa hora e parece que isso aí esfriou, jogou uma certa água fria nesse COPOM de iluminados, enfim. Eu vejo o tripé exitoso que se pratica há quase dez anos no país. Sem dúvida nenhuma, o controle rígido da inflação através do sistema de metas, a flutuação do câmbio e a questão fiscal, onde eu vejo um certo calcanhar de Aquiles.

Eu gostaria, primeiro, de deixar bem claro, para as pessoas, talvez menos avisadas, que eu não vejo que, a depender dos caminhos da inflação no país, que o simples fato de anunciarem um esforço maior de superávit elida a necessidade talvez de o Banco Central recorrer a aumento de taxa de juros. Só para ser realista, para não ser [ininteligível]. Meu querido Aloizio, tenho uma amizade por ele muito grande, mas ele ainda agora descreveu um país tão bom, que eu dizia à Senadora Kátia Abreu que eu estou com vontade até de me mudar para o Brasil. Eu estou com muita vontade de me mudar para o Brasil, eu dizia: “É um lugar seguro... Eu deixaria lá... enfim, lugar bom para criar filhos”. Enfim, fiquei muito empolgado. Vou saber preço de passagem e tudo. Mas eu gostaria de falar um pouco sobre o tal fundo. Antes de mais nada, Presidente, eu não vou repetir que tenho muita concordância com a sua atuação, e ela tem sido demonstrada na prática. Eu vejo que... Mas eu queria tecer alguns comentários, antes, sobre a questão do Fundo Soberano. Eu tenho muitas dúvidas sobre ele. Acho que vai ser um debate muito bom. Mas eu pergunto: que projetos serão esses que darão uma taxa de retorno que, a meu ver, não deverão ser menores que as taxas SELIC, para isso ter razão de ser? Segundo, como é que se darão as compras de divisas para alimentar esse Fundo Soberano? Terceiro, recursos orçamentários. Vem nova carga de impostos, aí, ou nós vamos presenciar um recuo nos investimentos? Eu não sei se o BNDES já não faz... já não pode pelo menos fazer muito bem o papel que supostamente esse Fundo Soberano faria.

Assim como eu tenho, também, Presidente, algumas dúvidas, algumas restrições ao otimismo com que alguns lidam com o lançamento da tal política industrial. Não sei se isso aí vai dar em aumento efetivo de taxa de crescimento positivo. Não sei. Eu vejo que pode haver, pelo privilegiamento de setores, pode haver até concentração de renda, mesmo.

E, por outro lado, eu percebo uma preocupação de alguns com um câmbio tão enfermo, tão doentio, que, no fundo, no fundo, eu não estou sendo irônico, porque eu não sou afeito à ironia. Mas, se der certo o que projetaram ontem, acaba entrando mais dólares, e nós vamos ter de novo alguns se queixando do câmbio valorizado, enfim. Mas, em relação ao superávit, eu, de novo, faço a pergunta. Que estão projetando o quê? Aumento de impostos? Estão projetando recuo nos investimentos? Ou o Governo vai enfrentar o *front* fiscal para valer, cortar gastos, que eu vejo, supérfluos, em 38 Ministérios, em dezenas de milhares de cargos comissionados que poderiam perfeitamente ser substituídos por chefias das carreiras nas repartições públicas, enfim? Eu me preocupo com a inflação para

valer. Porque a minha posição não é nem um pouco cômoda. Eu sou líder de um partido da oposição e, invariavelmente, quando se trata de Banco Central, eu fico na posição que é menos popular. Porque a posição mais cômoda, aquela que eu invejo. E a gente tem que confessar. Tem pessoas que são doentamente invejosas. Eu não sou. Eu não tenho inveja do Bill Gates, eu não tenho. Eu não tenho inveja do Brad Pitt. Eu não tenho. Eu me conformo com o que eu sou. Agora, eu sou invejoso, como qualquer ser humano. Então eu tenho inveja das pessoas que dizem: “Maravilha, obtivemos o *Investment Grade*, da Stantard & Poor’s”. E depois ainda se dão ao luxo de cobrar, fazer críticas à política monetária, que, a meu ver, foi fundamental para que se estabelecesse essa relação de confiança na agência mais liberal das três. Eu nem me queixo quando as pessoas confundem o estágio atingido pelo Brasil, com a mesma euforia de que se tivesse atingido o AAA. Estamos bem longe disso.

E de tudo que V.Ex^a tem dito, Ministro Meirelles, Presidente Meirelles, a advertência mais grave, que eu espero que tenha sido ouvida dentro e fora do Governo, é que não é como o grau de engenheiro ou uma pós-graduação em nanotecnologia ou o generalato que se atinge e está atingido. O Brasil tem que continuar percorrendo um grande caminho, em primeiro, para se credenciar perante as demais agências, que, a meu ver, estão aguardando algumas respostas de política interna. Por exemplo, retomada do processo reformista. Estão aguardando como resposta, também, uma demonstração clara de que há intenção de se cortar gastos públicos. Talvez não se manifestem antes disso. Mas, de qualquer maneira, ainda que todas um dia se manifestem, no sentido de conceder ao Brasil o *Investment Grade*, o Brasil terá que se manter nessa linha. Foi a advertência que V.Ex^a fez, que eu achei a mais saiba de todas. Porque se perde. Está muito bem hoje, pode estar muito mal amanhã. Não é irreversível. Não é um grau que se obteve. Eu sou engenheiro agora para o resto da vida. Não é. É algo como ser, por exemplo, senador. Se eu perco a eleição, amanhã, eu não sou mais senador. Hoje eu sou porque ganhei uma eleição dentro das regras constitucionais brasileiras.

Eu gostaria de dizer que está na hora, portanto, de mais eficiência administrativa, e eu repito, de cortar gastos públicos. A inflação me preocupa, porque eu vejo que nós estamos chegando a um ponto em que o câmbio flutua, e é bom que flutue, mas está chegando num certo piso o dólar. Não dá para ficar contando com o dólar para enfrentar a inflação. O Senador Mercadante, que está lá defendendo a Lei Áurea, e eu fiquei muito feliz em saber que ele é a favor. Mas ele está agora defendendo a Lei Áurea lá, e está muito

preocupado com o arroz. Há uma interligação muito grande, a meu ver, entre a inflação interna e a inflação externa. Até porque eu sei que, se está faltando arroz lá, eu, que produzo arroz aqui, posso estocar. Eu não sou obrigado a colocar meu arroz no mercado nacional. Eu posso me dirigir à exportação e, com isso ganhar mais, faturar mais. Eu, aqui, ouvi muitas coisas, V.Ex^a ouviu também, como o Ministro Palocci ouviu também, como o Ministro Malan ouvia. Eu ouvi coisas, assim, fantásticas, coisas que, se amanhã a gente tiver que escrever um livro, a gente vai ter que anotar esses episódios. Diziam assim, tinham aqueles mais sinceros que diziam: “Eu sou contra a meta de inflação”. Aí eu dizia: “Poxa, vida. É uma posição que não julgo a mais adequada, mas eu respeito. Cada um pensa como quer”. Eu dizia: “Sou claramente a favor de metas de inflação”. Outro dizia assim: “Eu não sou contra meta de inflação, mas eu também quero meta de crescimento”. Aí digo, isso aí já é inovação. Isso aí só no Brasil. Decorre da inflação que o Brasil tenha o crescimento possível que o país pode ter. Eu não... eu tenho uma estima enorme pelo Ministro Guido Mantega, acho um homem bom. Digo isso com a maior sinceridade. Homem bom, uma pessoa que eu vejo bem intencionada, boa. Mas, quando ele fala nessa história de um pouco mais de inflação não faz mal, ele... que pouco mais de inflação é tolerável, ele me deixa preocupado. Porque um pouco mais de inflação é preocupante, sim. E eu vejo que nós estamos vivendo um momento grave, de muita preocupação de todas as pessoas que tenham aprendido, com o passado recente, com a questão da inflação no país. Eu vejo as pessoas dizerem: “Eu sou a favor de meta disso, meta daquilo”. E não é verdade que isso seja possível. A partir daí, assim como alguns tentam negar o chamado PIB potencial brasileiro. E pra mim não é verdade que se possa negar isso. O grande ganho, nos últimos anos, é que nós aumentamos o PIB potencial. O Brasil hoje pode crescer mais um ponto, pelo menos um ponto e meio, do que podia crescer antes, sem detonar inflação adicional. E isso é algo que é uma conquista a ser celebrada pelos brasileiros. Mas imaginar que o Brasil, com o atual nível de capacidade produtiva, pode simplesmente soltar os cachorros e não ter problemas graves com inflação, assim como imaginar que o Brasil pode, a esta altura, conviver com 6% de inflação, seja pelo perigo disso e, para mais, seja porque seja que 6% é demais para um país no estágio de estabilidade a que o país tem que se obrigar a manter. Eu vejo essas duas coisas como perigo.

Então, eu gostaria de dizer que eu não tenho muitas perguntas a lhe fazer, não, porque, enfim... Eu teria muito mais. Eu vou propor ao Mercante um debate so-

bre o Fundo Soberano, sobre a política industrial. Nós temos que debater isso aqui. Não vou lhe perguntar, por razões óbvias, sua opinião sobre o Fundo Soberano. Eu adoraria perguntar, se eu não soubesse ou se eu não supusesse qual é a sua opinião. Não vou perguntar, não quero deixá-lo mal perante seus pares do Governo, enfim, e nem vou perguntar sua opinião, sobre a política fiscal, que eu temo deixá-lo mal de novo. Então, eu quero deixá-lo bem, por isso, não vou fazer pergunta alguma. Há um nível de concordância muito grande entre nós dois, enfim, e, portanto, eu entendo que V.Ex^a cumpriu um papel muito importante. E, aí, eu devo dizer, eu que tenho um projeto que estabelece autonomia legal para o Banco Central. Por isso, eu não concordo inclusive com a forma. Eu não gosto da idéia do Ministro Meirelles ser Presidente do Banco Central. Eu gosto da idéia do Presidente do Banco Central, com o mandato descoincidente de seus diretores, descoincidente esse mandato do mandato do Presidente da República. Ou seja, aquilo que tem dado certo em outros países e que dá muito certo nos Estados Unidos, aqui perto. Eu não gosto da figura do Ministro, porque não gosto de Presidente do Banco Central demissível **ad nutum**. Eu não gosto. Mas aí eu tenho que reconhecer algo que é uma outra conquista que se liga de Governo a Governo. Nós temos já... Meu Deus, quantos anos de independência informal, mas real do Banco Central? Já muitos anos. Nós temos, acho que, oito... O final do Governo Itamar... Oito de Fernando Henrique, cinco do Presidente Lula. E eu quero dizer que não tenho como deixar de reconhecer no Presidente Lula um grande faro. Ele perdeu uma eleição de Presidente uma vez porque não acreditou no Plano Real. Embarcou em certos cantos de sereia e teria tido até um Vice-Presidente nosso. Estava armado em 94. Ele não acreditou no Plano Real. Disseram a ele que o Plano Real era mais um plano que iria fracassar, e acabou fracassando a candidatura dele, enfim. Como ele tem uma acuidade política muito grande, um faro político muito grande, ele percebeu que devia bancar contra vozes do partido dele, contra um monte de gente; enfim, inclusive aqueles que estão na posição cômoda de dizer: “Parabéns, seu trabalho é ótimo, mas a taxa poderia ser menor”. Eu lhe digo: “Parabéns, seu trabalho é ótimo, só que a taxa não poderia ser menor, a taxa SELIC não poderia ser menor”. E não sei se não vai ter que ser maior, na próxima vez, enfim. Eu tenho horror de brigar com a realidade, porque eu já tenho as minhas brigas todas e, aí, com a verdade, aí, com a realidade, não dá. Eu vou cair numa paranóia e eu quero recusar esse tópico em minha vida, enfim. Mas o Presidente teve o faro de perceber que deveria apoiar o Ministro Palocci

e V.Exª no seu primeiro Governo, que, aliás, do ponto de vista fiscal, foi melhor do que o segundo Governo. E teve o faro de perceber que, quando perdera a contribuição inestimável do Ministro Palocci, ele teria que concentrar as suas expectativas e sua confiança no Banco Central. E isso é um mérito que ninguém pode tirar do Presidente Lula. Não lhe falta inteligência política. Ele mostrou isso, nesse momento. Agora, óbvio que alguns imaginam que, se a parte fiscal anda mal, se os gastos crescem exponencialmente, se os gastos crescem sempre brutalmente acima do PIB, aí, depositar na política monetária as expectativas de que ela resolva tudo é supor que o Pelé pudesse ganhar sozinho a copa do mundo de 70. E ele não ganhou sozinho. Ele ganhou cercado daquela constelação que estava ao lado dele. Mas o Ministro Dornelles alega que V. Exª tem aí as suas... tem seus compromissos outros. Gostaria apenas de mais uma vez dizer que o seu trabalho é, a meu ver, uma ilha no Governo. Que agora o Governo precisa oferecer Governo para poder, inclusive, atrair os investimentos que a condição de grau de investimento concedida por uma das três agências fundamentais lhe poderia garantir. Mas tem que ter Governo para assimilar tudo isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): [pronunciamento fora do microfone] Colocações. Com a palavra a Senadora Kátia Abreu.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Obrigada, Presidente, Sr. Ministro Henrique Meirelles e toda a sua equipe técnica. Eu gostaria, Presidente, até de não é de lhe fazer perguntas, são apenas alguns comentários. As minhas perguntas verdadeiras seriam para o Ministro da Fazenda, mas o senhor não é menino de recado para que eu possa mandar as perguntas por V.Exª.

Em primeiro lugar, eu gostaria muito de avaliar o orçamento doméstico do Mantega, sinceramente, do Ministro Mantega. Como é que são os gastos desnecessários no seu orçamento doméstico. Será que ele trata o orçamento doméstico igual ele trata os gastos do orçamento brasileiro? Tinha muita vontade de saber, sinceramente. E se é com o mesmo desprendimento para gastar em desperdício com o que ele gasta o orçamento suado, tirado do bolso do trabalhador brasileiro, é o que ele trata o que sai do seu bolso, dentro da sua casa. Presidente, nós estamos acompanhando na imprensa, e eu estou fazendo um *book* que vou mandar para o Meirelles, para o Mantega de presente. Um *book* sobre todos os economistas, unanimidade, não só também como o avanço do Brasil no *Investment Grade*, mas também com a recomendação sobre gastos públicos. Todos os economistas. Eu estou

com um monte de matérias de jornal, revista, de tudo o que eu posso ler, todos os dias, de economia, recomendando a diminuição do gasto público. Então virou uma unanimidade. Está começando até ficar burra. Mas ainda não é unanimidade porque o Mantega ainda não conseguiu ver. Então, é como se tivessem 300 carros vindo numa rua e ele sozinho na contramão e dizer, assim: “Eles estão na contramão, e eu estou certo”. E veja, V.Exª, e fico muito penalizada com o seu esforço em economizar, e vejo que o senhor trata o orçamento doméstico igualzinho o senhor trata do Brasil. Porque o senhor trata com a mão fechada, e sei também que na sua vida pessoal o senhor é um homem muito bem-sucedido. É porque o senhor é econômico.

Então, eu fico preocupadíssima se o Presidente da República não lê essas matérias, como eu leio todos os dias, a respeito dessas recomendações de grandes economistas, economistas desconhecidos, só fala em diminuição de gasto público. Então, eu me preocupo com isso e acho que a vinda do Mantega, aqui, nesse momento, a cada mês, seria até mais importante do que a sua própria vinda. O senhor é muito bem vindo aqui, a sua política está correta, mas, nesse momento, a crise brasileira, a preocupação com relação à inflação, além de vários componentes, é realmente o gasto público. V.Exª sabe que, de 2003, deste Governo, para 2007, deste Governo, nós tivemos um aumento de 15% para 18% nos gastos públicos em relação ao PIB. Aí alguém podia ouvir e dizer: “A senadora da oposição está reclamando só por causa de 3% de aumento de gasto público”. Esses “três por centozinho” significam 74 bilhões de reais que foram arrecadados a mais do bolso do contribuinte brasileiro, apenas de 2003 até 2007, e isso é muito. Agora, V.Exª sabe, também, e talvez quem sabe a sua equipe pudesse ser trocada, esses meninos seus irem para lá, para o Ministério da Fazenda, e ele mandar os de lá para cá, para, quem sabe, serem mais treinados no Banco Central.

Nós sabemos que, na realidade, o que ocorre no país é a falta de poupança interna. A falta de poupança interna, que está menor do que os investimentos. Então, nós estamos tendo que importar investimento externo. A poupança, nós estamos... nós vamos importando poupança externa, justamente porque não conseguimos fazer poupança interna. Poupança interna só pode ser pública ou privado. Privada, eu não posso obrigar o cidadão ACM Júnior a fazer a poupança. Mas o Governo só faz poupança se gastar menos. Então, na toada, lá no interior, a gente fala toada, Presidente. Na toada que nós estamos indo, com esse aumento de gasto público excessivo, nós estamos caminhando para dificuldades prementes. Eu vejo o esforço de V.Exª, com relação à alta do juros. Eu sei que isso é

péssimo para a economia, que V.Ex^a deve ter feito isso com o coração partido, mas fez o que tinha que fazer, fez o que era necessário para conter a gastança e a compulsão ao gasto público que tem o Sr. Mantega e o Governo do Presidente Lula. E, também, se o senhor aumentar o superávit primário, eu acho que está corretíssimo. É uma maneira, também, de talvez conter tudo isso.

Nós sabemos que a China, apenas para ter uma analogia do que significa isso, que eu estudei um pouquinho por causa da CPMF, a poupança doméstica da China está a mais de 40% do PIB, e a poupança interna brasileira, em proporção ao PIB, é menos de 20%. Portanto, justifica que a China cresceu 11% o ano passado, e o Brasil, 5,5%. Então, a Ministra Dilma esteve aqui conosco na semana passada, contando mil vantagens de que nós crescemos de dois pontos alguma coisa para 5,5%. Claro que tem vantagem nisso. Mas, quando você compara que o seu vizinho, nas mesmas condições que você ou melhores, está ganhando mais do que você, você já começa a achar que o seu crescimento não foi tão adequado como deveria. Então, por que a China cresce 11% e o Brasil 5,5%? Então, comparar Brasil com o Brasil é muito fácil. Eu quero comparar o Brasil é com o BRIC. E vamos ver que situação é que nós encontramos. A poupança interna do Chile, que é apenas dois pontos percentuais a mais do que o Brasil, só dois pontos percentuais, conseguiu um crescimento, de 94 a 2005, 2,5 mais do que o Brasil, apenas com dois pontos percentuais a mais de poupança interna.

Então, Sr. Presidente, é isso que me preocupa sobremaneira, essa relação também de investimento. Porque, sem poupança, não há investimento interno. Esses percentuais em relação ao PIB, que eu discuti com a Ministra Dilma, é com tanto alarde que esse PAC vem fazendo. Fernando Henrique, primeiro governo, 0,8% do PIB. Fernando Henrique, segundo Governo, 0,9% do PIB. Primeiro Governo Lula, 0,6% do PIB. Em 2007, segundo Governo Lula, 0,9% do PIB. Que ganho foi esse, que graça é essa que está sendo feita? Eu não estou entendendo. Então, são números e dados que são do Ministério da Fazenda. Só os investimentos em portos, nos últimos 10 anos é exatamente o mesmo, Presidente Dornelles. O senhor, que é uma pessoa super preparada nesse assunto, e eu apenas um aprendiz. Mas 0,013% do PIB e 0,014% em portos. E as nossas exportações e importações aumentaram 150% e depois querem saber por que os alimentos subiram de preço. Os alimentos subiram, Sr. Presidente, em torno de 147%, no período de 94 a 2008. Mas, em compensação, os custos com comunicação, telefonia e correios, cresceram 660%. Combustíveis domésticos,

639%; aluguel e taxas, 502%; transporte público, 459%; energia elétrica residencial, 383%; plano de saúde, 341%; e combustíveis, gasolina e álcool, 333%. E os alimentos, 147%. É porque o produtor rural brasileiro, realmente, além de ser competente, ele também é mágico. Porque não tem infra-estrutura para suportar, o que está acontecendo no país não só na questão dos portos, que nós vamos precisar, daqui cinco anos, Presidente, daqui cinco anos, nós precisamos de outro Brasil portuário. Daqui cinco anos, nós precisamos de outro Brasil portuário. Eu levo, qualquer brasileiro, por mais competente que seja, leva cinco anos para construir um porto. Dois de licença ambiental e três de construção. É esse país que se apresenta para nós brasileiros neste momento.

Então, quero dizer a V.Ex^a que os alimentos não é o vilão da história. Tem muito mais gente que pode ser considerada o vilão dessa história. Os preços, não foram os produtores que aumentaram os preços dos alimentos. Mas o senhor sabe que o petróleo influencia fortemente no preço do combustível de frete, também das nossas máquinas de implementos, dos nossos fertilizantes que tiveram aumento, apenas, nada mais, nada menos que 150%, da safra passada para essa. Nós sabemos que houve uma transferência da especulação imobiliária dos Estados Unidos para o mercado futuro de *commodities*, também o aumento da utilização de milho nos Estados Unidos para o etanol e também problemas climáticos em alguns países importantes para produção de alimentos e o consumo mundial que aumentou. Não foi apenas no Brasil, mas no mundo todo.

Então, Sr. Presidente, eu gostaria de encerrar, aqui, os meus comentários e desculpe se algum comentário não está de acordo com as teorias econômicas, como disse anteriormente, sou apenas aprendiz. Mas essas duas preocupações: poupança interna, que não existe, porque não há redução de gasto público, sequer uma estagnação do gasto público. Se nós, a partir de hoje, estabelecêssemos um gasto público do jeito que está, sem diminuir nada, mas um gasto *per capita*, que obedecesse apenas ao aumento da população e ao crescimento do PIB nominal, nós já estaríamos dando um ganho maravilhoso ao país. Mas não está havendo nenhuma boa vontade, apesar de o Ministro Mantega estar vendo 300 carros vindo de lá para cá, e ele sozinho, daqui para lá, no sentido de diminuir esses gastos.

Então, continuo, ainda, com muita preocupação com o sono de V.Ex^a, como disse na outra vez que estive aqui. Ou V.Ex^a não está dormindo ou V.Ex^a deve sonhar muitas vezes com o Ministro Mantega para que ele possa se regenerar e tratar os gastos públicos como

deveria um pai de família responsável gastar em sua própria casa. Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Muito obrigado, Senadora Kátia Abreu pela sua brilhante intervenção, como sempre ocorre. Com a palavra, o Senador Inácio Arruda.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente, vê como é que são as coisas. De repente, eu assisti, aqui, uma adesão massiva da oposição à política monetária do Brasil. Como só tem um Governo, então não tem jeito. Quer dizer, qualquer que seja a política em todos os campos, é a política de um Governo só. Pelo menos é a impressão que eu tenho. Ou pelo menos que deve ser a política de um Governo só. Então há uma situação muito interessante.

[Pronunciamento fora do microfone.]

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Não é a primeira vez, Senador. O senhor está freqüentando pouco a CAE. Todas as sessões em que aqui está o Ministro Henrique Meirelles, nós temos feito os mesmos...

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Eu tenho assistido isso. E é interessante. Porque sempre... porque sempre um dos problemas mais graves dos países é exatamente a política econômica. Então... Se há uma adesão total...

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BR): Política monetária. [Pronunciamento fora do microfone].

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): É política econômica. A monetária deve estar dentro da econômica. Não deve ser separada. Pelo menos é o que acontece pelo mundo afora. Mas é interessante essa adesão total, absoluta.

Mas eu queria fazer, assim, três indagações. Porque eu fiz o caminho inverso do Senador Mercadante. Eu fui para a sessão da abolição da escravatura para terminar aqui. Então, a primeira questão que eu queria indagar, porque eu posso estar vencido, já, em função de não ter acompanhado a intervenção de V.Ex^a, é o problema da banda inflacionária. Se nós estamos ainda no regime de banda, qual é a largura da banda? Ela vai de quanto a quanto? E eu pergunto isso por que... para a gente... Como eu também sou leigo, eu preciso também da explicação didática sobre esse aspecto. Se, no caso de você ter uma banda que vai de A a Z, se é uma idéia da direção atual do Banco Central que tem que manter o ponto do meio, que o equilíbrio estaria sempre no meio. E não em um lado ou outro da banda. Você teria que buscar sempre o meio. E se seria um erro gravíssimo da política monetária estabelecer ou que ela ficaria no ponto mais baixo ou no ponto mais alto. Quer dizer, qual é a gravidade desse aspecto. Por-

que eu tenho sempre escutado falar muito em bandas, que teria um piso e um teto de banda.

O segundo aspecto que tem me preocupado é o problema das nossas reservas. Nós temos um acúmulo de reservas que já estamos próximos de 200 bilhões de reservas, e seria interessante, gostaria de saber, qual é o custo dessas reservas. O que é que ela custa ao Banco Central. Quanto custa? Quanto o Banco Central paga para manter as atuais reservas?

E o terceiro é o problema de que o mundo é como eu vejo. Quer dizer, então o mundo, em geral, está aplicando a política de juros baixos, e mesmo com inflações mais altas. Mas a política de juros está baixa. Os Estados Unidos aplicaram a política de juros baixos, a China, juros mais baixos, a Índia, juros baixos, para citar os assemelhados nosso. Então, essa idéia dos juros mais altos, ela não cria uma espécie de contenção muito forte da possibilidade de maior crescimento econômico brasileiro. Quer dizer, quando a gente, mesmo mantendo juros mais altos, comparativamente, no mundo, juros reais mais altos, mas, quando começou uma tendência de queda desses juros mais altos, nós tivemos uma possibilidade de crescimento maior. Então você teve crescimentos maiores. Tanto, agora, com o Lula, como lá atrás, mesmo no Governo Fernando Henrique. Então, quando você conseguiu conter mais os juros, você aumentou mais o crescimento. E o crescimento, em todo o canto do mundo, tem sido considerado aspecto positivo da política econômica, e não negativo. Está crescendo mais, está desenvolvendo mais. Então isso tem sido um aspecto positivo. E eu vi muitas intervenções numa crítica atroz à possibilidade de crescimento. E diz: "Não, se crescer mais ou você estabelece uma meta potencial de crescimento e, a partir dali, você tem que conter tudo, porque não pode ir além daquilo". Então, a política seria de contenção do crescimento. É essa a política do Banco Central? O Banco Central pratica uma política de contenção? Porque, se pratica, aí sim, nós poderíamos justificar que existe um Governo e duas políticas. Ou, então, daqui a pouco, vamos ter dois governos. Ontem, o Presidente se referiu ao caso da Petrobrás, que tem que eleger o Presidente da Petrobrás pelo voto e depois ele nomear o Presidente da República. E aqui vai ficando na mesma situação, em função da política monetária. Daqui a pouco nós temos que eleger o Presidente do Banco Central e nomear o Presidente da República. Porque eu não quero entender que existam dois governos. Não. Há uma batalha atroz no Governo entre desenvolvimentistas e monetaristas, pura e simples. Porque isso aí seria o pior dos mundos para o Governo, ficar nessa batalha permanente. Então, se há, acho que é uma situação complicada. Porque, você veja, o Gover-

no anuncia um programa de desenvolvimento produtivo, que vai envolver bilhões de reais, uma política de desoneração, então, isso atinge, inclusive, o discurso de que você gasta mais. Teremos que examinar o que é o gastar mais. Porque muita dessa desoneração, se você desonerar, por um lado, alguém pode dizer: “Bom, mas você está desonerando, está, então, ampliando a capacidade produtiva”. E os gastos, quando eles são gastos em investimentos, parece que tem que eles devem ser sempre aplaudidos. Bons gastos em desenvolvimento, um programa desse de desenvolvimento produtivo, então um excelente gasto. E, se você capta para aplicar nesse desenvolvimento, também é um excelente... uma excelente captação de recursos. Seja do exterior, seja do setor privado brasileiro e seja do investimento do orçamento fiscal brasileiro. Então, eu não quero compreender que exista essa dicotomia. Precisáramos entender bem isso. Quer dizer, o Governo está propondo um plano de desenvolvimento produtivo, largo, ousado, e o Banco Central está propondo uma política de contenção da capacidade de crescimento do país. Quer dizer, o Presidente da República, então, teria que alterar seus planos nessa questão produtiva. Porque, se nós mantemos uma política de juros altos, de uma apreciação da moeda estrangeira muito elevada, você cria uma situação de grandes dificuldades, no meu entendimento, para que aquele projeto do Governo tenha êxito.

Então, é possível ter o êxito no programa que o Governo anunciou, mantendo taxas tão elevadas de juros e uma depreciação da moeda tão forte, como nós estamos examinando agora? Eu gostaria de ouvir sua opinião em função da minha ausência na questão da abolição. O Senador Cristovam Buarque está lá tratando de duas abolições. A primeira, que libertou os escravos, mas uma segunda libertação, que é a redenção também social e econômica da população brasileira. E isso tem muito a ver com a taxa de juros, com meta de inflação, etc.

SR. PRESIDENTE SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Muito obrigado, Senador Inácio Arruda, pelas suas colocações. Dou a palavra ao último senador inscrito, ao Senador Azeredo, meu conterrâneo, meu amigo de Minas Gerais.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sr. Presidente, eu queria, Presidente Henrique Meirelles, me ater, outra vez, à questão da inflação. Na semana passada, quando a Ministra esteve aqui, esse mesmo assunto, abordado pela Senadora Kátia, foi também objeto de uma pergunta minha em relação à questão do crescimento do Brasil. E a resposta da Ministra foi no sentido de que nós não podemos comparar os dados de crescimento do Brasil com outros

países da América Latina. Não estava comparando com os BRICs, e não estava comparando nem com Índia e China, não. Comparando só com a América Latina. De oito principais economias da América Latina, o Brasil foi a sétima nação em crescimento. Quer dizer, os primeiros foram, lá, Argentina, Venezuela, Colômbia, Peru, só o México é que teve menos que nós. O Chile, evidentemente, também sempre acima. E a Ministra me respondeu que não poderia comparar, que era válido, até usar esse argumento, mas que não poderia comparar, porque vários desses países têm inflação alta. É verdade. A Argentina tem inflação mais alta, a Venezuela tem. Mas não é verdade em relação ao Chile, não é verdade em relação ao Peru, não é verdade em relação à Colômbia e não é verdade em relação ao Brasil, porque o Brasil também tem agora uma inflação em crescimento que preocupa muito. Eu fiz um discurso, semana passada, aqui, lembrando os males da inflação no período que nós vivemos, e é evidente que eu sei que o Banco Central está tomando suas providências, foi por isso que elevou a taxa de juros. Mas é essa apenas a alternativa que nós temos, é só a taxa de juros? É evidente que o Banco Central não pode ter anunciar tudo que vai fazer, tudo que tem como guardado para uma eventualidade de uma volta da inflação. Mas eu gostaria de ouvi-lo um pouco sobre isso. Quer dizer, nós estamos com certo disparate de índice. Tem disparate de índice, que está na faixa de 4, 5, mas tem IGPM e IGPD que já estão acima de dez. Os aluguéis, por exemplo, são baseados em IGPM e IGPD. Os contratos de aluguel, eles usam o indicador mais alto. Então, o que nós estamos começando a ver é isso, é um ciclo já de que o aluguel de uma loja cresce 10%. O que a loja faz? Tem que repassar isso, senão, não sobrevive. Uma empresa tem o seu custo também nessa faixa. Então, a preocupação com a inflação é real.

E é só para o Senador Inácio Arruda, eu queria convidá-lo, para a semana que vem, ele podia ir ao Rio, vai ter uma homenagem, no Rio, lá, né, Senador Dornelles, aos três economistas que participaram do início do Plano Real: o Edmar Bacha, o Pérsio Arida e o André Lara Resende, porque essa estabilidade que a oposição está comemorando, ela vem lá de longe, ela vem do diagnóstico feito da economia brasileira, de tentativas frustradas que foram feitas com o Plano Real e Plano Cruzado, Cruzado II, Plano Bresser, Plano Verão, foram vários planos que nós tentamos, até chegar no Plano Real, que deu certo, felizmente. Então, foi essa seqüência da estabilidade econômica que fez com que o Brasil se transformasse num país normal. E o Presidente Meirelles é, realmente, e sempre foi, cumprimentado pela oposição, aqui, desde 2003. Ele

conseguiu colocar essa questão da responsabilidade fiscal na cabeça de vários petistas, que, na verdade, na campanha falavam o oposto. Falavam, que faziam e falavam o oposto em relação ao que foi praticado. Então, isso aí não é novidade que nós estejamos, portanto, reconhecendo que o Brasil vive um bom momento econômico. Isso é normal. Só que vive um bom momento econômico não é só por causa do Governo Lula, só, não. Também pelo Governo Lula, que teve a responsabilidade de seguir o Ministro Meirelles, o Ministro Palocci. Agora, se seguisse outros ministros, ou outras cabeças pensantes do PT, não estaríamos nessa situação de país normal, não. Nós continuaríamos sendo um país anormal.

Então, a nossa discordância, só, que o mérito do Brasil ser um país, hoje, normal, ele vem de vários governos, inclusive deste. Então, eu gostaria de expressar só a minha preocupação, Presidente Meirelles, com esse ressurgimento do risco inflacionário. Ser mais uma adesão forte do Governo.

SR. PRESIDENTE SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Presidente, V.Ex^a tem a palavra.

SR. HENRIQUE MEIRELLES: [Pronunciamento fora do microfone]. ... mais de um senador ao trabalho do Banco Central e ao nosso esforço de fazer um trabalho que, de fato, muitas vezes é difícil, porque é exatamente o trabalho de manter a inflação controlada, manter a inflação na meta, que, em alguns momentos, não é um trabalho popular. O resultado, quando o trabalho é bem feito, é muito popular. Quando a inflação cai e fica estabilizada, o país cresce, o poder de compra da população aumenta e tudo isso. Isso é muito popular. Mas, evidentemente, muitas vezes o tratamento, às vezes, não é tão popular. Portanto, quando recebemos reconhecimento ficamos... levamos a sério e ficamos extremamente gratos. Como também, evidentemente, já mencionei, levamos muito a sério os questionamentos, as críticas, e isto, como já mencionamos, é parte, não só do debate democrático, como do debate econômico. É muito importante para que, de fato, os temas sejam discutidos de forma abrangente.

Portanto, eu agradeço a todos os senadores. E, partindo, agora, para as questões específicas em relação às declarações do Senador Arthur Virgílio e da Senadora Kátia Abreu, que não fizeram perguntas, re-enfatizo, enfatizo mais uma vez os agradecimentos.

Em relação ao Senador Inácio Arruda, eu gostaria de fazer algumas colocações para S.Ex^a. Em primeiro lugar, se nós olharmos na projeção, sua primeira pergunta foi sobre as bandas. O sistema de... Como é o sistema de funcionamento das bandas de tolerância no regime de metas de inflação. E a questão de se

deve ou não se deve dar uma preferência para uma inflação que está no topo superior ou no topo inferior da banda. E muito, durante muitas vezes, senador, inclusive, aqui, nesta Casa, eu já mencionei que a inflação adequada é aquela inflação que orbita em torno do centro. E se nós olharmos no passado recente desta administração, S.Ex^a vai verificar que, depois da inflação mais elevada, em função da crise cambial de 2002, e que levou à inflação de 2003, nós tivemos uma inflação que, em 2004, ela chegou ao centro da banda, portanto, ao centro da meta, e subiu e, na realidade, passou levemente o teto. O intervalo... Superou o intervalo superior. Baixou durante o período. No final do ano, felizmente, já estava dentro do intervalo de tolerância. Nós tivemos inflação de 7,6%, portanto, nesse ano de... naquele ano e de 2004; tivemos uma inflação de 5,7 no ano de 2005. Portanto, a inflação, dentro do intervalo de tolerância.

No ano seguinte, já no ano de 2006, nós tivemos uma inflação no intervalo inferior. E essa inflação começou a subir. Já em 12 meses passou o centro e já está hoje uma inflação passada, a inflação dos últimos 12 meses já passou de 5%, levemente. Então, o intervalo de tolerância tem um outro componente, senador. Que a sua pergunta é, em última análise, usando uma expressão que eu já usei, aqui, nesta Casa, é onde o Banco Central deve mirar. Isto é, eu acho que o senhor concorda que é exatamente a sua pergunta. A mirada, senador, portanto, usando um linguajar de técnico economista, isto é, a decisão *ex ante* do processo, ela, idealmente, deve ser no centro da banda. No centro da meda. Isto é, na medida em que, *a priori*, nós não sabemos, não podemos prever os choques que poderão vir a ocorrer, e choques externos poderão afetar a economia, por exemplo, quando se prevê 2009, não sabemos que choques positivos ou negativos acontecerão em 2009. Alguns economistas podem achar que poderá existir de novo esse choque ou aquele choque. Mas, na realidade, não é como se faz uma previsão. Porque, por definição, se é um choque exógeno, inesperado, ele, por definição, não é previsto antes, a não ser por algum ou um ou outro analista que seja mais especialista naquele segmento.

Portanto, o que eu quero dizer é o seguinte. Então, é aconselhável que o Banco Central mire no centro da meta. Em dito isso, um choque que ocorra *a posteriori*, que ocorra, portanto, exposto, ele é acomodado, pode ser acomodado integralmente ou não ou parcialmente, dependendo da política do Banco Central no período indicado. Mas, conforme nós já mencionamos, já estamos, portanto, no intervalo superior da banda. Já outra coisa que eu mencionei, também já, durante o processo, aqui, de apresentação, senador, é que,

se nós olharmos a tendência recente da companhia, da economia brasileira nos últimos meses, no último ano, nós vamos ver que, mesmo retirando-se alimentos, nós temos uma inflação que, nos últimos meses, já está também ao redor da meta, do centro da meta, subindo um pouquinho em direção ao intervalo superior. O que eu quero dizer, com isso, que é meramente tendência. Não se toma três quatro meses e se faz uma extrapolação. Para isso, nós temos as projeções que Banco Central faz e o Banco Central coleta dos analistas. E isto é fundamental. Mas, de qualquer maneira, medidas de núcleo. Nós temos, aí, uma série de medidas de núcleo, em que nós analisamos médias móveis trimestrais ou médias móveis quadrimestrais que são importantes como uma informação de algumas tendências. Para isso se analisam diversos núcleos. Nós questionamos vários, aqui, não necessariamente apenas o que exclui a alimentação, que, inclusive, não é usual no Brasil essa medida de núcleo. O núcleo que nós temos é de alimentação no domicílio e administrados. É o núcleo de exclusão que se usa no Brasil. Têm outros, médias aparadas, médias móveis, médias aparadas com suavização, médias aparadas sem suavização, etc.

Mas, de qualquer maneira, eu gostaria, apenas, de mencionar para o senador de que, de fato, existem algumas medidas e tendências entre as quais a questão, por exemplo, tem-se que olhar com atenção a questão dos preços no atacado e que, com uma economia que muitas vezes possa estar com uma demanda muito aquecida e em determinado momento em relação à capacidade da oferta naquele momento, pode gerar alguns desequilíbrios.

Em dito isso, eu gostaria de assegurar ao senador o seguinte. Primeiro, vamos agora às conclusões. Em primeiro lugar, a meta, nesse aspecto, do Banco Central, ou, melhor dizendo, o objetivo, para não usarmos a mesma palavra em relação à meta de inflação, é que nós queremos assegurar a continuidade do crescimento. Isto é fundamental. Número um. Número dois. A experiência de diversos países, inclusive do Brasil, mostra que a inflação alta não assegura o crescimento, muito pelo contrário. Inflação alta leva a uma queda do crescimento. Por quê? Porque cai o poder de compra do trabalhador, cai o poder de compra dos programas sociais, cai a previsibilidade da economia, desorganiza a economia, encurta os horizontes de planejamento das empresas e indivíduos, cai o crédito na economia, e, em função de tudo isso, nós temos, a médio prazo, uma diminuição da atividade econômica média. E, portanto, é importante mencionar, para finalizar, que, para que aumentemos o crescimento do país ainda mais, que já está crescendo, hoje, a taxas bem mais elevadas

que no passado, para que aumentemos ainda mais, é necessário, portanto, que continuemos aumentando a oferta, a capacidade de produção do país, e não apenas a demanda num determinado momento. É necessário um equilíbrio, como foi já extensivamente discutido aqui, levando-se em conta, inclusive, outros aspectos, como também já foram, como a questão da conta corrente e da nossa capacidade de continuar aumentando as importações para preencher uma... um intervalo entre a demanda doméstica e a oferta doméstica.

Mas, além de tudo isso, senador, eu gostaria, portanto, de assegurar de que a nossa missão, aqui, é manter a inflação consistente com a trajetória de metas e, em consequência, aumentar a previsibilidade, manter o poder de compra da classe trabalhadora, alongando o horizonte de planejamento das empresas e, portanto, permitindo ao país continuar a crescer. Eu gostaria de fazer, nesse aspecto, uma última observação em relação exatamente a duas coisas. Desculpe, senador, o senhor fez uma pergunta sobre os custos das reservas. Eu gostaria de lhe mencionar, antes de passar à pergunta do Senador Eduardo Azeredo.

Em relação à sua pergunta do custo das reservas, é o seguinte. Isto varia bastante, porque, de um lado, existe um custo que é a diferença entre o custo de juros da captação e da aplicação. Mas, por outro lado, tem a questão da variação cambial. Muitas vezes, quando há uma depreciação do real, existe um ganho nos balanços do Banco Central. Quando existe uma apreciação do real, tem um prejuízo. Por apenas uma coincidência, no momento da pergunta do senador, o resultado do primeiro trimestre de 2008 é um resultado positivo. Isto é, naquele período, houve uma pequena depreciação do real. Portanto, o resultado do cambiamiento das reservas no primeiro trimestre foi positivo. Mas, evidentemente, que não se deve olhar assim. Cada trimestre, um negativo, o outro positivo. O que é importante saber é, primeiro, que uma parte do custo ou do ganho do carregamento das reservas é compensado pela dívida externa pública que está contabilizada no Tesouro Nacional, e, portanto, são movimentos opostos. Muitas vezes, quando há uma depreciação do câmbio que a reserva propicia um ganho, a dívida externa pública propicia uma perda do Tesouro Nacional. E vice-versa. E, portanto, existe uma compensação parcial, na medida em que os valores são diferentes, em primeiro lugar.

Segundo e mais importante do que tudo isso, senador, existem alguns custos, sim. Independentemente da questão da valorização cambial, porque não se sabe qual será, durante o período em que o Brasil terá essas reservas e que possivelmente será por um período longo, qual vai ser a questão da taxa de câmbio

bio para os próximos anos. Nós não podemos fazer uma análise apenas durante um período curto. Então, é difícil prever qual será, digamos, de fato, este custo da valorização e desvalorização cambial através dos próximos anos. Pode ser até que tenhamos surpresas aí. Mas o importante não é isso. O importante é que o custo de carregamento das reservas, de fato, de que o rendimento de juros das reservas é menor do que o custo de captação, em geral, por razões diversas, inclusive pela própria política conservadora que deve ser na aplicação das reservas. O fato concreto é que isso tem benefícios muito superiores para o tesouro, como está aí o grau de *Investment Grade*, o grau de investimento, no caso, *Investment Grade*, mostrando isso, que é o fato de que, à medida que melhora o risco do país, dá mais previsibilidade, dá mais estabilidade à parte externa da nossa economia, o balanço de pagamento. Nós temos, em consequência, uma diminuição do risco, e, em consequência, uma diminuição de custo do tesouro como um todo.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Esse custo é contabilizado como prejuízo do BC?

SR. HENRIQUE MEIRELLES: Sim. Ou como o lucro do BC, dependendo do caso.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Em 2007, o senhor tem idéia de qual foi o valor do prejuízo?

SR. HENRIQUE MEIRELLES: Foi o valor de aproximadamente 47 bilhões de reais. Que foi de novo parcialmente compensado pelo resultado positivo do tesouro na dívida externa.

Em resumo, isto é uma questão contábil, vamos dizer, que nós estamos, inclusive, trabalhando em conjunto com o Ministério da Fazenda, visando ter uma apresentação contábil que já leve em conta todos esses fatores, particularmente o efeito da dívida externa nas contas do Tesouro Nacional.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Eu fiz essa pergunta porque a gente poderia ter uma idéia de relação entre... Quer dizer, a taxa que você está captando, que basicamente é a Taxa SELIC. Então, as reservas, elas estão vinculadas a quê, à SELIC, basicamente? Elas são de investidores que vêm para o mercado financeiro ou ela é basicamente fruto das nossas exportações... Como é que é a reserva, a nossa reserva é o quê? Para poder a gente examinar o que é que significa o impacto do juro e a depreciação das moedas que fazem parte da reserva. Por exemplo, se seu estou com uma reserva de dólar e ela está se depreciando e, ao mesmo tempo, o juro está aumentando, então é como se quem entrasse no mercado ganhasse duplamente, ganhasse com a taxa de juros e com a depreciação cambial ao mesmo tempo.

SR. HENRIQUE MEIRELLES: Pois não. Se nós olhamos a alíquota projetada, senador, os fluxos líquidos de câmbio, nós vamos ver que o maior impacto positivo de entrada de recursos e, portanto, que impacta diretamente na taxa de câmbio é o fluxo comercial. Que é o que, juntamente com os investimentos estrangeiros diretos no país, é o que tem... São os fatores, não são os únicos fatores, maiores responsáveis pela geração de saltos cambiais no balanço de pagamento, que têm permitido ao Banco Central comprar as reservas. Esta é a origem dos dólares, dos recursos que têm dado origem, portanto, às reservas. Se nós olharmos os fluxos financeiros, que é aqueles a que também se referiu o senador, nós vamos ver que ele tem sido negativo na maior parte desses anos e levemente positivo no ano de 2007.

Portanto, os fatores fundamentais são esses fatores do financeiro, como eu mencionei, e também dos investimentos estrangeiros diretos--

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Esse 2008, já é o resultado do primeiro trimestre, do financeiro?

SR. HENRIQUE MEIRELLES: Deixe-me ver, aqui. Em 2008, é 12 meses até abril. É o acumulado. E outra fonte importante, como eu mencionei, é o investimento estrangeiro direto líquido. Aqui, tem oscilado, aí, acima de 30 bilhões de dólares e, em alguns casos, acima de 35 bilhões de dólares.

Partindo, agora, para a pergunta do Senador Eduardo Azeredo, em relação à questão de política monetária, ele faz basicamente uma pergunta e expressa uma preocupação. A pergunta dele é sobre a SELIC, se tem outros instrumentos. Senador, eu já mencionei, aqui, numa resposta anterior, mas, resumindo, a taxa de juros-base, a Taxa SELIC no Brasil é o principal instrumento de política monetária. Os Bancos Centrais já testaram outros instrumentos no mundo todo. Por exemplo, já se testou tentativa de uso de taxas de médio prazo ou de longo prazo de juros, de mercado. O Banco Central tem dificuldades, de fato, de influenciar diretamente essas taxas. Já houve agregados monetários, a preocupação com agregados monetários. E também outras formas. Já existiu a questão do câmbio, o uso da chamada âncora cambial, já existimos outros sistemas no passado, inclusive já aplicados no Brasil. Mas, a experiência mundial diz que a taxa base de juros, portanto, no caso do Brasil a SELIC, e é o principal instrumento, é o mais eficaz e, portanto, é o que é usado pelo Banco Central do Brasil.

Terminando agora, portanto, eu gostaria de endereçar à sua última preocupação, mas, antes disso, eu gostaria também de já endereçar uma parte mais genérica da apresentação inicial do Senador Arruda,

que é o seguinte. Em relação à questão do... das diversas funções de política econômica, eu gostaria de dizer ao senador o seguinte. Nós temos um Governo, uma política econômica com diferentes funções nesse Governo. A função do Banco Central é manter a inflação na meta, é controlar a inflação. A função de outros órgãos do Governo seja do Ministério do Desenvolvimento Econômico, seja o Ministério do Planejamento, seja o Ministério da Fazenda, cada um com a sua função específica. E, portanto, são objetos de preocupações diferentes dos diversos ministros. Esse é o primeiro problema. Segundo, eu gostaria de fazer uma observação mais geral de que o Banco Central, hoje, adota o regime de metas de inflação e que é o regime mais moderno, hoje, como eu já mencionei, mais de uma vez, aqui, para o controle da inflação no mundo inteiro. Que sim, já houve no mundo a corrente monetarista, mas essa corrente monetarista já foi abandonada na maioria dos países. Mas existem alguns países que ainda levam em conta, ainda alguns Bancos Centrais prestam bastante atenção, em grau maior ou menor, na questão do agregado monetário. Todos os Bancos Centrais, de uma certa maneira, fazem isso. É importante para ver alguma medida tendência, em alguns casos, mas, na realidade, hoje, como o instrumento fundamental, o controle de agregado monetário, o chamado monetarismo já não é mais usado na maior parte dos países do mundo e não é usado, portanto, também no Banco Central do Brasil. O Banco Central do Brasil adota um regime de metas de inflação, que é um regime mais moderno, mais eficaz, hoje.

Em relação à última preocupação, portanto, do Senador Azeredo, no sentido de que ele se preocupa com o risco da inflação, eu terminaria dizendo o seguinte. O Banco Central do Brasil fará o necessário para manter a inflação sob controle. É esse o nosso compromisso com o Presidente da República, é esse o nosso compromisso com o país, é esse o nosso compromisso com esta Casa. É a nossa missão, e o Banco Central tomar os passos necessários, portanto, para que essa missão seja cumprida.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Presidente, eu indaguei sobre, também para o senhor examinar e nos informar, eu como leigo, no caso, sobre essa tendência que tem existido mundo afora de baixa de juros. Então, quer dizer, ou lá está desequilibrado demais ou nós estamos muito equilibrados ou desequilibrados. O que está acontecendo? Tem sido anunciado, até a Europa também anunciou que tenta... vai tentar mexer nos juros para baixo... Então a... Essa última questão que eu tinha levantado. Mas vou aproveitar a oportunidade da volta do Senador Mercadante, vindo de uma Sessão especialíssima, que é da

abolição da escravidão, gostaria também de desejar-lhe os parabéns pelo seu aniversário. Daqui a pouco, se sobrar, eu vou pegar uma ponta daquele bolo que está ali atrás, que vai ser o almoço.

SR. HENRIQUE MEIRELLES: Eu já me candidatei a um pedaço desse bolo também, senador. Mas, voltando à sua pergunta, senador, é porque, quando projetamos, aqui, o senhor não teve a oportunidade de estar presente, estava certamente lá antecedendo o Senador Mercadante, lá, na... Então, nós já mostramos o seguinte, que a variação, nos últimos 12 meses, de taxa de juros em diversos países. Se menciona muito os Estados Unidos, e eu gostaria de mencionar o seguinte. Muitas vezes se usa os Estados Unidos como se fosse o mundo. Os Estados Unidos ainda é uma economia importante. Muito menos hoje do que já foi no passado. Mas, certamente, não é o mundo. Não é verdade? Então, se nós olharmos, sim, o mundo, vamos ver que existem alguns países, fora os Estados Unidos, que estão de fato baixando taxa de juros, Israel, Tailândia, Reino Unido, Canadá. Esses dois, com economia muito influenciada pela economia americana, com grau de comércio muito grande. Mas nós temos um número grande de países que, nos últimos 12 meses, aumentaram a taxa de juros. E a razão disso, senador, é o seguinte.

Existe uma das normas do Banco Central que é o seguinte, não se faz política monetária por analogia. Cada Banco Central tem que fazer uma política monetária adequada à situação da economia daquele país, naquele momento. E é o que o Banco Central do Brasil e os outros Bancos Centrais do mundo todo estão fazendo. Eu não vou voltar a toda a explanação que fizemos, aqui, já durante algumas horas, mas toda a apresentação está disponível para o senador.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Aí é a taxa menos a inflação ou já é descontada a inflação?

SR. HENRIQUE MEIRELLES: Não, não. É a subida, a variação da taxa de juros nominal, da taxa base. Variação. Significa que subiu, aqui, a taxa de juros neste período, nesses países. Por exemplo, a Islândia, que é o que mais subiu, aqui, cerca de 250 pontos, etc. Em resumo. Nominal. A taxa base. O equivalente, no caso, à taxa SELIC.

[Pronunciamento fora do microfone.]

SR. HENRIQUE MEIRELLES: Então, basicamente, é esta a resposta direta à sua pergunta. Cada país faz uma política adequada à sua situação. Têm alguns países que estão com ameaça de recessão. Outros países estão com a economia aquecida, e, portanto, cada um faz uma política adequada, visando ter o melhor desempenho econômico no futuro. E, no caso

do Brasil, terminando, portanto, a nossa finalidade é criar condições para que o crescimento se mantenha. Obrigado.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Bom, encerramos a audiência. Queria dizer que esse instrumento de balanços trimestrais foi uma grande conquista dessa legislatura. Tem permitido uma discussão aprofundada, qualificada, que, esclarecedora, fortalece o papel do Banco Central como instituição democrática e republicana e, seguramente, aprimora os sistemas de metas pela absoluta transparência das decisões do Banco Central e das informações que ele utiliza para prover as suas decisões do COPOM.

Queria agradecer ao Presidente Henrique Meirelles, aos diretores Mário Mesquita, Alexandre Trombini e Antero Meirelles e a toda a equipe do Banco Central, que nos acompanha. E um bom dia a todos vocês. Muito obrigado.

Sessão encerrada às 13h46

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

ATA DA NONA REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA REALIZADA NO DIA 07 DE MAIO DE 2008, QUARTA-FEIRA, ÀS 11:00 HORAS.

Às onze horas e vinte minutos do dia sete de maio de dois mil e oito, na Sala de reuniões da Comissão de Assuntos Sociais, sob a presidência da Senhora Senadora **PATRÍCIA SABOYA** reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos (as) Senadores (as) **FLÁVIO ARNS, AUGUSTO BOTELHO, PAULO PAIM, INÁCIO ARRUDA, WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA, ROSALBA CIARLINI, EDUARDO AZEREDO, PAPALÉO PAES, SERYS SLHESSARENKO, EXPEDITO JÚNIOR, ANTÔNIO CARLOS VALADARES, IDELI SALVATTI, ROMEU TUMA e MARISA SERRANO**. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. Comparecem também o Excelentíssimo Presidente do Senado Federal Senador Garibaldi Alves Filho e o Senhor Senador Tasso Jereissati. A Senadora Patrícia Saboya declara aberta a reunião da Comissão, propondo a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A presente reunião destina-se à realização de Audiência Pública atendendo ao Requerimento nº 07, de 2008 – CAS de autoria do Senador Eduardo Azeredo, com vistas à realização de Audiência Pública no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais a fim de homenagear o estudante Ricardo Oliveira, ganhador de duas medalhas de ouro

nas Olimpíadas Brasileiras de Matemática das Escolas Públicas. A Presidente dá início a reunião convidando para comporem a Mesa, o estudante homenageado Ricardo Oliveira, seus pais Sra. Francisca Antônia da Conceição e Sr. Joaquim Oliveira da Silva e o Prefeito de Várzea Alegre-CE, Sr. José Helder Maximo de Carvalho. Fizeram uso da Palavra o Excelentíssimo Senhor Presidente Senador Garibaldi Alves Filho e os Senhores Senadores Rosalba Ciarlini, Eduardo Azeredo, Inácio Arruda, Tasso Jereissati, Flávio Arns, Romeu Tuma, Antônio Carlos Valadares, Papaléo Paes e Marisa Serrano. Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, encerra-se a reunião às doze horas e vinte e oito minutos, lavrando eu, **Gisele Ribeiro de Toledo Camargo**, Secretária da Comissão de Assuntos Sociais, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Senadora Patrícia Saboya, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro de estenotipia informatizada. – Senadora **Patrícia Saboya**, Presidente.

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS – CAS

9ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 07 DE MAIO DE 2008, ÀS 11 HORAS e 20 MINUTOS.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Bom dia a todos e a todas. Havendo número regimental declaro aberta a 9ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura do Senado Federal. Antes de iniciarmos os nossos trabalhos eu proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior. Os Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. Aprovada.

A presente reunião tem como objetivo fazer uma homenagem ao estudante Ricardo Oliveira, ganhador de duas medalhas de ouro nas Olimpíadas de Matemática das escolas públicas, conforme o Requerimento nº 07, de 2008, da Comissão de Assuntos Sociais, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, que se encontra aqui presente.

Gostaria de chamar, para que tomem assento à mesa, o nosso convidado principal, orgulho de todos nós brasileiros, não só de nós brasileiros mas também de nós cearenses, que temos a alegria de ter o Ricardo como um símbolo da luta, da coragem, da obstinação, da determinação que é, Senador Eduardo Azeredo, uma característica também de todos os cearenses lutadores, de muita fibra e de muita coragem. Eu me orgulho muito não só de presidir nesse dia essa homenagem que nós vamos fazer aqui ao Ricardo, com o intuito não só

de homenageá-lo, de prestar aqui uma homenagem ao seu desempenho e à sua obstinação, mas certamente uma homenagem a todos os estudantes brasileiros que lutam, que batalham, mesmo com tantas adversidades, mesmo com tantas questões que são ainda tão fortes e relevantes para que a gente possa viver numa sociedade mais justa. E o tema da educação tem sido um tema que tem tomado conta do Brasil, de homens e mulheres que acreditam nessa sociedade mais justa e que acreditam que a educação, certamente, é a maior, melhor e principal porta para que a gente diminua as desigualdades sociais e possa, na verdade, construir uma educação digna, libertadora, ousada, onde todos os nossos filhos e filhas tenham o direito a serem felizes e tenham o direito a ter uma perspectiva de vida melhor. É com esse objetivo e com esse intuito que, com muito orgulho, eu convido para compor a mesa o Ricardo Oliveira, acompanhado de sua mãe, D. Francisca Oliveira, que também vem acompanhando, e o seu pai, Joaquim Oliveira, que também está aqui conosco e vai tomar lugar à mesa *[palmas]*.

Gostaria de anunciar com muita alegria a presença do Presidente do Senado, Senador Garibaldi Alves, que nos dá a honra e a alegria de prestigiar esse momento que, sem dúvida alguma, Presidente, eu acabava de falar como é importante a gente poder homenagear um aluno da escola pública, o Ricardo, que é um orgulho de todos nós brasileiros e cearenses pelo seu talento, a sua disposição e a obstinação de lutar e de provar a outros estudantes como é possível fazer tudo isso acontecer. Então eu fico muito grata e alegre pela presença também do Presidente Garibaldi Alves, além de todos os outros Senadores aqui presentes, da Vice-Presidente Rosalba Ciarlini, do meu companheiro também do Ceará que também prestigia, o Senador Inácio Arruda, assim como o Senador Tasso Jereissati que também acabou de passar aqui na Comissão e cumprimentar o Ricardo. E quero compor também a mesa com a presença do Prefeito de Várzea Alegre, Sr. Helder Máximo de Carvalho, que também está aqui conosco para nosso orgulho *[palmas]*. E convidar, então, ao Senador Eduardo Azeredo para que possa também tomar assento à mesa, autor deste requerimento *[palmas]*.

Eu passo a palavra, com muito orgulho para essa Comissão, ao Presidente do Senado Garibaldi Alves, que nos prestigia nessa manhã tão feliz para todos nós. Com a palavra o Senador Presidente Garibaldi Alves.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Minha cara Presidente Senadora Patrícia Saboya. Esse corre corre aqui do Senado não permite às vezes que você tome conhecimento de coisas muito impor-

tantes. Eu, pelo menos, não sabia que havia hoje uma coisa talvez até mais importante que a presença de Dilma Rousseff no Senado, que é a presença de Ricardo, que está aqui, e que, segundo as informações que nós temos, que nós recolhemos, ele superou mais de dezessete milhões e quinhentos mil estudantes nas Olimpíadas Brasileiras de Matemática. E eu, que nunca aprendi matemática direito *[risos]*, avalio se tivesse as condições de Ricardo.

Só tenho palavras de elogio para ele e acho muito justo que a Senadora Patrícia, Rosalba e a Comissão, o que V. Ex^{as}. estão fazendo aqui, trazendo o Ricardo e os seus pais, a sua família, trazendo os seus Professores, trazendo o Prefeito da sua cidade para dizer a ele que ele é realmente o melhor. Ele é o cara, como se diz *[palmas]*. Você é impressionante.

O Sr. Joaquim Oliveira da Silva, que é o seu pai, que construiu um pequeno carrinho de mão e que não mediou esforços para levá-lo quilômetros e quilômetros que separam sua casa da escola. A Sra. Francisca Antônia da Conceição Oliveira, sua mãe, que cuidou da sua alfabetização e fez tudo para que você aprendesse o que você aprendeu. Então vocês são figuras exemplares e eu só tenho palavras de elogios.

Eu trouxe até uma carta aqui, uma carta que não é assinada só por mim, mas também pela Senadora Patrícia, pelo Senador Eduardo Azeredo, que é o Presidente da Subcomissão de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência e do Senador Tasso, que é um Senador cearense, a exemplo de Inácio Arruda.

Ricardo, o que é que você está querendo agora? Se eu fosse você, todo esse povo aqui está doido para dar a você o que você quiser *[risos]*. Você quer o que agora? O que é que você mais quer? Só tenho medo que você é inteligente demais *[risos]*, pode pedir uma coisa que a gente não possa dar, aí vai ser um problema *[risos]*.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Pode falar.

SR. RICARDO OLIVEIRA DA SILVA: Eu não gosto de estar pedindo, sabe?

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Ainda bem *[risos]*.

SR. RICARDO OLIVEIRA DA SILVA: Mas no que vocês puderem me ajudar, eu agradeço.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Está ótimo *[palmas]*.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Mas, agora, qual é o seu sonho mesmo, você quer fazer o que agora?

SR. RICARDO OLIVEIRA DA SILVA: Agora o meu sonho é continuar estudando e, assim, eu não tenho, assim, um plano fixo, sabe, para o futuro. O

que eu quero mesmo assim, por enquanto, é só estudar mesmo.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Qual é a sua idade?

SR. RICARDO OLIVEIRA DA SILVA: Dezenove.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Muito obrigado, Ricardo, muito obrigado em nome do Senado e de todos os brasileiros, obrigado.

SR. RICARDO OLIVEIRA DA SILVA: Muito obrigado a você *[palmas]*.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Vamos entregar a carta a você, mas eu achava melhor a gente dar mais alguma coisa. Só uma carta? *[risos]* Vamos dar edições técnicas do Senado. Computador ele não tem condições de usar?

SR. RICARDO OLIVEIRA DA SILVA: Eu já tenho computador.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Já tem?

SR. RICARDO OLIVEIRA DA SILVA: Já.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Só se for um mais moderno.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador, uma cadeira de rodas motorizada seria uma boa. Já tem uma?

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PDT-CE): Quer que eu abra agora?

SR. RICARDO OLIVEIRA DA SILVA: Pode abrir se você quiser.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PDT-CE): Eu estou entregando, é um presente de escritório com o nome dele gravado, que é um presente aqui do Senado.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Ricardo terminou o ensino médio? Ainda não.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PDT-CE): O presente aqui é do Presidente Garibaldi.

SR. RICARDO OLIVEIRA DA SILVA: Muito obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PDT-CE): Com a palavra o Senador Eduardo Azeredo para fazer os seus cumprimentos.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sra. Presidente Senadora Patrícia, Sr. Presidente do Senado Federal, Senador Garibaldi, que nos honra com a sua presença aqui, Srs. Senadores e Senadoras, prezado Ricardo.

Olha, esse é um momento realmente de muita importância no cumprimento dos objetivos do Senado brasileiro. O Senado representa todos os Estados brasileiros. Nós, hoje, estamos homenageando o Ricardo

que é do Ceará, mas como o Ricardo existem milhares, milhões de brasileiros que precisam da atenção pública. São pessoas que têm necessidades especiais e que, portanto, vêm neste exemplo do Ricardo um exemplo que deve frutificar por todo o país.

O nosso objetivo, Ricardo, ao homenageá-lo, é de cumprimentá-lo pelo seu esforço pessoal. Nós vemos, apenas pelo seu rosto, a sua forma alegre, uma maneira positiva de encarar a vida. É um cumprimento que fazemos ao seu pai, à sua mãe, pelo esforço que fizeram até aqui, que vêm fazendo. A sua dedicação à educação, que também seja um exemplo para todo o Brasil.

Não há nenhum país do mundo que tenha progredido se não tiver uma efetiva prioridade para a educação, de maneira que nesse momento aqui, Ricardo, eu quero me dirigir a você em especial, com a presença do Prefeito da sua cidade, com a presença dos Senadores, os três Senadores do seu Estado, o Ceará, com a presença de Senadores de outros Estados, com a presença do Presidente do Senado Federal, é exatamente para que o seu exemplo seja realmente justificado, homenageado e que prospere por todo o país. Que todo o Brasil possa ter sempre uma atenção especial com as pessoas que precisam dessa atenção humana, desse sentimento tão fraternal que, felizmente, os brasileiros, os latinos, têm em especial. Um grande abraço para você, Ricardo, para você e seus pais.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PDT-CE): Obrigada ao Senador Eduardo Azeredo, que na verdade é o autor desse requerimento. Passo a palavra, agora, ao Senador Inácio Arruda e em seguida ao Senador Tasso Jereissati.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, Sr. Presidente do Senado e do Congresso brasileiro. O Senador Eduardo Azeredo tomou essa iniciativa, também queremos agradecer-lhe por ter propiciado essa oportunidade do Senado da República poder receber o Ricardo e a sua família.

Eu lembro, Ricardo, desse episódio. Você sabe que a minha mãe nunca foi numa sala de aula, mas ela foi a nossa Professora em tudo. Ela me ensinou matemática, língua portuguesa, história, trabalhar. E eu vejo aqui a sua família, olhando aqui para a sua mãe, para o seu pai, e vou enxergando essa realidade de uma grande maioria do povo brasileiro que durante um longo período da nossa história também não tiveram a oportunidade e que coube aos pais, às mães, às vezes sem nunca ter ido numa sala de aula, ter que aprender sozinha a matemática, a língua portuguesa, para poder dar oportunidade ao seu filho. Eu acho que

você é fruto dessa persistência, essa tenacidade, essa fibra do povo brasileiro.

Euclides da Cunha fez essa expressão, cunhou essa expressão que o povo nordestino era, antes de tudo, um forte. Eu acho que isso casa bem. Há pouco nós percorremos o território do Ceará e eu mostrava a uma jornalista do Sul do país o que era o semi-árido para alguns compreenderem, porque muitos não compreendem o que é o nosso semi-árido, o que é o nosso sertão, o sertão cearense e boa parte do sertão nordestino, e mostrava a ela o que era o cristalino, o que era o nosso agricultor, a nossa agricultora ter que plantar em cima de uma pedra para sobreviver. Uma pedra que aflora, tem dificuldade porque tem que aflorar em cima de uma pedra, tem que aflorar em cima de uma pedra. Então são dificuldades imensas do nosso povo, mas que com muita resistência, força... Eu quero, assim, na medida em que você alcançou esse êxito extraordinário de ser um campeão da matemática, quem sabe daqui uns dias um grande pesquisador e um grande cientista brasileiro. Você é daqueles que não precisa fazer nem o vestibular, a universidade teria que acolhê-lo imediatamente para poder progredir no seu esforço de ser um campeão da matemática e quem sabe um grande pesquisador da matemática. Mas eu acho que você é fruto disso, dessa resistência do povo e, também, de uma situação que, querendo ou não, a vida do povo brasileiro também melhorou. Essa melhora te garante essa oportunidade, mas ela foi fruto dessa persistência. Você é o conjunto, você é o Ricardo, mas com a Francisca e com o Joaquim juntos, que te garantiram esse momento que é a oportunidade de um prêmio nacional e não apenas ser um campeão, já é o bi-campeão das Olimpíadas de Matemática.

Parabéns a você, parabéns à sua mãe, ao seu pai, à sua família que tem proporcionado esse momento para o nosso Estado, para o nosso Ceará. Mas como disse aqui o nosso Senador Eduardo Azeredo, não é o momento do Ceará, é o momento do povo brasileiro. Você é uma vitória do povo brasileiro. Obrigado *[palmas]*.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Passar a palavra, agora, ao Senador Tasso Jereissati, que também possa cumprimentar o Ricardo e sua família.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Sra. Presidente dessa Comissão, Senadora Patrícia Saboya, Presidente do Senado Federal, Senador Garibaldi Alves, ao Joaquim e à D. Francisca, ao Prefeito Helder, de Várzea Alegre, e, especialmente, ao Ricardo.

Olha, primeiro eu queria lhe dizer que quando existe reunião de Comissão, aqui no Senado tem as Comissões. Essa daqui é a que trata dos Assuntos

Sociais, tem outra que trata da Economia, tem outra que trata de Transporte, e dessa aqui a Presidente é a nossa Senadora Patrícia, nossa querida Senadora Patrícia, que você levou um beijão dela e eu vi como você ficou feliz quando levou o beijo. Senador Flávio Arns, eu perguntei se ele preferia levar um beijo meu ou da Patrícia, ele olhou e disse: “Dela, dela”, assim rapidamente ele disse dela. Mas não é fácil, nessas reuniões o Presidente do Senado não costuma vir não, só em ocasiões muito excepcionais que o Presidente, que não é Presidente de uma Comissão só, mas de todas as Comissões do Senado, do Plenário, não costuma vir, para você ver a importância da sua presença e dessa família exemplar aqui conosco.

Realmente, D. Francisca, primeiro o trabalho da senhora, que imagino e conheço... não conheço exatamente o trabalho da senhora, mas sei que o trabalho da senhora representa o trabalho de milhares de mães que vivem no sertão cearense, no interior do Ceará, no interior do Nordeste brasileiro, e que se superam todos os dias, se superam de manhã quando acorda e durante o dia vai se superando, na hora do almoço, na hora do jantar, na hora de dormir, na hora das doenças, na hora dos problemas com as crianças e que Deus sabe como vai sobrevivendo e levando a vida. E quando essa superação é feita em cima de um trabalho maravilhoso como o que a senhora fez com o Ricardo, realmente é digno de uma ocasião como essa, que esteja aqui todo o Senado, a Presidente da Comissão, o Presidente do Senado Federal discutindo e homenageando essa família brasileira. E essa família é cearense. Eu como cearense, D. Francisca, Sr. Joaquim, Ricardo, me sinto profundamente orgulhoso de vocês. Eu quero agradecer. Eu quero agradecer porque é um orgulho muito grande para nós os resultados que essa família, que vocês obtiveram, a superação e a força que vocês demonstram àqueles que todos os dias, cheios de privilégios, reclamam da vida. Quanta gente a gente vê aí reclamando da vida cheio de privilégios.

E me resta, apenas, pedir a Deus que recompense todos os dias a vocês todos por esse exemplo que estão dando a todos nós. Parabéns a todos vocês *[palmas]*.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Obrigada, também, ao Senador Tasso Jereissati. Senadora Rosalba, nós temos uma homenagem aqui que é um vídeo de três minutos para passarmos, que é uma homenagem aqui ao Ricardo. Eu queria pedir permissão, então, aos Srs. Senadores, só para que a gente possa assistir três minutos desse vídeo e em seguida novamente a palavra estará com a Senadora Rosalba Ciarlini.

[exibição de vídeo]

ZECA CAMARGO, apresentador: Essa semana a conquista de um jovem cearense pobre chamou a atenção de todo o país.

PATRÍCIA POETA, apresentadora: O nome dele é Ricardo, filho de lavradores e portador de uma doença séria e rara que deu uma lição para todos nós.

ZECA CAMARGO, apresentador: E que lição.

PATRÍCIA POETA, apresentadora: Ganhou uma Olimpíada Nacional de Matemática.

REPÓRTER: É na zona rural dessa cidade do interior do Ceará que mora o estudante medalha de ouro em matemática. Várzea Alegre fica a 447 quilômetros de Fortaleza. Ricardo Oliveira da Silva não é só um campeão dos números, é um vencedor na vida.

SR. RICARDO OLIVEIRA DA SILVA: Na vida sempre tem o lado mais bom e o lado ruim. Se você ficar pensando só no lado ruim, não chega a lugar nenhum.

REPÓRTER: Ricardo nasceu com uma doença neurológica que atrofia a medula espinhal e causa fraqueza nos músculos. É filho de agricultores que plantam arroz, milho e feijão para comer. A família recebe um salário mínimo por mês da aposentadoria de Ricardo e R\$ 76,00 que vem de programas sociais do Governo. Na infância a deficiência impediu que ele fosse à escola, mas o menino não perdeu a vontade de estudar. Foi alfabetizado em casa pela mãe.

SRA. FRANCISCA ANTÔNIA DA CONCEIÇÃO OLIVEIRA: Eu ensinava o português, matemática, história e ciência.

REPÓRTER: Com a ajuda do irmão mais novo ele foi além da leitura e das operações básicas da matemática.

SR. RICARDO OLIVEIRA DA SILVA: Ela me fascina. Os problemas que eu mais gosto são as mais difíceis.

IRMÃO DE RICARDO: A gente sempre estudava junto, às vezes ele me ensinava alguma coisa, eu ensinava alguma coisa a ele que eu sabia. A gente ia trocando conhecimento direto.

REPÓRTER: Só aos dezessete anos Ricardo conseguiu se matricular na escola. Fez um teste e ficou na quinta série. Mas só tem uma aula por semana, quando o professor vem à casa dele.

PROFESSORA: Ele estuda sempre à frente. Quando eu chego aqui ele já está preparado, já tem visto o conteúdo, então a gente só tem que dar uma continuação explicação porque ele tem já estudado na frente.

REPÓRTER: Da porta de casa para fora a vida de Ricardo se torna bem mais difícil. Se nas grandes

cidades os obstáculos estão nas construções, nem sempre planejadas para deficientes físicos, aqui na zona rural, onde ele mora, o problema é a total falta de infra-estrutura. A única estrada é de barro e cheia de buracos. Por ela, cadeira de rodas não passa. O jeito foi Sr. Joaquim improvisar um carrinho de mão para transportar o filho.

SR. JOAQUIM OLIVEIRA DA SILVA: O transporte meu é uma bicicleta, aí não dá. Com a cadeira de rodas dele eu não consigo passar aqui. Então tem que ser no carrinho de mão.

REPÓRTER: Se o destino for a escola para fazer provas, Ricardo é carregado por um quilômetro.

SR. RICARDO OLIVEIRA DA SILVA: Balança muito, é um pouco desconfortável.

REPÓRTER: Mesmo assim você vai?

SR. RICARDO OLIVEIRA DA SILVA: Sim, eu vou.

REPÓRTER: É o único jeito?

SR. RICARDO OLIVEIRA DA SILVA: É o único jeito.

REPÓRTER: Foi assim que ele conseguiu participar duas vezes da Olimpíada Nacional de Matemática e trazer duas medalhas de ouro. A última foi entregue na terça-feira no Rio de Janeiro.

SR. PRESIDENTE DA REPÚBLICA LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA: Ricardo sonha em ajudar o país com os seus conhecimentos. E diz ele: "Hoje é o Brasil que está me ajudando, mas pode ser que amanhã eu esteja ajudando o Brasil" [palmas].

SR. RICARDO OLIVEIRA DA SILVA: A minha maior emoção naquilo lá foi quando todas as pessoas que estavam assistindo me aplaudiram de pé.

Foi uma emoção tão grande que não deu para sentir nada, só mesmo vontade de chorar.

REPÓRTER: O jovem do sertão acumula medalhas e certificados. Além da matemática, ele também foi ouro nas Olimpíadas de Astronomia e Astronáutica. Por causa do bom desempenho nos estudos Ricardo já tem computador em casa, que vai ajudar no sonho dele de terminar uma faculdade. Falta, agora, chegar Internet à zona rural de Várzea Alegre. Mas, para quem esperou dezessete anos para ir à escola, o tempo parece não ser problema.

SR. RICARDO OLIVEIRA DA SILVA: Começar sempre devagar e ir superando os obstáculos um por um para poder chegar longe.

[Final da exibição do vídeo]

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PDT-CE): Hoje é um dia aqui repleto de muita alegria, de muitas emoções, enfim, quero passar a palavra, agora, à Senadora Rosalba Ciarlini.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN):

Obrigada, Sra. Presidente. Ricardo, eu queria lhe dizer que você já está ajudando o Brasil. O seu exemplo já ajuda o nosso país, porque você está mostrando que é determinado. Você está mostrando que, por maior que seja o obstáculo, você vence. E nós temos que refletir sobre isso, porque quantas inteligências desse país nós estamos perdendo porque não tiveram a oportunidade de ir para a escola. Você teve a graça dessa mulher forte, dessa heroína ao seu lado, desse pai que é um grande pai, que lhe deram o apoio, que lhe ensinaram, que lhe incentivaram.

E quero aqui também fazer uma referência ao Prefeito de Várzea Alegre. Ele estava me dizendo que você começou a estudar quando ele já estava na Prefeitura, ele deu esse incentivo também.

Mas, você, realmente é um exemplo para todos nós. Eu quero, aqui, deixar um abraço carinhoso de uma nordestina como você, sua vizinha ali do Rio Grande do Norte, que, talvez, por ser médica de criança, conheça mais de perto o que a família passou com o seu problema de saúde. Por ter sido Prefeita de uma cidade que tem zona rural eu sei das dificuldades também que vocês enfrentam para superar todo aquele caminho que você faz do futuro e lhe dizer isso: Ricardo, você já está ajudando todos nós. Com o seu exemplo, com essa inteligência, e quem me dera que esse Brasil tivesse um Centro de Excelência para aproveitar pessoas como você. Você é um cientista nato. Você pode descobrir muitas coisas porque você está com todas as condições dessa inteligência que lhe promove para as ciências exatas. Você pode ajudar muito esse Brasil e já ajuda com o seu exemplo de coragem, com o seu exemplo de luta, com o seu exemplo de que tudo é possível superar. Você não teme de forma nenhuma as adversidades. Você é forte. Parabéns *[palmas]*.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Agora com a palavra o Senador Flávio Arns. O Presidente se retira agora porque tem uma ampla agenda lá pela frente. Queremos agradecer mais uma vez. Com a palavra o Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Em função da agenda que nós entendemos que o Senador Garibaldi Alves se retirou, mas eu quero até dizer para o Ricardo e para a família que o Presidente do Senado, além de ser Presidente do Senado, Senador lá do Rio Grande do Norte, ele é uma pessoa, assim, totalmente voltada para ajudar esta área e outras áreas, mas esta de uma maneira muito especial, que é a área assim da pessoa com algum tipo de deficiência. Então a gente pode contar com Garibaldi Alves, eu diria, para o que for necessário, assim como com o Senador Eduardo

Azeredo, que é Senador de Minas Gerais e que é o Presidente da Subcomissão desta área, e também com a Senador Patrícia e a Senadora Rosalba, que são Presidente e Vice, e com todos os Senadores. Mas é importante a gente ter um Presidente do Senado que diga: “Olha, o quê que a gente pode fazer? O quê que a gente pode contribuir? O quê que pode ser votado? O quê que pode ser feito?”

E uma das coisas que a gente observa mais fundamentais para você, me parece, até para a família, para o conforto e tranquilidade e para você poder se deslocar é o transporte escolar, não é? Transporte escolar. O Prefeito, também, a gente sabe das dificuldades de ter o transporte escolar, porque não existe mais programa de transporte escolar no Brasil. Os Prefeitos só podem ter acesso ao programa de transporte escolar através de um Banco, o BNDES. É um financiamento. Então esse debate de transporte escolar, particularmente na área da pessoa com deficiência, eu e o Senador Eduardo Azeredo até fomos falar com a Subcomissão, com o Ministro da Educação, para ajudar, não é, que o Ricardo possa chegar até a escola. Não é verdade? Porque eu acho que este é um direito de cidadania. A gente pensar bem, quer dizer, ter acesso à escola, garantir a permanência, o acesso e a permanência, quer dizer, a pessoa precisa chegar na escola. Não é verdade?

A Senadora Rosalba foi muito precisa também dizendo: “Olha, você já está ajudando o Brasil”. Eu não tenho dúvida disso. Em termos de conscientização, sensibilização, de garra, de luta, não é verdade? Quer dizer, você está ajudando.

Mas eu queria dizer, Ricardo, que lendo assim a descrição eu acho que muitas pessoas de Várzea Alegre estão ajudando o Brasil. Se a gente olhar a descrição que foi feita através da imprensa, a gente vê o pai levando você até a escola. A cena é, assim, a própria cena fala por si só, quer dizer, o pai sabendo da importância da escola, pai e mãe, e leva você no carrinho.

E está escrito aqui que a sua mãe, que cursou até a sexta-série, te ensinou as regras do português e as quatro operações básicas de matemática, quer dizer, pai e mãe batalhando para que você pudesse ter acesso, quer dizer, pudesse receber, ajudar, porque você tem o dom, você tem o talento.

Está escrito também que “as Professoras ajudam levando a lição até a casa dele”, quer dizer, parabéns. Olha, isso, quer dizer, como as Professoras vão até a casa, ajudam a levar a lição.

“O diretor da escola soube da minha história, foi me procurar e foi ele quem me matriculou”. Eu digo:

que coisa bonita. O diretor da escola soube da história, foi até a casa e foi matriculado. Deveria acontecer isso em todas as escolas do Brasil, essa dedicação, quer dizer, a Professora vai lá, leva a lição, o diretor toma conhecimento de que tem uma criança, um jovem que não tem acesso à escola, vai lá e matricula a criança.

O pai carregando, também, estrada de barro e pedra como a gente viu, a questão do transporte.

E o Professor da aula de matemática que diz: “Ele consegue, com livros simples, criar teorias matemáticas. É uma honra – o Professor falando – dar aula para um aluno como ele”.

Então eu diria, assim, que nós temos tudo aqui em termos, assim, de exemplo, de sensibilização, de conscientização. Dar os parabéns a você, pelo teu talento, pelo teu dom, para esse ambiente bom que se criou no Município a favor de você e a favor, certamente, de todas as pessoas, que quando se cria assim o precedente, a iniciativa, é uma iniciativa que vai para todo mundo também.

Parabéns para a D. Francisca, parabéns para o Sr. Joaquim. A gente sabe que é uma luta também, quer dizer, quantas preocupações para os pais com o nascimento do Ricardo, com a dificuldade, com a dificuldade física. Mas, como ele falou também, se a gente ficar reclamando, só reclamando, nada vai se resolver. Então vamos agir, não é verdade? Agir para que o Brasil possa ser melhor, para que a gente possa participar.

E eu queria sugerir, Senadora Patrícia, que partido do exemplo do Ricardo a gente se detivesse na LDO para ver a questão de transporte escolar de uma maneira geral. Eu acho que a gente poderia, talvez, assumir esse compromisso aqui. Estudarmos como Comissão a situação específica de Várzea Alegre em termos de transporte escolar, e dizer para o Ricardo que a gente poderia deixar em aberto esse canal de comunicação para ver como que ele e outras pessoas podem sugerir para que essa Comissão haja a favor, trabalhe a favor de mudanças. Então que não seja só esse momento, não é D. Francisca e Seu Joaquim, mas que a gente possa ficar em aberto aqui através do Tasso Jereissati, através da Patrícia, através do Inácio Arruda, Senadores de lá. Mas todos nós aqui queremos pensar juntos no que fazer, como o Senador Garibaldi Alves sugeriu antes, o que fazer, como fazer para poder ajudar muito além de uma carta que todos nós assinamos? Que a carta seja o papel, mas que a gente possa ter ações bem concretas depois para que essa carta fique bem vibrante também.

Ricardo, eu termino só com as palavras do Garibaldi Alves, vou copiar: você é o cara *[palmas]*.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PDT-CE): Obrigada ao Senador Flávio Arns. Agora com a palavra o Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Senadora Patrícia, primeiro cumprimentá-la por proporcionar a este Senado um momento como este. Senador Tasso Jereissati, pela exposição que fez de uma das cidades do Estado que a senhora e ele pertencem e que bem representam nesta Casa. A presença do Prefeito e a inteligência do Senador Azeredo em fazer o requerimento.

Eu tive a oportunidade, Ricardo, de ver este programa. Eu te juro que eu chorei. Chorei. E sabe, D. Francisca, é isto mesmo, e Sr. Joaquim, o que mais emociona na gente agora, Senador Tasso Jereissati, é esse sorriso lindo que ele tem. A coisa mais alegre que tem no mundo, para quem sofre as consequências, talvez, de um desígnio divino, é poder ter o sorriso no rosto sempre na hora do sofrimento. E aqui tem um exemplo maior do que só o dele, Senadora, que é o da família, a unidade da família, que é uma coisa tão maravilhosa quando uma família consegue concentrar os seus esforços no sentido de beneficiar aquele que menos tem possibilidade de crescer. O pai, a mãe e o irmão. O irmão que sentava-se ao lado do Ricardo para poder transmitir as aulas que recebia durante o curso que fazia normalmente.

Tem aqui o Ayres e a Solange que acompanham de perto todos os programas de acessibilidade que, Graças a Deus, começou quando eu era Primeiro Secretário. Isto eu levo na alma com uma alegria imensa, eu acho tão importante.

E, ainda, no Mercosul, nesta última reunião, que infelizmente o Senador não pode estar presente, se discutiu uma Resolução de todos os países do Mercosul trabalharem no sentido da acessibilidade e oportunidade àqueles que têm que ser inseridos na sociedade como um ser comum.

Então, Ricardo, você é um exemplo vivo, correto, de como um brasileiro pode servir a sua Pátria com o exemplo através do sofrimento e da luta para vencer. Eu acho que você merecia mais do que uma medalha de ouro, que vem recebendo, que são as bênçãos de Deus. Que Deus te aproxime dele e sempre e que lhe dê todo o apoio com essa família maravilhosa. *[palmas]*

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PDT-CE): Obrigada ao Senador Romeu Tuma. Com a palavra o Senador Antonio Carlos Valadares.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Presidenta, eu procurei ser breve, pois

sabemos que há uma pauta a ser cumprida, uma Audiência Pública com Secretários e representantes do Ministério da Saúde sobre a questão da dengue.

Mas eu gostaria de assinalar, nesta Audiência Pública em homenagem a Ricardo Oliveira, de que os números são importantes em nossa vida desde o dia em que nascemos. A nossa mãe sabe a hora, o dia, os minutos e os segundos, e isto é assinalado no registro de nascimento no cartório. Quando nós damos o último suspiro – e como seria bom se pudéssemos adiar essa data -, também os números registram o nosso desaparecimento. Então entre o nascimento e a morte os números estão sempre presentes em nossa vida. Quem consegue controlar e dominar a ciência dos números, sem dúvida que tem mais possibilidades de vencer na vida, tem mais possibilidades de, através do domínio dos números, alcançar patamares mais elevados do que aqueles que não tem o mesmo poder, a mesma segurança, a mesma inteligência.

Por isso que eu quero enaltecer os conhecimentos adquiridos por Ricardo Oliveira ao longo da sua vida com a proteção, a ajuda e o auxílio dos seus pais, D. Francisca e Sr. Joaquim, porque tenho certeza que quando ele começou a mergulhar nas operações de aritmética, depois em matemática, da álgebra e, futuramente, do cálculo integral, já na faculdade que você terá que enfrentar, essa ciência que sem dúvida alguma vai lhe garantir uma fundamentação científica para vencer na vida, eu espero que o seu exemplo sirva de estímulo a outros que se encontram na mesma situação ou em situação melhor do que a sua, porque nós sabemos que o Brasil gasta muito em educação, mas a qualidade deixa muito a desejar, tanto que um levantamento último feito pela UNESCO, nós estamos atrás da Bolívia, do Peru, do Paraguai em termos de qualidade de ensino, apesar de que entre sete e catorze anos, 97,4% desses jovens estão na escola sob o controle e a supervisão do Poder Público.

Agora há um investimento maciço no Brasil que nos envergonha, que é um investimento nos presídios. Não porque não há necessidade de investir nos presídios. Há necessidade. Mas, por exemplo, há um Estado, que hoje é um dos grandes estados da Federação brasileira, há um número que eu vou citar hoje num discurso, o Estado de Minas Gerais, onde se aplica em torno de R\$ 1.400,00 por cada presidiário e R\$ 149,00 por cada estudante, quer dizer, essa disparidade, essa distorção é que tem contribuído, sem dúvida alguma, para uma incoerência do nosso sistema educacional.

Então o exemplo edificante que os pais e o Ricardo estão dando ao Brasil demonstra insofismavelmente

de que a educação não é um gasto supérfluo. É um investimento a ser operado pelo nosso país porque foi através da educação que Nações como Japão, Alemanha, saindo quase da sisa(F) de uma Segunda Guerra Mundial se tornaram grandes potências.

Por isso, Ricardo, eu quero aproveitar esse ensejo para parabenizar a você e aos seus pais, como também ao Município de Várzea Alegre, que deve estar muito alegre com essas homenagens merecidas que estão lhe sendo concedidas por intermédio do seu Prefeito José Helder Carvalho, que se encontra aqui presente. Meus parabéns, que o seu exemplo seja seguido por milhares e milhares de estudantes em todo o nosso país. E aí teremos um país mais feliz, mais alegre, mais próspero e mais justo *[palmas]*.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PDT-CE): Obrigada também ao Senador Valadares.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Senadora?

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PDT-CE): Senador Tasso.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Senadora, apenas mais um comentário. Eu queria parabenizar ao Prefeito, ao Helder, pelo trabalho, pela rede de solidariedade que ele se integrou, que isso não é comum, e ao Município de Várzea Alegre todo, porque hoje virou referência nacional graças a vocês. Graças a vocês hoje é uma grande referência nacional o nosso querido Município de Várzea Alegre.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Senadora, só uma questão para falar com o Prefeito: a gente arrumar uma verba para ele poder asfaltar aquelas vielas para ter um transporte mais fácil *[risos]*.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PDT-CE): Por isso que eu disse que ele vai dar daqui com dinheiro, hein! Depois dessa promessa do Presidente Garibaldi também. Senador Papaléo e em seguida a Senadora Marisa, para que eu possa passar a palavra ao Prefeito e ao Ricardo. Eu peço ao Senador Papaléo, só uma explicação. O Ricardo vai fazer uma entrevista aqui rapidamente, eu concedi, porque é para entrar no jornal agora de uma hora da tarde. Eu acho que é importante que ele possa dar uma palavrinha, mas V. Ex^a. fica à vontade.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Eu quero, com muita honra, cumprimentar a V. Ex^a. como Presidente dessa Comissão, ao Senador Eduardo Azeredo que é o autor do requerimento, que nos proporcionou esse momento aqui de muita emoção, de um significado muito grande para o nosso país, cumprimentar o Sr. Prefeito José Helder Carvalho, de Várzea Alegre,

cumprimentar a V. Ex^a. exatamente porque V. Ex^a. tem um morador ilustre do seu Município sendo uma celebridade nacional, principalmente com a bandeira da educação. Então que sirva isso ao senhor para que o senhor, com a sua equipe, reconheça que cada vez mais o homem público, que tem o poder de executar, ele faça o investimento mais importante que tem para o ser humano, para uma sociedade, que é exatamente o investimento na educação.

Então nos deixa emocionados o Ricardo exatamente porque a gente sente, eu sou médico, então a gente sente as dificuldades desde o nascimento, desde o trabalho que os pais tiveram. Eu quero exaltar aqui os pais como grandes responsáveis por isso, porque inteligência Deus deu, mas Deus deu a inteligência e o senhor e a senhora deram a dedicação, a determinação de cuidar do filho e fazer do filho o que ele é hoje, um homem grande, um homem que realmente honra a todos nós e nos serve de exemplo. E é exatamente em cima disso, do que esse casal aí, grande responsável, não só por este filho, mas também, eu estou lendo aqui, pelo Ronildo, não é, investindo na educação, os senhores que são pessoas humildes, que vivem no interior do Estado, por isso distante de toda até a vida moderna, vocês são sensíveis ao ponto de fazer dos filhos do senhor com a senhora homens e pessoas de bem através da educação. Eu quero fazer justiça à família. Diz uma parte aqui de uma matéria que eu tenho: “O rapaz foi alfabetizado em casa pela mãe, Francisca Antônia da Conceição, que estudou somente até a sexta-série. Foi ela, também, que lhe ensinou as quatro operações básicas da matemática. Ricardo usava livros emprestados do seu irmão, Ronildo, que podia ir à escola. Ronildo, fisicamente normal, também é forte em matemática. Foi medalhista de bronze nas Olimpíadas Brasileiras do ano passado”. Então a homenagem, viu Ricardo, que você nos dá a oportunidade de prestar a você, essa homenagem, eu quero pedir permissão a você, para estender para toda a sua família, porque a sua família é realmente um exemplo para todos nós brasileiros, para todos nós que somos homens públicos e que estamos lamentavelmente assistindo uma lista, por exemplo, de faculdades de medicina federais, ou seja, aquelas faculdades federais eram as que realmente eram respeitadas pela qualidade do ensino, por ter espaço físico adequado para que o aluno fosse bem preparado. Hoje a política do Governo está exatamente não dando a atenção devida. Então nós vemos uma lista de dezessete faculdades, universidades, que estão sendo exatamente dilapidadas pela falta de atenção do governo nesse

investimento da educação, dentre as quais quatro ou seis de medicina. Então isso nos deixa triste.

Então você, como estudante de escola pública, Sr. Prefeito, você nos dá a esperança de que homens como o Prefeito de Várzea Alegre possa investir na educação e trazer de um Município pequeno um grande exemplo para o Brasil. Parabéns a você, você realmente merece, e a sua família também *[palmas]*.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PDT-CE): Com a palavra a Senadora Marisa Serrano.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada Senadora Patrícia. Eu quero cumprimentar ao Senador Eduardo Azeredo, aos Senadores todos presentes, principalmente os dois cearenses que estão aqui, o meu líder Tasso Jereissati, companheiro de todas as horas, e o Inácio Arruda, companheiro principalmente das lutas pelo Mercosul. Mas dizer que não são só os cearenses que hoje estão felizes por estar aqui. Quero cumprimentar ao nosso Prefeito também, seja bem-vindo a esta Casa.

E dizer ao Ricardo, a D. Francisca, ao Sr. Joaquim, que a escola, eu sou Professora e a vida inteira nós trabalhamos na educação, o Flávio Arns também é Professor e trabalha muito nessa área. A gente cuida da escola. O Prefeito quer que tenha uma escola bonita lá em Várzea Alegre. Eu tenho certeza que a D. Francisca e o Sr. Joaquim querem que a escola do Município seja boa e os alunos também. Não é isso, Ricardo? Que a escola seja bonita, seja boa, tenha computador, bom Professor, carteira bonita, tudo lá, tudo que a escola precisa ter. Mas aí é que a gente vê – e é bom que o país saiba disso cada vez mais – que é o comprometimento das pessoas que faz com que a educação avance. Eu estava dizendo ao Senador Flávio Arns que nós estamos aumentando enormemente a evasão dos alunos, isto é, aluno que vai para a escola, Ricardo, e depois desiste. Desiste porque é longe, desiste porque tem problema, desiste porque não tem às vezes uniforme, desiste porque às vezes não tem livro e vai desistindo da escola, vai embora. Então o que precisa mesmo na educação? É o compromisso das pessoas, é o seu compromisso de crescer, se desenvolver, aprender mais. O compromisso da sua mãe de acompanhar o que está sendo dado na escola, de ajudar também, do pai ajudar, do diretor da escola, dos Professores, do seu irmão, dos colegas, do Prefeito. É esse compromisso que melhora a educação brasileira.

Portanto, eu quero deixar aqui, Senadora Patrícia, essa visão que nós temos cada vez mais da educação, que é necessário colocar o dinheiro dentro da

escola, é necessário que tenha uma boa escola, bonita, arrumada, com tudo que o aluno tenha direito lá dentro, mas é mais importante ainda, no tempo de hoje, que haja um compromisso de todos com a educação. Que o Prefeito tenha compromisso em fazer com que a educação melhore no seu Município, mas que cada um, e que a família, principalmente, faça isso. Se o pai e a mãe estiverem juntos acompanhando isso, a diferença é muito grande.

Portanto, eu quero cumprimentar ao Ricardo, a D. Francisca e ao Sr. Joaquim, ao Prefeito da cidade e a todos que contribuíram e contribuem para que o Ricardo seja esse brilho que é e esse exemplo que nós temos para o país. Que Deus ilumine todos vocês. Muito obrigada *[palmas]*.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Obrigada à Senadora Marisa. Agora eu passo a palavra ao Prefeito José Helder para que ele também possa, enfim, trazer as suas palavras a essa Comissão, ao Ricardo e sua família.

SR. JOSÉ HELDER MÁXIMO DE CARVALHO: Presidente dessa Comissão Patrícia Saboya, minha querida conterrânea, Senador Eduardo Azeredo, quero saudar também os nossos Senadores aqui presentes, o Tasso e o Inácio, que todos os demais Senadores sintam-se saudados, e a minha saudação especial aos meus conterrâneos que me orgulham, ao Ricardo, D. Francisca e o Seu Joaquim.

Eu gostaria de ser prevê, mas precisava expor um pouco da realidade de Ricardo do antes e do depois para que a gente entenda o quanto é importante a valorização da educação.

Várzea Alegre criou, em 2005, um projeto, um Programa de Educação Inclusiva. Dentro das escolas da rede pública nós temos intérpretes de sinais onde deficientes auditivos estudam normalmente na rede de ensino da escola pública. E Ricardo foi a grande surpresa desse programa. As diretoras de escolas, os coordenadores escolares buscaram os alunos que estavam fora da sala de aula, porque quando nós assumimos o Município tínhamos uma evasão escolar superior a 15%, isso nos chamou muito a atenção e a gente queria controlar isso, porque eu também sou professor, além de empresário. Ricardo foi descoberto em 2005, matriculamos Ricardo e foi viabilizado ensinar Ricardo já na quinta série por uma prova que ele fez e já se percebeu que ele estava sendo educado por esta heroína, D. Francisca, a mãe de Ricardo, que é um exemplo de mãe e a família toda de fato é um exemplo de família, um exemplo tão carente neste país dos dias de hoje. E Ricardo, no primeiro semestre, já se descobriu a capacidade e a potencialidade de Ricardo. Inscrevemos Ricardo nas Olimpíadas de Matemática

e Ricardo já foi campeão num primeiro momento. Não bastando ser bom em matemática, o rapaz é bom também em astronomia. Eu acho que é porque, Ricardo, lá no sítio, naquela escuridão dá para observar bem os astros, as estrelas, não é? Mas Ricardo passou a ser um orgulho para a gente e a gente começou a cuidar de Ricardo com muito carinho. Graças a Deus a equipe que faz a educação no Município é muito envolvida e comprometida com a causa.

Quando, depois de todas essas homenagens que Ricardo recebeu a nível nacional, a gente viu também, ainda, uma possibilidade de ajudar mais a Ricardo. Fizemos uma proposta para Sr. Joaquim e à D. Francisca, que gostam do campo, que gostam de viver a vida da agricultura familiar, mas convencemos e hoje Ricardo mora numa casa em frente à escola. O Município doou uma cadeira motorizada, Ricardo tem a liberdade de atravessar a rua, acabaram as dificuldades dos buracos, não é Ricardo? A gente sabe que a zona rural, a maioria daqui já viu como que funciona a zona rural, no período de inverno não tem como você ter uma estrada vicinal de boa qualidade. Então Ricardo, hoje, mora na zona urbana do Município, tem a sua cadeira de rodas, tem o seu computador que eu dei de presente de natal no ano passado e tem Internet em casa. Mas geralmente eu digo que nós, simplesmente, fomos os responsáveis pela oportunidade. O Ricardo é a grande estrela, “é o cara” como disseram os nossos Senadores aqui presentes. Então Ricardo, simplesmente, deu a Várzea Alegre a oportunidade de ser exemplo na educação no estado e no país. E hoje, Ricardo Oliveira, você é orgulho para nós, você é a nossa “Estrela”. D. Francisca e Sr. Joaquim são exemplos de família, porque juntamente com o Ronildo realmente a gente percebe a união que é tão necessária nos lares brasileiros hoje.

Então eu queria só expor essa nova realidade. Eu gostaria de dizer que dentro de Várzea Alegre, além de nós termos a Educação Inclusiva, que é esse programa que nós temos desde 2005, nós temos também um projeto muito importante que todo o Prefeito deveria fazer na sua cidade, que é o Projeto de Educação Integral para crianças de riscos. Nas escolas das periferias nós mantemos as crianças de risco, filhos de pais e mães que vivem de qualquer maneira em áreas de risco, a gente mantém o dia todo de forma integral. Nós sabemos que o custo é muito grande, Senadora Patrícia Gomes, para ter uma escola em tempo integral para todos os alunos da rede pública, mas que se o país todo educasse bem as crianças que às vezes estão nas áreas de risco, a gente faria com que este país se transformasse um dia, num futuro próximo, num país

mais digno e com uma prosperidade mais almejada para assumir os mais carentes, principalmente.

Então eu queria dizer que o grande presente que o Presidente desta Casa queria dar a Ricardo e que ele se negou, eu queria que ele tivesse me pedido, porque ele ia ver um Prefeito para aperrear bem, viu? Mas como ele ofereceu a Ricardo e Ricardo disse que não gostava de pedir, eu gostaria só de, em nome do povo da minha terra, em nome de Ricardo e da família, agradecer esse momento e dizer que este reconhecimento, para nós e para Ricardo, tenham certeza, já é um grande presente.

Eu quero agradecer em nome de todo o povo da minha cidade, a minha querida Várzea Alegre, que tem o símbolo da alegria, que está estampado aí no sorriso de Ricardo, e dizer que esta Casa tem a responsabilidade de fazer com que ações como essas, exemplos como esse sejam mostrados da importância que tem para poder ver se num futuro próximo a gente consegue sensibilizar a todos os prefeitos do país, porque se cada Prefeito fizer a sua parte o país se transforma, porque o país nada mais é do que a junção de todos os Municípios. Precisa que sejam colocados na vida pública homens sérios, comprometidos com a causa social, com a educação, com saúde, mas de forma verdadeira, não apenas com palavras bonitas, em palanques e em época de eleição.

Então eu quero aqui agradecer e dizer que hoje a evasão escolar de Várzea Alegre de 15% baixou para 2,5%, porque têm atividades sociais, têm atividades esportivas, tem merenda de qualidade, tem Professor bem qualificado, tem Professor bem remunerado e tem respeito do gestor e do Secretário.

A mortalidade infantil de Várzea Alegre baixou de 27% para 9,6%. Conseguimos, numa área de risco de dengue – como é o assunto já já a ser debatido -, nós tivemos até agora um controle sobrenatural, mas até agora tivemos apenas quatro casos de dengue em Várzea Alegre, onde na região nenhum Município teve menos de duzentos, tudo isso porque, graças a Deus, a gente tem feito a gestão pública com compromisso e com responsabilidade.

Muito obrigado a esta Casa, muito obrigado ao Senador Eduardo Azeredo, que Deus abençoe a todos e que Ricardo seja o exemplo vivo de superação e de vida para todo o país. Obrigado [palmas].

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PDT-CE): Quero agradecer também ao Prefeito José Helder pelas suas palavras, pelo trabalho que vem aqui realizando. Quero passar a palavra, primeiro, ao Ricardo. Vou passar a palavra, para encerrar a nossa homenagem, ao Ricardo. Com muito prazer a palavra é sua, Ricardo.

SR. RICARDO OLIVEIRA DA SILVA: Como vocês já devem estar sabendo, a minha vida assim não foi muito fácil, sabe? Eu persisti muito no estudo, me dediquei aos estudos, passando várias horas por dia com a canetinha dentro do livro, vamos dizer assim. Eu não esperava chegar onde eu estou. Estar no centro do Brasil, lugar onde o Brasil é comandado. Para mim isso daqui, isso é uma honra. Isso daí é muito importante para mim, para o meu Município, porque eu estou aqui hoje pela luta, pela minha dedicação. Eu queria dedicar isso tudo à minha mãe [palmas], que me ensinou as primeiras letras, os primeiros cálculos. Foi ela quem me colocou na educação, me colocou no caminho certo. E também eu gostaria de agradecer a minha mãe porque já está chegando o Dia das Mães, então eu gostaria de agradecer a ela aqui nesse momento porque esse daqui é um momento muito especial para mim e eu quero que seja especial para ela também. Gostaria de agradecer ao meu pai, ele sempre está comigo nessas viagens que eu faço, ele sempre me acompanha, ele me dá força, apoio. Ele, para mim, é o meu braço direito, é o meu guarda-costas. Eu também chamo ele de secretário [risos] porque ele é quem organiza, sabe, as minhas viagens, tudo. Eu gostaria de agradecer também ao Prefeito José Helder, porque graças a ele eu consegui me matricular. Foi graças ao empenho dele que hoje eu estou estudando, matriculado em escola. Agora eu estou podendo frequentar a escola, participar das aulas. Sem ele eu não teria participado da Olimpíada de Matemática, da Olimpíada de Astronomia. Eu gostaria de agradecer a vocês, Srs. e Sras. Senadoras, por esse apoio. Muito obrigado [palmas].

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PDT-CE): Sras. e Srs. Senadores, nós vamos encerrar. Eu quero agradecer de todo o coração a presença de todos os senhores e senhoras aqui hoje. Quero agradecer, mais uma vez, ao Sr. Joaquim e à D. Francisca, parabenizando pela lição de vida que estão dando a todos nós brasileiros. Ao Ricardo pela sua alegria, pelo seu otimismo, pela sua obstinação, como eu disse no começo, e a certeza de que hoje, D. Francisca, Sr. Joaquim e o Ricardo deram uma grande lição, um grande exemplo, uma grande alegria. Quero parabenizar ao Prefeito Helder, dizer que é um orgulho para todos nós, brasileiros e cearenses, vendo não só a sua administração crescendo, mas a sua sensibilidade, o seu carinho, a sua generosidade e a consciência que tem em relação àqueles que precisam às vezes apenas de uma mão ou de um empurrão para poderem ser felizes e trazer tanta alegria e tanto orgulho para todos nós. Que Deus abençoe a todos e continue abençoando tão fortemente e tão especialmente ao Ricardo. Parabéns [palmas].

Sessão encerrada às 12h29

SUBSECRETARIA DE COMISSÕES**COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS**

ATA DA DÉCIMA REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, CONJUNTA COM A 4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 07 DE MAIO DE 2008, QUARTA-FEIRA.

Às doze horas e quarenta e dois minutos, do dia sete de maio de dois mil e oito, na Sala de reuniões da Comissão de Assuntos Sociais, é iniciada a reunião sob a Presidência da Senhora Senadora **PATRÍCIA SABOYA**, com a presença dos (as) Senadores (as) **AUGUSTO BOTELHO, PAULO PAIM, INÁCIO ARRUDA, WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA, ROSALBA CIARLINI, EDUARDO AZEREDO, PAPALÉO PAES, SERYS SLHESSARENKO, EXPEDITO JÚNIOR, ANTÔNIO CARLOS VALADARES, IDELI SALVATTI, ROMEU TUMA, MARISA SERRANO e CRISTOVAM BUARQUE**. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. A presente reunião, convocada em forma de Audiência Pública, tem por finalidade atender aos Requerimentos nºs. 12 e 17 de 2008 – CAS, de autoria do Senador Antônio Carlos Valadares, visando esclarecimentos sobre ações e métodos de combate à epidemia de dengue no Município do Rio de Janeiro. A Senadora Patrícia Saboya dá início à reunião, convidando os palestrantes, que terão 10 minutos para suas exposições, para comporem a Mesa. Usaram da palavra os seguintes convidados: **Sr. Sandro Alex de Oliveira Cezar**, Diretor Executivo da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Seguridade Social (CNTSS); **Dr. Victor Berbara** – Superintendente de Vigilância em Saúde – representando a Secretaria de Saúde do Estado do Rio de Janeiro; **Dr. Valmi Pessanha Pacheco** – Subsecretário Municipal de Saúde do Rio de Janeiro – a Prefeitura do Município do Rio de Janeiro; e o **Dr. Fabiano Pimenta** – Secretário Substituto da Secretaria de Vigilância em Saúde – SVS – representando o Ministério da Saúde. Às doze horas e quarenta e sete minutos, o Senador Papaléo Paes assume a Presidência. Às treze horas e vinte e dois minutos a Senadora Rosalba Ciarlini assume os trabalhos. Fizem uso da palavra os Senadores Antônio Carlos Valadares e Rosalba Ciarlini. Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, encerra-se a reunião às quatorze horas e cinquenta minutos, lavrando eu, **Gisele Ribeiro de Toledo Camargo**, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será

assinada pela Senhora Senadora Rosalba Ciarlini, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro de estenotipia informatizada. – Senadora **Rosalba Ciarlini**, Vice-Presidente.

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS – CAS**SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE – CASSAUDE**

10ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS E 4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 7 DE MAIO DE 2008, ÀS 12 HORAS E 42 MINUTOS.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Boa tarde a todos e a todas. Havendo número regimental declaro aberta a 10ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais conjunta com a 4ª Reunião Extraordinária da Subcomissão Permanente de Promoção e Acompanhamento e Defesa da Saúde da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura do Senado Federal.

A presente reunião tem por objetivo a realização de uma Audiência Pública destinada a esclarecimentos sobre ações e métodos de combate à epidemia de dengue no município do Rio de Janeiro. Atendendo aos requerimentos nº 12 e 17 de 2008 da CAS de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares. Foram convidadas as seguintes autoridades que eu gostaria já de convidar para a mesa. Representando o Exmo. Sr. Prefeito do Rio de Janeiro César Maia está o Dr. Valmi Peçanha Pacheco, Subsecretário Municipal de Saúde a quem eu convido, com muito prazer, para compor a mesa. Convido representando o Exmo. Sr. José Gomes Temporão, Ministro de Estado da Saúde, o Dr. Fabiano Pimenta, Secretário Substituto de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde. Representando o Sr. Sérgio Luiz Côrtes da Silveira, Secretário de Estado da Saúde do Rio de Janeiro, o Sr. Victor Berbara, Superintendente de Vigilância em Saúde do Estado do Rio de Janeiro também muito bem-vindo. Exmo. Sr. Sandro Alex de Oliveira Cezar Diretor Executivo da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Seguridade Social. Srs. e Sras. Senadores hoje nós tivemos aqui uma manhã bastante agitada em uma homenagem que fizemos ao aluno, garoto Ricardo lá do Estado do Ceará que foi premiado nas Olimpíadas de Matemática, então foi um dia de muita emoção e eu peço já desculpas pelo atraso no início da nossa

Audiência Pública em função dessa homenagem que acabou levando mais tempo.

Em função também do adiantado da hora eu perguntaria aos senhores convidados se, inicialmente, 5 minutos para uma apresentação em seguida o debate e nós teríamos então o momento de fazer os 5 ou 10 minutos.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Presidente, eu acho que 10 minutos no mínimo para uma tolerância de uns 2 minutos.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Claro, claro, uma tolerância a que for necessária. Só queria, mais ou menos, estipular um tempo para que a gente pudesse objetivar a nossa sessão.

Então eu vou já, inicialmente, passar a palavra, primeiro ao Sandro Alex. Passo a palavra ao Sr. Sandro Alex de Oliveira da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Seguridade Social. Terá 10 minutos para se pronunciar e, se for necessário, terá o aumento do prazo. Muito prazer.

SR. SANDRO ALEX DE OLIVEIRA CEZAR: Exma. Sra. Presidente da Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal, Senadora Patrícia Saboya, Exmo. Dr. Fabiano Pimenta, Secretário Substituto de Vigilância Sanitária em saúde do Ministério da Saúde, Dr. Victor Berbara representando o Secretário de Saúde do Estado do Rio de Janeiro, Dr. Sérgio Côrtes e Dr. Peçanha que aqui, nesse momento, representa a Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro. Senador Papaléo Paes e Senador requerente da Audiência Pública o nobre Senador Valadares e demais autoridades presentes.

Bem, nós recebemos de uma forma muito bem vinda a convocação por parte do Senado Federal, a Casa que representa a Federação e representa os Estados da República para discutir um tema que, sem dúvida alguma, traz uma certa ansiedade muito grande para a sociedade brasileira. E lá no Rio de Janeiro, estado de onde sou oriundo, este problema já ceifou não em uma única oportunidade, como é a atual epidemia de dengue, mas em outras oportunidades como também foi a epidemia de dengue em 2002 centenas de vidas humanas. É incompatível para a realidade que o país vive hoje que nós voltemos a ser atingidos por doenças que refletem o subdesenvolvimento e a falta de atenção básica à saúde. É interessante notar que todas essas ocorrências de epidemia de dengue que acontecem em nosso país sempre têm fatores que são preponderantes, têm fatores que são fáceis de ser delimitado no tempo e no espaço. Lembro que a última epidemia que ocorreu em 2002, ela, não por acaso, aconteceu num momento em que haviam sido demitidos

naquele Estado da federação 5.792 trabalhadores que atuavam no combate a endemias e aí o estado ficou, naquela oportunidade, sem a menor proteção nessa área de vigilância epidemiológica, mas, propriamente dito, no combate ao vetor transmissor da dengue. Hoje, novamente, já no ano de 2008 se assiste fator semelhante. O que é que acontece no Rio de Janeiro nesse momento? No ano de 2003 o Exmo. Sr. Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva reintegrou aos quadros da Fundação Nacional de Saúde lá naquela unidade da federação no Rio de Janeiro cerca de 5.792 trabalhadores que haviam sido demitidos no governo anterior. E esses trabalhadores foram disponibilizados para estar atuando no combate à dengue em todos os municípios da federação, como ocorrem em todos os estados do país. Ou seja, os trabalhadores da Fundação Nacional de Saúde são seguidos ao estado e *a posteriori* aos municípios para atuar no combate à dengue, sendo que no Rio de Janeiro aconteceu um episódio inusitado, qual seja esse episódio? O episódio foi seguinte: a prefeitura municipal do Rio simplesmente não aceitou a cessão dessa mão-de-obra do Governo Federal para o Governo Municipal. Para ilustrar o que nós falamos nesse momento, antes mesmo da demissão desses trabalhadores que aconteceu no ano de 99, mais precisamente no mês de junho do ano de 99, tinham trabalhando no município do Rio de Janeiro cerca de 3.300 agentes no combate a endemias e agora com o advento da reintegração, isso em 2003, o Ministério da Saúde disponibilizou essa mão-de-obra para que atuasse no Rio de Janeiro, mas, infelizmente, embora, não tivesse nenhum custo para a prefeitura municipal, a atuação desses agentes que seus salários, inclusive, são pagos pela União Federal que são servidores do Ministério da Saúde, da Fundação Nacional de Saúde que se encontram sob a gerência, inicialmente, do Governo do Estado e em seguida foram cedidos para os municípios da região metropolitana. Fica aqui uma pergunta bastante objetiva para deixar para estimular o debate o porquê que a ocorrência da epidemia acaba também a ocorrer nos municípios da região metropolitana, ficando apenas circunscrito ao município do Rio de Janeiro? Porque os números de óbito no Rio de Janeiro que acontece hoje é algo inaceitável. A gente saúda o Senador Valadares pela atitude de convocar, de pedir a convocação, fazer o requerimento convocando esta Audiência Pública porque esse tema é um tema de interesse relevante da sociedade e a nossa maior preocupação é o quê? Tratando-se do Rio de Janeiro que é um Estado que boa parte dos seus recursos advém, inclusive, do setor de serviços, entre eles podemos destacar a área do turismo que agora começa a ficar combalida com a

história de que as pessoas, simplesmente, evitam se destinar ao Rio de Janeiro nesse momento. Lá naquela unidade da federação está havendo perda de recursos que são inestimáveis por conta desse episódio, além, do que o próprio prejuízo na economia que advém do quê? Advém do alto número de pessoas que são impossibilitadas de trabalhar pelo fato de terem sido vitimadas pela atual epidemia de dengue.

Um fator que a gente também considera preponderante que levou e que leva, certamente, a ocorrência desta epidemia no Rio de Janeiro que nós consideramos que é um problema que não está, e aí sim, não está circunscrito apenas ao Estado do Rio de Janeiro, mas sim é muito mais grave, está circunscrito a todo trabalho que é feito no combate ao vetor por esse país afora é a questão que envolve a descentralização das ações da Fundação Nacional de Saúde.

Em 1999, em dezembro de 1999, o então Ministro da Saúde José Serra tomou uma atitude e editou uma portaria prevendo a descentralização das ações de controle ao vetor em todo o país. De lá para cá podemos, rapidamente, falar dos números, que os números comprovam que essa nova sistemática adotada para o controle ao vetor, hoje não atinge o seu objetivo. O próprio Tribunal de Contas da União alertou no ano passado à União Federal sobre o que estava ocorrendo com os recursos que eram repassados para os estados e municípios para serem utilizados no controle da dengue. E esse tema tem sido constantemente abordado pelo Tribunal de Contas da União, inclusive, sendo no último dia 18 de abril proferido um acórdão por aquele Tribunal de Contas no sentido de dizer o seguinte: os Ministros sugerem ao Poder Executivo que termine a história da descentralização, sugerem, inclusive, que haja, em definitivo, a passagem da mão-de-obra que hoje é pega pela Fundação Nacional de Saúde, é gerenciada por estados e municípios, que essa mão-de-obra venha compor quadros do Ministério da Saúde, ou seja, da Secretaria de Vigilância e Saúde do Ministério da Saúde. Além do que, a gente aproveita a oportunidade para destacar que tem uma outra questão que é de suma importância ainda neste caminho que é a questão da indenização de campo, porque todos os trabalhadores, aqueles agentes de controle de vetores, que são da União e que se encontram hoje cedidos aos municípios eles recebem uma parcela dos seus salários chamado indenização de campo que é paga pela União Federal, pelo seu patrão, pelo seu empregador e o Tribunal de Contas, neste momento, orienta no sentido de que o Ministério da Saúde, a Fundação Nacional de Saúde adote as medidas necessárias no sentido de suspender o pagamento desta verba. Inclusive, para aqueles trabalhadores que atuam na saúde

indígena que é um dos grandes problemas. Essa Casa, recentemente, fez um debate bem acalorado sobre a política indigenista no Brasil de saúde, saúde indígena no país, um debate bastante interessante que nós acompanhamos também.

E já fazendo as nossas considerações finais, nós gostaríamos de estar deixando evidente aqui que um dos problemas, um dos fatores que nós consideramos bastante grave nessa seara de combate à endemia, é que no Brasil nós temos uma história que é até bastante interessante. Nós temos a impressão que o novo sempre substitui o velho, e aí nós esquecemos que o país não começou hoje, nós temos uma cultura, temos toda uma cultura e nessa área de vigilância epidemiológica, de vigilância em saúde, nós temos uma cultura de instituições que têm mais de séculos, como era o caso da Superintendência de Campanha de Saúde Pública, de outras instituições que vieram a substituí-la, que hoje no cenário nacional nós não temos uma instituição do Governo Federal que cumpra essa tarefa.

É verdade que o SUS, que a construção do SUS deverá ser objetivo de todos nós, o aprofundamento dessa política do Sistema Único de Saúde, mas também é verdade que nós não podemos esperar que isso se torne uma realidade para ir prestar os serviços elementares ao povo, que é meio o que vem acontecendo. Muitas vezes, por dificuldades em relação entre os gestores públicos, como é o caso que acontece no Rio de Janeiro. Hoje o Governo Federal mantém uma relação diferenciada com o Governo do Estado, mas há uma dificuldade muito grande de haver uma interação, tanto no Governo do Estado como o Governo do Rio de Janeiro que é o principal município do estado [soa campanha] como também, já para concluir, como também há uma dificuldade em relação à prefeitura municipal do Rio de Janeiro com o Governo Federal, que é algo que está muito evidente para toda a sociedade. Já foi alvo de debate aqui nesta Casa e também na Câmara dos Deputados, um debate bastante aprofundado sobre o que acontece no Rio de Janeiro.

E por último nós gostaríamos de estar fazendo um apelo ao representante da Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro sobre a questão dos agentes comunitários de saúde. Inclusive, temos aqui a Senadora Patrícia Saboya que vem de um Estado aonde a regularização dos agentes comunitários de saúde, do vínculo empregatício dos agentes comunitários de saúde que nós consideramos ser um dos vieses mais importantes para a solução de problemas de crise de saúde pública para evitar, inclusive, na saúde preventiva, nós pedimos às autoridades lá do Município do Rio de Janeiro que tomem as atitudes necessárias no sentido de cumprir a emenda à Constituição que foi

aprovada aqui por esse Congresso Nacional que é a Emenda 51 que fala da regularização, que versa sobre a regularização do vínculo dos agentes comunitários de saúde, porque naquele município a situação dos trabalhadores, dos agentes comunitários de saúde é de profunda precarização, são contratados por ONGs, os salários não são pagos em dia e são as pessoas... E digo mais, é um município do Rio de Janeiro, sem sombra de dúvida, o município que tem o menor índice de implantação do PACS do PSF no país inteiro, cerca 30% apenas da sociedade é atingida por essa política de saúde e aí, no nosso entendimento, a discussão sobre saúde tem que ser suprapartidária e muito mais do que isso, na saúde o partido tem que ser a defesa da vida. Muito obrigado.

[troca de Presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES

(PSDB-AP): Agradeço ao Sr. Sandro da Confederação Nacional dos Trabalhadores de Seguridade Social informando aos Srs. expositores, dignos expositores que esta reunião está sendo gravada e retransmitida pela TV Senado, provavelmente, duas ou três vezes dada a sua importância, esse tema é extremamente em vigência hoje, para que possa ser chamada atenção dos responsáveis, dos agentes públicos responsáveis e da população brasileira sobre essa grave questão que é a dengue.

Eu passo a palavra agora ao Dr. Victor Berbara, Superintendente de Vigilância em Saúde do Estado do Rio de Janeiro. O senhor terá 10 minutos para sua exposição.

SR. VICTOR BERBARA: Exmo. Senador Papaléo, Subsecretário Valmi Peçanha, Dr. Fabiano Pimenta, colega Sandro Oliveira, eu agradeço a oportunidade de estar aqui representando o Secretário de Saúde e Defesa Civil, o Dr. Sérgio Côrtes.

Eu vou apresentar rapidamente o material que ele mandou, ele, infelizmente, não pode estar presente aqui. Ele, ontem à noite, me entregou esse material para que eu apresentasse rapidamente a vocês. Por favor, pode passar.

O panorama da dengue mundial, todos sabem a situação mundial da dengue, mas nunca é demais lembrar, essa é uma doença presente, praticamente, em todos os continentes, só não existe na Europa. Nas Américas vem desde o sul dos Estados Unidos ao norte da Argentina, são 2 bilhões e meio de pessoas expostas ao risco, 100 milhões de casos ao ano e 100 mil óbitos ocorridos no ano passado, em 2007 no mundo inteiro. Próximo.

No Estado do Rio de Janeiro foram 121 mil casos até sábado agora passado, com um total de 103 óbitos confirmados, a maioria deles, desses óbitos na

faixa entre 0 e 14 anos, o que demonstra muito uma tendência ocorrida também em outras áreas do mundo de uma situação de casos mais graves entre crianças e talvez uma tendência, o Dr. Fabiano tem dito muito também isso de, no futuro, se transformar numa doença pediátrica. Próximo.

Esse é o ciclo, conduta de combate, não vou me ater a isso. Esse é um slide do Ministério da Saúde mostrando a evolução da infestação pelo mosquito *Aedes aegypti* no país, um dado comparativo entre 96 e 2006, um aumento de 1.750 municípios para três, quase quatro mil municípios no país inteiro, inclusive, em áreas tidas anteriormente como imunes, que seria impraticável ou impossível a presença do mosquito como áreas, inclusive, de altitude que está acontecendo no Estado do Rio de Janeiro. Hoje nós temos cidades na região Serrana, o clima mais frio, de altitude e cidades pequenas também com uma tendência, demonstrando também uma tendência de interiorização da doença que a gente está vendo isso no Estado do Rio de Janeiro, cidade de 20, 30 mil habitantes com alta incidência da doença, quer dizer é uma mudança no perfil epidêmico. Próximo.

Isso também são dados do Ministério da Saúde nos colocado à disposição pela SVS que mostra também a importância do controle da questão de prever alguma situação de risco em determinadas áreas utilizando os métodos que a gente tem à disposição. O LIRA é um deles. Eu concordo plenamente com o Sandro quando ele diz que devemos buscar formas novas de controle do vetor, não só de controle do vetor, mas também na questão da assistência e na informação em comunicação e saúde. Mas, de qualquer maneira, o que a gente tem também serve ainda como um fator de predição principalmente. Então essa é uma comparação, são dados um pouco do início de abril, mas uma comparação entre 2007 e 2008. Na coluna direita nós temos o último LIRA do ano passado e temos as situações de baixo risco alerta entre 1 a 4 de índice de infestação predial, e no caso do Rio de Janeiro nós tínhamos um índice alerta de 3.7, mas não homogêneo, ou seja, se nós pegarmos o município, por exemplo, do Rio de Janeiro, nós víamos áreas de baixo risco, mas áreas de elevadíssimo risco o que explica, muitas vezes, o que tem acontecido. E outros exemplos também, o município de Porto Velho também houve aumento do número de casos importantes esse ano, tinha um LIRA de alto risco. Próximo.

O sorotipo circulante no Brasil...

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES

(PSDB-AP): O LIRA que o senhor se refere, Dr. Victor. O LIRA é um...

SR. VICTOR BERBARA: Levantamento de Índice Rápido de Infestação.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Então não há um estado de epidemia no caso, por exemplo, do Rio de Janeiro?

SR. VICTOR BERBARA: Perdoe-me. Infestação do mosquito, isso no ano passado, informação do ano passado. Mas já previa uma situação de risco. Então nós temos duas situações, primeiro: índice elevado de infestação predial do mosquito e também o fato de que nós tivemos uma epidemia de grande porte em 2002. Sempre que ocorre uma epidemia nós temos alguns anos de baixa incidência, a dengue permanece nas regiões, mas com baixo número de casos e à medida que vai aumentando os suscetíveis à doença, a cada ano que passa você vai aumentando o risco de ter uma epidemia, aliado ao fato de termos um índice de infestação alto e a entrada, também como mostra esse slide de outros sorotipos que não estavam circulando anteriormente, sorotipos do vírus dengue. Então no Brasil nós temos três sorotipos circulando. O dengue 4 está presente em todos os países limítrofes do Brasil a partir do Peru; Peru, Colômbia, Equador não é limítrofe, mas está presente, Venezuela. Então o risco, por exemplo, da região amazônica de ter a entrada do vírus 4 pela região amazônica existe por causa das pessoas que se locomovem entre uma região e outra, o país vizinho Venezuela e Manaus, por exemplo. Próximo.

Esse é um dado interessante também do Ministério, uma pesquisa que o Dr. Fabiano pode entrar em detalhes mais tarde, que mostra percepção sobre a dengue por parte da população em geral. Então houve uma pesquisa, se não me engano, foi no ano passado, 91% dos entrevistados se sentem informados sobre como se pega, contrai a dengue, 96% dos entrevistados recordam-se das campanhas, porém, 55% acham que se o vizinho não tomar as precauções necessárias para evitar o mosquito, as medidas que eles mesmo adotam não adiantarão. Isso é emblemático, quer dizer, mostra que a gente deve investir bastante não só na comunicação e educação, mas, principalmente, educação em saúde, educação popular em saúde. Próximo.

Criadores do mosquito. Isso mostra bem a questão ambiental. É fundamental que vocês tenham essa imagem tanto de áreas mais ricas, aquilo lá à direita é uma piscina, uma obra, mas também questões ligadas ao saneamento, condições de habitação, fornecimento de água irregular e etc. Próximo.

Questão da assistência também no município do Rio de Janeiro, mas também nos municípios vizinhos, a gente tem um grande problema em relação à oferta de saúde e os gargalos existentes. Esse seria o modelo ideal com uma porta de entrada através da aten-

ção básica, resolutive, fornecimento de medicamentos básicos, métodos e diagnósticos, unidades de pronto atendimento funcionando 24 horas e os hospitais com suporte para emergência e eletivo, e a questão do controle de endemias que está lá no alto à esquerda a ser executada pelos municípios, mas com apoio dos Estados e da União. Próximo.

E, na verdade, o que está acontecendo na maioria dos municípios do Rio de Janeiro é isso aí, são ausências de equipes de saúde, ausência de uma cobertura da atenção básica de qualidade maior, área e extensão, e a procura espontânea da população aos hospitais que já estão sobrecarregados e que isso ficou muito bem demonstrado nessa epidemia. Próximo.

As ações, rapidamente, implementadas neste ano pelo Governo se baseiam nesses eixos: prevenção e controle de vetores, mobilização social e, principalmente, uma epidemia a gente tem que focar as nossas energias na questão da assistência mesmo. Próximo.

[soa a campainha].

Então, em resumo, o que foi feito na área de prevenção, a lei permitindo a entrada dos agentes de saúde em imóveis abandonados e aqueles cuja entrada não é permitida. Os índices de pendência por parte do controle de vetores, da área de controle de vetores são elevados lá no Rio de Janeiro. Decreto do governador suspendendo a cessão de médicos e enfermeiros a outros órgãos Executivo, Legislativo e Judiciário. A colocação de bombeiros reforçando o quadro de agentes de endemias no Rio de Janeiro, mas não só no Rio, em Campos, Goitacases e em Angra dos Reis. Busca aérea de criadores do mosquito com helicópteros do bombeiro, a implantação de um sistema de comunicação ao cidadão que inclui um 0800, o Rio contra a dengue, mas também fornecimento de informações através de uma *home page*. Próximo.

A ação de Secretaria de Governo também entrou na mobilização com ações na comunidade. Próximo.

Na questão assistencial o objetivo principal é de diminuir a letalidade que é elevada, principalmente, em função da entrada do vírus 2 que é o que predomina hoje no Rio de Janeiro, que é um vírus que tem maior capacidade de desenvolver quadros graves da doença. Próximo.

A opção do Estado lançando mão de um plano de contingência foi, principalmente, a implantação das chamadas tendas de hidratação. O que é que acontecia? Naquele slide anterior nós mostramos os hospitais lotados e uma demanda de pessoas que não eram, inclusive, convenientemente atendidas, voltavam para casa e muitas dessas pessoas, inclusive, faleceram. Então a Secretaria de Estado, Saúde e Defesa Civil

optou por lançar mão dessa estratégia de atenção e de suporte às unidades hospitalares e atenção básica, também até para a rede privada, é bom que se diga, que chegou a encaminhar pacientes para essas tendas, com um fluxograma que garantia o atendimento a essas pessoas, [soa a campainha], tratamento adequado, inclusive, com hidratação venosa mudando um pouco o eixo do próprio Manual de Condutas Clínicas do Ministério da Saúde fornecendo dentro dessas tendas de hidratação laboratório, todas as pessoas recebiam exames a cada final, a cada término de um período de hidratação, ia para casa, quando tinha que ir para casa ou quando o quadro dele agravava tinha transporte garantido a um hospital de referência. E depois de ter alta por parte da tenda a pessoa voltava, inclusive, no dia seguinte para ser reexaminado na tenda e não na unidade que encaminhou essa pessoa, o doente à tenda de hidratação. Próximo.

Então essas são tendas, uma das tendas, essa foi a tenda do Hospital Getúlio Vargas, Hospital Estadual. Próximo.

Foram 18 tendas, nós contamos com a ajuda também das Forças Armadas que colocaram três hospitais de campanha com uma possibilidade de atender até 6 mil e 500 pessoas por dia, com realização de 13 mil exames laboratoriais no local. Próximo.

Essas são as aberturas de leitos de enfermaria e UTI exclusivos para o atendimento à dengue com a participação do Município do Rio de Janeiro, do Estado do Rio de Janeiro, da rede federal. Próximo.

Esses são leitos de UTI pediátrica abertos [soa a campainha] no Hospital Pedro II, aquele é um hospital desativado que foi construído uma enfermaria para atendimento pediátrico. Próximo.

Ações, esse é um resumo das ações assistenciais. Próximo.

Tivemos também a contratação de vãs para transportar e a participação da Fetransporte, Federação de Transporte de Ônibus e etc. Próximo.

Criamos uma comissão de investigação de óbitos. É importante que se diga, todos esses óbitos que ocorreram no Estado do Rio de Janeiro, vão ser, todos, investigados. Essa é a rede de referência para as tendas. Próximo.

Implantação de três ônibus de coleta de sangue volante. Nós tivemos aumento da adoção de sangue no Rio de Janeiro em função da dengue. Próximo.

Tivemos também, e esse foi um ganho importantíssimo, nós todos dizemos sempre, Fabiano Pimenta, Dr. Valmi Peçanha, os próprios trabalhadores da saúde, se não houver envolvimento das outras áreas de governo, não teremos solução para essa questão da dengue, pelo menos, amenizar essa questão da

dengue e foi um ato do Governador de envolver todas as Secretarias, isso a partir de uma reunião que houve no Maracanãzinho, envolver todas as Secretarias de Estado no combate da dengue de forma contínua durante o ano inteiro. Então esses são exemplos de ações. Próximo.

E a proposta, realmente, era mudança da estratégia não só do controle do vetor, mas na assistência e na comunicação de educação e saúde. Aquele slide emblemático que nós mostramos demonstra a necessidade da gente investir melhor, guardando, respeitando as culturas locais, regionais coisa que a gente não está acostumado a fazer no sentido do controle da dengue. Próximo.

A palavra chave realmente é o que a gente estava vivendo no Rio de Janeiro é a de mobilização, todos os órgãos de governo, população em geral, representantes da organização da sociedade civil organizada. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Muito obrigado, Dr. Victor Berbara, Superintendente em Vigilância em Saúde do Estado do Rio de Janeiro. E agora passo a palavra ao Dr. Valmi Peçanha Pacheco, Subsecretário Municipal de Saúde do Município do Rio de Janeiro.

SR. VALMI PEÇANHA PACHECO: Sr. Presidente Senador Papaléo, Sra. Senadora Patrícia Saboya do Estado do Ceará, Sr. Senador Valadares, meus companheiros de mesa, meus senhores e minhas senhoras, inicialmente, gostaria de agradecer em nome do Prefeito César Maia e do Secretário Jacob Kligerman a gentileza e a honra do convite e aqui comparecer perante esta Comissão de Assuntos Sociais.

A situação da dengue no Rio de Janeiro, na cidade do Rio de Janeiro, lamentavelmente, está equivocado o nosso representante da parte sindical, não foi circunscrito a epidemia ou o surto epidêmico da dengue não foi circunscrito apenas à cidade do Rio de Janeiro. Já foi demonstrado aqui que dos 92 municípios do Estado do Rio de Janeiro 38 deles estão em plena epidemia, alguns com números extremamente expressivos. Mas no caso específico da cidade do Rio de Janeiro, eu trouxe aqui alguns dados bem atuais porque a vigilância epidemiológica da prefeitura da cidade do Rio de Janeiro tem uma velocidade muito grande em informar esses dados ao Estado para que chegue também rapidamente à consolidação desses dados ao Ministério da Saúde, à Secretaria de Vigilância em Saúde a quem eu cumprimento o Dr. Fabiano Pimenta neste momento, mostrando aqui que até o dia 5, anteontem, foram notificados na cidade do Rio de Janeiro 70 mil casos, bem menos do que na epidemia de 2002, nós já alcançamos naquela ocasião o dobro

disso. E a distribuição desses casos pelas áreas, dez áreas de planejamento da cidade, também mostram situações interessantes caprichosas especialmente na área da P4 que é a área de Jacarepaguá, Barra da Tijuca, Recreio dos Bandeirantes, uma área extensa e que tinha sido submetido a um intenso trabalho de prevenção de controle de vetores no ano passado, quando da realização dos Jogos Pan Americanos, inclusive, com a presença do Sr. Ministro de Estado da Saúde, na ocasião, o Dr. Agenor Álvares que abriu um Pan sem dengue e, portanto, numa parceria entre as três esferas de governo, havia sido feito um trabalho importante nessa região, no entanto, para nossa surpresa, reparem que é predominante aqui a notificação nesta área. E à medida que os meses caminham vem havendo uma queda e, evidentemente, agora no mês de maio nós acreditamos que o pior já tenha passado, há um declínio significativo nas notificações, que se acompanham também na área de assistência também por uma diminuição expressiva do número de pacientes internados na rede municipal.

Eu gostaria de chamar atenção que a Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, pela sua história de ter sido Capital Federal, a cidade do Rio de Janeiro durante 197 anos, ela possui características singulares em relação às demais capitais do Brasil. Lá funcionam as três esferas de Governo e é a única capital onde o Ministério da Saúde executa ações, especialmente, na área da assistência, porque lá há hegemonia da alta complexidade localizada em hospitais federais, coisa que não acontece nas outras capitais. Reparem também aqui, para chamar atenção, que a área da Zona Sul da cidade, que é a área de Copacabana, de Botafogo, da Lagoa, de Ipanema, de Leblon, nós tivemos uma relativa diminuição de casos e não tivemos óbito, que eu vou mostrar daqui a pouco. Pode passar um pouquinho mais adiante por gentileza?

Os casos de dengue aqui estão distribuídos num gráfico que demonstram os números aqui apresentados chamando atenção, que no mês de março, quando houve o pico da epidemia, a área mais afetada foi, realmente, a área de Jacarepaguá, Barra da Tijuca e Recreio dos Bandeirantes. E, lamentavelmente, nós temos que chamar atenção para umas características dessa epidemia que foi acompanhada por um elevado índice de letalidade. Nós alcançamos até a data que eu citei aqui o dia 5, 63 óbitos na cidade do Rio de Janeiro. Temos 6 milhões de habitantes, 70 mil casos para 6 milhões de habitantes. É verdade que em outros municípios do estado esse percentual de incidência foi muito maior, lamentavelmente.

Há também uma idéia bastante disseminada de que a atenção básica por si só resolveria a maioria dos

problemas e impediria o aparecimento de epidemias. É uma questão a discutir, ninguém discute a qualidade do modelo assistencial que deve estar em implantação no país. Entretanto, Senadora Patrícia Saboya representante do Estado do Ceará que é um dos exemplos mais marcantes de eficiência do Programa de Saúde da Família em todo o Brasil, onde o Estado do Ceará ajuda, auxilia, assessora técnica e financeiramente os 186 municípios que lá isto, infelizmente, não impediu que cerca de 148 desses 186 municípios também fossem acometidos por essa praga, essa epidemia, que Hipócrates, antes de Cristo, já falava em seu livro Epidemia mostrando a relação do aparecimento desse número exagerado de disseminação de doenças e doentes relacionados ao meio ambiente, aos quatro elementos primordiais: a água, o ar, o fogo e a terra e as mudanças das estações. Isso, vejam bem, a palavra epidemia em grego quer dizer visita.

Esses óbitos que estão aqui mostrados por área da cidade, reparem que essa área 2, 1 que eu me referi Copacabana, a Zona Sul não teve nenhum óbito acontecido, entretanto... E nem na área que também é destituída de assistência, como dizem, de deserto sanitário que absolutamente não existe, na área de Santa Cruz também não tivemos óbito, na área de Campo Grande tivemos dois óbitos apenas, que essa é a área chamada da Zona Oeste da cidade onde a presença da atenção básica municipal se faz de maneira permanente.

É verdade que na questão relativa à prevenção creio que é preciso mudar a estratégia de controle de vetores, isso está cada vez mais sendo confirmado. A determinação do Ministério da Saúde de fazer a vigilância, o controle domicílio a domicílio se torna no caso da cidade do Rio de Janeiro e acredito que de outras capitais de difícil execução. Nós temos 2.200 agentes de controle de endemia trabalhando no controle de vetores, entre os quais temos 547 agentes da FUNASA cedidos trabalhando conosco. No entanto temos, Srs. Senadores, para fiscalizar 3 milhões e 200 mil domicílios registrados no cadastro do IPTU, do Imposto de Propriedade Territorial Urbana e, na verdade, as chuvas que nós tivemos nesses três primeiros meses do ano foram de intensidade enorme trazendo a diluição freqüente do larvicida aplicado o que, evidentemente, obrigava a várias, inúmeras visitas dos agentes de controle de endemias. Basta dizer aos senhores que um agente de endemia faz, em média, 18 visitas a domicílios por dia. Se os senhores multiplicarem isso pelos 22 [soa campainha] dias úteis do mês e pelo número de domicílios que eu aqui citei levaríamos três meses e meio apenas para visitar uma vez, cada um dos do-

micilios. Portanto, creio que essa será uma estratégia que precisará ser mudada. Tem mais algum?

É apenas aí a demonstração gráfica dos óbitos dos 63 óbitos ocorridos até o momento e queremos crer que as coisas, daqui para frente, melhorem.

Em relação à assistência, propriamente, a prefeitura possui uma rede também muito extensa de hospitais. É a maior rede de hospital do país de uma prefeitura, tem 22 hospitais, tem cerca de 5 mil leitos, a maioria deles dotados para assistência materno-infantil e para emergência, mas hospitais de alguma complexidade. Entretanto, na rede básica, nós temos 145 unidades que foram apoiadas por 230 equipes do Programa de Saúde da Família, cobertura que ainda, realmente, não é aquela que desejamos para a cidade, mas cujo trabalho veio sendo feito em conjunto numa articulação com treze secretarias municipais sob coordenação da Defesa Civil. Temos montado, permanentemente, uma sala de situação na Prefeitura que acompanha diariamente a supervisão de todas as ações executadas pelos órgãos da Prefeitura.

Oferecemos ao Governo do Estado 113 leitos, dos quais 85 pediátricos e os colocamos à disposição da central de regulação do Estado numa parceria que, evidentemente, só temos a comemorar que funcionou adequadamente.

Eu terminaria esta pequena exposição me colocando à disposição dos senhores para aquilo que for necessário responder. Muito obrigado.

[troca de Presidência]

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA

CIARLINI (DEM-RN): Gostaria de agradecer a presença, a participação do Dr. Valmi Peçanha Pacheco, não somente o Dr. Valmi, mas de todos que aqui vieram. Nós entendemos que, na realidade, esta audiência é de uma importância muito grande porque se trata de uma questão que não se restringe somente ao Rio de Janeiro, mas ao Brasil, como um todo, e por ser de um estado onde a dengue também está em níveis alarmantes que é o Rio Grande do Norte, proporcionalmente nós somos o quarto lugar, infelizmente, porque nessa questão nós queríamos ser o último lugar, não o quarto, já é o inverso na educação quando foi feita a análise do aproveitamento escolar o ano passado nós ficamos em último e isso nos entristeceu, queríamos estar em primeiro, mas na dengue nós queríamos estar em último, eu acho que esse é o desejo de todos os estados brasileiros. Como o Rio de Janeiro por ser o estado que está mais, vamos dizer assim, no foco das atenções e por ter o maior número de casos de dengue, nós entendemos, Dr. Valmi, até porque o senhor aí colocou muito bem, cidade de um porte muito grande, com mais de 3 milhões de domicílios, a dificuldade

para chegar a esses domicílios, a própria geografia da cidade também tem, mas, infelizmente, nós temos que enfrentar tudo isso, superar essas dificuldades e o que nós queremos, o objetivo desta audiência são esclarecimentos do trabalho que está sendo realizado.

O Dr. Fabiano agora vai ser o próximo orador que, com certeza, como Secretário da Vigilância Sanitária, substituto, mas é Secretário, poderá nos dar uma visão não somente do Rio, mas do restante do Brasil que nós entendemos que é necessária numa questão que não é só dos Poderes Públicos, mas também da população, mas nós queremos saber quais são as diretrizes, que trabalho está sendo feito, os investimentos que estão sendo colocados, até porque, Dr. Fabiano, eu acho que já lhe fiz essa pergunta anteriormente. Não é o momento de perguntas, mas é que há informações de que houve uma redução dos investimentos no ano passado com relação à questão da dengue. Então isso nos preocupa porque, na realidade, se o investimento diminui ela cresce. As questões da dengue crescem em função, vamos dizer assim, porque a dengue quando passa esses momentos de crise, podemos dizer assim, aguda, parece que, de repente, se baixa a guarda e está comprovado que não se pode baixar a guarda, não pode, de forma nenhuma, deixar de ter um trabalho intensivo permanente com relação à dengue. Então passo a palavra ao Dr. Fabiano para o seu pronunciamento.

SR. FABIANO PIMENTA: Bom dia a todos. Eu queria cumprimentar a Senadora Rosalba Ciarlini, Senador Antonio Carlos Valadares, colega de mesa Valmi Peçanha, Dr. Victor Berbara, Sandro Oliveira. Muitas das questões de contexto que eu ia apresentar, o Dr. Victor já apresentou e, na verdade, então até pela brevidade da apresentação eu vou procurar caracterizar com as questões que eu considero adicionais e mais importantes. Pode passar o próximo slide.

Eu acho que isso é muito importante nós discutirmos um pouco os determinantes da expansão da dengue no Brasil. Todos nós sabemos que o mosquito *Aedes aegypti* é um mosquito essencialmente urbano que gosta de ambientes artificiais. E hoje nós temos altas densidades populacionais e 81% da população brasileira concentradas em centros urbanos que é onde o mosquito está. Nós temos alguns problemas conjunturais e de estrutura no nosso país como, por exemplo, a heterogeneidade no afeto irregular de água entre as regiões, um aumento sem precedentes da produção de lixo urbano com destino inadequado. E lembrando que muito desse lixo urbano são plásticos e são descartáveis e o vetor gosta de criadouros artificiais. A vulnerabilidade para introdução de novos sorotipos que o Dr. Victor Berbara já colocou, mas só

para os senhores terem uma idéia da dimensão disso, 35 mil pessoas viajam por mês entre Manaus e a Venezuela, que é um país vizinho que tem o dem(F) 4 que é o único que não circula no nosso país. E um aumento importante da mobilidade da população e do fluxo de turismo que leva consigo os vírus e a possibilidade de introdução da circulação da doença em áreas infestadas. Esses slides já foram apresentados pelo Dr. Victor. Pode passar.

E aí caracterizando melhor a questão do abastecimento de água. 18 milhões de pessoas sem acesso a água encanada. Entre os atendidos, boa parte convive com o serviço prestado de forma precária. E aí é importante destacar a intermitência do abastecimento de água. Muitas vezes existe uma cobertura de abastecimento de água, mas a população é obrigada a armazenar em tambores e tonéis que são excelentes criadores de *Aedes aegypti*, um prato de vaso de planta tem 200, 300ml de água, um tambor tem 100 litros de água, e aí nós temos mais ovos, mais larvas, mais pupas e, por consequência, mais adultos. Pode passar.

A questão do lixo urbano 32% do lixo urbano concentrado em 13 cidades acima de 1 milhão de habitantes. Pode passar.

A questão do fluxo turístico, o Rio de Janeiro sendo alvo dos 38% dos turistas que visitaram o Brasil no período de 2002 a 2004. Pode passar.

E aí esse cenário conforma todo um elenco de criadouros que são absolutamente favoráveis à infestação pelo mosquito *Aedes aegypti* que estão aí colocados e ilustrados. Pode passar.

Esse cenário não permite outra abordagem que não seja uma abordagem intersetorial com programa baseado, no mínimo, em dez componentes: de vigilância epidemiológica, entomológica integrada de combate ao vetor, de assistência aos pacientes, de integração com a atenção básica, ações de saneamento ambiental, ações de educação em saúde, mobilização social, capacitação de recursos humanos, legislação; entendendo a legislação entre vários aspectos como aquela que, inclusive, permite a entrada dos agentes nas casas onde existem focos e que o morador não permite o acesso, é claro que este como último recurso, a legislação que busca reverter situações de comércios, de indústrias e outros locais que são reiteradamente focos do mosquito *Aedes aegypti* colocando em risco a sua comunidade, a sua vizinhança; uma sustentação político social e um acompanhamento e avaliação permanente do programa. É importante frisar que nesse contexto da descentralização e que é um aspecto constitucional do nosso país na nossa constituição e na Lei Orgânica de Saúde, essas atribuições de cada

uma das esferas de governo estão absolutamente definidas e aprovadas pelas três esferas de governo por intermédio de uma portaria que foi aprovada no âmbito da Comissão Intergestores Tripartite, que tem representação do Governo Federal, dos estados e dos municípios, de forma que a complementaridade das ações das três esferas de governo permita o enfrentamento de um problema tão complexo como é essa questão da dengue. Pode passar o próximo.

Essa é a curva da incidência da dengue no Brasil, com pico epidêmicos em 98, 2002 e um aumento da incidência nos anos recentes. Pode passar.

Oitenta e seis por cento dos casos se concentram no período de janeiro e maio pelas condições climáticas de chuvas e temperaturas mais elevadas que favorece a proliferação do vetor. Pode passar.

O início da infestação e da ocorrência de casos pelas regiões Sudeste e Nordeste e depois para todas as regiões do país. Esse slide já foi mostrado. Pode passar.

Esse slide mostra que a circulação simultânea de três sorotipos do nosso país cria a possibilidade de uma maior ocorrência de formas graves da doença. Pode passar.

A maior ocorrência de formas graves da doença e a introdução de novos sorotipos aumentam as internações hospitalares em função da complicação dos casos. Esse slide ilustra bem isso. Pode passar.

E nós temos um fenômeno mais recente que é um aumento do acometimento em crianças. Isso tem uma explicação. Por exemplo, o dem(F) 2 circulou no Brasil de forma mais intensa até meados da década de 90. Ele veio a ser reintroduzido agora em 2007, 2008 e significa que as crianças até 14 anos não têm a imunidade para esse sorotipo, tiveram contato anterior com dem(F) 3 e essa sobreposição de circulação com dem(F) 3 com crianças ou adolescentes que não têm imunidade para o dem(F) 2 cria uma situação de maior proporção de ocorrência nessa faixa etária e também de uma ocorrência de formas graves em função de um contato recente com a outra forma. Pode passar.

Rapidamente, a situação a Senadora Rosalba já colocou. Os dados atualizados com base nas informações da Secretarias Estaduais de Saúde nós temos no período de janeiro a abril até a semana 14 uma redução de 10% do número de casos de dengue no Brasil quando comparado com o mesmo período do ano passado, entretanto, temos aumentos nas regiões Norte, Nordeste e Sudeste. Pode passar.

E aí na região Norte o maior aumento concentrando em Rondônia, Pará e Amazonas, Minas Gerais é uma situação de pequena redução, Espírito Santo e Rio de Janeiro com aumento. Pode passar.

São Paulo com redução, Mato Grosso do Sul e Mato Grosso com redução, Paraná com redução, Santa Catarina e Rio Grande do Sul com aumento, mas são casos importados. Esses dois estados, nesse momento, não tem caso autóceno(F), e a região Nordeste, como a Senadora já colocou, destaca o Rio Grande do Norte, Bahia e Sergipe, principalmente, com aumentos consideráveis. Pode passar.

Esse é o resumo da situação epidemiológica com 10% de redução, 77 óbitos por febre hemorrágica de dengue, mais 53 por dengue com complicações já confirmadas, existem outros óbitos sem investigação. Pode passar.

Esses municípios que estão em vermelho são os municípios que têm maior incidência de dengue no país, uma incidência acima de 300 casos por 100 mil habitantes. Pode passar.

E aí dentro das atribuições do Ministério da Saúde em relação às ações de prevenção e controle da dengue, eu destacaria uma avaliação independente do programa realizado pela Organização Mundial de Saúde e OPS que, infelizmente, mostra que nós não temos nenhum outro arsenal a ser incorporado no Programa Nacional de Controle da Dengue como vacina, como algum outro tipo de produto que pudesse ser introduzido mais imediatamente. Nós temos, sim, vacina em processo de desenvolvimento, nós temos uma armadilha baseada em feromônio do mosquito *Aedes aegypti* que atrai mais as fêmeas que foi desenvolvida pela Universidade Federal de Minas Gerais e essa armadilha está sendo apoiada pelo Ministério da Saúde o seu desenvolvimento, mas, entretanto, qualquer introdução de uma nova tecnologia precisa estar respaldada por um comitê técnico assessor de especialistas do Ministério da Saúde, de uma forma que nós estamos introduzindo uma nova ferramental numa situação de 180 milhões de pessoas expostas e isso custa recursos públicos e não pode ser feito sem a devida comprovação e sem que todas as dúvidas estejam esclarecidas, e o Ministério está trabalhando junto com a academia [soa campainha] para que essas dúvidas sejam esclarecidas.

E, principalmente, eu destacaria a normatização técnica muito enfocada para atenção aos pacientes com dengue, com manuais para médicos, para enfermeiros destacando tanto adultos como crianças, uma vez que diante desse contexto da circulação de três sorotipos e que favorecem a ocorrência de formas graves, a concentração na questão assistencial para que se evitem óbitos é de fundamental importância. Foi por isso que essa série de medidas foram tomadas e que o Ministério da Saúde fez uma parceria com o Conselho Federal de Medicina e a Associação Médica

Brasileira, de forma que todos os médicos brasileiros, independente da sua especialidade, eles receberam, desde que tivessem com seu endereço atualizado no CFM(F), um CD Rom que permite a abordagem da dengue desde a questão da atenção básica até a média e alta complexidade. Pode passar.

Aí estão as características desses materiais que foram encaminhados e que foram produzidos pelo Ministério da Saúde. Pode passar o próximo.

E aí estão exemplos da dimensão da esfera federal no controle da dengue. No PACS Saneamento 3 bilhões focados para a questão do saneamento específico para a questão da dengue. A transferência do teto financeiro de vigilância em saúde para estados e municípios executar as ações fundo a fundo, casa a casa; mais de 100 mil profissionais capacitados, quase 2 mil veículos, 900 nebulizadores entregues, capas e tampas de caixa d'água, uma parceria com a ANIP – Associação de Indústria Pneumática do país para instalação de ecopontos para destino adequado de pneus e mais de 40 milhões investidos em campanhas publicitárias. Aí, Senadora eu acho que a gente poderia no debate esclarecer melhor. Mas, na verdade, não houve diminuição de recursos de transferência estados e municípios em relação à questão das ações de prevenção e controle da dengue. Na verdade, sim, nós temos um orçamento de 2008 que o Ministro Temporão junto com o Ministério do Planejamento e junto com outros órgãos de governo têm trabalhado para resolver essa situação, sim para 2008 em que houve a partir da adequação no legislativo alguns cortes e esses cortes atingiram os recursos específicos do programa de dengue, malária, no programa nacional de imunizações, entre outros, mas que não tiveram nenhuma influência no ano de 2007 e que esses recursos, são recursos que o Ministério usa para comprar insumos estratégicos como inseticidas, bioinseticidas(F) e que nesse período não houve nenhuma falta desses insumos para que os estados e municípios garantissem a continuidade das ações de prevenção e controle da dengue.

Entretanto, nós temos esse desafio da recomposição do orçamento de 2008, para que no segundo semestre de 2008 nós não tenhamos nenhuma solução de continuidade nessas ações de prevenção e controle da dengue desempenhada pelos estados e pelos municípios. O Ministro Temporão está priorizando essa ação junto com o Ministério do Planejamento e aí tem um ponto extremamente importante que nós precisamos trabalhar conjuntamente e é a questão da Emenda Constitucional 29 que, com certeza, vai ajudar resolver essa questão do financiamento do setor saúde, não só para essa questão específica da dengue, mas

para todas as outras demandas que o Sistema Único de Saúde apresenta no nosso país. Pode passar.

A questão da campanha permanente baseada na entrevista que o Dr. Victor Berbara já colocou. Ontem nós estivemos acompanhando o Ministro Temporão numa Audiência Pública semelhante na Câmara dos Deputados e que o compromisso do Ministério da Saúde é manter essa campanha de forma permanente, de forma duradoura, de forma que esse conhecimento que a população demonstra conhecer em relação à dengue seja transformado em atitude, e esse é um desafio que todos nós temos Ministério da Saúde, estados, municípios, sociedade, Poder Legislativo, Poder Judiciário e organizações não governamentais. Pode passar.

Neste aspecto eu destacaria uma busca incessante de parcerias com vários segmentos da sociedade, inclusive, TV Câmara, TV Senado entre outras, no sentido de que esse conhecimento seja repassado e seja transformado em atitude sem uma transferência de responsabilidade para a comunidade. Pode passar.

Eu vou me ater mais ao levantamento rápido de índice de infestação, o nosso colega Victor Berbara já enfatizou. E o grande desafio é que esses levantamentos rápidos de índice de infestação sejam difundidos também na esfera municipal de forma que em cada bairro, em cada quadra, a população tenha conhecimento da infestação do *Aedes aegypti* na sua comunidade, qual é o criadouro predominante, se é o prato de vaso de planta, se é a caixa d'água, se é a laje que é uma peculiaridade importante no município do Rio de Janeiro, para que na somatória de esforços entre Poder Público e população nós possamos manter níveis sempre abaixo de 1% e que mesmo que haja entrada de um novo sorotipo no país que é o sorotipo dem(F) 4, a possibilidade de inspeção de ocorrência de epidemia seja minorada com essas medidas. Pode passar. Pode passar.

Eu destacaria de extrema importância, Srs. Senadores, senhoras e senhores aqui presentes o desafio que nós temos de garantir a continuidade da ação no momento em que temos eleições municipais, que nós temos ainda um contingente de agentes de campo de endemias e agentes comunitários de saúde que tenha um vínculo ainda não estável, um vínculo por resolver e que, muitas vezes, até mesmo para fazer alguns ajustes relacionados a várias legislações pertinentes, muitos desses profissionais são demitidos num momento em que eu mostrei aquele gráfico da sazonalidade da dengue que de outubro a maio nós temos a situação de maior favorecimento à multiplicação do vetor, maior favorecimento da multiplicação do vetor, maior chance de ocorrência de epidemias, se aquela

população daquela área fosse suscetível ao sorotipo que está circulando.

Então o trabalho que nós temos em conjunto governo e sociedade é de garantir a continuidade de ações nesse período de um momento tão salutar que são as eleições municipais e que a democracia se faz exercitada. Pode passar.

Aí a situação da incidência no Estado do Rio de Janeiro. Esses que estão em vermelho são municípios que tiveram incidência acima de 300 casos por 100 mil habitantes. Pode passar.

A situação do município do Rio de Janeiro nosso Subsecretário já apresentou. Pode passar.

E aí, apenas para encerrar, destacando o repasse do teto de vigilância e saúde para o Estado do Rio de Janeiro. A unidade federada, como um todo, são 54 milhões reais dos quais é um acordo feito na Comissão Intergestoras Bipartite e local, a Secretaria Estadual de Saúde recebe 3 milhões de reais por ano e o município do Rio de Janeiro no ano passado 22 milhões de reais, porque esses recursos são destinados à implementação das ações de combate ao vetor, visita casa a casa que são atribuições eminentemente municipal. Outros recursos adicionais que o Ministério passou e não vou detalhar aqui pelo adiantado da hora. Pode passar.

Telemarketing e ações. E a transferência de material de microscópios e veículos para junto com a Secretaria de Estado, Saúde e Defesa Civil e o município dá vazão a essa situação.

Eu, para finalizar, acrescentaria que aquela avaliação independente que o Ministério da Saúde está fazendo em relação ao Programa Nacional de Dengue se encontra em curso e que nós finalizaremos essa avaliação junto com a Organização Pan Americana de Saúde e a Organização Mundial de Saúde até o mês de outubro, de forma que eventuais adequações no Programa Nacional de Controle da Dengue que sejam indicados por essa avaliação independente de comum acordo com o CONAS que representa os estados, as Secretarias Estaduais de Saúde e o CONASEMS que representa os municípios, a sua viabilidade seja discutida e que nós possamos implementar para melhorar a capacidade de resposta do Sistema Único de Saúde a esse desafio que a dengue representa para o cenário brasileiro e para o cenário dos países tropicais. Muito obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Eu gostaria de agradecer ainda ao Dr. Fabiano pela sua explanação. Passar a palavra ao Senador Valadares.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Sra. Presidente, Srs. convidados a esta Audi-

ência Pública aprovada por esta Comissão já há alguns dias durante a evolução da crise do Rio de Janeiro e também de outros estados da federação brasileira.

E o nosso objetivo, quando apresentamos esse requerimento, já que havíamos feito, pelo menos, dois pronunciamentos no plenário, inclusive, tive a honra de ser apartado pela Senadora Rosalba num desses pronunciamentos, nós enfocamos a questão da gravidade da epidemia, sem nenhum intuito de transformar este caso num caso político, num caso partidário. A convocação dos senhores teve como único e essencial fundamental objetivo fazer um debate e através desse debate nós colhermos informações, sugestões que sendo tomadas por esta Comissão e ouvidas e vistas pela TV Senado, os interessados, já que somos todos nós alvos de uma possível doença como esta, pudéssemos então nos orientar melhor através de um esclarecimento técnico tal como foi apresentado por todos os senhores. É verdade que não só o Rio de Janeiro foi atingido pela epidemia da dengue, vários estados, para não dizer todos os estados da federação brasileira, uns tiveram uma redução do percentual da incidência de infestação, mas outros, ao contrário, infelizmente, aumentaram em comparação com o ano 2007 o índice de infestação. Inclusive, eu posso falar que dentre esses estados, infelizmente, o Estado do Sergipe, o estado que eu represento. E nós sabemos da alta responsabilidade com que o governo estadual vem dirigindo aquele estado, mas, entretanto, houve um aumento considerável, segundo levantamento que foi feito pelo próprio Ministério da Saúde onde Sergipe cresceu muito mais do que o Rio Grande do Norte em matéria de incidência da dengue, um número realmente absurdo de 1.271%, este foi o incremento em relação ao ano de 2007. Então eu sou de Sergipe, o governo que está à testa da direção do estado é um governo que eu apoiei e apóio. Em nenhum momento eu tive qualquer interesse politicamente ferir seja o Governo do Estado do Rio de Janeiro, seja o Ministério da Saúde, seja o governo municipal do Rio de Janeiro.

Então o essencial é que através das informações que nós recebemos, quem sabe as autoridades municipais de outros Estados da Federação e dos próprios Estados do Brasil poderão se aparelhar melhor, tanto do ponto de vista técnico, como do ponto de vista social, já que pelo que nós estamos vendo nenhum estado está livre de ser alvo de epidemia tão terrível responsável no Brasil por centenas de morte, este ano, inclusive o Rio de Janeiro com mais de 100 mortes. Só na capital do estado 63 foi o número aqui divulgado tanto pelo representante da cidade do Rio de Janeiro, como pelo Ministério da Saúde.

Mas eu gostaria de diante da explosão da dengue, eu gostaria de, em primeiro lugar, saber até que ponto, do ponto de vista do turismo, por exemplo, prejuízo que tomou o Rio de Janeiro se houve neste período entre janeiro e maio uma queda acentuada ou se manteve no mesmo nível do ano passado em relação às visitas de pessoas que gostam do Rio de Janeiro, apreciam as suas belezas e, anualmente, comparecerem àquela cidade, aquela cidade maravilhosa hoje vista, no mundo inteiro, muito bonita, mas perigosa, não apenas do ponto de vista da dengue, mas também do ponto de vista da violência, infelizmente. Então essa é a primeira pergunta. Segunda pergunta: nós sabemos que existem três ou quatro vírus da dengue, quatro vírus e, talvez por causa disso é que nós não encontramos ainda cientificamente uma vacina que viesse combater o mosquito da dengue. Qual a previsão, perguntaria ao representante do Ministério da Saúde, ao Dr. Fábio Pimenta, qual a previsão que o Ministério da Saúde faz de encontramos uma vacina, assim como encontramos para a febre amarela que o vetor é o mesmo, a previsão para encontrarmos uma vacina eficiente de combate ao mosquito da dengue? Terceira pergunta: nós temos várias capitais do país aqueles chamados canais que são verdadeiros córregos de água servida e que proporcionam, sem dúvida alguma, mais um hospedeiro para o mosquito da dengue. Gostaria de saber se o Rio de Janeiro ainda usa em determinadas áreas o chamado fumacê, não sei se a Senadora conhece esse termo. V. Exa. foi prefeita, uma das prefeitas mais ilustres do município de Mossoró no Estado do Rio Grande do Norte. E quarto lugar, quarta pergunta: nós sabemos que o Ministério da Saúde, praticamente, já entrevistou uma vez no município do Rio de Janeiro e essa intervenção redundou posteriormente na saída do Ministério da Saúde do Rio de Janeiro e se esperava que com a adoção de medidas tomadas pelo Governo Federal, inclusive, de apoio não só ao Estado, como também ao município essa situação da dengue não viesse a recrudescer e, no entanto, recrudesceu. Então há uma acusação, por exemplo, quando eu estava falando... O primeiro pronunciamento a Senadora Ideli Salvatti nos deu a informação de que a cidade do Rio de Janeiro, a prefeitura não só não aceitou a reintegração de funcionários do Ministério da Saúde, conforme falou o representante da área dos trabalhadores, como também se recusou a abrir os postos de saúde nas 24 horas, na tentativa de diminuir o sofrimento da população atingida pela epidemia. Então até que ponto a Prefeitura do Rio de Janeiro se considera responsável por essa atitude? Se há nesse episódio que, a meu ver, é uma fala de integração, eu não digo do Governo do Estado com

o Governo Federal, mas há uma imagem construída durante sucessivos episódios de que não há uma integração, não há uma boa convivência política entre o município do Rio de Janeiro e o Governo Federal. Então se isso é verdade por que está acontecendo? Queremos saber da verdade. O Ministério da Saúde tem sido eficiente na oferta de recursos humanos e financeiros, materiais no intuito de dar cobertura não só ao estado como ao município do Rio de Janeiro nessa verdadeira batalha que trava na saúde contra a dengue? Quanto à afirmação do Dr. Sandro Alex de Oliveira, Diretor Executivo da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Seguridade Social de que o município do Rio de Janeiro, muito embora, tenha havido boa vontade do Governo Federal em fazer a cessão através de um processo de reintegração de 5.792 vigilantes. Se houve realmente essa recusa e por que não se aumentou o contingente de agentes sanitários já que o montante de 2 mil e poucos agentes é insignificante diante de uma população tão numerosa quanto a da cidade do Rio de Janeiro? Na época do combate à febre amarela, segundo dados que eu colhi, nós tínhamos na cidade do Rio de Janeiro cerca de 5 mil agentes no combate à febre amarela, na época de Oswaldo Cruz e, de repente, hoje com uma população não sei quantas vezes maior nós passamos a ter apenas 2 mil agentes do município. Então não seria, vamos dizer assim, do ponto de vista social um ato inteiramente responsável, recusar oferta tão importante que fora feita pelo Ministério da Saúde. Por enquanto são essas perguntas. No decorrer do debate quem sabe poderão surgir novas outras. Agradeço a V. Exa. Presidente, já que estamos sessão já iniciada no Senado, Sessão Plenária.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Obrigada, Senado Valadares.

Eu gostaria agora de passar a palavra para resposta às suas perguntas. Vamos começar aqui com o primeiro do Ministério da Saúde.

SR. FABIANO PIMENTA: Inicialmente, eu queria agradecer o espírito construtivo desta audiência. Eu acho que a gravidade que a dengue tem não só no Brasil, como foi apresentado pelo Victor, eu tinha apresentado mais de cem países do mundo, país de cem milhões de casos, vidas e agora com a tendência de ocorrência em criança, eu acho que somente com a união de esforços e aqui não é nenhuma retórica de palavra, mas união de esforços de estar as três esferas de governo, da sociedade sem significar transferência de responsabilidade para sociedade, mas, sim, uma interação de responsabilidades é que nós vamos conseguir realmente enfrentar esse quadro num país que tem ainda, como eu disse, as questões de sane-

amento, de lixo por resolver e tem também grande concentração de população em centros urbanos, que a Senadora foi prefeita e sabe a dificuldade que é de se dar resposta a essas demandas crescentes cotidianas e que influenciam diretamente na infestação por *Aedes aegypti*.

Mas eu vou objetivando as perguntas que o senhor fez, Senador. Eu só queria ressaltar que é muito importante participar de coisas que tenham esse espírito construtivo. Eu acho que só assim nós vamos resolver o problema do nosso país. É que a questão da vacina, infelizmente, por mais otimista que nós sejamos, antes de cinco anos ela não estará disponível para utilização em nível de saúde pública e população. A dificuldade, o senhor já colocou um ponto dessa dificuldade, o dengue são quatro sorotipos, a vacina tem que dar proteção aos quatro sorotipos sob pena da vacina ser um instrumento de agravamento da situação. Digamos que ela proteja, inicialmente, pelos quatro sorotipos, mas de um determinado momento essa proteção caia e a pessoa venha a se infectar, venha ser contaminado com um novo sorotipo e ela pode ter, inclusive, uma exacerbação dos sintomas clínicos em função dela ter um contato com o vírus anterior e um contato vacinal, diferentemente da febre amarela que, felizmente o vírus é um só.

O Ministério da Saúde tem procurado dentro das possibilidades apoiar as iniciativas que existem em relação a essa questão da vacina. Nós temos aí uma possibilidade de intercâmbio entre o Instituto Butantã com os Estados Unidos, o departamento de saúde numa área específica lá que já estaria com a vacina na fase três, que é a fase de teste em nível de populações, é claro que com todas as questões éticas primeiro preservada, que isso estaria disponível já no final de 2008, 2009 para se fazer esse teste em nível 3. Nós estamos não só torcendo, mas apoiando no que for necessário para que isso se consolide e o Brasil tem todo interesse de apoiar, de trabalhar; inclusive com aporte de recursos do próprio BNDS para o Butantã para se isso vier a ser verificado.

O Ministro Temporão determinou ao Secretário de Ciência e Tecnologia e Insumos Estratégicos, o Dr. Reinaldo Guimarães, um mapeamento de todas as pesquisas relacionadas à dengue no Brasil, no sentido não de pulverizar recursos, mas de verificar aquelas que estão em estágio mais avançados e aportar os recursos necessários para que esses grupos de pesquisa tenham a sua oportunidade de desenvolvê-las, mas, mais uma vez, pensando em focalização de esforços e não dispersão de recursos que aí nesse caso não é estrategicamente.

Diante desse quadro, Senador, a única chance que nós temos é trabalhar no sentido de manter níveis mais baixos de infestação domiciliar do mosquito *Aedes aegypti* e aí eu destacaria como produto, digamos, mais próximo da realidade para ser incorporado na saúde pública as armadilhas que tenham especificamente o feromônio que atraia a fêmea do mosquito *Aedes aegypti* que permite você mapear com maior praticidade, com maior especificidade as áreas que estão mais infestadas para você, no nível municipal, entrar com as ações de coleta de lixo, limpeza urbana, educação e meio ambiente para que você mantenha níveis mais baixos do mosquito *Aedes aegypti*.

O que eu poderia dizer, e aí eu falo para o Victor e para o Valmi é que, independente das questões que qualquer epidemia de dengue exacerba em relação às questões políticas, a Secretaria de Vigilância e Saúde e o Ministério da Saúde procurou e tem procurado pautar pensando, principalmente, na população brasileira. E essa questão de aportar os inseticidas, aportar os recursos e aportar toda a expertise do Ministério e os equipamentos necessários para que essa questão do enfrentamento de uma situação dramática que a população do Rio de Janeiro viveu, os esforços não foram poupados. O compromisso do Ministro Temporão e da sua equipe não só dentro do Sistema Único de Saúde, mas com a população brasileira é nesse sentido. Se houver alguma discussão, que essa discussão seja depois que o problema esteja solucionado.

Então essa é a orientação que nós recebemos, nós procuramos absolutos cumpri-la da melhor forma possível. E eu posso dizer que no âmbito técnico com o Dr. Victor Berbara, com o Dr. Valmi, com o Dr. Mauro Blanco, nós não tivemos nenhum tipo de problema para implementar as medidas de controle. E, é claro, que o município do Rio de Janeiro tem algumas especificidades que acho que não cabe aqui entrar em nível de detalhe, que complicam muito a implantação de medidas de controle. Eu destacaria uma, por exemplo, a questão da, para encerrar a minha fala, a questão da segurança, além de várias outras questões de número de agentes e atenção básica, 40% das casas que os agentes do município do Rio de Janeiro buscam entrar, existe um problema para que eles entrem, isso significa, Senador, uma cidade do tamanho de Belém sem ser trabalhada, se todas as outras condições tivessem cumpridas e fossem ótimas. É um desafio para a saúde pública resolver e equacionar esse problema e a saúde pública, nesse caso, não se pode resumir no setor saúde, ela transcende absolutamente o setor saúde e passa por vários outros setores.

Eu me encontro à disposição se alguma outra questão eu não respondi, mas para esgotar.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES

(PSB-SE): Presidente, me permite. Dr. Fabiano e aquela questão da reintegração que se referiu o Dr. Sandro de Oliveira de servidores do Ministério da Saúde para o Rio de Janeiro, a cidade do Rio de Janeiro, que esta oferta teria sido recusada?

SR. FABIANO PIMENTA: Isso aí é o seguinte, eu não coloquei esse assunto, porque o Dr. Victor Berbara, com certeza, iria colocar com maior profundidade, mas veja bem. A partir do momento que houve a reintegração desses agentes, a distribuição desses agentes junto aos municípios do Estado do Rio de Janeiro passa como todas as outras decisões do Sistema Único de Saúde pela Comissão Intergestores Bipartite que tem uma representação do próprio município do Rio de Janeiro, da Secretaria Estadual de Saúde do Rio e de outros municípios. No momento inicial dessa reintegração e o Dr. Valmi não estava na gestão do município do Rio de Janeiro, foi colocado na Comissão Intergestores Bipartite que o município do Rio de Janeiro abriria mão da integração desses municípios no seu território, desses agentes, desculpe. E por esses motivos foram alocados em outros motivos, existe, inclusive, municípios que têm uma concentração...

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES

(PSB-SE): Então V. Exa. está confirmando a informação do Dr. Sandro?

SR. FABIANO PIMENTA: Naquela oportunidade de 2002, sim.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES

(PSB-SE): 2002?

SR. FABIANO PIMENTA: 2003 na reintegração, naquela oportunidade.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES

(PSB-SE): Depois da crise de 2002?

SR. FABIANO PIMENTA: Exatamente. E o que eu gostaria de acrescentar é que na preparação para os Jogos Pan Americanos e agora com esse nível de transmissão no município do Rio de Janeiro, de comum acordo com a Secretaria Estadual do Rio de Janeiro e com a concordância do município e também uma discussão e com a concordância dos agentes que colaboraram nesse sentido, 1.200 agentes foram remanejados de outros municípios para atuarem no município do Rio de Janeiro, como medida preparatória para os Jogos Pan Americanos, para intensificação das ações de combate ao vetor para complementar a força de trabalho do município do Rio de Janeiro, e agora no verão de 2007/2008 300 agentes foram convocados para trabalharem com aquelas ações de aplicação de inseticidas fumacê, mas a máquina costal de aplicação que é uma atividade de um esforço físico importante, por isso que ele tinham que trabalhar em dupla

e ser renovados em cada momento e esses agentes foram convocados pelo Ministério de comum acordo com o estado e estão ainda trabalhando no município do Rio de Janeiro.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Agora eu gostaria de passar a palavra para o Dr. Sandro. Peço só que as respostas sejam rápidas porque nós estamos no horário da sessão.

SR. SANDRO ALEX DE OLIVEIRA CEZAR: Obrigada, Senadora. Nós vamos procurar objetivar. Qual é o problema que a gente acaba por elencar aqui? Não há como e nem deve ser feito dessa forma a atenção e o combate a endemias, ou seja, tem uma questão sazonal que a ocorrência de um evento do porte que foi o Pan Americano do Rio de Janeiro aí se convoca 1.300 pessoas durante aquele período que é um período de relevância onde o Brasil está voltado, os holofotes mundiais estão voltados para o país, o país pleiteia sediar Olimpíada, futuramente, Copa do Mundo e outros eventos internacionais daquela importância e aí naquele momento há uma grande integração e se aceita a mão-de-obra. Para você ser idéia, Senador Valadares, lá no Rio de Janeiro eram 3.300 homens, isso na época em que o Ministro Adib Jatene, ou seja, mais de dez anos atrás estava atuando enquanto Ministro, naquela ocasião já eram mais de 3 mil. E naquela ocasião já se tinha estimativa que era necessário para atender a esta demanda de coisa de mais de 5 mil homens. Não se pode hoje, no ano de 2008 muito mais do que cem anos de quando a brigada dos mata mosquitos que eram assim chamados aquele pessoal que trabalhava com o então grande fundador ou, vamos dizer assim, um dos grandes precursores da saúde pública brasileira Oswaldo Cruz, já se tinha muito mais do que 5 mil homens atuando naquela unidade da federação. Não se pode hoje, passados 100 anos depois, com aumento substancial no número de imóveis, não só no número de habitantes, mas no número de imóveis. Quando se fala aqui que há integração, tem 300 homens nesse momento lá no Rio de Janeiro. Se os senhores se deslocarem até lá, fizerem diligência, o senhor vai verificar que tem uma centena de carros parados à disposição, recursos da União, são carros do Governo Federal disponibilizados aos municípios totalmente parados, enquanto isso a população sendo penalizada por uma epidemia e por uma endemia que é próprio de países pobres. E a gente sabe das realidades e da diversidade nacional que tem entre as regiões desse país. E não é por acaso, é estranho, o Sudeste, a região mais desenvolvida do país que não tem o mesmo perfil psicográfico do resto do país, não tem o mesmo perfil, é o lugar aonde cresce os números.

Deve-se haver alguma coisa que está equivocada. E o que a gente gostaria de estar, mais uma vez, ressaltando aqui para a Comissão de Assuntos Sociais que deveria ser pensado uma possibilidade, Dr. Fabiano, e aí fica a sugestão para o Ministério da Saúde de uma maior integração entre o PACS, PSF e as equipes que trabalham no controle ao vetor.

O que nós pedimos ao gestor municipal lá para concluir lá no Rio de Janeiro, o gestor municipal lá, ao representante do Governo do Estado é que se haja uma manifestação de vontade, e aí sim, a manifestação de vontade parte de alguém, parte da autoridade pública, e nesse caso não há como ser diferente que essa manifestação de vontade tem que ser da prefeitura municipal do Rio para regularizar a situação dos 1.200 agentes comunitários de saúde que estão lá trabalhando no Rio de Janeiro e que poderiam muito estar ajudando na questão do controle à epidemia e estão completamente deslocados dessa atividade. Esse é o nosso apelo. A gente agradece, mais uma vez, ao convite da Comissão de Assuntos Sociais do Senado para estar debatendo sobre o prisma da defesa do interesse dos trabalhadores, nós podemos dizer que os trabalhadores tanto da Fundação Nacional de Saúde com os trabalhadores do quadro do município do Rio de Janeiro que trabalham no combate às endemias sofrem com a falta de equipamentos elementares de proteção individual, falta até mesmo o protetor solar. Tem orientação da Organização Mundial de Saúde para a população mundial não se expor aos raios solares entre 11 e 16h. Entretanto, esses trabalhadores são expostos pelo Poder Público sem que haja nenhum tipo de proteção ou oferta de alguma proteção para essas pessoas. E esse é o apelo que fica para esta Comissão. A gente agradece, mais uma vez, o convite e estamos à disposição para outra oportunidade.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Obrigada, Dr. Sandro. Eu quero passar a palavra agora ao Dr. Valmi Peçanha Pacheco para as suas considerações

SR. VALMI PEÇANHA PACHECO: Sra. Presidente, inicialmente agradecer a gentileza das perguntas do Senador Valadares, pena que o tempo não nos permite abordar da maneira que gostaríamos questões tão relevantes trazidas aqui.

A questão do turismo, evidentemente, que houve um prejuízo grande à cidade do Rio de Janeiro é de ressonância nacional e internacional. Entretanto, o acompanhamento feito pela Secretaria Municipal de Turismo no tocante à ocupação hoteleira mostrou que não foi muito significativa essa perda nesses três anos do ano, embora, haja outras questões relacionadas, além, da dengue que foi aqui citada a questão

da criminalidade exacerbada, do banditismo que hoje chamam de violência.

Uma questão importante que V.Sa. traz aqui é a questão da intervenção ocorrida. Por acaso, o decreto que determinou essa intervenção, o Decreto 5.392 do dia 10 de março de 2005 permanece ainda em vigor. Apenas foi revogado um artigo, o art. 4º desse decreto, que fez com que fosse reabilitada à prefeitura da cidade a gestão plena do sistema municipal. E ainda persistem seqüelas dessa intervenção muito nítidas na cidade do Rio de Janeiro.

Gostaria de afirmar que esse assunto é um assunto até de estudo de caso importantíssimo, que nós sempre apresentamos à discussão porque aconteceu uma municipalização na cidade do Rio de Janeiro em que 28 unidades federais e 17 mil servidores foram transferidos à gestão da prefeitura e os valores de custeio das unidades federais, naquela ocasião, transferidos, permaneceram congelados como estão até hoje, o que fez, obrigou à prefeitura da cidade a colocar recursos do Tesouro do seu próprio Tesouro e a um endividamento crescente que foi verificado pelo Tribunal de Contas do próprio município. Esse assunto veio a ser resolvido por um termo de acordo celebrado em setembro de 2005, um acordo celebrado entre o Ministério da Saúde e a prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, do qual não participou o Governo do Estado. São coisas curiosas dentro do próprio arcabouço jurídico institucional que estabeleceu o Sistema Único de Saúde no país. E, como eu disse, em razão disso, quatro unidades federais eram então sob a gestão municipal retornaram ao Governo Federal. É curioso que a dotação orçamentária que essas unidades apresentavam quando estavam na prefeitura, no momento em que passaram ao estado foram quadruplicadas imediatamente, mostrando que a situação orçamentária provocava uma lesão importante nas contas municipais. Mas é um assunto que ainda vai perdurar, eu acredito, e que seqüelas, como eu disse, ainda perduram, mas que não abateram, de forma alguma, o relacionamento, a integração dos técnicos das três esferas de Governo, o Ministério da Saúde... Eu sou servidor federal do Ministério da Saúde, do Governo do Estado e da própria prefeitura. Um diagnóstico, se me permitem falar medicamente, o diagnóstico que fiz na ocasião, com todo respeito, e por isso sofri retaliações é de que as paixões político partidárias, na ocasião, se exacerbaram a tal ponto, que suplantaram as verdadeiras razões e o interesse maior da população. O Rio de Janeiro ainda pagará muito por isso. Uma cidade que foi capital, como eu disse, durante 197 anos, capital durante o Brasil Colônia, capital durante todo o Império e capital da República até 1960, quando foi

transferido aqui para o poder central, me parece que foi uma decisão tomada, a época, cujas conseqüências ainda perdurarão durante muito tempo.

Na questão dos agentes de endemias eu gostaria de afirmar que no momento a prefeitura tem 579 servidores da FUNASA estatutários, além, de 128 celetistas da FUNASA trabalhando nas equipes de controle de vetores dos 2.200 servidores. E, recentemente, ainda fora do período eleitoral, portanto, em fase legal, foi realizado um concurso público para admissão de 585 novos agentes de controle de endemias que já foram aprovados e estão em processo de contratação, da assinatura dos seus respectivos contratos e treinamento. É importante chamar atenção, que quando houve a reintegração dos funcionários da antiga FUNASA, antigos agentes de endemias, houve um período de grande defasagem aí desde a reintegração, que determinou muitas modificações no perfil profissional desses agentes. Eu posso aqui chamar o testemunho do Dr. Fabiano Pimenta e do próprio Dr. Victor Berbara quando da realização do Pan em que foi criada uma força tarefa, e aqui já foi citado, em que 1.200 funcionários foram chamados a colaborar naquele momento importante da história da cidade e porque não dizer da história do país que sediava um evento de importância internacional. Foi uma dificuldade muito grande para os municípios da Baixada Fluminense cederem seus funcionários, a seleção que teve que ser feita, porque muitos estavam em desvio de função, já não exerciam a finalidade profissional há muito tempo. São questões que eu poderia aqui, o tempo não me permite, chamar a atenção.

Por outro lado, há que admitir também, certas limitações orçamentárias que todos conhecem, para dar aos Srs. Senadores, do orçamento da Secretaria Municipal de Saúde de Recursos próprios do Tesouro e a prefeitura obedece integralmente da Emenda Constitucional 29 na elaboração e na execução dos seus orçamentos, 80,4% dos recursos são para pagar pessoal. Ora, nós estamos, no caso da Secretaria Municipal e não da prefeitura, é claro, porque a prefeitura tem no seu maior contingente de servidores área de educação, a prefeitura da cidade tem 1.068 escolas, é a maior prefeitura em número de escolas do país, tem 700 mil alunos matriculados, aos quais se somam 50 mil em pré-escolar, é um peso grande para a prefeitura, certamente na busca do maior apoio a essas duas áreas importantes que são a saúde e a educação. Então essas limitações que a própria Lei de Responsabilidade Fiscal nos impõe, não nos permite ampliar como gostaríamos de chegar aos 5 mil mosquitos da época de Oswaldo Cruz, em 1904 no século passado. Veja os senhores que essa doença,

à época, era a febre amarela. O vírus que provoca a febre amarela é um primo, é um flavivírus também que provoca a dengue. Para a febre amarela, como disse o nobre Senador, já se conseguiu uma vacina, no entanto, se luta, como disse aqui, muito bem, o nosso Dr. Fabiano Pimenta para a fabricação de uma vacina que atenda esses quatro sorotipos. De maneira que são essas considerações que eu gostaria de fazer e o tempo não me permite estender mais sobre outras questões que foram aqui chamadas a atenção. Mas dizer, por último, que nós nos encontramos também na cidade do Rio de Janeiro sob a visão, a meu ver, um pouco autoritária do Poder Judiciário que nos determina a abertura da totalidade dos 145 postos de saúde, que os senhores sabem, postos de saúde não são unidades para atendimento em emergência. Nos postos de saúde são executados os programas de saúde, imensa importância, o programa da hipertensão arterial, do diabetes, das doenças sexualmente transmissíveis e Aids, da tuberculose, da hanseníase. E, no entanto, nós que já vimos a prefeitura, tínhamos aumentado a força de trabalho da prefeitura estendendo a carga horária de 990 servidores conseguimos abrir já na ocasião da decisão judicial em caráter liminar 104 das 145 unidades que nos vimos, de repente, obrigados a cumprir a decisão.

O nosso Secretário Municipal, Dr. Jacob Kligerman, está com uma multa pessoal de 10 mil reais, o nosso salário no Poder Executivo Municipal não alcança esses números. Agora mais uma multa se aplica na entrada, na própria conta bancária do Secretário para lhe retirar 50 mil reais. São decisões como essas, que ontem mesmo estivemos em audiência na Vara de Fazenda Pública no Estado do Rio de Janeiro, para esclarecer aos magistrados as dificuldades que a prefeitura tem no enfrentamento dessa situação, mesmo porque não existe, como eu disse lá, competências privativas da prefeitura no Sistema Único de Saúde. O próprio arcabouço diz isso. Há uma solidariedade entre as três esferas de governo. Sem essa integração, sem essa articulação permanente e se não revermos a questão tributária, Srs. Senadores, da carga tributária, hoje que o país está submetido, cerca de 37% do Produto Interno Bruto, são dados da Fundação Getúlio Vargas onde eu trabalho, 70% estão concentrados na União Federal, 26% nos Estados Federativos e apenas 4% nos 4.564 Municípios. É uma situação que precisa ser revista, afinal de contas, a prefeitura é a executora das ações, é onde está mais próximo o governante do cidadão que reivindica, com toda justiça, por melhores acessos ao serviço de saúde, por melhoria de qualidade, mas onde está a menor capacidade arrecadadora, portanto, é preciso rever. Cada vez mais se delegam

responsabilidades aos entes periféricos, aos entes republicanos, no entanto, não se faz acompanhar isso dos respectivos meios financeiros e de assessoria técnica para que se alcance esse objetivo.

Gostaria de encerrar essa minha participação aqui nesta mesa, agradecendo, mais uma vez, a honra de ter comparecido aqui em nome da prefeitura da cidade do Rio de Janeiro. Muito obrigado, Srs. Senadores.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Muito obrigada, Dr. Valmi. Eu gostaria agora de passar a palavra ao Dr. Victor Berbara.

SR. VICTOR BERBARA: Obrigado, Senadora. Vou ser mais rápido ainda sabendo que tem a Plenária agora.

Em relação à queda do turismo, comparando com o ano passado, eu diria que eu não tenho esses dados, mas, certamente, alguma coisa aconteceu e não só em relação ao turismo, mas a questão toda do movimento econômico, dias trabalhados não cumpridos, absenteísmo, essa coisa toda. Existe uma perda econômica grande.

Nós estamos buscando suprir isso, por exemplo, eu vou dar só um exemplo, agora nós estamos tendo um importante evento da natação que é classificatória para os Jogos Olímpicos, e a melhor piscina, parque aquático do país, está no Rio de Janeiro. Então houve uma mobiliza o por parte do município e do estado para dar suporte a esse evento, porque senão eles iam tirar do Rio de Janeiro, e assim são outras situa es.

A previsão para vacina foi colocada, a gente não deve colocar nenhuma esperança na vacina sob o risco da gente perder o foco. O foco hoje   mobiliza o,   através dela, mobiliza o da sociedade em geral, controle de vetor   que a gente deve conseguir controlar uma situa o que a gente não tem como erradicar. Epidemia vai ter sempre. O que a gente tem que buscar   diminuir os custos dessa epidemia, os custos sociais provocados por ela.

  nesse sentido, inclusive, que o plano estadual de controle da dengue não leva esse nome, leva o nome de rede solidária de preven o e controle   dengue. E a rede solidária busca integrar todas, não são as esferas de governo, mas toda a sociedade no combate dessa doença.

Eu ressalto também, como disse o Fabiano, o próprio Sandro colocou e o professor Valmi Peçanha de que melhorou e avançamos muito na questão dessa solidariedade e dessa integra o das esferas de governo. Eu, pessoalmente, não sou da Secretaria de Estado de Saúde, eu sou cedido pelo Ministério da Saúde e pela prefeitura ao Estado, essa   a minha terceira passagem pelo estado e eu nunca vi, anteriormente, essa integra o ocorrer da forma como está ocorren-

do agora. Então eu sou otimista em relação a isso. E sou otimista também, apesar dos problemas que essa epidemia trouxe, mas ela apontou e desencadeou uma série de discussões no Estado do Rio de Janeiro em relação à prefeitura também. É o município do Rio de Janeiro nesse ano que é importante. É uma preocupação para nós técnicos a descontinuidade das ações em função de um ano eleitoral. A gente sabe que a eleição ocorre no princípio de outubro. Se um governante perde o seu apoio político, perde a eleição. Nós temos sérios riscos de descontinuidade das ações e até um novo gestor entrar, até tomar pé da situação, nós passamos uma nova epidemia. Então temos esse risco, mas, por outro lado, essa epidemia trouxe a discussão neste ano que é importante politicamente uma série de situações, primeiro: que modelo de saúde a gente quer nos municípios do Rio de Janeiro? Na metropolitana do Rio de Janeiro? E a capital, especificamente? A extensão da atenção básica, estratégia de saúde da família integrada com os agentes comunitários de saúde com outros atores sociais dentro daquela comunidade. Qual o perfil do profissional de saúde que a gente quer? E essa epidemia mostrou a deficiência de certos profissionais de saúde e são aquelas, por exemplo, só falando da questão entre os médicos, a deficiência que nós temos de clínicos gerais, médicos generalistas e pediatras, nós tivemos, sim, dificuldades de pediatra atuando, por exemplo, nas tendas. Nós estamos formando muito especialistas e poucos médicos que estejam realmente que nós precisamos em termos de saúde pública. Ressaltar que a gente deve buscar também, a gente tem discutido isso junto, por exemplo, com os trabalhadores na área de saúde, a incorporação desses agentes e de novos agentes, inclusive, treinando, capacitando para integração à estratégia de saúde da família e outros representantes e outros trabalhadores envolvidos, por exemplo, em programas de geração de renda que é importante nós também termos uma proposta dentro da rede solidária nesse sentido. Enfim, eu acho que a gente tem que buscar também ensinamentos que essa grave epidemia nos deu nessa situação, é mais grave, sim, não em número de casos, mas de gravidade desses casos, foi muito séria e a tendência é cada epidemia que nós tivemos termos casos mais graves, como acontece no sudeste Asiático, inclusive, em países ricos, a dengue está presente, principalmente, naqueles países mais pobres, mas mesmo naqueles países ricos nós temos epidemias, mas a forma como eles enfrentam é melhor, é superior, é isso que a gente tem que buscar. Então agradeço a todos vocês esta oportunidade. E estamos à disposição por parte da Secretaria de Estado, Saúde

e Defesa Civil de estarmos aqui presentes no futuro sempre que precisar.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Eu quero, mais uma vez, agradecer a presença do Dr. Fabiano Pimenta, Dr. Sandro, Dr. Victor e Dr. Valmi; dizer do quanto nós temos aqui que louvar o empenho de todos, porque a questão da dengue, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, na realidade ela não pode ser uma questão pensada por um partido, por um administrador. Nós estamos aqui nesta sessão, quando o Dr. Victor nos coloca a palavra “solidário”, essa é uma questão solidária com o Brasil, é uma questão da nação, podemos dizer até de segurança porque é saúde, é vida; tem reflexo também na questão econômica do país. E nós, muitas vezes, ficamos olhando só, vamos dizer, dentro daquele nosso, como diz, olhando somente para o nosso umbigo, não pode ser assim. Essa é uma questão do plano que segundo o Dr. Fabiano nos coloca, existe um plano de longo prazo nacional, que até ele ficou de nos mandar para que a gente conheça.

Nós queremos saber se os recursos existem? O plano existe. Se esses recursos existem ou se estão, devidamente, planejados para que não falte. Quando eu falo na descontinuidade, Dr. Fabiano, é porque lembrem-se que existem contingenciamentos. E como eu sofri na pele, eu fui prefeita e me lembro de um período que quando eu fui assumi o segundo mandato da prefeitura, fui prefeita três vezes, assumi e no ano anterior tinha tido uma epidemia de dengue imensa na cidade. Então um dos pontos que, como médica, achava que a responsabilidade era ainda maior, era de mostrar que aquilo não poderia voltar a acontecer. Então começamos uma ação permanente, efetiva; só que teve um determinado momento que os agentes ficaram seis meses sem receber recursos porque não eram repassados.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Hoje é fundo, a fundo. Mas eu quero dizer que se hoje já foi corrigido existiram também essas questões. Então isso foi se avolumando, esses problemas todos foram crescendo e termina a dengue sem que haja uma forma de que a gente possa controlá-la para evitar essas exacerbações.

Então eu acho que é produtivo, sim, foi muito bom tirarmos muitas dúvidas, mas eu acho que o mais importante que fica daqui é esse sentimento de que isso é uma questão nacional, prioritária, não pode ser tratada como para enaltecer ou para tentar desmorrar uma administração seja essa municipal, estadual ou federal. É uma responsabilidade de todos nós, porque o pior

quando ficam essas questões jogando para um lado e para o outro, o que é que acontece? Quem sofre é a população e está aí o resultado: o número de mortes que vem acontecendo. É uma questão grave, séria e que nós precisamos, realmente ter uma forma de que ela seja tratada com prioridade permanente, não somente nos períodos chuvosos, não somente quando queremos levantar questões com saneamento básico, mas, permanentemente, ela seja tratada de forma a que não falte recurso, não falte atuação, não falte informação e não falte conhecimento. E que agentes de dengue não pode ser somente aqueles contratados para ser agentes de dengue, todos os que trabalham em saúde e em todas as áreas que têm contato com o povo, esses, de certa forma, é um agente para informar e para controlar.

Acho que eu queria...

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES

(PSB-SE): Presidente, para terminar, eu gostaria de...

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA

CIARLINI (DEM-RN): Aqui só um parêntese. E a burocracia. Esse Brasil é uma coisa como é difícil, principalmente, quem está lá na ponta, no interior. Muitas vezes, as cidades maiores: São Paulo, Belo Horizonte que estão em torno de Brasília chegam mais rápido, têm mais acesso, mas aqueles que estão lá na ponta do Nordeste, do Norte, do Sul, menores, muitas vezes, têm mais dificuldades. Eu sei que tudo isso já avançou muito, Dr. Fabiano, com a questão de ser fundo a fundo, com a Internet. Eu acho que muita coisa no Ministério se faz diretamente com a internet, mas o que eu quero dizer aqui que não é somente o Ministério, é uma questão de muitos Ministérios e de muitas questões que precisam ser agilizadas, porque, muitas vezes, a gente tem essa dificuldade e a maior é a má distribuição de recursos em nível nacional. Não é possível. Por que é que nós temos que cobrar do Governo Federal que ele, realmente, não somente coordene, fiscalize e faça bem mais? Porque os recursos maiores da nação estão concentrados em nível do Governo Federal, aos municípios é tão pouco que mal dá para atender a demanda do dia-a-dia quanto mais nós chegarmos numa situação, muitas vezes, que temos que tomar medidas emergenciais, e aí a espera para conseguir chegar com um projeto, com uma informação isso demora muito.

Fica aqui só esse nosso apelo. E vou passar ao nosso Senador que quer complementar para que a gente possa encerrar, até porque muitos dos que aqui estão têm um voo já marcado agora para as 16h.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES

(PSB-SE): Presidente e srs. convidados, eu gostaria de agradecer as informações que para nós foram muito

preciosas trazidas pelos senhores a esta Comissão, lamentando apenas que em virtude de um debate político, o lado social tenha sido deixado de lado, da ouvida da Ministra Dilma Rousseff e os partidos políticos em massa concorreram para a reunião da Comissão de Infra-Estrutura e muitos deles que, efusivamente e até de forma radical se manifestaram à tribuna do Senado contra a situação calamitosa do Rio de Janeiro e de muitos estados, não puderam comparecer a esta reunião que seria da mais alta importância que eles escutassem dos senhores os reflexos dessa crise sobre a população brasileira, as dificuldades de recursos, a falta de uma distribuição equitativa da rede nacional notadamente direcionada para os municípios, como se referiu o Dr. Valmi Peçanha, representante da Secretaria de Saúde do Estado do Rio de Janeiro.

Ontem a Senadora Rosalba, testemunha ocular da história, nós votamos numa proposta que, certamente, vai haver um incremento de, mais ou menos, 10 bilhões de reais até o ano 2011 em favor da saúde no Brasil. O PLS 121 da autoria do Senador Tião Viana que foi aprovado ontem e agora vai à Câmara dos Deputados onde sofrerá um grande debate com a perspectiva de ser aprovado, sem dúvida. Esperamos é que o Governo do social que é o governo do Presidente Lula esteja sintonizado, como nós esperamos, com o pensamento dos senadores, dos deputados e da sociedade, de modo geral, de tal modo que nós possamos aumentar os recursos da saúde dos estados e, principalmente, dos municípios.

E, finalmente, eu gostaria de dizer que a mortalidade ou mortalidade havida este ano, segundo dados que aqui foram mencionados pelo Ministério da Saúde de 153 pessoas, quantas pessoas faleceram no Brasil em face da *Aedes aegypti*. 17 estados apresentam aumento no número de casos, o senhor relacionou os casos, 77 óbitos, casos de FHD e mais 53, 130. Então foram apenas 130, infelizmente, 130. Esperamos que nos próximos anos não haja mais...

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA

CIARLINI (DEM-RN): Isso considera os que foram confirmados, têm aqueles que não foram confirmados e as seqüelas daqueles graves que ficaram.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES

(PSB-SE): Eu acho que se houver uma política, como disse a presidente, permanente que seja prioritariamente considerada por todos os governos: federal, estaduais e municipais como prioritária essa causa, nós, sem dúvida alguma, no ano de 2009 teremos uma incidência muito menor mesmo porque foi uma grande lição. Queremos também acentuar o trabalho da imprensa que divulgou e divulga diariamente esta crise e colocando, sem dúvida, as autoridades numa situ-

ação difícil, difícil porque nada acontece de graça em matéria de saúde, de educação; é preciso interferência do Poder Público diariamente, permanentemente. Para tanto não basta apenas boa vontade, não basta mudar o modelo, não basta ter boas intenções, é preciso que haja recursos e esses recursos são proporcionados pela própria sociedade através da arrecadação. E com a reforma tributária que nós já estamos a discutir na Câmara dos Deputados e dentro em breve chegará no Senado Federal nós, quem sabe, iremos conseguir uma distribuição mais equitativa dos recursos da Nação em favor das unidades federadas. E os municípios, como se falou aqui, estão mais perto da população, precisam de mais recursos, precisam de maior atenção das autoridades do Congresso Nacional e do Governo Federal. Portanto, eu quero que o Rio de Janeiro que foi alvo, já estamos terminando, Presidente, a nossa participação, e esperamos que o Rio de Janeiro que foi, vamos dizer, o alvo das nossas preocupações aqui no plenário, no Brasil inteiro a partir deste debate e das providências que já estão sendo tomadas a população não venha sofrer crise tão grave que redundou na morte de dezenas de pessoas, não só o Rio de Janeiro, como todo o Brasil. Obrigado, Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Obrigada, Senador Valadares. Nós estamos finalizando esta Sessão, esta Audiência Pública e a palavra final é exatamente isso: Brasil forte é município forte, município só será forte quando tiver, realmente uma justa distribuição tributária, voltando ao município tudo que cada município contribui com o suor do seu povo. Sem isso nós não teremos um Brasil mais forte. E a Emenda 29 nós tivemos a alegria de votar e aprovar, agora fica aqui não somente aos que participam desta Audiência, mas a todo Brasil que nos escuta. Vamos estar acompanhando agora a votação na Câmara dos Deputados para que ela seja também aprovada e ao Governo Federal para que seja acatada essa decisão que foi por unanimidade do Senado Federal, porque esses recursos não são gastos, são investimentos. Saúde não é gasto é investimento no futuro, na vida e na qualidade de vida do povo brasileiro.

Muito obrigado a todos. E esperamos que com mais discussões, mais debates que, com certeza, seriam necessários nessa questão tão importante para o Brasil possamos ampliar, cada vez mais, essa rede de solidariedade e o nosso Brasil ter menos dengue porque isso, realmente, é muito triste e diminui a grandeza de um país tão bom.

Está encerrada a Reunião.

Reunião encerrada às 14h52.

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

ATA DA DÉCIMA PRIMEIRA REUNIÃO (EXTRA-ORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA REALIZADA NO DIA 14 DE MAIO DE 2008, QUARTA-FEIRA, ÀS 11:00 HORAS.

Às onze horas e vinte e quatro minutos do dia quatorze de maio de dois mil e oito, na Sala de reuniões da Comissão de Assuntos Sociais, sob a presidência da Senhora Senadora **PATRÍCIA SABOYA** reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos (as) Senadores (as) **FLÁVIO ARNS, PAULO PAIM, INÁCIO ARRUDA, WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA, JAYME CAMPOS, KÁTIA ABREU, ROSALBA CIARLINI, EDUARDO AZEREDO, PAPALÉO PAES, JOÃO DURVAL, SERYS SLHESSARENKO, EXPEDITO JÚNIOR, IDELI SALVATTI e CRISTOVAM BUARQUE**. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. Justifica a ausência o Senador Romeu Tuma. A Senadora Patrícia Saboya declara aberta a reunião da Comissão, propondo a dispensa da leitura e aprovação das Atas da 09ª e 10ª reunião, que são dadas como aprovadas. A presente reunião destina-se à realização de Audiência Pública atendendo aos Requerimentos nº 09 e 18, de 2008 – CAS de autoria dos Senadores Patrícia Saboya e Papaléo Paes, com vistas à realização de Audiência Pública no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais a fim de avaliar as políticas públicas para a juventude voltadas à capacitação profissional e inserção no mercado de trabalho. A Presidente dá início a reunião informando que cada convidado terá 15 minutos para a sua exposição e convida os palestrantes para tomarem seus lugares à Mesa. Fazem uso da palavra os seguintes convidados: **Ministro Carlos Lupi** – Ministro de Estado do Trabalho e Emprego; **Dr. Luis Roberto de Sousa Cury** – Secretário Nacional de Juventude da Presidência da República; **Profª. Lizete Kagami** – Coordenadora Geral de Formação Inicial e Continuada da Educação Profissional e Tecnológica, representando o Ministério da Educação; **Sra. Andréa Barbosa Alves** – Chefe do Departamento de Educação Profissional do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – SENAR e o **Sr. André Figueiredo** – Secretário Executivo do Ministério do Trabalho. Às doze horas e um minuto o Senador Cristovam Buarque assume a presidência e às doze horas e nove minutos a Senadora Patrícia Saboya retoma os trabalhos. Às doze horas e vinte e seis minutos o Senador Papaléo Paes assume a presidência e às doze horas e quarenta e quatro minutos a Senadora Patrícia Saboya retoma os trabalhos. Fizeram uso da Palavra os Senhores Senadores Rosalba Ciarlini, Cristovam

Buarque, Papaléo Paes, Paulo Paim, João Durval e Flávio Arns. Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, encerra-se a reunião às treze horas e vinte e quatro minutos, lavrando eu, **Gisele Ribeiro de Toledo Camargo**, Secretária da Comissão de Assuntos Sociais, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Senadora Patrícia Saboya, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro de estenotipia informatizada. – Senadora **Patrícia Saboya**, Presidente.

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS – CAS

11ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA DO SENADO FEDERAL, REALIZADA NO DIA 14 DE MAIO DE 2008, ÀS 11 HORAS E 24 MINUTOS.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Bom dia a todos e a todas. Havendo número regimental declaro aberta a 11ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª legislatura do Senado Federal. Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, eu proponho uma dispensa da leitura e a aprovação das Atas da 9ª e da 10ª Reunião.

A presente audiência pública tem por objetivo avaliar as políticas públicas para a juventude, de juventude, voltadas à capacitação profissional e inserção no mercado de trabalho conforme os requerimentos nº 9 e 18/2008, de autoria da Senadora Patrícia. Essa que vos fala. E do Senador Papaléo Paes. Foram convidadas as seguintes autoridades e eu pediria ao Senador Papaléo Paes que pudesse conduzir já o Ministro Carlos Lupi aos trabalhos da mesa. Gostaria de chamar também, além do Ministro Carlos Lupi; o Exmo. Secretário Luis Roberto de Sousa Cury, Secretário Nacional de Juventude da Presidência da República. A Sra. Lizete Kagami, representando o Ministro Fernando Haddad, Ministro de Estado da Educação. Ela é Coordenadora-Geral de Formação Inicial e Continuada da Educação Profissional e Tecnológica. Gostaria de chamar também a Sra. Andréa Barbosa Alves, Chefe do Departamento de Educação Profissional do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural.

Sras. e Srs. Senadores, essa audiência pública tem como finalidade buscarmos aqui ouvir especialistas e responsáveis pelas políticas públicas de juventude. E esse tema tem levado a vários debates acontecendo em torno desse tema no Brasil inteiro. E a Comissão de Assuntos Sociais que eu presido, não poderia, de forma alguma, ficar fora desse debate que nós consideramos essencial para a transformação do nosso país e para o desenvolvimento do nosso país. Eu te-

nho andando muito, principalmente na minha cidade, Fortaleza, a capital dos cearenses, e é impressionante o número de jovens que eu encontro que não têm ainda, não vislumbram ainda uma perspectiva de uma vida melhor e eu acredito que... e tenho a consciência muito plena, até pela luta que eu procuro encarar aqui no Senado da república, representando o meu estado, uma luta muito forte em defesa das crianças e dos jovens brasileiros. E para isso muitos projetos têm sido debatidos no Senado. Inclusive hoje tivemos uma grande vitória, Senador Papaléo Paes, Ministro Carlos Lupi, que foi a votação já na Câmara dos Deputados da segunda Comissão que aprovou a prorrogação da licença maternidade de 4 para 6 meses que é um passo importante, um avanço importante no sentido de tornar a nossa sociedade mais justa. E fazer com que a sociedade que hoje está muito mais madura para compreender essa luta de defesa e de combate a tantas mazelas que ainda acabam atingindo a nossa juventude e as nossas crianças, que eu diria talvez o segmento mais vulnerável, mais fragilizado da nossa sociedade. Então, essa preocupação foi colocada por alguns Senadores aqui e eu achei que seria muito pertinente que nós pudéssemos ter, nessa manhã de hoje, uma discussão procurando ouvir diversos pontos de vista e procurando encontrar aqui as saídas para um problema que é tão grave de nossa responsabilidade. Tendo aqui a consciência plena de quais são os nossos desafios e de que forma nós podemos abraçar de forma mais contundente, talvez eu diria mais apaixonada, uma causa que deve ser a causa de todos os brasileiros e brasileiras que acreditam no desenvolvimento do nosso país. Sendo este segmento da sociedade aquele responsável, na verdade, por alavancar o desenvolvimento, o progresso e trazer mais riquezas e mais renda para o nosso país.

Portanto, eu quero agradecer antecipadamente a presença de todos os senhores e senhoras que compõem esse debate, especialmente ao Ministro Carlos Lupi, que já esteve na nossa Comissão de Assuntos Sociais por diversas ocasiões debatendo temas diferentes, mas todos ligados à preocupação na questão do trabalho. Quero ressaltar aqui também a presença da Vice-Presidente, Senadora Rosalba Ciarlini, que já se encontra também nessa Comissão. Passando imediatamente, já, a palavra aos nossos convidados.

Eu pediria licença aos Srs. Senadores e aos nossos convidados para passar em primeiro lugar já a palavra ao Ministro Carlos Lupi que em função do cargo que ocupa como Ministro, tem muitos outros compromissos também hoje, mas sempre encontra uma brecha na sua agenda para prestigiar esta Comissão e essa presidência. Portanto, eu agradeço em nome

de todos. Passo imediatamente a palavra ao Ministro Carlos Lupi. E já antecipo o pedido de desculpas do Ministro por não poder acompanhar até o fim esta audiência pública em função de outros compromissos já previamente agendados pelo Ministro. Mas, muito obrigada a todos pela presença e a todas pela imprensa. Com a palavra, o Ministro Carlos Lupi que terá o tempo necessário para expor aqui o seu pensamento em relação a esse tema tão importante para todos nós.

SR. MINISTRO CARLOS LUPI: Bom, em primeiro lugar, bom dia a todos. Queria agradecer à Senadora Patrícia Saboya a gentileza e a generosidade do convite, é de fundamental importância para nós do governo ter a oportunidade de irmos ao Senado Federal, a essa alta Corte da República para que a gente possa dar os esclarecimentos, as explicações e estar à disposição das Senadoras, dos Senadores para qualquer tipo de pergunta, questionamento que tenham nessa questão da qualificação da nossa juventude.

Queria agradecer aos nossos companheiros, Dra. Lizete, que trabalha no Ministério, representando o Ministro da Educação; Alberto Cury, Dr. Alberto Cury, da Secretaria Nacional de Juventude. A Dra.... É muito nome não dá para guardar todos, está faltando. Não botaram aqui, viu, Dra. Andréa? Achei. Dra. Andréa Barbosa Alves do SENAR. Peço desculpas. E queria agradecendo a presença da Senadora Rosalba, do Senador João Durval, do Senador Papaléo, do Senador Jayme Campos. Muito obrigado pela generosidade da presença.

Eu penso que essa questão da qualificação da juventude é o grande desafio do mercado de trabalho moderno e do Brasil. O Brasil passa por um momento muito singular, muito especial. Nós estamos, a cada mês, batendo recorde na geração de empregos. Emprego formal. O Ministério do Trabalho trabalha com o CAGED, o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados do Brasil, que é o registro diário formal da empregabilidade. Não é pesquisa, não são dados de uma amostragem.

No ano de 2007 foram um milhão, 617 mil novos postos de trabalho. Um recorde da história. Nesses três primeiros meses, janeiro, fevereiro e março de 2008 já chegamos a 550 mil. 40% a mais em número de empregos formais do que aconteceu em 2007, que já foi recorde. Para que é que eu estou dando esses números? Abril é outro mês muito forte de geração de emprego. Abril, maio, junho serão três meses muito fortes. E o que é o grande nó desse processo?

Aqui o meu abraço e carinho especial, ao meu amigo pessoal, Senador Cristovam Buarque. Muito me honra vê-lo e tê-lo nessa Comissão.

O grande desafio nosso é que há uma oferta de trabalho em todas as regiões do Brasil. Esse crescimento de empregabilidade não mais está concentrado no Sudeste e Sul, como era outrora. Há anos o Brasil, há décadas o Brasil tinha a sua concentração maior na geração de emprego no Sudeste e Sul. Pela industrialização, pela capacitação maior das indústrias brasileiras dessa região, pela concentração também, principalmente em São Paulo. São Paulo hoje representa 45 a 48% do emprego formal existente no Brasil. Muita força, muita indústria, muito peso para a economia. Mas os últimos três anos nós estamos assistindo uma inversão. Você tem um crescimento do Nordeste no patamar do Sul e Sudeste. Do Centro-Oeste maior, principalmente por causa da força do agronegócio, da agricultura, da agropecuária. E do Norte crescendo fortemente também. Pará, mais focado na questão do minério, madeira. Amazonas, na zona franca, pequenas indústrias que estão se proliferando e fazendo o estado crescer. Então, nós estamos tendo no Brasil, pela primeira vez, um crescimento homogêneo, acima do PIB nacional. Nós tivemos um crescimento o ano passado na empregabilidade de em torno de 6%. Algumas regiões como o Centro-Oeste mais de 8%. E maior então do que o PIB que ficou em torno de 5.4. Contrariando a todos os grandes economistas, eu desde janeiro estou avisando, anunciando e repito isso aqui, está gravado, que o PIB nacional crescerá esse ano de 2008, mais de 6%. Está gravado. Quando chegar em setembro, outubro, nós vamos ver os grandes economistas reverem a previsão e eu vou brincar dizendo: Eu falei antes. Eu estou falando desde janeiro. E nós vamos bater novamente o recorde da geração de emprego ultrapassando, nós tivemos 1 milhão, 617 mil no ano de 2007, e esse ano de 2008 passará de 1 milhão e 800 mil, podendo passar de dois milhões. Dependendo nos últimos dois meses do comportamento da economia. E o grande nó nesse processo tem sido a qualificação. É o grande nó. Para vocês terem uma idéia, eu não estou com esses dados aqui, mas eu tenho uma razoável memória. Pela primeira vez nós estamos tendo dois crescimentos em pólos distintos, da juventude e da chamada, que eu chamava terceira, mas como entrei nela, eu chamo segunda idade, que é quem passa dos cinquenta anos, estou passando agora. Então eu tenho que reduzir essa qualificação em benefício próprio.

Então, você vê, uma faixa de 18 a 25 anos, e de mais de 50 anos, serem as duas faixas de maior crescimento de empregabilidade no Brasil. O que significa dizer isso? Que nessas duas faixas há uma tendência das empresas nacionais de empregar o jovem pela mão-de-obra, pela força do seu vigor, da sua idade,

né? Da sua jovialidade. E o experiente que passa dos 50, pela primeira vez, meu amigo Senador Cristovam, alcançando o índice quase igual, um pouquinho menor do que quem entra pela primeira vez no seu emprego de 18 a 25 anos. O que também é uma referência importante, porque as empresas brasileiras estão quebrando aquela discriminação anterior que achava que as pessoas quando passavam de uma certa idade tinha que ficar em casa abandonada, aposentado não tinha o que fazer. Ao contrário, tem uma experiência acumulada que só o tempo da vida dá. Então, são dados importantes. E nós estamos observando com isso, nós ano passado só na área de qualificação de juventude, o Pró-Jovem e aqui o Dr. Beto Cury mais culto, mais preparado, mais bem informado que eu poderá dar todos os detalhes do que é esse programa mais jovem com mais competência. E eu faço com sinceridade que eu sei reconhecer a virtude das pessoas. O Pró-Jovem teve algumas mudanças. Antes, no ano anterior, era um programa de cada Ministério, cada Ministério tinha o seu foco. Cada Ministério tinha o seu incentivo, o seu valor de incentivo de bolsa de estudo. Que no fundo não é uma bolsa de estudo, é uma ajuda de custo para que ele consiga se deslocar, se vestir para poder estudar. Senão, como é o que aluno vai estudar se ele não tem como comer, se ele não tem como se transportar? Então, nós estamos unificando, o governo do Presidente Lula, unificou e multiplicou praticamente por 5 os valores que serão gastos desse ano de 2008 com a área de qualificação.

Então, no ano de 2007 nós qualificamos, na área focada, na capacitação para o trabalho, que é responsabilidade do Ministério do Trabalho, 128 mil, 538 jovens. Nesse ano nós estamos prevendo mais de 250 mil. Mais... quase que o dobro do que nós qualificamos no ano passado, com duas mudanças fundamentais. Primeiro, a gente considerava a faixa etária de 18 aos 24 anos anteriormente. Agora passou de 18 a 29. Até porque o novo conceito que você tem de faixa etária começa a mudar. Eu me considero jovem aos 50. É verdade, eu me considero. Tem gente que não se considera. Tem gente que tem 75 anos e um vigor maior do que muitos jovens. Depende muito de cada cabeça, de cada tratamento que o ser humano dá.

Então, nós avançamos nessa qualificação de jovens. Foi unificado o valor dessa bolsa, que ao longo dos cursos que variam de 4 a 5 meses será de 600 reais, ao longo do curso. O que dá em média, 100, 120 reais por mês. Mas a gente tem que contar ao longo do curso, com uma ajuda de custo para transporte, para vestimenta. E é impressionante, eu convido a todos os Senadores. Já pedi para a assessoria, alguns já acompanharam, era importante que os Srs. Senado-

res, quando a gente fosse lançar esse programa ou dar o diploma de formação, é impressionante como muda com a vida dessa juventude. Primeiro porque, por lei, nós temos que focar as famílias que ganham até meio salário-mínimo. Ou seja, nós estamos direcionados para atender uma base da sociedade que nunca teve chances. Não tem como pagar um curso de qualificação. Não tem como ter acesso ao nível de educação melhor.

Então, nós além de darmos um curso para eles que em média, é de razoável a boa qualidade. Porque eu digo em média de razoável a boa? Porque é um curso de curta duração, focado naquele emprego que está surgindo naquele momento. Não é um curso de preparação de dois anos que você já tem o curso aí técnico, tecnológico mais aperfeiçoado. É um curso focado na empregabilidade que surge, com surgimento de uma empresa da região. Com investimento que se faz em alguns estados brasileiros. Nós estamos buscando sempre ter e temos esses dados através do próprio CAGED. Através dos dados do próprio governo que são unificados, a necessidade de cada estado, a necessidade de cada cidade e pela necessidade você implanta o curso conforme aquela necessidade de mercado. Senão você consegue formar um monte de jovens, um monte de gente preparada sem ter emprego. Aí não adianta. Aí você frustra. Então, nós temos no Ministério do Trabalho a obrigatoriedade, por portaria, de 30% desses jovens qualificados terem a garantia da empregabilidade formal. Todos os cursos feitos pelo Ministério do Trabalho em convênios com prefeituras, com estados ou com entidades sérias, eles têm a obrigatoriedade de que 30% têm que estar empregado ao final do curso. Se não tiver esse percentual empregado, esse curso não é aprovado e ele não tem a liberação dos recursos finais. Inclusive, ao contrário, ele é punido. Podendo ter sanções previstas na própria legislação. Para que isso? Para a gente também incentivar e motivar que os cursos não sejam apenas, e é bom que também o sejam, aperfeiçoamento de conhecimento, melhora do nível das pessoas, mas no foco do trabalho tem que estar amarrado com a empregabilidade que no nosso entender é o que dá a cidadania.

Então, nós estamos trabalhando com muita força nesse sentido. Os cursos de capacitação estão se aperfeiçoando. Nós temos e somos obrigados também a fazer com muitas entidades, por quê? Porque quando a gente faz convênios com estados e o fazemos muito, com municípios, anteriormente, só podíamos fazer com municípios acima de 300 mil. Agora, nesse Pró-Jovem pode ser com municípios de acima de 50 mil. Não é isso? Então, a gente está ampliando o leque. Agora, tantas prefeituras como o estado também tem

que contratar umas entidades, porque eles também não têm o aparelho técnico. Nós não nos preparamos para ter escolas de formação para o mercado de trabalho, para essa formação mais imediata que temos necessidade de ter.

Então, nós temos que fazer convênios com fundações, convênios com entidades. Não tem outra fórmula. E nós estamos buscando aperfeiçoar esse mecanismo para evitar alguns de má-fé e que utilizam de recursos públicos para outros fins que não sejam aqueles previstos nas nossas qualificações, nos nossos projetos, nas nossas propostas. Acontece? Acontece, mas são minorias. O sistema de controle passa a ser muito mais eficiente. Nós, cada Ministério está fazendo as suas normas técnicas. Por exemplo, nós avançamos, no Ministério do Trabalho e agora nós vamos exigir audiências públicas com licitação para todos os nossos conveniados. Então, antes era audiência pública através de um convite que era feito. A entidade apresentava o seu projeto, a sua proposta. Essa proposta era examinada tecnicamente. Era feita uma audiência de conserto. Ou seja, dentro da superintendência, dentro de um órgão público local era feita uma audiência pública onde podia participar quem quer que seja. Publicado em jornal. Diário Oficial da união. Como fazem os estados e municípios. Quando nós descentralizamos, repassamos os recursos para os estados e municípios é a mesma prática. Eles também não têm um aparelho, não têm uma escola pública municipal de qualificação. Se tiver, são poucos que têm. São poucos que têm. A grande maioria faz utilizando-se desses editais de audiência pública para terceirizar o serviço. Por quê? Porque nós não temos. Uma coisa são escolas técnicas que são cursos mais técnicos que duram dois anos e é um curso mais preparatório, com maior formação, né? Com maior capacidade de abrangência. Esses cursos são focados aquele emprego mais imediato. É o torneiro mecânico, aliás, não tem mais, é o eletricista, é o técnico em informática. São cursos de curta duração, de 200 horas, 250 horas até 300 horas.

Então, nós estamos buscando agora aperfeiçoar os mecanismos de escolha dessas instituições através de audiências públicas, licitações que a gente diz. Como é o nome que se dá correto, Manoel Eugênio? Chamada pública, esse é o nome correto em vez de ser licitação. Então, o nome correto é chamada pública, porque aí você tem 3, 4, 5 entidades e vencerá aquela que mostrar maior capacitação. Publicado em diário da união, do estado ou do município e jornal de grande circulação. Então, nós estamos avançando.

Bom dia, amigo, Senador Paim.

No sentido de tentar aperfeiçoar. Possíveis falhas ocorrerão? Ocorrerão sempre. E só ocorre falha com

quem trabalha muito. Quem não trabalha não está sujeito a falha. Só está sujeito a falha e erro quem trabalha. Porque esse é o processo da vida.

Mas, o nosso objetivo é buscar, com esses cursos de capacitação, de qualificação, dar cidadania a essa sociedade mais distante que tem mais dificuldades de acessar a cursos, porque não tem como pagá-los. Vamos falar a verdade, não tem como pagá-los. Essa é a pura realidade do Brasil. Nós estamos multiplicando muito isso. Cada Ministério, e aqui a representação dos seus ministros, explicara o ângulo específico da sua área. A área da educação, a área da cidadania, cada um explica. A área do trabalho tem como essência o foco da empregabilidade. Para isso nós temos que nessas consertações que se fazem locais, ter a conserto com o empresariado local, entendeu, Senador Cristovam? Para saber do emprego, o que está surgindo de emprego? Qual a sua maior demanda? Porque não adianta a gente pegar um leque de 8, 9, 11 matérias diferentes se não tiver focado na necessidade de mercado, porque a gente frustra o próprio jovem. Ele vai, se capacita e vai dizer: Para que, se não tem emprego? E com o Brasil está acontecendo ao contrário. Alguns setores no Brasil e em alguns estados não têm mais funcionários, não tem mais trabalhador capacitado para alguns setores. Você não tem mais eletricista. Em São Paulo não tem mais engenheiro. Não tem mais mestre de obra. No Rio de Janeiro está acontecendo isso também. Está vindo mão-de-obra do Espírito Santo. Em alguns setores você já tem uma escassez de mão-de-obra qualificada.

Então, nós estamos colocando com absoluta sinceridade que nós estamos num processo também de aperfeiçoamento. Nós não somos donos da verdade, ao contrário, nós queremos sempre aperfeiçoar esse processo para que ele seja o mais transparente, o mais eficiente possível para essa população que tanto depende da gente. Então, o nosso objetivo no Ministério do Trabalho, no governo do Presidente Lula, é e já está aumentado consideravelmente. Inclusive eu agradeço aqui a muitos, quase todos os Senadores aqui apresentaram inclusive emendas ajudando o Ministério do Trabalho nessa área. No qual eu agradeço muito. E eu peço, eu queria fazer um pedido a vocês, quem puder ir, me ajudar a ir, a verificar esses cursos. A ir *in loco*, checar se estão funcionando bem, é muito importante para o Ministério. Porque nós não temos essa esses olhos em todos os locais, é impossível a gente ter. Agora, eu garanto aos senhores que se surpreenderão com o resultado. Eu viajo o Brasil todo. Eu tiro toda a sexta-feira, eu estou indo para um estado da federação para poder ver o que é que está acontecendo. É impressionante como isso muda a vida daqueles jovens

que têm direito a esses cursos. Eu estou falando com absoluta sinceridade, absoluta sinceridade.

E eu queria muito convidar a minha Presidente, Senadora Patrícia, que já teve num de formação aquele que nós fizemos em Fortaleza. Aquele foi o primeiro. Você vê a quantidade de jovens que estão ali. Daqui a 4, 5 meses você vai ver o resultado daqueles jovens, quando eles se sentem capacitados conseguindo o seu primeiro emprego, a sua primeira carteira de trabalho. Como aquilo é forte. É impressionante. Eu, talvez eu seja até exagerando, eu sou italianão. Todo italianão exagera muito, mas eu sou empolgado com isso. Então, eu fico muito empolgado de ver o resultado que isso dá. E é claro, nós precisamos de nos aperfeiçoar. Nós fizemos agora, recentemente, há dois meses atrás uma Portaria para tentar nos dar maior transparência e proteção nesse processo. Agora, nós também não podemos engessar, Beto. Porque se a gente também transforma isso numa burocracia e o estado tende a ser muito burocrata, a gente, o que é que acontece? Não consegue chegar à população. Então, tem que ter a garantia da transparência, a garantia da proteção do dinheiro público, do erário público. Mas, também, agilidade para poder funcionar. Esse ano é um ano eleitoral. Então, olha a dificuldade. Nós vamos poder prejudicar a população, porque não podemos, a partir de uma determinada data, acho que é 3 de julho, tem que estar empenhado até 3 de julho, 5 de julho. Se não empenhar até 5 de julho eu não posso mais fazer convênio com os municípios por causa das eleições municipais e nem com os estados. Os estados isso é possível? É possível. Só com os municípios. Mas é ruim porque se eu elimino seis mil possibilidades. Olha como é ruim.

Então, a gente está trabalhando o orçamento, por motivos que não é de nenhuma vontade pessoal de ninguém, atrasou. Com isso atrasou todo o processo. Tinha uma Medida Provisória a ser votada. Está aqui no Senado. Enquanto ela não está votada também nos amarra no processo da normatização. Não é culpa... não estou responsabilizando ninguém. Todos somos responsáveis. Mas eu estou dizendo das dificuldades que a gente vive. E eu quero, para não ocupar muito a paciência dos senhores, pedir desculpas já pelos exageros e pela informalidade. Mas a minha natureza é essa. Eu quero focar uma coisa que eu acho importantíssimo, Senadora Patrícia, e eu acho que a senhora que é uma mulher profundamente vinculada à questão da criança, do adolescente, do jovem é uma bandeira da sua vida política. Eu estou muito direcionado a essa questão do jovem aprendiz. Você tem uma lei que obriga as empresas a fazer esse processo do jovem aprendiz, as empresas têm grande dificuldade de

cumpri-la, como têm grande dificuldade de atender às cotas dos deficientes. É, vamos falar a verdade. Tem certos setores. Como é que você vai cumprir cota de deficiente, por exemplo, no setor da construção civil? Não dá para você deslocar todo mundo para o setor administrativo. Tem dificuldades reais. Por exemplo, na área de coleta de lixo. A área dos eletricitários. Tem muitas áreas que aquele percentual de cota, que a idéia é mais do que positiva, é mais do que correta, mas em alguns setores você tem dificuldade, porque aquela empresa não tem como contratar o deficiente pela função que ele vai ter que exercer. Então, nós estamos trabalhando, por exemplo, nessa área, com a possibilidade de ao não poder, comprovadamente, né? Ministério do Trabalho através dos auditores fiscais, que atende o pessoal de trabalho, que comprovando que aquela empresa, pelo tipo de atividade fim dela não puder atender a lei, ela fazer a qualificação de trabalhadores como uma espécie de compensação para o próprio deficiente ser atendido em outra empresa. Ou seja, um exemplo, uma empresa de metal mecânico, uma empresa de construção civil que não possa, não tenha atingido aquele percentual exigido por lei, que varia de 1 a 5%, ele qualificar, por exemplo, e bancar a qualificação na área de informática. Bancar a qualificação em áreas em que seja possível conseguir essa empregabilidade. Isso já está muito avançado com o sistema dos sindicatos patronais. A mesma coisa no que eu falei do jovem aprendiz. Nós agora fizemos, através da FUNDACENTRO, uma portaria que já foi aceita pelos... por alguns empresários. A FEBRABAN aceitou, a FIESP aceitou, em que esse jovem aprendiz no arco dos seus cursos tenha a preparação, tenha o curso de prevenção a acidente de trabalho, saúde e previdência de acidente do trabalho. Para quê? Para que esse jovem que vai fazer o seu curso.

Tudo bem, Senadora Kátia?

Esse curso de capacitação com 16, 17 anos já sabe os riscos que ele pode ter no seu futuro laboral de acidente, da saúde e do trabalho. E uma coisa que eu acho fundamental, para finalmente encerrar, nós estamos adotando, no Ministério do Trabalho, no arco dos nossos cursos, a obrigatoriedade de cursos de esclarecimento de informação sobre os efeitos da droga. Eu penso que um dos papéis fundamentais da administração pública é pegar esses jovens e colocando gente preparada, gente competente, fazendo pelo menos uma vez por semana os cursos explicativos dos efeitos da droga para o futuro dessa juventude. É um dilema, é algo grave que acontece no Brasil e só a repressão não resolve. Nós temos que agir na educação, na informação, na transparência dessa juventude para

que ela tenha a consciência dos males que todo o tipo de droga pode causar à sua vida, ao seu futuro.

Então, era um pouquinho o que eu queria dar uma palavra geral aos Srs. Senadores. Agradecendo à Senadora Patrícia a gentileza do convite. Vou ouvir à medida que eu puder até uma determinada hora. Está aqui o meu Secretário-Executivo, Dr. José Figueiredo, que também estará à disposição dos senhores. Mas, eu estou à disposição conforme a Senadora convenier(F), achar conveniente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PDT-CE): Muito obrigada ao Ministro Carlos Lupi pela sua exposição e mais uma vez pela demonstração de apreço a essa Comissão. Quero deixar o Ministro inteiramente à vontade, porque eu sei do seu outro compromisso, já tinha sido avisada. Pois não. A idéia, a Senadora Rosalba irá pedir a palavra. E eu queria consultar aos Srs. Senadores, como nós temos ainda três palestrantes também à mesa, se nós passaríamos a palavra já imediatamente aos Senadores ou se nós esperaríamos a cada um, os dez minutos necessários, dez a quinze minutos necessários para depois nós abrímos o debate. Se algum Senador quiser fazer alguma pergunta logo ao Ministro, como ele vai se retirar. Então, fiquem à vontade.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Era exatamente isso, Senadora Patrícia.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PDT-CE): Senadora Rosalba.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Sabendo do quanto o Ministro tem compromisso e vai precisar se ausentar e nós vamos continuar aqui com os demais palestrantes, debatedores. A quem nós agradecemos a presença.

Sr. Ministro, na realidade, o senhor aí bem colocou quando disse assim: “Nós estamos aprimorando”. Eu confio plenamente nessa sua vontade, no seu trabalho. Quero inclusive parabenizá-lo. E... mas também quando o senhor disse: “Eu sou, italiano se empolga, se entusiasmo”. Eu sou assim, eu também tenho um pouquinho, eu me empolgo, me entusiasmo, eu não sei entrar em nenhuma causa se eu não colocar também aí o coração. Vai com toda... mas também como italiana eu também não fico calada quando tem que falar.

Então, o senhor colocou aqui uma questão que eu quero até parabenizá-lo, porque era exatamente isso, por que não se fazia convênios com os ministros com menos de 300 mil habitantes? Ora, aqui pelo meu estado. O Rio Grande do Norte, a segunda cidade tem 280 mil habitantes, que é Mossoró. E nunca foi possível fazer um convênio. Eu fui prefeita lá o senhor já era Ministro. Depois... pois é, então, seja bem-vindo, porque lá existe uma estrutura. Tem uma Secretaria da Juventude.

Lá nós temos uma fundação de geração de emprego e renda. A procura era imensa. Prefeitura bancando sozinha. E fazendo curso. E nós não sabíamos, aí vem outra questão, quando é feito pelos estados nós não sabemos, os municípios, os Prefeitos, se não forem do mesmo partido, ligado ao governo não sabem nem o que é que está acontecendo. E queria aqui fazer uma recomendação. Estamos num ano eleitoral. Os convênios com os municípios só vão poder acontecer até o início do período eleitoral. Ótimo, corretíssimo. Igual para todos. Mas, se vai poder fazer com os estados depois, Sr. Ministro? É bom que não possa.

SR. MINISTRO CARLOS LUPI: [pronunciamento fora do microfone].

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Ah, ainda bem! Porque aí era tapar o sol com a peneira. Porque eu assisti, eu tenho... eu ouvi depoimentos de jovens, eu sou uma pessoa... eu vou lá, eu não espero... eu vou ver as coisas acontecendo, que diziam assim na eleição passada: “Ah, mas a minha mãe está me cobrando que eu não posso deixar de ser com o fulano de tal porque o governo é que está me dando isso”. Então, é aquela idéia, não é a juventude quem está dando isso, é o Brasil, se hoje é o Presidente Lula, amanhã que seja outro, que continue esse trabalho belíssimo que está sendo feito em prol da juventude de fazer a capacitação, de dar oportunidade. Que no município, Ministro, é que eu ficava indignada, cursos que às vezes não tinham nada a ver com as necessidades do mercado. E quando é feito com as prefeituras, você sabe qual é a carência e a necessidade. É impressionante isso! Então, parabéns porque agora realmente aprimorou, melhorou chegando aos municípios com mais de 50 mil habitantes. E aí os jovens vão ser muito, com certeza, ter mais oportunidades e ter, se Deus quiser, um melhor futuro.

SR. MINISTRO CARLOS LUPI: Só uma explicação à senhora, porque o FAT, o Fundo de Amparo ao Trabalhador, tem como uma das principais tarefas dele o financiamento a esses cursos de qualificação. Ele tem um conselho, que é o conselho gestor desses recursos. Que é um conselho tripartite. Os recursos oriundos do FAT são os que vão para a qualificação normal do estado e de alguns municípios. Nós, no ano passado, aprovamos diminuir, porque só podia com cidades acima de 300 mil habitantes. Os recursos do FAT agora já podem acima de 200 mil. O Pró-Jovem é Tesouro, é recurso direto de Tesouro. No projeto dele, na lei dele, que o Presidente da República apresentou e a Medida Provisória está para ser aprovada, ele já coloca esse limite de 50 mil, mais de 50 mil. Eu sou mais sincero que a senhora, para mim não tinha que ter limite, eu acho que a cidadania se exerce nas cidades.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN):

Não devia ter limite.

SR. MINISTRO CARLOS LUPI: Nós ainda temos a limitação dos recursos do FAT que são conveniados. Mas, agora nós estamos fazendo uma coisa mais avançada, sabe o que é que é? Nos convênios que a gente faz com os estados eu estou, na hora da feitura do convênio, obrigando que os estados discriminem município por município e a justificativa do porquê do convênio. Para exatamente não permitir a discriminação partidária, política ou da afeição ou desafeição.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN):

Deixa eu só aqui para complementar, sobre a questão do FAT. O FAT, a instituição, a Prefeitura, a organização apresenta o projeto a essa Comissão, não é verdade? Pois, eu tenho aqui um depoimento para lhe dizer, Ministro. Eu consegui aprovar projetos com fundação Suíça, com a fundação Ford(F), com a fundação Ayrton Senna, todos consegui, mas no FAT, na época, nunca. Sempre o projeto tinha alguma falha. O mesmo projeto era aprovado em outros certames. Então, é isso que nós devemos acabar. Tem que ser com o município, sim. O senhor já está aprimorando, colocando 50 mil. Pois, lute para que chegue a todos eles. Porque essa intermediação, infelizmente, é o que está fazendo com que não haja o aproveitamento maior, tanto para o jovem como também dos recursos brasileiros. Muito obrigada.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PDT-CE): Obrigada, Senadora Rosalba, com a palavra o Senador Cristovam Buarque.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF):

Ministro, em primeiro lugar, parabéns pela exposição. [interrupção no áudio] Agora voltou. Parabéns pela exposição consistente, firme, cheia de otimismo, concreto. Os 6% a gente vai ver. Eu desejo que o senhor esteja absolutamente certo não só como brasileiro, mas como seu amigo. Agora, o que mais me importou da sua fala, além desse otimismo e consistência é a importância da qualificação. E a minha pergunta é simples: Será que a gente não vai ter um dia de acrescentar mais uma letra na sigla do Ministério que era MT, virou MTE, será que não vai ter MTEQ, de qualificação um dia? Será que o principal papel não vai ser a qualificação e através da qualificação o emprego chega e o trabalho funciona. Eu digo isso, eu digo isso não do ponto de vista da sigla, não do ponto de vista... mas do foco. É ou não certo que o Ministério do Trabalho e Emprego, daqui para frente vai ser cada vez mais um Ministério da ênfase na qualificação?

SR. MINISTRO CARLOS LUPI: Eu penso exatamente igual ao Sr. Senador Cristovam. Eu penso que o grande diferencial do mercado de trabalho moderno é

a qualificação. Cada vez mais você vai ter uma exigência do próprio mercado, do aperfeiçoamento setorializado do trabalhador. É inexorável. Isso está acontecendo no mundo todo e no mundo globalizado onde você tem um mercado sendo disputado permanentemente, a produtividade sendo exportada, a competência, a disputa do próprio produto. Se um trabalhador não se adaptar a esse mundo ele vai ter que ter a cada momento o curso de capacitação, recapitação permanente. Então, eu penso que um dos principais focos, senão o principal no futuro próximo, no Ministério do Trabalho vai ser esse. Já está acontecendo no Brasil. Nós já estamos vivendo um afunilamento dessa área. Hoje, ano passado nós registramos pelo Sistema Nacional de Emprego em torno de quatro milhões, não, dois milhões e meio de empregos. Está aqui no SINE recebe as pessoas que se inscrevem para obter o emprego. E recoloca no mercado que as próprias empresas vão no sistema de emprego e pedem os empregados. Nós tivemos cerca de um milhão de trabalhadores que foram chamados e não conseguiram se empregar por causa da falta de qualificação. É monstruoso esse número. De 700 mil a um milhão você tem por ano de pessoas que são chamadas, mas na hora de fazer a prova ou o teste, não tem capacitação. Então, eu concordo inteiramente com o senhor que esse vai ser o diferencial do Ministério do Trabalho.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF):

Me permite, eu não quero abusar, mas um caso concreto aqui na cidade de Santa Maria, próximo a construção de estrutura metálica precisava de um certo número de operários, conseguiu dois ou três de um mil e tantos que apareceram. E a principal causa da não aceitação é porque não sabiam o que é que quer dizer ângulo reto. E não dá para trabalhar numa estrutura metálica sem saber o que é ângulo reto. Ainda menos os que precisavam calcular dizendo 30 graus, 35 graus. Não sabiam. Podiam até saber soldar, mas não sabiam o conhecimento básico fundamental. Eu fico feliz, Ministro, de ver que o Ministério está pensando não só na... no aprimoramento das legislações para beneficiar o trabalhador, nunca como o senhor sempre diz, para prejudicar. E também na qualificação que é o grande salto que a gente poderá vir a dar.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PDT-CE): Muito obrigada, Senador Cristovam Buarque. Senador Papaléo? Senador Papaléo Paes.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Sra. Presidente, Senadora Patrícia Gomes, Sr. Ministro do trabalho, Carlos Lupi; Sr. Luiz Roberto Souza Cury, Secretário Nacional da Juventude da Presidência da República; professora Lizete, representando aqui o Ministro da Educação. Dra. Andréa Barbosa Alves do

SENAR, com a presença dos nobres pares aqui. Eu quero primeiro agradecer a presença de todos, porque eu fui um dos signatários aí do requerimento. E reconhecer no Ministro Carlos Lupi um homem que realmente nos mostra assim estar dinamizando esse Ministério de muita importância.

A Senadora Rosalba falou na questão do FAT. O FAT é um programa extremamente importante, mas que escândalos e mais escândalos rolaram por aí agora. Hoje nós estamos com o Pró-Jovem, que pela sua exposição deu para detectar que V.Exa. realmente tem o controle desse programa nas mãos. Isso aí é muito importante. Para não desvirtuar essa boa intenção e essa determinação do Ministério.

Então, eu quero assim que sempre... eu quero elogiar também V.Exa., por não incrementar nas suas ações a politicagem partidária. V.Exa. Transmite assim para nós, que V.Exa. realmente está desenvolvendo uma política de estado e é isso que interessa a nós brasileiros. Nós não queremos que a cada governo que passe vá deixando os rastros bons e esses sejam apagados, absolutamente. Nós queremos que as coisas boas sejam seguidas sempre. E eu espero que com essa ação importante do Ministério de V.Exa., sob seu comando sejam é... sirvam de exemplos para os próximos governos e que não seja bandeira partidária, seja bandeira de estado realmente e que isso é que interessa para nossa nação. Eu... nós aqui fazemos a nossa representatividade, a nossa representação de estados, de partidos, mas nós temos que ter a responsabilidade suficiente para não confundir as disputas partidárias com as questões de..., digo assim, de necessidade de interesse nacional. Então, eu parabeno V.Exa. pela sua determinação no sentido de fazer deste cargo, dessa função que V.Exa. exerce hoje como uma missão que está cumprindo para o nosso país. Parabéns a V.Exa.

[troca de presidência]

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Cristovam, mais pela ordem, Senador Cristovam. Eu gostaria muito, porque já são 12h e 08 minutos...

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Pela ordem, eu só lembro que o Sen. João Durval está inscrito.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Mas, é só pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Muito bem.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Pode ser pela ordem?

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Claro que pode.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): V.Exa. é meu líder, sabe disso. Ontem me dirigiu e muito bem na sessão dos 120 anos da abolição da escravatura. Até me perguntaram, Senador Cristovam, se uma daquelas separatas eu que tinha feito. Não, é o Senador Cristovam que fez. Eu fiz a apresentação numa e apareci numa série de projetos na outra. Aqui é uma homenagem que eu faço a V.Exa. pela grandeza de fazer política, como a gente fala, de forma gigantesca como V.Exa. faz. Eu queria, o Ministro Lupi eu conheço, sabe o carinho e o respeito que eu tenho por ele, não tenho nenhum questionamento. Eu peguei parte da sua exposição que concordo na íntegra. E queria ver se eu consigo ouvir um pouco os outros antes de nós encerrarmos. Temos o Secretário da juventude, a Sra. Andréa que vai falar pelo SENAR e o Ministério da Educação.

Só essa a questão de ordem. O Ministro Lupi, não tenho pergunta, porque sabe que eu assino embaixo da forma que V.Exa. está, com muita competência, dirigindo aquele Ministério.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Nós temos apenas um inscrito que é o Senador João Durval, a quem eu passo a palavra.

SENADOR JOÃO DURVAL (PDT-BA): Eu quero parabenizar o Ministro Carlos Lupi pela exposição objetiva que ele fez aqui. Sou seu liderado, conseqüentemente, eu conheço bem o trabalho que ele vem executando no Ministério do Trabalho. Espero apenas que ele demore um bom tempo lá e que os sucessores do Presidente Lula, já que ele rejeitou peremptoriamente o terceiro mandato, que os sucessores o mantenham, se possível, no Ministério do Trabalho. Ou se for outro qualquer que também se dê a orientação ao seu novo Ministro do trabalho a orientação que V.Exa. vem imprimindo ao Ministério. Favorecendo a todo o povo brasileiro. Parabéns, Ministro!

[troca de presidência]

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Muito obrigada a todos os Srs. Senadores. Enfim, deixo o Ministro à vontade. Agradeço mais uma vez, a presença do Ministro. Convido..., eu chamo o Secretário-Executivo do Ministério do Trabalho e Emprego, André Figueiredo para compor a mesa.

Bom, continuando a nossa audiência, agora a palavra está com o Secretário Luis Roberto de Sousa Cury, que é Secretário Nacional de Juventude da Presidência da República. Terá em torno de 10 a 15 minutos para poder fazer a sua exposição. E em seguida as nossas duas convidadas. Com a palavra Roberto Cury.

SR. LUIS ROBERTO DE SOUSA CURY: Obrigado, Senadora Patrícia Saboya. Eu quero, em teu nome cumprimentar a todos os Senadores, Senadoras que estão aqui ou que participaram aqui dessa audiência

pública. Agradecer o convite da Comissão de Assuntos Sociais dessa Casa, do Senado, para estarmos aqui hoje debatendo esse tema tão significativo e tão importante quanto é a qualificação profissional da juventude brasileira.

Eu queria assim muito rapidamente, quero cumprimentar a todos os colegas de governo, a todas as pessoas que estão nos assistindo aqui, a mesa, Lizete, meu amigo pessoal, André Figueiredo, que é o Secretário-Executivo lá do Ministério do Trabalho e Emprego e a Andréa representando o SENAR.

Eu queria, Senadora, nesses 10, 15 minutos, dividir a minha apresentação em dois pontos. Um, explicar essa unificação dos programas de governo agora no novo Pró-Jovem para que haja uma compreensão dos Senadores, quais são os nossos objetivos com relação a isso e depois falar um pouco da modalidade Pró-Jovem Urbano, que é a modalidade executada pela Secretaria Nacional de Juventude em parceria com os demais Ministérios. E acho importante fazer isso até porque a Medida Provisória 411 está nessa Casa. Ela veio da Câmara aprovada num acordo de lideranças e está com a relatoria da Senadora Lúcia Vânia, de Goiás. E a expectativa nossa é que a MP possa ser aprovada o mais rápido possível, até para que a gente tenha mais tranquilidade ao fazer a conversão, nós possamos ter a tranquilidade de estarmos conveniando, fazendo os termos de adesões necessários com estados, municípios ou com sociedade civil, quando for o caso, para podermos executar o programa nacional da formalidade.

Mas só para vocês compreenderem o que foi feito desse novo Pró-Jovem. O novo Pró-Jovem é o resultado da unificação de seis programas que já vinham sendo implementados. A política de juventude, e acho que essa é uma boa novidade que o governo do Presidente Lula trouxe, ou seja, reconhecer na juventude um segmento social, não mais apenas uma fase de transição entre a adolescência e a vida adulta. Mas o segmento social e o jovem como sujeito de direitos. E agente importante de qualquer projeto de desenvolvimento do país. E eu digo isso, porque até muito recentemente, tirando aquilo da política universal na educação, na saúde ou os direitos estabelecidos do ECA para os jovens adolescentes, Estatuto da Criança e do Adolescente, a partir dos 18 anos os jovens eram encarados como adultos e entravam no rol das políticas universais. Sem um reconhecimento por parte do Estado brasileiro para as singularidades das juventudes. E aí assim, eu vou dar alguns números aqui que refletem indicadores sociais que são muito graves entre os jovens brasileiros e que refletem a au-

sência ao longo dos anos de uma política de estado para esse público.

Em 2005, o Presidente Lula criou a Secretaria Nacional de Juventude, o Conselho Nacional de Juventude, que é o espaço de diálogo entre poder público e sociedade civil. E a partir daí começou a implementar um conjunto de programas com recorte etário. Pela lei, o público alvo da política de juventude são os brasileiros e brasileiras entre 15 e 29 anos. E nós não estamos falando de poucas pessoas. Estamos falando de um universo de 50 milhões e meio, segundo o último PNAD, de brasileiros e brasileiras. É mais do que a população da Argentina, por exemplo.

A partir de que começamos a desenvolver esses programas, em dois anos e meio de experiência nós começamos a perceber a necessidade de aprimorar os programas que fazíamos. O Pró-Jovem vem nesse sentido. Em 2007, se constituiu-se um grupo interministerial que estudando seis programas que nós vínhamos desenvolvendo, fizemos modificações nesses programas, aperfeiçoamos esses programas e integramos esses programas em um programa só. Então, o que era o agente jovem virou o Pró-Jovem adolescente. O que era Pró-Jovem, virou Pró-Jovem Urbano. O que era saberes da terra, virou Pró-Jovem Campo. E o que era consórcio social de juventude, juventude cidadã e escola de fábrica, virou Pró-Jovem Trabalhador. Esses seis programas juntos agora no novo Pró-Jovem Integrado, que é a razão da MP que está tramitando nessa Casa, a MP 411, esses 6 programas desenvolvidos por 4 Ministérios, 3 que estão aqui, MEC, MTE, Secretaria Nacional de Juventude da Presidência da República e MDS, até o ano passado nós conseguimos atender 467 mil jovens, nos seis programas. O que nós fizemos? Fizemos várias modificações.

Por exemplo, no caso do agente jovem que virou Pró-Jovem adolescente. Passamos de 1 para 2 anos os serviços socioeducativos que são oferecidos. Introduzimos nos últimos seis meses desses dois anos, desse período de dois anos, uma formação técnico geral, começamos a dar capacitação profissional que não tinha no agente jovem, para começar a preparar esses jovens adolescentes para a sua inserção no mercado de trabalho. No caso do Pró-Jovem, que virou Pró-Jovem Urbano, nós ampliamos a faixa etária que era de 18 a 24 anos, passamos para 18 a 29 anos. Baixamos o nível de escolaridade e em vez de oferecer apenas o segundo ciclo do fundamental, de quinta à oitava série, passamos a oferecer os oito anos ou nove anos, agora, do ensino fundamental. Ampliamos de 12 para 18 meses. No caso do consórcio social de juventude cidadã e do escola de fábrica, nós unificamos o tempo de duração, o currículo pedagógico, a

carga horária e a bolsa. E ampliamos em todos esses programas fortemente a escala e a meta de jovens a serem atendidos. Como eu falei, até o ano passado, 467 mil jovens, nesses 6 programas vinham sendo atendidos. Nós temos previsto, temos dotação orçamentária para esse ano e previsto no PPA até 2010, em cada uma das modalidades. No caso do Pró-Jovem Urbano, nós saímos de 230 mil jovens matriculados que é hoje para até 900 mil jovens, até o ano de 2010. No caso dos três programas de qualificação profissional que viraram Pró-Jovem Trabalhador nós saímos de, aproximadamente, 160 mil jovens que vinham sendo qualificados, para um total de até 2010, de 1 milhão e três mil jovens que podem ser atendidos. No caso do Pró-Jovem Campo que era o saberes da terra, nós saímos de 5 mil jovens em 12 unidades federativas, em 12 estados. Era um programa que nós podemos chamar até de piloto, para 190 mil jovens até 2010. E saímos, no caso do adolescente, que é o antigo agente jovem, de 112 mil para um total de 1 milhão, 498 mil. Ou seja, nós saímos de 467 mil e podemos chegar até 2010 a 3 milhões, 592 mil jovens participando desse novo Pró-Jovem. E aí os recursos orçamentários também se ampliaram na forma proporcional à nossa possibilidade de atendimento. Nós vamos sair de 480 milhões, aproximadamente, que tínhamos ano passado, no orçamento com 6 programas, já esse ano temos uma previsão de 1 bilhão, 223 milhões no orçamento e previsto no PPA até o final do mandato do Presidente Lula em 2010, 5 bilhões, 236 milhões.

Eu digo isso aos Senadores, Senadoras que estão aqui, porque para nós isso já é resultado de três anos de experiência da implementação de uma política de juventude, sempre que se faz pesquisa entre os jovens, dois pontos aparecem fortemente como preocupações que afligem os jovens. O acesso à educação e o acesso ao mercado de trabalho. Educação e trabalho são dois temas muito presentes. Tem outros que são relevantes também, como acesso aos bens culturais, acesso ao espaço de lazer, de esporte, a preocupação com a violência. Mas esses dois sempre aparecem muito fortemente presentes. Ao fazer essa integração desses seis programas, nós trabalhamos com essas dimensões de uma forma integrada. Então, por exemplo, nas quatro modalidades do programa, duas delas, Pró-Jovem Adolescente e Pró-Jovem Trabalhador, a escolaridade é uma condicionalidade para que o jovem participe dos cursos, ou seja, para fazer a qualificação no Pró-Jovem Trabalhador ou ele tem que estar ou ele tem que retornar para a escola. E no caso do Pró-Jovem Urbano e do Pró-Jovem Campo, nós estamos oferecendo de forma, num currículo integrado, a elevação de escolaridade, a qualificação profissio-

nal. Nessas duas modalidades o programa já oferece. Exatamente por entender, no caso do público alvo do Pró-Jovem Urbano e do Pró-Jovem Campo. Porque o campo trabalha com os jovens rurais, o urbano nas cidades. Eles são muito próximos, com as especificidades que têm, evidentemente, o Pró-Jovem Campo. Mas no caso do Pró-Jovem Urbano, nós estamos falando de jovens entre 18 a 29 anos sem ensino fundamental e fora de escola-- [Soa a campainha]. Fora da escola, nós estamos falando de um universo de nove milhões de brasileiros e brasileiras. Nove milhões de jovens entre 18 e 29 anos não têm ensino fundamental e estão fora da escola. Então, é preciso que haja uma ação forte do Estado Brasileiro para assegurar oportunidades a esses jovens.

Se nós estamos num momento, como disse brilhantemente o Ministro Carlos Lupi aqui. No momento de retomada de crescimento. E aí alguns dados são interessantes. O Ministro Lupi falou do CAGED, o Cadastro Geral de Emprego e Desemprego do Ministério do Trabalho. Eu não tenho esses números atualizados, mas eu me lembro que em julho de 2007 nós fizemos junto com o MTE, um levantamento do número de carteiras assinadas que tinham sido feitas no Brasil entre janeiro de 2003 e julho de 2007, em quatro anos e meio, eram 5 milhões e 900 mil novos postos de trabalho. Com carteira assinada. Dos quais, mais de 5 milhões tinham sido gerados para jovens até 29 anos. Ou seja, há uma demanda do mercado para a absorção de jovens. Agora, no momento de crescimento da economia que aumenta as possibilidades de geração de emprego, é essencial que o estado haja de forma articulada nas suas três esferas federativas: Municípios, estados e união. Envolvendo, naquilo que for possível, a sociedade civil para que nós possamos dar mais qualificação profissional e mais escolaridade para esses jovens. Isso é essencial. Porque há possibilidade de absorção de maiores oportunidades no mercado formal de trabalho.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Só fazer uma pergunta.

SR. LUIS ROBERTO DE SOUSA CURY: Pois não, Senadora.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Só interrompendo. Não é praxe, mas, essa qualificação que você se refere é a mesma qualificação que o Ministro Carlos Lupi estava agora tratando. Que seriam esses cursos de curta duração ou seria aquela qualificação?

SR. LUIS ROBERTO DE SOUSA CURY: Não, são diferentes.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Eu queria saber a diferença entre eles.

SR. LUIS ROBERTO DE SOUSA CURY: Eu vou falar um pouco agora, nesses últimos cinco minutos que eu tenho, Senadora, porque eu vou falar um pouco agora sobre a modalidade Pró-Jovem Urbano. Porque ela combina essa dimensão da elevação de escolaridade com a qualificação profissional.

O Pró-Jovem Urbano é uma experiência que hoje está nas capitais e nas regiões metropolitanas com mais de 200 mil habitantes. Nas cidades com mais de 200 mil habitantes. Agora nós vamos ampliar. Já estamos trabalhando, fizemos semana passada uma reunião com os Prefeitos de 130 cidades com mais de 200 mil habitantes e com os representantes de governos estaduais para que nós cheguemos nas cidades com menos de 200 mil habitantes. Vamos fazer o termo de adesão de todos eles até agora, porque no caso da modalidade Pró-Jovem Urbano nós não fazíamos com sociedade civil, somente com ente federado. Estados e municípios. Vamos ter que fazer os termos de adesão até junho agora para começar durante o período eleitoral, senão a gente não começa esse ano. Esse é um, digamos, é um dos problemas da democracia. É ótimo para a democracia ter eleição um ano sim e um ano não. Do ponto de vista da gestão é muito complicado, porque tem as dificuldades naturais do processo eleitoral, políticos, da disputa e as restrições legais que, evidentemente, são necessárias. Então, vamos ter que fazer para começarmos nessa nova modalidade esse ano. O Pró-Jovem Urbano, ele tem sido uma experiência fenomenal.

Nós, semana passada, nós fizemos um seminário de avaliação do Pró-Jovem, foi feita essa publicação. Eu só trouxe um, infelizmente, deixo com a Senadora Patrícia Saboya como Presidente da Comissão. Me comprometo a enviar para a Comissão de Assuntos Sociais dessa Casa uma cópia desse material. Porque o Pró-Jovem, ele tem sido uma experiência inovadora em vários aspectos. Um deles, a gestão compartilhada. A gestão são desses três Ministérios que estão aqui mais o MDS. É uma experiência fenomenal para a gente fazer política de estado. Quebrar um pouco essa cultura da caixinha do meu orçamento, do meu programa, um competindo com o outro e, às vezes, não tendo grande qualidade nenhum dos dois. Então, essa ação integrada. É um dos aspectos extremamente positivo que o Pró-Jovem está trazendo. Um segundo é o currículo integrado. Essa dimensão da educação, do trabalho e do que nós chamamos de desenvolvimento humano sendo oferecido ao jovem que participa do programa de uma forma integrada. Unindo conhe-

cimento com temas específicos. Então, o jovem que está no Pró-Jovem Urbano, ele aprende a matemática, o português, né? A biologia, junto com a qualificação profissional e junto, ele vai desenvolver uma ação de cidadania que é resultado daquilo que ele aprendeu na capacitação profissional.

Então, basta dar um exemplo concreto. No Rio de Janeiro, jovens que estavam fazendo qualificação profissional de construção e reparos. A ação comunitária deles foi ajudar na reforma de casas das suas comunidades. Inclusive de um colega ajudando na reforma de casa do outro. Então esse currículo integrado tem sido uma experiência muito interessante. Uma terceira questão que eu acho importante, que é o público alvo. Essa avaliação que nos mostrou que nós fomos no público correto. O público na extrema linha de vulnerabilidade social. Para vocês terem uma idéia do público alvo do Pró-Jovem no seu formato original, desses 230 mil que estão matriculados, 89% vivem em famílias até um salário-mínimo, 77% não estavam trabalhando, sendo que 56% há pelo menos 6 meses e 20% há 4 anos ou mais. E 21% deles nunca teve trabalho remunerado. Então, nós fomos no público correto. É o público mais susceptível a ser cooptado, a ser desviado da cidadania e a ser cooptado pelo crime. Imagine um jovem de 18 a 29 anos que não tem ensino fundamental, desempregado, fora da escola. Qual é a perspectiva que esse jovem tem? E um último aspecto que eu considero fundamental destacar é a qualificação profissional. Aí eu pego a pergunta que a senhora Patrícia Saboya fez. Nós estamos trabalhando e desenvolvendo isso junto com o Ministério do Trabalho, com a COPPE que é da Universidade Federal do Rio de Janeiro, um conceito chamado “arcos ocupacionais”. Esse jovem durante todo o curso de elevação de escolaridade que agora será de 18 meses, eram de 12, agora serão de 18 meses, ele vai ter qualificação profissional. Então, durante todo o período ele terá qualificação profissional. E o arco ocupacional, em cada arco tem quatro ofícios onde o jovem escolhe o arco que ele quer participar e ele aprende aquela, aquelas quatro ocupações. Para citar um exemplo, eu vou fazer uma homenagem a mim e ao Senador Paim como ex-metalúrgicos que fomos. Na área de metal mecânica, ele vai aprender a ocupação de funileiro, ele vai aprender a..., deixa eu achar aqui. Só um minutinho, por favor. Metal mecânica. Metal mecânica, serralheiro, funileiro, auxiliar de promoção de vendas e assistente de vendas automóveis e autopeças. Na área de arte e cultura, ele aprenderá a ser auxiliar da produção cultural, auxiliar de cenotecnia, auxiliar de figurino e DJ MC. Na área de educação, ele aprenderá a ser auxiliar de administração escolar, contador de histórias, inspetor de alunos e recreador.

Ou na área, vamos pegar agroextrativista, ele aprenderá a ser trabalhador em cultivo regional, extrativista florestal de produtos regionais, criador de pequenos animais e artesanato regional.

Então, são inovações que nós estamos introduzindo exatamente por identificar que essa demanda por educação e trabalho, ela é essencial, ela é vital em todas as pesquisas para que nós possamos assegurar melhores oportunidades para a juventude. Eu finalizo essa minha primeira exposição dizendo o seguinte, que nesses três anos nós avançamos bastante e começamos a resgatar uma dívida histórica do Estado Brasileiro para com a nossa juventude. Histórica. Acho que o que foi feito nesses três anos, com certeza é mais do que foi feito ao longo da história por esse..., por essa parcela da sociedade brasileira que são os nossos jovens. Mas nós temos muito por fazer ainda. E um grande desafio é assegurar que o tema política de juventude esteja definitivamente incorporado na agenda das políticas públicas e se configure como política de estado, ou seja, presentes nas três esferas da federação. E aquele Presidente, ou aquela Presidente que vir a assumir na sucessão do Presidente Lula em primeiro de janeiro de 2011, independentemente da sua maior ou menor sensibilidade social para o tema, que essa questão esteja definitivamente incorporada na agenda das políticas públicas. Para isso uma série de fatores dependem, nós estamos caminhando, estamos ampliando os espaços de juventude em estados e municípios, criação de conselhos, criação de secretarias nos estados e municípios. Realizamos agora a primeira conferência nacional de juventude, terminou dia 30 de abril. Que envolveu no processo em mais de 840 municípios, nos 27 estados, em mais de 800 conferências livres, 406 mil pessoas e terminou com uma conferência em Brasília com 2.478 participantes e 1.700 delegados eleitos nas conferências de base, debatendo o tema, esclarecendo prioridades, aprovando prioridades. E eu entendo que é num processo como esse, é que nós vamos, que o Brasil vai poder mais rapidamente resgatar essa dívida que tem com os nossos jovens. Não é um desafio pequeno, mas até porque o desafio quanto maior ele é mais instigante. Eu digo a vocês que estou muito motivado a fazer isso. Até porque o tema juventude é muito presente na agenda do Governo Federal, mesmo porque o maior entusiasta do tema é o nosso chefe maior, que é o Presidente da República que tem sido um grande incentivador e avalizador, dentro do governo, das políticas destinadas a esse público. Obrigado.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Muito obrigado, Dr. Luiz Roberto Cury e

concedo a palavra à professora Lizete, Coordenadora Geral de Formação Geral e Continuada de Educação Profissional e Tecnológica, representando aqui o Ministério da Educação.

SRA. LIZETE KAGAMI: Senador Papaléo, que está aí presidindo a mesa nesse momento, Andréa do SENAR, Beto Cury, companheiro aí de governo, André, MTE.

Eu agradeço muito a Senadora Patrícia por essa promoção dessa audiência, porque também vai nos dar a oportunidade de prestar contas, digamos assim, né? Como o programa tem seu último ano de execução ainda do orçamento do exercício passado, durante o ano de 2008 então ele se encerra e nós acho que fechamos, digamos assim com um balanço positivo, apesar que a avaliação, ela ainda está em andamento tendo em vista que as nossas políticas têm que estar sempre sendo avaliadas para poder reafirmar ou refugar propostas que a gente vê que não tem porquê ter gastos públicos.

Eu vou apresentar rapidamente aqui, eu vou pular muito porque já o avançado da hora, para vocês poderem ter uma idéia do que é que é o escola de fábrica, para quem não tem, para quem não conhece e o que é que disso se extrai e contribui hoje então para o novo formato do Pró-Jovem aí em conversa junto com o Ministério do Trabalho e que cria então o Pró-Jovem trabalhador. Qual vai ser a nossa contribuição, digamos assim, desse término do programa e que, portanto, também tranquiliza, às vezes, a boa experiência de ela não ter encerramento, de ela ter oportunidade então de estar sendo incorporada aí à nova estrutura dessa oferta.

Bom, nós começamos então o projeto no final de 2004, tivemos as primeiras turmas lá em setembro de 2005, né? Esta Casa, então, aprovou aí a Lei 11.180 onde, então, dá guarida legal aí para o nosso projeto. Bom, está cortado ali. Nós transferimos através de chamada pública e fizemos análises de projetos para 40 mil reais uma turma, 30 mil a segunda turma. E para isso nós pagamos, então, um rol de ações aí e sub-ações para fazer a execução desse programa. Eu... está apagado ali, eu queria mais mostrar o nosso conceito então de formação e de qualidade que nós queremos ter numa capacitação técnica. Nós pagamos professores, consultoria pedagógica, supervisor, monitor, a capacitação técnica dos professores. Nós incluímos esse último ano a questão do profissional, um assistente social, um psicólogo para acompanhar a vida do jovem, tanto fora quanto dentro do programa, porque isso nós sentimos um sintoma da evasão, de nós não termos um diálogo com as dificuldades do

público que a gente atende. Pode passar que daí agora está entrando espaçadamente. Pode passar.

Bom, nós então fizemos a supervisão desses cursos. Isso nos é muito pesado fazer a supervisão, visitar cada turma, né? Depois vocês vão ver o quadro que a gente tem de municípios, de estados participantes. Isso é muito difícil, mas muito necessário se nós quisermos que realmente a efetividade do programa seja alcançada. Pagávamos, então, uma bolsa de 150 reais e isso também agora se igual a 100 reais no Pró-Jovem trabalhador. A unidade gestora, que é aquela que mandou os projetos, foram selecionados, ela... que é algo que está sendo adotado também é a que executa lá na ponta. Prefeitura, Governo, entidades sem fins lucrativos, terceiro setor, quem mandar os cursos e nós vamos fazer a avaliação técnica e de sustentabilidade e a justificativa de cada curso em cada região, em cada cidade. A inovação, digamos assim, a diferença é a participação do setor produtivo. Essa é a diferença do programa. Nós temos a unidade formadora, acho que se der mais um cliquezinho aí aparece. Nós temos a unidade formadora onde então ela é responsável pelo uniforme, pelo lanche, pelo transporte, pelo seguro de vida, bem como os seus instrutores. Quer dizer, aquele funcionário que é o que domina aquela área onde o curso está tecnicamente sendo ofertado, ele participa também. Isso é uma experiência interessante, porque é uma valorização desse funcionário, né? Há também uma capacitação desse funcionário para ele participar do programa. Então, ele também se enxerga nesse processo de construção dessa oferta para essa juventude. Pode passar.

Nós então trabalhamos com o público de 16 a 24 anos. Eles têm que estar na educação básica, seja no EJA ou no regular, nas últimas séries do médio geralmente pela idade. E com renda familiar per capita de até um salário-mínimo e meio. Por que é que a gente adotou esse valor? Porque no interior de muitos lugares esse valor ele atinge os filhos de trabalhadores e que necessitam de qualificação nessas regiões. Então, os objetivos é usar o espaço produtivo como um espaço educativo, porque nós temos na educação profissional um peso muito grande das suas estruturas para que essa oferta alcance principalmente o interior do país e que possa, então, ter uma vivência, ter um espaço de vivência, de prática desse jovem, dessa formação e que nós achamos essencial para a formação profissional. A prática, nós consideramos a principal essência na questão da educação profissional para poder realmente ter um aprendizado. Então nós estimulamos com isso o ingresso e a permanência desses jovens na educação básica. Favorecemos ele no mundo do trabalho quando nós envolvemos a questão da eleva-

ção da escolaridade. E também o setor produtivo se aliando então às nossas ações para ofertar isto de forma pactuada aí, nessas regiões.

Bom, os nossos cursos, então, são de 600 a 1.200 horas. Nós trabalhamos com seis meses a um ano. Turmas com 20 alunos. O projeto pedagógico, ele contempla 3 eixos: O básico, o transversal e o profissional. E nós trabalhamos com essa integração curricular dentro do possível, quer dizer, nós buscamos que quando nós trabalhamos com o meio ambiente ele entenda esse meio ambiente, entenda aquela profissão que ele está ali, é trabalhando dentro dessas questões ambientais dos direitos do trabalho e que possa, então, fazer a sua própria produção do seu conhecimento. Que ele possa a aprender a fazer relações, o que hoje não é um despejo então só de conteúdos. Pode passar.

Nós tivemos, então, em 2005, 11.600 alunos; em 2006, 16 mil e 600, estávamos numa progressão de crescimento. Como nós entramos na discussão da nova formatação e do reordenamento das políticas para a juventude, nós diminuimos a nossa..., realocamos os orçamentos e diminuimos o nosso atendimento para que, então, nós tivéssemos um atendimento menor para que possamos participar da discussão junto do Pró-Jovem Unificado aí... justamente porque nós iríamos ser incorporados e ainda estava em discussão. Então, nós demos uma diminuída no nosso atendimento para poder, então, participar dessa discussão antes de colocar o projeto realmente para frente ou ser parte então da nova proposta. Nós então atendemos até 400 municípios, quase, em 2006. E acho que uma das dificuldades, aí eu vou falar um pouco dos pontos negativos, é a questão da escala. Porque tem que ter a parceria do setor produtivo, ele tem que entrar com essas contrapartidas que não são baratas, elas têm um custo elevado e nós temos em muitos municípios pequenos. Agora nós vamos ver o próximo quadro vocês vão ter uma idéia.

Então, nós tivemos com municípios até 20 mil habitantes —

[Soa a campainha]

— 35% dos nossos cursos em 2005. Em 2006, 42%. Isso tem um significado e um impacto muito diferenciado quando a gente trabalha com municípios menores, né? Trabalhar com uma região metropolitana é muito diferente o impacto, tem que ter um número muito significativo de alunos para que o impacto nessas regiões tenha mais significado. Já com municípios pequenos é gritante o impacto de uma política dessas quando ela chega no município de cinco, seis, dez mil habitantes com uma turma que seja, por conta da bolsa que dura lá seis a oito meses, por conta da própria qualificação, do envolvimento da comunidade.

Porque aí vem Prefeitura, vem o setor comercial, vem toda a comunidade a participar e a agregar esforços então para a ação. E isto tem um resultado, inclusive, de empregabilidade muito maior do que se fosse uma ação mais isolada.

Então é isso que nós estávamos falando, a capilaridade, a possibilidade dessa capilaridade por conta do seu formato ele poder ser aplicado em qualquer município, interior ou regiões urbanas. Ele tem esse maior impacto no interior pela sua chegada em lugares que a política pública às vezes não consegue agüentar, alcançar e, principalmente, a educação profissional. E o incentivo e a permanência desse jovem na sua região. Quer dizer, quando a gente alcança esses lugares, alcança esses municípios, a região, ela consegue fazer que se incorpore então uma idéia de desenvolvimento local, porque a proposta do curso é construída em cima disso, da necessidade, das dificuldades, da possibilidade então do seu jovem permanecer nessa região. Então, nós adotamos essa questão do ambiente de trabalho como um espaço educativo por conta disso. Não abrimos mão, então, que o setor produtivo hoje seja um espaço aberto para a possibilidade de vivência desse jovem, para que ele possa, então, ter uma primeira experiência e para que ele possa, então, ter idéia, porque uma coisa é o laboratório onde todas as variáveis são controláveis.

A outra questão é estar no mundo do trabalho de fato, entender que elas não são controláveis e que ele tem um processo muito diferenciado daquilo que é só um ambiente virtual. Então, nós, com essa articulação do setor produtivo, comunidade e poder local, isso dá uma força e um significado muito grande para esse jovem nessa comunidade. O apoio à formação básica, além da questão de permanência dele na educação básica, o conteúdo dos cursos melhora o desempenho dele na escola. O depoimento que nós temos de jovens, de pais, da própria escola é que o jovem melhorou muito o seu desempenho quando ele está no projeto, porque ele começa a relacionar os conhecimentos da formação básica com o mundo do trabalho, com a concretude daquele conhecimento que ele tem na escola, que é, às vezes, o que dá significado para a permanência e para um melhor aprendizado. Então, um diálogo, então com a realidade local tanto econômica, social e cultural, porque o projeto é construído com base nisso. O projeto, ele sai e nasce dessa realidade e dessa necessidade local. Então, portanto, isso tem um significado para essa formação e para essa comunidade muito melhor do que se nós fizessemos projetos como é, às vezes, que a gente peca em caráter nacional de achar que todas as realidades são iguais. Nós temos vários países aí, Brasis e culturas muito diferentes. No

início, inclusive, o Norte não veio para os projetos, porque não se enxergava pelo próprio nome do projeto, né? Escola de fábrica. Então, eles não se viam. Nós fizemos várias ações, várias audiências públicas para explicar o projeto e para ver que há possibilidades. E aí, então, conseguimos passar em torno de 10, 11% do orçamento nesse último ano para o Norte, então, ter uma participação maior no programa.

Nós encerramos então o programa nesse ano. Estamos contribuindo com o Ministério do Trabalho na discussão desses elementos que consideramos positivos. Estamos num processo de avaliação externa para verificar, de fato, esses resultados, não só quantitativos, mas qualitativos. Que eu acho que tem mais importância e mais peso do que necessariamente só a inserção no mundo de trabalho. Mas que inserção é essa? Que emprego é esse? Tem que ser formal, ele tem que ter mais permanência, mais perenidade. Ele não pode ser somente transitório e isso contar só naquele momento e depois ele estar de volta no mesmo público.

Eu queria só aproveitar o momento, porque a coordenação geral, ela é nova lá no Ministério. Nessa última reformulação aí do Ministério onde, então, nós estamos trabalhando com a proposta de Pró EJA, que é um projeto de elevação de escolaridade com a formação profissional. Nós temos aí 60 milhões sem a educação básica de nível fundamental. E nós... e nesses está os nove milhões aí, que o Beto colocou, que não tem esta elevação de escolaridade. Nós sabemos que hoje o mercado de trabalho, ele não exige só qualificação. Se nós tivermos um qualificado e um com fundamental completo, provavelmente a vaga seja do fundamental completo, não seja só da qualificação sem fundamental. Então, as duas coisas, elas têm que andar juntas. Nós não podemos só dar a qualificação, temos que dar a qualificação no sentido de atendimento, mas nós temos também que garantir para esses 60 milhões uma possibilidade de elevação de escolaridade, onde é fundamental para ele, tanto para a cidadania quanto a questão do enfrentamento do mundo do trabalho. Nós sabemos aí, por exemplo, metal mecânica que já é o ensino médio, não é nem mais fundamental que é exigido. Então, como é que fica? Quer dizer, além daquele que está fora não entra, aquele que está dentro sai. Então, nós queremos fazer um trabalho e que estamos fazendo alguns estudos de questão metodológica, de alcance, de diálogo com esse público para que, então, tenha real efetividade e nós possamos aí fazer parceria com a nossa rede municipal, principalmente, e com o pessoal dos estados para ofertar, então, uma modalidade onde o EJA

traga um outro significado, trazendo os conteúdos da educação profissional.

[troca de presidência]

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Muito obrigada também à Sra. Lizete pela sua exposição. E eu já passo, então, a palavra à Sra. Andréa Barbosa Alves que é chefe do Departamento de Educação Profissional do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural, SENAR.

Terá também o mesmo tempo para se pronunciar.

SRA. ANDRÉA BARBOSA ALVES: Boa tarde a todos, eu cumprimento todos os membros dessa mesa, em especial a Senadora Patrícia Saboya, pelo convite e oportunidade. Aos demais Senadores, que estão presentes no momento e que estiveram aqui também dando a sua contribuição, em especial ao Ministro do trabalho.

Vou falar um pouco sobre o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural. Vou ser breve também, tá? Tentar fazer de uma forma bem objetiva deixando aqui a mensagem dessa instituição que eu acredito que tenha uma total relevância aí para a sociedade. Próximo, por favor!

Ela tem a missão de desenvolver ações de formação profissional rural. Então, ela tem um caráter profissionalizante e atividades de promoção social, voltadas as pessoas do meio rural contribuindo com a profissionalização, integração na sociedade, melhoria da qualidade de vida e o pleno exercício da cidadania. Nós fazemos aí parte do Sistema S, assim como o SENAC, SENAI, o SENAR é o braço aí da agricultura para qualificar a mão-de-obra no setor rural. O nosso público da formação profissional rural são os trabalhadores assalariados, produtores rurais em regime de economia familiar. O grande número de pessoas que a gente atende, em torno de 14 milhões de pessoas fazem parte. A promoção social são os trabalhadores, os produtores rurais e todos os componentes da família. Não tem caráter profissionalizante. Nós trabalhamos mais na área de saúde, artesanato para trazer novas possibilidades de qualidade de vida para a família rural. Temos em torno de 40 milhões de pessoas.

O SENAR está em todo o Brasil. Nos 27 estados. Cada SENAR funciona de forma independente, autônoma, descentralizada e tem administração central aqui em Brasília, que eu faço parte do departamento de educação profissional. Então, o SENAR, em Brasília, ele é responsável por uma unidade com relação à metodologia de ensino. O que é que deve ser feito? As tendências do mercado de trabalho. A gente está sempre fazendo estudos do mercado de trabalho. Estamos hoje trabalhando com formação por competência.

Então, a gente desenvolve muitas metodologias e isso é passado para as administrações regionais.

Como é que funciona o SENAR? Ele faz um planejamento anual. Cada administração regional tem um grupo de instrutores. Esses instrutores são supervisionados quando estão executando as suas ações, o SENAR não tem escola, é muito diferente do SENAC, do SENAI e do SENAT. Nós trabalhamos aonde, vamos dar os cursos onde o homem do campo está. Vamos nas fazendas, nas propriedades rurais, reunimos grupos de 12, 14, 20 pessoas e damos os treinamentos em situação real de trabalho. E temos a figura também de um mobilizador, que é a pessoa que faz a seleção dessa clientela para participar dos eventos. Por que trabalhar dessa forma? A população rural, ela está totalmente dispersa. Então, nós precisamos da figura de um mobilizador para que vá nas comunidades rurais, identifique o perfil daquela clientela, as necessidades reais daquele mercado de trabalho local, estabeleça com eles um dia, a data para se fazer o treinamento e aqui eu digo que nós trabalhamos de uma forma muito focada com o mercado de trabalho fazendo esses cursos de curta duração, como disse o Ministro. Nós trabalhamos, a média nossa de 32 a 40 horas, por quê? O trabalhador rural, muitas vezes, o que é que acontece com ele? Ele já está inserido no trabalho. Ele precisa de um aperfeiçoamento, de uma atualização pontual em uma determinada ocupação que ele exerça. Então, a gente faz essa identificação juntamente com o mobilizador e o instrutor vai ao local de trabalho para dar esse treinamento. Isso cria... É uma forma muito mais barata para se fazer os eventos. Todos os eventos do SENAR são gratuitos, nós não cobramos nada por isso. Não existe custo para o trabalhador do material didático que ele recebe, do instrutor que vai até o local e muitas administrações regionais também providenciam alimentação para esses trabalhadores durante o período do curso. Então, são totalmente gratuitos.

E dentro desse cenário, né, que eu falei, da figura do instrutor que é o educador, o professor, o supervisor que faz parte da nossa equipe, que faz todo o acompanhamento para que a gente não perca o controle da qualidade dessas ações, porque não estamos em centros, não estamos em escolas e o mobilizador que também acompanha esses eventos e está sempre antenado com o mercado de trabalho. Tudo isso para mantos era uma qualidade.

O SENAR funciona desde 1991, ele foi criado por lei, em 91. Mas, a partir de 93 que ele efetivamente começou a fazer as suas ações. Próximo, por favor!

Com relação aos eventos de formação profissional, a gente treina em torno, por ano, de 722 mil

peessoas em 167 ocupações. Seja ela apicultura, piscicultura, transformação caseira de alimentos. Temos uma demanda muito grande para cursos de tratorista, faqueiro. E fizemos aí em torno de 40 mil turmas com recursos que nós temos e a gente tem uma capacidade aí, ao longo dos últimos três anos, porque teve uma estabilidade, de treinar em torno de 722 mil pessoas na formação profissional rural e 40 mil turmas. Próximo!

Na promoção social, que ela é mais voltada para a questão da qualidade de vida, a saúde, trabalhamos muito com prevenção de... de acidentes de trabalho, saúde materno-infantil, alimentações, alimentação alternativa no meio rural. A gente treinou aí 267 mil pessoas e 11 mil, em torno de 11 mil turmas. Próximo!

Temos um programa de inclusão que é o “Apoena” é uma palavra indígena que significa “aquele que enxerga longe”. Justamente, nós temos em torno de 16 milhões de pessoas com algum tipo de deficiência no meio rural, seja ela auditiva, visual. Então, fizemos um programa para inclusão dessas pessoas. Porque elas têm condições de estarem exercendo algum posto de trabalho no setor rural. Então, treinamos em torno de 4.414 pessoas e foram mais de... quase 1.641 turmas que aconteceram ao longo do ano de 2007.

Os estados que têm participado desse programa é Alagoas, Espírito Santo, Paraná, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Mato Grosso e Pernambuco. A cada ano novas administrações regionais vêm pedindo para a gente também, para participar desse programa e incluir pessoas com algum tipo de deficiência. Temos o Aprendizagem Rural para os jovens de 14 a 24 anos, que têm tido muito sucesso a partir de 2004, também estabelecemos essa natureza de programação. Treinamos em torno aí de... Incluímos 3.639 jovens em 212 turmas. Esse programa, ele tem crescido a cada ano. Não se trabalha simplesmente temas profissionalizantes, não. O aluno tem que estar na escola, tem que conciliar o período da aula com o período de uma formação profissionalizante. E o retorno que a gente tem tido é muito positivo. Os pais perguntam para a gente o que é que a gente está fazendo com esses jovens, que a partir de agora eles estão gostando da escola. Porque existe todo um planejamento em cima de um conteúdo comportamental. E isso ajuda tanto no convívio dentro da escola quanto no curso profissionalizante e na família também. Temos alguns estados que estão participando. Esse ano Minas Gerais entrou também e mais dois estados do Brasil estão demandando a metodologia para estar trabalhando com os jovens de 14 a 24 anos. Próximo!

Alfabetização de jovens e adultos. Treinamos em torno de 9.943 pessoas, em 556 turmas. Tem um grande número de estados no país que participam. Ainda

temos uma população é que precisa de ser alfabetizada porque como é que você vai profissionalizar se você não alfabetizar? Em muitos momentos a gente—

[Soa a campainha]

Aceita sim pessoas que não têm nenhum tipo de escolaridade porque você não pode excluir essa pessoa mais uma vez. A gente prepara muito o nosso instrutor para estar trabalhando com várias realidades, mas o SENAR também tem feito alfabetização. Acho que deu um problema na transmissão. Mas além desses programas, a gente tem um programa que chama cana limpa. Está voltando. Temos um programa especial que ele é chamado de semeando e agrinho, que é para a comunidade escolar, tanto rural quanto urbana. Estamos desenvolvendo esse programa com temas transversais: Saúde, ética, cidadania, meio ambiente. Treinamos em torno de quase cinco milhões de alunos já participaram desse programa em vários estados do Brasil. Pode passar o próximo!

O programa empreendedor rural que a gente tem visto cada vez mais que o trabalhador rural, ele tem que enxergar, o trabalhador e o produtor rural, a fazenda dele como uma empresa. Então, ele tem que saber utilizar todos..., entender muito do conteúdo da parte de gestão para que ele não saia da ocupação dele e venha para a cidade e isso acarretar mais um problema social. A gente está com toda essa questão aí da segurança alimentar, o produtor rural não vai ser solução para ele vir para a cidade. Então, nós estamos fazendo um trabalho de..., o empreendedor rural, ele está em 22 estados do Brasil e temos tido um sucesso muito grande. Várias pessoas que tinham a intenção de sair do meio rural, hoje estão ficando em função que aprenderam hoje fazer as contas, né, gente? O mais e o menos. Isso é muito importante para você gerir qualquer negócio. Além desses programas temos o cana limpa que é voltado para o cortador de cana, em que ele entende o papel dele dentro da cadeia produtiva. E que ele não é apenas um cortador de cana. Dentro deste conteúdo que é trabalhado, fala-se muito sobre a segurança dele no trabalho, a utilização dos equipamentos de proteção individual e ele entende todo o papel dele dentro da cadeia produtiva. As usinas que têm entrado nesse programa cana limpa, elas têm mudado toda uma postura com relação ao trabalhador. Eu visitei no município de Sertãozinho duas usinas e fiquei muito impressionada como que o SENAR, ele tem um campo muito extenso para trabalhar ainda. Como que muda a cabeça do empresário, ele vendo a importância que aquele trabalhador. Enxergar primeiro o lado social e o lado humano. Então, o Brasil inteiro fez uma demanda para a gente. Inclusive fora do país já apresentamos esse programa. Tem vindo outros

países para conhecer. E a cana é uma realidade. Tem entrado em vários estados. Mas a gente quer que isso aconteça de uma forma que tenha respeito com o ser humano, que não aconteça os problemas que a gente, muitas vezes, vê, mas que não é a realidade em todos os estados. Tem muito empresário responsável e atendendo a legislação que existe.

E o programa cidadão rural, que atender a população com relação à saúde, que é um serviço muito precário no setor rural e a gente faz um dia, tipo aquele “ação global”, vai para as comunidades rurais e faz o atendimento odontológico, médico. Tira a carteira de identidade. Faz rua de lazer para as crianças. E outras atividades dessa natureza. Pode passar, por favor!

Temos ciranda de esporte e lazer que é um programa também voltado para jovens, adolescentes, crianças. Que procura fazer uma integração deles, criança, sociedade, a família de uma forma geral, escola e o de turismo rural que tem crescido muito também no SENAR.

A utilização da própria propriedade como atividade de turismo rural. Nós temos feito, então, a gente tem atendido em torno de um milhão de pessoas, por ano, com os recursos que o SENAR recebe e tem feito isso de uma forma muito responsável prestando, anualmente, uma prestação de contas para a sociedade tanto de forma qualitativa quanto quantitativa. Eu trouxe para vocês um relatório de atividade, que esse ano a gente fez ele de uma forma bem consolidada, bem simples, bem didática com todas as ações que o SENAR fez no ano de 2007. Vou deixar para vocês conhecerem. Tem um telefone de contato. Cada administração regional e na central também para se vocês quiserem ter mais informações. Obrigada pela oportunidade.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PDT-CE): Obrigada também, Dra. Andréa. Passo a palavra ao Senador Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu vou ser muito rápido, até porque já é 13 horas e nós temos que nos movimentar na Casa aqui é uma correria. E duas horas inicia o Plenário. Eu não vou fazer perguntas. Só queria, primeiro, cumprimentar esse painel. A todos os nossos convidados, os outros painelistas pela importância do tema. Eu não nego, todo mundo sabe a minha paixão pelo ensino técnico. Todo mundo sabe também o debate que a gente provocou quando apresentamos o FUNDEP, que é um fundo de investimento para o ensino técnico profissionalizante. É um debate que está na Casa há oito anos. Eu apresentei primeiro um projeto autorizativo e criando um debate no governo. Depois me recomendaram a apresentar uma PEC. Apresentei uma PEC em 2005 que não anda. Todo mundo defende o ensino técnico, mas, a

PEC não anda. Mas faz parte. O importante é que todos nós queremos que avance o ensino técnico. Isso é o que interessa.

É, mas eu quero cumprimentar primeiro a Sra. Andréa na seguinte linha: Eu sempre digo que eu devo a minha vida e a chegada ao próprio Senado e a minha formação ao Sistema S. Para mim foi fundamental. Naquele tempo eram quatro anos ainda e você tinha o ensino básico e a profissão. E eu ganhava ainda meio salário-mínimo, porque tinha aquele esquema que as empresas adotavam, digamos, alguém do Sistema S. Eu recebia meio salário-mínimo que eu comprava lá o meu chinelo, o meu tamanco, a minha sandália, a minha bermuda, o meu casquinho para ir trabalhar com doze anos. Então, eu já, a partir dali para mim foi fundamental. E por que é que eu quero começar pela senhora? Porque no meu tempo, além de não pagar eu recebia. O melhor questionamento que eu faço hoje ao Sistema S, e defendendo o Sistema S é exatamente o exemplo que a senhora deu, que o SENAR não cobra. Esse era o grande lance para mim que o Sistema S tinha que fazer, não cobrar. E aqui V.Exa. dá esse testemunho. E quando que a informação que me passam que todo o Sistema S, hoje, está cobrando. Então, não é verdadeiro para começar. O SENAR não cobra.

SRA. ANDRÉA BARBOSA ALVES: O SENAR nunca cobrou, eu trabalhei na administração regional desde a criação do SENAR, tudo gratuito e um material de excelente qualidade que a gente entrega nos cursos também.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu aproveito o seu gancho para dizer, se o SENAR pode por que os outros do Sistema S também não podem? Eu quero elogiar o SENAR. E gostaria que os outros também do Sistema S...

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PDT-CE): Seguissem o exemplo, não é, Senador Paulo Paim?

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Hã?

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PDT-CE): Sigam o exemplo do SENAR.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sigam o exemplo, não cobrassem. Calculem a vida do nosso povo. Ontem mesmo fiz um pronunciamento mostrando a dificuldade do povo negro, por exemplo, poderia falar dos negros, dos índios, do nosso trabalhador rural que eu conheço muito bem, também. Da situação deles, da dificuldade. Calcule se tivesse que pagar o curso do SENAR. Por isso eu quero cumprimentar o SENAR, parabéns! Eu espero que os outros setores do Sistema S sigam esse exemplo e não cobrem. O nosso povo está aí desesperado para aprender alguma coisa para poder enfrentar o mercado de trabalho.

E no mais eu confesso que eu tinha uma preocupação dentro do governo, voltando ao governo, porque eu sei que o MEC trabalha muito com essa questão do ensino técnico profissionalizante. Nós mesmos aqui seguidos, diversos Senadores, encaminham propostas autorizativa de escola técnica ali, aqui, o MEC vai administrando. E dentro do possível vai formulando e vai implementando, é um belo projeto do governo Lula, sem nenhuma dúvida. Sei do trabalho do Ministério do Trabalho com a preocupação, administrar os recursos do FAT. Todo mundo quer dar uma beliscadinha do FAT. O próprio projeto que eu criei um fundo, belisca o FAT, vocês sabem disso. Mas é algo que vamos debatendo e discutindo o que for o melhor para a nossa população. E a nossa Secretaria Nacional da Juventude da Presidência da República é fundamental também. Então, estou até falando rápido para ajudar o tempo. E os projetos que eu vi aqui, o que é que para mim foi importante e espero que seja isso que eu entendi? Que vocês estão trabalhando de forma conjunta, todos os Ministérios. Porque aqui, eu que estou aqui no Senado, eu digo: “Pô, mas como é que se entende? Com quem é que eu vou trabalhar com o ensino técnico? É no Ministério do Trabalho, é no MEC ou é na Secretaria Especial da Juventude?”

E percebo que vocês estão bem além daquilo que eu estava até preocupado. Já existe uma integração. Há um trabalho conjunto e um belo projeto. No mais eu quero só elogiá-los. E se depender de mim, tenham certeza, eu vou trabalhar no orçamento cada vez mais para que a gente tenha cada vez mais recursos para o ensino técnico profissionalizante em todas as áreas que a gente possa ajudar. E quem sabe, um dia, o FUNDEP seja aprovado. Porque criou-se uma discussão. Eu quero dizer que eu apresentei o FUNDEP, eu não mexi no Sistema S. Porque eu tenho um entendimento que não dá para mexer no Sistema S, simplesmente de tirar recursos. Nós podemos discutir, questionar e pegar o seu exemplo, por exemplo. Digo o seu exemplo do SENAR, né? De que não houvesse cobrança. Como seria bom se o SENAI, se o SESC, enfim, todo o Sistema S não cobrasse, né? Para permitir a formação da nossa juventude. E quem sabe um dia a gente aprove, efetivamente, o FUNDEP, sem prejuízo, eu sei da discussão que está havendo com o Sistema S, que não é a criação de fundo. Pelo menos eu entendi assim. Porque se fosse a criação de um fundo, iam ter que anexar esse que viria do Executivo de criar um outro fundo, aquele que já está aqui há mais de oito anos. E não é isso. Eu sei que não é. É uma adequação de formulação de recursos do Sistema S.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: É só uma reformulação do repasse.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Inclusive, o...

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Não tem fundo.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): O Eliser Pacheco esteve comigo. Me explicou, deixou claro e que o Ministro mesmo teria dito numa reunião: “Isso aqui não é um fundo para competir com o fundo do Senador Paim”. Não tem nada a ver isso é uma adequação dentro da regulamentação do Sistema S do repasse. Então, é mais os meus cumprimentos a todos pelo brilhantismo das exposições. E eu sou parceiro de todos, do Sistema S e de todos os Ministérios aí que visam a formação da nossa juventude e dos adultos. E também, dentro do possível, porque não lembrar, da política de cotas. E quando eu falo política de cotas, me permita, minha Presidente, não é... quando fala cota, todo mundo pensa que cota é só para negro. Não tem nada a ver. Cota, por exemplo, é para negro, é para índio, é para pobre. Se tiver índice de cota, é cota para pobre também, inclusive para as pessoas com deficiência.

Que o Ministro colocou muito bem aqui que muitas empresas não têm como cumprir aquela política de cotas 5%, porque não se adaptam à realidade daquela empresa. Só tem uma forma de ampliar é a formação. Termos política de cota no ensino técnico para as pessoas com deficiência para que, efetivamente, eles possam ter um número de vagas que eles se formem, se preparem e possam usar daí aqueles 5% que é a cota que eles teriam direito no mercado de trabalho. No mais, cumprimento a todos aí. Falei demais e falei que não ia falar nada.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Obrigada, Senador. Foi muito bom, as considerações do Senador Paulo Paim, sempre são muito importantes.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senadora.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Agradeço. Pois não, Senadora Rosalba.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): O Senador Paulo Paim disse que não ia falar muito, falou. Mas, sempre é bem-vindo. Você tem realmente umas idéias e a sua palavra, todos nós temos o maior prazer em ouvir. Mas, eu gostaria também, para finalizar, ser rápida. Não vou começar pela Sra. Andréa, mas, vou começar por outra mulher, pela Presidente. Pela Senadora Patrícia Saboya, que eu queria parabenizá-la. A senhora sempre tem trazido a essa Comissão assuntos que são do mais alto interesse do povo brasileiro. Essa questão do ensino técnico profissionalizante da nossa juventude, eu tenho certeza, Senadora Patrícia, que muitos que estão nos vendo através da TV Senado,

eles estão realmente agradecidos a poder participar desse debate, de ouvir o Secretário da juventude, de ouvir o Ministério, de ouvir o Ministro como nós ouvimos aqui, depois o Dr. André, o Secretário-Executivo e a senhora, Dra. Andréa. Porque, na realidade, são muitas questões. E nós queremos avançar. E tenho certeza que a senhora, com essa sensibilidade de mulher e de mulher forte, nordestina, que adora o seu estado e a sua Fortaleza com certeza vai, vamos poder somar esforços para que a nossa região, nós somos vizinhas lá do Rio Grande do Norte, você do Ceará, nós posamos aproveitar o máximo dos conhecimentos, do debate e com a responsabilidade do mandato que o povo nos deu posamos levar mais ações nessa área para nossa juventude.

Eu gostaria também de fazer como fez aqui o Senador Paim, dizer que o Sistema S eu conheço. Eu tenho... Já trabalhei como médica no Sistema S e exatamente por essa proximidade eu pude conhecer de perto todo o trabalho que é um trabalho realmente brilhante, importante para os trabalhadores, para a nossa juventude. Eu estou aqui trazendo essa palavra em defesa do Sistema S, porque conheço e conheço também as parcerias que pude fazer quando fui prefeita. O quanto foi importante para podermos crescer com o nosso trabalho.

Então, realmente, fica aqui esse trabalho que a senhora aqui apresentou, que eu já conhecia também de..., devido a minha atividade. Não somente do SENAR, mas, também, do sistema ligado aos trabalhadores de transportes rodoviários. Conheço esse trabalho. É o SENAT. SENAT. Conheço esse trabalho que esteve... eles prestam uma assistência que eu fiquei impressionada, Patrícia. Na cidade, no Rio Grande do Norte, tem um núcleo de assistência médica odontológica e se você começa um determinado tratamento o motorista, lá no Rio Grande do Sul, eu vi isso, Paim. Chegaram no Rio Grande do Norte, lá em Mossoró, continuava. Porque ela estava todo informatizado em rede. Isso, minha gente, é algo realmente que merece de todos nós o reconhecimento. O SESI, o SESI presta um serviço grandioso. Eu trabalhei na realidade como médica no SESI e também todos os outros que eu... que os trabalhadores é o SESC, né? SESC, SESI, da indústria e do comércio.

E na época eu fui jovem, menina, filha de pai industrial. Então, industrial porque é simples, ele era... Tinha uma serraria. Mas, era indústria, né? Então, foi exatamente o SESI deu todo apoio, sempre dá aos filhos dos trabalhadores, isso é muito importante. Não é que eu fosse filha, mas, o mesmo local que eu frequentava porque era filha do dono da serraria, o trabalhador da serraria, também os seus filhos frequentavam. Então isso...

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Filha do dono da serraria.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): E os filhos dos trabalhadores eram meus companheiros lá no SESI.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Você era uma trabalhadora?

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Era uma trabalhadora, filha de um trabalhador. Mas eu estou dizendo, não é porque ele fosse um patronal e os outros os trabalhadores. Mas mostra que estávamos juntos. Era um trabalho de igualdade e inclusão. Bem, minha gente, então, parabenizar, agradecer. E dizer que estamos sempre aqui, Senadora, para--

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Obrigada.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Seguindo a sua orientação que tem sido uma Presidente nota 10.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Muito obrigada, Senadora Rosalba pela gentileza. V.Exa. que sempre vem a essa Comissão trazer contribuições imprescindíveis, com certeza, para a melhoria de condição de vida de todo o nosso povo.

Pelo adiantado da hora, eu pediria permissão para que o André, o André Figueiredo pudesse, então, falar só alguns minutinhos. Seriam as considerações já finais. A não ser que algum membro da mesa queira, e eu tenho certeza que nós poderíamos voltar e dar continuidade a essa discussão, porque nos enriqueceu bastante.

SR. ANDRÉ FIGUEIREDO: Bem, muito obrigado Senadora Patrícia.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Falhou.

SR. ANDRÉ FIGUEIREDO: Pronto. Obrigado, Senadora Patrícia. Eu fico muito feliz de estar participando aqui, primeiro porque a gente está dentro de uma gestão extremamente republicana e ousada, que o Ministro Carlos Lupi tem feito com que cada um de nós que fazemos parte de sua assessoria, tenha a compreensão da importância histórica que é construir políticas que sejam verdadeiramente revolucionárias para os trabalhadores do Brasil. E no caso específico aqui de estarmos nessa audiência pública, me sinto mais à vontade ainda, primeiro, de ver, Senadora, e quero fazer coro com a Senadora Rosalba, da magnitude que é termos hoje a temática da política de juventude pautando aqui a Comissão de Assuntos Sociais do Senado. Sabemos que a Senadora Patrícia é uma grande referência na defesa das causas da infância e agora se consolida também como uma grande defensora das políticas públicas de juventude. E eu, na ocasião que

tive oportunidade tanto de ser Secretário de Esporte e Juventude do Ceará como Deputado Federal, onde eu conheci o meu grande amigo Beto Cury, nós sabemos dessa luta que é construirmos políticas de estado, políticas que sejam verdadeiramente de estado e que possam ser construídas independente de coloração partidária, independente de quem esteja à frente do poder. Temos trabalhado exaustivamente nessa tese. E aqui, quando a gente consolida um Pró-Jovem Trabalhador e a gente vê que era uma preocupação e que o Senador Paim muito bem colocou aqui, que hoje nós trabalhamos em equipe. Porque, quando foi criada a secretaria nacional de juventude e às vezes quando se cria um órgão gestor que tem uma missão de articular políticas de estado, talvez exista uma falsa compreensão de algumas estruturas finalísticas, seja Ministério, ou sejam secretarias estaduais ou municipais de que aquele órgão gestor, aquele órgão que vai articular as políticas, que eles vão se apoderar das políticas finalísticas. Quando não é esse o objetivo. A Secretaria Nacional de Juventude vem, sim, cumprindo o seu papel de articular diferentes políticas que estão no âmbito, no caso aqui do Ministério do Trabalho e Emprego, do Ministério da Educação, do Ministério do Desenvolvimento Social e de vários outros Ministérios.

No caso do Pró-Jovem, nesses três que a gente aqui colocou juntamente com a secretaria geral da Presidência da República. E a gente vê a importância, a magnitude, a dimensão que se toma hoje o Pró-Jovem. O Ministério do Trabalho tem a responsabilidade de fazer o Pró-Jovem trabalhador. Estará sendo feita e aí eu tenho uma preocupação, Senadora Rosalba, também tenho discutido com o Secretário Beto Cury de que nós possamos olhar para as cidades do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, que a grande maioria não são cidades com contingente populacional significativo. Não são. Portanto, nós precisamos sim valorizar e tentar chegar àqueles municípios menores até para evitar o êxodo rural da nossa juventude, e aí tem que entrar uma valorização, e eu vi que a senhora colocou no caso específico de Mossoró, que é uma cidade de porte médio para grande, pelo menos no aspecto da região Norte-Nordeste, com certeza nós temos que valorizar aquelas prefeituras, aqueles entes da federação que criaram órgãos gestores de juventude, que tiveram essa preocupação de também criar.

E o Plano Nacional de Juventude, inclusive, ainda em votação aqui no Congresso Nacional, determina que as políticas públicas de juventude do Governo Federal têm que priorizar estados e municípios que já criaram órgãos gestores. Então, estamos discutindo. É uma discussão extremamente compartilhada. O que é mais importante, não apenas no âmbito governamental, mas, também, com as organizações de juventude, as

organizações através do Conselho Nacional de juventude, através de ações como, por exemplo, tivemos aqui o grito da terra. Nós estamos construindo uma política de juventude verdadeiramente revolucionária. Temos plena convicção de que é algo moroso, mas que nós estamos trabalhando algo que seja extremamente alicerçado e, conseqüentemente, seja permanente, não seja apenas uma política de governo.

Apenas, também para concluir, dizer Senador Paim, que a nível de qualificação profissional de pessoas com deficiência, nós sabemos da necessidade que temos e já há uma determinação do Ministro para isso, nós vamos fazer um PLANSEQ, um Plano Setorial de Qualificação, voltado exclusivamente para pessoas com deficiência. Além de planos mais ousados. Mas no curto prazo temos essa determinação assim como já estamos trabalhando. E estava recentemente apresentando para alguns, para estados e municípios numa reunião junto com a Casa civil, o plano setorial de qualificação para emancipação econômica dos beneficiários do bolsa-família. Ou seja, resumindo, a nossa missão com certeza, nesse segundo mandato do Presidente Lula é construir algo que seja verdadeiramente transformador, que seja verdadeiramente revolucionário. Eu gosto de usar muito essa palavra, porque tomando o exemplo do Senador Cristovam Buarque, que é o nosso maior referência em educação, o Brasil só vai mudar quando revolucionarmos as cabeças das pessoas, quando dermos igualdade de oportunidades para todos independente da origem social. E é isso que faz com que o Pró-Jovem cada vez mais se consolide.

E mais uma vez, Senadora Patrícia, quero aqui lhe parabenizar assim como o trabalho do Secretário Beto Cury, assim como o trabalho do Ministro Fernando Haddad com a Lizete, com o SENAR. Foi muito bom, Andréa, ver o exemplo que o SENAR dá em não cobrar absolutamente nada para qualificar milhares de jovens no Brasil afora. Eu acho que esse exemplo precisa ser construído não apenas no Sistema S, mas, em várias estruturas aí para que nós possamos incluir mais e mais jovens e fazer esse diálogo permanente: Governo, parlamento e sociedade civil. Assim a gente constrói um grande Brasil eu não tenho dúvida de dizer.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PDT-CE): Obrigada, André Figueiredo.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Sra. Presidente, só pela ordem.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PDT-CE): Pois não, Senador Flávio Arns pela ordem.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu só queria me desculpar com os expositores, que de fato eu sou,

posso me considerar membro assíduo desta Comissão de Assuntos Sociais.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): É verdade.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): E um tema dessa relevância certamente não só nos interessa, mas interessa a toda a sociedade. Mas, infelizmente, hoje, em função de circunstâncias aqui dentro do Congresso Nacional tivemos que participar da CPI das ONGs e da Comissão de Infra-Estrutura e acabou sendo inviável, impossível a presença aqui. Mas quero também me colocar à disposição. Parabenizar os expositores e dizer que eu acho que temos que trabalhar juntos nos encaminhamentos possíveis com a união de todos os Ministérios junto com a sociedade.

Eu acho que transmitir o abraço, sem dúvida alguma, ao Ministro Lupi também, que tem uma relação aqui muito importante, Ministro Fernando Haddad também. Enfim, estamos aí também juntos nessa caminhada. Obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Muito obrigada, Senador Flávio Arns. Quero agradecer a presença de todos os nossos convidados, agradecer muito a presença do Beto Cury pela sua força, o talento, a determinação e a paixão por essa causa que certamente acaba transmitindo para cada um de nós e isso é muito bom, que o parlamento brasileiro, que o Congresso Nacional, o Senado da República possa também ser um parceiro e um militante de um tema que é tão caro, é tão precioso para todos nós brasileiros que é justamente pensar em um país mais livre, em um país melhor, em um país mais justo. Pensando, em primeiro lugar, naqueles que mais precisam. E, certamente, é um contingente de mais de 50 milhões de jovens cheios de energia, cheios de adrenalina, cheios de vontade, cheios de esperança e de fé em uma sociedade melhor. Que esse contingente possa, na verdade, encontrar as oportunidades necessárias para que possam continuar com as suas próprias pernas, com sua própria inteligência e paixão pela vida e amor por esse país, a dar uma contribuição muito forte. Eu acredito, de forma muito sincera que isso é possível, que isso é sim, possível. Nós já temos experiências muito importantes acontecendo em diversos lugares do Brasil. Mesmo que sejam do Terceiro Setor ou do próprio governo federal, governo estadual, governo municipal. Mas algumas ações extremamente interessantes e importantes e que resolvem, na prática, a essa situação que infelizmente, às vezes, tira o sonho, acaba interrompendo os sonhos que são tão gigantescos e tão maravilhosos de um país tão rico e tão especial como é o nosso.

Portanto, eu quero agradecer muito fortemente e de forma muito carinhosa a presença do Beto Cury, a

presença da Andréa, a presença da Lizete, a presença do André Figueiredo, do Ministro Carlos Lupi e a todos os Senadores e a todos os participantes dessa audiência e que a gente possa dar continuidade em outro momento a esse tema, a discussão desse tema.

Muito obrigada a todos. Está encerrada a presente sessão.

Sessão encerrada às 13h24.

SUBSECRETARIA DE COMISSÕES

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

ATA DA DÉCIMA SEGUNDA REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA REALIZADA NO DIA 15 DE MAIO DE 2008, QUINTA-FEIRA, ÀS 10:00 HORAS.

Às onze horas e nove minutos, do dia quinze de maio de dois mil e oito, na Sala de reuniões da Comissão de Assuntos Sociais, é iniciada a reunião sob a Presidência da Senhora Senadora **PATRÍCIA SABOYA**, com a presença dos (as) Senadores (as) **FLÁVIO ARNS, AUGUSTO BOTELHO, PAULO PAIM, MARCELO CRIVELLA, INÁCIO ARRUDA, WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA, EDUARDO AZEREDO, JOÃO DURVAL, FÁTIMA CLEIDE, SERYS SLHESARENKO, ANTÔNIO CARLOS VALADARES, IDELI SALVATTI, MAGNO MALTA e VALTER PEREIRA**. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. Justificam a ausência o Senador Jayme Campos e o Senador Romeu Tuma. A Presidente declara aberta a reunião da Comissão, propondo a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A Presidência comunica o recebimento do Ofício SF nº 554/2008 do Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal, Senador Garibaldi Alves Filho, referente ao encaminhamento de correspondência ao movimento pela vida “Brasil Mostra a Sua Cara” dando ciência da atuação do Senado Federal em relação à suspensão de tutela antecipada concedida em primeira instância para que o Estado de Alagoas fornecesse “todo e qualquer medicamento necessário para o tratamento dos transplantados renais e pacientes renais crônicos em hemodiálise”, atendendo decisão desta Comissão relativamente à Denúncia da Comissão de Assuntos Sociais nº 01 de 2007. Comunica ainda que foi despachada a esta Comissão, correspondência dirigida ao Exmo. Sr. Senador Garibaldi Alves Filho, Presidente do Senado Federal, da parte da Prefeitura Municipal de Itapaci- Goiás, no qual o Senhor Prefeito – Salvador André Leandro- sugere a abertura de várias faculdades de medicina, públicas ou privadas, nos vários municípios do país, principalmente naquelas cidades tidas como pólos regionais, como uma tentativa

de dar solução à falta de médicos no país. A correspondência da prefeitura ficará à disposição dos senhores membros da Comissão pelos próximos 15 dias. O Senador Wellington Salgado de Oliveira pede que conste em Ata, que Sua Excelência só assinou a lista de presença, após esta ter sido liberada pelo Senador Marcelo Crivella. Pede também que faça constar que só não pode assinar antes, porque a lista se encontrava em poder do Senador Marcelo Crivella. Passa-se à apreciação das matérias. **ITEM 01 – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 122, DE 2006** “Altera a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor, dá nova redação ao § 3º do art. 140 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, e ao art. 5º da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e dá outras providências”. **Auto-ra:** Deputada Iara Bernardi. **Relatora:** Senadora Fátima Cleide. **Parecer:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** **Foi apresentado pelo Senador Magno Malta voto em separado pela rejeição do projeto e pelo Senador Marcelo Crivella voto em separado pela aprovação do projeto, com dez (10) emendas que apresenta. O projeto vai ao gabinete da Relatora para exame das emendas apresentadas.** Às onze horas e quarenta e dois minutos a Senadora Serys Slhessarenko assume a Presidência. Às doze horas e sete minutos a Senadora Patrícia Saboya reassume os trabalhos. Os itens 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10 e 11 ficam adiados. Fizeram uso da palavra os Senadores Marcelo Crivella, Wellington Salgado de Oliveira, Ideli Salvatti, Magno Malta, Valter Pereira e Fátima Cleide. Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, encerra-se a reunião às doze horas e cinquenta e quatro minutos, lavrando eu, **Gisele Ribeiro de Toledo Camargo**, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Senadora Patrícia Saboya, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro de estenotipia informatizada. – Senadora **Patrícia Saboya**, Presidente.

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS – CAS

12ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 15 DE MAIO DE 2008, QUINTA-FEIRA, ÀS 11 HORAS E 09 MINUTOS.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Bom dia a todas e a todos. Havendo número regimental declaro aberta a 12ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Os Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. Aprovada.

Comunico aos Srs. e Sr^{as}. Senadoras o recebimento do Ofício número 554/2008, do Exmo. Sr. Presidente do Senado Federal, Senador Garibaldi Alves Filho, referente ao encaminhamento de correspondência do Movimento Pela Vida Brasil, Mostra a Tua Cara, dando ciência da atuação do Senado Federal em relação à suspensão de tutela antecipada concedida em Primeira Instância, para o que Estado de Alagoas fornecesse todo e qualquer medicamento necessário para o tratamento dos transplantados renais e pacientes renais crônicos em hemodiálises, atendendo decisão desta Comissão, relativamente à denúncia da Comissão de Assuntos Sociais, número 1 de 2007.

Comunico ainda, que foi despachada a esta Comissão correspondência dirigida ao Exmo. Sr. Garibaldi Alves Filho, Presidente do Senado Federal, da parte da Prefeitura Municipal de Itapaci de Goiás, no qual o senhor Prefeito, Salvador André Leandro sugere a abertura de várias faculdades da medicina pública ou privada nos vários municípios do País, principalmente naquelas cidades tidas como pólos regionais como uma tentativa de dar solução à falta de médicos no País. A correspondência da Prefeitura ficará à disposição dos senhores Membros da Comissão pelos próximos 15 dias.

Eu pediria Sr^{as}. e Srs. Senadores, nós vamos iniciar o debate do Item numero 1.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ):

Pela ordem, Sr^a. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Pela ordem, Senador Marcelo Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ):

Sr^a. Presidente, eu estou vendo a pauta aqui Sr^a. Presidente, nós temos apenas nove Senadores, nós não podemos fazer uma sessão com nove Senadores. V.Ex^a. abriu a sessão com nove?

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): V.Ex^a. Excelência ainda não assinou e nem o Senador Wellington--

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): E não quero assinar, porque não quero dar *quorum*.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Pois não, eu não sabia, eu pensei que V.Ex^a.--

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ):

Eu gostaria de V.Ex^a., só para concluir--

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Espera só um minutinho, deixa eu responder, Senador Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Só para concluir Sr^a. Presidente--

SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): [ininteligível] Com o pronunciamento de V.Ex^a. V.Ex^a., já esteve presente--

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Não, não Senador Crivella. Senador Crivella--

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): A sua postura de Presidente--

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Eu estou à Presidência--

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Mas a senhora me deu a palavra.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Eu lhe dei a palavra e eu estou lhe respondendo já--

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Mas eu não concluí!

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Mas eu estou lhe respondendo Senador, como Presidente Comissão--

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Me permita concluir?

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Como Presidente da Comissão, o Sr. por favor--

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): A senhora vai me... Permite fazer o expediente?

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Não, eu vou permitir V.Ex^a. fale, mas antes eu vou passar, mas antes porque V.Ex^a. disse que só tinham... Nove pessoas assinaram a lista, eu pensava que tinham onze pessoas, em função da sua presença e do Senador Wellington Salgado que está assinando, vai passar agora a assinar a lista.

SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): [ininteligível] Ao se pronunciar o Senador Crivella, já deu o *quorum*--

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Não, não deu não.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): [ininteligível] V. Ex^a. só pode falar se estiver presente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Se V.Ex^a. não deseja assinar a lista.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Não.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Se V. Ex^a. não deseja assinar a lista, nós aguardaremos para dar início.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): [ininteligível] V.Ex^a., só pode falar se estiver presente.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Com a palavra o Senador Marcelo Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Muito obrigado Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Agora, V.Ex^a. estando presente tem que assinar a lista.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Pois é, agora deixa eu falar com V.Ex^a. o seguinte, eu entrei aqui porque V. Ex^a.--

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Presidente, cadê a lista?

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Está aqui com o Senador Marcelo Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Pois é Presidente, mas eu agradeceria muito se V.Ex^a. permitisse que eu concluísse a minha palavra.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Eu permito que V.Ex^a. conclua a palavra, mas eu estou na Presidência e preciso esclarecer ao Plenário da Comissão como será dada a votação.

V.Ex^a. levantou que não pode começar a sessão sem os onze, os onze Senadores inscritos, eu estou dizendo que nós temos onze Senadores na sala e falta a assinatura de V.Ex^a.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Pois é.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Que tem que assinar já que está aqui presente.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Mas se V.Ex^a. permitisse que eu concluísse--

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Agora eu permito.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Então, posso concluir?

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Pode.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Quando eu sentei aqui, a sessão já havia começado Presidente, V.Ex^a. já tinha feito abertura e não constava as onze assinaturas regimentais. Esse é Sr^a. Presidente, o meu argumento.

V.Ex^a. pode inclusive, agora, colher assinatura de outros, mas nós abrimos uma sessão com a assinatura dos seguintes, Senadores. Senadora Patrícia Saboya, Senador Augusto Botelho, dois, Senador Paulo Paim, três, Senador Inácio Arruda, quatro, Senador Eduardo Azeredo, cinco. Senador João Durval, seis, Senadora Fátima Cleide, sete, Senadora Serys Slhessarenko, oito, Senadora Ideli Salvatti, nove.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): [ininteligível] Senador Crivella, 10.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): V.Ex^a., que está acabando de falar 10.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Mas V.Ex^a.--

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): E o Senador Wellington Salgado 11, e o Senador Flávio Arns--

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Senadora--

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Presidente--

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Senador Marcelo Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Mas daí--

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Senador Marcelo Crivella, pronto a palavra já foi dada a V.Ex^a.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Só para concluir Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Não, eu não vou aceitar--

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Só para concluir--

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Esse tipo de protelação, Senador.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Eu não estou protelando.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Eu estou , conversei com o Senador Ma... Senador!

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Sim, mas Presidente, nós temos um regimento a seguir.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): E estou presidindo essa sessão e eu tenho um regimento, Senador.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Eu não vou deixar que V.Ex^a.--

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ):

Mas eu quero deixar claro que conste em ata, que começamos essa sessão, abrimos a sessão com apenas nove Senadores.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Não, não vai ficar registrado em ata.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Isso fica ata Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Porque nós temos 12--

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Mas apenas nove.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Senadores.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Mas apenas nove, nós abrimos com apenas nove.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Senadora Patrícia Saboya, se o Senador Marcelo Crivella não tivesse ficado segurando a lista [soa a campainha] O Senador Flávio Arns e o Senador Wellington Salgado que estão aqui dentro da sala, antes do Senador Marcelo Crivella chegar aqui--

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Exatamente ele sabe, o Senador Marcelo Crivella sabe disso.

Por favor, agora a palavra esta com a Presidência, a palavra está com a Presidência e eu gostaria de começar a votação do Item número 1 da pauta, com o *quorum* regimental de 12 ou 11 assinaturas.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Ele está certo, ele está fazendo o papel dele.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Não, Presidente foi sem o número regimental.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Não, está com o número.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Nós abrimos sem o número regimental.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Está com o número regimental, sim.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Quando me trouxe em a pauta aqui não tinha, Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Eu estou--

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Não tinha, está aqui.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Está com o número regimental e V.Ex^a. não está com a palavra.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ):

Não, quando V.Ex^a. abriu--

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Não tinha porque V.Ex^a.--

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PDT-CE): Não está mais com a palavra.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Estava com a lista e não deixou as pessoas assinarem.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Foi até antes lista vir para cá. Antes de a lista vir pra cá. [soa a campanha].

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PDT-CE): Passo a palavra ao Senador Magno Malta, para que... Acabei de receber [interrupção no áudio] para que possa ler o voto em separado.

Antes Senador Magno Malta, eu quero deixar muito claro, porque eu estou à frente dessa Comissão em nenhum momento, em nenhum momento de atuação desta Comissão--

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Voto em separado, voto em separado--

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PDT-CE): Senador Marcelo Crivella, eu estou falando se V.Ex^a. pudesse por favor, ter educação de ouvir a Presidência.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): V.Ex^a. não tem educação de me ouvir, mas eu vou ouvir V.Ex^a.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PDT-CE): Não, eu tenho educação de ouvi-lo, agora, eu não vou aceitar que V.Ex^a. venha para essa Comissão, para atrapalhar os trabalhos desta Comissão.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): V.Ex^a. me tirou a palavra.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PDT-CE): Não, não tirei, não.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): V.Ex^a. me tirou a palavra.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PDT-CE): Não, não tirei não. Não tirei, não. V.Ex^a. está acostumado a fazer esse tipo de coisa em outras Comissões, nesta não fará.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Primeira vez--

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PDT-CE): Nesta vez não fará--

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Primeira vez que me cortam a palavra--

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PDT-CE): Está bom, então está certo.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): No Senado Federal.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PDT-CE): Está certo, está bom. Então V.Ex^a. está com a palavra cortada, justamente porque já se explicou. Temos *quorum* suficiente sim--

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Não quando abriu--

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PDT-CE): Temos *quorum* suficiente. V.Ex^a. não está com a palavra, Senador!

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Mas não quando abriu, não tinha *quorum*.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PDT-CE): Tinha *quorum*, sim temos. Temos *quorum*.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Sr^a. Presidente, eu gostaria que constasse nessa ata, que eu assinei após ser liberado--

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PDT-CE): Ah, sim, pois não Senador Wellington.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Pelo meu grande amigo, Senador Crivella, que eu entendo perfeitamente o posicionamento dele--

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PDT-CE): Certo.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): E entendo a posição de V.Ex^a. como Presidente e é assim que funciona a democracia.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PDT-CE): Exatamente.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eu só queria que constasse em ata que eu não pude assinar porque não lista aqui, porque estava em poder do Senador, meu grande amigo Senador Crivella, só isso.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PDT-CE): Assim como o Senador Flávio, também. Portanto, a palavra está com o Senador Magno Malta, registrando que temos *quorum* para votar, que temos *quorum* suficiente para votar desde o início dessa sessão, que sempre tivemos esse comportamento--

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Não.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PDT-CE): Senador Crivella que coisa feia, que coisa mal-educada, pelo amor de Deus--

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Eu contei as assinaturas tinha nove.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Está todo mundo presenciando aqui, a sua falta de elegância.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Eu contei as assinaturas só tinha nove.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): O Rio de Janeiro deve estar pasmo.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Meu Deus, eu sei contar.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Rio de Janeiro está pasmo com V.Ex^a.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Mas foi aberto sem assinatura.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Ele ficou segurando a lista.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): É. Senador Marcelo Crivella chega, segura a lista e ainda vem ser grosseiro nessa Comissão, não posso aceitá-lo.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Eu só recebi a lista, quando sentei--

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Aqui a sessão já estava aberta.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Pois é, mas o Senador estava pedindo a lista. Temos presença.

Com a palavra o Senador Magno Malta, para proceder a leitura do seu voto em separado, já que a Relatora do processo a Senadora Fátima Cleide, já leu o se voto na sessão anterior.

Com a palavra, eu estou calma Senador Magno Malta, é porque eu estou aqui nessa Comissão há muito tempo e nunca fui dessa forma, como fez hoje o Senador Marcelo Crivella atuar na Comissão.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Apenas contestada--

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Isso faz me sentir muito mal, mas eu sei que a Comissão conhece o nosso trabalho e reconhece o nosso trabalho.

Portanto, eu passo a palavra a V.Ex^a. para que faça proferir seu relatório.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Presidente, um minuto, me perdoe, se V.Ex^a. entendeu errado, mas foi apenas uma contradição aqui.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Pois não.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Foi apenas um contraditório aqui.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Pois não.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Foi apenas um contraditório dentro da democracia.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Dentro da democracia saber fazer o contraditório. Senador Magno Malta com a palavra.

SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Senadora Patrícia Saboya, Srs. Senadores, eu quero dizer à Presidente e ao Senador Marcelo Crivella que são velhos amigos a Sr^a. Presidente e Senador Crivella e é por conta de ser uma discussão tão complexa e que já sem se arrastando e discutindo.

Mas a senhora sabe o respeito que o Senador Crivella tem a V.Ex^a., e como ele é elegante, como V.Ex^a. é, e eu sou testemunha disso e a gente vem conversando ao longo desses dias todos, acabamos de conversar agora e o nosso respeito é a todas as pessoas. E é assim que a coisa deve ser manter e é assim que o debate deve se manter.

Eu quero cumprimentar antes de ler o meu voto, aos bispos que estão aqui os bispos católicos que vieram participar, os pastores evangélicos, os líderes da liga espírita que estão aqui, pessoas não professam nenhum tipo de fé que estão aqui, que vieram também, pessoas que se deslocaram de seus Estados para vir para cá. Digo isso Senadora Patrícia Saboya, porque num primeiro momento ficou parecendo que era um embate de evangélicos contra um Projeto.

Na verdade esse foi um viés errado de olhar, porque nós nunca discriminamos e toda discriminação é nojenta, é nefasta e criminoso. Não é só com base na Constituição que diz que é crime não, homem nenhum nesse planeta, família, nenhum formador de opinião ou não, deve aceitar qualquer tipo de comportamento discriminador, onde as pessoas ao serem discriminadas sejam atingidas, espancadas, mortas, que se façam levantes. Nós temos que rejeitar e repudiar esse tipo de comportamento e precisamos ensinar que as pessoas respeitem, que as pessoas tratem com respeito os seus diferentes.

Senadora, eu tenho 29 anos que tiro drogados da rua, e não foram poucas vezes – e hoje ainda o é – que na instituição onde já passou centenas e milhares de pessoas, que a porta sempre esteve aberta a qualquer homossexual que tivesse um problema na sua vida com qualquer tipo de vício e nós o ajudamos e vamos continuar ajudando.

Eu não conheço e falo agora onde professo a minha fé de qualquer lugar aonde eles tenham sido discriminados, embora tenhamos uma visão da palavra, uma visão da Bíblia e uma visão da sociedade.

Entendo que ninguém tem o direito de discriminar negro como diz a Constituição e, mesmo senão houvesse a Constituição tinha que ser o sentimento

da nossa alma, discriminar índio, discriminar velhos, crianças, discriminar espíritas, católicos, discriminar evangélico. A discriminação é o mais nefasto de todos os crimes.

Eu disse ontem que eu achei que havia descoberto algo terrível para a vida da família que era o narcotráfico e as drogas ao longo da minha vida, mas a frente da CPI da Pedofilia eu descobri o que V. Ex^a. já me relatava antes, que a pedofilia é absolutamente mais nefasta e criminosa do que o narcotráfico.

Então eu fico muito acavaleiro [ininteligível], porque, na verdade, eu não estou discutindo discriminação, nefasto, horrível, horrendo. Não estou discutindo homossexualismo, porque cada um decide a sua própria vida, se Deus deu livre arbítrio ao homem, ele disse que eu posso fazer da minha vida o que eu quiser é um problema meu.

Então não estou discutindo homossexualismo, o homem ele toma suas decisões pela sua própria vida, não discutimos isso, temos que respeitar a decisão que o indivíduo tomou na vida dele, respeitar e respeitar, absolutamente respeitar.

Então eu não estou discutindo isso, eu estou discutindo isso. Eu estou discutindo o PL 122, eu estou discutindo um Projeto de Lei, não estou discutindo pessoas, não estou discutindo homossexualismo, não estou discutindo discriminação. Estou discutindo um Projeto de Lei que está eivado de inconstitucionalidades e que está eivado de sutilezas.

Eu saudei os bispos católicos que estão aqui os representantes da CNBB que vieram a esse encontro.

Voto em separado, sobre o Projeto de Lei da Câmara 122 de 2006, que altera a Lei 7.716, de 05 de julho de 89, de 7 de dezembro de 1940, o Decreto-Lei 5.452 de 1º de maio de 43, para coibir os crimes de gênero, sexo, orientação sexual e identidade e gênero.

O Projeto de Lei da Câmara 122 de 2006, 2001 da Deputada Iara Bernardi, aprovado na Câmara foi objeto de análise da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado, onde foram realizadas diversas audiências públicas. E enviado a essa Comissão por força do requerimento do Senador Senador Gim Argello.

O Projeto altera a Lei [soa a campainha] 7.716 de 05 de janeiro de 89--

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PDT-CE): Senador Magno Malta, eu pediria só um pouquinho de silêncio para que o Senador pudesse proferir o seu parecer, o seu relatório.

SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Inserir no seu bojo a discriminação de gênero, sexo, orientação sexual, identidade e gênero.

A Constituição prevê que toda e qualquer discriminação é vedada e a generalização é tão clara que diz: “sem distinção de qualquer natureza no caput do Art. 15”. O Código Penal traz a criminalização de discriminações e também ele trata do assunto ligado a esses delitos personalíssimos ligados ao sexo. Na Constituição, os direitos à liberdade, liberdade de expressão, liberdade de consciência, liberdade de pensamento, nós também entendemos a respeito, que nós devemos Àquele que Criou.

Todos são iguais perante a Lei, sem distinção de qualquer natureza, portanto, é inviolável a liberdade de consciência, de crença e manifestação de pensamento. É preciso proteger a integridade física do cidadão, sem prejudicar a liberdade das famílias de ensinar os princípios bíblicos da suas crenças e pregá-las com coragem.

A liberdade de culto e de liturgia consagrada na Constituição Federal, a liberdade religiosa, precisa ser prevalente em caso de conflito de competência. Uma Lei não pode estar acima da Constituição que é a Lei maior que rege as leis do País, temos garantia pelo Estado do direito à tranquilidade aqueles que buscam viver uma vida simples de lar, que leva em alta conta os valores da família, o matrimônio como venerável e respeitado digno de honra entre todos. Aos que são apenas marido, mulher e filhos, resta para nós defender a ordem natural, não podemos simplesmente desconsiderá-la.

Homofobia – e aqui eu gostaria de ressaltar que eu não sou homofóbico – o Projeto começa mal, porque homofóbico é aquele que discrimina, aquele que agride, que odeia que tem ojeriza e eu não sou homofóbico. O fato de pensar diferente e crer diferente, não faz de mim um homofóbico à medida que posso respeitar às pessoas e defendê-las. É que não defende a si mesmo e nem valoriza o matrimônio e considera a origem sagrada da família não é homofóbico, não está atacando ou execrando a quem quer que seja, mas agindo de maneira legítima e natural. Não se pode equiparar um bom pai de família, um cristão sincero verdadeiro e cumpridor de seus deveres a um assassino nazista.

O Projeto de Lei, PL 122, pretende criminalizar o comportamento ético e moral, bem como o ensino e pregação à palavra sobre sexualidade humana. Pensamos nós e lembramos inclusive o que está preceituado no Art. 7º, 8º-A e B, onde permite as manifestações de intimidade sexualidade pública, contrariando o decoro, contrariando também os ensinamentos de que nós precisamos respeitar o pudor público. Se consagrarmos esse tipo de princípio nós vamos contemplar relações

sexuais lícitas ou ilícitas nos corredores dessa Casa e quem sabe até nos bancos de igreja.

Admitir as carícias em público fere a Constituição da República, no Art. 5º, inciso X, “são invioláveis a intimidade e a vida privada”. Quem quiser pode ler também no Código Penal, para efeito dessa Lei diz o Art. 2º, da proposta original; “são atos de discriminação impor às pessoas qualquer tipo de orientação sexual”. Esse tipo de legislação genérica é absolutamente impossível de ser aplicada.

Gostaria de dizer Srª. Presidente, que o que está no Projeto 122, no PL 122, é o que não está no Estatuto do negro, direitos que não deram aos negros; não está no Estatuto do Idoso; não está no Estatuto do índio; não está no Estatuto da Criança, são direitos que as minorias não conseguiram.

E são minorias que são defendidas nessa Casa, defendida por nós e como homossexuais na sua decisão são minorias e que vez ou outra são atacados não com palavras, mas agredidos nas ruas como se faz com índios, com negros, com judeus. Isso é nefasto, ignorante, nós precisamos preparar a população brasileira a partir do ensinamento da educação, de que precisamos respeitar as pessoas nas suas decisões para onde elas vão: a saber que o índio não fez opção para ser índio, ele nasceu índio. E o negro não fez opção para ser negro ele nasceu negro. E o velho não fez opção para ser idoso, ele ficou idoso, vamos ficar idosos todos nós.

Mas é preciso respeitar a decisão das pessoas e eu respeito, quero que isso fique claro aqui. Em todo e qualquer pronunciamento, em toda e qualquer palavra, em todo e qualquer momento onde tive oportunidade de debater – e esse o meu estilo de vida essa é a minha crença – precisamos respeitar as pessoas, defender as pessoas, defender aquilo que elas querem aquilo, elas fizeram opção pela vida.

Ora, se Deus dá livre arbítrio quem sou eu para tentar coibir as pessoas, inibi-las e proibi-las e agredil-as. Não é o comportamento, para ficar claro a posição sobre o PL 122. Eu estou discutindo um Projeto de Lei que tem inconstitucionalidades, um Projeto de Lei que tem no seu bojo sutilezas que trará prejuízos à sociedade brasileira.

Agradeço a atenção à senhora, o meu voto é pela rejeição do Projeto é como voto em separado, pedindo aos meus pares que com a mesma visão de respeito, que a Constituição já prevê aos homossexuais e aos grupos de defesa e respeito ao relatório da Senadora Fátima Cleide, eu peço aos pares dessa Comissão que votem pelo meu voto em separado. Obrigada Srª. Presidente.

[palmas]

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PDT-CE): Obrigada. Senador Magno Malta. Eu quero aqui só parabenizar a V.Exª., pelo seu pronunciamento, o seu comportamento nessa Casa e nesta Comissão. que certamente enobrece a todos nós, ela forma equilibrada como V.Exª. manifestou a sua opinião e como tem manifestação a sua opinião. Portanto, eu agradeço em nem dessa Comissão a V.Exª.

Passo a palavra ao Senador Marcelo Crivella, para que possa também ler seu o voto em separado. Com a palavra Senador.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Muito obrigada, Presidente. Srª. Presidente, Srªs. e Srs. Senadores e demais presentes a essa Comissão.

Antes de fazer o meu voto em separado, de apresentar o meu voto em separado, eu gostaria de dizer a V.Exª. de que aqui hoje temos uma oportunidade de votar no Projeto como ele veio da Câmara, é a opção da Senadora Fátima Cleide, votar pela rejeição é opção do Senador Magno Malta e aprovar as emendas que eu estou propondo Srª. Presidenta, para corrigir inconstitucionalidades e o mérito do Projeto.

Antes de entrar aqui recebi um Assessor do Ministério de Justiça que me disse o seguinte: “Senador, nós no Ministério da Justiça, achamos que o Projeto está eivado de inconstitucionalidades e o nosso eixo de raciocínio é que se dê todos os direitos que são dados pela discriminação aos negros, seja estendido também àqueles que tenham diferentes opções sexuais – é a minha posição – mas ele diz o seguinte: “o que se propõe é aprovar aqui, para depois o Governo vetar e evitar que volte para a Câmara dos Deputados onde haverá uma longa tramitação.

Então Srª. Presidenta é contra isso que eu gostaria de falar um pouco antes de apresentar de ler o meu voto. O Congresso Nacional é composto de duas Câmaras, a que representa o povo os Deputados e a que representa os Estados e os Senadores. A nação brasileira paga e paga caro por um sistema legislativo bicameral, para que as leis que saiam daqui sejam ponderadas e tenham o máximo de perfeição possível.

Permitir que por quaisquer razões elas saiam daqui defeituosas para serem vetadas pelo Presidente da República é uma proposta que agacha, que toca na majestade do Poder Legislativo. Não se poder fazer leis assim, por mais que nós tenhamos como disse o Senador Magno Malta, total interesse e sincero e desinteressado de ajudar todos aqueles que vem a esta Casa bater pelos direitos, chamar para não serem humilhados discriminados, pré-conceituados ou sofrer violências.

Mas é necessário que o Congresso Nacional se debruce sobre a matéria e exerça o seu papel e, faça as

correções e apresente as emendas e elas sejam relatadas, depois aperfeiçoadas, depois votadas, finalmente aprovadas, publicadas e aí sim, possam ir a Presidência da República para serem sancionadas, com vetos ou não que poderemos derrubar ou não, mas esse é o trabalho que nos cumpre. E eu gostaria de deixar isso claro, antes de ler o meu voto em separado.

Sr^a. Presidente, repito, nós temos três opções ou votamos no Projeto como está ou rejeitamos ou aceitamos as emendas que passo a propor em seguida.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Senador Marcelo Crivella, com licença. Eu só queria perguntar a V.Ex^a., o Projeto na verdade é o mesmo, só que com emendas?

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Com emendas.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): V.Ex^a. está propondo dez emendas, não é isso?

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Dez emendas para corrigir os pontos que ferem liberdade religiosa no Projeto e contraria a Constituição, mas mantendo fielmente o espírito da Lei, que é a defesa absoluta aos direitos daqueles que têm opções sexuais diferentes das nossas.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Pois não, eu perguntaria só se a Senadora Fátima Cleide já teve oportunidade de examinar as emendas, porque depois que V.Ex^a. ler as emendas que está sugerindo, a Relatora poderá ou não acatar essas emendas.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Espero que acate, Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Poderá tomar essa decisão ainda hoje, ou enfim, se for necessário.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Na próxima sessão.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Na próxima sessão ela poderá trazer um novo parecer, dizendo as emendas que ela poderá acatar ou não.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Sim, senhora.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Eu peço então, ao Senador Marcelo Crivella--

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Eu estou tomando pé das emendas nesse exato momento, Sr^a. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Pois, não. Senador Marcelo Crivella, com a palavra.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ):

Presidente, perante a Comissão de Assuntos Sociais, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 122, de 2006, que altera a Lei nº. 7.716, de 05 de janeiro de 1989, que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor, dá nova redação ao § 3º do Art. 140 do Decreto-Lei nº. 2.848, de 7 de dezembro de 1940, o Código Pena e ao Art. 5º do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, Consolidação das Leis do Trabalho, e dá outras providências.

Relatório. Vem a essa Comissão, para análise, nos termos do Art. 102, Item E, incisos, III e IV, do Regimento Interno do Senado Federal, Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei da Câmara 122, de 2006, da autoria da Deputada Iara Bernardi, PT de São Paulo. Propõem-se as modificações na Lei nº 7.716, de 05 de janeiro de 1989, que pune crimes resultantes de discriminação preconceito ou raça, cor, etnia, religião, procedência nacional. A idéia é adicionar os termos gênero, sexo, orientação sexual e identidade de gênero, de modo que os tipos penais da referida Lei se apliquem a condutas discriminatórias guiadas por tais elementos.

Além disso, o PLC modifica a redação dos crimes previstos nos Arts. 4º, 5º, 6º, 7º e 20 daquela Lei, ampliando o rol de situações a serem reprovadas do ponto de vista jurídico-penal. Também introduz novos crimes, como sobretaxar ou impedir a compra ou aluguel de bens móveis e imóveis Art. 7º-A, impedir a manifestação de afetividade em locais públicos ou privados abertos ao público é o Art. 8º item A, e impedir a manifestação de afetividade do cidadão homossexual é o Art. 8º Item B.

A proposição também inova quanto aos efeitos da condenação, prevendo, além da perda do cargo do servidor público e da suspensão das atividades do estabelecimento por prazo não superior a três meses, como já previsto no Art. 16 da Lei nº 7.7716, de 1989, as seguintes consequências jurídicas:

a) inabilitação para contratos com órgãos da administração pública direta, indireta ou fundacional;

b) proibição de acesso a créditos concedidos pelo Poder Público e suas instituições financeiras ou a programas de incentivo ao desenvolvimento por estes instituídos ou mantidos;

c) vedação de isenções, remissões, anistias ou quaisquer benefícios de natureza tributária;

d) multa de até 10.000 UFIRs, podendo ser multiplicada por até 10 vezes em caso de reincidência, levando-se em conta a capacidade financeira do infrator.

O PLC previu, ainda, normas processuais específicas para os processos administrativo e penal que

poderão resultar da discriminação, Art. 20-A, como também um princípio de interpretação para toda a Lei nº 7.716, de 1989, traduzido na fórmula “da mais ampla proteção dos direitos”, conforme redação proposta ao Art. 20-B.

Quanto ao tipo penal do Art. 20, inseriu-se parágrafo que contém cláusula de interpretação autêntica nos seguintes termos: “O disposto neste artigo envolve a prática de qualquer tipo de ação violenta, constrangedora, intimidatória ou vexatória, de ordem moral, ética, filosófica ou psicológica.” No que se refere à injúria qualificada prevista no § 3º do Art. 140 do Código Penal, a proposição introduz os termos “gênero, sexo, orientação sexual e identidade de gênero”, substituindo, ainda, “origem” por “procedência nacional”.

Se aprovado o PLC qualquer conduta injuriosa gestos, palavras, escritos, etc., que façam referência aos citados elementos serão punidos mais gravemente, ou seja, com a pena de reclusão de um a três anos, e multa. É importante a gente lembra isso. Eu chamo a atenção da Senadora Fátima Cleide, qualquer que seja o gesto, a palavra, o escrito, dentro daquela interpretação ampla que prevê a Lei poderá ser punido com pena de um a três anos, e na parte administrativa a multa.

São coisas, eu diria, muito subjetiva alguém dizer: “Olha, me ofendeu com gesto, me ofendeu com um sorriso, me ofendeu com um aceno, isso poderá trazer problemas de certa gravidade.

Por fim, o PLC acrescenta parágrafo único ao Art. 5º da Consolidação das Leis do Trabalho, estabelecendo regra de não-discriminação no mercado de trabalho. Como se vê, as alterações propostas não são de pequena monta. De se observar que a formulação original da proposta não fazia menção a nenhuma forma de crime, prevendo, sim, sanções de natureza administrativa.

Como outros projetos foram apensados à proposição original apensados a proposição original – aqui eu faço menção a uma ponderação, uma reflexão, um pensamento do Senador Flávio Arns, que em certa ocasião me disse o seguinte, que achava que o Projeto original da Deputada Iara Bernardi, era um Projeto que poderia ser votado e aprovado, mas que depois havia sofrido excessos na sua tramitação e que ao arrepio da Lei, poderia ter eu diria, poderia se extravasar em inconstitucionalidades e imprevistos jurídicos.

Pois bem, de se observar que a formulação original da proposta--não fazia menção a nenhuma forma de crime, prevendo, sim, sanções de natureza administrativa. Como outros projetos foram apensados à proposição original os PLs 05 e 381, de 2003, 3.143, 3.770 e 4.243, de 2004), passando a tramitar conjun-

tamente, surgiu a idéia de criminalizar uma série de condutas, como narrado.

No Senado Federal, a matéria receberá pareceres da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da Comissão de Assuntos Sociais, que estamos aqui nesse momento e da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, antes de ser submetido à deliberação do Plenário da Casa.

Designada a Relatora no âmbito da CDH e da CAS, Senadora Fátima Cleide, a quem aqui quero, enaltecer o espírito combativo o seu desejo de aprovar e tenho certeza sincero, uma Lei que ela acredita e que está de acordo com seus princípios e a sua consciência e, por essa Lei ela tem se esforçado ao máximo, inclusive diversas vezes estivemos conversando sobre isso.

Hoje é chegado o momento da votação nessa Comissão e eu quero aqui registrar a sua ação como Parlamentar das maiores do seu tempo. Divulgou relatório pela aprovação do PLC, por discordar das manifestações de Sua Excelência, apresentamos voto em separado nos termos do Art. 132, § 6º, I, do Regulamento Interno do Senado Federal.

Registre-se, por fim, a realização de audiência pública pela Comissão de Direitos Humanos dia 23 de maio do ano passado, quando a proposição foi longamente discutida por parlamentares, especialistas e representantes da sociedade civil, cujas intervenções ofereceram importantes subsídios para elaboração do presente voto em separado. E, inclusive, valeu também um artigo publicado no jornal O Globo, do eminente Deputado Federal e depois Ministro do Supremo Tribunal Federal Célio Borges, em que ele alertava a nação para os perigosos da aprovação dessa Lei nos termos em que ela foi proposta.

Análise. A Lei nº 7.716, de 1989, uma via razoável? Pergunto. De se dizer, preliminarmente, que a matéria circunscreve-se à competência da União para legislar sobre direito penal e direito do trabalho, nos termos do Art. 22, I, da Constituição Federal. No entanto, quanto à constitucionalidade material, existem pontos no PLC que merecem uma reflexão mais detida.

Mas antes de entrar no exame dos aspectos temáticos de competência da Comissão de Assuntos Sociais, indagamos seriamente se a alteração da Lei nº 7.716 de 89 é realmente a melhor forma de atingir o objetivo proposto pelo PLC 122, de 2006.

Em primeiro lugar, a Lei nº 7.716, de 1989, está profundamente ligada aos movimentos e lutas sociais de combate ao racismo. Tem sua origem remota na Lei Afonso Arinos, de 1951, um dos primeiros diplomas anti-racistas de todo o mundo.

Posteriormente, a Constituição de 1988 declara o racismo como crime inafiançável e imprescritível Art. 5º, XLII, repudiando-o, ao mesmo tempo, no plano das relações internacionais Art. 4º, VIII. Hoje, temos notícia de que a citada Lei tem sido aplicada efetivamente, gerando condenações em diversos tribunais estaduais e até na mais alta corte do país, o Supremo Tribunal Federal.

Destaca-se, assim, frise-se bem, a particular trajetória histórica que fundamenta o processo de formação da Lei 7.716, de 1989, instrumento normativo que regulamenta o inciso XLII do Art. 5º da Constituição Federal. Os crimes ali previstos e a forma como são narrados delineiam condutas discriminatórias do ponto de vista racial.

Os termos “raça, cor, etnia, religião e procedência nacional”, constantes do Art. 1º da citada Lei, guardam afinidade entre si, na medida em que o racismo, não raras vezes, vem acompanhado de intolerância religiosa ou de xenofobia. Nesse sentido, o legislador quis dar a descrição mais abrangente possível ao mesmo e único fenômeno.

O problema é que o PLC 122, sobrepõe temáticas com trajetórias e pesos muito diferentes, inclusive do ponto de vista constitucional, já que a Constituição Federal não menciona explicitamente os termos “orientação sexual” ou “gênero” Art. 3º, IV. Tampouco as constituições européias, onde o constitucionalismo brasileiro sempre buscou inspiração, cancelaram os referidos termos, como se pode ver do Art. 13, item 2, da Constituição Portuguesa de 1976, do Art. 14 da Constituição Espanhola de 1978, do Art. 3º da Constituição Italiana, do Art. 1º da Constituição Francesa, entre outros exemplos.

Todas essas Constituições que serviram de berço aos argumentos aos pensamentos, às reflexões e finalmente a nossa Constituição, nenhuma delas na Europa possui na suas leis de punição e criminalização de racismo a orientação sexual ou o gênero.

Consideramos, portanto, erro grosseiro o nivelamento de diferentes formas de discriminação: racismo = discriminação de gênero = homofobia, como se, num raciocínio matemático, estivéssemos tratando do mesmo tipo de fenômeno social.

Convém chamar atenção, assim, para o risco de exageros punitivos e de ferirmos, afinal, o chamado princípio da proporcionalidade, que não admite punição idêntica para condutas que apresentam gravidade diferenciada. Voltada que está para o combate ao racismo, a alteração da Lei nº. 7.716, de 1989, como proposta, perderia sua unidade sistemática e clareza de propósitos, multiplicando confusamente seus alvos.

E a confusão não resulta apenas da inconveniente mistura de temas. Na falta de consenso, o PLC combina aleatoriamente as expressões “sexo” e “orientação sexual”, “gênero” e “identidade de gênero”.

Inicialmente, o Projeto original da Deputada Iara Bernardi, que era o PL, Projeto de Lei 5.003, de 2001, falava apenas em “orientação sexual”; depois, a ilustre parlamentar apresentou nova proposta, dessa vez para criminalizar a “discriminação ou preconceito de gênero e orientação sexual”. De sua vez, o PL nº 3.770, de 2004, um ano depois do Deputado Eduardo Valverde, aludia à “liberdade de promoção e reconhecimento da liberdade de orientação, prática, manifestação, identidade, preferência sexual”.

Já o PL nº 3.143, de 2004, da ilustre Deputado do meu Estado, Laura Carneiro, referia-se, tão-somente, ao preconceito de “sexo” ou de “orientação sexual”. Finalmente, a proposta do Deputado Edson Duarte, PL nº 4.243, de 2004, também tratava apenas de “preconceito em razão da orientação sexual”. Isso mostra como os conceitos consagrados no PLC nº 122, de 2006, ainda não conquistaram um grau mínimo de consenso.

Segundo o Deputado Luciano Zica, Relator da matéria, a fórmula “orientação sexual” contempla a “heterossexualidade, homossexualidade e bissexualidade”, enquanto a fórmula “identidade de gênero” abrangeria “transsexuais e travestis”, isso consoante uma original interpretação do significado dessas expressões, por conta da sua consciência. Não existem esses conceitos claramente na literatura brasileira.

E, mais adiante, não bastasse essa multiplicidade de distinções, o ilustre parlamentar acrescenta novos ingredientes, ao afirmar no mesmo relatório, abro aspas e passo a ler: “... a definição acima nos leva, por sua vez, a fazer a distinção entre os diversos componentes socialmente construídos pelos quais classificamos a sexualidade humana: sexo biológico (ser macho, fêmea ou intersexual anátomo-fisiologicamente), orientação sexual (atração por pessoas do sexo oposto ou do mesmo sexo biológico, isto é, ser heterossexual, bissexual ou homossexual), identidade de gênero (ser mulher ou homem), papel de gênero (comportar-se de forma feminina, masculina ou andrógina).”

Ora, essa classificação proposta é mesmo válida para explicar a sexualidade humana ou estariam os referidos termos impregnados de cores ideológicas? Seja como for, cabe perguntar se o cidadão comum, o homem simples do povo está a par dessas prolixas diferenciações. Isto é, se os destinatários da norma penal têm consciência do que esses termos indicam (ou querem indicar). Ou ainda, se orientam os seus comportamentos com base em tanto preciosismo terminológico.

Ademais, a inclusão, na Câmara dos Deputados, da discriminação de “gênero”, que alcança comportamentos machistas e sexistas, e da discriminação por “identidade de gênero” – termo descrito, pasme-se, como um transtorno mental no Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais, da Associação Psiquiátrica Americana – não foi acompanhado de uma discussão mais aprofundada. Esse termo que nós estamos colocando aqui há precedentes nesse manual diagnóstico como um transtorno mental.

Sabe-se que, recentemente, foram aprovadas duras leis que atacam o problema, como a Lei nº 10.455/2002, que determina, no caso de violência doméstica, que o agressor seja afastado do lar. E a Lei nº 11.340, de 2006, que aumentou a pena para o crime de lesão corporal contra cônjuge ou companheiro, ou com quem conviva ou tenha convivido o agente que é a Lei Maria da Penha, a detenção.

Por essa razão, Sr^{as.} e Srs. Senadores, questionamos os problemas terminológicos e o nível superficial da discussão quanto à discriminação de gênero, como evidenciado no PLC em exame. Item 2. Violação ao princípio da legalidade penal Art. 5º, inciso XXXIX, da Constituição Federal.

Outro fato do qual não podemos descuidar, é o de que a fórmula concebida para a descrição dos novos crimes previstos no PLC 122 de 2006, passa por cima do princípio da legalidade penal em pelo menos dois momentos. O primeiro deles é na redação proposta ao § 5º do Art. 20 da Lei 7.716, de 1989, a saber: “O disposto neste artigo envolve a prática de qualquer tipo de ação violenta, constrangedora, intimidatória ou vexatória, de ordem moral, ética, filosófica ou psicológica”. Trata-se da chamada interpretação autêntica, oportunidade em que o legislador esclarece o alcance de determinado dispositivo.

A questão é que os tipos penais não podem ter uma descrição tão ampla e indeterminada, sob pena de violar o princípio da taxatividade, uma das facetas da legalidade penal. A propósito vale a pena lembrar a advertência de segundo o Andrei Schmidt acerca do tema: “Em nome da busca pela perfeição da técnica legislativa, e tendo em vista o ideal secularizado do Direito Penal, não deve o legislador utilizar termos vagos e indetermináveis nas proibições legais, já que a existência do crime ficaria sujeita aos axiomas individuais do aplicador da Lei, revestindo-se este, pois, de legislador a posteriori”.

Convenhamos. De acordo com a redação proposta, qualquer atitude, qualquer gesto, qualquer olhar, qualquer comentário, qualquer frase retirada do contexto poderia ser interpretada como constrangimento de ordem moral, ética, filosófica ou psicológica, caindo no

tipo penal do Art. 20, caput, da Lei nº 7.716, de 1989, conforme redação proposta. Daí se mede o apetite desmesurado do PLC 122. Num segundo momento, o PLC invoca, como critério interpretativo, o disposto no Art. 20-B. Embora tentadora a estratégia ali lançada, vemos nova agressão ao princípio da legalidade, segundo a lógica de que os fins justificam os meios.

Não há dúvida de que “a proteção mais ampla dos direitos humanos” é um fim nobre, isso aqui todos concordamos, não há dúvida eu repito de que a proteção mais ampla dos direitos humanos é um fim nobre, nem por isso poderá suprir eventual lacuna ou insuficiência do tipo penal.

Ora, se o preceito incriminador não é suficientemente claro, o recurso argumentativo à finalidade da Lei não pode ser invocado para impor a punição, já que o princípio da legalidade penal faz prevalecer a expressão literal do dispositivo. E quando não houver uma única interpretação possível, há de prevalecer o chamado princípio do favor rei, que é explicado por Fernando Tourinho da Costa Filho, nos seguintes termos: “O favor rei deve constituir um princípio inspirador de interpretação. Isto significa que, nos casos em que não for possível uma interpretação unívoca, mas se conclua pela possibilidade de duas interpretações até antagônicas de uma norma legal, a obrigação é de se escolher a interpretação mais favorável ao réu”.

Os §§ 1º e 2º do Art. 20-B também inspiram cuidados, pois o texto praticamente autoriza a analogia em matéria penal, ao invocar “todas as disposições decorrentes de tratados ou convenções internacionais das quais o Brasil seja signatário, da legislação interna e das disposições administrativas” e “as diretrizes traçadas pelas Cortes Internacionais de Direitos Humanos, devidamente reconhecidas pelo Brasil”. Como é cediço, o direito penal não admite analogia, salvo em benefício do réu, o que no caso aqui é para punir.

De sua vez, as condutas narradas nos “siamescos” Arts. 8º-A e 8º-B do PLC 122, de 2006, além de genéricas – o que devemos entender, afinal de contas, por “livre expressão e manifestação de afetividade”? O Senado Magno Malta mostrou preocupações com justas razões, livre expressão e manifestação de afetividade. Num caso concreto, suponha-se que num ambiente religioso um rapaz e uma moça ou um casal, estejam de alguma forma enquadrados nessa afetividade, nesse momento eles poderão ser chamados a atenção por alguma autoridade local. Se forem homossexuais não poderão por quê? Porque naquele momento se insurgirá um crime e qual será o crime? Esse previsto no item 8º, Art. A: “livre expressão e manifestação da afetividade”. E qual a pena? Ora a pena é de um a três anos com reincidência de três a cinco,

pena de seqüestro até com cativo. Então é isso que eu queria alertar a Senadora Fátima Cleide, o apetite desmesurado para punir. Nós precisamos corrigir isso para manter as garantias, para manter aos direitos para manter a proteção sagrada ao direito que todos têm às suas decisões de consciência as de confissão privada. Essas são sagradas elas são princípios da nossa liberdade. Agora, é preciso também não permitir que a Lei traga condições, me perdoe, mas absurdas como essa.

Item 2º. Três. Violação a liberdade da crença e livre exercício de culto religioso, que é um artigo uma cláusula pétrea do Art. 5º no seu Item 6, da Constituição Federal. E intromissão ilícita no funcionamento das igrejas, também previsto no Art.

Finalmente, mas não por último, impende reconhecer que a proposição, como está redigida, colide com o princípio da liberdade de consciência e de crença, e com o livre exercício dos cultos religiosos. Há justo temor, senhora Relatora, há justo temor assim, que esse PLC vá criminalizar a liberdade de crença e o livre exercício do culto religioso, impedindo a ação daqueles que, por ofício de fé ou convicção pessoal, dedicam-se a transmitir mensagens religiosas.

Aqui não é intransigência de um pastor, de um bispo da CNBB, que tantos me mandaram comunicações, de juristas católicos como foi o caso do nosso colega, ex-colega Deputado Célio Borges que já presidia a Câmara dos Deputados e foi um eminente Magistrado do Supremo. Aqui é a preocupação de um pai que tem três filhos e que representam muito outros pais. No momento em que nós orientamos nossos filhos na presença de estranhos por uma coisa que achamos pecaminosa, pecado, ou não achamos natural, naquele momento poderemos estar ao filho ou a um adjacente que está próximo, infringindo algum tipo do que diz a Lei, constrangimento, algum tipo de constrangimento a sua livre expressão e manifestação atividade, constrangimento filosófico social, como diz aqui a sua interpretação ampla, ação violenta constrangedora, intimidatória ou vexatória de ordem moral, ética Filosofia ou psicológico.

Será que aqui está enquadrado o sagrado direito de um pai ou mãe de orientar seus filhos segundo a sua consciência ou princípios religiosos sobre os quais foram criados? Nós temos que lembrar que nós somos uma civilização ocidental de fundamento cristão nós somos assim, essa é a gênese do nosso povo os mais altos valores da nossa gente.

É preciso lembrar que quando chegaram aqui os conquistadores portugueses, rezo-se uma missa. E aquelas páginas encantadoras de beleza e de heroísmo escritas pelos missionários, tudo isso será rasgado?

Tudo isso perderá o valor? E de repente, até a orientação de um progenitor ou de uma mãe, poderá ser enquadrado com penas pesadas de um a três anos, com reincidência de três a cinco. É preocupante isso.

E eu não falo aqui por ter origem religiosa falo como pai, falo como a responsabilidade que tenho na educação dos meus filhos e sei que muitos outros estão preocupados também se aprovarmos a Lei como está. E por isso estou propondo as alterações e me debrucei sobre elas, durante semanas, durante meses, nós tivemos a oportunidade de conversar com muitas pessoas.

Não conseguimos fazer um acordo com a Relatora, que como disse é uma valente defensora de seus ideais, das suas idéias e eu respeito profundamente o contraditório, a divergência o debate exaustivo até nas Comissões, depois no plenário da Casa, mas nós não chegamos a um acordo porque o acordo proposto era: "vamos aprovar como está e o Presidente veta". Mas isso é colocar de joelho é agachar o Congresso Nacional que não pode ser tocado na sua majestade.

Aliás, o Presidente Lula tem praticado nesses cinco anos a prática ilesa da democracia Judiciário e Legislativo intocáveis na sua majestade. Eu acho que todos os pais que tenham uma certa idade, que como eu, pais ou avós que já chegaram a uma certa idade estão preocupados também, causa perplexidade, causa ansiedade. E aqui atrás de mim, há diversos pastores, grandes líderes cito o Bispo Manoel Ferreira um dos maiores líderes da Assembléia de Deus nesse País, são milhares e milhares de igrejas, são milhões e milhões de pessoas que ouvem a voz desse líder.

Ele está preocupado é um Deputado Federal, ele está ansioso, ele está apreensivo, ele e outros grandes líderes que estão aqui, o cito apenas por ser entre nós o mais idoso e configuro a ele esta distinção de nós representar neste momento. Ele também tem trazido aqui suas preocupações profundas, suas reflexões temendo que esta Lei como está aprovada cause um crime eu diria contra os direitos às liberdades religiosas e as garantias que são cláusulas pétreas da nossa Constituição.

Bem examinado que este PLC, há justo temor repto, que este PLC, vá criminalizar a liberdade de crença e o livre exercício do culto religioso, impedindo a ação daqueles que por ofício de fé ou convicção pessoal dedicam-se a transmitir mensagem religiosas.

Bem examinado este PLC, se verifica que muitos dos seus tipos penais, incluindo os novos artigos 8-A e 8-B e a alteração prevista para injúria qualificada poderia § 3º, artigo 140 da Código Penal, poderiam resvalar pelo caminho da responsabilidade criminal de

membros de organizações religiosas ou até mesmo de participantes de seus cultos.

Meu Deus do que será se amanhã um cardeal numa encíclica dessas ou num comunicado desses, depois da reunião da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, reiterar os dogmas e os princípios da sua igreja? O que será? Poderão mover uma Ação Popular, criminalizá-lo, levá-lo às barras da Lei, prenderão o bispo primaz e todos os outros bispos? Será que é isso que queremos? Levar as barras da Justiça, aos grilhões da cadeia uma comissão inteira de bispos? Porque é isso que a Lei diz, meu Deus céu, só discutir esse assunto causa arrepio.

Só de trazê-los ao debate, me causa desconforto de alguma estar sendo no mínimo, deselegante com autoridades tão importantes e que tantas contribuições tem dado ao nosso País e a nossa sociedade.

Bem examinado o PLC, se verifica que muitos dos seus tipos penais, incluindo os novos Arts. 8º-A e 8º-B e a alteração prevista para a injúria qualificada do § 3º, Art. 140 do Código Penal, poderiam resvalar pelo caminho, repito, da responsabilidade criminal dos membros de organizações religiosas ou até mesmo dos participantes de seus cultos.

Convém lembrar que não só a Constituição Federal, mas também a Declaração Universal dos Direitos do Homem, de 1948, abraça de maneira majestosa e solene o direito à liberdade religiosa: “Art. 18. Toda pessoa tem direito à liberdade de pensamento, de consciência e de religião. Este direito importa a liberdade de mudar de religião, ou convicção, bem assim a liberdade de manifestá-las, isoladamente ou em comum, em público ou em particular, pelo ensino, pelas práticas, pelo culto e pela observância dos ritos.”

Uma pessoa deve ser responsabilizada criminalmente por manifestar a sua crença? É óbvio que não. Infelizmente, o PLC não oferece uma via intermediária entre liberdade de crença e não-discriminação com base na “orientação sexual”. Não oferece. Não oferece uma via intermediária é o confronto, é a pena, é o rigor da Lei, é a cadeia e pesada. É pena semelhante a seqüestro com cativo.

Ademais se aprovada a proposta atual restará atacado o princípio da laicidade, consagrado no Art. 18, item 1 da Constituição, segundo o qual o Estado está terminantemente proibido de embaraçar o funcionamento dos cultos religiosos ou das igrejas. Então, nós voltamos aqui o Estado a interferir... Srª. Presidente, a pedido de V.Exª., por quem tenho admiração respeito e apreço, farei o resumo para concluir meu voto.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PDT-CE): Agradeço a V.Exª., Senador Marcelo Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ):

Eu que agradeço a V.Exª.

Então como é o último item, eu apenas deixo aqui a minha preocupação contra o Estado laico que foi uma conquista da nossa República sobre a qual debruçou-se homens ilustres como Rui Barbosa que nos advertia: que Estado não deve interferir com a igreja, e nem a igreja com o Estado.

Portanto, Srª. Presidente, eu coloco aqui todas essas minhas preocupações pedindo, apelando, humildemente até que a nossa Relatora se debruce sobre esses temas, pense neles, ouça a Comissão Nacional dos Bispos do Brasil, ouça também a Comissão das Igrejas Evangélicas, ouça também, o que recebi hoje de manhã, Srª. Presidente que é o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e dos Adolescentes, que reunidos aqui em Brasília fizeram uma moção pedindo aqui para que nós do Congresso Nacional, sobre o PL 122/06, pudéssemos antes dele ser votado discutir e convidá-los com uma melhor análise da sua redação, por se tratar de um assunto polêmico cujos princípios maiores já contemplados na Constituição Federal e no ECA.

Eles até me pediram que hoje fizesse aqui é o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente que pediu que inclusive passasse às mãos da Relatora, é um documento muito importante.

Para concluir todos nós sabemos que a história é plena de injustiças e de perseguições contra homossexuais, como as condenações proferidas com base no § 175 do Código Penal Alemão de 1871, que equiparava o homossexualismo à zoofilia. No período nazista, quanto aquele monstro ariano o maior demagogo da história e nós sabemos o caminho que ele trilhou da arrogância, da prepotência, assassinando os líderes populares, fechando o Congresso, amordaçando a imprensa e depois com o conluio covarde do grande capital e a submissão das Forças Armadas, daí foi a marcha do holocausto porque terminou naquelas ensangüentadas com sangue inocente de judeus, homossexuais e ciganos, gerando mais de 40.000 condenações, grande parte delas contra inocentes, pessoas por conta de sua liberdade sexual.

Apenas em 1994, 14 anos atrás a Alemanha retificou essa Lei, extinguiu essa Lei vergonha para o seu povo para a sua sociedade para sua gente.

Portanto é inadmissível e nós não temos essa visão, é inadmissível que se pretenda obrigar a todos que compartilhem de mesma visão, os direitos são sagrados a liberdades tem que ser absoluta é parte da nossa divindade é o sopro de Deus que nos garante a vida e nos constitui como almas viventes é termos liberdade.

Portanto Sr^a. Presidente, ao apresentar essas emendas não sou pela rejeição de um Projeto que quer garantir defesas legítimas àqueles que tanto humilhação, que tanto sofrimento e tanto constrangimento passaram, até porque tenho muito amigos com essa opção sexual e em respeito a eles e a todos apresento essas emendas, pedindo que encontremos um caminho de consenso e possamos aprovar a Lei. Muito obrigado, Sr^a. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Obrigada Senador Marcelo Crivella. Eu passo--

SR. SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Pela ordem Senador Valter.

SR. SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Sr^a. Presidente o assunto é de transcendental importância porque interfere na família--

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Senador--

SR. SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): É só pela ordem mesmo.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Pois não, não é para discutir ainda, não.

SR. SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Na família na religião, na educação e em todos os campos. Eu gostaria de sugerir a V.Ex^a., até de certa forma o Senador Marcelo Crivella foi nessa mesma direção, que fosse marcado um ciclo de palestras e debates com a sociedade eu acho que essa Comissão tem que debater exaustivamente esse assunto trazendo as entidades que querem debater, para que seja formado um juízo de valor o mais apropriado possível e que seja sobrestado, portanto, a possibilidade da votação da matéria enquanto não ocorrer essas audiências.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Pois, não. Senador Valter Pereira, infelizmente como nós já começamos a discutir a matéria, foi lido inclusive um relatório um voto em separado do Senador Magno Malta e o voto em separado do Senador Marcelo Crivella, portanto, já começamos, já iniciamos essa discussão.

Eu vou passar a palavra a Senadora Fátima Cleide, porque ela irá não discutir o Projeto, do Senador Marcelo Crivella, mas irá aqui também dar uma sugestão de como conduzir e talvez essa sugestão satisfaça a todo o Plenário.

Então eu peço a V.Ex^a. só para aguardar o pronunciamento da Senadora Fátima Cleide, se V.Ex^a. não ficar satisfeito nós voltaremos a discutir. Obrigada, Senadora Fátima Cleide, com a palavra.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Obrigada, Senadora Patrícia Saboya, eu quero em primeiro lugar saudar a V.Ex^a. pela condução deste trabalho que desde o princípio na Comissão de Direitos Humanos é árduo. É árduo. Quero dizer, que fico feliz com a presença de todos aqui com a intenção de discutir, alguns como eu, querendo votar porque já não tem mais a paciência de ficar protelando esta decisão.

Na realidade, ao vir para a Comissão de Assuntos Sociais este Projeto, ele foi mais uma tentativa de protelar também a decisão dessa Casa, sobre isto que eu considero e que muitos graças a Deus, consideram neste País uma necessidade urgente que é a de ter a partir da legislação, um pronunciamento sobre como tratar a segurança, a vida de pessoas que têm uma sexualidade que difere daquelas que alguns consideram a única normal.

Mas Senadora a minha vontade aqui é votar imediatamente, eu sei que muitos Senadores também tem essa disposição ou contra ou a favor. Mas como eu tenho pautado minha vida neste Congresso Nacional e as minhas decisões com base em muita paciência, embora isso não queira dizer fragilidade na determinação, eu vou pedir a esta Comissão para que me dê um tempo para analisar, porque são dez emendas apresentadas aqui pelo Senador Marcelo Crivella.

Eu preciso ter um tempo para fazer esta análise, mas quero dizer, Senadora Patrícia Saboya, que não protelarei distante de mim protelar ainda mais a apresentação do meu parecer sobre o Relatório, o voto separado do Senador Marcelo Crivella, até porque eu acredito que a cada dia nós temos que dar um novo passo. Acho que já temos um novo passo aqui hoje importante, que é conhecer os votos em separado do Senador Magno Malta e do Senador Marcelo Crivella.

Eu só lamento que enquanto nós estamos aqui protelando tanto estas decisões, segundo o Grupo Gay de Bahia, do ano de 2006, Senador Valter Pereira nós já estamos, eu estou como Relatora que muito honra desta matéria acerca de um ano e meio. Neste mesmo período o Grupo Gay da Bahia, fez uma pesquisa e coincidentemente – eu acho que até um sinal, sabe, e eu acredito que divino – para chamar a nossa atenção, 122 pessoas morreram neste País é o mesmo número do Projeto de Lei do qual nós estamos, tratando apenas por ter uma sexualidade diferente da heterossexual, Senadora Patrícia Saboya e Senadores.

Portanto, nós somos chamados a responsabilidade de nos manifestarmos sobre essa situação. Nós estamos aqui tratando [soa a campainha] De um Projeto de Lei sim, Senador Magno Malta, mas estamos tratando de um Projeto de Lei que diz respeito a vida

também. E quando eu ouço falar que estamos preocupados com os nossos filhos, com a nossa família.

Eu queria dizer, aqui eu acredito que é pensamento de todos nós que estamos aqui cristãos ou não, cristãos ou não, todos nós entendemos que todos têm direito à vida e que todos nascem de uma família, pobre, negra, branca, rica, mas é uma família, ou alguém aqui acredita que homossexual é filho de chocadeira, como me disse uma vez a mãe de um homossexual!

Homossexual também tem família e essas famílias Senador Magno Malta, estão chorando a vida que perderam de seus filhos como é o caso de uma mãe lá em Montes Claros, que perdeu o filho porque ele era um bailarino. E não existe... A História a Ciência, a Ciência já difere muito bem o que é opção e o que é orientação, ninguém opta por ser homossexual, ninguém opta. Ninguém opta.

A gente faz opção quanto a gente vai ao supermercado comprar o arroz e a gente escolhe o arroz de primeira ou de segunda, mas a orientação ação sexual não, meus senhores. Ninguém faz opção para ser homossexual, gay, lésbica, travesti ou transexual, sabendo que vai sofrer discriminação na vida, assim como ninguém faz opção, sabe, para ter um problema ou uma deficiência física ou mental.

Todos nós temos que respeitar às pessoas e não tem nenhuma comparação com a pessoa ter uma identidade de gênero, com uma deficiência mental não existe isso. Não existe nisso. Embora alguns e alguns já penalizados por [soa a campainha] Conselhos de Psicologia queiram entender dessa forma.

Nós estamos tratando disso e eu peço assim como eu estou tendo agora, sabe, estou buscando todas as forças para ser o mais democrática possível neste momento, embora a minha vontade seja de que já definamos aqui se somos contra ou se somos a favor, mas a minha vontade não pode se sobrepor ao meu princípio democrático.

E por isso eu peço aqui um tempo para analisar as emendas e tão logo, eu apresente esse parecer, eu peço encarecidamente a esta Comissão que vote. E aí, Senador Valter Pereira, eu queria lhe dizer que lá na Comissão de Direitos Humanos nós ouvimos a todos, em grupos de trabalho, em audiências públicas e nós ainda teremos que voltar com esse Projeto para a CDH e, depois para a Comissão de Constituição e Justiça.

Na Comissão de Direitos Humanos, nós temos que dizer se é mérito ou não dos homossexuais terem direitos como os direitos humanos. Na Comissão de Constituição e Justiça aí sim, nós analisaremos a constitucionalidade ou não do Projeto.

Portanto, nós ainda temos muito o que caminhar, agora, o que gostaria imensamente é de que o Congresso Nacional o Senado Federal, entendesse que nós não podemos mais protelar e fazer modificação no Projeto significa que ele vai voltar para a Câmara e lá, meus Srs. e Srs., eu acredito que ele vá dormir em berço esplêndido e enquanto isso, nós vamos continuar a ver as famílias chorando a morte a morte dos seus filhos e filhas, por serem homossexuais.

Mas eu acredito muito que ainda há tempo para discussão aqui no Senado Federal, para que a gente possa tomar uma decisão amadurecida e que pense sobretudo na vida.

Por isso Senadora Patrícia Saboya eu não vejo motivo nenhum para que haja contrariedade, principalmente da CNBB, e eu sou católica, justamente num ano em que a Campanha da Fraternidade, diz que nós todos temos que trabalhar em defesa da vida, é o meu parecer Senadora.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Eu agradeço.

[palmas]

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): V.Ex^a. me cede a palavra.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senadora Patrícia Saboya, eu acho que eu estou inscrito também.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Está sim, eu pediria só Senador Wellington, como a Senadora Fátima Cleide acabou de colocar como pretende levar o Projeto, passar a palavra aos dois que tem o voto em separado e em seguida a V.Ex^a., para discutir, a não ser que seja pela ordem, V.Ex^a.--

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Não, não é pela ordem, eu só queria dizer o seguinte.

As declarações do Senador Marcelo Crivella e do Senador Magno Malta e da ilustre Relatora, me faz pensar e talvez o que eu tenho pensado enquanto escutava os três Relatores, daqui a duas semanas quando talvez vier voltar a pauta, talvez, eu não esteja sentindo o que eu estou sentindo agora.

Se eu puder falar eu gostaria de falar, porque numa situação como essa eu acho difícil você falar sem ser com o coração, eu gostaria de falar o que eu sinto, no momento em que V.Ex^a. me der a palavra.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Eu passo só ao Senador Marcelo Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Sr^a. Presidente, agradeço a palavra e quero comprimento a Senadora Relatora, Senadora Fátima Cleide,

porque mostrou hoje a estatura do seu do seu princípio democrático nós precisamos debater.

Eu trouxe aqui preocupações que nos angustiam, mas temos, acima delas algo que nos une, que é a defesa irrestrita aos direitos, à dignidade de toda a pessoa humana, mas nesse caso aqui aos homossexuais, aos que têm opções sexuais diferentes das nossas, sejam eles todos esses citados pela nossa Senadora.

Isso nos une Senadora. Isso é uma coisa mais forte e paira acima de pequenos detalhes à Lei, que nós poderíamos vencer para podermos aprovar e V.Ex^a. terá esse, vamos dizer assim, esse trabalho legislativo feito de maneira solene, de maneira majestosa, contribuindo para aquilo que todos nós queremos, que é acabar com a violência contra qualquer um, mas sobretudo porque é esse o tema que estamos debatendo contra os homossexuais no nosso País.

Está de parabéns a V.Ex^a., eu vou pedir à Deus e aos meus colegas que possamos construir uma solução, que contemple todos esses nobres objetivos que V.Ex^a. tão bem disse e emocionou a todos aqui. Muito obrigado.

[palmas]

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Obrigada, Senador--

SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Senadora Patrícia

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): --Marcelo Crivella. Eu queria...

SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Eu cedo a minha palavra ao--

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Pois não. Obrigada, Senador Magno Malta.

SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Ao Boró, ex-jogador do Botafogo. É o Boró, jogador do basquete, jogou na seleção brasileira eu vou... Que eu já torci muito por ele fazendo cesta, embora eu seja Flamengo, lá no Botafogo. Eu vou passar palavra ao Senador--

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Obrigada.

SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): --ex-Boró do Botafogo.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Obrigada, Senador Magno Malta. Eu quero agradecer ao entendimento tanto da Senadora Fátima Cleide, como também do Senador Marcelo Crivella. Eu acho que é exatamente isso que faz com que essa Comissão possa buscar o entendimento, apesar de que existem, claro, diferenças de opinião, é um tema polêmico, é um tema difícil de tratar, mas eu acredito que o valor da democracia está justamente em a gente buscar as soluções, buscar ultrapassar os obstáculos

e os desafios, que são grandes, e encontrar uma proposta de Lei que realmente venha a atender a todas as necessidades da população brasileira.

Eu agradeço a Senadora Fátima Cleide, mais uma vez, por esse entendimento. Eu passo a palavra ao Senador Wellington Salgado, depois ao Senador Magno Malta e a Senadora Ideli.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Sr^a. Presidente, Srs. Senadores e demais representantes dos seus pontos de vista, em relação a esse Projeto.

Eu queria dizer o seguinte, eu tive a oportunidade da conversar com o Senador Magno Malta, vi as colocações do Senador Marcelo Crivella. Eu quero fazer a minha colocação, nesse momento, que a própria Relatora procure encontrar uma solução para que possa ter o meu voto, de que as discussões, os princípios discutidos por grupos, de alguma maneira que pregam a suas idéias dentro de um recinto, que só vai quem quer que possa ser preservado. Eu vejo que nesse ponto o Projeto de Lei está sendo muito rigoroso.

Também, Senador Marcelo Crivella, eu queria dizer que eu não concordo, e aí eu estou discutindo a liberdade de sofrer o que eu sofri no início dessa sessão. Eu não concordo com V.Ex^a., embora entenda que eu sei a sua história, de eu ter que procurar uma lista, para assinar, para dizer se eu estou presente ou não, em função de uma discussão que vai acontecer aqui. Quando isso acontece, eu me sinto discriminado.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Até porque, Senador Wellington Salgado, é impossível não enxergá-lo.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eu me sinto discriminado, imagina os homossexuais que por alguma razão... Imagina a discriminação que esteja acontecendo com eles, se eu mesmo não posso assinar uma lista para poder discutir democraticamente.

E achei que nesse ponto, Senador Marcelo Crivella, foi duro demais, Senador Magno Malta, foi duro demais. V.Ex^a. conversou comigo, concordei com vários pontos de vista de V.Ex^a., mas nesse ponto, Senador Crivella a oratória de V.Ex^a. me convenceu muito mais do que segurar uma lista, muito mais. Fiquei aqui prestando atenção em V.Ex^a. Então, eu queria dizer o seguinte, eu sou, não vou ficar declarando aqui, eu sou um heterossexual [risos], cinco filhos, prego a heterossexualidade na minha família. Agora, ao mesmo tempo, eu prego também... Não. Eu faço com que meus filhos respeitem a "homoafetividade", porque eu não posso aceitar que pessoas que cumpram as suas funções de cidadão, trabalham, pagam imposto, me respeitam, porque não é possível que alguém aqui não tenha um amigo, ou

conheça, não um casal, que eu entendo como par, casal, na minha concepção, é homem e mulher, mas um par que se respeita e que faça uma vida conjunta... E que a nossa Legislação não permita nem que deixe uma herança de um para o outro?

Ao longo de 40 anos, eu tenho conhecidos, amigos que me respeitam e eu os respeito e que vivem juntos há 40 anos, e que não é possível deixar, de repente, o que eles construíram juntos de um para o outro na nossa Legislação. Ao mesmo tempo, ilustre Relatora, eu não concordo que, de repente, num templo, seja ele católico, evangélico, o que for, que se possa pregar, que se defenda a homossexualidade, a relação homem mulher. Eu acho que tem que encontrar uma solução para isso.

Então, veja bem, nesse ponto, Senador Marcelo Crivella, eu não acredito, também, que numa Igreja Evangélica, eu estou falando para V.Ex^a., e numa Igreja Católica que todos que estejam ali, não exista, de repente, acreditando em tudo que está sendo pregado, ou pelo Padre ou pelo Bispo, não exista um homossexual enrustido, ali, ouvindo e acreditando nas palavras. Eu não acredito que V.Ex^a. vá ler pensamento de alguém. Alguém vai à igreja, alguém vai ao evangelho, procurando o quê? Apoio para a sua vida e a igreja tem dado, os evangélicos têm dado apoio para a vida dessas pessoas. Alguns podem até encontrar uma melhor tranquilidade, para que possa entender essa homossexualidade que alguém tenha, mas os senhores acabam dando apoio para eles. Eu acho que isso que é importante na vida.

É o apoio, a segurança que eles sentem nos senhores, a segurança que eles sentem, de repente, num Padre. Agora, senhores, nós temos que encontrar uma solução. A Relatora tem procurado encontrar uma solução. Nós não podemos desrespeitar essas pessoas de maneira alguma, eu digo isso porque eu tenho conhecidos amigos, amigos meus, que sentam à mesa comigo, onde já me convidaram para ir à casa, eu, a minha esposa, caminham com meu filho, e nem por isso vou deixar de respeitá-lo. É isso que está pregando aqui a Relatora. Quer isso a Relatora. Quer o respeito a essas pessoas. E para ela encontrar essa solução é difícil, porque o desrespeito acontece em todas as áreas, em todas as áreas, em todos os momentos, a ponto da Relatora colocar, e que por desrespeitá-la, acabam matando essas pessoas.

E outra coisa, se mata mais pela pobreza, se mata muito mais por uma condição social pior, então nós temos que ter paciência e encontrar uma solução. Não podemos ficar totalmente contra a Relatora. O meu voto, hoje, aqui seria com a Relatora. Falei para o Senador Marcelo Crivella e para o Senador Magno Malta, acredito que tem que ser corrigido como está o relatório

dela, na CCJ. Não se pode, de repente, porque está havendo um culto, onde se prega a homossexualidade, de repente, por um grupo, que ele vai ser multado por isso, que ele vai ser preso, que vai ser... Eu não concordo com isso também, da mesma maneira que esses homossexuais, essa mistura toda de bissexual, transexual, que eles possam ter também o local deles, onde eles pregam o que eles defendem.

Esse respeito que eu voto aqui, Presidente, esse respeito é que tem que ser votado, que ser protegido, senão nós não vamos ser uma sociedade, pelo amor de Deus. Nós fazemos Lei para proteger os negros, nós fazemos Lei para proteger os índios, nós fazemos... Temos que fazer Lei também para proteger a "homossexualidade", digamos assim. Porque, veja bem, o que eu estou defendendo aqui, não são aqueles que fazem, de repente, a sua preferência sexual para poder fazer baderna, pregar a discórdia, pregar a imoralidade. Esses eu não defendo, de maneira alguma.

Eu defendo, sim, aqueles que são cidadãos, que pregam o respeito, que trabalham, que pagam imposto e querem ser respeitados, e esses eu vou defender aqui e o meu voto vai acompanhar a Relatora. É isso que eu pediria aos senhores, ao Senador Magno Malta e ao Senador Marcelo Crivella, que tivessem mais atenção com isso. Obrigado, Senadora Patrícia Saboya.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Obrigado, também, ao Senador Wellington Salgado, pela sua ponderação, pela forma como fala com o coração e que certamente tem a atenção de todos nós, porque como disse, o Projeto é um Projeto que nos divide, nessa Casa, e é muito importante que o Senador Wellington Salgado, porque assim como ele, eu creio que outros Senadores também ainda desejam formar a opinião.

Então, esse prazo que nós teremos agora, ele será de fundamental importância pra gente buscar esse equilíbrio na discussão do Projeto. Senador Marcelo Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Senadora, eu acho que nós chegamos a um momento histórico, nessa Comissão, porque estamos encaminhando uma solução para a votação e aprovação desse Projeto.

O Senador Wellington Salgado sempre nos comove com sua fala sincera, contribuição valiosa. Apenas para dizer que não segurei a lista, a lista foi trazida a mim, pedindo a assinatura. É um fato superado, mas eu não faria isso, pode ter certeza que tanto quanto o senhor, eu respeito todos aqueles que divergem de mim, seja por orientação sexual ou religiosa. E, inclusive, V.Ex^a., pode ter certeza disso, também tenho amigos, pessoas caras, que respeito muito, e que têm outra orientação sexual.

Mas, eles também me respeitam e nós convivemos dentro dos princípios Sagrados, Cristãos e Democráticos, Religiosos e Cívicos, que devem reger a sociedade. Muito obrigado, Presidente.

[palmas]

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PDT-CE): Obrigada, Senador Marcelo Crivella. Com a palavra o Senador Magno Malta.

SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Sr^a. Presidente, a minha palavra é breve e eu concordo com a Senadora Fátima Cleide, quando ela diz que as famílias sofrem com pessoas agredidas, mutiladas e todos devemos sofrer juntos. Ninguém tem o direito de mutilar, matar e escarnecer ninguém, na linguagem do crime, esculachar ninguém na rua. E são famílias de pessoas drogadas, de filhos que morrem no tráfico, meninos em chacina e tal, que nós lidamos todos os dias e que não deveriam ser assim. Pessoas esculachadas por causa da sua cor. O que nós precisamos é educar esse País.

Nós precisamos é de campanhas educativas, nós precisamos divulgar isso. Nós precisamos de campanhas nas escolas, nas ruas, os meios de comunicação, para que nós cumpramos a Constituição a respeitar as pessoas, os caminhos que elas decidem seguir, os caminhos que elas decidem ir. Por isso, que eu digo que estou discutindo não são as pessoas, porque as pessoas precisam ser respeitadas.

Um indivíduo que agride um homossexual, que mutila o sentimento da sua família e o indivíduo... E aí eu fico bem à cavaleiro e à vontade para tratar desse, tratar desse assunto, dessa questão, sem dificuldade de colocar as minhas posições. Eu vou sair daqui muito triste, porque uma pessoa muito querida minha foi discriminada, que é o Senador Wellington Salgado. É uma pessoa do meu coração da minha relação pessoal, um amigo, aliás, é um amigo rico que eu tenho.

Eu sou menino de origem pobre, mas ele é rico e eu... Mas, discriminaram ele e eu estou muito triste por isso. O Senador Wellington Salgado, não deixaram ele assinar [risos]. Então, Sr^a. Presidente, eu agradeço a Senadora Fátima Cleide e eu falei com ela, que quando ela não está com o cabelo enrolado, e o cabelo dela... Ela tira aqueles cachos, eu fico com medo dela [risos], eu gosto mais dela com o cabelo enroladinho. E ela tem sido cortês nesse debate, e mais uma vez por entender a necessidade da gente olhar essas emendas do Senador Marcelo Crivella, ela principalmente, com o Projeto dela, mais uma vez eu agradeço a atenção--

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PDT-CE): Obrigada, senador.

SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): --da Senadora.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PDT-CE): Muito obrigada, ao Senador Magno Malta, também, porque foi importante a sua palavra e o seu depoimento, para buscarmos a tranquilidade nessa Sessão.

Com a palavra, a Senadora Ideli Salvatti.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Sr^a. Presidente, Srs. Senadores que ainda permanecem nessa Sessão, eu queria, em primeiro lugar, colocar o seguinte, a democracia já foi dito que é o pior dos regimes, mas não existe nada melhor do que ela. É uma coisa muito difícil a convivência democrática, porque a convivência democrática pressupõe você respeitar o direito do outro ser diferente. O direito do outro agir diferente. O direito do outro pensar diferente. E pior ainda, porque quando você é minoria num debate ou numa decisão, respeitar que a maioria tenha o direito de decidir.

Então, veja bem, nós estamos... Eu perguntei para a Senadora Fátima Cleide, há tempo ela é Relatora deste Projeto. Eu nem perguntei há quanto esse Projeto está tramitando, não, eu perguntei há quanto ela é Relatora desse Projeto. Há um ano e meio. Portanto, é uma pena eu ter que dizer isso, agora, na ausência do Senador Marcelo Crivella, mas é uma pena que as emendas só tenham aparecido depois de um ano e meio. É uma pena, porque esse debate já poderia ter avançado, poderia ter progredido, poderíamos ter efetivamente... Porque... E já apresentados na CDH. Está, inclusive, aqui dizendo: Audiências Públicas já aconteceram, neste um ano e meio, e eu sou testemunha, porque, inclusive, ela esteve lá no meu Estado. A Senadora Fátima Cleide percorreu o País fazendo o debate, acolhendo as preocupações, inclusive, toda esta questão da preservação do direito ao culto religioso, e que dentro das paredes e dentro da ação religiosa tenha soberania, tenha respeito. Isso, inclusive, tem já todo um debate, e para que não volte para a Câmara aquilo que dá margem a esse tipo de interpretação, tem já compromisso de veto.

Inclusive, o Senador Paulo Paim, para onde vai esse Projeto retornar, a Comissão de Direitos Humanos, ele já tem, inclusive, prevista audiência, já está compromissada audiência com o Ministro Tarso Genro, para selar publicamente o compromisso com o que vai ser vetado, para que não pare qualquer dúvida a respeito da liberdade religiosa.

E, portanto, eu não consigo entender porque que não anda, e a gente fica aqui patinando. E toda vez vêm as mesmas coisas, as emendas, Audiência Pública e tal, porque vai chegar uma hora que a democracia, por menos satisfeitos que a gente fique com o resultado, a democracia vai ter que fazer valer o direito fundamental, que é a mola mestra dela, que é o pilar da democracia,

que é a maioria. Por mais que eu não goste, a maioria estabelece o processo, estabelece a regra.

Então, é por isso que eu quero parabenizar a Senadora Fátima Cleide, por ter tido mais uma compreensão, nesses longos um ano, quase 18 meses de tramitação, fazer análise das emendas apresentadas pelo Senador Marcelo Crivella. Quero pedir à Presidente da Comissão que marque rapidamente a Comissão, porque eu sei que a Senadora Fátima Cleide, que está querendo muito que esse Processo... Não é nem pela posição que ela está defendendo, mas até por um fardo de trabalho que ela vem acumulando, há um ano e meio, para que esta situação possa se desencadear no voto e quem tiver voto aqui, conforme o convencimento da maioria dos Parlamentares, é que vai ter o resultado.

Eu queria, ainda por último, dizer, assim, eu sei que lá no meu Estado está sendo assim, em todos os Estados está sendo assim, muitas das reações a este Projeto, reação que eu quero dizer legítima, porque as igrejas evangélicas estão com alguma preocupação, no sentido de poder ter algum impedimento na liberdade do culto--

SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Senadora Ideli Salvatti, só para contribuir, eu queria que a senhora não citasse a Igreja Evangélica, porque não é um debate com Igreja Evangélica, o debate envolve gente que não professa fé nenhuma, Católicos, a Liga Espírita que está representada aqui, as próprias CNBBs que está dentro da frente da família, senão fica parecendo que é um enfrentamento de evangélico com... E não é. E não é.

[palmas]

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Bom, talvez eu tenha me manifestado com relação a uma, porque lá no meu Estado é o que eu tenho mais recebido de e-mails e telefonemas e tal, mas de qualquer forma é a questão, digamos assim, está pautado este debate, principalmente pelas entidades religiosas e eu queria dizer o seguinte, eu sou católica e eu tenho todo o respeito com todas as religiões, todas, encontro nelas qualidades maravilhosas. Agora, é bom a gente sempre lembrar que uma coisa é Deus, outra coisa são as igrejas.

As igrejas são feitas por homens e mulheres, portanto, as igrejas, elas são passíveis de erro também. Portanto, nós temos que ter na nossa religião sempre esse entendimento de que aquilo que a gente está ardorosamente, às vezes, defendendo, às vezes, não é a vontade de Deus, e nem sempre é absolutamente aquilo que Deus estabeleceu para nós, aqui na terra.

Só para dar um exemplo disso, de como muitas, e não foram nem uma ou outra, muitas vezes, a história demonstra erro da igreja. É bom a gente nunca

esquecer que em nome das igrejas mulheres foram queimadas, em nome--

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Por favor, eu pediria que o Plenário não pode se manifestar a uma Senadora, usando o microfone, e na Comissão não possível que haja nenhum tipo de manifestação daqueles que vieram e foram bem-vindos. São bem vindos e serão sempre bem-vindos na Comissão, mas há um debate entre os Senadores e é preciso garantir a palavra da Senadora Ideli Salvatti, por favor.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Mas, Senadora Patrícia Saboya, eu acolho, inclusive, a observação feita, porque se houve judeus mortos, se houve comunistas presos, mortos, queimados, isso tudo foi feito por homens e mulheres, seja através das Instituições de Estado, seja através, entende? Das instituições religiosas. Portanto, homens e mulheres são passíveis de erros. Homens e mulheres, inclusive, muitas vezes, bradando e erguendo a Palavra de Deus, cometem barbaridades. Por isso que eu acho que a gente tem que fazer o debate sem muito... Estão aqui me observando, no nazismo não eram só judeus, eram judeus e homossexuais, também.

O importante é que a questão de que homens e mulheres, sejam onde eles estiverem, eles sempre são passíveis de cometer erros. Portanto, nós temos que ter sempre a regra do bom senso, e principalmente para quem professa uma religião... Eu quando eu disse--

SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Senadora.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): --que eu sou católica e respeito todas tem uma coisa que me motiva sempre a acreditar em Deus, é que Deus é amor. Deus é amor e é impossível você se rebelar, você se contrapor ao amor de duas pessoas, sejam de que sexo elas sejam--

SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Senadora Ideli Salvatti.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): --porque o amor é algo muito forte--

SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Senadora.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): --ele pode unir gerações diferentes, etnias diferentes, gêneros diferentes. Agora, o que importa é o amor.

SENADOR MAGNO MALTA: Senadora Ideli Salvatti.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Pois não, Senador.

SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Eu acho que o comportamento da proteção ao cidadão e ao homem, independente da fé que você professe ou não professe fé nenhuma, mas acredita que o ser humano

não pode ser mutilado nos seus direitos, e eu teria essa posição independente de professar uma fé, e acho que, na verdade, quem conhece o Livro que é regra de fé e prática, o livro de Deus, que é a Bíblia, se faz em nome da religião, faz mal, porque a religião só complica, quando os homens maus... Mas a regra é a Palavra e é ali o livro de Deus, que V.Ex^a. citou tão bem, Deus que é amor, mas é Justiça e estabelece regras para a vida e que está na Palavra. Eu teria esse comportamento com qualquer minoria ou qualquer maioria.

Pessoas discriminadas, essa é a minha luta de vida, princípio, e acho que aqui que nós temos que trabalhar e lutar independente da fé que professamos. Não podemos, de fato, ser guiados pela religião. A história relata a barbaridade que a religião proporcionou, instalou, produziu lágrimas, sofrimentos, comandou, mandou, desmandou, ao longo da vida e, ainda, com uma influência tão forte nesse século que estamos vivendo.

Mas, que nós façamos esse debate com visão no ser humano. A Constituição Brasileira te dá uma direção, e que nós continuemos nessa direção. Se puder melhorar, vamos melhorar. Agora, quando eu falo das minhas crenças, eu falo porque creio no Livro que é regra de fé e prática, que é a Bíblia, e ninguém pode fazer um debate fora disso. Quando nós invocamos o nome de Deus, porque, na verdade, Deus é amor, mas Deus é Justiça. A Bíblia que fala de amor fala de Justiça. A Bíblia que fala de amor, fala de princípio, de maneira que quase que na sua totalidade algumas coisas só eu me reservo o direito de discordar da fala de V.Ex^a., mas acho o que debate, focado no respeito ao ser humano, é que vai ser o melhor caminho.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Com certeza, Senador Magno Malta, e por isso que [palmas] eu tenho a clareza e a convicção de que vai chegar a hora de nós fazermos votação e vamos respeitar o resultado. Portanto, o convencimento da maioria dos Senadores, tanto nesta Comissão quanto na Comissão de Direitos Humanos, é que estabelecerá a definição.

E que cada um leve sempre esse respeito. Primeiro a regra do amor, porque eu não consigo perceber a Justiça que possa punir alguém por amar, seja qual for o amor, o tipo do amor, a forma do amor. E...

SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Mas, eu... Então, que a senhora leia essa Bíblia, que fala de amor, um pouco mais, que a senhora, então, vai entender--

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Senador Magno Malta...

SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): --o que eu estou falando.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Eu gostaria de me reservar a minha convicção religiosa e essa minha convicção filosófica, e dizer que da mesma for-

ma como nós temos que respeitar o direito religioso de cada um, que nós respeitemos também as posições que cada um dos Parlamentares aqui defende. Eu vou sempre lhe dar... Posso não concordar, e sempre vou lhe dar o direito de discordar plenamente, entende? E totalmente... E que a gente depois, democraticamente, no voto, estabeleça o mais rapidamente possível, porque, volto a dizer, um Projeto que só uma pessoa relata, há um ano e meio, está mais do que maduro. O debate está mais do que aprofundado e, portanto, já passou, do meu ponto de vista, inclusive, a hora de nós irmos para a deliberação. Vamos para o voto e vença o convencimento majoritário.

SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Deputado Eduardo Azeredo está relatando tem uns quatro anos.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Alguma consideração a mais, Senadora Ideli Salvatti?

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Nenhuma, Senador Magno Malta? Relatora? Também não? Então, o Projeto será encaminhado, outra vez, para a V.Ex^a., e como o restante da pauta está adiado, declaro encerrada esta Reunião.

Sessão encerrada às 12h54.

SUBSECRETARIA DE COMISSÕES

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE

ATA DA 4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE, CONJUNTA COM A DÉCIMA REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 07 DE MAIO DE 2008, QUARTA-FEIRA.

Às doze horas e quarenta e dois minutos, do dia sete de maio de dois mil e oito, na Sala de reuniões da Comissão de Assuntos Sociais, é iniciada a reunião sob a Presidência da Senhora Senadora **PATRÍCIA SABOYA**, com a presença dos (as) Senadores (as) **AUGUSTO BOTELHO, PAULO PAIM, INÁCIO ARRUDA, WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA, ROSALBA CIARLINI, EDUARDO AZEREDO, PAPALÉO PAES, SERYS SLHESSARENKO, EXPEDITO JÚNIOR, ANTÔNIO CARLOS VALADARES, IDELI SALVATTI,**

ROMEU TUMA, MARISA SERRANO e CRISTOVAM BUARQUE. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. A presente reunião, convocada em forma de Audiência Pública, tem por finalidade atender aos Requerimentos nºs. 12 e 17 de 2008 – CAS, de autoria do Senador Antônio Carlos Valadares, visando esclarecimentos sobre ações e métodos de combate à epidemia de dengue no Município do Rio de Janeiro. A Senadora Patrícia Saboya dá início à reunião, convidando os palestrantes, que terão 10 minutos para suas exposições, para comporem a Mesa. Usaram da palavra os seguintes convidados: **Sr. Sandro Alex de Oliveira Cezar**, Diretor Executivo da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Seguridade Social (CNTSS); **Dr. Victor Berbara** – Superintendente de Vigilância em Saúde – representando a Secretaria de Saúde do Estado do Rio de Janeiro; **Dr. Valmi Pessanha Pacheco** – Subsecretário Municipal de Saúde do Rio de Janeiro – a Prefeitura do Município do Rio de Janeiro; e o **Dr. Fabiano Pimenta** – Secretário Substituto da Secretaria de Vigilância em Saúde – SVS – representando o Ministério da Saúde. Às doze horas e quarenta e sete minutos, o Senador Papaléo Paes assume a Presidência. Às treze horas e vinte e dois minutos a Senadora Rosalba Ciarlini assume os trabalhos. Fizeram uso da palavra os Senadores Antônio Carlos Valadares e Rosalba Ciarlini. Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, encerra-se a reunião às quatorze horas e cinquenta minutos, lavrando eu, **Gisele Ribeiro de Toledo Camargo**, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Senadora Rosalba Ciarlini, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro de estenotipia informatizada. – Senadora **Rosalba Ciarlini**, Vice-Presidente

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS – CAS

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE – CASSAUDE

4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE E 10ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 7 DE MAIO DE 2008, ÀS 12 HORAS E 42 MINUTOS.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Boa tarde a todos e a todas. Havendo número regimental declaro aberta a 10ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais conjunta com a 4ª Reunião Extraordinária da Subcomis-

são Permanente de Promoção e Acompanhamento e Defesa da Saúde da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura do Senado Federal.

A presente reunião tem por objetivo a realização de uma Audiência Pública destinada a esclarecimentos sobre ações e métodos de combate à epidemia de dengue no município do Rio de Janeiro. Atendendo aos requerimentos nº 12 e 17 de 2008 da CAS de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares. Foram convidadas as seguintes autoridades que eu gostaria já de convidar para a mesa. Representando o Exmo. Sr. Prefeito do Rio de Janeiro César Maia está o Dr. Valmi Peçanha Pacheco, Subsecretário Municipal de Saúde a quem eu convido, com muito prazer, para compor a mesa. Convido representando o Exmo. Sr. José Gomes Temporão, Ministro de Estado da Saúde, o Dr. Fabiano Pimenta, Secretário Substituto de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde. Representando o Sr. Sérgio Luiz Côrtes da Silveira, Secretário de Estado da Saúde do Rio de Janeiro, o Sr. Victor Berbara, Superintendente de Vigilância em Saúde do Estado do Rio de Janeiro também muito bem-vindo. Exmo. Sr. Sandro Alex de Oliveira Cezar Diretor Executivo da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Seguridade Social. Srs. e Sras. Senadores hoje nós tivemos aqui uma manhã bastante agitada em uma homenagem que fizemos ao aluno, garoto Ricardo lá do Estado do Ceará que foi premiado nas Olimpíadas de Matemática, então foi um dia de muita emoção e eu peço já desculpas pelo atraso no início da nossa Audiência Pública em função dessa homenagem que acabou levando mais tempo.

Em função também do adiantado da hora eu perguntaria aos senhores convidados se, inicialmente, 5 minutos para uma apresentação em seguida o debate e nós teríamos então o momento de fazer os 5 ou 10 minutos.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Presidente, eu acho que 10 minutos no mínimo para uma tolerância de uns 2 minutos.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Claro, claro, uma tolerância a que for necessária. Só queria, mais ou menos, estipular um tempo para que a gente pudesse objetivar a nossa sessão.

Então eu vou já, inicialmente, passar a palavra, primeiro ao Sandro Alex. Passo a palavra ao Sr. Sandro Alex de Oliveira da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Seguridade Social. Terá 10 minutos para se pronunciar e, se for necessário, terá o aumento do prazo. Muito prazer.

SR. SANDRO ALEX DE OLIVEIRA CEZAR: Exma. Sra. Presidente da Comissão de Assuntos So-

ciais do Senado Federal, Senadora Patrícia Saboya, Exmo. Dr. Fabiano Pimenta, Secretário Substituto de Vigilância Sanitária em saúde do Ministério da Saúde, Dr. Victor Berbara representando o Secretário de Saúde do Estado do Rio de Janeiro, Dr. Sérgio Côrtes e Dr. Peçanha que aqui, nesse momento, representa a Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro. Senador Papaléo Paes e Senador requerente da Audiência Pública o nobre Senador Valadares e demais autoridades presentes.

Bem, nós recebemos de uma forma muito bem vinda a convocação por parte do Senado Federal, a Casa que representa a Federação e representa os Estados da República para discutir um tema que, sem dúvida alguma, traz uma certa ansiedade muito grande para a sociedade brasileira. E lá no Rio de Janeiro, estado de onde sou oriundo, este problema já ceifou não em uma única oportunidade, como é a atual epidemia de dengue, mas em outras oportunidades como também foi a epidemia de dengue em 2002 centenas de vidas humanas. É incompatível para a realidade que o país vive hoje que nós voltemos a ser atingidos por doenças que refletem o subdesenvolvimento e a falta de atenção básica à saúde. É interessante notar que todas essas ocorrências de epidemia de dengue que acontecem em nosso país sempre têm fatores que são preponderantes, têm fatores que são fáceis de ser delimitado no tempo e no espaço. Lembro que a última epidemia que ocorreu em 2002, ela, não por acaso, aconteceu num momento em que haviam sido demitidos naquele Estado da federação 5.792 trabalhadores que atuavam no combate a endemias e aí o estado ficou, naquela oportunidade, sem a menor proteção nessa área de vigilância epidemiológica, mas, propriamente dito, no combate ao vetor transmissor da dengue. Hoje, novamente, já no ano de 2008 se assiste fator semelhante. O que é que acontece no Rio de Janeiro nesse momento? No ano de 2003 o Exmo. Sr. Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva reintegrou aos quadros da Fundação Nacional de Saúde lá naquela unidade da federação no Rio de Janeiro cerca de 5.792 trabalhadores que haviam sido demitidos no governo anterior. E esses trabalhadores foram disponibilizados para estar atuando no combate à dengue em todos os municípios da federação, como ocorrem em todos os estados do país. Ou seja, os trabalhadores da Fundação Nacional de Saúde são seguidos ao estado e *a posteriori* aos municípios para atuar no combate à dengue, sendo que no Rio de Janeiro aconteceu um episódio inusitado, qual seja esse episódio? O episódio foi seguinte: a prefeitura municipal do Rio simplesmente não aceitou a cessão dessa mão-de-obra do Governo Federal para o Governo Municipal. Para ilustrar

o que nós falamos nesse momento, antes mesmo da demissão desses trabalhadores que aconteceu no ano de 99, mais precisamente no mês de junho do ano de 99, tinham trabalhando no município do Rio de Janeiro cerca de 3.300 agentes no combate a endemias e agora com o advento da reintegração, isso em 2003, o Ministério da Saúde disponibilizou essa mão-de-obra para que atuasse no Rio de Janeiro, mas, infelizmente, embora, não tivesse nenhum custo para a prefeitura municipal, a atuação desses agentes que seus salários, inclusive, são pagos pela União Federal que são servidores do Ministério da Saúde, da Fundação Nacional de Saúde que se encontram sob a gerência, inicialmente, do Governo do Estado e em seguida foram cedidos para os municípios da região metropolitana. Fica aqui uma pergunta bastante objetiva para deixar para estimular o debate o porquê que a ocorrência da epidemia acaba também a ocorrer nos municípios da região metropolitana, ficando apenas circunscrito ao município do Rio de Janeiro? Porque os números de óbito no Rio de Janeiro que acontece hoje é algo inaceitável. A gente saúda o Senador Valadares pela atitude de convocar, de pedir a convocação, fazer o requerimento convocando esta Audiência Pública porque esse tema é um tema de interesse relevante da sociedade e a nossa maior preocupação é o quê? Tratando-se do Rio de Janeiro que é um Estado que boa parte dos seus recursos advém, inclusive, do setor de serviços, entre eles podemos destacar a área do turismo que agora começa a ficar combalida com a história de que as pessoas, simplesmente, evitam se destinar ao Rio de Janeiro nesse momento. Lá naquela unidade da federação está havendo perda de recursos que são inestimáveis por conta desse episódio, além, do que o próprio prejuízo na economia que advém do quê? Advém do alto número de pessoas que são impossibilitadas de trabalhar pelo fato de terem sido vitimadas pela atual epidemia de dengue.

Um fator que a gente também considera preponderante que levou e que leva, certamente, a ocorrência desta epidemia no Rio de Janeiro que nós consideramos que é um problema que não está, e aí sim, não está circunscrito apenas ao Estado do Rio de Janeiro, mas sim é muito mais grave, está circunscrito a todo trabalho que é feito no combate ao vetor por esse país afora é a questão que envolve a descentralização das ações da Fundação Nacional de Saúde.

Em 1999, em dezembro de 1999, o então Ministro da Saúde José Serra tomou uma atitude e editou uma portaria prevendo a descentralização das ações de controle ao vetor em todo o país. De lá para cá podemos, rapidamente, falar dos números, que os números comprovam que essa nova sistemática adotada para

o controle ao vetor, hoje não atinge o seu objetivo. O próprio Tribunal de Contas da União alertou no ano passado à União Federal sobre o que estava ocorrendo com os recursos que eram repassados para os estados e municípios para serem utilizados no controle da dengue. E esse tema tem sido constantemente abordado pelo Tribunal de Contas da União, inclusive, sendo no último dia 18 de abril proferido um acórdão por aquele Tribunal de Contas no sentido de dizer o seguinte: os Ministros sugerem ao Poder Executivo que termine a história da descentralização, sugerem, inclusive, que haja, em definitivo, a passagem da mão-de-obra que hoje é pega pela Fundação Nacional de Saúde, é gerenciada por estados e municípios, que essa mão-de-obra venha compor quadros do Ministério da Saúde, ou seja, da Secretaria de Vigilância e Saúde do Ministério da Saúde. Além do que, a gente aproveita a oportunidade para destacar que tem uma outra questão que é de suma importância ainda neste caminho que é a questão da indenização de campo, porque todos os trabalhadores, aqueles agentes de controle de vetores, que são da União e que se encontram hoje cedidos aos municípios eles recebem uma parcela dos seus salários chamado indenização de campo que é paga pela União Federal, pelo seu patrão, pelo seu empregador e o Tribunal de Contas, neste momento, orienta no sentido de que o Ministério da Saúde, a Fundação Nacional de Saúde adote as medidas necessárias no sentido de suspender o pagamento desta verba. Inclusive, para aqueles trabalhadores que atuam na saúde indígena que é um dos grandes problemas. Essa Casa, recentemente, fez um debate bem acalorado sobre a política indigenista no Brasil de saúde, saúde indígena no país, um debate bastante interessante que nós acompanhamos também.

E já fazendo as nossas considerações finais, nós gostaríamos de estar deixando evidente aqui que um dos problemas, um dos fatores que nós consideramos bastante grave nessa seara de combate à endemia, é que no Brasil nós temos uma história que é até bastante interessante. Nós temos a impressão que o novo sempre substitui o velho, e aí nós esquecemos que o país não começou hoje, nós temos uma cultura, temos toda uma cultura e nessa área de vigilância epidemiológica, de vigilância em saúde, nós temos uma cultura de instituições que têm mais de séculos, como era o caso da Superintendência de Campanha de Saúde Pública, de outras instituições que vieram a substituí-la, que hoje no cenário nacional nós não temos uma instituição do Governo Federal que cumpra essa tarefa.

É verdade que o SUS, que a construção do SUS deverá ser objetivo de todos nós, o aprofundamento dessa política do Sistema Único de Saúde, mas tam-

bém é verdade que nós não podemos esperar que isso se torne uma realidade para ir prestar os serviços elementares ao povo, que é meio o que vem acontecendo. Muitas vezes, por dificuldades em relação entre os gestores públicos, como é o caso que acontece no Rio de Janeiro. Hoje o Governo Federal mantém uma relação diferenciada com o Governo do Estado, mas há uma dificuldade muito grande de haver uma interação, tanto no Governo do Estado como o Governo do Rio de Janeiro que é o principal município do estado [soa campanha] como também, já para concluir, como também há uma dificuldade em relação à prefeitura municipal do Rio de Janeiro com o Governo Federal, que é algo que está muito evidente para toda a sociedade. Já foi alvo de debate aqui nesta Casa e também na Câmara dos Deputados, um debate bastante aprofundado sobre o que acontece no Rio de Janeiro.

E por último nós gostaríamos de estar fazendo um apelo ao representante da Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro sobre a questão dos agentes comunitários de saúde. Inclusive, temos aqui a Senadora Patrícia Saboya que vem de um Estado aonde a regularização dos agentes comunitários de saúde, do vínculo empregatício dos agentes comunitários de saúde que nós consideramos ser um dos vieses mais importantes para a solução de problemas de crise de saúde pública para evitar, inclusive, na saúde preventiva, nós pedimos às autoridades lá do Município do Rio de Janeiro que tomem as atitudes necessárias no sentido de cumprir a emenda à Constituição que foi aprovada aqui por esse Congresso Nacional que é a Emenda 51 que fala da regularização, que versa sobre a regularização do vínculo dos agentes comunitários de saúde, porque naquele município a situação dos trabalhadores, dos agentes comunitários de saúde é de profunda precarização, são contratados por ONGs, os salários não são pagos em dia e são as pessoas... E digo mais, é um município do Rio de Janeiro, sem sombra de dúvida, o município que tem o menor índice de implantação do PACS do PSF no país inteiro, cerca 30% apenas da sociedade é atingida por essa política de saúde e aí, no nosso entendimento, a discussão sobre saúde tem que ser suprapartidária e muito mais do que isso, na saúde o partido tem que ser a defesa da vida. Muito obrigado.

[troca de Presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Agradeço ao Sr. Sandro da Confederação Nacional dos Trabalhadores de Seguridade Social informando aos Srs. expositores, dignos expositores que esta reunião está sendo gravada e retransmitida pela TV Senado, provavelmente, duas ou três vezes dada a sua importância, esse tema é extremamente em

vigência hoje, para que possa ser chamada atenção dos responsáveis, dos agentes públicos responsáveis e da população brasileira sobre essa grave questão que é a dengue.

Eu passo a palavra agora ao Dr. Victor Berbara, Superintendente de Vigilância em Saúde do Estado do Rio de Janeiro. O senhor terá 10 minutos para sua exposição.

SR. VICTOR BERBARA: Exmo. Senador Papaléo, Subsecretário Valmi Peçanha, Dr. Fabiano Pimenta, colega Sandro Oliveira, eu agradeço a oportunidade de estar aqui representando o Secretário de Saúde e Defesa Civil, o Dr. Sérgio Côrtes.

Eu vou apresentar rapidamente o material que ele mandou, ele, infelizmente, não pode estar presente aqui. Ele, ontem à noite, me entregou esse material para que eu apresentasse rapidamente a vocês. Por favor, pode passar.

O panorama da dengue mundial, todos sabem a situação mundial da dengue, mas nunca é demais lembrar, essa é uma doença presente, praticamente, em todos os continentes, só não existe na Europa. Nas Américas vem desde o sul dos Estados Unidos ao norte da Argentina, são 2 bilhões e meio de pessoas expostas ao risco, 100 milhões de casos ao ano e 100 mil óbitos ocorridos no ano passado, em 2007 no mundo inteiro. Próximo.

No Estado do Rio de Janeiro foram 121 mil casos até sábado agora passado, com um total de 103 óbitos confirmados, a maioria deles, desses óbitos na faixa entre 0 e 14 anos, o que demonstra muito uma tendência ocorrida também em outras áreas do mundo de uma situação de casos mais graves entre crianças e talvez uma tendência, o Dr. Fabiano tem dito muito também isso de, no futuro, se transformar numa doença pediátrica. Próximo.

Esse é o ciclo, conduta de combate, não vou me ater a isso. Esse é um slide do Ministério da Saúde mostrando a evolução da infestação pelo mosquito *Aedes aegypti* no país, um dado comparativo entre 96 e 2006, um aumento de 1.750 municípios para três, quase quatro mil municípios no país inteiro, inclusive, em áreas tidas anteriormente como imunes, que seria impraticável ou impossível a presença do mosquito como áreas, inclusive, de altitude que está acontecendo no Estado do Rio de Janeiro. Hoje nós temos cidades na região Serrana, o clima mais frio, de altitude e cidades pequenas também com uma tendência, demonstrando também uma tendência de interiorização da doença que a gente está vendo isso no Estado do Rio de Janeiro, cidade de 20, 30 mil habitantes com alta incidência da doença, quer dizer é uma mudança no perfil epidêmico. Próximo.

Isso também são dados do Ministério da Saúde nos colocado à disposição pela SVS que mostra também a importância do controle da questão de prever alguma situação de risco em determinadas áreas utilizando os métodos que a gente tem à disposição. O LIRA é um deles. Eu concordo plenamente com o Sandro quando ele diz que devemos buscar formas novas de controle do vetor, não só de controle do vetor, mas também na questão da assistência e na informação em comunicação e saúde. Mas, de qualquer maneira, o que a gente tem também serve ainda como um fator de predição principalmente. Então essa é uma comparação, são dados um pouco do início de abril, mas uma comparação entre 2007 e 2008. Na coluna direita nós temos o último LIRA do ano passado e temos as situações de baixo risco alerta entre 1 a 4 de índice de infestação predial, e no caso do Rio de Janeiro nós tínhamos um índice alerta de 3,7, mas não homogêneo, ou seja, se nós pegarmos o município, por exemplo, do Rio de Janeiro, nós víamos áreas de baixo risco, mas áreas de elevadíssimo risco o que explica, muitas vezes, o que tem acontecido. E outros exemplos também, o município de Porto Velho também houve aumento do número de casos importantes esse ano, tinha um LIRA de alto risco. Próximo.

O sorotipo circulante no Brasil...

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): O LIRA que o senhor se refere, Dr. Victor. O LIRA é um...

SR. VICTOR BERBARA: Levantamento de Índice Rápido de Infestação.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Então não há um estado de epidemia no caso, por exemplo, do Rio de Janeiro?

SR. VICTOR BERBARA: Perdoe-me. Infestação do mosquito, isso no ano passado, informação do ano passado. Mas já previa uma situação de risco. Então nós temos duas situações, primeiro: índice elevado de infestação predial do mosquito e também o fato de que nós tivemos uma epidemia de grande porte em 2002. Sempre que ocorre uma epidemia nós temos alguns anos de baixa incidência, a dengue permanece nas regiões, mas com baixo número de casos e à medida que vai aumentando os suscetíveis à doença, a cada ano que passa você vai aumentando o risco de ter uma epidemia, aliado ao fato de termos um índice de infestação alto e a entrada, também como mostra esse slide de outros sorotipos que não estavam circulando anteriormente, sorotipos do vírus dengue. Então no Brasil nós temos três sorotipos circulando. O dengue 4 está presente em todos os países limítrofes do Brasil a partir do Peru; Peru, Colômbia, Equador não é limítrofe, mas está presente, Venezuela. Então o risco, por exemplo,

da região amazônica de ter a entrada do vírus 4 pela região amazônica existe por causa das pessoas que se locomovem entre uma região e outra, o país vizinho Venezuela e Manaus, por exemplo. Próximo.

Esse é um dado interessante também do Ministério, uma pesquisa que o Dr. Fabiano pode entrar em detalhes mais tarde, que mostra percepção sobre a dengue por parte da população em geral. Então houve uma pesquisa, se não me engano, foi no ano passado, 91% dos entrevistados se sentem informados sobre como se pega, contrai a dengue, 96% dos entrevistados recordam-se das campanhas, porém, 55% acham que se o vizinho não tomar as precauções necessárias para evitar o mosquito, as medidas que eles mesmo adotam não adiantarão. Isso é emblemático, quer dizer, mostra que a gente deve investir bastante não só na comunicação e educação, mas, principalmente, educação em saúde, educação popular em saúde. Próximo.

Criadores do mosquito. Isso mostra bem a questão ambiental. É fundamental que vocês tenham essa imagem tanto de áreas mais ricas, aquilo lá à direita é uma piscina, uma obra, mas também questões ligadas ao saneamento, condições de habitação, fornecimento de água irregular e etc. Próximo.

Questão da assistência também no município do Rio de Janeiro, mas também nos municípios vizinhos, a gente tem um grande problema em relação à oferta de saúde e os gargalos existentes. Esse seria o modelo ideal com uma porta de entrada através da atenção básica, resolutiva, fornecimento de medicamentos básicos, métodos e diagnósticos, unidades de pronto atendimento funcionando 24 horas e os hospitais com suporte para emergência e eletivo, e a questão do controle de endemias que está lá no alto à esquerda a ser executada pelos municípios, mas com apoio dos Estados e da União. Próximo.

E, na verdade, o que está acontecendo na maioria dos municípios do Rio de Janeiro é isso aí, são ausências de equipes de saúde, ausência de uma cobertura da atenção básica de qualidade maior, área e extensão, e a procura espontânea da população aos hospitais que já estão sobrecarregados e que isso ficou muito bem demonstrado nessa epidemia. Próximo.

As ações, rapidamente, implementadas neste ano pelo Governo se baseiam nesses eixos: prevenção e controle de vetores, mobilização social e, principalmente, uma epidemia a gente tem que focar as nossas energias na questão da assistência mesmo. Próximo.

[soa a campanha].

Então, em resumo, o que foi feito na área de prevenção, a lei permitindo a entrada dos agentes de saúde em imóveis abandonados e aqueles cuja entrada

não é permitida. Os índices de pendência por parte do controle de vetores, da área de controle de vetores são elevados lá no Rio de Janeiro. Decreto do governador suspendendo a cessão de médicos e enfermeiros a outros órgãos Executivo, Legislativo e Judiciário. A colocação de bombeiros reforçando o quadro de agentes de endemias no Rio de Janeiro, mas não só no Rio, em Campos, Goitacases e em Angra dos Reis. Busca aérea de criadores do mosquito com helicópteros do bombeiro, a implantação de um sistema de comunicação ao cidadão que inclui um 0800, o Rio contra a dengue, mas também fornecimento de informações através de uma *home page*. Próximo.

A ação de Secretaria de Governo também entrou na mobilização com ações na comunidade. Próximo.

Na questão assistencial o objetivo principal é de diminuir a letalidade que é elevada, principalmente, em função da entrada do vírus 2 que é o que predomina hoje no Rio de Janeiro, que é um vírus que tem maior capacidade de desenvolver quadros graves da doença. Próximo.

A opção do Estado lançando mão de um plano de contingência foi, principalmente, a implantação das chamadas tendas de hidratação. O que é que acontecia? Naquele slide anterior nós mostramos os hospitais lotados e uma demanda de pessoas que não eram, inclusive, convenientemente atendidas, voltavam para casa e muitas dessas pessoas, inclusive, faleceram. Então a Secretaria de Estado, Saúde e Defesa Civil optou por lançar mão dessa estratégia de atenção e de suporte às unidades hospitalares e atenção básica, também até para a rede privada, é bom que se diga, que chegou a encaminhar pacientes para essas tendas, com um fluxograma que garantia o atendimento a essas pessoas, [soa a campanha], tratamento adequado, inclusive, com hidratação venosa mudando um pouco o eixo do próprio Manual de Condutas Clínicas do Ministério da Saúde fornecendo dentro dessas tendas de hidratação laboratório, todas as pessoas recebiam exames a cada final, a cada término de um período de hidratação, ia para casa, quando tinha que ir para casa ou quando o quadro dele agravava tinha transporte garantido a um hospital de referência. E depois de ter alta por parte da tenda a pessoa voltava, inclusive, no dia seguinte para ser reexaminado na tenda e não na unidade que encaminhou essa pessoa, o doente à tenda de hidratação. Próximo.

Então essas são tendas, uma das tendas, essa foi a tenda do Hospital Getúlio Vargas, Hospital Estadual. Próximo.

Foram 18 tendas, nós contamos com a ajuda também das Forças Armadas que colocaram três hospitais de campanha com uma possibilidade de atender até

6 mil e 500 pessoas por dia, com realização de 13 mil exames laboratoriais no local. Próximo.

Essas são as aberturas de leitos de enfermaria e UTI exclusivos para o atendimento à dengue com a participação do Município do Rio de Janeiro, do Estado do Rio de Janeiro, da rede federal. Próximo.

Esses são leitos de UTI pediátrica abertos [soa a campanha] no Hospital Pedro II, aquele é um hospital desativado que foi construído uma enfermaria para atendimento pediátrico. Próximo.

Ações, esse é um resumo das ações assistenciais. Próximo.

Tivemos também a contratação de vans para transportar e a participação da Fetransporte, Federação de Transporte de Ônibus e etc. Próximo.

Criamos uma comissão de investigação de óbitos. É importante que se diga, todos esses óbitos que ocorreram no Estado do Rio de Janeiro, vão ser, todos, investigados. Essa é a rede de referência para as tendas. Próximo.

Implantação de três ônibus de coleta de sangue volante. Nós tivemos aumento da adoção de sangue no Rio de Janeiro em função da dengue. Próximo.

Tivemos também, e esse foi um ganho importantíssimo, nós todos dizemos sempre, Fabiano Pimenta, Dr. Valmi Peçanha, os próprios trabalhadores da saúde, se não houver envolvimento das outras áreas de governo, não teremos solução para essa questão da dengue, pelo menos, amenizar essa questão da dengue e foi um ato do Governador de envolver todas as Secretarias, isso a partir de uma reunião que houve no Maracanãzinho, envolver todas as Secretarias de Estado no combate da dengue de forma contínua durante o ano inteiro. Então esses são exemplos de ações. Próximo.

E a proposta, realmente, era mudança da estratégia não só do controle do vetor, mas na assistência e na comunicação de educação e saúde. Aquele slide emblemático que nós mostramos demonstra a necessidade da gente investir melhor, guardando, respeitando as culturas locais, regionais coisa que a gente não está acostumado a fazer no sentido do controle da dengue. Próximo.

A palavra chave realmente é o que a gente estava vivendo no Rio de Janeiro é a de mobilização, todos os órgãos de governo, população em geral, representantes da organização da sociedade civil organizada. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Muito obrigado, Dr. Victor Berbara, Superintendente em Vigilância em Saúde do Estado do Rio de Janeiro. E agora passo a palavra ao Dr. Valmi

Peçanha Pacheco, Subsecretário Municipal de Saúde do Município do Rio de Janeiro.

SR. VALMI PEÇANHA PACHECO: Sr. Presidente Senador Papaléo, Sra. Senadora Patrícia Saboya do Estado do Ceará, Sr. Senador Valadares, meus companheiros de mesa, meus senhores e minhas senhoras, inicialmente, gostaria de agradecer em nome do Prefeito César Maia e do Secretário Jacob Kligerman a gentileza e a honra do convite e aqui comparecer perante esta Comissão de Assuntos Sociais.

A situação da dengue no Rio de Janeiro, na cidade do Rio de Janeiro, lamentavelmente, está equivocada o nosso representante da parte sindical, não foi circunscrito a epidemia ou o surto epidêmico da dengue não foi circunscrito apenas à cidade do Rio de Janeiro. Já foi demonstrado aqui que dos 92 municípios do Estado do Rio de Janeiro 38 deles estão em plena epidemia, alguns com números extremamente expressivos. Mas no caso específico da cidade do Rio de Janeiro, eu trouxe aqui alguns dados bem atuais porque a vigilância epidemiológica da prefeitura da cidade do Rio de Janeiro tem uma velocidade muito grande em informar esses dados ao Estado para que chegue também rapidamente à consolidação desses dados ao Ministério da Saúde, à Secretaria de Vigilância em Saúde a quem eu cumprimento o Dr. Fabiano Pimenta neste momento, mostrando aqui que até o dia 5, anteontem, foram notificados na cidade do Rio de Janeiro 70 mil casos, bem menos do que na epidemia de 2002, nós já alcançamos naquela ocasião o dobro disso. E a distribuição desses casos pelas áreas, dez áreas de planejamento da cidade, também mostram situações interessantes caprichosas especialmente na área da P4 que é a área de Jacarepaguá, Barra da Tijuca, Recreio dos Bandeirantes, uma área extensa e que tinha sido submetido a um intenso trabalho de prevenção de controle de vetores no ano passado, quando da realização dos Jogos Pan Americanos, inclusive, com a presença do Sr. Ministro de Estado da Saúde, na ocasião, o Dr. Agenor Álvares que abriu um Pan sem dengue e, portanto, numa parceria entre as três esferas de governo, havia sido feito um trabalho importante nessa região, no entanto, para nossa surpresa, reparem que é predominante aqui a notificação nesta área. E à medida que os meses caminham vem havendo uma queda e, evidentemente, agora no mês de maio nós acreditamos que o pior já tenha passado, há um declínio significativo nas notificações, que se acompanham também na área de assistência também por uma diminuição expressiva do número de pacientes internados na rede municipal.

Eu gostaria de chamar atenção que a Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, pela sua história de ter

sido Capital Federal, a cidade do Rio de Janeiro durante 197 anos, ela possui características singulares em relação às demais capitais do Brasil. Lá funcionam as três esferas de Governo e é a única capital onde o Ministério da Saúde executa ações, especialmente, na área da assistência, porque lá há hegemonia da alta complexidade localizada em hospitais federais, coisa que não acontece nas outras capitais. Reparem também aqui, para chamar atenção, que a área da Zona Sul da cidade, que é a área de Copacabana, de Botafogo, da Lagoa, de Ipanema, de Leblon, nós tivemos uma relativa diminuição de casos e não tivemos óbito, que eu vou mostrar daqui a pouco. Pode passar um pouquinho mais adiante por gentileza?

Os casos de dengue aqui estão distribuídos num gráfico que demonstram os números aqui apresentados chamando atenção, que no mês de março, quando houve o pico da epidemia, a área mais afetada foi, realmente, a área de Jacarepaguá, Barra da Tijuca e Recreio dos Bandeirantes. E, lamentavelmente, nós temos que chamar atenção para umas características dessa epidemia que foi acompanhada por um elevado índice de letalidade. Nós alcançamos até a data que eu citei aqui o dia 5, 63 óbitos na cidade do Rio de Janeiro. Temos 6 milhões de habitantes, 70 mil casos para 6 milhões de habitantes. É verdade que em outros municípios do estado esse percentual de incidência foi muito maior, lamentavelmente.

Há também uma idéia bastante disseminada de que a atenção básica por si só resolveria a maioria dos problemas e impediria o aparecimento de epidemias. É uma questão a discutir, ninguém discute a qualidade do modelo assistencial que deve estar em implantação no país. Entretanto, Senadora Patrícia Saboya representante do Estado do Ceará que é um dos exemplos mais marcantes de eficiência do Programa de Saúde da Família em todo o Brasil, onde o Estado do Ceará ajuda, auxilia, assessora técnica e financeiramente os 186 municípios que lá isto, infelizmente, não impediu que cerca de 148 desses 186 municípios também fossem acometidos por essa praga, essa epidemia, que Hipócrates, antes de Cristo, já falava em seu livro Epidemia mostrando a relação do aparecimento desse número exagerado de disseminação de doenças e doentes relacionados ao meio ambiente, aos quatro elementos primordiais: a água, o ar, o fogo e a terra e as mudanças das estações. Isso, vejam bem, a palavra epidemia em grego quer dizer visita.

Esses óbitos que estão aqui mostrados por área da cidade, reparem que essa área 2, 1 que eu me referi Copacabana, a Zona Sul não teve nenhum óbito acontecido, entretanto... E nem na área que também é destituída de assistência, como dizem, de deserto

sanitário que absolutamente não existe, na área de Santa Cruz também não tivemos óbito, na área de Campo Grande tivemos dois óbitos apenas, que essa é a área chamada da Zona Oeste da cidade onde a presença da atenção básica municipal se faz de maneira permanente.

É verdade que na questão relativa à prevenção creio que é preciso mudar a estratégia de controle de vetores, isso está cada vez mais sendo confirmado. A determinação do Ministério da Saúde de fazer a vigilância, o controle domicílio a domicílio se torna no caso da cidade do Rio de Janeiro e acredito que de outras capitais de difícil execução. Nós temos 2.200 agentes de controle de endemia trabalhando no controle de vetores, entre os quais temos 547 agentes da FUNASA cedidos trabalhando conosco. No entanto temos, Srs. Senadores, para fiscalizar 3 milhões e 200 mil domicílios registrados no cadastro do IPTU, do Imposto de Propriedade Territorial Urbana e, na verdade, as chuvas que nós tivemos nesses três primeiros meses do ano foram de intensidade enorme trazendo a diluição freqüente do larvicida aplicado o que, evidentemente, obrigava a várias, inúmeras visitas dos agentes de controle de endemias. Basta dizer aos senhores que um agente de endemia faz, em média, 18 visitas a domicílios por dia. Se os senhores multiplicarem isso pelos 22 [soa campainha] dias úteis do mês e pelo número de domicílios que eu aqui citei levaríamos três meses e meio apenas para visitar uma vez, cada um dos domicílios. Portanto, creio que essa será uma estratégia que precisará ser mudada. Tem mais algum?

É apenas aí a demonstração gráfica dos óbitos dos 63 óbitos ocorridos até o momento e queremos crer que as coisas, daqui para frente, melhorem.

Em relação à assistência, propriamente, a prefeitura possui uma rede também muito extensa de hospitais. É a maior rede de hospital do país de uma prefeitura, tem 22 hospitais, tem cerca de 5 mil leitos, a maioria deles dotados para assistência materno-infantil e para emergência, mas hospitais de alguma complexidade. Entretanto, na rede básica, nós temos 145 unidades que foram apoiadas por 230 equipes do Programa de Saúde da Família, cobertura que ainda, realmente, não é aquela que desejamos para a cidade, mas cujo trabalho veio sendo feito em conjunto numa articulação com treze secretarias municipais sob coordenação da Defesa Civil. Temos montado, permanentemente, uma sala de situação na Prefeitura que acompanha diariamente a supervisão de todas as ações executadas pelos órgãos da Prefeitura.

Oferecemos ao Governo do Estado 113 leitos, dos quais 85 pediátricos e os colocamos à disposição da central de regulação do Estado numa parceria que,

evidentemente, só temos a comemorar que funcionou adequadamente.

Eu terminaria esta pequena exposição me colocando à disposição dos senhores para aquilo que for necessário responder. Muito obrigado.

[troca de Presidência]

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA

CIARLINI (DEM-RN): Gostaria de agradecer a presença, a participação do Dr. Valmi Peçanha Pacheco, não somente o Dr. Valmi, mas de todos que aqui vieram. Nós entendemos que, na realidade, esta audiência é de uma importância muito grande porque se trata de uma questão que não se restringe somente ao Rio de Janeiro, mas ao Brasil, como um todo, e por ser de um estado onde a dengue também está em níveis alarmantes que é o Rio Grande do Norte, proporcionalmente nós somos o quarto lugar, infelizmente, porque nessa questão nós queríamos ser o último lugar, não o quarto, já é o inverso na educação quando foi feita a análise do aproveitamento escolar o ano passado nós ficamos em último e isso nos entristeceu, queríamos estar em primeiro, mas na dengue nós queríamos estar em último, eu acho que esse é o desejo de todos os estados brasileiros. Como o Rio de Janeiro por ser o estado que está mais, vamos dizer assim, no foco das atenções e por ter o maior número de casos de dengue, nós entendemos, Dr. Valmi, até porque o senhor aí colocou muito bem, cidade de um porte muito grande, com mais de 3 milhões de domicílios, a dificuldade para chegar a esses domicílios, a própria geografia da cidade também tem, mas, infelizmente, nós temos que enfrentar tudo isso, superar essas dificuldades e o que nós queremos, o objetivo desta audiências são esclarecimentos do trabalho que está sendo realizado.

O Dr. Fabiano agora vai ser o próximo orador que, com certeza, como Secretário da Vigilância Sanitária, substituto, mas é Secretário, poderá nos dar uma visão não somente do Rio, mas do restante do Brasil que nós entendemos que é necessária numa questão que não é só dos Poderes Públicos, mas também da população, mas nós queremos saber quais são as diretrizes, que trabalho está sendo feito, os investimentos que estão sendo colocados, até porque, Dr. Fabiano, eu acho que já lhe fiz essa pergunta anteriormente. Não é o momento de perguntas, mas é que há informações de que houve uma redução dos investimentos no ano passado com relação à questão da dengue. Então isso nos preocupa porque, na realidade, se o investimento diminui ela cresce. As questões da dengue crescem em função, vamos dizer assim, porque a dengue quando passa esses momentos de crise, podemos dizer assim, aguda, parece que, de repente, se baixa a guarda e está comprovado que não se pode

baixar a guarda, não pode, de forma nenhuma, deixar de ter um trabalho intensivo permanente com relação à dengue. Então passo a palavra ao Dr. Fabiano para o seu pronunciamento.

SR. FABIANO PIMENTA: Bom dia a todos. Eu queria cumprimentar a Senadora Rosalba Ciarlini, Senador Antonio Carlos Valadares, colega de mesa Valmi Peçanha, Dr. Victor Berbara, Sandro Oliveira. Muitas das questões de contexto que eu ia apresentar, o Dr. Victor já apresentou e, na verdade, então até pela brevidade da apresentação eu vou procurar caracterizar com as questões que eu considero adicionais e mais importantes. Pode passar o próximo slide.

Eu acho que isso é muito importante nós discutirmos um pouco os determinantes da expansão da dengue no Brasil. Todos nós sabemos que o mosquito *Aedes aegypti* é um mosquito essencialmente urbano que gosta de ambientes artificiais. E hoje nós temos altas densidades populacionais e 81% da população brasileira concentradas em centros urbanos que é onde o mosquito está. Nós temos alguns problemas conjunturais e de estrutura no nosso país como, por exemplo, a heterogeneidade no afeto irregular de água entre as regiões, um aumento sem precedentes da produção de lixo urbano com destino inadequado. E lembrando que muito desse lixo urbano são plásticos e são descartáveis e o vetor gosta de criadouros artificiais. A vulnerabilidade para introdução de novos sorotipos que o Dr. Victor Berbara já colocou, mas só para os senhores terem uma idéia da dimensão disso, 35 mil pessoas viajam por mês entre Manaus e a Venezuela, que é um país vizinho que tem o dem(F) 4 que é o único que não circula no nosso país. E um aumento importante da mobilidade da população e do fluxo de turismo que leva consigo os vírus e a possibilidade de introdução da circulação da doença em áreas infestadas. Esses slides já foram apresentados pelo Dr. Victor. Pode passar.

E aí caracterizando melhor a questão do abastecimento de água. 18 milhões de pessoas sem acesso a água encanada. Entre os atendidos, boa parte convive com o serviço prestado de forma precária. E aí é importante destacar a intermitência do abastecimento de água. Muitas vezes existe uma cobertura de abastecimento de água, mas a população é obrigada a armazenar em tambores e tonéis que são excelentes criadores de *Aedes aegypti*, um prato de vaso de planta tem 200, 300ml de água, um tambor tem 100 litros de água, e aí nós temos mais ovos, mais larvas, mais pupas e, por consequência, mais adultos. Pode passar.

A questão do lixo urbano 32% do lixo urbano concentrado em 13 cidades acima de 1 milhão de habitantes. Pode passar.

A questão do fluxo turístico, o Rio de Janeiro sendo alvo dos 38% dos turistas que visitaram o Brasil no período de 2002 a 2004. Pode passar.

E aí esse cenário conforma todo um elenco de criadouros que são absolutamente favoráveis à infestação pelo mosquito *Aedes aegypti* que estão aí colocados e ilustrados. Pode passar.

Esse cenário não permite outra abordagem que não seja uma abordagem intersetorial com programa baseado, no mínimo, em dez componentes: de vigilância epidemiológica, entomológica integrada de combate ao vetor, de assistência aos pacientes, de integração com a atenção básica, ações de saneamento ambiental, ações de educação em saúde, mobilização social, capacitação de recursos humanos, legislação; entendendo a legislação entre vários aspectos como aquela que, inclusive, permite a entrada dos agentes nas casas onde existem focos e que o morador não permite o acesso, é claro que este como último recurso, a legislação que busca reverter situações de comércios, de indústrias e outros locais que são reiteradamente focos do mosquito *Aedes aegypti* colocando em risco a sua comunidade, a sua vizinhança; uma sustentação político social e um acompanhamento e avaliação permanente do programa. É importante frisar que nesse contexto da descentralização e que é um aspecto constitucional do nosso país na nossa constituição e na Lei Orgânica de Saúde, essas atribuições de cada uma das esferas de governo estão absolutamente definidas e aprovadas pelas três esferas de governo por intermédio de uma portaria que foi aprovada no âmbito da Comissão Intergestores Tripartite, que tem representação do Governo Federal, dos estados e dos municípios, de forma que a complementaridade das ações das três esferas de governo permita o enfrentamento de um problema tão complexo como é essa questão da dengue. Pode passar o próximo.

Essa é a curva da incidência da dengue no Brasil, com pico epidêmicos em 98, 2002 e um aumento da incidência nos anos recentes. Pode passar.

Oitenta e seis por cento dos casos se concentram no período de janeiro e maio pelas condições climáticas de chuvas e temperaturas mais elevadas que favorece a proliferação do vetor. Pode passar.

O início da infestação e da ocorrência de casos pelas regiões Sudeste e Nordeste e depois para todas as regiões do país. Esse slide já foi mostrado. Pode passar.

Esse slide mostra que a circulação simultânea de três sorotipos do nosso país cria a possibilidade

de uma maior ocorrência de formas graves da doença. Pode passar.

A maior ocorrência de formas graves da doença e a introdução de novos sorotipos aumentam as internações hospitalares em função da complicação dos casos. Esse slide ilustra bem isso. Pode passar.

E nós temos um fenômeno mais recente que é um aumento do acometimento em crianças. Isso tem uma explicação. Por exemplo, o dem(F) 2 circulou no Brasil de forma mais intensa até meados da década de 90. Ele veio a ser reintroduzido agora em 2007, 2008 e significa que as crianças até 14 anos não têm a imunidade para esse sorotipo, tiveram contato anterior com dem(F) 3 e essa sobreposição de circulação com dem(F) 3 com crianças ou adolescentes que não têm imunidade para o dem(F) 2 cria uma situação de maior proporção de ocorrência nessa faixa etária e também de uma ocorrência de formas graves em função de um contato recente com a outra forma. Pode passar.

Rapidamente, a situação a Senadora Rosalba já colocou. Os dados atualizados com base nas informações da Secretarias Estaduais de Saúde nós temos no período de janeiro a abril até a semana 14 uma redução de 10% do número de casos de dengue no Brasil quando comparado com o mesmo período do ano passado, entretanto, temos aumentos nas regiões Norte, Nordeste e Sudeste. Pode passar.

E aí na região Norte o maior aumento concentrando em Rondônia, Pará e Amazonas, Minas Gerais é uma situação de pequena redução, Espírito Santo e Rio de Janeiro com aumento. Pode passar.

São Paulo com redução, Mato Grosso do Sul e Mato Grosso com redução, Paraná com redução, Santa Catarina e Rio Grande do Sul com aumento, mas são casos importados. Esses dois estados, nesse momento, não tem caso autocness(F), e a região Nordeste, como a Senadora já colocou, destaco o Rio Grande do Norte, Bahia e Sergipe, principalmente, com aumentos consideráveis. Pode passar.

Esse é o resumo da situação epidemiológica com 10% de redução, 77 óbitos por febre hemorrágica de dengue, mais 53 por dengue com complicações já confirmadas, existem outros óbitos sem investigação. Pode passar.

Esses municípios que estão em vermelho são os municípios que têm maior incidência de dengue no país, uma incidência acima de 300 casos por 100 mil habitantes. Pode passar.

E aí dentro das atribuições do Ministério da Saúde em relação às ações de prevenção e controle da dengue, eu destacaria uma avaliação independente do programa realizado pela Organização Mundial de Saúde e OPS que, infelizmente, mostra que nós não

temos nenhum outro arsenal a ser incorporado no Programa Nacional de Controle da Dengue como vacina, como algum outro tipo de produto que pudesse ser introduzido mais imediatamente. Nós temos, sim, vacina em processo de desenvolvimento, nós temos uma armadilha baseada em feromônio do mosquito *Aedes aegypti* que atrai mais as fêmeas que foi desenvolvida pela Universidade Federal de Minas Gerais e essa armadilha está sendo apoiada pelo Ministério da Saúde o seu desenvolvimento, mas, entretanto, qualquer introdução de uma nova tecnologia precisa estar respaldada por um comitê técnico assessor de especialistas do Ministério da Saúde, de uma forma que nós estamos introduzindo uma nova ferramental numa situação de 180 milhões de pessoas expostas e isso custa recursos públicos e não pode ser feito sem a devida comprovação e sem que todas as dúvidas estejam esclarecidas, e o Ministério está trabalhando junto com a academia [soa campainha] para que essas dúvidas sejam esclarecidas.

E, principalmente, eu destacaria a normatização técnica muito enfocada para atenção aos pacientes com dengue, com manuais para médicos, para enfermeiros destacando tanto adultos como crianças, uma vez que diante desse contexto da circulação de três sorotipos e que favorecem a ocorrência de formas graves, a concentração na questão assistencial para que se evitem óbitos é de fundamental importância. Foi por isso que essa série de medidas foram tomadas e que o Ministério da Saúde fez uma parceria com o Conselho Federal de Medicina e a Associação Médica Brasileira, de forma que todos os médicos brasileiros, independente da sua especialidade, eles receberam, desde que tivessem com seu endereço atualizado no CFM(F), um CD Rom que permite a abordagem da dengue desde a questão da atenção básica até a média e alta complexidade. Pode passar.

Aí estão as características desses materiais que foram encaminhados e que foram produzidos pelo Ministério da Saúde. Pode passar o próximo.

E aí estão exemplos da dimensão da esfera federal no controle da dengue. No PACS Saneamento 3 bilhões focados para a questão do saneamento específico para a questão da dengue. A transferência do teto financeiro de vigilância em saúde para estados e municípios executar as ações fundo a fundo, casa a casa; mais de 100 mil profissionais capacitados, quase 2 mil veículos, 900 nebulizadores entregues, capas e tampas de caixa d'água, uma parceria com a ANIP – Associação de Indústria Pneumática do país para instalação de ecopontos para destino adequado de pneus e mais de 40 milhões investidos em campanhas publicitárias. Aí, Senadora eu acho que a gente pode-

ria no debate esclarecer melhor. Mas, na verdade, não houve diminuição de recursos de transferência estados e municípios em relação à questão das ações de prevenção e controle da dengue. Na verdade, sim, nós temos um orçamento de 2008 que o Ministro Temporão junto com o Ministério do Planejamento e junto com outros órgãos de governo têm trabalhado para resolver essa situação, sim para 2008 em que houve a partir da adequação no legislativo alguns cortes e esses cortes atingiram os recursos específicos do programa de dengue, malária, no programa nacional de imunizações, entre outros, mas que não tiveram nenhuma influência no ano de 2007 e que esses recursos, são recursos que o Ministério usa para comprar insumos estratégicos como inseticidas, bioinseticidas(F) e que nesse período não houve nenhuma falta desses insumos para que os estados e municípios garantissem a continuidade das ações de prevenção e controle da dengue.

Entretanto, nós temos esse desafio da reconstituição do orçamento de 2008, para que no segundo semestre de 2008 nós não tenhamos nenhuma solução de continuidade nessas ações de prevenção e controle da dengue desempenhada pelos estados e pelos municípios. O Ministro Temporão está priorizando essa ação junto com o Ministério do Planejamento e aí tem um ponto extremamente importante que nós precisamos trabalhar conjuntamente e é a questão da Emenda Constitucional 29 que, com certeza, vai ajudar resolver essa questão do financiamento do setor saúde, não só para essa questão específica da dengue, mas para todas as outras demandas que o Sistema Único de Saúde apresenta no nosso país. Pode passar.

A questão da campanha permanente baseada na entrevista que o Dr. Victor Berbara já colocou. Ontem nós estivemos acompanhando o Ministro Temporão numa Audiência Pública semelhante na Câmara dos Deputados e que o compromisso do Ministério da Saúde é manter essa campanha de forma permanente, de forma duradoura, de forma que esse conhecimento que a população demonstra conhecer em relação à dengue seja transformado em atitude, e esse é um desafio que todos nós temos Ministério da Saúde, estados, municípios, sociedade, Poder Legislativo, Poder Judiciário e organizações não governamentais. Pode passar.

Neste aspecto eu destacaria uma busca incessante de parcerias com vários segmentos da sociedade, inclusive, TV Câmara, TV Senado entre outras, no sentido de que esse conhecimento seja repassado e seja transformado em atitude sem uma transferência de responsabilidade para a comunidade. Pode passar.

Eu vou me ater mais ao levantamento rápido de índice de infestação, o nosso colega Victor Berbara já enfatizou. E o grande desafio é que esses levan-

tamentos rápidos de índice de infestação sejam difundidos também na esfera municipal de forma que em cada bairro, em cada quadra, a população tenha conhecimento da infestação do *Aedes aegypti* na sua comunidade, qual é o criadouro predominante, se é o prato de vaso de planta, se é a caixa d'água, se é a laje que é uma peculiaridade importante no município do Rio de Janeiro, para que na somatória de esforços entre Poder Público e população nós possamos manter níveis sempre abaixo de 1% e que mesmo que haja entrada de um novo sorotipo no país que é o sorotipo dem(F) 4, a possibilidade de inspeção de ocorrência de epidemia seja minorada com essas medidas. Pode passar. Pode passar.

Eu destacaria de extrema importância, Srs. Senadores, senhoras e senhores aqui presentes o desafio que nós temos de garantir a continuidade da ação no momento em que temos eleições municipais, que nós temos ainda um contingente de agentes de campo de endemias e agentes comunitários de saúde que tenha um vínculo ainda não estável, um vínculo por resolver e que, muitas vezes, até mesmo para fazer alguns ajustes relacionados a várias legislações pertinentes, muitos desses profissionais são demitidos num momento em que eu mostrei aquele gráfico da sazonalidade da dengue que de outubro a maio nós temos a situação de maior favorecimento à multiplicação do vetor, maior favorecimento da multiplicação do vetor, maior chance de ocorrência de epidemias, se aquela população daquela área fosse suscetível ao sorotipo que está circulando.

Então o trabalho que nós temos em conjunto governo e sociedade é de garantir a continuidade de ações nesse período de um momento tão salutar que são as eleições municipais e que a democracia se faz exercitada. Pode passar.

Aí a situação da incidência no Estado do Rio de Janeiro. Esses que estão em vermelho são municípios que tiveram incidência acima de 300 casos por 100 mil habitantes. Pode passar.

A situação do município do Rio de Janeiro nosso Subsecretário já apresentou. Pode passar.

E aí, apenas para encerrar, destacando o repasse do teto de vigilância e saúde para o Estado do Rio de Janeiro. A unidade federada, como um todo, são 54 milhões reais dos quais é um acordo feito na Comissão Intergestoras Bipartite e local, a Secretaria Estadual de Saúde recebe 3 milhões de reais por ano e o município do Rio de Janeiro no ano passado 22 milhões de reais, porque esses recursos são destinados à implementação das ações de combate ao vetor, visita casa a casa que são atribuições eminentemente municipal. Outros recursos adicionais que o Ministé-

rio passou e não vou detalhar aqui pelo adiantado da hora. Pode passar.

Telemarketing e ações. E a transferência de material de microscópios e veículos para junto com a Secretaria de Estado, Saúde e Defesa Civil e o município dá vazão a essa situação.

Eu, para finalizar, acrescentaria que aquela avaliação independente que o Ministério da Saúde está fazendo em relação ao Programa Nacional de Dengue se encontra em curso e que nós finalizaremos essa avaliação junto com a Organização Pan Americana de Saúde e a Organização Mundial de Saúde até o mês de outubro, de forma que eventuais adequações no Programa Nacional de Controle da Dengue que sejam indicados por essa avaliação independente de comum acordo com o CONAS que representa os estados, as Secretarias Estaduais de Saúde e o CONASEMS que representa os municípios, a sua viabilidade seja discutida e que nós possamos implementar para melhorar a capacidade de resposta do Sistema Único de Saúde a esse desafio que a dengue representa para o cenário brasileiro e para o cenário dos países tropicais. Muito obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Eu gostaria de agradecer ainda ao Dr. Fabiano pela sua explanação. Passar a palavra ao Senador Valadares.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Sra. Presidente, Srs. convidados a esta Audiência Pública aprovada por esta Comissão já há alguns dias durante a evolução da crise do Rio de Janeiro e também de outros estados da federação brasileira.

E o nosso objetivo, quando apresentamos esse requerimento, já que havíamos feito, pelo menos, dois pronunciamentos no plenário, inclusive, tive a honra de ser aparteado pela Senadora Rosalba num desses pronunciamentos, nós enfocamos a questão da gravidade da epidemia, sem nenhum intuito de transformar este caso num caso político, num caso partidário. A convocação dos senhores teve como único e essencial fundamental objetivo fazer um debate e através desse debate nós colhermos informações, sugestões que sendo tomadas por esta Comissão e ouvidas e vistas pela TV Senado, os interessados, já que somos todos nós alvos de uma possível doença como esta, pudéssemos então nos orientar melhor através de um esclarecimento técnico tal como foi apresentado por todos os senhores. É verdade que não só o Rio de Janeiro foi atingido pela epidemia da dengue, vários estados, para não dizer todos os estados da federação brasileira, uns tiveram uma redução do percentual da incidência de infestação, mas outros, ao contrário, infelizmente, aumentaram em comparação com o ano

2007 o índice de infestação. Inclusive, eu posso falar que dentre esses estados, infelizmente, o Estado do Sergipe, o estado que eu represento. E nós sabemos da alta responsabilidade com que o governo estadual vem dirigindo aquele estado, mas, entretanto, houve um aumento considerável, segundo levantamento que foi feito pelo próprio Ministério da Saúde onde Sergipe cresceu muito mais do que o Rio Grande do Norte em matéria de incidência da dengue, um número realmente absurdo de 1.271%, este foi o incremento em relação ao ano de 2007. Então eu sou de Sergipe, o governo que está à testa da direção do estado é um governo que eu apoiei e apóio. Em nenhum momento eu tive qualquer interesse politicamente ferir seja o Governo do Estado do Rio de Janeiro, seja o Ministério da Saúde, seja o governo municipal do Rio de Janeiro.

Então o essencial é que através das informações que nós recebemos, quem sabe as autoridades municipais de outros Estados da Federação e dos próprios Estados do Brasil poderão se aparelhar melhor, tanto do ponto de vista técnico, como do ponto de vista social, já que pelo que nós estamos vendo nenhum estado está livre de ser alvo de epidemia tão terrível responsável no Brasil por centenas de morte, este ano, inclusive o Rio de Janeiro com mais de 100 mortes. Só na capital do estado 63 foi o número aqui divulgado tanto pelo representante da cidade do Rio de Janeiro, como pelo Ministério da Saúde.

Mas eu gostaria de diante da explosão da dengue, eu gostaria de, em primeiro lugar, saber até que ponto, do ponto de vista do turismo, por exemplo, prejuízo que tomou o Rio de Janeiro se houve neste período entre janeiro e maio uma queda acentuada ou se manteve no mesmo nível do ano passado em relação às visitas de pessoas que gostam do Rio de Janeiro, apreciam as suas belezas e, anualmente, comparecerem àquela cidade, aquela cidade maravilhosa hoje vista, no mundo inteiro, muito bonita, mas perigosa, não apenas do ponto de vista da dengue, mas também do ponto de vista da violência, infelizmente. Então essa é a primeira pergunta. Segunda pergunta: nós sabemos que existem três ou quatro vírus da dengue, quatro vírus e, talvez por causa disso é que nós não encontramos ainda cientificamente uma vacina que viesse combater o mosquito da dengue. Qual a previsão, perguntaria ao representante do Ministério da Saúde, ao Dr. Fábio Pimenta, qual a previsão que o Ministério da Saúde faz de encontramos uma vacina, assim como encontramos para a febre amarela que o vetor é o mesmo, a previsão para encontrarmos uma vacina eficiente de combate ao mosquito da dengue? Terceira pergunta: nós temos várias capitais do país aqueles chamados canais que são verdadeiros córre-

gos de água servida e que proporcionam, sem dúvida alguma, mais um hospedeiro para o mosquito da dengue. Gostaria de saber se o Rio de Janeiro ainda usa em determinadas áreas o chamado fumacê, não sei se a Senadora conhece esse termo. V. Exa. foi prefeita, uma das prefeitas mais ilustres do município de Mossoró no Estado do Rio Grande do Norte. E quarto lugar, quarta pergunta: nós sabemos que o Ministério da Saúde, praticamente, já entrevistou uma vez no município do Rio de Janeiro e essa intervenção redundou posteriormente na saída do Ministério da Saúde do Rio de Janeiro e se esperava que com a adoção de medidas tomadas pelo Governo Federal, inclusive, de apoio não só ao Estado, como também ao município essa situação da dengue não viesse a recrudescer e, no entanto, recrudescer. Então há uma acusação, por exemplo, quando eu estava falando... O primeiro pronunciamento a Senadora Ideli Salvatti nos deu a informação de que a cidade do Rio de Janeiro, a prefeitura não só não aceitou a reintegração de funcionários do Ministério da Saúde, conforme falou o representante da área dos trabalhadores, como também se recusou a abrir os postos de saúde nas 24 horas, na tentativa de diminuir o sofrimento da população atingida pela epidemia. Então até que ponto a Prefeitura do Rio de Janeiro se considera responsável por essa atitude? Se há nesse episódio que, a meu ver, é uma fala de integração, eu não digo do Governo do Estado com o Governo Federal, mas há uma imagem construída durante sucessivos episódios de que não há uma integração, não há uma boa convivência política entre o município do Rio de Janeiro e o Governo Federal. Então se isso é verdade por que está acontecendo? Queremos saber da verdade. O Ministério da Saúde tem sido eficiente na oferta de recursos humanos e financeiros, materiais no intuito de dar cobertura não só ao estado como ao município do Rio de Janeiro nessa verdadeira batalha que trava na saúde contra a dengue? Quanto à afirmação do Dr. Sandro Alex de Oliveira, Diretor Executivo da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Seguridade Social de que o município do Rio de Janeiro, muito embora, tenha havido boa vontade do Governo Federal em fazer a cessão através de um processo de reintegração de 5.792 vigilantes. Se houve realmente essa recusa e por que não se aumentou o contingente de agentes sanitários já que o montante de 2 mil e poucos agentes é insignificante diante de uma população tão numerosa quanto a da cidade do Rio de Janeiro? Na época do combate à febre amarela, segundo dados que eu colhi, nós tínhamos na cidade do Rio de Janeiro cerca de 5 mil agentes no combate à febre amarela, na época de Oswaldo Cruz e, de repente, hoje com uma

população não sei quantas vezes maior nós passamos a ter apenas 2 mil agentes do município. Então não seria, vamos dizer assim, do ponto de vista social um ato inteiramente responsável, recusar oferta tão importante que fora feita pelo Ministério da Saúde. Por enquanto são essas perguntas. No decorrer do debate quem sabe poderão surgir novas outras. Agradeço a V. Exa. Presidente, já que estamos sessão já iniciada no Senado, Sessão Plenária.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Obrigada, Senado Valadares.

Eu gostaria agora de passar a palavra para resposta às suas perguntas. Vamos começar aqui com o primeiro do Ministério da Saúde.

SR. FABIANO PIMENTA: Inicialmente, eu queria agradecer o espírito construtivo desta audiência. Eu acho que a gravidade que a dengue tem não só no Brasil, como foi apresentado pelo Victor, eu tinha apresentado mais de cem países do mundo, país de cem milhões de casos, vidas e agora com a tendência de ocorrência em criança, eu acho que somente com a união de esforços e aqui não é nenhuma retórica de palavra, mas união de esforços de estar as três esferas de governo, da sociedade sem significar transferência de responsabilidade para sociedade, mas, sim, uma interação de responsabilidades é que nós vamos conseguir realmente enfrentar esse quadro num país que tem ainda, como eu disse, as questões de saneamento, de lixo por resolver e tem também grande concentração de população em centros urbanos, que a Senadora foi prefeita e sabe a dificuldade que é de se dar resposta a essas demandas crescentes cotidianas e que influenciam diretamente na infestação por *Aedes aegypti*.

Mas eu vou objetivando as perguntas que o senhor fez, Senador. Eu só queria ressaltar que é muito importante participar de coisas que tenham esse espírito construtivo. Eu acho que só assim nós vamos resolver o problema do nosso país. É que a questão da vacina, infelizmente, por mais otimista que nós sejamos, antes de cinco anos ela não estará disponível para utilização em nível de saúde pública e população. A dificuldade, o senhor já colocou um ponto dessa dificuldade, o dengue são quatro sorotipos, a vacina tem que dar proteção aos quatro sorotipos sob pena da vacina ser um instrumento de agravamento da situação. Digamos que ela proteja, inicialmente, pelos quatro sorotipos, mas de um determinado momento essa proteção caia e a pessoa venha a se infectar, venha ser contaminado com um novo sorotipo e ela pode ter, inclusive, uma exacerbação dos sintomas clínicos em função dela ter um contato com o vírus anterior e um

contato vacinal, diferentemente da febre amarela que, felizmente o vírus é um só.

O Ministério da Saúde tem procurado dentro das possibilidades apoiar as iniciativas que existem em relação a essa questão da vacina. Nós temos aí uma possibilidade de intercâmbio entre o Instituto Butantã com os Estados Unidos, o departamento de saúde numa área específica lá que já estaria com a vacina na fase três, que é a fase de teste em nível de populações, é claro que com todas as questões éticas primeiro preservada, que isso estaria disponível já no final de 2008, 2009 para se fazer esse teste em nível 3. Nós estamos não só torcendo, mas apoiando no que for necessário para que isso se consolide e o Brasil tem todo interesse de apoiar, de trabalhar; inclusive com aporte de recursos do próprio BNDS para o Butantã para se isso vier a ser verificado.

O Ministro Temporão determinou ao Secretário de Ciência e Tecnologia e Insumos Estratégicos, o Dr. Reinaldo Guimarães, um mapeamento de todas as pesquisas relacionadas à dengue no Brasil, no sentido não de pulverizar recursos, mas de verificar aquelas que estão em estágio mais avançados e aportar os recursos necessários para que esses grupos de pesquisa tenham a sua oportunidade de desenvolvê-las, mas, mais uma vez, pensando em focalização de esforços e não dispersão de recursos que aí nesse caso não é estrategicamente.

Diante desse quadro, Senador, a única chance que nós temos é trabalhar no sentido de manter níveis mais baixos de infestação domiciliar do mosquito *Aedes aegypti* e aí eu destacaria como produto, digamos, mais próximo da realidade para ser incorporado na saúde pública as armadilhas que tenham especificamente o feromônio que atraia a fêmea do mosquito *Aedes aegypti* que permite você mapear com maior praticidade, com maior especificidade as áreas que estão mais infestadas para você, no nível municipal, entrar com as ações de coleta de lixo, limpeza urbana, educação e meio ambiente para que você mantenha níveis mais baixos do mosquito *Aedes aegypti*.

O que eu poderia dizer, e aí eu falo para o Victor e para o Valmi é que, independente das questões que qualquer epidemia de dengue exacerba em relação às questões políticas, a Secretaria de Vigilância e Saúde e o Ministério da Saúde procurou e tem procurado pautar pensando, principalmente, na população brasileira. E essa questão de aportar os inseticidas, aportar os recursos e aportar toda a expertise do Ministério e os equipamentos necessários para que essa questão do enfrentamento de uma situação dramática que a população do Rio de Janeiro viveu, os esforços não foram poupados. O compromisso do Ministro Temporão e da

sua equipe não só dentro do Sistema Único de Saúde, mas com a população brasileira é nesse sentido. Se houver alguma discussão, que essa discussão seja depois que o problema esteja solucionado.

Então essa é a orientação que nós recebemos, nós procuramos absolutos cumpri-la da melhor forma possível. E eu posso dizer que no âmbito técnico com o Dr. Victor Berbara, com o Dr. Valmi, com o Dr. Mauro Blanco, nós não tivemos nenhum tipo de problema para implementar as medidas de controle. E, é claro, que o município do Rio de Janeiro tem algumas especificidades que acho que não cabe aqui entrar em nível de detalhe, que complicam muito a implantação de medidas de controle. Eu destacaria uma, por exemplo, a questão da, para encerrar a minha fala, a questão da segurança, além de várias outras questões de número de agentes e atenção básica, 40% das casas que os agentes do município do Rio de Janeiro buscam entrar, existe um problema para que eles entrem, isso significa, Senador, uma cidade do tamanho de Belém sem ser trabalhada, se todas as outras condições tivessem cumpridas e fossem ótimas. É um desafio para a saúde pública resolver e equacionar esse problema e a saúde pública, nesse caso, não se pode resumir no setor saúde, ela transcende absolutamente o setor saúde e passa por vários outros setores.

Eu me encontro à disposição se alguma outra questão eu não respondi, mas para esgotar.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Presidente, me permite. Dr. Fabiano e aquela questão da reintegração que se referiu o Dr. Sandro de Oliveira de servidores do Ministério da Saúde para o Rio de Janeiro, a cidade do Rio de Janeiro, que esta oferta teria sido recusada?

SR. FABIANO PIMENTA: Isso aí é o seguinte, eu não coloquei esse assunto, porque o Dr. Victor Berbara, com certeza, iria colocar com maior profundidade, mas veja bem. A partir do momento que houve a reintegração desses agentes, a distribuição desses agentes junto aos municípios do Estado do Rio de Janeiro passa como todas as outras decisões do Sistema Único de Saúde pela Comissão Intergestores Bipartite que tem uma representação do próprio município do Rio de Janeiro, da Secretaria Estadual de Saúde do Rio e de outros municípios. No momento inicial dessa reintegração e o Dr. Valmi não estava na gestão do município do Rio de Janeiro, foi colocado na Comissão Intergestores Bipartite que o município do Rio de Janeiro abriria mão da integração desses municípios no seu território, desses agentes, desculpe. E por esses motivos foram alocados em outros motivos, existe, inclusive, municípios que têm uma concentração...

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Então V. Exa. está confirmando a informação do Dr. Sandro?

SR. FABIANO PIMENTA: Naquela oportunidade de 2002, sim.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): 2002?

SR. FABIANO PIMENTA: 2003 na reintegração, naquela oportunidade.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Depois da crise de 2002?

SR. FABIANO PIMENTA: Exatamente. E o que eu gostaria de acrescentar é que na preparação para os Jogos Pan Americanos e agora com esse nível de transmissão no município do Rio de Janeiro, de comum acordo com a Secretaria Estadual do Rio de Janeiro e com a concordância do município e também uma discussão e com a concordância dos agentes que colaboraram nesse sentido, 1.200 agentes foram remanejados de outros municípios para atuarem no município do Rio de Janeiro, como medida preparatória para os Jogos Pan Americanos, para intensificação das ações de combate ao vetor para complementar a força de trabalho do município do Rio de Janeiro, e agora no verão de 2007/2008 300 agentes foram convocados para trabalharem com aquelas ações de aplicação de inseticidas fumacê, mas a máquina costal de aplicação que é uma atividade de um esforço físico importante, por isso que ele tinham que trabalhar em dupla e ser renovados em cada momento e esses agentes foram convocados pelo Ministério de comum acordo com o estado e estão ainda trabalhando no município do Rio de Janeiro.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Agora eu gostaria de passar a palavra para o Dr. Sandro. Peço só que as respostas sejam rápidas porque nós estamos no horário da sessão.

SR. SANDRO ALEX DE OLIVEIRA CEZAR: Obrigada, Senadora. Nós vamos procurar objetivar. Qual é o problema que a gente acaba por elencar aqui? Não há como e nem deve ser feito dessa forma a atenção e o combate a endemias, ou seja, tem uma questão sazonal que a ocorrência de um evento do porte que foi o Pan Americano do Rio de Janeiro aí se convoca 1.300 pessoas durante aquele período que é um período de relevância onde o Brasil está voltado, os holofotes mundiais estão voltados para o país, o país pleiteia sediar Olimpíada, futuramente, Copa do Mundo e outros eventos internacionais daquela importância e aí naquele momento há uma grande integração e se aceita a mão-de-obra. Para você ser idéia, Senador Valadares, lá no Rio de Janeiro eram 3.300 homens,

isso na época em que o Ministro Adib Jatene, ou seja, mais de dez anos atrás estava atuando enquanto Ministro, naquela ocasião já eram mais de 3 mil. E naquela ocasião já se tinha estimativa que era necessário para atender a esta demanda de coisa de mais de 5 mil homens. Não se pode hoje, no ano de 2008 muito mais do que cem anos de quando a brigada dos mata mosquitos que eram assim chamados aquele pessoal que trabalhava com o então grande fundador ou, vamos dizer assim, um dos grandes precursores da saúde pública brasileira Oswaldo Cruz, já se tinha muito mais do que 5 mil homens atuando naquela unidade da federação. Não se pode hoje, passados 100 anos depois, com aumento substancial no número de imóveis, não só no número de habitantes, mas no número de imóveis. Quando se fala aqui que há integração, tem 300 homens nesse momento lá no Rio de Janeiro. Se os senhores se deslocarem até lá, fizerem diligência, o senhor vai verificar que tem uma centena de carros parados à disposição, recursos da União, são carros do Governo Federal disponibilizados aos municípios totalmente parados, enquanto isso a população sendo penalizada por uma epidemia e por uma endemia que é próprio de países pobres. E a gente sabe das realidades e da diversidade nacional que tem entre as regiões desse país. E não é por acaso, é estranho, o Sudeste, a região mais desenvolvida do país que não tem o mesmo perfil psicográfico do resto do país, não tem o mesmo perfil, é o lugar aonde cresce os números. Deve-se haver alguma coisa que está equivocada. E o que a gente gostaria de estar, mais uma vez, ressaltando aqui para a Comissão de Assuntos Sociais que deveria ser pensado uma possibilidade, Dr. Fabiano, e aí fica a sugestão para o Ministério da Saúde de uma maior integração entre o PACS, PSF e as equipes que trabalham no controle ao vetor.

O que nós pedimos ao gestor municipal lá para concluir lá no Rio de Janeiro, o gestor municipal lá, ao representante do Governo do Estado é que se haja uma manifestação de vontade, e aí sim, a manifestação de vontade parte de alguém, parte da autoridade pública, e nesse caso não há como ser diferente que essa manifestação de vontade tem que ser da prefeitura municipal do Rio para regularizar a situação dos 1.200 agentes comunitários de saúde que estão lá trabalhando no Rio de Janeiro e que poderiam muito estar ajudando na questão do controle à epidemia e estão completamente deslocados dessa atividade. Esse é o nosso apelo. A gente agradece, mais uma vez, ao convite da Comissão de Assuntos Sociais do Senado para estar debatendo sobre o prisma da defesa do interesse dos trabalhadores, nós podemos dizer que os trabalhadores tanto da Fundação Nacional de Saúde

com os trabalhadores do quadro do município do Rio de Janeiro que trabalham no combate às endemias sofrem com a falta de equipamentos elementares de proteção individual, falta até mesmo o protetor solar. Tem orientação da Organização Mundial de Saúde para a população mundial não se expor aos raios solares entre 11 e 16h. Entretanto, esses trabalhadores são expostos pelo Poder Público sem que haja nenhum tipo de proteção ou oferta de alguma proteção para essas pessoas. E esse é o apelo que fica para esta Comissão. A gente agradece, mais uma vez, o convite e estamos à disposição para outra oportunidade.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Obrigada, Dr. Sandro. Eu quero passar a palavra agora ao Dr. Valmi Peçanha Pacheco para as suas considerações

SR. VALMI PEÇANHA PACHECO: Sra. Presidente, inicialmente agradecer a gentileza das perguntas do Senador Valadares, pena que o tempo não nos permite abordar da maneira que gostaríamos questões tão relevantes trazidas aqui.

A questão do turismo, evidentemente, que houve um prejuízo grande à cidade do Rio de Janeiro é de ressonância nacional e internacional. Entretanto, o acompanhamento feito pela Secretaria Municipal de Turismo no tocante à ocupação hoteleira mostrou que não foi muito significativa essa perda nesses três anos do ano, embora, haja outras questões relacionadas, além, da dengue que foi aqui citada a questão da criminalidade exacerbada, do banditismo que hoje chamam de violência.

Uma questão importante que V.Sa. traz aqui é a questão da intervenção ocorrida. Por acaso, o decreto que determinou essa intervenção, o Decreto 5.392 do dia 10 de março de 2005 permanece ainda em vigor. Apenas foi revogado um artigo, o art. 4º desse decreto, que fez com que fosse reabilitada à prefeitura da cidade a gestão plena do sistema municipal. E ainda persistem seqüelas dessa intervenção muito nítidas na cidade do Rio de Janeiro.

Gostaria de afirmar que esse assunto é um assunto até de estudo de caso importantíssimo, que nós sempre apresentamos à discussão porque aconteceu uma municipalização na cidade do Rio de Janeiro em que 28 unidades federais e 17 mil servidores foram transferidos à gestão da prefeitura e os valores de custeio das unidades federais, naquela ocasião, transferidos, permaneceram congelados como estão até hoje, o que fez, obrigou à prefeitura da cidade a colocar recursos do Tesouro do seu próprio Tesouro e a um endividamento crescente que foi verificado pelo Tribunal de Contas do próprio município. Esse assunto veio a ser resolvido por um termo de acordo celebrado

em setembro de 2005, um acordo celebrado entre o Ministério da Saúde e a prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, do qual não participou o Governo do Estado. São coisas curiosas dentro do próprio arcabouço jurídico institucional que estabeleceu o Sistema Único de Saúde no país. E, como eu disse, em razão disso, quatro unidades federais eram então sob a gestão municipal retornaram ao Governo Federal. É curioso que a dotação orçamentária que essas unidades apresentavam quando estavam na prefeitura, no momento em que passaram ao estado foram quadruplicadas imediatamente, mostrando que a situação orçamentária provocava uma lesão importante nas contas municipais. Mas é um assunto que ainda vai perdurar, eu acredito, e que seqüelas, como eu disse, ainda perduram, mas que não abateram, de forma alguma, o relacionamento, a integração dos técnicos das três esferas de Governo, o Ministério da Saúde... Eu sou servidor federal do Ministério da Saúde, do Governo do Estado e da própria prefeitura. Um diagnóstico, se me permitem falar medicamente, o diagnóstico que fiz na ocasião, com todo respeito, e por isso sofri retaliações é de que as paixões político partidárias, na ocasião, se exacerbaram a tal ponto, que suplantaram as verdadeiras razões e o interesse maior da população. O Rio de Janeiro ainda pagará muito por isso. Uma cidade que foi capital, como eu disse, durante 197 anos, capital durante o Brasil Colônia, capital durante todo o Império e capital da República até 1960, quando foi transferido aqui para o poder central, me parece que foi uma decisão tomada, a época, cujas conseqüências ainda perdurarão durante muito tempo.

Na questão dos agentes de endemias eu gostaria de afirmar que no momento a prefeitura tem 579 servidores da FUNASA estatutários, além, de 128 celetistas da FUNASA trabalhando nas equipes de controle de vetores dos 2.200 servidores. E, recentemente, ainda fora do período eleitoral, portanto, em fase legal, foi realizado um concurso público para admissão de 585 novos agentes de controle de endemias que já foram aprovados e estão em processo de contratação, da assinatura dos seus respectivos contratos e treinamento. É importante chamar atenção, que quando houve a reintegração dos funcionários da antiga FUNASA, antigos agentes de endemias, houve um período de grande defasagem aí desde a reintegração, que determinou muitas modificações no perfil profissional desses agentes. Eu posso aqui chamar o testemunho do Dr. Fabiano Pimenta e do próprio Dr. Victor Berbara quando da realização do Pan em que foi criada uma força tarefa, e aqui já foi citado, em que 1.200 funcionários foram chamados a colaborar naquele momento importante da história da cidade e porque não dizer da

história do país que sediava um evento de importância internacional. Foi uma dificuldade muito grande para os municípios da Baixada Fluminense cederem seus funcionários, a seleção que teve que ser feita, porque muitos estavam em desvio de função, já não exerciam a finalidade profissional há muito tempo. São questões que eu poderia aqui, o tempo não me permite, chamar a atenção.

Por outro lado, há que admitir também, certas limitações orçamentárias que todos conhecem, para dar aos Srs. Senadores, do orçamento da Secretaria Municipal de Saúde de Recursos próprios do Tesouro e a prefeitura obedece integralmente da Emenda Constitucional 29 na elaboração e na execução dos seus orçamentos, 80,4% dos recursos são para pagar pessoal. Ora, nós estamos, no caso da Secretaria Municipal e não da prefeitura, é claro, porque a prefeitura tem no seu maior contingente de servidores área de educação, a prefeitura da cidade tem 1.068 escolas, é a maior prefeitura em número de escolas do país, tem 700 mil alunos matriculados, aos quais se somam 50 mil em pré-escolar, é um peso grande para a prefeitura, certamente na busca do maior apoio a essas duas áreas importantes que são a saúde e a educação. Então essas limitações que a própria Lei de Responsabilidade Fiscal nos impõe, não nos permite ampliar como gostaríamos de chegar aos 5 mil mata mosquitos da época de Oswaldo Cruz, em 1904 no século passado. Veja os senhores que essa doença, à época, era a febre amarela. O vírus que provoca a febre amarela é um primo, é um flavivírus também que provoca a dengue. Para a febre amarela, como disse o nobre Senador, já se conseguiu uma vacina, no entanto, se luta, como disse aqui, muito bem, o nosso Dr. Fabiano Pimenta para a fabricação de uma vacina que atenda esses quatro sorotipos. De maneira que são essas considerações que eu gostaria de fazer e o tempo não me permite estender mais sobre outras questões que foram aqui chamadas a atenção. Mas dizer, por último, que nós nos encontramos também na cidade do Rio de Janeiro sob a visão, a meu ver, um pouco autoritária do Poder Judiciário que nos determina a abertura da totalidade dos 145 postos de saúde, que os senhores sabem, postos de saúde não são unidades para atendimento em emergência. Nos postos de saúde são executados os programas de saúde, imensa importância, o programa da hipertensão arterial, do diabetes, das doenças sexualmente transmissíveis e Aids, da tuberculose, da hanseníase. E, no entanto, nós que já vimos a prefeitura, tínhamos aumentado a força de trabalho da prefeitura estendendo a carga horária de 990 servidores conseguimos abrir já na ocasião da decisão judicial em caráter liminar 104

das 145 unidades que nos vimos, de repente, obrigados a cumprir a decisão.

O nosso Secretário Municipal, Dr. Jacob Kligerman, está com uma multa pessoal de 10 mil reais, o nosso salário no Poder Executivo Municipal não alcança esses números. Agora mais uma multa se aplica na entrada, na própria conta bancária do Secretário para lhe retirar 50 mil reais. São decisões como essas, que ontem mesmo estivemos em audiência na Vara de Fazenda Pública no Estado do Rio de Janeiro, para esclarecer aos magistrados as dificuldades que a prefeitura tem no enfrentamento dessa situação, mesmo porque não existe, como eu disse lá, competências privativas da prefeitura no Sistema Único de Saúde. O próprio arcabouço diz isso. Há uma solidariedade entre as três esferas de governo. Sem essa integração, sem essa articulação permanente e se não revermos a questão tributária, Srs. Senadores, da carga tributária, hoje que o país está submetido, cerca de 37% do Produto Interno Bruto, são dados da Fundação Getúlio Vargas onde eu trabalho, 70% estão concentrados na União Federal, 26% nos Estados Federativos e apenas 4% nos 4.564 Municípios. É uma situação que precisa ser revista, afinal de contas, a prefeitura é a executora das ações, é onde está mais próximo o governante do cidadão que reivindica, com toda justiça, por melhores acessos ao serviço de saúde, por melhoria de qualidade, mas onde está a menor capacidade arrecadadora, portanto, é preciso rever. Cada vez mais se delegam responsabilidades aos entes periféricos, aos entes republicanos, no entanto, não se faz acompanhar isso dos respectivos meios financeiros e de assessoria técnica para que se alcance esse objetivo.

Gostaria de encerrar essa minha participação aqui nesta mesa, agradecendo, mais uma vez, a honra de ter comparecido aqui em nome da prefeitura da cidade do Rio de Janeiro. Muito obrigado, Srs. Senadores.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Muito obrigada, Dr. Valmi. Eu gostaria agora de passar a palavra ao Dr. Victor Berbara.

SR. VICTOR BERBARA: Obrigado, Senadora. Vou ser mais rápido ainda sabendo que tem a Plenária agora.

Em relação à queda do turismo, comparando com o ano passado, eu diria que eu não tenho esses dados, mas, certamente, alguma coisa aconteceu e não só em relação ao turismo, mas a questão toda do movimento econômico, dias trabalhados não cumpridos, absenteísmo, essa coisa toda. Existe uma perda econômica grande.

Nós estamos buscando suprir isso, por exemplo, eu vou dar só um exemplo, agora nós estamos tendo um importante evento da natação que é classificatória

para os Jogos Olímpicos, e a melhor piscina, parque aquático do país, está no Rio de Janeiro. Então houve uma mobilização por parte do município e do estado para dar suporte a esse evento, porque senão eles iam tirar do Rio de Janeiro, e assim são outras situações.

A previsão para vacina foi colocada, a gente não deve colocar nenhuma esperança na vacina sob o risco da gente perder o foco. O foco hoje é mobilização, é através dela, mobilização da sociedade em geral, controle de vetor é que a gente deve conseguir controlar uma situação que a gente não tem como erradicar. Epidemia vai ter sempre. O que a gente tem que buscar é diminuir os custos dessa epidemia, os custos sociais provocados por ela.

É nesse sentido, inclusive, que o plano estadual de controle da dengue não leva esse nome, leva o nome de rede solidária de prevenção e controle à dengue. E a rede solidária busca integrar todas, não só as esferas de governo, mas toda a sociedade no combate dessa doença.

Eu ressalto também, como disse o Fabiano, o próprio Sandro colocou e o professor Valmi Peçanha de que melhorou e avançamos muito na questão dessa solidariedade e dessa integração das esferas de governo. Eu, pessoalmente, não sou da Secretaria de Estado de Saúde, eu sou cedido pelo Ministério da Saúde e pela prefeitura ao Estado, essa é a minha terceira passagem pelo estado e eu nunca vi, anteriormente, essa integração ocorrer da forma como está ocorrendo agora. Então eu sou otimista em relação a isso. E sou otimista também, apesar dos problemas que essa epidemia trouxe, mas ela apontou e desencadeou uma série de discussões no Estado do Rio de Janeiro em relação à prefeitura também. É o município do Rio de Janeiro nesse ano que é importante. É uma preocupação para nós técnicos a descontinuidade das ações em função de um ano eleitoral. A gente sabe que a eleição ocorre no princípio de outubro. Se um governante perde o seu apoio político, perde a eleição. Nós temos sérios riscos de descontinuidade das ações e até um novo gestor entrar, até tomar pé da situação, nós passamos uma nova epidemia. Então temos esse risco, mas, por outro lado, essa epidemia trouxe a discussão neste ano que é importante politicamente uma série de situações, primeiro: que modelo de saúde a gente quer nos municípios do Rio de Janeiro? Na metrópoli do Rio de Janeiro? E a capital, especificamente? A extensão da atenção básica, estratégia de saúde da família integrada com os agentes comunitários de saúde com outros atores sociais dentro daquela comunidade. Qual o perfil do profissional de saúde que a gente quer? E essa epidemia mostrou a deficiência de certos profissionais de saúde e são aquelas, por

exemplo, só falando da questão entre os médicos, a deficiência que nós temos de clínicos gerais, médicos generalistas e pediatras, nós tivemos, sim, dificuldades de pediatra atuando, por exemplo, nas tendas. Nós estamos formando muito especialistas e poucos médicos que estejam realmente que nós precisamos em termos de saúde pública. Ressaltar que a gente deve buscar também, a gente tem discutido isso junto, por exemplo, com os trabalhadores na área de saúde, a incorporação desses agentes e de novos agentes, inclusive, treinando, capacitando para integração à estratégia de saúde da família e outros representantes e outros trabalhadores envolvidos, por exemplo, em programas de geração de renda que é importante nós também termos uma proposta dentro da rede solidária nesse sentido. Enfim, eu acho que a gente tem que buscar também ensinamentos que essa grave epidemia nos deu nessa situação, é mais grave, sim, não em número de casos, mas de gravidade desses casos, foi muito séria e a tendência é cada epidemia que nós tivermos termos casos mais graves, como acontece no sudeste Asiático, inclusive, em países ricos, a dengue está presente, principalmente, naqueles países mais pobres, mas mesmo naqueles países ricos nós temos epidemias, mas a forma como eles enfrentam é melhor, é superior, é isso que a gente tem que buscar. Então agradeço a todos vocês esta oportunidade. E estamos à disposição por parte da Secretaria de Estado, Saúde e Defesa Civil de estarmos aqui presentes no futuro sempre que precisar.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Eu quero, mais uma vez, agradecer a presença do Dr. Fabiano Pimenta, Dr. Sandro, Dr. Victor e Dr. Valmi; dizer do quanto nós temos aqui que louvar o empenho de todos, porque a questão da dengue, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, na realidade ela não pode ser uma questão pensada por um partido, por um administrador. Nós estamos aqui nesta sessão, quando o Dr. Victor nos coloca a palavra “solidário”, essa é uma questão solidária com o Brasil, é uma questão da nação, podemos dizer até de segurança porque é saúde, é vida; tem reflexo também na questão econômica do país. E nós, muitas vezes, ficamos olhando só, vamos dizer, dentro daquele nosso, como diz, olhando somente para o nosso umbigo, não pode ser assim. Essa é uma questão do plano que segundo o Dr. Fabiano nos coloca, existe um plano de longo prazo nacional, que até ele ficou de nos mandar para que a gente conheça.

Nós queremos saber se os recursos existem? O plano existe. Se esses recursos existem ou se estão, devidamente, planejados para que não falte. Quando eu falo na descontinuidade, Dr. Fabiano, é porque

lembrem-se que existem contingenciamentos. E como eu sofri na pele, eu fui prefeita e me lembro de um período que quando eu fui assumi o segundo mandato da prefeitura, fui prefeita três vezes, assumi e no ano anterior tinha tido uma epidemia de dengue imensa na cidade. Então um dos pontos que, como médica, achava que a responsabilidade era ainda maior, era de mostrar que aquilo não poderia voltar a acontecer. Então começamos uma ação permanente, efetiva; só que teve um determinado momento que os agentes ficaram seis meses sem receber recursos porque não eram repassados.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Hoje é fundo, a fundo. Mas eu quero dizer que se hoje já foi corrigido existiram também essas questões. Então isso foi se avolumando, esses problemas todos foram crescendo e termina a dengue sem que haja uma forma de que a gente possa controlá-la para evitar essas exacerbações.

Então eu acho que é produtivo, sim, foi muito bom tirarmos muitas dúvidas, mas eu acho que o mais importante que fica daqui é esse sentimento de que isso é uma questão nacional, prioritária, não pode ser tratada como para enaltecer ou para tentar desmoralizar uma administração seja essa municipal, estadual ou federal. É uma responsabilidade de todos nós, porque o pior quando ficam essas questões jogando para um lado e para o outro, o que é que acontece? Quem sofre é a população e está aí o resultado: o número de mortes que vem acontecendo. É uma questão grave, séria e que nós precisamos, realmente ter uma forma de que ela seja tratada com prioridade permanente, não somente nos períodos chuvosos, não somente quando queremos levantar questões com saneamento básico, mas, permanentemente, ela seja tratada de forma a que não falte recurso, não falte atuação, não falte informação e não falte conhecimento. E que agentes de dengue não pode ser somente aqueles contratados para ser agentes de dengue, todos os que trabalham em saúde e em todas as áreas que têm contato com o povo, esses, de certa forma, é um agente para informar e para controlar.

Acho que eu queria...

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Presidente, para terminar, eu gostaria de...

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Aqui só um parêntese. E a burocracia. Esse Brasil é uma coisa como é difícil, principalmente, quem está lá na ponta, no interior. Muitas vezes, as cidades maiores: São Paulo, Belo Horizonte que estão em torno de Brasília chegam mais rápido,

têm mais acesso, mas aqueles que estão lá na ponta do Nordeste, do Norte, do Sul, menores, muitas vezes, têm mais dificuldades. Eu sei que tudo isso já avançou muito, Dr. Fabiano, com a questão de ser fundo a fundo, com a Internet. Eu acho que muita coisa no Ministério se faz diretamente com a internet, mas o que eu quero dizer aqui que não é somente o Ministério, é uma questão de muitos Ministérios e de muitas questões que precisam ser agilizadas, porque, muitas vezes, a gente tem essa dificuldade e a maior é a má distribuição de recursos em nível nacional. Não é possível. Por que é que nós temos que cobrar do Governo Federal que ele, realmente, não somente coordene, fiscalize e faça bem mais? Porque os recursos maiores da nação estão concentrados em nível do Governo Federal, aos municípios é tão pouco que mal dá para atender a demanda do dia-a-dia quanto mais nós chegarmos numa situação, muitas vezes, que temos que tomar medidas emergenciais, e aí a espera para conseguir chegar com um projeto, com uma informação isso demora muito.

Fica aqui só esse nosso apelo. E vou passar ao nosso Senador que quer complementar para que a gente possa encerrar, até porque muitos dos que aqui estão têm um voo já marcado agora para as 16h.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Presidente e srs. convidados, eu gostaria de agradecer as informações que para nós foram muito preciosas trazidas pelos senhores a esta Comissão, lamentando apenas que em virtude de um debate político, o lado social tenha sido deixado de lado, da ouvida da Ministra Dilma Rousseff e os partidos políticos em massa concorreram para a reunião da Comissão de Infra-Estrutura e muitos deles que, efusivamente e até de forma radical se manifestaram à tribuna do Senado contra a situação calamitosa do Rio de Janeiro e de muitos estados, não puderam comparecer a esta reunião que seria da mais alta importância que eles escutassem dos senhores os reflexos dessa crise sobre a população brasileira, as dificuldades de recursos, a falta de uma distribuição equitativa da rede nacional notadamente direcionada para os municípios, como se referiu o Dr. Valmi Peçanha, representante da Secretaria de Saúde do Estado do Rio de Janeiro.

Ontem a Senadora Rosalba, testemunha ocular da história, nós votamos numa proposta que, certamente, vai haver um incremento de, mais ou menos, 10 bilhões de reais até o ano 2011 em favor da saúde no Brasil. O PLS 121 da autoria do Senador Tião Viana que foi aprovado ontem e agora vai à Câmara dos Deputados onde sofrerá um grande debate com a perspectiva de ser aprovado, sem dúvida. Esperamos é que o Governo do social que é o governo do Presi-

dente Lula esteja sintonizado, como nós esperamos, com o pensamento dos senadores, dos deputados e da sociedade, de modo geral, de tal modo que nós possamos aumentar os recursos da saúde dos estados e, principalmente, dos municípios.

E, finalmente, eu gostaria de dizer que a mortandade ou mortalidade havida este ano, segundo dados que aqui foram mencionados pelo Ministério da Saúde 153 pessoas, quantas pessoas faleceram no Brasil em face da *Aedes aegypti*. 17 estados apresentam aumento no número de casos, o senhor relacionou os casos, 77 óbitos, casos de FHD e mais 53, 130. Então foram apenas 130, infelizmente, 130. Esperamos que nos próximos anos não haja mais...

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Isso considera os que foram confirmados, têm aqueles que não foram confirmados e as seqüelas daqueles graves que ficaram.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Eu acho que se houver uma política, como disse a presidente, permanente que seja prioritariamente considerada por todos os governos: federal, estaduais e municipais como prioritária essa causa, nós, sem dúvida alguma, no ano de 2009 teremos uma incidência muito menor mesmo porque foi uma grande lição. Queremos também acentuar o trabalho da imprensa que divulgou e divulga diariamente esta crise e colocando, sem dúvida, as autoridades numa situação difícil, difícil porque nada acontece de graça em matéria de saúde, de educação; é preciso interferência do Poder Público diariamente, permanentemente. Para tanto não basta apenas boa vontade, não basta mudar o modelo, não basta ter boas intenções, é preciso que haja recursos e esses recursos são proporcionados pela própria sociedade através da arrecadação. E com a reforma tributária que nós já estamos a discutir na Câmara dos Deputados e dentro em breve chegará no Senado Federal nós, quem sabe, iremos conseguir uma distribuição mais equitativa dos recursos da Nação em favor das unidades federadas. E os municípios, como se falou aqui, estão mais perto da população, precisam de mais recursos, precisam de maior atenção das autoridades do Congresso Nacional e do Governo Federal. Portanto, eu quero que o Rio de Janeiro que foi alvo, já estamos terminando, Presidente, a nossa participação, e esperamos que o Rio de Janeiro que foi, vamos dizer, o alvo das nossas preocupações aqui no plenário, no Brasil inteiro a partir deste debate e das providências que já estão sendo tomadas a população não venha sofrer crise tão grave que redundou na morte de dezenas de pessoas, não só o Rio de Janeiro, como todo o Brasil. Obrigada, Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Obrigada, Senador Valadares. Nós estamos finalizando esta Sessão, esta Audiência Pública e a palavra final é exatamente isso: Brasil forte é município forte, município só será forte quando tiver, realmente uma justa distribuição tributária, voltando ao município tudo que cada município contribui com o suor do seu povo. Sem isso nós não teremos um Brasil mais forte. E a Emenda 29 nós tivemos a alegria de votar e aprovar, agora fica aqui não somente aos que participam desta Audiência, mas a todo Brasil que nos escuta. Vamos estar acompanhando agora a votação na Câmara dos Deputados para que ela seja também aprovada e ao Governo Federal para que seja acatada essa decisão que foi por unanimidade do Senado Federal, porque esses recursos não são gastos, são investimentos. Saúde não é gasto é investimento no futuro, na vida e na qualidade de vida do povo brasileiro.

Muito obrigado a todos. E esperamos que com mais discussões, mais debates que, com certeza, seriam necessários nessa questão tão importante para o Brasil possamos ampliar, cada vez mais, essa rede de solidariedade e o nosso Brasil ter menos dengue porque isso, realmente, é muito triste e diminui a grandeza de um país tão bom.

Está encerrada a Reunião.

Reunião encerrada às 14h52.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

ATA DA 15ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 16 DE ABRIL DE 2008.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Às dez horas e vinte e nove minutos do dia dezois de abril de dois mil e oito, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala quinze (15), sob a Presidência Eventual do Senador Paulo Paim, e com a presença dos Senhores Senadores Flávio Arns, Paulo Paim, Inácio Arruda, Gerson Camata, Virgínio de Carvalho, Rosalba Ciarlini, Papaléo Paes, Flexa Ribeiro, Leomar Quintanilha, Romeu Tuma, Eduardo Azeredo e Lúcia Vânia reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Augusto Botelho, Fátima Cleide, Ideli Salvatti, Renato Casagrande, João Ribeiro, Wellington Salgado, Gilvam Borges, Mão Santa, Valdir Raupp, Paulo Duque, Heráclito Fortes, Marco Maciel,

Raimundo Colombo, Marconi Perillo e Sérgio Zambiasi. Justificam a ausência os Senhores Senadores Augusto Botelho, Marisa Serrano e Cristovam Buarque. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente Eventual, Senador Paulo Paim, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo ao Requerimentos nº 01/08 – CE, de autoria da Senadora Rosalba Ciarlini e Aditamento nº 01 ao Requerimento nº 01/08 – CE, de autoria do Senador Cícero Lucena, que tem como objetivo **Instruir o PLS nº 403, que “Institui o Exame Nacional de Avaliação do Magistério da Educação Básica (ENAMEB)**. Comparecem à Audiência Pública, a Senhora Mariza Abreu, Vice-Presidente do Conselho Nacional dos Secretários Estaduais de Educação – CONSED e Secretária de Estado de Educação do Rio Grande do Sul; Senhora Stella Magaly Salomão, Presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação no Rio de Janeiro – UNDIME/RJ; Senhora Juçara Dutra Vieira, Secretária de Finanças da Conferência Nacional dos Trabalhadores em Educação – CNTE e Senhor Wilson Matos, Ex Senador e Reitor do Centro Universitário de Maringá – CESUMAR – PR (autor do Projeto de Lei). Os outros convidados, Deputado Paulo Renato Souza (PSDB/SP); Reynaldo Fernandes, Presidente do Instituto Nacional de Estudos e Educacionais Anísio Teixeira (INEP/MEC) e Maria do Pilar Lacerda, Secretária de Educação Básica do Ministério da Educação Básica (SEB/MEC), justificam a ausência por e-mail e ofício respectivamente. Após a palestra de todos os expositores, o Senhor Presidente Eventual, Senador Paulo Paim, comunica que em virtude de compromissos assumidos anteriormente necessita ausentar-se da sessão, passando a presidência a Senhora Senadora Rosalba Ciarlini. Prosseguindo, a Senhora Presidente Eventual Senadora Rosalba Ciarlini registra a presença, para acompanhar a Audiência Pública, da Senhora Wanessa Zavarese Sechim, Secretária Executiva do Conselho Nacional de Secretários de Educação – CONSED; Senhora Sônia Maria Nogueira, Diretora Pedagógica da Secretaria de Educação do Rio Grande do Sul e do Senhor Rene Couto, Presidente da Comunidade Bahá’í do Brasil. Finda a apresentação dos expositores, a palavra é franqueada aos Senhores Senadores membros da Comissão. Usam da palavra os Senhores Senadores Papaléo Paes e Virgínio de Carvalho. A Senhora Presidente Eventual, Senadora Rosalba Ciarlini, agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida

publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência Eventual encerra a reunião às doze horas e trinta e cinco minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal. – Senadora **Rosalba Ciarlini**, Presidente Eventual da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA
E ESPORTE – CE

NOTA TAQUIGRÁFICA

15ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 16 DE ABRIL DE 2008.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Havendo número regimental, declaro aberta a 15ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

Submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior e a aprovação da mesma. Os Senadores e Senadoras que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. Aprovado.

A presente reunião atende a Requerimento nº 001 desta Comissão, de 2008, aprovado de autoria da Senadora Rosalba Ciarlini e há Aditamento nº 001 também da sede de 2008, aprovado de autoria do Senador Cícero Lucena para a realização dessa Audiência Pública destinada a instruir o Projeto de Lei do Senado nº 403/2007, que institui o Exame Nacional de Avaliação do Magistério da Educação Básica.

Dando início à Audiência Pública, solicito ao Senador Flávio Arns que acompanhe os convidados para tomar assento à Mesa. Vamos começar a nossa Audiência Pública. A autora do requerimento, que é a Senadora Rosalba Ciarlini está se deslocando para essa Comissão. Quero também dizer que a autoria do Aditamento foi o Senador Cícero Lucena. Autoria do PLS nº 403 é do Senador Wilson Matos. A relatoria é da Senadora Rosalba Ciarlini.

Convidados: Mariza Abreu, Vice-Presidente do Conselho Nacional das Secretarias Estaduais de Educação; Stella Magaly Salomão, Presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação no Rio de Janeiro; Juçara Dutra Vieira, Secretária de Finanças da Confederação Nacional dos Trabalhadores

em Educação – CNTE e o nosso ex-Senador Wilson Matos, que é o autor do Projeto.

Foi endereçado a mim uma justificativa de Audiência do... Refiro-me aos Ofícios nº 73/2008 e nº 74/2008, datados de 3 de abril de 2008, que encaminham convite ao Sr. Presidente Nacional do Instituto de Pesquisas Educacionais, Anysio Teixeira e a Srª Secretária de Educação Básica desse Ministério para participarem como expositores de Audiência Pública a ser realizada com a finalidade de instruir o PLS nº 403/2007 no dia 16 de abril próximo.

Agradecendo o convite, em nome desse Ministério, informo a V.Sª que, lamentavelmente, a Profª Maria do Pilar Lacerda e o Profº Reinaldo Fernandes não poderão participar da referida Audiência nem indicar representante uma vez que as equipes técnicas do MEC, foi o caso de ontem, não é meu Senador, estão envolvida com realização de dois importantes eventos: a Conferência Nacional de Educação Básica e a Feira Nacional de Ciência e Educação Básica.

Essa é uma justificativa que eu recebo e, naturalmente, acato. Até porque... Inclusive, eu hoje à tarde coordeno uma mesa nessa Conferência e pela informação que tenho estarei... Tenho que estar lá das três horas até às seis horas. É uma Emenda que vai tratar da diversidade no campo da educação que é um tema que eu tenho tratado com muito carinho.

Eu, a partir desse momento, então, nós vamos passar para o nosso debate. Eu, mantendo a ordem de inscrição, em primeiro lugar, pelo tempo de 15 minutos, a Marisa, a Srª Mariza Abreu, Vice-Presidente do Conselho Nacional dos Secretários Estaduais de educação – CONSED e Secretária do Estado de Educação do Rio Grande do Sul. Quinze minutos com mais cinco, se necessário.

SRA. MARIZA ABREU: Bom dia. Obrigada, Senador Paim pelo convite. Para mim é sempre bom retornar ao Congresso. Eu sou funcionária da Câmara dos Deputados nesse momento exercendo... Tudo bom, Senador? O senhor se lembra, né? Dos nossos embates da LDB, né? Bom, eu vou direto ao tema. Cumprimento todos que estão na Mesa, porque o assunto é importante e a gente precisa gastar o tempo todo no conteúdo.

Olha, em primeiro lugar, eu queria parabenizar o Senador Wilson Matos pela iniciativa que nós dá a oportunidade de virmos aqui fazer esse debate tão importante para as questões da Educação Brasileira. Alguns consensos que nós temos hoje, eu acho que é bom retomá-los para que a gente possa localizar o debate sobre a questão da... Da proposta do Projeto em análise de certificação, de um exame de certificação dos professores.

Primeiro – hoje é perfeitamente consensual no Brasil que a nossa questão principal no que se refere à educação básica é a questão da qualidade. A gente tem ainda estrangulamentos. A gente tem ainda falta de vagas em algumas regiões onde há, por alguma atividade econômica nova, um crescimento da população residente. A gente tem ainda muitas escolas do ponto de vista da rede física que não estão em condições adequadas. Mas, o Brasil tem, inclusive, uma matrícula total decrescente na educação básica nos últimos anos. Então, a nossa questão central é a qualidade, muito mais difícil, né? Quando a questão é a expansão quantitativa constroem-se prédios, inauguram-se os prédios, se mede com facilidade o número de matrículas que se tem num ano para o ano seguinte, para três, quatro anos depois. Agora, a qualidade começa na dificuldade do... Da sua, do seu conceito, né?

Começamos por discutir o que entendemos por qualidade. Depois, passamos a discutir como aferir, como medir, como avaliar a qualidade de um sistema de ensino. É... Em terceiro lugar – chegamos à idéia de que a qualidade não é resultado de uma única ação isolada. Ela é uma articulação de iniciativas que os Governos e as sociedades, as escolas, os professores têm que tomar. E... Não tem fórmula pronta. Quer dizer, o conjunto de iniciativas, que combinadas de uma determinada maneira, podem gerar mais qualidade numa circunstância, não geram igualmente o mesmo resultado em outra circunstância.

Mas, eu acho que a gente vem criando no Brasil algumas opiniões, se não consensuais, que é muito difícil, amplamente majoritárias pelo menos duas eu diria. E... A ação do Governo Federal no seu papel de coordenação da Educação Básica vem nos apontando nesse sentido. Há muitos anos a ação continuada do Governo Federal que... Que se concretiza no atual Governo na proposta do índice de aumento à educação básica. Ao propor esse indicador, o Governo Federal aponta para a sociedade brasileira, para todos nós, o entendimento de qualidade enquanto a combinação, a articulação de taxas de aprovação e conclusão dos alunos na Educação Básica com os níveis de aprendizagem auferidos nos processos de avaliação externa do rendimento escolar que os Governos têm feito no Brasil.

Então, não basta. A gente tem que fugir de duas armadilhas, aprovar todo mundo sem os alunos aprenderem e também não nos serve ter altos resultados ao final com uma taxa de exclusão muito grande dos alunos via evasão, reprovação, repetência durante o percurso da escola básica.

E uma segunda grande... Uma grande idéia consensual é que, se precisamos de várias coisas, se

precisamos de escolas equipadas, se precisamos de material didático, se precisamos de laboratório de informática, o principal fator gerador de qualidade de educação é o professor. É a formação do professor, é o comprometimento do professor, é a satisfação do professor com o seu trabalho. Portanto, a importância de debatermos sempre a questão da valorização dos professores em todas as suas dimensões de forma não restrita à questão salarial.

Eu entendo que as diferentes propostas em debate no Brasil, Senador Wilson, que se referem à certificação surgem nesse contexto – no contexto da preocupação com a qualidade e no entendimento de que a formação do professor e seu comprometimento é o fator decisivo para a construção de uma educação de qualidade.

Agora, analisando as diferentes idéias e os diferentes Projetos não só o seu, Senador, mas, os outros que tramitam na Câmara dos Deputados também sobre isso e mais a iniciativa do Senador Cristovam, quando Ministro do Governo Lula no primeiro ano, nós identificamos que há várias compreensões diferentes do que se chama de certificação, e que servem a diferentes ações no sistema de ensino. Eu acho que isso é que a gente precisava se entender, se pôr de acordo para, inclusive, gerar posições, se não consensuais – porque difíceis, amplamente majoritárias na construção Legislativa no Congresso e que, efetivamente, venham saindo daqui, contribuir para quem está lá fora, como nós estamos nesse momento, na gestão da educação.

A gente identifica, lendo esses diferentes textos legais, três idéias:

Uma idéia de certificação como exame de ordem, né? Certificação como um exame de estado feito para que aqueles indivíduos, uma vez diplomados nos cursos de formação dos professores possam ter acesso ao exercício profissional. Ok? É, por exemplo, o conceito de certificação que está no Projeto do Deputado Gastão Vieira, em apreciação na Câmara dos Deputados. Então, uma primeira idéia de certificação é certificação como exame de ordem, para exercer a atividade profissional não basta ter o diploma do curso de graduação, de licenciatura é preciso ser aprovado num exame de estado. Que é o que tem a OAB, que é o que tem o CREA, que é o que têm algumas profissões regulamentadas no Brasil.

Uma segunda idéia é a idéia de um exame periódico feito para aqueles que estão em exercício na atividade profissional, que é o exame que o senhor traz no seu Projeto. Não é o exame para ter acesso ao exercício da profissão, mas, é um exame para aqueles que estão no exercício da profissão... Se submeterem periodicamente. A sua proposta é de um exame feito

a cada cinco anos, feito anualmente, mas, para grupos de diferentes professores. De tal forma que cada grupo fizesse, submetesse ao exame de cinco em cinco anos. Educação Infantil, anos iniciais, anos finais, Ensino Médio etc.

A pergunta que a gente tem que se fazer é: Qual é a consequência desse exame? Que consequência ele terá para a gestão da educação, para o magistério, em resumo, para o que todos nós queremos que é qualidade da educação? E... Existe, associada a essa concepção, a proposta também do Projeto do Deputado Gastão Vieira de incorporar no inciso do artigo da LDB que trata da carreira do magistério, além dos dois fatores lá já apostos para progressão na carreira que são com base na titulação ou habilitação e... Progressão funcional com base na avaliação desempenho, o que o Deputado Gastão está propondo no Projeto que ele apresentou à Câmara é incorporar, nesse dispositivo da LDB o que já está presente na Resolução do Conselho Nacional de outubro de 1997, cujo Relator foi o, então, representante da CNTE, o Profº João Monlevade, de avaliação de conhecimentos também como um fator de progressão na carreira.

Então, esse exame que o senhor propõe “periódico” no seu Projeto, que no seu Projeto não está associado à idéia de progressão na carreira pode também, em outro contexto, ser um exame “periódico” para quem está em exercício com repercussão na carreira do magistério.

E tem uma terceira concepção que os senhores, que eu não vi posta com clareza nos documentos legais que eu analisei, e não vi todos, eu acho. Eu sempre digo assim: “é idéia de certificação enquanto algo semelhante à carteira de motorista”, que é o que o Governo da Bahia tinha com a certificação para o exercício da gestão escolar, né? Então, o reconhecimento da competência para o exercício da atividade profissional não é vitalício, quer dizer, não é... Não é conseguir o diploma da graduação e estar apto para todo o sempre autorizado ou reconhecido como competente para o exercício daquela atividade profissional que é o que acontece com carteira de motorista, certo? A gente para dirigir um automóvel tem que, periodicamente, submeter àquele exame que confirma se a gente mantém ou não a competência para aquela atividade profissional.

Em algumas ações como, por exemplo, o exercício da gestão escolar isso tem sido introduzido em alguns sistemas de ensino no Brasil. Então, todos são professores, mas para poderem concorrer, seja lá qual for a maneira de escolha, eleição, indicação etc, ao exercício, ao desempenho da função de direção escolar tem que passar por uma... Por uma... Uma formação

periódica com certificação ao final. E essa certificação tem validade. Quer dizer, o professor faz a... O curso para a gestão escolar é certificado e ele durante cinco anos está habilitado para ser Diretor. Se ele, findado aquele prazo, se ele quiser novamente se candidatar ao posto de Diretor de escola, ele tem que passar de novo por aquela certificação.

Bom, postas as coisas dessa maneira, eu quero começar a... Mais do que ter uma posição fechada sobre isso, até porque o CONSED é um Órgão plural com partidos, com Governos de todos os Partidos e, portanto, com todas as posições e não nos cabe fechar algumas questões dentro... A gente fecha muito facilmente quando é dinheiro, certo? Quando é para a gente pedir dinheiro para o Governo Federal ou disputar dinheiro com os Municípios, a gente fecha rápido. Agora, quando é para tomar posições sobre conteúdos desse... Desse quilate, nós somos partidos diferentes, Governos diferentes.

Então, mais do que emitir aqui uma opinião em nome do CEPESA, eu quero fazer um questionamento geral, posso dizer a minha depois, certo? Eu tenho o seguinte entendimento, vamos lá.

Quanto ao exame da certificação para o acesso ao exercício da profissão. Eu acho que nós somos diferentes dos advogados ou dos engenheiros, dos arquitetos. A questão fundamental diferente do Magistério da educação básica é que nós somos 80% servidores públicos. 80% dos professores da Educação Básica no Brasil trabalham nas redes públicas de ensino. Então, nós somos submetidos a um concurso para o exercício da atividade profissional pela Legislação, pela Constituição vigente no Brasil, ok? A maioria dos advogados não são servidores públicos. A maioria dos engenheiros não são servidores públicos. Então, há um... O mercado é diferente, né? Os postos de trabalho na sociedade são diferentes. Então, o caráter da ordem do Exame de Ordem para os advogados, ou para os engenheiros, ou para os arquitetos que todos têm que ter o nº da OAB, o nº do CREA para poderem exercer a sua atividade profissional tem um sentido de certificação para o exercício da profissão no conjunto das atividades na sociedade que a maioria delas não se dão na área do serviço público. Ok? Um exame de certificação para professores da educação básica não poderia substituir o concurso, ok? Não poderia substituir o concurso. Bom, nada impede que as duas coisas aconteçam, que exista o exame de certificação – do ponto de vista lógico, o exame de certificação para o acesso ao mercado de trabalho depois que cada ente federado faça o seu concurso. Nada impede. Eu, entretanto, minha opinião, acho que é muito mais importante

a qualificação dos concursos, que os concursos sejam para valer, do que esse exame de ingresso.

Quanto à questão da certificação estilo “carteira de motorista”. Bom, deixa eu dizer uma coisa antes, eu acho que esse debate, ele enfrenta, em primeiro lugar, uma resistência corporativa. Todos nós sabemos que a tendência das entidades dos professores é se posicionarem contrárias a esse tipo de avaliação. De um jeito, eu me sinto muito à vontade de dizer na frente dos meus colegas da CNTE, já fui da CNTE, porque digo isso em qualquer lugar. Nós não somos contra, mas, é primeiro preciso isso, isso, aquilo, aquilo outro, quer dizer, se colocam tantas condições prévias para que coisas como essas possam ser feitas que na realidade elas se inviabilizam. Ao que num seminário feito em 2006 eu retruquei: “Bom, então não podemos avaliar a aprendizagem dos alunos antes de aumentar o salário-mínimo”. Se nós não podemos ser avaliados antes de aumentar os nossos salários, melhorar as condições de trabalho, então, como é que nós avaliamos cotidianamente os nossos alunos? E temos as taxas de reprovação e repetência que temos. Então, estamos sendo incoerentes. Quer dizer, [soa a campainha] nós professores que faz parte do nosso metiê(F), a análise constante dos nossos alunos, resistimos quando se fala da nossa avaliação. Eu já encaminho para o final, Senador.

Mas, acho que nessa questão da certificação estilo “carteira de motorista” seria a primeira categoria profissional para a qual isso seria posto. Isso não existe para os médicos. Isso não existe para os engenheiros. Então, vamos fazer uma discussão mais complexa sobre isso. Em quais profissões isso seria necessário? Acho isso mais difícil. Acho difícil de discutir isoladamente para a educação essa questão, certo? Então, vamos discutir as outras duas – em relação do acesso eu já coloquei.

Agora, o que eu acho especialmente importante que a gente avance na discussão é na avaliação de conhecimentos para a progressão na carreira do Magistério. E como é que isso pode ser feito? Em que medida isso é um Exame Nacional? Aí, entramos na questão federativa que eu acho muito importante ser discutida nesse caso, porque a Educação Básica é ofertada pelos Estados e Municípios, e a União tem um papel de coordenação – ela não é a mantenedora das redes. E a autonomia federativa precisa ser respeitada para dar conta da diversidade brasileira. Então, nós precisamos de padrões nacionais mínimos e a possibilidade de além desses padrões, estados e municípios ousarem; fazerem diferente, adaptarem a sua educação às suas questões locais. Então, para mim, o mais importante é como é que a gente articula

a avaliação de conhecimentos como progressão na carreira? Por que que tipo de progressão na carreira a gente tem hoje? A gente tem uma progressão na carreira que não está articulada com os resultados da educação. No meu estado os professores avançam na carreira por formação inicial, isso é importante. O SAEB indica que quem tem formação de nível superior, seja ela qual for, seus alunos aprendem mais do que quem tem formação de nível médio. Mas, o resto é tempo de serviço; é uma avaliação de fatores que não guarda qualquer relação com os resultados de aprendizagem. Então, esse professor foi à aula, se ele foi assíduo. Gerou-se uma autodefesa corporativa. Nós temos 99% dos professores com pontuação máxima em todos os quesitos e a aprendizagem dos alunos caindo. Então, isso não tem sentido. E a apresentação de documentos comprobatórios de frequência às atividades de formação continuada, que também não guardam qualquer relação com a melhoria dos resultados da aprendizagem.

Agora, o que é que guarda melhoria? Que pode guardar? É melhora na formação do professor. E aí não é dizer que foi no cursinho de 20 horas, que foi no cursinho de 40 horas. Que porque ele tinha um palestrante do Uruguai ele vale mais do que se não tiver, isso não tem sentido.

Agora, os professores buscarem a formação individualmente em Instituições Privadas fornecidas pelo Estado, mas têm que comprovar ao longo da carreira que melhorou a sua formação para o exercício do Magistério e isso ter consequência na progressão na carreira e, portanto, no bolso do professor. Isso nos interessa.

E aí, Senador, eu acho que eu faria uma sugestão de aperfeiçoamento do seu Projeto, certo? Porque a sua proposta é uma avaliação periódica, eu inclusive acho que ela não tem que ser obrigatória. Mas, quem não se submeter à avaliação periódica de conhecimentos não corre o risco de progredir na carreira. Só vai correr o risco, só vai ter a chance de melhorar de posição na carreira aquele professor que aceitar fazer o exame de Estado periódico, né? Então, eu acho que o uso desses resultados só para o planejamento de formações continuadas é pouco. Isso os resultados no SAEB das avaliações estaduais nos dão dica já. Já é... Já é um caminho senão total, bastante significativo para a implementação das ações de formação continuada.

Agora, o estímulo real para os professores melhorarem a sua formação, poderá advir do cruzamento da sua idéia com a inclusão lá na LDB que é o que o Deputado Gastão Vieira propõe, incorporando do parecer do João Monlevade a progressão na carreira por

avaliação periódica de conhecimentos. Para começar, acho que eu já passei do tempo. Obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Nós que agradecemos a... Sr^a Mariza Abreu, que é Vice-Presidente do Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Educação e Secretária de Estado lá do nosso Rio Grande do Sul.

Eu queria justificar também a ausência nesse debate hoje, do nosso ex-Ministro e colega de Parlamento, o Deputado Paulo Renato Souza que ele comunica a impossibilidade da presença hoje [soa a campainha] por motivos de compromisso assumidos anteriormente em São Paulo e somente por isso que ele não está aqui, mas que gostaria muito de participar desse debate.

Eu só informo aos nossos convidados que a alteração do Projeto agora e, depois ela vai falar, mediante às sugestões colocadas aqui com muita competência, tenho certeza, não somente pela Dr^a Mariza, mas por todos os convidados, compete a nossa querida Relatora. Então, as sugestões já estão surgindo aí que vai analisar com muito carinho, tenho certeza.

Eu passo a palavra, de imediato, a Sr^a Stella Magaly Salomão, Presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação do Rio de Janeiro – UNDIME, Rio de Janeiro. 15 minutos com mais 5, se necessário.

SRA. STELLA MAGALY SALOMÃO: Bom dia a todos. Quero cumprimentar a Mesa, os colegas, o Senador. Parabenizá-lo pelo Projeto e também pelos demais Projetos que tivemos oportunidade de conhecer na nossa conversa. E, também, neste momento, a UNDIME traz alguns questionamentos e não uma posição fechada.

Em nossa Reunião ontem com os demais Presidentes de UNDIME, nossa Diretoria Executiva, ao tomarmos conhecimento do Projeto nós fizemos alguns questionamentos, né? É... Ao lê-lo, a questão... Primeiro – da avaliação. É uma avaliação pura. Ela leva a uma certificação? É uma indagação. E, depois, levando a uma certificação, há uma implicação com o regime de colaboração que já é um grande nó na questão do federalismo porque é... Cabe aos Entes, ao Município, ao Estado após essa aferição do desempenho buscar as iniciativas, seja através do plano de carreira, e isso pode ferir desde o ponto de vista da questão orçamentária ou, também, a questão do ingresso que, como disse a Prof^a Mariza, 80% dos professores são da rede pública, portanto, concursados. Então, talvez é... Um exame de certificação para o estágio probatório seja algo é... Até positivo, porque contribui para essa qualidade.

Mas, nós vemos uma questão anterior que precisa ser focada que é a questão da formação dos professores porque... Nós precisamos mexer nas universidades. Nós precisamos mexer no currículo desses educadores. Trazer a Academia para perto do que acontece na realidade dos Municípios. E quando a gente fala Município, fala de Estado, nós estamos falando de 5.560 municípios nesse país. De uma diversidade imensa, de qualidades infra-estruturais das salas de aula até o nível de formação que fica muito complexo pensar um Exame de Certificação de uma forma homogênea, né? Seria uma certificação ou uma avaliação regionalizada? Porque é lógico que a formação é... Em condições, na educação do campo, em grotões e grandes centros têm diferença, esses alunos também. Então, é uma questão que... Que eu penso que falta nesta Mesa as Universidades, as Agências formadoras para discutir a qualidade dessa formação, porque senão fica uma penalização.

No Projeto é apresentado que o professor recebe de forma confidencial o seu resultado. E aí, qual a consequência disso? Ao receber ele pode procurar o Município e se ele teve uma boa avaliação e solicitar um aporte de recursos, um... Um abono de desempenho e... Muitas vezes, o Município não ter a capacidade financeira e orçamentária para isso, ou pode, de alguma forma é... Ele omite esse resultado que ele recebe e ao omitir, de novo, qual a consequência? Ele vai buscar a sua formação sozinho? Como está posto é uma constatação. Nós entendemos que além da constatação há que se ter programas, ações para a melhoria, para reverter o quadro. Porque, na verdade, o que nós buscamos é a qualidade da educação pública, é a qualidade do processo ensino/aprendizagem. É fazer com que esse direito subjetivo seja garantido a todos. Não só a garantia do acesso, mas da permanência e também que essa formação tenha consequência para a sua vida, que tenha um desdobramento.

E uma outra questão que nós queríamos é trazer a questão de que hoje através do PDE e das demais ações complementares que hoje o MEC apresenta e os Municípios buscando esse engajamento e já há quase 5.000 municípios já aderiram ao Plano de Desenvolvimento da Educação, ao PDE. Não estou dizendo que o PDE será a panacéia para resolver os problemas da educação, penso que a educação é algo muito complexo e que depende de compromisso, de vontade política dos gestores, de olhar a educação como política de Estado e não como política de Governo.

Mas os programas hoje, as certificações, o ENEM, a Prova Brasil, a Provinha Brasil, embora tenha o foco na aprendizagem, acaba nos dando um diagnóstico também dos nossos professores. O PAR, o PDE Es-

cola, ao fazermos os diagnósticos da rede esses programas, eles nos permitem perceber as fragilidades e as possíveis correções.

Então, nesse momento nós trazemos estes questionamentos e estamos abertos ao debate e contribuir em outro momento aí do debate para... Que a gente possa aprimorar a proposta do Senador. Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Nós é que agradecemos... Eu agradeço à Profª Stella Magaly Salomão que é Presidente da União Nacional de Dirigentes Municipais de Educação do Rio de Janeiro. Muito obrigado, Profª Stella.

E passamos, de imediato, a nossa professora e militante de muitas causas junto lá no Rio Grande, por favor, passamos a palavra nesse momento a Srª Juçara Dutra Vieira, Secretária de Finanças da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação – CNTE. Professora, eu fiz essa referência devido a nossa participação lá no CEPESA durante um longo período junto. Onde eu ia lá convidado como metalúrgico para falar com os professores.

[pronunciamento fora do microfone]

[falas sobrepostas]

[risos]

SRA. JUÇARA DUTRA VIEIRA: Bom dia, Senador Paim, Presidente desta Mesa e Senador proponente desse Projeto, Senadora e Senadores aqui presentes, participantes aqui dessa Mesa de discussão.

A nossa Confederação agradece essa oportunidade de ser ouvida mais uma vez aqui pelos parlamentares, considero importante essa Audiência. Creio que o Ministério da Educação, com toda a sua agenda dessa semana deveria estar participando aqui com algum nível de representação. É importante que nós tenhamos todas as esferas de poder aqui de Gestão da Educação representadas, porque nós estamos tratando de um tema específico, mas que envolve alguns componentes que, aqui, já foram adiantados e que são, extremamente, importantes para nós avaliarmos a situação da educação brasileira e pensarmos em alternativas para a sua melhoria.

Primeiro, eu acho que o próprio argumento que o Ministério da Educação apresentou é relevante no sentido de que agora se realiza nessa semana a I Conferência Nacional da Educação Básica. A primeira conferência em relação, também, aos eventos já promovidos pelo Governo em outras áreas e nós achamos fundamental essa discussão.

Por que é que achamos fundamental a discussão? Porque a Conferência, ela está centrada no debate da visão sistêmica da educação. E, aqui, nós estamos tratando de um tema que diz respeito a todas as esferas

de Governo numa organização educacional brasileira descentralizada. Onde nós temos os 27 Estados, os mais de 5.000 municípios, alguns dos quais sobrevivem de repasses da União e têm a mesma responsabilidade para com a Educação Infantil e a Educação Fundamental e os Estados também, se nós examinarmos as suas condições, vamos ver que o seu grau de responsabilidade sobre a oferta da Educação Fundamental e da Educação Média em muitos casos é compatível com a sua riqueza e em alguns outros casos não. Portanto, dentro dessa visão da educação descentralizada é que nós precisamos urgentemente pensar num Sistema Nacional de Educação que o Ministério da Educação está chamando de “Sistema Articulado” onde um dos pontos de partida, talvez, seja a revisão ou o aperfeiçoamento do regime de colaboração que talvez seja até impreciso esse termo, “regime de colaboração”, que nós deveríamos pensar num regime de cooperação que realmente inclui a parte financeira dessa cooperação da União em relação aos Estados e Municípios.

Então, dentro dessa lógica é que nós devemos pensar as soluções para o problema da qualidade na educação no Brasil. Nós também concordamos que no momento em que tivemos o maior acesso das crianças as nossas escolas, ainda que não corresponda necessariamente o acesso à etapa de escolaridade que a criança deveria estar frequentando, nós achamos que emerge a questão da qualidade. Mas, emerge também a questão da qualidade num contexto em que nós temos uma inversão da lógica do funcionamento da educação e da responsabilização dos seus educadores.

Em outras palavras, quando nós tínhamos uma menor quantidade de alunos nas escolas, ou quando as nossas escolas eram mais elitistas, o tema da qualidade da avaliação não era um tema recorrente para nós pensarmos a educação nesses termos, não é? Que é a preocupação com a qualidade é intrínseca à preocupação que se tem com a educação. Mas, é a partir de resultados que são apresentados pelos alunos que o tema da avaliação dos profissionais vem com bastante força.

E é sobre isso que eu acho também que importa nós discutirmos. Também concordo que aqui nessa Mesa seria importante termos a Universidade, as Agências formadoras, porque elas também estão diretamente relacionadas com esta problemática. Então, nós estamos tratando da avaliação dos profissionais da educação, mas, provavelmente, a grande motivação desse tema – eu não estou falando ainda no Projeto específico do Senador – mas os debates que se realizam hoje, o grande motivador é o resultado que aparece o desempenho dos alunos. Esse é o moti-

vador do debate que fazemos sobre a avaliação dos profissionais da educação. Em geral, não avaliamos também o seu papel social, a sua importância no serviço público, inclusive, na imagem do serviço público perante à sociedade, que é algo que também merece os nossos cuidados.

Então, ao tratarmos dessa questão devemos ter em conta que nós tivemos nos últimos anos, em função desse aumento tão grande de alunos e tão positivo de alunos nas nossas escolas, nós tivemos muitos diagnósticos, muitas medidas em relação ao desempenho desses alunos e uma grande aflição em resolver a situação da qualidade independente do conceito que aqui o tempo não permite desenvolver em relação à qualidade.

Todas essas medidas, elas, de fato, mostraram e mostram a realidade educacional brasileira. Concordemos com metodologias ou não, ou... Mas esses diagnósticos eles não incidiram sobre o quadro educacional brasileiro. Nós temos vários diagnósticos e esses diagnósticos não melhoraram a situação da educação brasileira.

Por isso, nós achamos que é fundamental pensarmos em políticas mais articuladas, porque também se o tema fosse simples, nós não estaríamos tratando com tanta periodicidade, não é? Desse tema. E não é simples, todos nós sabemos que não é uma relação direta de causa e consequência, são vários fatores que interferem nessa realidade. Por isso, nós partimos dessa questão da educação descentralizada, que nós temos que ter políticas para isso. Partimos da idéia dessa visão sistêmica. Partimos da idéia de que essas questões se articulam com a responsabilidade também do Ensino Superior, do outro nível de educação, em outras palavras, também daqueles que são responsáveis pela formação.

Achamos que o país deu alguns passos nesse sentido. Não apenas no Plano Nacional de Educação, no PDE, no estabelecimento do FUNDEB, que é uma política, também, que articula melhor, ainda que seja da Educação Básica em nível dos Estados e dos municípios, mas, já com a participação da União. Os Projetos que nós temos aqui neste Parlamento de piso salarial e de diretriz de carreira que também tentam, em nível nacional, dar algum tipo de resposta à questão da valorização profissional. Temos, recentemente, a instituição da “nova capes” que achamos que é um grande avanço pensarmos também a formação do educador como pesquisador e temos que implementar ainda e avaliar essa política.

Então, para a CNTE a questão da avaliação é um tema que deve ser contextualizado. Nós temos acordo de que uma coleção de certificados não leva

a uma, muitas vezes, à melhoria da qualidade da educação considerada a partir da sala de aula ou a partir do ambiente de trabalho, porque também temos outros educadores que não apenas os professores nas nossas escolas. Mas, percebemos que essa questão da certificação representa também uma angústia dos profissionais em educação que cada vez isso que se apresenta algum curso, cada vez se apresenta um Seminário, um Simpósio vão em busca de novos elementos na tentativa de que isso reverta na melhoria do seu trabalho e, concretamente, na melhoria da qualidade da educação.

Por isso, para a CNTE, dentro dessa lógica de que temos que tratar a educação na sua visão sistêmica, nós temos que articular todos os compromissos e as responsabilidades das esferas de Governo. Nós achamos que a carreira do professor, a carreira do funcionário, a carreira do profissional da educação nós dá a perspectiva do aproveitamento do talento individual, das habilidades individuais porque nós não tratamos e temos concordância de que nós não estamos aqui falando na mesma lógica da ordem. Porque nós estamos falando educação como uma responsabilidade pública, um direito subjetivo, de nenhuma concorrência entre os seus profissionais. Porque a responsabilidade da escola, a responsabilidade da educação não pode ser diferenciada em nenhuma escola desse país. E é por isso que todos têm igual responsabilidade. Mas, nós temos os fatores individuais e esses fatores individuais da auto-estima, eles são respondidos dentro da carreira.

Agora, nós temos que articular a carreira com o projeto político-pedagógico da escola porque, em última instância, onde é que nós vamos observar se realmente atingimos aquele padrão de qualidade que nós achamos ideal naquele tempo histórico? É na escola, é naquele ambiente. Então, essa articulação, ela é fundamental. Estou aqui olhando o relógio, só tenho três minutos. Então, quero dizer o seguinte: que nós achamos que--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Só dizer que tem mais 2:54 com mais 5.

SRA. JUÇARA DUTRA VIEIRA: Ah, ótimo! Que nós temos mecanismos já previstos para a avaliação que são a questão da carreira, do projeto político-pedagógico e temos, num âmbito mais geral, não apenas a Constituição, LDB como também todos esses outros instrumentos e mecanismos a nossa disposição.

Eu, evidentemente, quero fazer um comentário. Esse é o central da nossa... Da nossa intervenção aqui sobre o Projeto do Senador. Nós achamos que esse Projeto ele se diferencia de alguns anteriores, porque ele melhora a base e a concepção da avaliação em

função de que ele não responsabiliza e não faz apenas uma proposição relacionada à premiação e à punição. E se preocupa, inclusive, com o sigilo das informações, ainda que isso possa conflitar com o Princípio da Publicidade, talvez, possa haver esse conflito.

Mas, ao mesmo tempo, nós achamos que o Projeto também não associa com a gestão democrática. Acho que é fundamental também para nós pensarmos a qualidade da educação e não nos diz quais são as responsabilidades das várias esferas do poder público naqueles casos em que a avaliação [soa a campainha] mostrar-se insuficiente para os objetivos da obtenção da educação. Também não se manifesta em relação ao ensino privado, que no Brasil, infelizmente, não é uma concessão pública, mas que também deve estar subordinada a mesma lógica de oferta de qualidade que nós buscamos para a Educação Pública.

Nós podemos ainda referir, acho que muito brevemente, a uma iniciativa da Internacional da Educação, que nós somos filiados, que tem uma proposição relacionada com o código de ética para os profissionais da educação. Nós achamos que os profissionais da educação têm uma responsabilidade pública muito grande e a ética profissional tem que corresponder a uma confiança da comunidade na qualidade do serviço público. Não é de nenhuma maneira uma idéia de autocensura ou de punição, mas é uma idéia de construção de um sujeito político, de um sujeito político no sentido de sujeito social que tem um compromisso histórico com o seu tempo e com a sua comunidade. E também de algumas experiências que são desenvolvidas em algumas partes do mundo.

Trazer uma experiência próxima aqui, que é a experiência chilena, que, talvez, nos ajude nessa reflexão. No Chile, Governo e movimento sindical conseguiram fazer uma reflexão sobre isso nessa lógica de que a carreira, ela deve ser indutora não apenas de uma formação permanente e da valorização como, também, a carreira deve ser um dos instrumentos de avaliação no sentido da avaliação formativa e direcionada para a qualidade da educação.

Dentro dessa lógica e da lógica de que quanto mais se ampliam os espaços democráticos na escola, quanto mais a escola diz quais são os seus padrões de qualidade, melhor essa compreensão. Eles chegaram a várias perguntas iniciais. Quem tem a condição de ser o avaliador desse processo? É o sistema? É o gestor? É o Diretor da escola? Que muitas vezes também tem tantas outras urgências e tem tantas outras tarefas administrativas, que ele não é uma das pessoas com a condição ideal de estar envolvida no Projeto Político-Pedagógico da escola.

Eles chegaram à conclusão de que a exemplo de outras categorias quem melhor avalia é quem tem a experiência real. E a experiência real é um outro profissional, nas mesmas condições, da mesma... Do mesmo conteúdo, da mesma área e em exercício na sala de aula, com o apoio da orientação, a supervisão do sistema etc. A experiência deles se dá através da criação de vários instrumentos, de uma... Da avaliação como um processo formativo que se dá em termos de medida durante um espaço de três meses. E isso depois é reelaborado dentro do Projeto Político-Pedagógico pensado pela escola. Evidente que todos os outros atores são envolvidos. Os alunos, a comunidade escolar, enfim, a gestão da escola, mas, especialmente, o crescimento se dá através dessa rica troca de experiências e da preocupação que cada profissional tem com o seu colega no sentido de que ele seja o profissional reivindicado pela escola e por aquela comunidade que a escola representa.

Portanto, o que nós queríamos deixar aqui nesse minuto final, a título de sugestão, primeiro dizendo que nós achamos que os parlamentares – sim – têm [soa a campainha] a prerrogativa, a responsabilidade de estarem formulando propostas em qualquer tempo. Mas, queremos aqui é refletir com os Senadores sobre a pertinência de fazermos esse debate contextualizado com os resultados da Conferência Nacional de Educação, com os Projetos que estão aqui tramitando nesta Casa, com as novas propostas relacionadas com a formação que estão em curso e com uma idéia também de estarmos buscando mecanismos que visem aperfeiçoar a educação pública brasileira e a educação em geral através de uma outra repartição de responsabilidade entre os Entes Federados a partir de uma nova reflexão de como deve ser a descentralização efetiva da Educação Básica no Brasil e das responsabilidades que cabem também à União e não apenas aos Estados e os Municípios.

Por isso, agradecemos e queremos nos colocar à disposição para esse debate, porque é um debate que nós temos enfrentado com a maior seriedade e, além de tudo, tentando também que esse debate, que ele seja o mais científico possível, não apenas um debate relacionado com a nossa corporação, que, aliás, também, entendemos que todas são legítimas na organização da sociedade brasileira. Muito obrigada.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Sr. Presidente, pela Ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu queria só agradecer também à Profª Juçara Dutra Vieira, Secretária de Finanças da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação – CNTE. Queria também agradecer a todos os Senadores que,

de uma forma ou de outra, porque já estiveram aqui, participam desse debate. O Senador Flávio Arns, Senador Virginio de Carvalho, Senadora Relatora Rosalba Ciarlini, Senador Papaléo Paes, Senador Leomar Quintanilha e também a presença conosco aqui da Sr^a Wanessa Zavarese Sechim, Secretária Executiva do Conselho Nacional de Secretários de Educação – CONSED, e também da Sr^a Sônia Maria Nogueira, Diretora Pedagógica da Secretaria de Educação lá do Rio Grande do Sul.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Senador Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Só pela Ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Flávio Arns, pela Ordem.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Bem rapidamente, eu gostaria até de me desculpar com a Mesa expositora pela representatividade da Mesa e pela competência da Mesa nas explanações já feitas que mostram, assim a necessidade de se discutir, de se debater, de se ter a experiência, sugestão, os pontos de vista, né? Para convergirmos, como foi muito bem enfatizado, para a busca da qualidade. Eu acho que isso é o que nos une. E a gente tem que ter, na verdade, nesse debate todo, a convergência possível. Nem sempre o consenso, mas pelo menos a convergência.

Eu estou me desculhando porque eu considero assim... Uma... Até uma falta de educação a gente, no meio de uma qualidade destas, a gente ter... Eu ter que me retirar, particularmente, porque nós temos aqui a Comissão de Assuntos Sociais que começa, na verdade, às 11 horas. São 11:25 agora, e eu sou o Relator de um Projeto de Lei, mais de um Projeto. Então, eu quero me desculpar, mas enaltecer, inclusive, o trabalho da Relatora, Senadora Rosalba Ciarlini que chamou essa Mesa para esse debate. Muito interessante, muito adequado. E, particularmente, rever a Mariza Abreu que nós trabalhamos tanto juntos lá na Câmara dos Deputados, e quero dizer que o Rio Grande do Sul escolheu muito bem, né? A Secretária de Educação que... Você me permita até chamar de “você”, porque você pode contribuir decisivamente. A Prof^a Stella Magali, a Juçara, Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação. E eu quero dizer que eu sou professor também. Quando alguém me pergunta qual é a sua profissão, eu sou professor. Sou professor e me orgulho de ser professor.

E eu só quero sempre dizer o seguinte, também, só dois aspectos. A gente, apesar de ter sido bem en-

fatizado que não é unicamente o salário, mas a gente precisa caprichar no salário dos trabalhadores da educação, se não cuidarmos disto, eu acho que é o grande objetivo, a gente não pode ter um trabalhador em educação que esteja pensando em como pagar as contas de luz, de água, de telefone, de saúde, disso, daquilo, sendo desvalorizado. “Não, não o professor não precisa ganhar muito”. Não, ninguém está pensando também em ganhar muito. Mas, precisa ter um salário digno, adequado, bom, que atenda às suas necessidades.

E só um outro aspecto que eu gostaria de enfatizar que, para isto é necessário o que une, une aqui já foi enfatizado que une a todos que é o dinheiro, é o recurso, é o orçamento. Infelizmente, o orçamento é muito pequeno, inclusive, para tantos Municípios. Basta dizer que no Governo Federal, nós temos impostos e contribuições. As contribuições já representam um valor superior ao dos impostos e nenhum centavo da contribuição vai para a educação. Só dos impostos, só dos impostos. Nós teríamos que ter o dobro do orçamento da educação.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Não vai, Senador, nem para o FPM dos Municípios.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): É, pois é. Deveríamos ter o dobro pelo menos só com o valor das contribuições. E, além disto, também, pensando que além disto, 20% do orçamento da Educação ainda é contingenciados, são contingenciados através da DRU, que é a Desvinculação dos Recursos da União.

Então, eu sempre digo, prioridade sem orçamento é demagogia. Lugar de criança é na escola. Todo mundo sabe que lugar de criança é na escola. Mas, lugar de criança, em primeiro lugar é no orçamento, porque se tiver no orçamento tem escola, tem saúde, tem casa, tem comida, tem livro e tem tudo o mais. A educação é importante. É importante, então mostre no orçamento.

Então, só quero me desculpar com todos. Já falei demais, atrapalhei até o amigo do Paraná. Mas, peço, particularmente, ao Dr. Wilson Matos, Senador aqui que esteve com a gente aqui nessa Comissão que me desculpe também por ter usado tanto o tempo e por não poder escutá-lo, né? Neste momento em função da Reunião na Comissão de Assuntos Sociais.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Antes de passar a palavra à nossa Relatora que pediu a palavra, eu queria registrar que nós teremos um grande evento na próxima terça-feira, dia 22 de abril, no Petrônio Portela, será o II Simpósio e Fórum Público em Educação, Igualdade e Justiça Social.

E nesse aspecto, eu queria registrar a presença conosco aqui do Secretário da Embaixada da Áfri-

ca do Sul, o Sr. Simon P. Marobe, estou certo? Seja bem-vindo e é com alegria que teremos, então, aqui como palestrante, na terça-feira nesse Simpósio, o Ministro da Educação do Brasil, teremos o Ministro da Educação da África do Sul, que V.Ex^a, nesse momento, aqui, informalmente representa e teremos, também, o Ministro para o Desenvolvimento dos Recursos Humanos da Índia. Sejam bem-vindos. E uma salva de palma a nossa querida África do Sul pela sua presença aqui. [aplausos]

Passo a palavra, de imediato, a nossa querida Relatora, Senadora Rosalba Ciarlini, antes que o nosso sempre Senador possa fazer uso da palavra, explicando o seu Projeto.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN):

Senador Paulo Paim, Presidente, eu gostaria, inclusive, de agradecer ao Prof^o Wilson Matos, nosso Senador, que nos deu o seu espaço nesse momento para que a gente pudesse, até porque, Senador, eu já conheço o seu Projeto e acho que é muito importante que realmente para fechar esse encontro, o senhor coloque com mais detalhes a sua intenção, que eu considero louvável no seu Projeto.

E aqui eu gostaria de cumprimentando e agradecer a presença da Prof^a Stella, da Prof^a Mariza e da Prof^a Juçara. Estranhar também, Sr. Presidente, porque convidamos dois representantes do Ministério da Educação que não mandaram nem quem o substituísse. Não é possível que a Conferência Nacional não tivesse uma horinha de algum membro do Ministério da Educação para aqui estar num assunto que eu considero importantíssimo e muito oportuno, muito oportuno.

Quando fui indicada Relatora desse Projeto... Sabe que até chegaram a me dizer: “Olha, a senhora vai pegar um Projeto que é uma batata quente”. Os professores têm pavor desse Projeto. Eu disse: “Olhe, eu não sei o porquê”. Esse Projeto não vem para punir, não é essa a intenção. Não vem para, de forma nenhuma, criar dificuldade, muito pelo contrário. O que eu senti, a idéia do Projeto é uma forma da gente valorizar, tentar voltar àquela figura do professor respeitado, do professor que era autoridade maior numa cidade.

Quando eu digo isso eu lembro... Já estamos, né? Relembrando como foi na nossa infância que era aquela professora a figura respeitada. E que no decorrer dos planos, dos achatos(F) salariais e de tantas e tantas coisas, infelizmente, a educação hoje, quando se faz a avaliação, todos clamam por qualidade. E a qualidade tem que começar, porque é o professor a figura mais importante na educação e sei que poucos reconhecem isso.

Mas, eu gostaria aqui de... Cumprimentando Mariza, eu já tive a oportunidade até parabenizá-la pelo

seu Estado, quando era prefeita numa unidade temática de educação lá na... Dentro do programa de mercocidades(F) tive a oportunidade de ver uma explanação do seu Estado sobre a educação que, digo com toda a honestidade, alguma coisa eu copiei. Eu era prefeita eu dizia: “Copiar o que é bom não faz mal”. É positivo. Porque eu acho que é isso são trocas de experiências que me levou a despertar para algumas questões.

A Prof^a Stella, o respeito que eu tenho pela UNDI-ME. Tem sempre as minhas secretárias de educação, praticamente tive só apenas uma secretária de educação, duas. Fui prefeita três vezes, todo o apoio através... Para que elas participassem da UNDIME porque vocês estavam também nesse sentido do fortalecimento pela troca de experiências, pela união.

Então, Prof^a Juçara, a senhora está aqui, claro, tem que defender as questões da categoria, mas, reconhecendo, isso é muito bom, reconhecendo que, realmente, nós podemos construir uma proposta com base no Projeto do Senador Wilson Matos, uma proposta positiva com esta visão da formação do professor, não somente aquele que ensina dois mais dois, mas ensinar como dois mais dois é importante dentro de uma sociedade. Então, eu acho que isso vem muito... Eu quero agradecer porque vocês estão aqui, eu estou com essa responsabilidade de relatar a matéria, o Projeto e não poderia fazê-lo só ouvindo os técnicos. Eu tinha que ouvir os que estão no dia-a-dia, têm a experiência porque o que nós queremos é construir algo bom que venha exatamente cada vez mais resgatar o respeito do professor.

Aqui nós falamos em... Realmente, tem essa questão, os trabalhadores da educação, aí o professor, de maneira geral, questão de certificação não ficou bem claro. Preciso, realmente, professor, que a gente defina essa “Certificação”. Será uma certificação uma avaliação? Uma forma de... De que, de certa maneira. Por que... o que é que eu vejo? O professor, para ser professor, 80% faz um concurso, pelo menos... É para fazer. Se o concurso não está bom é outra questão, a gente precisa realmente melhorar. Isso é importantíssimo. Nós... eu sei o quanto é importante o professor ter mais conhecimento, mais formação porque passei por essa experiência.

Quando eu fui prefeita a primeira vez até professor leigo tinha na cidade e deixei com todos os professores com terceiro grau. Porque, a partir do momento que eu entrei disse: “Concurso agora só para quem tiver terceiro grau”. E fomos dando a oportunidade aos de segundo grau e aos leigos de irem se capacitando, chegando até o terceiro grau, inclusive, os custos com a Prefeitura assumindo. Estimular aqueles que já

tenham o terceiro grau a chegar a um mestrado, especialização ou doutorado. Isso eu não fiz sozinha, fiz com equipe e tive um acompanhamento que aqui eu quero até louvar que muito me auxiliou e foi o Instituto Ayrton Senna que ainda hoje está na cidade. Na avaliação, os critérios, até porque, como médica eu entendia muito bem das crianças na parte de atendimento à saúde, mas também como mãe eu queria uma qualidade boa de ensino.

Sei que avançamos, que melhoramos, que felizmente o nosso Estado do Rio Grande do Norte teve uma avaliação muito... Teve um momento que estava no último lugar. Mas eu fiquei preocupada, eu digo, o Estado. E fui atrás de saber os resultados da cidade de Mossoró e foi exatamente o contrário. Era uma das cidades onde a educação de primeiro grau, claro, Ensino Fundamental tinha se sobressaído com resultados bem positivos.

Então, é isso que eu gostaria de agradecer. Dizer que anotamos aqui essas questões todas que as senhoras levantaram. E que eu gostaria de pedir ainda mais contribuição, que vocês pudessem nos trazer o máximo que fosse possível para formularmos um Projeto que, realmente, venha a ajudar a termos melhoria na Educação.

Entendemos que salário é importantíssimo, isso aí não resta dúvida. Se você não tiver um bom... Um reconhecimento salarial da sua, na sua profissão, isso é qualquer profissão, claro que você não estará estimulado não é porque seja irresponsável, seja... É porque suas preocupações são tantas com a sua sobrevivência que isso termina sendo externado dentro da sala de aula. Então, precisa de respeito, eu sou muito a favor da dedicação exclusiva. Eu sonho, um dia, em que o professor pudesse ser, ter dedicação exclusiva. Não ficar pulando de galho em galho para poder complementar o seu salário. Porque isso é algo... E ele vai para uma escola pública, municipal, está mais vinte horas numa estadual, ele dá, se tiver nível superior e mestrado já está numa Universidade muitas vezes privada dando tantas horas de aula. Isso é uma loucura. Então, a dedicação exclusiva faria crescer ainda mais o amor àquela escola. A vontade de, realmente, fazer com que a escola crescesse, porque ele estaria ali toda a sua vida dedicada àquela Entidade.

E essa questão de quem analisar, quem avaliar? Eu acho que vocês têm toda a razão. Ela não pode ser uma avaliação única num Brasil tão diverso, tem que passar pela gestão, pelas peculiaridades características de cada região, de cada localidade. Isso aí também é algo que a gente, até porque o aprendizado é diferente. Nós sabemos que você não pode ensinar

o índio com a mesma cartilha que você ensina lá no Rio Grande do Sul.

Então, tem todas essas questões que a gente... Que estão... Estão martelando aqui, mas que com essa audiência, onde as senhoras trazem tantas informações e conhecimento, com certeza, nos ajudará, não é, Profº Matos? Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): É com satisfação que nesse momento eu passo a palavra ao nosso sempre Senador, Wilson Matos, que é Reitor do Centro Universitário de Maringá, que é o autor do Projeto.

Em seguida ao Senador Papaléo Paes, já pediu a palavra para fazer rápidas considerações também. Senador.

SR. WILSON MATOS: Quero cumprimentar ao Senador Paulo Paim, Presidente dessa Sessão, bem como os colegas aqui debatedores da mesa, nossos Senadores presentes, as demais pessoas que compõem esse auditório.

A educação, sem dúvida nenhuma, é a mola mestra para o desenvolvimento de um país. Porque um país só se desenvolve quando se desenvolve o seu povo. Rui Barbosa disse que a educação com qualidade é o resgate da dignidade de um povo. E o Brasil ainda deve muito nesse aspecto. Temos tido avanços, sem dúvida nenhuma, mas, estamos muito distantes conforme veremos nos indicadores daqui a pouco.

São muitas variáveis que compõem a qualidade da educação em um país. Mas, eu considero as duas principais variáveis: a atuação do professor dentro da sala de aula, porque é ele que fica com o aluno durante horas e horas, ou o conjunto de permanência dos professores já a partir da quarta série ou um pouco antes, mais de um professor é... Por turno. Mas, as ações são definidas dentro da sala de aula.

A outra variável que eu acho muito importante é a gestão. Aqueles que dirigem, o diretor, enfim, todo o complexo, secretarias etc. Claro que temos outras variáveis. Problema de ordem financeira, problema de Projeto Nacional, problema dos pais que participam pouco hoje da educação dos filhos. Nós temos um problema cultural de uma sociedade ainda que precisa ser convertida ao conhecimento.

Então, quando estive aqui durante quatro meses, tive a honra de participar do Senado brasileiro, não deixei, não protocolei só esse Projeto, protocolei 11 Projetos na área da educação, todos eles tentando melhorar um pouco a educação brasileira, e quase sempre evitando custos novos porque sabemos aí das limitações públicas para o investimento.

Entretanto, a partir de 1996, da nova LDB, Lei nº 9.394, no art. 9º, ela trouxe uma abertura para a expan-

são da Educação Superior, Fundamental e Médio, mas trouxe também no seu bojo a linha da avaliação. Onde se permite a nova LDB, permite a avaliação em todos os níveis de cursos, alunos etc. A partir daí, então, se criou, no Ensino Superior, o Provão, criou-se o ENEM, que é parte do... Da avaliação do ensino básico. Temos o SAEB, Prova Brasil, Provinha Brasil. Atualmente o Provão foi substituído pelo SINAES, que é um instrumento muito importante para a avaliação do Ensino Superior. Então, temos tido vários avanços.

Mas, a nível, quando comparamos a educação brasileira a nível internacional, nós percebemos que estamos lá atrás.

Nós temos aí indicadores através da OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, quando fazemos essa comparação em exames feitos entre quarenta e poucos países nós sempre estamos entre os últimos. Temos um sistema também, um programa que é o PISA – Programa Internacional de Avaliação de Alunos, que avalia alunos de 15 anos na sua capacidade de leitura, matemática e ciência. E no ranking 2006, o último ranking, esse exame acontece a cada três anos, de 56 países participando, nós ocupamos a 52ª colocação. Perdemos só para outros quatro países de 56. E muitos países, também, no nível econômico do Brasil, também em desenvolvimento.

Então, nós temos grandes desafios pela frente. Eu vou falar um pouquinho mais sobre a avaliação do Ensino Superior, que é o SINAES, que é um Projeto que tem caminhado e despertado a educação superior para a melhoria da qualidade continuamente. Os SINAES – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior instituída através da Lei nº 10.861 tem como objetivo, conforme enunciado o art. 1º, “assegurar o processo nacional de avaliação das Instituições de Educação Superior nos cursos de graduação e do desempenho acadêmico de seus estudantes” e aí tem algumas outras informações.

O SINAES trouxe grande avanço na área da avaliação, porque ele prevê a melhoria da qualidade da educação. Pode passar o próximo.

A melhoria da qualidade da educação superior. A orientação e a expansão de sua oferta e o aumento permanente de sua eficácia institucional, e atividade acadêmica e social especialmente a promoção e o aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das Instituições da Educação Superior por meio da valorização de sua missão pública da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e a diversidade da afirmação da autonomia da identidade nacional.

Até... Até 1996 era quase proibitivo abrir uma faculdade no Brasil porque... Pregava-se que a escola privada era ruim. Bem, se tivermos um sistema de avaliação e supervisão nós podemos premiar ou permitir que as boas escolas fiquem, permaneçam e cresçam. Felizmente, com essa Lei foi possível, então, ter indicadores de qualidade da educação superior brasileira. Está ótimo? Não. Temos muito o que avançar ainda. Mas, no SINAES, nesse Projeto muito interessante, o professor é avaliado e ele é avaliado. No próximo **slide**...

O professor participa desta avaliação aí, que é a Comissão Própria de Avaliação – CPA. Nesta CPA nós temos a auto-avaliação da própria escola, a auto-avaliação do professor e a avaliação onde os alunos têm a oportunidade de avaliar a atuação de todos os professores. Isso tem promovido grandes avanços na educação superior. Quando nós pensamos em avaliação do professor, na verdade, no Ensino Superior hoje ele não tem a idéia punitiva, mas ele nos traz forte indicações e nos traz muita informação para organizarmos melhor a nossa gestão da educação. Cada gestor, cada dirigente, cada diretor, cada Reitor pode trabalhar melhor com o seu grupo e planejar capacitação e aprendizagem contínua para quando nós temos a informação.

Então, esse exame que nós propusemos aí de cinco em cinco anos, ele tem a principal... O principal objetivo dele é fazer com que os dirigentes possam ter a informação do trabalho de cada professor, da capacitação dele, da atualização dele, da capacidade de estar aprendendo continuamente. Foi dito aqui é... Que os profissionais engenheiros etc liberais, não têm a oportunidade de participar de uma avaliação dessa. Só que se eles são avaliados diariamente pelo cliente. Se ele não presta um bom serviço, o cliente não o procura e ele é excluído do sistema. E o professor não é bem assim. Com exceção de alguns países que nós veremos logo a seguir.

Então, foi um grande avanço para o Ensino Superior todo o complexo de avaliação do SINAES e, sobretudo, a permissão e a exigência do MEC de que o professor é... Seja avaliado. Na verdade, a avaliação do SINAES, ele avalia a escola em três dimensões: O Projeto pedagógico da instituição, onde se avalia o curso, coordenadores e a atenção dispensada ao aluno; o corpo docente é avaliado na qualificação, na dedicação, na produção e na avaliação que os alunos fazem dos professores e a terceira dimensão é a infra-estrutura à disposição dos alunos. Bem, nós temos, aí também, os conceitos ainda... Próximo.

Os conceitos do SINAES, no SINAES a integração dos instrumentos da auto-avaliação, avaliação externa,

avaliação das condições de oferta de ensino, o ENAD, o censo e o cadastro.

O ENAD é o exame de desempenho dos alunos, todos os alunos a cada três anos, todos os cursos passam por uma avaliação de conhecimento específico. E isso tem permitido conhecermos cada um dos cursos da... Oferecido nesse Brasil de ponta a ponta.

O que falta ainda para melhorar um pouco mais essa questão da avaliação/desempenho do estudante é o estudante ser co-responsabilizado na sua avaliação, ou seja, o aluno tem que ter essa nota, e essa nota deveria estar gravada no seu histórico. Porque hoje ele participa sem um compromisso efetivo. Ele vai fazer a prova, se ele quiser responder ele responde, se ele não quiser, ele assina, entrega em branco e o curso é que fica com a responsabilidade de ficar com o conceito baixo.

Então, precisamos encarar essas questões de frente e pôr a sociedade para participar, efetivamente, da avaliação. E o ENAD, ele avalia conhecimentos específicos e também conhecimentos gerais que nem sempre é dado em sala de aula, que são conhecimentos contemporâneos – a informação. Inclusive, na minha Instituição hoje 20% das questões de prova não são ministradas em sala de aula e são tiradas dos principais periódicos desse Brasil. Indicamos todos eles para que o aluno assine e leia. Porque o Brasil lê pouco. Para se ter uma idéia no Japão para cada 1.000 mil pessoas adultas se consome 633 jornais por dia. No Brasil para cada 1.000 mil pessoas adultas se consome 45 jornais por dia. Essa é a diferença que nos separa dos países que têm dado certo.

Eu tenho trabalhado sob a premissa da conversão da sociedade ao conhecimento. Estados Unidos, Europa, se consomem em torno de 10 livros por ano. No Brasil, dois livros e meio por ano e aí está incluído os cem milhões de livros que o Governo distribui compulsoriamente para as escolas do Ensino Básico. Então, nós temos que ter um Projeto. Nós temos que mexer com a sociedade, mexer com todos nós, professores, líderes, Congresso Nacional para valer, para que tenhamos um Projeto em que converta, de fato, a nossa sociedade ao conhecimento. Assim fez a Coreia, Japão e os países que hoje são desenvolvidos. Só conseguiram esse desenvolvimento com um Projeto muito forte e efetivo.

Nos Estados Unidos o professor no Ensino Superior é avaliado diariamente. Porque lá não se matricula o professor nem na sala de aula, o aluno não é matriculado nem na sala de aula nem no professor, ele é matriculado na disciplina e aquela disciplina é ministrada em várias salas de aula, em várias salas de aula num corredor e o aluno entra numa sala, en-

tra na outra, outro dia na outra e ele vai ficar na sala em que ele acha que, de fato, ele vai aprender com aquele professor. E eu tenho visitado universidades por lá e pelo mundo e passando por corredores lá vi um professor dando aula para 300 alunos e o outro dando para 20 alunos a mesma disciplina. Se no outro dia, esses 20 alunos desejarem agregar ao professor de 300, esse professor vai ficar sem nenhum aluno. Ele vai ter que dois, três dias após, vir para sua sala de trabalho e não ter aluno, ele tem que ir para o RH e pedir a conta. Porque o cliente não o quis dentro da Universidade. Então, nós temos que avançar. Não podemos temer a avaliação.

Nós, educadores, eu sou formado em matemática, já trabalhei em ensino fundamental, médio, superior e hoje sou dirigente de uma instituição de quinze mil alunos, quarenta e seis cursos. Nós avaliamos constantemente. Logo, não podemos ter medo de sermos avaliados. Como forma de nos estimularmos à aprendizagem contínua, ao crescimento permanente.

Nos Estados Unidos uma boa parte das Ordens profissionais, foi dito aqui, ele tem que fazer de cinco em cinco anos um novo exame para que a sociedade possa ter sempre bons profissionais. Algumas Ordens de cinco em cinco anos, outras Ordens profissionais, outras de dez em dez anos.

O Peru aprovou uma Lei, daqui a pouco eu vou passar aqui, algumas, alguns itens dessa Lei que é muito rigorosa de três em três anos todos os professores têm que passar por uma avaliação. É... O professor que não comparecer à avaliação por duas vezes ele é... O seu contrato de trabalho é suspenso. E... E por três vezes ele é demitido. E sendo o Peru aqui não podemos pensar nessa situação. Nós temos garantias aí constitucionais de emprego. Mas, a capacitação é muito importante para que tenhamos um desenvolvimento bom na educação.

Ainda nós tivemos a questão de chamar as Universidades para o debate, não é, professora? É verdade. Eu acho que o Governo tem que verificar as melhores escolas e selecioná-la para fornecer professores para a sociedade. Na Coreia do Sul tem 288 universidades. O Governo selecionou as doze melhores e para participar de concurso para professor do Ensino Fundamental das oito séries iniciais, ele selecionou doze universidades, só destas doze podem participar de concurso. Isso é ter coragem de intervir no processo, efetivamente, para que realmente a educação cresça. [soa a campainha]

Então, nós temos grandes desafios pela frente. Isso cria, certamente, muitos movimentos. Movimentos contrários e tal. Mas, o Brasil está maduro é hora de avançarmos efetivamente na educação.

Todos os processos e procedimentos de uma organização têm que ser avaliados. Todas as organizações. As organizações que não se submetem a isto ou fogem disto estão falindo, estão saindo do mercado porque não prestam um bom serviço. Então, no Ensino Superior o professor já é avaliado. Mas, as avaliações que ocorrem hoje no ensino fundamental e médio, elas são unilaterais. O professor não participa. Toda a avaliação avalia a aprendizagem do aluno e fica somente na aprendizagem. Então, é hora de avaliar também o professor.

Eu coloquei aqui no próximo slide, na próxima transparência, um questionário que é um instrumento de avaliação que é muito usado pelas universidades hoje, na minha também. O que é que nós perguntamos para o aluno sobre cada um dos professores? Está ali. Quanto aos aspectos éticos e responsáveis, o comportamento do professor no seu desempenho profissional é: Claro, depois vem uma escala de valores aqui que o aluno vai dar a nota para o professor nesse quesito. O professor indica bibliografia, outras fontes de informação para a sua disciplina? Aí vem a escala. O professor estimula a busca de outros meios para ampliar a sua aprendizagem? Ou seja, a aprendizagem do aluno? O professor estimula a resolução de problemas no ensino, no processo ensino/aprendizagem? A próxima.

O professor consegue motivar seus alunos para conteúdos de sua disciplina? O professor é pontual tanto para iniciar quanto para terminar as aulas? O professor realiza controle de frequência dos alunos sistematicamente? O professor aproveita o tempo de sua aula de forma eficiente? O professor tem bom relacionamento com seus alunos? Próxima.

Que técnica de ensino o professor tem utilizado predominantemente? Indique como você caracteriza o uso dos recursos em meios de tecnologia da informação pelo professor nas atividades ensino aprendizagem. O professor tem demonstrado domínio atualizado das disciplinas ministradas?

Então, isso aqui no Ensino Superior os alunos estão tendo a oportunidade de responder isto. Bom, isso é público? Não, é privado também, assim como o nosso Projeto de Lei. Privado para o meio onde os professores estão, mas, disponível para as autoridades da educação, para os gestores, para que possa se discutir e buscar melhorias, não é?

Então, quando a gente diz que é privado é porque o objetivo não é constranger ninguém e expor ninguém, mas, ele tem que saber, os dirigentes têm que saber que esse professor tem que melhorar, tem que estudar mais para poder fazer frente às exigências da sociedade do conhecimento, do mundo da informação.

Também teve uma colega que disse que o ideal seria na entrada exigir um alto nível. Mas, quantos estão há tempo? Quantos estão no município que não têm faculdade, são leigos etc? Então, pode até entrar um professor com um nível um pouco inferior de conhecimento, mas, se estiver instrumento para motivá-lo a uma aprendizagem permanente e contínua, certamente, ao longo dos anos ele tem condições de crescer e fazer uma grande diferença para aqueles que estão ali sob sua responsabilidade na área da educação.

Mais de 30% dos alunos que chegam na Universidade hoje, eles chegam com uma pequena capacidade de escrever e de interpretar textos. Eu tenho verificado as redações, principalmente essas redações é... Dos nossos alunos ao passar, ao entrar lá ou se inscrever para um vestibular. E a gente percebe que nós temos muito o que avançar. A escola, ensino básico brasileiro hoje está com apenas 200 dias de quatro horas, menos 30 minutos de intervalo, são três horas e meia. O Projeto pedagógico existente hoje, ou seja, a atividade do professor não tem levado o aluno a estudar quase em casa. Então, são três horas e meia dentro de sala de aula, pouco, quase nada de estudo em casa. E o pior, o aluno pode faltar 25% das aulas sem dar satisfação para ninguém. Nós temos que mudar isto.

Os países que têm dado certo estão todos com escola de tempo integral, falta zero para o aluno. No Japão o aluno só pode faltar para ir ao hospital se estiver doente. E lá dentro dos hospitais têm professores para ensiná-lo nos dias que ele estiver internado. Eu fui lá e conferi isto. Nos Estados Unidos, a maior parte dos estados americanos, o aluno pode faltar 14 dias com justificativa. Aqui ele pode faltar 50 dias sem nenhuma justificativa. Nós temos que mudar isso e mudar urgente. Para isso eu também deixei Projeto de Lei aqui no sentido de redução do índice de falta dos alunos nas escolas brasileiras.

Propus também a mudança de 800 para 960 horas no Ensino Fundamental, no ensino básico brasileiro como forma de darmos meia hora a mais e alguns dias a mais de aula. No ensino superior, que são cinco milhões de aluno, a média de falta do aluno brasileiro é mais de 15%. Um milhão de alunos quase faltam diariamente no Ensino Superior brasileiro. Eu tenho visto isso nitidamente nos pátios do estacionamento lá da minha Instituição. Dia de prova lota os pátios. Acabou a prova, nos dias seguintes eu vejo o pátio com muitas vagas, significa que 15 a 20% dos alunos não vão diariamente à aula. E isso é uma questão nacional que nós temos que resolver. Isso é falta de compromisso da sociedade com o conhecimento. Da sociedade como um todo e do Projeto educacional brasileiro e esse Projeto também nasce dentro de cada sala de aula,

dentro de cada escola. Ok. É... Eu tenho... Vou estar encerrando. Eu deixei para os colegas aqui as minhas transparências todas.

Não vou continuar expondo as minhas transparências, porque o tempo urge e a nossa Senadora aqui já me deu um toque. Mas, quero deixar uma frase que eu acho fundamental é de Dr. Ikeda, um pensador japonês que diz que: “a educação com qualidade engrandece a alma e lapida o caráter humano”. Essa é a missão do educador brasileiro é engrandecer a alma das pessoas é lapidar caráter humano. É muita responsabilidade e esse professor não pode furtar a sua responsabilidade de passar por uma avaliação periódica para, inclusive, provar que ele é uma pessoa contextualizada e preparada com essa missão digna tão nobre que é preparar pessoas para o futuro. Obrigado.

[troca de presidência]

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA

CIARLINI (DEM-RN): Muito obrigada professor pela sua compreensão, já foi entregue a todos o material que não pôde, por questão de tempo, ser apresentado. Mas, o texto está com todos os convidados, com os Srs. Senadores.

Bem, agora, eu gostaria de primeiro registrar, Senador Papaléo, a presença de Rene Couto da Comunidade Barraí(F) do Brasil. Eu passo a palavra ao Senador Papaléo.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Eu quero, Sra. Presidenta, quero inicialmente cumprimentar a V.Ex^a pela iniciativa que teve como autora do Requerimento, subscrito também pelo Senador Cícero Lucena, aonde nos proporcionou esta Audiência Pública com a presença da Prof^a Mariza Abreu, da Prof^a Stella Salomão, da Prof^a Juçara, que eu tive a oportunidade de ainda ouvir o restante do seu... Da sua exposição. E do... do Prof^o Dr. Sr. Senador Wilson Matos. Eu parabenizo a todos, principalmente aquelas pessoas que tiveram a oportunidade de ouvir a opinião dessas Instituições aqui representadas por pessoas do mais alto gabarito profissional, porque isso dá para avaliar pelas exposições.

Então, eu fico muito satisfeito quando vejo que o nosso querido Senador Wilson Matos que conviveu conosco aqui por algum tempo passou por esta Casa e deixou Projetos importantíssimos, pelo menos 11 importantíssimos para a área de educação e que realmente muitos deles alteram a Lei de Diretrizes e Bases da educação. Então, eu fico satisfeito por isso meu companheiro de partido, um grande cidadão que realmente demonstrou as suas qualidades de conhecimento e de ótima convivência e responsabilidade nesta Casa está hoje aqui conosco para debater um Projeto de sua autoria que está sendo relatada pela Senadora Rosalba Ciarlini. E vejo, Senador, que V.Ex^a

foi presenteado pela Relatoria da Senadora Rosalba, porque ela realmente está estudando com profundidade o Projeto de V.Ex^a e tenho certeza absoluta, ouvindo técnicos como nós ouvimos agora, pessoas de gabarito realmente vai discutir mais, aprimorar mais algum ponto que possa receber esse tipo de alteração.

Eu quero só, rapidamente, para concluir, dizer que eu acho importante essa avaliação. É importante, não sei se essas avaliações tipo ENEM e outro tipo de avaliação tenham realmente é... Uma conclusão exata, prática que venha a julgar a qualificação, no caso do ENEM, do aluno. Eu não sei. Isso até hoje eu acho que ninguém sabe. Ali, nós... O que é avaliado, no final, são notas, é a parte matemática. Não se sabe profundamente avaliação de conhecimento, de interesse do aluno que é avaliado, eu tenho minhas dúvidas quanto a isso. Isso seria como se fosse uma prova de vestibular, depende do estado emocional do momento do aluno e outros... E outras influências que podem fazer com que essa pessoa não seja avaliada, eu digo até, com justiça.

Mas, nessa questão do professor, eu vejo que serve até como um estímulo. Eu peguei a primeira reforma, não sei se primeira, mas, a Reforma Universitária Brasileira em 1970 (e alguma coisa). Foi algo, assim, que foi imposto de cima para baixo, nos testaram, servimos de laboratório. Foi algo, assim, que nos traumatizou muito. Porque, nós saíamos de um sistema, Universidade, né, saíamos de um sistema, sistema de décadas e entrávamos em um outro completamente diferente, sem nenhuma previsão do que poderia acontecer. Esse tipo de experiência eu sou totalmente contra. Sou conservador ao extremo em tudo aquilo que diz respeito à educação.

Então, hoje, o que é que acontece, a meu ver, pelo que eu vejo? Hoje, a evolução, a modernização dos sistemas educacionais, a modernização da sociedade, dos meios de ensino, da tecnologia fez com que realmente nós tivéssemos hoje, por não estarmos preparados para tudo isso, consequências drásticas, né? Eu fui aluno, eu fui aluno aonde... aonde nós éramos, recebíamos as punições devidas pelo professor. Eu fui aluno no tempo que se respeitava o professor. Hoje, uma série, um conjunto de pontos contrários ao professor desestimula um cidadão que sonhou um dia ser professor, não quer mais por causa dessas... Desse pontos negativos.

Hoje, se o professor olhar feio para o aluno, chega em casa contando para o pai, o pai vai processar o professor. E isso se o aluno não der um bofetão no professor, se não acontecer isso.

Então, hoje, eu acredito que o que é que eu quero ligar uma coisa com a outra? Além dos salários, salários desrespeitosos, o professor não tem ambiente

saudável no seu trabalho. Falo [soa a campainha] principalmente, das escolas públicas. O Poder Público, ele divulga muita... Muita fantasia. Ele deveria estar presente hoje aqui para me dizer se é fantasia ou se não é. E divulga muita fantasia. Você vai em cima sempre da propaganda. E nós só sabemos da realidade se nós precisarmos.

Eu sou médico. O... Se o Governador do meu Estado, por exemplo, faz uma propaganda que a saúde é a melhor do mundo, todo mundo vai acreditar. Mas o dia que alguém precisar, estou dizendo o Estado, mas, vamos dizer, lá do Rio Grande do Norte. Se, no dia que a pessoa precisar, aí sim ela vai dizer se é melhor ou é a pior saúde do mundo. Então, nós vivemos às custas das belas propagandas aonde colocam o professor sempre como o grande vilão da história quando ele não é. As consequências dele... Realmente não, não estar muito engajado, muito estimulado, determinado a ser um bom profissional não depende da vontade dele não. Depende exatamente deste ambiente de trabalho, enfim, escolas maltratadas, onde não tem material didático para ele trabalhar adequadamente. Onde ele não tem um salário adequado, tem que terminar aquela aula ali para ir para uma escola particular.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador, o tempo urge.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Vou já encerrar. Já vou já encerrar, Excelência. Então, eu quero dizer o seguinte, esse exame talvez, talvez, além da intenção de selecionar professores com qualidade, eu acredito que para a auto-estima do professor é extremamente importante. Ele vai se sentir valorizado pelo fato de que ele vai passar a ser cobrado e, principalmente, pelo fato de que ele se submetendo a este exame, ele vai – acredito eu – ter muito mais condições, eu digo assim, tecnicamente falando do lado técnico, morais até de cobrar também daqueles que o estão avaliando. Então, era isso que eu queria dizer. Parabenizar a todos e agradecer a presença das senhoras expositoras e do Senador Wilson Matos, grande autor desse Projeto. Obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Obrigada, Senador Papaléo, o senhor que tem participado ativamente aqui da Comissão de Educação preocupado, inclusive, com todas essas questões, não somente aqui, mas, no Plenário. Eu tenho certeza que contamos com o Profº Papaléo em todas as questões que venham a somar na melhoria do ensino tanto voltado aos professores como, também, dos recursos necessários. E, aqui, eu quero fazer agora um parêntese antes de passar ao Profº Virginio. Vamos estar, minha gente, acompanhando e alerta porque em junho nós vamos ter a reavaliação do FUNDEB. Eu já estou aqui colocando que já desde

o início defendi: Ensino fundamental e, principalmente, educação infantil tem que ter mais recursos. É o primeiro passo. Se esse não for o melhor, tudo vai abaixo. Está aí o resultado.

Vou passar agora para o Profº Virginio, do Estado de Sergipe, que muito nos honra aqui na Comissão.

SENADOR VIRGINIO DE CARVALHO (PSC-SE):

Nós queremos parabenizar e agradecer toda essa informação que nos foi trazida, também como sempre convivi na área da educação. Eu sou plenamente de acordo com o que o Profº Papaléo acabou de falar. E eu creio realmente que essa atenção especial é necessária para com os professores.

Eu trabalhei na educação fora do país também, fui professor na Suécia e fui vice-diretor na França, e eu vejo uma grande dificuldade aqui justamente até na questão quando falamos sobre como responsabilizar os pais e também a falta de limite que se tem nas escolas com as crianças. Então, que as crianças podem ir além dos limites. Quando, nesses outros países, as crianças, elas têm muito mais limite e também a avaliação não é a nota aritmética que conta, mas, sim, a participação do aluno, a frequência do aluno e tudo o que envolve o aluno. Então, a escola, o aluno passa o dia inteiro na... Tem o dia completo na escola, sou pai de crianças que foram também criadas nas escolas lá fora. Hoje, sou avô de criança que está na escola lá na Europa e eu vejo, sinto muito essa deficiência aqui no nosso país e eu creio que nós temos mais que lutar em favor disso. Então, as minhas palavras de encorajamento. E acho que os senhores nos trouxeram uma boa, boas informações e cabe-nos, aqui na Casa, levar adiante este processo para que a educação seja melhor valorizada em nosso país.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Obrigada, Profº Virginio. É salutar saber que temos aqui um Senador que... Pelo Estado de Sergipe, que está temporariamente aqui substituindo a nossa querida Senadora Maria do Carmo, mas que traz uma bagagem tão importante, que eu já convoco para me ajudar na relatoria desse Projeto.

Vou passar agora, para finalizar, nós gostaríamos de abrir aqui o microfone para os senhores, senhoras convidadas e... Que gostariam de acrescentar mais alguma coisa. Vamos convidar aqui a Drª, a Profª Stella Magali.

SRA. STELLA MAGALY SALOMÃO: Bom, em nome da UNDIME, da Profª Justina Iva que é a nossa Presidente, agradecer a oportunidade e dizer que as provocações, os questionamentos que fizemos, sem dúvida, nós consideramos ser o cerne de uma grande Reforma dessa transformação em busca da qualidade. Que não penalize o professor e que também, ao reconhecer, não se faça uma premiação que, na verdade,

é a função do professor educar bem. Para isso precisamos é... Como já dissemos, das Agências formadoras cumprindo o seu papel e que possamos unir as políticas já existentes para convergir num único Projeto que vise a melhoria da qualidade da educação e não a fragmentação. Então, nos colocamos à disposição e agradecemos a oportunidade.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Prof^a Juçara, a quem concedo a palavra.

SRA. JUÇARA DUTRA VIEIRA: Nós queremos, então, fazer uma síntese aqui da proposta que nós apresentamos para a Relatora, sabendo das suas dificuldades, inclusive, porque não sei se porque é recente, enfim, a divulgação desta Audiência Pública, mas, provavelmente, os Senadores, as Senadoras ainda vão requerer outras Audiências porque, infelizmente, hoje nós tivemos uma Plenária bastante esvaziada. Então, nós sabemos que a Relatora terá um trabalho duplo. A nossa sugestão é de que esse debate, ele seja contextualizado, inclusive, porque esta Casa, nós esperamos que volte a debater a questão do piso, porque o Projeto do piso que está em discussão na Câmara, que está na última Comissão é um Projeto ao qual foi apensado o Projeto do Senador Cristovam Buarque até porque era um Projeto que precedia.

Então, nós gostaríamos de que esse debate, ele fosse feito concomitantemente com a discussão do Projeto do Piso, das diretrizes de carreira, de um outro Projeto que está aqui que é oriundo desta Casa, Senadora Fátima Cleide, que reconhecem os funcionários de escola como profissionais da educação. E dentro, agora, da discussão do CONEB, de sistema, gestão democrática, de financiamento e da Nova Capes.

Nós queremos concordar aqui com a exposição dos Senadores de que salário é uma questão central. A Prof^a Mariza já me ouviu dizer que meio salário não justifica meio profissional, mas sem salário é impossível ser profissional. Se nós não trabalharmos nas condições objetivas, materiais, nós não conseguimos devolver a auto-estima a essa categoria tão importante, estratégica para a qualidade da educação no país. Mas, também, não podemos tratar isoladamente a figura dos educadores. Nós temos que tratar das políticas nacionais e essas políticas que têm que ter a repercussão nos Estados e nos Municípios.

Por último, dizer que nós distribuímos aqui um material da semana que nós promovemos todos os anos na última semana do mês de abril em consonância com a semana de ação global. Nós somos filiados a uma entidade chamada “Internacional da Educação”. Estamos na nona semana e essa semana vai tratar de diversos temas, diversas mobilizações sobre educação

pública de qualidade que se escreve assim: “Valorização, financiamento e gestão democrática”.

Queremos oferecer também esse subsídio que os nossos trabalhadores em educação estarão analisando e discutindo agora no mês de abril porque achamos também que é fundamental a contribuição do movimento social, do movimento sindical na reflexão sobre a educação, porque compreendemos que educação realmente é este processo dialética que a teoria serve à prática, mas a prática que orienta também a teoria.

Muito obrigado, Relatora. Muito obrigado, Senador. E esperamos que o aprofundamento dessa discussão e a sua contextualização possam nos trazer novos elementos aí para a discussão da avaliação.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Prof^a Mariza. Obrigada, Prof^a Juçara. Agora, passamos a palavra à Prof^a Mariza Abreu.

SRA. MARIZA ABREU: Olha, eu gostaria de agradecer a oportunidade. Eu fui a primeira a falar, então, depois ouvi os outros, a gente sempre aprende muito. É bom sair do embate dos Estados, Juçara, e vim aqui, porque aqui a gente consegue se entender mais.

Mas, eu queria fazer algumas reflexões do conteúdo mesmo. O Senador fez referência, e eu acho que ele tem toda a razão, a diferença da questão de uma profissão que se exerce na iniciativa privada e que tem a seleção do mercado para a questão do serviço público. Eu acho que isso é o fundamental. O que eu quis dizer, Senador, é que... Como 80% dos professores da educação básica atuam nas redes públicas de ensino, eles se submetem a um concurso público, né? Então, há uma seleção para o exercício da atividade profissional que é o concurso, além do diploma que ele traz da sua agência de formação. O que não acontece nas atividades profissionais que são, predominantemente, exercidas pela iniciativa privada e menos exercidas pelo serviço público.

Eu entendo que nós estamos discutindo uma coisa que é muito importante, a partir das suas palavras. Todos nós queremos qualidade. Qualidade pressupõe avaliação. Agora, a gente tem que discutir que avaliação para que resultado? Senão, a gente perde tempo. A gente faz diagnóstico demais e não usa os resultados desse diagnóstico em ações concretas que gerem melhoria.

E eu quero dizer, de saída para vocês o seguinte: Eu entendo que a... A melhor seleção dos professores da Educação Básica que 80% são públicos é melhor do que o Exame de Ordem, é a minha opinião pessoal. Eu acho que a primeira grande ação que nós temos que fazer. E isso está sintonizado com diretrizes do PDE do Governo Federal, é fazer um concur-

so competente e um estágio probatório para valer. Se a gente fizer um concurso competente, que é muito pró-forma, muito burocrático, muito para inglês ver. E a gente fizer o estágio probatório de fato, inclusive, o Governo Federal sugere no seu PDE de preferência com avaliação por instituições externas, porque a avaliação de pares vira defesa corporativa. Eu acho que isso é mais conseqüente nesse momento do que um exame de certificação para acesso ao exercício profissional, certo?

E em relação à questão das Instituições das Agências de formação. Olha, eu vou dizer para vocês com toda a franqueza, estão aí... Mil conflitos, eu cansei um pouquinho dessa conversa. Eu acho que a gente que é gestora, gestor da Educação Básica tem que fazer o concurso selecionando o professor que a gente precisa que elas vão vim atrás. Assim como a Universidade monitora o ensino médio via vestibular. Se nós dissermos, no concurso o profissional o que nós precisamos para a educação básica tem tais e tais habilidades, competências e conhecimentos, nós empregamos 80%, as Agências de formação vão ter que atender as nossas demandas, e a escola privada vai ser beneficiada pela exigência que nós fizermos no concurso público, porque todos os professores do público e do privado serão formados nas mesmas agências.

Em segundo lugar, eu quero dizer para os senhores que eu tenho perfeita consciência de que um profissional valorizado começa, mas não termina por salários adequados. E acho que para a gente recrutar bons professores precisa ter um salário inicial adequado. Eu acho, viu, Juçara, eu tenho dito isso muito lá, o Rui também está aqui, não é possível, tem limites objetivos no Brasil que têm nos impedido de fazer isso.

Eu não posso acreditar que existem 26 Governadores, mais o do Distrito Federal, de diferentes partidos que fizeram um complô com o Magistério brasileiro nos últimos 20 anos para pagar mal todo mundo. Isso não é verdade. Passa Partido, sai Partido, entra Governador, sai Governador e a gente tem dificuldade. Existem razões objetivas, concretas. No meu estado tem um peso [soa a campainha] oi, desculpem. Um peso desse tamanho das aposentadorias. É impossível, o Rio Grande do Sul gasta 52% do valor da folha de pagamento do Magistério com aposentadorias. O Rio Grande do Sul tem 16 alunos para cada professor. Tem professor sobrando. Professor que não dá aula. Um concurso para o Município que sobra não tem mais aluno para ele dar aula ele está lá na folha de pagamento. Então, tem alguma coisa errada na gestão da educação que nos impede, objetivamente, de melhorar o salário dos professores.

Agora, tem mais, não adianta botar dinheiro em tonel furado. Se a educação brasileira precisa de mais dinheiro vai precisar de mais gestão. Se os professores precisam de mais salários é preciso que a estrutura salarial do Magistério pague quem tem bons resultados e não pague todo mundo igual, que é isso que nós estamos fazendo. Quando a gente paga por tempo de serviço, quando a gente paga por gratificações que vira uma correria pelas gratificações, quando a gente paga por formação continuada que não tem resultado nenhum com a aprendizagem, nós estamos pagando igual para quem dá boa aula e para quem dá má aula. Isso não dá mais que é o talento individual que a Juçara fez referência.

Agora, o problema gente é que no Magistério é muito difícil identificar qual é a contribuição de cada professor individualmente para a aprendizagem do aluno. Quando o aluno está na quarta série, o que ele sabe na quarta é decorrente do professor que ele teve na primeira, que ele teve na segunda, que ele teve na terceira. Quando ele está na quinta, o que ele sabe de português é também decorrente do que o professor de matemática ou de história faz. Então, é isso que nós temos que discutir. Como é que a gente avalia o Magistério, para, efetivamente, remunerar melhor quem trabalha mais e tem melhores resultados?

A discussão que a gente está fazendo aponta no seguinte sentido: Avaliação de desempenho individual e conhecimentos, porque conhecimento é individual e é permanente e avaliação de resultados coletivos das escolas. Porque o resultado de aprendizagem é dos alunos de uma escola e é resultado coletivo da equipe de trabalho daquela escola. Então, como é que a gente cruza isso com a carreira do Magistério com a estrutura de remuneração do magistério para, efetivamente, ter incentivos salariais que gerem melhoria da qualidade. E não incentivos salariais que levem esse professor para fora da sala de aula, para escolas pequenas, porque eles ganham difícil acesso ou para um monte de cursinho que é só para ganhar dinheiro quem oferece o cursinho. E os alunos continuam não aprendendo nada. É esse o processo que a gente tem que discutir no Brasil.

Muito obrigada, eu estou muito envolvida, por isso sou muito enfática, porque eu quero professores competentes, professores valorizados e alunos que aprendam. Muito obrigada.

SRA. PRESIDENTE SENADOR ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Agora, passamos a palavra ao autor da proposta, do Profº Wilson Matos.

SR. WILSON MATOS: Primeiro dizer por que é que nós não detalhamos muito o Projeto, o que fazer depois. Porque o que fazer depois não compete à União, compete aos Municípios e aos Estados que estão

com a Educação Básica na mão, não é? Agora, serão balizadores sérios para que os Estados e Municípios dêem prosseguimento no depois. Com qualificação e com algumas... Algumas questões de colocar o trilho, o trem no trilho, se for necessário. Eu acho que é hora de premiarmos o mérito, não é, Prof^a Mariza?

Na iniciativa privada o mérito é premiado. Ou produz, ou produz, ou cumpre-se com as metas ou está fora do sistema. E na educação não é tão fácil medirmos isto. Mas, se nós não tivermos Projeto nesse sentido nós... Porque é na escola que nós estamos formando o cidadão de amanhã. E essa é uma grande responsabilidade da sociedade do presente.

Também quero dizer, sobre o Senador Virgínio colocou aqui, as questões de limite. No Brasil nós vivemos uma crise de autoridade em todos os níveis. E isto não é questão de ser país moderno, não. Nós fazemos uma confusão. No Japão a escola é, extremamente, rigorosa. Lá se um aluno for pego colando o nome dele vai para um painel na entrada da escola escrito lá: “Este mentiu para ele e para a sociedade”. Porque a cola é uma mentira. A cola é um roubo ideológico, não é? E os pais.... É muito sério isto.

SRA. PRESIDENTE SENADOR ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): No registrem americano também isso é muito... Rígido.

SR. WILSON MATOS: No Brasil é o vale-tudo. O diretor não tem autoridade, o professor perdeu a autoridade, a proteção é excessiva. Mas, é uma questão que nós temos que encarar com seriedade também. Nos Estados Unidos o respeito do aluno na escola é uma coisa impressionante. Eu estive esse ano mais uma vez visitando escolas nos Estados Unidos. E visitava uma escola de ensino médio lá e um aluno da escola foi colocado a minha disposição para que ele mostrasse a escola.

E nós estávamos caminhando por um longo corredor, chegou num dado espaço daquele corredor ele falou para mim: “Não posso continuar aqui”. Eu falei: “Mas, você foi autorizado”. Ele falou: “Não, mas aqui é proibido nós passarmos dessa divisa aqui e continuar nesse corredor porque agora é uma escola técnica que está aqui e é outra administração”, tal. E eu queria muito visitar a escola técnica. É um prédio único. E aquele aluno não foi porque ele disse que podia criar-lhes sérios problemas.

Aqui, que autoridade a escola tem para impor limites? Quer dizer, é uma perda de limites hoje, nós perdemos essa oportunidade em algum momento da história, e é hora de retomarmos isso para termos uma... Uma escola que possa fazer com que também o aluno produza mais.

Então, são essas as questões que gostaria de colocar encerrando aqui o nosso pronunciamento,

agradecendo a oportunidade que a Comissão de Educação me permitiu de estar aqui debatendo esse Projeto. Obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADOR ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Antes de fazermos as considerações finais, eu gostaria de registrar a presença da Prof^a Manoelina, Presidente da [soa a campainha] UNDIME de Mato Grosso.

Mas... Gostaria mais uma vez de agradecer e de solicitar a UNDIME, inclusive, já nos entregou aqui por escrito a sua avaliação e sugestões sobre o Projeto. Gostaria de solicitar tanto à professora, ao conselho, ao CONSED e ao CNTE que nos colocasse as suas considerações, sugestões e quero, mais uma vez, aqui, ressaltar esse Projeto, Prof^o Wilson, nós precisamos construir exatamente essa oportunidade de resgatar o respeito, a credibilidade de cidadãos e cidadãs que, com amor, se dedicam a construir os caminhos do futuro dos nossos filhos.

Esse país só será forte, esse país só será realmente grande quando entendermos todos, a todos os níveis Federal, Estadual e Municipal que recurso na educação não é gasto é investimento. Quando entendermos que se faz transformações sociais é fazendo com que o cidadão forme o seu caráter de cidadão e que entenda que o seu conhecimento, ele vai ter condição de contribuir para aquela sociedade, para que ela seja melhor, mais justa e de mais paz. São questões que nós sabemos que têm muito para a gente avançar. É longo, porque se nós fizermos uma modificação total na educação melhorando todos os pontos que nós questionamos da valorização salarial, da questão do professor não tem dedicação exclusiva, não ter ensino integral, das estruturas que são falhas, dos recursos que se perdem por aí, da falta de conhecimento, até de aprimoramento, enfim, uma série de questões, seria necessário uma geração para começarmos a melhorar os resultados do Ensino Fundamental.

Então, vejam como a nossa missão é uma missão que não... Que com certeza nós que estamos aqui nesse mandato não iremos concluir, mas podemos dar passos decisivos para que tenha continuidade. E essa preocupação da continuidade, Prof^a Mariza, a senhora que hoje está como Secretária Estadual de Educação e a Prof^a Stella, Secretária Municipal, temos que deixar os gestores municipais e estaduais entenderem, e federal, principalmente, que plano de educação não pode ser plano do Presidente tal, nem do Governador tal, nem do Prefeito tal – é plano da população, de Estado. É um plano que tem que ter continuidade.

E eu volto aqui a reafirmar: “Não podemos ter educação de qualidade e melhoria se nós não tivermos, realmente, a figura do professor motivado e com amor”. Nós sabemos das distorções. Eu passei por

isso. Vou lhe dar aqui um exemplo – Gratificação de sala de aula no meu município onde eu fui prefeita três vezes e continua agora com a minha sucessora só tem que está na sala de aula. É Lei, porque se você está numa atividade, muitas vezes servindo na outra secretaria, na outra instituição a serviço... receber? Agora, vamos dar e conseguir aumentar, ter mais recursos para que essa gratificação seja cada vez maior para que ele permaneça mais dentro da sala de aula com as nossas crianças. E quem ganha? É o nosso... São questões, às vezes, pequenas, mas que precisa ter coragem. Precisa ter coragem.

E eu sei que isso vocês todos têm, quando eu digo coragem porque nós temos que, muitas vezes, romper é... Resistências que, entendo porque é necessário, que a categoria de todos os trabalhadores da educação também, como sou médica e tenho o meu sindicato, tenho as minhas associações para defender os nossos interesses. O professor também tem direito e tem que estar forte nas suas associações, nos seus interesses. Mas, aí, não é uma rua de uma mão só, ela tem mão dupla, compromisso, seriedade para que nós possamos cada vez mais valorizar a profissão e essa valorização passa pelos salários, passa pela questão do espaço, passa pela oportunidade de aprimorar nos seus conhecimentos. Enfim, acho que tudo isso o Brasil quer essas mudanças, e nós temos que dar a nossa contribuição. Obrigada a todos que aqui vieram.

Sessão encerrada às 12h35.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

ATA DA 16ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 22 DE ABRIL DE 2008.

II SIMPÓSIO E FÓRUM PÚBLICO EM EDUCAÇÃO, IGUALDADE E JUSTIÇA SOCIAL

Às dez horas e dezoito minutos do dia vinte e dois de abril de dois mil e oito, no Auditório Petrônio Portela, sob a Presidência do Senador Cristovam Buarque, e com a presença dos Senhores Senadores Flávio Arns, Fátima Cleide, Ideli Salvatti, Inácio Arruda, Wellington Salgado, Marconi Perillo, Marisa Serrano, Flexa Ribeiro e Romeu Tuma reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Augusto Botelho, Paulo Paim, Renato Casagrande, João Ribeiro, Geovani Borges, Mão Santa, Valdir Raupp, Paulo Duque, Gerson Camata, Heráclito Fortes, Virgínio de Carvalho, Marco Maciel, Raimundo Colombo, Rosalba Ciarlini e Papaléo Paes. Inicia-se a

presente reunião, convocada no formato de Simpósio, atendendo ao Requerimento nº 06/08 – CE de autoria das Senadoras Marisa Serrano e Maria do Carmo Alves e Aditamento nº 01/08 – CE ao Requerimento nº 06/08 – CE, de autoria do Senador Cristovam Buarque que tem como objetivo a realização do **II Simpósio e Fórum Público em Educação, Igualdade e Justiça Social**. O Simpósio tem tradução simultânea e na abertura conta com a participação da soprano Denise Tavares, Professora de Canto Lírico da Universidade de São João Del Rey – MG e da Pianista Beatriz Salles, Chefe do Departamento de Música da Universidade de Brasília – UnB. Compõe a Mesa de Abertura os Excelentíssimos Senhores, Senadores Garibaldi Alves Filho, Presidente do Senado Federal e Cristovam Buarque, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Senhor Fernando Haddad, Ministro da Educação do Brasil; Senhora Grace Naledi Mandisa Pandor, Ministra da Educação da África do Sul; Senhora Lesley Longston, Diretora Geral do Departamento de Escolas, Crianças e Famílias do Ministério da Educação do Reino Unido; Senhor Embaixador Ruy Nogueira, Ministro Interino das Relações Exteriores e Senhor José Luiz Valente, Secretário de Educação do Distrito Federal (Representando o Governador do Distrito Federal, José Roberto Arruda). Antes de dar início aos trabalhos, passa-se a execução do Hino Nacional, na voz da soprano Denise Tavares. O Senhor Presidente, Senador Cristovam Buarque, submete aos membros presentes da Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Dando continuidade, a presidência passa a palavra aos Excelentíssimos Senhores Fernando Haddad, Ministro da Educação do Brasil e Senador Garibaldi Alves, Presidente do Senado Federal para que os mesmos possam proferir seus pronunciamentos. Ao fim dos pronunciamentos, retoma a palavra o Senhor Presidente da Comissão, Senador Cristovam Buarque, para dar início as palestras que serão proferidas pela ordem, pelo Excelentíssimo Senhor Ministro da Educação do Brasil Fernando Haddad, Excelentíssima Senhora Ministra da Educação da África do Sul, Grace Naledi Mandisa Pandor e a Ilustre Senhora Diretora Geral do Departamento de Escolas, Crianças e Família do Ministério da Educação do Reino Unido, Lesley Longston. O Senhor Presidente da Comissão, Senador Cristovam Buarque, registra a presença, para acompanhar o Simpósio, do Professor Gilberto Gonçalves Garcia, Presidente do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras – CRUB; Senhor Jorge Wheertein, Diretor Executivo da Rede de Informação Tecnológica Latino-Americana – RITLA; Senhor Alcenir Guerra, Secretário Extraordinário de Escolas em Tempo Integral do

Governo do Distrito Federal; Senhor Marcos Formiga, Assessor Especial da Presidência da Confederação Nacional da Indústria e Vice-Presidente da Associação Brasileira de Educação a Distância – ABED; Senhora Beatriz Salles, Pianista e Professora da Universidade de Brasília – UnB; Senhora Denise Tavares, Soprano e Professora de canto lírico da Universidade de São João Del Rey; Professor Heitor Gurgulino de Souza, Secretário Geral da International Association of University Presidents – I.A.U.P; Professor Jorge Guimarães, Presidente da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES; Professor Ronaldo Mota, Secretário de Educação Superior do Ministério da Educação – MEC; Senhor Hélio Chaves, Secretário de Políticas em Educação a Distância; Doutora Mary Stiasny, Vice-Diretora do Instituto de Educação da Universidade de Londres e do Senhor Kennedy Montenegro, Assessor Especial da Vice-Governadoria do Distrito Federal – Representante do Vice-Governador (Senhor Paulo Octávio). O Senhor Presidente, Senador Cristovam Buarque esclarece aos participantes que desejarem fazer perguntas, que as encaminhem para a Secretaria da Comissão e do Simpósio para que sejam respondidas posteriormente via e-mail. A Presidência, agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião às doze horas e trinta e vinte e oito minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal. – Senador **Cristovam Buarque**, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA
E ESPORTE – CE

NOTA TAQUIGRÁFICA

16ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 22 DE ABRIL DE 2008

II SIMPÓSIO E FÓRUM PÚBLICO EM EDUCAÇÃO, IGUALDADE E JUSTIÇA SOCIAL.

SR. MESTRE DE CERIMÔNIA: Senhoras e senhores, bom dia. Damos início ao II Simpósio e Fórum Público em Educação, Igualdade e Justiça Social. O I Simpósio Internacional aconteceu em novembro de 2006, no Instituto de Educação da Universidade de

Londres, a partir de uma idéia do Senador Cristovam Buarque. A proposta foi de criar um simpósio a respeito de Educação e equidade, que fosse itinerante, de maneira que pudesse ser realizado sequencialmente, inicialmente no Reino Unido, depois no Brasil, na África do Sul e, por fim, na Índia.

O objetivo é reunir pesquisadores, acadêmicos, gestores políticos e práticos na área para refletir a respeito das semelhanças e diferenças em suas histórias e opiniões em relação a futuros Projetos para promover sistemas educacionais mais justos.

Neste ano, debateremos o uso das tecnologias na Educação e a promoção da inclusão social. Após este momento, aqui em Brasília, o simpósio continua em Campo Grande, de 23 a 26 de abril. Compõem a Mesa o Presidente do Senado Federal, Exmo. Sr. Senador Garibaldi Alves Filho; o Ministro da Educação do Brasil, Exmo. Sr. Fernando Haddad; o Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal, Exmo. Sr. Senador Cristovam Buarque; a Ministra da Educação da África do Sul, Exma. Sra. Grace Naledi Mandisa Pandor; a Diretora-Geral do Departamento de Escolas, Crianças e Famílias do Ministério da Educação do Reino Unido, Exma. Sra. Lesley Longston; Exmo. Sr. Embaixador Ruy Nogueira, Ministro Interino das Relações Exteriores; Exmo. Sr. Osvaldo Reis, 1º Vice-Presidente da Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados; Ilmo. Sr. José Luiz Valente, Secretário de Educação do Distrito Federal.

Convidamos todos a ficarem de pé para a execução do Hino Nacional, pela cantora lírica Denise Tavares e a pianista Beatriz Salles.

[execução do Hino Nacional Brasileiro].

[palmas].

SR. MESTRE DE CERIMÔNIA: Com a palavra, o Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal, Exmo. Sr. Senador Cristovam Buarque.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Sr. Presidente, Senador Garibaldi, nós estamos aqui, numa Reunião formal da nossa Comissão de Educação, a 16ª Reunião Extraordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, para dar continuidade a um evento internacional que, pela segunda vez, fazemos. Esperamos já estar, no final vai se dizer, já termos a 3ª, fixada para a África do Sul. Eu dou, portanto, como aberta essa Sessão e passo... Devolvo a palavra para o mestre de cerimônia.

SR. MESTRE DE CERIMÔNIA: Com a palavra, o Ministro da Educação do Brasil, Exmo. Sr. Fernando Haddad.

SR. MINISTRO FERNANDO HADDAD: Eu gostaria de cumprimentar todos Parlamentares presentes,

na pessoa do Presidente do Congresso, Senador Garibaldi Alves. Gostaria de cumprimentar a Ministra da Educação da África do Sul, Naledi Pandor, que é uma das maiores lideranças mundiais na área da Educação, tem tido um papel proeminente nos Fóruns Internacionais, defendendo propostas ousadas, inclusive, no que diz respeito à cooperação internacional. Dizer a ela que é uma grande satisfação contar com a sua presença no Brasil. Saudar a sua primeira visita ao Brasil e desejar que essa seja a primeira de muitas visitas da Ministra ao nosso país.

Em nome da Ministra, eu gostaria de cumprimentar os educadores presentes, os membros da Comissão de Educação, cumprimentar o Senador Cristovam Buarque pela iniciativa, cumprimentar os dirigentes do Ministério da Educação aqui presentes, os representantes de organismos internacionais e desejar a todos um bom dia de trabalho.

SR. MESTRE DE CERIMÔNIA: Com a palavra, o Presidente do Senado Federal, Exmo. Sr. Senador Garibaldi Alves Filho.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Sr. Ministro da Educação, Fernando Haddad, Exmo. Sr. Senador Cristovam Buarque, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte e responsável pela realização deste Simpósio, II Simpósio; Exmo. Sr. Embaixador Ruy Nunes Pinto Nogueira, representante do Exmo. Sr. Embaixador Celso Amorim, Ministro das Relações Exteriores; Exmo. Sr. Peter Collecott, Embaixador do Reino Unido no Brasil; Exma. Sra. Grace Naledi Mandisa Pandor, Ministra da Educação da África do Sul, Sr. Vincent Defourny, Diretor da UNESCO no Brasil; Sra. Lesley Longston, Diretora-Geral do Departamento de Escolas, Crianças e Famílias do Ministério da Educação do Reino Unido; Sr. José Luiz da Silva Valente, Secretário de Educação do Distrito Federal, representante do Governador José Arruda, Governador do Estado, demais autoridades, convidados, especialistas, técnicos, professores, senhoras e senhores. É com muita satisfação que recebemos, no Congresso Nacional, a 2ª edição do Simpósio Internacional e Fórum Público sobre Educação, Igualdade e Justiça Social. Este evento, de formato inovador, reúne o que há de melhor no pensamento sobre a Educação de quatro grandes países: África do Sul, Índia, Reino Unido e Brasil. Muito me interessa, e interessa a todos nós, essa mescla de culturas, competências, experiências com o objetivo comum de pensar a formação humana, a Educação.

A experiência, inclusive, nos mostra que os modelos de sucesso, reconhecidos nos países representados neste evento, invariavelmente, têm como alicerce,

e isso já é uma coisa óbvia, o investimento em Educação para capacitar seus cidadãos.

Quero dizer ainda, nesta saudação rápida a todos os que irão participar deste evento, que este é, no caso do Brasil, um dos nossos desafios principais. Claro, e acredito que também no caso dos outros países participantes. E, tenho certeza, dever de casa de todos os países do mundo. Com a velocidade da evolução tecnológica, a aprendizagem deve ser modo contínuo, ficando na humildade que conduz à sabedoria.

Acho também, e aí vou me valer até de um debate que participei, juntamente com o Sr. Ministro da Educação, recentemente, em Comandatuba, na Bahia, encontro esse que reuniu empresários, políticos, educadores, durante o qual se falou sobre a Educação e o ensino público no Brasil. Acho até, no caso brasileiro, que o que nós precisamos, evidentemente, é de sintonizar, claro, esses investimentos em tecnologia com o nosso aprendizado. Mas nós precisamos, sobretudo, de envolver a sociedade brasileira neste debate, no debate da Educação. Fica provado, a cada Encontro Nacional, e não tem o caráter internacional que esse tem, mas o Senador Cristovam Buarque sabe muito bem disso, fica provado, a cada encontro, e o Ministro também sabe muito bem disso, que nós precisamos envolver a nossa sociedade, a nossa comunidade, no debate do dia-a-dia da Educação. Educação que passa, que tem que passar, claro, pela tecnologia, mas tem que passar pela conscientização dos nossos cidadãos com relação à importância da Educação.

Os indicadores que serão mais adiante discutidos mostram, e o Ministro terá essa tarefa, que o Brasil ainda tem muito que aprender. No último programa de avaliação internacional de alunos, aparecemos na 52ª posição entre os países avaliados. E eu até diria que essa posição, Ministro, de 52ª, é uma posição muito desconfortável para nós, já que temos, nessa avaliação, apenas 57 países avaliados.

Se não intensificarmos o esforço de aprendizagem, não teremos como acompanhar o dinamismo das transformações tecnológicas. Os principais responsáveis pelo fraco desempenho do Brasil, não quero ser repetitivo, mas quero afirmar, não são os alunos, embora sejam eles que fazem as provas. O reprovado é o Estado Brasileiro. Mas não é só o Estado Brasileiro. E, me permita a sociedade brasileira, o reprovado ou a reprovada é a sociedade brasileira. Recentemente, e permitam os senhores, eu disse isso até ao Ministro da Educação, e não sei se eu estou, Ministro, e ex-Ministro Cristovam Buarque, se eu estou falando muito dos assuntos da nossa Casa, quando o encontro diz respeito a um conagraamento de experiências de muitos países. Parece-me até que o Senador Cristo-

vam Buarque está apreensivo com a minha fala aqui nesse instante.

Na verdade, eu vi, há poucos dias, a Secretária de Educação do Estado de São Paulo, que é o maior Estado do Brasil, dizendo, num programa de televisão da chamada Rede Globo, mas no que toca à Globo News, dizendo que o que falta é essa integração ou essa interação entre a família, a família do aluno, os pais do aluno, que têm muito a ver com a Educação dos seus filhos e que, aqui no Brasil, simplesmente entregam essa tarefa ao professor e deixam de lado, infelizmente, a responsabilidade deles, de co-educadores de seus filhos.

Então, me permitam, ela dizia, me parece até, me pareceu até ser um gracejo, mas, depois, eu refleti e vi que tinha alguma coisa a ver com o esforço que nós devemos fazer para melhorar a nossa Educação. Ela dizia: “Olha, no dia em que se discutir, no Brasil, no dia-a-dia do Brasil, a Educação como se discutem as novelas da TV Globo, a nossa Educação vai melhorar”.

[palmas].

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Então, me permitam, o que está faltando não é só a tecnologia. A tecnologia virá. Mas quem vai aplicar a tecnologia é que precisa se conscientizar da importância e da responsabilidade da sua tarefa. Então, veja Ministro, veja Senador, que eu realmente excedi aqui as normas protocolares porque deveria ter feito uma saudação, apenas uma saudação a todos os Delegados dos países participantes, e terminei querendo dar uma aula a quem certamente deve estar me reprovando nessa hora, porque não tem... Eu não tenho como justificar a minha autoridade de falar num encontro internacional como esse com a ousadia como estou falando. Mas falo porque sinto. Falo porque esse é um dos maiores problemas brasileiros e mundiais. Nós só vamos vencer o desafio da nossa pobreza, do nosso desenvolvimento, se educarmos os nossos jovens. Mas não é colocarmos eles dentro das escolas, não. 60 milhões de pequenos brasileiros estão matriculados no ensino fundamental... 60 milhões. Mas, quantos deles chegam ao fim e ao cabo do ensino da primeira etapa? Quantos deles chegam ao ensino médio? Quantos deles chegam à Universidade? Quantos deles deveriam chegar ao ensino médio, antes da Universidade, com determinantes conhecimentos para fazer valer a sua experiência profissional? Porque o ensino médio deveria ter um caráter profissionalizante. E, aqui no Brasil, ainda não encontrou o seu viés.

Então, meus senhores, me desculpem esse desabafo de um brasileiro que, eventualmente, ocupa o cargo de Presidente do Senado, para dizer aos se-

nhores que temos que resgatar essa dívida social, e ela é muito maior no campo da Educação. Diria, depois de ter falado das nossas mazelas, de ter exposto aqui o que vai, pelo nosso coração de brasileiro com relação a—

[interrupção no áudio].

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): --Poderia traçar um roteiro inovador, apontando o dedo na ferida, como as CPIs fazem, o que há de errado e o que há de certo. Meus senhores, minhas desculpas, porque os senhores vão ouvir ainda a palestra do Ministro da Educação e não esperavam ouvir essa palestra minha. Eu peço desculpas reiteradas a todos, mas só não peço desculpas mesmo porque, diante de mim, está o futuro do Brasil, que reclama, que clama que se diga uma palavra como essa, que eu acabei de pronunciar. Muito obrigado.

[palmas].

SR. MESTRE DE CERIMÔNIA: Senhoras e senhores, neste momento, desfaremos a Mesa de Abertura e, em instantes, iniciaremos as palestras programadas com a Mesa presidida pelo Exmo. Sr. Senador Cristovam Buarque.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Quero dizer, quebrando o protocolo, já que o Presidente disse que estava quebrando também, para dizer que, Presidente, é bom ter um Presidente do Senado capaz de desabafar. Felizmente, a gente ainda tem a indignação na alma de alguns políticos. Segundo, é bom ver esse desabafo em relação à Educação. Terceiro, acho que é muito positivo, que nesse desabafo, tenha sido reconhecido o trabalho do Ministro Fernando Haddad, que tem feito o possível para a gente começar a sair dessa crise e investir nos próximos 20, 25, até 30 anos, como todos nós sabemos, para que o Brasil possa ter uma Educação igual para todos e de qualidade compatível com as exigências do século 21.

E, finalmente, dizer que esse trabalho do Ministro Fernando Haddad e dos que vierem depois dele só vai dar fruto se houver, nessa Casa, um pacto nacional de todos os políticos pela Educação. Se houver, nessa Casa, uma proposta que transcenda partidos, transcenda Governos, e transcenda, pelo menos, uma geração inteira. Nesse sentido, fico feliz de ter um Presidente do Senado que é capaz de desabafar pela Educação, com o reconhecimento do que vem sendo feito e, sem dúvida alguma, com competência e capacidade, tentar, junto com o Ministro e outras pessoas envolvidas, construir um pacto nacional pela Educação. Muito obrigado, Presidente, pela sua presença e, sobretudo, pelo seu desabafo.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Peço licença a todos, mas vou ter que me retirar. E me retiro, não com a consciência muito pesada, porque, no sábado, eu vi uma conferência de um Ministro. E debati com ele e com todos os... Creio que 600 pessoas, durante nove horas, Educação. Por isso que eu me pus a fazer esse discurso que o Ministro, o ex-Ministro Cristovam chamou de desabafo. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Retomamos o trabalho da Comissão de Educação, agradecendo a presença do Presidente Garibaldi, que fez essa sua passagem aqui como um gesto de grande respeito e cortesia à Comissão de Educação, o que raramente é feito, porque a Comissão reúne apenas os seus Senadores e Senadoras.

Antes de passar a palavra ao Ministro Fernando Haddad, que é o primeiro a falar, eu quero explicar a cada um de vocês o que é esse evento. Há alguns anos, um grupo de pessoas considerou que era necessário refletirmos sobre como combinar o assunto da Educação com o assunto da pobreza. Parece uma coisa óbvia, mas, lamentavelmente, há uma resistência imensa, na cabeça de todos, de ver a luta pela superação da pobreza como uma responsabilidade da Educação.

Nós todos tendemos a ver que pobreza é o contrário de riqueza e que riqueza só vem da economia. Não criamos, inclusive, a palavra não-pobreza e não-riqueza, o ser rico ou ser pobre; e, aí, a economia domina o raciocínio da humanidade há, pelo menos, 200 anos. E domina o futuro de maneira avassaladora, não deixando que se veja que Educação é o verdadeiro caminho da libertação, da emancipação, da igualdade, do desenvolvimento e, portanto, da inclusão social.

Nós tivemos a sorte de ter uma pessoa que agarrou essa idéia de fazer esse debate, que é a professora Maria Cohen(F), que está aqui conosco, que é da Universidade de Londres, e que assumiu promover, graças à Universidade de Londres, ao Instituto de Educação, essa reunião. E, desde o início, imaginamos que alguns países deveriam estar presentes: Brasil, obviamente, a Índia, a África do Sul... Pelo menos juntos com a Inglaterra, que era a promotora. A idéia era ter mais países, como México, Egito, países de um porte na população e, ao mesmo tempo, que têm feito experiências nesse sentido e que tenham a capacidade crítica para refletir sobre o assunto. Fizemos a primeira Reunião em Londres e estamos fazendo essa segunda. Hoje é apenas a abertura, e eu agradeço muito tenham aceito que seja junto com a Comissão de Educação do Senado, por uma proposta, dentro da Comissão, da Senadora Marisa Serrano, que está aqui, a abertura que vou fazer com três palestras dos Ministros.

Esse evento continuará, por mais dois dias, no Mato Grosso do Sul, com uma série de debates, e eu poderei apresentar, mais adiante, para todos vocês, começando pela abertura que será feita pelo Chanceler da Universidade para o Desenvolvimento do Estado e da Região do Pantanal, que é o professor Pedro Chaves dos Santos Filho, o promotor que nós temos, lá no Mato Grosso do Sul. Nós teremos dois dias de debates, inclusive com visitas, e, daí, vai surgir um novo documento, tentando dar uma linha na idéia de como usar a Educação como o vetor para a superação da pobreza. Aqui vai ser apenas hoje de manhã e apenas essas palestras, do Ministro da Educação do Brasil; da Ministra da Educação da África do Sul; do Ministério da Educação da Inglaterra, e nós vamos ficar com essas três palestras aqui. Mas a idéia é que a Comissão de Educação, mais adiante, traga os resultados de todo o Simpósio e faça um evento para avaliarmos o que houve e definirmos a próxima etapa, provavelmente... Provavelmente, não, segundo o *British Council*, que nos apóia tanto, a Cristina Dale, não provavelmente, mas certamente, em Johannesburg.

Eu passo, então, Sr. Ministro, a palavra para o senhor, com muita honra, com muita satisfação de tê-lo aqui, não apenas como nosso Ministro, mas como um pensador para este assunto: Como podemos e o que estamos fazendo também para que a Educação seja o vetor; não um, mas o vetor da superação do quadro de pobreza que existe no mundo.

SR. MINISTRO FERNANDO HADDAD: Agradeço, Senador Cristovam Buarque, reconhecendo a sua liderança nesse processo de sensibilização e mobilização da sociedade brasileira em prol da Educação. Cumprimento novamente todos os nossos convidados, sobretudo os que vêm de outros países, o atendimento do nosso convite, cumprimento o Embaixador da Inglaterra no Brasil, pelo apoio que o Governo britânico vem dando a essa causa.

Eu começo, sugerindo a tese, que me parece aceita, de que hoje a nossa sociedade tem como elementos de desigualdade, de um lado, a concentração da propriedade, que é uma questão clássica, que vários países procuram enfrentar das mais variadas maneiras, mas, de outro, a concentração do conhecimento. É evidente que há uma primazia no debate econômico sobre o debate educacional, mas é preciso reconhecer que, no atual estágio de desenvolvimento da nossa civilização, a concentração de conhecimento se tornou um assunto tão dramático quanto concentração de propriedade em alguns países.

Portanto, enfrentar o debate sobre a disseminação, a produção de conhecimento é fundamental para nós atingirmos um patamar de civilidade, de mais

igualdade, de fraternidade nos nossos países. A nossa Constituição, ela foi bastante sábia nesse sentido. Ela, depois de repartir as atribuições entre os entes federados, Municípios e Estados e a própria União, ela determina que a União equalize as oportunidades educacionais. Esse é o comando que é dado ao Governo central: Equalizar as oportunidades educacionais. Porque já o constituinte de 88 percebia que, numa sociedade onde o conhecimento é tão desigualmente repartido ou acessado pela sociedade, pela população, essa era uma das fontes mais gritantes de desigualdade econômica e social em nosso país.

A pergunta que cabe é como equalizar as oportunidades educacionais? Eu diria que quem quer que esteja à frente de uma Secretaria de Educação, Municipal ou Estadual, ou um dirigente do Ministério da Educação tem que ter presente essa pergunta todo tempo: Como equalizar as oportunidades educacionais?

Em primeiro lugar, o próprio comando sugere equalizar, sugere uma providência preliminar, que é avaliar. Nós temos que avaliar. Nós temos que acompanhar os sistemas de ensino. E o Brasil, hoje, do nosso ponto de vista, é um exemplo de Sistema Nacional de Avaliação; um país, com dimensões continentais como o nosso, ter um sistema de avaliação educacional que avalia todas as escolas públicas do país. Estamos falando de mais de 40 mil escolas públicas urbanas do nosso país. E há demanda agora de que o sistema avance para o campo e possa avaliar as escolas rurais também.

Quando se avalia, escola por escola, nós temos uma avaliação de rede, nós temos uma avaliação de território e nós temos uma avaliação nacional, agregando os indicadores da maneira como entendemos. E o que se mostrou, nessa grande avaliação que foi feita em 2005, e os resultados de 2007 serão divulgados nas próximas semanas, é que a União não cumpria esse mandamento constitucional porque, regra geral, o recurso federal era destinado a quem menos precisava dele. E aquelas escolas e Municípios que mais necessitam de apoio técnico e financeiro da União eram os que, até 2005, menos recebiam recursos. Isso tem uma razão de ser: Uma rede pouco estruturada é aquela que menos condições tem de apresentar os melhores Projetos. E, se é assim, é evidente que o gestor federal, ao escolher os melhores Projetos, acabava beneficiando aqueles das redes mais bem estruturadas. Mas, com essa radiografia que foi feita, nós invertemos a lógica: Nós passamos a direcionar o recurso e o apoio técnico para os Municípios, 9.681 escolas públicas que mais necessitam desse apoio.

A segunda providência, no sentido da equalização das oportunidades, é a articulação dos níveis de

ensino, Educação básica e Educação superior. Nós, por muito tempo, acalentamos a ideologia de separar esses níveis de ensino, como se a qualidade da Educação superior não dependesse da qualidade dos egressos da Educação básica, ou como se a boa qualidade da Educação básica não dependesse da qualidade dos professores formados nas instituições de ensino superior.

Portanto, a articulação dos níveis de ensino, Educação básica e Educação superior, é absolutamente essencial se quisermos um magistério preparado para o desafio de equalizar as oportunidades educacionais. Nós estamos, nesse sentido, promovendo um grande esforço para aumentar o percentual de professores da escola pública, formados nas universidades públicas, porque é atribuição e responsabilidade da União formar mais professores para o atendimento das nossas redes de Educação básica.

Em relação ao PISA, eu gostaria de fazer um comentário, aliás, dois comentários. Por que um país, que é o 15º colocado em produção científica no mundo é o 52º colocado em qualidade da Educação básica? Eu diria que uma das razões é justamente a desarticulação entre a Educação básica e a Educação superior. Se nós fizermos transbordar a qualidade da Educação superior brasileira, sobretudo das instituições públicas para a Educação básica, e, aí, por vários mecanismos, ampliando as licenciaturas, ampliando a Educação à distância, sobretudo na formação continuada, assumindo, no âmbito da nossa agência de fomento, a CAPES, os desafios que estão colocados para a valorização do magistério, nós temos superado uma grande barreira de valorização do nosso magistério.

Mas eu faço uma segunda colocação em relação ao PISA. É verdade que a média nacional é baixa. Mas se nós segmentarmos o PISA, em dois grupos, cortarmos ao meio, nós vamos verificar que 50% dos jovens brasileiros têm qualidade de ensino comparável à de um país como Israel, que tem o livro como símbolo da nação. E os outros 50% estão desamparados, nesse momento, e os seus resultados é que fazem a média nacional cair dramaticamente. Por isso que o tópico da equalização das oportunidades é tão importante para um país como o Brasil.

Eu vou além, 70% dos brasileiros têm um nível educacional comparado dos jovens chilenos, que deram um salto, no último período, em qualidade da Educação. Então, o Brasil, ele sabe educar, mas o Brasil não sabe educar todos. O Brasil detém a tecnologia da qualidade. Nós temos mais do que ilhas de Excelência. Mas nós não sabemos, ainda, garantir o direito de todos, de aprender. E, de novo, eu me remeto à determina-

ção da Constituição que comanda a equalização das oportunidades educacionais.

A terceira providência é a mobilização das modalidades de ensino. Nós temos que contar mais com as modalidades de ensino. A Educação profissional é um elemento decisivo da melhoria da qualidade da Educação, sobretudo naquela etapa, que eu considero a etapa crítica do nosso sistema, que é o ensino médio. Se nós não alargarmos as possibilidades do nosso jovem de ensino médio ter acesso à Educação profissional, nós não vamos honrar o compromisso da melhoria da qualidade do ensino médio. E não basta a ampliação da rede federal e o apoio federal às redes estaduais. Nós estamos mais do que duplicando a rede federal de Educação profissional; teremos 500 mil alunos, até 2010, na rede federal. Mas, o que são 500 mil, perto dos oito milhões que nós deveríamos atender? Mesmo por meio do Brasil profissionalizado, que apoiará a reestruturação do ensino médio estadual, com quase um bilhão de reais, esse desafio exige mais do que isso. Exige mais ousadia do que isso. E nós estamos discutindo, neste momento, como acoplar o ensino médio ao sistema S, porque nós entendemos que o sistema S poderá dar uma grande contribuição para o país se, ao invés de formar o trabalhador depois de um tratado, combinar a Educação profissional com o aumento de escolaridade, já durante o ensino médio, o que vai resolver dois problemas brasileiros: O primeiro, a qualidade do ensino médio, e segundo, a quantidade de técnicos, que é muito baixa, que é formada no país.

Nós não estamos formando em quantidade suficiente, sequer para enfrentar o desafio do crescimento econômico. Estão aí todas as empresas, pedindo providências do Estado para contratar os nossos jovens, que têm talento, mas não têm tido acesso à Educação profissional, pelo menos na quantidade que precisamos.

Em quarto lugar, nós precisamos atuar fortemente na gestão e financiamento. Nós vamos combinar gestão e financiamento. É, sim, necessário mais recurso para a Educação. O Brasil não vai conseguir superar suas dificuldades, investindo 4% do Produto Interno Bruto. Nós temos que atingir um patamar, no mínimo, de 6%, e por muito tempo, por muitos anos, para que nós possamos resgatar a dívida nacional e garantir que a atual geração tenha a Educação que nossos pais e avós não tiveram. Mas nós precisamos combinar mais financiamento com mais gestão e, para isso, nós estruturamos um modelo de gestão, que são os planos de ações articuladas, que pautam, que para parametrizam e balizam o relacionamento da União com os entes federados, através de convênios multidimensio-

nais, que atacam vários problemas simultaneamente, e plurianuais, para que não haja descontinuidade na troca da Secretaria de Educação, ou da Prefeitura ou Governo do Estado.

O plano de ações articuladas enxerga mais longe, para além do ciclo político. Agora, nós precisamos mais financiamento. Nós tivemos, a semana passada, a satisfação de receber notícia que a Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal aprovou Emenda Constitucional, da Senadora Ideli Salvatti, revogando a DRU, a regra que desvincula recursos da Educação, que já vai para o seu 14º ano de existência, e, se nós levarmos em conta a atualização dos valores de lá pra cá, nós, seguramente, perdemos alguma coisa entre 70 e 80 bilhões de reais. Imaginem um país poder cometer um verdadeiro desatino contra a Educação, no momento em que podia dar o salto, retira 30% do orçamento do Ministério da Educação, de uma perna só.

Nós temos a oportunidade agora, quem sabe, com essa iniciativa, de pedir não uma Comissão Parlamentar de Inquérito, mas uma Comissão Permanente de Inquérito. Como o Senador Cristovam Buarque propõe, que ela não se desmobilize, que ela permanentemente investigue as razões do insucesso, do fracasso escolar, da evasão, da repetência, do rendimento escolar. Por que não tomar essa primeira providência? Um Projeto que está pronto para ir a Plenário e acabar definitivamente com a DRU da Educação. O país vai agradecer penhoradamente o Congresso Nacional se o Congresso Nacional tomar essa atitude, que independe, inclusive, do Poder Executivo. Porque, sendo Emenda Constitucional, não vai sequer à sanção presidencial. E há acordo, inclusive na base aliada do Governo, e também da oposição, para tomar essa iniciativa. Eu tenho certeza que os educadores aplaudiriamos muito uma medida como essa.

Por fim, mas não menos importante, a questão do apoio às famílias. Nós precisamos apoiar as famílias em dois sentidos: Em primeiro lugar, com os apoios tradicionais, os recursos tradicionais: transporte escolar, o livro didático, a merenda escolar, o Bolsa-Escola, Bolsa-Família, que nasceu aqui no Distrito Federal e se espalhou hoje por todo o país, que nós, do Ministério da Educação, que eu sei que é exatamente a visão que o Senador Cristovam Buarque tem, entendemos esse programa como um programa de Bolsa-permanência. É um programa que garante a permanência da criança na escola. Por isso que ele é dado, o benefício é concedido a famílias que tenham filhos em idade escolar, para garantir a permanência desses meninos e meninas na escola até a conclusão de seus estudos.

Então, esses programas são essenciais para apoiar as famílias, sensibilizar as famílias sobre a importância da escola, a necessidade e a oportunidade que a escola lhes oferece, no sentido colocado, muito bem, pelo Senador Cristovam, quando diz que a Educação é uma alavanca da emancipação. Inclusive, fugindo do falso debate sobre se isso é uma política compensatória ou emancipatória; ela só seria compensatória se ela não estivesse associada à possibilidade de emancipação pela Educação. Portanto, a falsa cliagem que se procurou estabelecer.

Mas nós precisamos também olhar para as famílias como protagonistas da mudança. As famílias não são apenas um sujeito passivo, que recebe apoio. Elas precisam se tornar protagonistas da mudança, ou seja, elas precisam ser mobilizadas. E isso também tem sido uma preocupação constante do Ministério da Educação, sobretudo, na sua política de comunicação. Toda nossa comunicação hoje é pautada pela mobilização das famílias, pelo esclarecimento das famílias; nós refizemos, inclusive, um convênio importante com o MEC, que é o convênio MEC-ABERT, para inserir cinco minutos diários de mensagens na radiodifusão, tanto TV quanto rádio, voltadas para a valorização da Educação e das boas práticas nas nossas escolas públicas.

Portanto, eu não acredito em solução milagrosa para a Educação. Eu não conheço nenhum país que conseguiu resolver, do dia para noite, um problema tão agudo. Mas eu entendo que, se nós endereçarmos esta agenda, em toda sua complexidade e riqueza, e tratarmos a Educação como problema suprapartidário, como um problema nacional, que exige União de todos, e eu gostaria, nesse sentido, de saudar, tanto Governadores e Prefeitos quanto Parlamentares, por duas razões: Primeiro lugar, o Plano de Desenvolvimento da Educação, lançado há um ano, aliás, depois de amanhã, completa um ano de seu lançamento, tem hoje a adesão de 27 Governadores e mais de 5400 Prefeitos, com diretrizes e com metas de qualidade bem definidas, a cada dois anos, aferidas a cada dois anos, para nós fazermos o acompanhamento por escola e por rede.

Mas, em segundo lugar, agradecer aos Parlamentares que só aperfeiçoaram os Projetos encaminhados pelo Ministério da Educação até aqui. Só fizeram aperfeiçoar. Todos os Projetos encaminhados pelo Executivo foram muito bem recebidos, tanto pela Câmara quanto pelo Senado, e saíram melhores do que entraram nessa Casa e na Câmara Federal. Ou seja, registrar o nosso agradecimento porque eu penso que a classe política, ao longo desses últimos tempos, deu um passo muito expressivo no sentido de forjar um pacto nacional pela Educação. Eu penso agora que a tarefa

é fazer transbordar, é fazer chegar essa boa notícia às famílias do país, aos empresários, aos sindicatos, aos trabalhadores do campo e mobilizá-los permanentemente para que nós possamos atingir essas metas que, garantindo a equalização das oportunidades educacionais, vai, sem sombra de dúvida, ajudar a construir um país muito mais justo, muito mais desigual do que o nosso é até o dia de hoje. Muito obrigado.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): É com grande prazer que eu passo a palavra à Sra. Ministra da Educação da África do Sul, Sra. Grace Naledi Mandisa Pandor. Eu passo a palavra, agradecendo todo o esforço que a senhora fez para estar aqui conosco. Com a palavra, a Sra. Ministra da Educação da África do Sul.

SRA. MINISTRA GRACE NALEDI MANDISA PANDOR: [tradução simultânea] Muito obrigado, Sr. Presidente da Mesa, e também saudações aos meus colegas, o Ministro da Educação do Brasil, Sr. Haddad, é um grande prazer poder estar aqui em Brasília, no Brasil. Saudações também a todos os convidados e participantes, que estão presentes aqui nesta conferência. É uma pena que o Presidente do Senado tenha saído, porque eu pensei que seria muito útil para ele, talvez, ter uma idéia do que está ocorrendo na África do Sul, com relação às complexidades que estão associadas em contemplar a igualdade numa sociedade muito desigual.

Eu acho que, às vezes, nós vemos as mudanças de Educação como sendo uma prática que seja feita facilmente, que fica auto-evidente, em termos de estratégias que deveriam ser adotadas. Mas, como sabe o Ministro Haddad, uma vez que estamos nesse meio, nós vemos que é um tema de várias facetas. Então, seria muito bom que os Parlamentares também entendessem dessa complexidade.

Mas é um grande prazer poder estar aqui, poder estabelecer esse diálogo com vocês hoje durante a manhã. E a Índia, o Brasil, a África do Sul, com o nosso amigo antigo, Reino Unido, continua a construir essa parceira poderosa que estamos tentando estabelecer entre os nossos três países em desenvolvimento. Nós estamos unidos pela história e também pelos nossos desafios econômicos e oportunidades e, é claro também, pela necessidade urgente de encontrar formas para mudar as vidas daqueles que vivem nos nossos países, ou seja, mudar a vida para melhor.

Nossos três países, Índia, Brasil e África do Sul, eles têm muitas semelhanças, em termos de novas oportunidades, e também com relação às desigualdades. O meu país, ele é uma democracia por apenas 14 anos. Um período que verificou muitas tentativas

robustas para confrontar os nossos legados. Nós tivemos sucesso, mas também há uma clara evidência de que a desigualdade ainda é um grande inimigo para um Governo democrático, que tem o desafio de construir uma nova sociedade, enquanto também está se estabelecendo, porque, no momento em que lidamos com a desigualdade, há instituições que tiveram privilégios institucionais, e muitas delas continuam sendo um recurso para a nação, porque não queremos destruir o que funciona, enquanto que fazemos aquilo que não funciona se transforme em algo que funcione. E essas diferenças, esses diferentes tipos de instituições que estamos tentando levar a cabo realmente apresentam diferentes problemas. Sem dúvida alguma, a transição política que nós estamos enfrentando no nosso país não é único para a África do Sul. Mas eu experimentei o alto nível de *apartheid* e faz com que, então, essa transição seja muito complexa para o nosso país. Nós estamos começando a construir uma nova sociedade em 1994. Nós começamos de baixo para cima. Nós temos uma nova bandeira, um novo hino, novos símbolos de uma identidade nacional inclusiva. Nós estamos tentando transformar as instituições políticas e sociais que foram desenhadas para dividir o nosso país racialmente, culturalmente e socialmente.

Nós temos agora uma nova Constituição que deu uma expressão prática para tudo aquilo que nós vínhamos lutando, uma África do Sul unida, uma África do Sul com seus direitos, direitos que falam sobre discriminação injusta e que protejam e promovam o Estado de direito. Esta Constituição é o nosso guia em tudo que fazemos, como cidadãos e como Governo. E, sem dúvida alguma, fez uma contribuição muito importante ao futuro da Educação na África do Sul.

Também fala a respeito das diferentes dimensões da exclusão proveniente do **apartheid**, também fala sobre gênero, sobre igualdade, liberdade de religião, liberdade acadêmica para a Educação; garante o direito de todos à Educação básica, incluindo o direito aos adultos terem direito à Educação básica, porque, quando falamos de igualdade, não estamos falando apenas dos jovens do meu país, mas estamos falando também daqueles que nunca tiveram uma oportunidade, aqueles que agora já são adultos e que precisam também entrar na fábrica ou no tecido dessa nova sociedade.

Então, com relação aos direitos à Educação, em 1995, nós vimos milhares de crianças que, de repente, estavam agora com os direitos legais a terem acesso à Educação. Nós tivemos também que verificar a questão do analfabetismo dos adultos de igual forma, e um recente artigo de Luis Crouch, que antes trabalhava no Banco Mundial, fala que a reforma mais profunda

na Educação que aconteceu no mundo, aconteceu pós-**apartheid**, na África do Sul. Ele disse e eu cito, o sistema da África do Sul está tentando desenvolver reformas que são muito mais amplas em escopo do que já foi tentado na desagregação do sistema escolar dos Estados Unidos. E, de alguma forma, isso reconhece o desafio complexo para tornar efetiva a igualdade no nosso sistema escolar.

As nossas reformas, nos últimos 10 anos, foram dirigidas na criação de um marco igualitário para a Educação, em todos os seus aspectos. E também fornecer acesso à escola para todos. Se falássemos a respeito de qualquer política educacional, bom, essa política educacional está presente na África do Sul. A pergunta é: Qual impacto está tendo com relação a alcançar esse desafio de igualdade? A igualdade, ela não foi tão ampla por conta de algumas comunidades que estão enfrentando muitas desvantagens e sabemos que vão demorar muitas décadas até que consigamos preencher essas lacunas. Nós conseguimos financiamento para conseguir aumentar os gastos em 27%, no período de 1994 até 2007, ou seja, a questão de financiamento e igualdade no financiamento já foi contemplada. Mas isso não tem sido suficiente para erradicar o estoque das desigualdades passadas, em recursos humanos e materiais.

E quando nós chegamos ao ponto da liberdade, ou seja, o ponto da transição, que foi em 1994, o Governo da época estava gastando cinco vezes mais com os estudantes brancos, comparado com os estudantes negros nas escolas. E, para preencher essas lacunas, isso demorou mais do que oito anos, ou seja, nós já equalizamos a distribuição de gastos por aluno na África do Sul. Mas, décadas de vantagens para a população branca, ou seja, sabemos que não vamos fechar essa lacuna tão facilmente. Mas estamos tentando, em nosso país, nivelar o aspecto dos professores, recursos, depois de gerações de desigualdades. E nós temos uma política com relação a essa razão professor/aluno.

Então, de repente, para os alunos negros, nós vimos vários professores que foram empregados, porque antes não havia professores. Mas, o desafio de poder empregar todos esses professores, infelizmente, eles não possuem a qualificação educacional para fornecer as oportunidades para um ensino com qualidade para os alunos. Então, nós conseguimos equalizar o número de professores, mas os recursos humanos que colocamos não têm as habilidades para aumentar o nível da qualidade.

Nós também aumentamos as salas de aula, construímos novas escolas, mas as diferenças entre os alunos, o que chamamos de capital cultural é tão di-

ferente que, enquanto uma criança, o fato de não ler em casa, o fato de não terem assistência durante as tarefas de casa, o fato de serem pobres e, inclusive, têm que trabalhar para ajudar no sustento da família, tudo isso vai contra aos alcances para aumentar a qualidade que estamos buscando. Então, tentar fechar essa lacuna, isso ainda, para nós, é um desafio. Está claro, em nosso país, que a pobreza acaba minando a Educação.

E, portanto, é importante para que nós possamos verificar como podemos assegurar que as escolas, de fato, façam uma diferença, e que nos ajudem para que possamos superar esse padrão de desvantagens herdadas. Nós, de fato, acreditamos que as escolas podem e devem fazer uma diferença. E essa crença nos levou ao desenvolvimento de uma gama de estratégias que são direcionadas para promover a inclusão social e a igualdade.

Em primeiro lugar, nós erradicamos as taxas escolares... As matrículas nas escolas mais pobres. 40% das 26 mil escolas não têm o direito de cobrar a matrícula. E a nossa intenção é aumentar isso para 60% das escolas nos nossos países. Onde nós temos escolas que cobram taxas, não há a permissão de excluir nenhuma criança por conta de questões financeiras. Entretanto, nós permitimos a retenção de algumas escolas do sistema público, que têm uma habilidade de levantar recursos porque nós descobrimos que os pais que fazem contribuições privadas para o ensino nos ajudam para que consigamos direcionar mais recursos para as escolas mais pobres. Então, nós reconhecemos, precisamos também da contribuição privada no sistema público para que possamos redirecionar esses recursos para as comunidades e escolas mais pobres no país.

Em segundo lugar, nós temos um programa de investimento para fornecer recursos, estruturas escolares, para todos os alunos no nosso país. Estamos construindo bibliotecas porque 70% das nossas escolas, que herdamos, não tinham bibliotecas; 82% não têm laboratórios nas escolas; 80% não têm tecnologia para o aprendizado; 63% não têm água numa distância de um quilômetro da escola. E milhares das nossas escolas não têm eletricidade.

Então, nós temos uma grande tarefa de infra-estrutura, um grande investimento de infra-estrutura para as escolas. Em terceiro lugar, estamos dando atenção específica ao acesso e ao sucesso dos mais vulneráveis da nossa sociedade: meninas, crianças com alguma deficiência e crianças também nas comunidades rurais. Todas as nossas escolas agora estão sendo construídas de uma forma que assegure o acesso para aqueles com alguma incapacidade. Também uma política de

inclusão... De Educação inclusiva para verificar também as crianças que têm alguma incapacidade física e outras formas... Também as meninas são priorizadas para acesso à escola e principalmente para o sucesso nas disciplinas como matemática, ciências...

Em quarto lugar, o desenvolvimento dos professores tem sido priorizado para assegurar uma Educação com qualidade para todas as crianças. Nós temos um novo mapa para desenvolvimento dos professores, que vai apoiar nossos esforços para melhorar a qualidade do ensino nas nossas escolas porque sabemos que a baixa qualidade do ensino está diretamente associada com baixos rendimentos escolares, que estamos preocupados. Por isso é tão importante podermos lidar com a qualidade dos professores.

Portanto, fizemos uma política que, durante o ciclo de três anos, os professores vão precisar passar por esse curso de reciclagem, um programa de desenvolvimento para professores, que será feito pelo Departamento de Educação e também certificado e, durante esse período de três anos, os professores vão acumular credenciais porque vão ser já professores credenciados pelo programa. E, dessa forma, vamos apoiar a qualidade e nós vamos melhorar as práticas de ensino na África do Sul.

Nós também estamos enfrentando outros enormes desafios com relação ao gênero e com relação à raça. Nos últimos 10 anos, mais meninas do que meninos se matricularam nas nossas escolas. Meninas, entretanto, repetem os anos com mais frequência do que os meninos e parece que permanecem na escola até por volta de 18 anos de idade. Entretanto, há uma preocupação com relação ao fato de que muitos meninos, entre 16 e 18, estão nesse processo de evasão escolar. Isso está associado às oportunidades disponíveis para o mercado de trabalho sem habilidades ou com semi-habilidades, e com menos possibilidades para as meninas. Então, as meninas ficam mais tempo e há uma evasão maior de homens, introduzindo uma nova desigualdade de gênero na Educação.

Também com relação aos recursos escolares, nós vemos algumas desigualdades também de gênero, porque mais meninas jovens terminam o ensino médio e têm acesso, depois, a instituições de ensino superior. Mas, mais meninos, de fato, passam nas disciplinas de matemática e ciência. Então, estamos muito preocupados que as meninas não estejam se saindo tão bem quanto deveriam nessas disciplinas.

Nós também estamos vendo que as jovens que passam nos exames se qualificam para entrar ao ensino superior, elas passam para as áreas tradicionais das mulheres. Elas não se tornam engenheiras, contadoras ou pesquisadoras. Também há um outro lado

negro na experiência escolar para as mulheres no nosso país: As nossas escolas mostram várias formas de violência. Jovens mulheres são muito vulneráveis a essas violências, principalmente as jovens que têm que caminhar longas distâncias para a escola e onde o transporte escolar ainda é muito caro ou é inseguro para elas. Drogas também entraram nas premissas escolares e constituem também um problema significativo para as autoridades educacionais e também contribui para assédio sexual que nós vemos em muitas escolas.

Nós também estamos fazendo as intervenções para poder contemplar assédio sexual nas nossas escolas e também a nossa preocupação que professores homens contribuem para este fenômeno, abusando das suas posições com relação às estudantes femininas.

Outro desafio que enfrentamos é a integração racial. Nós mudamos a composição racial de muitas de muitas das instituições na África do Sul. Mas mudar o número e a cor das pessoas realmente não significa que há uma mudança de fato. Nós temos ainda um longo caminho até obter sucesso nesse projeto de transformação. Os alunos negros, que vão para as escolas brancas ou universidades, que antes eram de alunos brancos, se encontram numa cultura diferente, enfrentando hostilidade de outros alunos e hostilidade também por conta também de idiomas que são diferentes, então, é muito difícil obter o sucesso nas universidades e no nível das faculdades, inclusive.

Nós tivemos um movimento contínuo para alcançar uma integração racial, principalmente no sistema escolar. Também nas províncias mais urbanizadas isso tem obtido sucesso. Entretanto, nós vemos que as escolas que tradicionalmente eram negras não conseguiram essa integração e, portanto, continuam tradicionalmente negras, ou seja, instituições negras. E, como nós podemos lidar com essa questão de integração racial nas nossas escolas? Porque, se não o fizermos claramente, nós não vamos conseguir construir uma nova sociedade na África do Sul. Muitas das nossas escolas tendem à assimilação em vez de desagregação. E isso é algo que nós tivemos que levar em consideração.

Então, nossa política tem sido enfatizar essa integração e evitar essa cegueira racial. Também insistimos no respeito à dignidade de cada um e também com relação aos professores. Mas, incidentes recentes, em algumas das nossas universidades, nos mostraram que nós estamos ainda muito distantes de alcançar os níveis de harmonia racial que a nossa Constituição nos comanda. Um dos princípios-guia, que estamos tentando promover na Educação, é o reconhecimento da diversidade. Nós tentamos promover a diversidade

como sendo um bem nacional. É algo que todos nós deveríamos celebrar. Nós tentamos também defender que enquanto fazemos parte da África, nós também devemos celebrar o fato de que temos uma grande mistura de pessoas no nosso país, do continente, da mesma forma como da Europa.

Nós somos orgulhosos de termos 11 idiomas nacionais e estamos promovendo o desenvolvimento dos idiomas nas diferentes partes do país. Nós estamos tentando assegurar que cada aluno na África do Sul fale vários idiomas. Que todas as escolas reconheçam a diversidade das religiões, que nenhuma religião domine em nenhuma escola. E, é claro, isso é algo muito novo, sem dúvida alguma, e nós temos a tradição de ser um país cristão, nós não tivemos muitos estrangeiros, especialmente de diferentes partes da África, e as nossas escolas estão achando difícil lidar com novos imigrantes da África do Sul, principalmente do continente africano. E isso é importante porque algumas das nossas escolas concordam em oferecer o português porque nós temos grandes populações da Angola e de Moçambique, que são nossos vizinhos e que estão agora migrando para nosso país. Isso tem funcionado muito bem como apoio da nossa parceria com Portugal. Mas nós ainda estamos enfrentando o desafio da xenofobia...

Também estamos direcionando nossos esforços para fortalecer as universidades no sentido do uso da tecnologia e também para treinar os nossos jovens em novas habilidades profissionalizantes. O acesso à universidade também melhorou bastante nesses 14 anos de democracia. Mas seguinte... Apareceu no nosso estudo de jovens e também de estudos e experiências no ensino superior. Mas ainda não temos acesso suficiente aos negros para o ensino superior. Enquanto que muitos jovens agora usufruem a oportunidade de irem para as universidades ou para as faculdades, sabemos que poucos deles completam os estudos universitários. Então, a questão de terminar o ensino superior é algo que também tem que ser abordado.

Então, no final de 2003, por exemplo, apenas 22% daqueles que entraram no setor se graduou. E 50% daqueles que entraram saíram do setor, nós não temos nenhuma idéia do que aconteceu e 28% ainda permanecem no sistema, depois do tempo mínimo necessário para terminar um curso superior. Então, a questão de término do curso superior também é outro tema muito importante para nós com relação à inclusão e igualdade.

Também nós vimos baixos níveis de eficiência. Apenas um em cada cinco alunos termina no tempo mínimo. Até mesmo depois de quatro anos de estudo, um terço dos matriculados se graduou. Apenas

aqueles que ainda ficam um ano a mais, ainda assim, não terminam seus estudos, mesmo ficando um ano a mais. Ou seja, é um resultado muito desigual que foi identificado. E há grandes discrepâncias com relação a negros e brancos com relação às taxas de sucesso. Os alunos negros, depois de quatro anos, eles têm desempenhos menores.

E, voltando atrás com relação à qualidade das escolas, mas também sugere necessidade de lidar com o desenvolvimento acadêmico e o apoio também nas universidades, no sistema universitário de igual forma. Nós já fornecemos financiamentos significativos do Governo para vários programas para o ensino superior, para poder assegurar que nós possamos melhorar os níveis de sucesso dos alunos, especialmente estamos lidando com fundações em matemática, em ciências, em campos de engenharia e também assegurando que tenhamos programas em assuntos de comércio...

E temos tido algum sucesso no ensino superior, porque sabemos que isso é crucial para que a África do Sul entre no cenário global. E nós acreditamos que teremos que fazer muitos esforços para assegurar esse sucesso contínuo dos jovens no nosso país.

Então, Sr. Presidente, estas são algumas complexidades que estamos confrontando, já que estamos buscando a inclusão e tentando alcançar a igualdade na Educação da África do Sul. Nós acreditamos que as nossas três nações, a Índia, o Brasil e a África do Sul, de fato, têm a oportunidade hoje de lidar com os interesses e as necessidades dos pobres, dos vulneráveis e dos excluídos.

Nós acreditamos que os nossos países podem assegurar que estes cidadãos recebam o que merecem porque temos que construir um novo país, baseado em compaixão, baseado em cuidados, Sr. Presidente, essa é a nossa ideologia: Compaixão e cuidado para com os mais vulneráveis na sociedade.

Nós temos um pequeno exemplo de que a diferença pode ser alcançada e que podemos mudar. É o que nós pretendemos no nosso país. Muito obrigado, Sr. Presidente.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Quero agradecer bastante a fala da Ministra Grace Pandor, com os dados que ela trouxe, que mostram certas semelhanças com o Brasil, do ponto de vista da desigualdade, embora algumas coisas a gente já esteja bem mais avançados, mas algumas experiências da África do Sul também nos servem bastante.

E eu passo a palavra à Sra. Lesley Longston, Diretora-Geral do Departamento de Escolas, Crianças e Família do Ministério da Educação do Reino Unido.

SRA. LESLEY LONGSTON: [tradução simultânea] Ministros da Educação e Senador Buarque, senhoras e senhores, eu gostaria de pedir desculpas em nome do meu Secretário, que eles estão muito interessados, na verdade, nos resultados dos procedimentos, e vou passar um **feedback** para eles depois. Para mim, é uma honra inesperada falar para os senhores e senhoras nesse ambiente histórico. Eu não tinha, na verdade, esperado uma recepção tão calorosa e muito obrigado pelo convite. Este ano, claro, é o centenário da morte de um dos grandes escritores brasileiros, Machado de Assis. Eu não sou especialista no trabalho dele, mas eu sei que ele conseguiu superar diversas adversidades e ele incorpora a filosofia, que é tão central no nosso Simpósio, que é a inclusão, a igualdade e a justiça social.

Bom, Machado, como outro brasileiro muito conhecido na Inglaterra, Pelé, é um exemplo de um menino que teve sucesso. Na verdade, ele, com origens humildes, ele perdeu a mãe muito cedo e parece que ele, na verdade, conseguiu aprender... Com relação aos contemporâneos de Machado, quem imaginaria que ele seria descrito como um dos grandes gênios da literatura ou que ele seria mencionado junto com Dante, Shakespeare e Cervantes. O talento dele não foi desperdiçado, mas, na verdade, permitiu-se que desenvolvesse, até que ele se tornasse um gênio, mas nem sempre isso acontece, como todos nós sabemos. Ministro Haddad, mais cedo, falou sobre necessidade de igualdade na Educação, a necessidade de atender às necessidades de todos os jovens e, na Inglaterra, nós também acreditamos que cada criança tem o potencial de ser bem sucedida na vida, qualquer que seja a sua origem.

Tony Blair disse, em 1997, quando o partido trabalhista assumiu o poder, que suas três prioridades seriam Educação, Educação e Educação. E ele, na verdade, ele realmente trabalhou nesse sentido. O nosso novo Primeiro-Ministro Gordon Brown também tem essa paixão pela Educação. E estabeleceu uma tarefa de talento e empreendimento que visa mobilizar toda a sociedade por trás desses objetivos e, sim, a escola é realmente um elemento muito importante na Educação das crianças. Mas, como disse o Presidente, hoje de manhã, a escola é uma parte da equação porque é preciso que toda a sociedade se envolva na Educação das crianças.

O Governo britânico recentemente publicou o seu plano de crianças, que é uma estratégia de 10 anos, que estabelece diretrizes para o apoio aos jovens, para que eles consigam realizar todo o seu potencial e alcancem seus sonhos. E uma primeira etapa desse plano seria... Foi, aliás, reunir todas as evidências

com relação ao que realmente funciona na Educação infantil. E foi descoberto que a maioria das crianças na Inglaterra disseram que são felizes, que são muito bem cuidadas por suas famílias. Então, a maioria delas disse que sim, então, mas não todas. Então, ainda temos trabalho a fazer.

Então, quais são os obstáculos para que os jovens atinjam seu potencial hoje? A pesquisa na Inglaterra mostra que as desigualdades começam a emergir muito cedo. Uma criança de origem pobre, que demonstre sinais de ser muito inteligente na fase inicial de desenvolvimento, quando começa a engatinhar e começa a falar, assim por diante, será superada por uma criança menos habilidosa, de uma família mais abastada, antes de atingir a idade dois anos. Então, é muito cedo que as desigualdades começam a emergir. E, uma vez que as crianças chegam à escola, uma criança que pode pagar suas próprias refeições terá duas vezes mais probabilidade de obter melhores resultados do que as crianças que recebem merenda escolar fornecida pelo Estado.

Agora, se você já viajou no sistema de metrô de Londres, você saberá que é preciso ter cuidado com o espaço entre o trem e a plataforma. E, quando nós vimos as evidências da pesquisa, nós verificamos que há lacunas em muitas outras áreas. 29% das crianças que vivem na pobreza, suas realizações educacionais seriam, na verdade, as crianças com deficiência física... Também foi apontado que essas pessoas têm menos satisfação com suas vidas e também havia lacunas de gênero. Talvez diferentemente do que ocorre na África do Sul, nós temos um problema com relação a meninos, que não têm bom desempenho escolar. Meninos que não conseguem ler tão bem, principalmente nos primeiros anos do ensino médio, e, na verdade, os meninos ficam atrás das meninas na matéria “inglês” na escola. E outras lacunas entre crianças de diferentes grupos étnicos, os chineses... As crianças chinesas e indianas, que têm melhor desempenho do que as outras.

Mas, na verdade, não foram só notícias ruins. Havia também algumas coisas boas, apontando sucesso em algumas áreas muito importantes. Por exemplo, resultados de exames nas escolas mais pobres, ou melhor, nas escolas em áreas mais pobres, melhoraram muito mais. Isso por causa de uma série de políticas que providenciaram mais fundos para essas áreas. E a lacuna, em termos de classe social, tende a melhorar também. Se olharmos os dados de 2000, da OECT, a Inglaterra ficou muito bem colocada, mas nós temos muitas variações. Em 2006, os dados, agora baseados em ciência, na verdade, nos colocam no *ranking* de alta equidade, o que é muito importante para nós.

E também todas as etapas na Educação, apesar das lacunas persistirem entre as crianças de famílias pobres e seus pares, o que nós medimos através de número de refeições, essa lacuna está melhorando.

Então, algumas coisas estão funcionando. E a abordagem que nós temos utilizado é que basicamente levou a esses resultados positivos, estabelece expectativas muito altas com relação às escolas, fazendo com que os professores e diretores das escolas acreditem na capacidade de cada criança de ter sucesso porque se você não acredita no potencial da criança, nada acontecerá. E também tem a ver com estabelecer uma estrutura de responsabilização muito forte, que inclua metas, a publicação de tabelas das melhores escolas e, enfim, tudo isso com o apoio de dados muito concretos, que comparam o progresso das crianças, o rendimento das crianças, de escola para escola, de área para área, e até mesmo de uma classe para outra, comparando uma classe com a outra. Então, nós sabemos quais são as boas práticas que têm que ser disseminadas e as ruins, que precisam ser melhoradas.

E também tivemos uma série de inspeções de escolas junto com programas que aplicam as melhores práticas em todas as escolas, inclusive programas de alfabetização e outros. Essas iniciativas têm sido muito importantes na nossa abordagem aos padrões, mas não têm sido suficientes para realmente melhorar a situação das pessoas em maior desvantagem. E, ainda, para reduzir mais as desigualdades, primeiro, nós temos que continuar fazendo algumas das coisas que têm sido bem sucedidas, estabelecendo expectativas altas, intervindo quando a escola falha e também desenvolvendo parcerias com universidades, com empresas também, para obter seu apoio às escolas que não estão indo tão bem.

Nós estamos introduzindo mudanças radicais ao currículo para certificar de que todos os jovens tenham oportunidade de aprendizagem. Assim como na África do Sul, nós temos problema com relação a muitos jovens que estão deixando a escola na faixa etária de 16 a 18 anos. Novas qualificações irão combinar o aprendizado prático e teórico com outras habilidades que os empregadores nos dizem que são muito importantes, como também conhecimentos na área de tecnologia da informação. Nós temos um plano de expansão de treinandos(F) e também de profissionalização. E tudo isso em preparação para aumentar a idade escolar mínima para 18 anos.

Mas, mesmo que essas reformas sejam realmente muito importantes, elas não vão, sozinhas, resolver as lacunas criadas pela igualdade social, que são criadas antes da idade de dois anos, nem vão resolver o

problema do rendimento e de outros problemas como, por exemplo, problemas de saúde ou criminalidade. Então, para isso, fica claro que precisamos pensar de forma radicalmente diferente sobre os nossos planos para desenvolver... Para erradicar a pobreza infantil e também o atendimento às necessidades das crianças muito pequenas.

E, com relação a serviços infantis e não serviços educacionais, também têm que ser organizados no nível nacional. O meu Departamento, que trabalha com o Departamento de Escolas, Crianças e Famílias, está sinalizando uma mudança muito importante, uma ênfase muito importante, e também dizendo que uma boa educação está no coração do sucesso dos jovens, mas não é suficiente.

A nossa pesquisa mostra que as crianças passam apenas 15% do seu tempo na escola; o resto do tempo, como todos vocês pais sabem, é gasto com seus amigos, com a família, com seus pares. Então, esta relação também determina quão bem o aluno, ou seja, aprende dentro da escola e quão resilientes eles são para superar os desafios da vida.

E, para os jovens que têm o risco de fracasso, o que devemos fazer é apoiar esta experiência de crescer dentro da sociedade, de diferentes formas, quantas forem possíveis. Então, os desafios com relação às crianças refletem essa ênfase mais ampla; está focalizando vários aspectos como melhorar o bem-estar social, também o rendimento na escola e as habilidades que as crianças precisam na vida adulta, também fornecendo apoio para os pais, e isso só melhorando também a saúde dos alunos e reduzindo riscos de gravidez, de drogas e também para que todos façam parte de atividades positivas para o desenvolvimento de habilidades pessoais.

E eu ainda não tenho tempo para falar a respeito de todos os programas que fazem parte desse plano, mas há várias coisas, e eu apenas gostaria de mencionar algumas: Em primeiro lugar, estamos investindo em apoios pessoais para as crianças para que elas recebam um serviço personalizado. E alguns dos nossos programas com relação a escolas em áreas em desvantagens têm sido muito bem sucedidos. Mas apenas 15% de crianças que, de alguma forma, têm alguma privação por conta da pobreza e vão para escolas também com desvantagens. Então, essa é a nossa prioridade, para que todas as crianças recebam as suas necessidades básicas. Então, é necessário também abordar os aspectos pessoais, necessidades pessoais. E também com relação ao financiamento, ao currículo mais personalizado, abordando, então, esses jovens em desvantagem, e estamos colocando a família em primeiro lugar. Ou seja, apoiando os pais, que são os

nossos parceiros na Educação das crianças; muitas escolas agora também estão fazendo essa consulta *on-line*. Então, pela internet, os pais podem verificar se os alunos estão fazendo suas tarefas, o desempenho escolar, também o melhor acesso à escola, estamos tentando desenvolver também o aprendizado familiar. Então, se os pais, por exemplo, não sabem como utilizar o computador, realmente não ajudam muito as crianças. Mas, então, se conseguirmos fazer com que pais e alunos possam aprender juntos, isso é benéfico para todos. Verificando o nosso apoio para crianças, adolescentes e principalmente naqueles com algum comportamento inadequado, então, trabalhamos não apenas com as crianças, trabalhamos com as famílias também.

Em terceiro lugar, estamos tentando intervir o mais rápido possível quando aparece um problema, fornecendo apoio para crianças na primária, assim que vemos que essa criança está ficando atrasada no ensino, investindo para assegurar altos padrões de qualidade, em diferentes áreas, ensinando às crianças o bem-estar, indo mais além, para que os nossos investimentos funcionem para que tenhamos esse trabalho em equipe, para evitar que o problema se torne uma crise.

E, finalmente, nós temos também um investimento capital em edifícios escolares; estão sendo melhorados com novas instalações para que as crianças tenham mais locais para mais atividades. Então, estamos tentando reduzir as lacunas e melhorar o rendimento. Mas o segredo é na parceria, ou seja, reunir os diferentes serviços com os pais, que cada um tenha a sua parcela, cuidando das crianças: autoridades, escolas, centros, escolas, enfim, vários setores. E, é claro, para tornar as nossas crianças felizes, também temos que fazer o melhor para que tirem vantagens do grande número de oportunidades disponíveis num estágio global, como também nos âmbitos nacional e local.

Então, isso me leva a meu último ponto, cooperação internacional. Como isso pode ajudar as crianças? Bom, para aqueles que podem dizer que há diferenças entre os países como Brasil e Reino Unido, mas sabemos que podemos aprender muito uns com os outros. E superficialmente, sabemos que esse é um dos maiores países do mundo e o Reino Unido dos menores. Vocês têm a floresta tropical e nós a chuva. Vocês têm também um dos melhores times do mundo de futebol e eu não posso dizer o mesmo do meu país--

[risos].

SRA. LESLEY LONGSTON: [tradução simultânea] Mas, olhando com cuidado, nos nossos dois países e também a África do Sul, a Índia, vemos muitas semelhanças, que aparecem mais do que as diferen-

ças. Diferentemente do sucesso da nossa economia, também sabemos que há uma grande tradição musical, enfim, no meu escritório em Londres, eu vejo o triunfo da arquitetura e eu estou aqui também usufruindo a arquitetura maravilhosa de Brasília. Então, há muitas semelhanças em nossas nações, temos preocupações semelhantes, vemos as lacunas entre gêneros, entre grupos étnicos. Então, faz sentido trabalharmos juntos para que lidemos e trabalhemos com esses problemas, porque sabemos que não são problemas de um único país e sabemos que temos que trabalhar isso juntos.

Assinamos o memorando de entendimento entre o Reino Unido e o Brasil, há dois anos atrás, para aprofundar a nossa cooperação educacional e fortalecer o nosso intercâmbio acadêmico. Foi um grande passo e, de fato, foi muito frutífero. Agora, temos 18 mil brasileiros estudando no Reino Unido. Nós temos o programa de trabalho que as nossas autoridades também estão disponíveis, então, estamos trabalhando juntos para abordar esses problemas de gênero e raça nas escolas e também um grande intercâmbio cultural, com 500 mil pessoas, que viram a exibição da mudança climática e 300 mil que viram o Henry Moore mostrando o seu trabalho fantástico e sabemos que isso tem que continuar para que possamos alcançar os nossos desafios e objetivos.

Então, muito obrigado por me escutar hoje e eu espero que possamos aprender ainda mais nos seguintes dias, para aprender mais do sistema brasileiro, da África do Sul e da Índia. E vamos continuar fortalecendo a nossa parceria entre esses quatro países. Muito obrigada.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu quero lembrar que aqueles que quiserem fazer perguntas devem ter recebido um papel, na entrada, aonde podem fazê-lo. Todos os participantes têm compromisso à uma hora, mas nós temos tempo para perguntas.

Mas, antes disso, eu quero fazer alguns comentários especificamente sobre o que está escrito lá atrás, que a pobreza, a Educação, a Justiça, e eu quero acrescentar a palavra liberdade; o papel da Educação na construção da liberdade. Primeiro, lembrando que pobreza é um conceito muito antigo. Todos os testes sagrados, seja Bíblia, sejam os textos indianos, eles falam de pobreza. Mas a idéia de superação da pobreza é muito recente. Começa com a evolução francesa. Até aí, a pobreza era como se fosse algo natural, divino, permanente nesta Terra para justificar, inclusive, que as pessoas entrassem no céu pelo sofrimento da pobreza. E, no caso indiano, para que as pessoas chegassem

ao nirvana, no caso das religiões orientais, para que livrasse dos carmas do passado.

Então, pobreza era uma coisa aceita. A idéia de que ela é uma coisa que deve ser desfeita, superada, tem 200 anos. Com a Revolução Francesa e com o socialismo; aí que se começou a falar em fim da pobreza.

E, finalmente, os países do terceiro mundo, a partir do Século XX, com a idéia do desenvolvimento, mesmo sem socialismo. Mas todas as propostas de fim da pobreza têm passado pela Economia e não pela Educação, inclusive no socialismo. Marx tem alguns textos sobre Educação, mas como educador, não como educacionista(F). Para ele, a emancipação vinha da transferência do capital das mãos do capitalista para as mãos dos trabalhadores. Lênin ajustou isso, colocando o Estado no meio. Mas não há, na literatura marxista, a idéia de que o caminho da emancipação, da igualdade, seria colocar o filho do trabalhador na mesma escola do filho do patrão, do capitalista. Não existe isso. A idéia era ao contrário: Primeiro, o capital nas mãos do Estado e, aí, a gente faz a escola igual, como consequência, não como caminho, não como a meta.

A idéia da Educação como caminho para superar a pobreza só surge, a meu ver, quando a gente percebe que o desenvolvimentismo no terceiro mundo não foi capaz de superar a pobreza, quando a gente percebe que o socialismo não sobreviveu por mais tempo, além dos 70 anos no leste europeu, e em um ou outro país que ainda insiste. Mesmo assim, mudando a maneira de ver o socialismo. E quando a gente vê que a evolução pura e simples do capitalismo também não traz o fim da pobreza. Hoje há pobreza em todos os países. E há riqueza em todos os países. Mas a desigualdade continua e até se amplia.

Então, como é que a gente vai sair de uma realidade onde a pobreza existe e continua, se o socialismo não representa hoje uma bandeira, se o capitalismo não dá solução nem nos países avançados, porque começaram com globalização, a atrair os pobres do mundo, e por isso falei em liberdade. Os países desenvolvidos, para acabarem com a pobreza nos seus territórios terão impedir a entrada dos estrangeiros. Logo vão ter que abolir a liberdade de migração. Vão ser livres dentro de seus países, mas não vão permitir a liberdade que os outros venham para seus países. Então, não é uma liberdade planetária, não é uma liberdade global. A OMC não aceitaria que se colocasse o trabalhador como mercadoria.

E qual é o caminho? Eu insisto que o caminho único é a idéia dos filhos dos mais pobres estudarem em escolas tão boas quanto os filhos dos mais ricos. Claro, uma meta utópica e longa. Nem os países eu-

ropeus, com raras exceções, conseguiram isso. Talvez a Finlândia, os países escandinavos... Talvez a Coreia tenha conseguido. Mas, fora isso, ainda há uma desigualdade por classe, não tanto quanto no Brasil. Nem tanto quanto os Estados Unidos, quando a gente compara a Europa. Mas, mesmo a França, mesmo a Inglaterra, mesmo a Alemanha, que já está um pouco melhor, apresentam desigualdade.

O problema é como fazer isso. Como fazer com que a escola seja igual? O primeiro ponto é uma vontade nacional, como a Irlanda teve, de sair de um quadro que não era muito diferente do Brasil nos anos 70 para um quadro que é um exemplo mundial. Como a Coreia fez, que era um quadro pior do que o brasileiro nos anos 60, e conseguiu superar a desigualdade de relacionamento entre eles e a desigualdade educacional deles com o resto do mundo, rico.

Então, a primeira coisa é a vontade nacional que esses países demonstraram. Segundo, é um pacto de longo prazo para que esse projeto continue através dos Governos. E fico feliz que aqui estão representados Governos democráticos, e com uma certa permanência. Na África do Sul, desde 95, ou 94, sucederam-se Presidentes, mas, de um mesmo espectro político e até do mesmo partido. Na Inglaterra, já faz mais de 10 anos, é o mesmo Governo, embora tenha mudado o Presidente. No Brasil, temos cinco anos de um Governo, temos oito anos de outro e há que se dizer que o Governo Lula teve o bom senso de manter a continuidade de muitos projetos, não desfez, e trazer novos Projetos, ou seja, dar uma continuidade, mas é uma continuidade frágil. Se mudarem os Governos, poderá parar tudo isso. Primeira coisa é um pacto.

O segundo é ver onde está o ponto de fazer a escola igual. E eu insisto que a escola não vai ser igual enquanto ela for municipal, que é o caso do Brasil. Enquanto o salário for decidido pelo Prefeito, não vamos ter uma escola igual. Porque os Prefeitos têm dinheiro em quantidades muito diferentes. Daí a importância do piso salarial nacional como caminho da federalização.

O segundo é definir metas claras, concretas, para atingir nos próximos anos. Terceiro, é trazer para Educação, o que já se tem na economia. Não sei se os produtores vão conseguir explicar, mas é trazer para a Educação o que já se fez nas finanças. No Brasil, há uma Lei de Responsabilidade Fiscal. O governante que não cumprir metas fiscais, em outros países, a independência do Banco Central já cuida, ele fica, no Brasil, inelegível. Ele não pode se candidatar outra vez. A gente precisa fazer isso para os governantes que não cumprirem as metas educacionais; os governantes executores, que eu continuo achando que devem ser

os Prefeitos. Não vejo como um Ministro administrar 200 mil escolas. E há, no Brasil, entre 180 e 200 mil. É o Prefeito que deve administrar. Mas as regras, as metas, os objetivos, têm que ser os mesmos, definidos nacionalmente, ainda que umas cidades demorem um pouco mais.

Um outro é o professor. O professor tem que se transformar na principal categoria profissional de um país. No Brasil, as categorias fundamentais foram aquelas relacionadas com o desenvolvimento. O Economista, o engenheiro. Hoje em dia, são os advogados, que até um passo, a um tempo até mais antigo, não são os professores. Não sei como é que está na África, na Inglaterra, e essa é uma provocação, mas, no Brasil, pelo salário que recebe, pelas exigências que fazemos sobre eles, pequenas, eles não são o elemento central, o profissional fundamental do progresso. Tem que ser. Para isso, eles têm que ter, em primeiro lugar, salários. Ou pagamos aos professores salários capazes de atrair os melhores quadros da sociedade para o magistério ou não vamos ter uma boa escola. Claro que não pode ser aumentado de um dia para outro, porque não adianta aumentar os salários se os professores não são preparados, não se dedicam e não deixam resultados.

É preciso o salário, a formação, a dedicação e o resultado. Essas quatro coisas vinculadas. Muita formação, inclusive para usar os modernos equipamentos, que é outra coisa que se precisa. Não há mais como educar uma criança apenas com o velho e tradicional quadro negro; sem televisão, sem computador, não existe professor. O professor sem computador, sem televisão, é como cavaleiro sem cavalo. Ele não vai a lugar nenhum.

Mas, além disso, é a disposição da universalização, que nós, de certa maneira, tentamos, mas, pouco. Até porque nos contatamos com a idéia de que já universalizamos porque, no Brasil, temos quase todos matriculados. Mas, matrícula não basta. É preciso a matrícula e a frequência. E, no Brasil, muitos vão sendo deixados para trás, ao longo do processo, porque não frequentam. É preciso a frequência e a assistência. No Brasil, muitos frequentam, mas não assistem. Vão lá até a hora da merenda e depois não ficam na escola porque, em grande parte, o Brasil tem excelente programa de merenda escolar e muitas crianças, no Brasil, vêem a escola como um lugar onde podem comer. Tem que ser para comer, mas tem que ser para estudar. Então, é preciso também estudar, além de matricular, de frequentar, de assistir, é preciso estudar.

E é preciso, além de estudar, aprender. E isso, até o final do segundo grau, do ensino médio. E, aí, a gente tem uma grande falha. Nós temos menos de

40% terminando o ensino secundário. Temos que ter uma meta de em 15 anos, 20 anos, no máximo, chegar a 100%. Mas não podemos esperar de um Ministro para fazer isso. Vamos precisar de quatro ou quantos Ministros a gente tenha, de acordo com a mudança de Governo ou dentro do próprio Governo. Tudo isso exige uma grande consciência nacional.

E eu concluo, dizendo que um dos objetivos desses encontros é essa consciência nacional, comparando experiências nacionais. Mas também uma outra coisa, é tentar trazer o encontro de outros países, na busca de formularmos uma alternativa global para a Educação. Por que é que a OMC trata o comércio de uma forma global? Porque a UNCTAD trata de uma forma global? Por que é que os Bancos Internacionais e o FMI cuidam dos aspectos globais? Mas, da Educação, não há uma preocupação global.

Quando o Diretor-Geral Matsuura, da UNESCO, lançou o projeto da erradicação do analfabetismo em 10 anos, morreu. Não houve uma vontade mundial para conseguir erradicar o analfabetismo no mundo, para melhorar a Educação, não apenas nesses países, como os nossos, que são países, tirando a Inglaterra, países não desenvolvidos, mas países emergentes, grandes e ricos, como é a África do Sul, como é o Brasil e como é a Índia. Eu falo dos países pobres da África, que não vão sair da pobreza, não vão educar seus filhos sem esforço internacional.

Para desenvolver-se economicamente, houve planos mundiais. Criou-se o Banco de Desenvolvimento da África, o Banco de Desenvolvimento da Ásia, o Banco Interamericano de Desenvolvimento, criou-se o Banco Mundial; não tem Bancos da Educação Mundiais. Não tem. Não há cooperação real de apoio aos países pobres na área da Educação. E aí, talvez, a pobreza não seja suficiente para convencer um grande pacto mundial. Dois caminhos podem talvez ser: A defesa do meio ambiente e a defesa da liberdade. Não há como superar a tragédia ambiental sem colocar todos na escola. É através da Educação que a gente vai mudar a mentalidade para criar o apego ao desenvolvimento sustentável ecologicamente, sustentável socialmente, sustentável politicamente pela democracia. Só com a escola.

Então, é preciso um grande esforço mundial pela Educação. Os Presidentes do mundo inteiro se reúnem sistematicamente. Tem grupo dos oito, grupo dos 20, tem Assembléia das Nações Unidas. Uma vez, creio que em Bologna, colocaram o assunto da Educação. Mesmo assim, como diz em francês, en passant. Não foi como uma pauta importante da agenda mundial. Não foi. A agenda mundial não é acessível ao problema do analfabetismo, das crianças que não aprendem nas es-

colas. Isso tem sido um assunto, no máximo, nacional. Mas, em geral, municipal. E, às vezes, apenas familiar. Nunca mundial. O meio ambiente exige isso. E a liberdade também. Como liberdade de escolher, se você não é educado? Como liberdade de ler, se você não sabe ler? Como se fala em liberdade de imprensa em países com analfabetos? Eu me pergunto se são, os que dizem isso, ingênuos ou consideram que nós somos ingênuos. Não pode haver liberdade de imprensa e um país onde não sabem ler. É uma liberdade de imprensa para alguns, os que sabem ler. E os que sabem ler apenas não são capazes de entender o que estão lendo. Então, também não é liberdade de imprensa, quando você não é capaz de entender o que lê. Entender hoje exige o segundo grau completo. Entender o que passa no mundo exige conhecer geografia, exige conhecer história, exige saber fazer contas. Quem não sabe fazer contas, o que quer dizer que a dívida externa de um país é alta ou baixa. Ele não sabe se é grande ou pequena, ele não sabe fazer contas, não sabe comparar. É outra liberdade que a gente precisa, liberdade de comparar. E liberdade de divertir-se. Como você vai ter, sem educar-se e sem ser capaz de usufruir daquilo que você assiste num show? Como é que você vai ser capaz de enriquecer-se, inclusive, sem ser educado? Porque não teve a oportunidade do emprego e porque o enriquecimento pode limitar-se apenas ao dinheiro, que é um enriquecimento pobre.

A Educação tem que ser o vetor para percebermos que só assim a gente retira a população pobre da pobreza e a gente consegue construir uma sociedade livre e equilibrada do ponto de vista ecológico. Por isso essa idéia de reunir países. Não apenas para ouvir as experiências, mas para tentar tirar, desse encontro, um pacto mundial pela Educação. Eu sei que isso pode ser muito ambicioso, falou o Sr. Embaixador que representa aqui o Reino Unido, mas era muito ambicioso imaginar que o Brasil, nos anos 50, daria o salto que deu em 25 anos, a partir dos anos 55. 25 anos esse país saiu de rural para urbano, de agrícola para industrial. É o tempo que se precisaria sair de um país com Educação atrasada e desigual para uma Educação avançada e igual. E, se vale para o Brasil, vale para a África do Sul, vale para a Índia, vale para cada país, se houver o apoio internacional que os países pobres precisam. Houve apoio para os *take off* econômicos, palavra usada pelos economistas.

Acho que pode haver apoio para o salto educacional. Não *take off*, mas o *jump up*, que a gente precisa dar na Educação no mundo inteiro. Isso que quero dizer, como Senador, como Presidente da Comissão de Educação, e como quem esteve envolvido no começo desse esforço, que eu espero que dure al-

guns anos, mas que chegue o momento em que não seja mais necessário. É isso que eu tinha para dizer, agradeço muito a presença de todos, mas quero saber se há perguntas para serem feitas aos que fizeram apresentações.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Bem, estão me informando que houve um acordo de que... Foi o que eu falei, as perguntas teriam que ser escritas. Ah, serão respondidas por e-mail. Eu falei tanto em liberdade e não darei a liberdade a vocês de perguntar. Mas eu vou ser rebelde. Temos um prazo, temos um compromisso, mas, enquanto houver um tempo, acho que vale a pena quebrar o acordo feito no compromisso e sei lá como chamar e, se alguém tem alguma pergunta, falem agora ou calem-se para sempre, como se diz na hora do casamento.

Se não há pergunta, é porque o único rebelde sou eu, e eu vou dar por encerrada a Sessão, agradecendo a todos vocês que estiveram presentes, e desejando que, nos próximos dois dias, esse encontro, simpósio, aprofunde o tema e a gente possa, de fato, sair com documento sobre Educação como instrumento de luta contra a pobreza e de justiça e de elevação do nível de liberdade.

Só para concluir, eu quero lembrar a alguns que estiveram presentes ou que ainda estão: Senadora Marisa Serrano; Senador Marconi Perillo; Senadora Fátima Cleide; Senador Wellington Salgado; Senador Romeu Tuma; Senador Inácio Rangel; Senadora Ideli; Sr. Kennedy Montenegro, que é assessor especial da vice-governadoria do Distrito Federal; professor Gilberto Gonçalves Garcia, Presidente do Conselho de Reitores; o Sr. Jorge Wertheim, Diretor Executivo da Rede de Informações Tecnológicas; o Sr. Alcenir Guerra, Secretário Extraordinário de Escola em tempo integral; Sr. Marcos Formiga, assessor especial da Presidência; Beatriz Salles e Denise Tavares, que nos deram, naquele momento, a música que estavam tocando, quando nós chegamos. Há muitos outros, mas, só para não trair a minha memória, de dizer a alguns que eu vejo aqui e que gostariam até de cumprimentar, cito apenas para dar exemplo, que não devo cumprimentar, o Gurgulino, ex-Reitor da Universidade [ininteligível], para não ficar citando alguns que eu conheço e esquecer outros, eu me prendo nisso, eu não vou ser tão rebelde, à lista que me foi fornecida, mas, desculpe, o Heitor Gurgulino estava aqui; o Jorge Guimarães, Presidente da CAPES; o professor Ronaldo Mota, Secretário de Educação; o Hélio Chaves, Secretário em Políticas de Educação à Distância; Dra. Mary Stiasne(F), vice-Diretora do Instituto de Educação da Universidade de Londres, e eu

falei no começo, a Maria Cohen(F) e a... E a Cristina, que foram as duas arquitetas e eu agradeço ao Embaixador, todos os Embaixadores que aqui estiveram, e muito obrigado e bons dois dias no Pantanal, agradecendo a presença do professor Pedro e dizendo que, sem a sua ajuda, esse seminário não seria possível. Grande abraço para cada um e para cada uma.

[palmas].

Sessão encerrada às 12h34.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

**ATA DA 17ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA
COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
E 4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA SUBCOMIS-
SÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA
E COMUNICAÇÃO SOCIAL DA 2ª SESSÃO LEGIS-
LATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REA-
LIZADA EM 29 DE ABRIL DE 2008.**

AUDIÊNCIA PÚBLICA

CONJUNTA

Às dez horas e quarenta e quatro minutos do dia vinte e nove de abril de dois mil e oito, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala quinze (15), sob a Presidência do Senador Cristovam Buarque, e com a presença dos Senhores Senadores Flávio Arns, Ideli Salvatti, Inácio Arruda, Renato Casagrande, Giovani Borges, Mão Santa, Heráclito Fortes, Marco Maciel, Flexa Ribeiro, Antônio Carlos Valadares e Jarbas Vasconcelos reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte e a Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Augusto Botelho, Fátima Cleide, Paulo Paim, João Ribeiro, Wellington Salgado, Valdir Raupp, Paulo Duque, Gerson Camata, Virgínio de Carvalho, Raimundo Colombo, Rosalba Ciarlini, Marconi Perillo, Papaléo Paes, Sérgio Zambiasi e Marisa Serrano que justifica a ausência O Senhor Presidente, Senador Cristovam Buarque, submete à Comissão e a Subcomissão a dispensa das leituras das Atas das Reuniões anteriores e a aprovação das mesmas, com o que todos concordam. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo ao Requerimento nº 05/07 – SCTMC e 10/08 – CE de autoria dos Senadores Rosalba Ciarlini, Demóstenes Torres e Romeu Tuma e Aditamento nº 01/08 aos Requerimentos nº s 05/07 – SCTMC e 10/08 – CE, de autoria dos Senado-

res Paulo Duque e Paulo Paim, que tem como objetivo **Instruir o Projeto de Lei Geral do Teatro**, fruto de um trabalho conjunto entre a Comissão, a Subcomissão e o setor teatral brasileiro nos últimos 4 (quatro) anos. O Senhor Presidente, Senador Cristovam Buarque, comunica que necessita ausentar-se da sessão, em virtude da Sessão Solene em homenagem ao 48º aniversário de Brasília no Plenário do Senado Federal, passando a presidência a Senhora Senadora Rosalba Ciarlini. Comparecem à Audiência Pública, o Senhor Ney Piancentini, Presidente da Cooperativa Paulista de Teatro – SP; Tatyana Latrssa Rubim, Produtora Teatral – MG; Irene Ravache, Atriz e Produtora Teatral – SP; Oséas Borba Neto, Representante Nacional do Teatro no Conselho Nacional de Políticas Culturais – CNPC e Representante de Pernambuco na Câmara Setorial de Teatro – PE; Odilon Wagner, Ator e Produtor Teatral – SP e Amir Haddad, Diretor e Produtor Teatral – RJ. Prosseguindo, a Senhora Presidente Eventual, Senadora Rosalba Ciarlini, registra a presença para acompanhar a Audiência Pública, do Senhor Marcelo Bones, Conselheiro do Movimento Brasileiro de Criação, Compartilhamento e Pesquisas Teatral – REDEMOINHO e Diretor do Teatro Andante de Belo Horizonte; Senhor José Fernando de Azevedo, Conselheiro do Movimento Brasileiro de Espaços de Criação, Compartilhamento e Pesquisas Teatral – REDEMOINHO e Diretor do Narradores de São Paulo – SP; Senhora Tereza Padilha, atriz do grupo Mapati de Brasília – DF, Senhora Alesandra Reis, Diretora de Produção Teatral e Membro do Colegiado da Associação de Produtores Teatrais do Rio de Janeiro; Senhor Otaviano Araújo, Advogado e Diretor Teatral; Alunos do Projeto “Profissão Arte” do Grupo de Teatro Mapati; Senhor Jorge Vinhas, Chefe da Assessoria Parlamentar do Ministério da Cultura; Senhor Guilherme Nery Cabral, Vice-Presidente da Fundação Brasileira de Teatro: Faculdade de Artes Dulcina de Moraes e Senhora Sheila Aragão, Produtora, atriz e Diretora da S.A Comunicação DF. Finda a apresentação dos expositores, a palavra é franqueada aos Senhores Senadores membros da Comissão. Usa da palavra o Senhor Senador Flávio Arns. Ao fim da Audiência, o senhor Ney Piancentini, Presidente da Cooperativa Paulista de Teatro – SP, convida todos os membros da Comissão para abertura da III Mostra Latino Americana de Teatro de Grupo, com o espetáculo El Paso, do Teatro La Candelária – da Colômbia, a ser realizado no Centro Cultural de São Paulo, no dia 05 (cinco) de maio próximo, às vinte horas, na Sala Adoniran Barbosa. A Presidência agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada

mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião às treze horas e trinta e três minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte e da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal. – Senadora **Rosalba Ciarlini**, Presidente Eventual da Comissão de Educação, Cultura e Esporte e da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA
E ESPORTE – CE

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA,
TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL –
CECTMCS

NOTA TAQUIGRÁFICA

17ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE E 4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 29 DE ABRIL DE 2008.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Bom dia a cada uma e a cada um. Cumprimentando os Senadores presentes. Havendo número regimental, declaro aberta a 17ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte e 4ª Reunião Extraordinária da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura. Submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura das Atas das reuniões anteriores e a aprovação das mesmas. Os Senadores e Senadoras que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. Está aprovado.

A presente reunião, como os senhores e senhoras sabem, atende ao Requerimento nº 05/2007 da Subcomissão de Teatro, Música e Cinema, e a 10 da Comissão de Educação 2008 aprovados e que foi de autoria dos Senadores Rosalba Ciarlini, Demóstenes Torres e Romeu Tuma com aditamento ao Requerimento nº 005 da Subcomissão de Teatro, Música e Cinema 2007 de autoria dos Senadores Paulo Paim e Paulo Duque.

E dando início à Audiência, eu solicito ao nosso secretário Júlio Linhares que traga os convidados para que tomem assento à Mesa. Eu quero agradecer a presença de todos os convidados. Dizer da satisfação que a Comissão de Educação tem de mais uma Sessão visando à criação desse Projeto que tem uma característica quase inédita – ele vai ser assinado por todos os Senadores da Comissão, começando pelo Presidente do Senado que já assinou o Projeto, o Senador Garibaldi.

Por essa razão que é com muito desconforto que eu vou comunicar que não estarei presente no começo, que está havendo nesse momento uma Sessão no plenário de homenagem à Brasília. Imagina eu não estar presente, seria como a Senadora Rosalba não estar na homenagem ao Rio Grande do Norte, o Senador Heráclito em homenagem ao Piauí e o Senador Jarbas em uma homenagem a Pernambuco.

Então, eu vou ter que ir lá, mas assim que eu tiver a minha participação e fizer a minha saudação ao público que está lá, que inclusive são meus convidados a maior parte, eu volto porque eu não quero estar fora dessa Sessão. Enquanto eu não estou, queria pedir à Senadora Rosalba, que inclusive foi uma das que fez o Requerimento, para vir presidir essa Sessão.

[troca de presidência]

SRª PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Bom dia a todos. É uma honra muito grande estar aqui substituindo o nosso Presidente Cristovam Buarque nessa Audiência que, inclusive, eu fui uma das autoras e que trata exatamente do Projeto de Lei para criação de uma lei específica de apoio e incentivo ao teatro. E como contamos aqui com a presença dos convidados, a quem queremos agradecer desde já a presença, a contribuição.

Sr. Amir Haddad, Diretor e Produtor Teatral. Que bom revê-lo. Nós temos uma história quando eu era Prefeita da minha cidade e Amir Haddad foi quem nos deu um apoio muito importante para começarmos toda a movimentação cultural partindo do teatro de rua, levando, fazendo o “Alto da Liberdade” que é um espetáculo onde se coloca centenas e centenas de jovens, de artistas, de... Enfim, uma coisa maravilhosa que conta os feitos da cidade. E isso foi algo que mexeu muito com a nossa auto-estima. Elevou a auto-estima da cidade e fez, a partir daí, Amir, quero dar esse depoimento, porque você foi quem chegou na primeira hora acreditando naquele Projeto, dando a sua contribuição. Não foi apenas produzir uma peça, foi fazer com que a cidade se envolvesse. Levar essa coisa para dentro da escola, para o consciente e o inconsciente da nossa juventude que fez com que depois, a partir daí, o movimento continuou e a cidade hoje respira... Uma

cidade que tem um movimento cultural muito forte, e as sementes foram lançadas por você.

SR. AMIR HADDAD: [pronunciamento fora do microfone] Assim que eu puder, eu respondo e agradeço.

SRª PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Agradecer a presença do Sr. Ney Piacentini, Presidente da Cooperativa Paulista de Teatro. Tatyana Laryssa Rubim, prazer grande em tê-la aqui. Tatyana, também Produtora Teatral de Minas Gerais; Irene Ravache, eu acho que a Irene a gente não precisa dizer nada, o Brasil todo... Precisa dizer?

[falas sobrepostas]

SRª PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Você é maravilhosa... [risos] Exatamente. Além de grande atriz é uma pessoa maravilhosa e bastante envolvida com o movimento. E essa preocupação que parte de todos que aqui estão e de muitos que aqui já vieram e dos que de forma, até podemos dizer assim, anônima, estar acompanhando o nosso trabalho. Isso realmente é o que nos dá mais incentivo, é ver que o Brasil... Nós temos esse espaço para crescer, um espaço de cidadania, de transformação, um espaço de geração de emprego e renda que é o Teatro. Irene representa muito bem tudo bom que tem no teatro que já foi feito no Brasil.

Sr. Oséas Borba Neto, Representante Nacional do Teatro no Conselho Nacional de Políticas Culturais e representante de Pernambuco na Câmara Setorial de Teatro. Oséas, se você vem com aquela garra e aquela raça que o pernambucano tem para defender seu frevo, com certeza defende também todas as... Pernambuco também tem uma... Tem um potencial imenso para a cultura não somente na capital, mas no interior. Eu conheço, eu visitei muita coisa, inclusive, acho que copiei uma porção de coisas de vocês. É muito importante que Pernambuco, e aqui nós temos um Senador de Pernambuco... Dois pernambucanos, Marco Maciel e Jarbas Vasconcelos, isso é uma prova de que os pernambucanos realmente estão bastante envolvidos com a questão do teatro e, conseqüentemente, cultural.

Sr. Odilon Wagner, mais uma vez muito obrigada Odilon. Você sempre está presente em todos esses movimentos que falam de um Brasil mais forte, não somente na defesa da cidadania, das minorias, enfim, muito obrigada.

Então, vamos... Eu quero registrar a presença também de Marcelo Bones, Conselheiro do Movimento Brasileiro de Espaços de Criação, Compartilhamento e Pesquisa Teatral do Grupo Redemoinho e Diretor do Teatro Andante de Belo Horizonte, Minas Gerais. Eu já tinha lhe dito, mas, agora no final de semana, recebi

os representantes do Redemoinho lá do nosso Estado, me passaram todo o material. É muito importante que vocês também estejam aqui para ouvir, para participar, porque o Projeto que nós temos não é um Projeto acabado, nós queremos cada vez mais melhorar. E a partir daí é exatamente com as sugestões e as idéias de todos que participam do movimento teatral.

José Fernando de Azevedo, Conselheiro do Movimento Brasileiro de Espaços de Criação, Compartilhamento e Pesquisa Teatral Redemoinho e Diretor de Narradores de São Paulo. Tereza Padilha... Tudo bom? Atriz do grupo de teatro Mapati, de Brasília. Alessandra Reis, Diretora de Produção Teatral e membro do colegiado da Associação de Produtores Teatrais do Rio de Janeiro. Otaviano Araújo, Advogado e Diretor Teatral. Alunos do Projeto Profissão Arte do grupo de Teatro Mapati.

Vamos dar início e nós queremos passar a palavra, inicialmente, pela ordem é... Ao Sr. Ney Piacentini, Presidente da Cooperativa Paulista de Teatro.

SR. NEY PIACENTINI: Bom dia a todos. Bom dia, Senadora. Bom dia, Senadores; colegas; imprensa aqui presente.

Vou lembrar algumas convergências da classe teatral recente nessa Casa, nessa sala. Produzimos um feito histórico. Recentemente, uma Emenda para o teatro e para dança do país inteiro que beneficiou mais de 250 projetos no valor de 15 milhões de Reais. Essa casa foi uma Emenda da Comissão, todos lutamos juntos. Foram 119 Entidades, Movimentos e Fóruns do país inteiro que estiveram presentes aqui nessa Casa, e conseguimos aumentar o orçamento do teatro e da dança no ano de 2006 de forma significativa, todas as Entidades unidas naquele momento. Isso é uma convergência.

Vamos às divergências... Eh... A Cooperativa Paulista de Teatro tem 4.000 sócios, 800 companhias teatrais filiadas e 30 anos de existência. Faz parte do Redemoinho que tem mais de 100 coletivos teatrais espalhados pelo país inteiro, e fez parte da Câmara Setorial de Teatro também com representação nacional.

A Cooperativa Paulista de Teatro é contra o Projeto apresentado pelo PTR aqui nessa Casa. Do nosso ponto de vista, mais uma Lei de incentivo fiscal vai reproduzir os vícios que a Lei *Rouanet* vem propagando país afora. Eu não vou me alongar muito às críticas da Lei *Rouanet*, porque elas estão todas na imprensa.

Eu vou me limitar a citar um artigo do Sérgio de Carvalho, que é Diretor da Companhia do Latão e doutor da USP, e também de Marco Antônio Rodrigues, que é Diretor do Folias D'arte, num texto publicado na página A3 da "Folha de São Paulo" em tendências e debate do dia 16. "A idéia parece boa, mas contém

movimento nefasto. Verbas públicas passam a ser regidas pela vontade privada das corporações. Aquelas com lucro eficiente para se valer da renúncia fiscal investir na área. Assim os diretores de *marketing* dos conglomerados adquirem mais poder de interferir na paisagem cultural do que o próprio Ministro da Cultura e exercem tal poder segundo os critérios do *marketing* empresarial. O estímulo aos agentes privados resulta em privatismo".

No editorial do "Estado de São Paulo", publicada a semana passada, o texto final é o seguinte: É o editorial do "Estado", assinatura do próprio jornal – "Na realidade, a atuação do Estado no setor cultural deve se circunscrever à definição de prioridades e ao financiamento de atividades com relevância artística e cultural que atenda aos interesses maiores da sociedade, e não aos interesses empresariais de artistas, produtores e diretores. Do modo como está organizado o sistema de incentivos fiscais no setor cultural se converteu num jogo que favorece o *marketing* das grandes empresas e grupos artísticos com capacidade de mobilização política ou vinculados às grandes redes de televisão. Por isso, em vez de aprofundar esse sistema melhor, seria rever o modelo adotado, redefinindo o papel do Estado no campo da cultura e as fontes de financiamento do setor".

Me atenho às críticas aqui e vou falar da visão de cultura como cidadania, a visão de cultura como direito pela Declaração Universal dos Direitos dos Homens, pela Constituição Brasileira, pelas Constituições Estaduais, pelas Leis Orgânicas do Município – Cultura é cidadania – Cultura é um direito como educação, como a saúde. O artista, o agente cultural produtor – ele é um meio, ele não é um fim e qualquer política de interesse público tem que se voltar à população. O médico público ele atende à população, ele recebe seu salário – seu mau salário – para atender à população. O professor, na educação, igualmente. O artista deve ganhar seus honorários, mas para atender à população, não é para lucrar em cima da população.

Não podemos deixar que esse Senado, eu apelo à sensibilidade dos Senadores, o espírito republicano, o espírito de interesse público para que não aprovem uma lei de incentivo fiscal ao teatro cujos orçamentos são altíssimos e os ingressos ultrapassam a casa de 50 Reais, 100 Reais. É dinheiro público para um público elitizado, cuja população não vai ter acesso a esse bem cultural. Essa história a gente já conhece, Celso Frateschi já veio aqui defender, está tudo isso nos jornais. Do nosso ponto de vista, nós temos que priorizar a população. Nós somos meio, nós não somos fim. Dinheiro público tem que ser dirigido ao povo brasileiro.

Nós temos um Projeto alternativo a esse Projeto. O Redemoinho está conversando com a PTR, está conversando com as Entidades, e eu vim aqui fazer uma crítica mais contundente, apelar aos Senadores do risco do incentivo fiscal no país que, aliás, é uma questão brasileira e em outros países não existe isso. Empresa que quer por dinheiro na cultura põe do seu próprio bolso, do seu setor de comunicação, do seu setor de *marketing*, não precisa pegar o dinheiro do Estado para isso, não é? E o produtor cultural viciou, é dependente químico do incentivo fiscal. Ele recebe o incentivo fiscal, produz a sua peça, paga todo mundo, não tem risco nenhum. Se der lucro, é dele e se der prejuízo, o Estado paga. É o capitalismo de Estado que a gente está praticando na área da cultura com lei de incentivo fiscal.

Eu vou entregar à Senadora o Projeto do Redemoinho que já passou pela Câmara Setorial com algumas diferenças, o Oséas depois vai falar dessas diferenças, que tem representação nacional. Me desculpe, meus colegas, a PTR tem 140 produtores afiliados, e a APETESP tem 30. Só a Cooperativa são 4.000 sócios, 80% da produção teatral de São Paulo estão, reside em pequenos e médios produtores. O incentivo fiscal não chega ao pequeno e médio produtor nem do Rio Grande do Sul, nem de Minas Gerais, nem do Espírito Santo, nem de Pernambuco. Os programas públicos de cultura chegam através de editais democráticos, transparentes e acompanhados pela sociedade.

Eu vou entregar todo o nosso histórico político, nós temos dez anos de arte contra a barbárie, temos uma lei no Município de São Paulo chamado “Programa Municipal de Fomento ao Teatro para a Cidade de São Paulo”. Vou entregar em primeiríssima mão ao Senado o livro recém escrito, que ainda nem foi impresso na gráfica, sobre os cinco anos do “Programa Municipal de Fomento ao Teatro na Cidade de São Paulo”. O registro histórico da inversão dos termos na política pública no nosso município e dos feitos dessa lei com números, estatísticas fornecidos pelo próprio Governo.

Vou entregar os três manifestos de Arte Contra a Barbárie, vou entregar o Projeto de Lei Redemoinho, vou entregar uma convergência com a PTR, com a APETESP e com as outras Entidades, que queremos o Fundo Nacional de Cultura aberto. Entrego também à Senadora um Projeto nosso de reforma do Fundo Nacional de Cultura. Estou um pouco nervoso, como vocês estão observando, entrego toda essa documentação como prova de que nós estamos trabalhando a sério há uma década na questão de políticas públicas, com todo respeito aos meus colegas aqui presentes, o debate é político, jamais pessoal... Vamos manter esse nível de debate altíssimo. O país comprou a idéia, a

Folha deu editorial, o Estadão deu editorial, o Globo fala, o Correio Brasiliense está, aqui, hoje. O Estado de São Paulo está aqui, está acompanhando, porque é uma questão de interesse nacional.

Então, vou entregar essa farta documentação à Senadora e, por fim, por solicitação do Cristovam Buarque, vou entregar três Projetos que nós temos na área da educação: Um Projeto de formação de público para o Ensino Fundamental; um Projeto de formação de público para o Segundo Grau e um Projeto de formação de público às Universidades Federais Brasileiras, recém confeccionados dentro da nossa Entidade. Porque, para nós, o teatro ele tem que estar na rua, tem que estar na escola tem que estar nas praças e nas casas de espetáculo também.

Eu termino aqui minha breve intervenção e vou passar toda essa documentação, oficialmente, para a Presidenta da Mesa hoje. Muito obrigado. [palmas].

SRª PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Antes de passar a palavra para o segundo convidado que vai ser Tatyana Laryssa, eu gostaria, Ney, de colocar aqui para todos, o quanto eu me sinto até gratificada com a sua participação. Porque, na realidade, quando... Eu sou Senadora no primeiro mandato, quando aqui cheguei, estávamos preocupados com essa questão e o Júlio nos colocava que existia já um movimento, existiu anteriormente uns quatro anos atrás e que tinha as discussões que tinham parado sobre exatamente Lei de incentivo, políticas públicas para o teatro, toda essa questão que é de interesse nacional e é de importância fundamental.

Então, foi quando nós reiniciamos esse ciclo de debates. Em vez de apresentar um Projeto, a minha idéia é o seguinte, em vez de chegar com um projeto, ouvindo – vamos dizer – os nossos assessores e com a pouca experiência que eu tinha achamos melhor colocar para todos, e vocês nos apresentarem propostas e assim recebemos um Projeto de Lei que é esse projeto que vocês já devem ter tido conhecimento, que é um anteprojeto, a partir daí estudando cada questão, ouvindo a todos, ouvindo o contraditório, ouvindo as novas sugestões, críticas e idéias é que iremos melhorar e apresentar um Projeto, um modelo final.

Então, fico muito agradecida com a sua participação, porque realmente o que você coloca sobre a Lei *Rouanet* foi o que já ouvimos aqui praticamente de todos, no passado, nas outras Audiências, das dificuldades e que é preciso mudar esse modelo. E que eu entendo perfeitamente que temos que ter mecanismo de que possamos ter uma política pública também voltada a apoiar não somente os grandes produtores, mas, principalmente, os pequenos que estão com as maiores dificuldades por todo esse país fazendo seu

movimento. Obrigada. E suas idéias, todo seu material será muito bem visto e analisado para que a gente possa fazer uma lei que realmente venha de encontro ao interesse da Nação.

Agora, eu... Marcelo Bones e José Fernando de Azevedo que são do Movimento Redemoinho já nos deixou uma cópia da semana passada, do trabalho que vocês vêm realizando. Agora, eu gostaria de passar a palavra para Tatyana Laryssa Rubim.

SRª TATYANA LARYSSA RUBIM: Bom... Acho que nervosismo não é só privilégio seu não, tá Ney. [risos] Bom dia a todos. Gostaria de cumprimentar ao público, aos membros dessa Mesa e autoridades presentes. Direcionando uma saudação especial aos membros da Comissão de Cultura, Esporte e Educação do Senado Federal, e ao Presidente dessa Comissão nesse ato representado pela Senadora. Pela iniciativa de promover mais uma Audiência focada na discussão em torno do Teatro Brasileiro.

Confesso, aqui, o meu orgulho em participar desse momento importante para a história e a manutenção do crescimento do teatro nacional. Este setor hoje sofre as consequências graves de muitas ausências dentre elas o gerenciamento de processos de aprovação de Projetos Culturais no Ministério da Cultura. Esse é um dos motivos que estagnaram nossas atividades e fez com que nós nos reuníssemos aqui, pois acreditamos que será nesta Casa que formataremos um instrumento de política cultural para reger as ações produtivas de nosso segmento, fugindo assim dos riscos de Medidas Provisórias.

O Projeto de Lei do teatro pode ser entendido como uma das ferramentas que podem fazer parte de uma política cultural. O teatro pede socorro. É no teatro que os artistas, diretores, produtores, técnicos, entre outros encontram espaço para o seu aperfeiçoamento profissional. O teatro pode ainda gerar matéria-prima para outros segmentos, tais como cinema, literatura e educação. É a casa aberta para o público se formar e enriquecer sua condição individual e dentro da sociedade. É no teatro que podemos encontrar também argumentos contra o aspecto instantâneo das sociedades contemporâneas, pois ele pressupõe escuta do seu espectador. Essa pode gerar reflexões e questões que visem melhorar a sua condição humana e a percepção de suas relações individuais e sociais, estimulando assim o sentimento da cidadania. A diversão também é proposta pelo teatro.

Finalmente, é parte, é nele que parte ou todo dos representantes desta Mesa, cada um com sua contribuição e representação sobrevive e cria suas famílias. Não importando a forma como atuamos, é óbvio que dentro de limites éticos, sérios, mas estou

me referindo às questões de uma atuação de modo independente ou em grupo. Geramos empregos, afinal no teatro há poucos botões que possam ser apertados impossibilitando assim a substituição do homem por máquinas, como aconteceu em alguns setores, eu cito aqui o setor financeiro, no caso de Bancos. É por meio da Lei do teatro que acreditamos tornar o crescimento do setor em pauta, realidade. Sem dispensar a parceria entre iniciativa pública, com renúncias fiscais, e investimento da iniciativa privada, desde a criação da Lei nº 8.313/1991. Afinal, são 17 anos construindo esta parceria que nos suporta agora de uma forma um pouco mais conturbada, eu diria, mas nos suporta. É o único investimento que se consegue ter, atualmente, é por meio dessa parceria.

Então, nessa parceria o investimento foi sim de produtores independentes, sim de artistas, sim de diretores, sim de grupos. Há uma parte também de grupo financiada, e um investimento nessa relação com a iniciativa privada. Desmoronar isso radicalmente e num tempo de curto prazo, me parece um pouco catastrófico. Eu acho que, como a Senadora colocou, não há nenhuma prepotência em achar que esse modelo é o único e o ideal. Afinal de contas a gente está aqui para o debate fortalecendo isso mesmo.

Acho ótimo quando Ney propõe que esse debate tenha um nível importante pra gente, que seja... Que transcorra com a elegância que precisa. Mas eu acho que realmente, assim, há que... Os segmentos, os diversos segmentos dentro do setor teatral eles necessitam de uma sobrevivência. Eu tenho 7 anos de uma produtora de teatro, aonde eu foquei essa produção no teatro, enquanto em Belo Horizonte poucos conduzem isso – não estou falando da parte de montar peças – eu atuo em uma outra ponta, eu circulo peças, tento circular trazendo de fora e tomara que dentro em breve, talvez, no segundo semestre a gente possa também colocar a produção teatral mineira com as condições que a gente precisa para, enfim, conseguir que o público venha nos assistir.

Então, incentivar o hábito ao teatro é um dos desafios que eu passo mensalmente. Em Belo Horizonte eu tive uma experiência muito interessante nesses últimos meses aonde fizemos um espetáculo a cada final de semana, coisa que eu achava que a praça não suportaria e a gente teve um resultado interessante, bastante grande de presença de público. Existem outras iniciativas lá como campanhas de acesso, enfim. E tudo isso foi feito por meio desse tripé, de um sonho que faz uma empresa de produção cultural sobreviver e associado ao que hoje a gente tem de base legal, e também de fruto de muita conversa com a iniciativa privada.

Eu acho muito ruim quando hoje a gente trata quem nos deu a mão num dado momento que a gente não tinha condição de repente sobreviver, talvez de uma forma como se fossem prejudiciais, se o todo fosse prejudicial. É óbvio que algumas relações podem nos prejudicar, mas eu não diria que seja o todo e isso que eu quero resguardar.

A Lei do Teatro não é uma bandeira da produção independente, pois abrange a manutenção de grupos e companhias, da programação de salas de espetáculos, de campanhas de acesso, da circulação de peças pelo Brasil, da formação profissional, entre outros. Esse instrumento legal, mais moderno. Defendemos a criação de uma Secretaria Nacional do Teatro, necessária nesse momento em que o setor encontra-se maduro e, portanto, pode-se desenvolver mais. Porém, com um órgão de interlocução mais específico, apropriado e politicamente forte, é... Já que a dificuldade de diálogo hoje no MinC durante as tramitações é fato, acho que para todo mundo, para os independentes, para os grupos, para todo mundo que tem Projeto lá. Isso tudo virou uma barreira na nossa cadeia de produção e que a gente precisa sim melhorar isso. E acreditamos que essa Secretaria possa nos apresentar da maneira como nós merecemos.

Essa Secretaria será responsável pela aprovação de Projetos no MinC, objeto desta Lei, e pela formulação de políticas públicas do setor. Porém, não se trata de órgão de extrema... De extremos orçamentos para os cofres públicos e é o espaço que acolherá o respeito que hoje nos falta. A passos de cágados, talvez, não conseguiremos vencer esse ano. Vislumbrar a formulação de um marco regulatório é parte integrante de política pública e não de Governos. Esse é o motivo que nos faz mobilizar neste tempo, nesta Casa, hoje. Obrigada. [palmas]

SRª PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Tatyana, muito obrigada. Você foi de uma felicidade muito grande, eu acho que na questão das confluências, nós temos acho que todos confluem para a Secretaria Nacional do Teatro. Acho importante que tenhamos um instrumento...

SR. NEY PIACENTINI: [pronunciamento fora do microfone]

SRª PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Não converge que seja criada a Secretaria?

SR. NEY PIACENTINI: [pronunciamento fora do microfone].

SRª PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Não. O debate nós vamos--

SR. NEY PIACENTINI: [pronunciamento fora do microfone] Nós temos que estudar a história do tea-

tro brasileiro nos cidadãos. Já tivemos FUNDACEM, INACEM, Serviço Nacional de Teatro, e essa Casa não discutiu a história do teatro no país. Quer criar uma Secretaria caindo do céu, porque a ANCINE, aconteceu isso no cinema, criar uma agência reguladora para o teatro, vamos estudar os organismos que vigiram no país.

SRª PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Ney, quando terminar a apresentação de todos, nós vamos ao debate.

Mas eu gostaria, aqui, de registrar a presença do Senador Flávio Arns que tem sido assíduo nessa questão, trabalhando aqui com a gente, Senador Casagrande que também tem dado grande contribuição, mais uma vez do Senador pernambucano, Marco Maciel, homem bastante envolvido com todas as questões ligadas ao movimento cultural e o Senador Valadares que também tem nos dado uma grande contribuição.

Nós passamos, agora, a palavra ao... à atriz e produtora teatral Irene Ravache.

SRª IRENE RAVACHE: Bom dia a todos, Srªs Senadoras e Srs. Senadores, meus colegas, senhores e senhoras.

O Ney agora falou da história do teatro, então, vou pedir licença a vocês – uma coisa que não é muito do meu feitio – mas eu vou ter que falar muito na primeira pessoa, porque, como eu trabalho em teatro desde 1962, eu tenho história... Pelo menos a minha história.

Eu comecei fazendo teatro em cima de caminhão, junto dos sindicatos. Eu fazia parte do Centro Popular de Cultura e isso lá no Rio de Janeiro. E já existia o que se chama de “teatrão”, ou “teatro comercial”. Mas não era mal visto por quem fazia teatro em cima de caminhão, porque era teatro – todo mundo fazia teatro. Tinha Bibi Ferreira e Paulo Autran fazendo *My Fair Lady*, Oduvaldo Viana Filho e eu lá no CPC fazendo *Eles não Usam Black-tie*, do Guarniere, tinha Fernanda Montenegro fazendo *Mary Mary*, tinha montagens de tudo quanto era tipo e não havia... e... “Vou olhar enviesado, porque ali é o ‘teatro comercial’”; “vou olhar com menosprezo, porque ali é o teatro feito em cima do caminhão”. Nós éramos profissionais dessa área.

Eu comecei minha carreira de produtora teatral em 1980. Eu decidi ser produtora para poder montar os textos que eu acreditava que teriam algum conteúdo e que me interessavam passar adiante. As primeiras produções que eu fiz... Uma delas eu tenho um colega sócio aqui que é o Odilon Wagner, nós fomos ao banco e pedimos um dinheiro emprestado. E nós chegávamos para... Os possíveis apoiadores, patrocinadores, e dizíamos assim: “Olha, o nosso cenógrafo disse que vamos apressar desse tanto de madeira. Você ia numa

madeira. Você pode me dar essa madeira? Eu vou fazer alguma coisa em troca, vou gravar um comercial, ou se não vou gravar um comercial, vou falar seu nome alto”. Era assim que era. Estou apenas relatando isso para mostrar como era a prática quando eu comecei a produzir.

Eu sempre produzi textos acreditando que eu ia melhorar o diálogo, o entendimento, a reflexão daquela platéia que fosse me assistir. Sempre os meus contratos eram para dois meses, porque se você pegar um profissional de teatro, ele não tem fórmula de sucesso. Se isso fosse verdade, eu tenho a fórmula do sucesso comercial, a *Broadway* não produziria fracasso. E a *Broadway* produz fracasso. Então, o produtor decente, e eu acredito que a maioria é decente, porque se eu não acreditar isso no ser humano, eu estou falida. O produtor decente, ele tem um recado para dar e ele se junta a seus pares. E esse recado, o caminho do artista visa sempre melhorar, melhorar o entendimento, a reflexão de outro ser humano. O que é o teatro? É uma pessoa falando a outro ouvindo, foi assim que começou o teatro. Tinha um grupo de pessoas conversando, um se destacou desse grupo, estava ali formado o primeiro ator e a sua primeira platéia.

Agora, eu preciso que você ouça. Eu tenho que ter o mínimo de dados, o mínimo de conteúdo... Eu não posso nem fazer um espetáculo – isso é meu parecer pessoal – totalmente hermético, para o meu pelo umbiguinho e o umbiguinho dos colegas e não dar o mínimo de fichas para que vocês possam acompanhar. Tanto é verdade que nesse espetáculo que nós fazíamos, o Odilon Wagner e eu, “Filhos do Silêncio”, eu fazia uma deficiente auditiva ou surda/muda, como os eles preferem ser chamados, e toda a platéia entendia o que acontecia naquele espetáculo, porque ela não ficava de fora. Pessoalmente, para mim, nunca existiu a quarta parede, como simbolicamente me fizeram acreditar nas aulas que era aquela que separava o palco da platéia. Para mim, a quarta parede é onde acaba lá o espaço físico do próprio teatro, porque o público ele faz parte, ele é a coisa mais importante que existe.

Eu acredito que quando eu recebo, através de cartas, através de manifestações pessoais de pessoas que dizem o quanto aquele texto que foi montado ajudou a modificar as suas vidas, eu acho que isso é uma contribuição belíssima. Eu escuto, escutei ao longo desses anos de trabalho depoimentos emocionantes.

Cada produtor tem a sua forma de fazer o seu trabalho ali dentro do seu grupo. E nós não podemos fazer até mais do que gostaríamos porque às vezes nós somos aprisionados, por exemplo, por uma coisa chamada “meia-entrada”. Nós não podemos, por exemplo, setorizar um... Como seria o ideal de você

cobrar diversos preços, porque isso acaba atrapalhando bastante.

Mas, então, é interessante vocês saberem também o seguinte. O último espetáculo que eu produzi chamado “As turcas”... Eu tive, foi patrocinado pelo Banco do Brasil, eu recebi 12 mil Reais como produtora. O espetáculo ficou um ano e meio em cartaz. Esses 12 mil Reais, eles eram mantidos para eventuais problemas que eu tivesse na minha produção, como as despesas que existem dentro de uma produção, que vão desde um cenário que despenca e você tem que refazer, ou uma atriz que não passa bem e você tem que chamar um médico. Era o dinheiro em caixa, 12 mil Reais para um ano e meio de produção.

Então, nós precisamos muito separar do que, sobre quem e como nós estamos falando. Isso é, absolutamente, necessário que seja explicado para não correremos o risco de acharmos que nós somos assim. Estão lá aqueles seres estranhos, midiáticos(F) que são imediatamente recebidos pelos diretores de *marketing*, não é verdade, não é verdade. Paulo Autran ficou sem ser recebido várias vezes, vários colegas famosos aí, entre aspas, também não são recebidos.

Mas, eu me perco um pouco, não sou muito boa de falar, só quero voltar ao seguinte. Depois daquela produção que eu fiz com o Odilon Wagner, daquele tempo daquela da produção que era assim, né. Você vai, você pega o dinheiro e você paga. Teve um dia que me disseram que havia mudado a regra do jogo, que eu não podia ir diretamente ao meu gerente de banco pedir o dinheiro, e eu tinha que passar por outros mecanismos. Nós não inventamos esses mecanismos. Como nós não inventamos também uma série de outros mecanismos que os tempos modernos ou foram colocando, ou eles foram colocados, ou alguém melhor do que nós achou por bem que deveria acontecer.

O fato é o seguinte: hoje eu não conheço, deve existir, eu não conheço nenhum produtor de teatro milionário. Eu gostaria de ser apresentada, eu não conheço, pelo menos aqueles com que eu converso. Eu conheço produtores tentando pagar sua ficha, sua folha de pagamento, tentando e dando emprego para muita gente, mas é muita gente que é envolvida numa produção teatral não só aqueles que ali estão diretamente trabalhando, mas como os flutuantes. Quando você, às vezes, pára um espetáculo porque vai mudar de teatro ou porque vai começar a fazer uma excursão, você fica, às vezes, dois meses... Você tem uma folha para pagar nesses dois meses, que não está entrando.

Então, eu achei necessário fazer essa colocação, porque, às vezes, fica parecendo que é tudo muito fácil, que nós estamos brilhantemente fazendo as coisas e, principalmente, uma coisa que me ofende particu-

larmente é que o que nós estamos fazendo não é de boa qualidade, não é modificador para o ser humano, porque é... E muito. É só. [palmas].

SRª PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Obrigada, Irene. Sua experiência, sua história, isso vem realmente nos trazer muito para que possamos refletir ainda mais... Refletir para fazermos o melhor, porque eu acho que é a primeira oportunidade que nós estamos tendo a história de sentarmos aqui e discutir, ouvir, querer fazer algo que realmente possa ser bom e seja duradouro.

Eu quero passar a palavra agora para... Tão bom como você já fez tanta coisa. Quero passar agora a palavra para o Oséas Borba Neto, nosso representante no Conselho Nacional de Políticas Culturais.

SR. OSÉAS BORBA NETO: Bom dia, Senadores, colegas de Mesa. Fico muito à vontade de estar nessa Casa novamente e também falar, já que a Senadora começou a falar no meu estado, Pernambuco, apesar de eu ser o representante nacional no Conselho Nacional de Sociedade Civil e já colocaram na frente da minha plaquinha que além de Conselho Nacional também sou Diretor de um grupo de teatro em Pernambuco, eu gostaria de pedir algo a nossos colegas, ao Senado, que foi algo que eu pedi com os colegas da Câmara Setorial na primeira reunião que o Ney deve estar lembrado no Rio de Janeiro, lá na FUNARTE, onde, quando sentamos para conversar, as pessoas já queriam discutir como iam fazer sem discutir o que é que estava acontecendo e sem conhecer a nossa realidade – o Brasil é um país continental. Então, eu pedi: “vamos parar de olhar para o próprio umbigo e vamos primeiro conhecer a realidade do país”.

Fico feliz de ter um nordestino nessa Mesa, pena que este convite veio após eu lembrar esta Casa que esse Senado tem uma cadeira no Conselho Nacional, que existe um representante no Conselho Nacional e que em 2005 nessa mesma Casa, nesta mesma Mesa firmamos um acordo de cavalheiros com o Presidente dessa Casa onde pedimos que toda vez que fosse discutido algum assunto relacionado ao teatro tivesse no mínimo um representante do Norte e do Nordeste para que não ficassem novamente circulando no eixo Rio/São Paulo as discussões.

Então, eu já começo falando da questão da descentralização e pegando uma deixa de Irene Ravache. O teatro comercial ou não, ele é teatro. E deve ser tratado com suas especificidades e respeito. Nós não estamos discutindo se o teatro é comercial ou não comercial, até porque, em Pernambuco, por incrível que pareça, tem teatro comercial, no Amazonas também tem teatro comercial. Apenas que a gente não consegue lotar os nossos teatros. Que normalmente os grandes teatros,

como o teatro da UFPE, teatro Centro de Convenções de Pernambuco são ocupados só quando vêm atores, astros de emissoras de TV que conseguem lotar o teatro com ingresso de 40, 60 Reais, enquanto que em Pernambuco a produção local só consegue colocar uma bilheteria de 10 e 5 Reais, mesmo sendo excelentes textos e excelentes diretores.

As grandes distorções nacionais, elas não estão só nas regiões, de região para região. Elas estão também dentro dessas próprias regiões. Eu me lembro que quando eu comecei a participar das reuniões da Câmara, a gente no Norte e Nordeste, a gente tem a visão que Sudeste é a mesma realidade e quando começamos a conversar com o Rômulo Duque, com o Gustavo Bortolozzi(F) de Minas, descobrimos que Minas, ele está mais próximo do Sul do que do Sudeste na questão da realidade da produção cultural de lá. No próprio Nordeste, citando Pernambuco, Paraíba e Alagoas que são estados vizinhos têm realidades totalmente distintas de Pernambuco. Eu vi, na última Audiência que teve aqui, que uma determinada pessoa estava muito preocupada com a questão das contas. Eu acho que contas todos nós temos e eu fico preocupado e imaginando como é que um alguém que não tem o apoio da mídia pode conseguir pagar suas contas, até porque, em qualquer outro estado o profissional de teatro que tem registrado como profissional na sua carteira de trabalho ele tem que ter um outro trabalho para poder se manter, senão ele não sobrevive.

Unanimidade, eu acho que dificilmente vai ter. Até porque, quando se cita, na justificativa dessa lei, o pleito da classe teatral brasileira, esse pleito não passou pela região Norte, Nordeste, Centro, e pela grande maioria. As distorções acontecem até em Rio/São Paulo quando a realidade da capital é totalmente diferente da realidade do interior. Então, eu acho que essa Casa, primeiro ela tem que chegar, sentar, e realmente ouvir as pessoas que não são unanimidade em outros estados. O estado ele não pode bancar a produção de um pequeno grupo comparado à produção nacional como um todo. O teatro, como Ney disse, é para o povo. A responsabilidade desse Senado, aqui, é atender ao Brasil como um todo, não há só interesses de pequenos grupos. Eu lembro que quando nós estávamos discutindo a Lei do teatro aqui e a Emenda que nós conseguimos de seis milhões, como Ney citou, um Deputado que na época era da Comissão de Orçamento, ele virou para nós e disse: “Vocês precisam aprender a fazer *lobby*”. Nós somos artistas, mas quando a gente quer a gente sabe fazer o *lobby* da gente.

Então, eu acho que... Eu gostaria muito de ver essa Mesa... Norte, Nordeste, Centro, Sul, Sudeste,

porque quando nós pegamos mesmo as distorções que tem a Lei *Rouanet*, os números da Lei *Rouanet*, só para citar um exemplo, região Centro-Oeste ela captou em 2007, 26 milhões e uns quebrados. O Nordeste, 60 milhões, 300 mil. O Norte, sete milhões, o Sudeste, 768 milhões, quase 769. E o Sul, 98 milhões. Sabem por que isso acontece? Porque as grandes empresas que estão localizadas fora do eixo Rio/São Paulo, elas faturam nos Estados, a exemplo da Telemar em Pernambuco, e elas investem no Sul, no Sudeste os grandes nomes do teatro. E aí muitos produtores culturais não conseguem captar. Eu acho que este é um fato, e quando se fala: “Ah, mas o custo de fazer teatro no Norte e Nordeste é menor”, eu relembrei ao Secretário dessa Casa, Sr. Júlio Linhares, que no Norte para se fazer um espetáculo, adereços, figurino, cenário, muita coisa é importada de Rio/São Paulo. Para se fazer uma circulação de espetáculo, que muitas vezes em outros Estados pode se fazer de ônibus, lá tem que ser de avião.

Nós temos teatro nesse país afora, grupos de teatro até em aldeias indígenas. Talvez isso tudo que eu esteja falando, essas distorções que devem ser sanadas antes de discutirmos uma nova Lei de Fomento, e eu acho que deve ser revista a Lei *Rouanet*, revista o Fundo Nacional de Cultura, acho que quem melhor está entendendo essas distorções seja o grupo de Brasília que está aqui, que deve sentir isso na pele, no dia-a-dia deles ao produzir um espetáculo teatral.

Não dá para a gente falar em Fomento sem falarmos na formação – formação de platéia. A gente vê a diferença que quando a gente foi discutir... E outra coisa, temos três Leis de teatro circulando pelo Brasil. Temos essa que o Senado está apresentando, temos as Câmaras Setoriais com representantes de vários Estados, apresentou uma Lei do Teatro, e a rede Rede-moinho que ambas são muito parecidas, semelhantes, as duas Leis. Que atendem... Essas sim foram discutidas amplamente com as pessoas que fazem teatro, em todos os Estados. Eu não gostaria de citar nomes de produtoras, mas a gente vê a diferença como é grande. Nós sabemos que na árvore de produção teatral nós temos a formação, fomento, e a circulação. E quando nós estávamos discutindo a Lei do teatro da Câmara Setorial, o representante na época que era ligado a um grupo de produtores do Sudeste, ele achou que a verba deveria ser maior para a circulação e não para a produção do espetáculo. Então, porque é a realidade deles, mas a gente está aqui discutindo uma Lei Nacional. Então, a gente tem que conhecer a realidade do nosso país como um todo.

Rio e São Paulo também têm suas diferenças. Apenas que aqui estão presentes as pessoas que vi-

vem uma realidade no Rio/São Paulo. Tem pessoas no Rio/São Paulo que vivem uma realidade bem diferente na área de produção cultural. Eu espero que nas próximas Audiências Públicas tenham mais representantes do Nordeste, do Norte, do Centro-Oeste para que a gente aí sim tenha um raio-X do que é produção teatral no país. Obrigado. [palmas]

SRª PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): [interrupção do áudio] a presença do Oséas Borba. Mas eu gostaria só para que todos tomassem conhecimento de que esse processo foi iniciado em 30 de setembro de 2004, coincidentemente 30 de setembro... Que para mim é uma data... Para nós muito significativa. Na nossa terra é data de liberdade, a Abolição da Escravatura na cidade de Mossoró, no Rio Grande do Norte, cinco anos antes da Lei Áurea.

E nesse... Os atores que aqui vieram entregar à Comissão de Educação um diagnóstico sobre o teatro mostrando todas as dificuldades e, a partir daí, começamos as discussões e agora já em 2005, agora não, em 2005 foi entregue um documento com 118 Entidades do segmento de artes cênicas de todos os Estados Brasileiros onde fizeram uma série de reivindicações, inclusive, a questão da Emenda da Comissão para que tivesse a criação de uma lei específica para a área teatral com dotação orçamentária própria, que funcione como um marco regulador do setor, reivindicar o aumento do orçamento do Ministério da Cultura e criar medidas que solucione o problema da meia-entrada e uma série de outras reivindicações.

Então, quero, aqui, colocar que todas as Audiências elas são abertas a todos. Só que nesse período foi solicitado pela Comissão que mandassem idéias, sugestões, e, na realidade, somente esse grupo representado por 112 Entidades que aqui é do Rio, São Paulo, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, também participantes de Minas Gerais mandaram as suas sugestões no modelo de um Projeto. Mas nós não queremos de forma nenhuma e muito menos haver aqui discriminação de região, de... Está aberto para todos e tanto que cada Audiência nós procuramos trazer representantes das mais diversas regiões. Na próxima Audiência, daqui um mês, nós teremos representantes também de outras regiões que ainda não estiveram aqui para expor, mas queremos pedir a você, Oséas, o Sr. Oséas que é o Representante Nacional do Teatro no Conselho de Políticas Culturais que acompanhe, sei que muitas vezes você tem muitas responsabilidades, não possa diretamente, mas designe alguém que acompanhe todos os passos aqui na Comissão, porque será muito bem vindo. É aquela velha história: “Quanto mais idéias...” para não dizer o ditado popu-

lar, bem nordestino, “quanto mais cabra, mais cabrito”. Muito obrigada.

Vou passar a palavra agora para Odilon Wagner, ator e Vice-Presidente da Associação de Produtores Teatrais Independentes, do Paraná e que está desde... Paraná, mas aqui está vindo da área São Paulo.

SR. ODILON WAGNER: Representando o grupo de São Paulo, mas sou paranaense, o Senador sabe disso, e muito me orgulho de ser do Paraná.

Eu queria, antes de mais nada, cumprimentar a todos, dizer que é um prazer enorme estar aqui hoje falando. Eu diria que estar nessa Mesa hoje é um privilégio, porque nós estamos aqui com grandes representantes do teatro brasileiro. Eu acho que nós estamos experimentando no país hoje uma experiência única que é, como o próprio Ney disse, estamos discutindo o Teatro no Senado Federal, a nível Federal e isto é importantíssimo independente das divergências ou como convergências. Nós estamos discutindo uma área muito importante.

É um prazer enorme estar aqui com o Oséas, com o trabalho fantástico que realiza lá no Norte e Nordeste, ele também representa o Norte de uma certa forma, Tatyana, diretor e ator, importante dizer isso também. Tatyana com trabalho brilhante de apoio e produção. A todas as pessoas em circulação de produções que vão a Minas Gerais. Quem não passa pela mão da Tatyana não se dá bem, porque ela é a grande profissional da área – isso por mérito puro. Amir Haddad é desnecessário falar a importância que esse homem tem no teatro brasileiro. Eu só tenho uma crítica ao Amir – ele nunca me convidou para trabalhar com ele. Deixo aqui o meu protesto.

SR. AMIR HADDAD: [pronunciamento fora do microfone] Arranja um dinheirinho da Lei *Rouanet* que a gente combina. [risos]

SR. ODILON WAGNER: Talvez o Amir seja o profissional de teatro que mais circulou entre todos os segmentos do teatro brasileiro, portanto a presença dele aqui é hoje fundamental. Ele... Um dos pais do teatro de rua, daquele que levou os atores para o contato direto com a população. O ator que soube também navegar nas grandes produções de uma para outra o tempo inteiro. Quer dizer, ele circulou em todos os segmentos do teatro, e isso é uma honra para todos nós que estamos compartilhando com você essa Mesa, Amir.

Irene Ravache, uma atriz maravilhosa, uma das maiores atrizes desse país que me deu a honra já de compartilhar comigo o palco. Ney Piacentini que, com o trabalho da Cooperativa, faz um trabalho maravilhoso em São Paulo com a Cooperativa, um trabalho já de muitos anos e que foi responsável pela criação de

todo um segmento de produção cultural na cidade de São Paulo, essencial. Então, é importantíssimo para nós todos estarmos aqui reunidos e eu me sinto privilegiado de estar compartilhando a Mesa com vocês. Agradeço aos Senadores presentes, Senadora, por essa oportunidade.

Mas eu queria fazer uma colocação de uma visão um pouquinho... Mudando o foco um pouco da nossa discussão. Nenhum de nós até agora focou ou colocou a atenção no segmento mais importante ou os maiores responsáveis pela produção de políticas culturais no país que é o Ministério da Cultura. E eu acho que esse debate aconteceu, porque o Presidente da FUNARTE, quando esteve aqui na primeira Audiência e depois nos artigos que ele escreveu na sequência, ele criou um grande desserviço ao teatro brasileiro – ao meu entender – porque ele fez acusações gravíssimas para os produtores teatrais no Brasil. Porque ele não especificou, ele generalizou, então está falando de todo mundo. Ele disse que Lei de incentivos são horrorosas, são perversas, tem que ser mudadas, por isso por aquilo, porque têm produtores que captam nos últimos 4, 5 anos 40 milhões, um único produtor, e eu não conheço. Se tem, se existe, nós sabemos que existem alguns casos assim... Sabemos de um. Um caso e que foi aprovado pelo próprio Ministério da Cultura, da caneta do Presidente da FUNARTE que assinou a captação para esse produtor. Ele disse que ingressos de 500 Reais, ou 400 Reais, ele citou produtores cobram, apesar de pegar dinheiro público – eu também não conheço – trabalho há 38 anos em teatro, nunca trabalhei numa produção que cobrasse esses valores e acho que nenhum de nós aqui presentes. Se tiver alguém aqui que se manifeste. Acreditamos também que é o caso de uma ou duas produções que aconteceram em regiões setorializadas do teatro, camarote ou coisa assim, grandes produções internacionais... Não importa, mas ele generalizou. Pode acontecer. É um. Mas ele generalizou. Então, ele colocou eu, o Amir, o Ney todo mundo no mesmo pacote, porque quando ele fala do geral, ele engloba o segmento teatral.

Eu acho que o Presidente da FUNARTE causou um grande desserviço ao teatro, porque ele acirrou um certo antagonismo e cada um começou a debater, discutir seus pontos de vista. Agora, o serviço bom que ele prestou foi que ele criou o debate, isso foi importante. Mas é importante eu me senti na obrigação de colocar aqui a nossa posição como produtores teatrais que na grande maioria é importante que se diga são atores que não existe a figura do produtor profissional no Brasil – quiséramos nós tivéssemos, mas nós não temos – nós somos atores, nós somos cenógrafos, divulgadores, gente ligada ao mercado que resolve

investir para poder trabalhar. Eu comecei a produzir do mesmo jeito que a Irene. Se eu não produzisse minha peça, eu não trabalhava. E eu me formei como produtor, produzindo aquilo que eu queria fazer. Essa é a realidade do Brasil. Nós não temos um mercado de produção teatral. Nós temos em 80%, 90% dos produtores nós temos atores, artistas que se autoproduzem para poder realizar seu trabalho.

Dentro do segmento teatral existem muitas vertentes de segmentos diferentes, e, como a Irene disse, eu concordo plenamente – tudo é teatro. E todos os teatros, os segmentos, os estilos de teatro que se faz no Brasil são importantes e necessários, e tem espaço para todo mundo. Um segmento não compete com o outro, não impede o outro e não exclui o outro.

Agora, eu queria colocar para vocês uma visão de, talvez, de mercado que seja importante e que diverge um pouquinho da visão do Ney na colocação dele, que eu acho que o teatro tem sim uma função social cultural, isso é inevitável, isso é da sua essência. O teatro é parceiro da educação. Porque a escola ensina a ler, mas o teatro ensina a pensar e entender o que está lendo. O teatro é parceiro do turismo. Porque ele atrai para as cidades e, aqui amplio o teatro e manifestações culturais de todas as áreas, atraem pessoas, turistas nacionais e internacionais que vêm ao Brasil ou que migram de um estado para outro para ver as manifestações culturais, por exemplo, do Norte, Nordeste, a Senadora mesmo estava falando desse Projeto que realizaram junto lá, quantas pessoas não foram lá assistir? E assim por diante. Portanto, o teatro e a cultura agem também no mercado atuando de uma forma limpa, criando emprego e gerando renda. Nós trabalhamos, sim, com a visão de se criar um mercado competitivo no teatro onde nós entendemos que tem que se haver uma indústria da produção cultural e é o que almejamos. E essa indústria que emprega, segundo pesquisas do IBGE, pesquisas um pouco mais não tão recentes, mas pesquisas apresentadas em São Paulo que dizia que a indústria do entretenimento cultural emprega, e do teatro, emprega mais do que a indústria automobilística. E com um pequeno detalhe, paga melhor e ela é limpa.

Então, o direito legítimo do produtor teatral de fazer, de ganhar com o seu trabalho – não acredito que deva ser contestado. Acredito que todas as formas de produção cultural são importantes. O dinheiro público da Lei *Rouanet* é o mesmo dinheiro público do Fundo Nacional de Cultura. Quem recebe o dinheiro do Fundo Nacional de Cultura também é dinheiro público, não tem diferença da Lei *Rouanet* – é dinheiro público.

A Lei *Rouanet* foi criada e eu me espanto algumas vezes em perceber, eu tenho a impressão, a

sensação algumas vezes que as pessoas não leram a Lei *Rouanet*. Aliás, já houve casos no passado que conversando com o pessoal do próprio Ministério a gente viu que eles não conheciam, não sabiam o que era a Lei. A Lei *Rouanet* é uma Lei de incentivo fiscal criada como tantas outras criadas para quando o Governo não tem dinheiro em caixa – para investir num setor que ele acha importante e necessário, e urgente para o país no desenvolvimento do país – ele cria uma Lei de incentivo. Como tem a Lei de incentivo para a tecnologia, Lei de incentivo para o Norte e Nordeste, o Norte principalmente, a Zona Franca de Manaus é um exemplo disso. SUDENE no passado. Foi importante a criação dessas Leis para se desenvolver um segmento que não tinha... Que o Governo não tinha dinheiro em caixa para investir.

Então, é mais do que justo a Lei de incentivo fiscal, não vejo dessa forma deletéria como é apresentada. Ela é uma opção do Governo para investir em determinada área que não tem dotação orçamentária, o Governo não tem dotação orçamentária. Agora, a gestão da Lei é outro problema. A gestão da Lei é do próprio Governo. E por isso que nós queremos a Secretaria Nacional do Teatro e por isso que nós queremos a nova Lei do Teatro. Porque o modelo implantado de gestão, e não da Lei, temos que saber separar as coisas. A gestão do atual Governo nos últimos seis anos não fez nada, zero – estamos falando de teatro, agora – para o desenvolvimento do nosso setor.

Simplesmente, quando nós entramos com o nosso Projeto tentando debater, trazer idéias para se criar um mercado diferente, para podermos discutir o nosso segmento de maneira mais profunda, aí eles estão correndo agora dizendo que vão apresentar uma Lei Geral das Artes. Nós não queremos uma Lei Geral das Artes, queremos a Lei Geral do Teatro. Queremos trabalhar o nosso setor independente de qualquer outro, é justa essa solicitação. Eu fico pensando assim: “Por que um ator, um produtor, qualquer pessoa que trabalhe no segmento teatral, em qualquer área, teatro experimental, de formação de linguagem, teatro profissional, não importa... Por que é que uma pessoa que trabalha nessa indústria chamada – eu uso a palavra indústria para dizer que é um mercado específico – por que é que uma pessoa que trabalha nessa indústria não quer ter no centro do poder do país, como política de Estado, um Órgão que vai fazer a gestão da sua, do seu universo?”. Eu não entendo, eu não entendo o porquê.

A opção de termos um Fórum específico para o teatro é porque o teatro é tão grande e tão importante para o desenvolvimento cultural do país e da formação do cidadão como conteúdo, como auto-estima do cida-

dão que ele merece ter a sua casa própria. Ele merece ser debatido de uma forma específica.

As leis de incentivo não chegam ao Estado – quero aqui comentar um pouquinho, Senadora, se me permite uma pequena extensão – a nossa lei do teatro apresentada aqui, que nós estamos debatendo hoje, ela copia parte da Lei *Rouanet*, os mesmos mecanismos de isenção fiscal daqueles 4% da Lei *Rouanet*, mas também tem a questão de investimento como é colocado também a Lei do ANCINE. Oséas falou que os recursos não chegam nos lugares, mas a Lei *Rouanet* não foi desenhada para se chegar a lugares onde como Norte e Nordeste, muitas vezes, que as empresas têm isenção fiscal para abrirem suas atividades lá. Então, essas empresas que, muitas vezes, estão sediadas no Norte e Nordeste não têm recursos de Imposto de Renda, porque foram incentivadas pelo próprio Governo. Então, eles não têm de onde tirar para botar para Lei *Rouanet*. E no Sul e Sudeste eles não são incentivados, então, lá eles têm. Agora, aí foi criado o Fundo Nacional de Cultura.

O Fundo Nacional de Cultura foi criado para atender as necessidades dos grupos mais distantes, dos Estados mais esquecidos e abandonados da União... Pelo Poder Público, vamos dizer novamente... Vamos colocar os pingos nos "is", quem é culpado, quem que não dá atenção. Porque parece que na discussão que se abriu no país agora, que nós entre nós dos vários segmentos somos responsáveis. Nós não somos responsáveis pela política cultural do país. Quem é responsável é o MinC, é o Presidente da FUNARTE no caso do teatro que é obrigado a colocar nos seus editais do Fundo Nacional da Cultura que chegue em todos os rincões do país, não chegam. Você falou assim: "fica muito centralizado no Sul e Sudeste". É verdade, fica centralizado no Sul e Sudeste. Porém, a pergunta que faço aqui publicamente é o seguinte: "Por que é que no MinC, através de seus gestores, em vez descentralizar, concentram a maior parte dos recursos de teatro no Sul e Sudeste?". Essa explicação nenhum de nós pode responder. São eles que têm que responder.

Então, eu acho que o nosso foco de discussão nós não temos que debater entre nós. Quer dizer, temos que debater, evidente, o foco de divergência não está exatamente nos segmentos representados aqui da sociedade civil, no caso do teatro, mas sim, com políticas claras da gestão cultural que nós não vemos nos últimos 6 anos não acontecer nada no nosso setor.

Formação de platéia, eu queria, para encerrar essa primeira parte, dizer a vocês o seguinte: "Por que é que nós queremos a nova Lei do teatro?". Primeiro, porque o Ministério da Cultura nos parece falido. A FUNARTE nos parece totalmente engessada. Não

consegue dar um passo. Há anos. Uma Secretaria que passou sete meses em greve no ano passado, o Ministério esteve sete meses em greve no ano passado. Quer dizer, alguma coisa de errado está acontecendo lá. Casos, como, por exemplo, o noticiado no "O Globo" agora recentemente com o título **Rouanet kafkiana**. Que era de um Diretor de teatro lá no Rio de Janeiro que escreveu um Projeto na Lei *Rouanet*, o espetáculo processo do Kafka, e depois de anos, não conseguindo ter o seu Projeto aprovado queria saber que diretor, que pessoa não havia assinado, o que está faltando de documentação, disseram assim: "Está faltando a assinatura do autor do Projeto". Eles estavam pedindo a assinatura do *Kafka*. Por isso que o Projeto não tinha sido assinado. Por isso que nós queremos uma Secretaria Nacional de Teatro, por isso que nós queremos a nossa Lei que será criada por pessoas do setor e englobando todos os segmentos. Por isso que nós estamos aqui e por isso que a discussão é profícuca. Nós queremos estar representados em todos os segmentos. Formação, grupos de novas linguagens, grupos de base, não importa que tipo de grupo seja. Todos têm que estar representados nessa nova Secretaria, mas será gente do teatro que jamais vai dizer esse absurdo. E não foi o único, já pediram também a assinatura do Guimarães Rosa em Projetos agora recentes, recentíssimos.

Nós não queremos passar por essa falta de respeito dentro do nosso segmento. A falta de hábito que o próprio Presidente da FUNARTE disse que... Acusou – uma das acusações que o Presidente da FUNARTE disse é que os produtores estão interessados em captar o recurso, pegar o dinheiro – isso ele nos acusou de ladrões, sermos ladrões. Ele só não usou a palavra, mas disse: "Pega, produzem o espetáculo, fica dois, três meses em cartaz, fecha logo e, em seguida, pedimos um novo patrocínio". Como se nós vivêssemos de patrocínio – isso é uma mentira. Eu quero dizer em alto e bom som – é uma mentira.

Eu vou dar um pequeno dado da cidade de São Paulo retirado há duas semanas atrás de uma pesquisa que fizemos. Mais de cento e tantos espetáculos em cartaz em São Paulo, nós consultamos 60. Aqueles que estavam na programação inicial que fomos seguindo. Um por um. Dos 60 espetáculos, seis saíram antes de três meses de cartaz. Saíram de cartazes três meses de temporada. Nenhum deles tinha sido subvencionado pela Lei *Rouanet*. Os outros restantes, 54, estavam em cartaz há mais de seis meses e ainda em cartaz. Então, não sei da onde o MinC e a FUNARTE tiram as informações.

Eu queria, finalizando, dizer o seguinte... Que agora é hora da clareza. Eu acho que nós temos que

focar o nosso foco no Ministério da Cultura, na gestão cultural e que o MinC e a FUNARTE apresentem os dados, digam de quem eles estão falando, com quem eles estão falando, e quanto, de quanto eles estão falando. E, para encerrar, eu digo: “Queremos saber aonde estão o dinheiro dessa caixa negra que é o Fundo Nacional de Cultura”. [palmas]

SRª PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Obrigada, Odilon. Agora gostaria até de lhe informar... Eu acho que nós já enviamos. Solicitei, de minha autoria, um Requerimento de informações exatamente sobre essas questões. O Fundo Nacional de Cultura, já foi aprovado pela Mesa, porque o processo é esse, o Senador faz o Requerimento, a Mesa aprova e eles têm o prazo de 30 dias para mandar as informações. Caso isso não aconteça, nós vamos ter que ir por outros meios. Mas nós precisamos saber, porque acho que é importante até porque se trata de uma questão de interesse nacional e de todos que fazem o teatro.

Agora, também gostaria de informar que em dezembro de 2004 era Presidente, então, o Senador Osmar Dias, e que foi já debatendo essa questão, Senador Flávio Arns, do teatro, o Secretário de Fomento e incentivo à cultura do Ministério da Cultura. O Sr. Sérgio Xavier que aqui esteve, assegurou ao Presidente da Comissão e, portanto, à Comissão, Senador Osmar Dias, que seria enviado ao Congresso Nacional em 2005 um Projeto de reforma da Legislação de incentivo à cultura. Nós esperamos até 2007. Até 2007, quando retomamos a análise, e até porque o que era que se entendia? Que se esse Projeto fosse apresentado pelo próprio Governo. Analisado por todos nós, quando do seu análise em Plenário, na Comissão também, era uma matéria que tratava de questão tributária que seria muito mais rápido, muito mais fácil a sua aprovação vindo lá do Governo Federal através do MinC. Infelizmente, esperamos bastante. E agora vamos... Estamos aqui, graças a Deus, discutindo, debatendo, tendo sugestões, idéias, queremos envolver mais. Quanto mais vocês que, aqui estão, puderem nos trazer de informação é muito importante para que a gente possa cada vez mais proteger uma coisa que é milenar e que é pai, é mãe de todas essas expressões de arte. Porque o teatro considera-se, fala música, dança, pintura, cenografia, tudo isso está envolvido no teatro. Então, eu acho que é algo que...

Bem, vou passar a palavra ao nosso produtor e artista também, Amir Haddad. E ator. Ator, Diretor... Você é diretor, é ator, professor público, comendador... Tudo.

SR. AMIR HADDAD: Recebi a comenda, é verdade, a comenda do mérito cultural. Olha só a respon-

sabilidade. A palavra produtor me incomoda um pouco pelo sentido que ela tem, como ela tem sido usada hoje aqui de várias maneiras. E ao mesmo tempo que a gente usa ela para descrever alguma coisa a gente sabe que há nuances e mais nuances dessa questão da produção. Então, daqui a pouco, quero falar um pouco sobre produtores e produtores e dizer caso eu seja produtor em que estilo de produção eu me coloco. Mas antes, eu quero, vamos dizer assim, homenageando nossos amigos nordestinos da Mesa e, como os cordelistas fazem, pedir à divindade que me ajude, entende, a falar aqui nesse Plenário sobre uma questão tão importante, tão séria, tão momentosa, né, que é essa questão do teatro. Para que eu possa sair daqui com a alma calma, satisfeita de ter cumprido o meu dever. Não quero encaminhar Projetos nem nada, mas quero pensar sobre essa questão. Então, se eu sair bem daqui, eu já fico satisfeito. Não quero fazer igual Ruy Barbosa que foi lá para Holanda e quando voltou tinha virado a Águia de Haia por causa de um discurso que ele fez lá na Holanda. E tinha feito tanta gente esperar ele na volta dele que o Rio de Janeiro ficou povoado. Eu vi fotografias da época, não tinha futebol ainda, então, um bom orador conseguia mobilizar a multidão. Então, eu não espero fazer como ele e sair daqui glorificado que lá fora já teve milhares de pessoas me esperando, e todas essas coisas. Mas gostaria de ter uma atuação decente, digna, de acordo com todos os colegas que estão aqui, de acordo com o meu ofício e a paixão que tenho por esse ofício.

Então, como diz o cordelista, que a divindade me ajude nesse momento. E eu queria começar também falando desse encontro que a Senadora Rosalba disse que nós tivemos em Mossoró onde realizamos um trabalho importante, um trabalho grande. E quero dizer que em nenhum momento da minha vida, como artista, eu tive um encontro tão proveitoso com pessoas ligadas ao Poder Público. Ligadas à organização da cidade. Aqueles que de alguma maneira são responsáveis pelo bem-estar da *polis*. Nunca tive uma reunião política, portanto, tão boa quanto essa que eu tive com essas lideranças nordestinas representada aqui pela Senadora. Então, foi uma coisa muito rica e que produziu frutos muito fortes. E a modificação além daquela maravilhosa e que eu acho essencial, que a Irene fala em cada um, a modificação social naquela região é muito grande. Mossoró modificou a sua fisionomia, modificou o seu aspecto e, talvez, tenha realizado uma vocação que era de toda aquela coletividade e que estava oculta e que não vinha à tona, porque não tinha como se manifestar. Meu trabalho lá ajudou a fazer isso, mas eu não poderia tê-lo feito sem o apoio e a clareza dos líderes políticos e dos governantes serem capa-

zes de entender duas coisas. Primeiro, a importância que tem a vida cultural para um país. E importância absoluta. Já se falou aqui cultura, saúde, o Ney falou como é que deve ser. A importância não é relativa, é absoluta, e entender a questão da cultura no mundo de hoje é essencial. E, às vezes, os nossos políticos ainda não se deram conta que a realidade avançou. E, então, não percebem a importância absoluta que tem a questão cultural na formação da cidadania e no desenvolvimento.

Então, esse exemplo de Mossoró, é uma coisa muito boa, porque além da cidade ter modificado, a força eleitoral desses políticos aumentou muito, aumentou muito. Então, é preciso saber também porque isso faz parte da vida do político que além de fazer bem para a população, dá voto, dá voto. [risos] Entende? Tem que pensar dessa maneira. Não é uma perda de tempo, não é um desperdício. Nós não estamos jogando palavra fora nem tempo fora. Nós estamos conversando... Nós que captamos recursos somos muito mal recebidos nas salas da burguesia que tem dinheiro, mas muito mal. Porque a burguesia despreza aquele que não produz dinheiro. Vale dinheiro o que rende dinheiro. Então, quando você vai pedir é uma maçada para aquelas pessoas. E já ouvi falar a mesma coisa que você... É horrível a maneira como tratam a gente, porque é assim: "lá vem aqueles inúteis. Chapéu na mão. Não produzem nada, são voltados para essa coisa de cultura, às vezes falam até numa coisa horrível chamada poesia". "Já teve gente que veio falar de poesia aqui no meu escritório de empresário. Isso não pode! Não pode! Não pode! São coisas que não se combinam. São naturezas totalmente diferentes". Então, a pessoa pode muito bem falar: "ai meu Deus, lá vem essa gente chata". Mas tem ganhos. E o burguês ele é suficientemente esperto para achar que esses caras não são nada, mas no momento em que a indústria cultural tem esse poder e essa força que o artista de televisão pode fazer tanto por mim, eu vou investir nesse cara. Entende? Porque ele pode ganhar. Então o burguês não lida com a sensibilidade, a classe, não lida com a sensibilidade, não lida com a criação nesse sentido, não lida com a fertilidade e a cultura com a transformação. Não lida com isso. Mas lida com os seus interesses de saber onde ele pode ter algum ganho e onde ele não pode ter. Então, isso para dizer que o meu encontro com a Senadora e a equipe dela e o pessoal do Nordeste daquela região de Mossoró, foi muito rico. Porque eu não encontrei neles, em nenhum momento, nem atitude empresarial, que eu dei a poesia, e nem a atitude do político, que ignora a questão cultural, e acha que a questão cultural não tem a ver com a forma de governar. Então,

a questão cultural fica para segundo plano. E o que a gente mais vê é isso. Vai negociar? Qual é a moeda de troca? Ministério da Cultura. Qual é a moeda de troca? Secretaria Municipal de Cultura. Qual é a moeda de troca? É a Secretaria Estadual de Cultura. É tal Fundação. Onde vamos botar fulano? Bota na Fundação Cultural. E vai jogando e fazendo essas coisas e nunca uma dinâmica de política cultural acontece, porque a cultura é enxergada dessa maneira. Essa é uma coisa essencial que nós temos que mudar.

Nós temos que parar de pensar dessa maneira sobre a cultura e enxergar como a burguesia capitalista protestante enxerga a produção cultural – como produto de mercado. Entende? E tentar entender profundamente o que é essa questão de cultura – isso é essencial. Essencial para nós todos. Para nós podermos conversar é essencial que os políticos que vão fazer essa lei, que estão legislando, tenham uma opinião. E que na hora de fazer essa lei eles tremam de medo. Eu estou fazendo uma lei aqui que pode ter o sentido devastador ou construtor de uma pena de morte ou absolvição de um réu. Entende? Nós estamos fazendo uma lei, meus amigos, cuidado, isso é uma lei para o teatro, para a vida cultural do país. Para pensar as coisas. Vamos com calma, vamos com cuidado, você devagar olha o que chegou na nossa mão. Está quente. Atenção! Atenção! É a vida do país. É a vida do país. É a nossa possibilidade mais profunda que está em jogo. É a nossa identidade e o nosso afeto, a nossa possibilidade de crescimento e transformação. Então, é muito importante que os nossos políticos tenham isso.

Então, também quero aproveitar para dizer que esta reunião que estamos tendo aqui, por estas coisas todas é muito importante. Quero aproveitar para dizer que há milênios nós fazemos esses encontros. Eu quero lembrar a vocês que nós não somos os primeiros e nem seremos os últimos, e que a humanidade já se reuniu de muitas maneiras em muitos lugares para todos, democraticamente, discutirem as suas questões e os seus destinos. Isso aqui não é uma reunião burocrática que acaba daqui a pouco. Isso é um procedimento humano desde tempos imemoriais. Seja o homem primitivo junto lá e um pajé dançando uma música para pensar o momento difícil que estão fazendo, até hoje aqui, o homem sempre se reuniu para discutir seus destinos. É essa a essência da nossa atividade política. Nós temos que fazer isso senão alguém vai resolver meu destino por mim e não vou ter nenhuma participação nisso. Que é o sonho de muitos governantes. Então, não querer, não dar problema para o povo e nem ter problema com as pessoas. E poder governar em paz.

Então, Senadora, essa reunião aqui é uma reunião muito importante. E ela é milenar. Ela é milenar. Eu tenho certeza que eu e o Senador já estivemos frente a frente em algum lugar, em algum momento da história da humanidade discutindo essas coisas. Eu vestido de índio, ele de pajé, [risos] entende? A gente lá dançando e tudo e fazendo feitiço para vida da tribo dar certo. Porque tem uma doença ali que a gente não sabe resolver. Então, nós já estivemos reunidos nisso em muitos outros lugares tenho certeza disso. Muitos de vocês, aqui, eu acho que já conhecia de outros séculos. Entende? Por estar fazendo isso, acredito também que uma vez que a gente é voltado para isso, a gente será eternamente voltado para isso. Eu costumo dizer que uma pessoa que é ator, ela foi ator antes e será ator sempre. Essa energia que mora em cada um dentro de nós ela é permanente. Ela passa e vai embora. Não tem essa coisa de metapsicose, reencarnação, não tem jeito da Irene Ravache voltar um cavalo na outra encarnação. [risos] Não volta. Não volta nem uma cabra e nem uma ave do paraíso que pode ser ela. Ela voltará sempre uma mulher de teatro, uma pessoa voltada para os ritos da fertilidade, da transformação, do crescimento e tudo isso que significa mais profundamente o teatro dentro de cada um de nós que somos atores e sabemos o que é que está em jogo quando nós estamos em jogo. O jogo maravilhoso que é o jogo do teatro.

Então, essa reunião aqui é uma reunião nossa de todos os tempos. Nós não estamos aqui inaugurando. Isso não é inaugural. Pelo contrário, isso é uma característica sociológica, antropológica – o que vocês quiserem – espiritual, intelectual do ser humano. Nós somos esse tipo de gente.

Então, estamos aqui juntos para pensar uma questão importante. A questão da cultura e a questão do teatro. E eu quero dizer que eu estou vaidoso e orgulhoso por ter sido convidado a participar dessa reunião tantas vezes milenar e a participar da discussão dos destinos do meu país, do povo do meu país, do lugar onde eu vivo e da atividade que eu tenho como essencial para minha vida – eu nunca fiz outra coisa na vida. Eu tenho 50 anos de teatro e só fiz teatro, nem televisão. De vez em quando, eu dou uma beiradinha na televisão, mas meu ofício é teatro. Há 50 anos que faço teatro.

Sobrevivência, falou-se tanto em sobrevivência aí, eu sobrevivi de um emprego que eu tinha durante um ano. Depois, acabou esse emprego e eu só sobrevivi do teatro. E quero dizer que o tempo todo dessa sobrevivência jamais me senti me prostituindo por estar sobrevivendo de meu ofício e nem tive que me vender, e nem vender a minha consciência em nenhum

momento. Consegui ultrapassar tudo isso, talvez por ter essa relação ancestral com o ofício e com os Deuses todos que abençoam o teatro. Então, estou aqui nessa condição, quero falar do teatro de uma maneira grande, maior, que passe por cima das eventuais diferenças que são essenciais, naturais e essenciais. Jamais conseguiremos fazer síntese de nada se não passarmos por esse processo todo. Não tenho medo da briga, não tenho medo da luta, não tenho medo do argumento, da discussão. Não tenho medo disso, porque eu cresci dessa maneira... Eu cresci dessa maneira. Existe uma postura, uma maneira idealista de ver as coisas que tudo tem que correr num mar de rosas, senão não está bom e isso não é verdade. Isso evita a gente de olhar as diferenças e pensar de uma maneira forte. E acabamos sempre tendo uma predominância de uma tendência sobre a outra, uma tendência dominada e outra dominante, quem ganhou agora foi essa e daqui a pouco vem a outra. Mas eu acho... Nunca na minha vida as discussões levaram a lugar algum. Muitas vezes no meu coletivo de trabalho, nós temos discussões. Se um estranho olha aquilo, acha que aquele grupo morreu ali naquela hora. E de uma certa maneira morreu, porque muita coisa foi jogada fora e uma nova possibilidade apareceu ali. Aquele grupo, então, sai renovado daquele encontro.

Assim, eu espero que seja esse encontro aqui. Não tenho muita coisa a dizer como coisa acabada e opinião formada. Mas tenho uma história dentro do teatro e tenho uma vida, como a Irene falou, falando dela também. Entende? Eu... O Odilon também falou, eu transito de cima abaixo, de baixo a cima na realidade cultural do país. Graças a Deus. Eu sou capaz, e já aconteceu, muitas vezes, de estar fazendo hoje um espetáculo na praça rodeado de mendigos e duas horas depois pegar um avião e ir para uma suíte presidencial onde tem um ator da Globo que está fazendo um espetáculo comigo. E com quem eu vou conversar e para quem eu vou levar a minha experiência que eu vivi lá embaixo.

Então, eu tenho um trânsito muito grande de cima para baixo, de baixo para cima e em todos os lugares sou capaz de ser ouvido e tenho sempre alguma coisa para dizer, porque, como dizia o Pablo Neruda: “Confesso que eu vivi”. Entende? Então, eu posso fazer isso. Além de tudo, além de ter essa passagem nacional, eu viajo para todos os lados, eu vou para o interior, eu vou para fora. Eu nunca montei um espetáculo pensando em botar esse espetáculo no Festival de Praga, ou no Festival de Budapeste, e levar meu espetáculo para os circuitos de festivais onde eu posso ficar dois três anos com aquele espetáculo sendo vendido, ganhando, atores legais viajando e tudo isso

e fazendo aquele espetáculo. Não penso assim. Sempre fui voltado para minha história dentro desse meu país. Então, conheço bastante essas coisas. Vou. Tenho o prazer de estar em todos os lugares. Isso faz com que eu tenha bastante conhecimento das condições que foram levantadas aqui, entendo quando o Oséas fala: “tem que ouvir o Brasil”, “tem que ouvir o Brasil”. E, talvez, ouvir o Brasil não é só uma representação, entende?. Mas ouvir o Brasil de verdade. Ouvir o Brasil de verdade e levantar. Isso que está acontecendo agora. O teatro merecendo essa discussão, essa levantamento, porque dessa maneira o teatro adquire *status*, adquire importância. O teatro adquire, ocupa o lugar verdadeiro que ele pode e deve ocupar na sociedade brasileira e que vinha ocupando muito bem até sermos varridos pela ditadura militar e pelo projeto cultural da ditadura militar. Nós fomos varridos da... Nós vivemos isso. Nós fomos cortados. Eu fui cortado no melhor momento da minha vida, quando eu achava que eu podia ir mais longe e eu fui cortado. Então, a ditadura tinha um projeto cultural e que só agora com essas reuniões ou com outras políticas e coisas que começam a ser desmontado. O projeto da ditadura cultural era muito esperto e inteligente. Acabar com a universidade, transformar o ensino da universidade da pior qualidade, botar uma televisão em cobertura nacional e uma censura violenta que não deixava nada que fosse passar por aí. Isso não há projeto melhor para dominar um povo. Não há. E fomos dominados. Fomos dominados, estamos dominados, estamos agora, somente agora depois de tanto tempo, porque a passagem pelo neoliberal também segura demais não precisava mais nem essas coisas, porque o modo de organização econômica, política, financeira, já era bastante castrador, então, o que era um inimigo claro a ditadura se transformou num inimigo diluído, porque nós não sabemos nem lutar contra eles.

Mas Senador, a ditadura atrapalhou muito a vida desse país. Mais do que a gente imagina. Mais do que a gente imagina. Nós não teremos nunca uma visão clara do prejuízo que aquele momento, aqueles 20 e tantos anos da vida brasileira nos deixou. Vamos levar muito tempo para perceber e aparecer uma juventude como aquela que foi abafada e foi castrada no final de 1968 e dali em diante. E mais com todos acontecimentos mundiais. Então, a gente foi... A ditadura exerceu um papel importante nessa castração e nessa dificuldade que a gente vive até hoje no teatro. E ainda, a Lei *Rouanet* da maneira como ela veio, ela veio ainda nessa coisa. Era a Lei Sarney, depois foi o Governo Collor, vem sempre nesse sentido de Estado mínimo. Estado mínimo e inquietação zero, mas a Lei serviu muito a gente, fez avançar muita coisa e tudo isso. Mas não há

quem não reconheça que está no momento de discutir ou a gestão, ou a Lei, ou alguma coisa. Porque há distorções da vida cultural brasileira na área do teatro muito difícil de resolver e muitas delas não intencionalmente foram causadas pela Lei e, às vezes, a própria Lei ela pode causar dificuldades.

Então, eu vou falar para vocês das minhas dificuldades. Por exemplo, quando estou trabalhando com o elenco profissional, portanto no topo da pirâmide, eu estou patrocinado. Eu não sei quanto eu levo desse patrocínio, porque eu tenho salário. Não perguntem do meu patrocínio nem nada. Nem quanto vale o meu nome num Projeto para captar coisa tanto para ter autorização do Ministério quanto para ter... Quanto para ter autorização do Ministério quanto para captar mesmo no mercado, para captar no mercado mesmo. Então, eu não sei quanto vale a minha participação num Projeto. Mas tenho trabalhado com grupos que usam a lei e fazem os seus espetáculos com a lei. Então, eu tenho vivido... O Odilon fez uma pergunta aí, mas, Odilon, eu tenho vivido coisas assim.

Eu estou com o espetáculo, lá vai o comercial, maravilhoso, chama “O Alto de Angicos”. É história de Lampião e Maria Bonita, uma peça de um jovem autor nordestino novo, a peça é muito bonita. A peça lota o teatro em São Paulo – o Tuca Arena. Mas o dinheiro do patrocínio está acabando. Então, a peça deverá sair de cartaz com casa cheia, porque o patrocínio acabou e não há como manter a peça em cartaz apenas com o dinheiro da bilheteria. Então, alguma coisa está errada. Antes, o ingresso do teatro era um chope e uma pizza. E eu lembro que a gente conversava sobre isso, Antonio Pedro falava: “O ingresso dá para comprar um chope e uma pizza. Temos que fazer um teatro bom, senão o cara prefere o chope e a pizza”. Então, nós temos que trabalhar. Hoje, eu não sei mais esse custo, Odilon. Mas a peça vai sair de cartaz, vai fazer dois meses em São Paulo, está lotando teatro de 400 lugares, 50 Reais o ingresso e ela vai sair de cartaz. O que está encarecendo tanto essa produção? Eu não tenho resposta, mas essa é uma questão... É uma questão. Por outro lado, eu trabalho também nesse com atores que não começaram com a Lei *Rouanet*, por exemplo. Tem outro espetáculo meu que é muito interessante e chama “Alma Imoral” cuja atriz começou ela sem nenhum apoio da Lei Sarney. Ela começou a produzir ela mesma. Foi um espetáculo que nós fizemos com 5.000 mil Reais. É um monólogo. Mas “O Alto de Angico” são dois atores. Não é muito mais do que isso, 5.000 mil Reais fizemos a peça, o espetáculo é muito bom. A peça foi tão boa que logo depois começaram aparecer investidores que queriam associar seu nome àquela qualidade que estava ali. Aí a gente já ficou livre

de uma coisa, o captador de recurso. Aquele que é o atravessador, é ele que entra, ele que capta, ele que monta, e, de repente, se criou uma entidade dessa natureza. Isso é uma produção do formato da lei. Se criou uma classe de pessoas ligadas ao teatro, mas que não são ligadas ao teatro. Eles são ligados à captação de recurso e a administração dessa verba. Então, acontece, muitas vezes, que o ator tem vontade de fazer... Eu quero fazer essa peça com Amir Haddad, mas ele não sabe como captar recurso, não sabe montar a lei, não sabe nada. Então, ele contrata uma pessoa que vai fazer tudo por ele. E aí já fica exatamente igual esse atravessador que vai pegar a coisa do camponês no campo e traz para volta do palácio para vender aquilo que está ali – uma espécie de atravessamento direto da forma de preocupação produção. Então, isso daí é um tipo de produtor que não existia antes. Ele não existia, não é produtor.

Então, eu conheço produtores, produtores excelentes que estão lutando pela Lei *Rouanet* com quem eu me dou muito bem cuja opinião até estética eu respeito. São voltados para o teatro, a vontade, o tesão é o teatro e são produtores. Porque tem gente que quer fazer teatro e quer ser ator, tem gente que quer fazer teatro e quer ser atriz, tem gente que quer fazer teatro e quer ser diretor, tem gente que quer fazer teatro e quer ser produtor. Nós precisamos desse tipo de gente, de produtores competentes que amem o teatro. Mas quando entra essa história no meio de captação de recurso, o que se acaba vendo é que esses produtores não têm nada a ver com o teatro e captam o recurso, porque vão ganhar com isso, ter a sua porcentagem, ter sua corretagem, tem tudo – ganham e devem ter seu salário também. Porque cada produção dessa, eu já trabalhei assim, a produção tem que pagar o escritório desse produtor. Se ele está fazendo quatro peças, ele tem quatro vezes o pagamento do escritório dele, dos orçamentos da Lei *Rouanet*. Entende?. Não são os produtores de teatro, são esses atravessadores. Então, só para dizer que tem criasse aí uma raça nova de aproveitador do teatro. Que vive em cima do nosso... Da nossa força, do nosso brilho que vão tratar a Irene como uma santa, porque a Irene significa dinheiro para eles. A Irene significa dinheiro. Vai trabalhar muito bem, vai chegar minha estrela, minha santa. Vão dar um salário ótimo para ela, vão tratar ela muito bem. Entende? Vão fazer isso muito bem. Mas estão atravessados. Não têm a ver com teatro. Não falo que espetáculo bonito, vamos por aí.

SRª PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Professor.

SR. AMIR HADDAD: Falam só assim: “Querida, você é maravilhosa”, você enche o ego dela e com

isso as coisas ficam meio obscuras. Então, essa é uma questão que a gente precisa olhar. Salvando a cara, salvaguardando os bons produtores que eu respeito muito, muito, que eu conheço e sei. Não vou dizer o nome. Porque não é o caso. Entende? Mas há uma raça que vive da Lei Sarney. *Rouanet*

SRª PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Mas professor, eu queria lhe conceder dois minutos para encerrar, porque depois nós vamos retomar--

SR. AMIR HADDAD: Só para encerrar, estou falando aqui a minha vivência no nível da produção empresarial, do teatro empresarial. Uma coisa que eu já abandonei há muito tempo.

Teve uma hora que foi impossível, para mim, fazer teatro da produção empresarial, porque eu queria arriscar. Eu queria fazer coisas e falava: “Não é justo eu fazer meu amigo, por exemplo, Sérgio Brito que era o meu produtor perder o dinheiro dele, porque eu quero fazer uma experiência de teatro”. E ele não é obrigado a fazer isso. Ele tem bilheteria, tem que pagar. Então, eu trabalhava com ele e não conseguia. Até que eu parei de fazer isso e fui trabalhar de forma alternativa. Foi quando começaram a aparecer os grupos alternativos, outros tipos de produção, outra forma de relação que o Ney aí é o representante. Então, formou outras coisas. Então, eu tenho um grupo de teatro também – não vou falar aqui agora – mas aí também não estou satisfeito. Não estou podendo trabalhar. Teria queixas a fazer, depois se der tempo eu faço, senão você já pode imaginar. E além disso, eu trabalho numa área que não é nem grupo de teatro nem empresário e que não está institucionalizada que é a liberdade criativa do povo brasileiro. A possibilidade enorme que esse povo tem e a dificuldade enorme de romper, de tirar de cima dele os tampões conservadores que mantêm a Nação oprimida.

Os políticos, Senador, fazem o país. Os militares fazem a pátria. Mas quem faz a Nação são os artistas. São os artistas. É o afeto que define a nação. Então, se nós não tivermos essa manifestação estimulada, estruturada e mostrada, vai ser muito ruim. Nessa área também onde eu trabalho, e trabalho muito, não há nenhum apoio. Aí, então, não há apoio de nenhuma espécie. Não quero falar mais porque já falei bastante, mas quero agradecer de ter tido essa chance de vir aqui com pessoas tão legais no meu ofício para poder falar essas coisas. Obrigado. [palmas]

SRª PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Professor Amir, pode ficar certo que o senhor será ouvido muitas e muitas vezes sempre por todos nós e por essa Comissão para que a gente possa, com a sua experiência, podermos cada

vez mais avançar. Como o senhor falou, o cenário é outro, não é aquele da ditadura. Então, nós temos que realmente também avançar. Chegou a hora de avançar, e eu acho que o momento é o mais propício.

Quero, aqui, registrar a presença de Guilherme Neri Cabral, é o Vice-Presidente da Fundação Brasileira de Teatro da Faculdade de Arte Dulcina de Moraes, Guilherme Neri Cabral que está... Também participa. Jorge Vinhas, Chefe da Assessoria Parlamentar do Ministro da Cultura, lá atrás e da nossa Sheila Aragão, da SA Comunicação que é Produtora e atriz aqui em Brasília.

Passo agora a palavra ao Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): O Júlio, que é o Secretário da Comissão, acabou de me entregar um material aqui também e a primeira página, na primeira página de 30 de setembro de 2004 está escrito atores vão entregar à Comissão de Educação diagnóstico sobre o teatro. Então, 30 de setembro de 2004. Estamos indo para 30 de setembro de 2007, então são... 08. Que 2007? 2008 já. Então, são quatro anos já também de debate, de discussão, de conversa que realmente foi por toda a história da humanidade que isso vem acontecendo. Mas para mim foi assim uma satisfação, não poderia ser de maneira diferente, de ter a presença de todos e todas aqui. É uma alegria grande falar sobre isso, discutir, ouvir a experiência, ouvir as preocupações, pensar nos caminhos, ver o que é melhor, como é que isto vai contribuir para a cidadania, para a dignidade, para o desenvolvimento da iniciativa, “prós” e “contras”. Acho que esse é o objetivo do debate de uma Audiência Pública que tem por objetivo instruir uma idéia. Ajudar a organizar essa idéia que é o Projeto de Lei que está aqui em tramitação e através de Audiências Públicas, grupos de trabalho e o que mais for necessário. Os pontos de vista divergentes têm que ser apresentados, sem medo de um debate, de uma discussão, de uma briga. Acho que no fundo todos que estão aqui querem que a área vá para frente. Assim, eventuais divergências, de como é que isso deva acontecer. Qual a ênfase que deve ser dada. Acho que o que une as pessoas é a consideração da importância do teatro. Quer dizer, da cultura do teatro.

Até eu quero lembrar que esta Comissão é de Educação, Cultura e Desporto. Quer dizer, a cultura faz parte do âmbito da Comissão. E temos a Subcomissão de Cinema, Teatro, Música, Comunicação, que é uma Comissão menor, sempre Subcomissões são menores, mas onde o debate também é mais fácil de acontecer, porque dentro da Comissão existe sempre os Projetos, as discussões, só à parte de educação a gente pode imaginar a quantidade de Projetos que

estejam em tramitação. Então, nesse sentido, eu acho que todos os pontos de vista externados são pontos de vista importantes, quero novamente parabenizar e todos nós temos que, realmente, como sociedade, e esta Audiência está também sendo... Não sei se está sendo transmitida diretamente, mas se não estiver, vai estar sendo transmitida para todo o Brasil na sequência, para que o Brasil todo pense sobre esse assunto. Quer dizer, estão aqui representantes de visões não antagônicas propriamente, mas um pouco diferentes e que o Brasil todo pense sobre esse assunto.

E é algo fundamental. Eu quero dizer que, realmente, para a construção da cidadania, para o pensamento, para reflexão, para a aprendizagem interface do teatro com a educação, interface com a saúde, interface com a assistência, interface com o trabalho, cidadão crítico que possa, assim, ser promovido no Brasil, para isso tudo o teatro é de uma valia, assim, de uma importância extraordinária. Eu trabalho muito com a pessoa com deficiência. Seja... De todas as áreas. Já fui Presidente da Federação Nacional das APAEs – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, e vários anos atrás nós criamos – todo o movimento criou o Festival Nacional Nossa Arte. E nos gêneros de palco, chamados assim, gêneros de palco, estão lá para os alunos, crianças, jovens e adultos das APAEs as possibilidades de música, dança, dança folclórica e teatro. E a gente se impressiona com a capacidade, o desenvolvimento, a vontade de participar dos alunos com deficiência mental, intelectual, como muitos procuram assim enfatizar, e o desenvolvimento que acontece através dessas apresentações. Quer dizer, o teatro é um instrumento de desenvolvimento do caráter, da personalidade, da liberdade, da expressão.

Eu me lembro de uma questão lá em Londrina onde o pessoal do teatro de Londrina, da Universidade, da UEL, que é a Universidade Estadual de Londrina, eles vão lá na APAE para trabalharem juntos, na universidade e APAE e levando esses grupos para apresentação. E uma das coisas que mais me impressionou foi uma apresentação do *To be or not to be*. Apresentados pelos alunos da APAE, mas assim aplaudidíssimos.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]]

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Deficiência mental. Mas muito bem preparados por artistas, por produtores, no caso, da Universidade de Londrina. Quer dizer, o Festival Nossa Arte é para deficiência mental, intelectual e muitos com muita dificuldade. Não só a parte de palco, como eu disse, mas também gêneros individuais, fotografia, literatura, artesanato e assim por diante. Mas, de qualquer forma, eu quero dizer

assim que é um assunto que merece dessa Comissão de Educação a gente se debruçar sobre isto. Termos um Projeto de Lei, eu acho extremamente importante. Né? Por que é que o Projeto de Lei tem que vir do Governo? Acho que não precisa vir do Governo. Eu particularmente prefiro--

SRª PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador, o Projeto de Lei está sendo formulado pela Comissão. E, inclusive, já temos uma proposta, eu acho que o senhor já conhece algumas sugestões--

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): É que foi levantado na Audiência.

SRª PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Mas quero aqui colocar uma questão bastante interessante. É que já temos, já conseguimos contactar mais de 25 Senadores que querem assinar a lei. Então, isso é muito bom para que todos possam ver, analisar, além da Comissão, nós temos também outros que querem estar dando sua participação. Espero que todos estudem analisem e dêem bastante propostas para ajudar bem.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): É que é que eu quis enfatizar, Srª Presidente, o fato que o Governo até agora não enviou um Projeto de Lei para a Comissão como havia dito que enviaria. Eu digo: “Pode ser do Governo. Não tem nada de mal que seja do Governo”. Mas acho que é muito mais interessante a sociedade sentar, discutir, e ver o que está funcionando e o que não está e propor as alterações necessárias também. Aliás, como está acontecendo, e o Dilon participou de muitas reuniões em relação à meia-entrada. Agora, existe um Projeto desta Comissão até assinado pelo Senador Eduardo Azeredo e por mim, fizemos várias Audiências Públicas, a Senadora Marisa Serrano é a Relatora, já está com o Relatório pronto e, antes de ser mandado como Relatório, nós dissemos: “Vamos reunir todos os setores da sociedade que participaram das Audiências Públicas numa reunião de trabalho, não de Audiência Pública, para ver, ajustar o Projeto e que o Projeto seja votado assim com certo consenso de quem participou dos debates também” né?. Então, nesse sentido que eu digo que é importante.

Então, eu só gostaria de enfatizar que na minha ótica, ter uma Secretaria de Teatro é essencial. Para mim é fundamental. Por que isto? Porque as áreas específicas precisam dentro da organização burocrática, administrativa, ter uma estrutura própria. Nós estamos numa briga há tanto tempo lá com o Ministério da Educação onde nós temos uma Secretaria de Educação Especial e o Ministério quer tirar a Secretaria de Educação Especial dizendo não “porque entra na Secretaria de Educação Básica”. E nós estamos dizendo

não é só a educação básica. A pessoa com deficiência está na educação profissional, está no ensino superior, precisa ter alguém que pense especificamente nas nuances todas, nas variáveis, na cidadania, na inclusão ou não... Fazer esse debate. E no teatro nós temos uma estrutura não é simplesmente uma questão burocrática, é uma questão eu diria fundamental. Ter o pessoal que pense: “Não, nós estamos pensando sobre o teatro”.

Agora, precisamos ter recursos para isso. Existe esse debate todo, será que são recursos do orçamento ou recursos de uma lei de renúncia fiscal? Que é do Poder Executivo. Por que essa renúncia fiscal não vai para o orçamento ao invés de ir para a renúncia fiscal? Vamos supor. É um outro debate que se faz. Nós fizemos esse debate na área da Saúde, com o Ministro Jatene, ex-Ministro da Saúde Jatene. Ele explicando o orçamento da área da saúde dizendo olha: “se não houver alguma coisa assim específica para a área da saúde, o dinheiro da saúde não vai existir na saúde”.

Por isso que eu diria que a Lei de incentivo, a Lei de renúncia fiscal para esta área é uma... A gente tem que avaliar como é que ela vem sendo usada, fazer esse raio-X que foi colocado, os “prós”, os “contras”, se vai muito para o Sul, o Sudeste, se vai pouco para o Norte, o Nordeste. Se é isso como política pública, nós queremos ter no Brasil ou não. Se há outras coisas que precisam ser enfatizadas. Mas eu acho que é um debate que aqui a gente pode perfeitamente fazer. Eu acho que nós temos que ter uma... Na minha opinião, é positivo ter-se uma Secretaria do Teatro por “n” razões que podem ser elencadas. É fundamental ter-se recursos para a área e é essencial nós discutirmos a metodologia, como foi dito aqui. Como é que tudo isso vai acontecer? A gestão dessas coisas todas, não é, Srª Presidente?

Então, nesse sentido que eu quero enaltecer... Nós não temos as respostas, naturalmente não temos, eu só quero dizer novamente da alegria de ter um Amir Haddad, a gente poder ouvir, mas eu gostaria de ouvir mais tempo, mas o senhor deveria vir aqui por uma hora, duas, para...

SR. AMIR HADDAD: Por um bom cachê...

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): [risos] Uma Irene Ravache que a gente... Primeira vez que estou encontrando pessoalmente, mas sou seu admirador também, não é só pela televisão e pelo seu currículo, não só pela televisão, mas por toda a contribuição que você já deu ao Brasil também. O Odilon que é lá da nossa terra e que vem participando tão intensamente. Mas eu quero dizer, assim, que acho que a gente pode perfeitamente chegar a essas conclusões. Acho que não há coisas que nos separem ou que separem as

peessoas da área de maneira definitiva. Existem preocupações, preocupações grandes, de captação, aprova-se o Projeto, mas depois para conseguir arrecadar o Projeto, o dinheiro para o Projeto, um problema grande. A figura do atravessador é uma coisa que a gente tem que tomar muito cuidado, porque aí a minha intuição diria que a corrupção está muito ligada ao atravessamento, não é? Porque existe já o acerto do atravessador com grandes empresas, olha, eu ganho um pouco, mas você libera o dinheiro e você fica também, eu lhe dou a possibilidade de você ter um porcentual, porque a lei permite uma coisa de ter-se 10%. Um milhão, por exemplo, 40 milhões, se houve essa aprovação, 40 milhões, 10% oficiais podendo constar do Projeto são 4 milhões de Reais, gente. 4 milhões. Como?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Tem um teto de cem mil?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone] Para captação, mas tem um negócio por fora que se faz...

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): A Lei fala em 10%. Eu não vi na Lei esse teto de...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

[falas sobrepostas]

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Mas, por exemplo, você me acerta, você ganha 300 mil, 200 mil... Bom, de qualquer forma, é um problema, tem que ser discutido, debatido. Eu acho que esta lei, Sr^a Presidente, eu diria o seguinte... O meu pressuposto básico é: “É importante, recursos são necessários, o Imposto de Renda está na faixa aí dos 150, 200 milhões de Reais, pessoas físicas 8% significaria 4 bilhões de Reais”. Existe o problema de que tem que dar no ano anterior, a gente tem que mudar a lei nesse sentido para ser, na hora da declaração, de ajuste. Aí sim, aí a pessoa física passaria a contribuir também. Então, fazer as mudanças necessárias.

Mas eu fico muito feliz, não tenho perguntas específicas, mas eu acho que o meu posicionamento, pelo menos é no sentido de fortalecimento da estrutura, através de uma Secretaria, com objetivos bem determinados, com uma participação ampla, que permita que o Brasil inteiro nessa sua diversidade possa ter o suporte necessário para o desenvolvimento de algo tão importante para a cidadania como é o teatro. [palmas]

SR^a PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Obrigada, Senador Flávio Arns, que como sempre com a sua atuação na nossa Comissão de Educação e Cultura, e na Subcomissão que

faz parte aqui da Comissão de Educação, a Subcomissão de Cinema, Arte, Teatro e Música. O qual nós fazemos parte.

Então, gostaria de passar agora... Nós estamos chegando ao final, e cada um dos convidados, aquele que desejar acrescentar mais alguma coisa, nós estamos colocando três minutos. E iremos pela ordem... A ordem do início. Então o primeiro é... Você foi muito rápido no início. Ney.

SR. NEY PIACENTINI: Gente, olha, apelos. Convergências. É ilusório achar que a Lei *Rouanet* não presta serviços ao país. Também é ilusório achar que ela também não presta desserviços. Então, aperfeiçoamento da Lei **Rouanet** já.

O Projeto demorou demais, isso é incondicional. Afirmo, com conhecimento de causa, nós pequenos e médios não chegamos ao incentivo fiscal. As empresas, infelizmente, não aportam recursos na gente. Nós dependemos de fundo público e temos responsabilidade que a gente precisa devolver para a população isso.

Convergência com a APTR, API, com Irene, com todo mundo. Fundo Nacional de Cultura. Estou repetindo a frase que o Barata falou aqui na última Audiência: “Fundo Nacional de Cultura, Fundo Nacional de Cultura”. Leiam o nosso Projeto do Redemoinho, que eles vêm aqui na próxima Audiência debater. Falou-se: “o Projeto de vocês é só para grupo”. Não é. Uma montagem teatral está lá. “Ah, o projeto de vocês foca na produção”. Não é, tem a circulação também. Tem a questão do acesso como pilar do Projeto. Leiam, porque eu acho que, no mínimo, amplia um pouco o debate.

Então fico com as convergências e fico com esses apelos. A gente vive numa sociedade de economia aberta? Tem mercado? Tem mercado. Mas a gente precisa de uma política pública, fundo público, interesse público, porque sem isso o cidadão fica desprotegido. A gente sabe disso em todas as áreas. A saúde quando privatizou parte dela hoje em dia a gente não tem mais acesso. A escola se isso acontecer... Se acontecer isso com a cultura também, vamos mercantilizar a vida. Tem certos setores que tem que ter a reserva humana. Não pensar tanto na economia da cultura, mas na economia humana da cultura. Que devolve, devolve para a segurança, devolve para a saúde, devolve para a educação. O cobertor é curto. Se pôr mais 1% na cultura vai faltar na segurança. Vai melhorar a segurança, vai melhorar a saúde e vai melhorar a educação. A gente sabe disso. Todos nós sabemos disso.

Obrigadíssimo pelo convite, foi uma honra, um prazer dividir a Mesa com notórios. Meu querido comendador. [risos] Afirmar que o Artes contra barbárie também é nosso movimento, por isso também recebeu comando aqui recentemente uns anos atrás, colegas

de... Não eu, mas toda a comunidade, e parabéns pelo nível do debate. Obrigado a todos. [palmas]

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN):

Obrigada. Ney, como sempre, objetivo. Rápido e objetivo. Isso é ótimo. Isso é uma coisa... Inteligência para conseguir resumir de forma tão rápida. Agora é a Tatyana.

SRª TATYANA LARYSSA RUBIM: Vou tentar ser tão sintética quanto o Ney.

Bom, raio-X consulta a todas as regiões pra mim é fundamental. Ponto de convergência também. Pesquisar a forma mais justa de distribuição de incentivo, já que existem as distorções na Lei **Rouanet** e, talvez, até nos anteprojetos aqui já apresentados. Acho que ninguém tem uma fórmula ainda ideal para isso. Há que ser feito? Há que ser feito. Tem que entender por que é que a empresa citada, a Telemar, não investe onde ela faz o trabalho dela. Qual é a responsabilidade? Uma questão que... A mim parece que é uma questão de limite. Questão de democracia também do recurso. Não só da intenção. Concentrar tudo na mão do Estado e acreditar que o Estado... Eu não estou falando que é este Governo ou o Governo anterior ou será o próximo. O Estado não contingenciará verba, eu não acredito nisso. Daí a minha proposta de ter uma mescla entre possibilidades via orçamento e outras possibilidades via as relações com a iniciativa privada que até agora não se pronunciou.

Eu gostaria de saber se a Comissão vai escutar os investidores que afinal de contas até agora tiveram ao nosso lado. Para mim também se há distorções... E a pessoa do marketing virou o grande vilão, eu acho que também é uma questão de limite do objeto formal, do objeto legal. Acho que a gente... A *Rouanet* já tem algumas indicações e os dois Projetos, assim, o do Redemoinho não tem porque ele é ideologicamente contra a participação, né, da iniciativa privada, o caso da APTR, pelo contrário, também é ideologicamente a favor da iniciativa privada, da participação. E eu, como não sou nem do Redemoinho nem da APTR, estou falando aqui, sou a chamada “frentista”. Eu sou aquela que já chega com o espetáculo montado, seja de um grupo de Natal ou do Rio Grande do Sul, ou o global, ou o global que está começando que tem direito também de experimentar o palco, errar, acertar, todo mundo tem esse direito. Daí eu entro no discurso que o Amir fez. Há uma importância que é uma... Um comprometimento com o teatro. O comprometimento com o fazer teatral. Me preocupa muito quando a gente tem escrito numa lei a relevância artística e a gente não tem o critério dessa relevância. Dá um pouco de medo de a gente não ser ditador às avessas, porque eu tenho um pouco de medo desse... De qualquer

preconceito. Do preconceito em relação ao comercial e também ao não comercial e aí a gente entra nas questões dos rótulos que infelizmente a gente utiliza, não sei como utilizar para falar de um fazer, diferenciar um fazer do outro, mas volto a dizer, acho que o importante é o teatro.

Peço à imprensa todo o cuidado para não fragilizar mais o que ainda não é frágil. No sentido de que esses rótulos e os antagonismos ideológicos serem pontos de cisão. Eu não vi isso nem entre a APTR nem entre o Redemoinho, nem entre o que o Oséas colocou, nem em relação ao que o Ney tem diferenças ideológicas que eu acho que só em fóruns democráticos de diálogos é que vamos conseguir entender aonde o outro tem razão e onde temos também razão. Eu acho que é esse exercício, não é Senadora, que estamos fazendo aqui.

Transparência para o FNC, o Fundo Nacional já também. E ter força política. E ser tratado com respeito e com a adequação necessária. Eu não consigo entender porque é que o nosso trabalho ele não é residual. Por que é que ele não deixa legado. Por que é que todo ano a gente tem que fazer tudo de novo e partir do zero como se o meu trabalho não tivesse deixado nenhum efeito seja na economia, seja no ano que eu trabalhei com o público, seja no ano que eu trabalhei como patrocinador, seja no ano em que eu estive me relacionando com as esferas governamentais. Há que ter um legado. Não posso zerar todo ano. E, principalmente, quando eu tenho empregados e não tenho entrada. Porque daí eu tenho que realmente também cumprir a minha obrigação enquanto CNPJ, enquanto pessoa jurídica, e quitar meus compromissos outros. Não dá para zerar. Não dá para dizer assim: “estamos enxugando gelo e eu não tenho o que fazer, tem que Ter, porque eu fiz certo, fiz o que a Lei mandou”. Tenho tentado entender cada vez mais para fazer melhor. Assim, erro de lá, de cá, de gestão a gestão de nosso lado também tem alguns defeitos, inclusive quando a gente não entende direito como tratar a cultura, dizer cultura é produto, estou com o Amir. Acho que isso é preocupante também. Mas eu gostaria de entender, sim, o segmento do teatro como atividade econômica viável. Eu acredito nisso. E acho que a gestão tanto do modo privado, aí nas nossas empresas, nos nossos Projetos, como também na esfera pública.

Queria reforçar isso: “O teatro é viável e necessário”. Obrigada. [palmas]

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN):

[interrupção no áudio] Nossa querida Irene Ravache.

SRª IRENE RAVACHE: Acho que essa Mesa, foi uma felicidade estar nessa Mesa. Um privilégio mesmo, porque nós somos bem diferentes, que é bom

que seja assim, e cada um expôs seu ponto de vista de uma forma – eu diria – brilhante. Terminando aqui com a figura sedutora do Amir Haddad, que estamos todos seduzidos por ele.

Eu nunca deixo escapar a oportunidade quando estou aqui nessa Casa ou quando eu estou com representantes de educação e cultura para pedir uma coisa que eu peço há muito tempo, e acho que eu não tenho voz assim suficiente para ser ouvida, mas eu insisto. Na obrigatoriedade da inclusão de leitura de texto teatral no currículo escolar. A criança tem que ler – isso faz parte do currículo escolar. Ela tem que ler textos. Ao ler um texto dramático, uma peça de teatro, o auxílio que isso dará para aquele professor vai ser incomensurável. Um texto de teatro tem a capacidade de abrir caminhos de ir por segmentos que vai acabar encostando em todas as outras matérias, sem falar do imaginário. Hoje, a criança recebe tudo pronto. Muitas vezes, grande maioria das vezes pela televisão, e é um pronto que é dado para ela como sendo aquilo que é o certo. Ela imagina pouco. Ela tem pouco exercício de imaginação dentro de uma sala de aula. Então, isso além de tudo nos ajudaria muito a formar platéia, o teatro não ficaria sendo uma coisa tão distante do cotidiano da criança. E é, absolutamente, encantadora essa forma de levar a leitura para... Desde o jardim de infância, o chamado “prezinho”, ela poder manusear, ela saber... Isso ser obrigatório no seu cotidiano escolar.

E pensando naquilo que o Amir disse desse “trabalho magnífico” que a ditadura fez. A única palavra que eu escrevi aqui foi “ausência”. Foi uma palavra dita pela Tatyana. E essa ausência para mim está muito ligada ao medo e a baixa estima do brasileiro. Que vai desde dizer que toda polícia é corrupta, que todo político é corrupto, que isso tudo vai acabar em pizza, nada vale nada. Acho que nós já exercitamos muito essa forma de pensar. Acho que nós podemos começar a ousar dizer para quem está a nossa volta que não é verdade. Que isso não corresponde à verdade. Que nós somos muitos. Que nós temos, sim, temos os corruptos. Temos. Mas, que nós somos muitos e que a maioria não é. Isso em todo segmento. Porque isso nos foi imposto através do medo. Daí vem a ausência. Dentro das nossas casas nós que somos e vivemos perto de um meio chamado “intelectual”, às vezes, temos dificuldades de fazer com que pessoas muita próximas a nós frequente teatro.

Eu acho que a grande maioria de nossos políticos não vai a teatro. Mas também não vai a outros lugares também. Não vai ver uma bela exposição. Perdeu-se a prática. E essa prática foi perdida através do medo. Eu venho de uma família que se discutia política. Eu, por medo, por causa das perseguições, por causa das

prisões, eu não tive o hábito de discutir política dentro da minha casa. Eu sou da geração que escondia livro na fazenda do amigo. Tinha medo. Foi uma celebração quando os livros voltaram. Os meus livros e os livros do meu marido que é jornalista voltaram para a estante.

Então, essa ausência que foi provocada pelo medo, alguém precisa dizer pra gente que já acabou. E nós precisamos dizer para quem está à nossa volta, para que nós possamos ocupar essa ausência.

A cultura ficou sendo vista como uma coisa chata, distante, o bom aluno é chamado de “nerd”, o bom aluno tem que se esconder, às vezes para ser aceito lá pelo seu grupo, e eu acho que isso é fruto de medos, de você poder dizer como é bom você poder ter acesso aos seus meios culturais. Como é bom você poder ser educado. Eu mesma experimentei a primeira vez que eu fui, que eu viajei com o primeiro prêmio mulher, eu fui recebida num departamento do teatro francês e foi a primeira vez que eu vi, eu fui chamada de Sr^a Atriz, porque eu era uma atriz, premiada, viajando com um prêmio do Governo francês. Não era uma coisa menor, não era uma coisa de você ter que se esconder ou ter que se explicar. O que é mesmo o que você faz? Então, lá havia um entendimento. Eu acho que nós já temos que entender do que nós estamos falando. E para que nós estamos falando. É isso. [palmas]

SR^a PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Agora vou passar a palavra para o Oséas Borba. Depois dessa magnífica colocação de Irene, que nos estimula, nos dá assim vontade de ver esse Brasil realmente...

SR. OSÉAS BORBA NETO: Há um mês atrás, numa reunião do Conselho Nacional, após o primeiro dia de reunião ao qual eu e outros das Câmaras Setoriais batemos tanto contra o Governo, segundo dia nós dissemos que tem muita coisa a ser consertada. Mas, divergência a gente tem na casa da gente também com nossos pais. Então, nessa Mesa eu fiquei muito feliz, porque independentemente das pessoas na arte em si a gente já tem muito mais ao nos unir do que nos separar. E nessa Mesa fiquei contente, porque ao meu lado Tatyana, conheci hoje, mas uma pessoa correta nas suas posições, simpática, e três pessoas que estão na Mesa o Odilon, a Irene, Amir, são três pessoas que aprendi a respeitar e admirar ao longo do trabalho deles, enquanto ator e Diretor de teatro que eu também sou. E o Ney que é um companheiro de batalha ao qual já tivemos muitas divergências, nós já batemos muito de frente um com o outro, mas hoje é uma pessoa que eu chamo de amigo. E é meu amigo. Então, foi uma grande satisfação.

Eu queria colocar que o aumento do Fomento está intimamente ligado ao aumento da produção. Eu

vou fazer um pouco diferente do Ney, até porque eu represento as Câmaras Setoriais da Sociedade Civil e eu tenho a obrigação de defender a Lei do Teatro Nacional que foi aprovado pelas Câmaras Setoriais, ao qual hoje estou deixando aqui assim que acabar com o Secretário dessa Casa essa lei em posse dessa Comissão.

A questão do... Das empresas não investirem, porque têm isenção. Elas investem apenas não investem no Norte e Nordeste, mas elas investem essas empresas. E outra coisa que me deixou muito feliz também é que hoje eu não vi um termo, mesmo quando conversamos antes, que eu vi uma vez numa discussão com pessoas de teatro e pessoas de outros Estados, quando perguntaram porquê no Conselho Nacional, na hora da eleição, tinha sido eleito dois representantes, eu e meus suplentes, eu de Pernambuco e ele que é de Minas e a pessoa chegou para mim e fez: “Por que vocês elegeram todo mundo do norte?” Eu parei, pensei... Norte? Eu fiz: “Eu sou nordestino e ele é do Sudeste do Brasil”. Ela não, se passou uma linha no meio do Brasil, Minas fica do lado da Bahia e da Paraíba. Bom, você perdeu aula de geografia e não temos o que discutir. E aqui, graças a Deus, as pessoas têm o conhecimento da dimensão que é esse nosso país e essa nossa cultura.

Pegando a deixa de Irene sobre a formação de platéia, ela tem que começar nas escolas. Se nós pegarmos todas as pessoas de teatro na minha idade, ou mais, tenho certeza que boa parte dessa Mesa começou a fazer teatro em colégio, nas escolas. Hoje, não sei, mas em boa parte do país elas terminaram, não existe mais teatro nos colégios. Então, é importante essa formação de platéia, é importante que comece a ser incentivado nas escolas. Nós enquanto Câmara Setorial nós tivemos um Relatório que nós elaboramos sobre a questão de formação, inclusive, a questão de formação de platéia, e inclusive tentamos estreitar os laços com o Ministério da Educação. Porque precisa haver uma parceria com o Ministério da Cultura e Educação para a formação de platéia, porque retomem as escolas a ensinar as artes de modo geral. Porque, senão não adianta a gente fazer grandes espetáculos e não ter público. Porque já tem grande agravante nas grandes cidades que é a violência. E como a Irene mesmo disse, é o medo. As pessoas têm medo de sair de casa. Então, a gente precisa começar, recomendar esse trabalho de formação. Começando das crianças para que no futuro, quem sabe, meu filho fazendo teatro ele consiga ver o teatro lotado, ver nossos políticos participando mais das decisões de cultura e assistindo aos espetáculos, as posições artísticas, etc. Obrigada. [palmas]

SRª PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Odilon Wagner.

SR. ODILON WAGNER: Bom, eu acho que como todos nós estamos notando aqui, eu muito feliz digo que nós... Novamente, já disse na minha primeira intervenção. Temos mais convergências do que divergências. Isso está claríssimo no discurso de todos e o nosso foco de resistência não está aqui. Não está aqui na Mesa. E eu fico muito feliz que há essa compreensão.

O afeto define a Nação, não é Amir? O afeto, você... Você é um comendador inspirador. É impressionante como ele consegue numa frasezinha a gente passa horas tentando explicar. Nós temos visões divergentes, temos caminhos divergentes, temos opiniões diversas, mas todos estamos trabalhando para o mesmo fim. A Lei *Rouanet* precisa reparos? Claro que precisa reparos. Ela precisa ser reavaliada? Claro que precisa. Tem muito a ser melhorada? Claro. Mas nós também não podemos jogar fora todas as conquistas como foi levantado aqui. Essa nova Lei do Teatro pega a parte boa da Lei *Rouanet*, acrescenta uma outra parte boa da Lei. Já lemos o seu Projeto, Ney, o Projeto da Cooperativa e do Redemoinho que é excelente. Não são excludentes, em hipótese nenhuma. Eles podem... Eu acho que o objetivo desse debate é: “Vamos juntar os interesses de todos os segmentos do teatro e colocar num foco só”. E fortalecer, assim, o nosso setor teatral no país, do mercado dessa indústria, eu insisto, nós precisamos criar a indústria cultural do teatro. Nós precisamos sobreviver da nossa profissão dignamente.

Gostaria de dizer que a figura controversa do captador existe sim. Mas a grande maioria dos captadores não são essas figuras não, somos nós mesmos. Eu nunca utilizei um captador. Eu sempre fui, pessoalmente, aos eventuais patrocinadores, etc, e essa é a realidade, eu não tenho uma pesquisa, não tenho um número, mas arrisco a dizer de 90% dos produtores teatrais. Que não tem dinheiro, inclusive, para ficar pagando para o outro... Que a sua produção, não pode ficar gastando dinheiro para dar para um captador, a gente vai pessoalmente.

A cultura, como o Amir disse, sempre foi moeda de troca. No nosso país. Isso não é deste Governo. Isto é historicamente no Brasil. Quando que nós... Vocês, companheiros aqui das artes ou pessoas ligadas ao movimento cultural, lembram de um Governo assumindo, chamando a sociedade civil e dizendo assim: “Por favor, indiquem uma lista tríplice, quem vocês querem que seja o representante de vocês no Ministério”. Eu não lembro. Este Governo, em particular, que se esperava demais dele porque foi eleito maciçamente pela classe artística, não nos ouviu também. Não é... Volto a dizer, não é uma coisa só deles, vem de governos passados.

Mas nós esperávamos mais desse Governo, porque a classe artística apoiou maciçamente este Governo. Acredita e acreditou maciçamente nesse Governo.

Então, me sinto um pouco traído de não ter sido ouvido e me sinto duplamente traído nos últimos 6 anos de governo de também não ter sido ouvido e chamado. Acho que esse movimento que temos agora é legítimo e expressa nossas vontades. Ouvir o Brasil de verdade, disse Oséas. Ouvir de verdade. Não adianta botar alguém na Comissão e não ouvir alguém na Comissão. Botar alguém da sociedade civil numa Comissão não significa dar voz... Existem mecanismos internos que impedem a Comissão de funcionar então não adianta ter uma Comissão.

Uma pesquisa recentemente saiu em São Paulo, vou rapidamente passar para vocês, que isso é da maior importância. Uma pesquisa que eu distribuí inclusive para todos aí. Falta de hábito afasta 55% de brasileiros da cultura. Foi agora em 2008. Uma pesquisa encomendada pelo Fecomércio no Rio de Janeiro. Essa pesquisa resumindo diz o seguinte: “Não é falta de dinheiro, não é falta de nenhum dos sessenta e tantos por cento que foram ouvidos, é falta de hábito. Não vou ao teatro, não vou ao cinema... Poesia? Nem entra na pesquisa. Porque nem sabem o que é. Porque não tenho interesse. Não gosto, não sou motivado, não quero saber. Não me interessa”.

Então, mais uma vez a educação, isso que a Irene coloca, uma gestão cultural do Ministério da Cultura, que tem que ser o provocador dessa ação e trazer o Ministério da Educação junto, para que incentive novamente a formação de platéia, para que seja nas escolas desenvolvidas é fundamental – isto é gestão cultural. O Ministério não está fazendo isso. A formação de platéia é fundamental para que o público esteja estimulado, e não é uma questão financeira, não são estimulados a consumir a cultura.

Nós temos dentro do... Do nosso Projeto de Leis que a gente discute muito em relação à Lei *Rouanet*, existem muitas dificuldades e coisas que têm que ser arrumadas. Porém existem coisas que o Ministério já poderia ter mexido e na sua gestão e arrumado, como, por exemplo, a concorrência desleal que o próprio Governo estabelece conosco quando as estatais que são as maiores captadoras dos recursos públicos, através de uma concorrência antiética com o próprio mercado. Nunca vi o Governo dar o dinheiro e ele mesmo utiliza concorrendo com o próprio mercado. Essas coisas sim precisam ser trabalhadas, essas coisas precisam ser revistas.

A formação de platéia é fundamental e o trabalho de todo o segmento do teatro é importantíssimo para que isso aconteça. Eu quero dar uma... Um testemu-

nho final, pessoal, que é o afeto define a Nação. Nós trabalhamos com a identidade, a nossa arte, o nosso... O conteúdo do que nós falamos trabalha com a identidade cultural do país, como disse muito bem o Amir. Nós trabalhamos com a auto-estima do cidadão. Só quando o cidadão tem orgulho da sua Pátria, da sua nacionalidade, da sua cultura é que ele vai levantar a cabeça e vai dizer como a Irene disse: “Agora chega. Chega de ausência”. Nós precisamos trabalhar o bem-estar. O bem estar físico, o bem estar físico do cidadão. A auto-estima. Precisa ter orgulho da sua Pátria e é só com essa identidade cultural que o teatro e a arte traz que o cidadão adquire.

Quero fazer aqui uma homenagem falando novamente da necessidade da educação na cultura. Falamos de professores. Eu quero dar um pequeno testemunho. D. Isaura Maia Volochot(F), que... Professora de ensino básico no interior do Paraná, que há mais de 45 anos, quero repetir para nosso Senador paranaense ouvir, a homenagem que faço à minha primeira professora, ou a que eu lembro, aquela que mais marcou, quarta série primário em Ponta Grossa no Paraná, D. Isaura Maia Volochot(F). Que há 40 e tantos anos atrás ensinava através de dramatização. Ela juntava, dava aula de história, de geografia e de outras matérias colocando os alunos numa dramatização da história. E com isso fazendo vivermos e nos sentirmos ativos dentro de um processo de aprendizado e ao mesmo tempo participando depois de leituras e de outros processos culturais. Isso, intuitivamente, essa professora, essa líder e essa grande professora demonstra como isso é importante essa vivência escolar. D. Isaura hoje será brevemente nesses próximos meses homenageada lá na cidade de Ponta Grossa com uma Escola Municipal que leva seu nome. Daí a importância de se trabalhar a cultura junto à educação.

Agradeço mais uma vez a oportunidade de estarmos aqui, agradeço ao Oséas, a Taty, a Senadora pela... Pelo convite, Amir, Irene e Ney, e quero acabar fazendo uma proposta. Para todos nós. Que nós não esperemos a próxima Audiência. Que nós cada um representante, represento aqui a APTI – Associação de Produtores Teatrais Independentes de São Paulo... APTI Rio... Foi uma indicação pessoal, mas a APTI Nordeste, São Paulo, com a Cooperativa Redemoinho, Rio de Janeiro, enfim, todas as Entidades representadas, que nós não esperemos. Que nós nos encontremos, antes da próxima Audiência, para gente dividir um pouquinho mais, aprofundar as convergências, estudar as divergências, mas aprofundar as convergências ver como é que a gente pode trabalhar para confluir num bem comum que é o desenvolvimento do nosso teatro. Muito obrigado. [palmas]

SRª PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Obrigada, Odilon. Agora vamos passar para o comendador, o professor. [risos] Para suas considerações finais. Mas o senhor quando falou aí, Odilon, Isaura Maia, nós nos olhamos aqui eu e Amir, porque... Tomamos um susto, porque interessante, quando nós começamos o movimento lá na... Que eu era Prefeita, a secretária da cidadania que onde estava ligado exatamente a essa área do teatro, da cultura, era Isaura Maia. Só que a Isaura Maia Rosado que merece de todos nós o respeito grande trabalho que fez lá na nossa cidade, no Rio Grande do Norte. Toda Isaura... Isso é bem interessante.

[falas sobrepostas]

SRª TATYANA LARYSSA RUBIM: Bom, a primeira coisa, assim, eu não me identifico como da APTR, mas eu gostaria de dizer, eu sou colaboradora desse Projeto tanto quanto da APTI e tenho profunda simpatia pela Lei do Redemoinho. Ou seja, talvez, eu seja representante de Minas e tenha aprendi a ficar realmente escutando mais para me posicionar depois.

Eu queria dizer que sou do Piauí. Trabalho em Minas há muito tempo, mas sou piauiense. Então, já que todo mundo está homenageando algo importante, eu gostaria de homenagear o Piauí de onde eu sou e tenho muito orgulho de ser de lá. E finalizar com a seguinte frase. Uma palavra que o Amir falou: “Atenção. Atenção. E depois salvem as crianças”. [palmas]

SRª PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Amir, depois desse salve as crianças, o coração já bate mais rápido. Passar para você.

SR. AMIR HADDAD: Vou sintetizar também, porque o tempo ruge. Então, eu vou falar alguma frase. Primeiro, quero dizer para o Senador que ele trabalha com excepcionais e tudo isso, essa idéia, nós somos todos excepcionais. E esse trabalho como é bom com para os excepcionais, é bom para cada um de nós. Porque, às vezes, nós estamos com tantas carências que a gente nem imagina o nível de excepcionalidade que nós somos. E o teatro ajuda a arrumar muito. Só quero dizer para o senhor que o teatro, o equipamento teatral ficava na região da cidade dedicado aos equipamentos hospitalares para tratamento da saúde. Então, se fosse fazer um teatro de acordo com a idéia grega do teatro hoje em Brasília, o teatro teria que ser construído no setor hospitalar, porque é lá que se trata a saúde da coletividade. Os gregos sempre souberam as coisas muito antes. Eles são danados. [risos] Então, dizer isso para o senhor. E para não ficar só na Grécia e trazer aqui, eu quero que mostre o movimento e nessa questão da Lei como é que a gente pode avançar nas nossas conversas. Uma frase

do Bertoldo Brecher que diz que: “A verdade é filha do tempo, e não da autoridade”. E quanto mais a gente tiver a percepção desse movimento, mais a gente vai ter percepção da história. E aí também eu posso falar, essa frase é minha: “O teatro é filho da história, e não da ideologia”. Então, também precisamos passar para essa amplidão de pensamento. E quero terminar agradecendo mais uma vez ter tido a oportunidade de participar de alguma maneira diretamente ao nível do poder e ter dito na história do meu país, como eu participo diariamente ao nível do saber, daqueles que não têm poder, mas são ricos de saber, que é o povo desse país. Obrigado. [palmas]

SRª PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Eu gostaria agora, para finalizar, agradecer a presença de todos, dizer que foi bastante... Eu acho que essa Audiência nos trouxe realmente informações, dados, questionamentos muito importantes. E essa frase diz tudo: “O teatro é filho da história, e não da ideologia”. Que a nossa Lei seja a Lei que, realmente, não seja da Senadora tal nem do Senador... Senadora Rosalba e Senador Flávio nem da Comissão, seja a Lei que realmente de todos para fazer história nesse Brasil.

Então, queria aqui agradecer, dizer para só reafirmar que alguns pontos que foram muito positivos, eu acho que são sugestões que vamos, quando tiver toda a Lei, todo o Projeto já, vamos dizer assim, acabado, passar para o estágio de relatoria, de discussões a nível de Comissão, nós vamos precisar mais do que nunca do apoio de todos que aqui vieram para fazer exatamente essas questões. Consultar as regiões, porque de repente surge alguma nova idéia que a gente possa emendar e o período será esse.

A Lei *Rouanet* acho que já foi uma coisa bem colocada, de uma forma ou de outra... A questão de escutar os investidores da iniciativa privada. A transparência do Fundo Nacional de Cultura. Tenho aqui algo que – se me permite – foi uma vivência pessoal, uma experiência que Amir pode até dar... Acompanhou um pouco, esse processo eu passei três mandatos na Prefeitura. E esse movimento todo, cultural, já foi um resgate que fizemos dos artistas que nos cobravam, de construir o teatro, de ter o espaço, aí transformamos a estação ferroviária antiga que estava abandonada no espaço cultural. Mas isso era pouco, não era só o espaço e tinha que fazer a cidade despertar. Ele foi um de nossos professores nesse despertar e levar para dentro da escola. Mas todos os Projetos, nós fizemos um calendário cultural da cidade. Fixo. Que acho que isso que o Brasil não tem e que precisa Ter, porque a iniciativa privada, o produtor, ele está lá no teatro, fazendo suas peças, mas precisa ter um calendário

de outros eventos culturais que envolvem de Estado a Estado. Isso nós não temos, nós nem conhecemos às vezes.

Então, fizemos esse calendário com três espetáculos que era “Chuva de Bala no País”, de Mossoró contando a resistência ao bando de lampião, tudo isso feito em praça pública aberto para todos, para criar a platéia e com atores da população. Diretores sempre nós estávamos aprendendo. Diretores chegando para serem nossos professores. Mas o que acontecia, esses Projetos nós encaminhávamos para o Ministério. Recebíamos, inclusive, durante o espetáculo, estava apresentando, personalidades do Ministério que iam conhecer, ficavam maravilhados. Impressionados como é que se fazia aquilo no interior do Rio Grande do Norte. Mas nunca conseguimos ter um Projeto aprovado. Nunca. A minha testemunha, fazíamos com recurso da própria cidade e com aqueles patrocinadores que chegavam da própria cidade... Conseguindo patrocínio da própria cidade.

Então vejam... Isso eu sofri, sei o que os grupos também sofrem. Disseram uma vez que apresentamos muito próximo. Apresentei uma vez quase um ano antes e foi a mesma resposta. Então, não sei qual é o tempo para ter um Projeto. Isso é o que se passa quando quer fazer a coisa com seriedade.

Outra coisa importantíssima aqui colocada, eu aqui como Presidente não estou definindo, estou colocando uma posição para ser analisado. É ser uma só lei para criar a Secretaria, para ver como é que vamos trabalhar com... Porque é tão difícil fazer uma, por que fazer duas, três? Vamos desburocratizar fazer a coisa mais fácil uma lei muita clara que todos entendam. Tem leis aqui no Brasil que fica difícil de entender e de fazer valer. Então, minha gente, mais uma vez muito obrigada. Pois não, Irene.

SRª IRENE RAVACHE: [pronunciamento fora do microfone] Eu sei que está para terminar, mas a Tatyana falou uma coisa e eu acho que nós precisamos, principalmente quando estamos em grupo lembrar que nós... Nós temos que estar atentos [interrupção do áudio] as nossas crianças, mais do que nunca, neste momento nós temos que ficar atentos.

SRª PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Obrigada, a criança que é o nosso futuro. E por falar em criança eu vou aqui só concluir com a questão de platéia.

Esses espetáculos na rua, não tinham mil, duas mil pessoas assistindo, não. Tinha dez mil no primeiro espetáculo, 20 mil no segundo e depois chegou de uma forma que passava de 50 mil. Num só espetáculo. E o silêncio era total. Isso é uma prova que o povo gosta de Arte. Agora, de teatro. Agora, precisa conhecer. Se

não tem a oportunidade, não tem interesse. Então, nós temos esse número que é vergonhoso para nós. 55% dos brasileiros não vão ao teatro, não vão a uma sala de cinema, porque, muitas vezes... E como foi colocado não é a questão da entrada, é a falta de interesse. A falta de incentivo, de estímulo, de auto-estima para isso. Então, tem que começar mesmo na escola. Se não for através das nossas crianças, dos pequeninhos, começando da educação infantil que eu defendo tanto, nós não teremos, realmente, todo esse nosso esforço talvez não vá valer o que nós queremos, porque vai faltar o mais importante que é o povo para assistir. Muito obrigada.

Eu gostaria só de dizer que nossa Comissão vai se fazer presente. Certo? Pronto. Então, fica o convite. Já está feito e já está aceito. Muito obrigada.

Sessão encerrada às 13h33.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

ATA DA 18ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 06 DE MAIO DE 2008.

Às onze horas e vinte e quatro minutos do dia seis de maio de dois mil e oito, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15, sob a Presidência do Senador Cristovam Buarque, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte e com a presença dos Senhores Senadores Flávio Arns, Paulo Paim, Ideli Salvatti, Inácio Arruda, Renato Casagrande, João Ribeiro, Mão Santa, Valdir Raupp, Gerson Camata, Heráclito Fortes, Virgínio de Carvalho, Marco Maciel, Raimundo Colombo, Marconi Perillo, Marisa Serrano, Papaléo Paes, Flexa Ribeiro, Sérgio Zambiasi, Antônio Carlos Valadares, João Vicente Claudino, Leomar Quintanilha, Valter Pereira, Neuto De Conto, Adelmir Santana, Gilberto Goelner e Kátia Abreu reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Augusto Botelho, Fátima Cleide, Wellington Salgado, Geovani Borges, Paulo Duque e Rosalba Ciarlini. O Senhor Presidente, Senador Cristovam Buarque, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Prosseguindo, a Presidência inicia a deliberação da Pauta, pelos itens não terminativos, aguardando o quórum para deliberação dos projetos terminativos. **Item 10: Projeto de Lei do Senado nº 095, de 2008**, de caráter não terminativo, de autoria da Senadora Ideli Salvatti que, “Cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento dos Museus (FNDM)”. O relator

designado é o Senador Sérgio Zambiasi e o parecer favorável, com as emendas nºs 01 e 02 – CE é aprovado. **Item 02: Projeto de Lei da Câmara nº 004, de 2008**, de caráter não terminativo, de autoria do Deputado Ribamar Alves que, “Altera dispositivos do art. 36 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. (Inclui a Filosofia e a Sociologia como disciplinas obrigatórias no Ensino Médio)”. O relator designado é o Senador Valter Pereira e o parecer favorável, com a emenda de redação nº 01-CE é aprovado. Neste momento, o Senhor Senador Valter Pereira, requer, oralmente, a inclusão, Extra Pauta de Requerimento de Urgência, o que é aprovado. **(Ver Extra-Pauta, Item 01).** **Item 04: Projeto de Lei do Senado nº 155, de 2000**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti que, “Acrescenta artigos à Lei nº 6001, de 19 de dezembro de 1973 (Estatuto do Índio), dispondo sobre a reserva de vagas nos concursos públicos para os trabalhadores indígenas”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Flávio Arns e o parecer favorável, com as emendas nºs 01, 02, 03, 04 e 05 – CE é aprovado. Prosseguindo, a Presidência retoma a ordem da Pauta. **Item 05: Projeto de Lei do Senado nº 386, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Wilson Matos que, “Altera o art. 47 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para instituir o ano letivo em duzentos dias efetivos de aula, no ensino superior”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Papaléo Paes e o projeto é aprovado por 17 (dezesete) votos favoráveis incorporando ao texto final a emenda nº 01 – CE aprovada por 16 (dezesesseis) votos. **Item 06: Projeto de Lei do Senado nº 561, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Marco Maciel que, “Institui o ano de 2010 como ‘Ano Nacional Joaquim Nabuco’”. O relator designado é o Senador Raimundo Colombo e o projeto é aprovado por 16 (dezesesseis) votos favoráveis, incorporando ao texto final a emenda de redação nº 01-CE, aprovada por 15 (quinze) votos. **Item 08: Projeto de Lei do Senado nº 399, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Cristovam Buarque que, “Denomina ‘Rodovia Honestino Monteiro Guimarães’ o trecho da BR-020 que corta o Distrito Federal”. O relator designado é o Senador Adelmir Santana e o projeto é aprovado por 18 (dezoito) votos favoráveis, incorporando ao texto final a emenda nº 01-CE, aprovada por 17 (dezesete) votos. **Item 09: Projeto de Lei do Senado nº 189, de 2006**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Flávio Arns que, “Disciplina a utilização do espectro de radiofrequências destinado aos serviços de televisão”. O relator designado é o Senador Renato Casagrande e o parecer favorável acatando as

emendas aprovadas na Comissão de Infra-Estrutura, nºs 01-CI/CE, 02-CI/CE e 03 – CI/CE é aprovado. **Item 11: Projeto de Lei do Senado nº 528 de 2007**, de caráter terminativo, de autoria da Senadora Fátima Cleide que, “Cria a Universidade Federal Rural do Vale do Guaporé – UFRVG, com sede no município de São Francisco do Guaporé, Estado de Rondônia”. O relator designado, ad hoc, é o Senador João Vicente Claudino e o projeto é aprovado por 16 (dezesesseis) votos favoráveis incorporando ao texto final a emenda nº 01-CE aprovada por 15 (quinze) votos. **Item 12: Projeto de Lei do Senado nº 193, de 2007**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Raimundo Colombo que, “Dispõe sobre a isenção do pagamento de taxas de inscrição de concursos públicos da Administração Federal e de exames vestibulares das instituições federais de educação superior aos jurados do Tribunal do Júri e aos eleitores nomeados para compor as Mesas Receptoras ou Juntas Eleitorais”. O relator designado é o Senador Papaléo Paes e o parecer favorável, na forma do substitutivo oferecido, é aprovado. **Item 15: Projeto de Lei do Senado nº 571, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Senador José Nery que, “Dispõe sobre a criação do Dia Nacional de Combate ao Trabalho Escravo, bem como da Semana Nacional de Combate ao Trabalho Escravo”. A matéria foi lida, debatida e a discussão encerrada na reunião do dia onze de março. O relator designado é o Senador Paulo Paim. e o projeto é aprovado por 19 (dezenove) votos favoráveis incorporando ao texto final a emenda de redação nº 01 – CE aprovada por 18 (dezoito) votos. **Item 17: Projeto de Lei do Senado nº 409, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Valdir Raupp, que “Autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Ariquemes, no Estado de Rondônia”. A matéria foi lida, debatida e a discussão encerrada na reunião do dia onze de março. O relator designado é o Senador Mão Santa e o projeto é aprovado por 18 (dezoito) votos favoráveis. **Item 18: Projeto de Lei do Senado nº 494, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Marconi Perillo que, “Autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal do Sudeste de Goiás (UFSG), com sede no município de Catalão, no Estado de Goiás”. A matéria foi lida, debatida e a discussão encerrada na reunião do dia onze de março. O relator designado é o Senador Heráclito Fortes. e o projeto é aprovado por 19 (dezenove) votos favoráveis. **Item 19: Projeto de Lei do Senado nº 246, de 2007**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Paulo Paim que, “Regula o Programa de Seguro-Desemprego Rural, o Abono Salarial Rural, o Programa de Educação e Formação de Mão-de-Obra Rural – PRORURAL, e institui

o Fundo de Amparo ao Trabalhador Rural – FAT Rural e dá outras providências”. O relator designado é o Senador Flexa Ribeiro e o parecer é favorável, com as emendas oferecidas. O projeto é retirado de pauta, atendendo à solicitação do relator. **Item 21: Projeto de Lei do Senado nº 189, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria da Senadora Kátia Abreu que, “Autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal do Vale do Araguaia (UNIVAR), com sede no Município de Araguatins, Estado do Tocantins”. O relator designado é o Senador Leomar Quintanilha e o projeto é aprovado por 16 (dezesesseis) votos favoráveis incorporando ao texto final a emenda nº 01-CE aprovada por 15 (quinze) votos, prejudicando ainda, a emenda de autoria do Senador Antônio Carlos Valadares, por 15 (quinze) votos. **Item 22: Aditamento nº 01 ao Requerimento nº 55/07 – CE**, de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores Paulo Paim e Flávio Arns, que requer “...em aditamento ao Requerimento nº 55/2007-CE, aprovado no dia 11 de dezembro de 2007, solicito que seja incluído como participante da Audiência Pública com a finalidade de discutir o PLS 026/2007, de autoria do senador Tião Viana, que “Altera a lei nº 7.498, de 25 de junho de 1986, que dispõe sobre a regulamentação do exercício da enfermagem e dá outras providências, para estabelecer prazo para a concessão de registros aos atendentes, auxiliares e técnicos de enfermagem e às parteiras, bem como para assegurar a esses profissionais acesso diferenciado aos cursos de graduação de nível superior em enfermagem, o diretor José Caetano Rodrigues, Representante Legal da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Saúde (CNTS)”. O Aditamento ao Requerimento é aprovado. **Item 23: Comunicados da Presidência: Comunicado 01:** Comunico aos Senhores Senadores o recebimento de convite do Exmo. Sr. Ministro da Educação, Fernando Haddad, para o lançamento do Plano de Mobilização de Igrejas Cristãs pela Educação, a realizar-se no dia 08 de maio do corrente, às 16h30, no Auditório do edifício-sede do Ministério da Educação. **Extra-Pauta, Item 01): Requerimento de Urgência nº 022/08 – CE**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Valter Pereira que, requer “...nos termos do artigo 336, inciso II, combinado com o artigo 338, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, requer Urgência, para o Projeto de Lei da Câmara nº 004, de 2008, que ‘Altera dispositivos do art. 36 da lei nº hNacional. (Inclui a Filosofia e a Sociologia como disciplinas obrigatórias no Ensino Médio)’”. O Requerimento é aprovado. Ficam adiadas em virtude da ausência dos relatores as seguintes matérias: **Item 01: Projeto de Lei do Senado nº 387 de 2007; Item 03: Projeto de Lei do Senado nº 344,**

de 2007; Item 07: Projeto de lei do Senado – Complementar nº 481, de 2007; Item 13: Projeto de Lei do Senado nº 054, de 2007; Item 14: Projeto de Lei do Senado nº 712, de 2007; Item 16: Projeto de Lei da Câmara nº 096, de 2007; Item 20: Projeto de Lei do Senado nº 575, de 2007. O Senhor Presidente, Senador Cristovam Buarque, determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devolução da publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às doze horas e cinquenta e cinco minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal. –Senador **Cristovam Buarque**, Presidente Eventual da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA
E ESPORTE – CE

NOTA TAQUIGRÁFICA

18ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 06 DE MAIO DE 2008.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Bom dia a cada uma e a cada um. Havendo número regimental, declaro aberta a 18ª Reunião Ordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura. Submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior e a aprovação da mesma. Os senadores e senadoras que estiverem de acordo permaneçam como estão. Aprovado.

Nós temos uma pauta intensa de terminativos. E eu quero lembrar os senhores senadores que nós estamos ficando, por falta de *quorum* em alguns momentos, para trás em projetos nossos. Estamos votando mais os projetos dos deputados, porque não precisa de *quorum* qualificado, do que os nossos. Então, hoje, vamos fazer o possível para chegar até o *quorum*.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu vou primeiro a um não terminativo, que é o Item... Senadora Ideli.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Sr. Presidente, se fosse possível fazer a inversão de pauta do Item 10, do qual eu sou autora e o Senador Zambiasi é o relator, se fosse possível começar por ele... É o que cria o fundo para os museus.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Consulto. Os senadores que estão de acordo com a inversão de pauta, os que tiverem de acordo permaneçam como estão. Está aprovado. Então está aceita a sugestão da Senadora Ideli, e já vamos direto para o projeto que é o Item 10, não terminativo, que é o Projeto de Lei do Senado nº. 095/08, que cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento dos Museus. A autora é a Senadora Ideli Salvatti. A relatoria é do Senador Sérgio Zambiasi. A matéria é terminativa na Comissão de Assuntos Econômicos. Nós esperamos, portanto, que o Senador Zambiasi faça a leitura do relatório. Temos tempo suficiente. Está na página 149 a 158.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Presidente Cristovam Buarque, trata-se de parecer de relatório a respeito de Projeto de Lei 095/08, que cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento dos Museus. Se o senador me permitir, nós vamos ler o relatório, indo diretamente à análise que trata exatamente da proposta da Senadora Ideli Salvatti. Trata-se da criação do Fundo Nacional de Desenvolvimento dos Museus, de natureza contábil, destinado a apoiar projetos na área de museus, tais como, criação, construção, restauração e modernização de prédios, sítios e monumentos; criação, aquisição e manutenção de acervos; formação e valorização de profissionais; melhoria da gestão; desenvolvimento de programas educativos; comunicação e difusão da atividade de guarda, conservação e exibição dos acervos e de seus bens. Os recursos e benefícios do Fundo Nacional de Desenvolvimento dos Museus poderão ser repassados a instituições privadas, desde que consideradas de interesse público e tendo seus acervos tombados em nível federal, com públicas de todas as esferas, sem prejuízo da implantação de ações amparadas pelo Programa Nacional de Apoio à Cultura – PRONAC.

Para a sua constituição, a autora, Senadora Ideli Salvatti, informa que poderá contar, dentre outras fontes, com recursos orçamentários específicos, como contribuições, subvenções, auxílios, legados, doações de pessoas físicas e jurídicas, com incentivos fiscais e com percentual de renda bruta auferida pelos concursos de loterias federais da cultura. Os projetos das instituições museológicas a serem beneficiados com os recursos do fundo serão avaliados pelo órgão gestor, e, somente mediante sua aprovação, farão jus ao incentivo. Os valores captados por meio de incentivos fiscais e doações poderão ser depositados em contas fundo, de caráter contábil financeiro, a serem abertas e fiscalizadas pelo próprio fundo. Não foram oferecidas emendas à proposição. A especificidade dos museus merece uma consideração a parte, quando se analisam

as questões relacionadas à cultura. Trata-se de instituições do maior significado histórico cultural, relegadas ao plano secundário, quando se fala em relação de bens dessa natureza. Já existe, no ordenamento jurídico nacional, o Fundo Nacional da Cultura e o Fundo de Investimento Cultural e Artístico – FICART, além da facilidade de obtenção de recursos por meio de incentivos a projetos culturais fruto do Programa Nacional de Cultura, o PRONAC. A área de museus no Brasil tem recebido um volume de recursos muito inferior ao de que necessitaria para se desenvolver. Portanto, nada mais justo que o setor passasse a ser tratado diferentemente em relação aos demais. A criação de um fundo específico poderia corrigir essa distorção. Outros setores já estão se ressentindo dessa diferenciação de tratamento e recorrendo à formalização de fundos destinados a seu sustento, como é o caso do Fundo de Incentivo à Leitura, em fase de gestação legislativa. O setor teatral, Senador Presidente Cristovam Buarque, já conta com amplo apoio do Senado Federal, em sua cruzada pela criação da Secretaria Nacional do Teatro, no âmbito do Ministério da Cultura, e Música, de uma efetiva dedicação governamental às artes cênicas. O Centro de Artes Cênicas da Fundação Nacional de Arte – FUNARTE instituiu o Prêmio FUNARTE de Dramaturgia, executado pela Coordenação de Teatro. Destina-se à premiação de autores brasileiros de textos teatrais inéditos, nas categorias de teatro adulto e teatro para infância e juventude, de forma regionalizada. Ainda no âmbito das artes cênicas, foram criadas as caravanas FUNARTE de circulação regional, com o objetivo de estimular, mediante premiação, a circulação de espetáculo de teatro e dança nas diversas regiões do país. As atividades audiovisuais obtiveram ampla guarida perante o Executivo, mediante a criação da Secretaria do Audiovisual, que fomenta a produção do mercado tradicional e estimula as iniciativas para a diversidade de conteúdos e meios.

Além do mais, desenvolve projetos especiais voltados para a criação de pólos de produção e para a cooperação entre países, além de possibilitar inserção de periferias e pequenos municípios no domínio das tecnologias audiovisuais. Na área da música, o Ministério criou o Projeto Orquestras, destinado a promover a realização de concertos de duos, trios e quartetos, nas várias regiões brasileiras, bem como o reparo de instrumentos musicais de orquestras sinfônicas de cordas ou câmara. O apoio destina-se a orquestras em atividade que apresentam dificuldades em se manter em função do desgaste dos instrumentos musicais. O Projeto Bandas de Música permite a reciclagem de músicos e mestres de bandas, a distribuição gratuita de instrumentos de sopro e a edição de partituras, tudo

isso com vistas ao fortalecimento da cultura musical brasileira, que se dá, na maioria dos municípios, por meio de suas bandas musicais. O Projeto Pixinguinha, destinado à realização de espetáculos de música popular nas capitais e principais cidades do país, promove o intercâmbio de manifestações musicais das diversas regiões, gratuitamente ou a preços populares. Já no que diz respeito aos museus, pouco se faz.

A Política Nacional de Museus, lançada em maio de 2003, apesar de seus ingentes esforços destinados a implementar ações e iniciativas fundamentais para que as instituições museológicas brasileiras se desenvolvam e ganhem mais atenção do Governo Federal e da sociedade, têm sobrevivido com recursos financeiros que não atendem à especificidade do setor. Nos anos 2001 e 2002, o investimento total na área em decorrência da política foi de 20 milhões de reais. Em 2004 e 2005, o valor dobrou. Em 2005, chegou a 95 milhões de reais. Em 2006, o montante ultrapassou a casa dos 120 milhões de reais. Em 2007, a cifra chegou a cerca de 140 milhões de reais, com previsão de atingir 160 milhões de reais, agora em 2008. Tais recursos foram absorvidos em outras atividades, no apoio à realização de exposições; em obras e implantação de galerias; na reforma e restauração de museus; na realização de fóruns nacionais e cursos de capacitação em museologia; e no mapeamento das instituições museológicas brasileiras. Apesar de todo esse esforço, o setor não conta, ainda, com recursos garantidos, necessários para a estruturação de uma política de maior prazo, fundamental para suprir a demanda por treinamento, restauração, conservação, aquisição de peças, criação de novos espaços em atendimento aos anseios da sociedade, pela preservação e disseminação do conhecimento, que permite análise da formação histórica do Brasil e do homem brasileiro.

Era o que nos competia, Presidente Cristovam, no âmbito da Comissão de Educação, Cultura e Esporte avaliar. Por isso, vou ao voto. Diante do exposto, o voto é favorável à aprovação do Projeto de Lei do Senado 095/08, cuja autora está aqui ao meu lado, Senadora Ideli Salvatti.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Estão abertas as discussões. Senadora Ideli, a quem eu aproveito para parabenizar pelo projeto muito oportuno, muito criativo e muito útil.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Sr. Presidente, queria, em primeiro lugar, agradecer ao Senador Sérgio Zambiasi, pelo parecer tão bem elaborado e que faz com que esta nossa proposta se robusteça. Eu queria trazer, ainda, alguns elementos, porque, quando nós preparamos o projeto, ainda não tinha saído o edital, por conta do retardamento, né, da his-

tória do orçamento deste ano, que só foi votado em março. Mas este ano nós tivemos já a confirmação de 160 milhões para a Política Nacional de Museus. E o primeiro... Estava previsto, né, conforme o próprio parecer do Senador Zambiasi, mas agora efetivamente está confirmado: 160 milhões. Foi o que... foram abertos, foram iniciados os editais. Nós temos, no Brasil, hoje, 2.500 instituições consideradas como museu ou afins. É o cadastro do IPHAN.

Portanto, atender, colocar recurso em 2.500 instituições é algo realmente muito difícil, se não tivermos uma fonte que, permanentemente, esteja voltada a atender às necessidades dessas instituições. E as instituições são muito diversas, muito diversas, e todas elas importantíssimas. Só para exemplificar, nesse primeiro edital do IPHAN, que saiu agora há poucos dias, nós tivemos três museus beneficiados em Santa Catarina. Um museu em Jaraguá do Sul, um em Criciúma e um em Timbó. O museu em Jaraguá vai receber R\$ 28.875 reais e ainda vai ter uma contrapartida da instituição. E vai ser destinado à segurança do Museu Histórico Municipal Emílio da Silva. Portanto, entre as três escolhidas em Santa Catarina, uma é um museu municipal. Uma coisa importante, né, de todos os municípios terem uma instituição que guarde a memória e a história da sua municipalidade. Em Criciúma, o total aprovado foi de R\$ 58.922 reais destinado ao Museu Universitário do extremo-sul Catarinense. Então, já é um museu regional, voltado, ligado à questão educacional, e a destinação desse recurso é para pesquisa. O terceiro, que é o município Timbó, veja como é importante, Timbó vai receber 125 mil para o Museu da Música. E este Museu da Música, no município de Timbó, é um dos raros que se destina a fazer exatamente o arquivo e o resgate e a preservação de toda a história da música no nosso país e nas nossas comunidades.

Então, eu fiz questão de citar esses três exemplos para mostrar e demonstrar a diversidade que nós temos em todo o território brasileiro. É necessário de que nós tenhamos uma atenção maior, recurso maior. Por isso que o projeto, criando o fundo e dando as fontes possíveis para que ele seja mantido, para nós é muito importante que nós possamos aprovar. Agora, a assessoria, e aí eu pediria uma pequena atenção do Senador Zambiasi, a assessoria está nos alertando... Porque ele não é terminativo aqui e depois ele vai para a CAE, onde ele é terminativo na CAE. E, provavelmente, nós teremos lá na CAE um debate a respeito... Que, como cria um fundo e tal, tem a questão constitucional de ser impositivo ou autorizativo. Então, para que a gente não tenha, lá na CAE, o problema de a CAE acabar transformando em autorizativo, e aí teríamos duas votações diferenciadas em termos do texto,

eu queria até solicitar ao Senador Zambiasi, se fosse de acordo, que ele pudesse transformar o projeto em autorizativo, para que a gente não tivesse, depois, problema na CAE com relação à sua tramitação.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu peço ao relator que apresente por escrito essa emenda, que a Mesa acatará sem nenhum problema.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Presidente, já estamos encaminhando junto à assessoria a emenda. Só para complementar, aqui, o relatório, Presidente, eu não poderia deixar, aqui, de homenagear a assessoria, a consultoria da Casa, aqui do Senado, que fez toda uma pesquisa comparativa que chamou a atenção para inúmeros projetos que nem toda a sociedade sabe da sua existência e que estão ali já divulgando arte, divulgando a nossa cultura, como é o caso do Projeto Orquestras, o Projeto Bandas de Música, o Projeto Pixinguinha talvez seja o mais conhecido e o mais popular de todos, o mais antigo, quem sabe. Mas acho que o momento em que a Senadora Ideli apresenta essa proposta, e a assessoria nos auxilia na elaboração do relatório, vamos nos encontrar, tanta coisa acontecendo na cultura e que nem sempre ganha o espaço de divulgação necessário. Até, em nível de comparação, para que nós tenhamos um argumento ainda mais forte para justificar a aprovação do projeto, neste caso, autorizativo, já com a emenda, conforme sugestão da própria autora.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Com a palavra o Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Sr. Presidente, eu quero também, em primeiro lugar, parabenizar a Senadora Ideli Salvatti pela iniciativa do projeto. Considero também um projeto de fundamental importância. Eu diria, assim, que, quando nós temos, assim, um direcionamento, em termos de uma determinada ação, esta ação tende a se fortalecer. É o debate que nós estamos fazendo nesta Comissão de Educação, também relacionado à criação da Secretaria Nacional do Teatro, no Ministério da Cultura, e o argumento que se utiliza é um argumento parecido. Direcionando-se, com fundos específicos, idéias específicas, objetivos bem determinados, a área dos museus tende a ficar fortalecida. Eu concordo com isso e sou favorável à iniciativa. Eu quero, no segundo aspecto, enaltecer o relatório do Senador Zambiasi. Ele próprio já mencionou que a assessoria, a consultoria da Casa, fez também um levantamento bastante detalhado, que mostrou na exposição, particularmente na análise, os trabalhos que já vêm sendo feitos pelo Ministério da Cultura. E eu até acho, Senador Zambiasi, que nós poderíamos, de

alguma maneira, ainda a partir do relatório de V.Ex^a, divulgar ainda mais isso que está no relatório. Eu acho que nós poderíamos pedir para o Ministério da Cultura detalhar, inclusive, um pouco mais os projetos todos. Por exemplo, Projeto Orquestras. Quantos municípios, qual o valor destinado, quais os resultados obtidos... O projeto Pixinguinha. Como é que está acontecendo, qual o valor destinado no decorrer desses anos, quais os resultados obtidos. Assim também em relação às bandas de música, bem como os outros projetos. Eu acho que nós poderíamos, assim, nos aprofundar um pouco, porque seria, eu diria, do interesse da sociedade, inclusive, saber mais. Olha, eu já participei, eu município não participei, gostaria de participar, como é que isso pode ser feito, como é que eu posso ter acesso... E, assim, coisas dessa natureza.

Então eu queria propor para o Senador Sérgio Zambiasi que a gente pudesse detalhar mais, para ter mais inserção ainda nas necessidades e abrir esta perspectiva para municípios e Estados que eventualmente não estejam participando. E o terceiro e último aspecto, eu só gostaria que a Senadora Ideli Salvatti, que apresentou dados importantes, complementando de uma certa forma o relatório do Senador Sérgio Zambiasi, a Senadora Ideli Salvatti colocou que, de acordo com levantamentos do IPHAN, existem 2.500 museus ou iniciativas, vamos dizer, parecidas pelo Brasil. Eu até quero perguntar por que é que é no IPHAN, porque IPHAN é Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, quer dizer, o patrimônio histórico e os museus estariam toda esta contagem incluída nos 2.500 ou seria somente museus, e separando este número do patrimônio histórico? Porque, de fato, eu acho que não deixa de haver, assim, uma preservação da história pela manutenção, pela preservação do patrimônio histórico, mas eu penso, assim, que seriam objetivos bem diferentes, assim, de um museu. Que também o patrimônio histórico nós precisamos achar mecanismos para ser preservado. Então, se V.Ex^a, se tiver o dado também, se pudesse só explicar. Não tem esse dado... Porque o Instituto do Patrimônio Artístico, IPHAN, Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Permite um aparte, Senador Flávio Arns. Eu acho que as questões que o Senador Flávio Arns está fazendo nesse momento são todas pertinentes. Eu acho que boa parte delas nós não teríamos condição de poder fornecer. Têm outras que nós teríamos que, efetivamente, requisitar ao Ministério da Cultura. E eu queria sugerir que, como o projeto não é terminativo, vai ainda para a Comissão de Assuntos Econômicos, que nós pudéssemos fazer o seguinte: transformar num requerimento de... um pedido de informação em nome da Comissão,

e, aí, quando chegassem as respostas, nós pediríamos, então, à Comissão para anexar, se for aprovado o projeto aqui, na tramitação lá da CAE, ou seja, para a gente poder ter lá na tramitação da CAE esses dados tão importantes que o Senador Flávio Arns está levantando e que eu acho que... ajuda a gente a entender melhor toda esta realidade.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Então, senadora, até queria dizer que sou 100% a favor do projeto. É só que esse projeto partiu, assim, para uma área, assim, que eu acho que é de muito interesse da sociedade toda saber como se tem acesso a esses programas todos e os resultados desse programas. O que nós poderíamos fazer, Sr. Presidente, é a solicitação de informações, mas independente da tramitação desse projeto. A não ser que isso sirva como subsídio lá para o debate que vai acontecer na própria CAE, para subsidiar um pouco mais a decisão dos senadores.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Senador, só um minutinho. É que, enquanto V.Ex^a estava falando, já veio a informação do Ministério da Cultura. São 2.500 museus. Museus.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Muito bem. Além disso, se quiser algum Requerimento, Senador Flávio Arns, o senhor encaminha que eu próprio conseguirei esses dados junto ao Ministério da Cultura. Bem, não havendo mais discussão, eu passo à votação. Os que estiverem de acordo permaneçam como estão.

Está aprovado o projeto da Senadora Ideli.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Só explicar uma coisa, Senador. Nós vamos entrar agora num projeto ainda não terminativo, cujo relator é o Senador Valter Pereira. Eu gostaria que os senadores ficassem aqui, porque podemos rapidamente votar diversos projetos terminativos. O Senador Flexa pediu a palavra.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu pediria a V.Ex^a que, se possível, submetesse ao Plenário a inversão de pauta para que nós pudéssemos apreciar o Item 19, não terminativo, projeto do Senador Paulo Paim que eu sou relator. Tenho que participar da reunião da Mesa Diretora que começou às 11h30.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Sem V.Ex^a não tem luz.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Não tem número, não tem *quorum*, não tem luz, nem *quorum*.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Esse é não terminativo.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Pois é, a gente vai precisar do senhor para dar voto aqui.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Ficaremos aqui. Eu só pediria a inversão de pauta.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Bem, eu submeto aos demais senadores se estão de acordo com a inversão de pauta. Está aprovado. Não havendo ninguém contrário, está aprovado.

O Senador Valter, que seria o próximo, também deve estar de acordo.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Está de acordo. Quem cala consente, Excelência.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Papaléo, o senhor pediu a palavra?

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Da mesma forma, eu farei parte dos membros que estarão reunidos na Mesa do Senado. Meu Item é o 12. Prometo que serei bem breve no meu relatório. Solicitaria uma inversão de pauta também. Pelo mesmo motivo do Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu tenho um óbice apenas a apresentar, aqui, que é o seguinte, eu tenho que voltar para a CAE, onde eu vou relatar também um projeto de grande significação para São Paulo. Não quero criar dificuldade na inversão, mas também eu gostaria que fosse considerada essa hipótese. E esse projeto que estou para relatar é um projeto que tem gerado bastante tumulto, bastante desentendimento. Eu acho que é uma matéria que tem que ser votada logo, tem que liquidar logo essa fatura.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Sr. Presidente, eu concordo com a observação do Senador Valter. Quer dizer, essas inversões de pauta seriam depois do Item 2. Apreciar o Item 2 e depois inverter-se a pauta.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Em discussão o Item 2. Agora, eu volto a insistir que nós precisamos votar os terminativos. Estamos deixando de aprovar projetos dos colegas senadores e aprovando só os da Câmara dos Deputados, dos senhores deputados. O que é um contrassenso. Antes de passar a palavra ao Senador Valter Pereira, eu passo à votação das duas emendas que foram feitas ao projeto de iniciativa da Senadora Ideli. O primeiro, que é o art. 1º, fica o Poder Executivo autorizado a criar o Fundo Regional de Desenvolvimento dos Museus. Os que estiverem de acordo permaneçam como estão. Está aprovado.

A segunda emenda autoriza o Poder Executivo a criar... dessa emenda a seguinte redação: autoriza o

Poder Executivo a criar o Fundo Nacional de Desenvolvimento dos Museus. Os que estiverem de acordo permaneçam como estão. Estão aprovadas as duas emendas. Eu passo a palavra ao Senador Valter Pereira, que é o relator do projeto do Item 2, não terminativo, Projeto de Lei da Câmara n. 004/2008, que altera dispositivos do art. 36 da lei 3.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação nacional. Este projeto, para que seja bem inteligível, inclui Filosofia e Sociologia como disciplinas obrigatórias no ensino médio. O projeto é de autoria do Senador Ribamar Alves. Eu passo a palavra ao Senador Valter Pereira.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Sr. Presidente, eu vou abster-me de fazer a leitura do relatório, já que foi distribuído e foi largamente discutida já a matéria, e vou passar diretamente à análise.

A Filosofia e a Sociologia, Sr. Presidente, foram excluídas dos cursos de educação escolar brasileira em 1971, durante a ditadura militar. Na ocasião, foram substituídas pelas disciplinas Educação Moral e Cívica e Organização Social e Política do Brasil. Desde então, teve início a luta pela reinserção daquelas matérias por parte de professores e estudiosos que julgam o conhecimento tanto da Filosofia quanto da Sociologia indispensáveis para a formação integral dos nossos jovens. No bojo dessa luta, foi apresentado, na Câmara dos Deputados, o PL 3.178/97, com o objetivo de alterar a LDB, de modo a incluir no currículo do ensino médio a Filosofia e a Sociologia como disciplinas obrigatórias. Enviada à sanção presidencial, esse Projeto de Lei foi vetado integralmente em outubro de 2001, sob a alegação de que, se transformado em lei, traria ônus para os Estados e o Distrito Federal, pressupondo a necessidade da criação de cargos para a contratação de professores dessas disciplinas. Hoje o contexto é completamente distinto, tendo em vista que, em mais de 15 Estados brasileiros, os currículos do ensino médio já incluem as disciplinas Filosofia e Sociologia e que, principalmente, o Ministério da Educação homologou a resolução n. 004/06, da Câmara, de educação básica do Conselho Nacional de Educação, que estabelece prazo para os sistemas de ensino fixarem as medidas necessárias para a inclusão das disciplinas de Filosofia e Sociologia no currículo das escolas de ensino médio. Por fim, cabe informar que, em outubro de 2005, esta Comissão aprovou, em caráter terminativo, o Projeto de Lei n. 004/05 que trata do mesmo assunto e que, no momento, tramita na Câmara dos Deputados.

Assim sendo, entendemos que existem motivos... que inexistem motivos que atoplem a implementação da medida proposta no PLC n. 004/08. Tampouco encontramos impedimentos para a aprovação da ma-

téria, tendo em conta a sua constitucionalidade, juridicidade, regimentabilidade e boa técnica Legislativa. Apenas um pequeno reparo deve ser feito na emenda do PLC ora em exame, para adequá-lo aos ditames da Lei Complementar n. 095/98. Em vista do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara n. 004/08, com a seguinte redação: “Dê-se à ementa do Projeto de Lei da Câmara n. 004/08 a seguinte redação. Altera o art. 36 da lei 3.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir a Filosofia e a Sociologia como disciplinas obrigatórias nos currículos do ensino médio. Esse é o nosso relatório, Sr. Presidente.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu abro para as discussões. Senadora Ideli. Quero comunicar que nós estamos com o *quorum* para a votação terminativa, e nós temos três projetos terminativos que não vamos precisar debater porque já foram debatidos exaustivamente na última Sessão. É apenas ler e votar. Senadora Ideli.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Sr. Presidente, esta questão da Filosofia e Sociologia ela se arrasta no Congresso Nacional há muito tempo. Eu diria até que é uma, já acaba se transformando numa espécie de questão de honra nós retornarmos ao ensino médio brasileiro com estas duas disciplinas. Todos nós sabemos o quanto o ensino dessas duas matérias contribuem para formar, para dar visão, para permitir que a nossa juventude tenha uma formação mais adequada, mais humanista, inclusive, mais voltada para o fortalecimento dos valores que devem mover todas as pessoas na passagem, aqui, pelo nosso universo. E nós sabemos, também, que há uma... Um movimento legítimo, absolutamente legítimo, para que seja incluída a questão da Psicologia. Acontece que, se nós fizermos a inclusão, isto volta para a Câmara.

E, portanto, algo que já se arrasta há tanto tempo, para beneficiar algo também legítimo, vai ser retardo, aí retardo os três; retarda Filosofia e Sociologia e também retarda a inclusão da Psicologia. Por isso que eu quero deixar, aqui, muito claro e consignado: o meu voto é pela aprovação do projeto como veio, para que ele possa ser sancionado o mais rapidamente possível. Até porque nós temos, aqui, um projeto, que é o PL 6.642/06, de autoria do Senador Osmar Dias, que trata deste assunto, e este projeto já foi aprovado e está na Câmara. E, na Câmara, este projeto foi apensado, um de autoria da Deputada Erundina, aonde, além de Sociologia e Filosofia, se inclui a Psicologia.

Portanto, eu acho que, se nós aprovarmos do jeito como veio da Câmara, nós estaremos agilizan-

do a Filosofia e a Sociologia e temos o compromisso, porque já saiu daqui, já foi lá para a Câmara, de darmos apoio, também, através das nossas bancadas, através dos deputados dos nossos partidos, para que a Psicologia possa ser aprovada na tramitação lá na Câmara. Sem, dessa forma, retardar algo que é uma expectativa imensa e uma necessidade cada vez mais premente de nós termos o retorno da Filosofia e da Sociologia imediatamente ao ensino médio brasileiro. Por isso, eu quero deixar aqui muito claro que meu voto é a favor da Sociologia e da Filosofia, não é um voto contrário à Psicologia. Apenas para que nós possamos ter um procedimento que agilize aquilo que se arrasta há tanto tempo sem inviabilizar a justa reivindicação da área de Psicologia. Então era isso, Sr. Presidente, que eu queria consignar como meu voto.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu quero dizer, senadora, que a Mesa e eu, pessoalmente, também estou de acordo com a senhora, e estamos vivendo uma situação muito parecida, com o Sr. Marco Maciel, na Câmara, agora, com a aprovação do piso salarial. O piso salarial do professor, que seria aprovado 15 dias atrás, não foi, porque uma reivindicação muito justa, que é colocar também o piso igual para os aposentados. Justo, mas se for aprovado vai atrasar a aprovação do piso dos professores que estão na ativa. A discussão era: aprovamos logo o piso e depois lutamos para incluir os aposentados ou seguamos? Está se segurando e pode-se adiar por muito tempo ainda, se hoje, a reunião era agora, foi adiada para a tarde. Não fora aprovado. Eu concordo também, com a Senadora Ideli, com o Relator, que aprovemos agora a Filosofia, a Sociologia e continuemos lutando para que a Psicologia também faça parte, que eu acho que é uma disciplina importante.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Senador Cristovam Buarque.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Quem pediu a palavra? Senador Marco Maciel.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Eu apenas gostaria, gostaria, em brevíssima intervenção, dizer que, de fato, eu me incluo dentro daqueles que consideram importante a inclusão da Psicologia. Mas, estamos diante aí de... como V.Ex^a salientou, com a oportunidade, diante de uma dificuldade, de uma grande dificuldade, de ultrapassar a questão que se põe, que é não retardar mais a aprovação do projeto que se encontra aqui em tramitação. Mas eu me disponho, também, aí, devido a esforços através do partido ao qual pertenço e dos partidos que estão conosco coligados, para que nós possamos dar prioridade à aprovação, também, do projeto do Senador Osmar Dias, que se

encontra na Câmara dos Deputados. E aí nós teríamos acolhido também o pleito justo dos profissionais de Psicologia e estaríamos agindo sem que houvesse mais delongas no reconhecimento dessa nova disciplina, dessa nova disciplina curricular.

E por isso eu quero cumprimentar o Senador Valter Pereira, pelo parecer que ofereceu, e certamente, também, a presença dele vai ser importante na Câmara, no sentido de fazer com que a Câmara dos Deputados dê o devido tratamento, ou seja, o tratamento prioritário ao projeto do Senador Osmar Dias. Eu penso que, dessa forma, então, nós estaríamos conciliando interesses aqui em conflito.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Agradeço ao Senador Marco Maciel e vou pôr em votação.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Antes de colocar em votação, Sr. Presidente...

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador, vamos votar logo, porque... Perfeito. Vamos colocar em votação. Aqueles que estiverem de acordo permaneçam como estão. Esse é nominal? Não. Está aprovado.

Eu vou colocar agora em votação os três projetos nominais, que a Senadora Ideli tem muito compromisso, mas ela quer ter o privilégio de votar nesses três. Senador Flexa.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Só para ajudá-lo. Eu fui procurado há pouco pela liderança do Governo e pelos assessores do Ministério do Trabalho sobre o Item 19 da pauta, projeto do Senador Paulo Paim, que cria--

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Vai ser imediatamente depois.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não, não. O Fundo de Amparo ao Trabalhador Rural – FAT Rural. Eu digo que, se o senhor pudesse retirar de pauta hoje para colocá-lo na semana próxima, porque eles gostariam de ter um contato para dar algumas informações a respeito do projeto. Eu pediria, então, que, até para ajudá-lo na votação dos terminativos, que nós pudéssemos deixá-lo para a pauta da próxima Sessão.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Está bem. Vamos então--

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Sr. Presidente, o Item 2 da pauta.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Vamos chegar lá.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Não, que acabamos de votar. É não terminativo aqui e terminativo no Plenário. Eu só requeiro a V.Ex^a a urgência para

a apreciação, para que ele entre o mais rapidamente possível na pauta.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Perfeito. É isso que o Senador Valter Pereira quer.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Era exatamente essa a colocação que nós queríamos fazer anteriormente. Nós submetemos à apreciação da Mesa um Requerimento formal no sentido de conferir a urgência para que esse projeto vá logo para o Plenário.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu consulto aos senadores se estão de acordo. Os senhores senadores que estiverem de acordo permaneçam como estão. Então, está aprovada a urgência e será enviada hoje.

Vamos votar o Item 15. O Item 15 já foi muito debatido na última Sessão, debatido e faltou *quorum* na hora. É o projeto 571/07, que dispõe sobre a criação do Dia Nacional de Combate ao Trabalho Escravo, bem como da Semana Nacional de Combate ao Trabalho Escravo. Autoria: Senador José Nery. O Relator foi o Senador Paulo Paim. Eu vou pôr em votação nominal. Senador Flávio Arns, como vota?

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senadora Ideli, como vota?

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Sim, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Inácio Rangel, Inácio Arruda. Não é a primeira vez...

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sim. Tem alguma coisa contra Arruda?

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Não, mas eu tenho uma grande estima ao grande mestre que eu tive, que foi Ignácio Rangel, grande Economista desse país. Senador Mão Santa.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Virginio de Carvalho. Senador Marco Maciel. Senador Raimundo Colombo.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senadora Marisa Serrano.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Papaléo Paes.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Sérgio Zambiasi. Senador Valter Pereira.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Adelmir Santana

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): e o Senador Gilberto Goellner.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Sim. Então está aprovado. Vamos para o Item 17. O projeto termina... Ah, sim, sim, sim. Houve uma emenda. Eu consulto se confirma o voto para a emenda. Os que estiverem de acordo permaneçam como estão. Está aprovado com emendas.

O Item 17. O projeto de lei n. 409--

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Sim, mas o Flexa e o Papaléo não pediram aí...

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Não. Pediram a inversão. A inversão é depois desses dois que são terminativos.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu já abri mão da...

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): São dois terminativos que temos que fazer rapidamente. Senador... Senado 409... [Pronunciamento fora do microfone.] Que autoriza o Poder Executivo a criar a escola técnica federal de Ariquemes, no Estado de Rondônia. Projeto do Senador Valdir Raupp, que foi relatado pelo Senador Mão Santa, com o voto favorável dele. Eu passo à votação nominal. Senador... Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senadora Ideli.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Inácio Arruda.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Mão Santa, que foi o relator. Senador Virginio de Carvalho.

SENADOR VIRGINIO DE CARVALHO (PSC-SE): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Marco Maciel.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Raimundo Colombo.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC):

Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senadora Marisa Serrano.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS):

Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Papaléo Paes.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Sérgio Zambiasi.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS):

Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Valter Pereira.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):

Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Adelmir Santana. Senador Gilberto Goellner.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT):

Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador João Vicente Claudino, que chegou há pouco, e Senador Antonio Carlos Valadares. Sim, também.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Mais um terminativo que já foi debatido, discutido, e que faltou o *quorum* para votar na última Sessão. É o Item n. 18. Projeto de Lei do Senado 494, que autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal do Sudeste de Goiás, com sede no município de Catalão, no Estado de Goiás. O Senador Marconi Perillo foi o autor, e o Senador Heráclito Fortes foi o relator, com parecer favorável. Eu passo agora à votação nominal. Senador Flávio Arns. Senadora Ideli... Senador Inácio Arruda. Senador Mão Santa.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Virginio de Carvalho. Senador Marco Maciel.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Raimundo Colombo.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC):

Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senadora Marisa Serrano.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS):

Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Papaléo Paes.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Zambiasi.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS):

Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Antonio Carlos Valadares.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador João Vicente Claudino.

SENADOR JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB-PI): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Leomar Quintanilha...

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Muito obrigado, Senador. Senador Valter Pereira. Senador Adelmir Santana.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF):

Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Gilberto Goellner.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT):

Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Aprovado. Bem, terminados esses projetos terminativos com *quorum*, temos...

[Pronunciamento fora do microfone.]

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): [Pronunciamento fora do microfone.] Já que a matéria é também terminativa e já foi, penso que já foi, discutida, não sei, na Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Houve dois pedidos de inversão de pauta. Vamos votar o terminativo. Muito bem. Então vamos votar o Item n. 6, terminativo. Aprovada a inversão de pauta que institui o ano de 2010 como o Ano Nacional Joaquim Nabuco. Autor: Senador Marco Maciel. Relator: Senador Raimundo Colombo, a quem

eu peço que leia o parecer, se possível, de uma maneira resumida. Até porque, para fazer justiça a Joaquim Nabuco, teríamos que ficar uma semana lendo toda a biografia dele, né, Senador Marco Maciel? Eu até já sugeri que nosso Estado se chamasse “PerNabuco”. [risos.]

[Pronunciamento fora do microfone.]

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC):

Sr. Presidente, senhores senadores, Senador Marco Maciel, autor do projeto. Nos termos que preceitua o art. 102, inciso I, e do art. 91, do inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, foi submetida à análise da Comissão de Educação, à qual cabe a decisão terminativa, em decorrência de faculdade conferida pelo art. 58, § 2º, inciso I da Constituição da República. Resguardada a possibilidade de recurso para a manifestação do Plenário. Eu acho que falar sobre Joaquim Nabuco é absolutamente desnecessário. Mas as razões elas se justificam, e é merecida homenagem por todos os fatos e pela sua história, pela sua... pelo que ele representa para nós todos. Mas a verdade é que o ano de 2010 completa o centenário do seu falecimento.

Por essa razão e diante do incontestável mérito e por não haver óbices de natureza regimental, jurídica ou constitucional, o voto é favorável ao Projeto de Lei do Senado nº. 561/07, oferecendo a emenda de redação de minha autoria a seguir apresentada. Faz o reparo da redação da palavra lei, constante no art. 2º do Projeto de Lei do Senado nº. 561/07, que passará à seguinte redação: “Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação”. Apenas essa restrição, retificação, e cumprimentar o Senador Marco Maciel pela iniciativa extremamente justa e que dá um momento importante a esse homem, um dos grandes brasileiros da nossa história. O parecer é favorável, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Obrigado, Senador. Lembro que é 100 anos do falecimento e 120 da abolição. Bem, está em discussão. Não havendo discussão, eu passo à votação. Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Inácio Arruda.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Mão Santa.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Eu quero encaminhar o voto.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Encaminhe.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Olha, uma homenagem ao Senador Marco Maciel, que ele lem-

bra um dos vultos mais importantes da história política. Atentai bem o que é a oposição, para os que não têm coragem de fazê-la. Ele foi solitário no Congresso para defender a liberdade dos escravos. E realmente ele não teve condições de se reeleger porque contra ele ficaram os poderosos. Todos eram donos de escravos. Os poderosos... ele não se reelegeu e não pôde ficar nesse país, que tinha um capitalismo perverso. Ele era escritor. Então, nenhum jornal queria colher seus escritos. E ele foi para Londres e lá é que ele foi reconhecido. O primeiro apoio que ele teve da América Latina foi o embaixador do Chile, que chegou lá homenageado. Então, ele foi reconhecido por Portugal, depois, pela França e pelo Brasil só tardiamente. A primeira luz que veio foi do Ceará, que rendemos uma homenagem aqui ao Inácio Arruda, que foi o mais bravo Estado desse país que teve a coragem de tirar a mais vergonhosa nódoa nossa.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Mão Santa, como vota?

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Eu voto com aplausos. Aplausos ao Nabuco e aplausos ao Marco Maciel, e V.Ex^a, que foi lá de Pernambuco, devia ter sido inspirado antes nele.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Tá bom. Senador Virgínio de Carvalho. Senador Marco Maciel é o autor. Senador Raimundo Colombo é o relator. Senadora Marisa Serrano.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Papaléo Paes.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Sim, com louvor ao autor, Senador Marco Maciel.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Sérgio Zambiasi. Senador Antonio Carlos Valadares.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador João Vicente Claudino.

SENADOR JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB-PI): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Leomar Quintanilha.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Valter Pereira. Senador Adelmir Santana.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF):

Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Gilberto Goellner.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT):

Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Heráclito Fortes.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Voto com a história e voto com o Senador Marco Maciel.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Renato Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):

Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Está aprovado o projeto.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Com relação ao Item 8 que é de autoria da Presidência, tem também ainda um projeto terminativo. Se V.Ex^a...

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu peço a compreensão do Senador Papaléo, Senador Flexa, para que façamos... Houve uma emenda ao projeto do Senador Marco Maciel. Eu consulto se todos estão de acordo. Os que estão de acordo permaneçam como estão. Está de acordo. Eu só quero dizer ao Senador Mão Santa e ao Senador Marco Maciel que eu, aproveitando os 120 anos da abolição, peguei as atas, dos debates no Senado da abolição, sobretudo discursos de Joaquim Nabuco, fiz comentários e, no dia 13 de maio, eu vou lhe entregar uma cópia, e o título do livro é “10 dias em maio”. Porque foi do dia 3 ao dia 13 que todo o processo foi desenvolvido. Vale a pena ler. Mas eu coloquei também as atas dos que eram contra a abolição, mesmo que eles, lá onde estiverem, não gostem.

Senador Adelmir, eu passo ao senhor a relatoria do projeto 399, que denomina Rodovia Honestino Monteiro Guimarães o trecho da BR 020 que corta o Distrito Federal. Com a palavra o Senador Adelmir Santana.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF):

Uma vez que é uma homenagem feita a um, vamos dizer, herói da militância política e um projeto de V.Ex^a. Trata-se de uma merecida homenagem a um líder que deixou como legado o sentido da coragem e do desprendimento pessoal na luta por princípios de justiça social. Valores éticos que lamentavelmente se vão escaasseando um pouco por toda parte em nosso país. Não são poucas, portanto, as razões que sustentam a proposição que examinamos. Plenamente justificado no mérito, o projeto também atende aos requisitos formais, encontra abrigo constitucional no art. 22, inciso XX, no tocante à competência privativa da União para legislar

sobre transportes, e, cumulativamente, nos art. 48 e 61, relativamente ao âmbito da iniciativa parlamentar para a aprovação de leis. Do mesmo modo, guarda consonância com as exigências da lei n.º 6.682, de agosto de 79, para denominação de vias do Plano Nacional de Viação (PNV), que admite expressamente a possibilidade de que, ao lado da nomenclatura oficial, o trecho de via possa ter designação supletiva ou nome de pessoas falecidas que haja prestado relevantes serviços à nação. Ocorre, contudo, que a lei proposta conflita com a norma legal já existente. O trecho da Rodovia BR 20, que se pretende denominar Honestino Guimarães, foi objeto de iniciativa semelhante. Por força da lei 10.434, de 24 de abril de 2002, recebeu a denominação Rodovia Luiz Carlos Prestes, em alusão à passagem da coluna prestes por essa região. A emenda, adiante formulada, sana o conflito em seus termos, transfere a homenagem proposta para a Rodovia BR 20 para a Rodovia BR 60, mais consentâneo, aliás, com a própria trajetória de Honestino Guimarães, que, ao deixar a cidade natal, percorreu esse último caminho, até chegar a Brasília, onde assumiu a posição de relevo que o projeto pretende reconhecer.

O nosso voto. Não há reparos quanto à constitucionalidade, à juridicidade da proposição disposta, com a mencionada ressalva em adequada técnica Legislativa. Voto, assim, pela aprovação do projeto com a emenda seguinte: “Substitui-se na emenda no art. 1º do projeto de número 399/07 a expressão BR 20 por BR 60”. Esse é o nosso voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Agradeço o parecer. Ponho em discussão. Não havendo quem queira discutir, eu ponho em votação nominal. Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Inácio Arruda. Senador Renato Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):

Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Mão Santa.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Heráclito Fortes. Senador Virgínio de Carvalho. Senador Marco Maciel.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Raimundo Colombo.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC):

Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senadora Marisa Serrano.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Papaléo Paes.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Antonio Carlos Valadares.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador João Vicente Claudino.

SENADOR JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB-PI): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Leomar Quintanilha.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Valter Pereira.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Neuto De Conto.

SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Adelmir Santana, voto conhecido. Senador Gilberto Goellner.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Tem mais algum ou não? Eu consulto se estão de acordo com a emenda feita pelo relator. Os que estiverem de acordo permaneçam como estão. Está aprovada. Temos mais um terminativo com o relator presente. E o outro que me permite escolher um relator *ad hoc*. O projeto da Senadora Kátia Abreu, cujo relator é o Senador Leomar Quintanilha. O Item 21. Senador Quintanilha...

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Sr. Presidente...

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Onde está o Senador Quintanilha? Aqui, na minha frente. Senador, é o Projeto de Lei n. 189, que autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal do Vale do Araguaia, com sede no

município Araguatins, Estado do Tocantins. Senador Leomar Quintanilha, com a palavra, por favor.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Sr. Presidente, eminentes colegas, trata de uma proposição tão simples quanto importante. Apesar de ser um Projeto de Lei autorizativo, pelo menos ele estimula, incita o Governo Federal a criar uma Universidade Federal, uma unidade de ensino superior numa região muito importante, dotada de condições extraordinárias, que terá, com essa unidade de ensino superior, a formatação, a formação, a capacitação de profissionais que permitirão o aproveitamento do enorme potencial econômico que tem a região norte do Estado do Tocantins, que terá sede, na cidade de Araguatins, essa Universidade Federal, à confluência de dois outros Estados: o sul do Pará e o sul do Maranhão, que poderão ser extremamente beneficiados pela criação dessa Universidade Federal. E seria de bom alvitre comentar, Sr. Presidente, que já há um embrião para essa universidade. O governo federal já mantém, ali, com resultado exitoso, uma escola agrotécnica que já vem prestando inestimável serviço de formação e capacitação naquela região. De sorte que não é... que está muito fácil a transformação, se for o caso dessa universidade agrotécnica na Universidade Federal do Vale do Araguaia, proposto pela Senadora Kátia Abreu. De sorte que é uma proposição extremamente meritória, oportuna e necessária para que o país possa avançar de forma acelerada no seu processo de crescimento. O nosso voto é favorável, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu passo à discussão. Algum senador que quiser discutir, se não, passarei... Senadora Kátia como autora tem todo direito de fazer...

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Obrigada, Sr. Presidente. Eu gostaria de agradecer e parabenizar o Senador Leomar Quintanilha, que é do Tocantins e sabe da importância deste projeto que autoriza o Executivo a criar a Universidade Federal do Vale do Araguaia, na cidade de Araguatins. Araguatins é uma cidade pólo no Bico do Papagaio. Bico do Papagaio é uma região que tem 25 municípios e que já foi considerada uma das regiões mais pobres do nosso país. Hoje, graças ao nosso Governador Marcelo Miranda, aos governadores anteriores, nós estamos com todas as estradas asfaltadas, implementando a produção de eucalipto para papel e celulose e carvão, também produção de soja, produção de carne; enfim, nós estamos numa região extremamente produtiva e numa divisa importante do Maranhão, sul do Maranhão, sul do Pará e também o sul do Piauí. E nós acreditamos, Sr. Presidente e colegas senadores, se puderem aprovar, será

da maior importância. Araguatins é a maior cidade de todas elas do Bico do Papagaio. Fica às margens do rio Araguaia. Além da sua grandeza e potencial econômico e do número de habitantes, também é uma cidade maravilhosa, com praias lindíssimas e que é muito propícia ao turismo.

Eu tenho certeza de que a região do Bico do Papagaio, do meu Estado do Tocantins, ficará imensamente grata ao Senado Federal, a esta Comissão de Educação, ao Presidente Cristovam Buarque, ao Senador Leomar Quintanilha, pela aprovação dessa universidade tão importante para o nosso povo do Bico do Papagaio. Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Passo à votação. O Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Inácio Arruda.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Com a autora e com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Renato Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Com a autora e com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Mão Santa.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Virgínio de Carvalho. Senador Marco Maciel.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Raimundo Colombo.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senadora Marisa Serrano.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Papaléo Paes.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Com a autora e com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Antonio Carlos Valadares. Senador João Vicente Claudino.

SENADOR JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB-PI): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Leomar Quintanilha, que foi o relator. Voto conhecido. Senador Valter Pereira.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Neuto De Conto.

SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Adelmir Santana.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Gilberto Goellner.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senadora Kátia Abreu é a autora. Então está aprovado o projeto. Pergunto se mantém a emenda. Os que estiverem de acordo permaneçam como estão. Está aprovado.

Agora tem uma emenda que tem que ser votada nominalmente.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Sr. Presidente, uma explicação. A emenda que nós vamos votar é só a substituição do nome, da sigla, não é a do Senador Antonio Carlos Valadares?

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Está prejudicada.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Está prejudicada a do Antonio Carlos Valadares. É só então a troca da sigla.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): A gente vai votar a “prejudicialidade”. Está em votação a prejudicialidade. [risos.] Senador Flávio Arns, com a prejudicialidade ou não? Senador Inácio Arruda.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Renato Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Mão Santa.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Virgínio de Carvalho. Senador Marco Maciel.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Com o relator.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BU-
ARQUE (PDT-DF):** Senador Raimundo Colombo.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC):
Com o relator.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BU-
ARQUE (PDT-DF):** Senadora Marisa.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS):
Sim.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BU-
ARQUE (PDT-DF):** Senador Papaléo Paes.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Sim.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BU-
ARQUE (PDT-DF):** Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Sim.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BU-
ARQUE (PDT-DF):** Senador Antonio Carlos Valada-
res.

**SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES
(PSB-SE):** Sim.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BU-
ARQUE (PDT-DF):** Senador João Vicente Claudino.

**SENADOR JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB-
PI):** Sim.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BU-
ARQUE (PDT-DF):** Senador Leomar Quintanilha foi o
relator. Senador Valter Pereira.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):
Sim.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BU-
ARQUE (PDT-DF):** Senador Neuto De Conto.

SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC):
Sim.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BU-
ARQUE (PDT-DF):** Senador Adelmir Santana.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF):
Sim.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BU-
ARQUE (PDT-DF):** Senador Gilberto Goellner.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT):
Sim.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BU-
ARQUE (PDT-DF):** Está aprovado. Senadora Kátia, eu
a parabeno porque ficou com a prejudicialidade da
emenda. E esperamos ser convidados para a inau-
guração.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Muito
obrigada, Sr. Presidente, aos senadores e senadoras,
em nome de todos os habitantes e, principalmente, os
jovens do Bico do Papagaio, a todos os nossos prefeitos
que agradecem em nome do Prefeito de Araguatins,
prefeito Rocha Miranda. Muito obrigada.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Art. 14.
Presidente, ele me citou aqui. Eu disse com o relator,

porque, com essa beleza de mulher, o símbolo maior da
mulher na política, não estava... nem questiono, estou
sempre com ela. [risos.] V.Ex^a que errou dessa vez.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BU-
ARQUE (PDT-DF):** Vamos ao Item 5, porque o Item
5 é terminativo, do Senador Wilson Matos. Senador
Inácio. O relator é o Senador Eduardo Azeredo, mas a
matéria constou nas pautas de reunião dos dias 11/03
e 01/04. Por isso eu peço ao Senador Papaléo Paes
que seja relator *ad hoc*.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Com
muita honra, Sr. Presidente. De autoria do Senador
Wilson Matos, o PLS, em tela, altera o art. 47, da lei
9.394, de 20 de dezembro de 1996, conhecida como
Lei de Diretrizes e Bases da Educação, para instituir
o ano letivo em 200 dias no ensino superior. O projeto
estipula que a lei pode, por ele, a proposta entrará em
vigor no dia primeiro de janeiro do ano subsequente à
sua publicação. Não foram oferecidas emendas ao pro-
jeto, que tem decisão terminativa desta Comissão.

Meu voto é pela aprovação do Projeto de Lei
do Senado 386/2007 com a emenda apresentada,
a emenda abaixo apresentada. O meu voto é pela
aprovação.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BU-
ARQUE (PDT-DF):** Eu ponho em discussão. Senadora
Marisa.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS):
Obrigada, Sr. Presidente. Eu gostaria, aqui, de levan-
tar uma questão que eu acredito fundamental. Existe,
no Congresso Nacional, na Câmara dos Deputados,
uma proposta de reforma universitária. E essa... ouvi,
duas semanas atrás ou 15 dias, o Ministro Fernando
Haddad, da Educação, dizer que aqui era muito difícil
aprovar matérias da força de uma reforma universitária,
que estava há tempo aqui na Casa, que não andava
e que é uma questão que prejudica a modernidade e
talvez, aí, a fiscalização maior e o acompanhamento
das universidades públicas brasileiras. Todas as univer-
sidades, mas principalmente as públicas e federais.

Eu queria colocar uma questão para todos os
nossos senadores e senadoras. A questão da refor-
ma universitária é fundamental. É necessário que se
discuta, porque nós estamos sempre votando proje-
tos de uma questão, aqui, outra questão, ali, sem ter a
visão do todo, sem ter essa complementaridade, que
é fundamental para que a gente possa dar às nossas
universidades a certeza de que elas vão continuar
oferecendo o ensino, a pesquisa, a extensão, com a
profundidade que nós queremos que tenham. É ne-
cessária a modernização das nossas universidades. E,
quando eu falo em modernização, não é apenas uma
mudança de roupagem. Chegou o momento que nós

temos que discutir, por exemplo, a pesquisa nas nossas universidades. Se a pesquisa vai ser mais acadêmica, se a pesquisa é feita em cima daquilo que os nossos profissionais acreditam e os nossos alunos e professores que seja o melhor ou se nós vamos fazer com que essas pesquisas estejam voltadas também para a necessidade da população brasileira e do desenvolvimento do país. Não é só isso, mas a extensão terá que ser rediscutida, e muito mais ainda a questão acadêmica, principalmente no ensino, com a profundidade que o nosso país precisa. Portanto, eu quero dizer, aqui, que sou favorável, é claro, a que nós possamos aumentar o número de dias letivos e apoio, aqui, a iniciativa do Senador Wilson, que trabalhou aqui conosco e que tem uma visão muito clara das universidades brasileiras. Mas eu quero, aqui, fazer um protesto. Eu acho que está chegando o momento de nós debatermos em profundidade uma reforma universitária, que possa realmente dar ao nosso país condições de pretender ser um país de primeiro mundo, um país desenvolvido, um país que possa acompanhar *pari passu* a alta tecnologia que hoje corre solta no mundo todo. Eu quis fazer essa ressalva, Senador Buarque, porque é algo que nós temos que discutir. É clarividente que não é começando só pelo telhado. E não estou colocando essa questão dessa forma. Nós temos que começar pela educação infantil, todo o ensino básico. Temos que garantir que o ensino médio não seja apenas uma peça de ficção e nem um sanduíche entre o ensino básico e o ensino universitário, mas é necessário que a gente repense também a universidade brasileira.

Mesmo sendo favorável ao projeto do Senador Wilson, eu quero aqui colocar que é necessário e urgente que a gente não fique apoiando questões pontuais, e sim a questão macro, de fundo, da reforma universitária brasileira. Eram essas as minhas palavras, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Muito obrigado, Senadora. Está encerrada as discussões. Eu ponho em votação, nominalmente. Primeiro lugar, Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Inácio Arruda.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Renato Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Mão Santa.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Virginio de Carvalho.

SENADOR VIRGINIO DE CARVALHO (PSC-SE): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Marco Maciel.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Raimundo Colombo.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senadora Marisa Serrano.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Papaléo Paes.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Antonio Carlos Valadares.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador João Claudino.

SENADOR JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB-PI): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Leomar Quintanilha.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Valter Pereira.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Neuto De Conto.

SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Adelmir Santana.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Gilberto Goellner.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senadora Kátia Abreu.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BU-ARQUE (PDT-DF): E Senador Marconi Perillo.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BU-ARQUE (PDT-DF): Está aprovado. Temos mais um terminativo e aí vamos... Mas é que... É o... Eu ponho em votação também a emenda que foi sugerida pelo relator. Os que estiverem de acordo permaneçam como estão. Está aprovada.

Agora o Item nº. 11, que cria a Universidade Federal Rural do Vale do Guaporé, com sede no município de São Francisco do Guaporé, Estado de Rondônia. O relator é o Senador Valdir Raupp, mas ele nos telefonou e autorizou que providenciássemos outro relator. Eu pedi ao Senador João Vicente Claudino que seja o relator. A autora do projeto é a Senadora Fátima Cleide. Senador João Vicente, com a palavra.

SENADOR JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB-PI): Presidente Cristovam, senadores e senadoras. Projeto de Lei do Senado n. 528/07, que cria a Universidade Federal Rural do Vale do Guaporé – UFRVG, com sede no município de São Francisco do Guaporé, Estado de Rondônia. O projeto da Senadora Fátima Cleide, relator Senador Valdir Raupp. Em seu propósito de vir surgir a Universidade Federal Rural do Vale do Guaporé, o projeto em tela, de iniciativa da Senadora Fátima Cleide, autoriza, em seu art. 1º, o Poder Executivo a criar nova instituição de ensino, bem como os cargos, funções e empregos indispensáveis ao seu funcionamento. A proposição estabelece que a UFRVG tem por objetivo ministrar o ensino superior, desenvolver pesquisas nas várias áreas do conhecimento e promover a extensão universitária com ênfase nas ciências agrárias. Desse modo, a criação da nova universidade, com sede no município de São Miguel do Guaporé, representaria medida de grande importância para a aplicação das oportunidades de acesso à educação superior em toda a região, bem como para a incrementação do seu desenvolvimento sustentável. Convém, todavia, fazer dois pequenos reparos na proposição. A ementa menciona a criação da universidade no município de São Francisco do Guaporé, enquanto o art. 1º do projeto situa a instituição de ensino no município de São Miguel do Guaporé, localização esta que corresponde à intenção da autora da iniciativa.

Além disso, a ementa se refere à criação da universidade, o que invade a competência privativa do Poder Executivo. Contudo, o texto do projeto esclarece que a proposição tem caráter autorizativo. Apesar de suscitar polêmicas e de ser visto com reservas pela

Câmara dos Deputados, o projeto dessa natureza é admitido pelo Senado Federal com base no parecer 527. Não tem uma emenda do Senador Valdir Raupp. Dê-se à emenda do Projeto de Lei n. 528/07 a seguinte redação: “Autoriza a criação da Universidade Federal Rural do Vale do Guaporé – UFRVG, com sede no Município de São Miguel do Guaporé, Estado de Rondônia”. E o voto é pela aprovação.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BU-ARQUE (PDT-DF): Está em discussão. Não havendo quem queira discutir, eu passo à votação nominal. Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BU-ARQUE (PDT-DF): Senador Inácio Arruda. Senador Renato Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BU-ARQUE (PDT-DF): Senador Mão Santa.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BU-ARQUE (PDT-DF): Senador Virgínio de Carvalho. Senador Marco Maciel.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BU-ARQUE (PDT-DF): Senador Raimundo Colombo.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BU-ARQUE (PDT-DF): Senador Marconi Perillo.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BU-ARQUE (PDT-DF): Senadora Marisa Serrano.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BU-ARQUE (PDT-DF): Senador Papaléo Paes.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BU-ARQUE (PDT-DF): Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BU-ARQUE (PDT-DF): Senador Antonio Carlos Valadares. Senador João Vicente Claudino foi o relator. Senador Leomar Quintanilha.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BU-ARQUE (PDT-DF): Senador Valter Pereira.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):

Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Neuto De Conto.

SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC):

Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Adelmir Santana.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF):

Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Gilberto Goellner.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT):

Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senadora Kátia Abreu.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Sim,

Sr. presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Está aprovado. Consulto sobre a emenda. Os senhores senadores que estiverem de acordo permaneçam como estão. Está aprovada a emenda.

Vamos ao projeto... O 19 foi retirado, não é isso?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, o Item 19, pedi para colocar na pauta da próxima Sessão, porque a assessoria do Governo e da liderança do Governo me solicitaram. O Senador Paulo Paim vai ter que trocar de partido. Todos os projetos dele o Governo se posiciona contrário. Mas atendendo ao Ministério do Trabalho--

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): São duas mudanças, do Senador Paim e do Senador Flexa. Sempre o Governo pede a ele para retirar.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu vou atender e peço para que seja pautado na próxima Sessão.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Virá na próxima Sessão. Eu passo, então, ao Item 12. Senador Papaléo Paes é o relator. É o Projeto de Lei do Senado n. 193/07. Dispõe sobre a isenção no pagamento de taxa de inscrição de concursos públicos da administração federal e de exames vestibulares das instituições federais de educação superior e jurados do Tribunal do Júri, aos eleitores nomeados para compor as mesas ou juntas eleitorais. Antes de passar, eu vou esperar que haja ordem na Sessão, porque, agradecendo a todos senadores, que deram *quorum*. Hoje realmente votamos quase todos os projetos terminativos. Os que não votamos

não foi por falta de *quorum*, foi por ausência de um ou outro relator.

Então, eu passo a palavra ao Senador Papaléo Paes, para dar o seu parecer sobre o projeto que é do Senador Raimundo Colombo.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Só fazendo o registro que o tumulto que aconteceu agora é consequência do Senador Flexa Ribeiro, porque ele realmente deveria trocar de partido, porque conheci o Senador Flexa Ribeiro como um dos membros mais importantes, talvez fundadores, do Partido Comunista Brasileiro no Estado do Pará. Então tem uma tendência realmente para ser companheiro, o Senador Inácio Arruda. Teve uma recaída e foi para o PSDB. Sr. Presidente, com muita honra que relato o Projeto de Lei n. 193/07, de autoria do nobre Senador Raimundo Colombo, pretende isentar jurados do Tribunal do Júri e eleitores nomeados para compor mesas receptoras ou juntas eleitorais do pagamento de taxas de inscrição de concursos públicos da Administração Federal e de exames vestibulares das instituições federais de educação superior.

A presente proposição foi distribuída às comissões de Educação e Constituição, Justiça e Cidadania em 17/04/07, cabendo a esta última a decisão terminativa. Todos têm conhecimento da análise que foi feita no meu relatório, e o voto do projeto extremamente importante, e aqui eu quero louvar a iniciativa do Senador Raimundo Colombo, é que, diante do exposto, opinamos pela aprovação de um substitutivo para o PLS 193/07 na forma seguinte: "Projeto de Lei do Senado 193, substitutivo de 2007. Altera a lei n. 9.504, de 30 de dezembro de 1997, e o Decreto-Lei n. 3.689, de 3 de outubro de 1941, para dispor sobre a isenção do pagamento de taxas de inscrição em concursos públicos federais e exames vestibulares das instituições federais de educação superior aos cidadãos que prestarem serviços às mesas receptoras e juntas eleitorais, bem como àqueles que forem jurados do Tribunal do Júri. Então, diante do exposto, eu sou a favor da aprovação do substitutivo.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Ponho em discussão. Não havendo quem queira discutir, eu ponho em votação. Os que estiverem de acordo permaneçam como estão. Está aprovado o projeto.

Senador Renato Casagrande pede a palavra.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Só queria ter a oportunidade de relatar o Item 9, porque eu tenho que ir para a Comissão de Meio Ambiente, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): É agora, senador. Então, passamos à votação do Projeto de Lei do Senado n. 189/06, que disciplina a utilização do espectro de radiofrequência destinado ao serviço de televisão. O autor é o Senador Flávio Arns, aqui presente, e o relator, Senador Renato Casagrande, a quem passo a palavra.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Sr. Presidente, o Senador Flávio Arns faz uma proposta de regulamento da utilização do espectro de radiofrequência para serviço de televisão. Então uma matéria... a gente trata muito de rádio, e estamos tratando um pouco de televisão. A Comissão de Infra-Estrutura, ao analisar o art. 4º do projeto, Sr. Presidente, considerou que o pré-estabelecimento de um percentual com reserva indiscriminada de parte do espectro de emissoras públicas e estatais, independente da periculosidade dos locais, poderia causar ineficiência no uso do recurso espectral. Com efeito, a Lei Geral de Telecomunicações, no caput do seu art. 159, determina que, na destinação de faixa e radiofrequência, serão considerados o emprego racional e econômico do espectro, bem como as atribuições, distribuições e consignações existentes, objetivando evitar interferências prejudiciais, e conceitua, no § único desse mesmo dispositivo, como interferência prejudicial qualquer emissão e radiação ou indução que obstrua ou degrade seriamente ou interrompa repetidamente a telecomunicação.

Nesse sentido, a Comissão de Infra-Estrutura alterou o art. 4º do projeto, para que a referida reserva considere uma reserva para a TV comunitária; considere a viabilidade técnica de cada localidade. A Comissão considerou, ainda, a necessidade de aperfeiçoamento do art. 7º do projeto. Esse dispositivo, faculta às emissoras comerciais de televisão, além da prestação de serviço convencional gratuito, distribuir múltiplas programações, transmitir dados e outros serviços de informação ou de telecomunicações, além de poder ceder a terceiro parte de sua capacidade de transmissão. Para ampliar ainda mais o leque de produtos, a Comissão de Infra-Estrutura propôs a inclusão de mais três incisos, destinados a possibilitar a transmissão em alta definição, à prestação de serviço interativo e à captação de programação por terminais móveis, em consonância com as perspectivas da digitalização do serviço de radiodifusão.

Portanto, Sr. Presidente, com essas observações feitas na Comissão de Infra-Estrutura, concordando com as observações, nós somos favoráveis à aprovação do PLS do Senador Flávio Arns de n. 189, com o

acatamento das três emendas aprovadas pela Comissão de Serviços e Infra-Estrutura.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Obrigado, Senador. Passo à discussão. Não havendo quem queira discutir. Os que estiverem de acordo permaneçam como estão. Está aprovado o projeto.

Temos mais um projeto que podemos discutir hoje, embora o Senador Augusto Botelho não esteja, mas já é, assim, a terceira vez que o projeto vem. É o projeto n. 155 do Senado, que acrescenta artigos à lei 6.001, de 19 de dezembro de 1973, Estatuto do Índio, dispondo sobre a reserva de vagas nos concursos públicos para os trabalhadores indígenas. Eu consulto o Senador Flávio Arns se aceita ser um relator *ad hoc*.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Pois não, Sr. Presidente. O Projeto de Lei busca inserir três novos artigos no Estatuto do Índio, para regular a participação de trabalhadores indígenas em concursos públicos da Administração Pública, dos três poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios.

O projeto reserva para o dito segmento 5% das vagas dos concursos públicos destinados ao provimento de cargos efetivos, além de proibir que autoridade competente obste a inscrição de indígena no certame, sob pena de improbidade administrativa. Prescreve, ademais, igualdade de condições para participação de indígenas nos concursos, inclusive no tocante ao conteúdo das provas e à nota mínima exigida para aprovação. Ao justificar o projeto, o autor afirma que o índio brasileiro raramente ocupa posições de destaque na sociedade, sobretudo nos cargos públicos, apesar de viver num processo de aculturação cada vez maior. Alega que a medida proposta visa atenuar esse problema, haja vista a importância fundamental da Administração Pública no mercado de trabalho no país. O Senador Augusto Botelho, na sequência, passa à análise da matéria e coloca: “No tocante ao mérito, impõe-se garantir a reserva de vagas, em vez do direito à inscrição nos concursos, em consonância com o disposto na ementa. Deve-se corrigir, ainda, o flagrante descompasso entre a magnitude da reserva mínima, 5%, e o tamanho da participação dos indígenas no total da população brasileira, cerca de 0,4%. Também importa definir o prazo para emprego da ação afirmativa em comento, a fim marcar sua natureza redistributiva e restauradora e evitar que a perpetuação da medida transforme em mecanismo de discriminação atentória de direitos. Quanto à forma, de acordo com o Senador Augusto Botelho, deve-se eliminar do texto a expressão “ac”, hoje incabível para indicar acréscimo de dispositivos à Legislação existente. Convém, outros-

sim, suprimir o inciso IV, do art. 14B, a ser acrescido ao Estatuto do índio, já que os critérios de aprovação referidos no inciso II necessariamente englobam o descrito no inciso IV.

Além disso, urge padronizar a nomenclatura utilizada na designação do destinatário da reserva de vagas, chamado de trabalhador indígena, candidato indígena e índio. Nota-se, aliás, que o primeiro termo confere ao projeto uma restrição indesejada – trabalhador indígena. Pois a reserva de vagas de certo se destina a todos os indígenas devidamente qualificados, não apenas aqueles já inseridos no mercado de trabalho. Registra-se, por último, que as emendas a seguir propostas sanam esses defeitos, mas podem não livrar o projeto de futuros reparos na CAS ou na CCJ, sobretudo, quanto à pertinência da inserção das modificações sugeridas no Estatuto do Índio e quanto ao enquadramento da conduta descrita no projetado art. 14C como improbidade administrativa. Trata-se, no entanto, de questões pontuais, que não subtrai o mérito do projeto em exame.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado n. 155/00, com as emendas de n. 1, de n. 2, de n. 3, de n. 4 e de n.º 5, apresentadas no relatório. É o parecer, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu ponho em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os que estiverem de acordo permaneçam como estão. Está aprovado.

Eu vou agora, para encerrar, ao Item 22, que é não terminativo, que é apenas um aditamento ao Requerimento 55207 dos senadores Paulo Paim e Flávio Arns. Em aditamento ao Requerimento 55207, da Comissão de Educação, proposto em 11 de dezembro de 2007, solicito que seja incluído como participante de Audiência Pública, com a finalidade de discutir o PLS 026/07, o Dr. Diretor José Caetano Rodrigues, que é representante legal da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Saúde. Os que estiveram de acordo permaneçam como estão. Está aprovado.

Eu agora leio dois comunicados. Comunicado do Sr. Ministro da Educação de que, no dia 8 de maio corrente, às 16h30, no auditório do edifício sede do Ministério da Educação, haverá o lançamento o Plano de Mobilização de Igrejas Cristãs pela Educação. E comunicado do Ministro Valmir Campelo, do TCU, encaminhando cópia do acórdão proferido nos autos do processo do Tribunal de Contas 008822/2002-4, bem como do relatório e do voto que fundamentaram aquela deliberação, referente à prestação de contas da Universidade Federal Fluminense, relativo ao exercício 2001. Os senadores que desejarem cópia deverão se

dirigir à secretaria desta Comissão. A matéria vai para o arquivo. Está encerrada a Sessão.

Sessão encerrada às 12h54.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

ATA DA 19ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 07 DE MAIO DE 2008.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Às dez horas e vinte e nove minutos do dia sete de maio de dois mil e oito, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala quinze (15), sob a Presidência do Senador Cristovam Buarque, e com a presença dos Senhores Senadores Flávio Arns, Paulo Paim, Inácio Arruda, Geovani Borges, Mão Santa, Paulo Duque, Virginio de Carvalho, Marconi Perillo, Flexa Ribeiro, Sérgio Zambiasi, Neuto de Conto, Romeu Tuma e Eduardo Azeredo reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Augusto Botelho, Fátima Cleide, Ideli Salvatti, Renato Casagrande, João Ribeiro, Wellington Salgado, Valdir Raupp, Gerson Camata, Heráclito Fortes, Marco Maciel, Raimundo Colombo, Rosalba Ciarlini, Marisa Serrano, Papaléo Paes, Patrícia Saboya, João Pedro, Sibá Machado, Antônio Carlos Valadares, Francisco Dornelles, Marcelo Crivella, Magno Malta, João Vicente Claudino, Romero Jucá, Leomar Quintanilha, Pedro Simon, Valter Pereira, Jarbas Vasconcelos, Adelmir Santana, Demóstenes Torres, Gilberto Goellner, José Agripino, Kátia Abreu, Sérgio Guerra, Lúcia Vânia e Jefferson Peres que justifica a ausência. O Senhor Presidente, Senador Cristovam Buarque, submete à Comissão a dispensa das leituras das Atas das Reuniões anteriores e a aprovação das mesmas, com o que todos concordam. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo ao Requerimento nº 55/07 – CE de autoria dos Senadores Augusto Botelho e Cícero Lucena, e Aditamento nº 01 ao Requerimento nº 55/07 – CE de autoria dos Senadores Paulo Paim e Flávio Arns, que têm como objetivo **Instruir o PLS nº 403, que “Altera a Lei nº 7.498, de 25 de junho de 1986, que dispõe sobre a regulamentação do exercício da enfermagem e dá outras providências, para estabelecer prazo para a concessão de registros aos atendentes, auxiliares e técnicos de enfermagem e às parteiras, bem como para assegurar a esses profissionais acesso diferenciado aos cursos**

de graduação de nível superior em enfermagem”. Comparecem à Audiência Pública a Senhora Maria Goretti David Lopes, Presidente Nacional da Associação Brasileira de Enfermagem – ABEN; Senhor Rubens de Oliveira Martins, Coordenador-Geral de Fluxos e Processos da Diretoria de Regulação e Supervisão, da Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação e Cultura – MEC; Senhor Geraldo Luiz Moreira Guedes, Conselheiro do Conselho Federal de Medicina – CFM; Senhora Maria Helena Machado, Diretora do Departamento de Gestão e Regulação do Trabalho em Saúde, do Ministério da Saúde – MS, Senhora Silvia Fernanda Casagrande, Presidente da Federação Nacional dos Enfermeiros – FNE; Senhor José Sival Clemente da Silva, Vice-Presidente do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde – CONASEMS e Senhor José Caetano Rodrigues, Tesoureiro Geral da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Saúde – CNTS. Prosseguindo, o Senhor Presidente, Senador Cristovam Buarque, registra a presença para acompanhar a Audiência Pública, do Senhor José de Anchieta Júnior, Governador de Roraima. A Presidência agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião às doze horas e vinte e nove minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte e da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal. – Senador **Cristovam Buarque**, – Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA
E ESPORTE – CE

NOTA TAQUIGRÁFICA

19ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 07 DE MAIO DE 2008

AUDIÊNCIA PÚBLICA

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Havendo número regimental declaro aberta a 19ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura. Submeto, inicialmente, à apreciação

do Plenário a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior e aprovação da mesma. Os Senadores e Senadoras que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. Aprovado.

A presente reunião atende a Requerimento 055/07 – Comissão de Educação, aprovado, de autoria dos Senadores Augusto Botelho e Cícero Lucena, e ao Aditamento nº 1 ao Requerimento nº 055/07 – Comissão de Educação, aprovado, de autoria dos Senadores Paulo Paim e Flávio Arns, para a realização desta Audiência Pública destinada a instruir o PLS nº 026, de 2007, que altera a Lei nº 7.498, de 25 de junho de 1986, que dispõe sobre a regulamentação do exercício da enfermagem e dá outras providências para estabelecer prazo para a concessão de registros aos atendentes, auxiliares e técnicos de enfermagem e às parteiras, bem como para assegurar a esses profissionais acesso diferenciado aos cursos de graduação de nível superior em enfermagem.

Dando início à Audiência Pública, solicito ao Sr. Secretário que acompanhe os convidados para tomar assento à mesa. Eu quero explicar aos convidados e convidadas que esta Comissão de Educação, Cultura e Esporte realiza esta Audiência Pública no Plenário da Comissão, mas, ao mesmo tempo, a TV Senado está gravando também esta Audiência Pública e ela será, na sequência, repassada para todo o Brasil e, por isso, que nós sempre fazemos o convite para que as pessoas que eventualmente acompanhem na sequência a realização desta Audiência Pública, que também enviem a esta Comissão sugestões, posicionamentos que possam contribuir com o Projeto de Lei. Então esta Audiência Pública, na verdade, vamos dizer, fica aberta para o Brasil inteiro.

Eu vou pedir licença para os convidados e convidadas só para reler a parte inicial da reunião a pedido da TV Senado também. Então havendo número regimental declaro aberta a 19ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª legislatura. Submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior e aprovação da mesma. Os Senadores e Senadoras que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. Aprovado.

A presente reunião atende a Requerimento nº 055/07 – Comissão de Educação, aprovado, de autoria dos Senadores Augusto Botelho, aqui presente, e Cícero Lucena, que está de licença de saúde, também, e ao Aditamento nº 1 ao Requerimento nº 055/07 – Comissão de Educação, aprovado, de autoria dos Senadores Paulo Paim, aqui presente, e Flávio Arns, eu próprio, para realização desta Audiência Pública destinada a instruir o PLS nº 026, de 2007, que altera

a Lei nº 7.498, de 25 de junho de 1986, que dispõe sobre a regulamentação do exercício de enfermagem e dá outras providências para estabelecer prazo para a concessão de registros aos atendentes, auxiliares e técnicos de enfermagem e às parteiras, bem como para assegurar a esses profissionais acesso diferenciado aos cursos de graduação de nível superior em enfermagem. A autoria do PLS 026/2007 é do Senador Tião Viana e a relatoria do PLS 403/2007 é do Senador Augusto Botelho.

Então novamente insisto no fato de que a Audiência Pública tem por objetivo debater o assunto, instruir o assunto, esclarecer os Senadores e Senadoras, fazer um debate sobre tema tão fundamental para a sociedade brasileira que envolve a área da enfermagem. Eu mencionava, agora a pouco, quando os convidados se sentavam à mesa, de que eu próprio, há algum tempo, pouco tempo, tive, em função de problema de saúde, estar assim em contato muito próximo com o pessoal de enfermagem. Quero dizer que fui muito bem atendido e dentro da dinâmica da área da saúde, dentro dos hospitais, dentro da promoção da saúde, dentro da prevenção de problemas de saúde, de habilitação e reabilitação, o profissional desta área tem um papel essencial, sem dúvida, a desempenhar. E o nosso grande objetivo é contribuir com uma legislação adequada, bem debatida, bem discutida, que esteja sintonizada com as preocupações da área. Esse é o objetivo do debate, da exposição de todas as pessoas e, posteriormente, das perguntas, questionamentos e posicionamentos que vierem a ser apresentados pelas pessoas que participam. Convido, novamente, todas as pessoas do Brasil que acompanham esta Audiência Pública a se posicionarem também e para isto a Comissão de Educação está à disposição para receber toda e qualquer pergunta, discussão, pois na sequência, inclusive, podemos, se houver perguntas, encaminhar aos convidados ou encaminhar para o Relator para que tudo venha a ajudar a ter um texto de uma legislação adequada a esse texto e de acordo com as necessidades do nosso país.

Estão convidados para esta Audiência Pública Maria Goretti David Lopes, seja muito bem-vinda, é lá do Paraná, conterrânea, Presidente Nacional da Associação Brasileira da Enfermagem, mas é do Paraná (*risos*); Rubens de Oliveira Martins, Coordenador Geral de Fluxos e Processos da Diretoria de Regulação e Supervisão – Secretaria de Educação Superior do MEC; Geraldo Luiz Moreira Guedes, Conselheiro, Conselho Federal de Medicina – que ainda não chegou, estão me informando; Maria Helena Machado, à minha esquerda, Diretora do Departamento de Gestão e Regulação do Trabalho em Saúde – Ministério da

Saúde, seja também como todos e todas bem-vinda; Sílvia Fernanda Casagrande, Presidente da Federação Nacional dos Enfermeiros e das Enfermeiras; José Sival Clemente da Silva, Vice-Presidente do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde, à minha direita, CONASEMS; e José Caetano Rodrigues, Tesoureiro-Geral da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Saúde. Mencionei a todos.

Não havendo objeção, nós vamos convidar as pessoas, os expositores, na mesma ordem que foram mencionados. Se houver uma necessidade, façam chegar essa preocupação a essa presidência que a gente toma, assim, inversão de ordem, alguma coisa. Mas, se não, vamos começar com a Maria Goretti David Lopes, que é Presidente Nacional da Associação Brasileira de Enfermagem. Eu só quero destacar, como nós temos seis pessoas, talvez uma sétima pessoa, vamos, assim, dar o tempo de dez minutos para a exposição. Eu quero dizer que é automático, portanto, não se assustem, que é uma campanha meio alta, quanto falta um minuto para terminar os dez minutos automaticamente bate uma campanha. Aquele relógio lá funciona também, mas é claro que vocês podem ter um tempo, mas não extrapolando muito, para não... E até peço desculpas, assim, em função do número de Senadores. Não é o número, a gente sempre diz que interessa, mas o Relator está aqui, pessoas da área também estão aqui. É que nós temos também outras Comissões e, além disto, a presença da Ministra Dilma Rousseff no dia de hoje na Comissão de Infra-Estrutura para falar do PAC, mas, naturalmente, outros assuntos também vão ser abordados nessa reunião e isso causa, assim, uma comoção, também, que vocês podem imaginar, meio grande. Mas, Maria Goretti, com a palavra.

SRA. MARIA GORETTI DAVID LOPES: Eu quero aproveitar bem meus dez minutos então. Cumprimentar o Exmo. Senador da República, para minha satisfação do nosso Estado do Paraná, Senador Flávio Arns, cumprimentar ao Senador Relator do Projeto que estaremos discutindo hoje aqui, Senador Augusto Botelho, demais Senadores presentes, cumprimentar a todas as autoridades da mesa, cumprimentar muito especialmente os meus colegas enfermeiros presentes nessa plenária, que nos apóiam com essa discussão, e de forma muito especial à minha amiga, ex-Presidentes da ABEN Nacional, Maria Auxiliadora Córdova Cristóforo, que, sem dúvida nenhuma, muitos daqui a conhecem e sabem que é uma das maiores estudiosas da área de educação do Brasil e uma das grandes enfermeiras brasileiras que contribui para o desenvolvimento técnico-científico e político da enfermagem brasileira. É uma honra contar com a sua presença, foi também nossa Presidente na Federação Panamericana de Profissio-

nais de Enfermagem. Muito obrigada. Cumprimentar a todos, então, senhoras e senhores, é uma satisfação muito grande representar a Associação Brasileira de Enfermagem, uma entidade de mais de oitenta anos de existência, que acompanha aí, a sua trajetória, a sua história coincide com a história da enfermagem no Brasil. Então é uma responsabilidade enorme falar e participar dessa Audiência Pública, Senador, porque queremos que as idéias, as propostas, as questões que a ABEN defende e apresenta, que não são de hoje, sejam consideradas por esta Casa e pelos Srs. Senadores da República.

Eu quero iniciar, Senador Flávio Arns, entregando, passando às suas mãos para que fique registrado nessa Comissão de Educação do Senado Federal, uma publicação recente da Associação Brasileira de Enfermagem, que trata do ensino de graduação em enfermagem no Brasil, o ontem, o hoje e o amanhã, porque nós temos sim que registrar a história e pensar, claro, no futuro. Eu gostaria de passar às suas mãos, Senador. Também o perfil de ações do técnico de enfermagem no Brasil, uma publicação encomendada pelo Ministério da Saúde, entregue ao Ministério em 2003, foi a professora Maria Auxiliadora que coordenou esse trabalho, que estabelece, então, como são as ações e qual é o perfil do técnico de enfermagem, que já existe, que é uma profissão sim técnica e regulamentada há muitos anos nesse país. E, também, uma publicação que não é a mais recente, a mais atual, mas importante porque traz, na pág. 6, a posição, que foi tornada pública, a posição da ABEN, exatamente há um ano atrás, sobre esse Projeto de Lei. Então fiz questão e peço para a Secretaria que possa repassar a todos os presentes, mas quero deixar, então, nas mãos do nosso Senador. Tem para todos, Senador, eu trouxe para todos. É uma satisfação entregar uma publicação oficial da nossa entidade nessa Casa.

Eu organizei um pouco as idéias, até para aproveitar bem o tempo, e já estou aqui aflita porque sei que, o que eu preparei, eu precisaria de muito mais tempo. Agora já devo estar aí nos oito minutos apenas, não é Senador, mas vou passar o que for possível nesse tempo para que todos aqui compreendam as questões que a entidade traz em defesa dos trabalhadores de enfermagem no Brasil.

Vamos passar essa parte, o Senador já nos explicou do que trata a Audiência. São duas questões importantes, não é uma só, são duas que temos que dar tratamento diferenciado. Uma é da inscrição de auxiliares e técnicos na autarquia federal responsável pela fiscalização do exercício profissional da enfermagem no Brasil e a outra é do acesso desses profissionais de forma diferenciada aos cursos de graduação de

nível superior de enfermagem. Então são duas questões que apresentam dois grandes desafios. Então pensar a prática de enfermagem exclusivamente com profissionais de nível superior, nós temos que pensar em formação e educação permanentes e política de geração de emprego, com uma força de trabalho com maior qualificação, claro, que se tiver maior qualificação requer melhor e remuneração compatível. O acesso à universidade com tratamento distinto daquele dispensado aos demais concorrentes, as vagas disponíveis nas faculdades do país, requer também uma política nacional de profissionalização de técnicos e auxiliares de enfermagem para enfermeiros. É possível? É essa questão que nós queremos debater então nessa manhã com essa Audiência.

Um dado. Recebemos muito recentemente, na última reunião da Câmara Técnica de Regulação do Trabalho em Saúde, coordenado pela Dra. Maria Helena Machado, que está aqui nesta mesa, em que a equipe do MEC levou o número de matrículas do nível médio do Brasil, 8.906.820 matrículas no ensino médio, 806.498 no ensino técnico, e no ensino superior 4.458.156. Então vejam que nós temos um vácuo, um espaço enorme ali do ensino médio ao ensino superior.

O próprio Ministro da Educação tem dito, é público, quem tem acompanhado aí as exposições, as declarações do Sr. Ministro sabe que ele vem insistindo que essa integração médio técnico no Brasil é uma estratégia importante para o desenvolvimento socioeconômico do país. Próximo.

E a enfermagem, eu tenho que dizer aos senhores que, segundo a RAIS, nós representamos quase 60% da força de trabalho em saúde nesse país, é um dado muito recente, de 2006. Em termos censitários a enfermagem já supera o marco de um milhão de trabalhadores, é a profissão que está presente em todas as instituições assistenciais, sendo que na rede hospitalar – e todos sabem aqui, o Senador acabou de passar por um sistema de saúde – a enfermagem está presente vinte e quatro horas em todos os 365 dias do ano. Esses dados e essas características das nossas profissões, por si só, já demonstram que uma assistência de qualidade depende diretamente da qualidade das ações desenvolvidas pela enfermagem. Então eu acho que aqui, também, temos um entendimento claro e todos nós concordamos com essas questões.

A enfermagem tem uma característica identificadora, que é o desenvolvimento de ações do cuidado humano. Então o objeto do trabalho da enfermagem é o cuidado, o cuidado de pessoas. No entanto, este, em especial, na sociedade capitalista que nós vivemos, tem sido desvalorizado e, algumas vezes, colocado no âmbito do trabalho de ações invisíveis, talvez porque

carregamos em nós, nas nossas profissões, as características femininas. Então somos invisíveis nessa sociedade ainda machista e capitalista, somos invisíveis socialmente. Mesmo assim, o cuidado essencial é a vida. E alguns autores, muito especialmente Lenije(F), afirma que “existe o cuidado sem cura, mas não existe cura sem cuidado”. Próximo.

Eu trouxe esse quadro, Dra. Maria Helena, tive o cuidado de ir ao Ministério da Saúde buscar algumas informações, pena que a nossa enfermagem está ali na segunda linha em vermelho, não é, os senhores talvez tenham dificuldade de enxergar, mas da renda familiar por área dos profissionais que acessam a universidade brasileira, nós temos 30% da enfermagem, que advém então de famílias de até três salários mínimos. Então nós já somos trabalhadores que acessam a escola, mas que são advindos de famílias de baixa renda. Próximo.

A enfermagem, por outro lado, quando acessa a escola e a formação no Brasil, acessa a escola privada. 92%, então, das matrículas dos trabalhadores de enfermagem aos cursos de enfermagem no Brasil, acessam a escola privada. Já é um complicador por si só.

Os dados no cenário dos profissionais de nível médio da saúde apresentam um estudo de força em trabalho de saúde que no final da década de 70 nós tínhamos trezentos mil trabalhadores *[soa a campanha]* empregados que exerciam funções sem a qualificação específica. Eu quero dizer que esse é um dado, então, do final de década de 70. Senador, eu tenho como continuar ou volto depois?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Pode continuar.

SRA. MARIA GORETTI DAVID LOPES: O senhor me dá uma prorrogação, por favor? Muito obrigada, Senadora.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Fazemos uma prorrogação de cinco minutos. Está bem?

SRA. MARIA GORETTI DAVID LOPES: Pois não, muito obrigada. Trezentos mil trabalhadores empregados exerciam função sem qualificação, sem nenhuma formação específica na área. Essa é a realidade do Brasil há duas décadas, um pouco mais de duas décadas atrás. E a sua atividade não era reconhecida como profissão, é o que nós chamávamos de ocupação. Não tinha profissão. Quem era? Eram os atendentes de enfermagem. Qual é o número encontrado então e divulgado e que se tornou oficial, porque foi divulgado pelo Ministério da Saúde, no final de 1999, que os Senadores inclusive utilizam na justificativa do Projeto? Duzentos e vinte e cinco mil trabalhadores

sem formação específica na área de enfermagem no país. Isso há duas décadas atrás.

Nós tivemos investimentos para reverter esse quadro. O primeiro grande Projeto que apoiamos, a Associação Brasileira de Enfermagem foi parceira, uma grande enfermeira, Isabel Santos, foi a idealizadora desse projeto, é uma enfermeira que todos a conhecem, reconhecem a sua capacidade e o quanto ela lutou junto com outros profissionais no Ministério da Saúde para tornar realidade essa proposta de capacitar e de profissionalizar trabalhadores com o Projeto em larga escala. Foi uma estratégia implanta na década, então, de 90, com muitas dificuldades, mas que se tornou realidade. Então, substituindo a cultura de treinamentos emergenciais pela formação profissional, então investir na formação profissional, o avanço na área da produção de materiais pedagógicos, a afirmação do trabalho como sujeito do processo de formação, integração, ensino e serviço, e preparação profissional de saúde para a docência na área da educação. Próximo.

Já em 2001, um conjunto enorme de instituições, 2334 instituições ofertavam educação técnica, 785 escolas oferecem cursos na área de saúde, 570 cursos são na área de enfermagem. 68% dos cursos, eu já dei um primeiro diagnóstico, estão concentrados aí na região Sudeste e 84% nas instituições privadas. A política de educação profissional, então, ela passa por um processo de democratização, de universalização da educação e profissionalização, uma vez que prioriza os trabalhadores já inseridos no serviço de saúde e esse contingente vem, ao longo da história, atuando de maneira precária do ponto de vista escolar e técnico, mas estão atuando e receberam investimentos para melhorar a sua profissionalização, ocupando, então, empregos de menor remuneração e prestando cuidado direto aos usuários do setor, com risco para si e para os usuários. Então isso sim nós temos que estar atentos. Mas não podemos dizer que a enfermagem brasileira é desqualificada. Ela passa, permanentemente, por processo de profissionalização e de qualificação, as nossas profissões estão regulamentadas, não é?

O PROFAE foi, a nosso ver, o maior projeto que promoveu sim a melhoria da qualidade da assistência à saúde no Brasil, particularmente nos estabelecimentos integrantes do Sistema Único de Saúde no país, através da qualificação dos trabalhadores de enfermagem.

Resultados bastante rápidos aí, mas para que os senhores tenham conhecimento. Foram cadastrados, então, no PROFAE, 461.000 atendentes de enfermagem, qualificação de 207.000 auxiliares de enfermagem, habilitação de 80.000, um pouco mais, de auxiliares de enfermagem em técnicos de enfermagem. Isso sim nós defendemos. Por quê? Porque o curso

de auxiliar de enfermagem tem a sua terminalidade em técnico de enfermagem. Então ele tem essa perspectiva, nós queremos que ele atinja essa perspectiva e pretendemos que a nossa profissão tenha então duas categorias, que a enfermagem tenha duas profissões: o enfermeiro e o técnico de enfermagem, que já vem recebendo investimentos para cada vez mais melhorar a sua profissionalização e a sua atuação no serviço de saúde.

Aí outros tantos números, o PROFAE atingiu quase todos os Municípios brasileiros, houve um envolvimento muito grande de escolas públicas e também envolvendo escolas privadas na área de saúde, ofertando esses cursos, e vinte e cinco instituições, enfim, as Agências Regionais, a concessão de bolsas para que esses trabalhadores, que eu já me referi, que tem sua origem de família simples no Brasil [*soa a campanha*], pudesse ter acesso.

Terminando, para não me prolongar e pedir mais uma prorrogação de tempo, dizer que o Brasil investiu trezentos e setenta milhões no PROFAE em pouco mais de cinco anos de trabalho.

Então a gente não pode, consideramos que não podemos sair dessa linha de trabalhar sim pela profissionalização de todos os trabalhadores, muito especialmente os trabalhadores da saúde que lidam com a vida das pessoas, do nascimento à morte, e muito especialmente da enfermagem que é sim, Senador – e que bom ouvir isso do senhor, que é uma autoridade que eu admiro, que eu respeito -, que a enfermagem é essencial, essencial e fundamental aos serviços de saúde no Brasil.

Muitíssimo obrigada, me desculpe a prorrogação do tempo, eu fico à disposição para os debates.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu agradeço, então, a Maria Goretti, e eu acho que este é o ponto que nos une aqui também e a todos os que acompanham pela TV Senado. Todo mundo deve estar dizendo: como é bom quando a pessoa está com a saúde precária ou procurando algum aspecto para melhorar uma situação de saúde e encontrar pessoas competentes, sensíveis, com bom atendimento, valorizadas, lógico, como você colocou. Até, inclusive, você colocou nas suas transparências, depois pode abordar também, e eu acho que esse que é o objetivo desse debate: como contribuir para que a legislação abarque esses aspectos todos? Não só no hospital, mas também em outras situações, no posto de saúde, em trabalhos comunitários, enfim.

Em seguida eu passo a palavra ao Rubens de Oliveira Martins, que é Coordenador Geral de Fluxos e Processos da Diretoria de Regulação e Supervisão – Secretarias de Educação Superior do MEC.

SR. RUBENS DE OLIVEIRA MARTINS: Obrigado, Senador. Bom dia a todos. Cumprimento o Exmo. Senador Flávio Arns, em nome de quem cumprimento aos demais Senadores aqui, autoridades presentes. Também todos os componentes dessa mesa, senhores e senhores.

É um prazer para o Ministério da Educação estar aqui nessa Audiência Pública podendo debater, junto com os senhores, essa questão, que é uma questão que tem preocupado, não especificamente essa, mas, por estar vinculada à área de saúde, tem preocupado o Ministério da Educação e a Secretaria de Educação Superior, em especial o nosso Secretário Ronaldo Mota.

No que diz respeito à proposta apresentada, o Ministério da Educação na verdade teria um papel limitado a algumas questões formais e algumas questões estratégicas. Do ponto de vista das questões... Começando com as questões estratégicas, seria a possibilidade de pensar, digamos, numa concentração de formação somente em níveis de bacharelado, o que, de acordo, por exemplo, com a LDB ou com o próprio Plano Nacional de Educação – o PNE, na verdade haveria uma certa contradição, uma vez que o PNE incisivamente repete a idéia da diversidade, diversificação das formações em todos os níveis de ensino. No superior também. É claro que aí nós temos uma questão que vai causar um conflito exatamente entre a formação acadêmica e o exercício profissional, uma vez que o exercício profissional está regulamentado em Lei específica do Conselho de Enfermagem e dos demais Conselhos da área de saúde, mas hoje há uma tendência, foi lembrado pela Professora Maria Goretti, de que outras modalidades de nível superior, e aqui a gente pode lembrar do art. 44 da LDB, que diz que em nível superior nós temos pelo menos quatro grandes modalidades: os cursos de graduação, os cursos sequenciais, que é uma modalidade menos conhecida, mas é uma modalidade que está prevista, foi na verdade debatida na época da LDB pelo então Senador Darcy Ribeiro, mais ou menos pensada no modelo dos colleges americanos, que seria uma formação inicial de dois anos mais geral, mais voltada para a atuação profissional, e exatamente preocupada com a possibilidade de inserção de alguns egressos de algumas vocações que não são vocações, por exemplo, dos bacharelados, porque nós temos que as vocações do ensino superior muitas vezes são equivocadas ou então os alunos são pressionados ou eram pressionados a seguir uma determinada senda do ensino superior. E após a LDB nós temos vários caminhos. A própria graduação, inclusive nas áreas de saúde, com a divisão das gradações em três grandes títulos, bacharéis,

licenciados e tecnólogos, depois os cursos sequenciais e depois a idéia de que ainda a educação superior, um dos fatos mais importantes, cada vez mais importantes, é a idéia da educação continuada, prevista tanto em curso de extensão quanto na pós-graduação, seja ela no Mestrado e Doutorado, seja ela nos cursos de especialização, o que é chamado pós-graduação *lato sensu*. Então o que nos chamaria a atenção do ponto de vista do Ministério da Educação seria a idéia de que seria preciso, talvez, uma reflexão maior sobre a idéia de garantir a diversidade da oferta dos cursos, a diversidade da possibilidade dos caminhos diferentes dentro do nível superior.

Ao mesmo tempo, levantando alguns dados ainda do ponto de vista dessas questões que eu chamei de estratégicas, vinculadas às metas do Plano Nacional de Educação, mas também pensando num cenário bastante concreto que é da oferta hoje e da dinâmica histórica da oferta dos cursos, especificamente dos cursos de enfermagem, nós temos hoje uma taxa de crescimento, considerando do ano de 2002 até hoje, 2008, até hoje, abril de 2008, uma taxa de crescimento de mais ou menos vinte, vinte e poucos cursos por ano autorizados pelo Ministério da Educação.

Então do total de cursos de 2002 até hoje, em 2008, até abril, temos autorizados duzentos e nove cursos de enfermagens, bacharelado em enfermagem. Esses duzentos e nove cursos correspondem a 26.000 vagas autorizadas nesses cinco anos até agora. Então 26.000 vagas, comparando com o nosso universo do nível superior, primeiro com o universo dos egressos do ensino médio e, segundo, comparando com o universo mesmo de quatro milhões, quase cinco milhões de alunos em ensino superior, é um número de vagas ainda bastante tímido e uma taxa de crescimento que nós temos percebido que também ainda está aquém daquelas desejadas. Talvez por isso, aí é uma das questões levantadas com mérito aí pelo Projeto de Lei, a idéia, a necessidade de algumas políticas indutoras para ampliar a oferta de cursos na área de enfermagem.

O Ministério da Educação vem utilizando-se de diversos indicadores do censo da educação superior, em especial, claro, e das demandas regionais, para definir algumas políticas indutoras dentro das políticas do Ministério. Por exemplo, os senhores devem ter acompanhado recentemente, na divulgação dos resultados dos últimos ENADEs, das avaliações de estudantes e avaliações de curso, que as políticas de financiamento do Ministério, o FIES e o PROUNI, por exemplo, tem agora privilegiado, é claro que estão abertas a todas as áreas, mas tem privilegiado alguns cursos considerados estratégicos neste momento. Quais são os cursos

estratégicos? Nas áreas de formação de professores e, especialmente agora, nas áreas de engenharia, vinculadas exatamente a uma política maior do ente federal, que é a política do PAC.

Então veja que há instrumentos dentro do Ministério da Educação para poder induzir as universidades, sejam elas particulares ou públicas, a ampliar a oferta de vagas em determinados cursos. Eu digo induzir por quê? Porque aí eu entro já na segunda questão, na questão formal. Porque o Ministério da Educação não tem o poder para determinar a abertura de cursos. A abertura de cursos ou de vagas em qualquer área, na enfermagem, por exemplo, depende simplesmente da autonomia das universidades e das instituições de ensino superior, quer dizer, é uma decisão institucional das faculdades e universidades, sejam elas públicas ou particulares, a abertura ou não de cursos e de vagas nessas áreas. Então dependeria de uma movimentação, de uma indução de políticas mais macro, que não seriam determinantes, mas seriam, digamos, sinalizadoras de um desejo do Ministério.

Bom, finalmente, ainda, dentro da questão da autonomia das instituições de ensino superior, não só das universidades, mas de todas as instituições, existe a questão dos processos seletivos, que a Professora Maria Goretti também levantou na sua exposição, porque os processos seletivos também, legalmente, têm que garantir uma igualdade, uma equidade no acesso. Então se pensar na possibilidade de um privilégio de determinada categoria no acesso a vagas, nós encontraremos um obstáculo aí que teria que ser refletido do ponto de vista jurídico. Porém, embora haja esse obstáculo, nós temos uma... e previsto também na LDB essa questão do processo seletivo aberto e de maneira equânime, nós temos algumas brechas também que podem, talvez, ser um dos encaminhamentos possíveis para equacionar esse problema. Por exemplo, na própria LDB, no art. 47, o art. 47 prevê que as instituições... no art. 47 e no art. 50, o art. 47 prevê que as instituições podem ter processos seletivos diferenciados não do ponto de vista de privilegiar uma determinada categoria, mas podem ser pensados processos seletivos onde sejam pesados ou ponderados determinados conhecimentos que já venham, que os candidatos já tinham, por exemplo, e esses conhecimentos não necessariamente precisam ser formalmente comprovados em certificados, nada disso, quer dizer, a instituição tem a liberdade e a autonomia de montar uma banca ou determinados tipos de exame que podem, diante daquele candidato, já colocá-lo, por exemplo, vamos supor que num curso de enfermagem de duração de quatro anos, um candidato que venha já com uma bagagem, seja ela formada na sua prática, em

outra formação, ele pode comprovar para a universidade que ele já tem determinados conhecimentos que seriam referentes a, por exemplo, ao primeiro, ao segundo ano do curso. Então esse candidato poderia já estar entrando no terceiro ano do curso, quer dizer, é uma possibilidade de aproveitamento e de redução do tempo de formação por aproveitamento da bagagem que o candidato já tenha. Isso é feito, por exemplo, na formação de professores, os professores que tenham, que estejam em atuação, eles já conseguem ter os créditos de uma grande parte do seu curso.

Uma outra idéia também que existe, também prevista no art. 50, que aí *[soa a campainha]* ajudaria a pensar – só mais um segundo – no número de vagas, que eu disse que ainda é limitado, é a possibilidade de que, nós sabemos que nas universidades, especialmente nas públicas, embora você tenha cursos – e nas particulares também – com cem vagas iniciais, no meio do curso e ao final do curso nós temos os egressos mais ou menos de 30%, 40% somente de concluintes, ou seja, é possível que as universidades abram também essas vagas remanescentes, ou seja, que se aproveitem vagas já existentes para a inclusão de outros alunos.

Eu acho que essas considerações mais de caráter técnico, como eu disse formal e estratégico, podem ajudar a contribuir com essa discussão aqui. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS

(PT-PR): Sem dúvida alguma, Dr. Rubens. Eu só quero lembrar que essa campainha é automática, eu não mexo em botão nenhum.

SR. RUBENS DE OLIVEIRA MARTINS: Eu já estava no final, obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS

(PT-PR): Tem um barulho aí que.... Mas claro que a gente permite, assim, que haja a conclusão do pensamento ou um argumento ainda a ser apresentado.

Passo, em seguida, a palavra a Maria Helena Machado, que é Diretora do Departamento de Gestão e Regulação do Trabalho em Saúde, do Ministério da Saúde.

SRA. MARIA HELENA MACHADO: Bom, eu quero, primeiro, cumprimentar a todos, especialmente aos Senadores dessa Casa, em especial ao Senador Flávio Arns, Senador Augusto Botelho, Senador Tião Viana e ao Senador Virginio de Carvalho, responsável por esse dia de hoje frente ao Projeto colocado.

Sr. Presidente, primeiro, nós, do Ministério da Saúde, queremos louvar a iniciativa de buscar melhorar a escolaridade das equipes de saúde. Eu acho que esse é o primeiro ponto. Segundo, dizer que nós, do Ministério da Saúde, nos sentimos bastante contemplados, positivamente, com essa iniciativa tão corajosa

de buscar elevar a escolaridade de uma equipe tão importante e fundamental. Dos dois milhões e meio de trabalhadores da saúde, um milhão ou próximo a isso é formado por essa equipe. Dizer que elevar a escolaridade dos trabalhadores da saúde significa melhorar, consideravelmente, a assistência na saúde.

Por outro lado, é importante também a gente registrar qual é o contexto nacional que nós temos hoje. A Goretti, que me antecedeu e falou de números, ela aponta números importantes, e hoje, eu diria, que desse cenário de quase um milhão da equipe de enfermagem apenas 13% é constituído de enfermeiros, 33% de técnicos, 50% de auxiliares, 4% de atendentes. A média nacional é 13% de enfermeiros. O Acre representa ou tem, e talvez aí imbuído desse sentimento é que o nosso Senador Tião Viana apresenta a proposta, porque é exatamente o Acre o que tem o índice mais levado, 24%, ou seja, $\frac{1}{4}$ da equipe de enfermagem no Acre é de enfermeiros, eu acho que isso é muito louvável, e o Ceará logo vem a seguir, com 20%. O resto de todo o país têm níveis, alguns deles, abaixo de 10%.

Por outro lado, também uma coisa que nos chama a atenção é o número de escolas de enfermagem que vem crescendo no país. A princípio, o comentário nosso sempre é um comentário preocupante de que esse “boom” de escolas de enfermagem que aponta o MEC e que nós lá no Ministério da Saúde, em comum acordo com o MEC, vem discutindo na Câmara de Regulação do Trabalho, na CIR(F), na Comissão Intersetorial do Conselho Nacional de Saúde, que eu coordeno, então eu creio que essa é uma preocupação. Mas, por outro lado, o déficit hoje claro, bem claro, de profissionais qualificados com escolaridade de nível superior na enfermagem, é muito baixo. Nós precisamos mudar essa realidade. O Brasil desponta como um dos países que tem a pirâmide invertida de forma dramática. Quando a gente sai do país, vai fazer palestra e apresenta esses números, quando apresenta que tem quase um milhão de equipe de enfermagem todo mundo louva; quando a gente diz quem é a equipe, o nosso comportamento não é o melhor a apresentar. Então esse ponto tem que todos nós pensarmos.

Por outro lado, o processo de trabalho em enfermagem contempla uma diversidade muito grande de complexidade. Obviamente não são realizados por enfermeiros. Historicamente não são e tecnicamente não são de um modo geral. Concordamos também que esse processo de trabalho, hoje, entregue fortemente ou quase exclusivamente a técnico e auxiliares de enfermagem, porque mais de 80% de todo o contingente é de técnico e auxiliar de enfermagem, deve ser revertido. Eu acho que esse é um ponto importante de acordo nessa proposta. O enfermeiro precisa assumir

o papel de responsável e produtor principal da assistência em enfermagem à população brasileira. Então isso eu acho que a gente tem que chegar a um denominador comum.

A evolução tecnológica e científica da saúde tem nos levado, também, a rever um quadro interessante e que nos aponta para uma discussão, que é que nós estamos acostumados, Senador, a ter, a considerar como dado uma hierarquia técnica e gerencial das equipes de saúde. Nós temos, somente no Brasil, no Brasil somente, 35% de todos os dois milhões e meio de empregos no país é de nível superior. Então a saúde é feita por técnicos ou auxiliares. Então eu acho que a gente tem que elevar isso, tem que melhorar esse quadro e digo que essa hierarquia que até hoje nós estamos considerando como dada, ela precisa rever. Eu creio que a corporação de enfermagem tem isso muito claro e a corporação de enfermagem tem buscado discutir conosco e com o Ministério da Educação mudança nesse quadro.

Por outro lado, tem áreas muito claras, por exemplo, a ortopedia, a nefrologia, a obstetrícia, a pediatria, a medicina intensiva, por exemplo, exige um acompanhamento de técnicos atuando na equipe. Então o que nós vemos hoje na Câmara de Regulação, com o Ministério da Educação, com as profissões, na mesa de negociação, na Câmara, é que surge hoje, vindo dessa Casa e da Câmara, muitos pedidos de novas profissões, pedidos de criação de novas profissões técnicas e de nível superior. Então nós temos hoje, em conjunto com essa proposta, pensar qual é o futuro do processo de trabalho em saúde. Para onde caminhamos? Caminhamos para ter só nível superior ou pensamos numa equipe aonde temos o nível superior atendendo uma complexidade do processo e nível técnico atendendo outra complexidade do processo? Então isso eu acho que tem que ser discutido, não é? Então, hoje, quando nós temos hoje, lá, técnico de imobilização ortopédica, técnico em Raio-X, técnico em oftalmologia, são vários técnicos que nós temos lá para serem avaliados, a pergunta é: esses técnicos terão que formação? Estariam oriundos, estariam acordados e dentro de que área de formação?

Então eu creio que mais do que discutir somente essa situação específica da equipe de enfermagem, para nós esse momento aqui é para que o Senador, se assim concordar, que a gente possa abrir também essa discussão do que é de fato uma equipe de saúde, de que profissionais nós precisamos, de que nível de escolaridade que nós precisamos, que tipo de especialização nós precisamos. O movimento nacional, o movimento mundial, é de termos o crescimento de

técnicos ajudando e auxiliando o nível de maior complexidade que seria nível superior.

Então eu acho que precisamos pensar. Nós não viemos aqui – e aí eu falo em nome do Ministro – com posição fechada, Senador. Nós viemos aqui para escutar, para debater, discutir e apresentar proposta que venha, definitivamente, melhorar esse quadro. Eu creio que isso é consenso entre todos nós aqui. A equipe de enfermagem, hoje, posta para a atenção da saúde da população, não é a equipe que nós queremos, com certeza. Eu acho que custar muito para o SUS a gente sabe que vai custar [*soa a campainha*] e não é pouco, mas também nós precisamos equacionar qual é a melhor equipe que nós queremos. Eu acho que a eliminação definitivamente de técnicos de um cenário não é talvez a saída imediata, mas eu acho que nós temos que buscar dizer que técnicos e que profissionais de nível superior precisamos para a assistência à saúde.

Então é com essa perspectiva que nós queremos discutir, avaliar junto com a corporação de enfermagem, avaliar junto com os técnicos e auxiliares de enfermagem, avaliar junto com os médicos, com os enfermeiros, com os fisioterapeutas, com todos os demais profissionais de saúde, que de uma forma ou de outra precisam e atuam junto com a equipe técnica que desenvolve no Sistema Único de Saúde. Quando eu estou falando, eu não estou restringindo aos técnicos de enfermagem. Eu estou falando que nós temos uma gama enorme de técnicos que nós queremos ver discutido, porque a tendência, eu já vou finalizar, a tendência dos profissionais, a tendência do Congresso, como natural lugar da democracia e do atendimento aos anseios da população, é o requerimento cada vez maior de novas profissões, novos técnicos, e a gente quer discutir. Então vamos discutir juntos, o quê que é que o SUS precisa, o quê que o sistema de saúde precisa, qual é a realidade que nós temos e qual é o planejamento que nós temos que ter para mudar essa realidade. Obrigada.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu agradeço e quero pedir desculpas por não estar aqui esse tempo todo, mas eu tive que ir lá do outro lado, é longe pra caramba, tanto que ainda bem que é uma Audiência com enfermeiros e enfermeiras. Se eu precisar de alguma coisa, eu posso ser bem atendido (*risos*). Então eu quero pedir desculpas por não estar desde o começo, mas descontentei a estudantada e o pessoal que estava lá porque fiz a minha fala e saí correndo, não fiquei para o debate, disse a eles que se der tempo eu volto lá, e talvez tenha descontentado do ponto de vista do emocional de

não estar aqui como Presidente, mas eu tenho certeza que do ponto de vista técnico eu não fiz nenhuma falta porque os Senadores presentes, perfeitamente, me substituiriam.

Eu passo a palavra, agora, à Presidente da Federação Nacional dos Enfermeiros, a Dra. Silvia Fernanda Casagrande.

SRA. SILVIA FERNANDA CASAGRANDE: Bom dia a todos e todas. Quero saudar o Senador Cristovam Buarque, os colegas da mesa, Senadores, enfermeiros, enfermeiras, auxiliares, técnicos aqui presentes, e dizer, assim, da satisfação da Federação estar aqui nessa discussão que para nós é tão cara, porque este é um Projeto de Lei que deve de estar sendo discutido com toda a categoria na nossa base. Não podemos restringir só a esta Audiência, entendemos que esse é um Projeto que tem que ser realmente discutido e não só na enfermagem, mas discutido com a sociedade, porque no contexto que vivemos hoje é necessário, é um Projeto muito complexo e trata de qualificação. Qualificação a gente concorda, a gente defende e fizemos essa luta que não é de hoje. É uma luta antiga, a Federação Nacional dos Enfermeiros faz essa luta pela valorização dos trabalhadores e não só os trabalhadores da enfermagem, mas trabalhadores na saúde, os trabalhadores desse país. Portanto, entendemos, também, que a valorização passa por questões mais complexas, passa também por termos plano de carreira, cargos e salário, pela despreciação das relações de trabalho, passa também pela saúde do trabalhador, realmente discutida e levada com responsabilidade pelos gestores. Temos a saúde do trabalhador, hoje, nós alcançamos o vergonhoso segundo lugar em acidente de trabalho. Passamos os metalúrgicos, passamos os petroleiros. Então a saúde realmente precisa ser re-discutida e repensada.

E a enfermagem, nós estamos falando de um contingente, como aqui já foi falado, de mais de 50% dos trabalhadores na saúde. Isso não é pouca coisa. A enfermagem é constituída basicamente por mulheres, mulheres com dupla, com tripla jornada de trabalho, quer dizer, realizam o seu trabalho em ambientes altamente insalubres e somos os únicos profissionais da saúde que ficamos vinte e quatro horas ao lado do paciente.

E não podemos só falar de qualificação técnica. Devemos falar de qualificação técnica, mas precisamos, também, estar falando da qualificação e do preparo emocional que as pessoas precisam, porque nós não lidamos só com as questões técnicas. Lidamos com a vida e às vezes a morte do outro.

Então para a enfermagem esta discussão é fundamental. Fundamental porque nós temos competências.

As competências dentro da área da enfermagem são bem distintas, mas são competências complementares. Hoje é inconcebível a gente pensar a enfermagem sem o técnico de enfermagem. Com essas competências, como aqui já foi falado, tivemos com o PROFAE um número de auxiliares sendo qualificados, que a gente louva e muito contribuimos para isso, para essa qualificação junto ao Ministério da Saúde, mas isso não pode ficar assim.

Nós temos, segundo o Conselho Federal de Enfermagem, aproximadamente seiscentos mil auxiliares. Então nós temos que pensar nesses seiscentos mil auxiliares que têm o nível fundamental, o curso fundamental, que tem o auxiliar de enfermagem só um curso de auxiliar de enfermagem, que é realmente básico. Nós precisamos repensar para esses trabalhadores e precisamos pensar é de imediato. E isso não é um repensar só com as entidades sindicais, não é só um pensar com os trabalhadores, porque os trabalhadores estão lá fazendo o seu trabalho, como eu já falei, muitas vezes precarizado. Como é que ele vai ter condições de fazer a sua qualificação? A sua qualificação tem que ser assumida pelos governos. E isso nas três esferas.

Nós não podemos comparar esse Projeto ao Projeto de Lei dos professores primários, que a gente entende que o professor primário, após o seu curso superior, ele continua sendo um professor primário, muito mais qualificado, e isso a gente defende. A gente defende que os auxiliares e técnicos possam fazer um curso superior, mas sem esta exigência de que ele tenha que fazer, com prazo para se cumprir, porque ele vai acabar sendo um profissional em extinção. Pelo Projeto ele fica até o final, até se aposentar, mas não vai haver mais alguém que o substitua. Então isso tem que ser repensado porque as pessoas, quando escolhem ser auxiliar e técnico de enfermagem, isso é uma escolha de vida. Eles não escolheram ser enfermeiros, eles escolheram ser auxiliares de enfermagem, técnicos em enfermagem. Que é muito próximo ao auxiliar até, as competências são muito próximas, mas muito mais qualificado o técnico. Então precisamos ir na linha de qualificar o auxiliar de enfermagem para técnico de enfermagem, com as competências de técnico de enfermagem.

Maria Helena falou um pouco dos cursos superiores e isso tem nos assustado bastante, que nos últimos anos a enfermagem foi o que mais cresceu assim, um dos que mais cresceu, senão o que mais cresceu. E o que nos assusta bastante é porque são cursos que não passam pelo crivo do controle social do SUS. São cursos que a gente não sabe se essa grade curricular sequer anda próxima do Sistema Único de Saúde. São

curso que muitas vezes não têm campo para fazer estágio. Então a gente está pensando na qualificação, num curso superior para um milhão de trabalhadores. Isso, atualmente, é inconcebível.

Mas a gente fica com alguns questionamentos que eu gostaria de fazer uma reflexão. Se a pauta realmente, então, é qualificar os trabalhadores na saúde – e aqui a pauta é qualificar os trabalhadores na enfermagem –, por que não qualificamos esses quinhentos mil auxiliares que precisam urgentemente de qualificação? Se todos serão enfermeiros, as atividades de competência do técnico de enfermagem e do auxiliar serão exercidas por quem? A quem interessa de fato que o enfermeiro execute as atividades, todas as atividades de enfermagem? A gente tem que se perguntar o que está por trás de tudo isso, porque hoje a atuação do enfermeiro tem preocupado muito algumas categorias. O enfermeiro, hoje – e cada vez mais –, atua de forma incisiva no planejamento *[soa a campainha]*, na organização, na execução, na avaliação do serviço de sistema de enfermagem, no cuidado direto ao paciente grave, na consulta de enfermagem, no diagnóstico de enfermagem e, como integrante da saúde, da equipe de saúde, o enfermeiro executa a assistência obstétrica em situações de emergência e execução do parto sem distócia. Prescreve medicamentos previamente estabelecidos em programa de saúde pública e em rotinas aprovadas pela instituição.

Então a nossa pergunta é essa: a quem de fato interessa que o enfermeiro execute todas as atividades? A quem interessa a entrada no mercado de trabalho de um milhão de trabalhadores enfermeiros, sem piso, que não tem jornada? A quem de fato está interessando?

E a outra pergunta que nos fica é: o mercado vai conseguir absorver esse contingente com salário de enfermeiro ou vai ser um auxiliar ou um técnico com qualificação de enfermeiro, mas com salário do nível médio?

A gente defende, com certeza, a qualificação de todos os trabalhadores, mas a qualificação imediata desses quinhentos mil auxiliares de enfermagem, que assim a gente vai poder elevar a condição social desses trabalhadores num contingente expressivo de trabalhadores da saúde, mas, acima de tudo, a gente vai estar elevando a qualidade do serviço que eles prestam no Sistema Único de Saúde.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Agradeço à Dra. Silvia e passo a palavra ao Dr. José Sival Clemente da Silva. Ele é Vice-Presidente do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde.

SR. JOSÉ SIVAL CLEMENTE DA SILVA: Bom dia a todos e a todas. Eu cumprimento essa brilhante mesa na pessoa do Senador Cristovam Buarque, Presidente desta Comissão. Quero dizer que o Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde se sente bastante honrado de ter sido convidado para participar dessa discussão, haja vista que nós representamos os 5562 Municípios brasileiros e, na verdade, nós sabemos que quem executa a saúde pública nesse país são os Municípios, que têm a maior responsabilidade.

Me desculpem, mas eu gostaria de começar a minha fala já fazendo uma indagação. Eu sou enfermeiro por opção e se eu fosse me formar de novo me formaria como enfermeiro porque foi uma escolha de vida. Eu questiono: por que convidar o Conselho Federal de Medicina para discutir uma questão eminentemente da profissão de enfermagem? Nós estamos aqui discutindo uma questão que diz respeito única e exclusivamente a esta categoria, a esta profissão. Eu acredito que quando a medicina vai discutir seus problemas, não chama a enfermagem, em que pese nós estarmos trabalhando em equipe, no mesmo local de trabalho, na mesma unidade de saúde, mas são profissões distintas, cada uma com a sua representação, cada uma com a sua especificidade. Temos discussões em conjunto sim a fazer. Acredito que esta, não.

Eu começaria dizendo – eu já vou pedir ao Senador que eu vou precisar de prorrogação, como a Goretti pediu, porque eu falo muito, mas eu vou tentar ser rápido. Eu gostaria de começar dizendo o seguinte: a Goretti já falou, mas eu gostaria de reforçar que a enfermagem representa, na verdade, quase 60% da força de trabalho na saúde neste país. Portanto, nós estamos trazendo aqui, discutindo uma proposta que mexe com a maioria dos trabalhadores da saúde nesse país. E aí a enfermagem, pela sua própria constituição, pela sua própria história, pela sua própria formação, a enfermagem tem uma função distinta porque ela é uma equipe, é uma profissão que é formada por uma equipe, onde você tem o enfermeiro, você tem o técnico de enfermagem e o auxiliar de enfermagem. E essa equipe é importante e tem papel fundamental na atenção e na assistência à saúde da nossa população.

Então nós acreditamos... Eu estou falando não em meu nome como enfermeiro, mas em nome da minha entidade que eu aqui represento. Nós acreditamos que essa proposta, como está sendo posta, ela é inoportuna para a realidade brasileira especificamente na área da saúde. E por que nós acreditamos que ela é inoportuna da forma que está apresentada? Eu acredito que essa Audiência aqui é para que nós possamos chegar num consenso e, aí, tentarmos, com as contribuições aqui apresentadas e entendimentos,

talvez melhorar ou modificar essa proposta. Mas, como ela está, é inoportuna, porque primeiro nós temos diferenças regionais consideráveis nesse país. Nós não podemos tratar o Brasil da mesma forma. Nós temos vários Brasis em um Brasil. E isso está claro quando a Goretti, Presidente da ABEN, apresentou. 68% das escolas de enfermagem estão na região sudeste. E isso já é um número bastante preocupante para estas diferenças que nós apontamos e aí não é só a diferença de acesso à educação, são diferenças em todos os sentidos.

O Senador Augusto Botelho é de Roraima. O senhor, mais do que ninguém, conhece a região amazônica, a região da Amazônia Legal. Recentemente o nosso Congresso foi em Belém do Pará e nós fomos fazer um Congresso de Secretarias Municipais de Saúde em Belém justamente para estar mais perto da realidade da região amazônica. E tudo na região amazônica é diferente pelas próprias características daquela região. Para vocês terem uma idéia, uma equipe de saúde da família, na maioria dos Municípios da região norte da Amazônia, eles trabalham quinze dias e folgam quinze dias. Por quê? Porque eles estão dentro de um barco. Eles saem da sede de um Município, passam quinze dias para subir numa margem e descer na outra. Quando eles chegam, sem folga quinze dias, por terem trabalhado ininterrupto.

Isso eu estou colocando para mostrar que nós somos diferentes nesse Brasil. Nós não podemos tratar os nossos problemas achando que nós vamos resolvê-los com a estrutura que nós temos no Brasil, principalmente nesse sentido.

E aí, também, por que é que essa proposta é importuna, do ponto de vista nosso, como gestores? Porque é uma proposta, Senadores, que vai trazer impacto e o um impacto muito grande nas finanças municipais, principalmente quando se trata dos recursos do SUS. Nós sabemos que nós, hoje, os senhores são testemunhas, nós estamos aqui quase toda semana junto com os senhores aqui lutando pela regulamentação da Emenda 29. E aí, ontem, graças a Deus, foi mantida a proposta que vocês já tinham aprovado. E por que nós queremos mais recursos? Porque o SUS é universal com recursos limitados. E aí os recursos do SUS também estão aqui. Estão na formação, estão no salário dos trabalhadores. Então o impacto que essa proposta, do jeito que está, for aprovada, eu não sei o que vai acontecer com a saúde nos Municípios brasileiros.

O Senador Virginio de Carvalho é de Sergipe, tem uma realidade parecida com a minha realidade, que sou de Alagoas. E nós sabemos as dificuldades que nós temos nos nossos Estados pequeninhos, nos

nossos Municípios que vivem em sua grande maioria única e exclusivamente de FPM, não tem outra fonte de renda, e um dado ainda mais importante que os senhores precisam saber: quase também 60% dos Municípios brasileiros têm menos de vinte mil habitantes. O impacto desta proposta nesses Municípios, eu não sei se nós vamos organizar ou desorganizar a saúde. Porque aí nós vamos ter, na medida em que nós transformarmos todos os auxiliares e técnicos de enfermagem em enfermeiros, nós estamos... Vamos ter que mudar inclusive o plano de carreira, cargos e salários, nós vamos deixar de ter nível médio e técnico na enfermagem para ter nível superior. Então a média talvez de salário aí hoje, um salário mínimo para auxiliar de enfermagem, um salário e meio, dois salários para técnico, nós vamos passar a ter que *[soa a campanha]* pagar a todo mundo o salário de enfermeiro. Onde nós vamos buscar recursos para isto? Eu estou falando dos Municípios. E aí, com uma proposta dessa, nós vamos estar fazendo inclusão social ou exclusão social? Talvez cause um grande desemprego do jeito que está.

E aí eu queria passar números para vocês, me deem mais cinco minutinhos para concluir. Vejam bem: da nossa força de trabalho na saúde, hoje, 68% dos empregos estão concentrados nos Municípios brasileiros. É quase um milhão de trabalhadores que os Municípios brasileiros hoje empregam. Enquanto isso os Estados estão com 24% e o Governo Federal com 8%. Imagine os senhores, com esses números, o impacto que nós teríamos.

Quando a Maria Helena falou, ela tocou numa questão que eu achei interessante, porque é o seguinte: à medida que nós estamos num Projeto de Lei propondo acabar com auxiliar e técnico de enfermagem, por outro lado nós estamos com inúmeros pedidos de criação de novas profissões técnicas na saúde brasileira. Eu acho isso, talvez, uma contradição, e talvez a gente, a partir desse momento, a gente começa a repensar, a discutir este assunto com uma outra visão e caminhar, talvez, para... talvez seja a criação do técnico em saúde com habilitação em radiologia, com habilitação em gesso, com habilitação em laboratório, com habilitação eu não sei se em enfermagem, mas talvez o caminho seja esse e não a gente estar acabando com o técnico, mas fragmentando cada vez mais essa saúde, criando mais categorias e mais categorias. Vamos pensar então, talvez, juntos, nisso daí.

Mas, voltando aqui, com relação a acabar com auxiliar e técnico, nós já dissemos que nós somos contra e as razões porque nós somos contra. Agora esse acesso diferenciado da formação do pessoal da enfermagem, da forma como está sendo posta nós também

somos contra. Por quê? Nós temos uma experiência do PROFAE que foi riquíssima nesse país, uma experiência construída e executada a seis mãos, foram Ministérios, Estados e Municípios. Nós conseguimos formar muitos auxiliares de enfermagem nesse Brasil e técnicos de enfermagem. Estamos iniciando, agora, um novo ciclo para complementação do técnico de enfermagem. Então nós precisamos pegar essa experiência que nós já temos e ver como é que nós vamos ampliar essa experiência para habilitar os auxiliares de enfermagem, porque eles são formados sim, eles têm uma formação de auxiliar de enfermagem. Nós precisamos habilitá-los para técnicos de enfermagem. É a complementação que nós precisamos fazer e eu acho também que precisa de um esforço conjunto e aí sim nós vamos estar atendendo ao princípio da qualificação, quando a gente estar pegando esse auxiliar, e aí, acabar com o auxiliar, nós não somos nem contra, talvez ficar o enfermeiro e o técnico fosse o ideal na nossa realidade, e transformar, com a experiência do PROFAE, esse auxiliares, habilitá-los para o técnico.

E por que a formação dos professores, a colega da Federação falou, ela não é aplicada à formação da enfermagem? Meus senhores, Srs. Senadores, eu tenho uma mãe que é professora há cinquenta anos, tá? E ela começou como professora primária. Ela foi ser professora aos dezoito anos de idade quando ela tinha o quarto ano primário somente. Ela foi ser professora. Ainda hoje ela é professora. E ela realmente se habilitou através de uma modalidade diferenciada, mas a formação que a minha mãe recebeu como professora é diferente, ela não se aplica à formação de enfermeiros porque nós temos particularidades diferentes. Nós temos especificidades da formação diferentes. Nós temos uma grade curricular diferente. Vou só dar um exemplo. Para sermos graduados em enfermagem precisamos aprender anatomia. Não se aprende anatomia em livros, não se aprende anatomia em apostila. Só se aprende anatomia na prática. E nós não temos escolas suficientes nesse Brasil para estarmos capacitando, formando enfermeiro como deve ser formado *[soa a campainha]*. Nós hoje temos uma preocupação muito grande com a proliferação dessas escolas de enfermagem em nível superior – o Secretário do MEC está aqui – sem um mínimo de qualidade, sem um mínimo de acompanhamento, sem um mínimo do mínimo para funcionar. Imagine o que nós faríamos se nós pegássemos esse quase um milhão de trabalhadores, querendo transformar em enfermeiro, que é uma profissão regulamentada nesse Brasil, sem as condições que nós teríamos? Eu não sei se estaríamos qualificando fazendo dessa forma.

E, para finalizar, nós do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde somos e primamos pela qualificação da assistência à saúde em todos os níveis. Nós trabalhamos incansavelmente para que isso aconteça. Agora entendemos que para qualificar a assistência à saúde não é necessário acabar com a equipe de enfermagem. Entendemos que para qualificar mais e mais a assistência à saúde precisamos qualificar mais e mais os nossos trabalhadores, que hoje não é só a enfermagem. Nós estamos hoje com o mercado de trabalho na saúde, talvez a área da saúde hoje foi quem mais abriu as portas para a inserção de novos profissionais atuarem. Então nós estamos, hoje, e precisamos dessa qualificação. E a proposta que a gente deixa é essa de habilitar os auxiliares em técnicos de enfermagem, aí sim, aí a gente concorda, aí a gente está qualificando, e mesmo os técnicos em enfermeiro não parar a sua educação permanente. E isso o SUS tem na sua própria legislação. E isso nós fazemos, é a educação permanente dos nossos profissionais.

E, para terminar, eu deixo a reflexão: em que medida o projeto apresenta um levantamento sobre o financiamento da saúde? Como implementar essa medida sem que a área da saúde tenha incremento de recursos financeiros? Mesmo com o técnico. Esse Projeto, se aprovado, pressupõe mudar os dados e aumentar os salários dos profissionais. Qual a análise desse Projeto sobre o impacto que isso vem a causar no SUS? Por que não investirmos na educação permanente em serviço para que os profissionais possam se capacitar permanentemente?

E, por fim, esse Projeto pode abrir precedentes para outras profissões como o técnico em higiene dental. Nós vamos acabar com o técnico em higiene dental e ter só o dentista? Se a linha de pensamento for essa, talvez nós partamos para isso. Nós vamos acabar com o técnico em nutrição, deixar só a nutricionista? Nós vamos acabar com o técnico em radiologia e deixar só o médico radiologista? Nós vamos acabar com o técnico de laboratório e deixar apenas o médico patologista? Eu acho que o raciocínio é pertinente nessa discussão. E sem querer realmente ferir brios, mas como uma ilustração, nessa mesma linha, talvez, fosse a oportunidade de nós também acabarmos com os técnicos em edificações e passar a ter apenas engenheiros nas nossas obras, porque a construção de um prédio, ele é risco de vida para a nossa população também. Muito obrigado pela oportunidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu vou abrir agora os debates fazendo um comentário. Desculpe, ainda temos o José Caetano Rodrigues, desculpe, que é o Tesoureiro-Geral

da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Saúde. Eu peço desculpas.

SR. JOSÉ CAETANO RODRIGUES: Obrigado, Senador. Eu quero começar a minha fala, primeiramente, cumprimentando o Senador Cristovam Buarque, Presidente desta Comissão, em nome do qual eu cumprimento a todos os integrantes desta seleta mesa, fazendo aqui uma referência ao Senador que é na verdade conhecido em todos os cantos desse país como o Senador da Educação e que, em se tratando de um projeto dessa natureza, evidente que mais do que ninguém o Senador Cristovam Buarque tem este compromisso já empunhado na sua bandeira de luta em defesa da qualificação e da melhoria da qualidade da formação profissional deste país. Quero cumprimentar ao Senador Augusto Botelho, que é o Relator deste Projeto, cumprimentar também o Senador Virgílio de Carvalho e o Senador Flávio Arns, que saiu, mas também gostaria de deixar o registro dos nossos cumprimentos, e o Senador Paulo Paim, que é um parceiro de todas as horas aí do movimento sindical brasileiro e que está também, muito embora ausente, mas eu gostaria de deixar esse registro.

Quero, inicialmente, me reportar... Falar por último é meio complicado porque na verdade nós temos por obrigação até de ratificar inicialmente todo o pronunciamento aqui já feito, especialmente pela companheira Sílvia, pela companheira Goretti, pelo companheiro do CONASEMS, que são parceiros aí da luta em defesa dos direitos dos trabalhadores da saúde e dessa representação da saúde.

Mas eu quero aqui me reportar ao Projeto de Lei, o Substitutivo construído pelo Relator Augusto Botelho, que na verdade ele traz algumas modificações daquele projeto original do Senador Tião Viana, que estabelecia, na ocasião, limite, teto de 2017 para a extinção do técnico e do auxiliar de enfermagem, não é isso? E o Substitutivo de V. Ex^a. estabelece esse limite a partir de dezembro de 2022, a inscrição, e a partir de dezembro de 2027 a extinção, portanto, a partir de então do técnico de enfermagem, garantindo a permanência dos que quiserem permanecer como técnico e auxiliar de enfermagem até a sua aposentadoria. Estas são as inovações.

Nós estivemos, a CNTS – Confederação dos Trabalhadores da Saúde teve oportunamente conversando com V. Ex^a. sobre esse assunto e também com o Senador Tião Viana, em seu gabinete, onde levamos a nossa preocupação por tudo aquilo que já colocado aqui, eu não vou agora ser repetitivo, até porque por conta do tempo e para não ser também tão cansativo. E na ocasião, especialmente o Senador Tião Viana, me pareceu simpático à idéia de se trabalhar na linha

efetivamente da qualificação profissional, que é justamente, me parece, o único ponto de convergência de todos nós aqui no que se refere ao objeto do projeto. A qualificação profissional em todos os campos e níveis, eu acho que, eu não tenho dúvida, de que se trata de uma bandeira uniforme de toda a sociedade brasileira.

Entretanto, é importante que se coloque aqui algumas preocupações. Primeiro que não há, na nossa avaliação, um equilíbrio entre a oferta e a demanda da qualificação desses profissionais. Enquanto um Projeto de Lei estabelece teto, limite para a extinção desse quadro de trabalhadores da saúde altamente importante, já aqui registrado, nós não temos na contraparte o compromisso firme do Estado em garantir efetivamente esta qualificação. Me parece, do ponto de vista da CNTS, que essa bandeira, essa proposta deve preceder a qualquer projeto que estabeleça limite teto desta natureza, porque antes de se pensar, na nossa avaliação, na extinção ou no limite de inscrição junto aos Conselhos profissionais, nós teríamos, com todo o respeito, Senador Augusto Botelho, nós teríamos que, evidentemente, pensar no compromisso firme do Estado em assegurar esta qualificação através da conta própria que o Estado deve assumir. Isso não existe.

Nós temos aqui, já dito também, que 84% das instituições de ensino que formam profissionais de enfermagem são da iniciativa privada. Nós estaríamos, por conta desse Projeto, colocando os nossos companheiros trabalhadores em nível técnico numa situação, sem nenhum exagero, mas de desespero, porque eles teriam que procurar essa qualificação dentro desse espaço limite aqui estabelecido a qualquer preço, porque o Estado aqui não teria nenhum compromisso com essa qualificação. Apenas e tão-somente fala de forma muito sutil que o Estado viabiliza, incentiva, etc., essa qualificação. Na verdade não há nenhum compromisso objetivo, concreto, de garantir os custos de toda ordem da qualificação destes profissionais. Daí uma das nossas preocupações.

Por conta disso me parece, com toda consideração que nós temos por essa Casa e em especial pelo Senador Tião Viana, que tem uma história de decência política mostrada para todo o país, que é o autor do Projeto, ao Senador Relator do Projeto que apresenta uma proposta substitutiva Augusto Botelho, a quem também nós rendemos a nossa consideração e respeito, mas não podemos deixar de registrar esta nossa preocupação e afirmar que do nosso ponto de vista esse Projeto, nesse momento, ele por si só, por conta de tudo aquilo já colocado, tudo aqui colocado, ele é absolutamente insustentável, ou seja, ele não se sustenta sem antes o estado de direito garantir essa

qualificação e por extensão também levar em consideração toda a área técnica da saúde que não se limita apenas ao profissional de enfermagem técnico e auxiliar, mas todos os níveis técnicos aqui colocados que também deve ser considerado e colocado no mesmo debate: técnico em laboratório, técnico em radiologia, os técnicos em instrumentação cirúrgica e assim por diante, que deve também ser considerado.

Quero aqui registrar que nós temos, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Saúde, integrada pelas suas Federações filiadas e os seus Sindicatos, tem bandeiras permanentes em defesa sobretudo do emprego, do salário digno, da despreciação do trabalho em saúde, que é uma coisa, na nossa avaliação, vergonhosa no nosso país, onde nós temos hospitais por aí afora que se constituíram em verdadeiros shoppings, sabe, subdivididos, com várias empresas terceirizadas, dificultando, por conta disso, evidentemente, a organização dos trabalhadores até nas suas inscrições sindicais. Nós temos bandeiras históricas em defesa da saúde do trabalhador onde nós temos a Norma Regulamentadora nº 32, que ela é estrita para os trabalhadores, a princípio, da iniciativa privada, onde as instituições públicas, que é um pouco mais que a metade, não tem a priori nenhum compromisso com a aplicação dessa Norma Regulamentadora. É necessário que se pense nisso também. É necessário e, dentre as bandeiras, esta é uma delas também, que se busque as condições dignas de trabalho para todos os trabalhadores da saúde integrado na sua equipe completa, que se trabalhe a idéia dos trabalhadores da saúde como trabalhadores do SUS, como um conceito, e que se trabalhe a idéia de que esses trabalhadores devem ter, acima de tudo, um compromisso firme, um compromisso de prestação do serviço com a qualidade merecida que a sociedade brasileira merece e tem direito, mas que tenha esse compromisso firme por conta, sobretudo, do Estado em dar a esses trabalhadores as condições necessárias para que essa qualidade seja efetivamente cumprida.

Eram essas as nossas colocações em nome da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Saúde, registrando aqui a presença da representação das nossas Federações de base do Nordeste que está aqui, de Santa Catarina, do Paraná, do Rio Grande do Sul, do Mato Grosso do Sul e de São Paulo. Me perdoem se eu esqueci alguma Federação que está aqui representada, mas quero aqui cumprimentar e agradecer a presença dos companheiros aqui neste espaço. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu quero, antes de passar a palavra ao Senador Augusto Botelho, dizer da minha satisfação

das falas que eu tive a oportunidade de ouvir e tocar numa coisa que o José Sival falou: é o problema da necessidade de curso médio. Eu estou totalmente de acordo que essa idéia de curso superior para tudo, no fundo, a meu ver, e não estou falando especificamente do caso da enfermagem, mas de todas as outras no fundo é a defesa do privilégio dos universitários, mais do que a defesa do usuário. Não estou entrando em detalhe aqui da enfermagem, mas a cada dia a gente vê mais exigência de curso superior e mais regulamentação da profissão para que os que não têm curso superior possam exercer a função. No caso do magistério, a minha área, não há dúvida que o curso superior ajuda, mas ao liminar a professorinha que fez o curso normal, nós estamos muitas vezes prejudicando a educação. Não é uma regra de que o curso superior substitui o curso médio. E é nesse sentido que eu venho defendendo que o ensino médio no Brasil seja de quatro anos e não três e que todos saiam do ensino médio com uma atividade, com uma profissão. Eu defendo isso. Claro que não dá para formar um enfermeiro com um ano a mais, de jeito nenhum, mas dá para formar quem aplica injeção, talvez, ou o técnico, eu vejo muitos dos que você citou. Então, de fato, há hoje um endeusamento do curso superior que nem sempre é uma forma de proteger o usuário, mas sim uma forma de proteger os universitários. E a gente tem que ver aonde que está o ponto correto.

Eu passo a palavra ao Senador Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Sr. Presidente, eu inicialmente gostaria de agradecer a presença de todos e a exposição da idéia de cada um, mas vamos logo ao que interessa no momento.

Esse Projeto de Lei do Senador Tião Viana, ele já me passou assim pronto, eu peguei ele já pronto. Ele se inspirou na LDB. A LDB previu, há dez anos atrás, que em 2010 todos os professores deveriam ter formação de nível superior, a LDB. Hoje nós ainda temos duzentos e cinquenta mil professores sem formação de nível superior. E a LDB não prejudicou nenhuma profissão, não prejudicou ninguém, não atrapalhou ninguém, inclusive tem melhorado a qualidade do ensino do Brasil. Nós queremos que os nossos filhos e os filhos de todos sejam atendidos por professores melhores qualificados.

Respondendo à Sílvia Casagrande e a quem interesse esse Projeto. Eu sou médico do interior, como ouvi falar a minha Amazônia toda é diferente, é difícil, mas eu quero que lá em Roraima todos sejam atendidos por pessoas mais qualificadas. Eu acho que as auxiliares de enfermagem, eu digo isso, inclusive eu vim para cá não foi por motivo político forte, por grupo

político forte não. Eu vim pelos trabalhadores da saúde e da educação do meu Estado. Eu represento aqui a idéia deles. A minha mãe foi auxiliar de enfermagem. Então eu não quero extinguir nada, esse Projeto não visa extinguir nenhuma categoria não. Esse Projeto visa dar uma direção nas coisas. Quem não quer ser atendido num hospital tipo Albert Einstein, onde todos os funcionários são de nível superior? O SUS, eu sonho com o SUS um dia ser desse jeito. Eu tenho trinta e cinco anos de médico, faz trinta e seis esse ano, e participei de toda a elaboração do Sistema Único de Saúde.

As minhas prefeituras, com mais de vinte mil habitantes, só tem eu acho que a da capital mesmo, as outras todas têm menos (*risos*). Vai haver dificuldade sim, mas olha que esse Projeto nós estamos prevendo para daqui a vinte anos, vinte e dois anos, em 2027, entendeu? Eu acho que não é preciso a gente ficar apavorado com essa coisa. E, também, ele não obriga ninguém a fazer a faculdade. Ninguém é obrigado a fazer o curso de técnico em enfermagem ou de tecnólogo. Mas é assim discutindo que a gente vai chegar. O projeto está aberto para discussão e para fazer melhorias. Nós queremos dar um rumo de alguma coisa, alguma orientação na área da saúde no nosso país em relação à enfermagem. A enfermeira é o anjo da guarda do paciente e do médico também, elas não gostam de ser do médico não, mas é do médico também, que quando a gente opera um paciente que fica no hospital, quem fica do lado é o auxiliar. Lá em Roraima é a auxiliar de enfermagem e o técnico de enfermagem, graças a Deus nós temos bastante técnico de enfermagem lá também agora. Então ela está sempre do lado, como diz, vinte e quatro horas do lado do paciente.

Então por que eu... Eu nunca fui internado no Albert Einstein não e nem quero ser, porque eu não quero adoecer (*risos*), mas todo mundo que tem recursos é atendido por pessoas mais qualificadas. Então é isso que nós queremos. Eu quero que a Prefeitura de Rorainópolis, que é o maior Município depois de Boa Vista, tenha desse jeito. Como também quero que Uiramutã, que é lá no meio da área Raposa Serra do Sol, que só tem um pouquinho de gente, tenha enfermeiro de nível superior e tecnólogo.

Realmente a discussão aqui surgiu, lembrou do tecnólogo. Mas a profissão de enfermeira surgiu na Primeira Guerra, com a Ana Nery, tem cento e poucos anos. Os tecnólogos estão surgindo toda hora. Técnico surge toda hora. Nós não podemos querer definir posição técnica nesse momento aqui agora. Nós temos que focar o nosso assunto nesse posicionamento.

O José Sival perguntou por que eu convidei a CRM? Isso daqui é uma Casa democrática. Não exis-

te médico sem enfermeiro e nem enfermeiro sem médico. Eu entendo bem isso. Nós somos um equipe de saúde, trabalhamos juntos. Eu convidei o CRM porque na época convidou o CRM. O COFEN não foi convidado porque na época que nós fomos discutir havia um problema, que eu não vou citar, aqui no COFEN. Essa idéia de técnico e tecnólogo realmente é uma coisa que nós temos que discutir. Professor, o senhor sabe muito bem que eu sou também da equipe de ensino técnico aqui, da Frente Parlamentar do Ensino Técnico, que eu acho que temos que ter ensino técnico. Ninguém pode transformar um milhão de trabalhadores da enfermagem em enfermeiro de nível superior. Não existem meios, nem se pensa nisso. Em vinte anos, vinte e cinco anos, nós temos que chegar aí. Daqui a vinte anos o Brasil, eu acho que com esse crescimento que ele está começando a ter agora, nós vamos ter melhores condições de dar uma melhor assistência médica a toda a nossa população. Ontem nós terminamos de aprovar a Emenda, a regulamentação da Emenda 29, que deve aumentar os recursos da saúde. Ao invés de ser os quarenta e oito bilhões em 2011, em valores atuais, seria quase setenta e cinco bilhões.

Então é isso que nós estamos querendo aqui, queremos discutir. O que eu quero para mim eu quero para todos os meus pacientes. Sempre exerci a minha profissão, sabe, tendo como a pessoa mais importante e principal objetivo o paciente, o bem-estar do paciente, e bem-estar de paciente não acontece só com o médico, só com o enfermeiro ou só com o auxiliar de enfermagem. Acontece com uma equipe. Até a pessoa que limpa o hospital tem que estar preparada.

Então esse Projeto do Tião Viana é parecido com a LDB, que deveria, em 2010, ter todos os professores. Nós temos duzentos e cinquenta mil que não chegaram. Então nós estamos dando um prazo e cada um vai se adaptando, o Governo vai se adaptando. Nós não estamos querendo privilegiar. As escolas privadas avançaram na área de enfermagem porque o Estado, a Nação, não avançou. Não é porque nós não tivemos... Olha, a Escola de Enfermagem de Roraima, primeira escola de enfermagem de nível superior, surgiu esse ano agora, começou esse curso agora, mas nós já temos um curso de tecnólogo de enfermagem no CEFET, no qual eu tenho contribuído bastante para reforçar o nosso curso para aplicar, e temos um de tecnólogo privado também e um de auxiliar de enfermagem privado, de iniciativa dos próprios enfermeiros que se organizaram e fizeram para melhorar a qualidade. Mas nós, eu acho que todo paciente quer ser atendido com a melhor qualidade. E aqui, esse projeto do Tião, visa melhorar a qualidade da assistência médica, assistência à saúde. Médica é mania que eu tenho de falar em assistência médica, quando eu falo médico eu falo todo mundo da

saúde, desde o rapaz que limpa o centro cirúrgico até o que faz a comida no hospital. Na minha cabeça até o lixeiro que está coletando o lixo na rua faz parte da equipe de saúde do Município, do Estado.

Então é isso que nós temos que decidir. Vamos conversar e vamos dialogar. Talvez fazer uma outra discussão, com mais alguém que queira participar. Os dois Conselhos Federais ficaram fora, nós estamos só no nível municipal, estadual e o MEC, mas as autarquias ficaram fora dessa Audiência.

Em nenhum momento o Senador Tião Viana quis extinguir, objetivou extinguir as profissões. Eu não sabia também que Acre tinha essa melhor proporção de enfermeiros em relação à equipe de enfermagem, que é uma boa indicação, 26%.

Vamos discutir. Esse Projeto, é isso que ele quer, ele não visa acabar. A categoria de auxiliar de enfermagem vai se extinguir naturalmente porque as escolas de auxiliar de enfermagem, todo mundo quer fazer tecnólogo... Técnico de enfermagem. Eu estou falando tecnólogo que já é um outro degrau, não é? Não tem tecnólogo. Mas não somos nós que queremos, são as necessidades da Nação.

SR. JOSÉ SIVAL CLEMENTE DA SILVA: Não tem tecnólogo.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): É, tem enfermeiro acadêmico, é o normal que vai ficar de graduação.

Então essa Casa aqui é para discutir isso. E nós, quando somos eleitos, temos obrigação de fazer o que atinge o maior número de pessoas possível. E a intenção do Senador Tião foi essa e eu tenho mantido essa intenção. Eu acho que é isso que nós vamos ter que fazer e estamos abertos à discussão.

A nossa Audiência hoje ficou vazia por causa da Dilma Rousseff, todo mundo quer comer o fígado da Dilma Rousseff, da oposição.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Bem, depois da palavra do Senador Augusto Botelho, eu vou passar a palavra a cada um para um minuto ou dois, dizerem as suas últimas palavras sobre o assunto. Passo, primeiro, à Dra. Maria Goretti.

SRA. MARIA GORETTI DAVID LOPES: Senador Cristovam Buarque, minha satisfação de compartilhar essa mesa com o senhor, dizer que eu acho que é muito interessante o que ouvimos aqui, fico satisfeita em nome da ABEN em saber que é o início dos debates, mesmo a gente já tendo há um ano atrás publicado a nossa posição, dizer que ela está mantida. Entreguei, Senador Cristovam, o jornal da entidade de um ano atrás, na pág. 6 deixa claro qual é a posição. A Associação Brasileira de Enfermagem deixa, também, as outras lâminas que eu estaria apresentando aos senhores,

mas a Secretaria da Comissão já tirou cópia, então tem outras formações, inclusive, meu caro representante do CONASEMS, do recurso já definido no pacto pela saúde para o investimento, para a formação técnica na área de saúde no país, então os Municípios brasileiros deverão elaborar seus projetos para obtenção e execução desses recursos, a gente fica muito feliz com isso. E acreditamos sim que nós teremos, Senador Augusto Botelho, a médio prazo duas profissões: o enfermeiro de nível superior, graduação em nível universitário, e o técnico em enfermagem, porque os auxiliares, repito, já tem terminalidade em técnico de enfermagem, então as nossas escolas de nível técnico profissionalizante deverão continuar atuando para a formação desse grande contingente de técnicos de enfermagem, e que a ABEN vai continuar vigilante, atuando, trabalhando em todos os cantos desse país. Nós temos as nossas sessões em vinte e quatro Estados brasileiros, dezoito regionais, os grandes pólos regionais dos Estados brasileiros, enfim, é uma rede *[soa a campanha]* que trabalha articulada às outras instituições, principalmente as que estão aqui, o Ministério da Saúde, do Governo, o MEC, o CONASEMS, o CONASS, as autarquias, CNTS, enfim, os outros trabalhadores, para a profissionalização de todos os trabalhadores na área de saúde.

Então fica a nossa posição contrária ao Projeto de Lei dessa Casa, do Senado da República, o nº 26, e apostando que o debate, claro, vamos sair aí com a melhor proposta e com o desafio de consolidar o trabalho da saúde no nosso país e a valorização de todos os nossos trabalhadores da área de saúde.

Então eu agradeço a oportunidade em nome da Associação Brasileira de Enfermagem.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Passo a palavra ao Dr. Rubens de Oliveira Martins.

SR. RUBENS DE OLIVEIRA MARTINS: Bom, eu agradeço outra vez a oportunidade do Ministério da Educação, da SESu poder estar participando desse debate e queria só ratificar esse posicionamento de que há o entendimento de que é preciso pensar no ensino superior do ponto de vista da diversificação dos caminhos viáveis para a formação superior, que está vinculada à diversidade de vocações de ensino superior e, finalmente, vinculada à diversidade de demandas que a sociedade têm. Então não se trata de uma discussão sobre se um bacharel é melhor do que um técnico ou que um tecnólogo. Na verdade se trata do entendimento de que são competências diferentes, que respondem a necessidades diferentes e que as duas Leis, a LDB e o Plano Nacional de Educação, deixam claro esse entendimento para o país que é uma tendência, não só brasileira, mas mundial. Se a gente pegar

a Europa, a França em especial, os Estados Unidos, a idéia é de que você tem caminhos diferentes podendo, claro, sendo complementados dos desejos individuais e das demandas também da sociedade.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Antes de passar a palavra à Dra. Maria Helena Machado, eu quero cumprimentar o Governador de Roraima, o Sr. Anchieta Júnior, que muito nos honra com a sua presença aqui. Eu, nesse tempo que eu tenho estado aqui, nunca um Governador nos honrou com a presença nessa Comissão. Então muito obrigado por sua presença. Não posso deixar de lembrar que não houve nenhum Governador, mas, entretanto, Roraima tem nos honrado muito com a presença do Senador Augusto Botelho. Se o senhor quiser usar em algum momento a palavra, tem todo o direito como se fosse um Senador, senão continuamos aqui e, ao final, o senhor pode também--

SR. GOVERNADOR JOSÉ DE ANCHIETA JÚNIOR: Eu queria só agradecer e dizer que em um tema de importância dessa, a presença de Governadores quando estiverem em Brasília é fundamental, não só nessa Comissão, como nas outras, mas esse debate da educação é de fundamental importância para o nosso país.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Muito obrigado ao Governador. Passo a palavra, então, à Dra. Maria Helena Machado.

SRA. MARIA HELENA MACHADO: Eu quero em nome do Ministério da Saúde, Senador, agradecer a oportunidade, agradecer ao Senador Botelho e enviar uma mensagem ao Senador Tião Viana, dizendo a ele que para nós do Ministério da Saúde, creio que tanto para a corporação de enfermagem, de medicina, fisioterapia, de todos aqui que trabalham com equipe, inclusive da enfermagem, e do CONASS, CONASEMS, de que a gente não quer ver essa Audiência, a última Audiência sobre esse assunto. Eu acho que inicia o debate nessa Audiência. E quando eu estive no seu gabinete, há quase seis meses atrás, a idéia de ter essa Audiência foi pensada e é com essa intenção que a gente quer continuar o debate. Eu acho que a proposta do Senador Tião Viana deve ser pensada, estudada, porque por trás dessa proposta eu acho que tem uma indagação: temos que continuar com essa composição da equipe de enfermagem? Eu acho que é isso que está dito. Eu creio que a resposta aqui, de uma forma ou de outra, ela foi dada. Não está boa essa forma dessa composição da equipe de enfermagem. Agora não é sepultar o Projeto ou levar ele para frente sem mais um debate. Então o nosso pedido, do Ministério da Saúde, são as considerações de que outras Audiências possam ser marcadas, muito no avanço, na evolução do debate aqui, Senador Buarque, de que

nós queremos discutir as equipes de saúde, as equipes técnicas, esse volume de profissionais técnicos que atuam na saúde, esse volume que – o senhor, quando eu falei, já vou encerrar, o senhor não estava aqui -, mas eu disse que nós hoje temos quase um milhão de enfermeiros, de equipe de enfermagem no país [*soa a campainha*]. Desses, somente 13% são de nível superior. Então isso é uma coisa muito preocupante. Com todo respeito aos técnicos, aos auxiliares, mas eu acho que a gente tem que rever esse quadro. E nós, hoje, todo o contingente de profissionais que atuam hoje na saúde, só 35% é de nível superior. Nós não estamos fazendo apologia a nível superior, eu também concordo, mas eu acho que a gente tem que elevar essa escolaridade e eu espero que esse Projeto nos ajude a pensar, sem tirar o foco, mas também ampliando o foco, a gente pensar a saúde, as equipes de saúde e eu acho que a oportunidade que esse Projeto nos trás é muito grande. Obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Agradeço e a passo a palavra à Dra. Silvia Fernanda.

SRA. SILVIA FERNANDA CASAGRANDE: A fala do nosso colega enfermeiro do CONASEMS acabou, também, me deixando um pouco mais preocupada, colega, porque aonde os Municípios dizem que não têm recurso financeiro, a gente sabe o que acontece hoje, a precarização vai aumentar cada vez mais, e a precarização a gente está falando das ONGs, das OSs, das OSCIPS, das Fundações, estamos falando das terceirizações que têm hoje na saúde. Então o que se apronta para frente é a ampliação dessa terceirização e isso é uma coisa muito grave.

Quero agradecer em nome da Federação Nacional dos Enfermeiros pela oportunidade de a gente estar aqui nesse debate, agradecer a nossa companheira Nelci Dias que está aqui também, do Sindicato dos Enfermeiros do Rio Grande do Sul, e dizer que a gente vai continuar fazendo essa discussão. A gente já começou a fazer a discussão, Senador, junto à nossa base, e a Federação vai ampliar e, quem sabe, a gente fazer um grande seminário aonde a gente possa trazer pessoas da enfermagem que possam estar fazendo essa discussão um pouco mais ampla. Isso a Federação Nacional dos Enfermeiros vai estar fazendo junto aos seus Sindicatos, nos seus Estados, mas, talvez, a gente possa estar tirando um grande seminário para fazer esse debate. Porque, como disse a Maria Helena, eu acho que esse daqui é o primeiro, uma Audiência, mas só a Audiência talvez não nos pareça suficiente diante de um Projeto dessa magnitude. Obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Passo a palavra, agora, ao José Sival.

SR. JOSÉ SIVAL CLEMENTE DA SILVA: Também em nome do CONASEMS eu quero agradecer ao Senador Cristovam Buarque, Presidente dessa Comissão, ao Senador Tião Viana e ao Senador Augusto Botelho, respectivamente o idealizador do Projeto e o Relator.

Mas eu queria, antes de me ater aqui, eu queria dar um recado ao MEC e ao Ministério da Saúde. Eu gostaria de pedir ao MEC que a gente precisa ter – aí eu digo a gente, nós na condição de gestores –, nós precisamos ter um trabalho incansável com relação à abertura de novos cursos na área da saúde. E aí o Conselho de Medicina, Senador Augusto, está fazendo um debate sobre isso. A abertura de novas escolas médicas é a solução para a saúde brasileira? Estão fazendo isso e a gente fica preocupado porque realmente estão abrindo escolas que não tem a mínima... está aí o provão que foi feito.

SR. RUBENS DE OLIVEIRA MARTINS: O ENADE.

SR. JOSÉ SIVAL CLEMENTE DA SILVA: É, o ENADE, que eu chamo de provão ainda porque eu sou do tempo antigo, mostrando a qualidade que a gente tem. Olha, eu fico preocupado com a minha Universidade Federal de Alagoas, que é uma universidade que não é de agora. O curso de medicina teve um desempenho insatisfatório. Imagine as escolinhas, que eu chamo, algumas de escolas de atendente de enfermagem e outras escolas de auxiliar de enfermagem que estão sendo abertas com o nome de Escolas Superior de Enfermagem por esse Brasil?

E ao Ministério da Saúde, eu acho, Maria Helena, que a gente precisa também começar a trabalhar, discutir como é que nós vamos trabalhar e caminhar essa questão [*soa a campainha*] do técnico em saúde com as várias habilitações, que eu acho que aí sim nós vamos dar um pontapé, aproveitando esse momento, para essa discussão. Não é o auxiliar e o técnico de enfermagem só. Nós precisamos discutir os outros também. E os que estão aparecendo aí por força, Senador Augusto Botelho, das necessidades? O técnico de imobilização, por exemplo, que a gente chama o engessador, ele está solto no ar. A enfermagem não quer, a medicina não quer, porque não tem técnico, e eles estão assim voando, assim, no teto, assim, porque não tem. Então são coisas que a gente precisa discutir.

Mas voltando aqui, Senador Augusto Botelho, esse Projeto como está, realmente quando ele diz que a partir do dia 31 de dezembro de 2017, o original, o substitutivo 2022, fica vedada a inscrição de auxiliares e técnicos de enfermagem no Conselho, acabou. Ele diz mais embaixo que a partir daí quem já é poderá continuar exercendo suas atividades até se aposentar.

Mas quem não é também não pode se inscrever. Então a gente entende que a partir daqui só poderá se inscrever no Conselho de Enfermagem, enfermeiros. Então acaba-se com as outras categorias da enfermagem. Agora essa é a nossa preocupação.

Eu sugeriria, eu acho que esse debate foi interessantíssimo, eu falo demais, me chamaram porque quiseram (*risos*), mas eu acho que esse debate foi interessantíssimo, está certo, eu não sei se é o caso, mas como essa Casa é bastante democrática, de que esta Comissão solicitasse das entidades envolvidas nesse processo, encaminhasse esse Projeto de Lei, solicitasse dos gestores, do Ministério da Educação, do Ministério da Saúde, do CONASEMS, do CONASS, que é o Conselho de Secretários de Saúde dos Estados, que é um outro Conselho, das entidades que aqui estão, solicitasse qual o... eu não sei se um Parecer, mas solicitasse uma posição dessas entidades e com esse conjunto vocês pudessem aqui estar discutindo melhor. A gente fazer um outro debate já com as posições de cada entidade e ampliar esse debate com vistas a quê? Do jeito que ele está, nós entendemos a preocupação dos Srs. Senadores, entendemos que precisamos qualificar, mas do jeito que ele está, ele deixa claro que nós vamos acabar com as outras categorias. Nós precisamos trabalhar melhor a questão da qualificação e da transformação do auxiliar em técnico de enfermagem. Tecnólogo não, tecnólogo não cabe na profissão da enfermagem. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Finalmente eu passo a palavra ao José Caetano Rodrigues. Mas, antes, a Sra. Maria Helena pediu para fazer um esclarecimento.

SRA. MARIA HELENA MACHADO: Obrigado, Senador. É super rápido, é só dizer que eu acabei, com o tempo, preocupada com o horário, eu esqueci de comentar que o Conselho Nacional de Saúde aprovou, na penúltima reunião dele, a pedido da Comissão Intersetorial de Recursos Humanos, que eu coordeno, o pedido de que incluía as catorze profissões hoje da área da saúde que compõem a equipe de saúde em nível superior. Antes nós só avaliávamos cursos de odontologia, medicina e psicologia. Então já foi aprovado isso e, portanto, as outras profissões todas vão estar paulatinamente tratada na CIA(F). Inicialmente a nossa proposta é que a gente venha avaliar os pedidos de abertura de novos cursos feito no MEC, começando pela enfermagem.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): José Caetano Rodrigues.

SR. JOSÉ CAETANO RODRIGUES: Em nome da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Saúde – CNTS eu quero agradecer a oportunidade, extensivo esses agradecimentos também em nome das nossas

Federações filiadas, os nossos mais de duzentos e vinte Sindicatos vinculados de base e dizer que a Confederação vem e tem por obrigação institucional que acompanhar este e outros Projetos dessa natureza. E esse em particular, nesse instante, nós queremos aqui, para finalizar, dizer que nós estamos vendo com muita preocupação. Primeiro que é necessário que seja reafirmado que o Projeto realmente estabelece um limite teto para o exercício profissional dos técnicos e auxiliar de enfermagem que é, em última análise, lá em 2027 dos auxiliares e em 2022 os técnicos. E dizer que na contraparte lá, no art. 3º da Lei, que são só três artigos na verdade, quatro com “Essa Lei entra em vigor na data da sua publicação”, mas no terceiro o único compromisso do Estado, o único compromisso do Estado aqui estabelecido é que esses profissionais terão acesso diferenciado aos cursos para graduação de nível superior, quer dizer, em nenhum momento o Estado assume essa conta para pagar. Então essa é a nossa principal preocupação, por isso entendemos que esse Projeto, da forma como ele se apresenta, ele não nos interessa ou não interessa nesse momento aos profissionais de enfermagem em nível médio.

Dito isso, eu quero, mais uma vez, registrar aqui os nossos agradecimentos e nos colocar, evidentemente, à disposição para qualquer... em qualquer tempo e espaço a CNTS está apostas para contribuir no debate. Obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Bem, eu dou por encerrada essa Sessão, dizendo da minha satisfação de ouvir, agradecendo a presença do Governador Anchieta Júnior. Eu creio que o Senador Augusto tenha os instrumentos necessários para concluir o relatório, dar um Parecer, que depois de votado aqui ainda irá para a Comissão de Assuntos Sociais. Está encerrada a Sessão.

Sessão encerrada às 12h30

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

ATA DA 20ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 13 DE MAIO DE 2008.

Às onze horas e quarenta e um minutos do dia treze de maio de dois mil e oito, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15, sob a Presidência do Senador Flávio Arns, Presidente Eventual da Comissão de Educação, Cultura e Esporte e com a presença dos Senhores Senadores Inácio Arruda, Fátima Cleide, Renato Casagrande, João Ribeiro, Mão Santa, Paulo Duque, Gerson Camata, Virgínio de Carvalho, Marco Maciel, Rosalba Ciarlini, Papaléo Paes,

Flexa Ribeiro, Antônio Carlos Valadares, Valter Pereira, Neuto De Conto, Adelmir Santana, Eduardo Azeredo, Lúcia Vânia e Jefferson Peres reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Augusto Botelho, Paulo Paim, Ideli Salvatti, Wellington Salgado, Geovani Borges, Valdir Raupp, Lobão Filho, Heráclito Fortes, Raimundo Colombo, Sérgio Zambiasi, Cristovam Buarque. Justificam a ausência os Senhores Senadores Marconi Perillo e Marisa Serrano. O Senhor Presidente Eventual, Senador Flávio Arns, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. O Senhor Presidente Eventual, Senador Flávio Arns, faz um pronunciamento em homenagem ao ex Senador e ex presidente desta Comissão, Artur da Távola, falecido no último dia nove de maio e ao Ex Senador Bello Parga, ex membro da Comissão que faleceu no dia treze do corrente e propõe voto de pesar pelo falecimento de ambos, o que é aprovado por unanimidade. Usam da Palavra para encaminhar os votos de pesar, os Senhores Senadores Gerson Camata, Valter Pereira e Marco Maciel. Prosseguindo, o Senhor, Presidente Eventual, registra a presença, para acompanhar a reunião, do Senhor Rodrigo de Mello Brito, o Morcegão, Vice-Campeão Sul-americano de Pista e Campeão da Modalidade de Estrada e Pista (ciclismo); Senhor Maurício Gonçalves, Presidente da ONG Rodas da Paz; Senhora Julyana Machado, Líder do Campeonato Brasileiro de Maratona de Mountain Bike e terceira colocada no Pan-americano do ano passado de Mountain Bike; Senhor Romolo Lazzaretti, Técnico da Seleção Brasileira Paraolímpica de Ciclismo; Senhor Marcos Vieira, Atleta e ativista da causa da bicicleta como meio de lazer e transporte; Senhor Pérsio Marco Antônio Davison, Pai do estudante Pedro Davison, que inspirou o Projeto de Lei da Câmara nº 043 de 2008 e Colaborador da ONG Rodas da Paz; Senhora Maria Elizabeth Silva Davison, Mãe do estudante Pedro Davison, e Diretora da ONG Rodas da Paz e Senhor Elias Paniago Pereira, Coordenador do Movimento Bicicletada no Distrito Federal. A Presidência inicia a deliberação da Pauta, pelos itens não terminativos, aguardando o quórum para deliberação dos projetos terminativos. O Senhor Senador Gerson Camata pede a palavra e requer, oralmente, a inversão de pauta, para iniciar a deliberação pelo Item Extra-Pauta, nº 01, que é aprovado. **Item 01, Extra-Pauta: Projeto de Lei da Câmara nº 043, de 2008**, de caráter não terminativo, de autoria da Deputada Solange Amaral, que “Cria o Dia Nacional do Ciclista”. O relator designado é o Senador Gerson Camata e o parecer favorável é aprovado. Neste momento, o Senhor Senador Flávio Arns, Presidente Eventual da Comissão de Educação, Cultu-

ra e Esporte, registra a presença, para acompanhar a reunião, do Senhor Rodrigo de Mello Brito, o Morcegão, Vice-Campeão Sul-americano de Pista e Campeão da Modalidade de Estrada e Pista; Senhor Maurício Gonçalves, Presidente da ONG Rodas da Paz; Senhora Julyana Machado, Líder do Campeonato Brasileiro de Maratona de Mountain Bike e terceira colocada no Pan-americano do ano passado de Mountain Bike; Senhor Romolo Lazzaretti, Técnico da Seleção Brasileira Paralímpica de Ciclismo; Senhor Marcos Vieira, Atleta e ativista da causa da bicicleta como meio de lazer e transporte; Senhor Pérsio Marco Antônio Davison, Pai do estudante Pedro Davison, que inspirou o Projeto de Lei da Câmara nº 043 de 2008 e Colaborador da ONG Rodas da Paz; Senhora Maria Elizabeth Silva Davison, Mãe do estudante Pedro Davison, que inspirou o Projeto de Lei da Câmara nº 043 de 2008 e Colaborador da ONG Rodas da Paz e Senhor Elias Paniago Pereira, Coordenador do Movimento Bicicletada no Distrito Federal. Logo após, o Senhor Senador Gerson Camata requer, oralmente, pela ordem, a inclusão, Extra Pauta, de Requerimento de Urgência para o Projeto, o que é aprovado (**Ver Extra-Pauta Item 02**). **Item 02: Projeto de Lei do Senado nº 304, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria da Senadora Fátima Cleide, que “Institui o programa de Crédito Educativo para estudantes de programas de pós-graduação e dá outras providências”. O relator designado é o Senador Raimundo Colombo e o parecer é pela aprovação. O Projeto é retirado de pauta, atendendo à solicitação da autora. **Item 05: Projeto de Lei do Senado nº 481, de 2007 – Complementar**, de caráter não terminativo, de autoria da Senadora Patrícia Saboya, que “Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para modificar o regime de tributação incidente sobre as creches e pré-escolas no regime especial unificado de arrecadação de tributos e contribuições devidos pelas micro-empresas e empresas de pequeno porte – Simples Nacional”. A relatora designada é a Senadora Lúcia Vânia e o parecer favorável é aprovado. Neste momento, o Senhor Presidente Eventual, Senador Flávio Arns, passa a Presidência ao Senador Gerson Camata, para relatar o seguinte item. **Item 08: Projeto de Lei da Câmara nº 030, de 2002**, de caráter não terminativo, de autoria do Deputado Enio Bacci, que “Dispõe sobre a reserva de vagas nas creches públicas para crianças portadoras de deficiência e dá outras providências”, tramitando em conjunto com o **Projeto de Lei do Senado nº 009, de 2002**, de caráter não terminativo, de autoria da Senadora Maria do Carmo Alves, que “Altera o artigo 54 da Lei nº 8069, de 13 de julho de 1990, a fim de garantir a reserva de vagas nas creches, ou entidades similares, e pré-escolas públicas para as crian-

ças portadoras de deficiência”. O relator designado é o Senador Flávio Arns e o relatório é pela rejeição do Projeto de Lei da Câmara nº 030, de 2002 e do Projeto de Lei do Senado nº 09, de 2002, que tramita em conjunto. É concedida vista ao Senador Virgínio de Carvalho, pelo prazo regimental de cinco (05) dias. Reassume a Presidência o Senhor Senador Flávio Arns. **Item 12: Projeto de Lei da Câmara nº 114, de 2007**, de caráter não terminativo, de autoria do Deputado Geraldo Resende, que “Institui o ano de 2008 como o Ano Nacional de Combate à Mortalidade Materna”. O relator designado é o Senador Renato Casagrande e o parecer favorável é aprovado. Logo após a Senhora Senadora Lúcia Vânia requer, oralmente, pela ordem, a inclusão Extra-Pauta de Requerimento de Urgência para o Projeto, com o que todos concordam (**Ver Extra-Pauta Item 03**). A senhora Senadora Fátima Cleide, pede a palavra e requer, oralmente, a inclusão em Pauta na próxima reunião deliberativa desta Comissão, do Projeto de Lei do Senado nº 546, de 2006, de autoria da Senadora Ideli Salvatti que “Institui o sistema de reserva de vagas para estudantes egressos de escolas públicas nas instituições federais de educação profissional e tecnológica”. O Senhor Presidente Eventual, Senador Flávio Arns, informa que o projeto será incluído em Pauta na próxima sessão deliberativa da Comissão. Prosseguindo, os Senhores Senadores, Virgínio de Carvalho e Flávio Arns requerem oralmente, pela ordem, a inclusão Extra-Pauta, de Requerimento e Aditamento, o que é aprovado. **Extra-Pauta, Item 02: Requerimento de Urgência nº 023/08 – CE**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Gerson Camata, que requer “...nos termos do artigo 336, inciso II, combinado com o artigo 338, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência, para o Projeto de Lei da Câmara nº 043, de 2008, que ‘Cria o Dia Nacional do Ciclista’”. O Requerimento é aprovado. **Extra-Pauta, Item 03: Requerimento de Urgência nº 024/08 – CE**, de caráter não terminativo, de autoria da Senadora Lúcia Vânia, que requer “...nos termos do artigo 336, inciso II, combinado com o artigo 338, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência, para o Projeto de Lei da Câmara nº 114, de 2007, que ‘Institui o ano de 2008 como o Ano Nacional de Combate à Mortalidade Materna’”. O Requerimento é aprovado. **Extra-Pauta, Item 04: Requerimento nº 025/08 – CE**, de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores Sérgio Zambiasi e Virgínio de Carvalho, que requer “...nos termos do Art. 90, inciso V, e Art. 154, inciso III, § 5º, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de reunião extraordinária, no âmbito desta Comissão de Educação, Cultura e Esporte para comemorarmos os 50 anos da conquista da Copa do Mundo de 1958, homenageando dirigentes,

jogadores e cronistas esportivos que participaram da memorável conquista do futebol brasileiro que abriu as portas para a entrada do país na elite do futebol mundial. Ressalto que esse evento está inserido nas comemorações que o Governo do Distrito Federal, por intermédio da Secretaria de Cultura e da Secretaria de Desenvolvimento Social e Transferência de Renda, e o Governo Federal, por intermédio do Ministério do Esporte e da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) e a Embaixada da Suécia, estão promovendo com o mesmo o objetivo. Com este intuito sugiro os nomes abaixo relacionados para participarem desta homenagem: João Havelange, Presidente de Honra da FIFA; Campeões Mundiais da Seleção de 1958; Luiz Mendes, Jornalista”. O Requerimento é aprovado. **Extra-Pauta, Item 05: Requerimento de Voto de Pesar nº 026/08 – CE**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Flávio Arns, que requer “...nos termos do artigo 218, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, Voto de Pesar à família do ex-Senador Artur da Távola pelo seu falecimento”. **Extra-Pauta, Item 06: Requerimento de Voto de Pesar nº 027/08 – CE**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Flávio Arns, que requer “...nos termos do artigo 218, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, Voto de Pesar à família do ex-Senador Bello Parga pelo seu falecimento”. **Extra-Pauta, Item 07: Aditamento nº 01 ao Requerimento nº 014/08 – CE**, de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores Cristovam Buarque e Eduardo Azeredo, que requer “...em aditamento ao Requerimento nº 14, de 2008-CE, nos termos regimentais, a inclusão do nome do Senhor David Saad, Diretor Executivo da Fundação Victor Civita, para participar, como expositor, da Audiência Pública que debaterá idéias para a melhoria da educação com cinco professores premiados pelo Projeto ‘Educador Nota 10’”. Ficam adiadas em virtude da ausência dos relatores as seguintes matérias: **Item 01: Projeto de Lei do Senado nº 387, de 2007; Item 03: Projeto de Lei do Senado nº 363, de 2007; Item 04: Projeto de Lei do Senado nº 449, de 2007; Item 06: Projeto de Lei do Senado nº 712, de 2007; Item 07: Projeto de Lei do Senado nº 575, de 2007; Item 09: Projeto de Lei do Senado nº 459, de 2007; Item 13: Projeto de Lei do Senado nº 484, de 2007; Item 16: Projeto de Lei da Câmara nº 096, de 2007.** Ficam adiadas em virtude de falta de quórum as seguintes matérias: **Item 10: Projeto de Lei do Senado nº 420, de 2007; Item 11: Projeto de Lei do Senado nº 455, de 2007; Item 14: Projeto de Lei do Senado nº 054, de 2007; Projeto de Lei do Senado nº 294, de 2007 e Projeto de Lei do Senado nº 296, de 2007.** O Senhor Presidente

Eventual, Senador Flávio Arns, determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às doze horas e cinquenta e seis minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal. – Senador **Flávio Arns**, Presidente Eventual da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA
E ESPORTE – CE

NOTA TAQUIGRÁFICA

20ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 13 DE MAIO DE 2008

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Havendo número regimental, declaro aberta a 20ª Reunião Ordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

Submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior e a aprovação da mesma. Senadores e Senadoras que estiverem de acordo permaneçam como se encontram.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Aprovado. Pois não, Senador Gerson Camata.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Requeiro a V.Exª ouvir do Plenário a inversão de Pauta para que possa ser relatado o projeto que institui o “Dia Nacional do Ciclista”.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Então, um Item Extrapauta está sendo solicitado inversão de Pauta e se não houver objeção, a inversão acontecerá.

Antes de entrarmos no primeiro Item da Pauta, eu estava lembrando, inclusive, olhando a galeria dos ex-Presidentes aqui da Comissão de Educação, Cultura e Esporte a fotografia do Senador Artur da Távola, Presidente desta Comissão de Educação nos anos de 1997 e 1998. E todos nós, que convivemos com o Senador Artur da Távola, sem dúvida alguma fôssemos do partido dele ou não, aprendemos a admirá-lo pela capacidade, pela competência, pelo espírito público, pelo diálogo... Eu particularmente enquanto Deputado Federal – que eu na época era Deputado Federal

do PSDB e ele foi líder da nossa bancada durante um período na Câmara dos Deputados – eu posso testemunhar, porque convivi muito com ele, a grande capacidade que ele tinha na busca da convergência e do entendimento.

A aprovação da LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional na Câmara dos Deputados, ao final, por consenso de todos os partidos políticos, foi alterada depois no Senado, mas na época aprovada na Câmara por consenso, como eu afirmei. Este consenso, eu diria, foi obtido em função do trabalho de muitas pessoas, mas de uma maneira muito particular do então Deputado Artur da Távola.

Então a figura de Artur da Távola é uma figura que engrandece o Parlamento, engrandece a cultura, engrandece o Brasil. E todos que estiveram presentes no seu sepultamento foram unânimes em afirmar que morria lá uma grande pessoa, um grande brasileiro, mas que, ao mesmo tempo, estava deixando para o Brasil um grande legado de bons trabalhos, de boas obras, de bom entendimento e uma figura que vai continuar sendo pela qualidade que ele sempre demonstrou uma referência em termos de cultura, de educação e de um conjunto de aspecto no Brasil. Eu até gostaria também, como na Presidência eventual dessa Comissão, que depois nós encaminhássemos, né, e peço a assessoria e se o Plenário concordar uma carta realmente transmitindo esse sentimento, que tenho certeza é da Comissão toda, à família do ex-Senador, ex-Deputado Artur da Távola. Senador Gerson Camata.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Sr. Presidente, na qualidade de ex-Presidente da Comissão de Educação, eu quero me associar às palavras e a grata lembrança que V.Exª faz dessa grande figura que nós tivemos a honra e o privilégio de conviver com ele aqui. Conciliador, intelectual, um sábio que deixa para o Brasil um exemplo de uma vida digna, séria, honesta. Era um Senador de segunda a sábado aqui brigando pela educação... Muito pela educação, pela música clássica, pelo Brasil, pelos direitos democráticos. Teve que... Andou exilado, mas nunca... Se doeu, ele guardou para si, ele a gente não vinha nele sentimento de vingança, de magoa. Um verdadeiro brasileiro que merece de nós todas as homenagens e queria aditar que perdemos hoje também um grande ex-Senador que foi membro dessa Comissão, tradutor de 837 livros do inglês para o português, o Senador Bello Parga, ele faleceu essa manhã. O Senador José Sarney estava indo ao seu velório e o seu sepultamento e, certamente, levando à família o conforto de todos nós. Muito obrigado.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Senador Valter Pereira.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu gostaria de associar-me às manifestações de solidariedade que V.Exª registra nessa manhã pelo passamento do Senador Artur da Távola. Ele foi meu colega na Assembléia Nacional Constituinte e, naquela ocasião, eu aprendi a admirá-lo não só pela vianesa(F) do seu caráter, pelo descortino da sua conduta como também pela fidelidade aos seus ideais e, sobretudo, pela sua invejável cultura.

Indiscutivelmente, era um homem devotado especialmente à música e desenvolveu um estilo de divulgação da música clássica que tornou essa modalidade de música palatável para as populações mais simples do nosso país. Eu era um dos ouvintes e telespectadores dos programas que ultimamente vinha fazendo, divulgando a música erudita, e ele conseguia transformar a erudição em algo efetivamente assimilável para toda a população brasileira.

De sorte que perdeu a música clássica, perdeu a política brasileira pela sua brilhante inteligência e pela fidelidade que ele sempre devotava aos ideais nos quais acreditava e com os quais eu me identificava muito. Perdeu o Brasil uma grande figura e, indiscutivelmente, o Congresso tem que registrar sim essa manifestação de pesar, e nós não poderíamos deixar de associarmos a essa manifestação de V.Exª.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Passo a palavra ao Senador Marco Maciel.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Sr. Presidente, eu quero fazer minhas as palavras dos oradores que me antecederam com relação ao passamento do ilustre Senador Artur da Távola. E devo dizer também que tive a oportunidade de conviver durante muito tempo com o Senador Artur da Távola e com sua família, inclusive Dª Miriam, sua viúva e quero subscrever tudo aqui o que foi dito sobre ele.

Ele era homem para quem nada que era humano lhe era estranho. Portador um grande talento, uma grande inteligência e foi a um só tempo um grande pensador e ao mesmo tempo homem de ação, como demonstrou, por exemplo, as suas atividades no campo da comunicação social. E devo dizer também assinalar que ele era, até por definição partidária, defensor do parlamentarismo e eu sou, como é sabido presidencialista, e estivemos em campos opostos, portanto, por ocasião do plebiscito que se realizou em 1993, mas mesmo assim o diálogo não seu interrompeu.

Portanto, eu quero dizer que lamento o seu desaparecimento e a gente faz lembrar o ditado latino que diz “Quão rápido escorrega os anos, como rapidamente a vida se esvai”. A vida tão densa e proba como a do

nosso Senador Artur da Távola, cujo nome verdadeiro era Paulo Roberto Monteiro de Barros.

E também, Sr. Presidente, não quero deixar de me associar também à manifestação feita pelo Senador Gerson Camata com relação ao desaparecimento do Senador Bello Parga que foi suplente, aliás, um homem muito culto, operou-se suplente da bancada de uma representação de bancada do Maranhão. Estive com ele a oportunidade de conviver, posto que morávamos no mesmo bloco, era um grande jornalista, um grande escritor e foi também um bom Senador. E eu, portanto, subscrevo também à manifestação que a Casa, através dessa Comissão, faz pelo falecimento do Senador Bello Parga passo.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Então, eu submeto aos Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras à aprovação de um voto de pesar às famílias dos Senadores Artur da Távola que também presidiu esta Comissão de Educação, Cultura e Esporte e também à família... Nos anos de 1997, 1998 como 1997, 1998 e também à família do ex-Senador e membro também desta Comissão de Educação, Bello Parga. Os que estiveram de acordo. Está aprovado.

Atendendo à solicitação de inversão de Pauta é o Item Extrapauta nº 1, quero destacar em primeiro lugar já que estão prestigiando a discussão e aprovação deste Projeto de Lei da Câmara nº 43, quero destacar a presença de Rodrigo de Melo Brito, o “Morcegão”, vice-campeão sul-americano de pista e campeão da modalidade de estrada e pista. Até eu pediria que o Rodrigo até pudesse vir aqui para frente que há lugares aqui ao lado, Rodrigo que está vindo. Maurício Gonçalves, Presidente da ONG Rodas da Paz, se pudesse vir para cá. Juliana Machado, líder do Campeonato Brasileiro de Maratona de *Mountain Bike* e 3ª colocada no Panamericano do ano passado de *Mountain Bike*. Juliana está presente? Juliana. Está ótimo. Seja bem vinda, a Juliana. Prazer tê-los e tê-las aqui na Comissão. Rômulo Lazaretti, Técnico da Seleção Brasileira Paraolímpica de Ciclismo. Seja bem-vindo, Rômulo. Marcos Vieira, atleta e ativista da causa da bicicleta como meio de lazer e transporte. Marcos Vieira. Pércio Marco Antônio Davidson, pai do estudante Pedro Davidson que inspirou o projeto e colaborador da ONG Roda da Paz. Já está aqui à direita, né, o Pércio já está aqui à frente também. A Maria Elizabeth Silva Davidson senhora também seja muito bem vinda, mãe do estudante Pedro Davidson que inspirou o projeto e diretora também da ONG Roda da Paz. Elias Paniago Pereira, Coordenador do Movimento “Bicicletada” no Distrito Federal.

Muito bem... Sejam todos bem-vindos e bem-vindas e os que vieram todos a esta Comissão de

Cultura e Esporte para acompanhar a discussão e a aprovação do projeto de natureza não terminativa, o Projeto de Lei da Câmara nº 43/2008 que cria o Dia Nacional do Ciclista, a autoria do Projeto é da Deputada Solange Amaral e a relatoria está a cargo do Senador Gerson Camata, cujo parecer é favorável. Com a palavra V.Ex^a.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Sr. Presidente, com muita honra, eu queria só ressaltar que o Rômulo Lazaretti, que é o atual técnico para a seleção brasileira Paraolímpica de ciclismo, é italiano e foi 2 vezes campeão da Europa de ciclismo, né, uma honra para nós tê-lo aqui também e tendo sido campeão na Europa por 2 vezes.

Sr. Presidente, de iniciativa da Deputada Solange Amaral, o PLC em tela possui 2 artigos: o primeiro institui o Dia Nacional do Ciclista a ser comemorado anualmente no dia 19 de agosto. O segundo dispõe sobre a vigência da Lei proposta prevista para se iniciar na data da respectiva publicação. Não foram apresentadas Emendas ao projeto que foi distribuído a essa Comissão.

O dia escolhido pela autora da proposição é bastante simbólico, Sr. Presidente, e triste também, no dia 19 de agosto de 2006 na capital federal o ciclista Pedro Davidson faleceu atropelado por automóvel dirigido por motorista que transgrediu as normas básicas de trânsito. Infelizmente acontecimentos dolorosos como esse repetem com muita frequência em nosso país, eles revelam principalmente a má educação de muitos brasileiros, no cumprimento das Leis, os efeitos das falhas o nosso sistema penal e a incompetência das autoridades públicas em criar estruturas viárias alternativas e seguras como ciclovias. Cumpre esperar que a criação desse dia sirva tanto para comemorar os benefícios da prática do ciclismo quanto para reforçar a necessidade que todos nós cidadãos temos e o Poder Público também capazes de construir uma cultura de paz, de respeito às Leis e de amor ao próximo.

O projeto merece a acolhida, mas eu queria, antes de pedir o voto e exarar o parecer, Sr. Presidente, dizer o seguinte: O dados que nós temos sobre trânsito são alarmantes. Segundo o Ministério da Saúde morrem 98 pessoas por dia vítimas de trânsito no Brasil – 35 mil por ano – comparáveis, por exemplo, aos 37 mil óbitos da Guerra do Iraque no ano passado. Nós estamos empatando com o Iraque só no trânsito. Dentre as trágicas estatísticas, um dado chama a atenção – em 10 anos o número de ciclistas mortos em acidentes aumentou 300%. Enquanto as vítimas fatais entre motoristas e passageiros aumentou só 70%, só não, aumentou 70%, mas comparando 300% os ciclista, no

mesmo período de acordo com o estudo realizado pela Associação Brasileira de Medicina de Tráfego.

O uso da bicicleta tem sido incentivado nas grandes cidades como alternativa para a melhoria dos congestionamentos e também como aliada à preservação do meio ambiente, todavia o aumento galopante dos acidentes fatais envolvendo ciclistas comprova a carência de políticas públicas para viabilizar o uso do veículo. A instituição do Dia do Ciclista trará visibilidade para as demandas dos usuários, estimular aos legisladores e autorizadores responsáveis pelo trânsito a promover modificações necessárias.

Segundo a ABRACICLO – Associação Brasileira dos Fabricantes de Bicicletas, a frota do Brasil é estimada em 60 milhões de bicicletas em circulação e em sua maioria utilizada por trabalhadores no deslocamento para o trabalho. E eu queria acrescentar uma coisa muito interessante, o Governador Paulo Hartung, em conjunto com o Prefeito João Carlos Coser de Vitória, realizou o ano passado uma pesquisa “de origem e destino do tráfego” no Espírito Santo, na região da grande Vitória. E aí apareceu um dado que nós não acreditávamos, 27% dos trabalhadores vão todo dia trabalhar de bicicleta. Aí o Governador passou a subsidiar a passagem de ônibus para diminuir o número de ciclistas nas ruas que correm risco, e o Prefeito João Carlos Coser, que é do partido de V.Ex^a, está fazendo uma grande, não me lembro o número de quilômetros de ciclovias, de modo que dentro de 2 anos todo mundo de Vitória poderá ir de qualquer ponto de Vitória a qualquer ponto de Vitória de bicicleta em segurança de ciclovia. Mais... O Governador Paulo Hartung proibiu que não pode fazer rodovia estadual se não tiver pista de ciclismo. De modo que o Espírito Santo está evoluindo muito nesse aspecto.

Inclusive está aqui agora nesse minuto o chanceler o 1º Ministro da Áustria, sábado passado eu estive com o Paulo Hartung na cidade de Santa Leopoldina onde nós começamos uma rodovia que vai ligar Santa Leopoldina ao Alto Tirol. O Alto Tirol é uma região colonizada por austríacos e o Governo da Áustria, inclusive, está ajudando o Governo do Espírito Santo a construir essa estrada com recurso substanciais, veja V.Ex^a, possibilitando que também nessa região as pessoas possam se locomover de carro e também de bicicleta.

Acho que coube muito bem a mim, como representante do Espírito Santo, fazer esse relatório, porque o Estado do Espírito Santo está sendo pioneiro no Brasil em propagar o uso da bicicleta como saúde e como alternativa para esse trânsito que agora a imprensa começa a ver congestionado difícil e atrasado do Brasil. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS

(PT-PR): Relator do... Relatório inspirado e mostrando as alternativas, a viabilidade, a segurança, né. Está em discussão a matéria. Senador Valadares.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES

(PSB-SE): Presidente, eu gostaria de enaltecer o Senador Gerson Camata pelo relatório sobre matéria tão importante da autoria da Deputada Solange Amaral que institui o “Dia Nacional do Ciclista”.

Esse transporte alternativo se tivesse sido levado a sério há muitos anos no Brasil por certo que teríamos cidades mais humanas. Centros urbanos mais evoluídos com ciclovias para a circulação de bicicletas, inclusive nós aprovamos na... Aqui no Senado Federal o projeto da minha autoria instituindo, obrigando aqui cidades a acima de, digo melhor, as cidades hoje, pelo código das cidades, são obrigadas, se tiverem mais de 500 mil habitantes a promoverem projetos da construção de espaços condizentes para veículos não motorizados, a exemplo da bicicleta.

E nós aprovamos um projeto aqui no Senado, aqui na Comissão, se eu não me engano na Comissão de Assuntos Sociais ou na Comissão de Educação, obrigando a que cidades acima de 20 mil habitantes possuam projetos ou programas de construção de ciclovias. Esse projeto foi aprovado e parece que... Em caráter terminativo. Então, nesse caso ele já está na Câmara dos Deputados e eu citei até o caso de Aracaju, capital do Estado de Sergipe que hoje tem uma... Um dos maiores programas de ciclovias do Brasil. Cidade pequena, mas que dispõe hoje de 40 quilômetros de ciclovias cortando a cidade de ponta a ponta numa determinada região.

É um exemplo, também, além de Vitória, do Espírito Santo que foi citado pelo Senador Gerson Camata de uma cidade que se empenha para introduzir esse meio de transporte como alternativa e visando a economia de combustível, visando a proteção ao meio ambiente, porque aí não haverá emissão de poluentes e também a contribuição no sentido de salvar vidas, porque se você tem uma ciclovia, há uma proteção àquele que usa a bicicleta.

Nos países da Ásia a quantidade de bicicleta e de motocicletas é tão grande que a prioridade nas ruas não é mais para os veículos, para os carros, isso eu vi no, em no Vietnã quando estive há poucos meses lá, como também em Tóquio... Há uma prioridade, há um respeito do motorista em favor da circulação normal da bicicleta ou da motocicleta. Aqui é ao contrário, se uma bicicleta aparecer no meio da rua, não tendo o cidadão o cuidado de andar pelas laterais, e, assim mesmo pode ocorrer algum acidente, imagine se nós não tivermos a ciclovia como uma proteção?

Então, eu acho que a instituição do “Dia Nacional do Ciclista” é fundamental para conscientização do brasileiro, dos administradores públicos municipais no intuito de introduzirem programas da construção de ciclovias, visando à circulação desse veículo tão importante que é a bicicleta. Agradeço a V.Ex^a.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Agradeço o Senador Valadares. Eu quero destacar também, antes de ser colocado em votação o Projeto de Lei, de que esta Comissão que é de Educação, Cultura e Esporte, inclusive antes do início desta reunião, eu comentava com os representantes da área que nós podemos ter uma aproximação bastante grande, muito maior em relação às necessidades da área e os debates que acontecem nesta Comissão, né, em termos da prática do esporte, velódromos e tudo aquilo que pode, enfim, facilitar a área. Então, a Comissão de Educação, Cultura e Esporte se colocando à disposição para esta afinidade, essa convergência que isto, assim, é bastante importante e ao mesmo tempo. Eu dizia que sugestões da área também podem vir para o Senado Federal e que nós temos aqui no Senado uma Comissão de Legislação Participativa, Direitos Humanos e Legislação Participativa.

Isso significa que a própria sociedade pode apresentar Projetos de Lei ou idéias que serão transformadas em Projetos de Lei como autoria da sociedade e que sejam, assim, considerados importantes pela área, né? Então, existe essa Comissão também.

Eu quero mais uma vez agradecer, antes da votação, a presença do Pécio e da Maria Elizabeth, mães(F) do Davidson e que, na verdade, o Davidson, Pedro Davidson como o Senador Gerson Camata colocou, inspirou o projeto, missão da ONG Roda da Paz, do Rodrigo de Melo Brito, do Maurício Gonçalves, da Juliana Machado, do Rômulo Lazaretti, do Marcos Vieira e do Elias Pereira... Que bom que vocês estão aí se sintam sempre bem-vindos a esta Comissão que é de Educação, Cultura e Esporte, né, as três áreas integradas.

Está encerrada a discussão. Em votação o parecer. O Projeto de Lei nº 43 com parecer favorável do Senador Gerson Camata. Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras que concordam permaneçam como se acham. Aprovado.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Sr. Presidente, pela ordem. Há um pedido de urgência para tramitação do projeto sobre a Mesa.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Então, há um pedido de urgência, um requerimento de urgência para tramitação desse projeto, nos termos do art. 336 inciso II, combinado com o art. 338 inciso IV do Regimento Interno do Senado Federal,

requer urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 43/2008 que cria o “Dia Nacional do Ciclista”, Senador Gerson Camata. Senadores que estiverem de acordo. Está aprovado. [aplausos]

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Muito bem... Agradecemos aí a presença de todos que vieram prestigiar a aprovação deste Projeto de Lei e desejar que este projeto inspire, sem dúvida, a prática do esporte, a prática da segurança, conscientização da sociedade e que a referência do Pedro Davidson possa ser uma referência boa em termos de Brasil.

Passamos, agradecemos... Passamos à apreciação do Item nº 5 da Pauta. Senadora Lúcia Vânia, de natureza não terminativa. O Projeto de Lei do Senado nº 481/2007 complementar que altera a Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006 para modificar o regime de tributação incidente sobre as creches e pré-escolas no Regime Especial Unificado e Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – Simples Nacional. Autoria da Senadora Patrícia Saboya. Relatoria da Senadora Lúcia Vânia. A matéria constou na Pauta da reunião do dia 15/4 e do dia 6 de maio de 2008 e tem... É terminativa na Comissão de Assuntos Econômicos. Eu acho que ainda, como modifica a Lei Complementar, é terminativa no Plenário, né? Certamente do Senado, mas vai ainda sofrer apreciação pela Comissão de Assuntos Econômicos. Passo a... Passo, então, a palavra à Relatora Lúcia Vânia. Senadora Lúcia Vânia.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): O projeto, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores. O Projeto de Lei do Senado nº 481/2007, de autoria da Senadora Patrícia Saboya, tem por objetivo minorar os efeitos tributários sobre as creches e pré-escolas do Regime Especial Unificado e Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.

Na justificativa do projeto a autora faz referência ao aumento de carga tributária acarretado pelo Super Simples e tendo em vista que as creches e pré-escolas, antes enquadradas no Simples Federal e tributadas por alíquota aplicável ao comércio, passam a arcar com a alíquota de 50% maiores sobre esse serviço no novo regime em comparação com as alíquotas que pagavam anteriormente.

Análise: O Super Simples, resultado da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, representa importante medida para microempresas e empresas de pequeno porte uma vez que aumentou em grande medida os possíveis benefícios do regime unificado de pagamento de tributos. O novo regime tem se revelado

vantajoso por conta do decréscimo da carga tributária medido(F) que tudo facilitadora da formalização de empresas. Vigente a nova Lei extinguiu-se o regime anterior, com a revogação simultânea da Lei nº 9.317 de 5 de dezembro de 2006, no qual se enquadravam as creches e pré-escolas, desde a edição da Lei nº 10.034 de 24 de outubro de 2000.

A mencionada Lei nº 10.034/2000 estabelece em seu art. 2º que as prestadoras de serviço autorizadas a aderir ao Super Simples, submetem-se à alíquotas majoradas em 50% em relação ao regime de Lei de 1996. Excetuavam-se na norma anterior as creches e pré-escolas, porém o Super Simples Lei Complementar nº 123/2006, incorporou-as na categoria de prestadoras de serviço, submetidas a alíquotas majorada em 50%. Há, portanto, fundamento na alegação constante da justificação do projeto, uma vez que as creches e pré-escolas foram prejudicadas pelo novo sistema. Ademais, levando isso em conta a situação anterior, a criação de uma sistemática excepcional para creches e pré-escolas não representa perda significativa de arrecadação para a União, tão pouco para os Municípios. O voto: Diante do exposto somos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 481/2007. Era o que tinha.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS

(PT-PR): Obrigado, Senadora Lúcia Vânia. Está em discussão o relatório da Senadora com parecer favorável.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Para discutir, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS

(PT-PR): Ao Projeto de Lei. Com a palavra o Senador Gerson Camata.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Sr. Presidente, eu sou favorável e eu quero cumprimentar a Relatora, cumprimentar a Senadora Patrícia Saboya, mas só para fazer um registrozinho rapidinho.

Veja V.Exª como é que funciona a federação brasileira. Daqui de cima, nós vamos abolir dois tributos: um municipal que é o ISS e um estadual que é o ICMS. Nós vamos isentar as instituições – sou a favor -mas isso deveriam ser leis lá local. O município tem o direito de isentar o tributo dele. O Estado teria o direito de isentar o produto dele. Então, veja V.Exª que o tributo que é dele. Então, veja V.Exª que daqui de cima a União, toda poderosa, que tem aquele bolão da Receita ainda enfia leis para lá para baixo isentando. Sou favorável, mas isentando. Não devia ser assim, eu acho que o Pacto Federativo passa por uma necessidade de uma revisão rápida. E de vez em quando aqui, no outro dia votamos o problema do aumento do judiciário, aliás, está na Comissão, vai afetar profundamente

os Estados, porque tem a escadinha que sobe todo o pessoal do judiciário, promotoria, Procuradoria dos Estados. Daqui, nós criamos despesa para o Estado, daqui nós tiramos tributo do Estado, daqui nós dizemos aos Estados que eles não tem autonomia nenhuma e que isso não é uma República Federativa, na verdade é uma República Unitária.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS

(PT-PR): Continua em discussão a matéria. Eu quero só me associar à manifestação do Senador Gerson Camata e, de fato, enfatizar que a distorção tributária é algo, assim, terrível, no Brasil. Temos impostos, temos contribuições, os impostos são divididos com Estados e municípios, já se arrecada mais em contribuições do que em impostos e as contribuições não são repartidas, se bem que esse projeto seja no Super Simples, quer dizer, incluir as creches e pré-escolas numa Legislação Federal que não tinham sido incluídas antes ou que vai beneficiar, na verdade, a educação infantil. Mas eu também me associo à importância do projeto, como foi destacado pela Senadora Lúcia Vânia. Com a palavra a Relatora para se posicionar.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Eu concordo com a posição do Senador Gerson Camata, como concordo com o projeto, porque não é possível se majorar 50% nas creches e pré-escola no momento que nós queremos universalizar as creches e pré-escolas e no momento que entendemos o quanto elas são importantes para o desenvolvimento da criança de 0 a 6 anos.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS

(PT-PR): Em votação o Item nº 5, Projeto de Lei do Senado nº 481/2007 com o parecer favorável da Srª Relatora. Srs. Senadores que estiverem de acordo, Srªs Senadoras, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Passamos ao Item nº 6, aliás, nº 6 não... É o Item nº 12 da Pauta de natureza também não terminativa, o Projeto de Lei da Câmara nº 114/2007 que institui o ano de 2008 como o “Ano Nacional de Combate à Mortalidade Materna”. Autoria de Deputado Geraldo Resende. Relatoria Senador Renato Casagrande a quem passo a palavra.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):

Obrigado, Presidente. O projeto institui o ano de 2008 como o “Ano Nacional de Combate à Mortalidade Materna”. Sr. Presidente, o relatório da Organização Mundial de Saúde, da UNICEF, Fundo de População das Nações Unidas e Banco Mundial afirma que de 100 mil nascimentos no Brasil, 110 mulheres morreram durante o parto, ta, no mesmo período. Observe-se que esse número é estimativo, uma vez que a Organização Mundial de Saúde entende que há uma deficiência

no Brasil na coleta de informações. Então, o principal objetivo... O que levou o Deputado Geraldo Resende a apresentar essa proposta é esse excessivo número de mulheres que morrem na realização do parto. Então, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS

(PT-PR): Qual que é o número, mesmo, se V.Ex^a pudesse?

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):

110 mulheres por cada 100 mil partos, 110 mortes, isso é lógico um número estimativo, porque não tem uma coleta de dados eficiente. De qualquer forma o número é grave, é muito grave, né, e levou o Deputado Geraldo Resende que é médico apresentar 2008 como o “Ano Nacional de Combate à Mortalidade Materna” e o ano não é só a declaração por nós aqui, tem uma série de atividades que seriam desenvolvidas, né, pelos Governos, pela sociedade no sentido de conscientizar para prevenção, conscientizar na estruturação de redes hospitalares de políticas específicas para este tema. Portanto, Sr. Presidente, o meu parecer é favorável à matéria.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS

(PT-PR): Está em discussão. Senador Gerson Camata.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Eu

queria, Sr. Presidente, anunciar e declarar meu voto favorável à iniciativa. O número é assustador, mas eu queria antes prestar uma, um ato de uma homenagem de solidariedade ao Senador Renato Casagrande. O Senador Renato Casagrande vem há um ano estudando o Fundo Soberano, ele pegou dados, viajou, reuniu e apresentou um belíssimo projeto criando o Fundo Soberano do Brasil. Foi, [risos] o projeto dele para entrar, não demorou 24 horas o Governo lançou o Fundo Soberano, ninguém, foi o Renato que fez, que trabalhou, que estudou. Agora vai ser o Fundo Soberano Renato Casagrande, vai ser o nome dele em homenagem ao esforço que ele fez e a idéia dele que foi tosada pelo Governo e levada à frente.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):

Obrigado, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS

(PT-PR): Está apoiado.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Quer dizer que o governo clonou o seu projeto?

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):

Não... não clonou, vai apresentar. Mas o meu está tramitando. Eu pedi hoje até ao Senador Aloízio Mercadante na reunião ao lado que possa designar logo o Relator até para que o Governo possa aproveitar o meu projeto, projeto que desde fevereiro dei entrada aqui no Senado e o Governo, agora, está decidindo

criar o Fundo Soberano que é o Fundo que vai permitir investimentos em empresas que atuam fora do país e, até se quiser usar parte das reservas cambiais pode fazer para ter uma remuneração maior, tem diversos objetivos o Fundo. De fato, eu espero que o Governo possa aproveitar o nosso projeto e dar seqüência aí à tramitação desse Fundo Soberano.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS

(PT-PR): Eu só pediria--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Presidente, eu peço a palavra.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS

(PT-PR): Eu só pediria que nós, assim, nós nos ativéssemos por enquanto, Senador Gerson Camata e a importância do assunto também e o estudo de V.Ex^a que deve ser valorizado ao extremo. Mas ainda em relação ao Projeto de Lei que institui o Ano Nacional de Combate à Mortalidade Materna Senadora Lúcia Vânia.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Sr. Pre-

sidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a par da importância do Fundo Soberano de autoria do Senador Casagrande, eu gostaria de enfatizar aqui a importância desse projeto que nós vamos votar e cumprimentar o Senador Casagrande pela relatoria, uma vez que a morte materna é sem dúvida nenhuma, nós exibimos, o Brasil exibe hoje números vergonhosos em relação à morte materna. E este assunto é um assunto que deve ser prioridade quando se trata da questão da saúde da mulher.

Portanto, ao estabelecer esse dia, nós podemos... Poderemos, a partir de então começar a discutir esse problema que embora seja tão grave é muito pouco discutido aqui no Congresso Nacional, muito pouco discutido pela sociedade.

Em geral, a gente festeja muito o nascimento de uma criança, mas esquecemos de entender quantas mães para dar à luz a essas crianças são acometidas de complicações e venham... Que possibilita o seu óbito para... Nesse momento que não se entende. Com tanta tecnologia, com tanto avanço da medicina ainda perde uma mãe durante um trabalho de parto. Portanto, o meu voto é sim.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Para discutir, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS

(PT-PR): Pois não, Senador Valadares, é sobre esse assunto? Sobre outro?

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES

(PSB-SE): Sr. Presidente, eu gostaria apenas de dizer que o Senador Casagrande é um homem de muita paciência, de muita humildade, porque a clonagem do ser vivo é proibido, mas a clonagem oficial não é proibida e eu acho que por isso V.Ex^a compreendeu.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Está bem. Senadora Fátima Cleide para discutir o ano nacional de 2008 como o Ano Nacional de Combate à Mortalidade Materna.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Sr. Presidente, Srs. Senadores, eu gostaria apenas, Sr. Presidente, de parabenizar a iniciativa do Deputado Geraldo Resende e o relatório do Senador Renato Casagrande, como disse a Senadora Lúcia Vânia, é realmente um desafio muito grande para toda a saúde brasileira, toda a sociedade brasileira superarmos essa marca, segundo o Banco Mundial, Brasil é o 91º de uma lista de 171 países em morte materna, mortandade materna. E é impressionante, porque todos os dias nas maternidades públicas principalmente nós assistimos perdas irreparáveis de mulheres que, infelizmente, são acometidas, como disse a Senadora Lúcia Vânia, de problemas no pré-parto que a levam ao óbito.

Então, eu quero parabenizar o Senador Renato Casagrande e a essa Comissão pela sensibilidade com relação a este tema que tem que estar pautado sim no nosso dia-a-dia. Eu penso que as matérias econômicas elas são muito importantes, Sr. Presidente, mas as matérias que dizem respeito a assuntos sociais e, principalmente, a Direitos Humanos elas têm que ter uma relevância cada vez maior nesse Congresso Nacional.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu só quero lembrar também que, de acordo com a estimativa do Senador.. Que o Senador Renato Casagrande colocou em seu relatório, morrem por ano cerca de 3 a 4 mil mulheres na hora do nascimento no Brasil com levantamento, assim, que podem ser questionados... Talvez seja até mais 3 a 4 mil mulheres.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Até porque no estudo feito pela USP, infelizmente a minha cidade não entrou... Enquanto que o levantamento feito em todas as capitais brasileiras não entrou Porto Velho. Se colocar o interior afora de mulheres que morrem sem chegar sequer na maternidade, o número vai ser muito pior, infelizmente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Está em votação a matéria com parecer favorável do Senador Renato Casagrande. Os que estiverem de acordo permaneçam como se acham. Senadora. Aprovado. Senadora Lúcia Vânia.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Gostaria de pedir urgência nesse projeto...

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): O requerimento então da Senadora Lúcia Vânia para urgência deste projeto, porque o ano de 2008 como o Ano Nacional de Combate à Mortalidade

Materna. Está em votação a solicitação de urgência. Aprovado. Eu passaria.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Pois não, pela ordem?

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Pela ordem. Com relação ao Item 2, que é de minha autoria, e que tem a relatoria do Senador Raimundo Colombo que trata de instituir o Programa de Crédito Educativo para estudantes de programas de pós-graduação e dá outras providências. Eu gostaria, Sr. Presidente, de fazer um registro aqui. Eu quero agradecer o relatório favorável do Senador Raimundo Colombo e informar a esta Comissão que quero retirá-lo de pauta e vou encaminhar requerimento ao Plenário do Senado Federal para finalizar sua tramitação uma vez que considero que a Lei nº 11.552 que criou... Que reformulou o FIES já dá conta de atender a esta nossa reivindicação.

Agora, quero, também, Sr. Presidente, dizer que vou apresentar uma Emenda, Lei de Diretrizes Orçamentárias para que a gente possa ter mais recurso específico para os programas de pós-graduação uma vez que eu acredito que os recursos, hoje, no FIES não dão conta de atender ao universo dos que fazem pós-graduação nesse país e dos que deveriam fazer. E gostaria de contar com apoio da Comissão de Educação para que nós garantíssemos a aprovação dessa Emenda na Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2009.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu quero esclarecer, inclusive que em relação à LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias, está previsto que o prazo para apresentação de Emendas ao Projeto de Lei, inclusive Emendas de Comissão acontece no prazo de 21 de maio a 30 de maio de 2008. Então, isto será objeto, né, de colocação em pauta.

Gostaria de passar a presidência ao Senador Gerson Camata, Gerson Camata para que eu pudesse relatar um projeto de natureza não terminativa.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Projeto de Lei da Câmara nº 30/2002 tramitando em conjunto com o PLS 009/2002 dispõe sobre a reserva de vagas nas creches públicas para crianças portadoras de deficiência e dá outras providências. O autor é o Deputado Enio Bacci e o Relator é o Senador Flávio Arns que conclui pela rejeição do projeto e do PLS 009 que tramita em conjunto. Com a palavra S.Exª para emitir o seu parecer.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): As proposições que tramitam em conjunto versam sobre a reserva de vagas em creches e pré-escolas públicas para crianças portadoras de deficiência e determinam que

o atendimento dessa clientela seja feito por pessoal especializado. Ambas trazem por justificativa a necessidade de garantir desde a mais tenra infância a convivência entre pessoas com habilidades e características diversas a fim de combater o preconceito e a discriminação na origem do trato social. Apesar das semelhanças de objetivos, os projetos adotaram soluções técnicas distintas para instituir a reserva de vagas. O projeto da Câmara define a cota de 10% para as creches públicas em legislação extravagante, e ao passo que o do Senado altera o Art. 54 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, impondo a cota de 5% para creche e para pré-escolas.

Submetidas ao parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania as proposições foram objetos de parecer que concluiu pela rejeição da matéria oriunda da Câmara dos Deputados. Apesar do aval que a proposição recebera em referida Casa Legislativa onde foi apreciado conclusivamente pela Comissão de Educação, Cultura e Desporto, pela Comissão Seguridade Social e Família e pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

A CCJ aprovou, no entanto, o Projeto do Senado Federal na forma de Emenda proposta pelo Relator da matéria, Senador Marcelo Crivella, que aumentou a cota do projeto original para 10% das vagas das creches e escolas públicas, estendeu aos estabelecimentos particulares de ensino a obrigação de reserva de 5% de suas vagas para as crianças portadoras de deficiências.

Na reunião ocorrida em 23 de dezembro de 2004 o Presidente da Comissão de Educação procedia a devolução do processado com relatório pela rejeição do Projeto de Lei da Câmara e pela aprovação do Projeto de Lei do Senado com as Emendas oferecidas e com que estava as proposições em condições de inclusão em pauta naquela Comissão, por força do parecer favorável, muitos contatos foram feitos por segmentos ligados à área da pessoa com deficiência, todos argumentando a prejudicialidade da aprovação da proposição. Essas ponderações motivaram-me a solicitar não apenas o adiamento da apreciação da matéria como também vistas novamente ao processado para uma maior reflexão sobre o assunto.

Considerando que o parecer anteriormente ofertado não foi discutido e votado pela Comissão, revejo o meu anteriormente posicionamento firmado para, ao final, concluir para a rejeição de ambos projetos. Senão, vejamos, a Constituição Federal estabelece que a educação é direito e dever. Direito de todos e dever do Estado e da família com a colaboração da sociedade.

O texto constitucional ainda dispõe em seu art. 208 inciso IV que o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de educação infantil em creche, pré-escolas às crianças até 5 anos de idade. Assim, é de se notar que a educação, enquanto dever do Estado, engloba educação infantil em creche e pré-escola. As crianças até 5 anos de idade, pouco importando se são crianças com deficiência ou não. Essa distinção não pode ocorrer sob pena de violação ao *caput* do art. 205 da Carta Magna conforme, aqui já destacado, impõe a educação como em direito de todos. Nesse passo, tem-se, então, onde existe um direito a todos assegurados não comporta lugar a previsão de reserva de vagas.

Para demonstrar a prejudicialidade do projeto, eu trago o seguinte exemplo: Suponhamos que uma creche tenha capacidade de atender 100 crianças, segundo a propositura a que anteriormente fui favorável, 10% dessa capacidade deveria ser reservada à crianças com deficiência e com que teríamos, então, 10 crianças com deficiência para 90 crianças sem deficiência. A prevalecer a reserva, caso uma nova criança com deficiência se apresente para uma vaga, essa poderá ser recusada sob alegação de que já foi atingida a cota. Essa recusa, eu penso não apenas sobre o meu sentir, mas de todos, mal fere frontalmente o disposto no *caput* do Art. 205 da Constituição que garante a todos. Em outras, o direito à educação a todos conferidos pela Constituição Federal incompatibiliza a reserva de vagas às crianças com deficiência. Sobre o meu sentir, ao invés de se propor uma lei que garanta a reserva de vagas, deve ser buscados meios repressivos à violação do direito à educação. Diante do exposto, o voto é pela rejeição do Projeto de Lei da Câmara nº 30 e do Projeto de Lei do Senado nº 09, ambos de 2002.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Em discussão o parecer magistral do Senador Flávio Arns sobre o projeto. Senador Virginio Carvalho com a palavra para discutir.

SENADOR VIRGINIO DE CARVALHO (PSC-SE): Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu tenho acompanhado atentamente o relatório do nobre Senador Flávio Arns sobre as duas propostas em questão, eu compreendo a posição do ilustre Relator, todavia não poderia deixar de externar algumas palavras acerca desse assunto.

Como todos sabem, eu sou suplente da Senadora Maria do Carmo Alves e um dos meus compromissos é defender as propostas de S.Ex^a aqui nessa Casa, especialmente em se tratando de matérias envolvendo famílias, crianças e adolescentes. Sr. Presidente, sabemos das dificuldades das famílias em educar os seus filhos, sabemos que a escola é a solução para a

nossa juventude, sabemos também que os pais, isto é, mãe e pai precisam trabalhar para a subsistência da casa. Essa situação não é fácil para uma família comum que luta no seu dia-a-dia pela sobrevivência e educação dos filhos.

Agora, Sr. Presidente, imagine quando, nessa família, existe uma criança portadora de deficiência? Essa luta se torna muito mais complexa, muito mais árdua, muito mais dura não foi por menos que a nossa Carta Política de 1988 decidiu consagrar dispositivos protegendo as pessoas portadoras de deficiência, conforme o art. 37 inciso VIII e o 227, § 1º, inciso II. Vale a pena destacar sobre a matéria o que determina o **caput** do art. 227, o § 1º e o inciso II da Constituição Federal. O art. 227 diz que é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente com absoluta prioridade o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. Além de colocá-los a salvo de toda a forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e apreensão.

No § 1º, o Estado promoverá programas de assistência integral à saúde da criança, e do adolescente, admitida a participação de Entidades não-governamentais e obedecendo aos seguintes preceitos, o segundo diz que a criação de programas de prevenção e atendimento especializado para os portadores de deficiência física, sensorial ou mental, bem como de integração do adolescente, portador de deficiência mediante o treinamento para o trabalho e a convivência e a facilitação de acesso aos bens dos serviços coletivos com a eliminação de preconceitos e obstáculos arquitetônicos.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs Senadores, será que a reserva de vagas nas creches ou Entidades equivalentes e pré-escolas públicas para crianças portadoras de deficiência não diz respeito além da educação, à saúde dessas crianças? Será que a reserva de vagas nas creches ou Entidades equivalentes e pré-escola públicas para crianças portadoras de deficiências não diz respeito além da educação, à integração social, à convivência e à eliminação de preconceitos que atingem essas crianças? Será que, ao reservar vagas nas creches ou Entidades equivalentes em pré-escolas públicas com assistência de profissionais devidamente habilitados para crianças portadoras de deficiência, não estaríamos criando programas de prevenção e atendimento especializado para os portadores de deficiência física, sensorial ou mental?

Sr. Presidente, eu não sou jurista nem mesmo bacharel em direito, sou apenas um professor dedicado à educação e, na minha humilde opinião, eu acho que

sim, acho que a proposta da Maria do Carmo Alves vão ao encontro do que estabelece a nossa Constituição, vai ao encontro da inspiração dos nossos constituintes quando introduziram na Carta dispositivo voltados à proteção da família, da criança, do adolescente e especialmente, dos portadores de deficiência e por isso mesmo foi aprovado o relatório do Senador Marcelo Crivella na Comissão de Constituição e Justiça desta Casa, inclusive com a Emenda aumentando o percentual de reserva de 5 para 10%. Nesse momento, não consigo deixar de fazer uma comparação... Penso em outra matéria já aprovada pelo Congresso Nacional e, da mesma forma, sobre a educação. Já é uma prática de todos no Território Nacional a reserva de vagas nas universidades para negros ou afrodescendentes. E, neste caso, eu peço licença ao nobre Relator, não houve violação do direito a todos assegurados, tese defendida por S. Ex^a? A outra preocupação defendida pelo nobre Relator de que poderia haver um limite de vagas para as crianças com deficiência, acredito que a distinção feita com a reserva é para o mínimo e nada impede que esse percentual seja extrapolado como um contra-argumento, e usando o mesmo exemplo anterior, nada proíbe que as universidades possam permitir o ingresso de negros ou afrodescendentes acima do percentual de reserva? Claro que fora da regra estabelecida para as cotas, mas não há limite e sim uma reserva mínima.

Sr. Presidente, não posso acompanhar o voto do nobre Senador Flávio Arns, Relator da matéria, o qual tenho o maior respeito e muita admiração, não posso concordar com S. Ex^a, sou favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 09/2002 da Senadora Maria do Carmo Alves, já aprovado na Comissão de Constituição e Justiça do Senado, inclusive, com a Emenda do ilustre Senador Marcelo Crivella.

Por essas razões, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o meu voto é pela aprovação do PLS nº 09/2002 na forma do relatório aprovado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania não é pela rejeição, como propõe o nobre Relator. Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Senadora Fátima Cleide para discutir.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Sr. Presidente, apenas para eu registrar aqui que eu considero importante a preocupação da Senadora Maria do Carmo Alves, mas confio plenamente nos sentimentos e na vivência também do nosso Relator Flávio Arns e acompanho o voto do relatório até porque na relatoria do FUNDEB, do Projeto de Lei que regulamentou o FUNDEB, nós trabalhamos muito para incluir a creche

e o ensino infantil, a creche, mais especificamente, porque o ensino infantil já veio na proposta do Governo, mas para incluir a creche como um direito de todos. Portanto, eu assino embaixo do relatório do Senador Flávio Arns mesmo compreendendo a preocupação da Senadora Maria do Carmo Alves e mais uma vez reiterando o conhecimento nesta área que tem o Senador Flávio Arns até pela sua própria vivência pessoal.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Com a palavra o Senador Flávio Arns para discutir.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu até queria compartilhar algumas idéias com o Senador Virgínio de Carvalho. Em primeiro lugar, dizer assim, realmente enaltecer o trabalho da Senadora Maria do Carmo Alves que se afastou das atividades no Senado por um problema de saúde, inclusive está se submetendo a tratamento de saúde que demanda um cuidado especial e é uma alegria ter o Senador Virgínio de Carvalho como seu suplente e colega aqui da Comissão e desejar novamente, mandar um abraço para a Senadora Maria do Carmo.

Sabe que muitas vezes esses debates sobre projetos de leis têm que ser feitos, pontos de vistas diferentes... Tanto que eu coloquei no relatório que o meu primeiro voto era favorável ao projeto, eu disse assim: “não, eu acho que realmente temos que ter um percentual”. E me veio à mente também o fato de que há percentuais para negros, para índios, para pessoas com deficiência, para alunos de escolas públicas na instituição de ensino superior, mas na instituição de ensino superior nem todos têm acesso, né, quer dizer, é uma questão de seleção. Então, tem que haver algum tipo de garantia que essas pessoas possam ter acesso. Ao passo que na educação básica todos têm que ter acesso. Não se admite um negro, um pobre, um índio, uma pessoa com deficiência não participar de educação básica. Quer dizer, seja na educação infantil, no ensino fundamental ou no ensino médio. Tanto, Senador, que nós... Aí discutimos as pessoas entidades e associações de pessoas deficiência disseram: “Olha, as gente às vezes pode ter a intenção de ajudar”, eu próprio estava fazendo o relatório e dizer: “Não, eu concordo”. Quando eles disseram isso, talvez, a gente estimule inclusive haver uma segregação e um preconceito em função, unicamente, do artigo constitucional, porque a Constituição já diz o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia, garantia de, inciso IV, educação infantil em creche e pré-escola às crianças até 5 anos de idade. Quer dizer, as crianças até 5 anos de idade. Quer dizer, tenham

deficiência ou não. Quer dizer, todas as crianças até 5 anos de idade têm que ter a garantia de ter o seu espaço assegurado na educação infantil, inclusive, o Senador José Jorge, né, que alterou... Nós discutimos essa emenda constitucional. Estão pouco importando se são crianças com deficiência ou não. Então, neste caso poderia acontecer de você ter 100 crianças, não, 5%, ou 10%, tanto faz o percentual. Quer dizer, a criança com deficiência tem que ter o seu espaço assegurado. Então é nesse sentido só, até eu acho que em termos da fundamentação eu diria que concordamos inteiramente, a família precisa ser apoiada, a criança precisa ter educação, precisa participar junto, há um processo de sensibilização e eu acho, assim que, de fato, em se tratando da educação básica, não do ensino superior, em se tratando de educação básica as pessoas tem que ter acesso. Eu até defendo que as pessoas tenham a opção quando há esse debate todo sobre escola em especial, eu sempre digo, a família tem que ter até a opção ou aqui ou lá. Como acontece na educação comum, posso matricular aqui, posso matricular lá.

Então, nesse sentido, eu acho que não há uma, assim, vamos dizer, uma divergência, mas há sim e eu até me, assim... No decorrer desse debate eu revi a minha posição, porque eu acho que as pessoas tinham razão em diferenciar as duas coisas, superior é uma coisa, que lá tem vagas reservadas e o básico é para todo mundo.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Senador Virgínio V.Ex^a deseja pedir vista?

SENADOR VIRGINIO DE CARVALHO (PSC-SE): Eu desejo pedir vista ao processo.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Dada a vista ao Senador Virgínio. Está encerrada a discussão. A senhora quer discutir ainda, Senadora? Porque quando pede vista a discussão acaba, mas V.Ex^a estava preparada...

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Eu concordo com a posição do Senador Flávio Arns não há necessidade de se estipular um percentual a nível do ensino básico, no ensino fundamental. Nós sabemos, na realidade é que creches não existem, creche para a escola é muito insuficiente para atender a demanda brasileira. Apenas 13%, Senador, das crianças brasileiras até têm direito à creche, na pré-escola esse percentual já cresceu bastante. Pela nova política de municipalização do ensino também da pré-escola, da educação infantil. Mas, então, nós não podemos, infelizmente... É direito de todas as crianças, sejam elas especiais ou não, é um direito que está no Estatuto da Constituição e que nós precisamos é que realmente

se faça um trabalho de ampliação para que... E aí não há necessidade.

SENADOR VIRGINIO DE CARVALHO (PSC-SE): Como fazer prevalecer esse direito se a criança, se os pais chegam na escola e sempre dizem que não tem vaga? E eles não têm como recorrer? Somente a escola está cheia. Na verdade, é que não querem receber o deficiente. E se existe uma, um percentual, então eles se sentirão na obrigação, porque eles vão recorrer a sua... Aos seus direitos.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): E por que esse percentual ser diferenciado da escola privada para a escola pública?

SENADOR VIRGINIO DE CARVALHO (PSC-SE): Como é que é?

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Há uma diferenciação de 5% da escola privada e 10%.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): A discussão está encerrada.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Então, deixemos para o segundo momento. Ela é polêmica e tem vários pontos que a gente precisa depois debater.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Vistas foram concedidas ao Senador Virginio. Muito bem, Senadora Fátima Cleide pela ordem.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Muito rapidinho... Apenas para requerer que na próxima Sessão da Comissão de Educação seja inserido na pauta o Projeto de Lei nº 546/2007 da autoria da Senadora Ideli Salvatti que é muito parecido, mas tem uma diferenciação no que a gente acabou de discutir que trata da cotização para alunos egressos da escola pública para o ensino profissionalizante público. Então, o Projeto de Lei nº 546/2007 para a próxima reunião da Comissão de Educação.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): V.Ex^a será atendida. Sobre a Mesa há dois requerimentos extrapauta. Peço a aprovação para colocá-los extrapauta, os que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. Aprovado.

Extrapauta, passo à leitura, então. Senador Sérgio Zambiasi e Senador Virginio de Carvalho: “Requeiro, nos termos do art. 90 inciso V e art. 154 Inciso III, § 5º do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de reunião extraordinária no âmbito dessa Comissão de Educação, Cultura e Esporte para comemarmos os 50 anos da conquista da Copa do Mundo de 1958”. Puxa vida, estava escutando esses jogos, lá, 50 anos, já. “Homenageando dirigentes, jogadores e cronistas esportivos que participavam, participaram da memorável conquista do futebol brasileiro que abriu as portas para

a entrada do país na elite do futebol mundial. Ressalto que esse evento está inserido nas comemorações com o Governo do Distrito Federal por intermédio da Secretaria de Cultura e da Secretaria de Desenvolvimento Social e Transferência de Renda e o Governo Federal por intermédio de Ministério do Esporte e da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial e Embaixada da Suécia, estão promovendo com o mesmo objetivo. Com esse intuito, eu sugiro os nomes para participar dessa homenagem: João Havelange, Presidente de honra da FIFA; campeões mundiais da seleção de 1958; Luiz Mendes, jornalista. Sérgio Zambiasi, tem mais um aqui que eu não identifiquei. Virginio de Carvalho... Assinatura é do Virginio de Carvalho. Está em discussão o requerimento. Os que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. Aprovado.

Aditamento ao Requerimento nº 14/2008. Em aditamento ao Requerimento nº 14/2008: “Requeiro, nos termos regimentais, a inclusão do nome do Sr. Davi Saad, Diretor Executivo da Fundação Victor Civita para participar como expositor da Audiência Pública que debaterá idéias para a melhoria da educação com 5 professores premiados pelo Projeto Educador Nota 10. Assinado o aditamento pelo Presidente dessa Comissão, Senador Cristovam Buarque e pelo Senador Eduardo Azeredo. Em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir, em votação. Aprovado.

Quero lembrar aos Srs. Senadores e Sr^{as} Senadoras que amanhã acontecerá a Audiência Pública às 10 horas nesta Comissão de Educação para debater a proposta do Ministério da Educação de mudanças no sistema “S”. Convidados: Ministro do Estado da Educação, Fernando Haddad; Presidente da CNI, Deputado Armando Monteiro; Vice-presidente da Confederação Nacional do Comércio, Luiz Gil Pereira; Presidente da OCB – Cooperativas Brasileira, Márcio Lopes de Freitas; Diretor da Confederação Nacional do Transporte – CNT, Geraldo Viana e do Dr. Paulo Skaf, Presidente da Federação de Indústrias do Estado de São Paulo -FIESP.

Comunico aos Srs. Senadores o recebimento de convite do Exmº Sr. Ministro do Estado da Educação Fernando Haddad para solenidade de encontro com os prefeitos e as prefeitas municipais, na qual haverá apresentação dos Programas do Ministério da Educação e assinatura de Atos com a presença do Exmº Sr. Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva. A ser realizada no dia 19 de maio do corrente, semana que vem, segunda-feira das 9 às 17 horas no Brasília Alvorada Parque, antigo *Blue Tree*.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão. Muito obrigado.

Sessão encerrada às 12h57.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA
E ESPORTE

**SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA,
TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL**

**ATA DA 21ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA
COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
E 5ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA SUBCOMIS-
SÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA
E COMUNICAÇÃO SOCIAL DA 2ª SESSÃO LEGIS-
LATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REA-
LIZADA EM 20 DE MAIO DE 2008.**

AUDIÊNCIA PÚBLICA

CONJUNTA

Às dez horas e cinquenta e três minutos do dia vinte de maio de dois mil e oito, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala quinze (15), sob a Presidência Eventual do Senador Paulo Paim, e com a presença dos Senhores Senadores Flávio Arns, Augusto Botelho, Paulo Paim, Renato Casagrande, Geovani Borges, Mão Santa, Valdir Raupp, Gerson Camata, Virginio de Carvalho, Rosalba Ciarlini, Papaléo Paes, Flexa Ribeiro, Sérgio Zambiasi, Francisco Dornelles, Adelmir Santana, Kátia Abreu e Lúcia Vânia reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte e a Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Inácio Arruda, Fátima Cleide, Ideli Salvatti, João Ribeiro, Wellington Salgado, Valdir Raupp, Paulo Duque, Lobão Filho, Heráclito Fortes, Virginio de Carvalho, Marco Maciel, Raimundo Colombo, Marisa Serrano, Patrícia Saboya, João Pedro, Antônio Carlos Valadares, Marcelo Crivella, Magno Malta, João Vicente Claudino, Romero Jucá, Leomar Quintanilha, Pedro Simon, Valter Pereira, Jarbas Vasconcelos, Neuto de Conto, Demóstenes Torres, Gilberto Goellner, José Agripino, Romeu Tuma, Eduardo Azeredo, Sérgio Guerra e Jefferson Péres. Justificam a ausência os Senhores Senadores Marconi Perillo e Cristovam Buarque. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente Eventual, Senador Paulo Paim, submete à Comissão e à Subcomissão a dispensa das leituras das Atas das Reuniões anteriores e a aprovação das mesmas, com o que todos concordam. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo ao Requerimento nº 40/07 – CE e

09/07 – SCTMC de autoria dos Senadores Raimundo Colombo, Flávio Arns e Flexa Ribeiro, que tem como objetivo **Discutir os direitos autorais nas áreas de cinema e música, bem como o papel desempenhado pelo Escritório Central de Arrecadação e Distribuição (ECAD)**. Comparecem à Audiência Pública o Senhor Alexandre Annenberg, Presidente Executivo da Associação Brasileira de Televisão por Assinatura – ABTA; Senhor José de Araújo Novaes Neto, Diretor da Associação Brasileira de Músicas e Artes – ABRAMUS; Senhor Ícaro Martins, Presidente da Associação Paulista de Cineastas – APACI; Senhor Marcos Alberto Sant’Anna Bitelli, Professor da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP e Especialista nas áreas de Propriedade Intelectual, Audiovisual e Comunicação Social; Senhor Francisco João Moreirão de Magalhães, Vice-Presidente da Associação Brasileira de Música Independente – ABMI e Senhor Marcos Alves de Souza, Coordenador-Geral de Direito Autoral, da Secretaria de Políticas Culturais do Ministério da Cultura. Prosseguindo, o Senhor Presidente Eventual, Senador Paulo Paim, registra a presença para acompanhar a Audiência Pública, do Senhor Eduardo Jardim, Diretor da Associação Brasileira de Televisão por Assinatura – ABTA; Senhor Samuel Barichello, Coordenador-Geral Substituto de Direito Autoral do Ministério da Cultura; Senhora Angeline Monteiro Prata, Sub-Gerente da Secretaria de Políticas Culturais do Ministério da Cultura; Senhor José Vaz de Souza Filho, Especialista em Políticas Públicas do Ministério da Cultura; Senhor Renio Quintas, Maestro e Diretor do Festival de Música Instrumental e Arte Popular de Cavalcante, estado de Goiás, e a Senhora Dulce A. Santos, Diretora da DDA Comunicação, na cidade de Brasília, Distrito Federal. Neste momento, o Senhor Presidente Eventual, Senador Paulo Paim, comunica que necessita ausentar-se da sessão e passa a Presidência ao Senador Papaléo Paes. Prosseguindo, o Senhor Francisco João Moreirão de Magalhães afirma que oitenta por cento dos CDs piratas são vendidos para os trabalhadores informais, pelas gravadoras, em grandes atacados de São Paulo. Diante da gravidade da afirmação, o Senhor Senador Gerson Camata solicita que seja convocado, para prestar esclarecimentos a esta Comissão, o Presidente da Associação Brasileira de Produtores de Discos – ABPD. O Senhor Presidente Eventual, Senador Papaléo Paes, passa a presidência ao Senador Flávio Arns, o qual sugere que além dos esclarecimentos, as denúncias proferidas na exposição do Senhor Francisco João Moreirão de Magalhães sejam encaminhadas a Polícia Federal, juntamente com as Notas Taquigráficas da Audiência Pública, bem como ao Conselho Nacional de Combate à Pirataria e Delitos Contra a Propriedade

Intelectual – CNCP, do Ministério da Justiça, e à Associação Brasileira de Produtores de Discos – ABPD. As propostas são acatadas por unanimidade. Logo após, o Senador Gerson Camata sugere que o Senhor Marcos Alberto Sant’Anna Bitelli seja consultado acerca da elaboração de um Anteprojeto de Lei, para que possa ser discutido pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte e pela Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social, nas próximas reuniões. O Senhor Presidente, Senador Flávio Arns, sugere que o Ministério da Cultura seja consultado para a elaboração desse texto. Findas as exposições dos convidados, a palavra é franqueada aos Senhores Senadores membros da Comissão. Usam da palavra os Senhores Senadores Gerson Camata e Papaléo Paes. A Presidência agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião às quatorze horas e onze minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte e da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente Eventual e publicada no Diário do Senado Federal. – Senador **Flávio Arns**, Presidente Eventual da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA
E ESPORTE – CE

**SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA,
TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL –
CECTMCS**

NOTA TAQUIGRÁFICA

21ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE E 5ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 20 DE MAIO DE 2008.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Havendo número regimental, declaro aberta a 21ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte e a 5ª Reunião Extraordinária da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura. Submeto à apreciação as Atas das Reuniões anteriores e a aprovação das

mesmas. Os Senadores e Senadores que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado.

A presente reunião atende ao Requerimento nº 09, de 2007, aprovados, de autoria dos Senadores Raimundo Colombo, Flávio Arns e Flexa Ribeiro, para realização dessa Audiência Pública destinada a discutir “Os direitos autorais das áreas de cinema e música, bem como o papel desempenhado pelo Escritório Central de Arrecadação e Distribuição – ECAD”. Dando início à Audiência, solicito ao Secretário Júlio Linhares que acompanhe os convidados para tomarem assento à mesa. Os nossos convidados para a presente Sessão são os Exmos. Srs. Alexandre Annenberg, Presidente Executivo da Associação Brasileira de TV – ABTA; José de Araújo de Novaes Neto, Diretor da Associação Brasileira de Músicas e Artes; Ícaro Martins, Presidente da Associação Paulista de Cineastas; Marcos Alberto Sant’Anna, Professor da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e Especialista nas áreas de Propriedade Intelectual, Audiovisual e Comunicação Social; Francisco João Moureirão de Magalhães, Vice-Presidente da Associação Brasileira de Música Independente; Marcos Alves de Souza, Coordenador-Geral de Direito Autoral – Secretaria de Políticas Culturais do Ministério da Cultura. Eu vou seguir a minha ordem aqui de fala, quinze minutos, com a tolerância, se necessário, de mais dois minutos. Pela ordem que eu recebi aqui, iniciamos pelo Sr. Alexandre Annenberg, Presidente Executivo da Associação Brasileira de TV – ABTA.

SR. ALEXANDRE ANNENBERG: Caro Senador, muito obrigado aqui pela oportunidade de estar participando dessa Audiência, prezados Senadores aqui presentes. Na verdade a minha apresentação vai ser muito simples e muito rápida, porque minha intenção é apenas mostrar alguns problemas que surgiram ao longo desses anos na relação entre o setor de TV por assinatura e o ECAD e vislumbrar uma solução um pouco para frente que talvez esteja ao nosso alcance. Então não vou descer a grandes detalhes, a minha apresentação deve ter uma meia dúzia de slides no máximo, mas para situar um problema que depois eu acredito que não é só da TV por assinatura e, portanto, pode servir de parâmetro para as decisões que devem ser tomadas daqui para frente sobre o ECAD.

Então nós poderíamos projetar, por favor, um primeiro slide. Ah, estamos com problemas? Problemas técnicos.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu aproveito o momento para registrar a presença conosco aqui de Eduardo Jardim, Diretor da Associação Brasileira de Televisão por Assinatura; Samuel Barrichello, Coordenador-Geral sobre o Direito

Autoral do Ministério da Cultura; Angeline Monteiro Prata, Subgerente da Secretaria de Políticas Culturais do Ministério da Cultura; José Vaz de Souza Filho, Especialista em Políticas Públicas do Ministério da Cultura; maestro Renio Quintas, Diretor do Festival de Música Instrumental e Arte Popular de Cavalcanti-GO; Dulce Santos, Diretora da Comunicação.

Eu poderia fazer o seguinte encaminhamento se os senhores concordem? Enquanto eles se encontram aí, eu passaria a palavra para o segundo convidado, o Sr. José de Araújo de Novaes Neto, Diretor da Associação Brasileira de Músicas e Artes.

Só quero registrar a presença conosco, com muita satisfação, também do nobre Senador Gerson Camata e do Senador Virginio de Carvalho, ambos sempre presentes em todas as Comissões. Fazem milagre, porque eu atrasei para chegar aqui porque eu estava em outra.

SR. JOSÉ DE ARAÚJO NOVAES NETO: Bom, muito bom dia. Antes de mais nada eu queria agradecer o convite para participar dessa Audiência Pública, Exmos. Srs. Senadores, demais autoridades presentes, membros da Mesa. Eu fui convidado na qualidade de Diretor da Associação Brasileira de Música e Artes, que é uma das sociedades autorais que compõem o ECAD, é uma sociedade que existe há vinte e seis anos, ela inicialmente era integrada por um pequeno grupo de músicos e acabou se expandindo, hoje representa mais de quinze mil associados dentre músicos, compositores, intérpretes, produtores fonográficos, editores e é hoje uma das duas maiores sociedades autorais brasileiras. Eu integro a diretoria da ABRAMUS, muito embora eu seja Advogado e Procurador do Município de São Paulo, mas eu integro a diretoria da ABRAMUS na qualidade de compositor. A diretoria da ABRAMUS é integrada por editores, produtores fonográficos, músicas e compositores, então eu represento a quota dos autores musicais, dos compositores. Então muito embora a minha sociedade represente-se também em outros segmentos da cadeia produtiva da música, mas eu me sinto aqui principalmente defendendo um lado da questão do direito autoral, que é eu acho o lado mais esquecido quando se fala de eventual mudança da lei ou discussão sobre a Lei Autoral, que é o lado do autor. No momento em que se fala de flexibilização da Lei Autoral, esse é um lado que tem sido esquecido. Muito se fala hoje em novas modalidades de licença, licenças autorais, e sempre quando se enfoca esse lado, o lado do autor acaba ficando em segundo plano. Então eu me sinto aqui hoje, a minha contribuição para esse debate, eu imagino, seja exatamente mostrar o lado do autor musical.

Eu vou falar brevemente sobre um pouco do papel da minha sociedade, que ela não se resume pura e simplesmente a integrar a Assembléia-Geral do ECAD. A ABRAMUS não é uma sociedade que vive exclusivamente da arrecadação e distribuição de obras musicais. Das sociedades que integram o ECAD ela é a única que hoje expandiu o seu leque para outras modalidades de arrecadação e distribuição de direito autoral. Hoje, por exemplo, ela é a sociedade que mais arrecada e distribuiu direito autoral dos chamados grandes direitos, que são os direitos autorais de teatro, os maiores autores teatrais brasileiros e seus sucessores, como os sucessores de Nelson Rodrigues, Plínio Marcos, Jorge Amado, são associados da ABRAMUS. A ABRAMUS também representa, juntamente com uma outra empresa chamada AUTVIS, representa os direitos autorais das obras visuais e também é a primeira sociedade autoral brasileira, já que a gente está centrando esse debate na questão do cinema, é a primeira sociedade autoral brasileira a se credenciar a utilizar o chamado Sistema ISAN, que é um Sistema de Identificação da Obra Audiovisual. Esse sistema foi criado internacionalmente. Assim como no meio fonográfico existe o ISRC, que é como se fosse o R.G. de cada fonograma musical, na obra audiovisual existe o Sistema ISAN, que é um código para identificar cada uma das obras audiovisuais, e a ABRAMUS é a primeira sociedade brasileira a conseguir trabalhar com o Sistema ISAN. Não que a ABRAMUS tenha a intenção, quero até deixar claro para os colegas da Mesa aqui que atuam na área do cinema, não que a ABRAMUS tenha a intenção de fazer a gestão coletiva do audiovisual, ela não tem essa pretensão. A única intenção dela é de fornecer esse instrumento para que quem for fazer a gestão coletiva possa usar essa identificação para poder pagar corretamente os direitos de todos os autores musicais envolvidos naquela obra.

Antes de entrar propriamente em alguns breves comentários que eu quero fazer sobre a questão da cobrança do audiovisual, eu queria chamar a atenção para uma situação que é pouco divulgada com relação à música brasileira, à sua execução e aos direitos autorais, que é a questão, a relação entre a música brasileira no exterior e a música brasileira aqui no país, da forma como que são arrecadados e distribuídos os direitos autorais relativos a essas obras. Existe um fato surpreendente que é o fato de que o Brasil é um dos poucos países do mundo no qual a música que é executada nas rádios e nas TVs é predominantemente nacional. Poucos países têm essa característica que o Brasil tem. Talvez os Estados Unidos, Inglaterra, alguns outros países da Europa, mas no Brasil, hoje, a música que toca no rádio é majoritariamente música

brasileira. É um fenômeno que não ocorria há trinta anos atrás, tivemos aí uma época em que só tocava muito mais música estrangeira, mas hoje a música brasileira é a que mais toca no Brasil. Por outro lado a música brasileira, sabemos, é uma das músicas com maior potencial de exportação, uma das músicas mais difundidas em alguns países importantes como o Japão, como os Estados Unidos, países da Europa. No Japão, por exemplo, onde figura a sociedade autoral que mais arrecada direitos, que é a JASRAC, o Brasil é o quarto país, a quarta música mais executada no Japão é a música brasileira. Então diante desses fatos há um fenômeno muito interessante que demonstra o seguinte: são dados que demonstram que os direitos autorais das músicas estrangeiras executadas no Brasil são sete vezes maiores do que os direitos das músicas brasileiras que as sociedades estrangeiras nos repassam. Nós temos números aqui de 2004 a 2006. Então uma proporção mais ou menos no seguinte: se considerarmos tudo que foi arrecadado dentre a música estrangeira que toca aqui, a música brasileira que toca aqui, a música estrangeira que as sociedades internacionais repassam para o Brasil, 84% desses valores são valores que o Brasil repassa para as sociedades estrangeiras e só recebe de volta cerca de 15%. Isso significa que há uma distorção muito grande, pois se o Brasil é o país que mais executa música nacional e se o Brasil é um país que tem uma repercussão internacional bastante forte, então isso justifica aí essa posição completamente desfavorável na balança para a música brasileira. Isso demonstra que as sociedades autorais brasileiras têm cumprido o seu papel de repassar para as sociedades internacionais a música que é executada no Brasil. Mas as sociedades internacionais não têm feito esse papel e isso tem sido cobrado da CISAC, que é o órgão internacional que representa as sociedades internacionais.

Mas eu não vou me alongar mais, eu só queria encerrar a minha fala fazendo alguns breves comentários sobre a questão que envolve a cobrança do direito autoral, principalmente em execução pública no cinema, que é algo que certamente aqui os meus colegas vão mostrar o outro lado da questão, mas eu queria já antecipar alguns breves tópicos, porque segundo a Lei Autoral brasileira, art. 86 da Lei Autoral brasileira, existe a previsão da cobrança pela execução pública nos cinemas. Então um percentual da bilheteria, que é fixado em 2,5%, tem sido descido ao ECAD para o pagamento aos compositores das obras musicais envolvidas nos filmes. Isso tem sido debatido pelos exibidores e pelas empresas e isso já há trinta anos que fomentou várias ações judiciais que foram analisadas até pelo STJ, por várias vezes, e em boa parte das vezes dando ganho

de causa ao ECAD. Então tem duas questões que eu queria colocar aqui brevemente com relação a essa discussão. Primeiro, com relação a esse percentual de 2,5% que se alega que seria um percentual elevado, eu só queria lembrar que em média de 47% a 50% do valor da bilheteria já eram pagos aos distribuidores a título de direitos autorais. Então se a gente considerar que esses direitos são repartidos entre distribuidores, produtores, diretores e não com os compositores, então a gente pode afirmar que seria razoável pagar 2,5% aos autores musicais. Essa é uma discussão que se coloca com relação a esse percentual. E uma outra questão também que é discutida nessas ações judiciais e obviamente vai ser colocada na Mesa, é com relação ao fato de que a maioria desses direitos seria repassado ao exterior porque a maioria dos filmes que é exibido no Brasil são filmes feitos no exterior. Então é óbvio que isso é uma questão que envolve o mercado brasileiro, porque se os filmes mostrados nos cinemas fossem majoritariamente nacionais esse percentual de bilheteria estaria sendo destinado aos compositores, aos autores musicais nacionais. Então eu só queria deixar esses dois breves comentários com relação a essa questão que certamente será desenvolvida aqui pelos meus colegas.

Eu agradeço muito ao convite e fico à disposição para maiores esclarecimentos. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Passamos a palavra ao Sr. Alexandre Annerberg, Presidente Executivo da Associação Brasileira de TV por Assinatura.

SR. ALEXANDRE ANNENBERG: Bem, mais uma vez obrigado pela presença, mais uma vez Senador Paulo Paim, Senador Virgínio de Carvalho, Senador Gerson Camata, que já há muitos anos acompanha de perto a nossa atividade de televisão por assinatura. A idéia que nos trás aqui é aquela de mostrar os problemas que existiram e que continuam existindo na relação entre os segmentos, o setor de televisão por assinatura e o ECAD, e a possibilidade de nós resolvermos esses problemas, que me parece que essa é a grande questão.

Então, como eu disse antes, eu vou passar rapidamente meia dúzia de slides. Podemos passar aí para o primeiro, por favor.

Falar rapidamente sobre quem são os associados da ABTA, a cadeia de valor da TV por assinatura, para que se posicione corretamente o quê que é o direito autoral no caso da televisão por assinatura, o faturamento bruto de televisão por assinatura, os gêneros e canais que nós apresentamos e essa oportunidade que existe com a entrada de novos operadores. Cada

um desses grandes itens constitui um único slide. Então os senhores não precisam ficar preocupados com uma longa exposição, absolutamente não se trata disso. Então vamos para o primeiro slide, por favor.

Esses são alguns, não todos os associados da ABTA, mas a característica mais importante que eu gostaria de ressaltar aqui é que a ABTA é formada por operadores de televisão por assinatura e como operadores nós chamamos os nomes que os senhores seguramente conhecem como NET, SKY, TVA, enfim, são as empresas que são a interface com o consumidor, aquelas que vendem, instalam a televisão por assinatura. Mas são associados também da ABTA programadores, que são os produtores de conteúdo. E aí nós temos a FOX, a CNN, a Globosat, Futura, Cultura, TNT, enfim, todos esses são também associados da ABTA, e alguns fornecedores especificamente também.

E eu chamo a atenção para o fato de que a ABTA é uma associação com essa constituição, ela já nasceu com o DNA da discórdia interna, porque não é fácil compatibilizar os interesses de todos esses associados, que muitas vezes são divergentes, que muitas vezes são antagônicos e, no entanto, a ABTA já foi completar agora vinte anos de existência e ela conseguiu se manter com uma homogeneidade e com uma representatividade em relação a todos esses setores porque a ABTA se preocupa em defender determinados princípios. As questões que são conflituosas, as questões que não sejam consensuais ou onde não haja uma maioria expressiva que determine uma posição da ABTA, elas não são enfrentadas.

E um dos itens que claramente sempre uniu os associados dentro da ABTA é justamente a questão dos direitos autorais, porque direito autoral, para um produtor de conteúdo e para um distribuidor de conteúdo, é um direito sagrado. Ninguém contesta a necessidade de remunerar o autor da obra audiovisual ou o autor da música, enfim, o autor daqueles que todos os autores têm direito à sua remuneração por força do seu trabalho e dos direitos autorais. Essa questão, portanto, da necessidade de remuneração do direito autoral é um ponto pacífico dentro da ABTA e que une todos os seus associados. Não há uma única divergência interna.

Vamos ver o próximo slide, que eu chamo slide da cadeia de valor, para a gente entender o seguinte: existe, em televisão por assinatura, um grande grupo que se dedica à produção de conteúdo. O quê que é produção de conteúdo? Que empresas produzem conteúdo? Estão ali elencados alguns exemplos: a Globosat, a FOX, Discovery, BBC, MTV, TV Câmara, TV Senado, são produtores de conteúdo, eles estão encaixados ali como produtores de conteúdo, e os pro-

dutores chamados independentes. Todos esses estão nesse elo da cadeia de valor.

Depois nós um segundo elo nessa cadeia que é o transporte dessa cadeia e o transporte efetuado por meio de redes de telecomunicações. Essas redes podem ser redes físicas, como a televisão a cabo, que é constituída por cabos coaxiais, fibras óticas e etc., ou podem ser redes sem fio, como o satélite, que a gente chama de DTH, as operações satelitais, tem também uma outra tecnologia, pouco conhecida, mas importante, que é a tecnologia de MMDS, é a tecnologia de transporte sem fio desses conteúdos. Então notem que são atividades completamente separadas e independentes a produção e o transporte.

E a terceira atividade mais significativa e aquela que é mais visível para o mercado, que é mais visível para o público, é justamente a atividade da distribuição desse conteúdo. São as empresas conhecidas, a NET, a SKY, TVA, via cabo, ITE-S/A(F), enfim, essas são as empresas que têm contato com o mercado, tem a responsabilidade da venda desse produto, tem a responsabilidade da instalação, tem a responsabilidade da manutenção desse produto e a relação, portanto, com o consumidor se dá neste último elo da cadeia. Mas eu chamo de novo a atenção para mostrar que são três grupos de atividades muito diferentes uma da outra e que, portanto, exigem abordagens diferentes, seja do ponto de vista de regulação, seja do ponto de vista de legislação. Em cada um desses elos da cadeia de valor valem conceitos regulatórios e legislativos diferentes. O que rege a produção não é a mesma coisa dos regulamentos que regem o transporte e não devem ser a mesma coisa que rege a distribuição. Isso é de uma importância grande porque nós estamos discutindo agora em várias outras sedes dentro do Legislativo, tanto na Câmara, quanto no Senado, vários Projetos de Lei e alguns deles misturam um pouco esses conceitos. Por isso eu achei importante a gente resgatar a visão da necessidade de haver leis e regulamentos específicos para cada um dos elos dessa cadeia. É verdade que uma empresa pode ser absolutamente vertical e pode executar essas três operações se for o caso, ou uma delas ou duas delas, não importa, mas o importante é que funcionalmente se entenda que são funções diferentes.

Vamos para o próximo slide. Isso posto, qual é o faturamento de uma atividade de televisão por assinatura? Esse faturamento é dividido em vários segmentos. A parte mais visível do faturamento é aquela que nós chamamos ali de mensalidade, quer dizer, 59% é devido ao faturamento do conteúdo, é a mensalidade que o consumidor paga. Nesses 59%, entenda-se, estão incluídos os impostos também, estão todos aí nesses

59%. Mas, além disso, o consumidor paga também os serviços de telecomunicações, que são os serviços de levar o sinal, são os serviços de manutenção da rede, são serviços de instalação e assim por diante; ele paga uma taxa de adesão que corresponde a 1% do faturamento; ele paga também outros serviços como pay-per-view; a banda larga que corresponde hoje a 15% do faturamento das empresas de televisão por assinatura e outros faturamentos que têm a ver com a venda da revista serviços e assistência técnica, canal local. Muitos operadores possuem seus canais locais e isso tem também um custo importante e uma receita importante, ou seja, a receita global da televisão por assinatura é segmentada por um leque muito diferente de atividades como os senhores podem notar aí, é muito evidente. A TV por assinatura não é uma atividade que só faz entregar e vender conteúdo. Ela tem toda essa infra-estrutura com os seus respectivos custos e com os seus respectivos faturamentos.

Qual é a importância de nós entendermos isso? Vamos para um próximo slide. Nos Estados Unidos, eu peguei aqui o exemplo de como é que nos Estados Unidos é tratada a questão de direitos autorais em cima de televisão por assinatura. Existem nos Estados Unidos duas grandes Associações: uma se chama ASCAP e a outra se chama BMI. E eu tomei aqui só como exemplo ilustrativo, no primeiro quadrinho lá em cima vocês vêem que o padrão ASCAP estabelece alíquotas para canais de música, aqueles canais que exibem preponderantemente música, uma alíquota de 1,75%; para canais que são variedades, que é aquele último lá da lista, estabelecem 0,84%; e há canais intermediários, cuja descrição vocês podem ver lá embaixo, canais que nós chamamos de audiovisuais, são os canais de filmes, de desenhos animados, de séries e etc., se estabeleceu 0,37%; há canais que se dedicam exclusivamente a jornalismo, a esportes, que têm muito pouco de música evidentemente embutida no canal, e se estabelece, a ASCAP estabelece uma alíquota de 0,1375%. Aí nós temos várias formas de entender como é que funciona nos Estados Unidos. Eu peguei num outro quadrinho, se nós fizéssemos a média aritmética entre o que cobra uma BMI e entre o que cobra uma ASCAP, nós teríamos aqueles valores que estão ali expostos. Para canais exclusivamente de música nos Estados Unidos pagam 1,025% a título de direitos autorais. Canais de audiovisuais, que são os filmes, são aqueles outros valores, canais só de jornalismo têm outros valores e variedades têm outros valores. Não vamos descer aqui à questão dos valores em si. O que eu quero mostrar é que conceitualmente, dependendo do tipo de canal, a cobrança de direito autoral é diferente. E nós podíamos também fazer

um outro raciocínio. Somando, ao invés de ir tomando a média desses dois arrecadadores, vamos somar, vamos supor que um exibidor seja afiliado a ambas as Associações. Somando as alíquotas de ambas nós temos no máximo valores como 2% para canais apenas de música, 0,6% para canais audiovisuais e assim por diante.

Qual é o conceito que na verdade eu quero mostrar aqui? Eu não quero me deter aos valores em si. O conceito principal que me parece que nós devemos ter presentes é que não se pode estabelecer um único valor sobre o faturamento global da televisão por assinatura. E esse é o grande pomo de discórdia que faz com que há vinte anos que existe TV por assinatura no país, um pouco menos na verdade, mas nunca se conseguiu entrar em acordo com o ECAD sobre o valor a ser cobrado. Por quê? Porque a exigência do ECAD sempre foi a cobrança de 2,5% sobre o fundamento global da TV por assinatura.

Nós vimos no slide anterior que o faturamento global de televisão por assinatura é dado por uma série de atividades que não tem nada a ver com direito autoral, onde não entra de forma nenhuma exibição de música, não tem nada a ver. Apenas uma parte do faturamento, é uma parte importante, é verdade, mas apenas uma parte do faturamento de televisão por assinatura tem a ver sim com o direito autoral. E mesmo nessa parte de faturamento não são todos os canais que têm a mesma [soa a campainha], digamos, a mesma concentração de direito autoral.

Um próximo slide, que é praticamente o penúltimo slide, mostra como nós temos, numa grade de canais comum, nós temos canais só de filmes, estão elencados ali, canais só de notícias, canais políticos, por exemplo, como TV Câmara, TV Senado, canais de música e variedades, canais de esportes, canais chamados de cultura, enfim, há tipos e grupos de canais completamente diferentes e, portanto, com cargas de música embutida completamente diferentes.

Nosso pleito, portanto, com o ECAD, é justamente a criação de uma sistemática que obedeça a essa lógica. Como isso nunca aconteceu, infelizmente ao longo de todos esses anos, vários operadores de TV por assinatura acabaram contestando o direito do ECAD de cobrar direitos autorais porque julgaram que da forma como era imposta uma taxa única, isso era absolutamente ilógico, inaceitável e não tem nenhuma relação com o valor embutido. Então vários operadores de TV por assinatura foram à justiça, há inúmeras ações na justiça de operadores de TV por assinatura contra o ECAD. Alguns outros operadores foram por uma via diferente, chegaram a um certo acordo com o ECAD para se estabelecer um valor único. Essa solu-

ção durou pouco tempo, durou na verdade um contrato que acabou, durou três anos ou quatro anos se não me engano, e esse contrato nunca conseguiu ser renovado, porque na renovação do contrato o ECAD de novo veio com a exigência da cobrança de 2,5% sobre o faturamento global. 2,55%, porque sobre 2,25% ainda incide mais um adicional, que no total dá 2,55%. A gente fala 2,5% para simplificar, mas é 2,55%. E isso é absolutamente inaceitável, evidentemente.

Essas são as questões fundamentais que nós temos em relação ao ECAD. E nós, recentemente, muito recentemente, eu estou falando de quinze dias atrás, tivemos, pela primeira vez, uma reunião da ABTA – Associação Brasileira de TV por Assinatura com o ECAD. Até hoje todas as negociações tinham sido do ECAD com cada operadora, e das quase duzentas operadoras que temos no país, nenhuma hoje paga o ECAD. E não é que não paga porque não quer. Não paga porque não pode, porque não se conseguiu estabelecer uma metodologia de pagamento que tivesse lógica, que fosse viável, porque, como eu disse no início, nós consideramos o direito autoral um direito sagrado, ele não pode ser de maneira nenhuma evitado ou contornado, não há interesse da televisão por assinatura nisso. O nosso interesse é simplesmente estabelecer um critério de cobrança justo e lógico.

E principalmente, vamos agora só para o último slide para chamar a atenção para um fenômeno que está ocorrendo e que é da maior importância. Nós estamos num momento em que a TV por assinatura está às vésperas de um grande salto e de um grande aumento de penetração no Brasil inteiro graças à entrada de novos **players**. A Telefônica, semana passada, anunciou que já tem duzentos e oitenta e um mil assinantes de TV por assinatura. A Embratel está entrando, acabou de receber uma licença de DTH – DTH é a televisão por satélite, o **Direct To Home**. A própria Telefônica tem também uma operação via satélite, ou seja, este é um mercado que está prestes a aumentar consideravelmente. E se nós continuarmos não tendo uma clareza e princípios absolutamente consensados e aceitos por todos em termos de direitos autorais, o tamanho do buraco e o tamanho da confusão daqui para frente vai ser realmente muito grande com a entrada de todos esses novos **players** que, como empresas, têm músculos muito mais robustos, muito mais fortes do que todas as empresas de televisão por assinatura reunidas. A gente sabe que as TELES faturam cerca de cem bilhões de reais por ano. Nós, TV por assinatura, faturamos seis bilhões de reais por ano, ou seja, há uma diferença astronômica, monumental, e a entrada desses **players** exige, sem dúvida nenhuma, uma calabresa que hoje não existe.

Essa primeira reunião que tivemos acerca de quinze dias mostrou uma luz no fim do túnel. E nós da ABTA contamos em que quem sabe a partir de agora se consiga chegar a uma solução equânime, adequada, em respeito aos produtores, em respeito aos autores musicais, etc. e etc.

Era esse o recado que eu tinha para passar e fico aqui a disposição. Muito obrigado.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES

(PSDB-AP): Agradeço ao Sr. Presidente Executivo da Associação Brasileira de TV, Sr. Alexandre Annerberg. Passo a palavra ao Sr. Ícaro Martins, Presidente da Associação Paulista de Cineastas.

SR. ÍCARO MARTINS: Senador Papaléo Paes, outros Senadores aqui presentes. A APACI é a Associação Paulista de Cineastas e então, portanto, eu vou me restringir à discussão da questão específica do cinema que nos afeta mais diretamente, embora nós também tenhamos as obras audiovisuais cinematográficas que também circulam nas TVs.

Eu tinha preparado uma explanação maior, um histórico todo que a APACI fez, mas eu vou me concentrar na pauta, que é a questão da atuação do ECAD na questão dos direitos autorais de obras cinematográficas.

Bom, eu posso dizer que graças à atuação do ECAD, se existe um ponto na área de cinema, se existe um ponto em comum que une produtores, exibidores, diretores e roteiristas, é ser contra a forma como o ECAD tem atuado. Ele tem tido uma atuação absolutamente de certa forma nefasta e predatória do mercado. O que acontece? Outras pessoas vão falar um pouco melhor sobre isso, mas como nunca houve uma regulamentação específica da Lei de Direitos Autorais, o ECAD há cerca de duas décadas atrás fez um acordo com os principais grupos exibidores daquela época que devido à inflação altíssima daquela época eles chegaram a esse tal famoso acordo que também é 2,5% da renda bruta das salas de cinema. Entretanto, terminado o período inflacionário, esse número passou a representar muito. O ECAD recusou-se a qualquer... tem se recusado peremptoriamente a qualquer nova forma de negociação. Em função disso vários exibidores deixaram de pagar, grandes causas na justiça, polêmicas e tal. Na verdade atualmente um único grande grupo, que é o remanescente dos que haviam assinado o acordo, está sendo obrigado a pagar judicialmente e os outros não pagam.

Agora para se ter uma idéia de quão abusiva é essa cobrança feita no ECAD, considerando-se que ela se destina, no caso, ela é feita em nome de um único setor de autores, ou seja, do setor musical, 2,5% seria

uma taxa para lá de bom em qualquer outro país do mundo dividindo-se entre todos os autores, incluindo-se aí roteiristas, diretores e direitos conexos.

Outra coisa, por exemplo, esses 2,5% da renda bruta significam, na prática, cerca de 10% da parte de produtor na receita de um filme, sendo que dessa parte ainda são descontados todos os cursos(F) de comercialização. Entenda-se aqui que o produtor, quando eu estou falando, não é unicamente o produtor do filme, mas todos os investidores, todas as pessoas que investiram naquele filme em direitos patrimoniais, que podem ser diretores, autores, técnicos, fornecedores, além de eventuais investidores, ou seja, que investiram naquela obra audiovisual.

E a posição que o ECAD tem tido é falar assim: não, esses 2,5% são direito adquirido nosso. Se vocês quiserem, a gente apóia que vocês tenham 2,5% também, os roteiristas também 2,5% e assim vai a coisa. Agora além da desproporcionalidade ser evidente, porque isso tornaria uma taxa de 7,5%, que é o que estão propondo, ou mesmo de 5%, tornaria completamente inviável a atividade, sendo que nós já temos tido um grande problema de evasão de renda devido ao custo do ingresso. O que acontece? Não se pode considerar um direito adquirido uma coisa que é permanentemente contestada, ainda mais quando essa contestação não se restringe aos exibidores, mas ela inclui também todos os realizadores, a maioria dos roteiristas, ou seja, autores também.

Em suma o que acontece é o seguinte. Além disso, que métodos têm usado o ECAD, que é uma outra coisa que tem criado enormes problemas? No início de 2006 alguns representantes do ECAD se aproximaram de um pequeno número de cineastas, assim realmente uma minoria, uma coisa de meia dúzia, dez pessoas esparsas, convenceram eles a tentar fundar uma sociedade de gestão de direitos autorais audiovisuais que repassaria a arrecadação para o ECAD. Eles fizeram um Estatuto completamente absurdo, que era uma questão onde a diretoria controlava absolutamente tudo.

Eu queria mostrar – você pode ir para o Capítulo Terceiro -, eu vou destacar só duas cláusulas para vocês terem uma idéia. É esse pedaço que está em vermelho, com letra maior. Vai mais para frente um pouco, art. 6º, onde existiam, por exemplo, as seguintes categorias de associados: fundadores, os efetivos, que são aqueles que arrecadaram no ano anterior, e os administrados, os que, digamos, não tivessem atingido um certo percentual de arrecadação.

Vai para o art. 75, por favor, lá no fundo também em vermelho. Eu estou só destacando dois pontos. “Art. 70 – Os associados fundadores terão direito a vinte votos das deliberações da assembléia geral”.

Esse é o tipo de Estatuto que eles estavam propondo. Nós imediatamente, quando isso me foi repassado, eu falei: “Espera lá, vamos discutir isso”. E como esses, digamos, têm vários outros pontos mais ou menos no mesmo sentido. Nós tentamos negociar, eles falaram: “Não, absolutamente nós estamos registrando isso no CISAC”. A CISAC é a Confederação Internacional de Sociedades de Autores e Compositores. E a idéia, o plano deles era conseguirem um registro internacional para aí chegarem aqui no Brasil e se arrogarem como representantes, digamos, legítimos representantes para fazer a arrecadação. E não teve conversa sobre isso. Isso fez com que a APACI enviasse uma carta diretamente ao CISAC alertando que essa questão era uma questão extremamente polêmica, que nós achávamos que precisava de uma reestruturação da Lei de Direitos Autorais aqui e a partir daí a APACI e a ABRACI, que é a Associação Brasileira, que é a carioca, que representa os realizadores do Rio de Janeiro, nós nos juntamos para passar a atuar conjuntamente nessa questão de direitos autorais. Fizemos um abaixo-assinado com mais de oitenta assinaturas que nós entregamos ao Ministro Gilberto Gil onde os diretores de cinema do Brasil pediram ao Ministério da Cultura que nos apoiasse num movimento de revisão da legislação brasileira de direitos autorais.

Da maneira como está a legislação e com a forma que permite o tipo de atuação que o ECAD tem feito, principalmente depois que foi extinto o Conselho Nacional de Direitos Autorais também, é completamente inviável que os diretores e roteiristas, que são os principais autores das obras cinematográficas, venham algum dia a receber alguma coisa.

Por isso eu queria fazer esse apelo aos Srs. Senadores que nos apoiem, nós estamos formulando e estamos inclusive chamando os exibidores para negociar junto, para fazer um projeto que reveja a Lei de Direitos Autorais brasileira. Nós consideramos um absurdo num país, por exemplo, onde não existem mais monopólios, nem a Petrobrás que é uma empresa pública hoje tem mais o monopólio da exploração comercial do petróleo, da exploração total do petróleo, e o ECAD tem esse direito. Ele tem tentado seguidamente intervir no processo da arrecadação dos direitos de diretores e roteiristas. Eu me surpreendi com o representante da ABRAMUS que falou que eles não têm pretensão de gerir os direitos audiovisuais, porque há cerca de um mês atrás eu fui num encontro em São Paulo onde justamente a ABRAMUS, junto com o lançamento do Código ABRISAN estava se lançando, se disponibilizando como arrecadadora dos direitos de diretores e roteiristas, me chamaram, estavam cha-

mando as pessoas, começaram inclusive a contatar diretores nesse sentido.

Então, assim, ou nós modificamos urgentemente a legislação ou ficará cada vez mais difícil para os diretores e roteiristas virem a receber alguma coisa. Nós estamos com o apoio do Ministério da Cultura, nós juntamos os roteiristas, os diretores, foram feitos alguns seminários abertos. Estamos começando as negociações, já fizemos alguns contatos preliminares também com exibidores e distribuidores. E nós achamos que uma Lei, nós precisamos de um marco legal que cabe com essa quantidade enorme de ações judiciais que existem.

De certa maneira, claro que esse não foi o único fator, mas todos os outros circuitos de exibição antigos que existiam, que haviam firmado o acordo já fecharam, brasileiros. Os grandes circuitos que estão em atividade hoje em dia são circuitos internacionais que não assinaram, como eles não assinaram aquele acordo com o ECAD, eles têm ganho as causas. Então nós estamos numa situação, assim, que está beirando ao caos. Um dos fatores que nós consideramos de entrave para o crescimento do parque exibidor nacional é essa eterna pendência, porque qualquer um que vá abrir uma sala de cinema, qualquer circuito, pode se preparar para começar a enfrentar uma bateria de ações judiciais.

Então ou nós chegamos num acordo dentro do Congresso e fazemos uma legislação que seja coerente, que seja racional, que distribua os direitos autorais de fato entre todos os autores de uma obra cinematográfica, ou nós vamos continuar com um setor, e na verdade não é nem um setor, é uma entidade de arrecadação se privilegiando e ganhando em nome dos autores e distribuindo direitos conexos e distribuindo outras formas de direitos. Na verdade, assim, quem tem menos têm recebido os direitos autorais, no caso do cinema, são os diretores, são os roteiristas, que são universalmente considerados os principais autores de uma obra.

É isso que eu queria falar, muito obrigado.
[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Agradeço ao Sr. Ícaro Martins, Presidente da Associação Paulista de Cineastas. Quero lembrar que a finalidade das nossas Audiências aqui, que é a segunda série já, a segunda Audiência Pública que nós temos, é exatamente ouvirmos todos os envolvidos nessa questão importante que é direitos autorais nas áreas de cinema e música para fazermos uma legislação mais moderna, modernizarmos a legislação, e que todas essas informações que os senhores nos trazem aqui são informações que nós deixamos

registradas aí para ser discutidas por nós. Mas, logicamente, nós não vamos impor nada. Nós queremos sempre, como estamos abertos sempre ao diálogo, às discussões, nós estamos aqui exatamente para pegar essas informações, levarmos para uma lei moderna, atual, que está muito ultrapassada mesmo, e discutirmos também as nossas propostas com os senhores, com essas instituições extremamente importantes para a cultura do nosso Brasil. Muito obrigado ao Dr. Ícaro. Eu passo a palavra ao professor da PUC-SP, Especialista nas áreas de Propriedade Intelectual, Audiovisual e Comunicação Social, Professor Marcos Alberto Sant'Anna Bitelli.

SR. MARCOS ALBERTO SANT'ANNA BITELLI:

Senador Papaléo Paes, na pessoa de V. Ex^a. cumprimento os demais Senadores e os presentes. Eu, antes de mais nada, vou poupar os senhores de ler os dez primeiros slides porque são repetições da lei e eu já gostaria de ir direto ao tema. Por não representar ninguém eu me sinto à vontade de poder eu acho que ir direto à ferida. Eu acho que as Associações aqui presentes todas estão muito bem-comportadas no sentido de não procurar ferir suscetibilidades, mas eu acho que nós temos questões sérias dentro da legislação brasileira de direito autoral.

A primeira questão é que isso aqui é um choque de dois mundos, Senador. Por que de dois mundos? Porque a legislação autoral brasileira foi escrita para a música e hoje o mundo é audiovisual. Então o que acontece? Quando o ECAD inventou que 2,5% de remuneração era razoável, ele pensava nas rádios. As rádios difusoras não compram conteúdos, as rádios difusoras recebem os conteúdos gratuitamente e elas pagam 2,5% e ponto, ou seja, 2,5% é o único direito autoral que elas pagam.

O mundo audiovisual tem uma realidade totalmente diferente. Então o cinema, 50% do faturamento de um cinema bruto é direito autoral. A televisão por assinatura, 34% do faturamento é direito autoral. A televisão aberta, muitas vezes pode chegar a 80% dependendo do custo de programação que tem uma televisão e não é à toa que uma TV Globo está em juízo brigando com o ECAD justamente porque o ECAD cobra 2,5% do faturamento bruto da TV Globo. O Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro já deu uma sentença favorável à TV Globo no sentido de que faturamento bruto não é base de cálculo para cobrança de direito autoral.

Então onde deu essa confusão toda? Essa confusão toda deu quando o Congresso Nacional instalou uma CPI, chamada CPI do ECAD, eu não sei se os senhores acompanharam isso, isso lá atrás, a CPI do ECAD foi de um resultado pavoroso para o ECAD, a gente achou que dali para frente alguma coisa muito

séria ia acontecer, e na verdade o tempo se passou até que o PST entrou com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade contra o monopólio do ECAD dado pela Lei 9.610. E para surpresa do mundo jurídico, esse caso, quando estava sendo votado pelo Supremo, estava um a zero pela declaração de inconstitucionalidade, foi pedido vista do processo e, de repente, num voto que para a comunidade jurídica assusta, é o único monopólio constitucionalmente aceito pelo Supremo Tribunal Federal. Então é um monopólio aceito por uma decisão de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade. Isso é uma coisa assustadora pelo que eu vou mostrar em seguida para V. Ex^{as}. O próximo slide, por favor.

O ECAD, na verdade, se o senhor perguntar para 90% das pessoas, eles pensam que é um Departamento do Tribunal de Impostos e Taxas, que é da Receita Federal. Na verdade o ECAD é uma associação civil como qualquer associação, como a APACI aqui ou como a ABRAMUS. Só que como ele recebeu esse monopólio constitucional por uma má técnica da Lei 9.610 e por uma interpretação, digamos, atípica do Supremo Tribunal Federal, o ECAD é formado pelas associações efetivas ABRAMUS, AMAR, SBACEM e SICAM – a ABRAMUS está aqui, e essas associações – o próximo slide, por favor – também, dentro do ECAD, tem uma outra categoria que é totalmente ilegal, segundo o Código Civil, porque tem sócio de primeira classe e sócio de segunda classe; o sócio de segunda classe são as associações administradas. O próximo slide, por favor.

Qual é o objetivo do ECAD? O ECAD, o que ele arrecada, 18,75% vai para o caixa dele, 6,25% vai para as associações que ele representa e 75%, em tese, teria que ir para o autor, mas na prática não é assim porque ainda tem que dividir 1/3 para o autoral e 2/3 para conexo, aqueles conexos vão para as gravadoras, 2/3 vão para o autoral, que passa para a editora, que fica com mais 20%, então no final isso é uma máquina de intermediação. Se o senhor for compositor, no final, se ficar com 27%, é muito. O próximo slide, por favor.

Este exemplo que o meu amigo Ícaro deu da APACI, o ECAD já pratica uma situação que é digna de ser levada ao CADE, porque no Estatuto do ECAD ele diz que para ser sócio administrado, ou seja, sócio de segunda classe, o senhor tem que representar 10% do repertório que faz parte do ECAD. O próximo slide, por favor.

Agora, para ser sócio efetivo, o senhor tem que representar 20% do repertório de música. Então se eles têm seis sócios efetivos, eles representam 120% do repertório, não é? Mas como têm mais quatro sócios administrados, então 120% mais 30% são 160%, e isso, na verdade, é uma barreira de entrada incons-

titucional para que qualquer associação possa entrar sócia do ECAD. Agora eu vou dizer uma coisa mais grave para os senhores. O próximo slide.

A participação na assembléia geral só é permitida aos sócios efetivos, ou seja, é a única associação no Brasil, contrariando o Código Civil brilhantemente votado nessa Casa, que proibiu discriminação de direitos de sócios minoritários, que o sócio não efetivo não pode sequer exercer direito de fiscalização e, veja, não pode ter acesso a documento e nem às dependências sociais do ECAD, só pode entrar lá se for convidado. E ele é sócio. O próximo slide, por favor.

O patrimônio líquido do ECAD pertence só às associações efetivas. As associações administradas não possuem qualquer direito sobre o patrimônio social. O próximo slide, por favor, que nós vamos chegar no mais grave.

As assembléias gerais é o órgão supremo do ECAD, que na verdade são duas pessoas que votam, porque as decisões são tomadas perante as associações presentes e a contagem dos votos é de acordo com a proporção do dinheiro que distribui, ou seja, quando mais distribui dinheiro mais aquela pessoa passa a ter direito a voto. O próximo, por favor.

Olha lá. Cada associação terá um número de votos proporcional ou quantitativo dos direitos autorais, ou seja, é uma estrutura concentradora. Quanto mais o senhor for juntando gente que tem poder econômico e tiver repertório, mais essas pessoas têm direito a voto, e também não adianta querer mudar de time, que se mudar de time fica um ano de castigo até poder votar com os outros. O próximo, por favor.

Aí é que vem a coisa mais bonita. Todo mundo pergunta: de onde que vem esses 2,5%, que é esse número cabalístico? Da cabala não é. Uma vez na Câmara dos Deputados o representante do ECAD, depondo também na CPI, disse que: “Ora, se a igreja cobra o dízimo de 10%, por que nós não podemos cobrar 2,5%?” Quem que disse que o dízimo em 10%? Eu acho que realmente é um critério de ponderação razoável. Compete à assembléia geral aprovar os sistemas, critérios e planos de arrecadação e distribuição dos direitos autorais de sua competência, ou seja, quem é a assembléia geral? São as seis associações administradas, só que duas das seis associações administradas, duas graças à ABRAMUS, porque antigamente era uma, duas das agências administradas é que têm mais de 50% dos votos. Conseqüentemente duas pessoas, duas efetivas, duas pessoas definem o valor de cobrança de toda indústria que se utiliza de música. Detalhe: o audiovisual ali não se utiliza de música, ele se utiliza de audiovisual e a música está lá embarcada, que é outro problema, que na verdade

quem paga o audiovisual, que é o Annenberg, a sala de cinema, ele não tem como tirar a música do filme porque não foi ele que fez o filme. E quem fez o filme já comprou a música, não é, ainda que o músico tenha direito a receber alguma coisa, que é o segundo direito, que é o direito da comunicação pública da obra dele embarcada, ele não pode tirar a música do filme e conseqüentemente esse é o típico caso de essential facilities do direito da concorrência. Por que é que é essential facilities? Porque eu não tenho como tirar aquele conteúdo da música e o fornecedor é um fornecedor monopolista, que estabelece o preço unilateralmente sem fiscalização, porque o Presidente Collor extinguiu o Conselho Nacional do Direito Autoral que fiscalizava o ECAD. Então o cinema tem a ANCINE, a televisão por assinatura tem ANCINE e a ANATEL como agência reguladora e o ECAD tem as associações efetivas monopolistas, ou seja, para os senhores entrarem sócios do ECAD, os senhores têm que conseguir 20% do repertório e aí o senhor vai para o CADE, porque isso é um ato de concentração, porque acima de 20% deveria estar submetida à Lei 8.884, de fornecimento. O próximo slide, por favor.

No Rio de Janeiro o Ministério Público do Rio de Janeiro entrou com uma Ação Civil Pública contra o ECAD porque o ECAD, inclusive, está se apropriando, após seis meses da arrecadação, do dinheiro das pessoas que ele diz que não conhece. E o Ministério Público falou: “Mas escuta, se você não conhece, por que é que depois de seis meses você se apropria, se o prazo da prescrição dos direitos não é seis meses?” “Ué, porque a nossa assembléia é soberana e assim decidiu”. Aí tem uma Ação Civil Pública para isso. O próximo slide, por favor.

A TV Globo, não contente então o ECAD de pressionar os pequenos, agora ele já está grande, porque fatura trezentos milhões por ano, então ele entrou com uma ação pela TV Globo, e ele sempre entra com a ação com pedido de lacre, subindo lá no Sumaré para tirar a antena da TV Globo do ar. E os Juízes quando vão analisar a lei, e este é o problema, Senador, a lei na verdade parece que dá até esse direito, porque a lei fala de música. A obra audiovisual não é música, mas o ECAD, quando faz a interpretação da sistemática, e por isso que eu coloquei do slide 1 ao 10 a transcrição grifada dos artigos, se o senhor analisar sistematicamente o senhor vai chegar à conclusão: “Não, tem que parar mesmo, porque não pediu autorização”. Mas como não pediu autorização? A autorização está dada pelo compositor no momento que cedeu os direitos para inserção. O que falta talvez é um pagamento. Agora o pagamento não gera direito nem à interrupção, porque é contraditório, eles querem receber, mas querem ti-

rar o cinema do ar. Mas se tirar do ar não vai receber mesmo. Então este pagamento não se confunde com a autorização que já está dada. Pior. Não contente com isso, pela falta de pagamento, eles usam erradamente o Código Penal. Então existem várias queixas-crimes contra o Presidente da SKY, Presidente da NET, contra o dono do Grupo Severiano Ribeiro, queixa-crime por violação de direito autoral pelo não pagamento. Então no Brasil, contrariando o Pacto de San José da Costa Rica, nós teremos outro tipo de prisão civil agora, que é prisão civil por não pagar o ECAD. O próximo slide, por favor.

Os cinemas, isso daqui eu acho que o Presidente da Federação já apresentou para os senhores, que também tem um contencioso gigante. O próximo.

Eles processam as Prefeituras todas, nas festas municipais, festas folclóricas e etc. Então vários Tribunais já estão tendo que defender as Prefeituras das festas folclóricas. O próximo.

E o ECAD, na verdade, tem parâmetros distintos, porque com uns ele negocia e com outros eles não negocia. O Annerberg estava até feliz que teve uma reunião lá sexta-feira, eu falo assim: “Não fosse a Comissão marcar essa reunião, certamente você não teria sido convidado”, porque desde outubro você está tentando essa agenda lá. Porque o objetivo não é fazer reunião. O objetivo é, desculpa a expressão, por no pau, por na justiça, porque isso é uma máquina de Judiciário, é uma máquina de cobrança porque inclusive você tem mais de setecentos Advogados do outro lado lá para advogar. O próximo slide, por favor.

Aqui é um exemplo, por exemplo, do acordo que eles têm com a ABERT, que eles conseguem um desconto, mas, de novo, isso vale para a rádio, porque os grandes grupos de radiodifusão nunca pagaram 2,5%. O próximo [soa a campainha].

O quê que querem as televisões por assinatura? As televisões por assinatura são cento e setenta e sete operadoras no Brasil, nenhuma paga direito autoral. Dois mil cinemas no Brasil, só o Grupo Severiano Ribeiro está pagando por uma condenação judicial. Das televisões abertas, a TV Globo está em litígio. A TV Abril da MTV está em litígio. Então eu até pergunto: “Será que está todo mundo na contramão? Será que não tem alguma coisa errada? Por que é que todos estariam brigando na justiça?” Então o que Annerberg explicou é justamente aquilo que nunca foi feito com nenhum setor. Não foi feito com a exibição, não foi feito com a televisão por assinatura e não foi feito no rádio difusor: discutir critérios de ponderação e razoabilidade para o exercício do direito. E mais, que seja criado um controle externo como existia no passado para que se possa arbitrar, para que se possa

fiscalizar, no interesse inclusive dos próprios compositores, porque é uma falácia dizer que os agentes de comunicação são mal pagadores de direito autoral, porque direito autoral não é música, direito autoral é tudo. Então existe uma confusão entre música e direito autoral propositalmente, tanto é que fala: “Você pagou o direito autoral?” “Mas o que é que é o direito autoral?” “É música”. Não, direito autoral não é música, direito autoral é qualquer obra que seja protegida: obra audiovisual, fotográfica, plástica e etc. Eles fazem uma confusão que acaba tumultuando toda essa situação e dizendo que não precisam negociar por quê? Porque como o direito autoral, pela nossa Constituição, é um direito exclusivo, é o *ius abutendi*, é um juízo absoluto, eles exercem o direito como se o autor fosse. Então eles fazem ações judiciais contra uma TV Globo, por exemplo, para tirar ela do ar, como se a TV Globo tivesse feito uma pirataria de uma obra, ou seja, o art. 105 não é para outra coisa que não seja uma exibição(F) desautorizada. Alguém vai me dizer que a TV Globo está desautorizada a fazer sua exibição? Quer dizer, o Ministério das Comunicações autoriza, a ANATEL fiscaliza, o titular do conteúdo cede os direitos, o diretor cede os direitos, o músico cede os direitos, mas o ECAD não cede. E mais, se ele tiver esse direito absoluto, ele pode dizer: “Olha, eu quero 20%; eu quero 15%”. Então esse direito absoluto tem que ser regrado pela lei e o Ministro do STJ uma vez me disse o seguinte: “O seu discurso, Professor, é muito lindo, mas o senhor está no fórum errado, porque o Judiciário não faz lei. O senhor tem que ir na Casa das Leis”. Então é aonde eu venho, porque como acadêmico e quem milita nessa área, não há mais solução para esse conflito que não seja a criação de um agente ponderador e a criação de uma legislação que estabeleça critérios diferentes para o setor do audiovisual como um todo. Isso vale para a EPTV, isso vale para... O ECAD quer cobrar agora de Internet, download, extreming, e agora não é mais 2,5%. O senhor sabe quanto é, Senador? É 9%, 9%. Sabe por quê? Porque eles falam: “Internet não gasta dinheiro, é tudo eletrônico, não precisa fazer cópia. Então é 9%”. “Por que é que é 9%?” “Ah, porque é 9%”. “Download?” “Download também tem que fazer”. “Por quê?” “Porque o download transmite”. “Mas como, o download não transmite, download é um modelo de fazer cópia sem ter que fazer a cópia física; download é direito de reprodução, não é direito de comunicação”. “Não, mas a lei fala que é comunicação por qualquer meio, processo, fio ou fibra ótica. Se o conteúdo chegou na sua casa pelo cabo da NET, logo é direito autoral”. Quer dizer, é uma coisa que a gente realmente precisa fazer a adequação da lei. Faz favor, o próximo.

Esses são um dos exemplos, por exemplo, que o Judiciário acabou intervindo no caso dos hotéis, porque os hotéis sofriam forte ações do ECAD e o Judiciário acabou intervindo e falou: “Olha, eu preciso fazer uma redução, porque vocês não podem pagar direito autoral sobre quarto fechado”. O próximo.

O caso dos hotéis de novo, que houve uma ponderação. O próximo.

Aqui os paradigmas internacionais do maior mercado do mundo. E aí, só para explicar o que o meu colega da ABRAMUS falou, realmente no que ele disse seria verdade, mas na televisão por assinatura e no cinema é totalmente invertido, ou seja, os direitos autorais das músicas na televisão por assinatura e no cinema são preponderantemente internacionais. Então essa guerra toda, na verdade, para o rádio, realmente, a rádio sonora é predominantemente de música brasileira, mas o conteúdo audiovisual é predominantemente de música estrangeira. A gente até pode mudar, mas teria que mudar a participação do filme brasileiro primeiro, ou seja, a gente tem que incentivar a indústria do audiovisual primeiro porque aí automaticamente a música brasileira estaria sendo mais executada. E essa é a prova, quer dizer, dos Estados Unidos vem uma merreca – desculpa a expressão – para o Brasil e o Brasil lutando para pegar esse dinheiro do cinema brasileiro e da televisão brasileira para remeter para o exterior através dos contratos de reciprocidade que as associações do ECAD têm com a ASCAP e com a BMI. E o interessante é o seguinte: esses contratos de reciprocidade, se os senhores forem ler o contrato de reciprocidade, ele é muito interessante. Todo brasileiro deveria ler – e você deve conhecer. Ele diz o seguinte: ele garante um tratamento igualitário entre as associações. Conseqüentemente, o americano garante que o que ele cobrar para o compositor americano ele vai cobrar para o brasileiro. E o brasileiro garante que o que ele cobrar para o brasileiro ele vai cobrar do americano. Seria uma política não discriminatória. Só que lá nos Estados Unidos ele cobra 0,1375% de 30% do faturamento da televisão por assinatura. Aqui a gente quer 2,5% sobre o faturamento bruto, ou seja, por que é que aqui no Brasil que tudo está sendo construído e que a maior parte do conteúdo da televisão por assinatura é estrangeiro justamente para baratear o custo do conteúdo nacional, senão não seria possível ter televisão por assinatura, por que é que aqui a gente tem que pagar mais caro para mandar mais dinheiro proporcional para os Estados Unidos? Sem querer falar – e eu prometi que não ia falar de cinema porque não era o tema de hoje, hoje é TV por assinatura – que nos Estados Unidos as salas de cinemas não pagam

esse direito de comunicação pública. Não existe esse direito lá nos Estados Unidos, não existe.

Então toda discussão que se faz para que se estabeleça um critério de razoabilidade, isso acontece com a exibição cinematográfica, isso acontece com o rádio difusor de som e imagem e isso acontece com a televisão por assinatura, seria no sentido de que os direitos autorais fossem: 1) Relacionados ao custo do conteúdo audiovisual, que tivesse uma relação com ele; 2) Que os percentuais fossem ponderados de acordo com a intensidade da música que está presente em cada gênero de conteúdo; 3) Que haja um agente externo arbitral que possa fiscalizar a arrecadação e a distribuição desse dinheiro no interesse dos próprios compositores brasileiros. O próximo slide, por favor.

Veja, Senador, mas essa idéia surgiu de onde? Essa idéia não surgiu, essa idéia é assim que faz porque o próprio ECAD, quando conseguiu receber uns dinheiros atrasados da DIRECTV, da NET e da SKY, fez uma assembléia e deliberou que o critério de distribuição do dinheiro que era arrecadado por TV por assinatura é ponderado de acordo com grupos diferenciados de gêneros de canal: música, programação alternativa, audiovisual, jornalismo, esporte e variedades, ou seja, para distribuir ele usa o critério internacional e para arrecadar ele usa o tabelão. Então é aquela história de colocar salsicha de um lado para ver se sai porco do outro. Eu sempre falo: “Por que é que não usa o mesmo critério de arrecadação?” “Não, mas é muito difícil fiscalizar”. É muito difícil fiscalizar? Essas empresas são fiscalizadas por várias Agências, prestam contas para todas elas, inclusive com relatórios diários. O cinema, hoje, manda borderô para a ANCINE diário. O senhor sabe na sessão das duas, na ANCINE, quantas mesas e quanto inteira entrou no filme que está passando. Então qual é a dificuldade de se fazer a arrecadação ponderada nesses direitos? Ah, se os senhores quiserem, não fui eu que inventei, está lá www.ecad.org.br, está no site a Ata do ECAD que determinou o critério de distribuição. O que a televisão por assinatura quer? O mesmo critério para a arrecadação: ponderação. Segundo, o mesmo critério de usual de alíquotas sobre o seu conteúdo. E isso vale para o cinema. Esse contencioso de vinte anos com o cinema é porque há vinte anos a gente fala: “Olha, você quer 2,5%, então cobre 2,5% do conteúdo”, que é 47% da bilheteria e o exibidor paga metade e o distribuidor paga metade. Isso dá 0,65% para cada um, estava resolvido, nunca teria tido esse contencioso. E mais: faz-se um cálculo autorial(F), se todo mundo concorda, se a ABTA concorda, se a Federação Nacional dos Exibidores concorda, o senhor teria 100% da base contribuindo, quer dizer, isso é aquela história

velha: imposto alto, pouco contribuinte; imposto razoável, todo mundo contribui. Mas não, preferem cobrar só de dez, e isso, Senador, está criando um problema competitivo gravíssimo, porque como o Judiciário não tem uma Súmula Orientativa, uns ganham, outros perdem, aqueles que perdem, perdem vantagem competitiva, porque têm que pagar os seus passivos e têm que pagar o valor presente. Então hoje a empresa de cinema, por exemplo, única do Brasil que está pagando o acordo que teve que fazer num processo judicial, ela tem 5% de oneração, porque ela paga 2,5% do mês e mais 2,5% do passado, 2,5% do mês... E isso vai ficar por dez anos, quer dizer, perdeu a capacidade de um importante grupo exibidor brasileiro de investir. Então serve para criar distorções no mercado. O próximo slide, faz favor.

Essa é a tabela do ECAD. Eu gostaria que alguém me explicasse de onde saiu 2,55% da receita de assinatura, e o Annerberg esqueceu de falar, e da inserção de publicidade, quer dizer, então esse é um critério que nunca foi utilizado pelo ECAD. Então a impressão que me dá é o seguinte: que essas tabelas são feitas para não serem usadas, no sentido de dizer “ou você paga o que eu quero ou você vai para o tabelão”. Quem fez isso, e esse foi o exemplo da Globo, a Globo se submeteu durante três ou quatro períodos de quatro ou cinco anos a contratos de pagamentos milionários fixos para não ter que fazer o percentual. O que o ECAD foi fazendo? A cada renovação ele aumentava um pouco, aumento um pouco, até que chegou num ponto que falou: “Daqui a pouco é mais fácil pagar os 2,5%”. Então foram justamente para esse contencioso e a grande dificuldade é: 1) Quem vai arbitrar esse contencioso? 2) Se não há um órgão arbitral que seja escolhido pela lei, cada Juiz vai dar uma sentença diferente. Teremos de novo distorções. E aí surgem os direitos dos roteiristas e dos diretores. Onde eles cabem nisso? Na cabeça do ECAD eles cabem sempre acima, é o famoso above de line da produção. Então: “Olha, nós apoiamos os diretores; põe mais 2,5%”. E aí vem o fotógrafo, “põe mais 2,5%”. E eu cobro para você e ainda fica com os 20% da comissão. O próximo slide, por favor.

Então esse é o cenário hoje da televisão por assinatura no Brasil. Todas essas empresas, nenhuma contribuindo com o ECAD, todas em litígio, esses litígios estão imponderáveis à solução, o Judiciário está atolado com esses processos e, Senadores, acreditem, todos os Juízes olham para mim e falam assim: “Doutor, se não mudar a lei vai ficar difícil vender porque a lei não estabelece essa ponderação”.

Então eu queria pedir desculpas pela minha eloquência, mas esse é um assunto que eu cuido já há

dez, quinze anos, e eu não comungo do mesmo otimismo do meu amigo Annerberg porque eu já estive representando a Federação dos Exibidores durante três anos tentando desenvolver um acordo nacional e o acordo nacional é o seguinte: “Podemos discutir tudo, desde que o resultado dê 2,5% de 100% do faturamento”. É isso, obrigado.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Sr. Presidente, eu queria, pela ordem, sugerir que a gente suspendesse isso, contratasse o Dr. Marcos para fazer uma nova lei, com a consultoria do Senado e ouvidos os demais presentes, porque nós estamos diante de um troço que parece formação de quadrilha, um diabo a quatro, isso que nós vimos aí. Não é um organismo legal uma entidade dessa, nós temos que começar a pensar de outra maneira e veja V. Ex^a., tão forte que já houve uma CPI e ela não resolveu. Dá uma idéia de vacância total de lei que foi demonstrado aí, triste para nós que somos legislador, infelizmente.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Eu concordo com V. Ex^a.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Só pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Pois não.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu só quero reforçar o argumento do Senador Camata, Gerson Camata, e dizer assim que sendo Professor da PUC, inclusive especialista nesta área e já tendo atitude inclusive na outra área e perseguido como foi dito um acordo, eu sugiro de fato que o Dr. Marcos possa sugerir a esta Comissão de Educação um texto, um Anteprojeto de Lei que poderá sim, a partir daí, ser até naturalmente objeto de... Mas que a gente dê um desdobramento prático para essa reunião, porque de fato, da minha parte, também as reclamações são... todo mundo reclama e nós temos que achar um jeito realmente de dentro da legislação, do aspecto constitucional, da proteção realmente da propriedade intelectual, de termos algo transparente, aberto, firme. Então eu gostaria de solicitar também, reforçar a solicitação para essa contribuição, esse trabalho em conjunto com o senhor e com a própria instituição, eu acho que a PUC-SP como instituição também ficaria assim extremamente honrada de poder contribuir, através do trabalho de um acadêmico também da instituição, além de profissional respeitado, que a gente pudesse ter uma legislação nesse sentido.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Eu concordo plenamente e quero, mais uma vez, lembrar que a finalidade das nossas Audi-

ências relativas ao tema é exatamente esse, atualizar, e a colaboração do Dr. Marcos Alberto Bitelli é extremamente importante. Então eu concordo plenamente com as palavras dos Srs. Senadores. A Subcomissão, o nosso Secretário está aqui lembrando, que na questão de exibição, há cinco anos atrás mais ou menos foi aprovada aqui, está circulando no parlamento...

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Foi votada no Plenário, aí entrou a Emenda do Crivella e parou, cinco anos.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Pos é, sobre a questão de exibição. Então o que nós não podemos é deixar essas matérias ficarem rolando na Casa, entendeu, sem um objetivo prático que seria no caso sobre o tema que nós estamos discutindo aqui. Isso é um verdadeiro absurdo. Eu acho que muitos de nós aqui não tínhamos o conhecimento profundo dessa questão, dessa exorbitância que acontece. Eu acho que é um...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Esse projeto só cuida da exibição.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): É, exatamente o que nós estamos discutindo é para mexer com todo o sistema que envolve as nossas discussões aqui. Então eu agradeço ao Dr. Marcos Alberto Bitelli e passo a palavra ao Dr. Francisco João Moreirão de Magalhães, Vice-Presidente da Associação Brasileira de Música Independente, e quero convidar um dos autores do requerimento, o Senador Flávio Arns, para presidir esta Audiência Pública, que eu vou ocupar o seu lugar.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Sr. Presidente, “cessa tudo que a musa antiga canta, quando um valor mais alto se alevanta” – já dizia o nosso Camões, não é?

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Então dando continuidade às exposições passo a palavra ao Dr. Francisco João Moreirão de Magalhães, Vice-Presidente da Associação Brasileira de Música Independente. Com a palavra V. S^a.

SR. FRANCISCO JOÃO MOREIRÃO DE MAGALHÃES: Obrigado Sr. Presidente, Srs. Senadores, demais convidados. A ABMI representa hoje, a entidade que eu sou Vice-Presidente, cento e sessenta gravadoras nacionais, quase a totalidade de quem produz sistemática e regularmente, nacionais independentes, porque existe uma outra entidade que concentra as grandes gravadoras multinacionais e algumas outras.

Na nossa base de associados é importante destacar que cerca de 80% dessas gravadoras nacionais independentes têm na sua origem, na sua fundação e são dirigidas por autores musicais e intérpretes mu-

sicais. Então nós temos uma relação íntima nessa questão. E uma parcela razoável também é produtora de audiovisual. Então nós acabamos, apesar da nossa finalidade central ser a música, mas acabamos, digamos assim, acabamos nos imiscuindo nas mais diversas áreas.

Eu gostaria de levantar a questão dos direitos autorais aqui de um outro aspecto diferente, inseridos na afirmação da cultura nacional, o direito autoral inserido(F). Antes de eu começar, eu só queria fazer uma correção sobre esses percentuais que foram ditos aqui, particularmente os norte-americanos. Os percentuais estão corretos, mas esqueceram de dizer que o autor lá recebe quinhentos mil dólares só para criar a música; o autor daqui recebe vinte mil reais para produzir, pagar estúdio e etc. Existe uma diferença substancial aí, porque por quinhentos mil dólares eu tenho a certeza que todos nós, está liberado [risos]. A questão é essa. quinhentos mil para o mercado americano, exclusivo, está nos contratos, para o mercado americano; o que é fora do mercado americano não está incluído, não está pago.

Mas eu vou voltar aqui. Eu queria levantar a questão seguinte: nós consideramos que no momento o direito autoral é uma trincheira, uma trincheira definitiva para barrar aquilo que consideramos que está sendo uma tentativa de ocupação e substituição da cultura nacional por uma subcultura de exportação norte-americana, particularmente, e vou dar inúmeros para apoiar essa afirmação. Em 1982 e em 1984 os filmes brasileiros chegaram a ocupar 50% do mercado nacional. Em 2003 essa taxa de ocupação já era de 21,4%. Em maio de 2007 estava reduzida a 9,7%. E quero lembrar que nesse período a produção aumentou em quantidade, não vou discutir a qualidade, isso não compete, mas em quantidade aumentou. São dados da ANCINE, da ABRACI e da APACI, cujo Presidente está aqui do meu lado e pode confirmá-los ou contestá-los. A partir de maio de 2007 apenas três filmes norte-americanos ocuparam mais de 80% do mercado brasileiro de salas de cinema. De acordo com um documento, inclusive da APACI, numa carta enviada ao Ministério Público, passo a citar a carta que foi enviada para o Ministério Público, “No dia 04 de maio o filme Homem-Aranha 3 ocupou oitocentos e sessenta e nove telas de cinema, o que representa aproximadamente 42% do nosso mercado; o mesmo filme foi lançado nos Estados Unidos com quatro mil, duzentos e cinquenta e duas cópias em um universo de trinta e nove mil, seiscentos e sessenta oito salas, o que equivale a aproximadamente 11% do que é o mercado. Duas semanas depois, quando o filme Piratas do Caribe III estreou em setecentas e oitenta e

nove salas, os dois filmes juntos ocuparam mais de 70% das telas. Em seguida Shrek III foi lançado com setecentas e cinco cópias. Somente estes três títulos ocupavam mais de 80% do mercado brasileiro de salas de cinema.

O mercado de distribuição de filmes, filmes para cinema, está sob controle de cinco empresas norte-americanas, desde que acabou a Embrafilme: a Warner, a Bela Vista – que é da Columbia, a FOX, a UIP(F) e a Sony. Se à lista dessas empresas de distribuições de filmes a gente está acrescentar a Universal e a EMI, nós temos o conjunto das empresas que dominam os canais por assinatura na produção. E dentro dessa lista estão incluídas as quatro gravadoras que dominam o mercado de discos, de gravação de discos no Brasil, que são a Warner, a Universal, a Sony BMG e EMI, são todos os mesmos conglomerados. É importante destacar que os canais por assinatura, as TVs por assinatura, na sua programação total de filmes exibem apenas 0,5% da produção nacional e existe produção nacional suficiente para exibirem se quiserem o tempo inteiro, existe, apenas não chega a lugar nenhum.

Aí eu passo agora para o campo da música, que é um campo inclusive meu. Em 1997, segundo dados da ABPD, que é a Associação Brasileira de Produtores de Disco, entidade às quais são avaliadas a Warner, a Universal, Sony, BMG e EMI, a indústria fonográfica faturou 1,4 bilhão com a venda de cento e sete milhões de CDs. Em 2003 a situação já era completamente diferente. Do 6º mercado mundial que o Brasil chegou a ser, já estávamos em 13º lugar com cinquenta e dois milhões de CDs vendidos e doze milhões e meio de DVDs vendidos.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES):
Piratas.

SR. FRANCISCO JOÃO MOREIRÃO DE MAGALHÃES: Eu afirmo que não, Senador, com dados, que não é pirataria. Camelô vende disco feito pela gravadora há muitos anos já. A Polícia Federal não consegue apreender porque não tem nota fiscal. Os direitos são sonegados, os direitos dos intérpretes, dos autores. Os impostos também, mas o disco sai das gravadoras, o disco do camelô. Por isso eles conseguem proliferar tanto. 80% do que é vendido em camelô sai das gravadoras, sai das fábricas que fazem para todos nós CD. São comprados em atacadistas de São Paulo, são comprados em atacadistas de São Paulo e são--

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): O senhor me desculpe, o senhor não fale isso aqui. Como é que uma gravadora que vende um disco por quarenta e cinco reais vai vender no pirata por três?

SR. FRANCISCO JOÃO MOREIRÃO DE MAGALHÃES: A gravadora não vende o disco a quarenta e cinco reais.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Aqui não tem um monte de imbecil para ouvir uma bobagem dessa.

SR. FRANCISCO JOÃO MOREIRÃO DE MAGALHÃES: Senador, a gravadora não vende a quarenta e cinco reais. A gravadora vende o disco a três, três e cinquenta, quatro reais para o atacadista. Vai aumentando o preço conforme vai passando para os intermediários e chega a quarenta e cinco reais ao consumidor final. Eu vendo o meu disco a dez reais, pago todos os impostos, todos os direitos. O meu disco é vendido pela loja a trinta e cinco. Eu não tenho qualquer poder de interferir no preço final da loja. Eu tenho poder de interferir no preço que eu vendo. O preço do disco é composto assim.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Então vamos comprar pirata todo mundo que é melhor, o senhor está defendendo os piratas aqui.

SR. FRANCISCO JOÃO MOREIRÃO DE MAGALHÃES: Não, não estou defendendo, não estou defendendo a pirataria, mas eu gostaria de dar o conjunto dos dados.

Bom, eu estava dizendo que em 2003 foram vendidos cinquenta e dois milhões de CDs e doze milhões e meio de DVDs, que são dados também da ABPD. As multinacionais têm realmente responsabilizado a pirataria vertiginosa por essa queda. Porém, nada disseram de uma política editorial, chamemos assim, de reduzir drasticamente a quantidade de títulos lançados por ano e de títulos brasileiros lançados por ano. Isso é um fator para levar em consideração. A produção, a produção das quatro, ainda independente da discussão do pirata, a produção das quatro cabe nunca banquinha, até anual, cabe numa banquinha de camêlo. Está é a questão. Acontece que os novos talentos da MPB e até alguns deixaram, tiveram as portas das multinacionais fechadas e hoje estão na produção independente. O eixo da produção se deslocou para as independentes e são as pequenas gravadoras que mantêm vivo o registro da nossa cultura musical, mas não conseguem chegar ao grande público. O espaço da comunicação, no geral, foi loteado, é comprado e cercado para uma produção minguada de música brasileira. Para os senhores terem mais alguns dados sobre o lançamento, em 2007, segundo os dados da ABPD, foram vendidos apenas 25,4 milhões de CDs e 5,9 milhões de DVDs, o que dá trezentos milhões, quer dizer, em dez anos 75% do mercado nacional perdeu-se.

O fato é que feitas as contas, olhando os lançamentos, as quatro multinacionais juntas lançaram

em 2007 um pouco mais de meia centena de música brasileira. A produção dos independentes passou de setecentos CDs, setecentos títulos diferentes. No entanto, essa produção dos independentes, mais de setecentos títulos, ocupa menos de 10% de execução pública, conseqüentemente das vendas e, portanto, não chega a ser dado(F), são dois caminhos para chegar lá: ou troca ou venda, e tem que tocar para vender. Então esse é o negócio.

Recentemente num encontro realizado em abril, agora em abril, no Paraná, entre produtores fonográficos independentes, entidades de autores, associações de rádios públicas, jornalistas, advogados especializados em direitos autorais e intelectuais diversos, aprovaram um manifesto, que eu cito só um pequenino, um mínimo trecho, que diz o seguinte: “Entendemos que o cenário musical brasileiro oferece um momento esplendoroso e pujante da produção e criação musicais. No entanto, sofremos há tempo com a prática de mercado que dominam o setor. Trata-se de imposição de modelo de dominação cultural e monopolização do mercado da música e levam ao empobrecimento da cultura brasileira. Por meio da redução da pluralidade e diversidade de estilos e gêneros, registra-se um rebaixamento da música, assim como de toda a produção cultural nacional a simples produtos descartáveis, exatamente num país reconhecido mundialmente pela exuberância de seu tesouro musical”. Os números dessa execução são os seguintes: o play list de uma rádio, de uma FM comercial normal, portanto, a lista das diferentes músicas anual, não excede duzentos e cinquenta músicas. É só pegar os levantamentos, os senhores têm plena autoridade para requisitá-los, do que [ininteligível], etc., não excede duzentas e cinquenta músicas. Para uma FM, aqui tanto no Brasil como no mundo comercial, a cada vinte e quatro horas ela tem doze horas de música e doze horas de entrevistas, propaganda e etc., diversas coisas. Numa simples conta matemática, considerando que as músicas têm três minutos em média, daria para tocar duzentas e quarenta músicas, se não repetisse nenhuma, num período de vinte e quatro horas. Toca duzentas e cinquenta por ano.

Só a título de exemplo, também, olha, a maioria das rádios públicas toca mais quantidade, uma variedade, uma diversidade de música por semana maior do que as FMs por ano. A Rádio Inconfidência para ficar num exemplo, que eu conheço, toca duzentas e vinte músicas diferentes por dia em média. Só com duzentas e cinquenta por ano no máximo. A TV Educativa do Paraná, que eu estive lá e verifiquei, das nove da manhã ao meio-dia toca a mesma quantidade de músicas que as FMs comerciais tocam em três meses. Então esse é o quadro. É esta monopolização que im-

pede o acesso, na nossa opinião, da sociedade à arte e à expressão da sua própria cultura e que impede a livre fruição dos bens culturais e de conhecimento, como inclusive aponta um dos problemas em discussão nessa Comissão.

Nós achamos que é nesse quadro de crescente substituição da criação e da produção brasileira que numa infundável recorrência os direitos autorais são atacados. Os direitos autorais, como já foi citado, são Cláusula Pétrea da Constituição Federal. Então reconhece formalmente e apenas formalmente esse direito, mas ataca o seu instrumento criado e organizado pelos autores, pelos intérpretes e pelos produtores nacionais para o instrumento que existe para fazê-lo valer.

E aqui se levantaram algumas coisas que eu gostaria de esclarecer. O ECAD não estabelece absolutamente percentual nenhum e estou convicto que os senhores sabem disso. O ECAD é um escritório técnico, com técnicos, que faz aquilo que as assembleias dos autores, dos intérpretes e produtores decidem, que são os seus donos, foi quem o montou. E sempre, sempre por isso existem percentuais diferentes já na prática, sempre estiveram o ECAD a trazer proposta em assembleia e aprovar ou não aberto a discutir percentuais, sempre. O que não está aberto é discutir percentuais quando está com ação na justiça [soa a campanha], que é o caso da Severiano Ribeiro, que só foi querer discutir depois que perdeu em última instância. Aí uma vez perdido em última instância, na hora da execução, aí quis fazer acordo.

Têm sido várias as campanhas para desmoralizar esse nosso instrumento para garantir esse nosso direito que é constitucional e fundamental, está certo? Comumente tem se tratado o ECAD como se fosse um ente especial, com vontade própria, quando na realidade é um departamento de cobrança, fiscalização e cobrança a nosso critério, de autores, intérpretes e produtores que estamos na sociedade, nas associações. Então essa é a questão. Têm erros? Tem. Agora ele é criticado principalmente pela sua eficiência. E na nossa opinião para os distribuintes(F) tem sido ótimo também, Senador. Nós que somos aqueles que recebemos, que é distribuído, têm sido ótimo e não distribuí mais porque, sei lá, em janeiro, por exemplo, 54% das rádios comerciais estavam inadimplentes, estavam inadimplentes e elas não estão contestando o percentual. Quem contesta é a Globo, mas o argumento da Globo é que não vai abrir o faturamento, por isso não querem os 2,5%.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS

(PT-PR): Dr. Francisco, é que o tempo está encerrado e eu lhe daria uma prorrogação de dois minutos.

SR. FRANCISCO JOÃO MOREIRÃO DE MANGALHÃES: Tá, eu vou encerrar. Em relação à questão de que a música dos filmes já está paga previamente quando é feita nos Estados Unidos, esta Comissão recebeu em 2003, eu acredito que esteja aí em algum lugar, ou arquivado, eu não sei qual certo são os trâmites formais, documentos do Walt Disney, da Twentieth Century Fox, da Universal, da Miramax, da Sony, da ASCAP, com cópias de contratos inclusive deixando claro o seguinte: o que nós pagamos aqui é para o mercado americano que o nosso Sistema Copyright é diferente. Não está incluído o uso comercial por exibição, seja na TV, seja cinema nos outros países. Nos outros países vai ser recolhido o direito, está certo? Então não existe, não está pago previamente o direito autoral da música como não estão outros também.

[soa a campanha]

Para encerrar eu queria dizer que a conclusão, a experiência que nós temos é essa, quer dizer, o ECAD tem os seus métodos questionados não pelas suas deficiências principalmente, mas pela sua eficiência que tem sido crescente em fazer pagar. E quando o ECAD é atacado, mesmo sob o discurso de que o direito autoral é intocável e a gente respeita, na realidade o que não querem é pagar o direito autoral. Porque para pagar o direito autoral é fácil, é sentar e negociar. Primeiro não paga, primeiro recorre à justiça e depois vai até a última instância, perdeu em última instância, aí sim conversa para negociar. Essa tem sido a prática regular. E nós achamos, em relação a esse contexto de monopolização que eu coloquei anteriormente, que os direitos autorais estão sendo questionados porque hoje, com a mordida da hedionda censura que está sendo imposta à criação e à produção nacionais, ainda é a última e vital garantia de que existe uma criação e uma produção nacionais. Obrigado, era o que tinha a dizer.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS

(PT-PR): Senador Gerson Camata, pela ordem.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Presidente, houve aqui uma denúncia muito grave, pela ordem, de que as produtoras de discos e de DVDs é que produzem as cópias piratas para vender. Eu solicito a V. Ex^a. que convoque aqui o Presidente da Associação, eles vão ter que explicar isso, porque se fato essa denúncia é a mais grave, quer dizer, todo o problema de pirataria no Brasil é alimentado pelas produtoras de discos e CDs, segundo disse o nosso Dr. Francisco João Moreirão. Então nós estamos diante de um fato gravíssimo que aqueles a quem nós respeitamos e que a Polícia Federal fica prendendo, achando que os está defendendo, na verdade são eles os produtores.

res das cópias piratas. É a coisa mais grave que eu já ouvi nessa Comissão neste ano.

SR. FRANCISCO JOÃO MOREIRÃO DE MAGALHÃES: Senador, se é da própria gravadora não é pirata, mas é aquilo que é vendido no camelô.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Só um minuto, Dr. Francisco. É que o Senador pediu pela ordem e ele está solicitando, em função da denúncia feita, que também me estarreciu também como Presidente dessa Audiência, de que 80% das cópias que alimentam o mercado pirata vem das próprias gravadoras, então essa denúncia, feita pelo Dr. Francisco, terá que ser esclarecida. Então essa denúncia, eu sugiro que além do pedido de explicações num primeiro momento, que essa denúncia seja enviada à Polícia Federal para que a Polícia Federal se certifique da veracidade ou não dessa denúncia, deixando muito claro que 80% do mercado pirata é na verdade suprido pela própria gravadora. Então eu submeto só as duas colocações à apreciação da Comissão no sentido de se buscar esta informação por escrito num primeiro momento para as pessoas e, ao mesmo tempo, que seja enviado expediente à Polícia Federal para que a Polícia Federal dê explicações sobre a denúncia ocorrida, quer dizer, os que estiverem de acordo permaneçam como estão. As duas solicitações estão aprovadas.

SR. MARCOS ALBERTO SANT'ANNA BITELLI: Existe um Conselho Nacional de Combate à Pirataria, que a denúncia pode ser--

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): O Dr. Marcos está dizendo que existe o Conselho Nacional de Combate à Pirataria para quem a denúncia também pode ser enviada. Então acrescento, muito pertinente esta observação do Dr. Marcos. Se estiverem de acordo também fazemos. E para outras instâncias, se for necessário, mas para estas três já colocadas. Muito bem. Passo em seguida a palavra ao Dr. Marcos Alves de Souza, que é Coordenador-Geral de Direito Autoral – Secretaria de Políticas Culturais do Ministério da Cultura. Com a palavra V. Ex^a.

SR. MARCOS ALVES SOUZA: Obrigado, Presidente. Srs. Senadores, senhores presentes nessa Audiência, caros colegas da mesa. Em primeiro lugar eu gostaria de agradecer o convite para participar dessa Audiência porque, ao se tratar de direito autoral nesse país, não há como deixar de envolver o Ministério da Cultura, porque o Ministério da Cultura é a pasta responsável pela gestão da política de direito autoral no Brasil. Por isso o título da minha apresentação “O Campo Autoral e o Papel do Estado”, porque direito autoral se insere no conjunto de direitos culturais e, ao mesmo tempo, direito autoral não é pura e sim-

plesmente, pelo menos a gestão da política de direito autoral, não é pura e simplesmente a defesa do interesse apenas do autor. O direito autoral envolve muitos interesses, essa Mesa aqui é representativo disso, há representantes de autores, mas também há representantes de outro tipo de empresa e negócios que utilizam direito autoral que devem ter seus interesses levados em conta e, também, há aqueles que consomem as obras intelectuais protegidas, ou seja, os membros da sociedade que devem ter seu direito de acesso também preservado.

Eu começo fazendo algumas considerações iniciais baseado no requerimento para essa Audiência. Eu gostaria de pontuar alguma coisa a partir do entendimento do Ministério da Cultura. Em primeiro lugar a gestão coletiva de direitos autorais. Por que é que existe gestão coletiva? A gestão coletiva existe, Senador, porque é impossível para um autor fazer a gestão individual da sua obra. Então ela existe no mundo todo porque ela permite que se faça o controle de todos os usos possíveis, em todos os lugares, de uma obra intelectual protegida. A gestão coletiva, nesse sentido, ela representa uma conquista dos autores que deve ser preservada e aprimorada. Ela existe no mundo todo. Em outros países geralmente as associações de gestão coletiva estão separadas por categorias de titulares e o sistema brasileiro de gestão coletiva da execução pública de músicas é diferente e único no mundo. São várias associações reunidas num Escritório Central. É bom que se diga que a criação do ECAD foi feita na Lei Autoral anterior, porque existiam naquele momento seis associações que cobravam direitos de execução pública na área de música e muitas vezes um usuário não sabia para qual delas pagava, então a solução buscada na lei foi unificar a arrecadação e a distribuição através desse Escritório Central. Mas esse sistema é único no mundo porque essas associações, as dez que formam o ECAD, cada uma delas engloba várias categorias de titulares diferentes. Num certo sentido parece como se houvesse cada uma delas fosse um sindicato que englobasse patrão e empregado. Isso cria alguns problemas. Por exemplo, elas não prestam assessoria jurídica aos seus associados porque reúnem justamente titulares de ordem diferente. Numa mesma associação você vai ter o produtor do fonograma, a gravadora, e o autor. Então o autor, se tiver uma demanda contra a gravadora, não vai ser a associação que vai mediar, porque ela está servindo aos dois interesses. Ela não vai prestar uma assessoria jurídica ao autor nesse caso, que é a parte hipossuficiente da relação. E uma outra coisa que nos preocupa muito no Ministério da Cultura é que diferente de outros países no mundo as nossas sociedades de gestão coletiva

não concedem uma aposentadoria para o autor quando ele chega a partir de uma determinada idade. Isso é comum em outros países, ou seja, um montepio(F), uma pensão a partir do momento que o autor não tem mais capacidade de criar. Então são alguns problemas, existem outros, por exemplo, a questão do jabá que foi mencionada aqui rapidamente. O jabá, ele distorce a arrecadação e a distribuição dos direitos de execução pública de música, porque se há uma concentração no casting das grandes gravadoras, obviamente são essas gravadoras e os seus artistas que vão receber mais. Tudo isso está relacionado também com a questão da gestão coletiva.

Algumas outras questões que eu vou passar rapidamente que estavam presentes no requerimento. A cobrança de direitos autorais por músicas inseridas em filmes, ela é legal porque está prevista em lei e está prevista nos Tratados Internacionais que o para faz parte, ou seja, não há como fugir desse sistema. Uma coisa é a autorização da inserção da música no filme, a outra coisa é a exibição pública do filme que contém a música, então se torna uma exibição pública, uma comunicação ao público da música e nesse caso é cabível sim a cobrança por isso. Rapidamente, passando adiante.

Direitos autorais por execução pública de música rádio difundida. Também se questionava isso no requerimento. É cabível essa cobrança também, da mesma forma está previsto na Lei Autoral e está previsto também nos Tratados Internacionais que o Brasil faz parte, notadamente a Convenção de Berna e o Acordo de TRIPs, que é o mais importante, porque esse é do âmbito da OMC. O seu descumprimento enseja sanções comerciais que podem vir por retaliação cruzada que não necessariamente serão no campo autoral ou de propriedade intelectual.

Poder de Polícia do ECAD. O ECAD tem Poder de Polícia? Não, não tem Poder de Polícia. Ele não pode desautorizar a realização de espetáculos de música, mesmo que o promotor não recolha os direitos autorais. Agora ele pode sim processar o promotor do evento a posteriori ou desautorizar essa realização pela via judicial com a obtenção de uma liminar, por exemplo. O ECAD de fato, há distorções na Lei, mas essa a lei não deu ao ECAD, não há Poder de Polícia do ECAD. Se o ECAD assim se apresenta, eu recomendo descumprir a ordem. Uma notificação extrajudicial do ECAD não tem valor de Poder de Polícia. Passando adiante.

A qualidade dos métodos de aferição da execução pública de músicas são confiáveis? A distribuição tem alcançado os potenciais de beneficiários? Os valores são justos? As associações são representativas dos artistas? Não há como saber isso porque não há pre-

visão legal de supervisão estatal, ou seja, nós somos a Coordenação-Geral de Direito Autoral que é o setor do Estado brasileiro que cuida do direito autoral, mas não temos nenhum papel dado por lei. Nós estamos de mãos atadas e, Professor Bitelli, o CADE também por uma decisão do Supremo, porque o Supremo não considera a atividade do ECAD como uma atividade econômica. Nesse sentido, não está abrigado pela Lei 8.884. Isso foi reconfirmado esse mês, um processo foi remetido ao CADE por uma reclamação de sindicato de músicos e foi negado por isso.

Fixação de valores de cobrança pelo ECAD. O Regimento Interno do ECAD tem poderes para fixar os valores de cobrança conforme a Constituição, visto que o ECAD e suas associações são representantes dos autores. Infelizmente ou para alguns felizmente, eu não sei, do nosso ponto de vista nós achamos que a supervisão estatal seria um bom caminho para fixar valores mais justos, equilibrados, ponderados de acordo com a capacidade de pagamento e do que efetivamente está sendo veiculado ou rádio difundido pelas estações, enfim, na ausência disso age sim dentro da legalidade. É o fato. Adiante.

A lei, então, não deve fixar valores, mas pode e deve prever a supervisão estatal visando garantir, por exemplo, proporcionalidade, razoabilidade, impessoalidade nos critérios de fixação de tarifas, publicação de todos os atos da vida institucional, garantia de representação mínima dos associados nas instâncias deliberativas, busca de eficiência e economicidade na administração, razoabilidade nos prazos de distribuição. Tudo isso poderia ser garantido numa regulação, ou seja, uma previsão legal que garantisse ao Estado um papel desse daí no tocante à gestão coletiva. Indo adiante, por favor.

Também se mencionou no requerimento os direitos dos usuários. Onde ficam? Eles estão garantidos, assim como o direito autoral, na Constituição Federal. Os arts. 215 e 216 garantem direitos culturais, direitos de acesso à cultura. O art. 5º, inciso XIV, garante o direito de acesso à informação. O art. 170 trata da função social da propriedade, porque direito autoral é um direito de propriedade e ele deve seguir a sua função social também. E os artigos que tratam da educação também falam do direito de acesso do cidadão à educação, sendo também um dever do Estado. Então isso não significa que a arte ou o entretenimento não possam sem objeto de apropriação privada, mas sim que os direitos autorais devem estar equilibrados com o direito de acesso à cultura, à educação, à informação e ao conhecimento, e isso que deve ser objeto de uma política pública de direito autoral.

Fazendo um pequeno diagnóstico do nosso cenário atual, eu não vou poder entrar em todos os pontos, eu até me disponibilizo num outro momento se assim a Comissão desejar de traçar um panorama do que é o direito autoral no Brasil hoje, eu estou disposto a apresentar toda essa apresentação completa, nosso cenário é a falta de um sistema legal ou institucional no país capaz de atender com eficácia a seara(F) autoral por dois motivos principais: a baixa institucionalização do setor autoral do Estado e o marco legal inadequado. Veja bem, eu tenho alguns exemplos de conflitos no campo autoral, por exemplo no campo audiovisual nós temos exemplos inclusive no Estado do senhor, Senador Camata, daquele cineclube que numa atividade de extensão universitária perdeu a ação e tem inclusive uma determinação para destruição dos bens.

SR. MARCOS ALBERTO SANT'ANNA BITELLI: Posso pedir a palavra? Eu sou o Advogado dessa ação.

SR. MARCOS ALVES SOUZA: Eu sabia disso, mas o senhor pode--

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Na sequência.

SR. MARCOS ALVES SOUZA: Enfim, há várias questões envolvidas, mas de fato o cineclube muitas vezes não cobra pela entrada. É um problema de acesso à cultura, de fato também naquele caso houve um download que foi considerado ilegal e depois a sua comunicação ao público. Mas nós temos um problema de restrição à difusão cultural no país que a atual legislação autoral agrava a situação ou no mínimo dificulta a sua reversão.

No campo do livro um outro exemplo. As ações intimidatórias, eu peço três minutos para concluir a minha apresentação. Eu vou passar adiante então para a questão mais importante. Enfim, as ações que a ADBR tem movido contra universidades, professores e estudantes têm criado reações como essa campanha "Copiar livro é direito".

E um outro exemplo, também aí entrando no campo da música, a questão do ECAD, o monopólio do serviço de licenciamento das obras musicais para execução pública, mais de oito mil ações de cobrança ajuizadas pelo ECAD e outras tantas ajuizadas contra o ECAD. Queixas freqüentes de autores e usuários quanto à falta de transparência da entidade. Há uma dificuldade para criar sociedade de gestão coletiva no audiovisual, por exemplo, para diretores e roteiristas em função em larga medida por esse percentual 2,5% não comportar novos 2,5% vezes dois, ou seja, 5%, viraria 7,5% a atividade deixa de ter viabilidade econômica. Passando adiante.

E a falta de supervisão do Estado, desde o fim do Conselho Nacional do Direito Autoral, é um caso raríssimo, se não o único no mundo de ausência de uma instância de regulação, mediação e arbitro haja prevista em lei. Há um aumento da demanda pela recriação desse Conselho. Mais adiante.

Aí é um pequeno histórico. O Conselho chegou a ter mais de cento e cinquenta funcionários. Quando ele foi desativado, o setor autoral do Estado brasileiro chegou em alguns momentos a contar apenas com um servidor, um. De 2003 para cá, na gestão do Ministro Gilberto Gil, tem havido um incentivo e um fortalecimento do setor, o setor está se estruturando. Indo adiante.

Olha, quatro pessoas em 2003, era um servidor, dois secretários e uma estagiária. A gente chegou a ter treze pessoas, hoje temos onze, inclusive devido ao falecimento de uma delas esse ano, mas é significativo, porém, se comparar com o mesmo setor em outros países, eu não vou nem para o resto do mundo. Só ficando aqui na nossa região, América Latina, até o Paraguai, naquele momento, tinha mais. O México, a Argentina, Cuba, Colômbia, todos os países possuem um escritório de direito autoral estruturado. O Brasil não. Então esse é o diagnóstico completo.

Eu só vou entrar na questão da gestão coletiva de direitos. Há uma ausência de supervisão, regulação e promoção da gestão coletiva. No caso da música há uma percepção de abuso na arrecadação. Chovem reclamações no Ministério a respeito disso. Também nebulosidade na distribuição dos valores referentes [soa a campainha] aos direitos autorais. O número de artistas que nos procuram reclamando disso é altíssimo, do consagrado ao desconhecido, e infelizmente nós não podemos divulgar nomes porque eles pedem sigilo para não sofrerem as consequências de uma retaliação na distribuição.

Não há associações representativas dos diversos setores autorais e dado importante: isso por si só justificaria a supervisão estatal. Ora, foi mencionado aqui que há acordos com sociedades congêneres no exterior. Há um risco permanente do Brasil receber um painel na OMC pelo potencial não repasse dos valores arrecadados para titulares estrangeiros. Em que pese nós concordarmos com o argumento da ABRAMUS, de fato o Brasil devia receber mais, é fato também que nós já fomos ameaçados de receber um painel pelos Estados Unidos, que reclamaram que não estavam recebendo todos os valores que eles achavam que deviam receber. Ficamos de mãos atadas por isso e essa situação, por si só, justifica uma supervisão estatal, porque uma sanção de retaliação cruzada, por exemplo, não vai retaliar na cultura, vai retaliar no que a gente tem de

mais valoroso em termos de exportação: soja, carne, aço, enfim, nossas principais commodities. E, por fim, uma última consequência é a falta de observância e fragilidade do poder negociador dos autores.

Toda essa apresentação é uma apresentação com um diagnóstico que eu me disponho a vir fazer em um outro momento, mas eu queria só fazer uma menção rápida a uma iniciativa que o Ministério está promovendo de lançar um Fórum Nacional de Direitos Autorais. Por favor, Rafael, passa lá adiante.

Nós lançamos o Fórum em dezembro do ano passado no Rio de Janeiro e agora em julho retomaremos com cinco seminários nacionais, um seminário internacional e onze oficinas regionais ou temáticas. Eu gostaria de convidar todos os Srs. Senadores a participar do Fórum porque, infelizmente é bom que se diga que o ECAD e suas associações não são todas farinhas do mesmo saco. Há associações que aceitam o diálogo, que aceitam sim a supervisão estatal, mas que perdem no voto, na assembléia. As associações administradas, todas apóiam isso, mas não há como divulgar esse tipo de informação também por medo de sanção das que são efetivas.

Um caso que eu gostaria de mencionar, inclusive pegando palavras da ABMI, sobre a mordada da censura, no lançamento do nosso Fórum, em dezembro, no Rio de Janeiro, houve muitas reclamações contra a atuação do ECAD, e isso por parte de autores. Infelizmente dois deles estão sendo processados pelo ECAD por conta dessas reclamações, de suas declarações, ou seja, chegamos a um absurdo onde o dinheiro do autor serve para se mover ações contra o autor. Aqueles que se sentiram prejudicados por essas reclamações, acusações, o que sejam, deviam processá-los enquanto pessoas físicas com o seu próprio dinheiro e não com o dinheiro que é dos autores e é utilizado dessa forma. Enfim, eu faço um apelo aqui para que os senhores participem desse Fórum porque o Fórum é justamente para levantar, junto à sociedade, todos os autores envolvidos na questão autoral, a necessidade ou não da mudança da lei, o Ministério entende que a Lei deve mudar também, é uma revisão geral que precisa ser feita, mas precisamos conversar com a sociedade para saber até que medida precisamos mudar essa Lei.

É isso, eu agradeço o tempo, a generosidade do Presidente por eu ter estourado o meu tempo, mas eram as informações que eu tinha a prestar e me coloco à disposição para num outro momento vir aqui fazer uma apresentação mais detalhada se for do interesse da Comissão. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS

(PT-PR): Agradeço então o Dr. Marcos Alves de Souza, que é da Secretaria de Políticas Culturais do Ministério da Cultura. Passo em seguida a palavra ao Senador Gerson Camata e também ao Senador Papaléo Paes, porque assim nós faremos os comentários e indagações em conjunto, e na seqüência passaremos novamente a palavra aos expositores para as considerações não só dos Senadores que estão aqui presentes, mas também algum comentário que desejem fazer em relação às falas dos expositores de uma maneira geral. Senador Gerson Camata.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Sr. presidentes, eu vou ser bem rápido. O que é que nós, ouvindo os expositores aqui, o que é que... Aliás, primeiro, eu queria cumprimentar o Dr. Ícaro Martins pelo sucesso daqueles dois filmes brasileiros em Cannes, são produtores lá de cineastas paulistas. Parabéns, é um retumbante sucesso lá, eu pude ver ontem na CNN, e cumprimentar o Dr. Marcos Alves. Transmita ao Ministro Gilberto Gil a admiração que nós temos pelo trabalho que ele está fazendo e a competência que o senhor demonstrou aqui também é fruto das modificações profundas que o Gilberto Gil colocou lá no Ministério. Ele está fazendo uma coisa muito importante, Presidente, é bom que o país saiba, interiorizando a cultura. Antigamente cultura era Rio e São Paulo, Orquestra Sinfônica e tal. O Gilberto Gil descobriu que não é só no Rio e São Paulo que há cultura brasileira. Ele está interiorizando, fazendo um trabalho bonito, belo trabalho, cumprimente ele em nome da Comissão, eu tenho certeza.

A outra coisa é então dizer que do que nós ouvimos aqui, do jeito que está não pode ficar, eu acho que nós ouvimos isso aqui. E nós ouvimos tanto o Dr. Marcos Alberto como o Marcos Alves aqui colocando que, quer dizer, o Estado está ausente por lei. Nós aqui, na hora de fazer as leis, num troço tão importante, até no preço do pão o Estado está presente, diminui a alíquota, acerta, mas no direito intelectual, autoral, o Estado está ausente. Como é que pode estar ausente numa coisa tão importante dessa? Então eu acho que do jeito que está não pode ficar. Eu acho que a gente devia fazer primeiro o seguinte: uma Lei, Decreto Legislativo: Art. 1º – Fica extinto o ECAD; Art. 2º – Trinta dias para fazer outro organismo ou tirar o monopólio ou fazer outra coisa. Seria uma maneira de forçar o Legislativo brasileiro a ser mais rápido na tomada dessas decisões.

E aí, Presidente, eu vou contar uma coisa aqui que aconteceu comigo, não foi neste Governo, foi eu acho que na era do Governo Itamar, eu estava numa localidade do interior do Espírito Santo e falo porque

deve ter alguém de lá nos ouvindo pela TV Senado, Marilândia, e umas meninas, menores, estavam fazendo um bailezinho na cooperativa, porque nem tinha sede, era em cima da Cooperativa Agrícola, e um bailezinho para arrecadar fundos para a formatura das meninas. Eu estava por ali, já era umas nove, dez horas da noite, eu falei: “Eu vou passar no baile para ter uns votinhos lá e tac”. Eu fui ao baile e, quando eu cheguei lá, Presidente, daí um pouco chega dois camburões da Polícia Federal de metralhadora, entrou assim, eu pensei: “Tem algum traficante aqui dentro, aonde que eu fui me meter”. Não, era o ECAD, tinha um cara de paletó e gravata, era o cobrador do ECAD. E aí, era na época do cruzeiro, mas eles botaram assim dois milhões e meio de multa e as meninas tinham arrecadado trezentos mil cruzeiros, quer dizer, elas tinham que fazer baile uns trinta anos para pagar a multa. E aí eu disse para o cara da Federal, eu falei: “Meu amigo, eu estou com um problema, porque eu dei um aval para o cara, ele sumiu, será que você não pode cobrar para mim? É só para o ECAD que vocês cobram”. Estavam lá cobrando. “Passaram por cima – eu disse a ele – de cocaína, de tráfico, de contrabando, para vir numa vila, num bailezinho de trezentas crianças, menores, para fazer um negócio desse aqui?” Fechou o baile. Eu vi, eu estava presente, acabou o baile. Até quando o carro foi embora as meninas falaram: “Será que a gente podia começar de novo, Senador?” Eu falei: “Não começa não, que eles podem voltar, é melhor todo mundo ir para casa”. Então veja que não pode cobrar, mas estava cobrando. Talvez hoje mudou, naquele tempo vinha do regime militar, estava diferente.

Então eu acredito, Sr. Presidente, até esse Projeto nosso que passou aqui, que já foi aprovada a proibição de cobrança em cinema, segundo a informação do Dr. Marcos nós vamos bater de cara com um organismo internacional, porque nós proibimos a cobrança nos cinemas pela lei e o Crivella botou o seguinte: “Não pode cobrar do estrangeiro; do brasileiro, quando é filme brasileiro, tem que cobrar”, quer dizer, ficou até meio pernalonga aí, que vai favorecer na verdade ao gringo. Tem que se analisar isso.

A outra coisa que nós temos nessa área, eu estou vendo, Presidente, outro dia eu fui aqui no Shopping de Brasília, todas aquelas lojas de discos, de música, de DVD, tudo fechou. Não tem mais nada. Agora o senhor vai na Feira do Paraguai, é pirata para tudo quanto é lado que a gente está vendo. O que é que está acontecendo? Outro dia eu encontrei até um amigo meu, ele falou assim: “Gerson, de brasileiro eu não compro pirata de jeito nenhum; mas de gringo, eles estão tudo rico, eu só compro pirata, que eu não quero mandar dinheiro para fora”, quer dizer, chegou a haver até um

conceito nacionalista da pirataria, que é ilegal, é ruim e a gente sabe que ela está misturada com tráfico de drogas, com bandidagem, com tudo quanto é coisa e nós não estamos conseguindo inibir. O Sérgio Reis é meu amigo e ele falou: “Gerson, eu gravei no ano passado um CD” – e aí eu fiquei preocupado com o Francisco Moreirão, eu estou até pedindo desculpas a ele -, eu me lembrei que o Sérgio Reis falou: “Gerson, eu gravei um disco para lançar perto do Natal. Estava no camelô antes de eu lançar o meu disco”. Ele disse que o cara roubou uma cópia no estúdio, foi na China e voltou tudo, já estava vendendo no camelô o disco do Sérgio Reis antes dele lançar o disco, ele ia fazer o Faustão para lançar o disco e foi para o camelô antes. Então veja V. Ex^a. que essas coisas, dizem que a lei tem que ser caudatária dos fatos, mas ela está caudatária demais, nós já estamos lá na rabeira dos fatos. Nós temos que começar a agir com mais rapidez coibindo essas coisas.

Eu quero cumprimentar, foi uma beleza de Audiência, o Brasil acompanhou, quem acompanhou pela TV Senado está vendo. Como está não pode continuar. Nós temos que mudar e depende de nós mudarmos. Nós não podemos é demorar a mudar, porque até a iniciativa cultural... E não pode confundir, não significa que quem quer mudar está contra os direitos autorais. Não, nós queremos é preservar, garantir. O direito autoral é fundamental. No dia que não tiver direito autoral que estímulo terão aos nossos compositores, artistas e tal?

E falou muito certo o Dr. José que a música brasileira está em quarto lugar no Japão, dominando o mercado brasileiro nas rádios. A gente vê fora do Brasil a música brasileira cada vez se impondo mais. Agora com esse desincentivo total da pirataria, com essa cobrança toda pirata também dos direitos autorais, nós vamos acabar tendo um desestímulo à criação artística no Brasil.

Nós estamos comemorando agora os cem anos do Machado de Assis. Veja, eu acredito que o pouco incentivo do direito autoral, nós não produzimos num século um outro Machado de Assis. Tivemos grandes escritores, temos aí, mas por que é que nós estamos aqui agarrados, admirando cem anos depois como o grande gênio da literatura brasileira, portuguesa e até mundial, está o Machado de Assis ainda imperando. Nós não produzimos mais talvez por essas coisas todas.

E até, Sr. Presidente, eu ouvi uma coisa muito interessante, que eu não consegui entender, que a literatura portuguesa começou a aparecer agora com Saramago a nível mundial, com o Prêmio Nobel dele. E aí as artes, por exemplo, pictóricas, escultura brasileira e portuguesa não se afirmou no mundo ainda,

não se colocou. E aí disse um autor ali que foi porque o Marquês de Pombal fechou todos os conventos, as pessoas pararam de refletir e a introspecção que produzia para a arte desapareceu. Eu não consegui entender como é que é isso porque é um troço meio esquisito. Significa que se fechar os conventos todos não vai ter mais filme, não vai ter... Mas, saco, eu não entendi isso daí. Mas como todo mundo escreve o que deseja...

Eu tenho essa preocupação. Eu acho que se nós aperfeiçoarmos a lei, nós vamos incentivar a produção brasileira mais do que ela é. V. Ex^a. era um garoto, Presidente, mas eu já era Deputado quando se discutia o problema dos enlatados. 1976, o enlatado, o enlatado vai acabar com a cultura brasileira. Hoje é um enlatado brasileiro que está indo para Cuba, para a China, para os Estados Unidos. Eu vi outro dia em espanhol os nossos artistas tudo falando espanhol para as TVs espanholas que tocam lá, na América Latina, então a gente vê hoje uma programação de uma TV brasileira, tem um enlatado ou dois por semana, talvez. Então veja que o Brasil superou isso, superou com criatividade. E vamos falar a verdade, de TV aberta, quem olha para fora, nós fazemos a melhor TV aberta do mundo, ela é feita hoje no Brasil e todo mundo que vem aqui fala e os prêmios que nós estamos ganhando.

Então eu não tenho pergunta a fazer, eu quero cumprimentá-los, foi uma aula magna que foi dada hoje aqui ao país inteiro daquilo que está sendo feito errado e daquilo que nós temos que corrigir para fazer certo.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Muito bem. Agradeço ao Senador Camata. Passo a palavra ao Senador Papaléo Paes.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Sr. Presidente, quero parabenizar a todos aqui da Mesa porque todos realmente trouxeram para nós informações importantes e que vão nos subsidiar para tornarmos esta lei uma lei mais justa ou justa, que eu não sei se ela hoje é justa. Mas eu quero agradecer, todos colaboraram, parabenizar ao Presidente por estar presidindo a Sessão e também por ser um dos autores do requerimento.

Mas eu quero dizer que realmente o ECAD, nós não somos contra, claro, a arrecadação relativa a direitos autorais, claro que não, que não somos contra. Mas o ECAD, ele, para mim, é uma organização muito antipática, porque lá no Amapá, há vinte anos atrás, trinta anos atrás, eles fechavam Casas de Shows, diversas. Tinha uma senhora que era representante do ECAD lá, que eu não vou aqui falar o nome, mas ela chegava com Poder de Polícia mesmo. Eu não sei se ela estava uma propinazinha ali para um policial, um

ou dois, chegavam lá para fechar e fecharam várias Casas de Shows, várias mesmo. Então por isso já se tornou antipatizada. Eu tenho essa imagem assim de uma organização que pode ser muito organizada como instituição, mas é muito desorganizada no sentido de distribuir o que arrecada e até de maneira incorreta arrecadar o que não deveria arrecadar. Então essa ditadura, esse autoritarismo dessa instituição faz com que haja uma necessidade absoluta de nós termos o Estado sim fiscalizando e até interferindo em certas ações autoritárias do ECAD. Então permitam-me ter esta visão, porque foi a imagem que me foi passada muitos anos atrás, e que hoje nos espanta ao ouvirmos algumas declarações aqui sobre esse autoritarismo que eu acho que é ímpar no nosso país, com o Governo não tendo nenhum poder de fiscalizar, de interferir, a não ser através de leis já existentes, mas que não são específicas para o caso.

Eu quero fazer perguntas sim. Perguntas que eu quero objetividade, se for possível, porque deixaram assim muitas dúvidas para nós, apesar de termos escutado algumas respostas já.

Ao Diretor da ABRAMUS, Sr. José de Araújo Novaes Neto. Como o ECAD estipula os valores que cobra?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu até sugiro que sejam feitas as perguntas e na sequência as pessoas respondam.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Eu posso até ler e encaminhar ao senhor as perguntas que estão escritas. Como é o processo decisório de seu Conselho e como se compõem as associações que dele fazem parte? Como faço para me associar ao ECAD se eu tiver uma Associação de Compositores, por exemplo, aqui em Brasília? Se os cinemas americanos pagam direitos autorais aos autores brasileiros? Se o ECAD tem sido flexível em negociar algum critério razoável com os exibidores? Se o ECAD tem tentado fechar cinemas? Eu posso até encaminhar à Mesa.

SR. JOSÉ DE ARAÚJO NOVAES NETO: Senador, eu--

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Só um minutinho. V. Ex^a. já concluiu?

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Quero agradecer, só quero escutar a resposta agora.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Então eu iria passar a palavra na mesma sequência para os expositores. Então como as perguntas foram diretamente endereçadas ao Dr. José de Araújo, passem em primeiro lugar a palavra a ele, mas depois também eu passo aos demais expositores para falarem, porque eu sei que uma observação do Senador Gerson Camata, até o Dr. Ícaro queria também se ma-

nifestar sobre aquilo, e, naturalmente, as observações dos dois e as respostas aqui podem depois também servir como comentário também final dos expositores. Então, em primeiro lugar, e na sequência o Dr. Alexandre. Dr. José de Araújo Novaes Neto.

SR. JOSÉ DE ARAÚJO NOVAES NETO: Pois não, Senador. Se bem entendi eu respondo ao nobre Senador e vou ter a oportunidade de me manifestar como razões finais.

Pois não, Senador. Eu queria, antes de mais nada, dizer que muito embora eu represente uma sociedade que integra o ECAD, na verdade eu não estou aqui como representante do ECAD. O ECAD até já foi ouvido na outra Audiência Pública. Então algumas dessas questões, na verdade, elas são questões específicas, mas na medida do possível eu vou respondê-las.

Como o ECAD estipula os valores que cobra? Existe a assembléia geral do ECAD que é formada pelas associações e que disciplina as regras de arrecadação e de distribuição dos direitos autorais. Então esses valores são estipulados nas assembleias gerais.

Como é o processo decisório de seu Conselho e como se compõem as associações que dele fazem parte? É importante a gente lembrar, inclusive o Marcos Souza, do Ministério da Cultura, colocou muito bem isso, a gente lembrar como era o sistema autoral brasileiro antes de existir o ECAD. Então eu vou dar um exemplo assim. Se eu sou um produtor e vou realizar um show, então nesse show seriam apresentadas quinze músicas. Aí eu descobri que a música “a” é de um autor que é filiado à ABRAMUS, a música “b” é de um autor que é filiado à UBC, a música “c” é de um autor que é filiado à AMAR e a música “d” é de um autor que é filiado à SUCIMPRO(F). Antes do ECAD o que eu teria que fazer? Eu teria que ir a todas essas sociedades, pagar para cada uma delas os direitos autorais daquelas respectivas músicas. O que o ECAD trouxe de novo naquele momento? O Escritório Central de Arrecadação e Distribuição. A idéia do legislador foi exatamente de reunir aquelas associações que já existiam para que elas administrassem conjuntamente a arrecadação e distribuição dos direitos autorais para que o produtor, o músico, pagasse num caixa só e não tivesse que pagar para cinco associações diferentes. Então eu acho que é importante colocar que hoje, quando se faz essa crítica ao ECAD, que a gente tenha a noção exata de como era antes e de como o ECAD foi uma conquista dos músicos e como o ECAD agilizou e tornou mais razoável a cobrança dos direitos autorais. Então essas associações fazem parte, elas compõem a assembléia geral do ECAD, existem aí algumas particularidades com relação a essas associações, as efetivas e administradas, como o Dr. Marcos Bitelli teve

a oportunidade de colocar, mas de qualquer maneira quem administra o ECAD, quem disciplina a forma de cobrança e tudo mais é exatamente as associações dentro da assembléia geral. Aí é fixado, como o próprio Dr. Marcos também colocou, a forma pelo qual cada associação tem o poder de voto. Então as associações que mais arrecadam têm mais votos. Hoje na assembléia do ECAD as duas associações que mais têm votos são a UBC e a ABRAMUS, cada uma tem onze votos na assembléia geral do ECAD.

A terceira pergunta: Como faço para me associar ao ECAD se tiver uma Associação de Compositores em Brasília, por exemplo? Como o Dr. Marcos teve a oportunidade de colocar, existe uma regra no Estatuto do ECAD que limita, que torna difícil, são uma série de exigências para que uma sociedade possa se gabaritar, se credenciar a integrar o rol das sociedades do ECAD. Uma delas é aquela exigência que tenha 20% do repertório nacional. Então são uma série de regras que existem no Estatuto do ECAD. Então se essa associação, por exemplo, conseguisse suprir essas exigências, ela poderia se credenciar a participar da assembléia do ECAD, integrar o ECAD.

Se os cinemas americanos pagam direitos autorais aos autores brasileiros? Se bem entendi, nobre Senador, é uma coisa que eu tinha falado com relação à questão de que a música que é executada no Brasil, a música estrangeira que é executada no Brasil, as associações brasileiras arrecadam e transferem aos seus autores no exterior muito mais do que as músicas brasileiras que são executadas nos outros países e é nos repassada. Então existe aí uma visão um pouco diferente do que o Marcos de Souza falou, porque na verdade esse risco de se chegar à OMC, na verdade, é um risco maior até dessas sociedades estrangeiras serem denunciadas na OMC porque não repassam ao Brasil os direitos autorais, porque a proporção de repasse das associações brasileiras para o exterior e das associações internacionais para o Brasil, ela varia de 85% que nós transferimos para lá e 15% que eles transferem para cá. Então recentemente ocorreu na CISAC, que é a Confederação Internacional de Sociedades de Autores e Compositores, que é o órgão internacional que congrega as Associações de Autores, que houve uma denúncia em relação a uma sociedade da América Latina que não estaria repassando direitos autorais devidamente às sociedades européias. Nessa ocasião, nesse evento da CISAC, a própria ABRAMUS fez uma denúncia à assembléia da CISAC de que na verdade o mesmo problema estaria ocorrendo com várias das sociedades européias que não repassam ao Brasil devidamente esses direitos autorais. Eu, como Diretor da ABRAMUS, posso testemunhar que é uma

coisa freqüente e comum músicos e compositores e artistas brasileiros que se apresentam no exterior reclamarem que não recebem os direitos autorais referentes às suas apresentações no exterior. Então hoje em dia podemos dizer que as sociedades brasileiras têm cumprido o seu papel de exportar esse dinheiro que é devido aos autores internacionais, mas as sociedades internacionais, boa parte delas, não tem dado essa contrapartida. Isso são números, são números que não mentem.

Se o ECAD tem sido flexível em negociar algum critério razoável com os exibidores? Pelo que eu tomei conhecimento aqui, nobre Senador, que o Dr. Alexandre Annerberg esteve recentemente no ECAD e que abriu um canal de negociação para que possa eventualmente se fazer essa negociação.

Se o ECAD tem tentado fechar cinemas? Na verdade eu creio que o ECAD tem uma interpretação em relação à Lei Autoral que pode até levar ao fechamento de cinemas.

Aproveitando o gancho dessas indagações, eu queria fazer aqui uma breve reflexão com relação a essa questão, porque na verdade, assim, como V. Ex^a. falou, o ECAD é demonizado, e ele é demonizado porque ele cobra, ele é cobrador. Então nesse ponto ele é cobrado, como disse o Presidente da ABMI, de certa maneira pela sua eficiência. É claro que existem distorções. V. Ex^a. mencionou aqui um fato ocorrido no seu Estado, o Senador Gerson Camata também mencionou outro fato. É claro que distorções existem e precisam ser corrigidas, mas nós não podemos perder do foco o seguinte: quando se critica o ECAD porque o ECAD arrecadou trezentos milhões no ano passado, eu acho que isso deve ser celebrado porque é uma quantia que foi arrecadada para pagamento dos autores e todos os agentes da cadeia produtiva da música. Aliás, eu acho que o ECAD poderia arrecadar muito mais, muito mais se não fosse a inadimplência principalmente da maioria das rádios. Então quando a gente entra nessa questão “Vamos mudar a Lei Autoral”, nós não podemos perder de foco quem está do nosso lado, com quem nós estamos lutando, o que nós queremos algar, porque nessa luta toda nós estamos perfilados com vários inadimplentes que não querem pagar o direito autoral. Então nós precisamos separar o joio do trigo. E como eu falei no início da minha intervenção, o meu papel aqui é trazer o lado do autor e eu falo isso com propriedade porque, antes de ser Diretor da ABRAMUS, eu sou um dos signatários de criação do Fórum Nacional de Música, sou Coordenador do Fórum de Música de São Paulo e represento o pleito dos músicos e compositores, inclusive representei o Fórum de Música de São Paulo na Câmara Setorial

da Música, que foi promovida, foi organizada pelo Ministério da Cultura, do qual uma das conclusões que no Fórum acabaram chegando foi exatamente a reflexão sobre a necessidade de um órgão regulador. Então na verdade eu fico muito à vontade para fazer esse tipo de comentário, mas eu chamo a atenção para esse outro lado que é o lado de quem cobra, quem cobra será sempre demonizado. Se tivermos aí um órgão regulador do ECAD, o ECAD vai continuar cobrando, as pessoas vão continuar não querendo pagar e a posição antipática vai continuar sendo a mesma, porque o que eu acho que deve ser observado é se existem distorções, se existem coisas que precisam ser corrigidas, então que enfrentemos essas coisas para corrigi-las, mas nós não podemos tirar do foco que o ECAD foi uma conquista dos músicos, se a gente voltar atrás e tratar da origem do ECAD, e todos nós queremos o aperfeiçoamento do sistema de arrecadação e distribuição de direitos. Eu acho que nós estamos buscando exatamente isso. E se a gente tiver a noção de quem está desse lado ou pleiteando uma mudança na lei, se for o caso para melhorar o repasse dos direitos aos autores, nós estaremos numa posição plenamente correta, mas não podemos confundir isso daí também com posicionamento com relação a quem não quer pagar o direito autoral.

Só para finalizar eu queria só fazer uma referência ao que o Ícaro falou no início com relação à posição da ABRAMUS com relação à gestão coletiva do audiovisual. Eu reitero aqui, Ícaro, que se foi ventilado que a ABRAMUS em algum momento iria fazer ou teria interesse em fazer gestão coletiva, ela não tem esse interesse, ela não tem esse interesse. A ABRAMUS quer só tratar da codificação do audiovisual e quer colaborar e colocar à disposição da sociedade ou do órgão que for fazer essa gestão coletiva. Ela não tem interesse em fazer a gestão coletiva.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS

(PT-PR): Agradeço então ao Dr. José de Araújo, e sempre destacando, também, que em todos os debates, em todas as intervenções que foram feitas pelos Senadores e pelas outras pessoas, sempre no sentido de que a propriedade intelectual deva ser valorizada. O que na verdade se discute pelos relatos todos é um estado assim de coisas, de confusão, de problemas, de falta de entendimento, de falta de clareza, de transparência que deve ser ultrapassado pela falta de legislação. Foi dito assim de uma maneira muito clara que existe uma carência de legislação que precisa ser suprida em nosso país e esse que é o objetivo também como desdobramento dessa nossa Reunião, inclusive com o apoio, como já foi dito, da PUC-SP, através da figura do Professor Marcos Bitelli isso vai ser formalizado,

para que esta ausência de legislação deixe de imperar em nosso país. Então realmente nos debruçarmos em termos de aspectos legais que seria o desdobramento eu penso que principal desta Audiência Pública. Passo em seguida a palavra ao Dr. Alexandre Annerberg.

SR. ALEXANDRE ANNENBERG: Bem, as palavras do Senador Arns sintetizaram exatamente aquilo que eu gostaria de lembrar nesse final de Reunião, porque ao contrário do que disse o Dr. José de Araújo, o ECAD não é demonizado porque cobra. O ECAD é demonizado porque cobra mal, porque não sabe cobrar e porque não instituiu uma sistemática de cobrança que seja alicerçada em instrumentos lógicos, que façam sentido para todos aqueles que querem sim pagar os direitos autorais. Eu não vi aqui nessa Mesa, como não vi em nenhum dos associados da ABTA, a disposição de não pagar direitos autorais. Isso não existe. Nós somos uma indústria, em particular a televisão por assinatura, que privilegia o direito autoral por definição. Então o que se pretende é que se encontre uma nova fórmula de cobrança que seja menos arcaica e menos ineficaz. Isso é tão mais importante, principalmente agora que nós estamos no limiar de um mundo novo de distribuição de conteúdos audiovisuais com consequências extraordinariamente revolucionárias, via Internet, via todas as novas plataformas que hoje estão disponíveis para o acesso ao conteúdo audiovisual. Nós precisamos estar avançando, estar além nas metodologias e não regredindo e impondo simplesmente valores absolutamente inexplicáveis e incompatíveis com as estruturas de faturamento, estruturas de receita, estruturas de negócio do negócio do audiovisual.

Então o desafio claramente dos senhores, o desafio do Legislativo, é olhar para frente, agora não se trata mais de olhar para trás, de olhar para tudo aquilo que foi feito de errado. Nós já sabemos. O grande desafio agora é como diante de toda essa nova visão de que é a distribuição do conteúdo audiovisual, de que maneira vai se poder remunerar adequadamente o direito autoral de uma forma que permita a essa indústria prosperar. E nós corremos o risco de estar oferecendo, justamente com o intuito de privilegiar, de estimular, de fomentar a produção de conteúdo nacional, que essa é uma nossa obrigação e um nosso objetivo, corremos o risco de termos de estar discutindo, como estamos hoje discutindo na Câmara dos Deputados, um Projeto de Lei que institua a forma mais retrógrada e ineficaz de reserva de mercado que é a instituição de quotas de conteúdo sobre os canais de TV por assinatura. Esse é um outro discurso, evidentemente é uma outra questão que eu oportunamente quero ter a oportunidade de detalhar aqui para os senhores, mas o que

nós pretendemos é encontrar as fórmulas eficazes de fomentar, de incentivar, de estimular, de aumentar a participação no conteúdo nacional nas grades de televisão por assinatura. E aí os motivos para isso são inúmeros, não cabem aqui agora essas explicações, mas cabe aqui cumprimentar a iniciativa dessa Audiência Pública e, acima de tudo, cumprimentar a proposta do Senador Camata, secundada pelo Senador Arns e o Senador Papaléo também no sentido de convocar um especialista como o Dr. Bitelli para que possa ajudar na definição de um instrumento arrecadatário que possa ser respeitado por todos. E é isso que nós queremos, nada além disso. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Agradeço ao Dr. Alexandre Annerberg a participação nessa Audiência pública também e passo em seguida a palavra ao Dr. Ícaro Martins, Presidente da Associação Paulista de Cineastas.

SR. ÍCARO MARTINS: Eu queria agradecer enormemente a chance de ter vindo aqui. Eu queria também esclarecer que, por exemplo, nós, cineastas, diretores, enquanto autores nós temos, por exemplo, em algumas questões temos discordâncias com a ABTA, por exemplo, na questão de quota de tela e tal, mas nessa questão dos direitos autorais nós temos concordância, ou seja, nós não pensamos em blocos monolíticos. Nós temos, no setor cinematográfico, nós temos uma grande tradição de negociação. Todo ano, por exemplo, nós temos reuniões onde se discute a quota de tela com os exibidores, distribuidores, produtores. Existem opiniões diferentes e a coisa funciona porque nós temos um fórum de arbitragem que no caso do cinema é a ANCINE.

Então eu queria também falar assim, por exemplo, eu não vou ser tão radical, embora eu tenha falado muito contra o ECAD, eu não sou tão radical quanto o Senador Gerson Camata que propôs a extinção sumária. Eu acho que o que acontece é o seguinte: o ECAD, sem dúvida, quando ele surgiu, ele surgiu com boas razões e representou um avanço. Com o tempo a realidade foi mudando e vão se criando distorções, como a falta, por exemplo, desse mecanismo concentrador que nós presenciamos, eles tentando reproduzir numa sociedade de gestão de cinema, isso, digamos, são desvios de conduta que foram surgindo a nosso ver justamente no vácuo da legislação, no vácuo da extinção do Conselho Nacional de Direitos Autorais.

Então nós queremos sim, urgentemente, uma legislação que corrija essas distorções, que coloque limites à ação e discipline a ação do ECAD que entrou por uma via a nosso ver, assim, nunca houve realmente de fato uma posição de negociação, isso pelo menos

eu posso assegurar da parte do nosso setor, sempre aconteceu isso.

Eu queria fazer uma ressalva que eu acho importante quanto ao que foi mencionado aqui, o PL 532, que tem aquela Emenda do Senador Crivella. O que acontece é o seguinte, por exemplo, no nosso entender, eu já conversei inclusive com o Dr. Bitelli sobre isso, o PL 532 foi, digamos, feito visando resolver rapidamente um lado do problema, a questão dos exibidores, sem olhar todo o resto. Com a Emenda, por exemplo, do Senador Crivella, que inclusive institui a cobrança apenas sobre o cinema nacional, sobre a produção nacional e não sobre a produção estrangeira, a situação se agrava aí ainda mais porque, assim, digamos, o produto nacional, os filmes nacionais teriam um tributo a mais, ou seja, uma condição ainda mais piorada de competição com o cinema estrangeiro. Então eu acho que isso é uma questão realmente, assim, eu acho que é uma questão que precisa, nesse caso dos direitos autorais, se fazer uma revisão um pouco mais profunda. O PL 532 nos passou um pouco a impressão, desculpe a expressão, mas assim de uma gambiarra momentânea. Então resolve um problema aqui e estoura um outro cano ali. Então tipo eu acho que precisa ser realmente um trabalho um pouco mais dedicado quanto a isso.

Eu queria também fazer uma observação quanto à questão da pirataria, que o colega aqui ao lado falou. A pirataria, eu não diria, eu não sei se são 80%, mas existe--

SR. FRANCISCO JOÃO MOREIRÃO DE MAGALHÃES: Isso é uma estimativa, não dá para calcular um percentual exato.

SR. ÍCARO MARTINS: É. Existe, sem dúvida, um grande fator de evasão fiscal dentro da pirataria no Brasil. É uma pirataria que em grande parte vem de fato de dentro do sistema. E existem vários indícios disso. Desde a época, por exemplo, da fita cassete, as sociedades de diretores e de produtores sempre pleitearam que as coisas fossem seladas, com número de série e tal, e sempre encontramos uma grande resistência tanto por parte dos distribuidores quanto dos copiadores de Home Video quanto a isso. Então agora parece que estão começando a mudar de posição porque talvez a coisa tenha começado a sair do controle deles. Os métodos de reprodução ficaram mais fáceis e então talvez, assim, tem aquela coisa do ladrão que rouba ladrão tem cem anos de perdão. Agora realmente assim uma grande parte tem a característica de evasão fiscal e isso nós percebemos tanto pela qualidade do produto pirata, que existem produtos piratas em que o suporte é mais vagabundo, mas digamos a qualidade da cópia é muito boa. Então é assim uma pirataria

que em grande parte vem de dentro do sistema isso. Mas isso é uma outra questão.

Então eu queria finalmente agradecer e dizer que realmente, assim, é urgente essa revisão, porque quanto mais se avança, ainda mais nesse momento de mudança tecnológica, nós estamos numa encruzilhada e queria sugerir também que além do Dr. Bitelli, que o Ministério da Cultura também fizesse parte desse grupo de consulta aqui de mudança na legislação porque eu acho que é uma coisa que precisa realmente de uma participação bastante grande. E nós, claro, estamos sempre dispostos a colaborar com V. Ex^{as}. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Agradeço ao Dr. Ícaro. Sem dúvida alguma o Ministério da Cultura participaria e participará dessa discussão. O que é importante, que eu estava até falando com o Dr. Marcos antes, é nós termos um texto básico, quer dizer, um texto que sirva para debates internos num primeiro momento e, depois, também que esse texto legal possa servir também de subsídio naturalmente para Audiências Públicas e se ouvir os setores todos da sociedade para opinarem sobre o texto da lei. Mas é importante, assim, o Ministério da Cultura e a PUC-SP, através do Dr. Marcos, proporem, como o Dr. Alexandre colocou, serem convocados a ajudarem o Legislativo a ter um texto básico que depois vai seguir a sua tramitação dentro dessa Casa.

SR. ÍCARO MARTINS: Eu disse isso porque a APACI, a ABRACI e os roteiristas, nós temos colaborado com o Ministério da Cultura justamente na elaboração de alguns princípios básicos para a legislação.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Certo. Eu agradeço a lembrança, mas a gente de fato estava pensando, o Dr. Marcos inclusive antes já havia se colocado à disposição até para detalhar mais a apresentação que também vai ser muito importante. Passo, então, a palavra ao Dr. Marcos Bitelli, que é Professor da PUC-SP, Especialista nas áreas de Propriedade Intelectual, Audiovisual e Comunicação Social, para as suas considerações.

SR. MARCOS ALBERTO SANT'ANNA BITELLI: Muito obrigado. Eu vou tentar ser objetivo e rápido porque a hora está avançada.

Eu queria fazer um primeiro comentário com relação ao que falou o Senador Camata naquela festinha de criança, por que é que aquela multa ficou gigante, Senador? Existe um artigo na Lei Autoral, 109, que precisa ser revisto com urgência, porque esse artigo estabelece uma multa de vinte vezes o valor do direito autoral não pago numa comunicação pública. Então, por exemplo, nós temos um caso de um cinema da Bahia, no Shopping Iguatemi, aonde o Juiz acabou acolhendo essa multa em cima de uma cobrança de

dois milhões e meio de reais, que são oito anos de disputa no Cine Shopping Iguatemi e essa multa já está hoje em cinquenta e três milhões. Esse cinema, inclusive, foi fechado com uma liminar, esse cinema acabou abrindo com uma caução judicial e por causa dessa distorção, que o STJ inclusive já disse que essa multa é inconstitucional, já há um caso aí de cinquenta e três milhões de condenação, quando o Código Civil diz que nenhuma multa poderá ser maior do que o valor da obrigação principal. Então isso já é uma das graves distorções que é a questão do art. 109, que tem uma lei que estabelece uma multa que é vinte vezes o valor da obrigação. Nem o não pagamento de tributo tem uma multa de vinte vezes, não é?

O segundo ponto que eu queria tocar rapidamente é com relação à menção que foi feita aqui de que os exibidores de cinema só foram procurar o ECAD quando já tinham perdido. Isso não é ocorrido correto, não é verdade, porque os exibidores, por várias vezes, através da Federação Nacional das Empresas de Cinema estiveram presentes ao ECAD, inclusive em 1997 houve uma reunião histórica entre todos os exibidores brasileiros e de todos os distribuidores, inclusive as majors(F) americanas, dentro do escritório do ECAD, no Rio de Janeiro, tentando se estabelecer um consenso tripartite entre quem fornecia o filme, quem exibia o filme e quem era o representante dos titulares da música, e essa reunião foi histórica porque estavam todos os presidentes das Companhias com poder decisório e a posição do ECAD nessa reunião foi a seguinte depois de seis horas: “Agradeço a presença de todos, podemos fechar qualquer tipo de convênio, desde que não se mude a alíquota e nem a base de cálculo”.

Com relação a uma menção que foi feita sobre o caso do Espírito Santo, eu só peço a palavra aqui para dizer que infelizmente eu sou o Advogado da ação contra o Cine Falcatrú, que é o nome do Cineclube do Espírito Santo, da Universidade Federal. E a bem da verdade duas coisas têm que ser dita. Primeiro, não há nenhum pedido e nenhuma sentença mandando destruir bens da universidade, porque nem foi feito esse pedido. Isso acabou saindo na Internet, um boato desse, isso eu posso mandar a sentença para os senhores, isso nunca aconteceu. Na verdade o que aconteceu no caso do Cine Falcatrú, como o próprio nome diz Cine Falcatrú é o nome do Cineclube da Universidade, não é um nome muito bom para um Cineclube da Universidade Federal. Segundo, que lá no Espírito Santo esse caso judicial só foi adiante porque na verdade era um laboratório fomentado pela própria Faculdade de Comunicação Social que instigava, e na verdade o roteiro era pegar filmes inéditos no Brasil,

baixar na Internet, pirata, legendar no computador da própria universidade e fazer exibição pública convidando a comunidade capixaba para assistir ao filme e não precisava pagar nada, mas tinha que levar a cadeira e o lanche. Isso era feito dentro do estabelecimento da Universidade Federal com a área fornecida pela Universidade Federal. E por que é que isso aconteceu? Isso aconteceu porque eles não foram piratear nenhum filme brasileiro. O filme Kill Bill 2 e o filme Fahrenheit 193, que era aquela crítica ao George Bush, a Avant première nacional era lá, quer dizer, o filme estava marcado para passar dali um mês aqui no cinema aqui no Brasil, com política de lançamento e etc., e a Avant première nacional era no Cine Falcatrú. Então o que aconteceu? Ali houve uma ação pontual aonde realmente os titulares dos direitos autorais das obras entraram com uma ação contra a universidade dizendo o seguinte: “Olha, a universidade não pode fomentar um cineclubismo que chama Cine Falcatrú e que o projeto de estudo analítico é baixar na Internet filme pirata sem direitos no Brasil, legendar e fazer comunicação pública”. Então a questão era a origem deste conteúdo, ou seja, nós não podemos transigir com os direitos autorais sob pena de destruí-los. Fosse o que fosse, seja um filme brasileiro, ou seja, um filme estrangeiro. Então eu só queria dar esta explicação.

Com relação à pergunta de V. Ex^a. ao direito de se associar, o Estatuto do ECAD esquece que nesta Casa foi feita uma Constituição em 1988 e no art. 5º diz o seguinte: Todo brasileiro tem o direito de se associar e permanecer associado ou não, menos no ECAD. Quer dizer, o ECAD é a única entidade que tem o monopólio associativo para arrecadar e se dá ao direito de não aceitar sócios sob determinadas condições e, pasmem, expulsou duas entidades uma vez, quer dizer, se o eu sou expulso do ECAD, como eu faço para arrecadar? Então essa é uma questão constitucional.

Com relação aos cinemas americanos, que foi outra pergunta de V. Ex^a., na verdade não é bem o que a ABRAMUS respondeu. Não é porque há um erro ou estão cobrando a menos, é porque lá realmente a sala de cinema não é pagadora de direito autoral de comunicação pública. E este pagamento de quinhentos mil, que se falou da composição, isso acontece em todo o lugar do mundo. Aqui no Brasil também, quando se faz uma música, o produtor paga esse direito, que se chama direito de inserção, ou seja, direito de colocar, embarcar a música na obra audiovisual. O segundo direito é que é liquidado nos territórios. O segundo direito é justamente a comunicação pública que o Brasil optou pela gestão coletiva monopolizada através de uma central.

Fechamentos de cinemas. Eu queria dizer para o senhor que não é só de cinemas. É de televisão por assinatura também e de televisões abertas. Então eu posso dizer para o senhor que já foram cassadas liminares contra a Telefônica, contra a TVA, contra a SKY, contra a DIRECTV, além dos processos crimes que foram ajuizados e, pasmem, você tem quinhentos mil, trezentos mil assinantes pendurados num contrato, regras para obedecer junto com a ANATEL junto no sentido do Plano Geral de Metas de Qualidade com os Assinantes e aí o titular da música de um conteúdo, que é operadora sequer é dona, porque ela só entrega esse conteúdo, consegue uma liminar num Juiz de primeira instância tirando do ar enquanto não pagar. Então eu digo aos senhores o seguinte: as televisões hoje que estão no ar e os cinemas estão que estão abertos, ou estão abertos porque cassaram as liminares ou porque estão depositando em juízo uma caução para garantir o seu funcionamento, quer dizer, nem a ANATEL tira do ar uma televisão por assinatura e o ECAD tira.

Com relação a essa história do ECAD cobrar bem e por isso ser odiado, na verdade não é que ele cobra bem, na cobra o que não foi combinado e por isso que há resistência. Se houvesse um consenso, não haveria a resistência. E volto a dizer o que eu disse naquela hora para o Senador: todo mundo quer que o ECAD arrecade mais. Não tem esse problema, ninguém diz: “Não quero que arrecade menos”. “Eu quero que arrecade mais”. Imagine se hoje ele arrecada 0% da TV por assinatura e arrecada 10% do cinema, se 100% da base contribuir certamente aumentará a arrecadação do ECAD. O problema é que não adianta a gente querer tirar todos os leites de uma vaquinha só. Vai acabar que a vaca vai morrer ou o leite vai secar.

Com relação à pirataria, eu não gostaria de me aprofundar nesse assunto, mas eu acho muito grave a afirmação que está sendo feita aqui, porque isso pelo menos não é a informação que existe no mercado e nem na Comissão de Combate à Pirataria, de que haja pirataria das fabricantes, das gravadoras, porque isso não é o que se tem notícia. O que se tem notícia é da pirataria ilegal mesmo.

Então eu queria agradecer a participação e dizer que me coloco à disposição de todos para o que for necessário. Muito obrigado, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Agradeço ao Dr. Marcos, só lembrando que esta Comissão de Educação, Cultura e Esporte já fez várias Audiências Públicas sobre pirataria, com a presença do Conselho Nacional, Polícia Federal, e nunca foi mencionado numa Audiência Pública esse fato das gravadoras suprirem o mercado com cópias piratas. De

qualquer forma, como surgiu a denúncia nessa Audiência Pública, nós vamos tomar as providências que foram mencionadas.

SR. ÍCARO MARTINS: Não é necessariamente as gravadoras, mas uma grande parte vem de dentro do sistema. Existem copiadoras, existem... Por exemplo, quando um filme chega ao público antes dele ser finalizado, antes dele ser lançado comercialmente, é porque a pirataria surgiu de dentro do sistema. Eu não sei exatamente em que parte, mas ela vem de dentro.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Muito bem. Eu passo, em seguida, a palavra ao Dr. Francisco Magalhães, Vice-Presidente da Associação Brasileira de Música Independente.

SR. FRANCISCO JOÃO MOREIRÃO DE MAGALHÃES: Obrigado. Eu gostaria de começar por esclarecer essa questão. Quando se fala em pirataria no geral, não em termos legais, no restrito à lei, se fala o seguinte: os discos e DVDs estão sendo vendidos baratos nos ambulantes. Bom, esses discos dos ambulantes, hoje, no mercado de São Paulo, mais de 80% são discos que não foram copiados ilegalmente; são discos com os selos das gravadoras vendidos pelos mesmos atacadistas que compram da minha gravadora e que vendem para os lojistas. Esses discos estão a três, quatro, cinco reais na banca do camelô porque a gravadora pratica esse preço. Se tem ilegalidade antes para ela conseguir praticar o preço, aí eu não sei, eu não tenho como afirmar. Mas esses discos estão lá. Se são piratas porque tem sonegação fiscal apenas, era bom verificar, porque realmente tem um preço impressionantemente barato. Se são piratas porque não pagam direitos autorais, na minha opinião política é que sim porque as gravadoras estão se valendo de contratos de cláusula de ponta de estoque para obter esses discos a dois, três reais. É só pegar o preço de tabela dos atacadistas de São Paulo. O disco chega a ser vendido pelo atacadista, portanto, comprado pela gravadora, não como ponta de estoque, mas como promoção do mês de novidade, chega a ser vendido a um real, dois reais, quer dizer, ele está vendendo acima do que pagou para a gravadora. E tem lá aquelas coleções de discos antigos, aquelas coleções, eu não vou nomear nenhuma aqui, mas aquelas coleções de coletâneas e etc. que são vendidas a esses preços. Realmente é isso que está abastecendo as bancas dos camelôs e os atacadistas têm até umas salinhas para os camelôs guardarem a banca, que é para fidelizar o cliente. Isso é uma questão fácil de ser verificada. Então me parece que o mercado da música está caindo por diversos setores(F), mas não por causa da pirataria, pensada aquela em que tudo é feito ilegalmente e só tem feito lá no exterior, o disco copiado ilegalmente,

vendido ilegalmente, todo o mercado informal. Não, eu não acho que essa pirataria que está derramando o mercado da música, não acho realmente isso.

Agora em relação à questão dos direitos autorais, olha, às vezes – me desculpem se parecer indelicadeza -, mas às vezes a gente fica surpreendido como tem gente que não quer pagar em meu nome o que eu quero receber. Como tem gente que não paga em meu nome para me favorecer o direito. Eu falo isso, meu que eu falo é a entidade, autores, tudo, produtores, intérpretes. Vocês vão me desculpar, mas numa relação que tem sido extremamente comercial, se o sistema e os valores do mercado fossem arcaicos e a arrecadação dele fosse ineficaz, os senhores não estariam tentando mudar a lei, estariam tentando perpetuá-lo, essa que é a realidade, porque a questão é pagar. Os valores, ora, é sabido. Os percentuais que foram estabelecidos pelos autores, eles estão perfeitamente coordenados e são equivalentes aos percentuais cobrados no mundo que seguem o mesmo tipo de Lei Autoral que nós temos aqui, diferente do americano que segue o Copyright. No geral eles seguem os mesmos percentuais, até porque tem a relação internacional de passar entre as sociedades, de autores estrangeiros de uns países para os outros. Eu acho que nessa questão, é claro que a lei pode ser aperfeiçoada. Bom, no dia que a gente fizer uma coisa acabada e perfeita, aí a gente é candidato a Deus, não é candidato a levar a luta. Quer dizer, é claro que pode ser aperfeiçoada. E mais, nós somos inteiramente favoráveis, achamos que foi um retrocesso a extinção CNDA. Nós somos inteiramente favoráveis à recriação do CNDA ou um organismo que cumpre essas funções de câmara arbitral, de regulação, de análise que tinha, porque isso aí garantia inclusive o melhor cumprimento da lei. A extinção do CNDA, que veio no bojo de todo um processo e uma convicção que surgiu na época de que todo lugar em que o Estado mete a mão está errado, porque a autoregulação que é ótima, foi extinto nesse processo contra a vontade dos autores, porque os autores que estavam no CNDA sentiam que existia uma regulação, facilitava tudo. Então nós somos inteiramente favoráveis a essa idéia.

Agora nós achamos, sinceramente, que em todo esse processo, para encerrar, em todo esse processo a questão dos direitos autorais, e isso é um apelo que eu faço aos ilustres Senadores, a questão dos direitos autorais deve, necessariamente, ser considerado não per si, sozinha, mas deve ser considerada no seguinte: ela é parte integrante de um processo de afirmação cultural nacional que está passando por outras coisas. Por exemplo, eu achei, foi lido, está aí um Projeto na Câmara que virá para o Senado, acredito, no proces-

so normal de tramitação virá para o Senado, sobre se tem quota, se não tem quota do produto nacional. Vários países têm. Tudo isso faz parte da mesma discussão. E mais: somos as mesmas entidades e são as mesmas empresas envolvidas. O processo é que leva que a rádio se sinta à vontade para não cumprir a Constituição, nem a Lei das Telecomunicações, e não tenha uma diversidade, não tenha uma regionalidade, não tem absolutamente nada, quer dizer, o jabá, nós estamos chegando num ponto que o jabá está começando a ficar obsoleto, porque a verticalização é tal que não tem mais como eu pagar jabá do bolso esquerdo para o direito quando eu estou na estrutura, não é? Está ficando obsoleto. Então é o extremo. Então eu acho que essa questão, eu levantei aqui alguns números, são números inclusive que eu tive o cuidado, que não foram os números levantados pelas entidades, por outras entidades, inclusive entidades que contestam a nossa visão, a nossa interpretação nesse número, para não dar PLAN(F), são números facilmente que comprovam, que mostram como realmente está tendo uma substituição que eu acho, do ponto de vista cultural, criminosa, da cultura nacional, por uma cultura de exportação particularmente norte-americana, e acho que é neste contexto que os Srs. Senadores, me permitam a vontade e a petulância de dizer o que eu acho que vocês devem fazer, mas é um apelo que eu faço ao analisar a questão de direitos autorais nesse contexto.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Agradeço ao Dr. Francisco Magalhães e passo a palavra, em seguida, ao Dr. Marcos Alves de Souza, que é Coordenador-Geral de Direito Autoral do Ministério da Cultura – Secretaria de Políticas Culturais do Ministério da Cultura.

SR. MARCOS ALVES SOUZA: Obrigado, Sr. Presidente. Bom, em primeiro lugar eu queria manifestar aqui todo o contentamento do Ministério da Cultura por estar participando dessa Audiência Pública, agradecer de novo o convite feito a nós e gostaria de pontuar algumas coisas.

Bom, em primeiro lugar o Ministério da Cultura também não tem uma posição tão radical quanto o Senador Gerson Camata de extinguir o ECAD. Nós somos contra a extinção do ECAD. O ECAD de fato, como o representante da ABRAMUS falou, é uma conquista dos autores, ele deve ser preservado, mas deve ser aprimorado, porque não adianta tapar o sol com a peneira. Há problemas sim, devem ser resolvidos, devem ser encarados de frente e boa parte deles resultam da falta de supervisão estatal.

Em segundo lugar, também gostaria de ressaltar que, como eu falei antes, rapidamente, não são todas

as sociedades do ECAD que agem e pensam da mesma forma. Há diferenças entre as sociedades e, assim, até no seu caso, eu me colocando na sua pele, eu vejo a situação difícil que você enfrentou aqui hoje porque a ABRAMUS é, das que nós temos conhecimento, a que age mais profissionalmente. Eles me convidaram recentemente para visitar a entidade e abriram tudo. Eu tive acesso a todo tipo de conta da ABRAMUS. Então a ABRAMUS, ela é diferente, vamos dizer, da média das sociedades, e eu vi a situação difícil que o senhor teve aqui de defender um sistema que em larga medida a ABRAMUS também se opõe internamente a ele, é sempre vencida no voto, mas tem que defender porque senão vai todo mundo para o mesmo caminho, ou seja, uma situação de fragilidade dos autores.

Em terceiro lugar, também sobre o que você falou sobre os painéis, comentando o meu comentário sobre os painéis da OMC, é bom que se diga o seguinte: de fato concordamos com o ponto de vista da ABRAMUS de que há alguma coisa errada, porque os valores que são recebidos no Brasil pela execução pública de música brasileira no exterior são muito menores do que o que se envia para fora. Deveria ter um equilíbrio maior ou pender para o nosso lado. Mas é fato também o que eu comentei aqui: nós já sofremos uma ameaça de painel dos Estados Unidos, já houve isso do Copyright Office. A coisa parou porque foi o Dr. Michael Keplinger que foi para a OMPI. Então isso caiu meio no esquecimento para a nossa sorte, porque se isso se configurar nós vamos ficar numa situação muito delicada, porque de fato nós não temos informação nenhuma sobre isso. E o outro lado, vamos a um hipotético painel do Brasil contra qualquer outro país, porque é o Governo que vai mover e não uma sociedade do ECAD ou o ECAD, painéis são movidos por Governos, não é, nós não entraríamos nessa sem ter domínio dos dados. Como é que eu posso acreditar nos dados que são falados, assim, a conta-gotas, são apresentados a conta-gotas e me meter num painel, na OMC, se eu não faço a supervisão disso, se nós não temos detalhes maiores sobre como o sistema funciona? Então isso prova que da forma que está de fato não dá para continuar, porque nós ficamos numa situação de prejuízo nessa relação internacional, não podemos fazer nada porque o Estado não controla isso e ao mesmo tempo vulneráveis de sofrer um painel na OMC porque também não controlamos, não temos nenhum papel de controle da gestão coletiva no país.

Sobre a questão da demonização do ECAD, é bom que se diga que não é só porque ele cobra. De fato boa parte da má imagem que o ECAD tem é porque ele assume um papel de cobrança, mas o senhor mesmo, como membro do Fórum Nacional de Música,

o senhor sabe como os músicos estão insatisfeitos e cobram transparência na distribuição também. Então o ECAD, também para aqueles a quem ele serve, ele tem uma má imagem. Os artistas reclamam muito dos critérios de distribuição e também, aí eu concordo com o senhor, o senhor participou dessas instâncias, não é, pedem a criação de um órgão, de uma instância que supervisione a atuação do ECAD não só em relação à cobrança, mas também em relação à distribuição. E concordo com o senhor que é necessário sempre olhar para todos os lados, porque não é só uma questão de demonizar o ECAD. É necessário pagar direito autoral, isso é um direito que os autores têm, e, claro, muitas vezes muitas das reclamações são fundadas num desejo de não pagar o direito autoral dos músicos.

Em relação a mesmo que uma criação de um órgão a má imagem continuaria, do ECAD, eu acho que essa imagem poderia melhorar, mas principalmente um órgão supervisionando a atuação do ECAD traria legitimidade à sua atuação, porque da forma que está hoje, a grande queixa é a falta de legitimidade. Se o Estado supervisiona e carimba ali, “Eu olhei, eu conferi e está certo, é justo”, isso traz legitimidade à atuação do ECAD e das associações que a integram.

Bom, por fim eu gostaria de novo de me colocar à disposição para uma discussão mais detalhada sobre a questão autoral no Brasil. A gestão coletiva é apenas uma gota d’água no oceano, nós temos vários outros problemas, seja em função da ausência do Estado, seja em função de um marco legal inadequado que é necessário enfrentar. Gostaria de reiterar o convite que eu fiz aqui a todos, não só aos parlamentares, mas todos os presentes, inclusive as pessoas da Mesa participar do nosso Fórum Nacional de Direito Autoral, e duas observações rápidas sobre a fala do companheiro da ABMI. Os percentuais que o ECAD pratica não são necessariamente os mesmos praticados no exterior. Eu dou o exemplo, por exemplo, na Espanha se cobra um 1,65% do exibidor para dividir por todos os titulares de direitos autorais do filme, não só o músico, e a Espanha é um dos que cobra mais alto. É necessário ter uma razoabilidade nisso daí, sentar todo mundo para conversar e, assim, de fato aí eu concordo com o Dr. Bitelli que, assim, se permitindo, se diminuindo talvez um pouco a margem da cobrança, é possível que toda a base passe a pagar e a arrecadação aumente.

E, por fim, o jabá não é obsoleto. O jabá está presente, a jabá continua atuando. Recentemente eu recebi um papel apócrifo que descrevia como que o jabá funciona, que é baseado na arrecadação da execução pública, ou seja, o dinheiro sai de dentro, segundo esse papel, da execução pública, a parte que é repassada às gravadoras, e a partir disso se reservaria um

percentual dessa receita para o pagamento do jabá. Isso segundo esse papel apócrifo que me remeteram. Agora as reclamações sobre o jabá são constantes lá no Ministério da Cultura e essa é uma atividade que nós precisamos caracterizar como ilícita, porque hoje não está caracterizado isso, e quiçás inclusive tornar um crime com fins de tornar a execução pública dentro de práticas concorrenciais leais e não desleais como o jabá representa.

Então eu gostaria de agradecer aos senhores, a paciência de me escutar até uma hora dessas, e novamente agradecer ao convite para participar dessa Audiência.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS

(PT-PR): Muito bem. Eu quero justificar que o Senador Papaléo Paes teve que se ausentar porque ele está presidindo a Sessão Plenária que acontece nesse momento. Só gostaria de dar dois encaminhamentos, que os ofícios a que nós nos referimos e que foram aprovados durante esta Audiência Pública, que seja anexado. Eu peço à Secretaria da Comissão que sejam anexados às notas taquigráficas com os argumentos apresentados pelos expositores que reforçam o aspecto objeto do ofício de que a pirataria acontece ou através da gravadora ou da copiadora, mas por instâncias, vamos dizer, oficiais, objetivando entre outras coisas, sem dúvida, a sonegação e outros aspectos que possam ser levantados. Eu só quero dizer que nas Audiências Públicas feitas sobre pirataria colocou-se o dado de que a pirataria hoje no mundo arrecada muito mais do que o tráfico de drogas. Então é um problema que tem as suas raízes também nos meios policiais, nos meios políticos, nos meios jurídicos, na própria sociedade, e este é um problema assim muito sério que tem que ser enfrentado também.

E o segundo aspecto é que eu já combinei com as pessoas para que nós possamos dar o desdobramento à sugestão de se ter a legislação necessária nesta área para que, dentro de duas a três semanas, a gente já tenha uma reunião de trabalho onde se possa chegar à questão da apresentação de um texto legal, um texto de legislação que possa depois servir de subsídio para o debate. Para que nós não fiquemos esperando muito tempo nisto, dentro de duas a três semanas peço à Secretaria da Mesa que possamos discutir após esta Audiência Pública para fazermos os contatos, termos os materiais e a partir da experiência acumulada, conforme o Dr. Alexandre colocou, olharmos para trás para vermos quais foram os problemas, que a legislação tem que também pensar em termos dos problemas que aconteceram e que vem sendo objeto, assim, de muita reclamação por parte de vários grupos sociais. E olharmos para frente porque a dinâmica

também é uma outra dinâmica, muito mais, assim, que exige assim mudanças rápidas em termos das alternativas que vem sendo colocadas nos dias de hoje, mas sempre tendo como pano de fundo a proteção da propriedade autoral, intelectual, que isso nunca, até para tranquilizar a sociedade, particularmente, e ninguém faria isso também, mas termos critérios transparentes, objetivos a favor justamente do detentor que é o autor da propriedade intelectual.

Quero destacar, também, que amanhã às dez horas haverá Audiência Pública desta Comissão de Educação sobre os trabalhos desenvolvidos pelos cinco professores premiados pelo Projeto Educador Nota 10, criado pela Fundação Victor Civita, em suas respectivas escolas e as suas idéias para a melhoria do ensino e da educação no Brasil. Então amanhã, às dez horas, nesta Comissão de Educação.

Agradeço a participação dos expositores e, repetindo o que foi dito, foi um momento assim de bastante debate, bastante discussão, preocupação, necessidades de aprofundamento e de reflexão, e que tudo isso possa, a partir desta Audiência Pública, ser concretizado em ações concretas, particularmente legislativas, que vai ser objeto das reuniões de trabalho que se seguirão e que acontecerão nesses próximos dias. Eu agradeço e declaro encerrada a presente Audiência Pública. Obrigado.

[palmas]

Sessão encerrada às 14h12.

SECRETARIA DE COMISSÕES

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE – CMA

ATA DA 9ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 06 DE MAIO DE 2008, ÀS 11:30 HORAS.

Às doze horas e quarenta e três minutos do dia seis de maio de dois mil e oito, na Sala nº 7, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador **LEOMAR QUINTANILHA**, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com a presença dos Senhores Senadores **RENATO CASAGRANDE**, **CÉSAR BORGES**, **VALTER PEREIRA**, **HERÁCLITO FORTES**,

GILBERTO GOELLNER, MARISA SERRANO, MARCONI PERILLO, GIM ARGELLO, JEFFERSON PÉRES, FLÁVIO ARNS, AUGUSTO BOTELHO, SERYS SLHESSARENKO, INÁCIO ARRUDA, EXPEDITO JÚNIOR, ADELMIR SANTANA, RAIMUNDO COLOMBO e FLEXA RIBEIRO. Deixam de comparecer os demais Senadores membros da Comissão. Havendo número regimental, a Presidência declara abertos os trabalhos e submete à votação a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A seguir, o Senhor Senador **FLEXA RIBEIRO** requer e a Comissão aprova a inversão de pauta para iniciar a deliberação pelo item 5. **Item 05) AVISO Nº 103, DE 2007 (Anexado ao processado do Aviso nº 84, de 2007) – NÃO TERMINATIVO** que “encaminha ao Senado Federal, cópia do Acórdão nº 2021/2007 de 2007 – TCU 2ª Câmara, bem como do Relatório e Voto que o fundamentaram, sobre Tomada de Contas Especial instaurada em cumprimento a determinação constante do subitem 9.3.6 do Acórdão nº 2.261/2005-TCU-Plenário (fl.4), em razão de irregularidades na prestação de contas do Convênio CRT/RS/8.009/1999 (TC 004.479/2006-0)”. Autoria: Tribunal de Contas da União. Relator: Senador **FLEXA RIBEIRO**. Parecer: Pelo conhecimento da matéria, encaminhamento de cópia à Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelo Requerimento nº 201/2007SF – CPI das ONGs e remessa do processado ao arquivo. Resultado: **Aprovado**. Em seguida, a Presidência propõe e a Comissão aprova a inversão de pauta para apreciar os itens 4, 6 e 10. **Item 04) AVISO Nº 95, DE 2007 – NÃO TERMINATIVO** que “encaminha ao Senado Federal cópia do Acórdão nº 2.176, de 2007-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referentes a recurso de reconsideração interposto pela Petrobras em face de determinações contidas no Acórdão 1.663/2005-TCU (Plenário), prolatado por aquela Corte de Contas ao apreciar o Relatório de Levantamento de Auditoria (Fiscobras/2003), convertido em tomada de contas especial (TC – 008.037/2006-6)”. Autoria: Tribunal de Contas da União. Relator: Senador **MARCONI PERILLO**. Parecer: Pelo conhecimento da matéria nesta Comissão, ciência do feito à Comissão de Assuntos Econômicos e remessa do processado ao arquivo. Resultado: **Retirado de pauta pelo Relator**. A pedido dos Senhores Senadores **FLÁVIO ARNS** e **HERÁCLITO FORTES**, respectivamente, a Comissão interrompe a inversão de pauta e passa à apreciação dos itens 14 e 11. **Item 14) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 424, DE 2007- TERMINATIVO** que “acrescenta parágrafos ao art. 49 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências, renumerando o

atual parágrafo único, para impor ao fornecedor a obrigação de advertir o consumidor, de forma clara e destacada, do direito de arrependimento previsto no art. 49 e dá outras providências”. Autoria: Senadora **LÚCIA VÂNIA**. Relator: Senador **FLÁVIO ARNS**. Parecer: Pela aprovação do projeto, com a Emenda nº 01-CMA que apresenta. Resultado: **Aprovado com a Emenda nº 01-CMA. Item 11) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 114, DE 2004 – NÃO TERMINATIVO (tramitando em conjunto com os Projetos de Lei nº 283, de 2007, nº 429, de 2007 e nº 533, de 2007)** que “altera dispositivos da Lei nº 7.565, de 1986, que dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica, de modo a instituir indenização a passageiros em caso de excesso de reservas em aeronave”. Autoria: Senadora **SERYS SLHESSARENKO**. Relator: Senador **EXPEDITO JÚNIOR**. Parecer: Pela rejeição dos Projetos de Lei do Senado nº 283, de 2007, nº 429, de 2007 e nº 533, de 2007, e aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 114, de 2004, na forma do substitutivo que apresenta. Resultado: **Adiado**. A Presidência retoma a inversão de pauta inicial e encaminha a deliberação do item 6. **Item 06) AVISO Nº 108, DE 2007 – NÃO TERMINATIVO** que “encaminha ao Senado Federal, cópia do Acórdão proferido nos autos do processo TC 005.126/1999-1, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentaram, referente a pedido de reexame interposto, nos referidos autos, que tratam de identificação de possíveis excessos em pagamentos efetuados a servidores e magistrados do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região (PA e AP)”. Autoria: Tribunal de Contas da União. Relator: Senador **GILBERTO GOELLNER**. Parecer: Pela remessa do processado ao arquivo. Resultado: **Aprovado**. Pela ordem, os Senhores Senadores **MARCONI PERILLO** e **HERÁCLITO FORTES** requerem, respectivamente, e a Comissão aprova, a inversão de pauta para apreciação dos itens 16 e 12. **Item 16) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 625, DE 2007 – TERMINATIVO** que “altera o Código de Defesa do Consumidor, para dispor sobre a rescisão dos contratos de adesão pelo consumidor.” Autoria: Senador **JOÃO DURVAL**. Relator: Senador **MARCONI PERILLO**. Parecer: Pela aprovação do projeto na forma do substitutivo que apresenta. Resultado: **Concedido pedido de vista ao Senador EXPEDITO JÚNIOR. Item 12) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 690, DE 2007 – TERMINATIVO** que “acrescenta inciso XVII ao art. 51 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para considerar abusiva a cláusula contratual que obrigue o consumidor a pagar pela emissão do carnê de pagamento ou do boleto bancário”. Autoria: Senador **GERSON CAMATA**. Relator: Senador **HERÁCLITO FORTES**. Parecer: Pela aprovação do projeto. Resultado:

Aprovado. A fim de concluir a inversão de pauta inicialmente aprovada, o Senhor Presidente encaminha a deliberação do item 10. **Item 10) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 51, DE 2007 – NÃO TERMINATIVO** que “dispõe sobre a validade dos bilhetes de passagem no transporte coletivo rodoviário de passageiros e dá outras providências”. Autoria: Deputado JOVAIR ARANTES. Relator: Senador **FLEXA RIBEIRO**. Parecer: Pela aprovação do projeto. Resultado: **Concedido pedido de vista ao Senador RENATO CASAGRANDE**. A Presidência informa que, em função da ausência dos relatores, é adiada a deliberação dos itens 1, 2, 3 e 7 e submete à apreciação os itens 8 e 9. **Item 01) AVISO Nº 35, DE 2006 – NÃO TERMINATIVO** que “encaminha ao Senado Federal, cópia do Acórdão nº 1731, de 2006 – TCU (Plenário), bem como do Relatório e do Voto que o fundamentaram, atinente à fiscalização de obras públicas no exercício de 2006”. Autoria: Tribunal de Contas da União. Relator: Senador **WELLINGTON SALGADO**. Parecer: Pela remessa do processado ao arquivo. Resultado: **Adiado**. **Item 02) AVISO Nº 106, DE 2007 – NÃO TERMINATIVO** que “encaminha ao Senado Federal, cópia do Acórdão proferido nos autos do processo nº TC 002.798/2007-0, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentaram, referente ao acompanhamento realizado pela Secretaria de Macroavaliação Governamental – Semag, dos Relatórios de Gestão Fiscal referentes ao 3º quadrimestre de 2006, publicados pela Presidência da República, Câmara dos Deputados, Senado Federal, Ministério Público da União, Supremo Tribunal Federal, Tribunal de Contas da União, Justiça Federal, Justiça do Distrito Federal e Territórios, Justiça Eleitoral, Justiça Militar e Justiça do Trabalho”. Autoria: Tribunal de Contas da União. Relator: Senador **WELLINGTON SALGADO**. Parecer: Pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo. Resultado: **Adiado**. **Item 03) AVISO Nº 201, DE 2001 – NÃO TERMINATIVO** que “encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 879, de 2001-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre relatório de auditoria realizada nas obras de reforma, ampliação e modernização do Aeroporto de Salvador (TC nº 009.627/2000-8)”. Autoria: Tribunal de Contas da União. Relator: Senador **WELLINGTON SALGADO**. Parecer: Pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo após serem recebidas as informações acerca das decisões definitivas sobre os processos derivados daquela auditoria, a saber: TC nº 015.832/2005-5 e TC nº 003.627/2000-8. Resultado: **Adiado**. **Item 07) INDICAÇÃO Nº 01, DE 2006 – NÃO TERMINATIVO** que “sugere à Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional e à Co-

missão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, bem como à Comissão de Assuntos Econômicos, que procedam a estudos sobre a criação de um Fundo Mundial Ambiental (FMA), na forma proposta no texto da justificção desta indicação”. Autoria: Senador **ALOIZIO MERCADANTE**. Relatora: Senadora **SERYS SLHESSARENKO**. Parecer: Pelo encaminhamento da matéria à Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas. Resultado: **Adiado**. **Item 08) AVISO Nº 107, DE 2007 – NÃO TERMINATIVO** que “encaminha ao Senado Federal, cópia do Acórdão proferido nos autos do processo TC 009.200/2006-1, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentaram, referente à aprovação, por aquela Corte de Contas, da Instrução Normativa nº 56, de 2007, que dispõe sobre instauração e organização de processo de tomada de contas especial e dá outras providências”. Autoria: Tribunal de Contas da União. Relator: Senador **EXPEDITO JÚNIOR**. Parecer: Pelo conhecimento da matéria e solicitação de informações ao TCU sobre os custos médios relacionados à tramitação de tomadas de contas especiais. Resultado: **Aprovado**. **Item 09) OFÍCIO “S” Nº 53, DE 2007 – NÃO TERMINATIVO** que “encaminha ao Senado Federal, em atendimento ao § 1º do art. 28 da Lei nº 11.079, de 2004, informações com vistas a contratar empreendimentos por intermédio de parcerias público-privadas”. Autoria: Prefeito do Município de Rio das Ostras – RJ. Relator: Senador **FLÁVIO ARNS**. Parecer: Pelo conhecimento da matéria, remessa do processado ao arquivo e envio da presente deliberação ao Ministério da Fazenda, para dar ciência ao órgão competente, na forma do § 1º do art. 28 da Lei nº 11.079, de 2004. Resultado: **Aprovado**. A Presidência informa que, em razão da ausência dos relatores, é adiada a deliberação dos itens 13 e 15. **Item 13) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 430, DE 2007 – TERMINATIVO** que “acrescenta § 6º ao art. 54 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, Código de Defesa do Consumidor, para dispor que as cláusulas dos contratos de adesão que regulam as relações entre as concessionárias de serviços públicos outorgados pela União, bem como por suas associadas, coligadas e filiadas, e os consumidores e usuários de seus serviços, devem ser aprovados previamente pelo Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor do Ministério da Justiça”. Autoria: Senador **GERALDO MESQUITA**. Relator: Senador **RAIMUNDO COLOMBO**. Parecer: Pela rejeição do projeto. Resultado: **Adiado**. **Item 15) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 132, DE 2006 – TERMINATIVO** que “altera o Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, que institui normas básicas sobre alimentos, para estabelecer que os rótulos de alimentos devem

atender aos requisitos de clareza e simplicidade e fornecer informações compreensíveis para o consumidor”. Autoria: Senador **VALDIR RAUPP**. Relatora: Senadora **SERYS SLHESSARENKO**. Parecer: Pela rejeição do projeto. Resultado: **Adiado**. Usam da palavra os(as) Senhores(as) Senadores(as) **MARISA SERRANO, MARCONI PERILLO, FLÁVIO ARNS, HERÁCLITO FORTES, RENATO CASAGRANDE e EXPEDITO JÚNIOR**. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e quarenta minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra dos acompanhamentos taquigráficos. – Senador **Leomar Quintanilha**, Presidente

NOTAS TAQUIGRÁFICAS DA REUNIÃO REALIZADA EM 06/05/2008

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Havendo número regimental declaro aberta a 9ª Reunião Ordinária da Comissão do Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura. Os Srs. Senadores que estiverem de acordo com a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior permaneçam como se encontram. Aprovado.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Tem V. Ex^a. a palavra, pela ordem.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu pediria a V. Ex^a. que, ouvido o Plenário, inversão de pauta para que pudéssemos apresentar o relatório com relação ao Item nº 5.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Em discussão a propositura do Senador Flexa Ribeiro, que propõe a inversão de pauta. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como estão. Aprovado.

Passamos então ao Item nº 5. Aviso nº 103, de 2007. “Encaminha ao Senado Federal, cópia do acórdão nº 2021/2007 de 2007 – TCU 2ª Câmara, bem como do Relatório e Voto que o fundamentaram, sobre Tomada de Contas Especial instaurada em cumprimento a determinação constante do subitem 9.3.6 do acórdão nº 2.261/2005 do TCU, em razão de irregularidades na prestação de contas do Convênio CRT/RS/8.009/1999”. De autoria do Tribunal de Contas da União, tem como Relator o eminente Senador Flexa Ribeiro, a quem concedemos a palavra.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente Senador Leomar Quintanilha, Srs. Senadores. A presidência do Tribunal de Contas da União – TCU

encaminhou a esta Casa cópia do acórdão 3393/2007 – TCU 2ª Câmara, acompanhado do relatório e voto que o fundamentaram, para análise e acompanhamento do Congresso Nacional. A tomada de contas especial, a qual foi concluída com o acórdão ora em tela, foi motivada por requerimento da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada pelo Requerimento nº 13/2003 – Congresso Nacional, conhecida como CPMI da Terra. Aquelas constatações iniciais motivaram a instauração dos autos da presente TCE, formados em virtude da determinação constante do subitem 9.3.6 do acórdão nº 2.261/2005-TCU-Plenário, em razão de irregularidades na prestação de contas do Convênio CRT/RS/8.009/1999, registrado do CIAF sob o nº 376.619, celebrado em 29/10/1999 entre o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA e o Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária – ITERRA, tendo por objeto a formação de sessenta professores de escolas de assentamentos de reforma agrária do INCRA no Estado do Rio Grande do Sul em nível de segundo grau, para magistério das séries iniciais, primeira a quarta, do ensino fundamental, magistério turma sete.

Foram apuradas irregularidades no sentido de ausência de documentos hábeis para a correta prestação de contas dos recursos repassados, sendo grande parte da prestação de contas apresentada composta por notas fiscais do próprio conveniado, alegando o mesmo que os recursos eram aplicados em diárias e alimentação pagas aos instruendos e instrutores. O TCU, no acórdão 2021/2007 – TCU da 2ª Câmara, AVS nº 84, de 2007, já apreciado por esta Comissão, a qual este acórdão está apensado, decidiu por: a) Rejeitar as contas e considerá-las irregulares; b) Condenar o ITERRA à devolução dos recursos impugnados; c) Aplicar multa ao ITERRA no montante de R\$ 8.000,00; d) Aplicar multa de R\$ 2.000,00 à servidora do INCRA Rio Grande do Sul que aprovou a prestação de contas com documentação imprópria; e) Encaminhar a presente decisão ao INCRA, ao Ministro do Desenvolvimento Agrário, ao Congresso Nacional e ao MPU do Rio Grande do Sul.

O acórdão, em comento, trata de embargos declaratórios interpostos pela servidora Elizabeth Galvão que, requerendo isonomia com outros casos julgados pelo TCU, solicita a redução da multa aplicada, o que é parcialmente atendido pela Corte de Contas, que minorou a multa aplicada para R\$ 1.576,00, reformando o Item 9.5 da decisão atacada. É o relatório.

Voto, Sr. Presidente. Inicialmente é importante consignar que esse processo apreciado pelo Tribunal de Contas da União e que chega à conclusão e à reparação de danos ao erário foi decorrente da ação

fiscalizadora iniciado pelo Congresso Nacional por meio de uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito. Ressaltamos que o ITERRA junto com a ANCA – Associação Nacional de Cooperação Agrícola e a CONOCRAB – Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária foram consideradas como os principais braços do MST – Movimento dos Sem Terra, já que o mesmo não tem personalidade jurídica.

É importante, também, deixar registrado que este não é o único processo motivado por aquela CPMI que está chegando ao término e produzindo importantes efeitos de recuperação de recursos públicos mal empregados. O TCU, recentemente, condenou também o ITERRA no acórdão 214/2007-Plenário 1968/2007 – 2ª Câmara, por razões semelhantes e identificadas em outros convênios.

Destacamos que, no nosso entendimento, a ação do TCU e do Congresso Nacional no exercício do controle externo, no caso ora em análise, está sendo exercida. Porém, para que a plenitude da atuação do controle externo, previsto nos arts. 70 e 71 da Constituição Federal, e preservação do erário como um princípio republicano sejam integralmente atingidos, cabe ao Congresso Nacional instar o Poder Executivo a estabelecer mecanismos preventivos. Nesse sentido, Sr. Presidente, Srs. Senadores, proponho que: a) Esta Comissão tome conhecimento do acórdão ora em tela; b) Seja encaminhado cópia do inteiro teor desse acórdão ao Presidente e Relator da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelo Requerimento nº 00201/2007 – Senado Federal, conhecida como CPI das ONGs, cuja finalidade guarda correlação com a decisão da Corte de Contas, referente à tomada de conta especial em razão de irregularidades na prestação de contas do Convênio entre o INCRA e o ITERRA – Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária; c) Encaminhe-se os autos ao arquivo, considerando que a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 13, de 2003 – Congresso Nacional, conhecida como CPMI da Terra, que motivou a tomada de contas especial, concluída com o acórdão em questão, encerrou seus trabalhos em novembro de 2005. Este é o voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como estão. Aprovado.

Eu proponho ao Plenário a inversão da pauta para aproveitar os Relatores que se encontram presentes. Do Item 4, cujo o Relator é o Senador Marconi Perillo, do Item 6, cujo o Relator é o Senador Gilberto Goellner, e o Item 10, relatado pelo Senador Flexa Ribeiro. Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em

votação. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como estão. Aprovado.

Passamos ao Item 4. Aviso nº 95: “Encaminha ao Senado Federal cópia do acórdão nº 2.176, de 2007 do TCU, bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referentes a recurso de reconsideração interposto pela Petrobras em face de determinações contidas no acórdão 1.663/2005 do TCU, prolatado por aquela Corte de Contas ao apreciar o Relatório de Levantamento de Auditoria Fiscobras/2003, convertido em tomada de contas especial TC – 008.037/2006-6”. É de autoria do Tribunal de Contas da União e o Relator é o Senador Marconi Perillo, a quem concedo a palavra.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO):

Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sra. Senadora. Da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, sobre o Aviso nº 95, de 2007, que encaminha ao Senado Federal, para conhecimento, cópia do acórdão proferido nos autos do Processo nº 008.037/2006-6 pelo Plenário do TCU na Sessão Ordinária de 17/10/2007, bem como do relatório e voto que o fundamentam.

Sr. Presidente, eu já vou direto ao voto. A questão em tela, mais do que um caso prático de execução de uma atividade de controle exercida pelo Tribunal de Contas da União, nos termos do art. 71, da Constituição Federal, cuja as atividades são fiscalizadas pelo Congresso Nacional, que é titular do controle externo, trata-se de um problema legislativo ou de lacuna ou divergência legislativa. O Poder Executivo editou o Decreto nº 2745/98 que trata de procedimentos simplificados de licitação para a Petrobras e foi considerado inconstitucional pelo TCU no acórdão nº 39/2006. Aquela empresa contestou, em sede de mandado de segurança impetrado, tendo sido deferida a liminar pelo Ministro do STF Gilmar Mendes, suspendendo a eficácia da decisão.

No entanto, além de não ter sido, ainda, proferida a decisão de mérito quanto à questão, a Procuradoria-Geral da República ofereceu Parecer pela denegação da segurança a 18/05/2006. Essa situação gera um litígio entre a posição do órgão de controle e da Petrobras, como executora, o que poderia ser dirimido com a ação legislativa, lembrada pelo Ministro Raimundo Carreiro, enquanto não for editado o Estatuto a que se refere o art. 173, § 1º, da Constituição Federal. As empresas públicas, as sociedades de economia mista e suas subsidiárias que exploram atividade econômica de produção ou comercialização de bens ou de prestação de serviços devem observar os ditames da Lei nº 8.666, de 1993, e de seus regulamentos próprios, podendo prescindir da licitação para a contratação de

bens e serviços que constituam sua atividade-fim nas hipóteses em que o referido diploma legal constitua óbice intransponível à sua atividade negocial, sem olvidarem, contudo, da observância dos princípios aplicáveis à Administração Pública, bem como daqueles incertos no referido Estatuto licitatório.

Isto posto, e relembRANDO que vários Projetos encontram-se tramitando do Congresso Nacional para o aperfeiçoamento da Lei de Licitações, inclusive no âmbito de Programa de Aceleração do Crescimento, propomos que: a) Essa Comissão tome ciência do assunto; b) Seja dado ciência do feito à Comissão de Assuntos Econômicos – CAE; c) O processo seja remetido ao arquivo. Este é o Parecer e Voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Em discussão.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS):

Peço a palavra.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Senadora Marisa Serrano para discutir. Tem V. Ex^a. a palavra.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS):

Obrigada. Sr. Presidente, eu gostaria aqui de solicitar do Sr. Relator uma explicação. Eu acredito que nesse caso, que trabalha em cima de uma licitação, que o TCU faz uma série de ressalvas ao acordo feito, à licitação feita pela Petrobras com a empresa UTC Engenharia S.A, ele rejeita as razões de justificativa, determina a Petróleo Brasileiro manter o valor original do contrato, promover as alterações, abster-se de firmar contrato desse tipo guarda-chuva, aprimorar os projetos básicos para ter maior visibilidade, explicitar no instrumento convocatório os serviços que estão sendo contratados, deixar de renovar contratos frequentemente, sucessivamente, e assim por diante. E, além disso, o TCU, ainda, negou provimento de recurso à Petrobras.

Eu queria perguntar ao Sr. Relator – e aí, Sr. Presidente, vale para todos os Senadores presentes – se em todas essas questões em que o TCU faz uma série de ressalvas, solicita mudança, nega provimento, qual é o acompanhamento futuro? Essa Casa manda para o arquivo. Mas só mandar para o arquivo é suficiente? Quer dizer, há umas ressalvas pesadas que o TCU faz à Petrobras e manda-se para o arquivo e encerra a questão? Não se discute mais e não se sabe se essas questões foram, efetivamente, respondidas pela Petrobras ou sanadas essas irregularidades pela estatal? Quer dizer, eu gostaria de discutir um pouquinho, porque não é só para essa questão aqui, mas para todas as questões o TCU tem sistematicamente dito, e por vários dos seus membros, seus Ministros, que mandam para essa Casa e essa Casa sempre arquiva, não discute, não acompanha, não vai para a frente,

não propõe. Eu acho que chegou o momento de nós, aqui, questionarmos, propormos, acompanharmos e não só arquivar todo tipo de ação que o TCU faz com as ressalvas todas como têm esse Projeto.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO):

A Senadora Marisa Serrano tem razão ao apresentar aqui, de forma bastante explícita e contundente, a sua preocupação, a sua apreensão em relação a esses procedimentos, que são procedimentos rotineiros aqui na Comissão, já se transformaram numa espécie de praxe, mas que precisam, realmente, suscitar esse tipo de debate, esse tipo de discussão. No voto que estou proferindo, eu proponho que, primeiro, a Comissão tome ciência do assunto; segundo, que seja dado ciência do feito à Comissão de Assuntos Econômicos, certamente, Senadora Marisa, para que, uma vez ciente os membros da Comissão de Assuntos Econômicos, possam, aqueles que tiverem dúvidas ou não concordarem com esse tipo de encaminhamento, possam tomar alguma medida, solicitar maiores informações ou pedir diligências ou, enfim, tomar iniciativas no sentido de aprofundar o acórdão do TCU. Porque nós estamos aqui apreciando um acórdão do TCU e é de praxe que também esse tipo de informação que chega do TCU seja, através do processado, remetido ao arquivo. Se V. Ex^a. quiser pedir vistas da matéria, acho que nós poderíamos aprofundar um pouco mais a discussão sem nenhum constrangimento da minha parte. Nós dois poderíamos, inclusive, verificar quais mecanismos poderiam ser introduzidos ao Regimento, quais Projetos poderiam... até de modificação do Regimento ou Projeto de Lei mesmo para que a gente possa dar um outro rito a procedimentos que hoje são considerados de praxe, cujo os Pareceres também são mais ou menos comuns e, com isso, o Senado passe a dar um pouco mais de atenção a esse tipo de procedimento e, ao mesmo tempo, possa aprofundar em relação aos acórdãos que aqui chegam, ou seja, o que V. Ex^a. solicita é que essa Comissão não apenas tome ciência e archive os acórdãos que chegam do TCU e que trazem informações em relação a diligências, em relação a ilícitos, em relação a desvios muito sérios e que não podem simplesmente ficarem aqui no esquecimento. De modo que, para tentar colaborar com a questão levantada por V. Ex^a., eu sugiro o pedido de vistas e, aí, nós podemos, os dois, buscarmos algum tipo de iniciativa que modifique esse tipo de rito.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS):

Eu acredito, Senador Marconi... Presidente, se me permite.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Tem V. Ex^a. a palavra.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS):

Obrigada. Eu acredito que seria interessante nós propormos aqui, eu acho que podia ser até coletivo, uma sequência para todo esses tipos de Projetos que venham com ressalvas pesadas como esse que veio do TCU. E, além disso, Sr. Presidente, talvez fosse o caso de nós convidarmos, por exemplo, o Ministro Ubiratan, que tem se disposto sempre a discutir essa questão, que foi desta Casa, ou algum outro Ministro, o Ministro Carreiro, por exemplo, que trabalhou conosco aqui, para uma Audiência Pública em que a gente pudesse discutir o encaminhamento da nossa Comissão com o TCU. Na presidência dessa CPI eu tenho trabalhado muito com o TCU e tenho sentido isso, que talvez a gente não esteja trabalhando com o TCU da forma como deveríamos. Eu acho que, talvez, tenha chegado o momento de essa Comissão, que tem a obrigação de analisar todas as auditorias feitas pelo TCU, talvez a gente pudesse achar o caminho de oferecer a esta Casa e à Nação uma proposta nova de encaminhamento, de análise desses Projetos.

Eu aceito a idéia do Senador Marconi. Não sei se... Não seria talvez o caso de vistas, mas sim de a gente começar já a trabalhar em vista não só desse Projeto, mas de todos os Projetos que entram aqui com essa finalidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Eu consulto a V. Ex^a. se V. Ex^a. pretende reexaminar em conjunto com o Senador Marconi Perillo--

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Eu peço a palavra, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): -- o relatório expendido ou se nós iríamos votar do jeito que foi apresentado.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): A sugestão do Senador Marconi era que a gente pudesse retirar de pauta, não é isso?

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Senador Marconi Perillo.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Eu pediria a V. Ex^a. que sobrestasse a votação a fim de que nós pudéssemos reestudar o Parecer e, principalmente, Sr. Presidente, esse tipo de ritualística, sugerindo a V. Ex^a. que acolha, se possível, o requerimento da Senadora Marisa, que propõe uma Audiência Pública para tratar desse tipo de assunto com os Ministros do TCU.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Eu entraria com um requerimento nesse teor.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Atendendo, então, a V. Ex^a., nós retiraremos de pauta o Item 4 e ficamos aguardando

a apresentação do requerimento sugerido pela Senadora Marisa Serrano.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Sr. Presidente, pela ordem. Eu quero, em primeiro lugar, concordar inteiramente com a argumentação da Senadora Marisa, com a concordância do Senador Marconi Perillo, e gostaria ao mesmo tempo de fazer um apelo a V. Ex^a., que nós temos o quorum necessário, se pudéssemos apreciar rapidamente os projetos de natureza terminativa. Eu próprio sou Relator de um deles, de autoria da Senadora Lúcia Vânia, que é o Item 14, aí na sequência passaríamos para os não terminativos, se V. Ex^a. e o Plenário concordarem.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Nós acabamos de aprovar uma inversão de pauta e estávamos exatamente obedecendo essa nova inversão proposta. Está em discussão a proposta apresentada por V. Ex^a. para que nós possamos apreciar, imediatamente, esse item terminativo. É o Item nº 14. Em discussão. Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão, em votação. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como estão. Aprovado.

Passaremos à apreciação então do Item 14, Projeto de Lei do Senado--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Tem V. Ex^a. a palavra.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Também para solicitar a V. Ex^a. que faça inversão de pauta do Item nº 11.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Em discussão a proposta apresentada pelo Senador Heráclito Fortes. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os Senadores que aprovam permaneçam como estão. Aprovado. Em seguida nós apreciaremos então o Item 11.

Item 14. Projeto de Lei do Senado 424, de 2007, que "Acrescenta parágrafos ao art. 49 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências, renumerando o atual parágrafo único, para impor ao fornecedor a obrigação de advertir o consumidor, de forma clara e destacada, do direito de arrependimento previsto no art. 49 e dá outras providências". O Projeto é de autoria da Senadora Lúcia Vânia e tem como Relator o Senador Flávio Arns, a quem concedo a palavra.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): O Projeto é de autoria da Senadora Lúcia Vânia e propõe, no art. 1º, o acréscimo de parágrafos ao art. 49, da Lei 8.078, que é o Código de Defesa do Consumidor. No § 2º, acrescentado pela proposição, obriga o fornecedor a disponibilizar ao consumidor, na conclusão do negócio, informação por escrito de forma clara e destacada sobre o exercício do direito de existência, incluindo o endereço físico ou eletrônico do estabelecimento comercial a que o consumidor poderá encaminhar respectiva notificação. O § 3º proposto estabelece que, se descumprida a obrigação, o prazo de reflexão será prorrogado até o seu efetivo cumprimento pelo fornecedor. A autora alega falta de campanhas educativas e melhor esclarecimento pelo Poder Público sobre o direito de desistência do contrato celebrado fora do estabelecimento comercial, principalmente por Internet. O art. 49 do Código de Defesa do Consumidor prevê que “O consumidor pode desistir do contrato no prazo de sete dias, a contar de sua assinatura ou do ato do recebimento do produto ou serviço, sempre que a contratação de fornecimento de produtos e serviços ocorrer fora do estabelecimento comercial, especialmente por telefone ou a domicílio”.

Fazemos uma análise dos argumentos todos e, diante do exposto, somos pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 424, de 2007, de autoria da Senadora Lúcia Vânia, com a seguinte Emenda: “Dê-se ao art. 1º, do Projeto de Lei do Senado 424, de 2007, a seguinte redação: o art. 49, da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor, passa a vigorar acrescido dos seguintes parágrafos, 2º e 3º, renumerando-se o atual parágrafo único como o § 1º. Art. 49, § 2º – O fornecedor informará ao consumidor, por escrito, de forma clara e destacada, em tempo útil e previamente a celebração de qualquer contrato fora do estabelecimento sobre identidade do fornecedor, seu endereço geográfico ou eletrônico e sobre a existência do direito de desistência do contrato; § 3º – No caso de descumprimento do disposto no § 2º, o prazo de desistência será de noventa dias”. É o relatório, Sr. Presidente, e o voto também.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. Encerrada a discussão, passamos à votação nominal. Como vota o Senador Renato Casagrande?

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Voto com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Senador Heráclito Fortes?

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI):

Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Senador Gilberto Goellner?

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Senadora Marisa Serrano?

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Senador Marconi Perillo?

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Senador Flávio Arns, voto conhecido. Senador Inácio Arruda?

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PcdoB-CE): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Senador Expedito Júnior?

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Senador Flexa Ribeiro?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Aprovado. Os Srs. Senadores que repetem a votação, acolhendo a Emenda apresentada, permaneçam como estão. Aprovado.

Passamos ao Item 11, Projeto de Lei do Senado nº 114, de 2004. “Altera dispositivos da Lei nº 7.565, de 1986, que dispõe sobre o Código—”

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sr. Presidente, o pedido de inversão de pauta foi meu, mas eu vejo agora que a Senadora Serys não se encontra no Plenário. Eu pediria a V. Ex^a. para sobrestar esse assunto para a próxima semana para evitar perda de vista. Então nós votaremos na semana que vem, que tem alguns esclarecimentos que eu gostaria que ela me prestasse.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Sr. Presidente e Senador Heráclito, que está com algumas dúvidas. Talvez, como tem Projeto de autoria diversas, porque tramita em conjunto, são três Senadores com quatro projetos, não é isso, não tem nenhum problema adiar, mas se talvez pudesse fazer o debate aqui e esclarecendo o—

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Até concordo com V. Ex^a., mas eu queria ser gentil e cavalheiro com a companheira que não se encontra aqui, já que ela é primeira signatária.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Presidente, pela ordem. Como Relator, Sr. Presidente.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Obrigado, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Senador Expedito Júnior.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Sr. Presidente, eu estava agora, nesse exato momento, falando com a Senadora Serys. Ela realmente solicita aqui que nós retirássemos de pauta, ela não pode estar presente aqui, e que nós fizéssemos na próxima terça-feira, e ficaria aqui o compromisso, eu pediria aqui a todos os membros da Comissão, eu acho que o Projeto é bom, eu acho que a sociedade nos cobra um posicionamento sobre essa questão, essa crise área, que isso não aconteça nunca mais no Brasil. Eu acho que os quatro Projetos, inclusive tem mais um que é do Senador Jayme Campos, são cinco Projetos, mas os quatro Projetos que estão apensados aqui são Projetos que revolucionam, que mudam e que têm as cobranças que a sociedade exige desta Casa. Então eu acho que nós teríamos que debater, nós estamos pronto, com o relatório nosso pronto para ser votado. Eu acho que na próxima reunião, na próxima terça-feira, as dúvidas que alguns Senadores tiverem, com a presença ou não nós devemos dirimir elas aqui e o Projeto está pronto para ser votado, até porque a Senadora Serys, com todo respeito, não está presente, mas está um dos autores de um dos projetos aqui que é o Senador Renato Casagrande. O outro Senador é o Senador Mercadante e dois Projetos da Senadora Serys.

Mas, como Relator, Sr. Presidente, eu concordo para que nós possamos, num compromisso firmado aqui na próxima terça-feira, votar esses Projetos.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Retirado de pauta o Item 11 por solicitação do eminente Senador Heráclito Fortes, com a concordância dos eminentes Senadores Renato Casagrande e Expedito Júnior.

Passamos ao Item 6. Aviso nº 108, de 2007. “Encaminha ao Senado Federal, cópia do acórdão proferido nos autos do processo do Tribunal de Contas 005.126/1999-1, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentaram, referente a pedido de reexame interposto, nos referidos autos, que tratam de identificação de possíveis excessos em pagamentos efetuados a servidores e magistrados do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região – PA e AP”. É de autoria do Tribunal de Contas da União e tem como Relator o eminente Senador Gilberto Goellner, a quem concedo a palavra.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT):

A presidência do Tribunal da União, por meio do Aviso 188, de 2007, encaminhou a esta Casa cópia do acórdão nº 2605, de 2007, referente ao processo do Tribunal de Contas 005.126/1999-1, acompanhado do relatório e voto que fundamentaram para subsidiar a apreciação do Congresso Nacional. Trata-se de pedido de reexame interposto pela Sra. Francisca Oliveira Formigosa, Desembargadora Federal do Trabalho do TRT do Pará, contra decisões tomadas pelo TCU, fundamentadas no relatório de auditoria, efetuada no Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região do Pará, que havia identificado possíveis excessos em pagamentos efetuados a servidores e magistrados da referida Corte de Trabalho.

O Ministro Relator manifestou-se a favor da admissibilidade do referido pedido de reexame, negando-lhe, contudo, provimento. Seguindo o voto do Relator, os Ministros do Tribunal de Contas da União acordaram em: 1) Conhecer o pedido de reexame interposto pela Sra. Francisca Oliveira Formigosa; 2) No mérito, negar provimento ao recurso; 3) Dar conhecimento à recorrente e ao Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região sobre o teor do presente acórdão. É o relatório. Voto. Pelo exposto, considerado-se que as providências cabíveis foram tomadas pelo TCU, somos pelo arquivamento do presente processo. É o voto.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como estão. Aprovado.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Pela ordem, tem a palavra o Senador Marconi Perillo.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Sr. Presidente, aproveitando o quorum alto, eu solicito, se possível, a inversão para o Item 16.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Tem a palavra o Senador Heráclito Fortes.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Do mesmo modo, e tendo compromissos políticos agora, eu solicitaria a gentileza de V. Exª. com relação ao Item 12, no qual eu sou o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Em discussão as propostas apresentadas pelo Senador Marconi Perillo e pelo Senador Heráclito Fortes, de inversão de pauta para apreciarmos agora os Itens 16 e 12 na sequência. Em

discussão. Encerrada a discussão. Os Senadores que aprovam permaneçam como estão. Aprovado.

Passamos ao Item 16. Projeto de Lei do Senado nº 625, de 2007, “Altera o Código de Defesa do Consumidor, para dispor sobre a rescisão dos contratos de adesão pelo consumidor”. O Projeto é de autoria do eminente Senador João Durval e tem como Relator o Senador Marconi Perillo, a quem concedo a palavra.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores. O Projeto de Lei do Senado nº 625, de 2007, de autoria do Senador João Durval, tem por objetivo facilitar a resolução do contrato por iniciativa do consumidor mediante o envio de mensagem eletrônica, fax ou correspondência registrada para o fornecedor. Na justificção o autor alega que os órgãos de defesa do consumidor recebem, a todo momento, reclamações acerca da dificuldade da rescisão de contratos, especialmente de contratos de execução continuada, também conhecidos como contratos de duração, que são aquelas em que a contraprestação é feita de modo continuado, como, por exemplo, os relativos ao serviço de telefonia e televisão por assinatura, entre outros. O projeto cuida de matéria inserida na competência legislativa concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal. Cabe ao Congresso Nacional dispor sobre a matéria e é legítima a iniciativa parlamentar, nos termos do art. 61 da Lei Maior, tampouco a norma constitucional que, no aspecto material, esteja em conflito com o teor da proposição em exame.

Assim, não se vislumbra óbice algum quanto à constitucionalidade da medida. Também não há vícios de juridicidade. O voto, Sr. Presidente. Por obedecer a constitucionalidade, juridicidade, boa técnica legislativa e, no mérito, representar o aperfeiçoamento das relações de consumo, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 625, de 2007, na forma do seguinte substitutivo: “Acrescenta-se os parágrafos 6º, 7º e 8º ao art. 54, da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, com a seguinte redação: Art. 54, § 6º – O consumidor poderá solicitar a resolução do contrato, entre outros meios, mediante o envio de mensagem eletrônica, fax ou correspondência registrada para o fornecedor; § 7º – Na hipótese do § 6º, o contrato será considerado resolvido no máximo até três dias após o recebimento da solicitação enviada pelo consumidor; § 8º – O fornecedor de produtos ou serviços que atenda exclusivamente pela rede mundial de computadores ou por serviços automatizados telefônicos, fica obrigado a disponibilizar atendimento por telefone específico para dirimir problemas relativos ao fortalecimento e atender pedidos de resolução de contrato. Essa Lei entra em

vigor na data de sua publicação”. Este é o Parecer, o relatório, a análise e voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Em discussão.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Senador Expedito Júnior para discutir. Tem V. Ex^a. a palavra.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Sr. Presidente, com todo o respeito e sabendo que nós tínhamos que realmente aproveitar aqui o quorum alto e votarmos as matérias, principalmente nessa Comissão, mas eu recebo aqui um pedido do próprio autor, Senador João Durval, que por nosso intermédio que solicitássemos vistas do Projeto para que ele pudesse discutir com o Relator sobre a proposição que ele está apresentando, que é o seu voto substitutivo. Eu pediria vista, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Concedida a vista.

Nós voltamos ao item 10, que nós tínhamos—

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): 12.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Item 12. No Item 10 também foi aprovada a inversão de pauta, será apreciada em seguida.

Item 12, Projeto de Lei do Senado nº 690, de 2007, que “Acrescenta inciso XVII ao art. 51 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para considerar abusiva a cláusula contratual que obrigue o consumidor a pagar pela emissão do carnê de pagamento ou do boleto bancário”. É de autoria do Senador Gerson Camata e tem como Relator o eminente Senador Heráclito Fortes, a quem concedo a palavra.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sr. Presidente, Srs. Senadores. Este Projeto do Senador Camata é oportuno e visa beneficiar aqueles que recorrem permanentemente e principalmente ao crédito, quer seja o crédito bancário, quer seja o crédito do chamado carnê de compras na rede de loja comercial do país. O Senador Camata considera abusiva a cláusula contratual que obriga o consumidor a pagar pela emissão do carnê de pagamento ou do boleto bancário.

Na realidade, Sr. Presidente, essa é uma prática que deveria ser abolida, até porque a obrigação de colocar ao alcance do consumidor esses mecanismos é exatamente do fornecedor, de forma que acho que o credor tem que proporcionar todos os meios para a realização da cobrança e arcar com os seus respectivos custos.

Eu quero dizer que, no tocante à constitucionalidade, não há nada que a afronte. Em relação ao mérito, eu quero, até por economia processual, para privá-lo de tanto tempo, eu quero dizer que não só é oportuno esse Projeto como também é de um grande alcance social, daí porque o meu Parecer, quanto ao mérito, é pela sua aprovação.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Conhecido o voto e o relatório do Senador Heráclito Fortes, submetemos à discussão do Plenário. Não havendo quem queira discutir, está encerrada a discussão, passamos em seguida à votação que será nominal. Como vota o Senador Renato Casagrande?

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Senador Heráclito Fortes, voto conhecido. Senador Gilberto Goellner, como vota?

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Senadora Marisa Serrano?

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Sim, com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Senador Marconi Perillo?

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com o Relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Senador Flávio Arns?

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Senador Augusto Botelho?

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Com o Relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Senador Expedito Júnior?

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Senador Flexa Ribeiro?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Com o Relator, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Está aprovada a matéria.

Passamos ao Item 10. Projeto de Lei da Câmara nº 51, de 2007, que “Dispõe sobre a validade dos bilhetes de passagem no transporte coletivo rodoviário de passageiros e dá outras providências”. Trata-se de Projeto de autoria do Deputado Jovair Arantes e tem,

nesta Comissão, como Relator, o eminente Senador Flexa Ribeiro, a quem concedo a palavra.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente Senador Leomar Quintanilha, Sras. Senadoras, Srs. Senadores. Tem iniciativa do Deputado Jovair Arantes o Projeto de Lei da Câmara nº 51, de 2007, PL nº 1333-C, de 1995, na origem. Tem o objetivo principal de estabelecer a validade pelo prazo de um ano para os bilhetes de passagem adquiridos das operadoras do serviço de transporte rodoviário intermunicipal, interestadual e internacional de passageiros. São, no entanto, fixadas diversas outras regras. Os usuários dos serviços passam a dispor, no mencionado prazo de um ano, do direito de remarcação dos bilhetes, ao reembolso devidamente atualizado do valor despendido, bem como a compensação por mudança para veículo de categoria inferior. São estabelecidas normas para os casos de atrasos superior a uma hora, critérios para responsabilização das empresas, relativamente as despesas com alimentação e hospedagem determinadas pelo retardamento das viagens, assim como a possibilidade da emissão de bilhetes em aberto. A Lei proposta, ademais, impõe às operadoras a obrigação de que instalem “sistema de proteção a viagem, visando a regularidade, segurança e eficiência” das viagens.

Análise, Sr. Presidente. O Projeto traz importante contribuição à tarefa que incumbe ao Estado de proteger os direitos dos usuários dos serviços públicos de transporte rodoviário. Trata-se, assim, de medida de largo alcance social, credora do apoio do Poder Legislativo. Voto. Ante ao exposto, o voto é pela aprovação do PLC nº 51, de 2007. Este é o voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Conhecido o voto, em discussão.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Em discussão. Senador Renato Casagrande para discutir.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Só por algumas dúvidas que eu tenho, quero debater com o Autor e com o Relator, quero pedir vista do Projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Vista concedida a V. Ex^a.

Os Itens 1, 2, 3 e 7 nós retiramos de pauta em virtude da ausência dos seus Relatores.

Passamos ao Item 8. Aviso nº 107, de 2007, “Encaminha ao Senado Federal, cópia do acórdão proferido nos autos do processo TC 009.200/2006-1, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentaram,

referente à aprovação, por aquela Corte de Contas, da Instrução Normativa nº 56, de 2007, que dispõe sobre instauração e organização de processo de tomada de contas especial e dá outras providências”. Trata-se do Aviso nº 107 do Tribunal de Contas da União e tem como Relator o eminente Senador Expedito Júnior. Senador Expedito, tem V. Ex^a. a palavra.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Sr. Presidente, em virtude de nós já termos encaminhados há algum tempo o nosso relatório, eu vou fazer aqui um resumo do nosso relatório.

Na verdade já existia uma Instrução Normativa tratando desse assunto, a Instrução Normativa 13, de 1996, mas os estudos do Tribunal de Contas da União para aprimorá-la, com diversas alterações, fez com que o TCU optasse por revogar a Instrução Normativa 13 e a substituisse pela de nº 56. As principais modificações da tomada de conta especial foram: o fim da tomada de contas especial simplificada – este se aplicava nos casos de débitos de menor relevância; apresentação e aprovação pelo concedente da prestação de contas de recursos repassados ofertada intempestivamente; recolhimento do débito imputado quando comprovada a boa-fé do gestor e na existência de outras irregularidades. A fixação em vinte e três mil – esse valor, Sr. Presidente, eu não sei qual foi o cálculo que levou o Tribunal de Contas a chegar a esse valor de vinte e três mil, nós não conseguimos identificar isso nos autos, nós estamos buscando um esclarecimento do Tribunal de Contas da União, mas foi proposto pelo próprio Tribunal de Contas da União, a fixação em vinte e três mil no valor mínimo do dano ao erário a partir do qual deve ser instaurada e encaminhada ao Tribunal de Contas da União uma tomada de contas especial, sem prejuízo quando o débito for inferior àquele valor; da inclusão do nome do responsável no Cadastro Informativo de Débitos(F) não Quitados de Órgãos e Entidades Federais – CADIN; a dispensa de encaminhamento ao TCU e autorização para arquivamento no órgão e entidades de origem de tomadas de contas especial já instauradas quando houver recolhimento do débito no âmbito interno, for apresentado e aprovada a prestação de contas, ou seja, verificar-se qualquer outra situação em que o débito seja descaracterizado; a dispensa da instalação da tomada de contas especial, quando já decorridos dez anos do fato gerador do dano sem prejuízo da apuração da responsabilidade de quem houver dado causa ao atraso da instauração. O Tribunal de Contas da União decidiu, ainda, dar ciência desta decisão que aprovou a nova Instrução Normativa a todos os órgãos do Poder Executivo, Judiciário, Legislativo e do próprio Ministério Público da União.

A tomada de contas especial é uma espécie de processo por meio da qual o Tribunal de Contas da União apura a responsabilidade dos agentes envolvidos em omissão no dever de prestar contas da não comprovação da aplicação dos recursos repassados pela União, da ocorrência de desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos, ou, ainda, da prática de qualquer ato ilegal, ilegítimo ou de qualquer que resulte dano ao erário.

Na hipótese de condenação referente a contas relativas ao exercício de cargos ou funções públicas rejeitadas por irregularidades insanáveis e por decisão irreversível do Tribunal de Contas da União, os responsáveis tornam-se inelegíveis por cinco anos a contar da decisão, salvo no caso de a questão estar sendo submetida à apreciação do Poder Judiciário.

Infelizmente, como eu já disse, não consta do processo elementos indicativos dos cálculos que conduziram às conclusões do Ministro Relator sobre a fixação do limite mínimo de R\$ 23.000,00 para a tomada de contas especial. Na verdade, trechos de instruções técnicas transcritas no relatório da deliberação do TCU parecem sugerir a ausência de estudos quantitativos exclusivos no âmbito do Tribunal sobre os custos de tramitação de tais processos. O Ministro alegou que os custos para a conclusão da tomada de contas especial abaixo desse valor seriam superiores ao benefício do controle almejado. Temos de reconhecer não se tratar de uma quantia desprezível. Certo é que, em atenção aos princípios constitucionais da eficiência e da economicidade, não é razoável instaurar tomada de contas especial quando o custo de movimentação da máquina administrativa for superior ao ressarcimento esperado de uma eventual condenação.

E, por fim, Sr. Presidente, já com respeito à regra da dispensa de instauração da tomada de contas especial após decorridos dez anos do fato gerador do dano, entendemos constituir medida que homenageia o princípio da segurança jurídica. A Constituição afirma que a Lei deve estabelecer prazos de prescrição para ilícitos que causem prejuízos ao erário, ressalvado as ações de ressarcimento. Significa dizer que, no tocante ao ressarcimento dos danos ao erário, a própria Constituição já estabeleceu um regime de imprestabilidade.

Conclusão. O Parecer conclui pelo conhecimento do assunto pela Comissão e pela solicitação do Tribunal de Contas da União de informações sobre os custos médios relacionados à tramitação das tomadas de contas especiais no âmbito da Corte, Sr. Presidente. É o nosso voto.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Em discussão o voto proferido

pelo Senador Expedito Júnior. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Passamos ao Item 9. Ofício “S” nº 53, de 2007, que “Encaminha ao Senado Federal, em atendimento ao § 1º do art. 28 da Lei nº 11.079, de 2004, informações com vistas a contratar empreendimentos por intermédio de parcerias público-privadas”. O ofício é de autoria da Prefeitura Municipal de Rio das Ostras, no Rio de Janeiro, e tem como Relator o eminente Senador Flávio Arns. Senador Flávio Arns, tem V. Ex^a. a palavra para proferir o seu relatório.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Encontra-se, portanto, em exame nesta Comissão Ofício “S” nº 53, de 2007, enviado pela Prefeitura de Rio das Ostras, situada no Estado do Rio de Janeiro, em cumprimento ao § 1º, do art. 28, da Lei 11.079, de 30 de dezembro de 2004, a qual instituiu normas gerais para licitação e contratação de Parceria Público-Privada – PPP no âmbito da Administração Pública. O aludido documento informa que aquele Município pretende contratar PPP para complementar o seu sistema de esgotamento sanitário. Já nos seus primeiros parágrafos constata-se que a PPP visada gerará despesas de caráter continuado superiores a 1% da receita corrente líquida do ente em questão. Fazemos, no relatório, o levantamento do que a Prefeitura de Rio das Ostras apresenta, fazemos a análise à luz da legislação em vigor, e concluímos entendendo que não cabe a esta Casa aprovar ou desaprovar as contratações de PPPs pelos entes subnacionais. As informações recebidas prestam-se tão somente a subsidiar eventuais análises pelos órgãos competentes da capacidade dos governos envolvidos para ampliar o seu nível de endividamento ou para receber transferências voluntárias. Desta forma, o presente Parecer limitar-se-á a opinar pelo conhecimento da matéria e seu subsequente arquivamento, com o envio de cópia da presente deliberação à Secretaria do Tesouro Nacional. Voto. Em face do exposto, voto para que esta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle tome conhecimento da presente matéria e proceda ao seu arquivamento, com o envio da presente deliberação ao Ministério da Fazenda para dar ciência ao órgão competente, na forma do § 1º, do art. 28, da Lei nº 11.079, de 2004. É o voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Obrigado ao Senador Flávio Arns. Em discussão o voto proferido. Não havendo quem queira discutir, está encerrada a discussão. Passamos à votação. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):

Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Senador Renato Casagrande, tem V. Ex^a. a palavra.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):

Este é o último Item que o senhor está--

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Sim, nós iríamos era só fazer um comentário a respeito da Audiência Pública programada para quinta-feira, mas como V. Ex^a. é o autorizo do requerimento--

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):

Por favor, eu gostaria que o senhor fizesse, o senhor fazer.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Nós gostaríamos de comentar, sobretudo aos membros desta Comissão que ainda não tomaram conhecimento, que foi aprovado o Requerimento nº 5, de 2008, nesta Comissão, de autoria do ilustre Senador Renato Casagrande, com o objetivo de discutir e repensar o modelo de controle interno e externo existente no país, por meio de um ciclo de debates com o tema Controle Público – Instrumento e Cidadania. Esse debate será ter início na próxima quinta-feira às nove horas da manhã. Toda quinta a partir da próxima semana, a partir dessa próxima quinta-feira, nas demais quintas-feiras nós estaremos realizando esse ciclo de debate, cuja programação já está expressada neste folheto que será distribuído aos ilustres membros desta Comissão, a quem nós instamos para que compareçam e participem e dêem a contribuição para que esse debate efetivamente alcance os objetivos, já que é uma propositura extremamente oportuna. Eu consulto o Senador Renato Casagrande se gostaria de fazer algum comentário ainda?

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):

Só de fato para reforçar o convite aos Senadores, o Presidente Senador Garibaldi Alves, a convite do Presidente da Comissão, deverá estar presente na abertura, na quinta-feira. Teremos um bom debate com o Ministro Paulo Bernardo, com o Secretário de Controle Externo do TCU, Gualter Ramalho Portela, com Professor da Unicamp, Bruno Speck, e a jornalista do Valor Econômico, Cláudia Safatle. Então será um debate importante, o primeiro debate desse ciclo de debates, e reforçar só o convite que o Presidente já fez. Obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO):

Nós estamos seguros de que esse ciclo de debates será hesitoso, trará uma contribuição muito grande a esse procedimento de controle existente hoje no país.

Em decorrência de estarem ausentes os Relatores dos demais itens não terminativos constantes da pauta, nós o retiraremos da pauta, da mesma forma os itens terminativos.

Agradeço a atenção e o esforço dos membros desta Comissão, que só conseguiu o quorum para funcionar – e acabou dando um resultado positivo – já por volta de doze, mais de doze horas, quase treze horas é que nós conseguimos alcançar o quorum desejado para o debate que se travou aqui hoje.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a presente Sessão.

Sessão encerrada às 13h40

SECRETARIA DE COMISSÕES

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE – CMA

ATA DA 10ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 08 DE MAIO DE 2008, ÀS 09:00 HORAS.

Às nove horas e trinta e oito minutos do dia oito de maio de dois mil e oito, na Sala nº 3, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador **LEOMAR QUINTANILHA**, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com a presença dos Senhores Senadores **RENATO CASAGRANDE**, **CÉSAR BORGES**, **VALDIR RAUPP**, **GILBERTO GOELLNER**, **MARCONI PERILLO**, **GIM ARGELLO**, **AUGUSTO BOTELHO**, **GEOVANI BORGES**, **ADELMIR SANTANA** e **FLEXA RIBEIRO**. Deixam de comparecer os demais Senadores membros da Comissão. Havendo número regimental, a Presidência declara abertos os trabalhos e submete à votação a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A seguir, a Presidência informa que a presente reunião destina-se à realização de Audiência Pública, em atendimento ao Requerimento nº 05/2008-CMA, de autoria do Senhor Senador **RENATO CASAGRANDE**, que requer a “realização de ciclo de debates, através de audiências públicas, com temas voltados para atual realidade do controle e possíveis formas de aperfeiçoamento do modelo vigente”. Na sequência, iniciam-se os trabalhos da Mesa 1: “Instituições e padrões de controle – diag-

nósticos e soluções”, sob a coordenação do Senhor Senador **RENATO CASAGRANDE**. Comparecem os seguintes convidados: Prof. Bruno Willhem Speck, do Departamento de Ciência Política – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP; Ministro Paulo Bernardo Silva, Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão; Secretário Gualter Ramalho Portella, da 1ª Secretaria de Controle Externo do TCU e Jornalista Cláudia Safatle, Diretora Adjunta de Redação do Jornal Valor Econômico. Durante a apresentação dos convidados, a Audiência Pública é momentaneamente interrompida pela chegada do Senhor Presidente do Senado Federal, Senador **GARIBALDI ALVES FILHO**, que usa da palavra para saudar o evento e os debatedores. Após a exposição de todos os palestrantes, o Ministro Paulo Bernardo Silva responde à pergunta de um dos presentes recebida pelo Coordenador, Senador **RENATO CASAGRANDE**. A seguir, o Senhor Senador **AUGUSTO BOTELHO** apresenta seus questionamentos, e logo após o Coordenador, Senador **RENATO CASAGRANDE** encaminha aos participantes da Mesa as demais perguntas formuladas pelo público. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e cinco minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra dos acompanhamentos taquigráficos. – Senador **Leomar Quintanilha**, Presidente.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS DA REUNIÃO REALIZADA EM 10/05/2008

MESTRE DE CERIMÔNIA: Damos início ao ciclo de debates promovido pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor Fiscalização e Controle do Senado Federal, com o tema: Controle Público, Instrumento de Cidadania. O objetivo de discutir e repensar o modelo interno e externo do País, o ciclo de debates tratará do modelo vigente e suas possíveis formas de aperfeiçoamento, tendo como Palestrantes, membros dos Poderes Legislativos e Executivos, dos Tribunais de Contas, do Ministério Público, representantes dos órgão de classe dos Tribunais de Contas e do Controle Interno, bem como estudiosos da área.

A reunião de hoje debaterá o tema, Instituições e Padrões de Controle Diagnóstico e Soluções, e será coordenada pelo Senador Renato Casagrande.

Compõem a mesa: O Exmo. Sr. Senador Leomar Quintanilha, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal; o Exmo. Sr. Senador Renato Casagrande, coordenador dos trabalhos; o Exmo. Sr. Ministro

Paulo Bernardo Silva, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. O Sr. Gualter Ramalho Portella, Secretário da 1ª Secretaria de Controle Externo do Tribunal de Contas da União. O Sr. Bruno Speck, Professor de Ciências Políticas da Universidade Estadual de Campinas; a Sra. Cláudia Safatle, jornalista do Jornal Valor Econômico.

Neste momento, fará uso da palavra o Exmo. Sr. Senador Leomar Quintanilha, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor Fiscalização e Controle do Senado Federal.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Havendo número regimental declaro aberta a 10ª Reunião Extraordinária da Comissão do Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

Os Srs. Senadores que estiveram de acordo com a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, permaneçam como se encontram. Registro os nossos agradecimentos aos Ilustres participantes, convidados que trarão com suas inteligências uma contribuição para o ciclo de debates que ora iniciaremos. A fiscalização dos atos praticados por gestores públicos, bem como a obrigatoriedade de prestação de contas dos recursos do Estado encontram-se consagrados no texto constitucional como direito e cidadania e é dever do Estado por seus órgãos internos e externos. Por essa razão, esta Comissão aprovou requerimento de autoria do eminente Senador Renato Casagrande, para a realização desse ciclo de debates, que tem início nesta manhã.

MESTRE DE CERIMÔNIA: Senhoras e senhores a partir deste momento encerramos esta solenidade de abertura e damos início aos debates desta manhã.

Com a palavra o Exmo. Sr. Senador Renato Casagrande que passará a coordenar os trabalhos:

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Bom dia, senhoras e senhores, quero cumprimentar nosso Presidente da Comissão de Defesa do Consumidor Fiscalização e Controle do Meio Ambiente, Senador Leomar Quintanilha, que preside uma das comissões mais importantes dessa Casa. Quero cumprimentar e agradecer a presença do Ministro Paulo Bernardo, Ministro do Planejamento, quero cumprimentar o Sr. Gualter Ramalho Portella, que é Secretário da Secretaria de Controle Externo do Tribunal de Contas, representando aqui o Presidente do Tribunal de Contas da União, quero cumprimentar o Professor Bruno e agradecer também a sua presença como colaborador e debatedor deste painel, a Jornalista Cláudia que também nos dá a honra da sua presença, do Valor Econômico e resumidamente, nessa introdução des-

sa primeira mesa, desse primeiro debate desse ciclo, dizer a vocês e agradecer a vocês pelas presenças, o debate Controle Público Instrumento da Cidadania é um debate mais do que atual, nós estamos vivenciando nos últimos anos um processo de aperfeiçoamento institucional do nosso País. Nossa democracia é uma democracia muito jovem, é uma democracia que está num processo de construção e de fortalecimento e de enraizamento das suas Instituições.

Então é fundamental que nós possamos compreender que o controle, tanto externo como interno, é uma exigência técnica da Administração Pública, mas ela também é uma exigência política da administração Pública. É uma maneira que a gente tem, que os gestores público têm, que os que exercem funções públicas tem de prestar contas do trabalho que é desenvolvido pela administração pública na arrecadação dos nossos tributos. Então, este é um debate mais do que atual pela necessidade do aperfeiçoamento. Há de se reconhecer que nós avançamos nos últimos anos com relação a essa estruturação de controle no nosso País. Avançamos porque o nível de transparência é maior do que nós tínhamos no passado, mesmo que ele ainda seja insuficiente. Se nós buscarmos a avaliação do debate que se faz hoje no País, no Congresso Nacional, no Governo Federal, com relação, por exemplo: Aos gastos com suprimento de fundos, gastos com cartões corporativos, fica bastante clara, a necessidade de estabelecer critérios para uso desses instrumentos. Fica bastante a claro que nós só conseguimos debater este tema porque houve um lançamento na rede mundial de computadores de dados com relação aos gastos do Governo, com relação a este item de despesa.

Então, nós temos um processo de aperfeiçoamento, seja na Controladoria, seja no Tribunal de Contas, seja na ação de imprensa que colabora nesse trabalho, seja na ação do Ministério Público, seja na ação da polícia, diversos instrumentos que colaboram no controle, que facilita o trabalho dos órgãos de controle interno e externo tem se aperfeiçoado nos últimos anos, mas há de se reconhecer a necessidade de que nós tenhamos este processo numa velocidade maior do que nós tivemos até agora. Então nós optamos pelo debate de um ciclo, porque precisamos sair da superficialidade das audiências públicas, que cumprem um papel que trás o tema para dentro do Congresso, mas não aprofunda. O que nós queremos neste ciclo de debates, é aprofundar o tema, numa radiografia do sistema de controle que nós temos, mas ao mesmo tempo num processo de sugestões, de aperfeiçoamento, para que o Congresso não fique só correndo atrás do prejuízo através das CPIs que são

importantes, mas que acabam funcionando pouco pela disputa política que se estabelece nessas comissões parlamentares de inquérito. Nós temos a necessidade e podemos aqui no Congresso Nacional aprovarmos uma legislação, que já foi aprovada aqui nesta Casa e que está na Câmara e que deve voltar por processo de aperfeiçoamento, de mudanças na Câmara, quer exigir que todos os órgãos públicos lancem na Internet a sua execução orçamentária. Não é possível mais com essa disponibilidade tecnológica que nós temos, que nós não tenhamos todas as informações disponibilizadas para as entidades e para a sociedade organizada. Então por que só o Governo Federal tem que ter o portal transparência? Por que nós não, mesmo no Governo Federal, não possamos definir por lei o que é dado sigiloso, o que não é? Por que os Estados não têm o portal transparência? Por que os Municípios não têm? Não é mais concebível a argumentação de que não tem acesso a tecnologia, porque todos hoje têm acesso à tecnologia. Então o Congresso não pode, o Congresso precisa trabalhar preventivamente. O congresso tem que estabelecer mecanismo de investigação, que é papel do Congresso, mas o Congresso tem também que estabelecer mecanismo preventivo para evitar a corrupção, estabelecer a fiscalização, porque essa fiscalização ela acaba de fato inibindo e fazendo um trabalho preventivo.

Com relação ao controle externo, que é exercido pelo Congresso Nacional, através do Tribunal de Contas da União, eu acho que o Tribunal também merece processo de aperfeiçoamento. Eu pessoalmente tenho duas propostas colocadas para o debate, aqui no Congresso Nacional, um que cria o Conselho Nacional dos Tribunais de Contas, para que haja também uma fiscalização externa sobre a ação dos Tribunais de Contas. Esse mecanismo de controle funciona bem no Poder Judiciário e funciona bem no Ministério Público, e da minha avaliação pode funcionar bem nos Tribunais de Contas, porque a vertente política dos Tribunais Estaduais, em especial, ela é uma vertente muito intensa, muito forte, muito presente e um controle externo poderia funcionar e ajudar no funcionamento dos Tribunais de Contas, seja nos Estados, em alguns dos Municípios que nós temos e do Tribunal de Contas da União. Tem uma outra proposta para o debate, que é a forma de acesso a Ministros e Conselheiros de Tribunais. Acho que a indicação como é feita hoje, para composição maior, da força política nessa indicação, não é o mais adequado para um órgão técnico, como precisam ser os Tribunais de Contas. Então, acho que estou colocando duas propostas que eu tenho. Outros parlamentares têm outras propostas, mas esse seminário terá o objetivo de fazer um debate com resulta-

dos que poderão ajudar a construir instituições mais eficientes e que dêem retorno mais rápido a sociedade brasileira.

Sr. Presidente, com a permissão do senhor, eu queria fazer essa introdução e passar a palavra para o primeiro expositor e colaborador nosso, mas devolvo ao senhor e o senhor continua então na condução. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): V.Exa. pode continuar na condução dos trabalhos.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):

Então, eu passo então, primeiramente, a palavra ao Professor Bruno, Professor da Unicamp, que terá aí, se possível, com a flexibilidade necessária, mas que terá aí vinte minutos para sua exposição. Tem um telão na sala 19 também, que algumas pessoas estão acompanhando e eu desde já agradeço a todos que estão acompanhando aqui essa audiência pública. Com a palavra o Professor Bruno.

SR. BRUNO WILLHEM SPECK: Bom dia, a todos, muito obrigado pelo convite. Bom dia, Excelentíssimas Autoridades e aos estimados cidadãos presentes, sou Professor da Unicamp, Cientista Político, estudei um pouco o tema do controle externo no Brasil. Desde já dou o meu integral apoio às duas sugestões apresentadas. Eu escrevi um livro sobre o Tribunal de Contas, que versa parcialmente também sobre o problema da escolha dos membros, dos Conselheiros e Ministros, que eu acho que é problemática, mas não é sobre isso que eu vou falar hoje. Eu vou me concentrar em um outro olhar, sobre algumas fragilidades do sistema de controle externo no Brasil, no qual o Tribunal de Contas tem um papel importante, chave, mas não é a única Instituição que participa e que faz o sistema, o sistema de controle externo funcionar ou não funcionar no Brasil. Eu acho que esse é o primeiro ponto. Importante lembrar que a função de controle externo, de fiscalizar a correta e eficiente aplicação dos recursos públicos, é uma função que é muito importante e que em muitos países é coberta, principalmente, por um órgão, que no caso brasileiro chama Tribunal de Contas da União, por Tribunais de Contas, mas nesse controle também participam outras instituições, para tornar esse controle eficiente. Eu vou rapidamente passar pelas diferentes etapas dessa função de controle. Eu acho que nós podemos distribuir de forma bem didática a tarefa do controle externo, da fiscalização dos recursos públicos em três etapas.

A primeira etapa é a necessidade de identificar as irregularidades. A segunda é a própria fiscalização da regularidade da eficiência dos recursos. A terceira, e essa é importante, é que alguém tem que tirar con-

clusões desses achados da etapa dois. Alguém tem que dizer quais são as consequências dessa fiscalização e a quarta etapa é finalmente a implementação dessas consequências que basicamente são sanções e recomendações.

Vamos olhar um pouco mais de perto agora essas quatro áreas. Rapidamente podemos dizer que na primeira etapa da identificação de irregularidades, tem o primeiro problema da seleção, o imperativo da seletividade. Nenhum órgão pode fiscalizar tudo, é necessário selecionar, e se nós comparamos um pouco os Tribunais de Contas no mundo, nós vemos que há, digamos dois modelos, simplificando um pouco, dois modelos diferentes. Um modelo é que o Congresso, principalmente o Congresso, mas também o Governo demanda fiscalizações. Ele usa o seu Tribunal de Contas, o Court Office(F) enfim, seja, o nome qual for, em vários Países ele usa esse órgão para fiscalizar a própria administração e demanda então fiscalizações.

Então, o impulso importante, digamos o programa de fiscalização vem de fora. Esse por exemplo é o modelo nos Estados Unidos, onde 90% das auditorias são demandas pelo próprio Congresso. No caso brasileiro é um pouco diferente. No caso brasileiro o Tribunal de Contas, até dez anos atrás, fez quase exclusivamente o seu próprio programa de fiscalização e nos últimos dez anos isso mudou um pouco, principalmente em função da nova regra. Instituiu, acho que por volta do ano 2000, que institui agora a necessidade de acompanhar grandes obras públicas pelo Tribunal de Contas e de, no caso de detecção de irregularidades graves, de barrar a transferência de novos recursos para essas obras.

Então essa inovação mudou um pouco a composição das demandas externas e do programa interno de fiscalização dos Tribunais de Contas no Brasil. Porque quando, há dez anos atrás, ainda era 90% ou 95% das auditorias programadas pelo próprio Tribunal. Hoje em dia, mais ou menos 2/3 são programadas pelo próprio Tribunal e 1/3 é demandado pelo Congresso Nacional. Eu acho uma mudança salutar. Eu acho importante, mas não vou me deter a isso.

Vamos passar para próxima etapa, onde eu acho que também vale mencionar que o Brasil tem, a próxima etapa tem a ver com a fiscalização da regularidade, da eficiência e em muitos países eu acho que é importante ter esse olhar internacional, em muitos países tem problemas grandes quanto a autoridade, o poder dos Tribunais de Contas de fiscalizarem todos os aspectos da administração pública, em muitos países você tem contas especiais que são excluídas ou administração indireta, não podem ser fiscalizadas, os recursos internacionais não podem ser fiscalizados.

Enfim, você tem várias limitações. No caso brasileiro, essas limitações não existem, desde a Constituição de 88 realmente, o escopo a abrangência da fiscalização cobre todos os aspectos a administração dos recursos públicos. Terceira etapa, em relação às consequências, as conclusões e consequências. Eu vou me deter basicamente sobre a terceira e quarta etapa e quero mencionar aqui somente que em qualquer sistema de controle externo duas conclusões têm que ser tiradas das atividades de fiscalização e controle.

A primeira conclusão é retrospectiva, quem é responsável por irregularidades no passado e quais serão ou devem ser as sanções aplicadas. É um olhar para trás basicamente para responsabilização individual do administrador. Esse, o primeiro olhar; e o segundo olhar é para frente, quais são as consequências para prevenção e para o aperfeiçoamento do sistema de administração de recursos públicos, são sugestões, recomendações ou outras medidas. Esse olhar para frente que não olha para o administrador individual, não para a pessoa, mas para o funcionamento do sistema.

Essas duas consequências, em qualquer sistema político alguém tem que definir, tem que tomar essas decisões. Em muitos países o trabalho do Tribunal de Contas pára na etapa dois e ele deixa a responsabilização, a etapa três e quatro, para o Ministério Público, ou para a própria administração, ou para a Justiça. Enfim, ele não se envolve na responsabilização. Ele não define quem é que deve ser punido, sancionado. A Alemanha, por exemplo, eu sou alemão, a Alemanha é um dos países onde essa tarefa da responsabilização cível, política, criminal, é toda fora da esfera do próprio Tribunal. No caso brasileiro é diferente. No caso brasileiro os Tribunais de Contas claramente cobrem a etapa três. São eles que definem e unicamente eles que definem qual é a necessidade de responsabilizar o agente público com a exceção da responsabilidade criminal. Essa é tarefa dos Ministérios Públicos, mas com exceção dessa a responsabilidade administrativa, política, civil é definida pelos Tribunais de Contas e os Tribunais de Contas também definem quais são as recomendações tiradas da fiscalização e quais são as possibilidades de aperfeiçoamento.

Bom, vamos rapidamente dar um olhar para o próximo slide, esse meu resumo não aparece muito bem, mas deveriam ser três cores diferentes, aqui simulando um semáforo. Então, na minha avaliação um pouco resumida, ou bastante resumida, a primeira, etapa um, digamos tem pontos positivos e negativos. Pontos a aperfeiçoar é o amarelo ali. A identificação de irregularidades funciona até certo ponto, mas pode ser aperfeiçoado no Brasil. Etapa dois, eu coloquei um verde, a fiscalização da regularidade da eficiência, a

parte técnica dos Tribunais de Contas foi bastante modernizada, principalmente o Tribunal de Contas da União dispõe de um corpo técnico excelente, que produz auditorias excelentes, de qualidade excelente, que não precisa temer nenhuma comparação com outros órgãos internacionais. Etapa três eu coloquei amarelo de novo. A etapa três, é onde se define na verdade quais são as conclusões a tirar quanto a responsabilização de agentes públicos e quanto a recomendações para melhorias no futuro.

Eu coloquei amarelo, porque isso tem muito a ver com a questão da escolha dos Ministros, porque eu acho que nessa parte de fazer quase um julgamento que se parece e que mima, que se assemelha a um julgamento jurídico, é muito importante garantir que esse corpo de Ministros, esse corpo de pessoas que decidem sobre a responsabilização de agentes públicos e recomendações para o futuro, seja profissionalmente capacitado e seja independente de influências políticas, mas não vou me deter nisso, vou entrar basicamente na questão quatro e para a isso peço o próximo slide.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Professor Bruno, eu solicito a compreensão de V.Sa. para interromper por um instante a sua exposição para que possamos receber o Presidente do Senado do Congresso Nacional, Senador Garibaldi Alves Filho. Professor Bruno, por gentileza, pode continuar a sua exposição.

SR. BRUNO WILLHEM SPECK: Obrigado. Bom eu acho que chegamos no ponto chave da apresentação porque eu creio que é importante recordar rapidamente quais são esses poderes que os Tribunais de Contas têm no Brasil, detém, e esses poderes também trazem responsabilidade. Então, eu vou rapidamente elencar esses poderes e vou depois dar uma olhada sobre a quarta etapa, a implementação dessas recomendações e sanções. Os senhores, a letra talvez seja um pouco pequena, mas vou rapidamente citar. Então, basicamente tem dois tipos de poderes que o Tribunal de Contas no Brasil tem: Responsabilizar retroativamente agentes envolvidos em irregularidades, que são quatro tipos diferentes de responsabilização, cível, administrativa, criminal e política.

E o segundo tipo de consequência é a prevenção e melhoraria da qualidade dos gastos públicos. São basicamente duas categorias: São as recomendações que o Tribunal de Contas formula e o bloqueio de verbas, que através de decisões do Tribunal de Contas acontece intermediado pelo Congresso nacional. Vamos olhar para a responsabilização retroativa dos agentes, responsabilização cível.

Os Tribunais de Contas no Brasil, diferentemente de outros países definem qual é o dano causado pelo agente que cometeu irregularidades e qual é a multa a ser aplicada por esse dano. Os danos e as multas são imputados ao administrador e os valores realmente são impressionantes, se nós olharmos para as publicações dos próprios Tribunais de Contas, o Tribunal de Contas da União debita ou responsabiliza agentes públicos anualmente no valor de aproximadamente cinquenta milhões de reais, ele cobra pelos danos causados em torno de cinquenta milhões de reais, até mais ou menos o ano 2000. Esses valores vinham crescendo até o ano 2000, até mais ou menos, cinquenta a oitenta milhões de reais. Nos últimos dez anos teve outro salto. Esse ano, no ano passado, o valor atinge quase meio bilhão de reais.

Então é importante ver esses dados. O Tribunal de Contas na verdade cumpre a função de definir qual é o dano causado e quais as sanções a serem aplicadas, sanções financeiras aos administradores. Já vou dar uma perspectiva agora sobre a quarta etapa, implementação. Na implementação nós vemos que somente em torno de 1% dessas multas aplicadas, são realmente ressarcidas cofres públicos. Logo depois, vamos olhar mais em detalhe quem é o responsável pelo recolhimento. Tem uma desproporção enorme entre de um lado a crescente atividade do Tribunal de Contas de definir o dano e de imputar esse dano ao administrador responsável e de implementar o recolhimento desses valores pelos órgãos responsáveis. Tem outras sanções que podem ser aplicadas. Eu chamei aqui de administrativas. Administradores envolvidos em graves irregularidades podem ser, eu diria, banidos de determinados cargos públicos de confiança. Eles podem ser excluídos desses cargos por, não lembro agora, cinco a oito anos eu acho. E as empresas envolvidas em graves irregularidades, igualmente, podem ser banidas das licitações públicas por um prazo similar.

Mais uma vez, se nós olharmos para o próprio desempenho do próprio Tribunal de Contas na aplicação dessas sanções, nós vemos que o Tribunal de Contas da União aumentou essas sanções de forma um pouco mais tímida do que na categoria anterior, mas está entrando nessa área. Então nós temos hoje em dia em torno de cinquenta empresas que não podem contratar com o Estado em função de irregularidades e em torno cem, cento e cinquenta administradores. É uma área onde o Tribunal de Contas está entrando, mas ainda, para mim, um pouco olhar como leigo, se há um dano causado de meio bilhão, para mim o número de administradores e empresas excluídos de contratar com poder público, em torno de cinquenta empresas e cento e cinquenta administradores, é

muito baixo. Então, eu acho que essa é uma área que pode ser explorada pelos Tribunais de Contas. Alternativamente, ou em vez de optar por aplicar sanções que não podem ser cobradas pelo sistema atual que está em vigor, aplicar mais em sanções que têm aplicações imediatas que são excluir administradores de ocuparem cargos de confiança e banir empresas de contratar com o Estado.

Como eu disse, a responsabilidade criminal no caso brasileiro não é tarefa, aferir com a responsabilidade criminal, não é tarefa dos Tribunais de Contas é tarefa do Ministério Público, outros Tribunais de Contas, como chama isso, o termo técnico, representam junto ao Ministério Público. A responsabilidade política é outro poder importante e interessante que os Tribunais de Contas brasileiros têm e que outros Tribunais de Contas não têm. Eu não conheço muitos países no mundo que tem essa possibilidade, de definir quais administradores cometeram irregularidades tão graves, que eles devem ser inscritos num tipo de cadastro, que será enviado em época, em anos eleitorais aos Tribunais Regionais Eleitorais, para que eles sejam excluídos do rol de candidatos que possam concorrer em eleições.

Outra vez, temos uma situação muito similar à primeira categoria da responsabilização civil por quê? Porque os senhores sabem que uma das primeiras medidas para fugir desse cadastro é recorrer a Justiça, “questionar a condenação” pelo Tribunal de Contas na Justiça [soa a campainha] e esse questionamento na Justiça tem efeito suspensivo sobre essa exclusão das eleições. Então praticamente todos que estão nesse cadastro e que tem algum interesse em concorrer em eleições podem fazê-lo simplesmente entrando na Justiça, questionando essa decisão um pouco antes das eleições. Isso tem o efeito suspensivo.

Então, outra vez nós temos um poder grande, um trabalho enorme nos Tribunais de Contas para enfim, fazer valer essa regra da responsabilização e nós temos uma brecha na legislação, que eu acho que nesse caso são mais os senhores legisladores que podem fechar. Vamos a um breve olhar sobre a prevenção, quanto às recomendações e quanto ao bloqueio de verbas. Eu acho que enquanto a recomendações, os Tribunais de Contas elaboram recomendações, mas ainda há um acompanhamento muito tênue e quanto a implementação dessas recomendações e também não há um diálogo muito intenso entre os Tribunais de Contas e administração para gerar a confiança necessária para que essas recomendações sejam realmente implementadas ou para verificar se elas são factíveis ou interessantes. Mas vou dar uma outra olhada sobre esse último aspecto, o bloqueio de verbas, que na verdade é

uma medida, como eu falei uma medida nova, no início dos anos dois mil foi implementada para prevenir que verbas sejam, que recursos sejam gastos em projetos que apresentam irregularidades. Essa eu acho que é uma medida que gerou um efeito imediato.

O Tribunal de Contas a pedido, a solicitação do Congresso Nacional fiscaliza obras no valor de em torno de vinte bilhões de reais, que é um volume de recursos enorme e conclui pela irregularidade dessas obras em mais ou menos 1/3 dos casos e o Congresso Nacional recebe essas auditorias e em função disso, barra o repasse de verbas para essas obras. Eu acho que essa é uma medida que realmente é uma medida eficiente, eu quero crer que seja eficiente porque todos os indícios me mostram que ela é implementada de fato.

Bom, vou gastar mais dois minutos para apresentar agora o meu resumo sobre o último. Bom, então vou ter que resumir de forma verbal. Eu acho que nós temos nessa, se nós olharmos para o último aspecto da implementação da fiscalização, dos achados da fiscalização, nós vemos que na área cível, na responsabilização pelos danos cíveis causados, quer dizer, o recolhimento das multas e débitos são basicamente dois grupos, dois tipos de instituições. Primeiro nós temos AGU, que é responsável pelo recolhimento, em parte também a Caixa Econômica, o FUNDEF e outras instituições, basicamente na parte do Governo, nós temos instituições responsáveis pelo recolhimento.

É muito importante reconhecer e trabalhar essa brecha entre multas aplicadas de meio bilhão e recolhimentos em torno de 0,5%, 1%, porque do jeito que está realmente faz pouco sentido. É difícil entender qual seria o sentido do trabalho enorme que o Tribunal de Contas tem no Brasil para aferir qual é o valor, dano causado, porque esse é um dos principais trabalhos dos Tribunais de Contas. Aferir e definir esses danos e sanções e não ter esses danos, esses valores recolhidos.

Os Tribunais de Justiça, eu mencionei como segunda categoria, porque em muitos casos, as decisões dos Tribunais de Contas são questionadas na Justiça que é outro problema estrutural no Brasil, porque o sistema brasileiro, como os senhores sabem os Tribunais de Contas não fazem parte do Judiciário no Brasil. Portanto todas as decisões dos Tribunais de Contas podem ser questionadas na Justiça. Acontece que o Tribunal de Contas organiza todo o seu ritual dentro de padrões que oferecem ampla defesa, contraditórios, dentro de padrões muito parecidos a um processo judicial, inclusive tem um relator que é diferente do órgão julgador que é o Colegiado. Então, tem todo um formato, enfim uma preocupação em dar a esse processo, de

aferir os danos causados e definir multas e sanções, tem todo um cuidado de construir um processo que dá ampla defesa aos acusados. Porém, os acusados podem recorrer na Justiça e entrar em outro círculo que demora, que posterga, basicamente, por anos ou décadas uma definição final.

Então, esse é um problema muito grave que eu acho que de alguma forma também deve ser abordado se quer mudar essa primeira categoria de sanções. Concluindo, um minuto. Não vou me deter sobre o segundo e terceiro item porque enfim, nessas áreas realmente eu acho que o sistema funciona relativamente bem. A Justiça Eleitoral, já falei, essa é uma brecha que deve ser fechada por uma mudança na legislação, não é possível, que de um lado há outro trabalho gigantesco de aferir quais seriam realmente administradores inaptos para concorrer em eleições e depois uma mera brecha na legislação abre essas portas novamente. E creio que teria um ponto positivo, digamos um sinal verde positivo na última categoria no bloqueio de verbas pelo Congresso Nacional, quando irregularidades insanáveis são detectadas nessas obras fiscalizadas. A grosso modo eu acho que um dos focos de melhorar a qualidade da fiscalização dos recursos públicos no Brasil deve focar exatamente essa brecha entre a etapa três e a etapa quatro, para realmente valorar e respeitar o trabalho técnico que é enorme que os Tribunais de Contas tem e de qualidade e implementá-los ou melhorar a implementação na prática. Muito obrigado.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Agradeço ao Professor Bruno Willhem Speck, do Departamento de Ciência Política da Unicamp pela sua exposição inicial, esperando poder contar com a sua participação na segunda parte, no debate das questões aqui levantadas. Apenas para ilustração ao eminente Presidente do Senado, que nos honra com a sua presença na abertura nesse ciclo de debates que em audiência pública, por propositura do eminente Senador Renato Casagrande, a Comissão de Meio Ambiente, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor realiza, com vistas a buscar subsídios e elementos para aprimorar o modelo vigente, hoje controle interno e externo dos gastos públicos. Fica V.Exa. à vontade, se quiser fazer sua intervenção nesse momento, Senador Garibaldi. V.Exa. tem a palavra.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Eu quero cumprimentar o Presidente desta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Senador Leomar Quintanilha, cumprimentar o Ministro Paulo Bernardo, Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, o Senador Re-

nato Casagrande, nosso colega de trabalho e inclusive o coordenador deste simpósio, o Secretário da 1ª Secretaria do Controle Externo do Tribunal de Contas da União, o Dr. Gualter Ramalho Portella a quem eu cumprimento, inclusive sabendo de que o Presidente do Tribunal de Contas se encontra no exterior. Ele estava convidado também para participar. Cumprimentar a Jornalista Cláudia Safatle, Diretora Adjunta da Redação do Jornal Valor Econômico. Ela que falará daqui a pouco e eu vou perder, me desculpe, de dificuldades e expectativas da cidadania acerca do controle da gestão pública e um tema bastante interessante.

Por outro lado, agradecer aqui também a presença do Professor Bruno Willhem Speck, que acabou de falar sobre as possibilidades de controle proporcionadas pelo sistema político institucional brasileiro e suas limitações.

Queria cumprimentar o Senador Augusto Botelho, cumprimentar a todos convidados, técnicos, sobretudo nesta questão, jornalistas e dizer da minha satisfação por estar participando deste seminário, deste simpósio e dizer uma palavra de estímulo ao Senador Casagrande, ao Senador Leomar Quintanilha, para que continuem neste caminho, vislumbrando essas possibilidades de que esse controle a ser exercido com relação aos gastos públicos possam se tornar cada vez mais efetivos. Eu diria que passos importantes foram dados nos últimos anos, que eu poderia classificá-los também aqui ao lado do Ministro do Controle dos Gastos, um deles, que é o Ministro Paulo Bernardo, diria que o SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira ou o SIASG – Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais, já há algum tempo vem permitindo melhor controle, uma melhor fiscalização da administração pública.

Os pregões eletrônicos haverão de ser citados num seminário como esse. Iniciativas como portal da transparência que trazem para si o objetivo de prestar contas à população de uma forma cada vez mais aberta, vão se consolidando com o correr do tempo. Os próprios Tribunais de Contas, todos eles, tanto da União como dos Estados, sabemos todos nós, que tem sido feito um acompanhamento cada vez mais judicioso das despesas públicas. Um acompanhamento que não se limita às questões meramente burocráticas, um acompanhamento que vai muito além. Verifica se os gastos são efetivos, se eles são oportunos, até porque a carga tributária que incide sobre cada cidadão, é uma carga tributária cada vez mais onerosa e o cidadão quer saber onde o dinheiro é gasto, é colocado.

O próprio Senado Federal andou se apropriando dessa tecnologia e produziu um sistema, aliás, dos mais eficientes programas de controle e transparência

do orçamento da União, que é o Siga Brasil. A respeito desse Siga Brasil eu até tenho dito ao pessoal do Senado, meu caro Ministro Paulo Bernardo, meus caros Senadores que estão na mesa, é que esse Siga Brasil, ele chegou, inclusive está assinalado aqui, que é uma ferramenta criada por técnicos do Poder Legislativo e já logrou um reconhecimento internacional. Tendo inclusive recebido uma destacada menção no Global Parliament Report de 2008, relatório anual da ONU que faz um apanhado de inovações legislativas, onde foi classificado como exemplar medida de transparência das contas públicas.

Só que eu queria dizer, sem demérito para os seus criadores, que isso precisa ser melhor explicado, porque nem eu mesmo sei o que é Siga Brasil. Então, algo que deveria ser mais palpável, algo que pudesse ser mais palpável, que pudesse ser melhor compreendido, absolvido e até os técnicos já me disseram: “Olha, o Senhor precisa falar mais sobre o Siga Brasil” e eu digo: “Quando eu entender o que é, eu falo”. [risos].

Então na verdade, a palavra transparência é uma palavra que leva a um entendimento, que nem tudo que você diz pode ser entendido por mim. Você tem é que se preocupar que o que você diz seja entendido por mim. Não é o fato de eu estar falando sobre uma coisa ou outra que você vai me entender. E isso acontece muito no mundo de hoje.

Portanto, eu queria dizer que para o grande público, para a nação, para opinião pública quando se fala em fiscalização, se pensa logo em CPI. É a primeira coisa que vem na cabeça do cidadão, é que o Poder Legislativo só trabalha eficientemente no que toca a fiscalização dos gastos públicos, quando ele cria uma CPI. E nós sabemos que isso não é verdade. A CPI é um instrumento notável da democracia moderna, do parlamento moderno, mas nem sempre a CPI é a solução. Às vezes é até uma falácia. A CPI a se diz muito, que a gente sabe como começa e termina sem saber, tudo na redundância. A gente sabe como começa, mas não sabe como termina.

Não vamos, portanto, dizer aos senhores que essa função do parlamento vai se esgotar numa CPI, num seminário como esse, mas nós temos que dar passos e mais passos adiante, porque não há nada de mais nobre, de mais importante, de mais vital, de mais fundamental, do que a fiscalização dos gastos públicos. Com isso, eu quero agradecer o convite dos Senadores que estão organizando esse simpósio, agradecer a presença do Ministro Paulo Bernardo, que tem vindo sempre que convidado para o nosso plenário, seja ele o plenário da comissão de orçamento, seja ele o plenário de uma comissão como é essa comissão. O que é certo, é que ele tem brindado a todos nós pela

sua disposição para o diálogo e nada mais correto do que Senadores e Senadoras convidados, nada mais vital de que numa democracia o diálogo, por isso eu parabeno a todos os que estão aqui que vão sobretudo dialogar. Muito obrigado. [palmas]. Infelizmente eu vou ter que sair, vou ver se apreendo o que é Siga, para poder explicar aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Nossos agradecimentos ao Presidente Garibaldi Alves pela sua participação nesse ciclo de debates. Interrompo por um minuto a sessão para que nós possamos nos despedir do Presidente Garibaldi. Devolvo a coordenação dos trabalhos ao eminente Senador Renato Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Obrigado, Sr. Presidente, passo imediatamente a palavra ao Ministro Paulo Bernardo.

SR. MINISTRO PAULO BERNARDO SILVA: Muito obrigado. Quero cumprimentar o Senador Garibaldi Alves Filho, que mesmo com a agenda que tem, prestigiou este evento, o Senador Leomar Quintanilha, Presidente da Comissão de Meio Ambiente Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado, o Senador Renato Casagrande, que coordena este evento, o Sr. Gualter Ramalho Portella, secretário da 1ª Secretaria de Controle Externo do Tribunal de Contas da União. Professor Bruno Willhem Speck, Professor da Unicamp e a jornalista Cláudia Safatle, do Jornal Econômico.

Eu quero começar, Senador Casagrande, dizendo que este evento sem dúvida, pela programação que foi feita pela envergadura da programação, pela amplitude dos temas que vão ser colocados aqui, com certeza vão apontar soluções e idéias para o avanço do sistema de Controle das Contas públicas. Eu me solidarizo com o trabalho desta Comissão, até por que já trabalhei muito tempo com o mesmo ponto de vista. Eu fui Presidente da Comissão de Fiscalização e Controle da Câmara e também fui Presidente da Comissão Mista de Orçamento.

O Senador Garibaldi falou aqui na importância do SIAFI – Sistema de Administração Financeira da União e eu lembro que eu fui com certeza um dos primeiros parlamentares do Congresso a ter a senha do SIAFI, se eu não estiver enganado, no final de 1991, se não estiver enganado, logo depois o Senador Suplicy, que acho que foi o primeiro Parlamentar a ter uma senha do SIAFI e nós conseguimos na sequência aquilo acabará de ser regulamentado através da NDO, e nós começamos a fazer um trabalho, na verdade um aprendizado de prospecção nas contas do Governo, mas tivemos muitos avanços e muitos êxitos.

Eu lembro que havia uma coisa chamada verbas de subvenção social que nós tentamos durante mais de um ano saber como é que era isso e depois descobrimos o seguinte: que era publicado, depois que votava o orçamento, os parlamentares faziam as suas indicações e isso era publicado numa coisa chamada adendo ao Diário Oficial, quer dizer, saía à parte, de maneira que quase ninguém tinha acesso a isso. Foi uma grande conquista nós acabarmos com esse sistema e obrigar que todos os recursos incluídos no orçamento da União passassem por votação na Comissão e no Plenário, porque esse adendo não era submetido à votação e depois descobriu-se que além do que era publicado no adendo, que era os pequenos recursos que os parlamentares destinavam a entidades ou a Municípios havia milhões e milhões que não eram publicados, inclusive foi um dos motivos do escândalo na Comissão de Orçamentos em 1993.

Mas eu fui chamado aqui para falar sobre o ponto de vista do Poder Executivo, quer dizer, a tarefa que me deram os Senadores Quintanilha e Casagrande, foi falar com o controle visto pelos órgãos responsáveis, pela execução e das políticas públicas. Então, eu vou procurar me ater a esse ponto de vista.

Eu considero que nós conseguimos avançar nos últimos anos, graças a duas coisas importantes que são reclamadas pela sociedade, que nós estamos gradativas, mas já de maneira acelerada incorporando, que é transparência que foi citada pelo Senador Garibaldi e também tecnologia da informação. Aliás, se nós não incorporarmos a tecnologia da informação como forma de ajudar na divulgação e controle dos recursos públicos, é muito difícil ter transparência, eu vou inclusive falar um pouco sobre isso. Mas nós particularmente no Governo Lula, apostamos muito em avançar nisso. Eu citaria o Portal da Transparência, que foi criado no final de 2004 e partir daí nós começamos a colocar nesse portal todos os pagamentos que são feitos pelo Governo para terceiros, possibilitando que um Parlamentar, um jornalista ou mesmo qualquer pessoa que não tenha qualquer especialidade, faça uma pesquisa por nome ou CPF ou CNPJ e possa saber o que aconteceu, se o governo pagou uma determinada despesa e me parece que isso foi um avanço importantíssimo.

Falando do ponto de vista do Governo, eu tenho percebido o seguinte: O governo apanha muito mais quando, pelas ações que ele divulga no Portal da Transparência e pelas iniciativas modernizadoras, do que quando não faz. Porque é natural, me parece natural. Eu quero citar aqui o que acontece nesse debate sobre os cartões de pagamentos do Governo Federal. Nós apostamos fortemente no cartão e eu diria que o cartão, com exceção da parte que é sacada, o sa-

que que é feito em dinheiro no caixa e que agora nós estamos tratando de eliminar, mas tirando essa parte que é sacada que ainda é muito expressiva, o cartão é quase que totalmente transparente, porque você joga na Internet, qualquer pessoa pode verificar o que o Governo, o que os gestores, o que os ordenadores de despesas estão gastando com o cartão que é pago com dinheiro público. Porque a forma alternativa que vem desde o século passado, dos anos quarenta, se não me engano é chamada conta tipo B, que era simplesmente dar uma provisão, uma conta para o nome de um servidor que normalmente sacava esse dinheiro e deixava na gaveta e ia gastando e prestava contas depois de no máximo noventa dias e isso ficava numa pasta. Quer dizer, transparência zero. Não tem nenhuma visibilidade. Curiosamente nunca se ouviu falar em uma CPI das contas tipo B. Nunca ninguém falou. Eu não ouvi, para falar bem a verdade, nenhuma auditoria especial sobre as contas tipo B.

E aí, eu estou falando ainda do ponto de vista do Executivo. Não quer dizer que isso está certo ou está errado, mas onde a gente apanha, é onde tem transparência. Eu acho que nós temos que difundir essas novas práticas e combater as velhas práticas, porque é importante fazer a transição para esse sistema com utilização de tecnologia e com transparência.

Vejam que tanto o cartão, como as contas tipo B, são destinadas a pagar despesas de pequeno vulto, de caráter imediato, de que não se presta a fazer licitação, mas nós gastamos por ano, o ano passado foi cento e setenta milhões de reais, que a União gastou com cartão e conta tipo B junto. E eu queria inclusive chamar a atenção o seguinte: A partir da implantação do cartão, nós conseguimos reduzir, não foi só da transparência, nós conseguimos reduzir os gastos, porque se a gente pegar em 2002, o Governo dos três níveis, nos três Poderes, gastou duzentos e vinte milhões de reais, em 2002. Em 2006, que inclusive foi um ano eleitoral, o Governo gastou cento e quarenta e cinco, cento e quarenta e três milhões de reais. De fato, houve uma redução expressiva.

No ano passado a despesa voltou a crescer porque nós tivemos dois eventos excepcionais, que não acontece todo ano, que foram o Censo, a contagem da população, que o IBGE, teve que gastar, só o Censo custou seiscentos milhões, não quer dizer que tudo foi gasto no cartão, mas uma parcela expressiva disso foi e também os Jogos Pan-americanos onde nós deslocamos milhares de jovens para o Rio de Janeiro e tivemos que fazer uma despesa importante. Mas eu repito, acho que é importante nós fixarmos o critério de que com tecnologia e transparência é melhor, mesmo

que o governo apanhe, até porque a medida que se vai apanhando você vai corrigindo.

Esses dias saiu uma notícia de um servidor que foi numa boate e pagou com cartão, mas isso só foi divulgado porque estava no portal. Até vi a justificativa curiosa dele, que disse que o ambiente era pouco iluminado e ele confundiu os cartões, mas isso foi divulgado porque foi colocado no Portal da Transparência, porque se tivesse numa pasta de conta tipo B, um abraço, a pouca iluminação seria na conta pública, na divulgação, na pasta, que é iluminação zero, aliás.

Então, eu queria dizer que eu acho que essa CPI que está sendo feita, me parece uma oportunidade muito boa e eu espero que o Congresso aproveite a oportunidade de que nós estamos tendo uma CPI sobre cartões e sobre as contas tipo B e que sejam proibidas as contas tipo B. Um dos resultados da CPI, para fazer um avanço efetivo em direção à transparência e ao uso de tecnologia, tem que se acabar com as contas do tipo B. Porque é importante lembrar o seguinte: Essas contas tipo B, existem na União, no Executivo, no Legislativo, no Judiciário, mas existem nos Estados e nos Municípios. Então, eu vi durante o noticiário, a polêmica no uso dos cartões, autoridades dos vários níveis, esferas de poder dizendo até, contando como uma vantagem o fato de não ter cartão. Quer dizer, não tem cartão, mas tem a conta tipo B, ou seja, não tem, está salvo de qualquer polêmica porque ninguém jamais vai ver o que tem nessas contas. É essa que é a verdade.

Então, do ponto de vista da comodidade do gestor que não quer ser incomodado, a conta tipo B, com certeza, poderia ser considerada muito mais vantajosa, mas do ponto de vista da sociedade, nós temos que migrar para um sistema de transparência e permitir que as pessoas possam ver, questionar e incomodar o Governo, porque isso faz parte do processo democrático. Nós temos que prestar contas.

Eu já disse que o fato de nós termos adotado cartão, diminui bastante as despesas, como isso foi uma adoção foi parcial e só agora nós vamos adotar a obrigatoriedade do uso do cartão em tudo, eu tenho certeza que nós vamos diminuir mais ainda, porque parece pouco provável que alguém vá numa boate e mesmo que não tem iluminação, vai confundir o uso do cartão, porque sabendo que vai estar na Internet e que daqui a pouco alguém vai bisbilhotar lá e vai descobrir e denunciar isso e fazer devolver o dinheiro. Eu acho que tem coisas importantes também que já foram feitas, o Senador Garibaldi citou aqui, olha, com certeza nós vamos falar do Pregão Eletrônico. Acho que é outro exemplo de como a tecnologia gera transparência e gera inclusive economia, gera equidade nas regras

de competição. Nós passamos a adotar primeiro por decreto a obrigatoriedade do Pregão Eletrônico para compras de bens e uso comuns. Hoje 74% dos processos de compra já são feitos por Pregão Eletrônico. Dados de 2007. Qual é a vantagem? A vantagem é que uma pessoa pode entrar e disputar a venda para o Governo, do Rio Grande do Sul ou Roraima ou do Tocantins e, portanto a possibilidade de haver conluio e haver fraude contra a administração pública é muito mais difícil.

Nós inclusive agora mandamos para o Congresso, que já foi aprovado na Câmara, está em vias de ser aprovado pelo Senado a obrigatoriedade do uso do Pregão em todos os níveis. Isto está pertinho do acordo. Nós temos uma divergência, que nem é uma divergência central para o objetivo do projeto aqui no Senado, mas estamos marcando com os membros da Comissão de Assuntos Econômicos, onde esse projeto está parado, para ver se a gente destrava e faz a votação, que é o negócio de a possibilidade de ter inversão de fases ou ter pregão para obras e de fato, tem uma polêmica grande sobre isso, mas o TCU já fez, de maneira bem sucedida Pregão Eletrônico, inclusive para construção de um anexo. Com relação aos valores, 70% do que nós compramos no ano passado foi com Pregão Eletrônico e nós estimamos uma economia, a diferença a entre o que foi publicado de preço máximo no edital e o preço praticado depois do pregão foi de três bilhões de reais, somado todas as compras. Quer dizer, você pode dizer: “Mas se fosse o outro processo, podia economizar um pouco também?” Mas, não com a intensidade que aconteceu no pregão e que foi muito importante. E o Professor falou uma coisa aqui, o Professor Bruno, que nesse momento deu uma saída, a possibilidade de excluir empresas que façam fraudes contra a Administração, que é um dos itens importantes que está nesse projeto. Não só empresa, nós colocamos a possibilidade de excluir empresas ou administradores que comprovadamente tenham praticado fraude num processo de venda para o Governo, fica excluído da possibilidade de participar de novas concorrências.

Uma coisa que acho que é importante também, que nós estamos fazendo é agora em fase final de implantação, que é o Portal de Convênios, vai ser é uma espécie de gestor de todo sistema de convênios do Governo Federal. Fizemos com processo de ampla consulta inclusive no Tribunal de Contas que nos ajudou a encontrar algumas soluções, mas nós vamos fazer o seguinte: Qualquer convênio firmado pelo Governo Federal passará desde o pedido, até a última prestação de contas, em conformidade do órgão que fez, vai passar por esse convênio. De maneira que um

vereador, um Promotor, um jornalista lá no município ou no Estado onde se executa esse convênio, possa acompanhar. Com certeza vai era um avanço muito importante nesse aspecto.

E queria antes de encerrar Senador Quintanilha, dizer o seguinte: Nós estamos fazendo agora um trabalho em parceria com seis Ministérios, além do Ministério do Planejamento, trabalhando com o Ministério da Saúde, da Fazenda, Defesa, da Educação, da Justiça, um trabalho de fazer um verdadeiro pente fino em todas as despesas correntes do Governo Federal e em alguns casos nós vamos focar em determinadas despesas, pelo volume de recursos que são dependidos nessas despesas, pela frequência com que elas são praticadas e a idéia é fazer um procedimento de redução, o máximo que pudermos do valor dessas despesas, nós inclusive temos um contrato com uma empresa chamada INDG, que está nos auxiliando com a tecnologia, uma empresa que tem grandes petizes nessa questão e nós vamos desde a energia elétrica, água e esgoto, serviço técnico e profissionais, apoio administrativo, diárias, passagens, gastos com terceirizados... Tudo isso nós vamos fazer um pente fino, começamos com esses ministérios, porque são os que têm maiores orçamentos, evidentemente nós pretendemos depois, mas se não tiver um foco, com certeza fica mais difícil de avançar.

Queria dizer, que do nosso ponto de vista, essa é uma coisa fundamental. Nós temos feito articulações constantes com a CGU, com o Tribunal de Contas, mesmo com o Ministério Público, com objeto de fazer com que o controle seja preventivo e não que a gente corra depois atrás de recolher o leite derramado e queria dizer que, mais uma reafirmação, acho importantíssima essa iniciativa, esse evento e me parece que é importante não apenas gastar certo, do ponto de vista da correção formal, mas gastar bem, com avanços que possam ser sentidos pela população e que possam impactar para melhor a vida dos brasileiros. Obrigado, Senador. [palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Nós agradecemos as considerações iniciais trazidas pelo eminente Ministro Paulo Bernardo, do Planejamento, Orçamento e Gestão que certamente está vivenciando por inteiro na honrosa função que assume, essa experiência que acaba trazendo como fonte e forte ilustração ao debate aqui travado e iniciado nesse ciclo, nesta Comissão. De sorte que, a presença do Ministro é sempre importante, não sei se ele poderá participar, em razão da sua agenda intensa, da segunda parte dos trabalhos desta Comissão, quando teria no debate a participação dos técnicos, profissionais aqui presentes, mas fica V.Exa. à vontade

para permanecer conosco ou atender às exigências da sua intensa agenda, Ministro.

SR. MINISTRO PAULO BERNARDO SILVA: Senador, de fato eu tenho um compromisso, mas acabei para pedir para adiar um pouco, quero pelo menos ouvir as exposições dos nossos convidados.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Devolvo a palavra ao coordenador do evento, Senador Renato Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Bem, nós, só para uma orientação, nós temos depois das exposições, há participação no debate. Com exceção dos Senadores, naturalmente, quem quiser desenvolver e estabelecer algum debate tem que fazer por escrito. Então gostaríamos que quem quiser formular algum questionamento já pudesse ir pensando para que a gente possa depois fazer esse debate e esse questionamento tem que ser por escrito e passado à mesa. Vamos passar então a palavra ao Secretário da 1ª Secretaria, Dr. Gualter.

SR. GUALTER RAMALHO PORTELLA: Muito obrigado. Bom dia a todos. Eu gostaria de em nome do Presidente do Tribunal de Contas, o Ministro Walton Alencar Rodrigues, agradecer ao convite dessa Comissão, especialmente aos Senadores Garibaldi Alves, Leomar Quintanilha e Renato Casagrande e aproveitar também para cumprimentar a jornalista Cláudia Safatle, o Ministro Paulo Bernardo e o Professor Bruno que estão compondo a mesa aqui. Eu pediria que a minha apresentação fosse colocada. A nossa apresentação, que nós preparamos, ela está muito na linha do que foi já dito aqui pelo Professor Bruno, pelo Ministro Paulo Bernardo e o tema, o que nós vamos tratar hoje aqui é de restrições, limitações e perspectivas de fortalecimento institucional dos Tribunais de Contas na missão de controle.

O fato é que nós vamos falar mais aqui hoje em termos de perspectivas. Eu pediria que passasse a próxima lâmina. Nós vamos falar mais em termos de perspectivas, porque nós entendemos no Tribunal que as restrições, conforme muito bem disse o Professor Bruno, que existem em termos de arcabouço legal são mínimas, mas não são constrangimentos para a nossa atuação, com exceção de alguns poucos pontos que ao longo da apresentação eu vou discorrer. Limitações também nós temos reconhecer que não temos tantas. Nós temos até excelentes condições de trabalho e de estrutura, de pessoal. Nós temos um quadro técnico bem formado. Nós temos assim uma cultura organizacional comprometida com o controle, com fiscalização. Então vamos falar de perspectivas. Por favor. Falar um pouquinho do que o Tribunal tem feito nos últimos anos, até 2000, atuação do Tribunal conforme também

na linha do que o Professor apresentou anteriormente era mais uma atuação voltada a análise, prestação de contas, tomadas de contas especiais. Quer dizer uma atuação mais tradicionalista, mais voltada para leitura de papel e julgamentos, apesar de que nós já fazíamos desde sempre fiscalizações, mas não com tanta ênfase, e com tanta especialização e qualidade.

A partir da 2001, na gestão do Ministro que estava na Presidência do Tribunal, Ministro Humberto Souto, quer dizer, o Tribunal passou a atuar de forma matricial, com criação de algumas secretarias especializadas, quer dizer de fiscalização de obras, de desestatização, que trabalha com concessão e também permissão de serviços públicos. Avaliação de programas de governo, macro avaliação governamental e fiscalização de pessoal. Esse rearranjo do Tribunal, na verdade ele se deu num contexto mundial que é o que a gente vai discutir na próxima lâmina. A idéia é trazer aqui que a auditoria governamental que a gente engloba tanto o controle externo, quanto o sistema de controle interno ela faz parte de um contexto global. Por favor.

Então é assim, hoje o contexto mundial de auditoria governamental que envolve entidade, auditoria governamental, controle interno e externo, eles estão sob pressão crescente da sociedade por conta do quê? Por conta de tudo que já foi dito, escrito e publicado nos jornais, na imprensa, em termos de escândalos no Governo. Só que esses escândalos não são escândalos que acontecem só em países de terceiro mundo, como o Brasil. São escândalos que acontece em escala mundial. Para ter uma idéia, no mês de março, o jornal Washington Post, ele noticiou numa série de artigos, que no Município, no Distrito de Columbia, lá que é capital dos Estados Unidos, Washington. O pessoal da Secretaria de Fazenda, pessoal de nível hierárquico médio, subtraiu em torno, num período de dois anos, em torno de cinquenta milhões de dólares. Estou trazendo essa notícia porque realmente esse é um problema que permeia todas as organizações que lidam com controle externo e interno.

Então, dessa série de artigos, debates que estão sendo empreendidos no mundo todo, sobre controle externo, auditoria governamental, as conclusões que tem advindo desse debate é que, maior ênfase deve ser dada em auditorias de controles internos, combinada com exigência formal, digo, legal, em termos de lei mesmo, de que os administradores sejam responsáveis por implantação e avaliação dos controles internos nos seus próprios órgãos. Eu não estou dizendo do sistema de controle interno, de uma auditoria interna, de uma Secretaria Federal de Controle. Estou falando de procedimentos administrativos, do tipo segregação de função, do tipo um ambiente que propicie o controle,

não é, ética, etc. E para dar um exemplo disso, nós temos um normativo em Portugal, o Estado Português ele tem uma legislação que obriga o administrador a organizar os controles internos administrativos do seu órgão. Então nesse caso o papel do auditor interno, controle interno e do controle externo, no caso da União, Tribunal de Contas da União, é fazer auditorias e fazer avaliações em cima desses controles que são postos e devem ser postos pelo administrador, porque em termos de função administrativa, o controle começa na própria gestão do órgão, não é verdade? O auditor governamental, controle externo ele avalia, faz recomendações, faz determinações e eventualmente até responsabiliza o gestor se não houver controles internos, que vamos dizer assim, que levem a entidade a atingir seus objetivos e também se pautar pela regularidade dos seus atos.

Uma outra questão que eu gostaria de discutir também no contexto mundial, muito parecido, acho que não coincidentemente com o que o Professor Bruno trouxe, mas talvez com abordagem um pouco diferente, é de que nós temos assim no mundo de uma maneira, vamos dizer, didática, não seriam só dois padrões, mas são basicamente dois padrões mundiais de controle externo. Você tem o sistema Inglês em que você tem uma Justiça comum e um sistema judicial que a justiça ela pode julgar todos os tipos de conflitos. Que é o caso brasileiro também, no que se refere à Justiça, nada escapa à Justiça. Só que nesse sistema Inglês normalmente se tem para fazer controle externo, um órgão que é controladoria, não é um Tribunal. O outro modelo é um modelo Francês. O modelo Francês ele já tem um terceiro item ali. Ele além de ter uma Justiça comum, não é, para dirimir todos os conflitos entre particulares, ele tem um contencioso administrativo. O quê que é isso? É um Tribunal administrativo que trata de todas as questões e disputas entre Administração e particulares. E terceiro, um Tribunal de Contas, que o Tribunal de Contas vai buscar apoiar o Congresso da mesma forma que a controladoria no sistema Inglês, apoiar o Congresso em questões de regularidade, conformidade, eficiência, eficácia, transparência e prestação de contas, mas sempre voltado a dar ao Congresso Nacional o retorno do que foi executado, do orçamento que foi aprovado pelo Congresso Nacional.

Então, é como se o Tribunal de Contas, que também é controladoria, ajudassem, que aliás, essa é a função, é a razão de ser Tribunais de Contas e controladoria originariamente, ajudar ao Congresso Nacional a fazer aquela função de freios de contra peso do orçamento que está sendo executado pelo Poder Executivo. Passa mais uma, por favor. E aí, nós temos aqui no Brasil algo interessante que nós temos um

sistema singular, que é híbrido. Que no nosso sistema brasileiro, que se nós formos olhar lá na Constituição, o art. 5º, Inciso XLV, se não me engano, nada escapa da apreciação do Poder Judiciário. Então, quer dizer, a nossa justiça comum. Estou chamando de justiça comum, o nosso Poder Judiciário, ele tanto vai dirimir conflitos entre particulares, conflitos entre administração e particulares, só que nós criamos aqui também um Tribunal de Contas, na Constituição de 88, reforçou isso aí, um Tribunal de Contas. E que um Tribunal de Contas ele também julga.

Conforme disse também o Professor Bruno, muito bem colocado, as decisões do Tribunal, elas são passíveis de contestação na Justiça, apesar de que o Supremo Tribunal Federal, em súmula inclusive, já tem dito que, no que se refere ao mérito, ou seja, na função precípua do Tribunal de Contas, não caberia ao Poder Judiciário fazer qualquer apreciação a não ser que o Tribunal de Contas da União não desse a ampla defesa, o contraditório, ou seja, formalmente o processo estivesse imaculado. De qualquer forma, a gente sabe que isso na realidade não acontece. Nós no Tribunal nós recebemos lá diuturnamente decisões que chegam suspendendo a eficácia, decisões judiciais, suspendendo eficácia de decisões do Tribunal de Contas.

Eu trouxe isso aí, para mostrar uma questão. Hoje o Tribunal, a forma de atuação do Tribunal ela tem um pouco ficado de uma forma híbrida de uma atuação de um Tribunal de Contas e um Tribunal Administrativo, um contencioso administrativo. Vou dar um exemplo para os senhores até com algo interessante que me aconteceu ontem de tarde. Ontem lá na Secretaria nós recebemos um telefonema de um adulto, jovem. Pelo discurso dele, deveria ser um advogado, porque falou em termos jurídicos e ele me fez duas perguntas. A conversa durou uns cinco minutos e ele me fez duas perguntas e eu consegui entender exatamente o que ele estava querendo dizer. Ele perguntou assim: “O Tribunal cobra custas, tem custas judiciais para entrar com ação no Tribunal?”. “Não, não tem”. “Tem ônus de sucumbência quando nós entramos com ações no Tribunal?”. “Não”. Aí, ele falou: “Ah, certo porque eu estava vendo aqui a questão da Lei das Licitações, não tem nenhuma restrição para eu entrar, fazer uma representação e entrar no Tribunal”. Bom, o Tribunal de Contas, se a gente for olhar a Constituição de 88, aqui no art. 71, as atribuições deles estão assim perfeitamente em consonância com que se espera classicamente de um Tribunal de Contas. Aí, veio por exemplo: A Lei 8.666, que estipulou a questão que qualquer licitante pode fazer representações junto ao Tribunal de Contas da União. É algo que é característica de questões de contencioso administrativo, Tribunal Administrativo.

Eu estou trazendo essa questão aqui porque esse é um dos pontos que hoje aí, sim falando em termos de limitações, restrições. Não digo que impedem, mas que dificultam o Tribunal cumprir cada vez mais e de forma melhor aquela atribuição clássica de apoio ao Congresso Nacional, no que se refere a dar transparência, vou usar um termo em inglês, me desculpem, não tem tradução em português ainda “accountability” para aqueles que executam um orçamento público, porque chegam ao Tribunal representações de licitantes às centenas, numa semana. Então eu queria trazer esse ponto, relativamente a essa característica híbrida desse nosso sistema de controle externo e essa questão de o Tribunal de Contas ele também às vezes fazer um papel de contencioso administrativo, mesmo não havendo nenhuma restrição de que tudo pode e deve ser apreciado pela Justiça, inclusive é muito comum que licitantes entrem com representações no Tribunal de Contas da União, porque o Tribunal não tem custas para que eles façam isso e o Tribunal é mais célere do que a Justiça, mas eles entram tanto no Tribunal quanto na Justiça.

Então assim, são duas questões que eu trouxe para reflexão, essa questão híbrida da nossa atuação, que é uma questão que pode ser inclusive resolvida em termos legislativos e a questão anterior do controle que ele deve ser sempre enfatizado do controle conforme falou muito bem o Ministro Paulo Bernardo, ele começa é na gestão. Seriam essas duas questões que eu gostaria de trazer. Eu também fiquei muito tentado em comentar sobre pontos que foram trazidos nas duas outras apresentações, mas vamos deixar para o debate. Gostaria de agradecer a atenção dos senhores. [palmas]

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):

Vamos então passar a exposição da última debatedora, nossa amiga Cláudia que vai também gozar um tempo de até vinte minutos, se possível.

SRA. CLÁUDIA SAFATLE: Bom dia. Eu gostaria de agradecer o convite do Senador Casagrande e do Senador Quintanilha e cumprimentar todos da mesa. Eu acho que o controle externo das instituições brasileiras, ele é um assunto que ganha importância, a cada minuto que a gente pega os jornais e é informado de que o dinheiro público vaza por ralos inimagináveis. Gostaria de abordar esse assunto em dois aspectos. A questão do controle da prestação de Contas e a questão dos limites no exercício do poder.

Olhando a história recente, o Ministro Paulo Bernardo sabe bem disso, nós tivemos grandes avanços porque até os anos, final dos anos 80, o que existia era uma situação absolutamente esdrúxula de convivência de três orçamentos, Monetário, Previdência Social e Orçamento Fiscal. O que vinha para o Congresso era

o orçamento fiscal, que era uma parte ínfima do gasto do Governo Federal. O que era importante nesse período, era o orçamento monetário, que era decidido no Conselho Monetário e financiado numa conta movimento que o Governo tinha junto ao Banco do Brasil. Então, de lá para cá, a criação da Secretariaria do Tesouro Nacional a Lei de Responsabilidade Fiscal, foram melhoras institucionais muito relevantes, mas ainda estamos longe de ter um sistema transparente e de boa governança.

Pelo acompanhamento de, praticamente 30 anos de profissão, a gente pode dizer que o executivo avançou muito mais do que os demais poderes e nesse aspecto eu chamo a atenção para a questão do Judiciário e do Ministério Público. Quando o Senador Casagrande fala em prestação de contas, eu diria que hoje nós temos enormes dificuldades de saber como gasta o judiciário? Aonde gasta? Qual a estrutura funcional? Qual o plano de cargos e salários? Quais os benefícios reais? Ninguém sabe nada do judiciário e o § 6, da emenda 19 da Constituição, determina que os três Poderes publiquem todos os anos os valores dos subsídios e da remuneração dos cargos e empregos públicos. A rigor, acho que somente o Executivo tem feito isso. Nem o legislativo tem feito isso.

Agora, junto com a questão do controle, tem uma outra que ninguém abordou aqui e que me preocupa, que é limites ao exercício da função. E nesse sentido eu queria contar uma experiência que eu tive muito recente e que me deixou um pouco intrigada, eu estava numa cidade do interior do Brasil, de férias, liguei o rádio e tinha um Promotor Público dando entrevista e o Promotor Público fez pura militância política durante toda a entrevista. Eu fiquei imaginando o seguinte: Se eu sou do partido adversário, a quem eu reclamo ou mesmo que sou cidadão que eu acho que aquela atuação é inadequada, onde eu protocolo a minha indignação? A quem eu reclamo, para o Bispo? [risos] Quem fiscaliza os Promotores por esse Brasil a fora? Quem fiscaliza os Procuradores pelo Brasil a fora. O Conselho Nacional de Justiça? Ele atua muito no Federal, mas não nos municípios. Nos municípios você não tem a quem recorrer. Isso foi uma coisa que me chamou a atenção. Até porque são Procuradores, Promotores, são as pessoas, em geral, nas pequenas cidades, são os maiores salários da cidade e exercem uma função de formadores de opinião muito grande. Então acho que isso é uma coisa para se pensar também, formas de controle, para que não haja disfunção no exercício do poder.

Um terceiro aspecto que eu queria abordar aqui é um assunto extremamente polêmico, fruto de debates apaixonados, que é a questão da autonomia do Banco Central. Pois eu queria enfocar a autonomia do

Banco Central sobre um aspecto que geralmente num debate, ninguém coloca.

O Banco Central tem hoje autonomia concedida de maneira informal para ter um mandato de preservar o valor da moeda e tem a liberdade, autonomia para administrar a taxa de juros. É hoje a Instituição talvez mais criticada que tem no Brasil, porque juros é um preço extremamente importante que afeta a vida de todos nós. Juros é um preço que afeta a vida da dona de casa quando vai comprar em crediário, afeta a vida das pequenas empresas, das grandes empresas enfim, ninguém passa incólume pela taxa de juros.

Mas tem um outro aspecto da autonomia que deveria ser discutido e algum dia eu imagino que esse assunto virá para cá, de uma forma ou de outra, pelo bem ou pelo mal, que é a possibilidade, a liberdade que o Banco Central tem para gastar, criar despesa fiscal. Eu acho que no contexto de regulação e de arcabouço institucional em torno de uma autonomia operacional do Banco Central, deveria ter limites para criação de despesas fiscal. Por exemplo: Nesse caso de havendo controle, o Banco Central não teria autonomia para criar um PROER como criou nos anos 90, no início dos anos 90 e que criou uma despesa aí, de 2% a 3% do PIB. Ele teria que consultar outras instâncias talvez o legislativo. Então da maneira como ficou a autonomia concedida e de maneira informal, sem nenhum aparato legal, ficou uma coisa meio estranha porque o Banco Central tem os direitos e ninguém estabeleceu os deveres. Então essa é uma questão que eu acho que poderia também ser parte do debate. Porque hoje o Banco Central, e não estou aqui fazendo crítica ao Banco Central não, estou apenas dizendo que ficou um modelo com uma perna só. Hoje o Banco Central cria despesa fiscal que nunca passou por aqui. Nunca passou pelo Congresso não está no Orçamento, não está em lugar algum. Razão pela qual fica essa sugestão.

Então eu acho que tem duas questões para resumir, prestação de contas de todos os poderes, e nesse aspecto tem uma parte da legislação da Lei de Responsabilidade Fiscal que eu também fico me perguntando por que ficou assim? Porque na Lei de Responsabilidade Fiscal o Judiciário não cumprindo ou o legislativo não cumprindo os elementos estabelecidos pela Lei, quem é punido é o executivo. Isso nos três níveis de Governo e nas três esferas da federação. Não seria melhor cada poder responsabilizar por si e ser punido por descumprir a Lei? Então são essas questões que eu gostaria de trazer aqui para reflexão. Muito obrigada. espero não ter cansado vocês. [palmas].

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):

Nós temos o Senador Augusto Botelho inscrito, mas o Ministro Paulo Bernardo vai ter que se ausentar antes dos demais. Então temos um questionamento a ele e

acho que também tem uma informação da Dra. Cláudia prestou e acho que agora pode esclarecer. Então vamos primeiro, com a permissão de vocês, passar a palavra ao Ministro Paulo Bernardo.

SR. MINISTRO PAULO BERNARDO SILVA: Obrigado. A pergunta é a seguinte, o questionamento: Poderia informar se o Governo Federal coordena e empreende ações relacionadas a aprovação de normas e ferramentas de tecnologia de informação, de adoção obrigatória pelos Estados e Municípios, em áreas de controle de obras, serviços, pessoal e convênios, nos mesmos moldes exigidos pela União Federal? Nós não temos como fazer isso. Quem pode fazer esse tipo de norma é o Congresso Nacional.

Nós temos adotado exigência de uso de tecnologia de informação em alguns casos nos convênios custeados com recursos federais. Então, nós colocamos no convênio como exigência e normalmente isso, como o Município, o Estado assina o convênio, não tem nenhum problema, mas por exemplo: Pregão Eletrônico, nós adotamos no Governo Federal por decreto e agora fizemos uma proposta que está em fase final de tramitação no Congresso, para determinar que todos os entes federativos usem o Pregão Eletrônico para uso, para bens de serviço de uso comum. Ou seja, o Congresso vai aprovar uma lei, esperamos que vai aprovar e isso passa a ser norma nos três níveis de federação.

Tem um trabalho da Comissão Mista de Orçamento do Congresso, que seria de minha autoria propunha a extinção do TCU. V.Exa. continua com essa idéia? Gostaria de saber algumas razões e a quem seria dado fiscalizar? Isso aqui é uma pessoa do TCU, que está perguntando.

De fato eu subscrevi um trabalho que foi feito pela consultoria legislativa e a nossa proposta era simplesmente terminar com a nomeação dos Ministros no TCU. Portanto o TCU passaria ser uma auditoria ligada ao poder legislativo. Essa proposta parece que não foi muito do agrado de ninguém, porque não teve nenhuma tramitação na seqüência. [risos]. Não teve, digamos não deu lobo. [risos].

O Ministério do Planejamento tem fiscalizado a aplicação dos recursos do PROMOEX? Também é da mesma pessoa do TCU, dos Servidores do Tribunal de Contas.

Olhe, nós temos, o PROMOEX é o seguinte: Programa de Modernização de Controle Externo. Aplica-se aos Tribunais de Contas dos Estados e dos Municípios. O Tribunal de Contas não está nesse convênio porque o Tribunal de Contas da União já fez esse trabalho de modernização. O que nós estamos fazendo? Esse programa já vinha de vários anos e tinha um problema de contrapartida para ser executado. Os Estados

tinham que dar uma contrapartida, como resultado não se conseguia executar porque não tinha contrapartida. Nós reformatamos, o dinheiro vem do BID, mas a contrapartida é do Governo Federal e, portanto nós fizemos convênio, se não me engano com 33 Tribunais de Contas, entre todos dos Estados, do Distrito Federal e Municípios e começamos a execução no ano passado. Realmente nós temos pelo convênio que fiscalizar a aplicação do uso e acho que os próprios Tribunais vão fazer isso. O convênio começou, como disse a ser executado são, se não me engano, sessenta e quatro milhões de dólares e nós estamos no começo da implementação. A idéia é financiar tecnologia da informação. Padronização de processamentos, qualificação de pessoas para que esses Tribunais tenham condições de exercer sua função institucional.

Cláudia, você falou uma pergunta eu estava lendo aqui. Eu estou fingindo que não ouvi, mas o Casagrande já me cobrou.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):

Ela não fez uma pergunta, ela fez uma colocação que o governo já mandou um projeto de lei para cá, que é não responsabilizar o Poder Executivo, por transgressão a Lei de Responsabilidade Fiscal quando acontece pelo Poder Judiciário ou Legislativo. Porque você suspende os repasses, as transferências da União ao Estado, caso o poder legislativo gaste mais do que a Lei, mas acho que o governo já mandou a proposta para cá?

SR. MINISTRO PAULO BERNARDO SILVA: Isso é o seguinte: Isso foi originado por conta de demandas de principalmente governadores e onde em alguns estados nós temos situação, é o caso do Rio Grande do Sul, é o caso do Estado de Sergipe, onde os demais poderes passam além da cota do que poderia ser permitido pela Lei de Responsabilidade Fiscal. No formato atual, todos ficam bloqueados. Todo mundo fica impedido de executar determinado tipo de convênio. Então, evidentemente parece que é uma injustiça, e acho que você também concorda com isso.

O projeto que nós mandamos para cá, determina que haja uma separação desse controle e portanto tem que haver a penalização de quem transgrediu e não permitir, porque a verdade é o seguinte: O Poder Executivo de um Estado não tem a menor condição de exigir que o Legislativo ou Tribunal de Contas ou Judiciário fazer: “Olha você vai ter que cumprir a lei”. Se não cumprir alguém tem que ter... Como não vai ser também o Poder Executivo tem que ser uma legislação federal e ver o que vai ser feito de punição, de restrição, de sanção e acho que tem que ser o Congresso também. Assim como no caso nas normas para Municípios, Estado, tem que ser uma lei federal. “Você está sancionado, você está proibido, acontece isso”.

Acho que é um avanço nesse sentido sim. Senador Casagrande está na Câmara ainda.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):

Eu sei, o senhor vai ter que se ausentar, mas só uma observação, ontem eu fiz um pronunciamento dia 04 de maio, nós comemoramos 8 anos da implementação da Lei de Responsabilidade Fiscal. De maio de 2000 e comemoramos 8 anos agora dia 04 de maio. Ainda não foi imputado o Conselho Gestor, previsto na legislação e nem limite de endividamento, mas o Conselho Gestor poderia funcionar tratando desses casos, diversos Estados, o Poder Judiciário extrapolou aquilo que a lei estabelece, diversos Estados o Poder Legislativo extrapolou. Então eu acho que implementar o Conselho Gestor. Não sei se é Conselho Fiscal?

SR. MINISTRO PAULO BERNARDO SILVA: É o Conselho Gestor.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):

O Conselho Gestor seria fundamental que para que houvesse o acompanhamento desses casos, onde não há cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal. Só uma observação ao senhor.

SR. MINISTRO PAULO BERNARDO SILVA:

Como V.Exa. já tinha me dispensado, não vou me esticar muito sobre esse assunto. [risos] Mas quero dizer que concordo plenamente. Nós temos que avançar nisso e me disponho, por exemplo, a conversarmos sobre isso, quem sabe nós podemos avançar nesse entendimento e tratar essa questão. De fato, é muito importante e é uma lacuna.

Mesmo o limite de endividamento, eu acho que no primeiro momento ele não foi fixado para a União, porque havia um grau de incerteza razoável. A União assumiu dívidas de Estados e Municípios que hoje somam aproximadamente trezentos e sessenta bilhões de reais, ou seja, é dívida da União, mas veio dos Estados e Municípios. Acho que hoje nós temos um grau de certeza muito maior. Nós podemos ter um limite com uma previsibilidade e que dá conforto ao poder executivo, uma banda e dar conforto ao poder executivo e reforça essa questão de previsibilidade. Porque se você quer ter um bom ambiente de investimentos, um bom ambiente de negócios, tem que ter realmente, ter previsibilidade nesses parâmetros.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):

Nós temos mais algumas perguntas depois eu encaminho ao Ministro, tá certo?

SR. MINISTRO PAULO BERNARDO SILVA: Está bom.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUIN-

TANILHA (PMDB-TO): Nós já registramos o agradecimento, a presença e a participação do Ministro Paulo Bernardo do Planejamento que trás uma contribuição

inestimável ao debate do tema proposto. Senador Renato Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):

Bem, nós temos diversas perguntas, algumas aqui, quem está nos perguntando parece mais médico do que outro profissional, [risos] eu tenho dificuldade, mas vamos lá, vamos começar, mas antes disso Senador Augusto Botelho. Obrigado pela presença, está com a palavra.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Muito obrigado Presidente. Eu queria fazer quanto ao Professor Bruno, o senhor falou que realmente acontece isso, o Tribunal de Contas faz todo o trabalho aí, a pessoa se abriga na justiça. O senhor vê alguma forma da gente bloquear isso aí? Tem alguma idéia de como a gente pode, uma barreira para não acontecer isso?

SR. BRUNO WILLHEM SPECK: Bom, nós tínhamos vários aspectos, digamos da dificuldade da implementação de sanções, então não sei se o senhor se refere ao primeiro aspecto das multas e débitos, ou a questão da exclusão das próximas eleições, da exclusão dos candidatos.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): As duas coisas, mas principalmente essa última.

SR. BRUNO WILLHEM SPECK: Eu creio que no primeiro caso, é claramente responsabilidade da AGU – Advocacia Geral da União, de realmente junto com o Tribunal de Contas, mas basicamente melhorar o sistema de cobrança de multas e débitos. E de resolver também no primeiro caso das multas e débitos, de resolver essa sobreposição, que nós já ouvimos agora também do Secretário do Controle Externo, essa sobreposição de digamos duas jurisdições. De um lado a jurisdição do TCU, define multas, mesmo não sendo judicial, define multas e do outro lado vem a justiça de novo redefinindo potencialmente, questionando essas multas. Então essa sobreposição não faz sentido, é improdutivo, bloqueia mutuamente a atuação das duas instituições. Essa é uma reforma profunda. Ela realmente, se quiser abordar esse problema requer decidir por um dos dois modelos, ou realmente essa definição das sanções e multas fica fora da responsabilidade dos Tribunais de Contas e é integralmente transferida à Justiça comum ou a um Tribunal Administrativo, essa é uma solução ou realmente se define mais claramente através de uma súmula vinculante do Supremo que estas questões não podem ser questionadas na Justiça. Quer dizer as decisões não podem ser questionadas na Justiça.

Então eu acho que em relação à multa, a implementação das multas e débitos tem esses dois, essas duas necessidades de reforma. Uma menor, mais administrativa e outra maior. Em relação às eleições, a exclusão dos administradores com problemas com

Tribunal de Contas das próximas eleições, eu não vejo outra solução do que uma mudança na legislação da lei de inelegibilidade. Não vejo outra solução. Eu acho que o Tribunal Superior Eleitoral está tentando entrar nessa área. Ele é um órgão que é quase um legislador, nas suas instruções normativas, ele vai muito longe, nós vimos isso na decisão sobre a fidelidade partidária. Ele provavelmente vai abordar essa área também. Eu vejo movimentos neste sentido, mas eu não acho a solução correta. Acho que a solução correta é definir claramente na lei de inelegibilidade, que administradores com contas reprovadas pelo Tribunal, não podem concorrer nas próximas eleições, salvo provem ao contrário na Justiça, que não são responsáveis, que a decisão era errada.

Mas eu acho que não é exatamente uma inversão da prova, mas é uma medida cautelar para preservar. São dois valores, um valor é proteger de um lado a boa administração dos recursos públicos. O outro valor, é o valor da liberdade política, do direito de cada um de concorrer a eleições. Esses valores estão em disputa. Nesse caso eu acho que o valor da lisura na administração deveria prevalecer até achar uma solução final na Justiça.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):

Obrigado, Senador Augusto Botelho. Nós temos aqui dezoito perguntas aos Palestrantes.

Nós assim, temos que programar nosso debate aqui até meio dia, porque daqui a pouquinho começa a votação e nós teríamos que encerrar o debate. Então eu vou pedir aos três aqui, que possamos sim pensar em um minuto de respostas mais ou menos, não é isso, em cada questionamento desses.

Então eu vou começar com o nosso representante do Tribunal, Gualter. O senhor falou da evolução experimentada pelo TCU do ano de 2001, entretanto a realidade dos Tribunais estaduais e municipais está bem distante do quadro colocado por V.Exa. no nível Federal. O senhor acha que contribui para disparidade, a ausência de um arcabouço legal que imponha padrões de procedimentos aos Tribunais de todo país? Carlos Alberto. Presidente da Associação de Controladores. Pode responder, se puder ser o mais sucinto possível.

SR. GUALTER RAMALHO PORTELLA: Bom, respondendo ao Carlos. Na verdade Carlos, o que acontece é que o que é estipulado pela Constituição Federal, no que se refere ao capítulo aqui de controle externo de Tribunais de Contas e Tribunal de Contas da União, isso é automaticamente repassado para as constituições dos Estados, quer dizer, o modelo que é estipulado pela Constituição Federal para o Tribunal de Contas da União, ele tem que ser necessariamente seguido nos Estados, nas constituições.

Então assim, essa questão que o trouxe de modernização do Tribunal de Contas da União, não está se refletindo lá nos Tribunais de Contas dos Estados, não é necessariamente uma questão de mudança do arcabouço legal. É claro que o arcabouço legal pode e precisa sempre ser aprimorado, porque o mundo vai mudando, mas nós temos uma iniciativa, que inclusive o Ministro Paulo Bernardo trouxe, que é a do PROMO-EX, que é um projeto de promoção, aperfeiçoamento do controle externo no nível dos Estados e dos Municípios. Quer dizer, nos tivemos até encontros, vários encontros já realizados aqui em Brasília e que se está passando para os técnicos dos Tribunais de Contas dos Estados, técnicas de auditoria, procedimentos de auditoria e acima de tudo, mentalidade de qual é o papel de um auditor governamental de controle externo. Princípio de seletividade, como foi trazido aqui e nesse diapasão eu acredito piamente de que é possível uma mudança e uma melhoria também nos trabalhos de auditoria desses órgãos.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):

Uma pergunta agora à jornalista Cláudia. O caso citado em relação à ausência de controle do exercício funcional dos representantes do Ministério Público é um excelente exemplo da incipiência da propriedade do controle para o povo brasileiro. Todavia, vale lembrar que também os Tribunais de Contas são poucos ou nada controlados, apesar das exigências constitucionais e legal do Poder Legislativo e das próprias Corregedorias, controle interno, apontarem para tal necessidade.

Tendo em vista, a existência de inúmeras denúncias de ilegalidades nos Tribunais de Contas, não seria o caso da imprensa atuar mais incisiva institucionalmente na proposição de meios efetivos de controle interno dos Tribunais? Quem fez a pergunta foi o Marcelo Henrique.

SRA. CLÁUDIA SAFATLE: Bom, acho que não cabe bem a imprensa fazer a proposição, cabe aos agentes envolvidos na discussão fazerem as proposições e a imprensa registrá-las e a imprensa publicá-las. Agora, tem razão o Marcelo quando fala também nos Tribunais de Contas dos Estados. Na própria Lei de Responsabilidade Fiscal os Tribunais não raro, flexibilizam a compreensão da lei. Eu me lembro que no caso de Minas Gerais, quando o Governador Itamar Franco deixou o Governo, a folha de pagamento estava muito acima do que deveria estar e o quê que aconteceu, o Tribunal de Contas de Minas tirou todos os aposentados da contabilidade para ele se adequar. Então, eu acho que a vigilância tem que ser permanente e a maneira para fazer vigilância melhor é transparência. Assim a imprensa publica e a sociedade exerce a vigilância.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):

Bem, nós vamos encerrar a coleta de perguntas, que chegaram mais perguntas aqui, então nós estamos dando por concluída essa parte do envio de perguntas e de questionamentos. Professor Bruno, qual a sua opinião sobre o modelo de indicação dos conselheiros dos Tribunais de Contas. As indicações são baseadas em critérios políticos em detrimento dos critérios técnicos, tendo em vista que os critérios técnicos abordados pelas constituições são subjetivos, tais como reputação ilibada, notório conhecimento o que é isso? Esse critério político acredito ser mais danoso nos Estados. Um comentário de um minuto.

SR. BRUNO WILLHEM SPECK: É muito claro o comentário, eu creio que tem basicamente dois pré-requisitos que são cobrados quando se, para ser candidato a uma vaga de Ministro, Conselheiro, primeiro pré-requisito é a qualificação profissional. Em relação a esse pré-requisito, só dois dos nove Ministros realmente tem uma pré-qualificação, um pré-requisito forte. Dois dos nove tem que ser escolhidos entre Procuradores e Auditores do próprio Tribunal.

Eu creio que é esse o modelo que deve ser seguido. Ele deve ser sucessivamente estendido para mais vagas. Todas as outras vagas são indicadas quase exclusivamente por critérios políticos, pela própria natureza. O Legislativo e o Governo escolhe.

Então, a minha sugestão é ampliar esse critério dos dois, para três, para quatro, para a cinco. Essa é a sugestão ao Legislador. A segunda sugestão é mais imediata, não precisa de nenhuma mudança na lei. Eu sugiro que os legisladores na indicação dos próximos Auditores escolham, dos próximos Conselheiros escolham por livre vontade Auditores e Procuradores e não colegas que têm, digamos, um futuro político, mas não têm um lugar nos Tribunais de Contas.

Então acho que tem um aspecto mais voluntário, imediato e tem uma solução mais duradoura, mais para o futuro do que seria mudar o critério de escolha.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):

Gualter. João Cássio, de São Paulo pergunta: Se o TCU permite a ampla defesa e o contraditório dos seus julgamentos, a presença do advogado é permitida, bem como a defesa oral?

SR. GUALTER RAMALHO PORTELLA: Essa pergunta eu respondo em menos de um minuto. Sim, é. A Lei Orgânica do Tribunal prevê isso e o Regimento Interno também. Franqueada a defesa total.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):

Dra. Cláudia, o Fernando, Consultor de Orçamento do Senado. A senhora levantou a questão dos limites ao exercício do cargo de membros do Poder Judiciário e Ministério Público. Como avalia o impacto de eventuais

abusos desses agentes na sua atividade fim, (denúncia, sentença) sobre a gestão pública?

SRA. CLÁUDIA SAFATLE: Olha, a atividade é absolutamente fundamental, o que é condenável é a exorbitância. Por exemplo: Eu acredito que não cabe a um Promotor Público fazer campanha partidária, assim como não cabe ao Procurador ficar se pautando por denúncias anônimas, que é uma coisa que acontece muito também no interior. Eu acho que a melhor maneira de se evitar essa exorbitância no uso da função, é a sociedade controlando, talvez uma reprodução do Conselho Nacional de Justiça nos Estados, talvez uma reprodução no próprio Município. Enfim, algum lugar tem que ter para gente reclamar quando se este indignada com isso.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):

Obrigado. Professor Bruno, no Rio Grande do Sul foi implantado um programa de acompanhamento de decisões em 2002, que resultou num aumento da eficácia do cumprimento de decisões, de 2% para 84%. Por outro lado, a ausência de lei processual dos Tribunais de Contas permitem o excesso de normatização específica no tocante aos recursos, o que tem causado impunidade aos atos de improbidade. Pergunta do Roberto, lá do Rio Grande do Sul.

SR. BRUNO WILLHEM SPECK: Não sou especialista quanto a segunda parte da pergunta, mas obviamente a primeira parte indica o caminho, igual o Tribunal de Contas do Rio Grande do Sul fez a GU deve melhorar a cobrança das multas e débitos para realmente fazer valer aquilo que o Tribunal decide. Mas eu acho que, além disso, o Tribunal deveria, enquanto isso não acontece, o Tribunal deveria apostar mais naquelas formas de punição que tem mais probabilidade de serem implementadas de forma imediata e abandonar, ou pelo menos não apostar todas as fichas na imputação de débitos e multas.

Essas outras modalidades são a inidoneidade de administradores para ocuparem cargos em comissão e o banimento de empresas, não sei se é esse o termo, a exclusão de empresas de contratarem com o poder público. Acho que essas são as duas modalidades. Talvez a terceira ainda é essa de bloquear o repasse de verbas, não só no caso das obras fiscalizadas em nome, sob demanda do Congresso Nacional, mas também na auditoria de contas individuais. Essas são as modalidades que tem impacto imediato e que não requererem da comparação da atuação de um outro poder, digamos que está fora do Tribunal.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):

Gualter, o fortalecimento dos Tribunais de Contas dos Estados e dos Municípios não são fundamentais para o bom andamento da luta contra a corrupção?

SR. GUALTER RAMALHO PORTELLA: Não há a menor dúvida quanto a isso, esse exemplo que eu trouxe aqui--

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Dos Municípios também, o senhor acha?

SR. GUALTER RAMALHO PORTELLA: --Sem dúvida, assim, na medida em que, aquele exemplo que eu trouxe aqui, ele é um exemplo de algo que aconteceu no nível Municipal, nos Estados Unidos. E quando a gente vê essas questões de corrupção divulgadas pela imprensa, a gente vê que no nível mundial elas acontecem na esfera Federal, mas acontecem também na esfera dos Estados e países que são federados e nos Municípios também. Então quer dizer se você pensa no país como um todo e no papel que os auditores também têm, em termos de ajudar no combate a corrupção, sem dúvida nenhuma.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Dra. Cláudia, o papel da imprensa como instrumento de controle público tem se mostrado bastante eficiente e às vezes utilizado como ponto de partida para uma ação dos órgãos responsáveis. Na sua opinião, o que falta aos agentes públicos para se apresentar aos olhos da população como agente de acesso a soluções?

SRA. CLÁUDIA SAFATLE: O que falta?

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Aos agentes públicos para se apresentarem aos olhos da população como agente de acesso a soluções? A imprensa faz a denúncia, mas não encontra depois encaminhamento de solução.

SRA. CLÁUDIA SAFATLE: Bom, eu como jornalista vou defender a transparência máxima sempre. Só assim, só tendo conhecimento, só passando a informação é que a gente pode exercer algum tipo de vigilância e a sociedade fiscalizar. É a única maneira na democracia e provavelmente é a melhor.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Dr. Bruno, a inexistência de resultados efetivos dos Tribunais de Contas não estaria relacionado ao elevado grau de politização aos órgãos de controle? O Lino Nunes que está perguntando.

SR. BRUNO WILLHEM SPECK: Acho que já me manifestei sobre isso.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Já abordou o tema. Então vamos outra para o senhor. O senhor brilhantemente questiona a forma de acesso dos Conselheiros nos Tribunais de Contas. Entretanto entendo que falta na sua exposição é o enfoque sobre o excesso de cargos de confiança deste Conselheiro nessas instituições técnicas, tornam-se um instrumento de pressão, limitador do nosso trabalho.

SR. BRUNO WILLHEM SPECK: Concordo plenamente, fiz isso no estudo que escrevi há uns anos atrás, é um tema importantíssimo a área, digamos

técnica de auditoria, em muitos Tribunais de Contas, principalmente Estaduais, é muito pequena e a área, digamos, está vinculada a hierarquia política ao colegiado é muito grande. É muito interessante quando a gente faz a comparação simples de quantos funcionários estão numa área e quantos estão na outra área. É meia dúzia, mais em alguns casos meia dúzia na fiscalização, na atividade fim e digamos um número muito grande vinculado aos gabinetes dos Conselheiros.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Agora para o Gualter. O TCU tem uma atuação também preventiva junto aos dirigentes de órgãos públicos? Nas estatísticas do Tribunal, o senhor identificou o tipo de problemas recorrentes. Há um programa preventivo para atacar diretamente os potenciais problemas?

SR. GUALTER RAMALHO PORTELLA: A atuação preventiva do Tribunal ela é inerente a atividade de controle externo, ela é inerente a atividade de um auditor governamental de controle externo. Por quê? Porque para esse auditor poder identificar potenciais é preciso ele conhecer a clientela, ou seja, o seu auditado, fazer uma análise de risco e com base nessa análise de risco elencar as áreas onde potencialmente vão ocorrer esses problemas, isso faz parte do nosso dia-a-dia de metodologias que foram desenvolvidas e ainda estão sendo desenvolvidas dentro do Tribunal. É lógico que nós não atuamos com a força que nós desejávamos nisso e em função até daquelas questões que eu trouxe realmente relativamente a nossa cara um pouco de Tribunal Administrativo visa vista Tribunais de Contas.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Dra. Cláudia, a senhora que abordou a questão dos Municípios. Qual a maneira mais eficiente de levar a transparência aos Municípios? Como será aplicada a fiscalização dos Municípios?

SRA. CLÁUDIA SAFATLE: Olha, a maneira mais eficiente seria ter imprensas fortes e livres nos Municípios, mas a gente sabe que a imprensa geralmente nos Municípios é muito difícil ela ser livre porque ela acaba dependendo de verbas, às vezes até do Prefeito.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Às vezes não Doutora, quase sempre. [risos].

SRA. CLÁUDIA SAFATLE: Quase sempre, eu quis ser elegante. [risos]. Mas, por exemplo, no caso de Procuradores, no caso de Promotores, eu acho que uma maneira de se evitar vícios, seria fazendo alternância de local. Não deixar que ele fique muitos anos criando raízes, fincando raízes naquela localidade e assumindo compromissos com a comunidade. Algumas facções da comunidade. Talvez seja essa maneira. O Banco do Brasil usa muito isso para o gerente não ficar viciado num cliente só.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):

Professor Bruno, o senhor poderia nos informar se é do seu conhecimento a existência de mecanismo de apoio à defesa de ex-dirigentes de órgãos públicos nos seus processos que se arrastam por anos junto aos Tribunais de Contas?

SR. BRUNO WILLHEM SPECK: Não, não sei informar.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):

Alguém quer comentar alguma coisa? Quem fez a pergunta?

SR. MARCELO: Eu não fiz a pergunta, mas tenho um comentário a fazer em cima disso Senador. É comum nos Estados diversos ex-servidores--

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):

O nome, só o nome?

SR. MARCELO: --Marcelo. Ex-servidores de Tribunais de Contas atuando na defesa administrativa de ex-gestores condenados ou sujeitos a responsabilização em processo no Tribunal de Contas. O que gera todo um histórico de captação de clientela por parte desses servidores, enquanto que ocupantes de cargos comissionados ou agentes de fiscalização no Tribunal de Contas.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):

Você quer comentar alguma coisa?

SRA. HELEN SAMPAIO: Eu só gostaria de esclarecer a pergunta porque--

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):

Eu pediria só por gentileza que se identificasse, se representa algum órgão?

SRA. HELEN SAMPAIO: --Meu nome é Helen Sampaio, eu sou assessora da Senadora Marisa Serrano, eu sou Funcionária Pública Federal há trinta anos, já ocupei vários cargos no executivo, não tenho nenhum processo pendente no TCU. Todas as minhas contas, enquanto dirigente estatal foram regularmente aprovadas, o TCU, sempre trabalhei muito junto com os auditores, por isso que fiz aquela pergunta. Mas uma coisa que me intriga, é que às vezes a gente tem processo que se arrastam por muitos anos e que aquele dirigente de uma empresa estatal, por exemplo, que no exercício do seu mandato como dirigente, tomou decisões técnicas embasadas em pareceres das áreas técnicas da sua instituição, essas decisões são questionadas pelo TCU, esse processo se arrasta durante, eu tenho exemplo de processo que se arrasta há nove anos, por exemplo, que amigos meus, companheiros de diretoria são parte, eles hoje acabaram com toda a poupança que eles tinham para poder pagar Advogado para se justificar.

A Instituição a qual eles foram vinculados não lhes permitem acesso aos documentos da época, para que eles possam usar aqueles documentos como par-

te das suas defesas, porque isto é uma característica, você saiu da Instituição, a Instituição não abre a porta para você voltar lá para pegar documentos para você trabalhar. Então o que vai acontecendo, é que você, e a Cláudia é testemunha disso, nos trinta anos que ela também é jornalista, nós chegamos em Brasília mais ou menos na mesma época, então ela é testemunha de que o serviço público federal tem perdido a oportunidade de contar com a colaboração de pessoas de muito boa qualidade, porque essas pessoas pensam que se amanhã elas tiverem um problema, elas vão ter que gastar tudo que tem para se defender, mesmo que elas não sejam, não tenham a responsabilidade sobre aquilo. Porque daqui oito anos, o TCU vai concordar que aquela decisão administrativa técnica que foi tomada lá atrás, foi correta. Só que enquanto isso todo dinheiro da família já foi gasto. Era isso que eu queria saber. Obrigada.

SR. BRUNO WILLHEM SPECK: Creio que, realmente, o problema da Justiça que demora, que não é justiça nenhuma, ele corta dos dois lados, claro ele corta dos dois lados ele corta do lado da administração pública, quando multas não são cobradas ou ele corta do lado do administrador que nunca terá justiça. Então, o principal problema é agilidade, é uma conclusão final, tomada preferencialmente um órgão, uma instituição e não duas. Quer dizer, uma não sobreposição de Tribunais de Contas e Justiça comum e uma maior agilidade.

SR. GUALTER RAMALHO PORTELLA: Sobre essa questão, eu gostaria de fazer um comentário. Isso também é algo que nos angustia e nos preocupa muito, esse problema que você trouxe, julgamento de contas e nós temos também outros problemas relativamente, por exemplo a apreciação de atos de aposentadoria que também às vezes se arrastam por alguns anos.

Nós temos feito um esforço muito grande de racionalização desse processo, inclusive de contas. Nós estamos duramente trabalhando nisso para que nós possamos chegar e entregar esse processo para o julgamento no plenário do Tribunal num período de no máximo dois, três anos, se for algo muito complexo. Nós entendemos que hoje a forma como nós pedimos as contas elas levam ao processualisticamente ele fica difícil para uma solução e aí, acaba prejudicando tanto a questão que a gente vem batendo aqui de transparência, quanto as partes interessadas também ficam prejudicadas também, ou seja, o Tribunal se prejudica porque ele não dá resposta de transparência que ele precisa para sociedade e as partes interessadas ficam aflitas em alguns casos até com dificuldades financeiras, mas é algo que o Tribunal tem trabalhado duramente em cima disso.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):

Bem, uma pergunta ao Gualter. Gostaria de saber se há previsão de ampliar a competência do TCU, como por exemplo: Quebrar sigilosos. E ainda gostaria de saber se a ampliação do controle preventivo, que o Ministro Paulo Bernardo falou envolve mudança no TCU que prioriza o trabalho de contas e ainda gostaria de saber o que é a afastar a empresa fraudadora, como o Ministro disse se a lei já prevê que a inidoneidade do licitante seja decretada?

SR. GUALTER RAMALHO PORTELLA: Vamos por parte, aqui são três pontos. Eu até evitei de trazer aqui nas restrições essa questão de quebra de sigilo. Eu acho assim, nós com as competências, isso não acho, eu tenho certeza que o Tribunal com as competências que já lhe são atribuídas pode fazer e já está fazendo, mas pode fazer um trabalho belíssimo de controle externo, dando resposta para a sociedade. A questão do sigilo bancário, fiscal é algo que nós podemos e devemos trabalhar em conjunto com a rede de controle. O que é rede de controle? Os outros órgãos que detém esses poderes, Policial Federal que pode pedir isso ao Juiz para que seja quebrado, Ministério Público, e eventualmente uma parceria até com o Banco Central e é algo que nós também estamos implementando. Eu acho que não é algo que nós precisamos ter essa prerrogativa.

Com relação à priorização de trabalhos de contas, eu diria assim, que o Tribunal a partir de 2001, ele tem se voltado a fazer trabalhos de auditorias, inclusive auditorias de contas, para sair um pouco daquela mentalidade que contas é processo em papel que o analista ou auditor do Tribunal fica esperando chegar para ele poder trabalhar. Nós estamos nos movendo para que o processo, por exemplo: De auditoria de contas de um órgão público de 2008, seja feito já durante o ano de 2008. É essa a nossa idéia e firme propósito de trabalhar.

Com relação a essa questão, são três questões juntas, a empresa fraudadora é que a Lei Orgânica do Tribunal, no art. 46, diz assim: Verificada a ocorrência de fraude, comprovada a licitação, o Tribunal declarará inidoneidade do licitante fraudador para participar por até cinco anos de licitação na Administração Pública Federal. Essa é a prerrogativa que o Tribunal tem. Quer dizer, o Plenário se reúne e se achar que naquele processo licitatório que está sendo julgado, houve fraude por parte de licitantes, o Tribunal pode fazer essa declaração de inidoneidade. Quer dizer, não pode, esse fraudador não poderia contratar nem licitar com a Administração Pública Federal.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Professor Bruno, recente pesquisa da FGV, Ministério do Planejamento, a Tricon(F) revela que a maioria das

decisões do Tribunal de Contas tem critério político como norte. Como o senhor interpreta essa informação? Hamílton Carneiro.

SR. BRUNO WILLHEM SPECK: Bom, eu não conheço a pesquisa, então não poderia comentar, muito simples.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Muito obrigado. Para o Gualter, do Fernando da Consultoria de Orçamento do Senado. Sobre a sua oportuna observação de que os controles começam na gestão, saberia indicar alguns modelos, legislação de outros países, padrões de organismos internacionais, que permitissem atualizar o velho Decreto nº 267, da fixação de regras legais para os controles internos da gestão pública?

SR. GUALTER RAMALHO PORTELLA: Existem sim, alguns parâmetros, eu trouxe aqui, eu não trouxe o número, mas é um Decreto Lei do Estado Português, eu sei que hoje há um intenso debate nos Estados Unidos para que eles façam uma adaptação, lógico legislativa, da Lei Sarbanes Oxley, para que ela possa ser adaptada, lógico de uma maneira muito, vamos dizer, muito parcimoniosa, mas para as esferas governamentais. Então acho que assim, em termos gerais, são esses dois esses exemplos que eu poderia trazer para você.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Tem três últimas perguntas para o Bruno. Professor Bruno, qual a sua opinião sobre o controle social verso controle oficial? Do Anderson Rosalvo.

SR. BRUNO WILLHEM SPECK: Bom, nós sabemos que o controle social se tornou cada vez mais importante na última década. Agora eu acho que nós temos que reconhecer que cada um tem o seu lugar. Quer dizer, um não substitui o outro. É indispensável que os órgãos públicos forneçam informações válidas e de fácil acesso para que o controle social funcione. Inclusive interessante quando nós olharmos para outros países, que o controle social muitas vezes atua a partir de resultados das auditorias dos Tribunais de Contas. Pequeníssima história é que quando andei no metrô em Berlim, tinha uma associação de sem teto, que reclamava uma maior aplicação de verba na área social, baseando-se numa auditoria do Tribunal de Contas da Alemanha, que justamente criticava essa área. Então, eu acho que as duas devem agir de forma integrada. O controle social não funciona se o controle estatal não funcionar.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Professor Bruno. Luiz Belo, de Alagoas pergunta: O que deve ser feito para que de fato o controle interno dos Tribunais de Contas exista e com a transparência que o dinheiro público necessita?

SR. BRUNO WILLHEM SPECK: Controle interno?

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Controle interno dos Tribunais de Contas. Hoje são as Corregedorias.

SR. BRUNO WILLHEM SPECK: Eu começaria de cima para baixo, uma escada se vai de cima para baixo, então eu começaria a reformar, a mudar a forma de composição do Colegiado, numa transição não abrupta, não adotaria o modelo Argentino. O modelo Argentino diz: “Olha, os Conselheiros são Conselheiros por quatro anos, depois são substituídos.” Eu acho que os Tribunais têm um modelo que pode ser aperfeiçoado e é esse o caminho. Aumentar sucessivamente o número de Conselheiros e Ministros escolhidos entre Auditores e Promotores.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): A minha proposta do Conselho Nacional dos Tribunais de Contas, também é uma maneira da gente estabelecer um outro caminho de controle externo para os Tribunais.

Professor Bruno, os técnicos dos Tribunais de Contas Estaduais convivem diariamente com a contradição de fiscalizar e exigir transparência dos gestores públicos, quando na realidade os Tribunais não têm nenhum compromisso social de transparência com seus gastos, em todos os sentidos. Também de um rapaz aqui de Alagoas.

SR. BRUNO WILLHEM SPECK: Creio que temos que diferenciar, tem Tribunais de Contas Estaduais que funcionam melhor e outros pior. Eu não diria que, enfim, acabamos de mencionar o caso do Rio Grande do Sul, que é um Tribunal que inova, que vai para frente. Então eu acho que realmente nós temos que olhar cada Tribunal e detectar quais são os problemas.

Os indicadores são relativamente simples quando nós queremos saber se um Tribunal funciona bem, por exemplo: Aquele critério mencionado anteriormente, quantos trabalham na atividade fim? Quantos trabalham na atividade meio ou nos gabinetes?

É um indicador simples e fortíssimo. Outro indicador muito simples e fortíssimo é, os Tribunais são obrigados pela Constituição de implementarem de terem um Ministério Público interno e de terem Auditores concursados internos. Muitos Tribunais não implementaram isso ainda. Então, muitos Tribunais não têm nem o Ministério Público próprio e nem Auditores, o que faz com que não podem cumprir a obrigação de escolher parte do seu Colegiado do próprio corpo de auditores, o que no meu entender, mas é entender bem leigo, é inconstitucional. Eles não cumprem com a obrigação da Constituição que manda no art. 75 de se adequarem no que couber ao formato do Tribunal de Contas da União.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):

Bem, tem duas perguntas para mim, que o José Ferreira pergunta: Qual deve ser a participação da sociedade civil na composição do Conselho Nacional de Tribunais de Contas?

Tem uma proposta que eu fiz, tem está na emenda da Constituição que eu fiz, participação da Ordem dos Advogados do Brasil, participação de outras entidades, eu não estou me recordando, mas a gente pode encaminhar depois a proposta para quem não tem, a proposta para composição do Conselho está tramitando e aberta ao debate.

O Domingos Silva Lima pergunta: O que fazer para despolitizar o ingresso de Ministros e Conselheiros nos Tribunais de Contas?

Acho que é esse debate. Eu defendo assim por debate o concurso público. Mas tem gente que debate, a forma de carreira, dos auditores chegarem a serem Ministros, Conselheiros. Acho que nós temos que fazer a proposta para que a gente possa fazer o debate. Eu fiz a proposta do concurso público, está em debate, acho que este Colegiado aqui nosso pode tirar alguma forma de apresentação para o Congresso Nacional da melhor maneira de acesso a essas funções.

Bem, encerrada as perguntas, Sr. Presidente, eu só quero fazer o registro aqui, antes de passar a palavra para V.Exa. para estabelecer as conclusões do nosso debate, a representação aqui da Associação do Sindicato dos Servidores dos Tribunais de Contas dos Estados. Temos Estados aqui de Alagoas, da Bahia, de São Paulo, de Mato Grosso, de Mato Grosso do Sul, de Pernambuco, da Paraíba, de Santa Catarina, do Espírito Santo, do Rio de Janeiro, do Rio Grande do Sul e do Maranhão. Muito obrigado pelas presenças de vocês. É o nosso primeiro debate. Nosso debate próximo vai ser na próxima quinta-feira, dia 15 de Maio. Então, eu passo a palavra ao Presidente, a relação de participantes. Então, eu antes de passar a palavra ao Senador Leomar Quintanilha, a mesa dois de quinta-feira que vem, vai ser Instrumentos e Procedimentos de Controle. A Prevenção de Fraude e Desperdício. Nós teremos o Ministro Jorge Agi, o Ministro, alguém do Tribunal de Contas da União estará presente, a Dra. Iara de Oliveira, Diretora do IMESC e o Dr. Gil Pinto Loja Neto que é do FNDE. Essas quatro pessoas vão debater conosco na próxima quinta-feira. Obrigado a todos vocês. Obrigado aos participantes. Obrigado ao Senador Leomar Quintanilha. Com a palavra V.Exa.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Senador Renato Casagrande, de princípio queremos cumprimentar V.Exa. pela iniciativa de promover esse debate, que a nosso ver é um debate instigante e oportuno. Seguramente estimula principalmente depois desse início, ampliar o número de

participantes. Cumprimos também todos que nos honraram com suas presenças, com sua participação, enriquecendo o debate com os questionamentos levantados, convidando todos a participarem novamente da próxima mesa, que será na próxima quinta-feira, e em especial agradecer os expositores que em deferência a esta Comissão e ao tema proposto vieram trazer as suas experiências, o seu conhecimento e enriquecer também as discussões aqui iniciadas.

Agradecendo a presença do Ministro Paulo Bernardo que não ficou até o fim, mas participou conosco; o secretário Gualter Ramalho Portella, titular da Secretaria do Controle Externo do Tribunal de Contas da União; do Professor Bruno Willhem Speck, do Departamento de Ciência Política da Unicamp e da nossa jornalista Cláudia Safatle, Diretora Adjunta de Redação do Jornal Valor Econômico, que enriqueceram sobremaneira com suas presenças o início desse ciclo de debates. Nós registramos também a presença dos alunos de jornalismo da faculdade UNICESP de Brasília. Registramos a presença e agradecemos, esperando que o debate tenha sido útil ao desenvolvimento da atividade que pretendem abraçar. E convidando novamente a todos para a participação do próximo ciclo, na próxima quinta-feira, nada mais havendo mais a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

[palmas]

Sessão encerrada às 12h05

SECRETARIA DE COMISSÕES

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE—CMA

ATA DA 11ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 13 DE MAIO DE 2008, ÀS 11:30 HORAS.

Às doze horas e vinte e um minutos do dia treze de maio de dois mil e oito, na Sala nº 7, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador **LEOMAR QUINTANILHA**, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com a presença dos Senhores Senadores **RENATO CASAGRANDE**, **SIBÁ MACHADO**, **CÉSAR BORGES**, **GILBERTO GOELLNER**, **GIM ARGELLO**, **JEFFERSON PÉRES**, **SERYS SLHESARENKO**, **INÁCIO ARRUDA**, **EXPEDITO JÚNIOR**,

ALMEIDA LIMA, **ADELMIR SANTANA** e **FLEXA RIBEIRO**. Deixam de comparecer os demais Senadores membros da Comissão. Havendo número regimental, a Presidência declara abertos os trabalhos e submete à votação a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A seguir, o Senhor Senador **SIBÁ MACHADO** requer, e a Comissão aprova, a inclusão EXTRA-PAUTA do **REQUERIMENTO Nº 17 DE 2008-CMA** que “requer, nos termos do art. 142, do Regimento Interno, a realização de diligência na Assembléia Legislativa do Estado do Acre, no dia 12 de junho, com a finalidade de tomar depoimentos e informações sobre a contribuição do líder seringueiro e ecologista Chico Mendes e do movimento dos seringueiros da Amazônia na preservação da floresta amazônica. Solicita, também, que sejam convidados para prestar informações o ex-presidente do Conselho Nacional dos Seringueiros, Júlio Barbosa de Aquino; o advogado Gomercindo Clóvis Garcia; o governador do Acre; Arnóbio Marques; o secretário de Meio Ambiente do Estado do Rio de Janeiro Carlos Minc e Elenira Mendes, filha de Chico Mendes”. Autoria: Senador **SIBÁ MACHADO**. Resultado: **Aprovado**. Na sequência, a Presidência coloca o item 8 em pauta. **Item 08) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 51, DE 2007 – NÃO TERMINATIVO** que “dispõe sobre a validade dos bilhetes de passagem no transporte coletivo rodoviário de passageiros e dá outras providências”. Autoria: Deputado **JOVAIR ARANTES**. Relator: Senador **FLEXA RIBEIRO**. Parecer: Pela aprovação do projeto. Resultado: **Aprovado**. Dando prosseguimento à reunião, a Presidência encaminha a deliberação dos itens 1, 2, 3, 4 e 5 da pauta. **Item 01) AVISO Nº 35, DE 2006 – NÃO TERMINATIVO** que “encaminha ao Senado Federal, cópia do Acórdão nº 1731, de 2006 – TCU (Plenário), bem como do Relatório e do Voto que o fundamentaram, atinente à fiscalização de obras públicas no exercício de 2006”. Autoria: Tribunal de Contas da União. Relator: Senador **WELLINGTON SALGADO**. Parecer: Pela remessa do processado ao arquivo. Resultado: **Concedido pedido de vista ao Senador FLEXA RIBEIRO**. **Item 02) AVISO Nº 106, DE 2007 – NÃO TERMINATIVO** que “encaminha ao Senado Federal, cópia do Acórdão proferido nos autos do processo nº TC 002.798/2007-0, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentaram, referente ao acompanhamento realizado pela Secretaria de Macroavaliação Governamental – Semag, dos Relatórios de Gestão Fiscal referentes ao 3º quadrimestre de 2006, publicados pela Presidência da República, Câmara dos Deputados, Senado Federal, Ministério Público da União, Supremo Tribunal Federal, Tribunal de Contas da União, Justiça Federal, Justiça do Distrito Federal

e Territórios, Justiça Eleitoral, Justiça Militar e Justiça do Trabalho”. Autoria: Tribunal de Contas da União. Relator “ad hoc”: Senador **FLEXA RIBEIRO**. Parecer: Pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo. Resultado: **Aprovado. Item 03) AVISO Nº 201, DE 2001 – NÃO TERMINATIVO** que “encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 879, de 2001-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre relatório de auditoria realizada nas obras de reforma, ampliação e modernização do Aeroporto de Salvador (TC nº 009.627/2000-8)”. Autoria: Tribunal de Contas da União. Relator “ad hoc”: Senador **GIM ARGELLO**. Parecer: Pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo após serem recebidas as informações acerca das decisões definitivas sobre os processos derivados daquela auditoria, a saber: TC nº 015.832/2005-5 e TC nº 003.627/2000-8”. Resultado: **Aprovado. Item 04) AVISO Nº 33, DE 2001 – NÃO TERMINATIVO** que “encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 1.089, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente a auditoria realizada no 11º Distrito Rodoviário Federal do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem no Estado de Mato Grosso, com o objetivo de verificar os aspectos de legalidade, legitimidade e economicidade nos processos de desapropriação de imóveis promovidos pela entidade (TC 425.052/98-2 e TC 425.021/98-0)”. Autoria: Tribunal de Contas da União. Relator: Senador **GIM ARGELLO**. Parecer: Pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo. Resultado: **Aprovado. Item 05) REQUERIMENTO Nº DE 2008-CMA** que “requer nos termos regimentais, e em razão de solicitação da Agência Nacional de Águas, que sejam aprovadas as alterações relativas à 3ª emenda ao orçamento de 2008, aprovada em 2007, no que tange ao identificador de uso, à modalidade de aplicação e à fonte de recursos”. Autoria: Senador **LEOMAR QUINTANILHA**. Resultado: **Retirado de pauta**. Pela ordem, o Senhor Senador **EXPEDITO JÚNIOR** requer, e a Comissão aprova, a inversão de pauta para apreciar o item 9. **Item 09) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 114, DE 2004 – NÃO TERMINATIVO (tramitando em conjunto com os Projetos de Lei nº 283, de 2007, nº 429, de 2007 e nº 533, de 2007)** que “altera dispositivos da Lei nº 7.565, de 1986, que dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica, de modo a instituir indenização a passageiros em caso de excesso de reservas em aeronave”. Autoria: Senadora **SERYS SLHESSARENKO**. Relator: Senador **EXPEDITO JÚNIOR**. Parecer: Pela rejeição dos Projetos de Lei do Senado nº 283, de 2007, nº 429, de 2007 e nº 533, de 2007, e aprovação

do Projeto de Lei do Senado nº 114, de 2004, na forma do substitutivo que apresenta. Resultado: **Concedido pedido de vista coletivo**. Na sequência, a Presidência coloca em pauta os itens 7 e 6, nesta ordem. **Item 07) INDICAÇÃO Nº 01, DE 2006 – NÃO TERMINATIVO** que “sugere à Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional e à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, bem como à Comissão de Assuntos Econômicos, que procedam a estudos sobre a criação de um Fundo Mundial Ambiental (FMA), na forma proposta no texto da justificativa desta indicação”. Autoria: **ALOIZIO MERCADANTE**. Relatora: Senadora **SERYS SLHESSARENKO**. Parecer: Pelo encaminhamento da matéria à Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas. Resultado: **Aprovado. Item 06) AVISO Nº 21, DE 2008 (anexado ao processado do Aviso nº 5, de 2007) – NÃO TERMINATIVO** que “encaminha ao Senado Federal, cópia do Acórdão proferido nos autos do processo nº TC 008.581/2007-0, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentaram, referente à contratação de empresa de consultoria de supervisão e de execução das obras do Rio São Francisco”. Autoria: Tribunal de Contas da União. Relator “ad hoc”: Senador **EXPEDITO JÚNIOR**. Parecer: Pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo. Resultado: **Aprovado**. Em razão da falta de quorum, a Presidência adia os demais itens da pauta. **Item 10) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 430, DE 2007 – TERMINATIVO** que “acrescenta § 6º ao art. 54 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, Código de Defesa do Consumidor, para dispor que as cláusulas dos contratos de adesão que regulam as relações entre as concessionárias de serviços públicos outorgados pela União, bem como por suas associadas, coligadas e filiadas, e os consumidores e usuários de seus serviços, devem ser aprovados previamente pelo Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor do Ministério da Justiça”. Autoria: Senador **GERALDO MESQUITA**. Relator: Senador **RAIMUNDO COLOMBO**. Parecer: Pela rejeição do projeto. Resultado: **Adiado. Item 11) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 132, DE 2006 – TERMINATIVO** que “altera o Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, que institui normas básicas sobre alimentos, para estabelecer que os rótulos de alimentos devem atender aos requisitos de clareza e simplicidade e fornecer informações compreensíveis para o consumidor”. Autoria: Senador **VALDIR RAUPP**. Relatora: Senadora **SERYS SLHESSARENKO**. Parecer: Pela rejeição do projeto. Resultado: **Adiado. Item 12) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 625, DE 2007 – TERMINATIVO** que “altera o Código de Defesa do Consumidor, para dispor sobre a rescis-

são dos contratos de adesão pelo consumidor.” Autoria: Senador **JOÃO DURVAL**. Relator: Senador **MARCONI PERILLO**. Parecer: Pela aprovação do projeto na forma do substitutivo que apresenta. Resultado: **Adiado. Item 13) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 124, DE 2008 – TERMINATIVO** que “acrescenta parágrafo no art. 42 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – que, dispõe sobre a proteção do consumidor, para tornar obrigatório prazo mínimo de cinco dias úteis de antecedência do vencimento o recebimento da cobrança”. Autoria: Senador **ROMEUTUMA**. Relator: Senador **PAPALÉO PAES**. Parecer: Pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 a 3-CMA que apresenta. Resultado: **Adiado**. Usam da palavra os Senhores Senadores **SIBÁ MACHADO, FLEXA RIBEIRO, EXPEDITO JÚNIOR, SERYS SLHESSARENKO, GIM ARGELLO e RENATO CASAGRANDE**. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e dois minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra dos acompanhamentos taquigráficos. – Senador **Leomar Quintanilha**, Presidente.

**NOTAS TAQUIGRÁFICAS DA REUNIÃO
REALIZADA EM 13/05/2008**

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Havendo número regimental, declaro aberta a 11ª Reunião Ordinária da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura. Os Srs. Senadores que aprovam a dispensa da leitura da ata da sessão anterior queiram permanecer como se encontram. Aprovado.

Nós vamos passar à apreciação da pauta do dia.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Senador Sibá manchado tem V. Exa. a palavra pela ordem.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Pedindo a V. Exa., em primeiro lugar, para incluir extrapauta o requerimento que apresenta já fruto da conversa que tivemos na última reunião, sobre a possibilidade de uma diligência com uma Audiência Pública a ser realizada no Estado do Acre em conjunto com a Assembleia Legislativa daquele Estado, tendo em vista o ano que se comemora 20 anos, comemora, imagina, que nós estamos homenageando Chico Mendes pelo 20º ano de seu assassinato. E é uma programação que faz parte também do Governo do Estado que declarou este ano como o ano de Chico Mendes e também

por conta da contribuição que Chico Mendes teve em relação à defesa da Amazônia. Então nós achávamos muito importante que este requerimento pudesse ser aprovado nesse momento, até mesmo porque precisávamos comunicar e oficializar a Assembleia Legislativa e as pessoas que o requerimento se propõe a convidar como participantes dessa Audiência Pública que solicito a esta Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Em discussão o requerimento apresentado pelo eminente Senador Sibá Machado como inclusão extrapauta. Não havendo quem queira discutir. Em votação. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como estão. Passamos aqui à apreciação do requerimento. Requerimento de diligência a ser realizado na Assembleia Legislativa do Estado do Acre no dia 12 de junho com a finalidade de tomar depoimentos e informações sobre a contribuição do líder seringueiro e ecologista Chico Mendes e do Movimento dos Seringueiros da Amazônia na preservação da Floresta Amazônica. Solicitamos, também, que sejam convidados para prestar informações o ex-presidente do Conselho Nacional dos Seringueiros Júlio Barbosa de Aquino, o advogado Gumerindo Clóvis Garcia, o Governador do Acre Arnóbio Marques e o Secretário do Meio Ambiente do Estado do Rio de Janeiro Carlos Minc. Este requerimento é de autoria do Senador Sibá Machado. Se V. Exa. desejar complementar algumas informações para sustentação do requerimento proposto tem V. Exa. a palavra.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Pretendo ainda, Sr. Presidente, acrescentar um nome que acho muito importante, por esquecimento de minha parte é da filha de Chico Mendes, Elenira Mendes, que ela possa ser convidada também para estar junto aos demais, contando um pouco desta experiência que teve de ser a pessoa que hoje luta um pouco pela manutenção também dos preceitos do seu pai que é o Chico Mendes. E com este acréscimo, eu acredito que estará muito bem representado, porque Gumerindo Clóvis, hoje advogado, na época foi uma pessoa que conviveu muito diretamente com o Chico Mendes. O atual Governador Arnóbio Marques, também que foi uma pessoa que criou uma experiência de escolas nos seringais do Estado do Acre que era uma que ele chamava de escola ambulante, que não tinha um espaço físico, os professores eram que andavam, o que ele chamou, na época, de Projeto de Educação Seringueiro. Júlio Barbosa que foi o Presidente do Conselho Nacional do Seringueiro pós-morte do Chico Mendes, e acho que o Carlos Minc que hoje é Secretário de Meio Ambiente que conviveu também com essa realidade, tendo em vista que muitas pessoas do Estado do Rio de Janeiro

acompanharam, naquela época, a atriz Lucélia Santos e tantas outras pessoas.

Então neste momento eu queria sugerir a V. Exa. que pudesse acrescentar, também, a estas pessoas o nome da filha de Chico Mendes que é a Elenira Mendes e aí no meu entendimento estaria concluído o perfil das pessoas que poderiam contribuir com esses depoimentos de esclarecimento dessa grande experiência do Chico para a defesa da Floresta Amazônica.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Renira Mendes?

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Elenira Mendes.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Elenira Mendes.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Elenira Mendes.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Em discussão o requerimento apresentado pelo Senador Sibá Machado com a inclusão agora proposta do nome de Elenira Mendes. Não havendo quem queira discutir. Encerrada a discussão. Passamos ao processo de votação. Os Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como estão. Aprovado.

Nós passaremos a apreciar o Item 8 da pauta em razão de estar presente aqui o Relator Senador Flexa Ribeiro. Vamos apreciar o Item 8 de relatoria de V. Exa. Projeto de Lei da Câmara nº 51 de 2007, dispõe sobre a validade dos bilhetes de passagem dos transportes coletivos rodoviários de passageiro e dá outras providências. É de autoria do Deputado Jovair Arantes e tem como relator o eminente Senador Flexa Ribeiro a quem eu concedo a palavra.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, Senador Leomar Quintanilha, Srs. Senadores, o parecer já foi lido na sessão anterior da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle e houve com voto pela aprovação, e houve um pedido de vista do Senador Renato Casagrande. Eu pergunto, indago se houve algum encaminhamento de alguma sugestão do Senador?

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Não houve nenhuma manifestação do Senador Casagrande.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Então eu mantenho o meu parecer da forma como foi apresentado e proponho a aprovação do PLC 51 de 2007.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Em discussão. Não havendo quem queira discutir. Encerrada a discussão. Passamos à votação. Os Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como estão. Aprovado.

Passamos ao Item 1 da pauta, aviso nº 35 de 2006 encaminha ao Senado Federal cópia do acórdão

1.731 de 2006 do TCU, bem como, do relatório e do voto que o fundamentaram atinente à fiscalização de obras públicas no exercício de 2006. É de autoria do Tribunal de Contas da União e tem como relator o Senador Wellington Salgado. Eu encareço ao Senador Flexa Ribeiro que funcione como relator *ad hoc* nessa matéria. Tem V. Exa. a palavra.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, Senador Leomar Quintanilha, Srs. Senadores o relator deste projeto é o nobre Senador Wellington Salgado, V. Exa. me distingue como relator *ad hoc*. A análise do parecer do Senador Wellington Salgado diz que quanto aos aspectos relevantes a serem ressaltados sob mérito da matéria identificada no voto do eminente Ministro Valmir Campelo são: a) fiscalização de 259 obras contando a valores de, aproximadamente, 21 bilhões de reais; b) identificação de 91 ocorrências de irregularidades que ensejam paralisações na execução de contratos; c) redução de 602 milhões de reais em contratos firmados ou licitações iniciadas mediante ação de fiscalização do TCU; d) fiscalização intensiva do programa emergencial de trafegabilidade e segurança das estradas com 102 fiscalizações realizadas. A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização por meio do relatório do Comitê de Informações encaminhado pelo Tribunal de Contas da União já apreciou a matéria por ocasião do processo orçamentário para o exercício de 2007 relatado pelo insigne Senador Valdir Raupp. É o relatório, é a análise, melhor dizendo.

Com relação ao relatório, Presidente, diz que apresente(F) Tribunal de Contas da União encaminhou a esta Casa cópia do Acórdão 1.731 de 2006 do TCU plenário(F) acompanhado do relatório e voto fundamentado com fim de subsidiar a apreciação pelo Congresso Nacional do processo orçamentário da conseqüente elaboração do anexo de obras com indícios de irregularidades graves que tem sua execução financeira e orçamentária suspensa por recurso da União. A presente matéria foi, anteriormente, relatada pelo insigne Senador César Borges que não mais compõe esta Comissão nesta Legislatura. A proposta continua a sua tramitação nos termos do art. 332 do Regimento Interno do ato 97 de 2002 do Presidente do Senado Federal.

O nobre Senador Wellington Salgado em seu voto diz que: em face do exposto não existindo razões para o prosseguimento da presente proposição, o voto é pelo arquivamento do AVS nº 35 de 2006, avisos 01668 de 20/09/2006 na origem. Esse é o voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Agradeço a contribuição de V. Exa. Em discussão o voto expendido. Não havendo quem queira discutir.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu gostaria de pedir vista, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Vista concedida ao Senador Flexa Ribeiro.

Passamos ao Item 2 aviso 106 de 2007. Encaminho ao Senado Federal cópia do acórdão proferido nos autos do processo do Tribunal de Contas nº 2.798/2007, bem como do relatório do voto que o fundamentaram referente ao acompanhamento realizado pela Secretaria de Macroavaliação Governamental – SEMAG dos relatórios de gestão fiscal, referentes ao terceiro quadrimestre de 2006 publicados pela Presidência da República, Câmara dos Deputados, Senado Federal, Ministério Público da União, Supremo Tribunal Federal, Tribunal de Contas da União, Justiça Federal do Distrito Federal e Territórios, Justiça Eleitoral, Justiça Militar e Justiça do Trabalho. É de autoria do Tribunal de Contas da União, também tem como relator o Senador Wellington Salgado e encareço ao eminente Senador Flexa Ribeiro que funcione também neste Item como relator **ad hoc**. Tem V. Exa. a palavra.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eminente Senador Leomar Quintanilha e Srs. Senadores, como V. Exa. já fez a leitura da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do vice-presidente do Tribunal de Contas da União que encaminha ao Senado Federal cópia do acórdão proferido nos autos do processo TC 002798/2007-0, bem como relatório e voto fundamentado. O relatório é do nobre Senador Wellington Salgado e vamos diretamente ao voto, Sr. Presidente. Diante do exposto, concluo no sentido de propor que esta Comissão tome conhecimento da matéria procedendo-se, em seguida, o arquivamento do processado. Este é o voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Em discussão. Não havendo quem queira discutir. Em votação. Os Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como estão. Aprovado.

Passamos ao Item 3, aviso 201 de 2001. Encaminha ao Senado Federal cópia da decisão 879 de 2001 do Tribunal de Contas da União, bem como, dos respectivos relatórios e voto que a fundamentam sobre o relatório de auditoria realizada nas obras de reforma, ampliação e modernização do aeroporto de Salvador. É de autoria do Tribunal de Contas da União, tem como relator o eminente Senador Wellington Salgado e o parecer é pelo conhecimento da matéria e remessa do processo ao arquivo após serem recebidas as informações acerca das decisões definitivas sobre o processo derivado daquela auditoria, a saber, o Tribunal de Contas 015832/2005 e 3.607/2008. Tem como relator o eminente Senador Wellington Salgado e eu solicitaria

ao Senador Gim Argello que funcionasse neste item como relator **ad hoc**. Tem V. Exa. a palavra.

SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Muito obrigado, Srs. Presidente Leomar Quintanilha, Senador Flexa Ribeiro, Senador Casagrande, Senador Expedito Júnior. Eu vou pedir licença a V. Exa. para ir direto ao voto, tendo em vista, que foi muito bem elaborado pelo nobre Senador Wellington Salgado. Assim sendo, manifestou-se para que esta Comissão tome conhecimento do teor dos acórdãos 2006/2007, de 2006 de nº 152 de 2007 e que proceda ao devido arquivamento do AVS nº 201 de 2001 após serem recebidas as informações acerca das decisões definitivas sobre os processos derivados daquela auditoria, a saber, TC nº 01583/2005 e TC 003267/ 2008.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Em discussão o relatório. Não havendo quem queira discutir. Em votação. Os Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como estão. Aprovado.

Passamos ao Item 4, aviso 33/2001 encaminha ao Senado Federal cópia da decisão 1.089/2000, bem como, dos respectivos relatório e voto que a fundamentam referente à auditoria realizada no 11º Distrito Rodoviário Federal do Departamento Nacional de Estrada e Rodagem no Estado do Mato Grosso com o objetivo de verificar os aspectos da legalidade, legitimidade e economicidade dos processos de desapropriação de imóveis promovidos pela entidade. É de autoria do Tribunal de Contas e tem como relator o eminente Senador Gim Argello a quem concedo a palavra.

SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Obrigado, Sr. Presidente. Da mesma forma, no caso de matéria que retorna ao Senado após atendimento de providência requerida por esta Comissão, peço licença a V. Exa. e aos demais Senadores para ir direto ao voto. Segundo informações obtidas pelo Tribunal de Contas da União, segundo informações obtidas perante o TCU – Tribunal de Contas da União a mencionada tomada de contas especiais ainda inconclusiva encontra-se instaurada desde 16 de abril de 2002, em face do exposto também conclui no sentido de propor que esta Comissão tome conhecimento da matéria procedendo-se em seguida ao arquivamento do processado. Este é o voto.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Em discussão o relatório apresentado pelo eminente Senador Gim Argello. Não havendo quem queira discutir. Encerrada a discussão. Passamos à votação. Os Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como estão. Aprovado.

O Item 5 o requerimento é de nossa autoria, por ter perdido o objeto nós retiramos de pauta o Item 5.

Passamos ao Item 6 aviso 21/2008 encaminha ao Senado Federal--

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Pela ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): --Cópia do acórdão proferido nos autos...

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Tem V. Exa. a palavra, pela ordem.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Sr. Presidente, eu gostaria de pedir a inversão da pauta, eu gostaria de relatar o projeto que trata sobre *overbook*.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Item?

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Eu acho que é o item...

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): É o Item 9.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Item 9, Sr. Presidente. Tendo em vista, aproveitando aqui a presença da Senadora Serys e ela tem um compromisso inadiável com o Presidente da República.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Em discussão a proposta apresentada pelo Senador Expedito Júnior de inversão de pauta. Não havendo quem queira discutir. Em votação. Os Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como estão.

Passamos então à apreciação do Item 9 Projeto de Lei do Senado 114/2004. Altera dispositivo da Lei 7.565 de 1986 que dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica de modo a instituir indenização a passageiros em casos de reserva em aeronave. É de autoria da Senadora Serys Slhessarenko e tem como relator o Senador Expedito Júnior.

Também vem tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 283 que altera os art. 231 da Lei 7.565 de 9 de dezembro de 1996 para dispor sobre direitos de passageiros sujeitos a atrasos superiores a duas horas em seus vôos, de autoria do Senador Renato Casagrande e tem também como relator o Senador Expedito Júnior.

Também tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 429/2007 que altera a Lei 7.565/1986 para instituir indenização aos passageiros em caso de atraso ou cancelamento de vôos de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, também como o Senador Expedito Júnior.

Ainda tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 533/2007 que altera a Lei 7.565 de 9 de dezembro de 1986 para estabelecer regras para indenização a reembolso e assistência aos passagei-

ros em caso de recusa, embarque, cancelamento ou atraso de vôos, de autoria do Senador Aloízio Mercadante, também como relator o Senador Expedito Júnior. Tem V. Exa. a palavra para relatar os projetos que tramitam conjuntamente.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Sr. Presidente, Srs. Senadores, primeiro, Sr. Presidente, eu gostaria de fazer um comentário, dizer que o projeto é de autoria da Senadora Serys, a Senadora tem dois projetos, o Senador Casagrande tem um projeto e o Senador Aloízio Mercadante outro projeto. Infelizmente, a legislação hoje nos permite quando tem vários projetos que nós possamos aproveitar o mais antigo. Todos os projetos são bons, inclusive, eu faço aqui um apanhado de todos eles, mas tenho que rejeitar os demais e acatando o projeto mais antigo que é o da Senadora Serys. Aconteceu há pouco tempo um projeto meu com o Senador--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Você e Roseana.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): --O Senador Casagrande foi relator, o projeto era meu e da Roseana, e foi apensado os dois e o da Roseana era o mais antigo, o relator teve que acatar o projeto da Senadora Roseana. Da mesma maneira, nós acatamos aqui o projeto da Senadora Serys, e por aqui os dois autores dos projetos e mais dois Senadores, e o nosso relatório é um relatório longo, eu vou fazer o seguinte: Eu fiz alguns resumos aqui das mudanças, então eu vou só apresentar aqui as mudanças, porque o nosso relatório já consta de todos os Senadores, já foi distribuído para todos os Senadores desde a reunião da semana passada.

Questão dos atrasos. O limite de atraso aceitável reduz hoje, proposta, inclusive da Senadora Serys, de quatro para duas horas. Hoje a legislação permite até quatro horas e nós estamos diminuindo os atrasos para duas horas.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Esse é meu projeto.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Também.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: É dela também o [ininteligível].

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Também. Também.

Indenização por cancelamento ou atraso. Se houver cancelamento ou atraso a duas horas a indenização no valor da tarifa cheia trecho, embarque e o destino, garantia do transporte previsto independentemente da indenização no prazo de quatro horas ou reembolso do bilhete. Se o atraso implicar perda da conexão, mesmo que o prazo for inferior a duas horas a indenização será paga no valor da tarifa cheia. Se

houver interrupção ou atraso superior a duas horas em aeroporto de escala, endosso do bilhete no trecho não voado ou restituição do trecho do bilhete não voado, assegurado, nesse caso, o voo de regresso ao ponto de partida inicial. Ficam a cargo do transportador as despesas de alimentação, hospedagem e transporte, além, da responsabilidade civil. Da negociação: se houver cancelamento ou atraso superior a duas horas e o passageiro optar por acomodação em outro voo, cujo horário de chegada não exceda ao programado anteriormente em até duas horas, a indenização poderá ser reduzida em 50%. A indenização não será paga se o cancelamento ou atraso decorrer de condições meteorológicas ou de fechamento ou inoperância temporária dos aeroportos. Sobre as bagagens: isso aqui, Sr. Presidente, é um apanhado de todos eles, não tem nada que foi rejeitado de nenhum projeto. Deve ser devolvido ao passageiro num prazo máximo de 20 minutos. Se houver atraso na entrega de bagagem haverá multa equivalente à metade do valor da tarifa cheia. O transportador passa a responder por dano, avaria, violação, furto, extravio ou atraso na entrega de bagagem. Em caso de danos à bagagem despachada ou de mão a responsabilidade do transportador limita-se a 10 mil, entretanto, não se aplica esse limite se houver dolo ou culpa do transportador, cabendo ao transportador provar que o dano não resultou de sua culpa ou dolo. Lesão corporal ou morte. A responsabilidade do transportador em caso de lesão ou morte do passageiro passa a ser fixada pelo juiz, conforme as circunstâncias específicas de cada caso. O texto da lei, atualmente, em vigor ela fixava o limite em OTN. E essa indenização não poderá ser inferior a 1 milhão em caso de morte ou inferior a 750 mil em caso de lesão grave ou permanente. *Overbook*: o passageiro vítima de *overbooking* receberá indenização equivalente à tarifa cheia. Trecho, embarque e destino: a indenização será reduzida em 50% se o passageiro optar por acomodação em outro voo cujo horário de chegada não exceda duas horas. O passageiro terá direito ainda às seguintes alternativas: acomodação em outro voo no prazo de quatro horas ou o reembolso do valor do bilhete não voado ou o endosso da passagem. Também correrá por conta do transportador no caso de *overbooking* as despesas de alimentação, hospedagens e transportes sem prejuízo da responsabilidade civil.

Nós aumentamos, o que nós acrescentamos aqui só a questão do no-show que é exatamente o passageiro com reserva confirmada que não comparecer ao embarque terá direito à restituição da quantia do bilhete atualizado conforme a regulamentação. Serão deduzidos 10% a título de taxa de serviço. O direito de restituição se extinguirá com o término do prazo de validade do bilhete.

Sr. Presidente, em face de todo o exposto, então nós concluímos pela rejeição dos Projetos de Lei do Senado de nº 283/2007, 429/2007, 533/2007 e pela aprovação do Projeto de Lei nº 114 da Senadora Serys de 2004, como é o mais antigo, na forma do substitutivo que nós já lemos, Sr. Presidente. Esses seriam os pontos – que eu não vou dizer que vai divergir nesta Comissão. Eu acho, Sr. Presidente, na sessão passada era para nós termos apresentado este relatório. Eu sei que cabe aqui o direito de vistas, e eu sei que alguns Senadores gostariam, inclusive, de pedir vistas. Nós pedimos na reunião passada já ao Senador do Piauí, o Senador--

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Heráclito.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Heráclito Fortes para que exatamente nós pudéssemos discutir este projeto na reunião de hoje, porque eu acho que este projeto é muito importante, é um projeto interessante e, com certeza, nós vamos tentar coibir aquilo que nós já assistimos e que a sociedade cobrava uma medida, principalmente, desta Casa. Então quero cumprimentar aqui o Senador Casagrande, quero cumprimentar aqui a Senadora Serys e o Senador Aloízio Mercadante. E eu tive a oportunidade de ser indicado por V. Exa. para relatar um projeto dessa magnitude.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Para discutir Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Este relatório--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Sr. Presidente...

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): --Será ainda apreciado pela Comissão de Infra-Estrutura e terminativamente pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, de sorte que vamos concluir o nosso trabalho aqui.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Senadora Serys...

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): O Senador Renato...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Você quer pedir vistas?

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): A Senadora Serys pediu primeiro a palavra.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Eu pedi primeiro para discutir.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Senadora Serys Slhessarenko, tem V. Exa. a palavra.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Eu vou ser bastante breve.

Eu queria cumprimentar o Senador Expedito Júnior que trabalhou bastante sobre esse relatório, ele estudou, realmente, tanto o projeto do Senador Casa-

grande, do Senador Mercadante e o nosso. E eu acho que deu para perceber até pelas colocações como ele as fez em termo do tempo que nós estávamos trabalhando, trabalhamos nesse projeto até bem antes da crise área que rompeu mais em 2006 – eu acho que foi o foco maior dela – já não me recordo direito em termos de data. Nós já vínhamos discutindo essa questão. E trabalhamos com pessoas, representantes deste setor, principalmente, que cuida da questão da aviação aérea civil no país e no pique, no auge da crise aérea isso veio mais à tona. Eu acho que isso aqui é uma demonstração, eu só queria dizer isso, independente de ter pedido de vistas, eu pediria que a gente aprovasse, porque o nosso Presidente, Senador Quintanilha, acaba de dizer: vai passar por outras comissões, teremos espaço para discutir em outras comissões para depois ir para o plenário. A gente não pode demorar muito porque a sociedade brasileira exige e cobra. Ontem mesmo eu desembarquei num aeroporto onde eu esperei, pela minha bagagem, 30 minutos. Isso é brincar com o consumidor desses serviços neste país. Quer dizer, o meu vôo foi de uma hora, eu esperei a metade do tempo do vôo para receber a minha mala. Então não é um problema meu, é um problema de todos os brasileiros e as brasileiras que usam desses serviços. Só para citar um exemplo.

Então eu acho que a maior demonstração, a demonstração interessante que o Senado está dando neste momento, Srs. Senadores aqui presentes, Sr. Presidente, é de que a crise está bastante amenizada, ela está bastante reduzida; as coisas estão funcionando razoavelmente bem. E o Senado não esqueceu. Porque, às vezes, dizem que a gente só trata das coisas no auge das crises. E agora nós estamos tratando com a seriedade devida através do relatório do Senador Expedito Júnior, através dos Senadores que estão aqui presentes, tem o projeto do Senador Casagrande, o Senador Mercadante e o nosso. E o Senado está tratando de uma coisa que parece que está calma, mas que, de repente, pode ter problemas de novo. Quer dizer, a gente está resguardando a sociedade brasileira mesmo em tempo que não é de auge de uma crise, como é o caso da situação da aviação aérea civil em nosso país. Eu só queria dizer isso porque é importante a aprovação desse projeto, o quanto antes, depois ele vai para outras comissões e vai para o plenário, porque a população está exigindo que a gente tenha, realmente, uma legislação que a proteja neste sentido. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Consulto o Senador Gim Argello se diante do apelo da Senadora Serys Silhessarenko ainda pretende apresentar o pedido de vistas?

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Presidente, e só para deixar claro...

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Senador Expedito Júnior.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Só para deixar claro. A única coisa que eu não acatei foi um pedido do Senador Aloízio Mercadante que ele gostaria que incluíssem em todos os aeroportos os deveres em placas, em cartazes os deveres de cada cidadão. Eu acho que isso não seria necessário. Então a única coisa que eu não acatei no projeto dos três foi isso.

SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Senador Gim Argello.

SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): É um projeto que tem densidade, um projeto muito bom, pelo que eu vi, colocado por três Senadores; uma Senadora e dois Senadores que eu respeito muito. Eu cheguei na Comissão agora, cheguei recente na Comissão e queria ter conhecimento dele. É só isso. Então só peço uma semana. Na semana que vem eu vou devolver o projeto sem dificuldade nenhuma, porque eu quero, realmente, entender um pouco mais, eu tenho as mesmas reclamações de toda a população brasileira, de todo mundo que é usuário do transporte aéreo. Então eu só gostaria de ter o direito à vista de uma semana.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Antes de o senhor dar direito a vistas. Dê-me um minuto da...

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): V. Exa. tem o direito regimental ao pedido de vista. Senador Renato Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Muito obrigado, Sr. Presidente. Quero só parabenizar o Senador Expedito Júnior pelo relatório, fez um relatório bem organizado, destacando as regras novas que nós estamos estabelecendo pelo meu projeto, pelo projeto do Senador Aloízio Mercadante, pelo projeto da Senadora Serys. O setor aéreo brasileiro, o setor aéreo comercial brasileiro é um setor que depende de regulamentação. Nós saímos na crise aguda, profunda; mas nós temos um setor ainda muito concentrado, temos um setor com necessidade de muitos investimentos e, conseqüentemente, a nossa preocupação é a preocupação de defender o usuário, de defender o consumidor, como diz a Senadora Serys desses serviços.

Então tanto o projeto da Serys, como o meu projeto e o projeto do Senador Aloízio Mercadante tem este objetivo de deixar clara qual é a obrigação de cada empresa, de cada companhia, do órgão público e dei-

claro, também, qual é o direito e qual é o dever do cidadão que usa a aviação comercial brasileira.

Então parabéns, Senador Expedito. E eu, tenho certeza, que na semana que vem nós vamos votar esse projeto.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Eu só faria um apelo aqui ao Senador Gim--

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Senador Expedito Júnior.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Eu faria um apelo ao Senador Gim que na próxima reunião da próxima semana nós pudéssemos estar discutindo aqui as propostas que V. Exa., de repente, gostaria de sugerir.

O Senador Flexa está pedindo vista coletiva.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Ele é autor do projeto ele não vai pedir vista. E se V.Exa. quiser pedir vista--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Coletiva porque aí semana que vem...

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): V. Exa. também pede vista? Senador Flexa.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Porque com o pedido de vista coletiva, obrigatoriamente, o projeto retorna à pauta na próxima sessão. Então peço vista coletiva.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Vista coletiva concedida a pedido do Senador Gim Argello e do Senador Flexa Ribeiro. Nós vamos inverter a pauta para aproveitar a presença da Senadora Serys Slhessarenko e passaremos a apreciar o Item 7.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Sr. Presidente...

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Indicação nº 1 de 2006 sugere à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, bem como, a Comissão de Assuntos Econômicos que procedam um estudo sobre a criação de um fundo mundial ambiental, na forma proposta no texto da justificação desta indicação. É de autoria do Senador Aloízio Mercadante e tem como relatora a Senadora Serys Slhessarenko a quem concedo a palavra.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Sr. Presidente, Srs. Senadores, vou ler rapidamente a análise.

Cuida-se de sugestão de estudo apresentado pelo Senador Aloízio Mercadante sobre o tema dos problemas ambientais, globais incluindo a proposta de criação de um fundo financeiro de suporte para uma política ambiental global. O objetivo do Fundo Mundial

Ambiental – FMA é financiar programas, projetos e ações para enfrentar o imenso desafio de conciliar o crescimento econômico com o meio ambiente equilibrado em todo o planeta. O FMA seria financiado com receitas oriundas da cobrança de uma taxa de até 1% sobre as importações de todos os países e seria gerido e fiscalizado pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – PNUMA.

Os países do Mercosul seriam pioneiros na adoção da medida. Devemos observar que o maior desafio ambiental da atualidade é o aquecimento global e que somente com a ação de todos os países do mundo será possível mitigar seus efeitos. Portanto, parece oportuno que a indicação e análise seja encaminhada à Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas do Congresso Nacional para que seja objeto de discussão e desse modo, desse segmento à sugestão contida na indicação na forma que for mais apropriada. Voto: Sr. Presidente, por todo o exposto o nosso voto é pelo encaminhamento da indicação nº 01 de 2006 à Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas do Congresso Nacional.

Esse é o nosso voto favorável, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Em discussão. Não havendo quem queira discutir. Em votação. Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como estão. Aprovado.

Passamos ao Item 6 aviso nº 21 de 2008. Encaminha ao Senado Federal cópia do acórdão proferido nos autos do processo do Tribunal de Contas 8.581/2007, bem como, do relatório do voto que o fundamentaram referente à contratação de empresa de consultoria, supervisão e de execução de obra do Rio São Francisco. É de autoria do Tribunal de Contas da União. Tem como relator o Senador José Agripino. E encareço ao Senador Expedito Júnior que funcione nesta material como relator *ad hoc*. Tem V. Exa. a palavra.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Sr. Presidente, primeiro eu gostaria de dizer que é um prazer relatar o parecer do que seria relator o Senador José Agripino. E eu já vou direto ao voto dele, Sr. Presidente. Considerando que o acórdão 2.288/2007 do TCU – Plenário estipulou medidas adequadas para o acompanhamento minucioso das concorrências 01/2007 e 02/2007 pelas equipes de especialistas do Tribunal de Contas da União e ainda que não vislumbramos qualquer providência adicional a ser sugerida no presente caso. Votamos porque esta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle tome conhecimento do assunto aqui relatado e delibere pela remessa do processo ao arquivo nos termos regimentais.

Este é o voto, Sr. Presidente, do eminente relator Senador José Agripino.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Agradeço ao Senador Expedito Júnior. Em discussão o relatório e o voto que ele nos apresenta. Não havendo quem queira discutir. Passamos à votação. Os Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como estão. Aprovado.

Encontra-se no plenário desta Comissão o escritor Roberval Uzeda que veio oferecer um trabalho à Comissão, um material gráfico, um livro com um tema preservacionista. Nós gostaríamos de convidá-lo promover a entrega desse material.

SR. ROBERVAL UZEDA: Este livro ensina às crianças das favelas e das escolas públicas municipais de todo o Brasil a não destruição do meio ambiente, minha querida Senadora e meu querido Senador. Esse trabalho é um trabalho que as crianças aprendem tudo sobre o meio ambiente, sobre a árvore e as partes das árvores. O que compõe uma árvore. Então ele é gratuitamente entregue. Eu estou pedindo para a Comissão, se precisar de mim eu tenho um disquete lá em casa, pode me pedir quantos números quiser. Eu já entreguei no Rio de Janeiro, São Paulo, Brasília e Minas Gerais. E esse trabalho devia...

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): E Paraná.

SR. ROBERVAL UZEDA: E Paraná. O Dr. Roberto Requião ex-Senador que confesso, com alegria, que onde ele me recebeu, eu pensei que não ia conseguir nada. E é um Senador sensível ao meio ambiente. Eu gostaria de parabenizar também a V. Exa. por sua luta com o meio ambiente, com o seu trabalho. Eu acho muito bacana que o senhor, realmente, desapare nas comunidades de todo o Brasil. O seu trabalho através da TV Senado lá no Rio de Janeiro e de outros estados nós estamos assistindo a Comissão de Meio Ambiente do Senado e está todo mundo muito feliz com o seu trabalho, Presidente. Meus respeitos e muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Muito obrigado.

SR. ROBERVAL UZEDA: São 2 mil exemplares que V. Exa. está recebendo. Entreguei ao seu eminente secretário O Dr. José Francisco, um maravilhoso secretário, uma pessoa do bem. E eu gostaria muito que o senhor contasse comigo.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Nós agradecemos aí ao Escritor Roberval Uzeda a esta contribuição que traz à comissão.

SR. ROBERVAL UZEDA: Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Como forma de conscientização da população, sobretudo, às crianças do nosso país, da importância do indivíduo, do cidadão no ambiente em

que vive, sobretudo, cuidando da sua preservação. Nós procuraremos distribuir da melhor forma possível para que o seu trabalho surta os efeitos que o seu coração e a sua cabeça assim pensaram. Muito obrigado.

SR. ROBERVAL UZEDA: E devido ao peso eu só pude trazer 2 mil exemplares. Mas o número que o senhor precisar é só o senhor me procurar que eu mando para o senhor. Ou então te mando o disquete e o senhor pode imprimir quantos números o senhor quiser pela imprensa do Senado que eu achei muito bonita. Eu fui visitar lá. A gráfica do Senado é linda.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Está bem. Muito obrigado. Um bom dia.

SR. ROBERVAL UZEDA: Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Sobrestamos para a sessão seguinte os demais itens da pauta por se tratar de matéria terminativa. Não havendo mais nada a tratar. Está encerrada a presente sessão.

Sessão encerrada às 13h02.

SECRETARIA DE COMISSÕES

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE – CMA

ATA DA 12ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 15 DE MAIO DE 2008, ÀS 09:00 HORAS.

Às nove horas e um minuto do dia quinze de maio de dois mil e oito, na Sala nº 19, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência Eventual do Senhor Senador **RENATO CASAGRANDE**, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com a presença dos(as) Senhores(as) Senadores(as) **FÁTIMA CLEIDE, CÉSAR BORGES, WELLINGTON SALGADO, VALTER PEREIRA, ELISEU RESENDE, MARISA SERRANO, GIM ARGELLO, FLÁVIO ARNS, AUGUSTO BOTELHO** e **INÁCIO ARRUDA**. Deixam de comparecer os demais Senadores (as) membros da Comissão. Havendo número regimental, a Presidência declara abertos os trabalhos e submete à votação a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A seguir, a Presidência informa que a presente reunião destina-se à realização de Audiência Pública, em aten-

dimento ao Requerimento nº 05/2008-CMA, de sua autoria, que requer a “realização de ciclo de debates, através de audiências públicas, com temas voltados para atual realidade do controle e possíveis formas de aperfeiçoamento do modelo vigente”. Na seqüência, iniciam-se os trabalhos da Mesa 2: “Instrumentos e procedimentos de controle 1 – a prevenção de fraudes e desperdícios”, sob a coordenação do Senhor Senador **AUGUSTO BOTELHO**. Comparecem os seguintes convidados: Sr. Marcelo Bemerguy, Secretário-Adjunto de Fiscalização do TCU; Sr. Gil Pinto Loja Neto, Auditor-Chefe do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação/FNDE; Sra. Eliana Graça, Assessora de Política Fiscal e Orçamentária do Instituto de Estudos Sócio-Econômicos/INESC e Sr. Jorge Hage, Ministro de Estado do Controle e da Transparência. Após a apresentação do Sr. Marcelo Bemerguy, o Presidente Eventual passa a Presidência à Senhora Senadora **MARISA SERRANO**. Após a exposição dos convidados, o Coordenador, Senador **AUGUSTO BOTELHO**, encaminha aos participantes da Mesa as perguntas formuladas por escrito pelo público. Encerrados os debates, a Senhora Presidente em Exercício agradece a presença dos convidados e lhes concede um minuto para as suas considerações finais. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e dezoito minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra dos acompanhamentos taquigráficos. – Senadora **Marisa Serrano**, Presidente em Exercício.

**NOTAS TAQUIGRÁFICAS DA REUNIÃO
REALIZADA EM 15/05/2008**

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): *Havendo número regimental, declaro aberta a 12ª Reunião Extraordinária da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura. Os Srs. e Sras. Senadoras que tiverem de acordo com a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior permaneçam como se encontram. Aprovada a Ata.*

Senhoras e senhores, esta é a segunda Audiência Pública do ciclo de debates “Controle Público – instrumento de cidadania”. A primeira Audiência, o primeiro debate, foi realizado na semana passada, no dia 08 de maio, e foi transmitida na íntegra pela TV Senado às dez e trinta da segunda-feira, no dia 12 do corrente mês. Então nós estamos fazendo o segundo debate deste ciclo de cinco debates sobre “Controle Público – instrumento de cidadania”. Estamos, na verdade, dando

início na hora marcada para que a gente possa também aproveitar a transmissão ao vivo da TV Senado e nós já, também, contamos com a presença dos palestrantes e no decorrer desse início os amigos e amigas que vão participar desse debate, que vão debater depois ao final conosco, estarão chegando.

Então eu quero compor a Mesa convidando, primeiro, tendo a honra de convidar o Dr. Jorge Hage, que é Ministro de Estado do Controle e da Transparência. Dr. Jorge, por favor, é uma alegria tê-lo aqui junto conosco, seja muito bem-vindo, tenho certeza que vai dar uma bela contribuição a este ciclo de debates; quero convidar o Dr. Marcelo Bemerguy, que é Secretário-Adjunto de Fiscalização do Tribunal de Contas da União; quero convidar a Sra. Eliana Graça, que é Assessora de Política Fiscal e Orçamentária do Instituto de Estudos Socioeconômicos – INESC. Obrigado, Dra. Eliana, pela sua presença; quero convidar o Dr. Gil Pinto Loja Neto, que é Auditor-Chefe do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE. Muito obrigado pela sua presença, a quem convidamos. Então a nossa Mesa de debate está composta.

Nós, Ministro, tivemos na Sessão passada, na Reunião passada, na primeira Mesa, tivemos o Professor Bruno Speck, da UNICAMP, que falou para nós sobre a possibilidade de controle proporcionado pelo sistema político institucional brasileiro e suas limitações; a Cláudia Safatle, do Jornal Valor Econômico, que tratou das dificuldades e expectativas de cidadania acerca do controle da gestão pública; tivemos a presença do representante do Ministro Walton Rodrigues, o Gualter, que esteve aqui falando sobre restrições, limitações e perspectivas de fortalecimento institucional dos Tribunais de Contas na missão de controle; e o Ministro Paulo Bernardo, que falou sobre o controle visto pelos órgãos responsáveis pela execução de despesa e das políticas públicas.

Neste debate de hoje, nessa segunda Mesa, o tema principal é o tema dos Instrumentos e Procedimentos de Controle – A Prevenção de Fraude e Desperdícios. Então nós que estamos fazendo, só para orientação e para conhecimento dos nossos expositores, nós que estamos fazendo esse debate Controle Público, temos a seguinte compreensão: por que é que nós fugimos no início da Audiência Pública? Porque a Audiência Pública é muito superficial, ela não entra no detalhamento dos procedimentos e do conhecimento da ação de cada um desses órgãos de controle. Não temos a oportunidade de um debate mais aprofundado. Então nós optamos por fazer cinco debates nesse ciclo porque compreendemos, assim, como fundamental, que o Congresso Nacional, que é um órgão de fiscalização, que tem em uma das suas funções a fiscalização, o

Congresso Nacional precisa trabalhar na investigação, instala as CPIs, mas as CPIs poderiam ser evitadas, na verdade, se nós tivermos por parte do Congresso nacional uma preocupação com a prevenção, se nós tivermos uma preocupação com a prevenção.

Eu vou citar uma questão que eu citei na Sessão passada e vou citar nessa Sessão. A questão dos Cartões Corporativos. A CPI está trabalhando, investigando, ótimo, é fundamental que a gente consiga chegar a resultados de responsabilidade, mas se nós tivéssemos por parte da Administração Pública, independente de Governo, níveis de procedimentos e critérios, regulamentos de controle, nós teríamos evitado esse tipo de denúncia que foi feita e o Congresso não teria que ficar se debatendo sobre um assunto que é um assunto que acaba dominando o interesse de assuntos e tomando conta, tomando espaço de assuntos de interesses às vezes mais importantes. Então estamos na CPI, ótimo, mas a CPI também tem que apontar para ações do Governo, da Administração Pública, da Controladoria, ações aqui legais do Congresso Nacional para que nós possamos trabalhar preventivamente. Mais do que punir, o trabalho preventivo é fundamental, e o trabalho preventivo se dá através de legislações específicas, eficientes, que possam trazer retorno para a sociedade brasileira. Então com esse espírito de aperfeiçoamento do Tribunal de Contas da União, da Controladoria, com o espírito de aperfeiçoamento legal, com o espírito de incorporarmos a participação da sociedade nesse controle, com o espírito da transparência, e de novo eu volto ao controle dos cartões, se a Controladoria não tivesse lançado esses dados, talvez esse assunto não estivesse em debate. Então a aparência é fundamental. Hoje você tem o Governo da União com um nível de transparência que deve ir se aprofundando, mas as Administrações Públicas em nível dos Estados e dos Municípios e as empresas públicas, o nível de transparência é muito menor do que da Administração Pública Direta. Então nós temos muito que avançar em termos de transparência. Isso pode se dar por legislação. O Congresso não precisa ficar se debatendo e reclamando. O Congresso pode aprovar normas para obrigar e estabelecer a transparência em todos os níveis da Administração Pública. Então às vezes a gente fica na verdade num processo e num comportamento e numa prática de se reclamar, mas nós temos muito o que fazer, independente do comportamento do Poder Executivo, do Poder Judiciário. Eu acho que a gente pode estabelecer normas claras com relação a controle.

Então com esse objetivo é que a gente está debatendo, tentando de fato aprofundar com mais detalhe todos esses procedimentos, porque a Administração

Pública, o ser humano hoje precisa de estar num ambiente onde haja uma vigilância e onde há normas que padronizem o seu comportamento.

Então eu vou, primeiro, passar a palavra ao Dr. Marcelo. Pode ser? Dr. Marcelo, que terá até vinte minutos, cada palestrante terá até vinte minutos. Então o Dr. Marcelo, representando aqui o Tribunal de Contas da União, vai fazer a sua fala sobre “A intervenção preventiva do controle externo – problemas, instrumentos e possibilidades de aperfeiçoamento”. Então com a palavra o Dr. Marcelo, desde já agradecendo a sua presença.

SR. MARCELO BEMERGUY: Bom dia. Eu acho que é fundamental, antes de iniciar a apresentação, agradecer a oportunidade que a Comissão propicia para um debate que é tão relevante, que é a questão do controle público, que é a questão de discutir a transparência e etc. É um tema muito oportuno, eu acho que um senso de oportunidade extraordinário do Senador Renato Casagrande ao propor esta discussão. Nada poderia ser mais apropriado do que esse espaço no Congresso Nacional, que é a Casa que detém a titularidade do controle externo e, portanto, ter a capacidade de avaliar como que estão sendo implementadas e controladas as políticas públicas e o gasto público. Então, realmente, é uma oportunidade extraordinária que a gente tem aqui à mão para fomentar esse tão necessário debate vis a vis, tudo que a gente observa na sociedade brasileira. Pode passar o próximo slide, por favor.

Eu queria, só para conceituar a questão, a posição do que é o controle externo e de como estão inseridos, portanto, o Congresso Nacional e o Tribunal de Contas da União nesse contexto do controle público, fazer alusão a essa questão de que as entidades públicas, as instituições públicas, elas existem por uma única razão: para gerar valor. Valor econômico, valor político, valor social. Mas elas existem para cumprir esse objetivo. O que a sociedade espera, não é, da Administração Pública como um todo, e quando eu falo em Administração Pública realmente é lato sensu, Poder Executivo, Poder Judiciário, Poder Legislativo, é que sejam entregues produtos, serviços, valores políticos, valores sociais que tenham efetiva utilidade para a sociedade. E essa entrega de valores, ela se dá por meio da formulação de políticas públicas e o Congresso Nacional é um ator muito privilegiado na questão da formulação das políticas públicas porque inclusive detém a capacidade legislativa. Então essa formulação, essas políticas públicas que declaram certos resultados que devem ser alcançados pela Administração Pública, elas são, então, destinadas a esses órgãos da Administração Pública que têm que alcançar certos resultados, certos

objetivos. Alguns desses objetos são muitos claros, eles estão sem determinados, são bem declarados. Outros objetivos nem tanto. Então os resultados finalísticos da ação pública nem sempre são tão bem reconhecidos e tão bem determinados por quem deve recebê-los, que é a sociedade. Essa indeterminação, essa imprecisão, ela gera um déficit de transparência, e a transparência, como a gente observa, ela é absolutamente fundamental para que se possa realizar controle. Eu acho que um exemplo muito interessante que a gente pode dar, não um caso concreto, mas um exercício, um raciocínio que a gente pode fazer, é o seguinte: o orçamento. O orçamento pode destinar bilhões de reais de recursos para um determinado programa e se os resultados que esse programa pretende alcançar não estiverem claros para a sociedade, esses bilhões de reais podem ser desviados sem que ninguém perceba exatamente o impacto desse desvio, ou seja, é um recurso que pode ser desviado no silêncio da falta da transparência. Então é muito importante que o controle público se dê em função, inicialmente, de declarar os objetivos e os resultados que devem ser alcançados pela ação pública e de propiciar a transparência, ou seja, que esses resultados sejam comunicados da forma mais apropriada para a sociedade. Pois bem, então um aspecto inicial da transparência é aquele de que as entidades públicas que respondem pelo controle, elas devem favorecer a compreensão de quais os resultados que devem ser alcançados. Pode ir para o próximo slide, por favor.

Obviamente que para alcançar esses resultados as entidades públicas produzem resultados intermediários, elas têm que manejar certos processos e insumos para alcançar esses resultados, está certo? Pode ir para o próximo agora.

Então o Poder Legislativo, ele tem um papel de muito protagonismo na formulação das políticas públicas. As leis, elas são instrumentos muito importantes na formulação e na declaração desses objetos. Vamos dar um exemplo, agora um caso mais concreto. A lei que determinou a tarifa social de energia elétrica é uma Lei em que o Congresso Nacional, exercendo a sua prerrogativa de legislador, ele declara para a sociedade que ele quer ver usufruindo do serviço público de distribuição de energia elétrica pessoas que não têm capacidade econômica para contratar aquele serviço. Então o Congresso Nacional formula uma lei em que ele estabelece determinados critérios de acessibilidade e cria mecanismos de subsídio dentro do sistema de energia elétrica para garantir o acesso a essa população. Então nós temos uma política pública e tem um resultado a ser alcançado. Qual é o resultado? É que essas pessoas, que têm baixa renda, possam ter

acesso ao serviço de distribuição de energia elétrica, que é um serviço de caráter essencial. Está certo? Então avaliar se esse resultado está sendo alcançado é uma tarefa fundamental. Declarar os resultados que estão sendo alcançados é uma tarefa fundamental. E o TCU realiza trabalhos nesse sentido. Mas o Poder Legislativo, portanto, tem esse papel de protagonismo na formulação das políticas públicas.

E por meio de uma lei que uma das leis mais importantes que são produzidas aqui anualmente, a Lei do Orçamento – pode ir para o próximo slide, por favor –, o Legislativo delega responsabilidades e recursos para que o Poder Executivo alcance esses resultados. Então o Poder Legislativo cria a lei da tarifa social de energia elétrica. O Poder Executivo, cabe a ele implementar essa lei e alcançar os resultados que foram preconizados nessa política formulada. Então esse mecanismo de delegação é o mecanismo central da democracia, em que você autoriza um outro Poder a realizar dispêndios para alcançar certos objetivos que foram pactuados nesse ambiente de contenda política. Muito bem. Pode ir para o próximo, por favor.

Então o Poder Executivo precisa alcançar certos objetivos. Em algum momento é importante que o Poder Legislativo... Em algum momento não, mas sistematicamente é fundamental para o Poder Legislativo que ele consiga saber da qualidade dessa delegação. Então eu deleguei responsabilidades por meio das leis. Eu deleguei recursos por meio de um orçamento. E o Poder Executivo está alcançando os resultados que eu pretendia? Então é preciso ter um instrumento permanente de fiscalização e de controle para saber se esses resultados estão sendo alcançados. O próximo, por favor.

Então obviamente o Poder Executivo tem um dever de transparência com o Poder Legislativo e com a sociedade para dizer se esses resultados estão sendo alcançados ou não e o mais importante: quem são os responsáveis por alcançar esses resultados ou não. Essa palavra, eu me sinto desconfortável de ter que trazer uma palavra em inglês, a accountability, mas ela é uma palavra que vai além do significado da transparência, porque além de ser transparente em relação a que resultados eu pretendo alcançar, eu tenho que ser capaz de ter uma estrutura, uma governança que seja capaz de apontar quem são os responsáveis por aqueles resultados. Eu acho que é uma questão de falta de accountability muito óbvia que a gente recebeu muito recentemente foi essa relacionada à crise no setor aéreo. Quando você teve todos aqueles eventos que são fatores que revelam o tamanho da crise, a primeira pergunta que se fez é: “Bom, mas quem é o responsável? É o Ministério da Aeronáutica? É a

Agência Nacional de Aviação Civil? É o DECEA? É o Ministério da Defesa?” Quer dizer, essa confusão que se dá em torno da responsabilidade de cada um desses agentes faz parte dessa questão do accountability. Pode ir ao próximo, por favor.

Obviamente que o accountability ou esse dever de prestar contas e de informar sobre os resultados e as responsabilidades que o Poder Executivo... na verdade toda a Administração Pública tem, eu coloquei o Poder Executivo por ser a parte mais palpável dessa explicação que eu estou produzindo, ele tem que prestar contas à sociedade e ao Congresso, e o Congresso, inteligentemente cria, na Constituição, um outro instrumento de assessoramento, um outro órgão de assessoramento que vai ajudá-lo a compreender a qualidade dessa delegação. Então o Tribunal de Contas, como um auxiliar do Congresso Nacional, que vai apoiar o Congresso para que o Congresso possa permanentemente avaliar a qualidade dessa delegação. Pode ir adiante, por favor.

Então o Poder Legislativo delegou, portanto, responsabilidades ao Tribunal de Contas da União, sem perder em momento algum a titularidade do controle externo, delega essa responsabilidade para que o Tribunal possa fazer auditorias, receber contas e informar ao Congresso Nacional – pode ir ao próximo, por favor – sobre essa qualidade, sobre essa delegação. Então essa é a matriz de controle que apóia o Congresso Nacional a compreender quais os resultados que a Administração Pública deva produzir e de que forma que ele se instrumentaliza para fazer isso de forma permanente, sistemática e qualificada. Pode ir ao próximo, por gentileza.

Portanto, o administrador público tem tarefas relacionadas à gestão da política pública que envolve a formulação dessas políticas públicas, o planejamento de como alcançar os resultados, a regulação, quer dizer, como é que ele incentiva todos os agentes públicos e privados para que aquelas políticas públicas sejam alcançadas, e também de produzir um impacto, ou seja, a sociedade, ao final de contas, tem que receber o resultado daquela política. Quer dizer, uma política pública de vacinação não se encerra com a campanha de vacinação. Ela só passa a produzir impacto no momento em que ela efetivamente imuniza a população. Então isso tudo tem que ser avaliado. Pode ir ao próximo, por gentileza.

Então nós temos essa questão dos resultados que são finalísticos e nós temos também que avaliar a eficiência com que isso está sendo feito, ou seja, de que meios, processos e insumos a Administração Pública está se valendo para alcançar esse resultados, porque o desejo de todos nós, principalmente contribuintes,

é de que esses resultados sejam os melhores possíveis e aos menores custos possíveis. Então a gente também, tem que avaliar de – pode ir ao próximo – de que meios a Administração Pública está se dotando para alcançar esses resultados. Então essa avaliação dos resultados intermediários – o próximo – é fundamental, quer dizer, qual é a quantidade de pessoas que estão sendo contratadas, qual a quantidade de compras que estão sendo realizadas, os sistemas de gerenciamento, do orçamento que está sendo manejado para que esses resultados sejam alcançados. O próximo, por favor.

Portanto, eu tenho que ter avaliações do ponto de vista do controle, dentro daquela matriz que a gente apresentou antes, que sejam capazes de revelar a regularidade dessas questões finalísticas da formulação, do planejamento, da regulação, do impacto e, também, a eficácia e a efetividade desses resultados que devem ser entregues para a sociedade. Mas não posso perder a perspectiva de que também tenho como controle que avaliar a regularidade, a eficiência e a economicidade de todos os recursos que estão sendo operados para que esses resultados sejam efetivamente alcançados. O próximo, por gentileza.

Então eu tenho um sistema de controle que está atento para toda essa questão e que deve, para cada parte desse sistema de controle, prestar informações aos seus – eu vou usar uma expressão aqui – respectivos padrões para que a sociedade tenha os melhores resultados possíveis. Então vamos adiante, por gentileza.

O que então é esse sistema de controle? Pode ir ao próximo slide. Perdão, tinha um slide anterior que eu acho que é uma questão muito importante. Pode seguir sim.

Eu trouxe aqui um trecho da Declaração de Lima, que é uma declaração que esse ano completa trinta e um anos e que ela foi elaborada em Lima, no Peru, em 1977, num Congresso que reuniu todas as chamadas entidades fiscalizadoras superiores do mundo. O que são essas entidades fiscalizadoras superiores? São os Tribunais de Contas do mundo e os seus congêneres, como são as Controladorias, como, por exemplo, Estados Unidos e Inglaterra têm sistema de Controladorias, mas o Tribunal de Contas da França, da Espanha, de Portugal e etc. se reuniram em Lima e produziram essa Declaração, que eu acho que ela tem um ensinamento... têm vários ensinamentos importantes, mas um deles é esse que eu acho que é uma questão que a gente tem que ter sempre em mente. O controle, ele é inerente à administração financeira pública, uma vez que a gestão dos recursos públicos baseia-se na confiança expressa na delegação de recursos

pelo parlamento ao Governo. Então o parlamento, é dele que nasce toda a responsabilidade pelo alcance dos resultados, por isso a titularidade do Congresso Nacional sobre o controle externo. É a alma do controle externo é essa questão da delegação dada por meio do orçamento. E vai adiante: “O controle não é um fim em si, mas parte indispensável de um sistema regulatório que pretende revelar desvios de padrões aceitáveis e violações dos princípios da legalidade, eficiência, efetividade e economicidade da gestão financeira, sendo – isso é uma questão importante – o suficiente para tornar possível em cada caso adotar medidas corretivas, identificar as responsabilidades e obter as compensações e prevenir ou pelo menos tornar mais difíceis tais violações”. Ou seja, é um sistema que está preocupado com os resultados que devem ser alcançados, está preocupado com a coibição dos desvios de conduta e está preocupado com a recuperação dos recursos desviados, sejam eles por fraude, por corrupção, por ineficiência, por incompetência ou por má formulação das políticas públicas e etc. Pode ir adiante, por gentileza.

Então esse sistema de controle foi preconizado tanto na Constituição quanto depois na Lei Orgânica do Tribunal de Contas e depois em diversas outras legislações que se sucederam por um sistema de controle externo e um sistema de controle interno. Veja bem. Esse sistema todo está voltado para garantir os melhores resultados para a sociedade, quer dizer, esse sistema de controle não ser um fim em si, mas ser todo um sistema que apoie a Administração Pública a alcançar os melhores resultados para a sociedade. Pode ir adiante, por gentileza.

Então nós temos aqui o controle externo que tem esses padrões, o Congresso Nacional e a sociedade, ou seja, deve prestar a melhor informação possível para que o Congresso Nacional diuturnamente consiga avaliar a qualidade da delegação que ele deu para que o Poder Executivo alcance os seus resultados, está certo? E um sistema de controle interno que tem a direção ou o órgão da entidade como o seu primeiro padrão no sentido de que ele deve incentivar ao máximo possível que a direção do órgão ou da entidade produzam os melhores resultados possíveis. Então é um controle também voltado para resultado. Está certo? Agora no sistema, na forma como que está preconizado na instituição, o controle interno que tem como padrão a direção do órgão ou da entidade, e o sistema de controle interno tem que estar permanentemente apoiando a entidade a alcançar seus resultados, presta também informações para apoiar o controle externo lato sensu no sentido de que o controle externo vai obter e tratar essas informações para, também, in-

formar ao Congresso Nacional sobre a qualidade dos resultados que estão sendo alcançados. O próximo, por gentileza.

O Tribunal de Contas da União, desse quadro eu vou extrair dele o que mais interessa. Ele, por meio de um processo interno de gestão, definiu alguns resultados importantes que ele deve alcançar – por gentileza o próximo, eu vou tentar acelerar aqui para garantir o meu tempo -, mas definiu a partir de uma tradução do que está escrito na Constituição e na sua Lei Orgânica uma missão muito sintética que é essa, de assegurar a efetiva e regular gestão dos recursos públicos em benefício da sociedade. Vejam que essa missão está muito conectada com aquela ilustração anterior. Por quê? Assegurar a efetiva e regular gestão dos recursos públicos, portanto, regularidade, conformidade, efetividade e resultado, em benefício da sociedade. Impacto. Então no caso da campanha de vacinação que a gente deu exemplo (soa a campanha), quer dizer, a gente tem um exemplo claro que é que eu tenho que saber se as vacinas foram compradas de acordo com a Lei, portanto, conformidade, se elas foram aplicadas, portanto, efetividade, e o impacto, se a população foi imunizada. Trabalhamos em duas vertentes no aperfeiçoamento da gestão pública e no combate à corrupção ao desvio e à fraude atuando de forma seletiva. O Tribunal é um corpo técnico reduzido, é importante que seja assim, e que tem que trabalhar com os critérios e os parâmetros de auditoria, que é a amostragem, porque a gente não tem capacidade, o dom da onipresença e nem da onisciência, porque um Tribunal ou um controle externo que tenha essa natureza é caro demais. Então a gente obviamente tem que trabalhar baseado na seletividade por amostragem para produzir os melhores resultados para o Congresso Nacional. Pode ir ao próximo, por favor.

É óbvio que uma ação do Tribunal que vise o perfeitamente da gestão pública, ela por aprimorar os controles e o alcance dos resultados, ela obviamente vai contribuir no combate à corrupção, ao desvio e à fraude. O próximo, por gentileza.

E uma ação do resultado e uma ação do Tribunal onde toda uma rede de controle que possa atuar sobre a questão do combate à corrupção, ao desvio e à fraude, ela também vai ter reflexo no aperfeiçoamento da gestão pública, porque o Tribunal está muito preocupado em detectar e punir, mas, também, em verificar quais foram as falhas de controle ou quais são os aprimoramentos administrativos que podem ser adotados, ou legislativos, para que essa situação não se repita. Mais uma, por gentileza.

Então o papel, muito rapidamente, do TCU é por meio de uma atuação seletiva assegurar o efetivo

e regular uso dos recursos públicos prestando informações, em primeiro lugar, ao Congresso Nacional e à sociedade, incentivar a boa governança pública, garantindo a veracidade das informações prestadas, a accountability, integridade da informação – por gentileza, a próxima –, conhecer a Administração Pública para incentivar a sua melhoria, a sua transparência e a conformidade com os procedimentos. OK?

Criar condições objetivas para controles de outras ordens, aí eu fico para o debate para a gente prestar mais algum esclarecimento. Obrigado [palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Muito obrigado ao Dr. Marcelo. Eu preciso passar, com muita honra e alegria, a presidência da Comissão para a nossa Vice-Presidente, que hoje está no exercício da presidência, a nossa Senadora Marisa Serrano, mas antes, Senadora, dizer que nós tivemos a primeira exposição do Dr. Marcelo e o nosso coordenador da Mesa, o nosso Senador Augusto Botelho, nosso amigo, está aí com a ordem das falas que ele está coordenando, mas eu acho que é fundamental destacarmos aqui a participação do FNDE como um usuário, vamos dizer assim, do sistema de controle, de quem sofre a fiscalização, e poder também dizer da parte externa de quem é fiscalizado como é que ele enxerga o controle, porque nós vimos aqui a palestra do Dr. Marcelo, muito bem elaborada e com muita contribuição para o nosso debate, e temos que ver também do outro lado para ver se tem alguma coisa que na visão de, quem é auditado e fiscalizado, se tem alguma observação a ser feita com relação aos órgãos de controle. E temos a presença da nossa companheira Eliana Graça, que vai falar também na visão da sociedade, o que é que nós temos em termos de controle, como vemos o controle. Então com muita alegria eu lhe passo a presidência desta Sessão.

[troca de presidência]

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigado ao Senador Casagrande. Eu quero me desculpar pelo atraso, mas amanhã nós vamos ter uma boa reunião aqui, já aproveito para convidar a todos os presentes, amanhã é sexta, pela primeira vez o parlamento do Mercosul, na sua Comissão de Educação, Cultura, Ciência, Tecnologia e Esportes, na qual eu presido, vai se reunir aqui no Brasil. Então nós estamos recebendo hoje já parlamentares do Uruguai, da Argentina, do Paraguai e da Venezuela que vão estar conosco amanhã o dia todo, começando a discutir a UNILA, que é a Universidade Latino-Americana, cujo projeto já está aqui na Casa e que o Brasil vai implantar a partir do segundo semestre do ano que vem na região de Itaipu, num terreno da Itaipu. Então nós começamos já com uma Universidade

Latino-Americana e que será a primeira Universidade Federal nossa, do Brasil, Latino-Americana. Esse é um dos temas que vamos discutir amanhã. E como eu estava lá recebendo a turma, eu quero me desculpar aqui um pouquinho pelo atraso.

Mas dizer da minha alegria de poder estar aqui em Audiências Públicas, em várias Audiências Públicas desses seminários organizados e indicados pelo Senador Renato Casagrande, que é o autor dessa idéia, e agradecer aqui ao Senador Augusto Botelho, outro grande companheiro de jornada, médico, e extremamente interessado nas causas da sociedade brasileira.

Quero só, antes de passar a palavra, dizer duas coisas que eu acho importante. Quando o Renato Casagrande me ligou ontem e o nosso Presidente também me ligou ontem à noite para ver se eu poderia estar aqui, dizer que eu acho que nós temos que ver duas vertentes aí que são importantes. Uma delas é essa consciência da sociedade. Quando foi lançada agora essa idéia que o Ministério Público lançou, o TCU e vários órgãos, “O que é que você tem a ver com a corrupção?”, isso também é um chamamento da sociedade para que a sociedade possa interagir mais. Foi lançada aqui nessa Casa, o Presidente Garibaldi os recebeu a semana passada e essa Casa está imbuída em participar, juntamente com todos, na condução de uma proposta em que a sociedade participe mais. E aqueles que estão vendo as pesquisas que estão saindo nacionalmente devem ficar preocupados da forma como a sociedade está vendo a falta de controle ou a corrupção no país. Como educadora eu vejo com muita preocupação essa vertente da sociedade de achar que as coisas não precisam ser muito rígidas e nem as leis são para que a gente cumpra, que sempre pode se dar um jeito. Isso realmente nos preocupa muito, eu acho que essa é a razão maior de nós estarmos aqui. Não só dessa parte da participação efetiva da sociedade, mas, também, de nós internamente darmos o exemplo, de nós construirmos uma sociedade em que os órgãos públicos dêem o exemplo de seriedade, de controle, de uma participação efetiva, mas, principalmente, sabendo que o gasto público tem que ser feito sempre a favor da sociedade. Então eu fico muito contente. Quero parabenizar aqui o autor do requerimento, o Senador Renato Casagrande.

E sem mais delongas, já falei demais, eu quero passar a palavra ao Dr. Gil Pinto Loja Neto, que é Auditor-Chefe do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, o nosso FNDE, que vai falar sobre “O efeito das fragilidades de controle na gestão do gasto público social descentralizado – a experiência dos órgãos gestores”. Com V. Ex.^a a palavra.

SR. GIL PINTO LOJA NETO: Bom dia a todos. Primeiramente eu gostaria de cumprimentar a Excelência, a Senadora Marisa Serrano, na pessoa da qual eu cumprimento todos os membros da Mesa e todos os Senadores e ouvintes aqui presentes.

É um tema bastante dinâmico, é um tema bastante interessante, o assunto é denso. Infelizmente o nosso tempo é curto. O meu objetivo aqui, eu me ative muito ao tema que foi proposto. Efeitos, fragilidades, são palavras que despertam realmente muitas coisas para o gestor, o executor da política pública. Então eu vou procurar aqui ser extremamente prático, vou fugir um pouco de conceitos, vou falar das nossas experiências.

E queria começar, Senadora, principalmente falando, agradecendo o convite e dizer que o FNDE, assim como todas as instituições, autarquias e órgãos do Governo Federal, nós não sofremos controle. Na verdade nós fazemos parte desse controle. Existe o chamado sistema de controle interno do Poder Executivo Federal, aonde o FNDE, através do seu setor de auditoria interna, ele faz parte do sistema. O Auditor-Chefe, ele faz parte ativa do sistema de controle interno do Poder Executivo Federal. Então nós temos uma relação muito íntima com a Controladoria-Geral da União, com o Tribunal de Contas da União, como parceiros. A nossa visão não é uma visão de “estamos sendo controlados”. Na verdade nós estamos ajudando a controlar o gasto, a monitorar esse gasto e a gente foge um pouco dessa ação policalesca, porque na realidade o que estamos fazendo, a proposta é uma proposta de assessoria, nós estamos assessorando o gestor a executar política, a saber se a política lá na frente, ela foi executada e ela atingiu o objetivo daquela ação e se aquela ação mais para frente vai atingir o objetivo, no nosso caso, que é o desenvolvimento da educação.

Inicialmente eu vou dar uma breve passada contextualizando o FNDE para que a gente possa entender as características da autarquia, falando sobre os efeitos do controle. Por favor.

Bem, em linhas gerais o FNDE é uma autarquia do Ministério da Educação. Porém, ele não executa somente política no Ministério da Educação. A função precípua do FNDE é executar políticas educacionais. Então ele executa políticas de outros Ministérios e da própria Presidência da República. Então ele é o grande executor. Já que gente está falando de fragilidade, é uma fragilidade, é uma característica, o FNDE não é o elaborador da política, ele executa a política. Eu acho que se ao mesmo tempo falar(F) é uma fragilidade, isso é uma matéria de você já ter um controle inicial, que quem formula política não é aquele que executa, não é aquele que controla. Ao mesmo tempo que o

FNDE recebe essa política, ele tem técnicos que vão analisar essa política e vão prover a sua execução e o seu controle. Por favor.

Formas de atuação, rapidamente como todos sabem, nós temos a transferência automática de recursos, as transferências constitucionais, as transferências diretas que foi exatamente o tema proposto, temos as transferências voluntárias, que são os famosos convênios. Eu coloquei aqui que é muito interessante a aquisição direta, a distribuição de livros, que é uma maneira de você conseguir. Você determina uma política educacional, você tem uma política de livros e você consegue distribuir esses livros no seu uniforme por todo país. O próximo, por favor.

Para que a gente possa entender, saiu um pouco claro ali, pequeno, o orçamento do FNDE, mas é importante. O orçamento do FNDE, em 2003, era em torno de 6,3 bilhões de reais; em 2007, quatro anos depois, já são 12,6 bilhões de reais. Exatamente dobrou 100%. É um aumento muito significativo e isso mostra como é que o FNDE está abraçando outras políticas, como é que a gente está vendo um investimento grande em educação, um desenvolvimento grande dessas políticas. Atualmente, em 2008, nós temos um orçamento de 15 bilhões de reais para o FNDE. Agora como é que o FNDE, como executar, ele consegue executar esse orçamento, fazer essa máquina funcionar, essas mais de oitenta ações acontecerem em todo o país? Por favor.

Bem, a força de trabalho do FNDE, eu trouxe aqui um número consolidado de 2007, atualmente são novecentos e setenta pessoas trabalhando no FNDE. É um número considerável? É um número considerável se eu tivesse novecentos e setenta servidores, o que não acontece. Infelizmente eu tenho trezentos, até 2007 eu tinha trezentos e nove servidores, que corresponde a 32% do meu efetivo. Isso me causa uma fragilidade muito grande, um impacto muito grande, porque quem faz ações de controle, que é uma atividade típica de Estado, e aí controle, como eu disse, não é só auditoria, não é só fiscalização. É o monitoramento, é o acompanhamento, é o controle da execução realmente para saber se está funcionando. É uma atividade típica de Estado. Eu não posso colocar terceirizado, prestador de serviço e estagiário, não posso colocar qualquer outra pessoa que não tenha um comprometimento com a execução da política pública. Não posso botar ninguém que não seja servidor público federal. Fizemos diversas gestões junto ao Ministério do Planejamento, junto ao Governo Federal, e conseguimos, esse ano, um concurso público. Então nós estamos já em 2008 e entraram, tem um mês, cento e noventa e um novos servidores. Mas é importante ressaltar que

a entrada desses cento e noventa e um novos servidores acabou fazendo com que, através de um acordo com o Ministério do Trabalho, nós, como Procuradoria do Trabalho, nós tivemos que dispensar prestadores de serviços. Então esses servidores acabam substituindo também aqueles funcionários que atuam na área-meio e o que eu preciso é de pessoal para atuar na área-fim. Eu preciso de gente realmente para controlar, para monitorar, para ir a campo, para fazer esse trabalho efetivo de controle. E desse concurso, infelizmente, eu tenho setenta. Foi cento e noventa, mas eu tenho setenta analistas de nível superior que fazem esse controle e o restante, mais de cem, cento e vinte aproximadamente, é de nível médio, que vão atuar diretamente na atividade-meio, não na atividade-fim. Então é uma fragilidade. Já estou dando uma primeira fragilidade. Por favor.

Eu acho essa transparência muito interessante porque ela mostra, já saindo do FNDE e já contextualizando para o Governo Federal, o que é que aconteceu com a execução no nosso orçamento. Até 1988, até a Constituição de 88, a gente tinha a execução concentrada na União. A União que era o responsável direto pela formulação e pela execução das políticas públicas. Alguma coisa para o Estado e, por último, para os Municípios. Após a Constituição de 1988 nós tivemos uma inversão nessa pirâmide, aonde a União deixou de ser o grande executor e passou a ser o grande formulador dessas políticas, passando para o Estado e principalmente para o Município a execução dessa política. Realmente a idéia é muito boa, a política é muito boa porque a execução é na ponta, só que nós do controle nos preocupamos. Como é que é feito o controle na ponta? Como que é feita essa execução? Até mesmo para executar está esse gestor preparado? Essa é uma grande fragilidade. Preparar o gestor, não o formulador. O formulador, ele está diminuindo, mas ele tem que preparar o gestor lá na ponta. Por favor.

Eu vou aqui dar alguns exemplos e aqui eu vou entrar numa seara bem prática e não vou falar especificamente do FNDE não, vou falar em linhas gerais de fragilidade e de efeitos que aconteceram, que estão acontecendo no Governo Federal. Bem, a primeira fragilidade, nós tivemos a extinção de unidades centralizadas. Aí pegando o FNDE como exemplo e diversas outras autarquias que tiveram essas unidades centralizadas, em 1998, de um dia para o outro simplesmente foram extintas as unidades centralizadas. Então nós tínhamos unidades em todos os Estados e hoje em dia nós temos uma centralização em Brasília. O quê que isso faz com uma instituição como o FNDE, responsável como, os senhores viram, por quinze bilhões de execução e orçamento? O que acontece é

que para controlar eu tenho uma dificuldade enorme de locomoção, de entendimento de regionalismo. As pessoas que estão lá, os gestores, os executores, eles têm que vir até Brasília para discutir qualquer situação, qualquer alteração, qualquer problema. Quer dizer, eu já estou provocando um gasto a mais. Então eu tenho, por exemplo, uma instituição como a APAE, ela tem alguma dificuldade, algum problema e já tem que se deslocar até Brasília. Eu tenho alguma denúncia, algum problema para resolver, e o que acontece é que o controle, ele tem uma dificuldade muito grande de locomoção. Eu vou dar um exemplo prático que acontece no FNDE. Eu tenho uma auditoria para ser realizada numa cidade no interior de qualquer Estado. A gente pode ir no Amazonas, no Pará, em qualquer Estado. E eu chego, como que o meu Auditor faz? O meu fiscal sai de Brasília, ele pega um avião, vai até o Estado, do Estado ele vai pegar um ônibus, vai chegar naquele Município e vai falar com o gestor e vai pedir o apoio dele, que muitas das vezes o Município não tem hotel, não tem restaurante, o Município não tem efetivamente uma estrutura que comporte aquele Auditor e ele vai acabar pedindo apoio. E nesse apoio você fica sim, acaba ficando refém do apoio. Porque como é que você vai visitar uma escola? Você tem dentro de seu escopo aquelas escolas que você tem que visitar e você pede o apoio, acaba indo no carro do Secretário, no carro da Prefeitura. “Não, não posso ir porque infelizmente está esburacado”. E o Auditor vai tentar ir porque ele tem aquilo como meta. Eu estou falando isso que é uma experiência que nós vivemos na Controladoria-Geral da União, tá? Eu não falei desde o início, mas eu sou também servidor da Controladoria-Geral da União, fui cedido ao FNDE e tive a oportunidade de trabalhar, fui Chefe de Divisão de Auditoria e Fiscalização da Regional de Minas Gerais, que é a maior regional da CGU, e nós vivemos isso. Oitocentos e cinquenta e seis Municípios, uma distância enorme, problemas de estrada e a CGU teve esse problema quando começou o sorteio de Municípios. Qual foi a solução? A solução, nós temos regionais, vamos contratar um serviço de transporte, cada regional conhece o seu regionalismo, conhece os seus problemas e vai lá e vai executar a sua ordem de serviço, o seu controle, a sua ação de controle, seja ela o monitoramento ou fiscalização, o que seja. Então fica uma primeira fragilidade, um primeiro efeito, um primeiro apelo: não precisa ser unidade centralizada em todos os Estados como era antes, mas o FNDE carece de regionais. E digo mais. O próprio TCU, em 2004, identificou essa carência e sugeriu isso ao FNDE, recomendou ao FNDE, o FNDE fez um trabalho já desenvolvendo essas unidades, enviou para

o Ministério do Planejamento e estamos aguardando, até agora, que seja efetivado.

Outra fragilidade, parte efetiva de servidores e elevada mão-de-obra terceirizada. Já vimos isso anteriormente. O que acarreta é que acaba faltando servidores para esse controle, para essa função típica de Estado, e como controle a gente tem não só, como eu disse, auditoria, mas a própria prestação de contas. Como é que eu vou trabalhar com a prestação de contas? Uma instituição como o FNDE, só de transferências voluntárias tem cerca de trinta mil prestações de contas por ano. Trinta mil prestações de contas. De convênios eu tenho mais de cinco mil prestações de contas. Então tem algo em torno de trinta e cinco a quarenta mil prestações de contas anuais. Quantas pessoas eu precisaria colocar? Então eu tenho que arrumar uma maneira dessa prestação de contas ser mais simples e acaba sendo uma fragilidade. E essa prestação de contas acaba sendo mais declaratória. Mais à frente eu vou mostrar o instrumento, que é justamente a utilização do controle social, é um controle bom, que funciona, que eu acredito, mas que tem que ser melhorado.

Vou acelerar um pouco por causa do meu tempo. Como eu disse o tema é bastante polêmico, bastante denso e a gente poderia ficar várias horas falando dessas situações.

Falta de sistema para controle de recursos centralizados. Isso é muito interessante porque nós temos o SIAF que controla os recursos que são centralizados, os convênios, e nós temos agora o SISCONV, que é o Sistema de Convênios que vai controlar inclusive em detalhes, números de nota fiscal, um sistema muito bom, a proposta é muito boa. Porém, como é que a gente controla o PNAE – Programa de Alimentação Escolar, o PDDE, aquele que eu tenho em comunidades executoras uma escola, um universo de cento e sessenta mil escolas? Eu não tenho um sistema para fazer esse controle. Esse é o grande problema. Então o FNDE está desenvolvendo alguns sistemas próprios, agora são sistemas corporativos, então nós temos SISCONV, nós temos o SIMEC, que é um sistema que faz o acompanhamento, um controle, é um sistema muito bom, que está servindo de uma ferramenta muito útil que eu gostaria desde já, já foi apresentado em diversas oportunidades, é um sistema com software livre e que é muito importante a gente divulgar para que outras instituições também queiram e o próprio Governo Federal socialize-se e se preocupe com esse controle lá na ponta. Isso acaba com que a gente, o efeito disso é a restrição às informações. Eu tenho essa dificuldade de controle. Se eu não consigo dar essa informação, e essa informação não é para mim não, essa infor-

mação é para a sociedade. Essa informação é para o Conselho de Alimentação, é para o Ministério Público, é para quem está lá na ponta, é para o beneficiário que está recebendo, que tem que saber como é que é aquele programa, como que ele vai receber aquele programa. Se eu não tenho um sistema de controle, eu não consigo informar.

Agora eu deixei aqui um último muito interessante e polêmico, que é o “Baixo acompanhamento do concedente – incremento da ação dos órgãos de controle”. Pôxa, isso é uma fragilidade. Eu estou dizendo que incrementos de ação de órgão de controle é uma fragilidade? Não, vamos ler juntos: “O baixo acompanhamento concedente – incremento das ações de controle”. O quê que acontece? Eu tenho hoje uma instituição com trezentos, quatrocentos servidores, responsável por quinze bilhões de reais. Se a gente for dividir, até mil servidores, por quinze bilhões, eu vou ter quinze milhões de reais por funcionário para controlar. Se a gente for dividir pelos quatrocentos, quinhentos, esse número vai para trinta bilhões de reais por servidor para controlar. E eu tenho atividade-meio, eu tenho formulação de políticas, eu tenho parte de recursos humanos, eu tenho diretoria financeira, eu tenho e tenho o controle. Então esses servidores não estão no controle, estão na instituição. Então, efetivamente, no controle quantos eu tenho? Eu tenho os servidores da prestação de contas, aqueles que fazem acompanhamentos, que estão na auditoria. Então se eu conseguir cem pessoas diretamente afetas a esse controle é muito. E eu tenho, hoje, um trabalho extremamente positivo que eu tive a satisfação de participar muito ativamente como eu disse em Minas Gerais, que é o incremento das atividades de controle da CGU, incrementos das atividades do TCU, Ministério Público atuando cada vez mais, Polícia Federal. Só que o que acontece? Na hora que eu incremento essas atividades e junto eu não incremento o próprio setor, na própria autarquia, eu tenho uma defasagem muito grande. Por quê? Pela própria concepção, a CGU, o TCU e todos os outros, quando eles vão fazer uma auditoria e verificam um problema, eles não tomam soluções, não fazem as soluções do problema, porque a solução tem que ser do concedente. Então identifica-se o problema e manda-se para o órgão concedente para que ele tome as providências necessárias. Então uma coisa relativamente simples como, por exemplo, a falta de aplicação de recursos no mercado financeiro, gera uma demanda interna minha para a diretoria financeira para cobrar aquele recurso, gera uma demanda para a área finalística para que ele oriente como deve ser feito corretamente. E aí a gente pode fazer uma conta e eu acabo falando muito de CGU, não tem como, que eu conheço bem,

mas se a gente for analisar o caso CGU, sorteios de Municípios, que volto a dizer, eu acho que tem que ser incrementado, tá? Mas o que é que acarreta? Acarreta que nós temos em torno de quatro a cinco sorteios por ano, são sessenta Municípios, então nós temos de duzentos e quarenta a trezentos Municípios fiscalizados por ano, fora as outras fiscalizações, então vamos ficar com trezentos. Como nós temos cerca de oitenta ações no FNDE, vamos botar que cada Município tenha em média cinco ações, cada ação vai ter mais ou menos duas constatações. Se eu fizer essa conta, $300 \times 5 \times 2$, eu tenho cerca de três mil constatações que a CGU me manda por ano. Para eu resolver três mil constatações por ano, eu paro a minha auditoria. Eu acabo atendendo só a CGU. O que é muito importante, eu volto a falar, não tem que diminuir, tem que aumentar, mas tem que reforçar o órgão concedente, tem que reforçar o controle. Eu volto a falar: nós não sofremos controle, nós somos parceiros do controle e esse controle precisa começar lá dentro. Bem, por isso que eu chamo de efeito enunciante(F), isso que eu chamo de sobrecarregar o concedente, dificultando ações de controle. Por favor.

Eu trouxe aqui um caso – o meu tempo está acabando, então eu vou acelerar um pouco e vou ficar mais para o debate, se me permitem – que é PNAE, que é o Programa Nacional de Alimentação Escolar, que atende todos os Municípios. Então isso são valores de 2007, 1,6 bilhões de reais, mais de 10%, são trinta e cinco milhões de alunos, cento e sessenta mil escolas. Então todos são potencialmente fiscalizáveis pelo FNDE, eu tenho que saber como que está essa alimentação. E eu tenho não só de PNAE, mas como das outras transferências involuntárias, como eu já disse, trinta mil prestações de contas/ano. Como eu vou resolver esse problema, como eu vou acompanhar? Como o Dr. Marcelo do TCU falou, seria realmente impossível fazer um acompanhamento em cento e sessenta mil escolas. Então eu tenho que usar parcerias. Eu tenho que estimular o controle social, eu tenho que fazer caravanas de capacitação. O FNDE está muito sensível a isso, ele já viu um retorno muito positivo e nós estamos atualmente, para se der uma idéia, nesse mês de julho estamos fazendo quatro caravanas em Municípios pólos por todo o país e em cada caravana nós conversamos, nós capacitamos cerca de duzentas pessoas entre CONCAS(F), próprios gestores, como executar a política. Agora isso não termina nunca porque tornou um rodízio muito grande tanto dos gestores quanto daqueles que são o Conselho de Alimentação Escolar. Parcerias com os Ministérios Públicos que estão lá na ponta, isso é muito importante; abertura de conta específica. O FNDE é responsável pela

abertura de cento e setenta e nove mil contas. Para quê? Porque a gente abriu essa conta, a gente tem ali o extrato, a gente acompanha essa conta quando necessário; registro de preços com o Programa Caminho da Escola para evitar problemas como a gente teve, que eu participei à época da CGU, com compras de veículos para transporte do Ministério da Saúde. Hoje o FNDE, que já tinha suspenso, tinha verificado a possibilidade de problemas, suspendeu a compra de veículos em 2003 e agora retomou não comprando um ônibus [soa a campainha], mas ele bolou, planejou um veículo de transporte de estudantes, fez a licitação, fez o registro de preço, esse registro de preço os Municípios vão aderindo, pegam o financiamento do BNDES e estão comprando o seu veículo; ouvidoria, que nós não tínhamos, estamos implantando agora; atendimento institucional, mais de duzentas mil chamadas e respostas; treinamento à distância, que nós estamos implantando, já é uma realidade. Por favor.

Só para se ter uma idéia, aí já é a propaganda, já é a auditoria realmente, não é controle. É bom fazer uma diferença separando a auditoria e controle. A nossa auditoria, a evolução do trabalho em função do orçamento do FNDE, então eu posso falar que hoje a gente consegue auditar cerca de 10%, que é um número bastante significativo dos volumes, do total de recurso que o FNDE é responsável. Por favor.

Por fim, algumas soluções. O que é que a gente precisa? Incrementar o efetivo controle social. Isso não pode ser vazio, eu não posso simplesmente colocar a legislação e dar responsabilidade. Eu tenho que ser efetivo, eu tenho que capacitar, eu tenho que dar condições para aquela pessoa mostrar a importância, a relevância do trabalho dele, mostrar que ele precisa fazer aquele serviço não remunerado, onde ele é responsável tanto pela aquisição, pela seleção, pela compra, pelo cardápio, pela licitação e depois pela prestação de contas, mas ele não vai ganhar nada financeiramente, ele vai ganhar uma boa alimentação para a criança dele. Então eu tenho que efetivamente chegar lá e explicar isso para ele. E isso não só o FNDE faz, mas a própria CGU faz com o Programa Olho Vivo e o próprio TCU faz também com o Diálogo Público. Disponibilização para a sociedade, informações de linha de recursos. Isso é o FNDE já faz. Eu trouxe na sequência, não vai ter tempo de apresentar, mas de qualquer maneira já fica disponibilizado, o site do FNDE. No site do FNDE eu tenho a situação em detalhes de quem recebeu, quanto recebeu, o quê que recebeu, o recurso para onde foi. Eu tenho detalhe até da prestação de contas de 2007, do PNAE, por exemplo, eu já tenho ali para saber quem enviou, quem não enviou, em que situação que está. Então isso é você dar ferramentas para

o controle social. Agora a gente tem que mostrar como alcançar essa ferramenta. Mas isso é uma solução, como eu falei, geral, não é só para o FNDE, é uma coisa que nós fazemos e tem um resultado positivo. Criação de unidades descentralizadas regionais. Eu tenho que bater nessa tecla porque é uma deficiência grande, eu creio que de outras instituições também. E substituição imediata de terceirizados por servidores mediante concurso público. Nós precisamos de pessoas capazes de atingir e de atuar na atividade-fim, não só de pessoas de atividade-meio, mas de atividade-fim. Nós temos já uma autorização de quatrocentos e cinquenta servidores, fizemos concurso de cento e noventa e um, já pedimos que seja feito um outro concurso. Volto a falar: é muito importante o concurso anual que a CGU está fazendo, que o TCU está fazendo, mas se a gente não repor a máquina do Estado também nos executores, a gente vai ter esse desnível, esse desbalanceamento. Eu não tenho, por exemplo, como eu disse antes, como planejar o meu trabalho. Acabo trabalhando só em cima do trabalho das recomendações que os órgãos de controle fazem. Mais uma.

Bem, eu vou parar por aí, porque já esgotou o meu tempo. Na verdade agora tem mais dez transparências mostrando como é que é o site do FNDE. Clicando chega-se ao nível de detalhe de beneficiário realmente, de quanto a pessoa recebe, aonde que recebe. O site é bastante explicativo: www.fnde.gov.br.

A transparência está disponibilizada, ultrapassei um pouco o período, mas eu vou guardar o restante para a sessão de perguntas. Muito obrigado a todos.
[palmas]

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Nós que agradecemos, Dr. Gil, e passamos a palavra à Sra. Eliana Graça, Assessora de Política Fiscal e Orçamentário do Instituto de Estudos Socioeconômicos – INESC, que fala sobre “O papel da sociedade civil na prevenção de fraudes e desperdícios na gestão pública”. Com a palavra a Dra. Eliana.

SRA. ELIANA GRAÇA: Muito obrigada. Bom dia a todos e a todas. Eu gostaria de cumprimentar os componentes da Mesa na pessoa da Senadora Marisa Serrano e agradecer, em nome do INESC, o convite para estar aqui participando dessa importante discussão. Infelizmente a minha exposição não vai ser tão charmosa como dos companheiros que me antecederam porque eu não fiz em PowerPoint, mas eu espero que o conteúdo sirva para contribuir com as discussões. E vou tentar, como o tempo é curto, vou tentar me ater um pouco ao papel porque senão eu posso perder e me alongar por demais.

Bom, como imagino que a maioria das pessoas presentes conhece, a instituição na qual eu estou aqui

representando, que é o Instituto de Estudos Socioeconômicos, que é uma Organização Não Governamental, criada em 1979, com o objetivo de defesa dos direitos humanos. Na época de sua criação lutou pela anistia política e em 1992 iniciou um trabalho de decodificação do orçamento público da União, acompanhando os gastos do Governo Federal em algumas áreas julgadas estruturantes na defesa dos direitos.

O objetivo de traduzir a gramática orçamentária vinha ao encontro da necessidade de dotar os movimentos sociais e organizações da sociedade de uma qualificação para disputa na alocação dos recursos públicos nas áreas que eram focadas. Já se tinha espaço, naquela época, para discussão política do desenho das ações governamentais. Faltavam condições para discutir a eficácia, a efetividade e a eficiência dos gastos públicos. Entender o orçamento era crucial.

Esse trabalho é desenvolvido até hoje de forma articulada por intermédio da participação do INESC em redes e fóruns e, ainda, levando os conteúdos de interpretação das questões orçamentárias a movimentos e organizações que atuam no nível local. São eventos de capacitação, de lideranças populares e comunitárias no sentido da apropriação dos conteúdos pertinentes ao entendimento das políticas públicas e a importância de analisar os orçamentos públicos na busca da efetivação dessas mesmas políticas.

A nossa intervenção nesse debate é baseada na nossa experiência prática de alguns anos de andança por alguns Municípios brasileiros. Legislação que permite a participação e o acesso a informações, na sua grande maioria, já existe. A própria Constituição já prevê, temos a Lei de Responsabilidade Fiscal, temos várias legislações. Mas na prática o quê que acontece? Para além da questão ética, a questão dos desperdícios e das fraudes na gestão pública, tema desse debate, surge para nós nesse contexto. Até que ponto a má gestão impede a garantia e a efetivação dos direitos da cidadania? Desperdiçar e fraudar obstaculiza o acesso aos direitos e a efetivação das políticas. A grande pergunta é: como a própria sociedade pode colaborar para evitar o desperdício e a fraude?

Para que os recursos tenham um fluxo que chegue ao destino e para que ninguém se aproprie dele indevidamente no processo só tem uma possibilidade: o olho do cidadão e da cidadã. Eu acho que um pouco a fala do Gil, desculpa te chamar assim, do Sr. Gil, foi bastante nesse sentido quando ele coloca como uma solução o controle social na primeira ponta, como primeiro item. Esse discurso já é corrente do olho do cidadão que vai tomar conta dos recursos. Mas pena que muitas vezes ele só fica no discurso, porque para que esse olho funcione é necessário que haja pers-

pectiva de participação e controle social na gestão da coisa pública. E para que haja participação e controle social é imprescindível a existência de mecanismos ou canais concretos de participação e acesso aos dados e informações orçamentários. É impossível controlar sem ter informação.

Sem isso, nem a sociedade organizada, nem os cidadãos e cidadãs dispersos por esse país podem fiscalizar a aplicação dos recursos públicos. A dificuldade política com relação à questão da participação e do controle socializa remontam à nossa formação histórica. As estruturas de dominação e manutenção de privilégios geram muitas formas de participação e até de negação do direito de participar. Muitas vezes se brinca de abrir canais de participação para que o poder de decidir continue onde sempre esteve.

O avanço democrático exige novas formas de divisão do poder para sairmos da formalidade. Daí a democracia passa a ser somente um método, um procedimento de escolha de representantes por meio de eleições. Leva a redução da democracia e da participação política a um procedimento formal que atende aos donos do poder e que se resume ao direito ao voto. O exercício do direito ao voto muitas vezes nos dá a ilusão da igualdade de oportunidades. O Estado, como patrocinador dessa democracia e participação formais, sempre foi patrimonialista, patriarcal, escravocrata, burocrático. A Constituição de 88, por meio de uma grande mobilização, leva para a constituinte, além da luta pela democratização e publicização do Estado, a necessidade do controle social.

Foi então criado um sistema descentralizado e participativo das diferentes políticas sociais. A partir daí se estruturam os Conselhos de Políticas Públicas e as Conferências. Nas políticas econômicas e orçamentárias não se criou nenhum mecanismo institucionalizado e público de participação e nem nos espaços onde se decide as diretrizes dos modelos de desenvolvimento brasileiro. Isso se dá pela não conveniência, por parte de quem detém o poder, quanto pela compreensão por parte do movimento social que valorizava somente as políticas sociais.

A participação é um processo educativo, pedagógico, para o exercício da cidadania e tem como pressuposto o surgimento de um novo sujeito político, quer dizer, temos que admitir uma nova forma de fazer política, da democracia, de avançar a democracia. O sistema descentralizado e participativo, que são os Conselhos e as Conferências, é um instrumento da democracia participativa que aperfeiçoa e amplia a democracia representativa e o espaço público. Não está em oposição e nem em substituição à democracia representativa.

Alguns mitos relacionados à participação. O primeiro deles é que a participação por si só muda a realidade. Isso é uma forma de não perceber os interesses políticos que estão em jogo porque despolitiza a participação e a torna ineficaz; a sociedade não está preparada para participar. Esse é um outro mito. Esse é o preconceito saber e justifica a tutela do Estado sobre a sociedade e ajuda bastante a manutenção do poder; outro mito é que a sociedade não pode compartilhar a governabilidade. O partido vitorioso é quem tem legitimidade de definir os conteúdos políticos. Isso a gente houve bastante quando a gente tenta dialogar com o Poder Executivo, principalmente, e muito também no Poder Legislativo, aqui dentro do próprio Congresso Nacional a gente tem ouvido muito. Já têm as pessoas e a sociedade atrapalha quando ela entra; e, por último, a sociedade é vista como dificultando a tomada de decisões, seja pela questão do tempo, seja pela questão do posicionamento crítico, quer dizer, incomoda bastante e atrapalha o processo que já ia tão bem e há tantos anos a gente faz desse jeito, por que é que vamos complicar?

No caso da participação nas questões orçamentárias, de controle social e fiscalização dos gastos públicos, para evitar desperdícios e fraudes, a questão fica mais grave pois abrir canais de participação e dar acesso a dados e informações significa partilhar poder, significa abrir espaço para novos sujeitos políticos que ocuparão espaço numa nova estrutura de poder.

Essa tem sido a nossa dificuldade em dialogar com os Governos e Parlamentos pelo Brasil afora, inclusive no nível federal. A cultura política existente não permite essa partilha de poder. Temos casos em que os Estados e Municípios onde atuamos em que a simples vontade de grupos organizados, a vontade política de grupos organizados de ter acesso à Lei Orçamentária gerou ameaças físicas e até de morte. Orçar o dinheiro público e a maneira como se gasta é um segredo guardado a sete chaves em muitos Municípios brasileiros e ultrapassar essa fronteira pode virar casos de vida ou morte.

Como dissemos no início, duas condições para que o olho do cidadão e da cidadã funcione são imprescindíveis: a participação e o acesso às informações. Das informações é bom que se diga que está também relacionada à concepção do Estado. Informação também é poder. Os banco de dados, os sistemas de informação criados são concebidos para serem manipulados pelos técnicos, pelos iniciados, nada pensado para que a população possa ou tenha acesso e entenda o que se apresenta. Não são amigáveis. O SIAF é um ótimo exemplo de um sistema que não foi pensado para tornar públicas as informações. Qual-

quer um que entre não entende nada do que aparece e é para não entender mesmo que ele foi construído. Então nós temos aí, segundo o pessoal que trabalha lá no Ministério da Fazenda, que trabalha com o SIAF, são seiscentos SIAFeiros e que se bastam, eles entendem e pronto, ninguém mais precisa de entender e de vez em quando eles resolvem capacitar alguns que têm acesso à senha, enfim.

Bom, mas nem tudo é dessa forma, nem tudo é dessa forma, dessa maneira como a gente está colocando até agora, nem tudo é SIAF. Aqui nós temos que reconhecer que muito se avançou nos últimos anos no Governo Federal com a relação aos dados orçamentários. Temos alguns portais bastante amigáveis. O exemplo do Portal da Transparência da CGU, ele permite uma pesquisa, uma identificação. A gente vai até... O exemplo do Programa do Bolsa-Família, por exemplo, fica sabendo até quem recebe a verba. Isso como exemplo. O sistema que a Câmara dos Deputados oferece também é muito acessível e no caso particular desse Senado Federal o Sistema Siga Brasil é tudo que se precisava para avançar a compreensão da sociedade organizada com relação aos gastos públicos do Governo Federal. E sua equipe técnica tem o maior compromisso com o avanço da democracia no país na medida em que considera a sociedade organizada seu público preferencial. Eles são hoje grandes aliados no avanço do controle social. Aliás, é interessante que o próprio pessoal do Poder Executivo, do Governo Federal, coloca que o Siga Brasil é o sistema que eles usam também, que é mais fácil.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): O Siga Brasil é nosso.

SRA. ELIANA GRAÇA: Sim, é o que eu disse, eu estou dizendo aqui no caso particular do Senado Federal que criou esse sistema e que para nós é fundamental. Como eu disse são os nossos grandes aliados. O INESC, por exemplo, iniciou o seu trabalho em 1992 lendo aqueles calhamaços, achando um Deputado ou um Senador que com boa vontade me emprestava os volumes do orçamento imensos e aí eu trabalhava copiando aquilo e tentando entender quanto que tinha sido gasto no Orçamento Criança, quanto tinha sido gasto na Reforma Agrária, quanto tinha sido gasto, enfim, nas políticas que ele acompanhava, na Política Indigenista. E hoje não, hoje você tem o Siga Brasil hoje que publica, inclusive, os orçamentos que nós fazemos, o Orçamento Criança está lá na página do Siga, o Orçamento Indigenista, o Orçamento da Reforma Agrária, que são os orçamentos... O Orçamento Mulher está lá também, feito pelo CFEMEA. Enfim, existe uma aliança aí, existe uma... uma... E o que orienta eu acho o Siga Brasil, pelo que a gente conhece a equipe, é

exatamente a traduzir, é decodificar aquela coisa complicadíssima que é o SIAF, que os dados do Siga são baseados no SIAF, e oferecer para a sociedade uma coisa amigável para que a sociedade possa entender os gastos públicos federais. E é interessante que ele caminha, ele aperfeiçoa, ele continua evoluindo. Então é muito interessante.

Bom, mas o caminho para se chegar nos Estados e Municípios a esse ponto alcançado no nível federal ainda é muito longo. Ainda se terá que batalhar muito para que haja, por parte dos entes federados, a vontade política de ser transparente, de avançar na democracia representativa, incorporando elementos da democracia representativa. A cultura política precisa ser modificada. Estamos no Século XXI com concepções de séculos atrás, que é perigoso, qualquer informação que passe pelo cidadão, ele pode ter comportamentos pouco desejáveis.

A visão de que o Estado brasileiro pertence a uma elite que a sociedade pode ficar sossegada que ela cuida dos seus interesses, de todos e todas, precisa ser enterrada para dar lugar a um Estado republicano, onde a coisa pública seja de fato pública. Querer contar com a colaboração da sociedade para prevenir ou evitar a fraude e os desperdícios exige compromisso com a democracia participativa e o acesso às informações. Caso contrário, teremos somente peças de retórica. Pela nossa experiência tem demonstrado o desejo e o compromisso dos movimentos sociais e grupos no zelo com a coisa pública, mas são impedidos na maioria das vezes pela truculência dos representantes dos gestores públicos. Só para citar alguns exemplos, na semana passada o INESC estava dando uma capacitação, a chamado do Ministério Público do Distrito Federal que cuida da infância e da adolescência, nós estamos tentando capacitar Conselheiros Tutelares, pessoal da sociedade civil que tem uma rede de trabalho na área da infância, de proteção dos direitos da criança e adolescente, e nós estamos, então, levando o nosso conhecimento a esse grupo. Passamos por umas catorze horas sentados porque o Governo do Distrito Federal só publica o PDD e publica em PDF, que você não pode fazer nenhuma mudança, não pode recortar, porque o INESC tem uma metodologia do Orçamento Criança e Adolescente, o Orçamento OCA, e para você retirar os programas e ações que efetivamente são dedicados à criança e adolescente foram catorze horas de corta e cola porque não existe um portal amigável, não existe um Siga Brasil no Distrito Federal, que permite o avanço do controle, da discussão e da participação da sociedade na definição das políticas. E aí você tem uma execução baixíssima daqueles recursos que são previstos e a sociedade não pode se

manifestar, ela não tem base técnica, não pode avançar nesse conhecimento por falta de informações.

Tentando finalizar, eu gostaria de firmar uma questão que a própria Senadora Marisa Serrano colocou agora a pouco, de qual é o papel que nós temos, que o Poder Público, nós da sociedade civil, representantes da sociedade civil e do próprio Poder Público do Estado brasileiro, do Legislativo, dos Executivos e tal, para impulsionar essa questão da participação, para levar a sociedade e a população a se interessar por isso, pela fiscalização. A nossa experiência mostra que existe um desejo muito grande de tomar conta daquilo que é dela, de ver os seus direitos efetivados via aplicação correta dos recursos públicos. E vimos, também, quanto é difícil nós termos todo um aparato cada vez mais... na medida que o Estado brasileiro tenta atender cada vez mais as necessidades que as populações têm com os seus programas, com as suas ações, como o Dr. Gil colocou, é praticamente impossível você ter um quadro de funcionários que esteja ali, que chegue lá na ponta e que esteja ali na fiscalização, no dia-a-dia e etc. Então eu volto a dizer, como no início, o olho do cidadão e da cidadã é fundamental nesse processo.

E nós precisamos também de fazer cumprir as leis, porque as leis não são cumpridas. Então quando o Senador Casagrande diz que nós precisamos ter legislação, eu acho que precisamos também arranjar uma forma de que as leis sejam cumpridas [soa a campanha]. Os senhores Prefeitos, os senhores Governadores não cumprem a Lei de Responsabilidade Fiscal que fala em Audiência Pública, que fala em disponibilidade de dados acessíveis, em condições de serem limpos por qualquer pessoa, não precise ter curso, de ser Auditor, de ser do Tribunal de Contas, do Ministério Público ou passar alguns anos na faculdade para entender. O cidadão ter condições de ler esses dados.

Então eu termino dizendo que, além de fazer cumprir as leis, é preciso que a gente tenha uma compreensão da importância que os nossos governantes, os nossos representantes, da importância do direito à participação, é um direito, e do controle social. E isso, para nós, é avançar na democracia e é aperfeiçoar a nossa República. Muito obrigada e eu fico à disposição para o debate.

[palmas]

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Nós agradecemos a Sra. Eliana Graça e, antes de passar a palavra ao nosso último convidado, eu quero informar que após a oitiva de todos, a participação de todos, falará o nosso coordenador, o Senador Augusto Botelho, depois o Senador Casagrande e o Senador Inácio Arruda. E fica aberto ao questionamento de todos os presentes, se quise-

rem fazer seus questionamentos por escrito o Senador Augusto Botelho vai coordenar aqui as perguntas e as sugestões que a platéia queira passar à Mesa e que serão muito bem recebidas.

Agora queremos agradecer muitíssimo a presença do Dr. Jorge Hage, que freqüentemente tem vindo a essa Casa, nós agradecemos muito a disponibilidade e a gentileza dele em sempre estar presente quando é convidado e chamado a colaborar conosco no aperfeiçoamento daquilo que nós acreditamos que é fundamental para o Estado brasileiro, da transparência, da responsabilidade, da seriedade do gasto público. Portanto, eu passo a palavra ao Dr. Jorge Hage, que é o Ministro de Estado de Controle e da Transparência, que vai falar sobre “As medidas de controle interno necessárias à prevenção de fraude e desperdícios – diagnóstico e medidas necessárias”. Seja muito bem-vindo Dr. Jorge, a palavra é sua.

SR. MINISTRO JORGE HAGE: Muito obrigado ilustre Senadora Marisa Serrano, é uma satisfação para mim, para nós da Controladoria, toda a minha equipe, estarmos aqui para trazer a nossa contribuição, a nossa palavra, a nossa experiência a esse debate rico, em muito boa hora proposto pelo ilustre Senador Renato Casagrande, a quem eu saúdo pela idéia, pela proposta de buscar um debate mais profundo, mais técnico, mais objetivo a respeito desse tema do “Controle público no interesse da cidadania”. Quero saudar também o Senador Augusto Botelho, o Senador Inácio Arruda e os componentes que participam comigo desta Mesa, Dra. Eliana Graça, o Dr. Gil Pinto neto e o Dr. Marcelo Bemerguy, do Tribunal de Contas da União. E a todos os demais parlamentares, servidores públicos e assessores aqui presentes, é com muita alegria que venho participar dessa reflexão conjunta sobre as questões que envolvem o controle público.

O tema que me foi proposto fala de diagnóstico e de medidas necessárias relativamente ao controle interno, o papel do controle interno.

Eu gostaria de começar indo diretamente ao assunto, tendo em vista a limitação do tempo, com uma referência muito rápida à base legal na qual se assenta a função de controle interno, que é dever e obrigação dos três Poderes e de todas as esferas de Governo. A Constituição, como todos sabemos, prevê no seu art. 70 que a fiscalização contábil, financeira, orçamentária e etc., tanto do ponto de vista de legalidade como de economicidade e etc., será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo com o auxílio do TCU, e pelo sistema de controle interno de cada um dos Poderes. Esse é, portanto, um dever constitucional de cada um dos Poderes. O art. 74 enumera as finalidades dessa função de controle interno e externo. Como

todos sabem, no caso o controle interno tem também esse duplo papel não só de funcionar como uma barreira preventiva para o administrador como também, como diz o inciso IV, do art. 74, apoiar o controle externo da sua missão institucional. Essa dualidade de papéis coloca, como sabem, o primeiro grande desafio do ao controle interno.

Passando agora nas normas infraconstitucionais, eu me reportaria ao Decreto-Lei 200, de 1967, ainda hoje vigente, que ao tratar da função de controle dispõe que o controle das atividades da administração deverá exercer-se em todos os níveis e em todos os órgãos. Eu quero acentuar essa previsão legal sábia, correta e pertinente que deixa claro ser o controle função de todos os órgãos em todos os níveis e não apenas dos órgãos centrais, digamos assim, de controle interno ou externo, Controladorias ou Tribunais de Contas. E compreende o controle pela chefia, cada chefia da execução dos programas de observância das normas que governam a atividade específica do órgão, o controle pelos órgãos próprios de cada sistema da observância das normas gerais, das atividades auxiliares, e o controle da aplicação do dinheiro público e da guarda dos bens da União pelos órgãos próprios do sistema de contabilidade e auditoria. Esta referência a contabilidade e auditoria aí será objeto de comentário um pouco à frente que eu farei. A Lei 10.180, de 2001, que regulamenta os principais sistemas da Administração Pública Federal, o Sistema de Planejamento, de Orçamento, de Serviços Gerais e etc., prevê no art. 21 o sistema de controle interno do Poder Executivo federal, que compreende as atividades de avaliação, execução, etc., e a avaliação da gestão dos administradores públicos, utilizando como instrumentos auditoria e fiscalização. Eu voltarei a esse tema adiante. Depois temos a Lei 10.683, já em 2003, que instituiu com a sua formação atual a Controladoria-Geral da União como novo órgão central, cabeça desse sistema, contendo em seu bojo a Secretaria Federal de Controle, que era o único órgão central na configuração anterior, responsabilizando a CGU, agora mais amplamente, pelas providências atinentes à defesa do patrimônio público, controle interno, auditoria pública, correição, prevenção e combate à corrupção, atividades de ouvidoria, incremento da transparência na gestão pública federal. Aí é importante lembrar a imperfeição, digamos assim, que não se espera na verdade de textos legais uma técnica apurada e uma esquematização precisa das funções técnicas. Então ali nós temos repetições, nós temos duplicidade, fala-se em controle interno, fala-se em auditoria pública, depois fala-se em prevenção e fala-se em transparência. Ora, transparência, no nosso entendimento, é o principal instrumento de prevenção.

Auditoria é o principal instrumento do controle interno. Ou seja, há superposições de conceitos, mas isto todos sabemos que trabalhamos com textos legais que, obviamente, não tem que primar por uma pureza técnica na esquematização de cada conceito. Passando adiante, no art. 18, está atribuída à CGU também a responsabilidade de dar andamento às representações e denúncias que receber relativas a lesão ou ameaça de lesão ao patrimônio público, que hoje constitui uma das principais áreas de atuação. E no § 3º, prevê os encaminhamentos de responsabilidade da CGU, sejam eles à Advocacia-Geral da União, sejam ao Tribunal de Contas, à Receita Federal, ao Ministério Público, à Polícia Federal, assim por diante.

Passando adiante, vista a base legal, eu quero fazer algumas observações no campo agora do diagnóstico da situação encontrada quando assumimos, em 2003, na condição de Secretário Executivo e depois Ministro na Controladoria. Encontramos o quê? Uma tradição muito frágil de controle interno da Administração Pública brasileira. Aqui não vai crítica alguma a Governo “A” ou “B”, ao Governo imediatamente anterior, de forma nenhuma. Eu me refiro aqui ao histórico da Administração Pública brasileira, à cultura administrativa pública do nosso país, que tem quinhentos anos, que não é responsabilidade deste ou daquele Governo. Fragilidades estruturais. A posição hierárquica, a carência de recursos humanos. O que é que nós tínhamos de controle interno historicamente? Num passado mais remoto, nada. Num passado mais recente, a Secretaria Federal de Controle, que integrava, num terceiro escalão, o Ministério da Fazenda. Sem maior prestígio, sem maior dotação de pessoal ou de recursos e sem maior possibilidade de intervir efetivamente na esfera, digamos assim, decisória da administração brasileira.

Depois nós temos limitações conceituais e confusões conceituais que até hoje persistem e que nós procuramos superar com um grande esforço, inclusive, pedagógico. Confunde-se, até hoje, a função de controle interno com determinadas funções de contabilidade. Identifica-se em alguns instantes controle interno apenas como auditoria, quando o controle interno tem que ser muito mais do que auditoria. Auditoria há de ser um dos instrumentos do controle interno. Auditoria que atua por amostragens, após o fato, não é sequer a essência básica do que deve ser a função do controle interno, no meu entendimento, que há de ser muito mais atuante na prevenção, no acompanhamento e que não é responsabilidade apenas do órgão central de um sistema. E eu volto aqui ao velho Decreto-Lei 200, que já então enxergava com tanta clareza a questão controle interno é função de todos os gestores. As os-

cilações na concepção do sistema de controle interno, por sua vez, refletem também essa insegurança conceitual. Nós já tivemos em determinados momentos o controle interno no Brasil limitado a um órgão vizinho do órgão de contabilidade no Tesouro Nacional; tivemos num outro momento um sistema de controle interno composto pela SISETS – Secretárias de Controle Interno em cada um dos Ministérios; antes delas as Inspetorias-Gerais de Finanças; depois entendeu-se que não era adequado esse sistema descentralizado, extinguiram-se as SISETS, com exceção de três: Presidência da República, Ministério da Defesa e Relações Exteriores, tendo em vista as peculiaridades desses três setores, extinguiram-se as demais, imaginando-se que apenas um órgão central, a Secretária Federal de Controle Interno respondesse pela função. Admitiu-se apenas a existência de um Assessor de Controle Interno em cada Ministério, o que a meu ver não é o modelo ideal, não é o modelo correto, está longe de ser suficiente. Então essas oscilações, essas idas e vindas na concepção do sistema de controle, ainda que entendendo aí apenas a função de auditoria e fiscalização, sem falar nas outras que vamos ver depois, a meu ver é uma das fragilidades que persistem.

O baixo grau de consciência da responsabilidade sobre o controle primário a cargo dos gestores em geral, eu insisto, continua a ser um dos entraves importantes para a melhor solução dos problemas que estamos aqui discutindo. Ouvimos há pouco o Dr. Gil Pinto, Auditor de uma autarquia federal, que é o FNDE, se referir com extrema propriedade a essa questão. No FNDE, talvez por influência dele, que é um técnico qualificado, especializado dos quadros da carreira de controle da Controladoria-Geral da União, cedido ao FNDE, a sua influência tem feito com que nessa autarquia haja uma consciência bem mais avançada do que é o papel de cada gestor, mas isso está longe de ser uma consciência generalizada. Então o que é que nós temos hoje? Nós temos hoje a ausência de uma maior consciência e, portanto, eficácia da função de acompanhamento permanente, de monitoramento permanente por parte de cada unidade, de cada gestor. O próprio Decreto-Lei 200 já dizia que a execução das atividades da administração federal deve ser amplamente descentralizada e que os órgãos federais responsáveis pelos programas conservam autoridade normativa e exercerão o controle e a fiscalização indispensáveis sobre a execução local. Então no momento em que se inverteu a pirâmide, muito bem representada pelo Dr. Gil, e que as funções na área da educação, da saúde, passaram a ser delegadas, descentralizadas da administração federal para as administrações estaduais e locais, o controle, entretanto, não pode

acompanhar essa inversão. O controle é mantido, há de ser mantido pelos órgãos federais responsáveis. Eles têm sim a responsabilidade de acompanhar todos os recursos que transferem, sejam as transferências Fundo a Fundo, no caso da saúde, sejam as transferências da merenda escolar, sejam as transferências por convênios. É responsabilidade de cada órgão repassador. Está lá, há quarenta anos atrás, posto com todas as letras no Decreto-Lei 200.

O próximo dispositivo do Decreto-Lei 200 a que eu quero me referir, a supervisão ministerial tem por objetivo, dentre outras coisas, fiscalizar a aplicação e a utilização do dinheiro e dos valores dos bens públicos, ou seja, cada Ministério tem a responsabilidade sim pela execução, pela aplicação do dinheiro, seja por entidades descentralizadas como autarquias e fundações sob sua supervisão, seja transferidas a outras esferas federativas. E esta consciência da responsabilidade, pelo que nós chamamos controle primário, é uma das questões cruciais, a meu ver, a serem discutidas.

Passando adiante, eu me referiria a uma outra fragilidade que encontramos: o isolamento e a falta de integração do controle interno com os órgãos centrais responsáveis pelo planejamento e pela gestão. Todos nós sabemos e está nos livros que controle faz parte do ciclo de gestão. Controle é a última etapa que deve dar o feedback para a renovação da primeira etapa, que é o planejamento. No entanto, esta conexão era praticamente inexistente. Os resultados da avaliação nunca serviam para retroalimentar o planejamento para o próximo período. Esta aproximação entre o órgão de controle e o órgão de planejamento, por esta razão, e também porque grande parte dos problemas de controle só se resolverão quando se resolverem problemas de gestão, e gestão também é função do Ministério do Planejamento, essa aproximação que nós vimos fazendo da Controladoria com o Ministério do Planejamento, que é Planejamento, Orçamento e Gestão, constitui outra coisa crucial no meu entendimento. E não era assim antes. O órgão de controle estava muito mais próximo do órgão de contabilidade, lá no Tesouro Nacional, junto com a Fazenda, sem nenhuma aproximação com as funções do Ministério do Planejamento.

Uma quarta fragilidade encontrada, a meu ver, reside na falta de clareza da busca do necessário equilíbrio do que nós chamamos controle de legalidade e controle de resultados. É muito comum ouvir-se, alguns dizem de forma a meu ver pouco conseqüente, que é preciso focar nos resultados. “Vamos focar nos resultados. O controle de legalidade não leva a nada”. Não é assim, não pode ser assim. Nós no Brasil, na minha avaliação, me permitam uma digressão rápida-

mente teórica, o Brasil, na sua administração, passou diretamente da fase do Estado patrimonialista, tentou passar diretamente para o chamado Estado gerencial por força dos ventos das idéias neoliberais da década de 1990. Teve curso no país um discurso de que nós tínhamos que pensar no Estado gerencial controlado apenas pelos resultados. Não pode ser assim num país que não passou ainda pela etapa histórica do Estado burocrático weberiano, profissionalizado. Nós temos profissionalização da Administração Pública apenas em quatro ou cinco carreiras de Estado, carreiras como o Tribunal de Contas, como Advocacia-Geral da União, como Controle Interno, como Receita Federal, Diplomacia. Ficamos mais ou menos por aí. Me perdoe algum representante de alguma carreira de Estado que eu tenha esquecido aqui, mas não vai muito além do que os dedos de uma mão. O Estado burocrático profissional é um estágio pelo qual o Brasil ainda não passou. Não há que imaginar que nós podemos minimizar a importância do controle da legalidade, do controle das licitações, do controle da obrigatoriedade do concurso público, do controle das acumulações de cargo, do controle do nepotismo, do controle para evitar o conluio de empresas, do controle do jogo de planilha, do controle do superfaturamento para ir apenas para o controle de resultados e de metas. Isso é absolutamente irreal. Na nossa realidade, nós temos que ter a sensibilidade de conseguir equilibrar controle de resultado com o controle de legalidade, sem abrir mão de nenhum dos dois. Isso não é simples, é um desafio permanente.

Isolamento entre as diversas instituições de controle do Estado. Aqui eu me refiro ao controle em sentido amplo, incluindo aí Tribunal de Contas, Ministério Público, Polícia Federal, COAF, CGU, etc. A articulação entre essas instâncias, entre essas instituições, é requisito fundamental para se avançar para uma maior eficácia do controle sobre o Estado e este quadro de isolamento era realidade [soa a campainha].

O baixo nível de transparência pública e a reduzida participação da sociedade, porque sem transparência não há que falar em controle social, é discurso vazio dizer que nós queremos controle social se nós não tomamos nenhuma medida para dar informação à população. Então a transparência zero era realidade que nós tínhamos, e isto é o último item do meu diagnóstico.

Eu passaria agora às medidas necessárias, que é o outro item da pauta que me foi proposta, iniciando pelas medidas já adotadas. Primeira, a ampliação do conceito de controle interno. Nós passamos a implementar um conceito de controle interno muito além de auditoria e fiscalização. Nós entendemos que

orientação ao gestor é fundamental como ingrediente, elemento básico do controle interno. Prevenção, atuação preventiva, tanto as medidas mais amplas de prevenção como a transparência, como, também, as medidas preventivas do próprio controle de orientar o gestor para impedir a fraude neste ou naquele caso determinado, atuando preventivamente na verificação dos editais de licitação, das minutas de contrato, etc. E acrescentando ao controle a função punitiva que a própria administração pode adotar, que é a função correicional, que também retroalimenta a prevenção pelo efeito exemplar da punição superando a sensação de impunidade. O próximo.

A reestruturação da Controladoria-Geral da União dentro dessa idéia resultou num órgão central de controle com estas funções expressas aí na parte mais inferior da tela. Além da Secretaria Federal de Controle Interno, que já existia, nós temos uma Secretaria de Prevenção da Corrupção e área de informação estratégica, ou seja, de inteligência, a Corregedoria-Geral da União como cabeça do sistema de correição, com uma Corregedoria setorial para cada Ministério, uma Ouvidoria-Geral e vinte e seis unidades regionais, uma em cada capital de cada Estado. Passa para o próximo.

A outra providência imediata necessária adotada foi o fortalecimento orçamentário e de recursos humanos. Hoje nós já dispomos na Controladoria-Geral da União de um total de dois mil, duzentos e cinquenta servidores, cerca de mil e duzentos espalhados pelo país e cerca de mil aqui na capital. São ainda muito menos do que o necessário, mas já representa um aumento de 50% em relação ao que encontramos em 2003, quando eram apenas mil e quatrocentos servidores.

Aproximação e interação com os órgãos de planejamento e gestão é outra medida já tomada.

Articulação interinstitucional com outros órgãos de controle do Estado, como mencionei, e o compartilhamento de informações entre esses órgãos. Aqui eu quero me reportar às parcerias intensas que já estão postas em prática nos últimos quatro anos com a Polícia Federal, resultando em dezenas e dezenas de operações conjuntas com a Polícia Federal que a população toda conhece, a última delas foi realizada agora a poucos dias; a parceria com o Ministério Público, temos convênios com o Ministério Público de cada um dos vinte e seis Estados brasileiros, além do Distrito Federal e do Ministério Público da União; a parceria com o Tribunal de Contas da União, intensa parceria; com o COAF – Conselho de Controle das Atividades Financeiras; com a Secretaria da Receita; com o Banco Central; e com Controladorias dos Esta-

dos. Exemplos de resultados concretos que decorrem dessa parceria, além das operações especiais junto com a Polícia, eu diria que são a agilização do ajuizamento de ações judiciais criminais e de improbidade pelo Ministério Público, mercê dos subsídios que a Controladoria lhe dá e muitas vezes resultante do trabalho conjunto, desde o início, de Procuradores da República junto com os nossos Auditores, o que reduz o tempo necessário que intermedeia entre a conclusão de uma auditoria e a entrada de uma denúncia ou de uma petição inicial, porque o Procurador ou o Promotor, já trabalhando junto com o Auditor, ele já sai com as provas orientadas de uma forma hábil para o processo judicial. Depois, a instalação de sindicâncias patrimoniais para verificar evolução patrimonial desproporcional de agentes públicos resulta de quê? Resulta da intensificação da parceria com o COAF, que comunica hoje a CGU qualquer operação atípica ou suspeita envolvendo qualquer agente público federal para que nós instauremos a sindicância patrimonial, se for o caso. A mesma parceria com o Banco Central e com a Receita.

O monitoramento das PEPEX. As PEPEX, aquela sigla em inglês para Pessoas Politicamente Expostas, que é uma recomendação insistente das Convenções Internacionais a que o Brasil aderiu e que hoje já está implementada. Mercê de quê? Do resultado de discussão de todos esses órgãos juntos e que resultou na definição, pela Controladoria, da lista de agentes públicos que devem ter um monitoramento mais minucioso e mais próximo pelo Banco Central e pelo COAF. Este trabalho resultou em uma norma baixada pelo Banco Central e que vem sendo seguida pelos bancos que comunicam ao Banco Central e ao COAF qualquer operação atípica ou suspeita das chamadas Pessoas Politicamente Expostas.

Além disso, a agilização de processos de tomadas de contas especiais que a CGU encaminha ao Tribunal de Contas. Mercê dessa articulação, no caso, por exemplo, das ambulâncias, abreviou-se enormemente o tempo necessário entre as etapas internas da administração e externas no TCU e já foram encaminhadas mais de mil tomadas de contas especiais resultante do escândalo das ambulâncias desmontado pela Operação Sanguessuga. São apenas alguns exemplos de resultados dessa articulação institucional e do compartilhamento de informações.

Ênfase na prevenção mediante ações como as seguintes: orientação aos gestores e fortalecimento da gestão a nível local. Para fortalecer a gestão local, sobretudo nos Municípios onde a carência é maior, a CGU tem feito seminários de educação presencial sorteando Municípios, ou seja, além do programa de

sorteio em que se escolhe o Município para ser fiscalizado, nós instituímos um outro programa em que se escolhe o Município para ser beneficiado, com capacitação do seu pessoal, com doação de acervos legislativos bibliográficos mínimos, com orientação para montagem de mecanismos de controle interno do próprio Município. Por quê? Porque identificamos que boa parte dos Municípios brasileiros padecem de irregularidades não por desonestidade do gestor, mas por despreparo. Então para que sejamos também isentos na escolha de que Município vai ser beneficiado, do mesmo modo que procuramos ser para escolher os que vão ser fiscalizados, os Municípios se inscrevem, já temos mais de mil Municípios inscritos, e nós sorteamos os Municípios. Cada vez que vamos sortear os sessenta para serem fiscalizados, sorteamos dez para serem beneficiados por esse programa de fortalecimento da gestão.

Ainda na linha de orientação ao gestor, no caso aos gestores federais, nós temos feito capacitações em licitações, como fizemos no DNIT, capacitação em análise de projetos e convênios, como fizemos há pouco tempo no Ministério da Integração, e outras medidas também voltadas para essa orientação ao gestor federal.

Eu vou passar à frente tendo em vista o tempo.

Na linha do incremento da transparência pública o país conheceu pela primeira vez uma ampla possibilidade de tomar ciência das despesas públicas federais através do Portal da Transparência da Controladoria-Geral da União. Este portal contém informações sobre recursos federais transferidos para Estados, DF, Municípios, ONGs, recursos transferidos diretamente ao cidadão, por exemplo, no Programa Bolsa-Família o portal exibe nome por nome cada um dos beneficiários da Bolsa-Família, com o valor recebido a cada mês, possibilitando ao cidadão daquele Município que conhece as pessoas pelo nome denunciar os casos de irregularidade e por isso o índice de irregularidade tem caído vertiginosamente, devido ao controle da sociedade, mas controle da sociedade que só pode funcionar se você der transparência, recursos aplicados diretamente pelos órgãos federais e movimentação do Cartão de Pagamento do Governo Federal, são as principais áreas de transparência já constantes do portal. Pode passar ao próximo quadro.

A média mensal de acessos nesse período de janeiro a abril, mensal, é de quase sessenta mil acessos. A quantidade de registros de informação já passa de seiscentos milhões de registros e em valores de reais já estão exibidos lá mais de quatro trilhões de reais, porque estão lá os orçamentos totais desde o ano de 2004 até agora.

O número de usuários cadastrados no Sistema PUSH supera doze mil. O quê que é o Sistema PUSH? Quem quiser, além de consultar na hora que quer, pode se cadastrar no Sistema PUSH para receber automaticamente no seu e-mail cada vez que houver uma transferência de recurso para o seu Município. Aí o que está inscrito, ele recebe aquele aviso de cada real que for repassado para o seu Município para ajudá-lo na fiscalização.

Passando adiante, além do portal nós lançamos a página de transparência pública de cada Ministério. Cada Ministério tem hoje obrigatoriamente que exibir o extrato de cada licitação, o extrato de cada contrato, a execução orçamentária, o gasto em diárias e passagens e uma série de outras informações definidas em Decreto e em Portaria. Já temos hoje mais de uma centena de páginas de transparências individuais de Ministérios, órgãos e entidades públicas do Governo Federal na Internet.

Na linha do estímulo do controle social, lançamos há três anos o programa chamado Olho Vivo no Dinheiro Público, que se materializa pela distribuição de uma cartilha, que é está cartilha aqui, Olho Vivo no Dinheiro Público, eu vou deixar um conjunto deste aqui com a nossa Presidente, já fizemos mais de setenta eventos, seminários, em vinte e seis Estados brasileiros, atingindo seiscentos e quinze Municípios, treinando mais de três mil agentes públicos, conselheiros e lideranças municipais, professores e alunos, que são elementos fundamentais na cidadania, sobretudo nas pequenas comunidades, membros do Conselho da Merenda Escolar, do Conselho da Saúde, do Conselho da Assistência Social. Em muitos Municípios, sobretudo no Norte e Nordeste, Centro-Oeste, os conselheiros sequer sabiam qual era o seu papel e a sua função. Esses seminários têm a finalidade de esclarecer para quê que eles existem, qual é o seu papel e de tentar desvinculá-los da cooptação pelas Prefeituras. Há também atividades de educação à distância feitas também não só para lideranças comunitárias, como para servidores municipais. Pode passar adiante.

Temos procurado intensificar a utilização dos sistemas eletrônicos de informação mediante o acompanhamento on-line dos gastos, o uso de programas de mineração de dados, com os programas de softwares cada vez mais modernos que a tecnologia da informação nos fornece, trabalhando cada vez mais com cruzamento de dados e auditoria de sistemas minimizando a necessidade de aumentar o número de Auditores, porque seria infundável e inatingível essa necessidade. Por conta desse esforço de modernização do instrumental de auditoria nós temos trabalhado muito com cruzamento de banco de dados de pessoal, surpreen-

dendo irregularidades como acumulações, recebimentos indevidos, pagamentos indevidos, etc., identificação de conluíus entre empresas mediante cruzamento de informações sobre quadros societários de empresas participantes de licitações, verificação da frequência com que determinadas empresas vencem licitações em determinadas regiões para entrega de determinados materiais. Agora, por exemplo, recentemente no caso da Máfia das Ambulâncias, identificamos que as empresas do chamado Grupo Planam venceram entre 85 e 95% de todas as licitações de ambulâncias no país e as mesmas empresas perdedoras eram sempre as mesmas perdedoras. Óbvio o conluio. Agora como é que se identifica isso? Mediante técnicas mais modernas de auditoria, que é o cruzamento de dados de sistemas, o aperfeiçoamento contínuo desses sistemas e a aquisição desses softwares cada vez mais sofisticados que a tecnologia nos oferece. Infelizmente não temos recursos para comprar todos, mas vamos fazendo na medida do possível.

Trabalhamos também nessa área com a identificação de duplicidades ou inexigibilidades em programas de transferência direta de renda, como o Bolsa-Família e outros, identificação de médicos no Programa de Saúde da Família com vínculos em diferentes Municípios, o que obviamente não pode ser, porque eles são contratados para trabalhar em tempo integral. Isso já foi detectado, comunicado aos Ministérios. Cruzamentos outros na área do seguro desemprego, por exemplo, identificando pessoas que estavam recebendo o seguro desemprego e que estavam empregados no cruzamento pela RAIS e assim por diante em inúmeras outras situações.

Passando adiante, uma outra linha de atuação preventiva nossa consiste no aprimoramento do marco normativo, com encaminhamento de Projetos de Lei, como de conflito de interesses da maior importância para fins de prevenção e que eu aproveito para renovar o apelo aqui à nossa Senadora e demais parlamentares aqui presentes para que esse projeto possa ter andamento o mais rápido aqui no Congresso Nacional, do mesmo modo que o projeto que criminaliza o enriquecimento ilícito de agente público e que é de altíssima importância para o combate à fraude e à corrupção. Outros que eu já mencionei, a sindicância patrimonial, baixada por Decreto, o aprimoramento das transferências de recursos a outras esferas federativas e a ONGs, o Decreto que modernizou o suprimento de fundos e a regulamentação do monitoramento de Pessoas Politicamente Expostas.

Por fim, o ajustamento do controle interno às peculiaridades do sistema federativo e da relação com o terceiro setor. É uma outra preocupação nossa. Na linha

da aproximação com outros entes federativos, nós já celebramos convênio com Controladorias Estaduais de mais de uma dúzia de Estados brasileiros, que aí estão. Temos procurado os Estados independentemente de coloração partidária. Celebrei um convênio há poucas semanas com o Governador Aécio Neves, com o Governador Theotônio Vilela, de Alagoas, enfim, com os Governadores dos mais diversos partidos, Rio Grande do Sul e todos os Estados brasileiros que demonstrem abertura e interesse nessa articulação em benefício do Estado brasileiro e da população brasileira.

Ainda na linha de articulação federativa estamos fazendo um grande esforço para beneficiar Municípios com ações de capacitação de servidores públicos. Ainda na linha de articulação federativa foi criado o Conselho Nacional de Órgãos de Controle Interno, coordenado pelo órgão de controle interno de Minas Gerais, com o qual nós já celebramos um convênio em dezembro, no Dia Internacional de Combate à Corrupção, e estamos desenvolvendo, em parceria com as Nações Unidas, esse projeto para beneficiar as Controladorias estaduais. Mais adiante.

Agora eu faria uma referência final, se me for permitido, às medidas que considero ainda necessárias nessa linha constante de aprimoramento. Eu diria que é preciso maximizar ainda mais o uso dos sistemas eletrônicos de informação como instrumento de controle. É preciso superar algumas barreiras que remanescem para o compartilhamento de dados. Apesar do progresso da integração entre os órgãos, ainda existem barreiras jurídicas. Frequentemente nós precisamos, através da AGU, ir ao Judiciário, pedir que seja autorizado, que o Ministério Público ou a Polícia ou o TCU compartilhem conosco um sigilo ao qual ele já foi autorizado a ter acesso. Então cada órgão de controle tem que pedir de cada vez esta autorização judicial. Isso não tem nenhum sentido. Primeiro porque não há que impor sigilo bancário ou fiscal a órgãos de controle. Em segundo lugar porque, uma vez aberto para um dos órgãos de controle, o compartilhamento deveria ser automático, mas não é. Ainda há um dogma em torno do sigilo em nosso país, a meu ver exacerbado, e certos sigilos se transformaram em biombo para a corrupção, ao invés de serem apenas a proteção para o homem de bem quanto à sua privacidade. Há também barreiras técnicas, dificuldade de diálogo entre os sistemas informatizados. Muitas vezes nós temos dificuldade de intercâmbio de dados com o TCU ou o Ministério Público porque os sistemas de informática foram concebidos em épocas distintas por Consultorias distintas, por pessoas distintas e não se falam entre si. Aí a dificuldade é tecnológica e por isso mesmo já foi criada uma comunidade de órgãos de tecnologia

da informação com a participação do Senado Federal, através do PRODASEN, do TCU, em solenidade do Supremo Tribunal Federal, presidido pela Ministra Ellen Grace, aonde estes órgãos vem trabalhando para superar as dificuldades de linguagem tecnológica para que possam dialogarem e comunicar-se.

Ampliação dos quadros de recursos humanos e orçamentários, obviamente eu não vou me deter nisso, é o óbvio; maior disseminação do conceito de controle primário e de responsabilidade dos gestores. O Dr. Gil fez aqui observações extremamente pertinentes sobre isso. Eu espero que essa consciência que já há na autarquia FNDE se amplie; melhoria dos quadros de recursos humanos disponíveis nos Ministérios para essa atividade. Devo dizer que a Controladoria abriu mão no seu último concurso que foi realizado, está na fase agora de curso de formação, abrimos mão de cem analistas e técnicos para dotar alguns Ministérios ou órgãos mais críticos com a qualificação que o nosso pessoal tem para ajudá-los lá na ponta a melhorar a sua atividade de controle para melhor desempenho do controle primário.

Eu acrescentaria, ainda, a essas observações, como próximos passos a implementação do SISCOV, pelo Ministério do Planejamento, previsto no Decreto de aprimoramento do controle sobre os recursos transferidos para Municípios, Estados e ONGs, a ampliação ainda maior do Portal da Transparência, onde nós pretendemos contemplar despesas que hoje não têm como tecnicamente serem expostas lá. São as despesas, por exemplo, realizadas antigamente com as contas tipo “B” e hoje ainda com os saques no cartão. É preciso encontrar a solução técnica para que isto possa ser exposto com o mesmo grau de transparência das compras diretas com o Cartão de Pagamento do Governo Federal. É preciso, também, levar todos esses avanços aos Estados e Municípios, porque o Brasil tem avançado muito, no meu entendimento, e na opinião que ouvimos em todos os conclaves internacionais em matéria de controle, de transparência, de estímulo ao controle social, de avanço em métodos modernos de auditoria, mas o Brasil na sua esfera federal. É preciso levar isso também aos Estados e aos Municípios para que o país como um todo, o Estado brasileiro como um todo possa avançar. Muito obrigado, desculpem ultrapassar.

[palmas]

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Como todos houveram na fala do Dr. Hage, é necessário que se faça um trabalho permanente, constante, e nunca vai ser fechado, ele vai estar sempre aberto a inovações e aí nós vimos o quanto a tecnologia mudou a concepção da fiscalização, do

controle, e dizer que só nessa Casa nós temos uma CPMI e uma CPI trabalhando nesse sentido, uma a das ONGs e a outra a CPMI Mista dos Cartões Corporativos. Isso significa a quantidade de CPIs e de investigações que existem nas Assembléias Legislativas desse país e nas Câmaras Municipais também. Eu não sei quantas existem, mas deve existir muitas, fora o trabalho feito também por outras auditorias independentes. Portanto, quero passar a palavra, dizendo que foi uma Mesa extremamente importante essa de hoje para esta Casa que pretende fazer um trabalho sério também ajudando o Governo brasileiro a ter uma diretriz mais sólida nessa área, passar com um carinho especial ao Senador Renato Casagrande, que foi o autor desse seminário, que eu tenho certeza, depois ao Dr. Augusto. Ele tinha pedido para não... Mas eu acho que era bom V. Ex^a. dar uma palavrinha. Então eu passo, pela ordem, ao Senador Augusto Botelho, e depois ao Senador Renato Casagrande.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Eu fui designado apenas para coordenar aqui as perguntas, distribuir as perguntas, mas eu também gostaria de falar que o controle, para mim é fundamental, é prevenir o controle. Quando a gente está investigando, está recuperando um capital perdido numa ação repressiva, só está acontecendo isso porque a nossa prevenção falhou. É típico da medicina. Eu sou médico. A prevenção é o melhor remédio que tem para qualquer doença. E dentro da área dos senhores também, nossa área toda, eu acho que também a prevenção, o esclarecimento, a educação é o melhor remédio. Nós temos dificuldades por causa dos nossos Municípios pequenos realmente, como a Senador comentou aqui, as dificuldades que os nossos Prefeitos têm. Nós temos Prefeitos que não têm nem o segundo grau completo. São pessoas dedicadas e tal, então tem dificuldades. Então nós precisamos trabalhar nesse sentido de educar, não só os Prefeitos, como os Conselheiros de todos os níveis de Conselhos. O controle social é que vai permitir que esse controle nosso funcione com mais eficiência.

Agora as perguntas podem ser encaminhadas que serão distribuídas às pessoas. Antes eu passo a palavra ao nosso ilustre Senador Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Muito obrigado ao Senador Augusto Botelho, Senadora Marisa Serrano. Tivemos importantes explicações. Eu tenho algumas questões, preciso colocar, naturalmente são questões que eu de certa forma já coloquei na primeira Mesa, vou colocar agora e seguramente coloquei nas próximas três Mesas de debate.

Primeiro que foi dito aqui sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal. A Lei de Responsabilidade Fis-

cal adotou parâmetros de execução do orçamento importantes, mas ela ainda não está plenamente implementada. Eu disse aqui na Sessão passada que o Conselho Gestor, o Conselho Gestor para acompanhar a execução orçamentária ainda não foi implementado. Tem um Projeto de Lei tramitando na Câmara, mas não foi implementado ainda.

Segundo, a legislação prevê, mas por que medidas, na avaliação de vocês, não são implementadas contra os Poderes, Poder Judiciário, Poder Legislativo, especialmente? Em diversos Estados eu fiz um pronunciamento sobre os oito anos da lei que comemoramos agora no dia 04 de maio, por quê que o Poder Judiciário que gasta mais do que a lei prevê, o Poder Legislativo que gasta mais que a lei prevê e não se tomam as medidas? Qual é a falha da legislação aí ou de qual órgão que tenha... que está cometendo equívoco pela não exigência ou pelo não estabelecimento de penalidades para os Poderes que não estão cumprindo a Lei de Responsabilidade Fiscal com relação a repasse de gastos para os Poderes referentes com gasto com pessoal?

A segunda questão é para o Marcelo, vai especialmente. O Tribunal de Contas da União faz as auditorias e encaminha ao Congresso Nacional. O Tribunal de Contas da União, no caso lá do meu Estado, por exemplo, do Aeroporto de Vitória, adotou uma medida de retenção de parte das faturas, que eu achei boa até porque isso não paralisou a obra, mas está dentro da... isso tem todo o embasamento para que o Tribunal, além de constatar ou não uma irregularidade, tomar medidas como essa? Porque alguns dos órgãos auditados pelo Tribunal de Contas acaba "acusando" o Tribunal de Contas de estar exorbitando o seu papel. O Tribunal de Contas virou um órgão que não só faz a auditoria, mas estabelece penas, penalidades, condutas, independente da decisão do Congresso Nacional. Eu acho que um comentário sobre isto é importante. Quando a gente chamou órgão como o FNDE, pensamos em chamar o DNIT, é para que isso pudesse ser colocado no confronto, está certo, entre a suspeição e a acusação de que o Tribunal de Contas está exorbitando da sua tarefa. Eu acho que um comentário sobre isso é importante.

Outra questão é com relação às empresas públicas. Se nós verificarmos as principais denúncias e os principais atos denunciados, seja por algum órgão do Ministério Público, Polícia Federal, pela imprensa, nos últimos anos, estão relacionados à atuação das empresas públicas, porque as empresas públicas têm o orçamento aprovado pelo Conselho de Administração, que é um Conselho muito restrito, muito pequeno, o Governo não tem... as empresas não lançam no

sistema mundial os dados de execução orçamentária como lançam a administração direta, então a falta de transparência e a falta de debate de acesso da Administração Pública ao gasto das empresas públicas, na minha avaliação, tem sido fonte de corrupção e tem sido um campo fértil para a corrupção. Eu, pessoalmente, tenho um Emenda, uma Emenda à Constituição que estabelece que as empresas públicas precisavam estar no sistema do Governo Federal, sendo lançada sua execução orçamentária. Elas argumentam que não, que perderiam competitividade, eu não sei o que. Eu acho que esse discurso é um discurso que a gente precisa fazer um confronto de prós e contra para que a gente possa verificar. Na Petrobras a situação é mais grave, porque a Petrobras nem ao Tribunal de Contas está “submetida”. Não é de agora, já é de muito tempo.

A outra questão é com relação ao Sr. Ministro. O senhor disse aqui que a transparência é fundamental, como eu tinha também reafirmado. Nós estamos agora num debate, não dá para fugir desse debate conjuntural, e está aqui a Presidente da CPI dos Cartões Corporativos. O quê que é gasto sigiloso? O quê que é item de segurança? O quê que é item de segurança? Será que a Controladoria, será que nós aqui não poderíamos identificar o quê que é isso de alguma forma para que a gente não ficasse nesse conceito tão amplo que muitas vezes gastos que não têm de fato nada a ver com segurança e são considerados sigilosos, eles são argumentados, e aí eu não estou identificando nenhum Governo em especial, eu estou dizendo como tese. Não é necessário que a Controladoria possa definir com clareza o quê que é gasto com segurança institucional e que sejam gastos ou reservados ou sigilosos? A Controladoria não demorou, na avaliação do senhor, a estabelecer critérios para uso de cartões corporativos? Porque na minha avaliação o pronto pagamento e os cartões corporativos ficaram muito tempo sem ter nenhum critério para seu uso, tanto é que depois de divulgada a denúncia com os cartões corporativos o Governo reduziu em 50% os seus gastos com cartões corporativos nesses últimos meses. Não faltou, por parte da Controladoria, essa decisão de não permitir o saque em dinheiro, de estabelecer de fato esses critérios, quem poderia usar, quem não poderia, quantos cartões? Não faltou isso até pela quantidade de serviço que a Controladoria hoje tem? Então, Sra. Presidente, eram essas as questões que eu gostaria de deixar, nesse primeiro momento, para que a gente pudesse ouvir dos nossos participantes.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Bom, eu passarei a palavra ao Ministro, primeiramente, para responder, e a seguir aos outros aos quais foram enviados questionamentos.

SR. MINISTRO JORGE HAGE: Iniciando aqui pelo nobre Senador proponente deste debate, mais uma vez, repito, de extrema utilidade. Senador, a questão da definição do que é, do que deve ser gasto sigiloso, não é atribuição da Controladoria. Eu partilho com V. Ex.^a da importância dessa definição, da necessidade dessa definição, sou partidário dela. Entendo que é preciso que os Poderes da República, Legislativo, Executivo, caminhem para uma definição normatizada, seja em nível de Lei, no sentido formal, seja em nível de Decreto, porque hoje não há sequer uma previsão clara do nível normativo em que isso tem que estar contemplado. Partilho da sua preocupação, apenas não é atribuição da Controladoria. A Controladoria, sem dúvida nenhuma, participará com enorme satisfação quando esta discussão estiver posta, dará a sua contribuição e sua opinião.

A segunda colocação do nobre Senador é se a Controladoria não demorou ao definir critérios para o uso de cartão de pagamento. Eu insisto, não é o cartão corporativo, o cartão corporativo é aquele cartão das empresas, dado aos seus altos executivos como uma espécie de complemento de receita, de sua renda. O cartão de pagamento é apenas um instrumento novo para o suprimento de fundos, para aplicar o suprimento de fundo ao invés de pegar o dinheiro no banco, botar no bolso e sair pagando como era antes, com transparência zero. Agora passa a ser com transparência porque pusemos no portal e etc. Muito bem. Agora a Controladoria demorou a definir critérios para o uso do cartão? Novamente, a Controladoria não tem competência legal normativa. A Controladoria é órgão de controle da execução. Ela pode propor, sugerir normas a respeito de suprimento de fundos, a respeito de cartão, a respeito de orçamento em geral, mas não cabe a ela nenhuma função normativa. A função normativa no âmbito do Executivo é do Ministério do Planejamento e nós vínhamos já algum tempo conversando com o Ministério do Planejamento na linha de estabelecer-se um limite para saques. Já bem mais de um ano e meio esta é uma discussão que caminhava no Governo, V. Ex.^a tem experiência e sabe as definições no âmbito de uma administração, numa organização das dimensões da administração federal, não são decisões rápidas, não podem ser tomadas por uma pessoa. Dependem da formação de um consenso, até que chegou-se ao consenso de limitar em 30% no máximo o valor do saque. Mas eu insisto, 30% é o máximo. Cada Ministério – e isto já começou a ser feito -, já quinze ou vinte Portarias baixadas por Ministros estabelecendo esse limite de 30% para baixo. Alguns estabeleceram em 15%, outros em 20%, outros em 12%. Não é 30% obrigatoriamente, 30% é

o máximo, e depende de da avaliação da necessidade do tipo de atuação que cada órgão tem. Por exemplo, eu costumo dizer que o IBAMA, a FUNAI, a FUNASA, o IBGE quando faz censo no interior, precisa de uma quota para saque maior do que um órgão que funcione somente em Brasília ou nas capitais. Esse não precisa de grande percentual de saque. A Controladoria, por exemplo, como órgão em si, precisa de saque para quê? Para atividade de fiscalização dos nossos Auditores quando vão a Municípios no interior, em zonas rurais, onde não há estabelecimentos filiados. Mas só por isso que precisa; se não estivesse fiscalizando no interior, não precisava de grandes volumes de saque. O saque na cidade é necessário apenas para coisas eventuais mesmo, como um pneu que furou, um abastecimento de um veículo, uma coisa menor. Então essa disciplina de limitação de saque é algo que já vinha sendo discutido há bastante tempo, saiu agora, poderá e deverá, a meu ver, continuar sendo aprimorada e a Controladoria estará sempre atenta a propor, como agora estamos, por exemplo, nos reunindo com técnicos do Tribunal de Contas da União na linha da unificação de entendimentos, daí também poderão surgir novas sugestões quanto a aprimoramentos, também com a CPI presidida pela nobre Senadora, as nossas equipes estão colaborando com a CPI, inclusive na discussão de propostas normativas de aprimoramento do uso do cartão de pagamento. O que me parece fora de dúvida é que o cartão representou um extraordinário avanço no uso do dinheiro de suprimento de fundos. Se algo tem que ser reduzido e contado é o total gasto em suprimento de fundos, que é uma forma excepcional. Nos termos do Decreto-Lei 200 e da Lei 4.320 o suprimento de fundos deve ser usado apenas para execução das despesas que não possam realizar-se pelos métodos normais, que são a licitação, o contrato e o pagamento direto ao fornecedor. É o velho adiantamento de despesa que era feito em dinheiro na gaveta do funcionário e agora não é, é por um instrumento eletrônico, com exibição total, ainda não completa para a população por conta da parcela que fica em saque, mas que se caminhará para isso, e com a exibição concomitante para o gestor através de um mecanismo de gerenciador financeiro que o banco oferece ao gestor, de modo que ele acompanha par e passo a medida em que o portador vai fazendo as despesas.

Bem, a segunda questão que eu vou tentar responder é a de Fernanda, Consultoria do Senado. Ela diz: o sistema tradicional de prestação de contas em papel tem escassa utilidade na prevenção e detecção de fraudes. O papel aceita tudo. Quais as alternativas disponíveis para aumentar a eficiência do controle das transferências públicas? Sem dúvida nenhuma. As al-

ternativas já estão inclusive aí a caminho. O Presidente baixou o Decreto 6.170, com alteração posterior, que dentre outras medidas prevê a montagem de um sistema eletrônico, chamado SISCONV, que é o Sistema de Acompanhamento e Controle das Transferências Voluntárias a Estados, Municípios e ONGs. Nesse portal vai ser exibido, desde a apresentação do projeto de uma entidade ou de um Município que vise captar recursos de convênio federal, todas as suas etapas até a execução e até a prestação de contas por meio eletrônico. É claro que os documentos continuarão ficando à disposição, mas a prestação de contas será feita on-line. Esta é uma linha de aprimoramento. A outra parte da resposta que eu quero dar é que a prestação de contas em papel, para nós da Controladoria, já é coisa de passado remeto. Hoje a Controladoria não se limita a analisar a prestação de contas em papel em lugar nenhum, independente do novo sistema. Os nossos fiscais vão ao local do fato. Os nossos fiscais, fiscalizando o dinheiro, digamos, do FNDE para a merenda escolar, vão à escola, entrevistam professoras, pais de alunos, alunos, para saber se a merenda escolar chegou o ano inteiro, em que mês não chegou, quando faltou. Verificam os locais e estados de armazenamento dos gêneros. Outro dia eu tive a oportunidade de expor num evento público da campanha “O que é que você tem a ver com a corrupção?”, da qual a Controladoria participa, expusemos fotografias tiradas pelos nossos Auditores em alguns Municípios mostrando as condições de armazenamento dos gêneros da merenda escolar. Houve um Município onde os gêneros estavam armazenados no chão do banheiro, ao lado do vaso sanitário. Houve outro Município onde estavam armazenados ao lado de formicidas agrícolas. Então é essa a fiscalização que nós fazemos já hoje. É uma fiscalização física, in loco. Nós não ficamos nas prestações de contas em papel. Nós encontramos um processo de licitação onde enumeram as empresas participantes, nós não temos que acreditar nele. Nós vamos aos citados endereços para ver se a empresa existe. Muitas vezes ela não existe. Segundo, se o empresário confirma que participou da licitação. Muitas vezes ele sequer tomou conhecimento da licitação. A empresa foi usada, apenas o nome da empresa foi usado. E assim por diante. Nós encontramos em um caso um processo onde constava o edital de licitação. Nós fomos ver se tinha saído de fato no jornal. No processo constava o edital publicado, mas nós fomos à gráfica e descobrimos que só constou naquele exemplar de jornal. Os outros nove mil e novecentos e noventa e nove exemplares circularam sem o edital. São coisas desse tipo. Mas nós só identificamos isso porque vamos ao local, os nossos Auditores vão in loco fazer a

verificação de cada obra, de cada programa, Merenda Escolar, Farmácia Básica, para ver o que de fato foi feito. Nós não ficamos no papel.

Uma outra pergunta: considerando a disseminação cada dia maior do desperdício da corrupção nos Municípios brasileiros, combinado com a ineficiência dos Tribunais de Contas Estaduais, não poderíamos sonhar, mesmo remotamente, com a federalização de todo o controle? A pergunta é de Amilson Carneiro, da Federação Nacional dos Servidores dos Tribunais de Contas. Eu não vou adentrar fundo nesse debate, ele envolve a questão federativa, o sistema federativo brasileiro. Eu compartilho das preocupações, a necessidade de fortalecimento e aprimoramento dos órgãos de controle estaduais internos e externos, mas em matéria de controle pelos órgãos federais nós ficamos apenas no que nos compete, que é o controle do dinheiro federal repassado para Estados e Municípios. Não me manifestaria além disso. Eu acho que isso requer um debate aqui no Congresso, um debate mais amplo por parte dos representantes do povo brasileiro.

Do mesmo modo a pergunta seguinte, de Vander da Silveira Mello, do TCE do Mato Grosso. Ele indaga: a forma de indicação dos membros dos Tribunais de Contas Estaduais, consagrados pela Constituição, é de quatro pela Assembléia, três pelo Governador, sendo um de livre escolha e um dentre Auditores e outro dentre membros do Ministério Público junto ao TCE. No caso de Mato Grosso a composição atual é a seguinte... A pergunta: V. Ex^a. não acha que esta forma é equivocada e que poderia ser aperfeiçoada com a indicação dos membros dentre técnicos de carreira dos Tribunais? Novamente eu remeto este debate ao Senado da República, porque ele envolve decisões que estão vinculadas na Constituição.

A última pergunta é a seguinte. Primeiro há uma longa exposição sobre a prevenção da fraude que tem três aspectos: educativo do cidadão, fiscalizatório e o punitivo. Nesse sentido é fundamental a participação social como co-agente do controle, seja pelo acesso a banco de dados públicos, inclusive com disponibilização das Prefeituras de estações de trabalho, computadores, contendo orçamentos, relatórios de inspeção, decisões de Tribunal, etc., também ampliação e prestígio dos instrumentos de participação social, ouvidorias e denúncias. A pergunta é: Como contribuição nesse debate, qual a sua posição em relação à idéia do efetivo investimento de todos os órgãos submetidos ao controle público, mediante a composição de um fundo público de combate ao desperdício, à fraude, à sonegação e à corrupção, com parcela de recurso dos orçamentos públicos destinados a esse fundo, repassada aos Tribunais de Contas, que têm sérias limitações financei-

ras para a sua atuação, visando combater e erradicar tais males? A pergunta é do Marcelo Henrique, da FENAS(F). Bem, é uma sugestão nova para mim. Como contribuição ao fortalecimento dos órgãos de controle, claro, a mim me parece, todas as contribuições ao fortalecimento dos órgãos de controle são bem-vindas. A viabilidade desse mecanismo, entretanto, de destaque de um percentual das dotações orçamentárias dos órgãos submetidos a controle para serem destinadas aos Tribunais de Contas não sei se é a melhor forma, a mais viável, até porque representará um deslocamento de recursos de um Poder para outro. O Tribunal de Contas é vinculado ao Poder Legislativo.

Essas seriam as perguntas que me foram repassadas, Sra. Presidente.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Muito obrigado ao Sr. Ministro. A próxima pergunta eu vou passar para a Senadora Marisa Serrano, que veio uma dirigida a ela e, a seguir, vamos seguir a ordem, o Dr. Marcelo, o Dr. Gil e Dra. Eliana.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada, coordenador. "Senadora Marisa Serrano, no primeiro encontro o Ministro Paulo Bernardo defendeu o uso do cartão corporativo como instrumento de controle e transparência dos gastos públicos. Acredito que transparência é indispensável que os cartões oferecem, mas também demonstrouse que controle sobre esses gastos são extremamente frágeis, visto que a imprensa levanta as irregularidades antes do Governo. V. Ex^a. acredita que a transparência é mais importante do que o controle? Vander da Silveira Mello, TCE- Mato Grosso".

Vander, para mim não é excludente. A transparência é tão importante quanto o controle e cada vez mais. Eu digo que quando você fala da imprensa, só para dar um exemplo, a imprensa até pouco tempo era uma imprensa apenas informativa. Hoje a imprensa é extremamente investigativa e essas são as mudanças de uma época de alta tecnologia, em que as notícias têm que sair on-line, imediatas, e os repórteres estão sempre procurando conhecimentos e informações para passar pela Internet. Isso faz parte da nossa época. Eu estava lendo ontem um editorial falando sobre 68, quando houve a "Revolução" da Juventude Francesa, que muitos de nós aqui participamos, acompanhamos, dizendo quanto as épocas são distintas e às vezes a gente não acompanha a época e acredita que tenhamos que agir como sempre agimos, sem ter a idéia de que o mundo está correndo muito rápido e nós temos que ir atrás. Portanto, eu quero dizer ao Vander que a transparência é fundamental. É necessário que todos os órgãos tenham, inclusive esse Congresso Nacional, todos os sistemas, mas, também, o controle é funda-

mental. É como se só tendo a transparência, se você não apóia, não se apóia na legislação e também no controle e outras formas de fiscalização, você perde uma perna. Eu como professora digo sempre aos jovens, aos alunos, que você tem que dar a liberdade... não é dar a liberdade, as pessoas têm que sentir e conquistar a sua liberdade, mas ao mesmo tempo tem que saber dos seus limites. Isso é fundamental para o ser humano e se a sociedade não souber e nós não impusermos os limites de atuação em todas as áreas, aí sim nós vamos para a barbárie que é, o que eu tenho certeza, nós não vamos querer. Obrigada.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Obrigado à Senadora. A próxima pergunta é ao Dr. Marcelo Bemerguy, Secretário-Adjunto de Fiscalização do TCU. A pergunta é feita pelo analista do TCE da Bahia, Joselito Mimoso. “Em sua fala você afirma que o controle externo dispõe de todos os instrumentos e estrutura capaz de fazer o que determina a Constituição Federal. Entretanto, não raro, órgãos de controle, TCUs e TCEs, são os últimos a saber de grandes furtos de dinheiro público. Sabem pela imprensa; quando não, já tinham informações suficientes. Em razão de auditorias no TRT de São Paulo, por exemplo, mas o Ministro do TCU responsável pelo caso parece que preferiu guardar o processo. O resultado ficamos sabendo pela imprensa, fato relatado pelo SINAOP de Goiânia. Nos Estados também, não raro, conselheiros são presos envolvidos em atos de corrupção. Excesso total de cargos de comissão, julgamentos políticos, etc., etc. O TCM da Bahia tem cento e cinquenta cargos de comissão para apenas trezentos e vinte e um servidores. O TCM da Bahia, órgão estadual, não é auditado por ninguém. Na sua visão – a pergunta é agora – o controle externo, a cargo dos Tribunais de Contas, não precisa de reparos?”

SR. MARCELO BEMERGUY: É uma pergunta que envolve vários aspectos, eu vou tentar concatená-la e, ao final, se o senhor me permitir, Senador, eu responderia também ao questionamento que o Senador Renato Casagrande formulou mais diretamente.

Eu acho que tem um aspecto aqui que é muito interessante e que revela uma questão também de natureza conceitual. Essa aparente contradição, quer dizer, a gente faz controle e eventualmente é o último a saber de um determinado problema ou de um escândalo ou de uma conduta indevida de um administrador público e etc. Isso é de fato uma contradição aparente. Mas eu acho que uma coisa que é atinente à natureza dos órgãos de controle é que a gente se legitima mais pelos escândalos que não acontecem do que pelos que acontecem. Porque tanto os órgãos de controle, sejam eles órgãos de controle externo, quanto uma

visão realmente orgânica os órgãos de controle interno e, agora, uma visão já mais do processo administrativo, os controles internos inerentes a cada um dos processos administrativos, processos de trabalho da Administração Pública, que são aqueles pelos quais o gestor é responsável, que é o que o Ministro Jorge Hage de forma muito pertinente mencionou, que é o controle primário, quer dizer, o primeiro controle é o controle do gestor, quer dizer, o incentivo que todo esse sistema de controle promove para que os gestores adotem medidas preventivas que evitem a ocorrência de fraudes, de desvios, de escândalos, etc., elas são muito mais eficazes certamente do que aquelas que aparecem. Agora vamos entender uma outra coisa, quer dizer, essa estrutura de controle toda, e aí eu me refiro ao tamanho do TCU, ao tamanho da CGU, ao tamanho do DENASUS, ao tamanho da auditoria do FNDE, ela tem um preço, quer dizer, essa percepção de que a gente tem que ter um controle onipresente, de que jamais nós seremos surpreendidos por fatos que a gente não gostaria que ocorressem, ela implica num custo elevadíssimo para a sociedade. Qual é o tamanho do Tribunal de Contas da União? Qual é o tamanho da CGU? Qual é o tamanho do FNDE? Quer dizer, o que a gente tem, e aí uma outra questão que o Ministro Jorge Hage coloca aqui, é que criar estruturas profissionais para a gestão pública, inclusive para a gestão finalística dos programas das políticas públicas, para que haja espaço em ambiente apropriado para que os controles administrativos, aquele controle primário, ocorra de forma mais eficiente, mais eficaz. Porque se a gente abrir mão dessa percepção, a gente vai achar que nós é que temos que resolver todos os problemas do mundo e aí fica aquela coisa de que os órgãos de controle, a Polícia, o Ministério Público, o Tribunal, a CGU, nós teremos um peso sobre os nossos ombros que nós não seremos capazes de suportar e aí vamos ter sim essa percepção do fracasso. Eu acho que nós somos instituições de grande sucesso porque nós, como eu disse, nos legitimamos pelos casos que não vêm à imprensa, que não vêm à tona, porque assim mesmo acontecem, certo? Então eu acho que é uma questão que faz parte da natureza do nosso trabalho. O nosso trabalho tem uma característica amostral, necessariamente, porque se a gente tiver a presunção de que nós vamos fiscalizar tudo, nós vamos ter de ser do tamanho do Exército brasileiro, não vamos dar conta de fiscalizar tudo, e para ser do tamanho do Exército brasileiro nós vamos ter que atuar de uma outra forma, quer dizer, não é da forma como nós atuamos e como outras instituições de controle atuam no mundo inteiro. Então essa aparente contradição eu acho que

se resolve quando a gente compreende qual que é a natureza do nosso trabalho.

Um segundo aspecto que é mencionado, que eu vou deixar por último, que é a questão do TRT, porque eu quero lincar essa questão que foi levantada, que eu acho que é pertinente, com a pergunta do Senador Renato Casagrande. Mas ele menciona em seguida o seguinte, quer dizer, dada essa estrutura dos Tribunais de Contas Estaduais, do excesso de cargos comissionados, do julgamento do eventual julgamento político, etc., eu acho que precisa de reparos? Precisa. E preciso do seguinte reparo: é mais um reparo de um enfoque de gestão, sabe? Eu acho que tem agora um programa, o PROMOEEX, que é um programa que está sendo incentivado pelo Governo Federal para melhorar, para aprimorar a qualidade da gestão dos Tribunais de Contas, que eu acho que é que está na raiz desse problema. Agora eu não sei se às vezes a gente fica achando que tem que remeter todas as soluções para a esfera legislativa, quando muitas questões eu acho que têm que se resolver na medida em que essas instituições vão tendo casos de sucesso ou de fracasso, sabe? No momento que você tem um excesso de julgamento político por conta do perfil dos conselheiros ou por conta da não profissionalização dos quadros e isso começa a se revelar, essa ineficiência começa a se revelar, eu acho que nós temos aí uma oportunidade para criar as condições para aumentar a quantidade de pessoal concursado, de profissionalizar os quadros, de melhorar a gestão, a transparência, etc.

Agora o último ponto, eu acho que assim, precisa de aprimoramento, mas eu acho que a maior parte dos aprimoramentos dependem de nós, desse esforço que nós vocês estão fazendo, desse tipo de debate. Esse tipo de debate é a oportunidade de aprimoramento que a gente precisa, sabe, de vocês estarem aqui presentes, de estarem participando desse acúmulo de conhecimento que certamente vai fazer com que vocês, com nós todos juntos, percebamos as oportunidades de aprimoramento que existem.

Com relação ao caso do TRT eu diria o seguinte: até por essa percepção, até por a gente ter de forma equivocada isentado o gestor da responsabilidade que ele tem pelo controle primário, dessa percepção que a gente tem de que nós temos que fazer todo controle dessa coisa da onipresença e da onisciência, que nós jamais teremos, porque isso é uma ficção, nós nos impusemos uma responsabilidade que eventualmente nós não temos e essa responsabilidade se refletiu por um aumento absurdo da quantidade de processos que chegam hoje aos Tribunais de Contas, à CGU. Como eu disse, tem cerca de três mil determinações no FNDE, e o Gil, me permita Gil, chamá-lo assim, ele mencio-

nou que tem cerca de três mil determinações anuais no FNDE, determinações que ele não vai conseguir tratar, determinações que ele não vai conseguir tratar e vai chegar um momento em que vai se detectar um problema, um escândalo, uma falha grave numa dessas, que é uma bola das costas que nós vamos ter tomado porque tínhamos a presunção de que tínhamos que ter visto tudo e não tínhamos capacidade para isso. Então eu acho que o caso do TRT, como em outros casos que estão dormitando nos nossos armários aí, porque são inúmeros, são milhares de processos que nós recebemos anualmente, podem sim conter informações que vão surpreender. Eu não posso aqui dizer que nós temos uma estrutura perfeita e que nós precisamos de mais duas mil, três mil pessoas para dar conta de cumprir determinadas atribuições que eventualmente só estão hoje no Tribunal porque a gente esqueceu daquele aspecto conceitual da responsabilidade primária do gestor no primeiro controle que tem que ter todo ato administrativo, toda política pública, etc. E aí eu digo o seguinte: o caso do TRT, mais do que uma crise, ele foi uma grande oportunidade. O próprio Congresso Nacional, com um senso de oportunidade extraordinário, colocou a partir daquele momento na LDO a necessidade de um controle muito mais atento do Tribunal de Contas sobre as obras públicas. Então a LDO veio sucessivamente ao longo de todos esses anos repetindo uma série de comandos para o Tribunal de Contas para que se fizesse um acompanhamento mais pormenorizado das obras públicas para que nós prestássemos uma informação qualificada à Comissão Mista de Orçamento. Então eu acho que hoje o Tribunal de Contas emprega uma grande parte da sua força de trabalho numa demanda que vem do Congresso Nacional e nós ficamos felizes de estar atendendo aí ao nosso patrão nesse sentido, de que a gente está fazendo um trabalho extraordinário no controle dessas obras para que a Comissão Mista de Orçamento adote as providências que julgar as mais adequadas em relação ao cumprimento dessas... à destinação ou não de recursos para esses empreendimentos.

Quanto à questão da exorbitância ou não do poder do Tribunal de Contas quando há uma sustação de contratos pela interrupção do fluxo de caixa em algumas situações de pagamentos para empreiteiras, etc., eu creio que não. Eu creio que não há essa exorbitância por várias razões. A primeira é que não há de fato uma sustação do contrato, porque a sustação do contrato é uma atribuição do Congresso Nacional. O que o Tribunal faz exatamente para evitar essa superposição com as atribuições do Congresso Nacional é quando identifica que determinadas parcelas de uma obra estão sendo pagas com valores acima daqueles

dos valores de referência e o gestor não consegue em certa medida explicar porque esses pagamentos estão sendo realizados, o Tribunal cautelarmente determina a sustação daquela parcela do fluxo de caixa. Para quê? Para exatamente evitar a suspensão da obra, a paralisação da obra. Então o enfoque que a gente tem dado é exatamente o oposto, é de não paralisar, certo? Então é de verificar que parcela daquele contrato ou daquela execução pode o Tribunal, cautelarmente, interromper para que seja saneado e prossiga a obra, a obra não pára. E esse poder de cautela do Tribunal é inclusive reconhecido pelo Supremo Tribunal Federal. Então eu acho que os resultados que o Tribunal vem tendo nessa atuação são extraordinários no sentido de evitar desperdícios de recursos públicos e principalmente porque eu senhor que a gente cumpre a missão para a qual nós efetivamente nascemos, que é dar informação qualificada para o Congresso Nacional a respeito da execução do orçamento público. Obrigado.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Obrigado ao Dr. Marcelo. As próximas perguntas são dirigidas à Sra. Eliana Graça. Uma pergunta do Vander, que faz considerações pela fala dela e afirma que a participação da sociedade na fiscalização dos recursos públicos é de fundamental importância, mas além da sociedade é necessário o aperfeiçoamento das formas de controle pelos órgãos oficiais e controles internos das entidades. A pergunta é a seguinte: “A senhora acredita que o fortalecimento do controle externo pode garantir a execução das políticas públicas?” Pode responder, a seguir eu faço a segunda.

SRA. ELIANA GRAÇA: Bom, Vander, eu acho que é uma grande... cada vez mais o aperfeiçoamento, as formas de controle avancem, isso é uma questão fundamental. Agora garantir a execução da política pública, aí eu já acho que a gente entra numa seara meio imponderável, têm outras questões que devem estar concorrendo para que as políticas sejam executadas. Agora que a colaboração do controle externo e que deve ser cada vez mais aperfeiçoado para a execução das políticas eu acho que é fundamental, eu não tenho a menor dúvida. Agora como garantidor da execução, eu acho que a gente tem outros fatores que também interferem e que podem atrapalhar aí a execução das políticas. E o controle externo, ele é fundamental inclusive para o controle social. O INESC já fez várias parcerias com o Tribunal de Contas da União, nesse sentido da valorização cada vez maior, e da possibilidade de existência de uma parceria entre esses dois, cada um dentro da sua função, lógico, mas com a possibilidade de um trabalho conjunto. E no trabalho que a gente faz no Maranhão também, nós temos inclusive a presença dos Auditores do Tribunal

de Contas nos treinamentos, nas capacitações e nas possibilidades de abertura das informações, do acesso a informações, quer dizer, é um processo de parceria, de colaboração que é muito importante.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): A segunda pergunta é da Cíntia, do Jornal do Senado. “Quais são as ações concretas que uma entidade de conhecimento como o INESC pode adotar para dar meios às comunidades para fazer na prática o controle social da gestão pública?”

SRA. ELIANA GRAÇA: Bom, como eu coloquei na minha fala, a maioria dessas questões o INESC já faz. Como eu coloquei o principal delas a gente tenta decodificar a linguagem orçamentária e todas as questões que envolvem execução das políticas públicas, principalmente de algumas políticas que o INESC julga fundamentais na garantia de direitos, dos Direitos Humanos, e aí nós trabalhamos com isso levando esse conhecimento ou via divulgação, site, publicação, etc., ou via presencial mesmo, dependendo da relação que o INESC tem com as organizações que atuam no nível estadual e local. A gente tem várias experiências em Minas Gerais, no Maranhão, no Rio Grande do Norte, aqui no Distrito Federal, enfim, na Bahia, são vários os trabalhos que a gente... em Rondônia, de quem conhece o trabalho do INESC e que quer a nossa presença, julga que é importante, pode ajudar. E aí no Maranhão, por exemplo, tem quatro anos que o INESC está trabalhando com grupos, com comunidades locais no sentido de reforçar o controle social, reforçar o acesso a informações. Agora é bastante complicado, como eu também coloquei, quer dizer, as comunidades, as pessoas muito ameaçadas, sem condições de enfrentar as autoridades, então o incentivo a organização, a fazer um controle coletivo, com várias organizações em conjunto, enfim, tem toda uma estratégia que é a forma como o INESC encontra de estar repassando o conhecimento que adquiriu ao longo desses anos todos e aprendendo também muito com eles, que eles têm muito que ensinar para nós em termos do enfrentamento das dificuldades políticas. Eles têm muito isso, o entendimento da questão política local, coisa que a gente não tem. Então há uma troca muito grande de experiência. E eu acho que é executando tudo isso, que a gente já vem fazendo, que a gente tenta dar essa colaboração aos grupos organizados no nível local. Obrigada.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Muito obrigado. A próxima pergunta é para o Dr. Gil Pinto Neto. É da Silvia, Assessoria do Senado. “Existem casos de obstáculos ou dificuldades causadas à gestão das políticas educacionais pelas limitações do próprio sistema de controle interno do FNDE?”

SR. GIL PINTO LOJA NETO: Com certeza. Realmente isso vai de encontro a tudo que nós falamos aqui e já começa naquele conceito errado que nós sofremos com o controle. O controle é uma maneira, uma possibilidade do gestor ter o retorno do que está acontecendo. Como o Dr. Jorge falou com muita propriedade, é a última fase do ciclo da gestão pública, é aquela fase aonde o gestor vai se entender se o que ele está fazendo está acontecendo do jeito que ele queria e se aquela meta, mesmo atingida, ela está atingindo o objetivo maior. Na educação aconteceu um caso muito interessante, que eu tive a oportunidade de participar nesse ano, que foi justamente o aperfeiçoamento do modelo de educação, o lançamento do PDE – Programa de Desenvolvimento da Educação, que através de programa de ações articuladas, ele entende a educação como se fosse uma escada. Então todas as ações estão integradas. Em educação não basta você dar... não é feita só de merenda, só de livro, de transporte, de salas de aulas, de professores, não. É um conjunto. E esse conjunto, na medida em que você vai executando, você tem que estar acompanhando para ver se efetivamente aquela meta foi atingida sim, mas o que ele está contribuindo para aquelas ações articularem e funcionarem harmonicamente e o Programa de Desenvolvimento da Educação ser atingido. Muitas das vezes eu estabeleço uma meta de capacitação, uma meta de treinamento, uma meta de alimentação. Será que aquela meta, mesmo atingida, contribui para que esse cidadão, essa criança, ele suba nessa escada? Então é esse retorno, essa assessoria que é importante. O controle tem que ser visto também e principalmente como assessoria, porque o controle, é lógico, ele tem uma das funções, isso está na própria normatização do controle, função precípua é assessorar, é coletar informações, levantar informações. Se nós chegamos lá e identificamos que existe um problema, existe um desvio, existe uma irregularidade, existe necessidade da independência e isso nós temos de ter, independência de denunciar quem de direito para que se tomem as providências cabíveis. Mas absolutamente controle – e esse debate é muito importante que seja deixado claro isso – não é caça às bruxas. Controle é ajudar a gestão, é auxílio de gestão, é uma eventual correção de rumo ou uma confirmação do rumo que está sendo tomado. E na educação isso efetivamente eu vi que está acontecendo. Nós fomos chamados por diversas vezes, diversas participações para como melhorar o controle, como é que a gente pode modificar para que a gente possa medir essa ação mais adiante, para que essa ação tenha uma efetividade, uma eficácia. Então isso é o controle e isso é mentalidade importante. A CGU, o TCU, o setor de auditoria interna da autarquia, que

fazem parte desse sistema, estão aqui principalmente para prestar essa informação, essa assessoria, com a ressalva de, com certeza, ter total autonomia para tomar a providência que for necessária. Então quem fez a pergunta, foi uma pergunta muito pertinente. Ele vai deixar, na realidade, o gestor às escuras, ele está sem aquela última parte, como o Dr. Jorge falou, que é o retorno do que está acontecendo. Ele está achando que ele vai olhar: “Não, a licitação foi feita, as crianças foram alimentadas?” “Sim”. Mas aquilo dali está levando junto de toda a ação articulada aquela criança a evoluir dentro do ensino? Quando eu vi, logo no início que eu cheguei, uma análise que eu tinha, um programa, um dos programas que eu tenho um planejamento de execução de cem por cento e o gestor, às vezes, comemorava: “Não, atingi 120, 130, 140, 150%, consegui fazer aquilo com esse recurso, melhorei”. Eu falei: “Que bom que você melhorou. Agora isso para mim pode denotar também falta de planejamento”. E outra coisa: esse jovem, quando ele subir aquela escadinha, será que está preparado para receber ele naquela escadinha ou ele vai ficar estagnado? Então a gente tem que saber controlar, saber fornecer esse retorno para que eventualmente tome essa correção de rumo quando necessário. Obrigado.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Muito obrigado ao Dr. Gil. Agora devolvo a presidência à nossa Presidente da Comissão.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS): Obrigada, eu quero agradecer ao coordenador, Senador Augusto Botelho, agradecer às pessoas que participaram. Mas, antes de finalizar, eu gostaria de dar pelo menos um minuto para cada um, o tempo que for necessário para as considerações finais que queiram fazer. Vamos começar aqui pelo Dr. Marcelo, grande companheiro nosso aqui da Casa.

SR. MARCELO BEMERGUY: Eu acho que a manifestação final é mais no sentido de agradecer a oportunidade, o debate é de uma oportunidade espetacular realmente, é um tema, como eu disse, que não poderia estar abrigado em melhor fórum, em melhor local, o Congresso Nacional, é um tema eu acho que muito caro ao Congresso Nacional, a função do controle externo, não é, e a função de controle lato sensu, e dizer que o Tribunal de Contas da União está sempre à disposição e sempre muito entusiasmado participará de todas as oportunidades nesse sentido. Obrigado, Senadora.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS): Obrigado ao Dr. Marcelo, nós é que agradecemos a participação. Dr. Gil.

SR. GIL PINTO LOJA NETO: Com certeza agradecer a oportunidade, é a segunda vez que eu tenho

a oportunidade de vir a essa Casa e participar de um debate e é sempre muito profícuo esse tipo de debate, a gente levantar essas questões, discutir essas questões. O FNDE sempre está de portas abertas para discussões. No que se refere a controle, com certeza é a minha parte, mas eu queria também agradecer aqui a oportunidade que eu tive do Presidente da FNDE que, quando viu o tema, me convidou para que eu falasse, para que eu explicasse como que está sendo feito o controle, a oportunidade de estar sendo feito efetivamente, desenvolvido uma divisão de controle na educação é muito difícil, é uma estrutura muito grande, é muito pesada. Queria aproveitar aqui para conclamar com certeza o TCU, a CGU também, para ajudar nesse controle interno do FNDE. Nós temos uma ótima interlocução, como não poderia deixar de ser, com a CGU, que tem ajudado bastante. Muito obrigado pela atenção de todos.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigado ao Dr. Gil. Sra. Eliana.

SRA. ELIANA GRAÇA: Bom, mais uma vez eu gostaria de agradecer o convite em nome do INESC, dizer à Presidente da Mesa e aos demais Senadores que o INESC continua à disposição, para nós foi muito bom participar do debate, e a qualquer momento gostaríamos de continuar colaborando. E gostaria de fazer um agradecimento especial ao Senado e, principalmente, à equipe da Consultoria do Senado, que tem dado uma colaboração muito grande ao nosso trabalho; o pessoal do Siga Brasil são grandes parceiros. Muito obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigado, Dra. Eliana. Dr. Jorge Hage.

SR. MINISTRO JORGE HAGE: Senadora Marisa Serrano, Senador Augusto Botelho. Quero, mais uma vez, congratular-me com V. Ex^{as}., com esta Comissão, com o Senado da República pela excelente e extremamente oportuna iniciativa, porque é em debates como este que realmente se consegue avançar e aprofundar, em termos mais objetivos, a discussão de uma temática tão séria. É claro que em outras instâncias, como Comissões de Inquérito, também há discussões importantes e fundamentais, mas aqui, sem a conotação do debate político inevitável nas Comissões de Inquérito, aqui num clima de maior abertura e tranquilidade se debatem questões de forma objetiva, com o foco na busca efetiva de resultados.

Eu quero, ainda na minha palavra, na minha manifestação final, tomar como mote a última pergunta feita aqui – e muito bem respondida pela nobre Senadora – por um dos participantes da discussão para a partir daí reafirmar uma convicção. A pergunta que foi

feita à Senadora foi: Se diante do volume de irregularidades denunciadas pela imprensa na questão dos suprimentos de fundos, isto não demonstrava uma necessidade de se atribuir maior atenção ao controle que à transparência? A Senadora respondeu muito bem que não se trata de contrapor uma coisa à outra. É absolutamente equivocado esse raciocínio. A transparência é instrumento para o controle. Não há que optar entre mais controle ou mais transparência. Não há que optar – e isto é outro equívoco – em primeiro controlar para depois abrir a transparência. Não é nada disso, não é nada disso. A transparência é o maior e principal instrumento para o controle. Como foi dito aqui por todos participantes e muito bem destacado pelo Dr. Marcelo, nenhum órgão de controle no mundo tem a pretensão da onipresença, tem a ilusão... Seria ilusório, seria querer enganar a sociedade e a opinião pública dizermos nós que dando mais Auditores ao TCU, mais Auditores à CGU, mais Auditores ao FNDE nós vamos resolver os problemas. Não vamos não. É fundamental o controle pela sociedade, é essencial. Quem não admitir isso está enganando a opinião pública. Não há controle caso a caso possível em uma administração, em uma estrutura das dimensões da administração de um país do tamanho do Brasil. Não há possibilidade disso em estruturas infinitamente menores, muito menos numa estrutura das dimensões da Administração Pública brasileira, com mil e duzentas unidades orçamentárias executoras, com dezenas de milhares de portadores de suprimentos de fundos. É absolutamente ilusório pensar em outra solução. Então o controle pela sociedade, que só se viabiliza pela transparência, é ingrediente fundamental para qualquer pessoa que pense sobre controle e que pretenda ser minimamente honesto consigo mesmo e com a sociedade.

De modo que esta mencionada enxurrada de denúncias veiculadas pela imprensa, em primeiro lugar é preciso sempre observar: em 90% dos casos eram improcedentes, eram denúncias falsas, 90% até agora. A Controladoria tem procurado apurar todas, uma por uma. O bicho de pelúcia não era bicho de pelúcia, era compra de um veludo para sustentar as medalhas das cerimônias de condecoração da Marinha; a compra de cosméticos para os fuzileiros navais era compra de material para o curso de barbearia, que é obrigatório, para os fuzileiros navais; o pagamento a uma clínica de estética de levantamento de seios era o pagamento de uma arma entregue no programa de desarmamentos que foi paga à razão social da empresa da dona da arma e não a ela; a compra de chocolates, como se fosse uma farra com o cartão, não tinha nada a ver com isto, era o chocolate para o rancho dos recrutas. E

assim por diante. Foram dezenas e centenas de casos em que a denúncia era absolutamente infundada. E é claro que houve as denúncias fundadas e é claro que nada disso invalida a vigilância da sociedade também através da imprensa.

A única coisa que nós reivindicamos é o cuidado do jornalista de fazer a verificação antes de denunciar, até pelo tempo que isto vai requerer dos Auditores da Controladoria de ir checar cada um desses casos, do tempo que se ocupa dos órgãos denunciados e acusados para encaminhar as explicações. Os casos em que as denúncias eram fundadas, em todos eles as providências foram tomadas. Houve uma compra num freeshop, houve um pagamento de uma tapioca de oito reais, houve um pagamento de uma massagem em um hotel de sessenta reais, houve o aluguel de veículos em seqüência, o que não é cabível para pagar com suprimimento de fundos, seja cartão, seja conta “B”, houve um almoço com convidados cujos valores têm que ser recolhidos porque a Lei não permite, embora fosse eticamente, perfeitamente sustentável que uma autoridade brasileira ao receber aqui autoridades estrangeiras pudesse pagar-lhes um almoço do mesmo modo que eles pagam para nós quando vamos visitar os seus países, mas, infelizmente, nós não consideramos que isso tenha respaldo legal e nós glosamos essa despesa. Agora estamos conversando com o Tribunal de Contas da União para unificarmos os entendimentos e, se for o caso, produzir-se a norma necessária para dar respaldo a estas situações que nada tem de escandalosas, apenas não há respaldo legal expresso para determinados tipos de despesa. Agora todos esses casos só vieram à tona exatamente porque pela primeira vez na história se deu transparência à despesa com suprimimento de fundos, que antigamente não tinha. Não tinha porque não tinha o cartão e não tinha o Portal da Transparência. O cartão não foi criação do atual Governo, todos os méritos são do Governo que nos antecedeu, que criou o cartão em 2001. O Portal da Transparência foi criado no atual Governo. Aqui não se trata de discutir paternidade dessa ou daquela medida. Aqui se trata de uma reflexão séria, conseqüente, sobre a evolução da Administração Pública em nosso país, a evolução do instrumental de controle ao longo da história brasileira. E nessa evolução, na reflexão sobre ela, me permita, me perdoe ultrapassar um pouquinho o tempo, não é razoável, não é legítimo nós deixarmos passar determinados raciocínios equivocados, como o raciocínio de se contrapor “é mais transparência ou mais controle?”. Não tem cabimento essa pergunta. Transparência é o principal instrumento para o controle. Tanto ela é útil para o controle oficial como, mais ainda, para o controle social. Ninguém

aqui tem condição de medir, de avaliar o efeito já provocado pela exposição dos gastos públicos no Portal da Transparência. Não tenho a menor dúvida de que é extraordinário, porque ele é a principal medida de prevenção. Na medida em que todos sabem que as suas despesas, os seus atos estão sendo expostos à população, e eu não me refiro aqui apenas aos atos dolosos, de má-fé, à fraude, não é nada disso. Na grande maioria dos casos se trata apenas da necessidade de uma maior atenção, de um maior cuidado para saber o que pode e o que não pode. E eu não tenho a mínima dúvida, a mais ínfima dúvida de que todos os gestores deste país afora, na esfera federal, estadual, municipal, em todos os tempos, passarão a ter um cuidado muito maior, muito maior a partir da consciência de que tudo está exposto aos olhos da população, aos olhos do cidadão, porque é assim que as coisas funcionam, é assim que as coisas funcionam e é este o caminho que nós estamos trilhando com absoluta tranquilidade e certeza de que este é o caminho correto. É preciso que no futuro os Governos que se sucederem jamais admitam qualquer retrocesso, qualquer redução nessa caminhada em busca da transparência cada vez maior da Administração Pública, transparência do Estado, transparência dos Poderes para os olhos e a vigilância da cidadania.

Mais uma vez os meus parabéns ao Senado pela oportunidade desse debate.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS): Obrigada ao Dr. Hage. Eu quero terminar aqui dizendo que o Dr. Hage sintetizou bem aquilo que todos nós temos certeza pensamos a respeito. Esse mês nós estamos completando dez anos da Lei de Responsabilidade Fiscal, são dez anos de uma legislação que de alguma forma tornou também mais transparente e pelo menos coibiu mais o gasto do recurso pelos nossos gestores municipais e estaduais, mas eu quero também dizer que uma CPMI como essa que eu presido também é fundamental, porque ela coloca os assuntos para ser debatidos, esclarece, fiscaliza – e é essa a função também – e leva o Poder Público a ter mais cuidado no gasto público. Se não fosse isso, se não tivesse acontecido nada, uma Ministra, por exemplo, não teria pedido demissão, e outros não tivessem de alguma forma com alguma irregularidade verificada. Reitores não estariam preocupados como alguns que falaram comigo: “Olha, Marisa, quero agora olhar tudo, quero saber de tudo, tim-tim por tim-tim, estou passando visto, antes eu deixava às vezes para o ecônomo(F), agora eu quero saber”. Eu achei ótimo. E a sociedade brasileira ficou conhecendo essa modalidade, que nem sabia o que era Cartão de Pagamento do Governo Federal. Mas hoje todo mundo

sabe, por onde a gente anda falar: “Olha, esse não é teu cartão, hein, tem cartão?” Mas foi bom porque todo mundo acompanha e essa transparência que o Dr. Hage disse é muito importante, a sociedade acompanhar e saber, porque é um interesse de todos nós.

Eu acho que esse mais cuidado que o Dr. Hage falou no gasto público é que é fundamental, que todos nós façamos isso, inclusive os Poderes Legislativos de todo o país. E aqui eu incluo o Congresso Nacional, os Governos, as Assembléias Legislativas, as Câmaras de Vereadores, todo mundo tem que entrar nesse processo, mas é um processo que a sociedade toda tem que assumir que é importante, porque assim ela também ajuda a fiscalizar.

Portanto, eu quero terminar aqui informando que essa Sessão vai ser transmitida via TV Senado e esse ciclo de debates do “Controle Público – instrumento de cidadania” vai ser transformado em um livro, uma brochura, que vai ser distribuído para todos que se interessarem, para todo o país, com a idéia de que cada um expôs, não só agora, mas todos os seminários no livro que vai ser, eu acredito, uma síntese do pensamento de tantos que aqui expuseram. Então todos vão estar no livro que essa Comissão, a pedido do Senador Casagrande, está fazendo através desse ciclo de debates.

Portanto, eu agradeço muitíssimo ao Dr. Hage por mais uma vez ele acolher ao nosso chamado, isso para nós é muito importante, ao Dr. Marcelo que é outro grande companheiro nosso de jornadas nessa Casa, ao Dr. Gil que veio aqui falar em nome do FNDE e à Dra. Eliana, do INESC, que também é companheira nossa de jornada. Muito obrigada a todos que vieram de outros Estados participar conosco nessa manhã e que a gente continue trabalhando para fazer um país cada vez maior e melhor. Muito obrigada.

[palmas]

Sessão encerrada às 12h18.

SECRETARIA DE COMISSÕES

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

ATA DA 10ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 29 DE ABRIL DE 2008, ÀS 10:30 HORAS.

Às onze horas e vinte e um minutos do dia vinte e nove de abril do ano de dois mil e oito, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador **HERÁCLITO FORTES**, reúne-se a Comis-

são de Relações Exteriores e Defesa Nacional com a presença das Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores **ANTÔNIO CARLOS VALADARES, MOZARILDO CAVALCANTI, MÃO SANTA, JARBAS VASCONCELOS, MARCO MACIEL, CRISTOVAM BUARQUE, INÁCIO ARRUDA, SERYS SLHESSARENKO, GEOVANI BORGES, JOSÉ NERY, KÁTIA ABREU, CÉSAR BORGES, ROSALBA CIARLINI, FLEXA RIBEIRO E TASSO JEREISSATI**. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, o Presidente declara aberto os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior que é dada como lida e aprovada. O presidente convida a embaixadora Marília Sardenberg Zelner Gonçalves e os embaixadores Marcelo de Andrade Moraes Jardim e Antônio Luiz Espínola Salgado para comporem a mesa. O presidente inicia a apreciação da pauta. **Item 1:** Mensagem (SF) nº 33, de 2008, de autoria do Presidente da República, que “nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submete à apreciação do Senado Federal, a indicação do Senhor Marcelo Andrade de Moraes Jardim, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil, junto à República da Turquia.” O Presidente concede a palavra ao Senhor Senador **INÁCIO ARRUDA**, Relator “Ad Hoc” para fazer a leitura do Relatório. **Item 2:** Mensagem (SF) nº 67, de 2008, de autoria do Presidente da República, que “submete à apreciação do Senado Federal a indicação da Senhora Marília Sardenberg Zelner Gonçalves, Ministra de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República da Eslováquia.” O Presidente concede a palavra ao Senhor Senador **JARBAS VASCONCELOS**, Relator “Ad Hoc” para fazer a leitura do Relatório. **Item 3:** Mensagem (SF) nº 69, de 2008, de autoria do Presidente da República, que “Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor Antônio Luiz Espínola Salgado, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Islâmica do Irã”. O Presidente concede a palavra ao Senhor Senador **MOZARILDO CAVALCANTI**, Relator “Ad Hoc” para fazer a leitura do Relatório. O Presidente concede a palavra ao Embaixador Marcelo de Andrade Moraes Jardim para fazer sua explanação. O Senhor Presidente, Senador Heráclito Fortes, passa a Presidência para o Senador Inácio Arruda. O Presidente em exercício concede a palavra à embaixadora

Marília Sardenberg Zelner Gonçalves para fazer sua exposição. O Senador Heráclito Fortes reassume a Presidência. O Presidente concede a palavra ao Embaixador Antônio Luiz Espínola Salgado para fazer sua explanação. O Presidente torna a reunião secreta às doze horas e cinquenta e três minutos. O Presidente reabre a reunião às treze horas e trinta e oito minutos. O Presidente comunica a aprovação dos embaixadores. O Presidente nada mais havendo a tratar, encerra a reunião às treze horas e trinta e oito minutos, lavrando eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o Registro da Estenotipia Informatizada da presente reunião. – Senador **Heráclito Fortes**, Presidente

10ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 29 DE ABRIL DE 2008, TERÇA-FEIRA, ÀS 11 HORAS E 21 MINUTOS.

SENHOR PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Havendo número regimental, declaro aberta a 10ª Reunião Extraordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura. Submeto à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior. Os Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Antes de iniciar a apreciação da Pauta, convido para comporem a Mesa a Sra. Embaixadora e os Srs. Embaixadores: Marília Sardenberg Zelner Gonçalves, indicada para representar o Brasil na República da Eslováquia; Sr. Marcelo de Andrade Moraes Jardim, indicado para representar o Brasil na República da Turquia, e Antônio Luiz Espínola Salgado, indicado para representar o Brasil na República do Irã.

Item 01: Nos termos do art. 52, inciso IV da Constituição c/c art. 39 da lei 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. Marcelo Andrade de Moraes Jardim, Ministro de Carreira...De Primeira classe da carreira de Diplomata do quadro Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Turquia. Autoria, Presidência da República. O Relator indicado, Paulo Duque... Encontrando-se ausente, tenho a honra de designar o Senador Inácio Arruda para fazer o seu Relatório. Com a palavra, o Senador.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Senhor Presidente, Sras. e Srs. Senadores, Srs. Embaixadores que estão sendo examinados neste momen-

to, eu tenho a satisfação de apresentar o Relatório do Senador Paulo Duque à indicação do Embaixador do Brasil junto à República da Turquia, Sr. Marcelo Andrade Moraes Jardim.

Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a opinar sobre a indicação que o senhor Presidente da República faz do Sr. Marcelo Andrade Moraes Jardim, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do quadro permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Turquia. A Constituição Federal, no art. 52, inciso IV, atribui competência privativa ao Senador Federal para examinar previamente e deliberar, por voto secreto, sobre a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente. O Ministério das Relações Exteriores, atendendo a preceito regimental, elaborou *curriculum vitae* do interessado, do qual extraímos, para este Relatório, as seguintes informações: Filho de Ademar de Moraes Jardim e Elsi Maria Andrade de Moraes Jardim, após a conclusão do Curso de Formação de Diplomatas do Instituto Rio Branco, foi subseqüentemente promovido de 3º Secretário, em 1974, a 2º Secretário, em 1978, a 1º Secretário, em 1980; Conselheiro, em 1986; a Ministro de 2ª Classe, em 1993, e a Ministro de 1ª Classe, em 1999, em todas as ocasiões, por merecimento.

O Diplomata indicado exerceu, dentre outros cargos, o de assistente da divisão da África Ocidental, em 1978; Cônsul Geral Adjunto, em Nova York, em 1987; Coordenador Executivo da Secretaria-geral de Políticas Exteriores, em 92; chefe da Divisão de Américas Meridional... Da América Meridional 1, em 1992; Presidente do Comitê Intergovernamental da Hidrovia Paraguai-Paraná, em 1995; Diretor-Geral do Departamento de Europa, em 1996; Secretário-Executivo da Comissão Intergovernamental da Cooperação Brasil-Rússia, em 1998; Presidente da Comissão Brasil-França para a construção da ponte sobre o Rio Oiapoque, em 2001, e Embaixador em Varsóvia, em 2003.

O Embaixador Marcelo Jardim recebeu diversas condecorações nacionais e estrangeiras, dentre as quais incumbe destacar: Ordem do Mérito Militar Brasil – Grande Oficial; Ordem do Libertador da República Argentina – Grande Oficial; Ordem Nacional do Mérito Nacional da República Francesa – Grande Oficial; Ordem do Mérito da República Italiana – Grande Oficial; Ordem de Maio, República Argentina – Grande Oficial; Ordem do Mérito Naval Brasil Comendador, Ordem da *légion d'honneur* – Comendador; Ordem do Mérito da República da Polônia – Comendador; Ordem de Rio Branco, Brasil Grã-Cruz, e Ordem do Infante Dom Henrique Portugal Grã-Cruz.

Sobre a República da Turquia, o país atravessa momento de tênue equilíbrio político, após o triunfo do Partido da Justiça e Desenvolvimento, AKP, do Primeiro-Ministro Recep Tayyip Erdogan nas últimas eleições Parlamentares, com a posterior eleição de Abdullah Gül à Presidência da República pelo novo Parlamento. Tema de candente importância para toda a estratégia de desenvolvimento da Turquia, o processo de adesão à União Europeia galvaniza a ação política do Primeiro-Ministro, que anunciou recentemente a proposta da nova Constituição para o país. O texto que vem sendo elaborado tem como ponto central o rompimento com os resquícios militaristas e ditatoriais, preparando o país, por meio de uma Constituição moderna, para as pretensões de adesão à Europa comunitária.

A visita do Ministro de Estado Celso Amorim à Turquia, em março de 2004, que foi a primeira visita de um Chanceler brasileiro àquele país, seguiu-se da visita do ex-Chanceler e atual Presidente Abdullah Gül, no Brasil, em janeiro de 2006. Tais fatos ilustram, *per si*, a clara vontade política de ambos os lados em estreitar as relações bilaterais. Para 2008, está sendo examinada a possibilidade de o Presidente da República visitar oficialmente a Turquia.

Ainda nesse sentido, a criação da Comissão Conjunta de Alto Nível do Conselho Empresarial Brasil-Turquia e a abertura do Consulado-geral Honorário da Turquia em São Paulo, por ocasião da visita do Chanceler Gül ao Brasil, em 2006, são exemplos recentes da ação proativa de ambos os Governos.

O estabelecimento de mecanismo de consultas políticas regulares entre funcionários de alto nível das duas chancelarias tem objetivado igualmente estimular a colaboração política com a aplicação do diálogo sobre tema da agenda bilateral e multilateral. A corrente de comércio entre nossos países vem registrando sucessivos recordes desde 2003, havendo alcançado, em 2006, a soma de 735 milhões de dólares, com exportações brasileiras no valor de 589,7 milhões e importações de 145.6 milhões de dólares, com o saldo positivo para o Brasil de 444 milhões de dólares. Em 2007, até outubro, a corrente de comércio atingiu soma de 750 milhões de dólares, com exportações brasileiras no valor de 587.9 e importações de 166.2 milhões de dólares, com saldo parcial em favor do Brasil, de 421,6 milhões.

Os principais produtos que constam da pauta brasileira de exportações são os seguintes: Motocompressores, minério de ferro e seus concentrados e grão de soja. A Pauta de importações inclui avelãs, partes e acessórios de carrocerias para automóveis e materiais de polietileno em forma primária.

Diante do exposto, Sras. e Srs. Senadores, julgamos que os integrantes dessa Comissão possuem os elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial, nada mais podendo ser aduzido, no âmbito deste Relatório. Sala da Comissão, Presidente Heráclito Fortes, Relator Paulo Duque, Relator *ad hoc*, Inácio Arruda. Muito obrigado, senhor Presidente.

SENHOR PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Item 02, mensagem nº 67, de 2008, que submete apreciação do Senado Federal a indicação da Sra. Marília Sardenberg Gonçalves, Ministra de 2ª classe da carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores para exercer o cargo de embaixadora do Brasil junto à República da Eslováquia. A autoria, Presidência da República. Relatoria do Senador Eduardo Suplicy que, estando ausente, solicito ao Senador Jarbas Vasconcelos que faça o relatório *ad hoc*. Com a palavra, S.Exa.

SENADOR JARBAS VASCONCELOS (PMDB-PE): Senhor Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, o Projeto, como o próprio Presidente anunciou, foi distribuído ao Senador Eduardo Suplicy, que não se encontra presente. Daí a nossa nomeação para um relatório *ad hoc*.

É mensagem presidencial encaminhada ao Senado da República, submete à apreciação [interrupção no áudio] o nome da Sra. Marília Sardenberg Zelner Gonçalves, Ministra de 2ª Classe da carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República da Eslováquia.

É atribuição do Senado Federal ter competência privativa para a apreciação da matéria. O Ministério das Relações Exteriores cumpre a praxe de enviar currículo da Diplomata. A mesma ingressou na carreira diplomática no posto de 3ª Secretária, em 1972; ascendeu a Conselheira, em 1990 e a Ministra de 2ª classe, em 1997. Em todas as ocasiões, por merecimento.

Na Chancelaria, exerceu, entre outras, as seguintes funções: Coordenadora Executiva do gabinete do Ministro de Estado das Relações Exteriores, em 1993; Diretora-Geral do Departamento de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica, em 1999 e Diretora do Departamento de Temas Científicos e Tecnológicos, em 2003.

No exterior, desempenhou, entre outros, os cargos de Cônsul-geral em Roterdã, em 1994; Cônsul-geral no Porto, em 2004, e Embaixadora da Tunísia, em 2006. Tive a oportunidade, inclusive, senhor Presidente, de acompanhar o trabalho da Dra. Marília na cidade do Porto, uma cidade grande e tradicional, com muita história, em que ela desempenhou, de forma exemplar, sua função.

Foi agraciada, dentre outras, com a Ordem do Rio Branco, no grau Comendador, em 1994, e a Ordem do Mérito Científico, no grau de Comendador, em 2002. A indicada possui extensa atuação no campo dos Direitos Humanos, tendo participado, na condição de chefe de delegação ou de perita eleita, em diferentes missões, reuniões e grupos de trabalho. Nessa linha de atuação, são dignos de nota os vários artigos que publicou em periódicos internacionais.

Sobre o país designado, referimo-nos a algumas considerações trazidas pelo informe ministerial, no tocante às relações bilaterais, de modo a subsidiar a sabatina pela Comissão. É um país novo, fundado em 1993, com a cisão da Tchecoslováquia; o país ficou dividido entre a Tchecoslováquia e a República Tcheca. O país entrou para a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico em 2000, e, em 2004, entrou na Organização do Tratado do Atlântico Norte, a OTAN.

A Eslováquia ingressou na União Européia na primeira parte, que agregou 10 novos membros. Em 2003, a população referendou a adesão do país à União Européia.

No tocante ao relacionamento bilateral, observamos constante adensamento, com visitas oficiais de parte a parte, abertura de missões em caráter permanente e celebração de tratados em diferentes domínios. Do ponto de vista comercial, a balança, em 2007, ela foi deficitária para o Brasil. Exportamos cerca de 22 milhões de dólares e importamos aproximadamente 75 milhões de dólares.

Diante do exposto, senhor Presidente, julgamos que os integrantes desta Comissão possuem os elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial. É uma integrante do Itamaraty, que conheço, sei da sua responsabilidade, do seu desempenho e, sobretudo, da sua dimensão e tenho certeza de que ela, na nova missão a ocupar, como Embaixadora na Eslováquia, ela irá desempenhar com a mesma tenacidade com que fez em outras missões. É o parecer, Exa.

SENHOR PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Parecer pela aprovação, proferido pelo Senador Jarbas.

Passamos agora ao item 03 da Pauta, mensagem nº 69, de 2008 que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. Antônio Luiz Espínola Salgado, Ministro de 2ª classe da carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República islâmica do Irã. Autoria, Presidente da República. Relatoria, Senador Aloizio Mercadante que, estando ausente, solicito ao Senador Mozarildo

Cavalcanti que exerça a função de Relator *ad hoc*. Com a palavra, o nobre Senador.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Senhor Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, Srs. Embaixadores, esta Casa do Congresso Nacional é chamada a se manifestar sobre a indicação que o Senhor Presidente da República faz do Sr. Antônio Luiz Espínola Salgado, Ministro de 2ª classe da carreira de Diplomata do quadro permanente do Ministério das Relações Exteriores para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República islâmica do Irã.

A Constituição Federal atribui competência privativa ao Senado Federal para apreciar previamente e deliberar, por voto secreto, a escolha do chefe de missão diplomática em caráter permanente, art. 52, inciso IV. O Ministério das Relações Exteriores, atendendo a preceito regimental, elaborou *curriculum vitae* do interessado, do qual extraímos para esse relatório informações que se seguem: Nascido no Rio de Janeiro, filho de Antônio de Vicente da Silva Salgado e Gilda Espínola Salgado, graduou-se em Ciências Jurídicas pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, em 1974. No Instituto Rio Branco, concluiu, em 1980, o curso de preparação à carreira de Diplomata. Em 1990, o curso de aperfeiçoamento de diplomatas e, em 2003, o curso de altos estudos. Nomeado 3º Secretário em 1981, o Diplomata em apreço foi promovido a 2º Secretário, em 1986. Por merecimento, foi promovido a 1º Secretário, em 1992, a conselheiro, em 99, e a Ministro de 2ª classe, em 2006.

Entre os cargos exercidos e as missões importantes que participou, cumpre destacar os seguintes: Assessor da Divisão das Nações Unidas, em 91; 1º Secretário, em missão permanente em Genebra, em 94; Chefe da Divisão de Direitos Humanos, em 97; Conselheiro da Embaixada de Berna, em 2003; Chefe de gabinete da Subsecretaria-Geral Política I, em 2005; encarregado de negócios em missão transitória na Embaixada do Panamá, em 2006.

Consta ainda do processado, além do *curriculum vitae* relatado, documento informativo anexado pelo Ministério das Relações Exteriores sobre a República islâmica do Irã. Há dados básicos, dados sobre política interna e externa, bem como as informações sobre as relações bilaterais com o Brasil. A República islâmica do Irã caracteriza-se como República teocrática, composta predominantemente por muçulmanos xiitas, 89% da composição étnica; o líder supremo, indicado pela Assembléia dos Sábios, que é composta por clérigos, ocupa a posição de natureza vitalícia, atualmente pertencente ao aiatolá Ali Kamenei, trata-se da autoridade máxima do Irã, que detém, além das atribuições do

âmbito religioso, por meio de decisão em assunto do Poder Executivo, Legislativo e Judiciário. Exerce ainda influência sobre os candidatos à Presidência da República e comanda as Forças Armadas do país.

Atualmente, o Governo está controlado pela ala conservadora, desenhando-se um quadro de retrocesso em relação à aproximação com o ocidente, alinhada pelo ex-Presidente Mohammad Khatami, que foi sucedido pelo conservador Mahmoud Ahmadinejad nas eleições de 2005.

O Governo de Ahmadinejad buscou aproximar-se de países da América Latina, como estratégia para superar o isolamento a que foi submetido pelos Estados Unidos da América e países da Europa ocidental, principalmente em virtude das divergências em relação ao Programa Nuclear Civil Iraniano que, apesar de ter sido submetido, nos últimos anos, a inspeções regulares da Agência Internacional de Energia Atômica, conforme o que preconiza o Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares, ratificado pelo Irã, é caracterizado como de natureza militar pelos Governos daqueles países.

Relações bilaterais entre Brasil e Irã são cordiais, porém, estão abaixo das potencialidades. Vale reafirmar que relações com a América Latina ocupam posição de destaque na política externa iraniana. Além disso, o Governo do Irã identifica afinidades entre as agendas globais de ambos os países e pretende incrementar a cooperação bilateral nos campos energético, de turismo, acadêmico, cultural e no âmbito dos Direitos Humanos e da Organização das Nações Unidas.

O Brasil, por sua vez, visa a ampliar a cooperação econômica comercial com o Irã. Nos anos de 2006 e 2007, o Irã foi o principal mercado de exportações no Brasil Oriente Médio, embora ainda ocupe o segundo lugar no comércio bilateral total com países daquela região. O Irã é o 6º mercado de importações decorrentes do agronegócio brasileiro. Assim, o Brasil é o principal fornecedor para o Irã de complexo de soja, milho, açúcar, carne bovina, papel e celulose. Merece ainda destaque a exportação de produtos de confeitaria, resíduos das indústrias alimentares, alimentos para animais e, por fim, veículos aéreos, automóveis, tratores e ciclos.

Entre outros, o Brasil importa principalmente o trióxido de molibdênio; uvas secas; pistaches frescos; couros e tapetes. No campo energético, cumpre ressaltar que o Irã, apesar de grande exportador de petróleo bruto, possui reduzida capacidade no desenvolvimento da indústria de refinaria. Além disso, o aumento do consumo de combustíveis, acompanhado das consequências econômicas e ambientais, tem estimulado o Governo iraniano a encontrar alternativas energéticas, havendo, assim, espaço para iniciativa de

cooperação bilateral nos ramos de biocombustíveis e transportes.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabe aqui aduzir outras considerações no âmbito deste Relatório. É o Relatório, senhor Presidente.

SENHOR PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): O Relatório é pela aprovação. Concedo a palavra ao Sr. Embaixador Marcelo Andrade de Moraes Jardim, para fazer sua exposição.

SR. MARCELO ANDRADE MORAES JARDIM: Muito obrigado, senhor Presidente, Srs. Senadores. É uma honra muito grande poder voltar a essa Comissão, onde, há cinco anos atrás, fui sabatinado, quando da indicação que foi feita pelo senhor Presidente da República, para que eu assumisse a Embaixada junto ao Governo da Polônia. Volto hoje com... Cinco anos depois, novamente honrado pela confiança que coloca em mim o Chefe de Estado, o Ministro das Relações Exteriores, indicando meu nome para a Chefia da Embaixada do Brasil junto ao Governo da Turquia. A Turquia, país que deverei representar--

SENHOR PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Embaixador, queria pedir ao Senador Inácio Arruda para assumir. Eu vou receber o Vice-Presidente eleito do Paraguai, que [ininteligível] Comissão e, em seguida, retornarei e assumirei a Presidência...

[troca de Presidência]

SR. MARCELO ANDRADE MORAES JARDIM: Está ótimo, Presidente. A Turquia apresenta algumas notáveis singularidades. É, possivelmente, um dos poucos países no mundo dividido, em seu território... Seu território se divide entre dois continentes, uma parte no continente europeu e uma parcela mais ampla no continente asiático. Ao mesmo tempo, o território que ela ocupa hoje e ao qual sucede, como os diversos Estados que ali existiram no passado, é onde a civilização humana se implantou e que faz parte da história da humanidade desde a Antiguidade. O desfazimento do Império Otomano, em 1918, em seguida à derrota da Turquia, aliada das potências centrais na Primeira Guerra, e foi consolidada pelo Tratado de Sèvres e de Lausanne, vai lançar as bases de uma nova Turquia. O Império Otomano, juntamente com o Império Britânico, o Império Russo, o Império Germânico, o Império Habsburgo, da Áustria e Hungria, era uma das cinco grandes potências, junto com a França, a dominar a cena política e o cenário de poder internacional, ao final da primeira Guerra Mundial.

A nova Turquia é construída a partir de uma concepção nova, em um território infinitamente menor ao que foi ocupado pelo Império Otomano e seguindo a

diretriz de Kemal Atatürk, o líder que conseguiu reconstruir o país após a derrota de 1918. Kemal Atatürk, ao assumir o Governo, adota uma construção extremamente forte e rígida, em termos das chamadas liberdades individuais e, ao mesmo tempo, decide refundar um Estado, a partir da eliminação de todos os traços do islamismo.

O Império Otomano detinha, além do poder efetivo sobre alguns milhões de quilômetros quadrados, do que é hoje todo o Oriente Médio, todo o Norte da África e uma boa parte da Europa Oriental, detinha também a condição teocrática de poder, a partir do título de califa, do califato, de que era investido o sultão em Constantinopla. A Turquia, dessas condições, sobre Atatürk, faz uma reforma radical na sua estrutura e vai proibir o uso de indumentárias islâmicas, elimina o califato, interdita o uso da escrita árabe, substituída pelo alfabeto latino, bane as associações religiosas e impõe ao país uma Constituição e uma Legislação civil, penal, processual e comercial, praticamente copiada de matrizes européias.

Essa evolução cultural, contra 15 Séculos de constante islamização, transforma a Turquia em país que se encontra ainda hoje em busca de uma identidade de referências próprias, em um mundo no qual ela se confronta com uma vizinha árabe, com o Irã e com uma Europa Oriental balcânica, áreas todas essas de grande volatilidade.

A Turquia mantém hoje relações diplomáticas com todos os países. Durante a Guerra Fria, o país ocupou uma importante posição como o garantidor do flanco sul da Organização do Tratado do Atlântico Norte, e até hoje, após os Estados Unidos, a Turquia possui o mais forte, o mais numeroso contingente militar de defesa, dentre todos os demais membros da OTAN, à exceção, obviamente, do Reino Unido e a França, que possuem armamento nuclear, mas, em termos de efetivos militares, a Turquia é o grande *gendarme(F)*, digamos, dessa região.

No Oriente Médio, a Turquia mantém também relações com Israel e relações bastante próximas, inclusive, além do bom diálogo político, ela tem uma excelente cooperação no campo da indústria da defesa. As relações com a Grécia sempre foram complicadas através dos Séculos, como se vê no mapa que esteve ali focalizado há pouco, a chamada Magna Grécia era praticamente a Turquia. Então, apareceu, ainda há pouco, ali Esparta, Éfeso, enfim, Tróia... Todas as grandes localidades, todas as grandes cidades gregas praticamente, que estavam no que hoje é a Turquia. Com a Grécia, existe permanentemente colocado a questão... Colocada a questão de Chipre, cuja metade oriental, norte-oriental da ilha é objeto de uma ocupação pela

comunidade de origem turca, com o apoio militar, e o suporte militar do Governo Turco.

No plano interno, o país... As estruturas criadas pelo Kemal Atatürk, que é o pai da pátria, tinham por objetivo criar, a partir de um dos Estados mais atrasados do Século XIX, o início do Século XX, o chamado “homem doente da Europa”, “*the sick man of Europe*”, que era o Império Otomano, um Estado moderno.

Essas medidas que eu enunciei há pouco visavam, justamente através da secularização, desislamizar(F) o país, a tal ponto que hoje o conjunto de leis aprovadas pelo período Atatürk ainda permanece em quase sua inteireza, e é objeto de uma crescente contestação, na medida em que a população de 72 milhões de habitantes é, em 99%, muçulmana, professando a fé islâmica. A eleição recente do Presidente Abdullah Gül e do Primeiro Ministro e da ampla maioria do partido AKP, que é o partido do desenvolvimento e do progresso, que é um partido islâmico, passa a gerar a ameaça de uma crescente dessecularização e deslaicização do Estado e, obviamente, dirigindo-o para uma maior integração islâmica e para o que poderá vir a ser, futuramente, a criação de um Estado, como se referiu há pouco o Relator do meu colega que vai para o Irã, teocrático.

As relações da Turquia com os países do Oriente Médio são, portanto, muito boas. O grande Projeto atual, na Turquia, é a adesão à União Européia; esse processo vem se estendendo, desde 59 ou 60, quando ainda existia o Mercado Comum Europeu, e até hoje ainda encontra dificuldades. Essas dificuldades são de ordem crescente, eu diria, à medida que o tempo passa e que o cenário gerado pelo conflito entre civilizações, e, sobretudo, pelo fator religioso do Islã, da ampliação do Islã, vem hoje gerando grandes receios nas populações da maior parte dos países europeus, em relação à adesão da Turquia.

A incorporação de 72 milhões de muçulmanos, em condições iguais de competição e de direitos e de acesos a mercados de trabalho e a direitos políticos plenos, na União Européia, é um fator hoje de grande instabilidade e que pode vir, e certamente virá, a estender ainda mais o prazo de eventual entrada da Turquia nesse grupo, se de todo isso vier a ocorrer.

Eu queria me referir também às relações com os Estados Unidos, são muito boas, eu cheguei a usar a expressão *gendarme(F)*, que era uma expressão que era aplicada nos anos 50, 60 e 70, ao regime do Irã, do Xá do Irã, com a queda do Estado do Irã, a Turquia, que já era o *gendarme(F)* em relação à ameaça soviética de expansão às águas quentes do subterrâneo, passou a ser transferida para a Turquia.

Eu queria também mencionar a questão das relações com o Brasil e do interesse que nós temos com a Turquia. As relações são antigas e datam da época do Império brasileiro, com o então Império Otomano. Em 1958, foi assinado um tratado de amizade e comércio entre os dois Impérios. O Imperador Dom Pedro II esteve em Constantinopla e visitou o interior da Turquia e largas áreas do Império Otomano.

Em 1908, o Império Otomano abriu os consulados-gerais em São Paulo e no Rio. Em 1918, com o final da guerra e a dissolução do Império Otomano, a Turquia, um novo país, passa a estabelecer contatos informais com o Brasil e, em 1927, estabelece as relações diplomáticas e a assinatura de um novo tratado de comércio e amizade. As ligações da Turquia, no Rio de Janeiro, e do Brasil, na então... Em Constantinopla, viriam a ser abertas em 1930. Constantinopla já Istambul. As relações são muito boas, houve visitas do Presidente da Turquia Suleiman Demirel a Brasília, em 95, houve visitas, como foi mencionado na avaliação feita pelo Senador Inácio Arruda, do Ministro Celso Amorim, recentemente... Na Relatoria, perdão... À Turquia, a Ancara, em 2004; em 2006, recebemos aqui o então Ministro do Exterior da Turquia, Abdullah Gül, hoje Presidente.

Não há mais exigências de vistos de entrada, o Ministro Celso Amorim assinou um acordo nesse sentido, facilitando bastante o comércio. Há um acordo de defesa, assinado há dois anos atrás, e que se encontra ainda sendo apreciado aqui pela Câmara dos Deputados; deverá proximamente vir para o Senado. É um acordo interessante, tendo em vista a importância da indústria de defesa da Turquia para o Brasil e vice-versa. E o mercado turco para isso.

A Turquia, através da sua empresa aérea, *Turkish Airlines*, inaugurará, no segundo semestre, dois vôos diretos ligando Istambul a São Paulo; tem o Projeto de abertura também de um consulado geral, novo, em São Paulo. E, no plano econômico-comercial bilateral, o Brasil tem tido uma crescente participação e uma crescente entrada por lá. A PETROBRAS está instalada, com uma sede em Ancara, e explora, já vem *offshore*, o petróleo, retirando apenas gás, mas já definidas jazidas petrolíferas, no Mar Negro, num ponto ali ao norte de Ancara, chamado Sinop, e na fronteira com a Bulgária. É uma instalação física já importante, em Ancara, são 66 funcionários, entre Diretores, Gerentes, pessoal técnico, engenheiros, e o pessoal de campo, na exploração petrolífera no Mar Negro.

A EMBRAER dispõe de uma EMBRAER Militar, instalada em Ancara, e de uma EMBRAER comercial, aeronaves comerciais, em Istambul. Ela disputou já duas concorrências militares para aeronaves tipo mi-

litar, desses tucanos, e possivelmente terá bastantes chances de vir, em próxima licitação, a conseguir uma fatia pelo menos importante do mercado da aviação militar turca. A APEX, Agência de Promoção de Exportações deve abrir, está considerando a abertura de um grande centro distribuidor de produtos brasileiros, ao sul da Turquia, ao sudeste da Turquia, próximo à fronteira da Síria, num lugar chamado Mersin, e que... Próximo justamente à Síria e que foi usado, há um ano e meio atrás, dois anos atrás, quando houve o problema da evacuação de brasileiros do Líbano, como sendo o ponto de apoio do Governo Brasileiro para esse processo de evacuação.

Enfim, há tantas perspectivas. Há um número já importante, pequeno, as brasileiras instaladas em Istambul e a situação geográfica da Turquia e o *status* diferenciado desse país, relações com Israel, relações com todos os países árabes, um pé na União Européia, com a qual eles dispõem já, há 15 anos, de um acordo de liberação comercial absoluto, enfim, faz com que esse país disponha de... E a sua situação geográfica também, de condições que fazem deles um interlocutor, para nós, de boa qualidade.

Os números de comércio entre Brasil e Turquia montaram, nos últimos dois anos, em 2006, a 735 milhões de dólares, nos dois sentidos e, em 2007, 903 milhões de dólares. E as nossas exportações foram de 590 milhões de dólares e 693 milhões de dólares, respectivamente, nesses dois anos. O saldo global, em 2006 e 2007, do comércio bilateral a favor do Brasil, foi de quase um bilhão de dólares. E essa tendência crescente vem se manifestando já, nos números liberados pelo MDIC para o primeiro trimestre do corrente ano.

O trabalho a ser executado pelo embaixador em Ancara, em meu entender, deve-se guiar com uma visão realista e pragmática da natureza das relações entre os dois países. A distância geográfica e a inserção dos dois países em regiões com características diferenciadas geram também, para suas diplomacias, prioridades diferenciadas, limitando a convergência de interesses principalmente, no meu entender, a questões globais.

Nesse quadro, a Turquia, embora parceira de muito boa qualidade, não faz parte do círculo imediatamente prioritário das nossas relações diplomáticas, não podem nem ser referidas como estratégicas. É, sim, de grande interesse. O enfoque a ser dado nesse relacionamento deve ser, em nosso entender, de continuidade às corretas e boas relações que vêm marcando, há 150 anos, essa interação. Desde a época, portanto, do Império. Os dois Impérios.

No plano multilateral, se faz bastante importante uma intensificação de contatos e uma maior intimidade

entre as duas diplomacias, o que... Sobretudo em relação a questões de interesses do Brasil nas Nações Unidas e, em especial, à questão da reforma do Conselho das Nações Unidas e a nosso pleito de nele vir a fazer parte.

A Turquia tem um peso específico importante no seu cenário regional e é um país que tem uma diplomacia profissional, de muito boa qualidade. Nos casos também dos desdobramentos políticos da situação no Oriente Médio, onde o Brasil vem tendo também uma crescente, uma crescente participação construtiva, uma relação mais íntima e um diálogo político mais eficiente com a Turquia é extremamente desejável. Há um... Uma Comissão de alto nível entre os Ministros e as chancelarias, criados quando da ida a Ancara do Ministro Celso Amorim, e que vem sendo gradualmente implementado como um instrumento muito útil. Mas, principalmente, no plano econômico e comercial, é que, em nosso entender, devem se situar... Deve se situar o foco prioritário desse relacionamento. As perspectivas da presença da PETROBRAS e a sua expansão a outras regiões, a partir da sua base na Turquia, inclusive a riquíssimas regiões petrolíferas do Azerbaijão, do Mar Cáspio, o próprio Mar Negro, até o Cazaquistão, deverão constituir uma seqüência natural ao bom êxito e à boa qualificação técnica do trabalho que a empresa vem exercendo ali.

As perspectivas que se abrem, sobretudo para a EMBRAER, são muito boas. A instalação do entreposto da APEX, numa região a qual ela se situará, se dirigirá não apenas ao mercado da Turquia, mas da Síria, de Israel, de todo o Oriente Médio, do Iraque, representa também uma oportunidade relevante e que caberá a nós procurar implementar e apoiar nesse sentido.

São esses os pontos, no meu entender, senhor Presidente, que deverão nortear, portanto, o que eu entendo seja a ação do Embaixador do Brasil. E eu agradeço imensamente a V.Exa., Presidente Heráclito Fortes, aos demais Senadores, o privilégio e a honra de terem me recebido aqui nessa Sessão. Muito obrigado.

SENHOR PRESIDENTE SENADOR INÁCIO ARUDA (PCdoB-CE): Agradeço ao Embaixador Marcelo Andrade de Moraes Jardim, que irá para essa importante missão na Turquia. Com certeza, receberá a nossa aprovação. E concedo a palavra à Sra. Embaixadora Marília Sardenberg Zelnher Gonçalves. Acho que, com essa ida de V.Sa. para a Eslováquia, a família vai ficar mais unida, mais próxima.

SRA. MARÍLIA SARDENBERG ZELNER GONÇALVES: Senhor Presidente, Srs. Senadores, também como meu colega Embaixador Marcelo, é a segunda vez que eu tenho a honra de passar por esta Comissão. Há

dois anos atrás, eu estive aqui, quando meu nome foi considerado para Embaixadora na Tunísia. Na ocasião, foi interessante observar que foi a primeira vez que o Governo Brasileiro nomeou uma Embaixadora mulher para um país árabe. Acredito que agora já... Essa primeira decisão já foi seguida em vários casos.

Eu volto aqui hoje para a Sessão de consideração do meu nome como Embaixadora na República Eslovaca ou na Eslováquia, e estou muito feliz com esse novo desafio porque, contrariamente aos meus colegas que aqui estão na Mesa, eu não estou indo para uma Embaixada já estabelecida e, sim, para uma Embaixada que ainda vai ser aberta. Como os senhores sabem, o Governo Brasileiro decidiu abrir uma Embaixada residente em Bratislava, dentro do esforço do Ministério das Relações Exteriores de ampliar a presença brasileira em todas as regiões do mundo, para poder atender à nova posição brasileira de interlocutor, de *global player*, como dizemos nas relações internacionais, em todas as regiões do globo, para estar presente, ativo, e poder identificar os interesses brasileiros nos diferentes países.

Em que pese essa importância do fato, de que é uma nova repartição brasileira no exterior que está sendo aberta, eu gostaria de enfatizar que as relações do Brasil com a Eslováquia já têm uma história importante porque, desde a independência do país, em 1993, as relações bilaterais foram tratadas por outras embaixadas do Brasil no exterior. Primeiro, pela Embaixada em praga, e, a partir de 1996, pela Embaixada em Viena. Então, graças ao trabalho realizado pelos Embaixadores do Brasil nesses dois postos e graças ao que já se construiu como relação bilateral, eu pude hoje ter alguns subsídios para pensar um pouco, de maneira exploratória, de qual poderia ser a missão dessa nova Embaixada que está se criando, Embaixada residente em Bratislava.

A Eslováquia, Srs. Senadores, conjuga uma riqueza enorme do seu passado e uma história milenar. Também já havia populações eslavas nessa região desde a Antiguidade. Mas, no momento, nós temos um presente extremamente próspero e moderno e estamos olhando para o futuro do país, um futuro extremamente promissor. Para vocês terem... Para os senhores terem uma idéia, o Produto Interno Bruto da Eslováquia teria crescido, em 2007, a níveis de 10.3%, a partir de um patamar de 8.5 em 2006. O país parece, portanto, estar entrando num ciclo positivo de desenvolvimento, alavancado, sobretudo, pelo processo de integração... Sua integração na União Européia, sendo caracterizado pelos analistas como um país que teria ultrapassado a chamada fase de transição para ingressar numa economia de mercado.

A partir dessas condições, eu expressaria o propósito, caso venha ser aprovada pela Comissão, que eu espero que seja o caso, senhor Presidente, gostaria de expressar meu propósito de empenhar e construir, consolidar, ampliar e intensificar as relações bilaterais, imprimindo uma nova dinâmica à cooperação com o Brasil e alargando parcerias nos diversos campos de interesse comum.

Vou fazer alguns comentários curtos porque a introdução do Relator já cobriu alguns fatos importantes da história da Eslováquia e algumas características especiais do país, mas vou fazer comentários curtos, para depois me alongar um pouquinho mais sobre as propostas que possam ser consideradas.

A Eslováquia, como nós vimos no mapa, é um país localizado na Europa central e é todo marcado por montanhas; montanhas muito elevadas, montanhas menos elevadas e montanhas pouco elevadas. Ao sul bacia, e o país, como vocês podem ver no mapa, é um país que nós consideramos chamado *landlocked*, ou seja, ele é circundado de terra. Ela foi parte da grande Hungria até 1918, quando, então, ela se uniu ao território tcheco, à Morávia e à Silésia, para formar a Tchecoslováquia.

Em 39, logo antes da II Guerra Mundial, o país declarou sua independência sob pressão da Alemanha Nazista. Em 1945, voltou a unir-se à Tchecoslováquia, que passa, então, à esfera Soviética, em 48, até 1989. Em 93, os dois países se separaram. Foi uma separação amigável. Tanto que essa separação é chamada de “divórcio de veludo”, porque os dois países acordaram uma separação, assinaram um tratado e passamos a ter a República Tcheca e a República Eslovaca. Como os senhores podem perceber, é uma data extremamente recente. Portanto, em 93, a Eslováquia se tornou independente; tem 18 anos de vida; está atingindo a maioridade. Mas esses 18 anos são muito importantes, não somente para nossas relações bilaterais, como para a própria consolidação da Eslováquia como país independente.

Seria, então, interessante notar nesse ponto a singularidade desse país, quando se olha a história e o seu percurso. Então, saiu de um passado rico e passou por uma fase muito longa, totalitária e comunista, passou a integrar diferentes conglomerados de Estados, ao correr da sua existência, e agora, então, começa momento da sua história, um momento solo, empreendendo uma trajetória nova, em busca da democracia, do desenvolvimento.

Recentemente, em 2004, a Eslováquia foi aceita na União Européia e se tornou membro da Organização do Atlântico Norte, da OTAN. Trata-se, portanto, de um começo, de um recomeço de uma abertura. E,

nesse momento, o estabelecimento de uma Embaixada residente em Bratislava pode ser uma real janela de oportunidade. Nós temos que olhar essas relações não somente pelo que já existe de concreto, mas pelo que elas podem representar no futuro, pelo fato dos dois países estarem também num momento muito particular da sua história.

Trata-se, portanto, de uma coincidência muito poderosa, que traz também em si um grande desafio, que é o desafio do conhecimento mútuo, com vistas a melhor identificar as convergências e as potencialidades entre os dois países, de modo a poder construir uma cooperação frutuosa de interesse recíproco. Poderíamos até dizer que o Brasil poderia construir uma nova parceria, numa região que é extremamente estratégica no mundo e com um país, como nós mesmos, trilhando o caminho da democracia e do desenvolvimento e buscando a melhoria da qualidade do seu povo. O relacionamento entre o Brasil e a Eslováquia tem sido marcado por um diálogo extremamente amistoso e construtivo, mas não intenso. E, talvez, mesmo por causa do fato de nós não termos uma Embaixada residente no país.

Desde a independência da Eslováquia, esse relacionamento foi marcado por diversas visitas. Visitas em nível ministerial, visitas em nível de Secretário de Estado, estabeleceu-se uma pequena cooperação na área militar e essas visitas culminaram, em 2001 e 2002, com duas importantes visitas presidenciais: O Presidente da Eslováquia esteve no Brasil e o Presidente brasileiro, naquela época, Fernando Henrique Cardoso, esteve na Eslováquia. Isso, pode-se dizer, que foi o patamar importante, que se estabeleceu no relacionamento político entre os dois países, por ocasião dessas visitas. Naturalmente que essas visitas geraram uma série de iniciativas, uma série de acordos, mas, sobretudo, ofereceram oportunidade aos dois Presidentes de tratarem das principais questões importantes no cenário internacional, buscando já uma certa convergência e identificação daqueles pontos que poderiam servir para a construção de uma relação mais sólida.

Um pouquinho depois disso, já em 2004, estabeleceu-se um consulado honorário do Brasil, em Bratislava, com jurisdição para todo o país. O primeiro cônsul era um eslovaco, que tinha muitos laços com o Brasil, mas esse mandato já terminou e creio que esse vai ser um dos meus desafios, identificar um novo Cônsul honorário do Brasil, em Bratislava, que possa vir auxiliar na intensificação das relações.

Em termos de contatos de alto nível, existe pendente uma visita do Primeiro-Ministro da Eslováquia, que chegou a ser marcada para 2007 e depois adiada

por motivos de política interna. Agora, há uma previsão de que essa visita possa se realizar em 2009. O Primeiro Ministro da Eslováquia, que se chama Robert Fico, está no poder desde 2006 e estava preparando uma grande visita, acompanhado de uma missão empresarial e com possibilidade de assinatura de acordos. Então, essa visita precisa ser preparada e precisa ser, realmente, realizada em 2009, que nos parece uma data adequada, uma vez que haverá tempo para a instalação física da Embaixada em Bratislava, e as providências que precisam ser tomadas, quando se chega num país e precisa construir a presença brasileira desde seu ponto mais baixo.

Em termos das relações econômicas e comerciais, a Eslováquia é um país que se industrializou na segunda metade do Século XX, sob governo comunista e com uma grande ênfase no desenvolvimento da indústria pesada, inclusive produção de equipamentos de aço como pilar do desenvolvimento econômico. A Tchecoslováquia chegou a ser o principal país produtor de armas da região. Hoje em dia, ainda o setor industrial continua dominando a economia Eslovaca. Agora, tem que se lembrar que, no início da década de 90, quando houve a separação dos dois países, a economia eslovaca, que estava sempre subordinada à economia tcheca, teve que passar por todo um sistema de transformação do sistema socialista centralizado, planejamento centralizado, para uma economia de mercado. Esse processo, evidentemente, gerou muitos problemas do ponto de vista interno, como desemprego, como alta taxa de inflação e problemas com nível de vida da população baixa, do nível de vida da população.

Nessa época, a gente pode identificar muito claramente o dilema que se coloca no país que saiu do regime comunista e que procura se integrar à União Européia. A opinião pública é muito dividida. Há sempre uma certa alternância de poder, nesses anos a partir da independência, entre aqueles grupos políticos que apóiam a Rússia, procuram uma aliança com a Rússia, procuram uma intensificação das relações, e aqueles outros grupos que favorecem a integração União Européia, favorecem o favorecimento da democracia e esses dois grupos têm se alternado no poder, a ponto de chegar, no momento atual, com um Governo extremamente peculiar, que é uma aliança entre a esquerda e a extrema-direita. Essa aliança foi extremamente condenada por vários partidos socialistas da Europa, que consideraram um absurdo que o Partido Socialista Eslovaco, que é fundado pelo seu atual Primeiro Ministro, se chama Direção, esse partido, pudesse se aliar com partidos de extrema-direita, inclusive partidos que combatem a presença das minorias étnicas

na Eslováquia, que é um dos traços da sua história. Há uma percentagem muito grande de húngaros no país, cerca de 10%, e há uma porcentagem grande também de ciganos, os chamados Roma.

E essa questão das minorias étnicas é um dos pontos de, às vezes, atrito com a União Européia, por causa do tratamento dessas minorias. Também essa questão se coloca politicamente, dentro da situação interna do país, como um fator que serve de pêndulo às eleições; quando o partido que está no poder é o partido mais ligado à Europa Ocidental, há uma proteção dos direitos húngaros, por exemplo, leis que possibilitam uso do idioma húngaro, a participação política. Quando há alternância política, então, há uma repressão das minorias e, muitas vezes, uma discriminação e um tratamento absolutamente discriminatório das minorias húngaras.

Por causa de toda essa transformação de uma economia de planejamento centralizado para uma economia de mercado, o Governo eslovaco se empenhou num processo... Um programa muito amplo de reforma, procurando cumprir também todas aquelas normas que possibilitariam a integração à União Européia. Isso foi bem sucedido e finalmente a Eslováquia foi integrada à União Européia, na primeira leva, em 2004, e agora está levando adiante esse programa de reformas e está fazendo todo o processo de internalização dos chamados *acquis communautaire*. Para ter uma idéia, nos últimos anos, eles adotaram mais de 500 leis no processo de internalização de todos os *acquis communautaire* no país antigamente comunista.

Os resultados têm sido extremamente favoráveis. Ou seja, todo esse processo, esse empenho do Governo tem obtido resultados muito favoráveis, sobretudo na atração de investimentos externos. O país recebeu, em 2001, 2000, cerca de dois bilhões de investimentos diretos, montantes superior a todos os recebidos no país nos anos 90. Segundo estimativas também do Banco Nacional da Eslováquia, o PIB, como eu já disse, teria crescido, em 2007, a taxas consideradas quase chinesas, 10.3, e com previsões ainda de incremento mesmo, por exemplo, para 2008, há uma previsão de redução, por causa de todo o cenário internacional, mas, mesmo assim, espera-se um crescimento de 7.5. A taxa de desemprego também foi controlada. Chegou a ser das mais altas da região. Hoje em dia, se reduziu a 10.4, em 2006, que é o nível mais baixo já obtido, e chegando, em 2007, a 8.4. Nesse quadro das nossas relações econômico-comerciais, é importante mencionar que existe uma empresa brasileira que está localizada na Eslováquia. É a Empresa Brasileira de Compressores, que tem a sigla de EMBRACO, e que é uma empresa que constrói motores de compressão,

compressores de motor... E é uma empresa que tem cerca de dois mil empregados e que, quando foi instalada na Eslováquia, gerou cerca de 800 empregos diretos. Essa empresa logrou levar para a Eslováquia, além da própria instalação da fábrica, mais três fornecedores brasileiros e representa um motor de esperança e um motor de progresso na região. Não é próximo a Bratislava, é longe de Bratislava, cerca de 350 quilômetros de Bratislava, para oeste.

Finalmente, queria fazer uma menção sobre o comércio bilateral, que ainda está muito aquém do potencial que existe. Segundo estudo realizado em 2004, pelo MDIC, a Eslováquia representava o 5º maior mercado para exportações brasileiras, entre os novos países que entraram para a União Européia. Antes da entrada do país para a União Européia, as nossas exportações cresceram significativamente, passando de quatro milhões de dólares, em 2001, para seis milhões, em 2002, e depois, atingindo um montante de 23 milhões, em 2003, que ainda se mantém, como o Relator citou. Mas, esse crescimento exponencial, de seis milhões para 23 milhões, foi um aumento de 475% em relação a 2001, e de 279% em relação a 2002.

Os principais produtos exportados para a Eslováquia, em geral, são tubos catódicos para televisão em cores, discos de fricção, minério de ferro, tratores rodoviários para reboques, pistões ou êmbolos de compressores de ar, outras máquinas e aparelhos mecânicos; carne de frango, fumo de vários tipos.

Diante do exposto, levando em consideração essas potencialidades que eu apontei e, sobretudo, a abertura da nossa Embaixada residente em Bratislava, que foi um antigo pleito eslovaco, nas diferentes visitas presidenciais, houve sempre um pedido de que o Brasil tivesse essa presença física em Bratislava porque a Eslováquia, desde o seu... Sua independência, ela nunca fechou a Embaixada em Brasília. Houve a divisão, dividiram as duas, a Embaixada e a Chancelaria, e a Eslováquia sempre esteve presente no Brasil, apesar do Brasil não ter uma Embaixada na sua capital.

Então, agora, nós podemos imaginar que, com a presença da Embaixada, teremos uma possibilidade de uma dinamização e mudança de patamar nas relações bilaterais em todos os campos. A Eslováquia está vivendo esse momento muito particular da sua história, sendo membro agora da União Européia, da OCDE, da OECE e da OTAN, e também uma presença ativa nas Nações Unidas, inclusive, eles foram membro do Conselho de Segurança, membro não-permanente, no biênio 2006/2007, época que a Eslováquia presidiu o Conselho de Segurança, numa atuação extremamente ativa, e também já é parte integrante do Espaço Schengen, embora ainda não tenha entrado na zona

do Euro. A previsão da entrada para a zona do Euro é para 1º de janeiro de 2009. Mas há uma certa dúvida, entre os analistas, se realmente será possível entrar em janeiro de 2009, devido a alguns problemas de déficit público e problemas de inflação.

A missão da nova Embaixada em Bratislava deverá ser a consolidação e diversificação das relações bilaterais. No quadro de uma regional, o Brasil poderá tirar partido daquilo que a Eslováquia considera sua principal vantagem comparativa, que é a de ter grande conhecimento da região e seus conflitos, como instrumento para a solução de controvérsias. A Eslováquia se vê um pouco como país ponte. Aquele país que compreende os conflitos e que procura mediar os conflitos e procura solucionar os conflitos. Eu acho que aí nós temos também uma identidade com o Brasil. Eu não preciso mencionar as inúmeras ocasiões em que o Brasil também tem funcionado como país ponte, procurando abrir seu diálogo e superar conflitos e, muitas vezes, mediar conflitos.

Através de uma observação estratégica da sub-região, o Brasil poderá acompanhar de perto as mudanças que estão por vir, tanto no campo político quanto no campo econômico no país, beneficiando de potencialidades existentes. Existem espaço e vontade política para o estabelecimento de uma concertação política no âmbito sub-regional e internacional no contexto de um protocolo que já assinamos com os eslovacos, que é o protocolo de cooperação em consultas diplomáticas. Esse protocolo está em vigor desde 2001. Também existem caminhos claros para a ampliação e a diversificação das pautas de importação e exportação para a formação de parcerias entre empresas e a instalação de novas empresas, permitindo ao Brasil beneficiar-se da condição da Eslováquia de membro da União Européia.

Existem também interesses e convergências para o desenvolvimento de uma ativa cooperação científica, tecnológica, acadêmica e técnica, do contexto do acordo que nós também já assinamos com a República Eslovaca, que também já está em vigor desde 1990, o acordo quadro. Inclusive de iniciativas de caráter triangular, fazendo uso das facilidades que a União Européia tem apresentado.

Existe, finalmente, um enorme desconhecimento entre os dois países e as suas tradições e a sua cultura. Portanto, creio que uma das primeiras iniciativas que poderíamos tomar seria a organização de um programa cultural intenso, também com base no acordo de cooperação cultural que já foi assinado com o país. Esse programa de ação cultural poderá levar o Brasil à Eslováquia e trazer a Eslováquia ao Brasil, superando essa lacuna do desconhecimento e servindo de base

para o desenvolvimento de uma cooperação mais sólida e mais concreta em outros domínios.

Essas são as áreas que eu consideraria prioritárias na esteira da abertura da Embaixada residente em Bratislava. Naturalmente, que essas propostas são muito exploratórias. Pela experiência que tive na Tunísia, acho que a presença no país, muitas vezes, altera as percepções. Uma coisa é a gente ler sobre o país e estudar o país, outra coisa é a gente estar presente, buscando realizar e buscando compreender aquele país para realmente identificar os interesses que podem atender também as demandas brasileiras.

Eu gostaria de reiterar meu agradecimento à Comissão e reiterar meu empenho em fazer o melhor para defender os interesses brasileiros, dando maior visibilidade à presença do Brasil na Eslováquia e maior substância às nossas relações bilaterais em todos os campos. Muito obrigado, Presidente.

[troca de Presidência]

SENHOR PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO

FORTES (DEM-PI): A Comissão agradece a colocação de V.Exa. e concede a palavra ao Embaixador Antônio Luiz Espínola Salgado, para que faça sua exposição.

SR. ANTÔNIO LUIZ ESPÍNOLA SALGADO:

Muito obrigado, senhor Presidente. É, para mim, uma honra também muito grande comparecer a esta Comissão para submeter-me ao exame de minha indicação por V.Exas.

Senhor Presidente, o Irã pode ser considerado uma potência regional. Isso em virtude de vários fatores, como território relativamente extenso, tem um milhão e 700 mil quilômetros quadrados, mais ou menos, uma área um pouco superior à do Estado do Amazonas e três vezes o tamanho da França. Tem uma população de 70 milhões de habitantes, que é a maior da região do Golfo, é maior de que todos os países do Golfo somados.

Recursos naturais importantes: O Irã tem as segundas maiores reservas de gás e petróleo do mundo, depois da Rússia. É o quarto produtor mundial de petróleo e o segundo, dentro da OPEP. Tem um parque industrial diversificado, inclusive, com uma indústria bélica de certo vulto, o que também distingue o Irã dos demais países do Golfo e tem um fator muito importante também, que é um país que tem grande sentido de identidade nacional, assentada numa continuidade histórica que atravessa milênios.

O Estado iraniano se constitui no VI Século antes de Cristo, para os senhores terem uma idéia, na época de Ciro, o grande, já havia um passaporte persa. Então, isso também distingue muito o Irã dos países do entorno, que são países, na sua grande parte, surgidos depois da primeira Guerra Mundial e até muito depois

também. São países, às vezes, até biônicos. Não é o caso da Turquia. Mas a Turquia, às vezes, não é considerada também dentro dessa região.

Além desses fatores, que seriam mais de ordem histórica e geopolítica, o Irã também tem um elemento de vontade, aí, importante para que ele possa ser caracterizado como uma potência regional. É um país deseja influir nos destinos da região, para que os seus interesses sejam levados em conta e é um país que procura se dotar dos meios para alcançar esse objetivo.

No que tange à política interna, como os senhores sabem, desde 1979, quando a evolução islâmica derruba o regime do Xá, o Irã está submetido a um regime que pode ser considerado teocrático. Não somente porque toda a Legislação iraniana tem que se reportar à Xaria, à lei religiosa, como também pelo fato de a autoridade máxima estar nas mãos de um líder religioso, que é o líder Supremo atualmente, o aiatolá Ali Khamenei. Além disso, há todo um aparato institucional, cuja função é evitar, o máximo possível, que as linhas básicas do regime sejam alteradas.

Para os senhores terem uma idéia, toda a Legislação que é aprovada no Parlamento, no Parlamento unicameral, ela tem que ser revista pelo Conselho dos Guardiões, que é um órgão não eletivo, composto metade por clérigos, metade por juristas especializados no direito islâmico; em caso de dúvida, vai para o Conselho de expediência que, em geral, corrobora as decisões do Conselho de Guardiões, então, é um sistema que é muito amarrado.

Com relação aos desenvolvimentos mais recentes, nós acabamos de ter uma eleição para o Parlamento, em março, com o segundo turno agora foi ontem ou anteontem... Dessas eleições resultou uma grande vitória dos conservadores, que são em diversas tendências. O Parlamento tem 290 assentos; cerca de 230 foram para os conservadores; 30 para os setores considerados reformistas e 30 para os independentes. Então, eles contam com uma grande maioria no Parlamento. Agora, entre essas facções conservadoras que ganharam, as correntes que apóiam o atual Presidente Ahmadinejad, que é considerado um linha dura, é um homem egresso dos meios paramilitares e dos meios de inteligência, foi um guarda revolucionário inteiramente identificado com os ideais da revolução em 1989. As correntes que o apóiam tiveram uma boa performance, mas há também correntes que discordam um pouco da sua linha, embora pertencentes à mesma corrente. E algumas personalidades como Ali Larijani, que foi o ex-negociador nuclear do Irã, que é considerado um conservador um pouco mais pragmático, mais flexível, teve um grande desempenho na sua cidade natal. E o Prefeito de Teerã atual também. Então, provavelmente

a disputa presidencial, em 2009, será decidida entre esses três personagens. Mas também tudo é muito sujeito a imprevistos.

A política externa iraniana pode ser dividida em três fases: A primeira fase, que dura 10 anos depois do começo da revolução até a morte do Aiatolá Khomeini, e que coincide, em grande parte também, com a Guerra do Golfo, que vai de 80 até 88; é uma fase caracterizada por grande exaltação revolucionária, com discursos muito inflamados. Fala-se abertamente na exportação da Revolução islâmica.

Agora, claro que também é uma época que presencia a guinada radical da política externa iraniana. Há ruptura das relações com os Estados Unidos, precipitada também pelo episódio da ocupação da Embaixada Americana em Teerã, que dura mais de um ano; há ruptura das relações com Israel, que era também um grande aliado no Irã na época do Xá; há o ingresso do Irã num movimento não alinhado; eles passam a ser militantes não alinhados porque tem que lembrar que eles, apesar do distanciamento, da ruptura com os Estados Unidos, eles tampouco se aproximam do bloco soviético. O aiatolá Khomeini considerava a União Soviética o segundo grande satã.

Então, essa fase dura até 89, quando o aiatolá morre e é substituído pelo atual líder supremo Khomeini. Aí, nesse momento, o país está inteiramente destruído, quer dizer, grande parte destruída pela Guerra Irã/Iraque e há uma necessidade grande de reconstrução que leva a adoção de uma política externa mais pragmática, que vai ser executada pelo Presidente Rafsanjani, nos seus dois mandatos, e depois pelo Presidente Hatami, também nos seus dois mandatos.

Aí nessa fase, há uma melhoria grande das relações com as potências ocidentais, sobretudo européias, Estados Unidos continuam inteiramente fora do esquema, com o Japão, e uma recomposição pode-se assim, dizer com as relações... Das relações do Irã com os países do Golfo, que, na primeira fase, tinham ficado inteiramente acudados e assustados com a retórica inflamada do regime islâmico nos seus primeiros anos.

O Presidente Hatami é de uma linha progressista, liberal, é homem intelectual, estudou na Alemanha, a tese sobre filosofia de Hegel, se não me engano, continua essa linha pragmática e até vai mais um pouco adiante, faz viagens à Europa, procura implementar no plano interno medidas liberalizantes, não com total sucesso, devido a essas peculiaridades do sistema político iraniano, às quais aludi anteriormente, e que impedem, graças à atuação do Conselho de Guardiões, que quaisquer reformas vistas como uma ameaça ao regime prosperem.

É bom lembrar que o Hatami, ele condena os atentados de 11 de setembro, nos Estados Unidos, e colabora também na luta contra os Talibãs, tornando-se, nesse momento, um aliado objetivo dos Estados Unidos. Mas isso não impede que o Bush declare, em 2001 ainda, que o Irã, juntamente com a Coreia do Norte, com a Síria e com o Iraque, seriam países constituindo parte do “eixo do mal”.

Essa fase pragmática, que seria uma segunda fase, dá lugar a uma terceira fase, que poderíamos considerar a partir da assunção do Presidente atual, Ahmadinejad, que, como eu disse, é considerado um linha dura. Aí, o pragmatismo não é abandonado. As relações com o Golfo continuam boas, com os europeus também, mas há um retorno de uma retórica característica dos primeiros anos da revolução e, sobretudo, para ilustrar isso, devem ser citadas as declarações do Ahmadinejad com relação a Israel, no sentido de que o mundo ficaria bem sem o Estado de Israel e negando também o Holocausto.

Passaria agora para... Bom, mas está faltando o essencial aqui. A política iraniana atual, evidentemente, é vista pelos Estados Unidos como antagonica aos seus interesses e aos interesses de seu principal aliado na região, Israel. Isso, devido ao apoio do regime islâmico, há movimentos considerados extremistas, sobretudo no Líbano, nos territórios ocupados, ao Hezbollah, no Líbano, no caso dos territórios ao Hamas e ao Jihad islâmico, e também aos movimentos extremistas, considerados extremistas, xiitas, atuantes no sul do Iraque.

Mas, a questão, evidentemente, que mais contribui para a tensão no relacionamento com os Estados Unidos é a questão nuclear, que tem início em 2002, com a revelação, por um dissidente... Por dissidentes iranianos no exterior, da existência de um programa nuclear clandestino, não declarado, como deveria ser.

Para resumir a história, aí, cria-se uma crise de confiança com a unidade internacional. O assunto é tratado primeiro no âmbito da EAA, mas, em 2006, diante da ausência de resultados, o dossiê é encaminhado ao Conselho de Segurança das Nações Unidas, onde permanece até hoje; já houve quatro Resoluções sobre o assunto, com uma série de sanções aplicadas ao Irã, visto que ele não cumpriu com a exigência determinada na primeira das resoluções de suspensão do enriquecimento e reprocessamento do urânio. Várias sanções estão em vigor, incidentes sobretudo na área de tecnologia, de exportação de bens e tecnologia da área nuclear e miscilística(F) e também sanções financeiras, bloqueio de ativos de certas entidades e de certas pessoas, no Irã, ligadas ao programa nuclear.

Apesar disso, os últimos desenvolvimentos não deixaram de ser favoráveis ao Irã; o último relatório da Agência considerou que o Irã havia esclarecido todos os pontos pendentes e... Com exceção do que eles chamam de estudos alegados de construção de armas. Isso o Irã ainda vai ter que responder, mas, desde já, considerou essa alegação resultado de uma fabricação do Serviço de inteligência dos Estados Unidos.

O Relatório dos serviços de inteligência americanos, no final de dezembro também, afirmando que o Irã interrompeu, em 2003, o seu programa nuclear com fins militares, juntamente com esse Relatório da EAA, que não deixa, a meu ver, de ser favorável ao Irã, tirou muito a base para aqueles, nos Estados Unidos e em outras capitais, que consideravam a hipótese de uma opção militar para resolver a crise nuclear com o Irã.

Com relação à economia, deve ser destacado primeiramente é o fato de ser uma economia em grande parte dependente do petróleo. Embora com participação no PIB, o petróleo venha decaindo nos últimos anos. Mais ainda assim, o petróleo constitui 90%, mais ou menos, das receitas de importação e quase 80% das receitas estatais.

Além disso, é uma economia ainda altamente estatizada. A estatização já tem início na época do Xá, onde já era em grande parte estatizada, e ganha um grande impulso, evidentemente nos primeiros anos da Revolução. Esse excesso de participação estatal na economia produz algumas ineficiências: Há muita burocracia, há influência política demasiada na condução das empresas públicas; o sistema bancário é ainda muito obsoleto, ele opera não obedecendo a critérios comerciais; o Banco Central não é independente, embora seja formado por técnicos que gostariam de ter maior independência. Ele é subordinado ao Ministério da economia, praticamente, e finanças; a taxa de juros, que lá eles de taxa de lucro, que os juros são proibidos no Islã, não é fixada pelo Banco Central e, sim, pelo Ministério da economia, enfim, há várias ineficiências, mas que são cobertas pelas grandes receitas que eles obtêm com o petróleo, sobretudo nessa fase de preços mais elevados. O Irã cresceu 4,3%, em 2007; nos anos anteriores, cresceu em torno de cinco, 6%. Então, essas ineficiências todas da economia são em parte compensadas pelos grandes ganhos que eles obtêm com a exportação de petróleo.

Há um programa de privatização em curso, desde meados dos anos 90, mas que estava engatinhando e encaminhando muito lentamente, devido a impedimentos constitucionais. As primeiras empresas privatizadas eram empresas, em geral, de pequeno porte e muitas operando no prejuízo. Então, é um programa que estava realmente tolhido, mas, em 2004, em 2007,

o líder Supremo sanciona uma Emenda à Constituição iraniana, ao artigo que reservava quase todos os setores da economia por Estado e, a partir dessa Emenda, vislumbra-se a possibilidade de implementação de um novo programa de privatização, que deverá privatizar... Das 1500 empresas públicas, somente 50 ficariam nas mãos do Estado. O Estado continuaria... Ao Estado continuaria reservado o domínio de setores estratégicos, como a exploração, as atividades petrolíferas, *upstream* setor bancário, principal, navegação, aviação e uma parte do setor de Minas, telecomunicações.

Então, abre-se uma perspectiva para a participação de empresas estrangeiras se esse programa for conduzido com alguma convicção. Há muita resistência, o que faz um pouco duvidar dessa perspectiva; há resistência de os executivos das empresas estatais, que temem que, no processo de privatização, eles venham a perder seus empregos, enfim, mas, de qualquer maneira, abre-se uma perspectiva boa para os próximos anos. Alguns acreditam que a transição de uma economia eminentemente estatizada para uma economia meio privatizada pode durar 10 anos.

No tocante às relações com o Brasil, como já foi assinalado pelo Relator, são relações boas, corretas, antigas, datam de 1903, mas que tem potencial para crescer muito mais. Em 2007, foram retomados, no Plano político, as reuniões de mecanismo de consultas políticas, em nível de vice-Chanceler, que continuaram esse ano aqui, quando veio o vice-Ministro das Relações Exteriores, que manteve uma conversa também bem produtiva aqui. Houve... Tem havido algumas visitas de autoridades iranianas, só para lembrar, a do vice Ministro do petróleo no ano passado. E há perspectiva de... Havia uma perspectiva de visita do Ministro Reinhold Stephanes da Agricultura, mas que ainda não se concretizou também.

Na parte econômico-comercial, aí, sim, há uma boa movimentação. O Brasil tem no Irã o seu principal mercado de exportação no Oriente Médio; nós exportamos, no ano passado, um bilhão e 800 milhões de dólares, sobretudo *commodities* agrícolas. O Irã é o sexto principal mercado para o agronegócio brasileiro. Cito aqui só algumas cifras, rapidamente aqui, para detalhar mais. É o primeiro mercado para milho em grãos, segundo para óleo de soja, terceiro para açúcares e produtos de confeitaria, sétimo em veículos aéreos, nono em veículos automóveis, motores, tratores e ciclos.

Há que se mencionar também a presença da PETROBRAS no Irã, a PETROBRAS... O único escritório dela na região está no Irã; ela já explora um bloco no Golfo Pérsico, o bloco de Tusa, onde a PETROBRAS tem investimento relativamente pequeno, da ordem de

30 milhões de dólares, que vão ser aplicados em determinado período de tempo, e está negociando com a estatal iraniana New York uma participação exploração das jazidas no Mar Cáspio. O futuro da PETROBRAS no Irã ainda não é muito claro devido, sobretudo, à existência de sanções americanas às empresas que investem além de determinado montante no Irã. Um montante, na realidade, mínimo. 20 milhões de dólares, o que não é nada. É uma lei que também não tem aplicação automática, ela praticamente não foi aplicada, tanto é que as empresas européias estão todas lá. Mas há movimentação, no Congresso Americano, no sentido de tornar essas leis mais automaticamente aplicáveis e endurecer essas leis. Então, a PETROBRAS vai pesar isso tudo para decidir o que ela vai fazer no curto prazo no Irã.

A perspectiva de aumento do intercâmbio é bastante promissora. Os próprios iranianos acham que o potencial de importação do Brasil pode chegar a cinco milhões de dólares; com o aumento da classe média iraniana, é muito possível que nós possamos realmente exportar muito mais produtos agrícolas para o Irã, além dos produtos industriais.

Para terminar, desculpe... Para terminar, queria dizer que caso minha indicação seja aprovada por V.Exas., eu pretendo trabalhar muito para que haja um desenvolvimento das relações, sobretudo na área econômico-comercial, dentro desse quadro, evidentemente, de limitações, constituído pelas sanções do Conselho de Segurança, as quais o Brasil deve obedecer. Muito obrigado.

SENHOR PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): De acordo com o dispositivo do inciso IV do art. 52 da Constituição Federal, combinado com o parágrafo único do artigo 383 do Regimento Interno, vou transformar a Reunião da Comissão em secreta, a fim de que os Embaixadores sejam argüídos pela Comissão. Existe um familiar de diplomata, no caso a sua filha, né? Ela pode permanecer em Plenário.

Sessão secreta às 12h53.

Sessão reaberta ao público às 13h38.

SENHOR PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Está reaberta a Sessão. Comunicamos que os três Embaixadores terão seus nomes remetidos à Mesa Diretora para procedimento regimental. Congratulo com todos os Srs. Embaixadores presentes, o Embaixador Marcelo Jardim, a Embaixadora Marília Sardenberg Gonçalves e o Embaixador Antônio Espínola Salgado. Nada mais havendo a tratar, está encerrada a Sessão.

Sessão encerrada às 13h38.

SECRETARIA DE COMISSÕES

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

ATA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 08 DE MAIO DE 2008, ÀS 10 HORAS.

Às dez horas e quarenta e sete minutos do dia oito de maio do ano de dois mil e oito, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador **HERÁCLITO FORTES**, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com a presença das Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores **EDUARDO SUPLICY, ANTÔNIO CARLOS VALADARES, JOÃO RIBEIRO, PEDRO SIMON, MÃO SANTA, ALMEIDA LIMA, JARBAS VASCONCELOS, PAULO DUQUE, VIRGÍNIO DE CARVALHO, ROMEU TUMA, EDUARDO AZEREDO, JOÃO TENÓRIO, FERNANDO COLLOR, CRISTOVAM BUARQUE, INÁCIO ARRUDA, AUGUSTO BOTELHO, FRANCISCO DORNELLES, WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA, GEOVANI BORGES, CÉSAR BORGES, ROSALBA CIARLINI, FLEXA RIBEIRO E JEFFERSON PÉRES**. Justificou a presença o Senador Geraldo Mesquita Júnior. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, o Presidente declara aberto os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior que é dada como lida e aprovada. O presidente faz a leitura do aviso Nº 26, de 2008, do Presidente do Tribunal de Contas da União, que encaminha ao Senado Federal cópia do inteiro teor do Comunicado feito pelo Ministro Marcos Vinícios Vilaça, em 23 de abril de 2008, na Sessão Ordinária do Plenário do Tribunal de Contas da União. Cópia do referido expediente será encaminhado aos membros da Comissão por meio de ofício circular. A matéria será encaminhada à Secretaria Geral da Mesa para as devidas providências. O presidente convida o embaixador João Batista para compor a mesa. O presidente inicia a apreciação dos itens fazendo a inversão da pauta. **Item 3:** Mensagem (SF) nº 73, de 2008, de autoria do Presidente da República, que “*Submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor Raul de Taunay, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Zimbábue, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Malauí.*” O Presidente concede a palavra ao Senhor Senador **JARBAS VASCONCELOS** para fazer a lei-

tura de seu Relatório. **Item 1:** Mensagem (SF) nº 60, de 2008, de autoria do Presidente da República, que “*Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor João Batista Cruz, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil em Santa Lúcia*”. O Presidente abre o processo de votação e concede a palavra à Senadora **ROSALBA CIARLINI** para fazer a leitura de seu Relatório. O Presidente faz a apreciação dos itens Extrapauta. **Item 1:** Requerimento nº 27, de 2008 – CRE, de autoria do Senador João Tenório, que “*requer, nos termos do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada audiência pública conjunta entre a Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis, a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária e a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de discutir os recentes questionamentos feitos principalmente pela União Européia na questão preço de alimentos versus biocombustíveis e o trabalho da força tarefa designada pelo Excelentíssimo Sr. Presidente da República Luís Inácio Lula da Silva, com a participação dos seguintes convidados; 1 – Sr. Miguel Jorge, Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; 2 – Sr. Guilherme Cassel, Ministro do Desenvolvimento Agrário; 3 – Sra. Marina da Silva, Ministra do Meio Ambiente; 4 – Sr. Reinhold Stephanes, Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; 5 – Sr. Celso Amorim, Ministro das Relações Exteriores*”. Aprovado. **Item 2:** Requerimento nº 14, de 2008 – CRE, de autoria do Senador Fernando Collor, que “*nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado, requer sejam apresentados ao Corpo de Fuzileiros Navais, na pessoa de seu Comandante-Geral, Exmo. Sr. Almirante-de-Esquadra Álvaro Augusto Dias Monteiro, votos de louvor e congratulações pela passagem dos 200 anos dos Fuzileiros Navais, tradicional Força da Marinha do Brasil*.” Aprovado. Os Senadores PEDRO SIMON, EDUARDO SUPPLY FERNANDO COLLOR E ROSALBA CIARLINI fazem uso da palavra. **Item 3:** Requerimento nº 26, de 2008 – CRE, de autoria do Senador Arthur Virgílio e outros, que “*requer, nos Termos Regimentais e Constitucionais, que seja convidado a prestar esclarecimentos nessa Comissão o Comandante Militar da Amazônia, General Augusto Heleno. A Imprensa publicou nos últimos dias declarações do General proferidas no seminário: “Brasil, Ameaças a sua Soberania”, onde ele fez duras críticas à política indígena brasileira e considerou uma ameaça à soberania nacional a reserva contínua de 1,7 milhão de hectares na região de fronteira. o General acrescentou ainda que a política brasileira é caótica e lamentável*.” Aprovado. Os Senadores Eduardo Suplicy

e Pedro Simon fazem uso da palavra. O Presidente concede a palavra ao Embaixador João Batista para fazer sua explanação. **Item 2:** Mensagem (SF) nº 72, de 2008, de autoria do Presidente da República, que “*submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor Carlos Antonio da Rocha Paranhos, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o Cargo de Embaixador do Brasil na Federação da Rússia, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Geórgia e à República do Uzbequistão*.” O Presidente concede a palavra ao Senador **WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA**, Relator “Ad Hoc”, para fazer a leitura do Relatório. O Presidente faz um comunicado sobre a viagem à África. O Senador Eduardo Suplicy faz uso da palavra. Senador Eduardo Azeredo assume a Presidência. O Presidente em exercício relata sua viagem ao Japão. A Senadora Rosalba Ciarlini faz uso da palavra. O Presidente em exercício torna a reunião secreta às onze horas e quarenta minutos. O Presidente em exercício reabre a reunião às onze horas e cinquenta e cinco minutos. O Presidente em exercício comunica a aprovação dos embaixadores. O Presidente em exercício nada mais havendo a tratar, encerra a reunião às onze horas e cinquenta e seis minutos, lavrando eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o Registro da Estenotíпия Informatizada da presente reunião. – Senador **Heráclito Fortes**, Presidente.

11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 08 DE MAIO DE 2008, ÀS 10 HORAS e 47 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Havendo número regimental declaro aberta a 11ª Reunião Ordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura. Submeto à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Sessão anterior. Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Antes de iniciar a pauta de apreciação, comunico aos membros que esta Comissão recebeu, para conhecimento, o Aviso nº 26, de 2008, do Presidente do Tribunal de Contas da União, que encaminha ao Senado Federal cópia do inteiro teor do Comunicado feito pelo Ministro Marcos Vinícios Vilaça, em 23 de abril de 2008, na Sessão Ordinária do Plenário do Tribunal de Contas da União. Esclareço ao Plenário que

o pronunciamento do Sr. Ministro se refere às notícias de que o Governo do Paraguai tem como prioridade a revisão das tarifas pactuadas pela utilização de energia produzida na Hidroelétrica Binacional de Itaipu. O Ministro Marcos Vilaça propõe àquele Tribunal ações referentes ao acordo bilateral no contexto do acompanhamento geral das contas públicas. Cópia do referido expediente será encaminhado aos membros da Comissão por meio de ofício circular. A matéria será encaminhada à Secretaria Geral da Mesa para as devidas providências.

Eu queria aproveitar esta oportunidade e, se houver concordância de todos, apenas nós formalizaríamos que se fizesse um convite ao Ministro Vilaça para vir a esta Comissão falar sobre o Tratado, uma vez que está sob sua responsabilidade um relatório sobre a matéria. Todos concordam? Então eu pediria apenas que se providenciasse e assinaríamos. Portanto, está aprovada a sugestão.

Dando prosseguimento à nossa Reunião, convido para compor a mesa o Sr. Embaixador João Batista Cruz, que representará o Brasil, se aprovado, como Embaixador em Santa Lúcia.

Nós temos hoje a aprovação do nome de três Embaixadores. Porém, os Embaixadores Carlos Antônio da Rocha Paranhos e Raul de Taunay já são Embaixadores e as respectivas Mensagens em apreciação, que são os Itens 2 e 3, são para aprovação de cumulatividade com outros países. Sendo assim, não há necessidade de suas presenças nesse dia.

Eu vou inverter a pauta, com permissão da Senadora Ciarlini, e colocar o Item 3, uma vez que o Senador Jarbas tem compromisso no Plenário agora, é o primeiro ou o segundo orador. Então vou atendê-lo.

Portanto, passaremos aos Item 3, Mensagem nº 73. “Submete à apreciação do Senado Federal o nome do Sr. Raul de Taunay, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República dos Zimbábue, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Malauí”. Com a palavra o Senador Jarbas Vasconcelos.

SENADOR JARBAS VASCONCELOS (PMDB-PE): Sr. Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores. Mensagem Presidencial encaminhando à Casa o nome do Embaixador Raul de Taunay para, cumulativamente, exercer a embaixada do Brasil junto à República do Malauí.

Recentemente, Sr. Presidente, apenas por uma questão de economia, recentemente o aludido Embaixador já foi submetido, seu nome foi submetido à apreciação aqui para representar os interesses do Brasil

junto à República do Zimbábue. Agora vem a complementação para que ele possa, também, representar os interesses do país junto à República do Malauí.

Aqui já foi analisado o *Curriculum Vitae* dele, o seu histórico, a sua carreira diplomática junto ao Itamaraty, de forma que, Sr. Presidente, daí inclusive se dispensa a presença de S. Ex^a. Nós não vislumbramos nenhum obstáculo para que a Comissão de Relações Exteriores possa aprovar o nome do Embaixador para, cumulativamente, representar o Brasil junto à República do Malauí. É o Parecer, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Esse é o Parecer, não há necessidade de esclarecimentos.

Passaremos, então, agora ao Item 1, Mensagem nº 60. “Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. João Batista Cruz, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil em Santa Lúcia”. A autoria é da Presidência da República e a Relatora é a Senadora Rosalba Ciarlini, a quem concedo a palavra.

Quero antes, excepcionalmente, Srs. Senadores, tendo em vista a Sessão deliberativa marcada no Plenário para logo mais, abrir, optativamente, o processo de votação. Os Senadores estão com o processado em mãos e poderão, se tiverem convicção de voto, exercê-lo, portanto, a partir de agora. Com a palavra a Senadora.

SENADOR ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): O indicado, Sr. João Batista Cruz, é Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores. Ele é mineiro, ingressou no Instituto Rio Branco em 1975, tornando-se Terceiro Secretário no ano subsequente. Tornou-se Segundo Secretário em 1979, por merecimento foi promovido a Primeiro Secretário em 1986, a Conselheiro em 1994 e a Ministro de Segunda Classe em 2001. Em 2004 tornou-se Ministro de Segunda classe do Quadro Especial. Exerceu cargos e missões importantes em que participou. Cumpre destacar: Assessor do Departamento de Cooperação e Divulgação Cultural e no Departamento da África; Cônsul Adjunto e Encarregado do Consulado-Geral em Montevidéu; Primeiro Secretário Encarregado de Negócios da Embaixada de La Paz; Chefe da Divisão de Estudos e Pesquisas de Mercado; Conselheiro na Embaixada em Roma; Cônsul-Geral Adjunto e Encarregado do Consulado Geral em Assunção; Embaixador em Bissau. Missões e cargos que ele exerceu com grande excelência. O Sr. João Batista Cruz possui as seguintes condecorações: Ordem Bernardo O’Higgins, do Chile, no grau

de Cavaleiro, e a Ordem de Rio Branco no Grau de Grã-Cruz. Na área acadêmica possui o curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco, onde apresentou tese versando sobre o Paraguai pós-Stroessner – Autoritarismo e Democracia. Foi, ainda, um dos organizadores da obra CPLP, oportunidades e perspectivas publicadas pelo Instituto de Pesquisas de Relações Internacionais e Fundação Alexandre Gusmão.

Consta, ainda, do processado, além do *Curriculum Vitae*, documento informativo anexado pelo Ministério das Relações Exteriores sobre Santa Lúcia. Entre outras informações o documento contempla dados básicos, econômicos e, ainda, sobre relações bilaterais com o Brasil. Trata-se, Santa Lúcia, de democracia parlamentar que integra a Organização dos Estados do Caribe Oriental. Primitivamente habitada por índios da tribo Aruaque, a ilha foi submetida ao domínio britânico em 1814, após ter sido explorada por Espanha e França. Tornou-se independente em 1979 e tem a Rainha Elizabeth II como Chefe de Estado. A economia de Santa Lúcia é extremamente dependente do turismo, do setor de serviços e da lavoura da banana. As relações bilaterais entre Brasil e Santa Lúcia caracterizam-se pela cordialidade, nos pedidos de apoio em eleições de organismos multilaterais dirigido pelo Brasil à Comunidade do Caribe – CARICOM. Santa Lúcia, como regra, tem seguido posição de consenso, alcançada dos demais membros. A Agência Brasileira de Cooperação, em 2005, ofereceu auxílio na área de biocombustíveis. Além disso, Santa Lúcia manifestou interesse em estabelecer laços de cooperação bilateral em áreas como combate à pobreza e desigualdade, habitação, urbanização e atendimento de necessidades básicas da população, com especial interesse em bolsas de estudos de ensino técnico.

O comércio bilateral é irregular. As importâncias brasileiras nos anos de 2002, 2003 e 2005 foram insignificantes. De outro lado, em 2007, as exportações ultrapassaram um milhão de dólares, em virtude da compra de óleos brutos de petróleo. Os Principais produtos brasileiros vendidos em Santa Lúcia são materiais cerâmicos, combustíveis minerais e produtos derivados da madeira.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabe aduzir outras considerações no âmbito desse relatório. É esse o relatório, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Lido o relatório, antes de passar a palavra ao Embaixador, nós temos dois requerimentos que serão lidos.

Item 1, Requerimento nº 27. “Requer nos termos do art. 93, § 2º, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada Audiência Pública conjunta entre

a Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária e a Comissão de Relações Exteriores e Defesa com o objetivo de discutir os recentes questionamentos feitos, principalmente pela União Européia, na questão preço de alimentos versus biocombustível e o trabalho da força-tarefa designada pelo Exmo. Sr. Presidente da República com a participação dos seguintes convidados: Sr. Miguel Jorge, Ministro do Desenvolvimento das Relações Exteriores, Sr. Guilherme Cassel, Ministro do Desenvolvimento Agrário, Sra. Marina Silva, Ministra do Meio-Ambiente, Sr. Reinhold Stephanes, Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, e o Sr. Celso Amorim, Ministro das Relações Exteriores”. O autor do requerimento é o Senador João Tenório. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Item nº 2, Requerimento de nº 14. “Nos termos do art. 222, do Regimento Interno do Senado, requeira seja apresentado ao Corpo de Fuzileiros Navais, na pessoa do seu Comandante, o Exmo. Sr. Almirante de Esquadra Álvaro Augusto Dias Monteiro, os votos de louvor e congratulações pela passagem por duzentos anos dos fuzileiros navais, tradicional força da Marinha brasileira”. A autoria é do Senador Fernando Collor. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Pois não.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Não tinha um requerimento que foi apresentado, se eu não me engano, pelo Senador Arthur Virgílio, mas V. Ex^a. viajou, para convidarmos o General Comandante da Amazônia para vir fazer uma análise sobre o pronunciamento dele com relação àquela região?

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): É um requerimento de autoria...

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): ...Do Senador Arthur Virgílio. Eu apresentei, também, em Plenário, só que eu referendi o dele, S. Ex^a. que falou em primeiro lugar.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Pois não, colocaremos em pauta na próxima Sessão, Senador.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Não dá para apresentar agora, Presidente, porque faz tempo.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): É que não está elencado aqui agora e o Senador Arthur Virgílio não estaria em Plenário. Mas eu posso contatar com o Senador Arthur Virgílio e--

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Mas eu acho que é unanimidade, é só convidá-lo e marcar quando quiser. Eu não estou pedindo que marque, eu estou pedindo que se delibere em convidá-lo e V. Ex^a. depois marca quando quiser. Eu não estou pedindo para marcar agora não, pelo amor de Deus.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Permite-me.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Pois não, Senador.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. presidente, apenas para aqui dialogar com o Senador Pedro Simon. Outro dia, foi por ocasião da posse do novo Presidente do Supremo Tribunal Federal, Gilmar Mendes, em que o Ministro da Defesa Nelson Jobim me disse que gostaria até de dialogar com os Senadores a respeito do propósito sobre o convite feito ao Comandante da Amazônia, que ele gostaria de estar se dispondo a vir aqui com respeito a este assunto e dialogar. Eu até recordei a ele que há alguns requerimentos de informação que foram encaminhados ao Ministro da Defesa que estão para serem respondidos por ocasião da presença dele. Salvo engano já foi aprovado, há mais de um requerimento sobre possíveis indagações que Senadores desejam fazer ao Ministro da Defesa, e ele incluiria o diálogo a respeito desta questão do General Heleno. Mas, apenas esta é uma observação, uma informação que eu estou dando ao Senador Pedro Simon e à Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Com a palavra o Senador Fernando Collor, sobre o mesmo assunto.

SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores. Eu gostaria de dizer que acho muito oportuno o requerimento apresentado pelo Senador Arthur Virgílio e referendado pelo Senador Pedro Simon. O General Heleno é uma das melhores figuras do Exército brasileiro. Ele é triplice coroado. Ele é um homem de uma grande envergadura intelectual, um nacionalista que defende o nosso território e, sobretudo, agora, com esse arco de instabilidade que nos cerca, manifesta a sua preocupação com o que está acontecendo naquela região. Por isso eu acredito que a presença dele, dele pessoalmente aqui na Comissão de Relações Exteriores, seria de muita utilidade para esclarecer diversos aspectos do problema que estamos vivenciando naquela região.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Senador Suplicy, houve algum entendimento para V. Ex^a. e o Senador Pedro Simon ou colocaremos em votação?

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Eu sou totalmente favorável. Eu não sei apenas se é de

se ouvir o General primeiro. O mestre está aí, tem que tirar o chapéu para o Presidente Collor, que teve a coragem de mexer nessa residência. Depois dele, o Ministro da Justiça Jobim fez um levantamento muito importante que discutia essa matéria. Quando o Ministro Jobim saiu, entrou o Ministro Íris e mudou. E o Presidente Fernando Henrique apresentou a proposta que, se não me engano, é essa que está aí. Então há uma discussão e eu acho que a presença do Ministro Jobim seria importante porque, quando Ministro da Justiça, ele apresentou um quadro que é mais ou menos o que está sendo debatido hoje. Eu acho que o Presidente Collor, o Jobim e o General são figuras muito importantes porque eu acho que, com toda sinceridade, nós temos que entrar nessa matéria, eu não sei se o Presidente concorda comigo, com seriedade e com profundidade, sem a paixão. Eu quero o que é bom para o Brasil. Eu não estou dizendo nem que é “a” e nem que é “b”. Eu não concordo com o General ter feito da maneira que fez, eu tenho que reconhecer que não foi correto, mas o conteúdo do que ele disse eu acho nós tínhamos que analisar. Uma coisa não é concordar a matéria de fazer e outra coisa é analisar e debater como é esse conteúdo. Eu sou muito sincero nessa questão. Eu acho que de um lado eu sou defender dos índios, de paixão, a favor, eu acho que eles têm direito, nós temos que dar solidariedade. Mas a dúvida que eu tenho, eu vou ser muito sincero, é na área de fronteira. Eu acho que essa história de botar lá a Nação Yanomâmi na área de fronteira e do lado de lá também a Nação Yanomâmi, daqui a pouco o mundo vem aí pedir que... Eu acho isso delicado. Eu acho que deixar na fronteira uma área de todo o Brasil e os Yanomâmi e os índios dê... Na minha opinião pode dar o dobro do que estão dando, não estou discutindo o tamanho, eu só estou discutindo área de fronteira. Eu acho que na área de fronteira, olha o que está acontecendo lá? O Ministro da Justiça está lá, eu quero cumprimentá-lo, ele fez muito bem.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): É um assunto que V. Ex^a., até pela origem, fala de cadeira, porque sabe que de um Estado onde a vida inteira o Rio Grande preservou as suas fronteiras. V. Ex^a. tem autoridade para falar pela história que o seu Estado representa.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Modéstia à parte, aquela região foi o Plácido de Castro que teve uma grande colaboração na vida do Acre para nós. Então eu acho que nós devemos, eu não sei se o Presidente concorda, com profundidade analisar e discuti-lo com serenidade, não é nem com paixão, nem com isso e nem com aquilo, mas é discutir com serenidade. Eu acho que o General, com todo respei-

to, merece ser ouvido. Não temos que nos preocupar com a manchete, quer dizer, do que ele falou lá, falar: “Não, agora ele veio falar a tese(F) que ele está apresentando. Eu acho que o Senador Suplicy falou, o Ministro Jobim, eu digo porque ele é importante, porque foi ele, quando Ministro da Justiça, ele foi para lá, ainda me contado ontem à noite, o Milton Seligman, que era chefe de gabinete dele, que eles foram para lá, foram para a região e ficaram eu não sei quantos dias na região, em toda aquela região de fronteira, e ele, era nove horas, seis horas da noite, ele estava de helicóptero, aí o Comandante do helicóptero disse: “Olha, se nós não saímos daqui em meia hora, nós não saímos mais daqui”. E ele ficou até as dez, onze horas da noite, dois helicópteros levantaram, foram até Rio Branco no escuro, os caras não sabem como chegaram aqui. Diz que o Jobim é mais do que corajoso. Como que ele diz? Ele é meio....

SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Gaúcho.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): É por aí. Eu tomo como carinho, hein, eu não tomo como provocação. Eu recebi, é isso que eu estou dizendo (*risos*), porque eu acho que eu estou totalmente favorável. A única coisa que V. Ex^a. tem que cuidar, viu Senador, é no que tange a trazer o Jobim, que eu acho que tem que trazer, mas não melindrar o Ministro da Justiça lá, para não dizer que--

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Eu queria fazer uma proposta: o Senador Suplicy, que ultimamente tem atuado muito bem como Líder do Governo, reassumiu as suas convicções, formaliza e nós, então, faríamos uma agenda--

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): V. Ex^a. está fazendo uma provocação que não é verdadeira, eu não concordo. O Suplicy não tem agido como Líder do Governo, não é verdade. O Líder do Governo autêntico, que representa pessoalmente o Governo, é o Senador Jucá. Agora o Líder das idéias, do velho PT, esse é o Suplicy.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): O Senador Romero Jucá, com todo respeito, é o Líder dos Governos. Ele é o Líder do Governo. Bom, de qualquer maneira, então, aprovaríamos o requerimento dele, por questão até de respeito hierárquico, receberia-se o Ministro Jobim e em seguida o General Heleno.

SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Na mesma Sessão?

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Não, seriam Sessões diferentes, por causa até da hierarquia.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Tem que ser diferente porque o General tem um extirpe, ele é um homem do Exército, tem uma paixão por aquela região, na defesa daquilo.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Presidente Collor.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Daqui a trinta anos vai nascer uma Nação dentro da Amazônia [ininteligível] O General fala com paixão e o Jobim já é mais objetivo.

SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Tá bem.

SENADOR ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Uma presença pode inibir a outra.

SENADOR ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Presidente, eu acho que o senhor está com toda a razão. Essa seria a coisa lógica, um e outro, mas eu acho que o General Heleno realmente vai nos trazer informações importantíssimas. Nós precisamos conhecer melhor, saber melhor e ninguém mais do que ele que viveu e que tem essa paixão pela Amazônia.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Vamos atender a esse apelo do Senador Suplicy, que será de grande valia para ele. Apenas pediria que V. Ex^a. formalizasse.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Sr. Presidente, eu só queria lembrar, então, já há mais do que um convite formulado ao Ministro Jobim para esclarecer diversos pontos e a isso estão pendentes, já foram aprovados. Então a minha sugestão--

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): A convocação do Ministro Jobim--

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): É um convite, acho.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): -- ou o convite. Tem algum convite pendente?

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Pendente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Para tratar de quê?

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Tem diversos, eu mesmo havia feito. Então eu gostaria, apenas, de crescer--

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Olha, aqui há um convite, mas é para uma Sessão conjunta. Eu apelaria a V. Ex^a. para simplificar, já que o assunto é específico, que fosse feito o convite para a gente discutir exatamente o assunto. Estaria aprovado aqui, convocando-se todos os Senadores, apenas V. Ex^a. formalizaria. Está certo?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Eu pediria até à Secretaria se puder...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): ...Para providenciar.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): ...Providenciar um breve requerimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Um convite, exatamente.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Mas que, na minha avaliação, Sr. Presidente, quem sabe pudéssemos fazer na mesma visita. Não?

SENADOR ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Não, na mesma visita não.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Separado.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Dentro da importância que ele tem.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Dentre os assuntos que estaria o Ministro para responder--

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): V. Ex^a. é de um partido que respeita muito a hierarquia. Não vamos defender a hierarquia do [ininteligível] e quebrar a dos outros.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Está um assunto relacionado, de alguma maneira, referente à segurança na Amazônia, porque refere-se àquela reportagem da “Isto É”, um esclarecimento sobre em que medida estaria havendo ali um movimento de guerrilhas no Amazonas. Então é um assunto relativamente simples para que o Ministro nos esclareça a respeito. E esse de maior complexidade, obviamente, eu acho que dentre os assuntos, eu me lembro que havia este. Outros assuntos, também, foram de iniciativa de outros Senadores, mas eu não vejo prejuízo de um Ministro, quando vir aqui, para esse assunto relativo a Roraima, possa também esclarecer este outro episódio. Eu não vejo problema, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Pronto. Então os Srs. Senadores que aprovam o requerimento do Senador Eduardo Suplicy permaneçam como se encontram. Aprovado.

Requerimento nº 26. “Requeiro, nos termos regimentais e constitucionais, que seja convidado a prestar esclarecimento nessa Comissão o Comandante Militar da Amazônia General Augusto Heleno”. A fundamentação é exatamente baseada no que foi publicado na imprensa sobre declarações por ele prestadas. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Eu só queria lembrar, Sr. Presidente, que...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Pois não.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): ... que há um requerimento já aprovado, eu acho que dos Senadores Arthur Virgílio, Senador Pedro Simon, eu próprio e outros apresentamos, no sentido de convidar o Ministro Roberto Mangabeira Unger para aqui expressar as atividades da sua pasta.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Para falar da Amazônia do futuro. Nós vamos resolver a questão presente.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Mas, de qualquer maneira, foi aprovado o requerimento, então para o momento que V. Ex^a. considerar adequado.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Eu quero até comunicar a V. Ex^a. que o assessor do Ministro Mangabeira entrou em contato comigo, com o Presidente da Comissão, já para definir uma data.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Muito bem.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Então V. Ex^a. será...

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): V. Ex^a. me avise a data, a data que o Ministro Unger virá, que além de eu vir eu quero trazer o meu filho para saber qual vai ser o futuro dele.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Pois não, será feita a comunicação a V. Ex^a. e a seu filho. Agora eu quero apenas, Senador Simon, quero apenas que V. Ex^a. me diga se quer que a seu filho eu faça uma convocação ou um convite. De qualquer maneira, eu gostaria da presença dele aqui.

Com a palavra o Embaixador João Batista Cruz.

SR. JOÃO BATISTA CRUZ: Exmo. Sr. Senador Heráclito Fortes, Presidente da Comissão de Relações Exteriores, Sra. Senadora, Srs. Senadores, senhoras e senhores. Eu gostaria, inicialmente, de agradecer a Relatora, a Senadora Rosalba Ciarlini, pelas referências à minha pessoa e cumprimentá-la pelo trabalho realizado.

Eu sinto-me muito honrado em comparecer a esta Comissão e, se me permite, eu gostaria de registrar os meus agradecimentos ao Presidente da República, ao Sr. Ministro de Estado das Relações Exteriores, ao Sr. Secretário-Geral das Relações Exteriores pela oportunidade que me é concedida de, caso vir a ser aprovado por esta Comissão, de ser indicado para o cargo de Embaixador junto a Santa Lúcia.

Santa Lúcia está localizado na região das Antilhas, no Caribe, e a sua história teve início quando os primeiros habitantes, que eram índios procedentes

do norte da América do Sul, chegaram ali por volta do Século III.

Devido à importância do porto em Castries, que é a capital de Santa Lúcia, a ilha foi intensamente disputada pelos conquistadores europeus a partir de 1500, tendo trocado de mãos catorze vezes entre franceses e ingleses, terminando, em 1814, sob o domínio da Inglaterra. Em 1967 passou a fazer parte da *Commonwealth* e, doze anos depois, obteve a independência, em 1979.

Eu gostaria de mencionar que Santa Lúcia recebeu dois Prêmios Nobel: em 1979, o Prêmio Nobel de Economia e em 1992 o Prêmio Nobel de Literatura. E é considerada, em função do número de habitantes, como o país que mais recebeu Prêmio Nobel no mundo.

A economia de Santa Lúcia depende fortemente do turismo e do cultivo e exportação de banana, em sua maior parte exportada para a Europa. Em 1999, a decisão da União Européia de extinguir o tratamento preferencial à importação de banana pelas ex-colônias afetou negativamente o comércio de Santa Lúcia, o que levou o Governo às tentativas de diversificação da economia. A partir de então o turismo passou a desempenhar um papel cada vez mais importante na economia do país. Nos últimos cinco anos cresceu o número e o nível dos hotéis em Santa Lúcia que recebem levas de turistas procedentes, sobretudo, da Europa.

No contexto dos estados insulares do Caribe Oriental, Santa Lúcia se apresenta como pólo político diplomático regional de grande importância, circunstância que se reflete no fato de abrigar a Organização dos Estados do Caribe Oriental, que conta com seis países como membros efetivos e mais três que deverão ser anexados nos próximos tempos. A OECS conta com um Banco Central, uma Bolsa de Valores, um Supremo Tribunal e uma Agência Conjunta para o controle do tráfego aéreo, o que dá uma certa independência a essa Organização no âmbito do Caribe.

A abertura da Embaixada do Brasil em Santa Lúcia está em sintonia com a orientação no sentido do aprofundamento das relações bilaterais do Brasil com as diversas regiões do mundo em desenvolvimento, o que se constitui em uma base de apoio aos interesses do Brasil nos organismos multilaterais, assim como ao incremento do comércio e, também, a diversificação dos parceiros comerciais.

Os países do Caribe têm aumentado de forma bastante significativa suas relações com o Brasil. Do ponto de vista comercial, o intercâmbio bilateral Brasil/Caribe triplicou nos últimos anos, passando de setecentos mil dólares, em 2003, para mais de dois bilhões de dólares em 2007, sendo que o maior importador, o maior mercado para as exportações brasileiras em 2007 foi exatamente Santa Lúcia, que ultrapassou um bilhão

de dólares. O Brasil exporta principalmente produtos derivados do petróleo, álcool etílico, minério de ferro, frangos congelados, óleo de soja, entre outros produtos. Os produtos importados são metais e artefatos de metal, óleos lubrificantes, produtos químicos.

Tem sido demonstrado um grande interesse na aproximação de Santa Lúcia com o Brasil e no fortalecimento das relações em termos políticos e de cooperação no âmbito técnico e científico. Em fevereiro de 2007 foi realizada a visita oficial do Embaixador José Marcus Vinícius de Souza, que é o Assessor Especial do Secretário-Geral para Assuntos do Caribe, como representante do Governo brasileiro a Castries, e em prosseguimento aos entendimentos então iniciados, a Diretora-Geral da OECS, a Dra. Len Ishmael, foi recebida em visita oficial ao Brasil em 2007, tendo visitado diversas instituições como a ENAP, a ESAF, o Instituto Rio Branco e, também, realizou visita ao Senado, sendo recebida pelo Presidente da Comissão de Relações Exteriores, o Senador Heráclito Fortes.

Ainda neste mês de maio está prevista uma missão a Santa Lúcia em representação do Ministro de Estado das Relações Exteriores, que foi convidado pela OECS – Organização do Estado do Caribe Oriental, para participar do 40º Encontro dos Chefes de Governo da Organização do Estado do Caribe Oriental, que terá lugar nos dias 23 e 24 desse mês de maio. O convite ao Ministro Celso Amorim é visto por mim como uma clara indicação do alto nível de diálogo que vem sendo desenvolvido entre o Brasil e os países da OECS. A Embaixada em Castries, que é a sede dessa Organização, poderá, portanto, desenvolver um amplo trabalho junto aos seis Estados-Membros e, dentro de pouco tempo, junto aos nove Estados-Membros.

Eu devo dizer que, caso venha a ser aprovado por esta Casa, será para mim uma grande honra participar desse processo de estreitamento e do desenvolvimento das relações entre o Brasil/Santa Lúcia e, conseqüentemente, junto aos países da Organização dos Estados do Caribe Oriental. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Item 2 da pauta, Mensagem nº 72. “Submete à apreciação do Senado Federal o nome do Sr. Carlos Antônio da Rocha Paranhos, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente ocupar o cargo de Embaixador do Brasil na Federação da Rússia, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Geórgia e da República do Uzbequistão”. A autoria é do Presidente da República e o Relator é o Senador Pedro Simon. Tendo em vista a ausência do Senador Pedro Simon, eu solicito que o Senador Wellington Salgado exerça o papel de Relator.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Sr. Presidente, é o Item 2 da pauta. A Comissão de Relações Exteriores, sobre a Mensagem 72, de 2008, que submete à apreciação do Senado Federal o nome do Sr. Carlos Antônio da Rocha Paranhos, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministro das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à Federação da Rússia, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Geórgia e a República do Uzbequistão.

O Relator é o ilustre Senador Pedro Simon, eu sou Relator *ad-hoc*. Vamos ao que relatou o ilustre Senador. Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a se manifestar sobre a indicação que o Sr. Presidente da República faz do Sr. Carlos Antônio da Rocha Paranhos, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para, além de exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Federação da Rússia, que hoje também é cumulativo perante a República de Belarus, adicionar, em suas funções de representante diplomático brasileiro, as funções de Embaixador do Brasil junto à República da Geórgia e da República do Uzbequistão.

A Constituição Federal atribui competência privativa ao Senado Federal para apreciar previamente e deliberar por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente – art. 52, inciso IV. O Ministério das Relações Exteriores, atendendo a preceito regimental, elaborou *Curriculum Vitae* do interessado, do qual extraímos para esse relatório as informações que se seguem. Nascido do Rio de Janeiro, filho de Antônio Carlos Azevedo da Rocha Paranhos e Maria Tereza Calazanhos(F) da Rocha Paranhos, concluiu o curso de preparação de preparação à carreira de Diplomata do Instituto Rio Branco em 1971. No ano seguinte graduou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Também no Instituto Rio Branco concluiu o Curso de Altos Estudos em 1988. Nomeado Terceiro Secretário em 1973, o Diplomata em apreço foi promovido a Segundo Secretário em 1976, a Primeiro Secretário em 1979, a Conselheiro em 1985, a Ministro de Segunda Classe em 1992 e a Ministro de Primeira Classe em 1999, sempre por merecimento. Dentre os cargos exercidos e as missões importantes que participou cumpre destacar os seguintes: Chefe Substituto da Divisão de Política Comercial; Chefe da Divisão da Europa II; Secretário Executivo da Coordenação do Comércio com Países Socialistas da Europa Oriental – COLESTE; Chefe Substituto do Departamento da Europa; Presidente do Grupo Latino-Americano da Organização

das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação – FAO; Ministro Conselheiro Embaixador; Representante Alternado do Brasil na Delegação Permanente em Genebra; e Chefe da Delegação da 10ª Reunião dos Estados-Partes da Convenção contra a Tortura.

Foi, ainda, agraciado com diversas condecorações nacionais e estrangeiras. Consta do processo, além do *Curriculum Vitae* relatado, documento informativo anexo pelo Ministério das Relações Exteriores contendo dados referentes às relações bilaterais do Brasil com a República da Geórgia e com a República do Uzbequistão, além de dados gerais sobre a última.

Brasil e Geórgia mantém relações binacionais recentes, iniciadas em dezembro de 1991, quando o Governo brasileiro reconheceu a independência da República da Geórgia. Oficialmente, foi em 28 de abril de 1993 que foram formalizadas as relações diplomáticas. A representação dos interesses brasileiros junto a esta República foram exercidos desde 1996 pela Embaixada brasileira em Moscou. De 1996 para cá, apesar do caráter amistoso no relacionamento entre Brasil e Geórgia, devido às circunstâncias de alternância de ciclos de estabilidade e instabilidade naquela região, não ocorreu oportunidade para aprofundamento nessas relações. Em termos de comércio entre as Repúblicas, ressalte-se que este fluxo teve um ápice de oitenta e sete milhões em 2006, resultado de uma progressão constante e sempre superavitária para o Brasil. De 2006 para cá houve um resfriamento nas relações comerciais, mas elas não perderam a continuidade, mesmo que em quantidades mais modestas. Hoje é difícil fazer um diagnóstico sobre o futuro das relações bilaterais. De fato há um quadro de incertezas em toda a situação geopolítica que envolve as Repúblicas e Unidades Federativas da antiga União Soviética. Paira uma tensão permanente entre elas e a atual República Russa. As manifestações de caráter de independência étnica e cultural, o desejo de um novo modelo de desenvolvimento de realinhamento político, a adesão de algumas Repúblicas à OTAN, por exemplo, tem contribuído para aumentar a insegurança e a instabilidade da região. Entretanto, como já foi ressaltado, no que se refere ao relacionamento Brasil e Geórgia, se mantida a continuidade do fluxo corrente, a perspectiva natural é de ampliação e aprofundamento nessas relações, que com certeza trarão benefícios a ambos.

A República do Uzbequistão vive um momento de instabilidade política decorrente de ações de grupos religiosos extremistas radicais que, em resposta a atitudes de força do Estado, promoveram, em 2004, uma série de ataques terroristas. Desde então há um forte controle dos meios de comunicação. O Uzbequistão ocupa uma posição estratégica na Ásia central, com a

maior população da região, 26,5 milhões de pessoas, um aparato militar que se sobressai localmente, tornando um atraente parceiro para as potências regionais e mundiais. Nessa situação, o Uzbequistão conquistou o apoio dos Estados Unidos para fazer parte da frente mundial de combate ao terrorismo, capitaneado pelos norte-americanos. Em troca, passaram a usufruir de fontes de recursos internacionais, além do apoio do FMI a um conjunto de reformas visitando a modernização e o desenvolvimento do Uzbequistão. Essas mudanças ainda ocorrem de forma muito lenta nas relações bilaterais Brasil/Uzbequistão, que tiveram início em 1993. Vislumbrava-se um quadro positivo de oportunidades de cooperação nas áreas de energia e agricultura. Estes prévios contatos diplomáticos avançaram até o ano de 2007, quando foi assinado o protocolo de entendimento político entre as Chancelarias. No relacionamento comercial, Sr. Presidente, Brasil e Uzbequistão, há que se conhecer que, além de ainda ser incipiente, é parco o volume de transações com o registro máximo da ordem de dez milhões em exportações brasileiras em 2004 e 1,3 milhões em exportação em 2005. Ressalte-se, além do constante estado superavitário para o Brasil nessas relações, o fato de envolver basicamente pouca diversidade de produtos nesse comércio. O Brasil exporta carnes, máquinas e café solúvel e importa algodão, ferro e aço. Claro que a intenção é dinamizar e ampliar este quadro comercial.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabe aduzir outras considerações no âmbito desse relatório. Sala de Comissões, 30 de abril de 2008. Esse é o relatório, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Este é o relatório. Antes de iniciarmos a sabatina, eu faço um comunicado. Comunico aos Srs. e Sras. Senadoras que membros desta Comissão realizarão viagem a países da África no período de 10 a 20 de maio do corrente ano. São os seguintes os países a serem visitados: Cabo Verde, Nigéria, Senegal, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe e Angola. Os membros: Senador Heráclito Fortes, Marconi Perillo, João Pedro, José Nery e Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Eu vou também?

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Claro, é evidente, para defender a renda mínima em países que necessitam mais do que os outros. Então sairemos daqui no sábado pela manhã. Está feito o comunicado.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente, eu estou surpreso, porque eu não... Eu preciso até arrumar a minha mala, as minhas coisas [risos]. Domingo é Dia das Mães, eu nem sabia que eu

estava nesta delegação, Sr. Presidente. Eu não sabia, fico honrado, mas ainda não sei se vou poder ir.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): V. Ex^a. será a grande estrela dessa viagem porque tem uma tese bem consciente e que todos estão desejosos de ouvir.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente, permita, então, aproveitar para informar. Eu recebi, já comuniquei a V. Ex^a., mas à Comissão, a reiteração do convite do Presidente José Ramos-Horta para visitar o Timor, e ele já inclusive, em troca de correspondência comigo, informou que a melhor data será na semana de 16 e 17 de junho. No dia 20 e 21 de junho eu terei que estar em Dublin, na Irlanda, para participar como co-Presidente da Coulthier(F) da Rede Mundial da Renda Básica. Então nesta mesma semana eu irei ao Timor Leste para, junto ao gabinete do Primeiro-Ministro Xanana Gusmão e ao parlamento do Timor Leste, expor sobre a Renda Básica de Cidadania. Mas eu temo, Sr. Presidente, que se eu for também à África, ficarei tempo demais ausente das minhas responsabilidades aqui. Eu não posso, eu temo não poder. Eu gostaria de fazer a seguinte sugestão: de me dispor a ir aos países que V. Ex^a. está programando e irá agora e dizer que eu também, lá, me disponho a expor sobre a Renda Básica e tudo, mas eu não consigo ser duas ou três pessoas ao mesmo tempo, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Graças a Deus [risos].

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Então eu agradeço muito de estar na delegação, mas eu acho que agora eu não vou conseguir, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): V. Ex^a. é um homem positivo, eu tenho certeza que... E a sua mãe vai compreender a sua ausência no dia, eu tenho certeza [risos]. Não é não, Wellington?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Eu gostaria de sugerir a V. Ex^a. que, antes de iniciar a Sessão reservada, possa V. Ex^a. nos dar uma breve informação sobre a viagem que, a todos nos interessa, que realizou recentemente à Ásia, como, também, aos Estados Unidos da América, porque sobre as Primárias estão se desenvolvendo decisões de grande relevância. Uma breve palavra sobre o que V. Ex^a. e os demais viram para nós é relevante.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Eu, antes de dizer a V. Ex^a., nós estamos até concluindo o relatório sobre a viagem da Ásia, como também nos Estados Unidos, no qual fez parte o Senador Virginio. Então eu pediria permissão a V. Ex^a. para se fazer na próxima semana, o que faremos com muito prazer.

Antes de passar a palavra para o primeiro inscrito, para a fase de interpelação, eu passarei a presidência, por alguns momentos, ao Senador Eduardo Azeredo, que deverá aproveitar também para comunicar sua recente ida, representando o Brasil, na Solenidade de Comemoração dos Cem Anos de Imigração Japonesa ao Brasil. Passo a palavra, portanto, ao nobre Senador.

[Troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Srs. Senadores, antes de dar seguimento, então, à Reunião, eu quero comunicar que a missão que tive a honra de chefiar junto com o Senador César Borges, Senador Valdir Raupp e o Senador Sérgio Guerra, nós participamos da Solenidade de Comemoração dos Cem Anos da Imigração Japonesa ao Brasil. É muito relevante a importância dada pelo Governo japonês a essas comemorações. Também estavam representantes da Câmara dos Deputados, foram sete Deputados, o Deputado José Rocha, aqui presente, o Deputado Marinha Raupp, o Deputado Jaime Martins, de Minas, o Deputado Osmar Serraglio. Eu não lembro mais, eu estou esquecendo os outros. E os três Deputados de origem japonesa, o William Woo, o Walter Itoh e o Takayama, que são os três Deputados Federais que têm origem japonesa e também participaram. A Ministra Dilma Rousseff representou o Governo Federal, também o Ministro da Aeronáutica, Juniti Saito, que também é de origem japonesa, e o Ministro da Igualdade, recém empossado, o Ministro Edson. Vários empresários brasileiros também estavam presentes, o Presidente da FIESP, Paulo Skaf, os Presidentes das empresas lá de Minas Gerais que têm capital japonês, como a Usiminas, o Presidente Rinaldo Soares, o Fernando Fonseca, Presidente da Senibra, que é uma empresa de papéis Nipo-brasileira, de maneira que a importância dada ao Governo japonês realça a importância que o Brasil também deve dar a estas solenidades, porque a contribuição da colônia japonesa para o crescimento do Brasil é extremamente importante. Hoje nós temos também trezentos mil brasileiros, a maioria são descendentes de japoneses que estão morando no Japão. Então o fluxo que antes foi do Japão para cá, hoje se alterou um pouco, se alterou no sentido inverso. Mas presentes à solenidade estava o próprio Imperador, a Imperatriz, o Príncipe herdeiro, o Primeiro-Ministro do Japão e, ainda, os Presidentes da Suprema Corte, da Câmara dos Deputados e do Senado Federal do Japão, mostrando, portanto, toda a cúpula do Governo japonês presente, evidentemente também o nosso Embaixador do Brasil, André Matoso, presente, e eu considero que essas comemorações realmente precisam ter a participação permanente do Brasil, na verdade começou apenas e terá uma extensão durante todo esse ano. Senadora Rosalba.

SENADOR ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Eu gostaria só de pedir ao Senador Azeredo para que nós pudéssemos ouvir... Estamos ansiosos para ouvir o depoimento do Embaixador João Batista, já foi apresentado o relatório logo no início da Reunião. Ele está aqui para apresentar um pouco do seu conhecimento e das razões de ir para Santa Lúcia.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Perfeito. Senadora, nós estávamos atendendo a essa fase que o Senador Heráclito fazia as comunicações, tanto é que fiz essa comunicação sobre a revelação da viagem ao Japão, mas em seguida já--

SENADOR ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): O que é muito importante, Senador, a sua comunicação é importantíssima e ouvi-lo sempre nos engrandecesse e eu estou sempre aprendendo com o senhor.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Muito obrigado. Mas eu acho que não havendo mais nenhum Senador inscrito para falar, eu já passaria imediatamente a palavra ao Embaixador. O Embaixador já fez a sua exposição, agora seria só a parte mesmo de algumas perguntas que houverem especificamente sobre Santa Lúcia, se algum quiser falar antes da parte secreta que por questão constitucional nós temos que transformar a Sessão. Algum Senador quer se manifestar ainda? Então não havendo, eu quero transformar a Sessão em secreta, convidando a Embaixadora Gleides para que permaneça conosco aqui também. Suspenso a Reunião para ser secreta e, logo em seguida, nós voltaremos.

Sessão secreta às 11h40.

Sessão reaberta ao público às 11h55.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): A Reunião é reaberta. Senador Romeu Tuma, obrigado pela sua presença. Quero comunicar a aprovação dos Embaixadores João Batista Cruz para Santa Lúcia e, também, para as posições cumulativas do Embaixador Carlos Antônio da Rocha Paranhos na Federação da Rússia, cumulativa com a República da Geórgia e República do Uzbequistão, e para o Embaixador Raul de Taunay, que já está na República do Zimbábue, cumulativo com a República de Malauí. Os três foram aprovados por unanimidade.

Nada mais havendo a tratar, encerro essa Reunião, antes cumprimentando o Embaixador João Batista que, além do mais, é meu conterrâneo de Minas Gerais, desejando muito acesso a ele nas suas novas funções no Caribe, para onde vai representar o Brasil. Muito obrigado a todos.

Sessão encerrada às 11h56

**SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES
PERMANENTES****COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA
AGRÁRIA****ATA DA 9ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA
COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁ-
RIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA
53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 16 DE ABRIL
DE 2008.**

Às onze horas e quarenta e dois minutos do dia dezesseis de abril de dois mil e oito, na Sala 7, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **NEUTO DE CONTO**, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos seguintes senadores(as): **DELCÍDIO AMARAL, ANTÔNIO CARLOS VALADARES, LEOMAR QUINTANILHA, HERÁCLITO FORTES, JAYME CAMPOS, GILBERTO GOELLNER, KÁTIA ABREU, FLEXA RIBEIRO, CARLOS DUNGA, OSMAR DIAS, PAULO PAIM, SIBÁ MACHADO, CÉSAR BORGES, VALTER PEREIRA E JOÃO DURVAL**. Deixam de comparecer os Senhores Senadores(as): Expedito Júnior, João Pedro e Pedro Simon. Deixa de comparecer por motivo justificado a Senadora Marisa Serrano. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente, Senador Neuto de Conto, informa que a presente reunião destina-se à apreciação de matérias, de acordo com a seguinte Pauta: **ITEM 1: PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 56, DE 2007. (NÃO TERMINATIVO). EMENTA:** Inclui a pesca industrial nas atividades vinculadas ao setor rural e dá outras providências. **AUTOR:** Deputado Nilson Pinto. **RELATORA “AD HOC”:** Senadora Marisa Serrano. **RELATÓRIO:** Pela Rejeição. **OBS:** Em reunião realizada em 26/9/2007, foi lido o relatório pela Senadora Marisa Serrano, Relatora “Ad Hoc”, pela rejeição, ocasião em que foi concedido vista ao Senador Flexa Ribeiro, o qual apresentou voto em separado, pela aprovação da matéria com uma emenda que apresenta. **RESULTADO: Retirado de Pauta. ITEM 2: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 475, DE 2003. (NÃO TERMINATIVO). EMENTA:** Prorroga o prazo para que sejam ratificadas as concessões e alienações de terras feitas pelos Estados em Faixa de Fronteira, e dá outras providências. **AUTOR:** Senador Jonas Pinheiro. **RELATORA:** Senadora Marisa Serrano. **Relator “AD HOC”:** Senador João Durval. **RELATÓRIO:** Pela aprovação, nos termos do substitutivo que apresenta. **RESULTADO: Concedido vista ao Senador Gilberto Goellner nos termos do art. 132, § 1º, do Regimento Interno do Senado Federal. ITEM 3: PROJETO DE LEI**

DO SENADO Nº 171, DE 2004. (NÃO TERMINATIVO).

EMENTA: Altera o art. da Lei nº 6.019, de 03 de janeiro de 1974, que “dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas e dá outras providências”, para permitir a utilização do trabalho temporário na área rural.

AUTOR: Senador Ramez Tebet. **RELATOR:** Senadora Kátia Abreu. **RELATÓRIO:** Pela aprovação, nos termos da emenda que apresenta. **RESULTADO: Concedido vista ao Senador Sibá Machado, nos termos do art. 132, § 1º, do Regimento Interno do Senado Federal.**

ITEM 4: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 237, DE 2006. (NÃO TERMINATIVO). EMENTA: Altera e acresce dispositivos à Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, o Código de Processo Civil, e dá outras providências.

AUTORES: Senador Sibá Machado, Senador Eduardo Suplicy e Senadora Ana Júlia Carepa. **RELATORA:** Senadora Kátia Abreu. **RELATÓRIO:** Pela rejeição. **RESULTADO: Concedido vista ao Senador Carlos Dunga, nos termos do art. 132, § 1º, do Regimento Interno do Senado Federal. ITEM 5: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 302, DE 2006. (NÃO TERMINATIVO).**

EMENTA: Modifica o art.45 da Lei nº 8.212 e art.96 da Lei nº 8.213, ambas de 25 de julho de 1991, para dispensar, do pagamento de multa para contagem recíproca de tempo de serviço o segurado que tenha exercido atividade dispensada do registro previdenciário obrigatório. **AUTOR:** Senador Paulo Paim. **RELATOR:** Senador Heráclito Fortes. **RELATÓRIO:** Pela aprovação. Iniciada a discussão da matéria faz uso da palavra o Senador Sibá Machado. Na fase de votação, a matéria foi aprovada pela maioria dos membros presentes. **RESULTADO: Aprovado o Parecer. À Comissão de Assuntos Sociais em decisão terminativa. ITEM 6: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 4, DE 2007. (NÃO TERMINATIVO).**

EMENTA: Dispõe sobre isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), na aquisição de insumos e equipamentos especificados, utilizados na produção de leite. **AUTOR:** Senador Álvaro Dias. **RELATOR:** Senador Expedito Júnior. **RELATOR “AD HOC”:** Senador Gilberto Goellner. **RELATÓRIO:** Pela aprovação, com três emendas que apresenta. **RESULTADO: Concedido vista coletiva. ITEM 7: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 60, DE 2007. (NÃO TERMINATIVO).**

EMENTA: Altera o art.1º da Lei nº 11.368, de 9 de novembro de 2006, a fim de prorrogar o prazo para o trabalhador rural requerer sua aposentadoria. **AUTOR:** Senador César Borges. **RELATORA:** Senadora Kátia Abreu. **RELATÓRIO:** Pela aprovação. **RESULTADO: Retirado de Pauta, a pedido da Relatora. ITEM 8: REQUERIMENTO Nº 7, DE 2008 – CRA. ASSUNTO:** Requer a realização de Audiência Pública, com a participação da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento

Rural da Câmara dos Deputados, para debater as tecnologias genéticas de restrição de uso de variedades, objeto do **Projeto de Lei nº 268, de 2007**, de autoria do Deputado Eduardo Sciarra (DEM/PR), com a presença dos seguintes convidados: **Rubens Nodari** – Professor da Universidade Federal de Santa Catarina; **Paulo Kageyama** – Professor da ESALQ/USP e Conselheiro da CTNBio; **Maria José Guazoli** – Representante do Centro Ecológico (RS); **Maria Rita Reis** – Representante da ONG Terra de Direitos (PR). **AUTOR:** Senador Sibá Machado. No encaminhamento, fazem uso da palavra para tecerem considerações sobre o assunto, os seguintes Senhores(as) Senadores(as): Kátia Abreu e Sibá Machado. Passa-se a votação, ocasião em que foi aprovado por unanimidade. **RESULTADO: Aprovado, com adendo da Senadora Kátia Abreu, no sentido da inclusão de um representante da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA. Será cumprida a deliberação da Comissão. ITEM 9: REQUERIMENTO Nº 8, DE 2007 – CRA. ASSUNTO:** Requer, no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a formação de comissão composta por 3 (três) membros, para reunir-se na cidade de Campina Grande – PB, conjuntamente com representantes do Banco do Brasil e do Banco do Nordeste para tratar de assuntos ligados ao custeio agrícola da região. **AUTOR:** Senador Carlos Dunga. No encaminhamento, fazem uso da palavra para tecerem considerações sobre o assunto, os seguintes Senhores(as) Senadores(as): Gilberto Goellner, Sibá Machado, Kátia Abreu e Carlos Dunga. Passa-se a votação, ocasião em que foi aprovado por unanimidade. **RESULTADO: Aprovado. Será cumprida a deliberação da Comissão. ITEM 10: REQUERIMENTO Nº, DE 2007 – CRA. ASSUNTO:** Requer, nos termos do art. 73, do Regimento Interno do Senado Federal, a criação de subcomissão temporária, composta de cinco membros e igual número de suplentes, no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, para examinar os atuais problemas relativos à execução do programa de Reforma Agrária, tais como redução no tamanho dos lotes de assentamento, politização e sindicalização do processo da reforma, assentamentos fantasmas na Amazônia e outras possíveis irregularidades. **AUTOR:** Senador Flexa Ribeiro. **RESULTADO: Retirado de Pauta.** Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e vinte e nove minutos, lavrando eu, Marcello Varela, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Neuto De Conto**, Presidente da Comissão.

COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA – CRA

9ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 16 DE ABRIL DE 2008, ÀS 11 HORAS E 42 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Havendo número regimental, declaro aberta a 9ª Reunião da Comissão da Agricultura e Reforma Agrária, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior que, com anuência do Plenário, é dada como aprovada.

Informo que no dia 22 de abril do corrente, terça-feira às 11 horas será realizada visita da Comissão de Finanças do Senado Francês perante esta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, juntamente com a Comissão de Assuntos Econômicos do Senado e conduzida pelo ex-Ministro das Finanças, Senador Jean Arturis(F), objetivando tratar do tema: “Brasil, Fazenda do Mundo”, o qual possibilitará aos parlamentares franceses informações sobre o desenvolvimento agrário brasileiro.

A presente Reunião destina-se à aprovação de matérias. Item 1º da Pauta vamos retirar de Pauta; Item 2º – Projeto de Lei de autoria do Senado nº 475/2003 de autoria do Senador Jonas Pinheiro que prorroga o prazo que seja retificada as concessões e alienações de terras feitas pelos Estados na faixa de fronteira e dá outras providências. Pela Senadora Relatora Marisa Serrano estar de licença, pois já está tratando na Comissão dos Cartões, nós pedimos, solicitamos ao eminente Senador João Durval que em *ad hoc* pudessem ler o relatório.

SENADOR JOÃO DURVAL (PDT-BA): Relatório: é submetido ao exame dessa Comissão o Projeto de Lei do Senado nº 475/2003 que se aprovado prorroga até 31 de dezembro de 2006 o prazo para que o detentor de título de alienação ou de concessão de terras em faixa de fronteira, outorgados pelos Estados e ainda não ratificado, requeira do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra, a ratificação do que trata o art. 5º § 1º da Lei nº 4.947 de 6 de abril de 1966. Essa na essência há disposição encartada no art. 1º da proposição. O art. 2º limita-se a fixar a data da publicação como marco para vigência da futura norma.

Ao justificar a matéria, o ilustre Senador Jonas Pinheiro posta-se considerações acerca da Lei nº 9.871 de 23 de novembro de 1999 que estabelece prazos

para a ratificações de concessões e alienações de terras feitas pelos Estados na faixa de fronteira, defende a necessidade de que ao detentor desses títulos seja conferido um tempo mais dilatado para a consecução da ratificação, uma vez que para se obterem todos os documentos exigidos para compor os processos e pedido de ratificação, há um sem número de entraves e difíceis superação e exigindo-se providências burocráticas em vários municípios e em várias instâncias administrativas.

Não foram oferecidas Emendas. Análise: O PLS de nº 475/2003 submete-se a esta Comissão, por força de Requerimento nº 1.263 de 2007, cuja aprovação se revela em consonância com o disposto no art. 104B1 do Regimento Interno da Casa que dispõe competir à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária a análise de proposições que versem entre outros assuntos sobre Direito Agrário.

Considerando que a matéria ainda será objeto de apreciação por parte da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que lhe auferirá a constitucionalidade e juridicidade, sugerimos nosso exame à conformidade que é do quanto nela se dispõe com o ordenamento jurídico agrário brasileiro. O Projeto de Lei do Senado nº 475/2003 cuida tão somente de prorrogar prazo previsto em Leis Ordinárias – Lei nº 9.871 de 1999 e mais recentemente Lei nº 10.787/2003 – para que os detentores de título de alienação ou concessão de terras feitas pelos Estados na faixa de fronteira requeiram ao Incra a ratificação de que trata o § 1º do art. 5º da Lei nº 4.947 de 6 de abril de 1966.

Tendo em vista, entretanto, o completo escoamento do prazo em referência, ocorrido em 31 de dezembro de 2003, não há que falar em prorrogação dele, senão em sua reabertura ou de outra via no estabelecimento de novo rumo, de novo tema. Com quanto seja possível, a este respeito, argüir que tal providência atentaria contra a propriedade da terra hoje pertencente legitimamente à União, violando assim o ato jurídico perfeito e o direito adquirido protegidos como cláusula pétrea, entendemos diversamente que se cuida efetivamente de pôr a salvo o direito dos particulares, que fiados em atos e documentos praticados ou expedidos pelo Poder Público dos Estados da Federação, adquiriram terras em faixa de fronteira vendo-se após em vista do decurso de tempo legal delas desprovidos.

Em suma, entendemos tratar-se da necessidade de se resguardar o Princípio da Segurança Jurídica que fundamenta não só o Estado, mas toda a sua ordem para o que impede de conceder aos cidadãos interessados nova oportunidade para ratificação dos Títulos Públicos que possui. Ademais, razão assista o ilustre autor da proposição ao asseverar que o moroso pro-

cedimento para a ratificação dos títulos, marcado por obstáculos burocráticos de difícil superação, como os atinentes à oitiva do Conselho de Segurança Nacional e a obtenção de documentos vários exigidos para a compensação... Composição do processo, aliado à falta de estrutura do Incra para atender no prazo acenado pela Lei nº 9.871/1999 e pelas que lhes sucederam a todas as solicitações de ratificação realizadas, acabou por prejudicar aqueles que serviram na persecução do seu direito atingido pela cláusula preclusiva.

Constitui a proposta, a nosso juízo, medida oportuna e conveniente por distribuir justiça àqueles que se fiaram no Estado e em seus atos e instituições.

Voto. Em face do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 475/2003 na forma do seguinte substitutivo: Projeto de Lei do Senado nº 475 substitutivo de 2003 – estabelece prazo de 2 anos para ratificação de concessões e alienações de terras feitas pelos Estados na faixa de fronteira e dá outras providências. Art. 1º – fica estabelecido o prazo de 2 anos, contados da publicação desta Lei, para que os detentores de títulos e alienação ou concessão de terras situadas em faixa de fronteira e expedidos pelos Estados, requeiram ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra, a ratificação de que trata o art. 5º § 1º da Lei nº 4.947 de 6 de abril de 1966. Observado o disposto no Decreto Lei nº 1.414 de 18 de agosto de 1975, § Único – aplica-se no que couber o dispositivo na Lei nº 9.871 de 23 de novembro de 1999. Art. 2º – esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Obrigado, Senador João Durval, Relator *ad hoc* que concluiu pela aprovação nos termos do substitutivo que apresenta. Em discussão.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT):
Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Com a palavra o Senador Gilberto Goellner.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT):
Eu peço vistas ao processo, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): A vista será concedida tão logo nós encerrarmos a discussão.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Já pediu, então, já encerra a discussão, Sr. Presidente.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Presidente, eu gostaria de fazer uma... Quem pediu vista? Senador Gilberto?

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Tem alguma falha de redação.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT):

Gostaria de complementar, então, Senadora Kátia.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Só para eu entender se é a mesma coisa que eu estou pensando.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT):

Existe aqui um... Inclusive, admitido pela assessoria do Incra, que existe uma... Uma má interpretação que esses 2 anos seriam para requerer a ratificação e não prazos para a conclusão da retificação. E, no art. 1º, então, fica, há uma incoerência entre o art. 1º e a finalidade que seria o prazo para requerer. E mesmo assim, eu gostaria de comentar e discutir com a Senadora Relatora Marisa Serrano sobre a viabilidade disso aí ser feito em 2 anos, porque nós todos sabemos a dificuldade que hoje existe de aparelhamento técnico e de pessoal e, inclusive, de físico do Incra para resolver todos os problemas e de todas as conjecturas que existem hoje no país.

Então, isso aí, 150 quilômetros de fronteira, os imóveis pegando inclusive cidades inteiras, havendo procedimentos normais para fazer isso aí. Eu acho que a decisão muito curta de prazo, também. Eu vejo que nós devemos discutir melhor, então, por isso que eu vou, eu peço vistas para falar com a Relatora e a gente avaliar juntamente com o Incra, né? Nós avaliarmos a viabilidade de mudanças nesse sentido.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Senadora Kátia Abreu.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Sr. Presidente, eu gostaria apenas de fazer uma complementação, entendi perfeitamente e está, acho correto, concordo com o questionamento do Senador Gilberto. Gostaria que ele, com esse pedido de vistas, pudesse considerar mais outros dois pontos da maior importância.

A legislação da faixa de fronteira ela é muito clara ao dizer que o cidadão para ter o seu título na faixa de fronteira, ele precisa ter uma característica principal – ele tem que estar produzindo em 50% dessa área. Nem exige sequer que ele more na propriedade, essa é a condição *sine qua non* para que ele seja identificado como proprietário na faixa de fronteira e receba o seu título, certo?

O que é o que acontece: posteriormente ao recebimento desse título, poderá vir, até, o Incra e a Reforma Agrária fazer uma vistoria de produtividade para ver se é produtiva ou não. O que é que o Incra fez, Senador Gilberto? Senador Gilberto, por favor. O que o Incra fez?

O Incra editou uma Instrução Normativa onde obriga que para receber o título – desconsidera essa instrução anterior – e que para receber o título dessa

terra, ele tem que cumprir os índices de GUT e GEE que é o Grau de Utilização da Terra em 80%, que não é o 50% que era a Lei anterior, e que ele cumpra os índices de produtividade. Nós não estamos querendo – e eu nem estou na faixa de fronteira, o meu Estado é um Estado central – é apenas uma questão de justiça, e que acho que cabe a todos nós – Senador – que é a nossa função principal defender o Estado Brasileiro.

Então, o que ocorre? Quando eu disse ao Presidente do Incra: “Uma coisa é uma coisa, Presidente, outra coisa é com outra coisa”. Então, ele tem que titular primeiro diante da regra de 50%, aí depois sim, ele pode ir com sua equipe de reforma agrária do Incra verificar se o cidadão é produtivo ou não. Essa exigência dos 50% de trabalho nessa terra é para ele ser reconhecido como proprietário e não “produtivo” ou “improdutivo”. Qual que é a diferença disso? A diferença é que se ele não receber o título e o Incra chegar lá e ver que ele é improdutivo, ele não vai receber nenhuma indenização. E são famílias que estão lá há mais de 100, 200 anos. Então, ele tem que receber o título de propriedade, e depois o Incra vem questionar se ele é produtivo ou não. Então, ele vai receber da forma que o Incra quer hoje – na instrução normativa – ele vai receber apenas as benfeitorias e não vai receber um centavo de valor de terra nua.

Então, Sr. Presidente, eu sinto muito ter que dizer essa palavra dura aqui, mas essa Instrução Normativa é um “golpe”, é um golpe para tomar terra de produtor rural. Eu gostaria que o Senador pudesse considerar esse item e, até mesmo, o questionamento que foi feito aqui nessa Comissão com o Presidente do Incra, com o Advogado Geral da União, de por que a faixa de fronteira são 150 quilômetros? Ela já foi 60, ela já foi 100, qual a explicação dela ser 150? Por que nós temos que discutir esse assunto? Não só por conta dessa questão da documentação da faixa de fronteira, mas existem restrições absurdas em cima da faixa de fronteira e estão, inclusive, impedindo plantios de determinados produtos; a questão de compra de terra por parte de estrangeiros.

Essa faixa de fronteira, eu acho que o que Brasil cresceu, desenvolveu; está crescendo, está desenvolvendo. Nós estamos no mundo moderno. Nós temos que também dar uma modificada nós nossos conceitos, nós temos que avaliar os nossos conceitos antigos e ver se eles merecem ou não alguma mudança.

Então, gostaria que o Senador Gilberto, que vai ter a oportunidade de, com pedido de vistas, de reformular esse texto e que possa considerar os dois assuntos que é da maior importância e de muita injustiça para com esses produtores – são 10% dos municípios do Brasil – que receberam este golpe dessa Instrução

Normativa nº 27 tirando deles o direito de posse. Obrigada, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Obrigado, Senadora Kátia Abreu. Então, nós concedemos vistas do Item nº 2 desse Projeto de Lei ao Senador Gilberto Goellner.

Item nº 3 da Pauta – Projeto de Lei nº 171 de 2004 de autoria do Senador Ramez Tebet que altera o art. 4º da Lei nº 6.019 de 3 de janeiro de 1974, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas e dá outras providências para permitir a atualização do trabalho temporário nas áreas rurais. Com a palavra a Relatora, Senadora Kátia Abreu.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Sr. Presidente, eu fiz apenas uma simples modificação e quero aqui parabenizar o nosso saudoso Senador Ramez Tebet pela autoria desse Projeto, que muito próprio para os nossos tempos, é apenas incluir no texto quando ele diz: “compreende-se como empresa de trabalho temporário” eu acrescentei: “compreende-se como empresa rural ou urbana de trabalho temporário”, foi apenas... Acrescentei o “rural” e “urbano” para ficar bem claro que essas empresas poderão atuar tanto na zona rural como também na questão urbana.

O que é que ocorre, Sr. Presidente? Nós já temos o hábito, já temos a legislação que permite o trabalho temporário nas cidades – aquele trabalho temporário, principalmente na época do Natal, aonde as compras e a demanda aumenta muito e o comércio contrata mais gente, contrata mais brasileiros. Nós temos a época do Dia das Mães, o Dia dos Pais, final de ano, então, Páscoa. Então, nós temos aqueles períodos, os períodos de liquidação do comércio brasileiro onde o empresário urbano, quer seja pequeno, médio ou grande, ele tem a oportunidade de dar mais empregos. Alegria para nós, brasileiros, poder aumentar o emprego pelo menos nessas épocas.

Então, é um trabalho que dura 2 meses, né? De 1 mês, varia de um mês a 2 meses esse trabalho temporário, e nós temos essa discrepância com relação à questão rural e nós precisamos enfrentar isso tudo. Eu sei que existe a preocupação e eu também tenho ela, de algumas pessoas de que essa questão do trabalho temporário no campo, poderia incentivar essa terceirização, poderia incentivar, talvez, um trabalho degradante e más condições sem cumprimento da Legislação Trabalhista. Claro que nós temos que nos preocupar com isso, mas nós temos que contar também com a competência do Ministério do Trabalho que tem um grupo de fiscalização, aliás, bastante rígido e atuante. E nós, Senadores, é a minha impressão, que nós devemos legislar para as pessoas honestas partindo do princí-

pio que nós estamos legislando para os honestos; os desonestos a Polícia que se encarregue deles.

Esse trabalho temporário para o setor rural ele é vital, haja vista, o senhor conhece bem o seu Estado. Haja vista o que as safras, a produção das safras são todas temporárias e é uma multidão de trabalhadores que nós precisamos na colheita da laranja, que nós precisamos na colheita do café, que nós precisamos na colheita de cana, que nós precisamos naquelas colheitas temporárias, Sr. Presidente, e isso tem trazido o quê? Ao invés, na minha impressão, de proteger o trabalhador, está trazendo, muito pelo contrário, a informalidade. Então, tudo o que você consegue descomplicar, você facilita a vida do empregado, do trabalhador e do patrão. E facilitando a vida de ambos, você vai fazer com que eles possam cumprir a Legislação como deve ser cumprida. Isso não significa que os nossos patrões e trabalhadores estão fora da Lei por vontade própria, Sr. Presidente, é pela burocracia e, às vezes, pela própria rejeição de alguma das partes com relação a esse trabalho temporário até mesmo na assinatura da carteira.

Esse trabalho temporário tem que ficar bastante claro que não tira o direito nenhum do trabalhador rural – nós não estamos tirando nenhum, nem do trabalhador urbano. Todos os seus direitos estão perfeitamente garantidos. Agora, essas empresas terceirizadas, essas empresas terceirizadas que podem ser até mesmo, a gente pode ter a preocupação de termos empresas fictícias, empresas laranjas apenas para dar um golpe no trabalhador, nós temos condição de regular tudo isso. E que essas empresas terceirizadas, Senador Sibá, elas possam ter também para funcionar um patrimônio que possa garantir, caso venha acontecer a impropriedade do não pagamento e do não recolhimento desses direitos.

Então, nós temos que tentar viabilizar e facilitar o Custo-Brasil, na medida do possível cercar as arbitrariedades, mas não podemos legislar em cima, apenas pensando no crime. Nós temos que legislar pensando num Brasil melhor, num Brasil moderno, num Brasil que facilita a empregabilidade, que facilita a formalização para que de verdade os trabalhadores possam ter os seus direitos adquiridos, que possam aposentar com dignidade, que possam ter o seu fundo de garantia certo, líquido e certo, então, esse é o nosso objetivo e não ao contrário. Nós não queremos produtores no Brasil, quer seja de qualquer tamanho, taxados pelo Ministério do Trabalho como escravocratas, como praticante de trabalho escravo. Isso é muito doído para o Brasil, não para nós – produtores. Isso é muito triste para um país que facilita essa condição, então, nós temos que facilitar – sem tirar direitos, repito – nós temos que

facilitar as contratações e desburocratizar para que a formalidade possa prevalecer no país.

Nesse caso, nós estamos discutindo apenas a questão da terceirização por parte de algumas empresas que nós poderíamos, aqui, incluir e caracterizar melhor como seriam essas empresas, Senador Sibá, qual o porte dessas empresas; qual a calção que essas empresas poderiam ter em nível patrimonial ou até mesmo é com calção bancária, caso acontecesse a impropriedade.

Então, eu gostaria que a gente pudesse refletir muito. O meu voto é a favor do Projeto, é favorável, apenas com essa mudança, só para especificar que essa terceirização é para a questão urbana e rural. Então, vou ler apenas o Voto, Sr. Presidente.

Em face dos argumentos aqui expostos, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 171/2004 de autoria do nosso saudoso Senador Ramez Tebet do Mato Grosso do Sul com a seguinte Emenda: “Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 171/2004, que altera o art. 4º da Lei nº 6.019 de 3 de janeiro de 1974 a seguinte redação: Art. 4º – compreende-se como empresa de trabalho temporário a pessoa física ou jurídica urbana ou rural, cuja atividade consiste em colocar à disposição de outras empresas temporariamente, trabalhadores devidamente qualificados por elas remunerados e assistidos”.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): O relatório conclui pela aprovação nos termos da Emenda que apresenta, em discussão. Senador Sibá Machado.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Sr. Presidente, eu ouvi atentamente ao relatório da Senadora Kátia Abreu, mas não tinha tido a oportunidade de olhar as nuances do Projeto, não tive essa oportunidade. Sei que o Governo emitiu também uma Medida Provisória de nº 410 que caminha nessa direção também de se estabelecer no Brasil, melhor regulamentada a figura do trabalho temporário. Nós sabemos que a economia do Brasil tenta ainda ter uma coisa mais equilibrada, mas a sazonalidade não é uma coisa apenas do campo brasileiro. É, durante algum tempo, inclusive, as indústrias automobilísticas vivem com essa história da chamada “férias coletivas”, excesso de contingente no período de baixa comercial e assim por diante. Então, eu considero que esse problema não é, eminentemente, rural, está estabelecido em muitos lugares – com exceção eu acho que da siderurgia – eu não vejo outro ramo da economia que não passa por determinados percalços de vez em quando.

Eu vou pedir a vistas do Projeto, porque até mesmo eu preciso estudar melhor e quero ver o que a Me-

da Provisória também trata para fazer uma correlação sobre esses fatos, Sr. Presidente, e tão logo eu gostaria de apresentar também a minha opinião mais formalizada sobre este Projeto. Portanto, eu peço vistas.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Concedido vista ao Senador Sibá Machado do Projeto, o Item nº 3 da Pauta – Projeto nº 171/2004.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Sr. Presidente, por favor, apenas uma consideração para reforçar. Eu gostaria de me oferecer ao Senador Sibá Machado para que a gente pudesse discutir esse tema que é da maior importância, colocando todos os critérios, todos os cuidados, tentando ao máximo possível não distorcer o que nós estamos tentando fazer aqui – assegurando ao trabalhador os seus direitos e o patrão também menos burocracia – e que a gente pudesse, definitivamente, regulamentar esse trabalho temporário que é... Resolveríamos, na opinião da Comissão de Trabalho da Confederação Nacional de Agricultura, 90% dos nossos trabalhos, dos nossos problemas no campo com relação à safras, ao período temporário. Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Muito obrigado. Item nº 4 da Pauta – Projeto de Lei do Senado nº 237/2006 de autoria dos Senadores Sibá Machado, Eduardo Suplicy e Senadora Ana Júlia Carepa que altera e acresce dispositivo da Lei nº 5.869 de 11 de janeiro de 1973 o Código de Processo Civil e dá outras providências.

Com a palavra a Senadora Relatora, Senadora Kátia Abreu, para proferir o seu relatório.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Sr. Presidente, eu gostaria se o senhor me permite, pedir aos colegas que pudesse haver uma inversão de Pauta, só alguns minutos, para que eu chegue algum parágrafo que ainda eu estou com pouco de dúvidas, que o Senador Heráclito pudesse, já combinei com ele, está preparado para fazer o seu relatório. Preparado para fazer o seu relatório enquanto eu termino a minha leitura final, aqui, por favor.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Pauta invertida. Passamos para o Item nº 5 – Projeto de Lei do Senado nº 302/2006 de autoria do Senador Paulo Paim que modifica o art. 45 da Lei nº 8.212 do art. 96 da Lei nº 8.213, ambas de 25 de julho de 1991, para dispensar o pagamento da multa para contagem recíproca de tempo de serviço e/ou segurado que tenha exercido atividades dispensadas do registro previdenciário obrigatório.

Com a palavra o Relator Senador Heráclito Fortes.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sr. Presidente, o Projeto de Lei do Senado nº 302/2006 de autoria do Senador Paulo Paim, dispensa multa exigida pela Previdência para reconhecimento do tempo de trabalho rural no caso de contagem recíproca de tempo de serviço para usufruto de benefícios previdenciários.

O Projeto se justifica com base em situações nas quais ocorre uma migração do trabalhador de um regime previdenciário para outro. A Constituição Federal estabelece que essa migração é condicionada à indenização do tempo de serviço para ajudar a manter o equilíbrio financeiro do regime previdenciário existente. Ocorre que os trabalhadores rurais, particularmente aqueles que exercem suas atividades no seio de regime de trabalho familiar, são os únicos responsáveis por indenizar a Previdência, tendo em vista sua desvinculação anterior do regime geral da Previdência, ressalta-se que o trabalhador rural familiar [soa a campanha] era unicamente o segregado facultativo antes de 1991.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Por favor.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): A atual é o seguinte.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Um silêncio para o Relator.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Para ser reconhecida a referida contagem, o INSS exige o pagamento, pelo trabalhador, da indenização calculada pelo valor do atual salário de contribuição pelo período pretendido, atualizado, monetariamente, e acrescido de juros e multa.

A contagem desse tempo é operação que depende da vontade do trabalhador. Somente a partir de sua manifestação é que passa a existir a obrigação de recolher o valor da indenização. O trabalhador não é obrigado a efetuar a contagem daquele tempo de serviço, e só o faz o seu exclusivo interesse.

Dessa forma, como não existe nenhuma quebra de uma obrigação legal ou contratual que determine a imposição da multa, a cobrança de penalidade em relação ao período anterior à filiação a Previdência passa a ser injustificada.

Antes com o encaminhamento exclusivo à Comissão de Assuntos Sociais a quem cabe a decisão terminativa, a matéria vem para a análise prévia da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, em atendimento ao Requerimento 1.295 do Senador Mário Couto, feito no prazo regimental e não foram apresentadas Emendas.

Análise. A Constituição Federal garante essa contagem recíproca do tempo de trabalho desde que

haja a compensação financeira dos diferentes regimes previdenciários sociais. Art. 201 § 9º, no entanto, no período anterior a 1991 o trabalhador rural e o produtor em regime de economia familiar não se encontrava no rol dos contribuintes obrigatórios do RGPS. A simples recepção do tempo de serviço segurado sem que houvesse a indenização desse período seria contrário ao texto constitucional, pois não apenas seria prejudicial ao equilíbrio financeiro do regime previdenciário a quem o trabalhador tenha se vinculado, como representaria com o favorecimento indevido à pessoa que: Sem haver contribuído para tanto venha receber benefício em valor superior ou em época que não teria direito, caso não se efetuasse a contagem daquele tempo.

Esse entendimento encontra-se consolidado na jurisprudência brasileira sendo extraído do texto constitucional e dos art. 55 § 2º e 96, inciso IV da Lei nº 8.213 de 1991, e os §§, 1º, 2º, 3º, 4º e 6º do art. 45 da Lei nº 8.212 também de 1991. Quanto à multa exigida para a contagem recíproca do tempo de serviço, contudo, é cabível questionar acerca de sua razoabilidade. Sua imposição pelo INSS decorre, como visto, da aplicação da Lei. Esta imposição, portanto, é plenamente cabível no caso dos contribuintes individuais especiais que são contribuintes obrigatórios da RGPS.

Entretanto, no caso de segurado facultativo, como era o trabalhador rural e regime familiar antes de 1991, a contagem recíproca do tempo de serviço é uma faculdade do interessado que pode abrir mão dela, se assim entender. A obrigação legal de recolhimento por parte do segurado inexistente até o momento em que o solicitante pleiteia, a contagem do tempo de serviço, sendo que a rigor não há fato ilícito a ensejar a imposição de multa.

Naturalmente o mesmo raciocínio não se aplica ao período de trabalho posterior ao advento das Leis nº 8.212 e nº 8.213/1991, pois depois disso, os trabalhadores rurais, de qualquer natureza, passaram à condição de filiados obrigatórios da Previdência Social, tendo a obrigação de efetuar os recolhimentos no devido tempo. Portanto, tal iniciativa é importante, pois se corrigirá a injustiça cometida contra os trabalhadores rurais brasileiros. Nesse contexto, concorda-se com o mérito do Projeto de Lei e análise sem restrições quanto à respectiva constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

Sr. Presidente, antes de proclamar o meu voto, eu quero dizer que me sinto bastante feliz de ser o Relator desse Projeto de autoria do Senador Paulo Paim que tem se destacado na sua luta indormida(F) em defesa dos trabalhadores que são os menos assistidos. E estando aqui ao meu lado como representante do Partido do Governo, o Senador Sibá Machado, que mais do

que ninguém conhece a real situação do trabalhador rural no Brasil, pela sua história de luta, pela sua caminhada exatamente na defesa dos trabalhadores do Brasil afora, principalmente na Região Norte do país. Portanto, fico altamente feliz em tê-lo na minha companhia como também a Senadora Kátia Abreu que atua no setor – são duas vertentes de componentes, de pensamento diferente, mas que, com certeza, tem o objetivo maior que é o bem-estar do trabalhador brasileiro. Assim sendo, e diante do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 302/2006. Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Obrigado, eminente Senador Heráclito Fortes. O Relator conclui pela aprovação. Em discussão. Como ninguém mais queira discutir. Senador Sibá Machado.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Quero dizer ao Presidente que a contribuição previdenciária do setor rural, eu acho que nós ainda vamos ter um prolongado tempo para ter uma melhor, vamos dizer, uma materialização dessa situação e poder garantir, minimamente, uma condição de vida para as pessoas oriundas desse setor. Então, é claro, que nós temos que além de aprovar uma matéria dessa magnitude, fazer todos os entrelaçamentos em parte do que isso venha a dar também no Tesouro da Previdência Social e nesse momento, Sr. Presidente, eu vou acompanhar o Relator nesse Projeto. Mas, é claro, que na sequência dele em outros trâmites da Casa, nós podemos ir levantando todos esses gargalos que ainda, infelizmente, não estão plenamente resolvidos, mas nesse momento acompanho o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Como mais ninguém queira discutir, em votação. As Sr^{as} e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado o parecer pela aprovação. O Projeto será encaminhado à Comissão de Assuntos Sociais em decisão terminativa.

Voltamos, então, ao Item nº 4 – Projeto de Lei do Senado nº 237/2006 de autoria dos Senadores Sibá Machado, Eduardo Suplicy e Senadora Ana Júlia Carepa que altera e acresce dispositivo à Lei nº 5.869 de 11 de janeiro de 1973 o Código de Processo Civil e dá outras providências.

Com a palavra a Relatora, Senadora Kátia Abreu, para parecer sobre o parecer.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Sr. Presidente, Senador Sibá Machado sabe da nossa relação que temos nessa Casa e do respeito que eu nutro por ele, especialmente, dos 3 autores é um dos Senadores que eu tenho uma simpatia enorme pela sua sensibilidade e pelo seu esforço em praticar aqui o seu

mandato. Mas este Projeto, Senador Sibá, eu sou pela rejeição desse Projeto.

Na minha opinião e desculpe a expressão, talvez, um pouco forte, mas eu não achei... Não encontrei outra expressão que pudesse figurar melhorar o que a proposta traz aqui, mas uma “aberração” jurídica. Esse Projeto afeta todo ordenamento jurídico de posse, direito de propriedade e vou repetir a mesma expressão “uma coisa é uma coisa, outra coisa é outra coisa”.

Nós não podemos confundir desapropriação para fins de Reforma Agrária com arbitrariedades ao direito de propriedade. Se o Incra quer encontrar fazenda improdutiva, ele tem toda a legislação ao seu favor em termos de vistorias, de análises de índice de produtividade, de GEE, que eu até nem concordo com esses índices, mas é o que está valendo hoje e a Lei é essa. Mas confundir o direito de posse, o direito de propriedade e, antecipadamente, a minha propriedade ser invadida, quer seja uma propriedade rural ou quer seja a propriedade urbana, e eu ter que provar, antecipadamente, a um pedido de liminar do Juiz que essa terra é produtiva e que ela está cumprindo a sua função social – me dá licença – Sr. Presidente. E, sinceramente, é uma aberração jurídica, isso é função do Incra analisar se a minha fazenda é improdutiva e é função do Juiz, que eu aciono, verificar se a terra é minha ou não e me dar a ela o direito de volta.

E aqui o Projeto impõe que mesmo antes o Juiz tem que ouvir o Ministério Público, o Juiz tem que fazer a visita *in loco* antes da reintegração de posse e que eu ainda, proprietário, que estou sendo invadida, agredida no meu art. 5º, cláusula pétrea da Constituição Federal, que eu tenho ônus de provar que a minha terra está cumprindo função social.

Então, sinceramente, não há a menor possibilidade nem de discussão da minha parte, Sr. Presidente, é pela rejeição dessa aberração jurídica que agride o direito de propriedade.

Nós precisamos entender, e eu tenho repetido aqui várias vezes, que existe uma pessoa no mundo que eu julgo da maior importância que chama Alan Greenspan que foi Presidente do FED – do Banco Central Americano por 20 anos. Esse homem não é qualquer homem, ele é um homem especial. É um homem que conhece a economia do mundo inteiro, e eu recomendo o seu livro, “A Era da Turbulência” e no capítulo 12, procure o capítulo 12 que lá vai estar quais são, qual é o pilar mais importante para que um país possa crescer em qualquer lugar do planeta. Esse pilar, Sr. Presidente, é o direito de propriedade, é a regulação, é o compromisso com os contratos, só dessa forma, com respeito a essa Instituição é que

um país pode ter firmeza e dar segurança para que ele possa crescer.

Ninguém vai investir, ninguém vai arriscar naquilo que lhe traz insegurança. As pessoas procuram os países, os lugares que dêem segurança para o seu trabalho, isso aqui, Senador Sibá, eu sei que a sua intenção é a melhor possível que é a Reforma Agrária, o senhor é a favor da Reforma Agrária, mas nós não podemos resolver os problemas dos quilombolas do Brasil que merecem e tem o seu direito, nós não podemos resolver os problemas indígenas do país, nós não podemos resolver os problemas de terra, de sem terras no país agredindo o direito de propriedade.

Sou a favor de resolver o problema de todos eles, indígena, quilombola, sem-terra, mas vestindo um santo e desvestindo outro, não. O direito de propriedade, a Constituição Federal que tem sido abusada todos os dias nessa Casa, começando o exemplo pelas Medidas Provisórias, nenhuma sem urgência e sem relevância, mas o direito de propriedade, Sr. Presidente, não. É impossível que eu possa concordar com esse Projeto e eu voto pela rejeição. Vou apenas formalizar o meu voto para que possa ficar registrado, como é de praxe da Casa.

Pelos motivos expostos, concluímos pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 237/2006. Muito obrigada, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): A Relatora conclui pela rejeição da matéria. Em discussão.

SENADOR CARLOS DUNGA (PTB-PB): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Com a palavra o Senador Carlos Dunga.

SENADOR CARLOS DUNGA (PTB-PB): Sr. Presidente, cumprimentando a V.Ex^a e aos demais pares e a todos que fazem essa Comissão. Em razão de ser a minha primeira Reunião nessa Comissão, quero saudar a todos e em razão do conhecimento da matéria, eu peço vista para que eu possa ter o melhor conhecimento, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Vista concedida ao Senador Carlos Dunga, que eu gostaria de registrar com muita alegria, com satisfação seja bem-vindo. Essa Comissão precisa muito dos conhecimentos de V.Ex^a para participar e ajudar desenvolver os inúmeros Projetos que por aqui tramitam e, principalmente, darmos soluções ao nosso Brasil.

SENADOR CARLOS DUNGA (PTB-PB): Agradeço a V.Ex^a.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI):

Excelência, sobre a matéria, eu quero me congratular com o Senador Carlos Dunga e veja bem o que é a experiência parlamentar, ele que foi extraordinário Deputado Federal, e, agora, cumpre regimentalmente aqui uma passagem nesta Casa como Senador da República.

Eu quero louvar V.Ex^a, Senador Dunga, pelo pedido de vista, eu acho que ele é oportuno. Acho inclusive de bom alvitre que se consulte a própria, hoje, Governadora Ana Júlia Carepa. Só não muda quem se demite do direito de pensar, essa frase foi repetida várias vezes aqui pelo Senador Petrônio Portela, quando Líder, quando Presidente dessa Casa.

Eu tenho a impressão que nem a própria Senadora, meu caro Sibá, hoje pensaria mais dessa maneira. Ela que tem um Estado com vocação agrícola, com grandes investimentos se realizando lá e, inclusive, contenções na área social, daí eu tenho a impressão que uma melhor reflexão na atualização do seu pensamento, a própria Senadora... É o que eu penso, pode ser que eu esteja redondamente enganado, mas é o que eu penso – ela no cargo Executivo que ocupa hoje não teria tanto entusiasmo com esse Projeto.

De toda a maneira, julgo o mérito dos autores que fizeram dotados de convicções e acima de tudo de boa-fé, de boa vontade, a questão não é essa, a questão é uma realidade que nós vivemos.

O Senador Eduardo Suplicy como grande latifundiário deve ter um entendimento, um conhecimento fantástico sobre essa questão, principalmente no que se passa no Norte, no Nordeste, no velho combate entre o latifúndio, o minifúndio que o Senador Sibá Machado tanto... Também conhece. Daí, porque eu louvo a V.Ex^a pela iniciativa.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Com a palavra o autor da proposta, Senador Sibá Machado.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Certo. Sr. Presidente, este assunto eu já não sofro mais por ele, mas já sofri muito. Eu sei que não vai ter nunca consenso, nem aqui nem em lugar nenhum.

Essa matéria, eu acho que é o divisor de água de qualquer outro assunto que a gente venha tratar nesta Casa ou em qualquer outro lugar. Então, está dividido o Brasil como sempre esteve, e a legislação não deixa de ser um pouco da expressão dessa queda de braço, do que ambas as partes pensam sobre o tema.

Então, tem duas coisas nesse Projeto – a primeira delas é porque fruto da CPI da Terra, nós encontramos o próprio Ministério Público reclamando que quando

o Juiz dá uma liminar de reintegração de posse não faz a menor ressalva da realidade vivida naquele lugar e podia se evitar uma série de barbaridades que nós assistimos como foi, inclusive, Eldorado dos Carajás e outros mais que tinha uma promessa de Governo para ser atendida, que não foi, o pessoal bloqueia a estrada e lá sabe-se Deus partindo de onde e de quem é resultado de tantos mortos e outros machucados e mutilados naquele confronto.

Então, no decorrer daquela CPI... CPMI, nós atendendo uma reivindicação, inclusive, do Ministério Público que a gente pudesse inserir na Legislação Brasileira, que uma tomada de decisão por liminar de um Juiz para uma reintegração de posse, ela fosse precedida pelo menos de uma conversa entre os Órgãos que depois vão lidar firmemente com o problema que é o da segurança, o próprio Ministério Público e o Órgão da gestão da Reforma Agrária no Brasil que seria o Incra. Para que se encontre, talvez, até meios de melhor negociação. E somente numa ação, digamos, reincidência, poderia, então, o Juiz tomar a atitude que melhor lhe aprofesse(F). Então esse foi a razão de um dos Itens colocado no Projeto.

O segundo, quando se fala da propriedade... Da função social da terra, ela... Nós vivemos uma realidade de extrema grilagem está bem mais reduzido em outras regiões do país, até mesmo, porque a cobertura legal das demais regiões do Brasil está um pouco melhor assegurada. Isso a gente compreende. Mas nós ainda temos uma situação, extremamente, confusa especialmente parte do Centro-Oeste, boa parte do Centro-Oeste e, praticamente, toda a Amazônia.

Os paradigmas que nós vivíamos no passado foram esses mesmo de que o Governo quando incentivou a ocupação amazônica já no último período, vamos considerar dos anos 70 para cá, tinha na sua filosofia de ocupação que aquele que não desmatasse, realmente era tratado como uma pessoa que não queria trabalhar e que estava passiva, inclusive, da perda da sua terra, pouco importando se aquele desmatamento contribuiria ou não para o crescimento da produção do país. Isso de fato é um paradigma e nós vivíamos isso, porque eu estou lá desde aquela época, desde 1971 que a minha família está sediada na Amazônia.

E acompanhando toda esta guerra no campo, especialmente ali na grande Amazônia, nós discutimos muito fortemente o que se chama “função social da terra” e pasmem, ainda vivemos algumas realidades como a história do trabalho escravo, algumas coisas desse tipo que maculam fortemente, hoje, a economia agrária brasileira, que prejudica muito o desenvolvimento local e assim por diante.

Então, eu não estou aqui discutindo o princípio da propriedade, sei disso, sei que as teses em geral caminham nessa direção, e se formos voltar ao passado, então, não estou desconsiderando que... Estou começando a ler o livro dele, ainda não cheguei no capítulo 12, mas imagino que estas sugestões feitas do marco regulatório é bom para todo mundo, porque o que nós estamos discutindo é o marco regulatório, porque existe os paradigmas antes de se registrar qual é o marco regulatório, e existe opiniões sobre que marco seria melhor. E isso nós fazemos, cotidianamente, aqui no Congresso Nacional para qualquer área da economia e este é mais um...E nós entendemos que ao readaptar o marco regulatório, inclusive, para um tamanho máximo de propriedade fundiária no Brasil.

Porque existe também uma outra filosofia que eu gosto muito dela, que debati muito isso no meu curso de geografia, que os alemães construíram a Alemanha em cima da tese de Charles Darwin que dizia com todas as letras que a seleção natural dos seres é baseado no tamanho do seu território, que, portanto, a Alemanha só podia ser um dia poderoso se ela avançasse sobre os demais países e deu no que deu. Os franceses levantam uma outra tese que diz que não, o sucesso de crescimento desenvolvimento de uma nação está embasado na sua competência técnica. Portanto, ficou aí a tese do “possibilismo” versus o “determinismo”.

Então, nós estamos discutindo teses, são teses. Essa é uma tese nós temos aqui uma tese de que é preciso limitar em parte, mas é um arcabouço legal para a tese. É o arcabouço legal, ela tem que estar, digamos, materializada em algo e aí neste caso o arcabouço jurídico brasileiro precisa do nosso entendimento de um aperfeiçoamento, porque quando uma pessoa recebe um pedaço de terra também por menor que seja da Reforma Agrária, ela passa a ser um proprietário também. Uma pessoa que não tem onde morar está morando debaixo de uma marquise de um prédio, de um viaduto em São Paulo – eu pude ver lá – que há mendigos que fazem até a realocação desses espaços para dormir, um mendigo cobra do outro para poder dormir, ele cria a expectativa de propriedade sobre aquele bem que não é dele e se impõe sobre esse fato.

Então, nesse caso, eu concordo plenamente de que o princípio da propriedade move, sim, a sociedade humana. Isso aí eu estou de acordo. Agora, quando a gente vai para o tamanho da propriedade e na mão de quem que fica é onde está o grande embate que nós estamos vivendo. Já vou encerrar, Sr. Presidente. Porque acompanhando a discussão do marco legal, o brasileiro aprendeu na sua cabeça que gosta muito do

índio, mas que o tamanho da terra dele é muito grande que ele trabalha muito pouco. Então, com a filosofia nossa impondo sobre aquela cultura, então, esse povo nunca vai ter paz. É a compreensão que eu tenho hoje, e o Estatuto do Índio não anda, na vota nem de um jeito nem de outro e assim por diante. Aí se avança... Onde o índio esta tem outro tipo de riqueza, seja de subsolo ou de superfície o que a gente faz com uso disso já que a cultura dele não permite nem pelo arcabouço tecnológico e muito menos pela própria compreensão do uso dessas riquezas. Portanto, ele empresta isso para os demais, como é que fica essa realidade? E pedi até à Embaixada dos Estados Unidos para me permitir uma viagem, vou pedir aqui ao nosso Presidente da Comissão de Relações Exteriores para ter a seguinte visão: Como vive hoje? Pelo menos em algumas experiências as comunidades indígenas norte-americanas, porque ouvi história das demais.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Se V.Exª quiser, eu concedo de imediato, mas V.Exª vai aos Estados Unidos ver cassino, porque os índios ficaram todos milionários e são donos de cassinos. Eu faço o maior gosto de... Está definido de imediato, deferido o seu pedido. Acho que é da maior importância, vai sair de lá o especialista no jogo.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): [risos] Eu vi muito dessas histórias e agora, Senador Heráclito confirma uma delas, mas eu vi mesmo esses relatos de que alguns indígenas se aperfeiçoaram, inclusive, em jogos e eu queria só ver, Sr. Presidente, que eu acho que na nossa matéria, sem nenhuma paixão, mas queria tratar um pouco com certo carinho, vou agradecer o Senador Carlos que vai apresentar... Certamente um voto em separado. E eu queria que, assim de uma forma bem tranqüila, na nossa Comissão a gente aprofundasse um pouco o debate nestes dois temas, se o marco que a gente está sugerindo é uma coisa realmente que vem a atrapalhar o andamento do empresariado rural brasileiro ou mesmo da reforma agrária, e na segunda questão – nesses casos de desinclusão ou no caso de liminar para reintegração de posse que o Juiz venha emitir, que ele possa antes da emissão possa consultar também os demais órgãos públicos que certamente vão lidar com o conflito durante e a *posteriori* é a sugestão que eu faço a V.Exª.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sr. Presidente eu quero dar mais uma informação cultural ao meu amigo Sibá Machado.

A última grande transação que esses índios fizeram no Estados Unidos, foi comprar aquele, o *Hollywood Planet(F)*, grande cassino, até onde uma modelo que era casada com um velho, suicidou-se recentemente. *Planet Hollywood(F)*, eles estão agora no mundo

artístico, ele não estão mais nessa situação, mas de qualquer maneira V.Exª já está atendido, vai marcar a data, eu faço questão que faça essa viagem. Só espero que ele não lhe convide para andar no Boot Strink(F) que eles têm, não ando mais de avião... a gente fica falando mal aqui do avião do Lula, o dele é 10 vezes mais luxuoso. V.Exª será atendido acho que vai trazer uma grande contribuição para essa Casa.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Com a palavra o Senador Gilberto.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Sr. Presidente, Srª Senadora Relatora, Senador Sibá que foi um dos autores do Projeto, Senador Carlos Dunga que agora pede vista.

Realmente, eu acho que enquanto nós estamos aqui filosofando sobre a forma de desapropriar as áreas rurais do país, eu recentemente levei um caso concreto de uma área desapropriada no Estado do Mato Grosso, uma área que o Incra já possui a posse da desapropriação, o sem-terra não entraram ainda na área, agora, os grileiros já tomaram conta da reserva legal. Já tomaram, eu apresentei dados, fotos, comprovações reais de proprietários rurais vizinhos a essa área e, realmente, eu mostrei isso aí também ao Senador Sibá, fui ao gabinete dele, mostrei para ele, mostrei que esse caso devia ser levado ao Incra. O Incra deveria tomar providências de zelar sobre o patrimônio, sobre o Patrimônio Brasileiro, sobre o patrimônio desapropriado dessa fazenda e assentar o mais rápido possível esses sem terras lá para que, realmente, eles tomem conta da sua área que vão receber da reserva legal.

Agora, permitir não fazer com que a Polícia Federal na Operação Arco de Fogo, vá até o local, não tome providências, não realize, não segure os abusos que são cometidos por grileiros, aliciados, grileiros aliciados por interesses maiores de pessoas que querem se aproveitar de áreas de reserva natural – consolidada, áreas que estão de posse do Incra e que não estão sendo zelado. Enquanto nós estamos aqui filosofando sobre novas desapropriações, inclusive. com Projeto que fere integralmente a Lei, a Lei de desapropriação, invertendo o ônus da prova, acho que a Senadora não leu o relatório, porque ela já de imediato coloca pela sua rejeição, mas o que fere principalmente a Lei de desapropriação é a inversão do ônus da prova.

Em vez dos técnicos do Instituto de Terra, do Incra, apresentarem as provas das infrações, dos descumprimentos social, da função social, se é proprietário ou não, se ele possuidor ou não do imóvel, se ele é proprietário... É ele proprietário ou possuidor desse imóvel, é que vai precisar fazer as provas. Eu acho que

esse aí é o principal motivo, Senadora, que a senhora optou pela rejeição.

Então, eu também opto pela rejeição disso aí, isso aí precisa ser mudado completamente, enquanto tiver, isso aí colocado no processo, no artigo que modifica esses... Toda essa legislação, nós não vamos concordar e nem podemos concordar, porque fere integralmente o direito de propriedade.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Sr. Presidente, apenas para mais um comentário a partir do que o Senador Gilberto disse, e também ao Senador Dunga que pediu vistas para que considerasse, que o pior de tudo isso, Senador Sibá, é que parte-se do princípio de que quem vai invadiu tenha o entendimento e a prerrogativa de achar que aquela propriedade é improdutiva. Então, quando eu exijo que a terra invadida, o próprio produtor prove que ela é produtiva e que eu tenho que chamar um Juiz eu que tenho que chamar um Promotor, eu estou dando ao MST, qualquer sigla, ou qualquer entidade, o MST não é entidade ou qualquer movimento que invada uma terra, a prerrogativa a eles da verdade, da certeza, né? E de que eles estão no seu direito. Então, é exatamente essa inversão de conceitos, então o MST, os movimentos sociais poderão invadir uma fazenda improdutiva? Poderão, mas poderão também invadir como fazem nessas propriedades rurais, principalmente onde produz papel e celulose, e invadir fazenda produtiva.

Então, Sr. Presidente, realmente é a última consideração, é inadmissível que nós possamos aceitar esse tipo de inversão e que a justiça não cumpra a Legislação, a Constituição Federal e dando imediato a posse para quem é dono.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Atendido, então o pedido de vista ao Senador Carlos Dunga, do Projeto de Lei do Senado nº 237/2006.

Item 6º da Pauta – Projeto de Lei do Senado nº 4/2007 de autoria do Senador Alvaro Dias que dispõe sobre isenção de Imposto Sobre Produtos Industrializados – IPI na aquisição de insumos, equipamentos especificados, utilizados na produção de leite.

Com a palavra o Relator e pela ausência do Relator Senador Expedito Júnior, solicitando que *ad hoc* o Senador Gilberto Goellner possa ler o relatório.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Parecer... É do Item nº 6 da Pauta. É submetido a essa Comissão de Agricultura e Reforma Agrária o PLS nº 4/2007 de Ementa em epígrafo da autoria do nome Senador Alvaro Dias. De autoria do nobre Senador Alvaro Dias, a proposição será posteriormente apreciada pela Comissão dos Assuntos Econômicos em decisão terminativa.

O Projeto está lavrado em 3 artigos. Art. 1º – isenta do IPI os insumos, máquinas e equipamentos, aparelhos e instrumentos bem como suas partes e peças de reposição, acessórios, matérias-primas e produtos intermediários, quando adquiridos com a finalidade de produção de leite, o § Único preceitua que os produtos serão discriminados em ato do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA.

O art. 2º determina que, com vistas ao cumprimento das exigências da Lei Complementar nº 101, Lei de Responsabilidade Fiscal o Poder Executivo estimará um montante de renúncia tributária decorrente da isenção e o incluirá no demonstrativo próprio do Projeto de Lei Orçamentária que for encaminhado após 60 dias da publicação da Lei.

O art. 3º – prevê que a Lei resultante entrará em vigor na data de sua publicação, mas a isenção só surtirá efeitos a partir do exercício financeiro subsequente àquele que for implementado o disposto do art. 2º.

Na justificação, o autor afirma que o princípio da seletividade do IPI em função da essencialidade do produto é aplicável aos bens de capital, insumos destinados à produção leiteira tendo em vista constituir-se o leite em produto básico para a população brasileira. Reconhece que alguns equipamentos e insumos, utilizados à produção agropecuária já estão sujeitos a alíquotas baixas do IPI, entretanto, a isenção proposta evita o impacto oriundo de eventual majoração. Entretanto, a isenção proposta, a isenção proposta evita o impacto oriundo da eventual majoração tarifária pelo Poder Executivo e proporciona a redução estável dos custos da atividade.

Entende, por fim, que a medida incentivará a modernização da pecuária leiteira, exigida pela evolução do mercado consumidor, empatando favoravelmente a indústria fornecedora de máquinas e de insumos. Não foram oferecidas Emendas.

Análise: Não há óbice de natureza constitucional quanto à iniciativa em matéria tributária, deferido a qualquer membro do poder legislativo pelo art. 61, nem quanto à competência tributária própria da União exercida pelo Congresso Nacional com sanção do Presidente da República nos termos do art. 48 da Constituição Federal.

Também foi atendido em caso o princípio da especificidade, e da exclusividade das Leis Tributárias benéficas instituídas pela Constituição Federal. Entretanto, o § Único do art. 1º suscita a eiva de inconstitucionalidade uma vez que atribui competência ao MAPA para discriminar os produtos a serem isentos. Ora, nos termos do art. 84 da Constituição Federal, compete, privativamente, ao Presidente da República dispor mediante Decreto sobre organização e funcionamento da

Administração Federal. A Emenda que apresentamos ao art. 1º elimina essa inconstitucionalidade.

O que respeita à juridicidade relativos aos aspectos orçamentários e financeiros a proposição procura contornar as exigências relativas a concessão de benefício fiscal pelo legislador contidas no art. 14 da LRF ao determinar a elaboração – primeiro, a elaboração da estimativa do montante da renúncia de Receita, decorrente do benefício fiscal. A sua inclusão no Projeto de Lei Orçamentária e, terceiro – a postergação dos efeitos da isenção tributária para o exercício financeiro que se seguir a doação das medidas referidas nos itens anteriores.

Essa providência impede que a eventual perda de Receita ocorra no curso de exercícios financeiros já iniciados, mas não atende o art. 2º do § 2º do art. 98 da LDO de 2008 que fixa o prazo máximo de 5 anos para a concessão de benefício dessa natureza. Contudo, não é possível afirmar que essa Lei se aplicará o tempo da aprovação desse Projeto de Lei pela Câmara dos Deputados.

No mérito, sem embargo do zelo, sempre demonstrando pelo autor do Projeto nas matérias relativas ao setor agropecuário a isenção de IPI proposta é irrelevante, porque a quase totalidade dos insumos e dos bens de capital utilizados à produção de leite são não tributados, ou tributados a alíquota zero do IPI. Ainda que alguns desses bens tenham ou venham a ter alíquotas positivas de IPI, sua participação no custo final de produção do leite será insignificante. Mais relevante para a redução do custo produtor de leite, sobretudo, o individual pessoa física é a desoneração da contribuição do PIS/PASEP e da contribuição para o financiamento, COFINS que incide sobre a aquisição de alguns insumos e bens de capital as alíquotas de 1.65% e 7.6%, respectivamente.

Como essa redução de custo é o escopo do Projeto sob exame, apresentamos Emendas que reduz a alíquota de PIS, a zero alíquota de PIS/PASEP e COFINS em duas situações: Na importação e na comercialização do mercado interno de uréia bovina, rações, micronutrientes e sais minerais. B) somente na comercialização do mercado interno de teteiras, ceifeiras, fardadeiras e outras máquinas para colher e dispor o feno, máquinas de ordenhar, máquinas de aparelhos para preparação de alimentos ou rações e máquinas e aparelhos para a tributação de moagem de grãos. Presume-se que, uma vez, zeradas alíquotas de PIS/PASEP e de COFINS, o fornecedor reside, reduza o prazo de venda de insumos, equipamentos ou produtor de leite na proporção em que essas contribuições compõem o custo do bem, preservada sua margem de lucro. Isso permitirá a redução do custo

de produção de leite, importante setor da agropecuária brasileira.

A produção de leite no Brasil vem continuamente crescendo nos últimos 25 anos. A produção leiteira que era 1980 era de 12 milhões de litros, atingiu 25 milhões de litros em 2005. A produtividade nesse período saiu de 720 litros vaca/ano para 1189. Entre os Estados brasileiros, Minas Gerais apresenta-se como maior produtor com 28% da produção nacional, seguida com Goiás 11.34%, Rio Grande do Sul 10.36% e Paraná com 9.62%. Rondônia é o 8º Estado produtor no Brasil com 2.5% e o primeiro na Região Norte com 40% do leite produzido na região. É importante destacar que a produção de leite em Rondônia é tipicamente familiar, razão pela qual a maioria dos produtores reside no próprio estabelecimento rural. As áreas das propriedades variam de 5 a 10 hectares com predomínio do uso de mão-de-obra familiar.

A aprovação desse Projeto de Lei contribuirá para redução do custo de produção de leite e para o aumento da competitividade da pecuária leiteira, no caso da Estado de Rondônia a medida beneficiará, sobretudo, os agricultores familiares motivo pelo qual somos favorável a sua aprovação com Emendas.

Voto. Ante o exposto somos pela aprovação do PLS nº 4/2007, com as seguintes Emendas: Reduzir a zero as alíquotas de PIS/PASEP de COFINS incidentes na aquisição de insumos, máquinas e aparelhos destinados a produção leiteira. Emenda 2: dê-se ao art. 1º do Projeto a seguinte redação art. 1º, o art. 1º da Lei nº 10.925, passa a vigorar com a seguinte redação. Primeiro – adubos ou fertilizantes classificados no capítulo 31 da tabela de incidência do imposto sobre produtos industrializados, aprovado pelo Decreto nº 6.006 e suas matérias-primas. 14º – rações balanceadas e concentradas micronutrientes e sais minerais, classificado nas posições 2302, 2801, 2805, 2510, e no código 2501.0090, todos tipificados de produtos industrializados.

Outra Emenda – inclua-se no Projeto artigo com a seguinte redação: Remunerando os demais artigos, os demais a partir do atual art. 2º. O art. 2º, art. 28 da Lei nº 10.865 de 30 de abril de 2004 passa a vigorar com a seguinte redução: Art. 28. 10º, teteiras e máquinas de aparelhos destinados à agropecuárias, classificadas nos códigos tais, tais e tais, da tipificação de produtos industrializados. Sala de Comissão – pela aprovação.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): O Relator Gilberto Goellner *ad hoc*, concluiu pela aprovação com 3 Emendas que apresenta. Matéria está em discussão.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Sr. Presidente.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Para discutir, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Senador Sibá Machado.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Sr. Presidente, na minha vontade seria pedir, encaminhar o voto contra, mas devido o número de pessoas e até mesmo, nem o autor nem o Relator original do Projeto não estando presente, eu, antes de pedir vista, queria fazer algumas considerações.

Primeiro, Sr. Presidente, que o Projeto original do Senador Alvaro Dias, ele foi completamente, foi mudado, é um outro Projeto. Não é o Projeto do Senador Alvaro Dias que eu já iria discutir assim mesmo, mas o que ocorreu eu acho que desmonta completamente a idéia do Senador, segundo que acho que tecnicamente deveria ter sido um substitutivo e não em caráter de Emendas, pela profundidade das mudanças teria que ter outra natureza da apresentação do relatório.

Terceira questão, Sr. Presidente, nós estamos querendo debater uma Reforma Tributária no país, e já se avançou bastante, seja aqui no Senado Federal, com algumas idéias que já foram sugeridas e também a medida do Governo que parece que avança para o consenso que a gente tenha, doravante, a extinção do PIS, do PASEP, da COFINS e de outras formas de arrecadação tributária do país, juntando todas no IVA – Imposto sobre Valor Agregado.

E, portanto, V.Ex^a que acompanhou tão brilhantemente a Subcomissão que trata deste assunto na Comissão de Assuntos Econômicos, que fez um brilhante pronunciamento nessa direção, eu temo que nós cometemos até um esvaziamento desta proposição. Porque se avança para extinção de tais impostos não os haverá e, portanto, todos os setores, nós não poderíamos aí, eu queria até fazer como consideração que eu tenho respeito a todos os Senadores e Senadoras, válidas as sugestões que vem, mas nós precisamos avançar o máximo para fechar uma conclusão entre nós daquilo que seria o novo marco tributário brasileiro. Porque fazer a chamada “Reforma” da forma que a gente tem feito esporadicamente, eu não chamaria ela nem de “fatiada”, chamaria de “granulada”, porque são coisas tão distintas, setores carentes, eu sei, são setores carentes. Eu também acompanho, hoje o desenvolvimento da bacia leiteira do meu Estado, eu tento estudar um pouco sobre isso agora, também, sei que é um setor que emprega muita gente, é o setor que mais distribui renda no setor rural do país, eu acredito que tem sido a cadeia produtiva do leite.

E, portanto, a idéia central de ajudar o setor a se desenvolver melhor, eu concordo na idéia, mas o método consideraria V.Ex^a o pedido. Não sei se é o pedido de vista, eu não queria pedir vista, queria na verdade era propor que suspendêssemos o Projeto para que a gente amadurecesse melhor, talvez eu queria ouvir melhor o Senador Alvaro Dias, vou ler de novo o Projeto, aí pediria que ele reproduzisse a idéia original dele. Porque da forma que está eu pediria a V.Ex^a com toda a tranqüilidade, eu teria que votar contra o Projeto, mas eu pediria, nesse momento, vistas ou a suspensão da Pauta para o momento posterior a gente afunilar as nossas idéias.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Presidente se me permite.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Com a palavra a Senadora Kátia Abreu.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Muito obrigada. Senador Sibá, eu concordo plenamente com V.Ex^a no que diz respeito à mudança do Projeto. Por quê? Porque no Projeto do Senador Alvaro Dias, ele pede a isenção de IPI e dos produtos que nós queríamos a isenção, o IPI, praticamente, já foi dado. O IPI já está todo isento. Com exceção de um detergente especial, não é de lavar vasilha, mas é detergente especial para lavar as tetas e as teteiras. Então, essas estão com IPI, mas os demais produtos já estão contemplados.

O que é que ocorre? Através da instrução normativa nº 51 do Ministério da Agricultura, criou-se o Programa da Melhoria da Qualidade de Leite no Brasil. Então, são obrigаторiedades muito rígidas que, aliás, é boa para a saúde humana, né? É boa para a produtividade do leite, para a qualidade, para a credibilidade do leite brasileiro, mas isso vai trazer um ônus muito pesado para Norte e Nordeste, principalmente, aonde praticamente não tem nada. Então, são produtores rurais que irão iniciar comprando todos esses produtos, são 11 itens que seriam contemplados.

Para se ter uma idéia, nós temos 5 milhões de produtores rurais no Brasil, entre pequenos, médios e grandes. Nós temos 1 milhão de produtores rurais que produzem leite espalhados por todo o Brasil e, com certeza, muitos no Norte e Nordeste e demais Estados no Brasil, para se ter uma idéia nós estamos incluindo aqui, porque no Projeto, tem capítulo 23, capítulo 25, o que significa isso? Nós trouxemos aqui então, a tradução, são as rações balanceadas e concentrados, sal mineral, micronutrientes, uréia bovina, medicamentos veterinários, detergente especial, teteiras, máquinas e aparelhos para a colheita ou debulho de produtos agrícolas para fazer o silo, máquina de ordenha e tanque de

expansão, esse então vai ser a primeira obrigatoriedade e não é barato máquina e aparelho para a preparação de alimentos ou rações, e outras máquinas e aparelho como moagem, trituração e moagem de grãos para a alimentação dos bovinos leiteiros.

Então, eu gostaria muito que nós pudéssemos dar uma atenção especial, por isso o Senador Expedito mudou o Projeto e pede o PIS e COFINS. Essa Instrução Normativa nº 51, Senador Sibá já foi prorrogada várias vezes, por um simples motivo, por falta de renda dos produtores de leite que não conseguem implementar esse investimento, mesmo tendo PRONAF a sua disposição, mesmo tendo outros incentivos. Então, se nós tirássemos de PIS 1.65% e COFINS 7.60%, que praticamente dá 10% de imposto sobre esses produtos, o quanto não melhora o leite brasileiro?

Nós temos uma exportação pífia de leite, nós consumimos, praticamente, tudo que nós produzimos. Aliás, importador, justamente, porque ainda o leite brasileiro não, além de não ter a produção necessária, ainda não está implementada todas as regras exigidas pelos outros países pelas Comissões Internacionais, União Européia, enfim, os países importadores de leite. Nós temos um potencial extraordinário de produção de leite com qualidade, os nossos animais não tem melhor no mundo, pode ter igual, melhor não tem.

Mas nós precisamos, porque o produtor de leite eu tenho o maior respeito e sou uma das maiores defensoras do produtor de leite do meu Estado e do Brasil, eu sempre digo para eles mesmos, porque eu tenho amizade com todos, nós somos companheiros de luta. Eu digo que o leite só vive duas situações ou leite está ruim ou o leite está muito ruim, eu nunca vi o leite em outra situação, então, talvez, de preço. Em termos de renda ou a situação é ruim ou muito ruim, o Rodrigo é Presidente da Comissão ele fica bravo que eu digo isso, mas é verdade.

Com relação à Reforma Tributária, Senador Sibá, você também está correto, o sonho da minha vida era que nós pudéssemos ter uma Reforma completa, consistente, de gente grande, firme para o futuro. Mas não é só esse Governo não, é Governo nenhum parece que não quer fazer Reforma Tributária nunca. Então, a gente vai fazendo uns penduricalhos e vai ajudando um daqui, um dali, como fizemos com a CPMF, provamos que não faria falta. Levamos nome de irresponsável, graças a Deus está aí todo mundo com a consciência tranquila, o Senado tranquilo, a arrecadação aumentou.

Então, se não formos fazendo essas reforminhas, nós aqui dentro, não vai sair nunca. Então, esses reparos para esses segmentos importantes, eu gostaria muito de pedir a sua consideração mesmo, porque

não é terminativo. Vamos deixar aprovar isso para os produtores de leite do país para que a gente possa melhorar essa performance e em outras Comissões vai andando e ganhando corpo.

Eu sei que Receita Federal vai querer entrar, vai querer fazer conta disso e com razão. A Receita quer saber as perdas, isso é normal de qualquer Governo e eu concordo, mas não vamos paralisar na nossa Comissão de Agricultura, onde é a Comissão que defende os produtores rurais. Deixa que a CAE, talvez, faça esse papel que chame a Receita Federal, vá tentar negociar nós podemos ver quem será o Relator lá na frente, mas que a nossa Comissão não estamos fazendo nenhuma irresponsabilidade. Nós não temos a obrigação de avaliar o mérito do custo, o nosso mérito é da necessidade.

Agora, a CAE sim, o mérito dela, a obrigação do mérito é ver a parte econômica. Agora a necessidade V.Ex^a mesmo falou, que acha que é justo que os produtores de leite merecem, então, vamos julgar o mérito pelo merecimento do sofrimento dessa produção da dificuldade dela e deixa o assunto econômico resolver para quem tem competência que é a CAE, até faço parte da CAE, acho que V.Ex^a também e lá na frente nós vamos debater isso. Mas seria importante e é uma expressão que a gente usa muito, não sei se V.Ex^a usa também, é colocar o bode na sala, se a gente não “colocar o bode na sala” e aprovar para dar debate, discussão, para a Receita chamar atenção e vir discutir, não posso tudo, posso metade, não conseguir nada.

Então, eu peço a V.Ex^a que pudesse reconsiderar nós discutirmos e deixar o Projeto ir à frente e nós discutiremos posteriormente, essa questão eu entendo o papel da Receita, sei que todo Governo é assim mesmo, tem que negociar perdas, mas que aqui na nossa Comissão não, vamos ficar do lado dos produtores e discutiremos para frente a outra etapa. Muito obrigada.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Presidente, eu estou do lado [risos] estou do lado, absolutamente do lado tanto é que me esforço demais, inclusive por esse setor. Pelo que eu considero, pelas palavras que já disse anteriormente. O que eu quero a vista é exatamente, porque eu quero cair de cabeça nesse assunto, aliás, vou procurar até o Ministério da Fazenda e a partir daí, com muita brevidade eu volto com uma opinião, muito melhor elaborada sobre o assunto, sem nenhum desmerecimento de tudo que já ouvi aqui da Senadora Kátia Abreu, mas eu queria manter o pedido de vistas.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Eu gostaria de fazer uma pequena

intervenção, dizendo que na Reforma Tributária que está sendo estudada pelo Senado da República, da Subcomissão de Assuntos Econômicos da qual eu sou Vice-Presidente, a nossa intenção é produzir um capítulo exclusivo para a Agricultura e Agropecuária do Brasil para que aí nós possamos ter nesse capítulo, colocar tudo que nós podemos colocar numa Lei exclusiva e única para, agora, e para o futuro da nossa produção primária do país.

Eu, então, concedo a vista do Projeto de Lei nº 4/2007 ao Senador Sibá Machado.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Querida pedir vistas coletivas, Sr. Presidente, também gostaria de vistas.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Vista coletiva, então, Kátia Abreu e Sibá Machado.

O Item nº 7 da Pauta – Projeto de Lei do Senado nº 60/2007 de autoria do Senador César Borges que altera o art. 1º da Lei nº 11.368 de 9 de novembro de 2006, a fim de prorrogar o prazo para o trabalhador rural requerer sua aposentadoria.

Com a palavra a Relatora, eminente Senadora Kátia Abreu.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Sr. Presidente, eu relatei este Projeto, mas gostaria aqui de fazer uma consideração. Eu recebi uma ligação do Palácio do Planalto do Sr. Marcos Lima que é o subchefe da Secretaria de Assuntos Institucionais. Me solicita a retirada do Projeto para uma reavaliação por um simples motivo, o Governo editou uma Medida Provisória, apesar que esse Projeto é de 6 de março de 2007, de autoria do Senador César Borges, o Governo editou uma Medida Provisória do 18 do 12 de 2007, portanto, quantos meses depois? 9 meses depois, com o mesmo teor do Projeto.

Então, eu vou atender ao Dr. Marcos Lima para retirada do Projeto para refazer o relatório pela rejeição, porque a Medida Provisória já está contemplando esse assunto. Mas não posso deixar de registrar que houve, novamente, um plágio de um Projeto de um Senador. Nós temos que estar alerta com relação a isso, para que nós, Senadores, possamos ter os Projetos, esse aqui nem é da minha autoria é de um Senador da base do Governo, Senador César Borges, que eu tenho a maior consideração, é um excelente Senador que poderia aprovar esse Projeto e levar essa grande notícia ao seu Estado, prestar contas ao seu Estado pelo seu trabalho feito no Senado Federal.

Então, de certa forma isso poda as ações dos Senadores e até mesmo a prestação de conta com os seus eleitores. Então, eu quero deixar registrado à Casa Civil da Presidência da República de Assuntos

Institucionais que tenham mais cuidado com relação à repetição e o plágio de Medidas Provisórias que copiam os Projetos dos Senadores, não é a primeira vez, nós tivemos já lutas imensas aqui do Senador Osmar Dias, do Senador Alvaro Dias, enfim, agora recentemente me lembro desses dois, mas que tenhamos cuidado para dar oportunidade a quem tem que fazer Lei, fazer Leis. Então, retiro o Projeto para modificar a relatoria, sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Atendido o pleito da Relatora, Senadora Kátia Abreu, o Projeto sai de Pauta.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Para reiterar mais uma vez ao Governo Federal que nós, Democratas, somos uma oposição fiscalizadora e responsável.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Presidente, só para agradecer o atendimento que a Senadora Kátia Abreu faz e, ia fazer essa solicitação a ela também, dizer que o Senador César Borges, também, certamente nós vamos procurá-lo e já tinha sido feito uma comunicação com ele, um pequeno entendimento, e este sendo o entendimento dessa Comissão a gente agradece e, certamente, o Senador será muito bem considerado no momento da tramitação da Emenda, da Medida Provisória nº 410.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Item nº 8 da Pauta – Requerimento de autoria do Senador Sibá Machado, que requer a realização de Audiência Pública com a participação dos membros da Comissão da Agricultura, Pecuária, Abastecimento, Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados para debater as tecnologias genéticas de restrição ao uso de variedades, objeto do Projeto de Lei nº 268/2007 de autoria do Deputado Eduardo Sciarra, com a presença dos seguintes convidados: Rubens Nodari, Professor da Universidade Federal de Santa Catarina; Paulo Kageyama, Professor da escola da USP e Conselheiro da CTNBio; Maria José Guazzelli, Representante do Centro Ecológico, Rio Grande do Sul; Maria Rita Reis, representante da ONG Terra de Direitos, Paraná. Em votação o Requerimento. Com a palavra o autor, Deputado, Senador, perdoe, Senador Sibá Machado.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Sr. Presidente, apenas para reafirmar que é a continuidade da Audiência Pública realizada anteriormente por essa Comissão, e considerando que estes também pesquisadores que acompanham muito bem este desenvolvimento tecnológico, possam também expor suas opiniões e colaborar muito para o entendimento desta Comissão. É por isso que eu peço a aprovação desse Requerimento.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Sr. Presidente, para discutir o Requerimento. Eu gostaria, esse Projeto é da maior importância para o Brasil, ele foi de minha autoria na Câmara Federal e, posteriormente, o Deputado Sciarra reabriu o Projeto com sua autoria, e sou Relatora dele aqui na Casa e eu gostaria muito de que nós pudéssemos incluir aqui não só a academia, claro, os cientistas as entidades representativas, mas também os empresários, né? O que é que significa isso para as empresas do Brasil.

Então, eu ainda não tenho aqui em mente o nome dessas pessoas, mas eu gostaria que fosse aprovada em nome da CNA que no Item CNA pudéssemos incluir empresários de duas áreas de interesse como papel e celulose, por exemplo, que é um problema gravíssimo e também na produção de cana, talvez. Então, isso demonstra que não há, por minha parte nenhuma proteção a A, B, ou C, eu já daria os nomes nesse momento, mas eu gostaria que a área empresarial pudesse dar o seu depoimento a respeito desse assunto tão importante e o que é que isso pode significar em termos de investimento, de tecnologia, de geração de emprego, de produtividade, eu acho que essa impressão é muito boa para todos nós, que fosse aprovado a inclusão da CNA e dentro da CNA dois segmentos diferenciados. Obrigada.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Eu só pediria, Sr. Presidente, porque eu acho que na luz do que foi o seminário anterior, que nós discutimos com estudiosos do assunto. Os pesquisadores do assunto, continuaríamos com este foco, sem nenhum prejuízo, acho que, porque eu temo como é que ficaria a qualidade do debate. Apenas para isso, para ouvir um contraditório sem nenhum demérito para que a gente depois escute os beneficiados de uma tecnologia dessa magnitude.

Então, nós pediríamos que manteríamos na luz do que foi o Requerimento da Audiência Pública que nós já realizamos, ouviríamos mais essas pessoas. Agora, na sequência, não sei como se é antes ou depois, eu acho muito importante mesmo que se ouça Entidades que representam os beneficiários de uma tecnologia desta importância.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Lamentavelmente, na Audiência que houve na semana passada, já foi atendida uma parte, V.Ex^a apresentou o Requerimento para ouvir a outra parte. O ideal, tanto naquela, e nessa que houvesse, o debate também com o conhecimento próximo. Número de pessoas é muito elevado, temos consciência, uma pessoa...

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Eu pediria, só para ver se eu me faço entender. É outro assunto que quando mexe são muitas pessoas que se manifestam. Certamente, eu seria procurado por outras Entidades também que pediriam presença na Mesa. Aí, eu gostaria, se V.Ex^a me entende a Senadora Kátia Abreu, deixaria no ambiente da ciência, dos estudiosos do assunto, porque para tratar no ambiente das Entidades, com certeza, eu seria procurado para colocar outra entidade também, aí eu temo que a gente, ao invés de estudar o assunto ficaríamos fazendo debate de outra natureza. É o pedido que eu faço a V.Ex^a.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Representante ONG Terra de Direitos, que ciência tem aqui? É uma entidade científica? E representante do Centro Ecológico do Rio Grande do Sul, é uma entidade científica? Eu, sinceramente, até não conheço, mas não quero desrespeitar por isso. Mas, também, eu vejo muito mais aqui representantes de ONGs contrárias a essa Pauta e que a CNA poderia ser, também, o contraditório. Então, eu gostaria de colocar, reiterar a questão da inclusão da CNA.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): É a observação que eu faço, não estou fazendo cavalo de batalha nenhum, não vejo nenhum problema. Mas eu vejo a impressão que passa que cada vez que a gente trata do assunto, cada vez mais a gente sai do jeito que entrou. Ouve as partes e sai com a mesma convicção de antes, sem problema, mas eu só faço esse alerta a V.Ex^a, mas a gente pode fazer isso.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Muito obrigada, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Com a concordância do Senador Sibá Machado, nós colocamos o Requerimento em votação com o adendo da DNA de uma pessoa, CNA para se fazer presente. Sr^{as} e Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

O Item nº 9 da Pauta – Requerimento da autoria do Senador Carlos Dunga, o qual requer no âmbito da Comissão da Agricultura e Reforma Agrária a formação de Comissão composta de 3 membros para reunir-se na cidade de Campina Grande – Paraíba, conjuntamente com representantes do Banco do Brasil e do Banco do Nordeste para tratar de assuntos ligados ao custeio agrícola da região. Em discussão. Com a palavra o autor Senador Carlos Dunga da nossa querida Paraíba.

SENADOR CARLOS DUNGA (PTB-PB): Sr. Presidente, meus companheiros. Esse Requerimento, Sr. Presidente, espelha o que estamos passando no Nordeste. De imediato, saímos de um processo de seca de mais de 10 anos para vivermos um processo

de enchentes que vem não só à Paraíba, mas aos demais Estados do Nordeste trazer prejuízos à agricultura e a todo o processo agricultável da região.

Por isso, Sr. Presidente, eu peço a essa Casa, peço a compreensão dos meus pares para a essa discussão lá no Estado da Paraíba, não só em relação ao Estado, mas em relação a todo o Nordeste, porque são muitos os Estados que estão atingidos em relação a esse custeio, não só ao custeio, mas também a renegociação das dívidas, porque está havendo execução e não pode haver pagamento quando não há Receita, não está havendo Receita nenhuma em relação à produção e, por isso, que eu gostaria da ajuda desta Comissão para que todos nós pudéssemos discutir esse assunto lá no meu Estado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Eminentíssimo Senador Carlos Dunga, eu gostaria só de fazer um pequeno adendo e para terminar de colocar em discussão que deverá portar o Senado, o Congresso Nacional nesta semana uma Medida Provisória que, já ao longo de alguns meses, estamos atuando na renegociação de todas as dívidas dos agricultores do Brasil – pequeno, médio, grande, PRONAF – e foi conseguido nas negociações os avanços bem significativos, não ao limite do que nós desejávamos, mas o limite possível de atenção e que tem desde a quitação com grandes descontos, à prorrogação com juros reduzidos e, certamente, vai atender também os nossos agricultores do Norte, Nordeste em particular, de seu belo e grande Estado Paraíba. Gostaria de conceder a palavra ao Senador Gilberto Goellner.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Sr. Presidente, Srs. Senadores. É proposital e de muita importância a preocupação do Senador Carlos Dunga, e eu gostaria de parabenizá-lo pela sua afirmação de que a Agricultura Brasileira passa por um processo de ajuste necessário e que sejam dotados, que seja feito com que essa renegociação das dívidas agrícolas, que foram prorrogadas já durante 3 anos, pelos mesmos problemas que também hoje é o efeito contrário no Nordeste que é excesso de chuvas e que prejudicava as plantações, em Estados do sul, e do Centro-Oeste nos últimos 3 anos foram acometidos por períodos grandes de estiagem, que prejudicou e diminuiu a renda dos produtores, diminuiu a produção.

E também o efeito cambial que foi desastroso para o país, não só no setor produtivo agropecuário, mas também em todos os setores de exportação, setor têxtil, setor calçadista e assim por mais, caso específico do dólar. E aviltado tudo isso hoje, o grande problema dos insumos que subiram de preço. Mas eu diria, Senador Carlos Dunga, que essa Comissão de Agricultura, nós possuímos uma representação, uma

cadeira junto ao CONSAGRO no Ministério da Agricultura que é o Conselho de Agricultura, o conselho maior das Câmaras temáticas e que assuntos relativos, por exemplo, a Plano Safra, teriam que ser realmente colocados e colocados proposições dos Senadores e diversos Estados para a gente levar e apreciar em cada Câmara temática e também no CONSAGRO que vai ter um papel preponderante de aprovar e sugerir ao Ministério da Agricultura a implantação urgente do Plano Safra.

Agora, a negociação das dívidas, eu vejo que está em fase final de implantação, a bancada da frente parlamentar da agropecuária está coordenando todos esses trabalhos, juntamente com a Comissão de Agricultura da Câmara e do Senado. E a bancada do Nordeste, como é assim chamada, ela tem sido muito eficiente e muito preocupada com a situação geral dos produtores rurais do Nordeste Brasileiro e está atuante no sentido de diferenciar medidas, diferenciar medidas e especificar regiões e situações de todas as culturas, de todas as produções da agropecuária do Nordeste.

Então, eu vejo que o senhor, agora, chegando ao Senado, o senhor vai poder participar desses, dessas Comissões de Bancadas, da Comissões de Agricultura, ajudar a Comissão de Agricultura da Câmara, principalmente, que puxa muito a frente, devido a um número grande de parlamentares que tem lá, e nós do Senado, a Comissão dessa agricultura aqui do Senado, dessa Comissão podermos também contribuir para o êxito das medidas que vão ser lançadas, possivelmente era para ter sido lançado ontem, mas deverá ainda dar continuidade essa semana e eu acho que é importante o senhor conversar com os técnicos do Ministério da Agricultura e da Fazenda, para mostrar essa sua preocupação e verificar que se, realmente, as suas necessidades do seu Estado vão ser atendidas.

Essa minha sugestão que de pouco adiantaria hoje nós irmos até lá porque isso aí está sendo, colocado uma Medida Provisória ainda que virá, possivelmente, já no início da semana que vem. Está pronta.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Então, encerrando a discussão do Requerimento.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Sr. Presidente, só para parabenizar o Senador Carlos Dunga pelo Requerimento, eu acho que é muito importante, eu estou entendendo, então, que seria uma espécie de diligência dessa Comissão que iria até Campina Grande para fazer esta... Seria, então, uma Audiência... Uma Reunião de trabalho, com os dois bancos, eu não perguntaria então ao Senador Carlos Dunga e a V.Ex^a se não era o caso de ter alguém do Ministé-

rio da Agricultura que participou dessas negociações, que pudesse estar presente, porque transmitiria já em caráter direto e objetivo o que foi o resultado, então, de todo esse esforço que foi realizado aqui esses dias atrás. Então, eu acrescento isto como recomendação a V.Ex^a, como sugestão a V.Ex^a.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Obrigado, Senador Sibá. Para encaminhamento e votação.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Sr. Presidente, eu gostaria de fazer um comentário. Sr. Presidente, a Confederação Nacional da Agricultura tem acompanhado o endividamento do Nordeste ao longo de todos esses anos, nós temos lá uma Comissão Especial que cuida apenas do Nordeste.

E, por incrível que pareça, essa Comissão ocupa quase que 80% do seu tempo tratando do endividamento do Nordeste. Não só desse Governo, mas também do Governo anterior, insiste em tratar e colocar as propostas, de renegociação de dívidas para o Brasil nas mesmas condições para o Nordeste que nós sabemos que tem um dos maiores semi-áridos do mundo.

Infelizmente, ao longo de todos esses anos, mais de 10 anos, nós não conseguimos convencer ao Governo Federal de que nós temos um Brasil continental e que as diferenças são enormes por esse Brasil afora. Lugares como Centro-Oeste Brasileiro que está muito sacrificado, não por falta de chuva, não porque não tenha terras férteis, mas, porque falta logística. Como é o caso de Mato Grosso, do Senador Gilberto, Mato Grosso do Sul, Goiás, do meu Tocantins também, Rondônia, sul do Maranhão, oeste da Bahia, esse é o nosso sofrimento.

A questão do Nordeste brasileiro, que é outro pedaço do Brasil, talvez nem seja a questão da logística, mas a questão da falta de chuva, a seca fortíssima que ocorre todos os anos. E agora, o excesso de chuva. Então, Sr. Presidente, nós precisamos trazer para o Congresso Nacional essa visão de que o Brasil rural não é um Brasil único, não é um Brasil modelo. Nós temos Estados do tamanho de países da Europa. Então, nós precisamos trazer políticas públicas que sejam diferenciadas. Não é privilégio para A, C ou B, é única e, exclusivamente, consideração de acordo com sua localização territorial, de acordo com as condições climáticas que já não dependem de nós, e sim de São Pedro. Mas de logística depende muito mais é do Governo mesmo, então, nós temos, Sr. Presidente, que levar isso em consideração.

Ainda ontem conversei com o Presidente da Federação da Agricultura do Ceará, Dr. Torres de Melo, também da Paraíba, Mário Borba e preocupada com o desânimo deles ao longo de tantos anos lutando pela

mesma causa, sem trazer esse convencimento. Eu gostaria apenas de sugerir ao Senador Dunga que além dessa visita que eu acho bastante própria, *in loco* para ouvir dos produtores rurais o que está acontecendo no Nordeste, nós, após essa visita nós pudéssemos fazer aqui de novo, já fizemos na Câmara, mas fazer no Senado uma discussão a respeito do endividamento rural do Nordeste.

Chamar as Entidades, a CNA, a CONTAG, porque também tem os pequenos agricultores sofrendo muito, chamar o Banco do Nordeste, as Federações de agricultura e trabalhadores, enfim, trazer para o debate Ministério da Fazenda, Ministério da Agricultura, e que nós possamos, então, aqui avaliar o porque o Nordeste é uma das regiões de maior inadimplência do Brasil. Eu tenho certeza, Sr. Presidente, que não é por conta do caráter dos nordestinos. Isso não é. Então, nós temos que trazer para essa Casa a realidade do Nordeste e fazermos uma Audiência Pública após essa visita e tratar deste assunto com muita seriedade aqui na nossa Comissão de Agricultura como fazemos com outros assuntos. Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Nós colocamos o Requerimento em votação. Sr^{as} e Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovados.

Solicitamos ao, solicitamos ao eminente Senador Carlos Dunga que marque a data para que nós possamos, através da Secretaria da Comissão, que seja realizada uma diligência para Campina Grande para atender. Gostaria que já pudesse se levar junto a nova recomposição das dívidas que deverá aportar no Congresso Nacional esta semana. Senador Carlos Dunga.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Eu, Sr. Presidente, acho que foram duas proposições que colaboraram com a preocupação do Senador Carlos Dunga, mas que não seria pelo sistema de irmos até lá para averiguar. Eu acho que a Senadora Kátia fez uma proposição, uma grande Audiência Pública aqui, então, foi uma proposta. A proposta que eu coloco é que, realmente, o Senador Carlos Dunga faça parte de um grupo junto com a Secretaria de Comissão da Câmara e que essa semana ainda há possibilidade de colocar Emendas e também depois que a matéria vir, que a Medida Provisória chegar à Câmara, se coloque Emendas que contemple realmente as necessidades dos produtores da Paraíba.

Agora, eu vejo que isso aí, nós não deveríamos, hoje, nos sentar e ir lá levantar os problemas. Os problemas o Senador já conhece, as Entidades de classe já o conhecem, nós podemos realmente colocá-los aqui nessa Medida Provisória que virá a ser aprovada na

Câmara e no Senado. O que deveríamos agora, sim, é pensar em modificar esse Requerimento e, sim, colocar aqui uma grande Audiência Pública.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Conjunta, Câmara e Senado, Agricultura.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Câmara e Senado para, realmente, levantar todas essas questões.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Mas de todas essas maneiras, Senador Gilberto, o Requerimento foi aprovado. A data do Requerimento cabe ao autor designar o dia, e se assim o entender, a Comissão vai completar com mais 2 Senadores para participar e para cumprir o pleito o eminente Senador.

SENADOR CARLOS DUNGA (PTB-PB): É esse o nosso pedido, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Será feito. O Item nº 10 da Pauta será retirado de Pauta a pedido do Senador Flexa Ribeiro que solicitou. Não tendo nada mais a tratar, encerramos a presente Sessão. Agradecendo a presença de todos.

Sessão encerrada às 13h29.

COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA
AGRÁRIA

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS
BIOCOMBUSTÍVEIS

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES
E DEFESA NACIONAL

ATA DA 10ª REUNIÃO (CONJUNTA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, 4ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS E 13ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 14 DE MAIO DE 2008.

Às dez horas e vinte e nove minutos do dia quatorze de maio de dois mil e oito, na Sala 7, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **NEUTO DE CONTO** e do Senador **JOÃO TENÓRIO**, reúnem-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a Subcomissão dos Biocombustíveis e, sob a Presidência, em exercício, também do Senador **JOÃO TENÓRIO**, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com a presença dos seguintes senadores(as): **DELCÍDIO AMARAL, ANTÔNIO CARLOS VALADARES, EXPEDITO JÚNIOR, JAYME**

CAMPOS, GILBERTO GOELLNER, KÁTIA ABREU, FLEXA RIBEIRO, CARLOS DUNGA, OSMAR DIAS, VALTER PEREIRA, MÃO SANTA, ROSALBA CIARLINI, EDUARDO SUPLICY, MOZARILDO CAVALCANTI, JOÃO RIBEIRO, JARBAS VASCONCELOS, VIRGÍNIO DE CARVALHO, EDUARDO AZEREDO, CRISTOVAM BUARQUE, ALOIZIO MERCADANTE, SERYS SLHESSARENKO E GEOVANI BORGES.

Deixam de comparecer os Senhores Senadores(as): João Pedro, Leomar Quintanilha, Pedro Simon, Heráclito Fortes, Sibá Machado, Marcelo Crivella, Almeida Lima, Paulo Duque, Marco Maciel, Romeu Tuma, Arthur Virgílio e Fernando Collor. Deixa de comparecer por motivo justificado a Senadora Marisa Serrano. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente, Senador Neuto de Conto, informa que a presente reunião destina-se à realização de audiência pública de acordo com a seguinte pauta: **Audiência Pública Conjunta, em cumprimento aos Requerimentos nº 4, de 2008 – CRA-BIO, Requerimento nº 27, de 2008 – CRE e Requerimento nº 9, de 2008 – CRA**, todos de autoria do Senador João Tenório, com o objetivo de discutir os **recentes questionamentos feitos principalmente pela União Européia na questão preço de alimentos versus biocombustíveis e o trabalho da Força Tarefa designada pelo Excelentíssimo Sr. Presidente da República Luís Inácio Lula da Silva**, com a participação dos seguintes convidados: **Dr. Francelino Grando** – Secretário de Tecnologia Industrial – Representante do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; **Dr. Arnoldo Campos** – Diretor de Financiamento do Departamento de Proteção da Produção – Representante do Ministério do Desenvolvimento Agrário; **Deputado Reinhold Stephanes** – Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; **Ministro André Aranha Corrêa do Lago** – Chefe do Departamento de Energia – Representante do Ministério das Relações Exteriores; **Dr. Egon Krakhecke** – Secretário da Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável – Representante do Ministério do Meio Ambiente. Após a exposição dos Senhores convidados fazem uso da palavra para tecerem comentários sobre os assuntos abordados, os seguintes Senadores(as): Kátia Abreu, Osmar Dias, Aloizio Mercadante, Gilberto Goellner, Mozarildo Cavalcanti e Flexa Ribeiro. **RESULTADO: AUDIÊNCIA PÚBLICA CONJUNTA REALIZADA. EXTRA-PAUTA: Requerimento nº 9, de 2008 – CRA. ASSUNTO:** Requer nos termos do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada, audiência pública conjunta entre a Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis, a Comissão

de Agricultura e Reforma Agrária e a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de discutir os recentes ataques feitos, principalmente pela União Européia aos biocombustíveis e o trabalho da Força Tarefa designada pelo Excelentíssimo Sr. Presidente da República Luís Inácio Lula da Silva, com a participação dos seguintes convidados: **Sr. Miguel Jorge** – Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; **Sr. Guilherme Cassel** – Ministro do Desenvolvimento Agrário; **Sra. Marina da Silva** – Ministra do Meio Ambiente; **Sr. Reinhold Stephanes** – Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **AUTOR: Senador João Tenório.** Iniciada a discussão, e não havendo oradores inscritos, passa-se a votação, ocasião em que foi aprovado por unanimidade. **RESULTADO: APROVADO.** Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e trinta e oito minutos, lavrando nós, Marcello Varela, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária e José Alexandre Girão M. da Silva, Secretário da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhores Presidentes da CRA, CRA-BIO e da CRE e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Neuto De Conto**, Presidente da Cra – Senador **João Tenório**, Presidente da Cra-Bio – Senador **João Tenório**, Presidente, em exercício, DA CRE

COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA
AGRÁRIA – CRA

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS
BIOCOMBUSTÍVEIS – CRABIO

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES
E DEFESA NACIONAL – CRE

10ª REUNIÃO (CONJUNTA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, 4ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS E 13ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 14 DE MAIO DE 2008, ÀS 10 HORAS e 29 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Havendo número regimental, declaro aberta a 10ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura. Requeiro a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior que, com a anuência do Plenário, é dada como aprovada.

Sobre a mesa há requerimento de autoria do Senador João Tenório, que requer seja realizada Audiência Pública conjunta com o objetivo de discutir os recentes questionamentos feitos, principalmente pela União Européia, na questão de preço de alimentos *versus* biocombustíveis. Com a palavra o autor do requerimento, o Senador João Tenório.

SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores. Gostaria de registrar aqui, entre nós, a presença do Embaixador da Delegação de Comissão Européia, o Sr. João Pacheco, acompanhado que está do Primeiro Conselheiro Chefe de Ciência e Tecnologia, Sr. Angel Landabaso.

Estamos aqui felizes com a presença dos senhores convidados, gostaria de registrar em primeiro lugar a presença do Ministro Reinhold Stephanes e dos representantes dos Ministérios que aqui foram convidados para discutir o tema: o Sr. Francelino Grando, que representa o Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; Dr. Arnoldo Campos, Diretor de Financiamento do Departamento de Proteção da Produção, que representa o Ministro do Desenvolvimento Agrário; o Ministro André Aranha Corrêa do Lago, Chefe do Departamento de Energia, representando o Ministro das Relações Exteriores; o Sr. Egon Krakhecke, que é o Secretário do Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável, representando o Ministério do Meio Ambiente.

Sr. Presidente, senhores que nos visitam e, evidentemente, trarão contribuições importantes a esse nosso encontro de hoje. Na verdade a idéia de sugerir a promoção desse encontro diz respeito há alguns movimentos recentes que têm acontecido, diz respeito também à criação pelo Presidente da República da força-tarefa, na qual estão presentes todos esses Ministérios aqui citados e aqui convidados, para formarem um grupo de trabalho que, digamos assim, identificará as razões, a gênese das diferenças de entendimento que existe hoje entre aqueles que produzem biocombustível, sobretudo o etanol, e os países potencialmente consumidores, quais sejam, os Estados Unidos, a União Européia, de um modo mais importante, e o Japão, que são os três mercados que se apresentam assim aparentemente com maior intensidade e possibilidade de realização.

Na verdade o que o Governo fez agora no momento, criando esse grupo de trabalho, essa força-tarefa, é uma continuação do trabalho que o Presidente da República tem feito. O Presidente Lula – e eu me sinto muito à vontade de falar isso por ser do partido de oposição – tem sido, assim, eu diria, um caixeiro viajante dos biocombustíveis e, sobretudo, do etanol. Tem sido um lutador de uma maneira bastante intensa

em defesa dessa idéia brasileira de produzir biocombustíveis. Então como consequência desse andamento do Presidente, desse trabalho que o Presidente tem feito, ele acabou de criar essa força-tarefa que tem como objetivo dar continuidade, mais do que isso, dar suporte, dar praticidade ao discurso que tem sido feito pelo Presidente nas suas viagens que têm acontecido, sobretudo recentemente na União Européia, onde foi identificado um ambiente de maior, digamos assim, rejeição às idéias que por acaso venham a consolidar a posição do biocombustível e, de uma maneira mais ampla, em particular do etanol.

Quero fazer aqui uma correção, porque no nosso convite aos senhores palestrantes é feita uma referência a rejeições identificadas na União Européia. Na verdade nós cometemos um engano, isso não é verdade. Nós identificamos claramente reações em alguns países, em alguns núcleos da Comunidade Européia, não à União Européia como uma entidade como um todo. Então é necessário fazer essa correção por conta de que é importante desenvolver esse diálogo de uma maneira muito serena e muito tranqüila no sentido de conduzir resultados positivos.

Então no que diz respeito ao Executivo, as iniciativas estão tomadas. De um lado o caminhar do Presidente da República defendendo os biocombustíveis, de outro lado a criação mais concreta e mais objetiva da força-tarefa que tem como objetivo tentar implementar as idéias de aproximação entre as diversas regiões potencialmente consumidoras, e o Brasil é um produtor importante no que diz respeito ao etanol.

Do lado do Legislativo, têm sido tomadas algumas medidas interessantes também. A nossa Subcomissão aqui tem buscado estabelecer contatos permanentes com outros parlamentos e isso aconteceu muito objetivamente, primeiro, no Reino Unido, na Inglaterra, onde nós estivemos há aproximadamente um ano atrás numa missão com três Senadores da República, presidida pelo Presidente da Comissão de Relações Exteriores Heráclito Fortes, e três Deputados Federais que também participaram, e tivemos a oportunidade de iniciar uma conversa, assim, muito interessante com o parlamento inglês, quando foi colocado do lado dele as dúvidas sobre ser adequada ou não a produção de biocombustíveis do Brasil e do nosso lado, evidentemente, a defesa da tese. E naquele momento, é interessante esse ponto, o maior destaque das dúvidas que os europeus – e os americanos também, é bom que se diga – tinham em relação à questão de etanol no Brasil, era a questão da Amazônia. Havia uma percepção para o lado desses países que o crescimento da produção de álcool, de etanol no Brasil ou de biocombustíveis de uma maneira mais ampla, ele seria feito em termos

de uma “invasão” do bioma Amazônia. Então se iniciou a discussão, se iniciou o diálogo, melhor dizendo, sobre esse tema, levando em consideração a questão da Amazônia. E depois de um ano realmente as coisas ficaram muito esclarecidas e hoje saiu da pauta de discussão a questão de criticar os biocombustíveis por conta da Amazônia. Ficou muito provado e claro, por exemplo, que o etanol jamais pode ser produzido no bioma Amazônia, porque trata-se de uma planta que necessita de quatro, cinco ou seis meses de sol, fato esse que não acontece no Amazonas. No Amazonas chove praticamente todo dia. Então torna absolutamente impossível a produção e, sobretudo, a colheita da cana-de-açúcar, torna impossível a colheita e também a maturação da cana que torna-se impossível. Então saiu da agenda a questão da Amazônia.

Mas recentemente, com a crise dos alimentos, do preço dos alimentos, o tema voltou de uma maneira diferente, muito mais voltado para a competição entre biocombustível e alimentos. Os números mostram exatamente o contrário. O Brasil, como todos sabem, já está muito repetido, o Brasil utiliza hoje cerca de três milhões e meio de hectares para produzir cana para álcool, utiliza cerca de cinquenta e cinco, de cinquenta a cinquenta e cinco milhões de hectares para produzir grãos e utiliza cerca de duzentos a duzentos e vinte milhões de hectares para produzir pecuária. Então não é três milhões e meio que vai competir com esses números fantásticos que representa a produção brasileira. Do outro lado, o Professor Gutemberg cita num artigo recentemente publicado, que o mundo hoje tem cerca de dez milhões de hectares utilizados para a produção de biocombustíveis e tem um bilhão e duzentos milhões de hectares utilizados na produção de alimento. Então há um descompasso muito grande que prova a insustentabilidade dessa tese. Então é a segunda, digamos assim, contestação que está sendo derrubada pouco a pouco.

Mas voltando ao trabalho da nossa Subcomissão, sobretudo no que diz respeito a essa relação com os países das regiões do mundo, nós tivemos primeiramente essa viagem ao Reino Unido que foi extremamente proveitosa. Depois nós tivemos uma viagem a Washington, quando tivemos contato com cinco Senadores mais, digamos assim, ligados nessa questão do etanol lá nos Estados Unidos, e a receptividade de um diálogo entre os dois países foi muito oportuna, muito interessante. Nós sempre temos levado a tese de que a manutenção da produção americana de etanol é uma coisa importante para a consolidação do etanol como combustível. O etanol precisa ter uma massa crítica, ter um tamanho para habitar o mundo dos combustíveis, caso contrário vai ficar uma coisa muito

pequena para conviver com esse mundo imenso que é o mundo dos combustíveis no mundo. Evidentemente a proteção que o americano dá tem que ser reestudada, tem que ser revalidada, ajustada e calibrada de uma maneira conveniente, mas a proteção para que eles não tenham que parar de repente com a produção do etanol é uma coisa que na nossa avaliação é positiva. Nós levamos essa percepção nossa ao Senado americano, estivemos com cinco Senadores que estão, todos eles, extremamente ligados a essa questão do etanol, todos eles têm uma percepção muito forte de que a grande saída para o etanol é o álcool brasileiro, o álcool de cana-de-açúcar, mas que também defende a necessidade de manutenção da produção de milho, por enquanto, pelo menos, no sentido de fazer com que esse produto tenha um volume mínimo, eu repito, uma massa crítica para que possamos ser considerados a ir habitar o mundo dos combustíveis.

Estivemos recentemente na África do Sul, quando foi dada também a oportunidade de discutirmos um pouco a utilização de etanol, sobretudo na África, e fica muito claro quando chegou em cima da África que a quantidade de terra disponível para produzir alimentos, etanol, seja lá o que for, é um fatalmente concreto e que coloca de lado qualquer temor que possa vir a ter de que faltará terra para a produção simultânea de biocombustível e de alimentos. Então foi uma experiência muito interessante que nós tivemos lá.

Enfim, o Legislativo tem feito um trabalho, assim, paralelo que eu acho que é importante. Por outro lado, a iniciativa privada que atua no setor tem tido um trabalho muito eficiente no que diz respeito a esse relacionamento. Por exemplo, a UNICA, que é a maior associação que agrega, eu diria, quase que 80% da produção nacional, ela abriu escritórios já em Washington, abriu escritório em Bruxelas e está prestes a abrir o escritório em Tóquio, que são possivelmente os três mercados mais potencialmente importantes para o álcool brasileiro. Então há uma iniciativa também do setor privado no sentido de chegar ao nível do consumidor final e faria com que seria um ingrediente importante nesse trabalho que o Brasil todo está fazendo no sentido de “vender” a idéia e a imagem do biocombustível.

Portanto, Sr. Ministro, senhores representantes dos Ministérios, eu gostaria de aqui me referir a uma colaboração importante que nós estamos tendo do Itamaraty na pessoa de alguns Embaixadores. Eu gostaria de citar aqui. Nós estivemos em Washington e o Embaixador Antônio Patriota teve uma participação muito importante, nos acompanhou da maioria das nossas Audiências com os Senadores americanos. Quando da estada em Londres o Embaixador José Maurício Bustani também teve uma participação importante

nos debates que nós tivemos no Parlamento e mesmo com os empresários da Inglaterra. E, recentemente, a nossa presença em Cape Town, o Embaixador Joaquim Augusto Salles nos deu assim uma contribuição muito importante no que diz respeito aos contatos que lá foram feitos. Então um agradecimento, eu gostaria de registrar o trabalho que o Itamaraty está fazendo, a colaboração que o Itamaraty está dando a esse tipo de trabalho.

Dito isso, Sr. Presidente, senhores aqui presentes, eu gostaria de deixar só uma idéia, uma reflexão aqui que é o seguinte: nós estamos com três segmentos, três setores da vida nacional trabalhando muito fortemente para estabelecer essa relação entre o Brasil produtor e os países do mundo consumidores e também produtores. Então o que nós gostaríamos de deixar uma sugestão aqui é que esse trabalho fosse feito de uma maneira coordenada. Nós não podemos ter o Executivo, através da sua força-tarefa, atuando com um discurso, com um formato de discurso de uma linha, o parlamento brasileiro de outro caminho, em outro caminhar, e os produtores também levando discurso diferenciado. Então a minha sugestão, eu não vou fazer nenhuma pergunta, a minha sugestão é no sentido de que nós tenhamos fazer com que esses trabalhos sejam trabalhados coordenados e fale o mesmo discurso, faça o mesmo discurso no sentido de se tirar o maior proveito de um formato que possa se trabalhar junto. Era isso, Sr. Presidente, que eu gostaria de dizer.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Em votação o requerimento de autoria do Senador João Tenório. As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

A presente Reunião destina-se a Audiência Pública conjunta em cumprimento ao Requerimento nº 4, de 2008, da CRABIO, Requerimento nº 27, de 2008, da CRE, e Requerimento nº 9, de 2008, da CRA, todos de autoria do Senador João Tenório, com o objetivo de discutir os recentes questionamentos feitos principalmente pela União Européia na questão preço de alimentos *versus* biocombustíveis e o trabalho da força-tarefa designada pelo Exmo. Sr. Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, com a participação dos seguintes convidados: o eminente Deputado Reinhold Stephanes, Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, que já se encontra na mesa; Dr. Egon Krakhecke, Secretário da Secretaria Executiva do Desenvolvimento Rural Sustentável, representando o Ministro do Meio Ambiente, que também se já se encontra à mesa; Dr. Francelino José Lamy de Miranda Grando, Secretário da Tecnologia Industrial, representando o Ministério do Desenvolvimento Industrial

e Comércio Exterior, que também já se encontra à mesa; Dr. Arnaldo Campos, Diretor de Financiamento do Departamento de Proteção da Produção, representante do Ministério do Desenvolvimento Agrário, que também se encontra à mesa; o Ministro André Aranha Corrêa do Lago, Chefe do Departamento de Energia, representante do Ministério das Relações Exteriores, que também se encontra à mesa; também temos a alegria de contar nesta Reunião com o Embaixador João Pacheco, Chefe da Delegação dos Parlamentares Europeus, que nos dá a alegria e a satisfação de estar no nosso meio.

Sras. Senadoras, Srs. Senadores, passamos a palavra de imediato, o Ministro tem outros compromissos, o Ministro Stephanes, e ele, então, vai fazer a sua explanação, nós vamos fazer as perguntas necessárias a ele, vamos liberá-lo, e ele vai deixar aqui o seu Secretário Manoel Bertoni, que também vai ficar aqui, que é extremamente competente na área para substituí-lo. Mas antes vamos ouvir então, de imediato, a palavra do Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, o Deputado Reinhold Stephanes.

SR. MINISTRO REINHOLD STEPHANES: É um prazer estar novamente aqui na Comissão. E eu gostaria, por dever de justiça, ressaltar a presença do nosso Embaixador da União Européia, pelo trabalho que ele tem feito no sentido de aproximar e ajudar a resolver as questões que a gente tem junto à União Européia, principalmente na área da agricultura. Isso merece, efetivamente, o destaque e o nosso agradecimento público pela forma com que o Embaixador sempre tem conduzido essas relações entre o Brasil e a União Européia, e, principalmente, na área pela qual eu respondo.

Mas eu acho que nós poderíamos começar falando um pouquinho sobre o movimento de preços, quer dizer, efetivamente nós estamos num movimento de preços, de aumento, de tendência de aumento no mercado mundial, e isso se dá basicamente por quatro razões, três ou quatro razões.

A primeira razão, efetivamente, é que o mundo está crescendo e à medida que o mundo está crescendo, e é a primeira vez na história que nós podemos ver do século passado para cá que o mundo cresce de forma contínua, a taxas elevadas, por um período relativamente longo. A última vez que esse fenômeno tinha acontecido, ele cresceu durante quatro anos seguidos, que foi no período de 70 a 74, que foi interrompido logo pela primeira crise do petróleo, pelo primeiro impacto do aumento do preço do petróleo. Mas então é a primeira vez que isto acontece num período mais longo. Então, evidentemente, isto está levando a um aumento de renda, aumento de renda está levando a

um aumento de demanda. Povos que não conseguiam se alimentar bem, passam a se alimentar mais e se alimentar melhor. Povos que não comiam proteína animal, passam a comer proteína animal ou passa a comer em quantidades maiores. E aí, para cada quilo de proteína animal, principalmente da carne de boi, nós precisamos praticamente de sete quilos de proteína vegetal para que isso aconteça. Então efetivamente a primeira razão é que se dá por um aumento de demanda em função do aumento de renda. Está muito claro isso.

A segunda razão, e ela efetivamente existe, por mais que nós tentamos discuti-la, mas ela existe, é o uso de matéria-prima agrícola para a produção de biocombustíveis, quer dizer, não há absolutamente nenhuma competição em termos de Brasil, mas na medida que os Estados Unidos utilizam hoje oitenta milhões de toneladas de milho para transformar em álcool, o que no próximo ano serão cento e vinte milhões de toneladas de milho, isso efetivamente gerou também um impacto no mercado mundial. Da mesma forma que a União Européia, assim como os Estados Unidos, na medida em que mantém uma agricultura subsidiada, ela, evidentemente, destorce a locação de fatores de produção, isso num fenômeno totalmente normal e natural, essa distorção que surge. E aí também começa a haver competição entre área de produção de alimentos com área de produção de agroenergia. Então a segunda razão para esse aumento seria essa, embora de forma secundária. A razão mais forte, evidentemente, é o aumento de renda, o mundo está comendo mais, está consumindo mais, quanto a isso não há nenhuma dúvida.

A terceira questão é que as pessoas também estão vivendo mais tempo, quer dizer, nós temos, além do crescimento da população normal, nós também estamos tendo as pessoas vivendo mais tempo.

E, finalmente, um fenômeno que começa a demonstrar o seu efeito são as mudanças climáticas, quer dizer, elas efetivamente já estão começando a se fazer presentes em alguns países, aonde nós já temos secas mais prolongadas, com alterações de clima já se consolidando, sendo que exemplos que poderíamos citar seria a Austrália. Quando a gente fala hoje em arroz, quer dizer, um dos responsáveis pela explosão dos preços do arroz é a Austrália, que teve uma queda extremamente grande na sua produção de arroz, já que o arroz da Austrália, em grande parte, era para o comércio internacional. E podemos citar outro exemplo, o Rio Grande do Sul, que é um Estado que nos últimos dez anos, ele já tem sete anos de baixa produtividade, já é um Estado que hoje já tem a menor produtividade em vários produtos dentre os Estados produtores daqueles produtos, quando no passado era um Estado

que tinha uma produtividade bem elevada, e tudo isso já em função da fixação de mudanças climáticas. Então o fenômeno de mudanças climáticas, efetivamente, já começa a mostrar os seus efeitos.

Então de maneira geral quase todos os produtos, à exceção do café e do algodão, tiveram movimentos de altas e movimentos de altas bastante grandes.

A nossa visão é que esse novo patamar de preços, que foi atingido agora a nível mundial, ele está aí possivelmente para ficar. Podemos ter pequenos recuos na área do arroz, que é possível haver pequenos recuos, podemos ter pequenos recuos na área do trigo, que já estão acontecendo, mas não retornarão mais aos patamares anteriores. E a tendência, na nossa visão, é de que não nesse ano, nem no próximo, mas talvez logo à frente, em 2010, 2011 ou 2012 nós ainda podemos ter impactos maiores em termos de aumentos de preço, desde que as tendências continuem dentro dos números que hoje se apresentam para análise. Porque efetivamente nós tínhamos um mundo de oferta de produtos agrícolas, ou seja, havia mais ofertas que demanda, e agora invertemos isso para um mundo de demanda por produtos agrícolas, ou seja, a demanda é maior que a oferta. O crescimento mundial por alimentos está em torno de 5%, alguns países puxam isso de forma maior, como o caso da China, a China só no complexo soja vem aumentando seu consumo a 20% ao ano, e a capacidade mundial de dar resposta a esta produção, evidentemente, não chega a esse mesmo índice ou a esse mesmo número. Tanto que se observarmos os estoques de trigo, os estoques de milho e os estoques de arroz, eles vêm caindo já há cinco anos, quer dizer, na verdade nós estávamos comendo estoques. Os estoques desses produtos hoje são praticamente a metade do que eles eram cinco ou seis anos atrás, só que os impactos só ocorreram basicamente a partir do ano passado, mas os sinais já vinham sendo demonstrados já há mais tempo. Então, efetivamente, nós temos aí uma questão colocada, é uma questão evidentemente grave.

Como é que o Brasil se situa dentro deste quadro? Como é que o Brasil se situa dentro deste quadro? Bom, aí nós temos que considerar que o Brasil é um dos poucos países do mundo que hoje consegue produzir efetivamente para as suas necessidades internas, para o crescimento da demanda interna, que também tem sido grande, e, ainda, mesmo assim, ser o país que mais cresce na produção de excedentes em termos de exportação, hoje, dos países que participam do mercado de exportação no mundo. Então isso é um dado extremamente importante para mostrar a característica e a capacidade de produção do Brasil. E, também, demonstrar a capacidade que o Brasil tem

de compatibilizar a produção de energia com produção de alimentos. Ora, se nós estamos crescendo em produção de energia e é importante também citar que o Brasil faz isso há trinta anos, quer dizer, dentro do Brasil isso não é nenhuma novidade, mas se nós estamos crescendo nessa área, estamos crescendo na produção para alimentar a nossa população interna e somos o país que mais produz excedentes no mundo, a cada ano o adicional de excedentes, evidentemente que o Brasil está muito bem situado neste quadro. E é claro que, por outro lado, este quadro mundial que se apresenta é uma grande oportunidade para o Brasil.

Gostaria, também, de citar alguns números que o Senador Tenório já colocou, mas muitas vezes a gente observa que nem nós no Brasil e muito menos lá fora se tem uma idéia clara em termos das dimensões do Brasil, quer dizer, então quando nós participarmos de uma discussão na União Européia sobre a sustentabilidade da soja, se fazia uma grande discussão em termos para ver até onde o Brasil produzia a soja de forma sustentável. E se tinha a idéia que o Brasil era uma grande plantação de soja. Aí no final nós chegamos e dissemos: “Olha, o Brasil só produz soja em 3% do seu território”. Aí acabou a reunião, porque era só 3% do território nacional. Então o problema é que as nossas dimensões, elas são muito diferentes. Elas não podem ser vistas com os olhos que se olha a Europa ou que se olham alguns outros países. Ela tem que ser vista dentro da realidade brasileira.

A mesma questão é em relação à produção do etanol. Nós hoje produzimos a cana-de-açúcar em sete e meio milhões de hectares, em termos redondos, sete e meio milhões. A metade disso vai para açúcar, em torno da metade, a outra metade vai para álcool. Então, teoricamente, para a produção de energia, nós estaríamos usando apenas três milhões e meio de hectares, o que representa 0,5% ou menos de 0,5%, um pouquinho menos, do território brasileiro. E mesmo que nós dobrássemos essa produção, que está previsto evidentemente para os próximos seis ou sete anos, nós estaríamos avançando para mais ou menos 0,9% do território nacional ou, colocando em termos de área agrícola, menos de 3% da área agrícola para a agricultura e pastagem do Brasil, quer dizer, então seria um número ainda relativamente pequeno.

Agora também é importante citar – e isso o Senador já colocou aqui – que nós utilizamos para a agricultura um pouco mais de cinqüenta milhões de hectares, que é uma área relativamente pequena considerando que o Brasil tem oitocentos e cinqüenta e um milhões de hectares, então nós utilizamos aí bem menos de 10% para a área da agricultura propriamente dito, mas usamos uma área muito grande para a produção da

pecuária, são quase duzentos milhões de hectares. Há uma pequena dúvida em relação a esse número, mas em termos redondos deve estar em torno disto, duzentos milhões de hectares. E temos uma baixa produtividade na utilização dessas terras, como também temos uma grande parte dessas terras utilizadas para a pecuária chamadas, no sentido agrônomo, de áreas degradadas, quer dizer, no sentido agrônomo área degradada é aquela que a pastagem, na medida que você não vai fazendo as correções de solo, as adubações, o tratamento e o manejo necessário, quer dizer, a pastagem começa a diminuir a sua capacidade de produção, e aí se no início você pode por dois bois por hectares, daqui a pouco você passa um e meio, daqui a pouco um, daqui a pouco meio boi por hectare. Então nós temos uma produtividade extremamente baixa. Estima-se – e esses estudos são estudos com relativa consistência – de que nós teríamos aí cinquenta milhões de hectares a serem utilizados para outros fins, ou seja, para a agricultura ou mesmo para a expansão da cana-de-açúcar. O importante é informar que hoje, naturalmente, a expansão da cana-de-açúcar está se dando em torno de 60% em algumas regiões e 70% em outras regiões em cima de áreas de pastagens. Então isso é muito bom, ou seja, não há nenhuma competição com a produção de outros produtos. E esses outros produtos que seguem parte dessa área, que é relativamente muito pequena para cana-de-açúcar, estão evidentemente avançando também em áreas de pastagens.

O Brasil está elaborando o seu zoneamento para a produção de cana, este zoneamento talvez seja o zoneamento mais completo que se faça, que já se tenha realizado, tanto dentro do Brasil como possivelmente fora do Brasil, ele define a questão agrícola, quer dizer, a vocação agrícola de todo o Brasil para produzir cana, que variedades de cana e que tratamentos precisa se dar a essa cana nas várias regiões do Brasil ou nas várias microrregiões, não é nem regiões, é bem detalhado esse trabalho, mas ele, também, procura fazer uma análise também ambiental disso, quer dizer, então é isso que torna esse zoneamento diferente dos outros zoneamentos que até aqui foram realizados, quer dizer, e procura inclusive, além de fazer esses zoneamento ambiental, ele procura estabelecer regiões aonde não se quer que se plante cana, quer dizer, então também se examina isto e se mapeia tudo isto. E, finalmente, ele também apresenta os mapas das regiões aonde o Governo gostaria para onde a cana teria o seu avanço. Então são pelo menos quatro tipos de mapas que vão se apresentar e, dentro deles, vão ser tomadas a decisão do zoneamento. É claro que quando eu falo que... Nós temos regiões aonde você não vai poder plantar

cana, você tem regiões aonde a cana pode ser plantada e têm regiões aonde ela teria preferência e ela seria direcionada mais para estas regiões. E aí, quando a gente fala desse terceiro item, dessas regiões, aí se daria, claro, com preferência em cima de áreas de pastagens e, principalmente, em áreas de pastagens já degradadas, ou seja, seria a forma de recuperação dessas áreas.

Mas vejam bem. De qualquer forma nós estamos falando de uma dimensão de três milhões de hectares que seria a nossa necessidade adicional e esses três milhões de hectares dentro de um universo de duzentos milhões de hectares dentro dos quais nós poderíamos localizar esses três milhões de hectares.

Eu acho que em síntese seriam então essas as colocações que nós teríamos que fazer inicialmente, ou seja, mostrando claramente que o Brasil tem as condições perfeitas de conciliar a produção de energia com a produção de alimentos.

E ainda um dado que eu não citei, mas esse dado hoje já é claro para todos, quer dizer, quando o Brasil fala em produzir energia, nós estamos falando a um custo compatível com o mercado, ou seja, produzir álcool no Brasil compete com a produção de gasolina, mesmo não tendo aumentado a gasolina há dois anos e meio, a gasolina não tendo sido aumentada há dois anos e meio. Imagina se nós incorporássemos os aumentos do mercado internacional ao mercado interno o que seria hoje a diferença do custo da produção do álcool com o preço da gasolina. Diferente, evidentemente, da União Européia e dos Estados Unidos, aonde isso precisa ser altamente subsidiado, já que o custo é de duas a três vezes maior, o custo de produção.

O Brasil tem a cana-de-açúcar e aí também um dado que é interessante citar, se no passado produzíamos quatro mil litros por hectare, hoje já estamos em nove mil litros por hectare. A pesquisa já está nos dando indicação de que podemos chegar nos próximos anos a doze mil hectares e se mudarmos o processo tecnológico da produção do álcool, que também está previsto para os próximos cinco ou dez anos e aproveitarmos o bagaço da cana também, nós podemos passar a quinze mil litros por hectare, ou seja, isso é um dado extraordinário, já que são poucos países do mundo que teriam condições de produzir cana.

Claro que aqui se falou na África como um país que tem uma grande possibilidade de expansão, mas é uma expansão um pouco demorada porque eles muitas qualidades que o Brasil tem, mas não tem a estrutura de produção organizada que o Brasil já tem. E aí, às vezes, eu até faço assim uma pequena comparação. Ela não tem muito rigor técnico, mas ela serve simbolicamente para mostrar a capacidade de com-

petição do Brasil. É que nós daqui a pouco vamos ter uma cana dessa grossura, com três metros de altura produzindo, enquanto, quer dizer, que alguns países vão precisar pegar duas espigazinhas de milho na mesma área para fazer. Então evidentemente que o Brasil tem uma vantagem comparativa extremamente grande e é uma vantagem de mercado, de competição efetivamente.

Então era isso que eu queria dizer, muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Obrigado ao Ministro Reinhold Stephanes. Eu gostaria de fazer uma pequena intervenção. A cana-de-açúcar foi a primeira cultura que veio para o Brasil, em 1530, e a tecnologia e o avanço na tecnologia, bem explicada aqui pelo nosso Senador João Tenório e agora pelo Ministro, se aprofundando na sua análise, sem dúvida nenhuma eu já disse que quando aqui estive a missão européia, de que nós só ocupamos o território brasileiro, da área agricultável atualmente, 2%, e que 1% disso é produzido para açúcar. Portanto, fica só 1% do nosso território sendo utilizado para produzir etanol, e que produzimos atualmente, nesses três milhões e meio de hectares, passa um pouco de dezenove milhões de litros, volume que abastece 25% da nossa frota de automóvel que tem no Brasil, e ainda exportamos em torno de 10%. Portanto, se o Brasil pensar em aumentar dez vezes, nós só ocuparíamos 10% das nossas terras agricultáveis. E, sem dúvida nenhuma, passaríamos sim a ser um grande abastecedor para o mercado mundial. São números em que sem irmos buscar os noventa milhões de hectares que nós temos nos cerrados, sem agredir o meio ambiente e nem a reserva permanente. O Ministro muito bem se explicou sobre as terras degradáveis, que o cálculo está em torno de trinta milhões de hectares nas nossas fazendas e, ainda, poderíamos agregar mais uns vinte milhões de hectares consorciando a produção de alimentos com a pecuária.

Esses números dão ao país, sem dúvida nenhuma, dados altamente promissores e nos dão, também, na atual produtividade, é três vezes mais barato produzir etanol da cana do que do milho. E com os números que podemos dobrar a produtividade, certamente ficaria bem mais em conta do que se produzir do milho. Levando em conta, ainda, que principalmente a Europa e os Estados Unidos dão um subsídio bastante elevado para poder competir ou para poder produzir. E estranhamos e nós achamos, inclusive, injustificável quando algum país se utiliza do milho para produzir etanol e deixa de produzir alimento, transformar o milho em alimento, e enxerga o quintal dos outros países, enxerga o Brasil como ameaçador da proposta

de produção de alimentos e, principalmente, quando nas suas elevações de preço.

Dito isto, eu gostaria só de referendar um fato significativo e muito importante que nós ainda temos. Se nós usássemos só o bagaço e a palha da cana, e aqui o Senador João Tenório sabe, com Audiências Públicas já chegamos a esses números, nós temos só no bagaço e na palha uma Itaipu adormecida nos canaviais, que poderíamos transformar em energia limpa, um bioenergia muito fácil, com material já pronto. Então realmente Deus foi bondoso com o Brasil: nos deu o clima, nos deu terra, nos deu água, nos deu solo, nos deu tecnologia, nos deu o homem e que isso faz com que nós tenhamos esta grandiosidade e uma expectativa extraordinária.

E para encerrar, eu não vou fazer pergunta porque o discurso é o mesmo, Sr. Ministro, eu levo mais um fato que este Brasil, esse gigante pela sua própria natureza, como o nosso próprio Hino assim nos diz, que estava muito embernado, muito paralisado, com o crescimento de somente entre 4 a 5%, sacudiu, mexeu, não só com a sociedade nacional, como o próprio mundo está voltado as suas vistas para a nossa produção e, principalmente, para a produção primária.

Eu passo a palavra para os Senadores e para o Ministro depois poder responder, porque ele tem compromisso e terá que se ausentar. Como primeiro Senador inscrito, o Senador Osmar Dias, pelo Paraná.

SR. SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Sr. Presidente Senador Neuto De Conto, Senador João Tenório, Presidente da Subcomissão, Ministro Reinhold Stephanes, convidados.

O Ministro fez um pronunciamento inicial que praticamente responde todas as questões. Eu tenho que acrescentar apenas algumas coisas que eu tenho pensado, até um pouco diferente do que eu pensava há um mês atrás, a respeito do pronunciamento do Relator da ONU, que nos indignou quando fez aquela afirmação de que os países que estão produzindo bio-combustível estão praticando um crime contra a humanidade. Ele nos deixou indignado, mas agora eu acho que nós temos que agradecê-lo. Agradecê-lo porque ele chamou a atenção, internamente, para uma questão que estava um pouco despercebida, e externamente o mundo acordou para uma realidade que o Ministro chamou a atenção agora. Internamente é o seguinte. Eu sou de um Estado produtor, o Ministro é do mesmo Estado, eu tenho defendido mesmo publicamente a atuação do Ministro da Agricultura pela forma com que ele conduz o Ministério, com conhecimento, quando não o conhece, estuda e sabe conduzir o Ministério com muita eficiência e, sobretudo, colocando respeito no Ministério da Agricultura, que é o que nós precisa-

mos, porque muitas vezes o Ministério da Agricultura era tratado como um Ministério de segunda classe. Hoje não, o Ministério é de primeira linha dentro do Governo do Presidente Lula. E isso, talvez, tenha ajudado também a chamar a atenção para uma questão que no Paraná as pessoas começaram há um tempo a querer colocar como um problema e não como uma solução para o país. Quando se falava em agronegócio no Paraná, parecia que estava falando no capeta. Agronegócio era coisa do capeta. E nós, agora, vimos o mundo acordar e o Brasil também, ao fato de que o agronegócio é uma atividade séria, decente como qualquer outra atividade econômica, e que não pode prescindir nem de grandes, nem de médios, nem de pequenos produtores, e que nós não podemos continuar nesse divisionismo que enfraquece o setor e suas reivindicações. Dividir o setor entre grandes e pequenos, familiares, dizer que os agricultores familiares não são do agronegócio, no momento em que eles produzem e colocam os seus produtos no mercado, eles estão participando do agronegócio. E hoje são exportadores como todos são praticamente no país.

Eu não vou discutir aqui essa questão que me parece vai ficar para o passado, porque os agricultores voltaram a ser respeitados nesse país. E voltaram a ser respeitados pela sociedade e pelo Governo, o que é mais importante. O Presidente Lula tem feito um discurso que nós temos que aplaudir, o mesmo discurso que faz o Ministro Reinhold Stephanes. Eu acho que o Ministro tem conversado bastante com o Presidente e nos deixa muito confortados, porque sabemos que temos o apoio do Governo, o setor da agricultura, o setor produtivo tem o apoio do Governo, inclusive nessa questão política internacional, porque o Presidente foi na veia quando colocou os interesses dos países grandes produtores do petróleo nessa produção. O petróleo estava vinte dólares o barril há dez anos atrás e hoje está cento e vinte. As pessoas não estão discutindo este assunto. As pessoas não estão discutindo que o crescimento no consumo de alimentos no mundo ocorre a um grau de 5% ao ano e que, em alguns produtos, é muito mais elevado ainda esse aumento do consumo. Até ouvi outro dia uma repórter dizendo: “Ah, mas a culpa do aumento dos preços dos alimentos é do aquecimento global”. O aumento do consumo de alimentos também é problema de aquecimento global? Se a gente for contar o número de casos na rua... Lá em Curitiba, Ministro, na nossa capital, são quinhentas novas unidades que entram nas ruas por dia. Por dia quinhentos novos carros que são emplacados por dia. Isso deve ser culpa do aquecimento global também.

Nós vimos um discurso todo torto até agora. Agora sim. Agradecemos àquele Relator da ONU que falou aquela bobagem, aquela besteira, chamou a atenção, e a reação das pessoas que entendem do assunto para colocar no seu devido trilho, no seu devido lugar esse debate. E o debate é o seguinte: o Ministro colocou quatro causas aqui pelo aumento de preço dos alimentos. Soma-se a isso esse problema seriíssimo que nós temos de lincar o aumento do preço dos produtos agrícolas com fertilizantes, que toda vez que tem uma boa safra sobe o preço do fertilizante na outra. E isso também se liga à proteção do petróleo, fertilizante e petróleo têm uma relação estreita.

E nós não vamos conter os preços, Ministro, se não for produzindo mais, e esse é o discurso que nós temos que ter mesmo. Produzir mais. V. Ex^a. bateu no ponto certo nessa questão das pastagens degradadas. Nós temos duzentos e dez, duzentos e vinte milhões de hectares e poderíamos produzir a mesma quantidade de carne e de leite com cinquenta, sessenta, setenta milhões de hectares a menos. Mas aí eu deixo aqui uma sugestão a V. Ex^a. Que o Governo lance um programa de recuperação de pastagens degradadas, mesmo que seja de médio e longo prazo. Que o Governo lance um programa de assistência técnica para mostrar aos produtores que eles podem produzir a mesma quantidade de carne em muito menos área e usar parte da área para produção de alimentos e biocombustível. Nós temos sim terra, clima, gente, tudo para produzir biocombustíveis e produzir alimentos, mas acredito que neste momento o Governo precisa colocar em prática um programa de estímulo aos produtores para que eles aproveitem as suas áreas degradadas no plantio de grãos e no plantio de culturas para o biocombustível.

E também, Ministro, gostaria de deixar uma outra sugestão. Talvez já V. Ex^a. esteja trabalhando nessa direção e creio que sim. É o problema do trigo. Dá para alcançarmos aí a auto-suficiência? V. Ex^a. foi Secretário da Agricultura do Paraná e eu também, e nós trabalhamos numa época que o Paraná produzia 60% do trigo nacional. Ainda produz, mas nós estamos importando 70% do trigo para consumir. Dá para chegar rapidamente a 80% da oferta de trigo para o nosso consumo. 20% ao ano, 25% ao ano de crescimento, isso é possível, mas tem duas coisas que o produtor de trigo não pode prescindir: uma é a garantia do preço. O preço de garantia não tem sido garantido, historicamente não, e aí cai o preço na hora dele vender, aí ele não planta no outro ano. Para manter e crescer a área, preço de garantia; e a outra, pelo menos para o trigo, colocar no Fundo de Catástrofe recursos suficientes para atrair seguradoras. Oferecer seguro para os pro-

dutores de trigo. Com o seguro e o preço de garantia, rapidamente o Brasil vai produzir para o seu consumo e nós não vamos ficar dependentes, principalmente da Argentina, que o resultado está aí, o preço da farinha subindo, do pão, do custo de vida.

Ministro, eu não faço perguntas, apenas deixo essas sugestões e apenas para cumprimentar a V. Ex^a. pela postura que tem adotado diante do Ministério da Agricultura, de defesa do setor produtivo, de defesa do país e pode contar com o nosso apoio.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Obrigado ao Senador Osmar Dias. Pela ordem de inscrição, Senadora por Tocantins, Kátia Abreu.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Obrigada, Presidente. Quero cumprimentar a todos os nossos visitantes, convidados, muito obrigado pela presença, pela boa vontade de estar aqui conosco, cumprimentar a todos em nome do nosso Ministro da Agricultura Reinhold Stephanes e, também, Senador João Tenório e Senador Neuto De Conto pela iniciativa desta Comissão conjunta, dessa Audiência Pública conjunta.

Ministro, nós temos passado, ao longo de algum tempo, nos defendendo. Nós já não defendemos contra o trabalho escravo e ainda vivemos defendendo e mostrando ao Brasil a respeito das dificuldades trabalhistas deste país, das dicotomias, de uma Lei Industrial, Comercial que foi imposta ao campo. Nós temos que explicar para o mundo que nós não temos aftosa, nós temos que explicar ao mundo que nós não estamos destruindo a Amazônia e agora nós temos que provar para o mundo que o etanol não faz mal à saúde.

Eu acho, Ministro, eu aprendi com um grande mestre na política do meu Estado, que os grandes líderes não se explicam. E isso não vale só para os políticos, mas vale também para uma Nação. O Brasil é um grande líder e precisamos acostumar a parar de dar tantas explicações, tantas desculpas como se nós fôssemos permanentemente réus do mundo todo. Réus porque temos tecnologia, porque temos produtividade, porque temos força de trabalho, apesar de não termos nem 10% da logística de transporte e de portos que o resto do mundo tem; apesar de que temos, impedidos esse tempo todo de desenvolver a engenharia genética nesse país, por problemas ideológicos, os nossos transgênicos; apesar de não conseguirmos registrar os nossos defensivos genéricos; apesar de não termos uma Lei forte contra a defesa da concorrência que nos proteja dos cartéis de fertilizantes e desses mesmos defensivos no país. Mesmo assim conseguimos ser competitivos graças a esse esforço e a tecnologia aplicada da porteira para dentro. O nosso grande problema é a porteira para fora.

Esta afirmação que ficou emblemática do cidadão que, graças a Deus, tinha assento na ONU, eu acho que ele poderia ter duas classificações: ou inocente ou de má-fé. Eu prefiro apostar na má-fé. Ninguém senta na ONU por inocência. Aquilo é má-fé e é uma campanha difamatória contra o etanol em proteção ao petróleo. Eu nunca vi aquele cidadão reclamar do preço do aumento do petróleo, porque ele sabe muito bem que aumento de petróleo é aumento no custo de produção e aumento de alimentos. Eu nunca vi ele reclamar que uma vaca na União Européia recebe por dia de subsídio três euros e meio por dia e que tem muito cidadão africano que não ganha um euro por dia para comer.

Então, Sr. Presidente, eu atribuo, e nós todos sabemos e V. Ex^a. com a sua competência sabe, que nós temos uma crise de aumento de consumo, principalmente ordenada pelos países emergentes que estão crescendo, as pessoas ganhando mais, portanto, comendo melhor. Nós tivemos um aumento do petróleo que significa aumento de fertilizante e aumento de frete e aumento de óleo diesel, do preço do óleo diesel, nas nossas máquinas que plantam e que colhem; nós tivemos problemas climáticos especialmente na Rússia e Austrália, que são países importantes produtores; nós tivemos a transferência da especulação imobiliária americana com a crise do *suprime* para o mercado de *commodities*, que são os alimentos. Esses especuladores transferiram os seus investimentos para as *commodities* e fizeram com que elas subissem. Então eu não vejo nenhuma novidade em nada disso, mesmo porque, como o senhor disse, nós temos 0,7% de oitocentos e cinquenta milhões de hectares plantado de cana.

E apenas para discordar, Ministro, se eu não compreendi bem, o senhor explicando a questão do Zoneamento Econômico Ecológico. Nós temos já de início a Constituição que graças a Deus nos protege. Então eu não entendo um zoneamento, se eu entendi mal me corrija, que vá o Governo decidir aonde o João, o Pedro e a Maria vão plantar cana. Em qualquer país civilizado e inteligente do mundo, o José, o Pedro, a Maria e a Joana vão plantar cana ou soja ou milho ou algodão se o mercado assim determinar, se ele sentir que vai ter renda e lucratividade. Isso está garantido no art. 170 da Constituição Federal, no seu § único: “É assegurado a todos o livre exercício de qualquer atividade econômica, independente de autorização de órgãos públicos, salvo nos casos previstos em lei”, que é o caso da reserva permanente, que é o caso da reserva legal. Fora isso, Ministro, não pode existir zoneamento de mercado, zoneamento que possa impor o que a Constituição nos garante. O zoneamento

sim para orientar o produtor de que aqui a cana não é produtiva, que ele vai ter prejuízo, que a área correta de plantio de cana em determinado Estado e determinada região é o que há de mais inteligente que um país possa fazer.

Eu disse outro dia na tribuna – e até foi publicado no jornal O Globo pelo jornalista Ilimar em sua coluna, que nós temos, Ministro, 55 milhões de hectares no Brasil produzindo grãos, apenas 55 milhões de hectares que produz 140 milhões de toneladas; nós temos 127 milhões de hectares de terras públicas, sem destinação; nós temos 108 milhões de hectares de propriedade dos índios do Brasil; nós temos 77 milhões de hectares onde estão os assentamentos; nós temos 170 milhões de hectares de pastagens; nós temos 5 milhões de plantio de floresta; e nós temos mais 7 milhões de plantio de cana. Tirando isso tudo aqui, deixando os índios com os seus 108 milhões de hectares, encontrando mais 100 milhões de hectares que seja alternativo ou que seja de áreas novas, 100 milhões de hectares a mais do que nós plantamos hoje dá para abastecer, com os índices de produtividade do Brasil, médios, que podem ser muito bem alterados para mais, mas considerando a média da produtividade brasileira de arroz, trigo, milho e soja, nós conseguimos com 100 milhões de hectares alimentar 400 milhões de pessoas. A União Européia tem quatrocentos e cinquenta milhões de pessoas. Nós só precisamos de uma coisa muito simples. Nós precisamos de condições de trabalhar. Nós somos uma indústria a céu aberto e que precisamos sim, de quando em vez, da proteção do Estado brasileiro. Nós produzimos 1/3 do PIB, 1/3 do emprego e 1/3 das exportações. Eu repito isso duzentas vezes por dia nesta Casa. Não estamos pedindo nada mais do que nós merecemos. Se nós der condições para isso, fortalecer o seu Ministério, principalmente, nós damos conta desse recado. Agora nos dê estradas, nos dê hidrovias, nos dê ferrovias, nos dê portos, nos dê o combate na defesa da concorrência. Vamos alterar a destinação das lavras da rocha fosfática no país, vamos tirar a TEC(F) da importação desses produtos da Ucrânia e da Rússia, como V. Ex^a. derrubou um dia desse, foi responsabilidade sua um cartel que permitia e protegia duas empresas no país com relação ao glifosato e ao nitrato de amônia, o senhor conseguiu derrubar o *antidumping*, para que nós possamos ter alguns sinais para nós diminuirmos o nosso custo de produção.

Para encerrar, Ministro, nós estamos hoje na seguinte condição. Um cálculo econômico de qualquer empresário, quer seja urbano, industrial, comercial, de serviços, quando ele vai calcular o seu custo de produção, ele calcula o seu custo operacional efetivo,

ele calcula o seu custo operacional total, que é o desgaste do seu patrimônio, e o custo total que implica no custo de capital da sua propriedade, do seu patrimônio. Se o produtor rural brasileiro fizer esta conta direitinho, como o dever de casa manda, ele tem que parar de plantar. Ele tem que parar de produzir carne de qualquer espécie e tamanho. Ele só tem o direito de calcular o custo operacional efetivo. Se ele for mais além, ele está fora do ramo. Ele não pode ver, porque ele não precisa ver, não tem como ver essa conta. Ele não pode fazer essa conta empresarial porque ele vai ver que ele está extremamente prejudicado e o custo operacional efetivo é uma enganação, é apenas o que eu gastei para plantar por hectare ou para produzir um quilo de carne, e o que eu vendi aquele produto, e mato o custo com a receita. E aí ainda eu estou empatando. Só calculado esse custo eu estou empatando. Imagine se eu for por o preço da minha propriedade e calcular apenas a poupança sobre ela, se eu for colocar o desgaste e depreciação das minhas máquinas, da minha cerca, do meu curral e dos meus alojamentos.

Então, Ministro, eu quero concluir com isso que isso tudo é conversa afiada do mundo todo. Etanol não vai tirar comida da boca de ninguém. O que vai tirar as pessoas do ramo é mercado. E o Brasil precisa dar condições, porque é o único país do mundo, que tem condições de ampliar a sua área plantada de grãos e abastecer o resto do mundo.

Então eu concluo as minhas palavras dizendo a V. Ex^a. que o senhor está correto em defender o etanol e a agricultura brasileira. Não tem nada de errado, a não ser preconceito por inveja e competição econômica do mundo. Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Com a palavra, pela ordem de inscrição, antes agradecendo à Senadora Kátia Abreu, o Senador Aloizio Mercadante.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Sr. Presidente, Sr. Ministro Reinhold Stephanes, Senador João Tenório, Presidente da Subcomissão, Senador Neuto De Conto, Presidente da Comissão da Agricultura e Reforma Agrária, demos Senadores, Senadoras e convidados. Saúdo todos.

Eu estive agora pela manhã numa reunião com a delegação da Primeira-Ministra da Alemanha, vários empresários estão presentes, e a gente sente em cada contato um imenso interesse pelo Brasil e, particularmente, eu diria, inclusive, pela nossa produção de energia sustentável, pelo biocombustível, que é uma marca muito importante da nova trajetória da agricultura brasileira. Ainda que a gente produza há trinta anos, a mudança na frota de automóveis deu

impulso ao etanol, ao biocombustível, ao biodiesel, absolutamente espetacular e irreversível.

Eu queria dizer que eu estou entre aqueles, e acho que o Ministro tem sido muito feliz nos seus pronunciamentos sobre essa matéria, o Brasil deve reconhecer que há uma grave crise de alimentos no mundo e demonstrar ao mundo, e o Ministro fez isso com muita competência, mostrando que os estoques de alimentos vêm se exaurindo nos últimos anos, o mundo vem comendo o que tinha estocado, e que o Brasil, nos últimos seis anos, é o país que mais gerou excedente agrícola exportável. Portanto, a nossa contribuição a melhorar a oferta de alimentos é incontestável, nós aumentamos significativamente a nossa produtividade, mesmo a área plantada para atingir 140 milhões de toneladas de grãos, e o país demonstrar um plano, uma programação, uma política agrícola agressiva para ampliar com rapidez a oferta de alimentos e a nossa capacidade de exportação. Eu acho que essa é a contrapartida da nossa resposta a essa crise. Essa crise tem razões profundas, quer dizer, o aumento da renda e a urbanização na Ásia é um elemento estrutural, o novo eixo dinâmico da economia mundial é a Ásia, e a China tem metade da terra que o Brasil tem para produzir alimentos. É evidente que eles não terão como suportar e assegurar a oferta de alimentos. Países como Índia e China estão chegando no limite da sua capacidade, quer dizer, o custo marginal para ampliar a produção é muito elevado.

Mas a segunda razão desta crise evidentemente foram as alterações climáticas. Elas atingiram duramente países como Rússia, Austrália, mesmo aqui na nossa região, Haiti e Nicarágua viveram dois furacões devastadores, como em parte os Estados Unidos, e isso desestabilizou a agricultura em muitos países.

Eu acho que a terceira razão que nós devemos demonstrar é o petróleo, e o petróleo não encarece a agricultura apenas pelo custo do transporte ou a matéria-prima de produção dos equipamentos agrícolas. Eu quero lembrar que o nitrogênio, 70% do nitrogênio é gás, um gás que o preço médio passou de dezoito dólares, alguns anos atrás, a cento e vinte e cinco dólares ontem, e num mundo que só tem quatro grandes fábricas produtoras de fertilizantes, é um cartel, é uma estrutura cartelizada, que sofreu um choque de preços e repassa isso para a produção agrícola. Então além do transporte de grãos, o custo da matéria-prima se eleva com a elevação do preço do petróleo.

E a especulação financeira, evidentemente, o mercado de futuros, que é um mercado muito ágil, rapidamente o capital financeiro se desloca onde tem rentabilidade, especialmente num cenário que os grandes bancos americanos tiveram um prejuízo de 430

milhões(F) de dólares nessa crise do *suprime*, e essa crise se desentendeu, em termos de valores absolutos é a mais grave crise financeira do pós-guerra. Então rapidamente eles tentam compensar com outras atividades e migraram para o mercado futuro de grãos, identificando que não há estoque, como é o caso do petróleo, não há resposta de curto prazo na produção e a agricultura tem um ciclo natural que é reversível para você reverter esse quadro e vão especular nessa atividade, infelizmente.

O quê que eu quero chamar a atenção? Eu acho que o Brasil deve reconhecer que o etanol do milho encarece a cadeia produtiva de proteína da carne e pode ter algum impacto estruturante nessa elevação de preços de produtos. Assim como o biocombustível da beterraba e da canola na Europa, também tem um impacto, porque são custos extremamente elevados, são áreas que estão deixando de ser disponível para quem já não tem uma competitividade estrutural para produzir alimentos, como é o caso dos Estados Unidos e, particularmente, o caso da Europa.

Agora qual é o foco do nosso discurso? Aonde que nós sairemos dessa defensiva? Quer dizer, eu acho que nós temos que sair com uma agenda propositiva, mostrando que nós estamos com uma política agressiva de aumento da oferta agrícola, nós vamos aumentar ainda mais o nosso excedente exportável, e focar o debate nos subsídios e no protecionismo agrícola dos países ricos. Essa é o verdadeiro crime da política internacional que fomenta essa crise estrutural de oferta de alimentos. Nós estamos falando de subsídios de 430 bilhões de dólares/ano. É isso que impede que boa parte, especialmente da agricultura de subsistência, que são bilhões de pessoas no planeta que estão no limiar da fome, de poder produzir o seu cultivo e poder se alimentar. Se nós retirarmos os subsídios, se a rodada de Doha for centrada na resposta mais importante que a humanidade tem que dar agora, que não é permitir que cem milhões de pessoas estejam expostas à fome, e trinta e sete países estão sem nenhuma condição de sustentar e de ter uma política de segurança alimentar, nós seguramente abriremos um caminho novo para a agricultura mundial. Nós vamos aumentar a nossa competitividade, nós vamos arrebentar essa bolha especulativa de preços, nós vamos abrir novos mercados para as nossas exportações e vamos dar chance para pequenos países da América Latina, da América Central, da África, da Ásia e pequenas comunidades poderem produzir a agricultura de subsistência e terem competitividade e condições de sustentar a sua sobrevivência. Então eu diria que, para mim, esse é o foco central da discussão.

Eu queria concluir sugerindo, nós estamos vivendo um momento extraordinário da agricultura brasileira, e um cenário de futuro extremamente promissor, mesmo porque para o Brasil é muito cômoda a questão da matriz energética porque nós temos potencial hidroelétrico, que está em andamento, nós temos ainda energia eólica no Ceará, Rio Grande do Norte e Rio Grande do Sul, nós temos possibilidade de energia solar, eu falei isso para a delegação alemã, eles estão fazendo um esforço brutal na energia solar, só que nós temos três meses mais sol do que eles para poder competir também na energia solar. E nós temos no pré-sal estimativa de trinta milhões de barris de petróleo. A Bacia de Santos, em dois anos, vai estar produzindo trinta e três milhões de metros cúbicos/dia de gás e vai produzir nada menos do que duzentos mil barris de petróleo/dia. Então nós temos uma resposta estruturante. O Brasil vai virar um grande exportador de energia também, inclusive de petróleo.

Portanto, seria muito cômodo nós aceitarmos essa discussão do etanol e nós substituímos a nossa matriz de etanol por petróleo. O Brasil não tem esse problema. Não terá mais esse problema. Agora, seria um grave equívoco, porque o etanol é uma energia renovável e o petróleo é uma energia que está se esgotando. Os Estados Unidos só tem reserva para cinco anos, a Europa praticamente não tem mais reservas, só numa área do norte, o Japão não tem reservas de petróleo, não há grandes descobertas nos últimos trinta anos de reserva de petróleo e nós estamos fazendo uma grande descoberta. Então nós temos que manter o etanol como uma saída global à crise de energia que se avizinha e de uma energia renovável, uma energia que no espaço urbano ajuda a reduzir a emissão de CO₂. Então eu acho que nós estamos prontos para esse debate, muito bem posicionado para o futuro.

Eu queria sugerir, para concluir, primeiro, que o Brasil se prepare para enfrentar a questão do direito de retaliação na OMC dos subsídios que os americanos patrocinaram no algodão, nós vencemos o painel, nós temos o direito de retaliação de três bilhões de reais e nós temos que saber exatamente o que nós vamos fazer em relação a essa questão, porque isso vai ser uma referência para muitos países em desenvolvimento e, talvez, para começar realmente a colocar uma agenda nova na rodada de Doha, e isso tem que se fazer até junho. Qual vai ser a atitude do Brasil? Nós vamos enfrentar a questão de patentes, por exemplo, na cadeia do algodão? Nós vamos começar a produzir máquinas e equipamentos sem reconhecimento de patentes? Qual vai ser a nossa atitude na questão desse painel de controvérsia que o Brasil tem o direito, inclusive, de tomar uma atitude? Que atitude nós va-

mos tomar? Segundo, o Fundo de Catástrofe, eu acho muito feliz a intervenção do Senador Osmar Dias, por sinal é um dos grandes especialistas desta Casa na agricultura, sempre foi uma voz muito coerente, muito competente, eu acho espetacular a sugestão dele de nós termos uma meta de atingir pelo menos 80% da produção de trigo, ter uma política específica, e o Fundo de Catástrofe e preço mínimo, é o momento ideal para nós construirmos uma política de segurança estratégica da agricultura. Nós vamos ter um aumento de renda espetacular no campo e nós podemos criar uma política de financiamento de preço mínimo e de segurança estratégica para a agricultura brasileira. E acho que, com isso, nós daríamos um grande passo no sentido de impulso à produção agrícola, estabilidade da renda agrícola, e isso se faz no auge do ciclo. A hora é agora. De nós avançarmos numa política de financiamento do futuro, de criarmos uma política anticíclica usando esse momento exuberante que a agricultura atravessa para prepararmos para instabilidades e dificuldades futuras.

E, por último, a renegociação da dívida agrícola, eu acho que tem que sair logo essa Medida Provisória, porque vai ser mais um grande instrumento de alavancagem no investimento agrícola, na produção agrícola, mostrando que o Brasil sabe como aumentar a oferta de alimentos, baixar o custo de vida aqui dentro, que cresceu 20% nos últimos doze meses os alimentos, que pega a população de baixa renda, e, principalmente, a maioria dos países que não têm as condições estruturais que o Brasil tem de aumentar a oferta e amenizar essa tragédia que é a fome e a desnutrição. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Obrigado ao Senador Aloizio Mercadante. Só para anunciar, Senador Aloizio, no dia de ontem o Ministro José Múcio nos participou de que está pronta a Medida Provisória, ela deve chegar ao Congresso Nacional até, prazo máximo, dia 20. Espero, portanto, esta semana nós termos o processo para recomposição das dívidas agrícolas.

Como último orador inscrito na primeira parte para intervenção do Ministro nós ouviremos, então, o Senador Gilberto Goellner.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Sr. Ministro, Sr. Neuto De Conto, Presidente da Comissão, Presidente João Tenório, da Subcomissão de Biocombustíveis.

Eu quero ser breve, mas não deixaria de cumprimentar o Senador Aloizio Mercadante pela precisão e segurança de todas as colocações que colocou aqui, que apresentou nesse momento nessa Subcomissão

de Biocombustíveis. Da mesma forma o Senador Osmar Dias e a Senadora Kátia Abreu.

Eu vou me ater a dois itens primordiais. Primeiro, que o país ainda necessita sim de um zoneamento e está ultimando a análise que poderá contribuir, cada Estado está fazendo o seu levantamento socioambiental, econômico, zoneamento, aliás, e que vai possibilitar, inclusive, a definição real do quê que é a Amazônia Legal ou o que é a Amazônia, porque o Estado de Mato Grosso, que eu estou me referindo, inclusive Tocantins e Piauí, pertence hoje, na sua totalidade, ao bioma amazônico, quando na realidade o Estado do Mato Grosso tem menos de 30% de floresta, não que foi dizimada, bioma floresta. Em Tocantins o bioma floresta é ao redor de 10% ou menos e Piauí da mesma forma. Então eu vejo que a edição da... ainda que existe a Lei ambiental brasileira baseada na Medida Provisória 2.166, nós deveremos discuti-la e esse é um assunto que envolve o IBAMA, envolve o Ministério do Meio Ambiente, envolve essa nossa Comissão de Agricultura, Comissão de Meio Ambiente.

Eu vejo a necessidade até porque posições que tanto o Governador do Mato Grosso, Blairo Maggi, quanto o Ministro Reinhold Stephanes, às vezes são mal interpretados. Quando o Ministro colocou, não me recorde a data, mas há um mês atrás, quando começou essa discussão, do aproveitamento das áreas degradadas, houve uma má interpretação total. Confunde-se e a imprensa até confunde áreas de degradação de pastagem, que é notória por causa da dificuldade econômica da recuperação das mesmas, e a sugestão de nós as recuperarmos para que os duzentos milhões de cabeças do país, duzentos e poucos milhões de cabeças de gado do país, possam ser explorados numa área bem menor do que hoje se usa, quem sabe a metade, e isso já há sugestão de recuperação dessas áreas, eu diria que para essas regiões aonde é possível – eu acho que todas elas são – a integração silvopastoril virá a ser uma solução. É uma experiência que a EMBRAPA tem demonstrado efetiva, economicamente viável e de muito interesse para qualquer atividade, tanto pequena, média ou grande. Essa integração, então, vai ser a consolidação de uma exploração econômica efetiva e socialmente, ambientalmente mais propícia. Então, nesse sentido, eu vejo que a redefinição e a rediscussão do zoneamento do bioma floresta é mais do que necessário, porque hoje até o Estado de Mato Grosso apresenta-se fora da discussão e de introdução, inclusive, de cana-de-açúcar, não só pela dificuldade logística, mas, também, porque se insere cem por cento na sua definição geográfica no bioma amazônico, quando se sabe que não é a realidade. Então, Secretário Egon Krakhecke, quando separaram os dois Estados, ficou

essa definição de que Mato Grosso seria do bioma amazônico pela contribuição fiscal e com o auxílio de todos esses investimentos que foram feitos lá nessa área. Hoje eu acho que nós precisamos rediscutir isso daí, eu vejo que é importante a Câmara, o Senado e o Ministério do Meio Ambiente voltarem a redefinir a MP 2.166, que poderia dar uma contribuição muito grande para a gente realmente redefinir essa parte e dar condições para que essa posição de cana-de-açúcar ou qualquer cultura advinda dos Estados do Mato Grosso, Tocantins, o Piauí, seja colocado como advinda da Amazônia e explorada ilegalmente, quando nós sabemos que não está havendo esse desmatamento que estão propalando. Nós participamos pela Comissão do Meio Ambiente em diversas viagens para o Pará, para Rondônia, amanhã estaremos indo para o Mato Grosso e verificamos que a realidade é bem diferente. Quem sabe esses índices não perfazem nem 10% do que foi colocado pelos órgãos que divulgaram precipitadamente.

Então fica aí a nossa sugestão de a gente redefinir sim esse zoneamento e poder contribuir, então, numa nova Lei Agrícola para o país. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Obrigado ao Senador Gilberto Goellner e passamos, então, a palavra ao Ministro Reinhold Stephanes para que ele faça as suas considerações sobre as manifestações dos Srs. Senadores.

SR. MINISTRO REINHOLD STEPHANES: Bom, primeiro eu tenho que agradecer a todos os Senadores que fizeram as intervenções, agradecer as referências que fizeram à agricultura, ao Ministro, ao Ministério e também as sugestões. Embora a Senadora Kátia não está mais aqui, mas ela, evidentemente, fez algumas colocações e dentro delas também algumas discordâncias, não é? Mas se ela não discordasse, não seria a Senadora Kátia Abreu, e nós respeitamos muito isso.

Mas o Senador Osmar Dias começou levantando uma premissa que eu acho extremamente importante, quer dizer, de repente a agricultura passou a ser importante para o Brasil e para o mundo e isso é bom. Até porque quando se observa quando o mundo era de oferta de produtos agrícolas, nos últimos trinta anos os preços de produtos agrícolas eram declinantes, quer dizer, qualquer comparação que se faça com o aumento dos preços de transporte, de educação, de saúde, de bens e serviços, vamos observar que a agricultura sempre está puxando os preços para baixo, ou seja, todo ganho que havia de aumento de produtividade ou de eficiência na área agrícola era transferido para a mesa do consumidor. O que, aliás, era bom, mas também criava problemas de renda para o produtor agrícola, o que, por sua vez, não era bom, ao ponto

que num dos planos chamou-se, no Plano Real, que era a Âncora Verde, se dizia com muito orgulho porque durante três anos a cesta básica não aumentou de preço, mas alguém estava pagando isso. Bom, hoje nós temos uma inversão desta curva, depois de quase trinta anos. E aí, quer dizer, o mundo passou a observar que efetivamente a agricultura era um tema importante e que o mundo tinha que se preocupar com a agricultura. E eu acho que isto é bom.

A questão dos fertilizantes que foi levantada, quer dizer, vários pontos foram levantados tanto pelo Senador Osmar, como por outras pessoas, é uma questão extremamente sensível, é uma questão estratégica para nós, nós somos altamente dependentes de importação. No potássio nós vamos chegar daqui a pouco a 80% das necessidades de importação, no fósforo nós vamos chegar a quase 60%. E o preço desses produtos tem crescido muito e tem crescido não só pelo aumento de demanda ou pelo aumento do preço do petróleo, mas também por movimentos especulativos que se somam a isso, e o interessante dessa questão e o Ministério está com grupo de inteligência estudando isso já há muitos meses e mantendo muito contato inclusive com o setor privado, com a área de produção agrícola brasileira, com as representações, com as cooperativas, com as grandes organizações, tipo a Pró-Soja, enfim, produtores de cana, como que nós podemos sair desta dependência que nós temos?

E aí algumas questões se colocam e que foram colocadas aqui. Por exemplo, em termos de fósforo o Brasil tem minerais suficientes no seu solo para se tornar auto-suficiente, ou seja, num trabalho a médio prazo nós podemos chegar lá. Agora existem problemas de legislação, existem empresas que estão com centenas de permissões de lavra e de pesquisa, mas que não a fazem, não a executam. Então tudo isso tem que ser equacionado, assim como, também, existe a questão dos nitrogenados, aonde nós temos que envolver, possivelmente, a própria Petrobrás nisto. Mas já há um trabalho, eu quero dizer que há um trabalho. Não vamos ter solução a curto prazo, mas, pelo menos numa visão de médio ou longo prazo, nós temos que encontrar um caminho para esta questão de fertilizantes.

Quando nós falamos em recuperação de pastagens, também foi uma questão levantada aqui primeiro pelo Senador Osmar e depois por outros Senadores, efetivamente é uma realidade, quer dizer, nós podemos, hoje, recuperar cinquenta milhões de hectares, nós temos que ter uma programa para isso, eu concordo, já estamos pensando nesse programa, quer dizer, nós temos que ter um programa que nos conduza, quer dizer, sair do discurso para a prática, quer dizer,

se nós chegamos a esta conclusão, agora nós temos que tornar isso em termos práticos, como nós ainda temos também de quarenta a cinco milhões de hectares a serem incorporados de outras áreas, eu costumo dizer, sem necessidade de derrubar nenhuma árvore no bioma amazônico – eu estou falando em bioma amazônico -, sem necessidade de derrubar nenhuma árvore. Claro que ainda algumas vão ser derrubadas em função do próprio direito legal que algumas propriedades têm, até que se encontre uma compensação para que essas pessoas deixem de derrubar.

Mas ainda ontem ou esses dias, foi colocada essa questão, foi dito: “Bom, quem é que afinal de contas está desmatando na Amazônia?” Quão importante é definir quem está desmatando e por que, quais são as causas do desmatamento. Bom, aí alguém colocou: “Bom, você tem vários aí”. E, dentro dessas colocações, falou-se: “Nós ainda temos avanço da pecuária, da grande pecuária em termos de desmatamento”. Aí a minha primeira reação foi o seguinte: “Gente, isto não pode acontecer”. Porque a grande pecuária não traz absolutamente nenhum grande benefício, nenhum benefício econômico, primeiro que ela não emprega gente, e nós temos áreas suficientes, nós temos gado suficiente, nós podemos produzir muito mais nas áreas que estão abertas, nós não precisamos abrir mais áreas, gente, isso tem que ser coibido, agora temos que apenas encontrar um instrumento de coibir isso, ou seja, o Ministro da Agricultura está perfeitamente de acordo com isso. Agora também têm outras posições de maior racionalidade, quer dizer, evidentemente que o Ministro da Agricultura não pode se colocar favor do conceito Amazônia Legal, que, aliás, é um conceito de usos e costumes, porque ele não existe. O que existe é apenas uma Lei que diz que, para efeito de financiamento, na região amazônica, mas aí região como região, geográfica, não como região de bioma, nem região de floresta, mas que passou a se usar e até se pintar de verde todo o Mato Grosso, todo o Tocantins, parte do Maranhão e passou-se a usar isso. E aí criou-se uma confusão. Eu fiz essa pergunta numa ocasião no meio dos doutores e cientistas nossos, eu falei: “Escuta, por que é que bioma, que é Amazônia Legal?” Ninguém soube dizer, nem o meu diretor de produção agrícola, nem o meu diretor de política agrícola, ninguém soube responder, ou seja, nós criamos isso como uso e costume e passamos a adotar isso. Nas próprias estatísticas quando aparece que na Amazônia tem tanta população, tantos bois, tanto isso, na verdade você está incluindo todo o Mato Grosso e está incluindo 70 a 80% de cerrado que não tem nada a ver ou todo o Tocantins. Então, evidentemente, isso tem que ser, na minha visão, melhor colocado.

Da mesma forma que, evidentemente, a questão da Portaria que coloca propriedades que chegam até perto de Cuiabá, Diamantino, que são regiões consolidadas como regiões de restrição, quer dizer, consolidadas não só na produção da soja, do milho, como também das indústrias, se tem lá Sadia ou se tem lá a Perdigão, enfim, são regiões altamente consolidadas. De repente sai e é colocado como área restritiva e não é área de bioma Amazônia, quer dizer, então evidentemente isso cria problemas.

Agora no restante, evidentemente, nós somos totalmente de acordo que nós podemos incorporar ainda noventa milhões de hectares na nossa produção, e aí alguém falou que poderíamos produzir para praticamente uma Europa inteira a mais sem precisar derrubar nenhuma árvore a mais no bioma Amazônia. Agora como fazer para que não se derrube nenhuma árvore, quer dizer, aí eu não saberia dizer como e nem é a minha função. Agora como Ministro da Agricultura eu acho que este deve ser o objetivo a ser alcançado.

A questão, também, do trigo, o Senador Osmar levantou bem, nós fomos Secretários, um pouquinho antes do que o outro lá, e exatamente naquele momento o Brasil era praticamente auto-suficiente em produção de trigo, o Paraná era o maior produtor brasileiro de trigo, produzia o dobro, mas menos do que produz hoje já naquela época, e a política de trigo adotada pelo Brasil, então, eu acho que foi o Ministro Delfim, na época, o Delfim disse assim: “Olha, se é mais barato importar da Argentina e se o Canadá e os Estados Unidos têm excesso de produção e estão subsidiando as exportações, por que é que nós vamos produzir internamente?” E aí acabou se desincentivando um pouco, não se deu muita importância à produção do trigo e hoje nós somos dependentes em 70% na importação do trigo, quer dizer, é o único produto que nós somos dependentes. Mas, como também foi colocado, pelo mercado que se estabeleceu e, evidentemente, que esse mercado hoje em setecentos e sessenta reais a tonelada possivelmente não vá se manter, a gente acredita que ele vá cair um pouco, mas em qualquer hipótese será um mercado, em termos de preço, altamente favorável ao retorno à auto-suficiência interna da produção de trigo, até mesmo pela instabilidade que nós temos do fornecimento do trigo por parte da Argentina. Então, isso também foi colocado aqui, a capacidade de terra e de produtores de máquina nós temos, mas no momento nós temos uma limitação que é semente. Então possivelmente um programa de cinco anos ou seis ou sete, num avanço gradativo, o Brasil pode se tornar novamente auto-suficiente na produção de trigo. Claro que o trigo na região sul tem um certo risco climático, embora ele não se verificou nos últi-

mos anos, mas ele pode acontecer, mas nós também já sabemos que aqui no centro-oeste nós temos dois mil e quinhentos, aliás, só em Goiás, nós temos dois mil e quinhentos pivôs, aonde possivelmente pode ser uma boa opção de se produzir trigo agora nesse período do inverno usando os pivôs, quer dizer, fazendo de forma irrigada.

A questão levantada pela Senadora Kátia quanto ao zoneamento, evidentemente isso é uma questão que pode ainda gerar debate, mas há uma tendência, veja bem, há uma tendência evidentemente de o Governo definir que não se plante cana no bioma amazônico, quer dizer, há essa a tendência.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. MINISTRO REINHOLD STEPHANES: Não, aí o conceito é um pouco maior, quer dizer, isso daí vai ser uma discussão, mas vamos dizer que há uma tendência em relação a isso. Sob o ponto de vista de produção, de aumento de produção, não haveria necessidade, mesmo que fossem já em áreas degradadas. Agora, por outro lado também, é verdade que, numa área de pastagem degradada, seria muito melhor se plantar cana do que se manter a área de pastagem degradada, quer dizer, ela teria um balanço positivo. Mas, de qualquer forma, essa é uma discussão que ela vai ficar no momento que o zoneamento estiver pronto e no momento da decisão, e será uma decisão de Governo, quer dizer, e como decisão de Governo aí é claro que envolve todo o debate e aí teria que ser cumprida.

Aqui também se colocou muito a questão de produtividade. Na minha exposição inicial eu não passei essa informação, mas é uma informação extremamente importante, quer dizer, o grande crescimento agrícola que o Brasil vem tendo em média de 4,8% nos últimos vinte anos e com possibilidade de manter esse nível de crescimento em torno de 5% e talvez até aumentar esse crescimento, porque na medida que os preços no mercado estimulam, o que aí passa a ser um crescimento extraordinariamente alto, onde se joga isso a médio e longo prazo, é importante se dizer que quase 70% deste aumento se dá via produtividade, e a tendência é que nós aumentemos cada vez mais a nossa produção via produtividade. Então a questão da tecnologia, a questão da eficiência, a questão do manejo têm sido, também, extremamente importante na melhoria da agricultura brasileira.

Questões foram colocadas pelo Senador Gilberto também, a questão a questão da integração lavoura-pecuária, lavoura-floresta também é uma questão que está avançando bastante, embora existam algumas dúvidas, mas isso está avançando bastante.

Sobre mudanças climáticas... Aliás, sobre a renegociação da dívida o projeto está pronto, deverá ser assinado entre sexta e segunda-feira. O Fundo de Catástrofe, em princípio, que também deverá ser assinado em conjunto, quer dizer, havia interesse do Governo em lançar esses dois instrumentos, e assim como possivelmente também assinar a criação do adido agrícola, que também é uma reivindicação de grande interesse que o Brasil vem tendo já na área da agricultura há muito tempo. Tudo isso deverá acontecer nos próximos dias, eu acho que são notícias muito boas.

Só para finalizar – e aí eu acho que eu respondi a todas as colocações -, mudanças climáticas. É uma informação que poucas pessoas têm, mas a EMBRAPA tem uma plataforma de estudos sobre mudanças climáticas em Campinas, São Paulo. Essa plataforma é composta de mais de setenta especialistas em questões climáticas e alguns, além de especialistas, muitos cientistas participam disso. Ela vem estudando e projetando cenários para todas as regiões e todas as culturas que se produzem no Brasil, quer dizer, ela já tem cenário para saber o quê que vai acontecer com a área que hoje planta café dentro de dez, vinte, trinta, quarenta ou cinquenta anos dependendo do nível de aquecimento que nós vamos ter. Todos esses cenários, tem para todos os produtos projetados, e ela já trabalha, hoje, com mais de duzentos projetos no sentido de, dentro desses projetos, na maioria deles de estudar a adaptação de culturas a possíveis cenários futuros. Então eu quero apenas passar essa informação que efetivamente já existe uma massa crítica de estudo muito forte em relação às mudanças climáticas e o que fazer para que a agricultura brasileira mantenha, enfim, a liderança e a possibilidade de continuar produzindo bem para o futuro.

Finalmente, só uma informação. Embora isso não foi colocado, mas isso é muito perguntado: o quê que acontece com o feijão? Porque o feijão, estava a saca de sessenta/quilo, a saca chegou de sessenta reais a duzentos e oitenta reais. O feijão não é uma *commodity*, assim como o arroz não é uma *commodity* também, o preço se forma praticamente por razões de mercado interno e agora já está caindo, hoje a nível de produtor já está em noventa, noventa e cinco, possivelmente não vai recuar mais aos sessenta que esteve no passado, mas aí a sugestão colocada para o trigo, pelo Senador Osmar Dias, é a mesma que precisamos ter para o feijão. Nós precisamos ter um preço/garantia para que as pessoas efetivamente produzam feijão. Nós precisamos de uma política específica para evitar essas grandes flutuações. Por quê? Porque uma das razões que nós chegamos a esse preço é que num determinado tempo ele caiu a menos de quarenta a saca e não valeu a

pena produzir. Depois mais um probleminha climático, aí o problema surgiu.

Então, gente, muito obrigado, agradeço as possibilidades que me foram dadas.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Obrigado ao Ministro Reinhold Stephanes. Ele tem compromisso, vai se retirar. Continua a Reunião, vamos ouvir os demais convidados. E nós passamos, então, de imediato, a palavra para o Ministro André Aranha Corrêa do Lago, Chefe do Departamento de Energia, representando o Ministro das Relações Exteriores.

SR. ANDRÉ ARANHA CORRÊA DO LAGO: Muito obrigado, Senador. Em nome do Ministro das Relações Exteriores agradeço o convite que foi feito para participar dessa Audiência Pública extremamente oportuna, uma vez que essa questão dos biocombustíveis *versus* alimentos tem gerado uma discussão internacional de uma intensidade que surpreendeu a todos e, principalmente, a nós brasileiros, que conhecemos esse tema há mais tempo e que já tivemos um amplo debate interno sobre a questão.

Eu gostaria de esclarecer a posição do Itamaraty nessa questão. O Ministério das Relações Exteriores tem participado, nos últimos meses, de discussões coordenadas pela Casa Civil a respeito de como o Governo brasileiro deve reagir a essa circunstância internacional.

Eu, antes de mais nada, gostaria de comentar que a questão do debate da comida *versus* biocombustíveis é apenas umas das críticas que estão sendo dirigidas aos biocombustíveis. Nós identificamos, de maneira a facilitar o debate no Brasil e internacionalmente, nós identificamos cinco dimensões das críticas aos biocombustíveis que devem ser abordadas.

A primeira é a questão da vantagem dos biocombustíveis com relação a outras energias no tocante às emissões de gases de efeito estufa. Uma outra questão é a questão do balanço energético, qual é a vantagem de um biocombustível com relação à energia que custa para produzi-lo. Uma outra dimensão é o efeito sobre a biodiversidade, sobre a água, os deslocamentos de terra, todas essas questões relacionadas ao que também se costuma chamar do uso da terra. A quarta questão é a questão social, que também é um debate importante, que é a dimensão social da produção dos biocombustíveis no mundo. E, finalmente, a quinta é esta que está nos ocupando hoje, que é da comida *versus* os biocombustíveis.

Eu acredito que o principal motivo desse debate é uma questão de falta de informação no mundo sobre os biocombustíveis. E para nós, brasileiros, é uma coisa estranha, porque como nós estamos muito ha-

bituados a lidar com esse tema, nós já temos naturalmente uma quantidade de informações que às vezes nós partimos do princípio de que os outros também têm, mas os biocombustíveis são uma novidade muito significativa nos outros países.

Então a primeira preocupação nossa é com relação à informação. Como o senhor sabe, Senador, o Presidente Lula convocou para o mês de novembro próximo, em São Paulo, uma grande Conferência Internacional sobre Biocombustíveis e essa Conferência será, eu acredito, uma ocasião muito importante para que se possa ter um debate mais informado sobre a questão. E o esforço do Governo é justamente no sentido de, com vistas a essa Conferência, já trabalhar junto aos nossos principais parceiros internacionais e, se possível, junto à imprensa internacional, para que não se chegue a São Paulo tendo que explicar tudo do zero, quer dizer, nós temos que já estimular esse debate antes e já divulgar informações. E nesse sentido o Ministro Celso Amorim instruiu que as Embaixadas fossem particularmente ativas nessa área e a atuação das Embaixadas está sendo feita também graças ao trabalho de coordenação com os outros Ministérios e também com esta Casa e também com a Câmara dos Deputados. Então o que nós estamos procurando é ir diretamente àqueles que estão questionando os biocombustíveis, trabalho que nós temos feito com... Recentemente estiveram dois Deputados em Bruxelas, como o senhor sabe, que foi o Deputado Mendes Thame e Duarte Nogueira, que foram levados às pessoas que estão tomando decisões na União Européia com relação aos biocombustíveis para esclarecimentos. Nós temos trabalhado também muito com o Ministério da Agricultura e o nosso Bertoni tem participado de várias reuniões internacionais e nós temos envolvido também a UNICA, como também Organizações Não Governamentais, porque nós acreditamos que o que nós temos que refletir é a abertura e a ampliação desse debate dentro do Brasil. Esse debate não é uma novidade.

Então especificamente com relação à União Européia, tendo em vista que ela é citada na Audiência de hoje, eu gostaria de esclarecer que o Governo brasileiro está trabalhando muito ativamente em três dimensões. Primeiro, junto à Comissão Européia. A Comissão Européia fez essas propostas diretivas que estão já em estudo pelo Parlamento e pelo Conselho Europeu, pelos países membros. Então junto à Comissão, já antes da diretiva ficar pronta, houve uma ampla discussão e eu estava, por sinal, naquela época, eu tinha a função de Ministro Conselheiro na nossa missão junto à União Européia, e recentemente, há dois meses, eu assumi a diretoria do Departamen-

to de Energia. E nessas discussões que nós tivemos com a Comissão, nós procuramos esclarecer várias dúvidas que eles tinham e, também, mostrar para eles que certas restrições que eles apresentavam aos biocombustíveis não se aplicavam ao Brasil. Portanto, as diretivas que a Comissão apresentou já haviam sido nitidamente vistas e alteradas, e evidentemente, como elas refletem também uma grande divisão dentro da Comissão Européia, porque, como o senhor sabe, por exemplo, o Comissário de Comércio é favorável à importação de biocombustíveis, por exemplo, o Comissário de Agricultura, evidentemente, tem muito mais dificuldades, o Comissário de Meio Ambiente sofre pressões de ONGs e o Comissário de Energia vê de maneira muito clara as perspectivas que os biocombustíveis oferecem para a Europa. Portanto, neste momento exato na União Européia o que está acontecendo é um debate no parlamento e entre os países membros. E nesse tido sentido também nós estamos muito presentes tanto junto ao parlamento como junto aos países membros. A presença hoje da Chanceler, Primeira-Ministra da Alemanha, é muito significativa, pois a Alemanha é um dos países mais difíceis na área de biocombustíveis, junto com a França e a Holanda. E hoje, na presença do Presidente Lula e da Ministra Merkel, será assinado um acordo de energia entre o Brasil e a Alemanha, com especial ênfase sobre os renováveis e a eficiência energética. O que é que esse acordo simboliza? Esse acordo simboliza a disposição do Brasil de dialogar e ao mesmo tempo demonstra que a Alemanha, que procurou nas negociações desse acordo mostrar suas grandes preocupações com relação aos biocombustíveis, está disposta a discutir, ou seja, ela não está com uma posição tão radical quanto alguns órgãos de imprensa diriam. A verdade é que a Alemanha está profundamente dividida, mas nós esperamos que, com base nesse acordo, a posição da Alemanha no Conselho Europeu seja favorável à criação da meta de 10% de mistura de biocombustíveis de 2020, que é a proposta da Comissão.

E nesse ponto, rapidamente, eu queria mencionar que o que nós acreditamos que seja o mais importante nesse momento é a questão dos mandatos. Os Estados Unidos criaram um mandato para os biocombustíveis, ou seja, há uma Lei, eles devem produzir biocombustíveis. Então a questão do acesso ao mercado, a questão da sustentabilidade, da discussão de critérios de sustentabilidade é uma segunda etapa. O mais importante é o mandato. Porque nós sabemos que a partir do momento que os Estados Unidos tiverem um mandato muito claro, nós sabemos que eles não serão capazes de produzir a quantidade de combustível que esse mandato prevê.

A mesma coisa é a nossa preocupação com relação à União Européia. O nosso desejo é que haja um mandato da União Européia e é isso que está sendo discutido. Caso esse mandato passe – e isso será decidido nos próximos meses – a questão do acesso ao mercado, a questão da sustentabilidade será discutida de maneira muito mais sóbria depois, porque é do interesse, será uma obrigação da União Européia de ter uma certa quantidade de biocombustíveis. E nós estamos convencidos de que o Brasil, hoje, produz o biocombustível mais sustentável do mundo. Nós estamos absolutamente convencidos disso. Por isso, quando mais questiona os biocombustíveis mais se fortalece a qualidade do biocombustível brasileiro.

Então esse debate, apesar de não recomendado, é um debate que tem mostrado a diferença do biocombustível brasileiro. No entanto, nós também somos vítimas de uma incompreensão muito significativa da dimensão dos biocombustíveis. Agora eu também acho, nós também achamos que é perigoso achar que só o Brasil é capaz de produzir biocombustível sustentável. Não, nós estamos convencidos de que em várias regiões do mundo poderá ser produzido biocombustível sustentável. A defesa de que só o nosso é sustentável cria uma ameaça à expansão dos biocombustíveis no mundo. Então nós acreditamos que o nosso discurso tem que deixar muito claro tanto a importância do mandato quanto a disposição do Brasil de discutir a sustentabilidade, quanto a possibilidade de muitos outros países produzirem um biocombustível que poderá suprir as necessidades que esses mandatos nos países ricos estão criando.

Eu gostaria de comentar, eu acho que os Senadores e o debate que antecedeu, eu acho que já foram levantadas as principais questões das vantagens dos biocombustíveis e os motivos pelos quais há um crescimento do custo dos alimentos no mundo, mas eu gostaria de mencionar duas questões que o Presidente Lula tem insistido bastante e que tem dirigido muito o nosso esforço na divulgação dos biocombustíveis. Primeiro é que os biocombustíveis não podem ser vistos apenas como um produto agrícola. Os biocombustíveis têm que ser analisados como uma alternativa energética, que têm valores extraordinários no contexto da mudança do clima. Então as vantagens dos biocombustíveis na área de mudança do clima, sobretudo do brasileiro, são indiscutíveis e devem ser cada vez mais divulgadas. A segunda dimensão, que é muito importante, são os benefícios que os biocombustíveis podem levar aos países em desenvolvimento, principalmente aos países mais pobres, porque há países da África onde nem sequer 20% da população tem acesso à energia. Com o petróleo a cento e vinte, essa proporção da po-

pulação que tem acesso à energia não tem a menor possibilidade de crescer. Os biocombustíveis são, portanto, uma enorme oportunidade para eles, não só do ponto de vista de energia, mas, também, de geração de renda. Há um preconceito quase neocolonialista de que a Europa ou os Estados Unidos saberiam melhor o quê que os outros países precisam. Os países devem decidir por si próprio e os países têm condições muito diferentes. Realmente há certos países nos quais os biocombustíveis não se aplicam e há certos países onde há possibilidades extraordinárias, sempre citado é Moçambique. Moçambique é um país que tem extraordinária possibilidade. E a terceira questão é que o aumento do preço das *commodities* agrícolas, em princípio, deveria ser uma coisa muito positiva para os países em desenvolvimento e é uma coisa pela qual os países em desenvolvimento vêm pedindo há muitos anos. E aí eu volto um pouco ao que mencionou o Senador Mercadante: o que impede que o aumento das *commodities* agrícolas seja positivo para os países em desenvolvimento foram as deturpações dos subsídios dos países desenvolvidos nos últimos anos, que impediu que uma lógica econômica e as vantagens comparativas dos países em desenvolvimento pudessem se aplicar à produção de agricultura.

Eu vou ficar por aqui, aberto aos comentários, obrigado.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Senador Neuto De Conto.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Com a palavra--

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Eu queria pedir a V. Ex^a., só aproveitando a chegada do Senador João Tenório, pedindo escusas aos palestrantes, é que tem um requerimento, devido à urgência da Reunião da Comissão de Relações Exteriores, que eu gostaria que o Senador João Tenório colocasse em votação para que nós pudéssemos realizar essa Sessão amanhã da Comissão de Relações Exteriores.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Senador Mozarildo, o Senador Tenório vai lê-lo e já colocamos em votação.

SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Essa é uma Reunião conjunta da qual faz parte também a Comissão de Relações Exteriores. Então apreciaremos o requerimento do Senador Mozarildo Cavalcanti, que é o seguinte: “Requeiro, nos termos do art. 83, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja convidado o Governador do Estado de Roraima, José de Anchieta Júnior, para debater em Audiência Pública desta Comissão, na Reunião de amanhã, 15 de maio

de 2008, sobre o processo envolvendo a terra indígena Raposa Serra do Sol”.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Em discussão. Com a palavra o autor, se assim desejar.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Apenas que a matéria é devidamente bastante conhecida de todos e eu gostaria apenas de que fosse aprovada para que o Governador, estando aqui em Brasília, como está, tivesse a oportunidade de explanar sobre o assunto.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Continua em discussão. Em votação. As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como estão. Aprovado.

Eu gostaria também de anunciar a presença em nosso Plenário do Deputado Duarte Nogueira, do PSDB-SP. Eu queria saber se algum dos Senadores quer fazer alguma pergunta ao Ministro André Corrêa do Lago. Como ninguém quer fazer, com a palavra o Dr. Arnoldo Campos, Diretor de Financiamento do Departamento de Proteção da Produção, representante do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Sr. Presidente, eu fui informado agora que eu teria que fazer um protocolo da aprovação, porque o senhor não faz parte da Comissão de Relações.

SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Bom, submetemos então à aprovação, quem concorda permaneça como está. Aprovado.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Porque é da outra Comissão?

SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): É da outra Comissão.

SR. ARNOLDO CAMPOS: Boa tarde a todos e a todas. Eu vou tentar ser bem rápido, colocando só algumas questões do ponto de vista do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

A primeira delas que eu queria dividir com vocês é a gente entender a dimensão e a profundidade dessa crise de alimentos que a gente está vivenciando. Eu quero socializar com vocês aqui alguns gráficos que mostram a evolução dos preços dos alimentos no mercado interno e externo. Isso nos coloca o desafio de compreender esse momento que nós estamos vivendo da alta dos alimentos. Sem de forma alguma discordar das causas que foram apresentadas até agora, como o aumento do consumo, a questão do etanol americano, a questão climática, nós temos um fenômeno relativamente recente que é a entrada do mercado financeiro no setor de alimentos, e eu quero mostrar um pouco isso porque por mais que nós tenhamos curvas de crescimento da demanda, e nós tivemos um desvio

importante da produção de milho para a fabricação de etanol, algumas coisas não se explicam só por oferta e demanda. Há um componente novo que a gente precisa entender melhor.

Então como vocês podem ver ali, esse é um produto de mercado interno, nós tivemos desde 2004 oscilações no mercado de feijão sem grandes variações como essa que ocorreu a partir da metade de 2007. Os preços evoluíram, quase que dobraram ou mais do que dobraram, chegaram quase a triplicar com relação à média histórica para o período. Pode passar.

O arroz, como vocês podem ver, também vinha num crescente de preços até o início desse ano, mas as pontinhas são os últimos dados que nós temos do mercado interno e externo. Então aquela pontinha vermelha lá de cima do arroz é o arroz no mercado internacional. Ele triplicou de preços em poucos meses. Em menos de cinco meses o preço do arroz subiu quase 300%. O que explica isso não é só a oferta e demanda. No mercado interno a tendência sempre desses produtos é de ter uma variação menor. Pode passar.

Aqui é o trigo. Vejam, no vermelho é o mercado internacional, a farinha de trigo no mercado internacional. Vejam que também há uma curva de preço sempre em ascensão, mas a partir de um determinado momento ela explode. E internamente essa explosão, ela está ocorrendo num prazo diferente do internacional. Nós estamos absorvendo esses aumentos, mas numa proporção muito menor. Então o Brasil se mostra mais preparado para essa conjuntura de preços elevados, mas alguma coisa ocorreu que o trigo explodiu e não é só o problema da Austrália. Pode passar.

As carnes, vejam a carne bovina. A curva dela é uma curva que já vinha desde 2005 se ampliando, mas há uma explosão a partir da metade do ano passado. Pode passar.

O leite da mesma forma, a curva dele explode a partir de um determinado momento, em fins de 2006, início de 2007. Pode passar.

Aqui o frango não tem grandes oscilações, de qualquer forma varia muito mais no mercado externo do que no mercado interno. Pode passar.

O milho também vem oscilando e a partir da metade de 2006 ele passa a ter, que é aonde entra o programa americano, principalmente, passa a ter uma evolução também bastante vertical dos preços, com uma explosão de preços ocorrendo aí no período. Pode passar.

E a soja, que é um produto que também sofreu impacto recente, a partir de janeiro de 2007 ela explode.

Então a compreensão da crise dos alimentos precisa ser aprofundada e a gente conseguir captar

quais são os motores desse comportamento de preços. A gente não consegue encontrar uma causa isolada nesse processo, mas um conjunto de fatores, e a gente pode dizer que a crise americana imobiliária e o próprio etanol americano têm componentes importantes.

Então eu só queria ilustrar essa evolução de preços, que ela coloca a grande maioria dos alimentos num novo patamar que provavelmente não retornará mais ao passado. Nós vamos viver um período de alta nos preços e quando voltar a ter uma estabilidade, vai estabilizar num novo patamar.

Isso coloca para o Brasil dois grandes desafios: 1) Conter a inflação de alimentos no mercado interno, ou seja, se os alimentos subirem no mercado interno nós vamos comprometer o crescimento da economia como um todo. Nós estamos observando uma pressão de preços importantes no mercado interno que está levando a uma tendência de subir os juros. Se essa tendência continuar, nós vamos ter um impacto no crescimento da economia como um todo. Então o setor de alimentos passa a ser uma variável importante para a macroeconomia. Sempre foi, evidentemente, mas antes como âncora positiva, com variação sempre abaixo do índice geral de inflação, mas, agora, com o impacto que pode vir a ser negativo se o Governo não conseguir equilibrar esse problema interno de preços; 2) Aproveitar uma oportunidade histórica de ampliar a participação do Brasil no mercado externo, quer dizer, nós estamos assistindo a um novo patamar de preço que coloca vários produtos que antes nem ser exportados num patamar de exportação. Veja o caso do milho, que era um produto que nós pouco exportávamos, inclusive importávamos alguma coisa. O milho agora é um produto de exportação importante. O arroz vai entrar nessa dinâmica e o Brasil precisa se preocupar com isso, vai exportar arroz. O próprio trigo, se nós começarmos a produzir mais, pode ser um produto de exportação. Então há uma oportunidade extraordinária e isso coloca um desafio grande.

Para o MDA o que nós assistimos? Do IPCA, o segmento do IPCA alimentos e bebidas tem quase cem itens, e desses cem itens a grande maioria deles é composta de produtos alimentares que tem a agricultura familiar como principal produtora. Desses quase cem itens, cinco produtos são os responsáveis por essa inflação de alimentos que a gente está assistindo hoje no Brasil, que é o leite, o trigo, o arroz, o milho e o feijão. Esses são os principais responsáveis pelo aumento da inflação de alimentos no período recente. Mas nós temos quase noventa itens que estão relativamente estabilizados, que precisam continuar estabilizados e que a gente precisa ter uma atenção

especial porque eles contribuem para a estabilidade da inflação de alimentos. Então ao mesmo tempo que tem que atacar alguns produtos que estão com problemas, nós temos que manter o bom desempenho dos demais para que a inflação, no médio e longo prazo, se mantenha estável. E isso significa investir, entre outros, na agricultura familiar, que é a principal responsável pela maior parte dos alimentos que estão no IPCA brasileiro, desde o feijão, o milho, o leite, as hortaliças em geral, boa parte das frutas, os tubérculos, as leguminosas, boa parte delas é produzida, majoritariamente, pela agricultura familiar e é importante que a gente possa continuar investindo, como tem sido feito nesse Governo, na agricultura familiar, agora com foco ainda maior na produção de alimentos.

Para finalizar, é importante dizer que dentro do Governo Federal tem um grupo de trabalho em andamento, inclusive tem uma reunião daqui a pouco, às 14h30, em que estão participando os Ministérios envolvidos com a questão dos alimentos, junto com o Ministério da Fazenda, discutindo as possíveis medidas para que ao mesmo tempo a gente possa ter segurança de abastecimento, segurança alimentar interna, e que a gente tenha ferramentas também de aproveitar essas oportunidades que o mercado externo está nos dando. Então provavelmente junto com os anúncios do Plano Safra da Agricultura Brasileira nós vamos ter medidas específicas para estimular a produção de alimentos e para garantir o suprimento interno. Então coisas como ajustes na política de garantia de preços mínimos, o apoio à formação de estoques público e privados, a ampliação de limites de financiamento, correções na política de crédito de seguro devem ser feitas tanto para a agricultura empresarial quanto para a agricultura familiar para que a gente possa aproveitar essas oportunidades e garantir que no Brasil a inflação de alimentos não vai prejudicar o crescimento econômico que há tão pouco tempo a gente conseguiu produzir.

Então eram mais esses informes que eu queria passar para vocês.

[Troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO

(PSDB-AL): Agradeço ao Dr. Arnoldo Campos pela contribuição a essa Sessão, passando a palavra ao Dr. Francelino Grando, Secretário de Tecnologia Industrial, representante do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

SR. FRANCELINO JOSÉ LAMY DE MIRANDA

GRANDO: Sr. Senador, muito obrigado. Quero, em primeiro lugar, agradecer em nome do Ministro Miguel Jorge a oportunidade desse convite, parabenizar pela importante contribuição para o debate, hospedando aqui nesta Casa uma mesa que contou com a participação

honrosa do Ministro da Agricultura e que de fato centralizou muito adequadamente o debate até agora, de maneira que coube ao amigo de longa data Arnoldo, aqui a esse Secretário uma contribuição complementar e, dado ao adiantado da hora, procurarei fazê-la de maneira muito sucinta e também trazendo um outro tema ou um outro enfoque para que possa aproveitar realmente essa oportunidade.

O enfoque é exatamente do desenvolvimento tecnológico. A Senadora Kátia Abreu, eu me afastei um pouco para cumprimentá-la quando ela se ausentava, eu dizia-lhe que ela já me roubara a minha base de introdução, que era exatamente a reflexão que ela fez: é preciso que o país haja mais e ainda melhor na mesma direção que age, e, portanto, de uma maneira ativa, de uma maneira propositiva, de uma maneira construtiva em si, de uma maneira que eu poderia traduzir pelo ataque e não pela defesa. É muito importante que nós modifiquemos a ótica de estarmos nos defendendo e passemos para a ótica que nos pertence, onde nós podemos estar confortáveis, com todas as conquistas que o país fez no campo e na indústria, como nós podemos contribuir para o desenvolvimento do planeta assim como contribuímos para o desenvolvimento deste país pela geração de emprego, pela geração de renda, pela geração de divisas, pela geração de tecnologia.

Vou trazer, então, um foco muito específico no que chamam de desenvolvimento tecnológico, sem mencionar o desenvolvimento tecnológico dos *flex-fuel cars*, que respondem hoje já por cinco milhões e duzentas mil unidades de veículos rodando no país e por 88% da produção de veículos. Ora, o impacto que isso tem nas mudanças climáticas até a geração de uma nova tecnologia que *de per se* pode e deve ser disseminada e exportada, escapando dessa referência ao *flex-fuel cars*, mas sim especificamente o desenvolvimento tecnológico se faz necessário para a produção de biocombustíveis.

E aí eu gostaria de trazer, sobretudo na presença de um companheiro aqui, que nós estivemos há muitas mãos, estivemos construindo o programa brasileiro de biodiesel, saiu da paciência aqui da platéia do Coordenador da Comissão Executiva do Governo na Casa Civil, Dr. Rodrigo Rodrigues, que ao longo de mais cinco anos, não é Rodrigo, vínhamos nesse caminho, para trazer essa expressão importante ao debate de biocombustível que é o biodiesel, somando-se ao nosso etanol, porque é neste conjunto que se situam as grandes vantagens competitivas e a extraordinária contribuição que esse país dá ao mundo na possibilidade de plantar energia.

Mas da maneira que nós ainda produzimos hoje, ainda que estejamos na liderança tecnológica do mundo, ainda me parece estarmos na pré-história do uso do biocombustível. Por quê? Porque nós produzimos biocombustível hoje, no caso do biodiesel, ainda de maneira incipiente, ainda com importantes desafios tecnológicos a serem superados. No caso do etanol também, nós ainda produzimos, como lá no meu Estado de origem, o Espírito Santo, a gente produz o combustível só do caldo de cana e isto é, grosseiramente falando, 1/3. Então há um outro terço que nós já dominamos e o país caminha, a sua indústria caminha já para esta segunda fase, que é a adição da biomassa na produção de combustível. Então isso aumenta... O Ministro Reinhold Stephanes mencionou que talvez chegassemos a doze ou quinze mil litros por hectare.

Mas há uma terceira fronteira e esta sim, Srs. Senadores, senhores ouvintes aqui, esta sim parece a oportunidade que o país lidera e precisa fazer esforços para ser vitorioso: o combustível de terceira geração, ou seja, a quebra da celulose para alcançar diretamente o carbono. Fazendo uma imagem quase poética aqui, é preciso quebrar a lignina e alcançar o carbono. Este é o enorme desafio estratégico que muda absolutamente o patamar, a discussão da produção de biocombustíveis e a participação de biocombustíveis na matriz energética do Planeta, até porque aí não é mais da cana, mas pode ser da casca do feijão, da palha do arroz, da pastagem degradada. Então está é uma dimensão que nós precisamos ter dentro do debate, seja para a canalização de esforços da sociedade brasileira, Governo, academia e setor empresarial, tanto no campo quando na indústria de transformação, canalizar esforços da sociedade brasileira, nós precisamos de investimentos significativos para alcançar essa fronteira tecnológica dos biocombustíveis de terceira geração.

Tendo apenas pincelado para chamar a atenção para esse aspecto do debate, eu quero realmente ser muito sucinto e passar rapidamente para um outro ponto. E aqui me roubou a fala, também com muito brilho, o Ministro André Corrêa do Lago, quando trouxe a questão de que não é possível falar apenas no nosso etanol. É bem verdade, mas volto a dizer, não é pela defesa, diz assim: “Ah, como o nosso é bom”. Não é isso que nós precisamos dizer. Nós precisamos dizer como esta alternativa é correta para o Planeta e como em tantas regiões do Planeta, com a mesma lógica, construímos o Programa do Biodiesel que por determinação do Presidente Lula que dizia: “É preciso gerar uma alternativa de renda e emprego de qualidade nas regiões economicamente mais necessitadas”. É isso que dizia o Presidente Lula, é isso que nos guiou, não é Dr. Rodrigo, no biodiesel. Essa dimensão não

pode ser perdida. Não é uma questão apenas de adicionar outro componente à matriz energética, mas é a qualidade da produção de energia para a melhoria da qualidade de vida, especialmente pela geração de alternativa econômica de emprego e de renda. Isso, pensando globalmente.

Então eu vou pedir licença para fazer uma referência de um ponto de vista pessoal. Eu tive o privilégio de estar, os dois últimos anos, na África, em Nairóbi, no Quênia, onde é a sede nacional da *United Nations Environment Programme*. No nosso PNUMA, como nos referimos aqui no Brasil, por disputar um edital eu tive durante dois anos a responsabilidade de coordenar a Área de Educação Ambiental da ONU para o Meio Ambiente, a UNEP(F), e vivi muito intensamente essa oportunidade de estar no continente-mãe África, viajei muito, conversei muito, discuti muito, aprendi muito e posso afirmar e, portanto, com fundamento, quanto é importante um programa para plantar energia e gerar emprego e renda em extensas áreas do continente africano. Quando falamos, e não tenho dúvida de que um bem intencionado jovem canadense, uma bem intencionada menina holandesa, quando falam: “Ah, nós estamos plantando energia e tirando... contra a produção de alimentos”, está pensando no coitadinho do africano, magrinho, famélico, porque essa é a posição permanente do colonizador, ainda que seja uma jovem holandesa bem intencionada, mas é colonizadora porque é filha, neta, bisneta, tataraneta de colonizadores. São como se diz lá, em *suarrili*, é um *zungo*, não deixa de ser um *zungo*, um branco que olha para a África dessa maneira mesma maneira tutelar. Não é a posição deste país, não é a posição do Governo e não é a posição do Presidente Lula, muito pelo contrário.

E eu concluo essa rápida intervenção chamando a atenção, então, ou trazendo essa reflexão para esse debate tão qualificado desta Casa para a questão da contribuição solidária e generosa que o país pode fazer para o continente africano, em países asiáticos, onde o que é necessário é uma alternativa de geração de renda. Na maioria dos países africanos a maioria da população não dispõe de nenhum recurso monetário. São economias de escambo. Alguém compra um maço de coentro, vende o coentro para comprar dois tomates da vizinha do lado. É do bolso à boca todos os dias porque não existe atividade econômica que permita a monetização da economia. A possibilidade de plantar energia pode significar a redenção de populações que se tornam capazes, portanto, de obter renda e, com renda, tal como extensa parcela da população brasileira hoje, longe de receber esmolas, participa da geração de riquezas nacionais e retroalimenta a economia, por

isso essa enorme expansão do consumo em geral na economia brasileira pelo bolsa-família.

Guardadas as proporções, um programa eficaz de transferência de tecnologia brasileira para países africanos, para países do sudeste asiático, pode significar mais uma grande contribuição que esse país generoso e solidariamente pode trazer ao mundo, significando redenção de populações inteiras, plantando energia e, portanto, alcançando um patamar de consumo que expressa uma efetiva melhoria na sua qualidade de vida.

A minha última referência é de uma experiência muito concreta também, muito pessoal, muito real. Volto aqui, é muito importante que nessa Casa de debates, um Secretário que se orgulha de ser filiado ao Partido dos Trabalhadores desde a sua fundação, está aqui um barbudinho do PT, fazer mais um cumprimento à Senadora Kátia Abreu. A questão que a Senadora traz e eu contava a ela quando ela perguntava assim: “isto é inocência ou é má-fé do Jean Ziegler?”, que eu tive a oportunidade de conhecer pessoalmente. Sem emitir juízo sobre si, eu lhe contos uma experiência muito concreta. Saí do Governo brasileiro para ir para a ONU exatamente no entusiasmo de que tínhamos o Programa de Biodiesel em execução implantado no país. E cheguei, embora cuidasse de outras áreas, mas cheguei com todo esse entusiasmo. E fui procurar exatamente os diretores da área de energia, de cidades, de sustentabilidade e etc., achando que tínhamos muito em comum. E me surpreendeu, isto eu estou falando de três anos atrás, me surpreendeu a mesma reação fria de todos. “Há dúvidas, é controverso, o problema dos alimentos”. Exatamente, meu colega Secretário, bastaram-me duas ou três semanas para saber que esses dois diretores estavam lá, como funcionários da ONU, no mesmo nível que eu, o topo da hierarquia, que é o *Professional Five*, custeados por programas cujos responsáveis financeiros eram a Chevron, a British Petroleum e até a nossa Petrobras, galhardamente, entre outros.

Portanto, com esse depoimento bastante pessoal, sem emitir nenhum juízo de valores, eu agradeço novamente a oportunidade de estar aqui e espero ter podido, de maneira muito sucinta, contribuir para esse importante debate. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Agradecendo ao Dr. Francelino Grando eu gostaria só de fazer um comentário concordando com o Secretário para depois a gente entrar no debate final. Eu acredito que muito mais na inocência do que no... Eu pessoalmente, eu não gosto muito de teoria de conspiração, não sou muito chegado a ela. Então eu acho que o grande problema que se vive hoje nessa

reação contra o biocombustível de um modo geral e particularmente do etanol, é muito mais desinformação do que uma formatação de algo de interesse de alguns segmentos da economia contra o programa. E digo isso, porque, por exemplo, nós recebemos, dentro desse nosso trabalho de tentar dar uma contribuição na área parlamentar, nós recebemos aqui, há umas duas semanas atrás, três semanas atrás, um grupo de representantes da Alemanha do parlamento europeu, e depois de chegarem aqui, realmente cheio de idéias pré-concebidas, e quando não foi nossa surpresa que aqui estávamos, depois de uns quarenta minutos de conversa, houve assim como que uma mudança importante de percepção deles com relação ao tema. Então eu acho que é muito isso. Esses números que aqui foram citados tão bem pelo Ministro Reinhold Stephanes, a participação do Senador Mercadante foi de uma precisão matemática muito grande e os demais Senadores que aqui se pronunciaram, mas eu acho que essas informações devem migrar e evoluir de uma maneira que atinja o “nosso mercado”, que é um mercado de formação dos países desenvolvidos. Eu acredito mais, eu sou levado a acreditar mais na falta de percepção, na falta de, digamos assim, de informação ou de qualidade na informação, do que mesmo uma conspiração, uma grande conspiração contra o nosso programa.

Bom, fazendo essas considerações rápidas eu passo a palavra para o Dr. Egon Krakhecke, me perdoe a pronúncia, porque não é fácil o nome dele mesmo não. Ele é o Secretário do Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável, representando o Ministério do Meio Ambiente.

SR. EGON KRACHECKE: Com esse nome até alguém poderia achar que eu sou o representante da União Européia e não o Embaixador do João Pacheco.

Mas eu queria cumprimentar o nosso caro Senador Neuto De Conto, Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, Senador João Tenório, Presidente da Subcomissão de Biocombustíveis, meus companheiros de Governo, Bertoni, Grando, Arnaldo, Rodrigo. Saudar, também, o Dr. Eduardo, que está galhardamente aqui em toda esta Sessão, ele que é a liderança do setor sucroalcooleiro do Nordeste, participando aqui, saudar a todos os demais presentes aqui e dizer inicialmente, Senador João Tenório, que também acho que uma boa parte dos preconceitos que têm sido divulgados com relação às resistências que têm sido oferecidas aos biocombustíveis, notadamente aos biocombustíveis brasileiros, decorrem de desinformação, em grande medida decorrem de desinformação. Todavia, acho que há poderosos interesses por

trás também de divulgar desinformação para manter um nível de desinformação na opinião pública mundial em relação à temática, particularmente na Europa, que são muito fortes e já foram levantados aqui. Prefiro não precisar me alongar nisto.

Eu queria agradecer muito, em nome do Ministério do Meio Ambiente, o convite aqui formulado para que o Ministério se fizesse presente neste importante debate, Senador Neuto De Conto, e dizer aqui, trazer um pouco da posição do Ministério do Meio Ambiente em relação a essa temática candente, esse tema dos biocombustíveis que é inflamável, literalmente. E dizer que talvez nenhum país do mundo, reiterando algumas falas aqui já feitas, nenhum país do mundo têm a condição mais privilegiada do que o Brasil tem para fazer a produção de biocombustíveis de forma sustentável e fazê-la também de forma a não fazer competição com a produção de alimentos, que é a preocupação central que a Europa expressou para oferecer algum tipo de resistência aos biocombustíveis de maneira geral.

Penso, então, com relação a essas desinformações que tem havido, que nós precisamos fazer um grande esforço para mostrar, distinguir, diferenciar o etanol brasileiro, o nosso biocombustível, dos demais produtores de biocombustíveis no mundo. Quando eu digo isso também tenho em mente o que disse o Ministro André, de que nós não podemos nos colocar na posição de produtores exclusivos, só o Brasil que tem condições de produzir de biocombustíveis. Essa posição seria absolutamente equivocada e nos isolaria no contexto internacional. Há um grande número de países que têm condições de produzir biocombustíveis de forma sustentável e, também, de forma a não competir com a produção de alimentos. E é por isso que o Brasil adota uma política de cooperação internacional, inclusive nesta área, especialmente a cooperação Sul-Sul, com a África em particular, por outra razão que inclusive a EMBRAPA, o Governo brasileiro instalou um escritório da EMBRAPA na Europa, justamente procurando estreitar essa cooperação com os países da África.

Dizendo essas palavras iniciais, e não há mais muita coisa aqui para acrescentar com relação ao que foi dito, talvez alguém pudesse ter tido aqui no início a impressão de que o Ministério do Meio Ambiente talvez viesse aqui para confrontar com o Ministério da Agricultura, mas não veio. Aliás, pouco se tem divulgado a cooperação e a parceria que nós temos tido, o Ministério do Meio Ambiente com o Ministério da Agricultura, como também com outros Ministérios do Governo Federal, tem procurado divulgar e aí há muita desinformação também que se espalha em relação a isso, criando mitos aí que não correspondem absolu-

tamente em muitos casos aos fatos. Não significa que não haja divergência e é natural, vivemos numa sociedade contraditória e tal e vivemos numa democracia também. Mas não é nisso, absolutamente neste ponto aqui nós temos uma concordância muito grande com as palavras que o Ministro Reinhold Stephanes proferiu aqui no início, na abertura da sua fala.

Eu queria, assim, abordar também um pouquinho, um pouco a origem dessas desinformações que há, e um pouco, também, apontar para a necessidade da Europa quando critica os biocombustíveis olhar para dentro de si própria, como faz a produção, que é produtor também de biocombustíveis, tanto do etanol quanto do biodiesel, para olhar lá se tem restrição. Eventualmente em relação à disputa que há entre diária, produção de alimentos e produção de biocombustíveis, lá dentro se dá isso na Europa. Quando usa o trigo para produzir etanol, está tirando comida da mesa, é evidente; quanto utiliza a colza para produzir biodiesel também está retirando uma fonte de alimentos da mesa. Portanto, deveria estar olhando um pouquinho para dentro de si próprio para fazer uma autocritica antes de estender aos outros produtores a crítica com relação à competição na produção de alimentos.

E quando eu digo que é importante a gente trabalhar na linha da diferenciação dos biocombustíveis brasileiros, tenho presente evidentemente também que o etanol produzido a partir de milho tem muito menos eficiência do que o etanol produzido a partir da cana aqui no Brasil. Isso foi dito aqui muito rapidamente pelo Ministro André, de que tem também uma vantagem grande no que respeita à emissão de gases do efeito estufa e aí é importante a gente lembrar o que o presidente Lula, numa fala, num foro internacional, no final do ano passado, mencionou. Nós conseguimos com a produção de biocombustível, substituindo combustíveis fósseis, evitar a emissão de mais de seiscentos milhões de toneladas de gases de efeito estufa. Portanto, os nossos biocombustíveis têm uma contribuição importante, como têm os biocombustíveis em geral produzidos no mundo, a dar em relação às mudanças climáticas. E isso também o Ministro destacou aqui, é importante a gente também estar colocando isto na Ordem do Dia, porque é absolutamente importante. É óbvio que a indústria petrolífera, o complexo petrolífero tem uma resistência muito grande porque mexe com interesses poderosos. Não que os biocombustíveis represente uma ameaça de substituir integralmente, não vão nunca substituir integralmente, vão fazer apenas uma substituição parcial, mas são interesses obviamente muito poderosos. A indústria automobilística europeia tem uma resistência muito grande a ampliar a utilização do etanol, particularmente do etanol. Eu estive no mês de

novembro na Alemanha participando de um simpósio sobre biocombustíveis e mudanças climáticas, com foco sobretudo na discussão da sustentabilidade dos biocombustíveis, e lá fiquei sabendo que uma empresa brasileira, grande produtora de automóveis, que foi pioneira na introdução do flex aqui no Brasil em 2003, não aceitou que a subsidiária brasileira levasse para a Europa um automóvel flex para ser protótipo, para rodar lá. Não quis que fosse para lá, para se ver o nível de resistência que há por parte da indústria europeia em relação ao etanol.

Então há poderosos interesses por trás disso, inclusive de procurar espalhar a desinformação em relação a essa temática. E nós precisamos nos vacinar, evidentemente. E eu acho que está acontecendo isso. Aquilo que o Ziegler falou e tal, e causou uma profunda celeuma, talvez tenha ajudado a nós no sentido de a gente acordar um pouco mais e ir para a ofensiva em relação a isso. Eu acho que o Brasil está sendo eficiente no sentido de fazer o rebate disso e a vinda há poucos dias atrás do Ministro de Meio Ambiente da Alemanha com uma delegação de parlamentares, a outra delegação do parlamento europeu também que esteve antes disso aqui no Brasil, foram momentos importantes em que o Brasil pode mostrar que tem uma produção diferenciada aqui de biocombustíveis, e acho que no caso especialmente da delegação alemã, saiu daqui convencida de que realmente a nossa produção é diferenciada em relação à produção dos Estados Unidos, à produção da própria Europa, e eu creio que isso já está se refletindo um pouquinho talvez na própria visita agora, que essa missão do Ministro do Meio Ambiente da Alemanha foi precursor em relação à visita da Chanceler Angela Merkel, isso já está se refletindo um pouco na própria visita, nos objetivos da visita.

Eu creio, então, que nós estamos trilhando um caminho creio que adequado, mas precisamos estar absolutamente vigilantes no sentido de mostrar que a nossa produção tem condições de ser sustentável. Nós temos alguns problemas aí de insustentabilidade que nós estamos progressivamente enfrentando, mas não são da natureza que tem sido colocada aí na opinião pública internacional. Há alguma pressão dos empresários do setor sucroalcooleiro no sentido de buscarem as terras mais férteis que oferecem possibilidade de produção maior por área. Essa procura há efetivamente, eu sou testemunha no meu Estado, no Mato Grosso do Sul isso ocorre, ocorre muito no Estado de Goiás também, só para citar dois exemplos, mas por isso mesmo que o Governo brasileiro, o Presidente Lula determinou que fosse feito o zoneamento agroecológico, não é, e também que se iniciasse a discussão

sobre a certificação, selo socioambiental, exatamente para que nós pudéssemos ir num rumo que assegure exatamente a sustentabilidade, que não haja problema de competição com a produção de alimentos.

Então eu queria dizer isso do ponto de vista do Ministério do Meio Ambiente, nós temos isso. Temos alguns pontos aí que eu acho que nós precisamos de estar avançando, já houve um avanço grande, mas precisamos estar avançando, e estamos inclusive discutindo no âmbito do zoneamento agroecológico da cana, que é coordenada pelo Ministério da Agricultura, numa parceria com o Ministério do Meio Ambiente por decisão inclusive do grupo interministerial que o Presidente Lula criou sob a coordenação da Casa Civil.

Então estes eram alguns pontos de vista aqui em nome do Ministério do Meio Ambiente que eu gostaria de trazer aqui a este Plenário. Muito obrigado, Presidente, pela oportunidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Agradeço a participação do Dr. Egon Krakhecke, Secretário do Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável. Pergunto se o Senador Flexa quer ter uma participação na nossa Reunião?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente Senador Neuto De Conto, Presidente Senador João Tenório, senhores convidados, Srs. Senadores.

Eu quero, primeiro, lamentar de não ter podido assistir as conferências em função de compromissos na Comissão de Constituição e Justiça, na Comissão de Integração, mas quero parabenizar tanto ao Presidente da Comissão de Agricultura quanto ao Presidente da Subcomissão de Biocombustível por esta Audiência Pública. Eu acho que o tema é da maior importância, precisa ser aprofundado, precisa ser melhor explicado para os brasileiros e também a nível internacional. Eu não tenho dúvida que por trás de toda essa questão tem predominando o aspecto econômico, de interesses econômicos com o avanço do Brasil na produção de etanol. E a preocupação que é colocada pelo mundo com a utilização de áreas para a produção de combustíveis no caso de etanol em substituição à produção de alimentos, ela realmente merece uma preocupação, mas não é o caso do Brasil, não é o nosso caso. Pode ser caso de outros países que utilizam, como no caso dos Estados Unidos, metade da produção de milho para a produção de etanol. E nós aqui trabalhamos na produção de etanol com a cana-de-açúcar que não produz a questão de alimento, a não ser o açúcar. E se ela transformasse tudo em açúcar, haveria um excesso de produção do produto e teria que haver eu acho até que uma distribuição gratuita a nível mundial se isso fosse tudo transformado em açúcar.

Então eu acredito que das informações que aqui nos foram dadas vão surgir esclarecimentos a respeito do assunto. Eu me preocupo com relação à questão dos biocombustíveis e também, evidentemente, porque a área mais hoje em foco com relação a essa questão é a minha região, a região amazônica, em que a nível internacional é colocada como se a produção de etanol ou até propriamente de alimentos pudesse vir a trazer ou viria a trazer a devastação da Amazônia. E não é verdade isso. Não é verdade isso porque nós já tivemos várias oportunidades de reunir com o Ministério do Meio Ambiente, com o Ministério... O Dr. Egon participou de várias reuniões conosco, com o setor produtivo, com as Organizações Não Governamentais ligadas à área ambiental e que nós discutíamos, naquela altura, uma proposta, um projeto de minha autoria em que se permitia a utilização das áreas alteradas, já antropizadas na Amazônia, projeto esse que não altera, diferentemente do que está sendo propalado aí pelas Organizações Não Governamentais, não altera a área de reserva legal da Amazônia, permanece em 80%. Ele apenas autoriza a utilização das áreas alteradas e a compensação por áreas definidas pelo zoneamento econômico-ecológico em áreas de preservação. E mais, e mais: não há necessidade de se derrubar uma única árvore para que se possa produzir mais alimentos e se possa fazer o reflorestamento com utilização econômica, porque pelo projeto que eu apresentei, Senador João Tenório, a utilização da área de reserva legal só poderia ser feita para reflorestamento; não poderia ser plantado cana e nem grãos nessa área. Então é preciso que isso fique efetivamente, Dr. Egon, compreendido pelo Ministério de Meio Ambiente. Há preservação da área de reserva legal. Os 20% hoje permitidos para a agricultura, para a pecuária, esses vão continuar sendo utilizados, e existem áreas abertas que possam vir a aumentar a produção tanto de alimentos quanto de etanol.

Na questão dos biocombustíveis, no caso da Amazônia, da área de reserva legal, você pode aproveitar esse reflorestamento – e aí vem o meu projeto fazer a correção – também com espécies não só nativas como exóticas, aonde se inclui o dendê, a palma, que hoje o Estado do Pará é o maior produtor de óleo de palma do Brasil e tem apenas e tão-somente oitenta mil hectares de área plantada. E tem uma capacidade, um potencial de áreas adequadas para esse cultivo da ordem de dois milhões de hectares. Então o Brasil poderia ser o maior produtor de óleo de palma do mundo se utilizasse as áreas alteradas. Nós não queremos abrir a floresta, nós não queremos avançar sobre a floresta. Nós queremos pura e simplesmente usar as áreas já alteradas, dentro da reserva legal, e fazer o

reflorestamento utilizando, entre outras espécies, não só a palma, mas entre outras espécies a palma para utilizar para biocombustível, e sabendo nós que a produção de biocombustível pelo óleo de palma é utilizado o resíduo final, porque ele passa da extração do óleo bruto, pela extração vem para o refino, vem para os óleos comestíveis, margarina e tudinho. O que sobra de tudo isso, que era levado como alimento para o animal, para a pecuária, aí dessa sobra você transforma em biocombustível, ou seja, você não está perdendo nada que possa produzir alimento, nada que possa vir, pelo contrário, você está ganhando um subproduto que era mal utilizado e que traz na produção do biocombustível um esforço grande para diminuir, então, a questão da emissão de carbono, a redução dos combustíveis fósseis, com um combustível renovável.

Eu continuo insistindo, apesar de que a mídia, alimentada pelas Organizações Não Governamentais, alimentada agora, para surpresa minha, pelo MST, que se contrário ao projeto, fazendo uma carta aberta na Internet, sem que possa, entre outros projetos, não só com relação a esse, entre outros projetos se coloca contra o projeto, de que se fique esclarecido que não há nenhum objetivo no projeto de devastação, muito pelo contrário. O objetivo é de fazer a recomposição da floresta de forma inteligente, de forma economicamente factível e se preserve, não se avance sobre a floresta, sobre nenhuma árvore a mais. Não há necessidade disso.

E como pergunta ou questionamento eu gostaria de saber do Dr. Egon, que é o Secretário de Extrativismo do Ministério do Meio Ambiente, com o qual já tivemos no ano passado a ocasião de conversar sobre o projeto, qual é a posição hoje do Ministério de Meio Ambiente sobre a possibilidade de se fazer uma política de preservação inteligente da Amazônia, mantendo 83, 84% da mata hoje que está virgem, intocável, desta forma, e utilizando de forma intensiva as áreas já antropizadas, já alteradas, e fazendo a reserva, mantida a reserva de 80%, mas fazendo por compensação dentro da mesma bacia hidrográfica em áreas de preservação?

SR. EGON KRAKHECKE: Senador Flexa Ribeiro, de fato tive a oportunidade de participar de algumas conversas lá sobre questões de interesse da Amazônia, acompanhando a Ministra Marina Silva, e um dos temas foi exatamente a mudança no Código Florestal na questão da reserva legal, da compensação ou da recomposição parcial com espécies florestais exóticas. Foi uma discussão que parecia que estava chegando a um bom entendimento e depois sofreu algum tipo de, vamos dizer, foi truncado esse debate. Eu creio que há necessidade de ser retomado, eu acho que há

um espaço aí para continuar essa interlocução que se iniciou e que depois se truncou.

Mas eu queria, em relação à sua observação com referência ao dendê, realmente observar que se trata de uma matéria-prima que tem um potencial fantástico para o biodiesel. Talvez seja a matéria-prima com maior potencial, que tem condições de produzir algo como cinco toneladas de óleo, de biodiesel, por hectare, em contraposição que aquela que é a matéria-prima mais utilizada hoje no mundo para a produção de biodiesel, que é a soja, que é algo como seiscentos litros por hectare. Então é uma diferença muito grande. E há outras palmáceas brasileiras que também apresentam potencial em relação a isso. Eu creio que aí vamos ter que fazer um esforço muito grande inclusive para reverter um pouco a matriz de matérias-primas para a produção do biodiesel, porque nos vulnerabiliza um pouco. A soja não é eventualmente a melhor matéria-prima para isso nem no Brasil e nem fora do Brasil. Eu acho que esse esforço nós vamos ter que desenvolver, pesquisas e tal, no sentido de a gente poder ter mais segurança em relação a poder avançar mais no Programa Nacional de Produção de Biodiesel, que é absolutamente fundamental.

Eu queria dizer uma coisa que talvez tenha tido pouco destaque. Na semana passada, quando o Presidente da República lançou o PAS, o Plano Amazônia Sustentável, e alguns complementos que talvez tenham passado um pouco despercebido, particularmente a Operação Arco Verde, que é composta por um conjunto de medidas que visam fazer com que a Amazônia, naquilo em que ela tem de, vamos dizer, de avanço na ilegalidade e na insustentabilidade do modelo de produção, possa se por em dia, e uma providência em particular que me parece muito importante, que é o Pró-Recuperação. É a criação de uma linha de crédito específica ao amparo do FNO, do FCO e do FNE para permitir que os proprietários rurais possam recompor o seu passivo ambiental, recuperar a sua reserva legal com uma linha de crédito diferenciada, com juros de 4% ao ano, com prazo de até vinte anos, com uma possibilidade de carência de doze anos e com uma grande novidade, que é admitir como garantia o penhor da própria floresta em recomposição. Esta é uma inovação total. Até aqui nós só conhecíamos o penhor de safra agrícola como garantia, mas não o penhor da própria floresta em recuperação, em recomposição. Então eu creio que esta é uma linha de crédito que vai ajudar muito nesse sentido de permitir que a Amazônia se ponha em dia. Não é só a Amazônia, os cerrados também, porque atinge o FCO também, ou seja, o Fundo Constitucional do Centro-Oeste, o Nordeste

da mesma forma. Então eu creio que aí vai haver um incentivo grande.

Há leituras, evidentemente, que é possível fazer a recomposição da reserva legal com espécie de uso econômicos, espécies florestais de uso econômicos. Essa é uma discussão, ainda têm algumas dúvidas, algumas interrogações, mas creio que este plano, esse conjunto de medidas aí que o Governo denominou de Operação Arco Verde, talvez não tenha tido uma leitura ainda apropriada na sua escala. Eu mencionei apenas uma medida, mas há um conjunto de outras medidas que trabalham nesse mesmo sentido de fazer a reversão do modelo no que tem de insustentável e de ilegal para ir para a legalidade e para a sustentabilidade, que eu creio que vai ser um avanço muito grande para a Amazônia, que vai contribuir para a gente fazer uma reversão no próprio modelo de produção agropecuário naquilo que tem o Brasil ainda de insustentabilidade para ser mais sustentável, notadamente podendo ter ganhos de produtividade. Ao invés de ter um modelo que sempre privilegiou o espaço territorial, o avanço na área, ter ganho sobretudo na produtividade. E temos pesquisa acumulada, tecnologia acumulada aí que nos permite avançar muito rapidamente.

A fala do Ministro Reinhold Stephanes foi importante nesse sentido, porque nós, hoje, temos duzentos milhões de hectares de pastagens. Com cento e cinquenta milhões, talvez menos que isso, nós podemos sustentar perfeitamente duzentos milhões de cabeças de gado bovino no Brasil e destinar a área para outras atividades com toda certeza.

Eu acho que há muitos avanços aí que nós podemos ter. Eu não sei se estou respondendo adequadamente ao seu questionamento, mas eu creio que há um espaço aí para a gente retomar aquela discussão que infelizmente acabou sendo interrompida no final do ano.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Senador Flexa.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Dr. Egon, eu quero discordar da proposta incluída no PAS porque ele apenas trouxe uma fonte de financiamento para retomar a reserva legal, mas não fez as alterações necessárias, e o senhor sabe disso, sabe que há necessidade de se fazer ajuste no Código Florestal, reconhecido pelo Ministério de Meio Ambiente, um Código que vem de quarenta anos, e que haja, ao seu fazer o reflorestamento... Ninguém, todos, já está comprovado, que a utilização dessas áreas com reflorestamento economicamente elas são mais vantajosas que a própria pecuária, que seria o fazendeiro florestal. Mas da forma como está o Código Florestal, que você faz a recuperação da área e não utiliza economicamente

aquele investimento feito, não tem nem como repor o financiamento, não há como repor o financiamento que o Governo está oferecendo. Então nós precisamos aplaudir a fonte de financiamento, que é importante, mas nós precisamos avançar nas negociações para que nós possamos fazer os ajustes necessários que levam ao mesmo objetivo. Eu tenho repetido diversas vezes, lamento a saída da Ministra Marina Silva, que eu tenho o maior respeito por ela. Apenas convergimos no mérito dela e de todos nós, que é termos uma floresta, termos uma região que seja sustentável ecologicamente. Divergimos na forma, na forma de se tentar, de se conseguir isso, é que há divergência, mas no mérito não. Nós da Amazônia queremos a floresta permanente, que seja eterna, e ela pode ser e deve e será eterna, mas nós temos também que atentar para a questão do desenvolvimento do homem, dos vinte e três milhões de brasileiros que lá estão e que precisam ter a melhoria da condição de vida. E, para isso, nós temos hoje tecnologia, temos recursos para que se possa fazer de forma inteligente a utilização das áreas já abertas e não tocarmos mais na floresta.

Eu inclusive tive a oportunidade nessa discussão, e V. S^a. tem razão, ele foi distorcido ao final do ano passado, mas nós temos todo... E eu quero o apoio do Ministério do Meio Ambiente para que nós possamos voltar ao projeto original, que o projeto original, repito, não avança sobre a floresta, não muda a área de reserva legal, ele apenas autoriza a utilização plena das áreas alteradas com a recomposição. E ele está sendo carimbado pelas Organizações Não Governamentais e agora pelo MST como Projeto Floresta Zero. Eu não sei de onde tiraram isso, porque o projeto não derruba uma única árvore. Então eu queria o apoio de V. S^a. para que a gente pudesse dar sequência aos entendimentos e chegarmos a fazer as alterações necessárias para que façamos o que todos nós queremos: a recuperação da floresta amazônica nas áreas já alteradas e a preservação da floresta da forma como ela se encontra hoje, sem que haja necessidade de se derrubar uma única árvore a mais. E a proposta que eu cheguei a fazer para a Ministra Marina Silva era um pacto, um pacto entre o setor governamental, o setor produtivo, o setor das Organizações Não Governamentais, o setor dos trabalhadores, no sentido de desmatamento zero. O desmatamento, daqui para frente, não se derruba nada. Até isso foi proposto e até isso não foi aceito. Eu quero o seu apoio para que a gente possa continuar a discussão com o novo Ministro.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Obrigado, Senador.

SR. EGON KRAKHECKE: Se o senhor me permitir eu gostaria de fazer um esclarecimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Rápido, porque estamos em cima da hora.

SR. EGON KRAKHECKE: Só um esclarecimento. Eu vou estar à disposição lá no limite da minha permanência das minhas atribuições, em relação ao uso da área, da reserva legal recomposta, é possível fazer o manejo sustentável e tirar, tranqüilo, não há problema, é possível pagar inclusive com o resultado, com o produto do manejo sustentável da reserva legal em recomposição ou recomposta.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Eu agradeço ao Dr. Egon--

SR. EGON KRAKHECKE: E pagar o empréstimo.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): -- a compreensão no que diz respeito à questão do tempo. Antes de devolver a palavra ao Senador Neuto De Conto para ele fazer as suas considerações finais e encerrar a nossa Sessão, eu gostaria, primeiro, de registrar a presença do Deputado Zenaldo Coutinho, que engrandecesse essa Sessão que nós estamos realizando, do Pará, correligionário e conterrâneo do nosso querido Senador Flexa Ribeiro.

Muito bem. Eu queria só fazer dois comentários finais para devolver a palavra ao Presidente, a V. Ex^a. Primeiro é o seguinte: eu queria deixar um registro aqui que eu tenho tido contatos permanente com o grupo da Comissão Européia que está lidando e está estudando uma convivência e uma troca de informações com o Governo brasileiro, porque eles estão querendo estabelecer como se fosse um acordo de inovação tecnológica. E eles têm manifestado, em alguns contatos que nós temos tido, uma certa dificuldade de implementar esse programa. Eu acho que esse programa é importante, primeiro pelo mérito dele. Segundo, porque é mais um canal que se estabelece entre o Brasil e aqueles que teoricamente são os que mais estão a contestar a questão dos biocombustíveis. Então eu acho que é da maior importância que a gente ande e implemente esse programa, porque funcionará nos dois vieses. Essa é a primeira questão.

A outra questão, só para lembrar, eu tinha proposto, no começo, que eu gostaria só de registrar no final da minha participação, que o objetivo maior desse nosso encontro hoje é reconhecer que está havendo um trabalho importantíssimo do Executivo, e esse trabalho importantíssimo se manifesta concretamente com a constituição desse grupo que pretende não apenas rebater como levar as informações mais concretas aos grandes consumidores potenciais de biocombustível no mundo. Então nós estamos reconhecendo que esse trabalho está sendo feito, quer ser pelo Presidente da

República, de uma maneira verbal, como também pela atitude de criar essa força-tarefa. Queremos dizer que o Senado, o Congresso brasileiro aqui no Senado, por intermédio da Comissão de Agricultura, da Subcomissão de Biocombustíveis, e na Câmara também com a participação de alguns Deputados que têm se dedicado de uma maneira importante a esse tema, é outro grupo que está trabalhando de uma maneira importante para estabelecer a verdade e uma interação maior entre aqueles que fazem o biocombustível no mundo, particularmente o Brasil e os países desenvolvidos. E os empresários que estão tendo uma ação, também, pontual, mas muito importante, como é o caso que eu citei da UNICA, que abriu escritórios em Washington, em Bruxelas e agora abre um escritório em Tóquio, no Japão. Então são três setores que estão trabalhando, eu diria, de uma maneira meio separadas. Então a proposição que nós fizemos no começo e, repito agora, é no sentido de que se integre mais esses três grupos, no sentido de se não trabalhem juntos sempre, mas, pelo menos, montarem o arcabouço, uma formatação do mesmo discurso para ser levado a esses países que de certa forma faz a opinião mundial a favor ou contra, no caso específico, aos biocombustíveis.

Então, Sr. Presidente, eram essas as considerações que eu gostaria de dizer e gostaria de agradecer, sensibilizado pela presença de todos os senhores que aqui vieram trazer contribuições importantes e informações absolutamente necessárias para a formulação de um formato que deva ser verbalizado, levado à opinião pública não apenas brasileira, mas, sobretudo, internacional hoje, no que diz respeito às verdades e às falácias sobre biocombustível de um modo mais amplo e, particularmente, na competição que na nossa avaliação, e de todos que aqui estiveram presentes, não existe entre biocombustível e a produção de alimento. Muito obrigado, Sr. Presidente.

[Troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Eu agradeço o importante comando do nosso Senador João Tenório na Subcomissão de Biocombustíveis, por tudo que tem feito neste importante tema, em que todas as semanas é palpitante, quando aqui autoridades de vários Ministérios que conhecem profundamente o setor de petróleo e, principalmente, bioenergia. E, logicamente, as críticas internacionais se fazem presentes e as respostas estão sendo contundentes e fortes. Estamos provando ao mundo a capacidade que o nosso Brasil tem, além de todas as situações favores do clima, da terra, da água, mas a tecnologia vem muito forte. A tecnologia para buscar o petróleo, a tecnologia que nós adquirimos e produzimos para produzir a cana, em mais de sessenta

variedades para solos diversos do Brasil, fazem com que não só mexa com a sociedade brasileira, mas que as vistas do mundo estão voltadas para o Brasil. Isto é muito importante.

Quando se fala de Amazônia, eu fico a me perguntar: como é que podem os países do mundo querer manter ou interferir na manutenção, que a queremos, todos nós temos o mesmo discurso, mas nós temos no Brasil, meu caro Senador Flexa Ribeiro, 26% da floresta nativa do mundo ainda de pé e temos que mantê-la e ampliá-la. Por isso que essa interferência universal graciosamente, esta é a palavra que eu queria chegar, querem que seja o pulmão do mundo sem custo nenhum para aqueles que acabaram com suas florestas para ser potências industriais, serem grandes potências que abastecem e enriquecem o universo e querem agora continuar a ter este pulmão que está no Brasil. Queremos mantê-lo sim, mas sem perder a soberania sobre ela. E não tenho dúvida nenhuma que a ampliação de alimentos, elas estão principalmente na produtividade praticamente sem ampliar as suas áreas.

Dito isto, eu quero agradecer e cumprimentar a cada um dos que aqui estiveram, se manifestaram e enriqueceram. Certamente mais um passo está sendo dado, através da Comissão de Agricultura, para o crescimento de alimentos, o crescimento de bioenergia, o crescimento de petróleo e o crescimento de nós, brasileiros. Muito obrigado a todos.

Sessão encerrada às 13h38.

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

**ATA DA 13ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA 2ª
SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGIS-
LATURA, REALIZADA EM 30 DE ABRIL DE 2008.**

Às nove horas e trinta e cinco minutos do dia trinta de abril de dois mil e oito, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala treze, sob a Presidência do Senhor Senador Flexa Ribeiro, Presidente Eventual da Comissão e com a presença dos Senhores Senadores Renato Casagrande, Valdir Raupp, Antonio Carlos Júnior, Sérgio Zambiasi, Cristovam Buarque, Flávio Arns, Gerson Camata, Leomar Quintanilha, Heráclito Fortes e Rosalba Ciarlini reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Marcelo Crivella, Augusto Botelho, Ideli Salvatti, Wellington Salgado de Oliveira, Geovani Borges, Valter Pereira, Demóstenes Torres, Virgínio de Carvalho e João Tenório. Justificam as ausências os Senhores Senadores Romeu Tuma, Virgínio

de Carvalho e Eduardo Azeredo. O senador Cícero Lucena encontra-se licenciado do cargo. O Senhor Presidente Eventual Senador Flexa Ribeiro registra a presença para acompanhar a Audiência Pública dos Senhores Senadores, não membros da Comissão, Magno Malta (PR/ES), Kátia Abreu (DEM/TO) e Neuto de Conto (PMDB/SC), do Deputado Federal Carlos Zarattino (PT/SP), e dos Senhores Alberto Moreira Rosa Neto, Associação dos Diários do Interior – ADI – Brasil; Ámer Félix Ribeiro, Presidente da Associação dos Diários do Interior de Santa Catarina – ADI-SC; Vicente Vuolo, Associação dos Jornais do Estado de Mato Grosso – ADJORE-MT; Miguel Ângelo Gobbi, Presidente da Associação dos Jornais do Estado de Santa Catarina; Thaís VICTER, CNR-SC, Roberto Amaral, Sistema Catarinense de Comunicação – SCC-SC e Carlos Joffre do Amaral, Presidente da Associação Catarinense de Emissoras de Rádio e Televisão – ACAERT-SC. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente Eventual Senador Flexa Ribeiro, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo ao Requerimento nº 009-CCT, de 2008, de autoria do Senador Flávio Arns, que requer “..., que a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) do Senado Federal realize Audiência Pública para debater os Veículos de Comunicação Regionais do País. As mídias regionais historicamente prestam um relevante serviço para a sociedade brasileira, veiculando informação, e difundindo a cultura regional nas localidades mais afastadas dos grandes centros, além de desempenhar importante missão de utilidade pública. É por meio de jornais e rádios interioranos, que os cidadãos brasileiros que residem em regiões mais afastadas acompanham o desenrolar dos fatos mais relevantes acontecidos no País. Compete, dessa maneira, ao Poder Público buscar fortalecer as mídias regionais brasileiras com o estabelecimento de políticas públicas de incentivo bem consolidadas o que representará, em última instância, um forte benefício para a população brasileira. Indico como convidados um representante da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (SECOM-PR), o Presidente da Frente Parlamentar em Apoio e Fortalecimento da Mídia Regional, Deputado Federal Cláudio Antônio Vignatti, o Presidente da Associação dos Diários do Interior – Brasil, Sr. Eladio Dias Vieira da Cunha.” Comparecem à Audiência Pública, o Sr. Franklin

de Souza Martins, Ministro-Chefe da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República – SECOM; Deputado Federal Cláudio Antônio Vignatti, Presidente da Frente Parlamentar em Apoio e Fortalecimento da Mídia Regional e o Sr. Adriano da Fonseca Kalil Escada, Diretor-Executivo da Associação dos Diários do Interior do Brasil – ADI. Finda a exposição, a Presidência franquia a palavra aos Senhores Senadores membros da Comissão. Usam a palavra os Senhores Senadores Flávio Arns, autor do requerimento, Antonio Carlos Júnior, Sérgio Zambiasi, Heráclito Fortes, Gerson Camata, Renato Casagrande, Kátia Abreu, Cristovam Buarque, Rosalba Ciarlini e Flexa Ribeiro. O Senhor Presidente Eventual Senador Flexa Ribeiro, agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às treze horas e seis minutos, determinando que eu, Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, no Diário do Senado Federal. – Senador Flexa Ribeiro, Presidente Eventual da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA –
CCT

13ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 30 DE ABRIL DE 2008.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Havendo número regimental, declaro aberta a 13ª Reunião da Comissão de Ciência e Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, que se realiza nesta data, dia 30 de abril de 2008. Dando início aos trabalhos desta Reunião, submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior. As Sras. e Srs. Senadores que concordam com seus termos permaneçam como se encontram. Aprovado. A Ata está aprovada e será publicada no Diário do Senado Federal.

Sras. e Srs. Senadores, a realização desta Audiência Pública atende ao Requerimento nº. 09/08 – CCT, de autoria do nobre Senador Flávio Arns, com o objetivo de debater os veículos de comunicação regionais do país. Para darmos início à presente Audi-

ência Pública, solicito ao eminente Senador, autor do Requerimento, Senador Flávio Arns, que acompanhe os convidados para que tomem assento à Mesa: Ministro-Chefe da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República – SECOM, Ministro Franklin de Souza Martins. Seja bem-vindo, Ministro. Deputado Federal Presidente da Frente Parlamentar de Apoio e Fortalecimento da Mídia Regional, Deputado Cláudio Vignatti; Diretor Executivo da Associação dos Diários do Interior do Brasil – ADI; Dr. Adriano da Fonseca Kalil Escada. Seja bem-vindo.

Quero registrar a presença, nesta Audiência Pública, do Presidente da Associação dos Jornais do Interior do Brasil, Sr. Miguel Ângelo Gobbi; de representantes da Associação de Jornais do Interior de Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Mato Grosso. Lamentando não termos aqui os representantes dos jornais do interior do meu Estado, o Estado do Pará. E também, Ministro, do glorioso Estado de Minas Gerais, do nosso Presidente Wellington Salgado.

Quero também registrar a presença do Sr. Alberto Moreira Rosa Neto, da Associação dos Diários do Interior do Brasil; do Sr. Âmer Félix Ribeiro, Presidente da ADI-Santa Catarina, do Sr. Vicente Vuolo, de Mato Grosso, e Sr. Miguel Ângelo Gobbi, já referi, Presidente de Santa Catarina, e Thaís Victor, CNR de Santa Catarina.

Vamos dar início às explanações dos nossos convidados, agradecendo o atendimento ao convite da Comissão de Ciência e Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado Federal, dos nossos honrosos convidados: Ministro Franklin de Souza Martins, o nosso Deputado Federal, companheiro Parlamentar Cláudio Vignatti e do Dr. Adriano Escada, Diretor Executivo da ADI.

Cada palestrante poderá usar de 10 minutos para fazer as suas exposições, sendo necessária a ampliação desse tempo, poderão ficar à vontade. Eu fui informado, Ministro Franklin, que haveria necessidade de... E iríamos iniciar por V.Exa., mas o Deputado Cláudio Vignatti tem um compromisso em seguida, logo...

SR. MINISTRO FRANKLIN DE SOUZA MARTINS: [pronunciamento fora do microfone].

[risos].

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): É. Mas a experiência, às vezes, precede a juventude. Os jovens, como nós, temos que aprender a experiência dos mais vividos.

Com a palavra, o Dr. Antônio Vignatti, Deputado Federal, e que preside a Frente Parlamentar em Apoio e Fortalecimento da Mídia Regional.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Sr. Presidente--

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Com a palavra o nobre Senador Flávio Arns, autor do Requerimento.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Só uma observação, assim, para ajudar no encaminhamento, saudar naturalmente a todos, o Ministro Franklin Martins, que nos dá a honra da presença, Dr. Adriano, Deputado Vignatti, mas, até nós estávamos discutindo, antes do início dessa Audiência Pública, talvez fosse interessante o Deputado Vignatti, como é Presidente da Frente Parlamentar, expor as suas idéias em primeiro lugar, até em função do compromisso, e, na seqüência, o Dr. Adriano Fonseca, que vai trazer também as preocupações, os desafios, os objetivos da área, para que o Ministro, assim, pudesse, ao final, com esse apanhado todo, já dar a visão de Brasil.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Fechar com chave de ouro.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Fechar com chave de ouro, exatamente. Então, se V.Exa. concordar, não é esta a seqüência no chamamento para esta Reunião, na convocação, mas acho que, em termos de resultados, eu acho que seria bastante bom, expor a Frente, expor as preocupações, os desafios, os objetivos dos meios de comunicação, e o Ministro aí, ao final, faria esse apanhado geral da situação.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Como sempre, o Senador Flávio Arns, com a sua lucidez, ele faz uma proposta que eu coloco à discussão dos Senadores e Senadoras da Comissão. Não havendo quem queira se manifestar, em votação. Aprovada, com a aquiescência dos nossos convidados, a quebra do protocolo. Então, com a palavra, primeiramente, o Deputado Cláudio Vignatti; em seguida, o Dr. Adriano Escada e, para fechar, como disse, com chave de ouro, a nossa audiência, o nosso Ministro-Chefe da Secretaria de Comunicação, Dr. Franklin Martins.

DEPUTADO CLÁUDIO ANTÔNIO VIGNATTI (PT-SC): Inicialmente, bom dia a todos e a todas. Quero saudar o Senador Flexa Ribeiro, Presidente dessa Comissão e também coordenando essa Audiência Pública aqui na Comissão do Senado, para mim, é com grande alegria que estou atendendo ao convite dessa importante Comissão e também do eminente Senador Flávio Arns que, com certeza, e seu Estado, e é demandado que seu Estado, a mídia regional é muito bem organizada, tanto em rádio, como jornais, e que também têm integrado esse debate da Frente Parlamentar, em fortalecimento à mídia regional brasileira. Quero agradecer o seu Requerimento, o seu convite, a sua deferência de fazer essa audiência e a aprovação, é claro, por todos os Senadores dessa

Comissão, porque senão nós não estaríamos aqui nesse trabalho.

Saudar o Ministro Franklin Martins e o Otoni, que está aqui presente também, que coordena a Secretaria Executiva também; o Franklin, pelo trabalho que tem desenvolvido. Acho que a gente encontrou, Senador Flexa Ribeiro, a mídia regional brasileira encontrou uma âncora também para o debate da importância dela, até porque a compreensão que o Franklin tem sobre essa e a leitura que tem sobre essa, muitas vezes é mais avançado que a que nós temos. E nós sentimos isso, inclusive, desde o primeiro momento, quando o Franklin acabou de assumir a SECOM, e na oportunidade também de uma palestra que ele deferiu para os novos Deputados eleitos, e como eu estava no segundo mandato, mas, com respeito ao jornalista Franklin Martins, eu fui ouvir e, com certeza, aquilo também nos motivou muito mais pelo trabalho que a gente já vinha desenvolvendo nessa questão da mídia regional.

Quero saudar o Adriano, o Adriano Kalil, que representa aqui a ADI, como Executivo da ADI; eu acho que esse trabalho que o Kalil, a ADI tem feito, nos pautado, tem sido importantíssimo para discutir a mídia regional pela importância que tem também.

Quero fazer a saudação também ao Âmer Félix, que está aqui como Presidente da ADI Santa Catarina, do meu Estado, e representante da ADI Nacional porque seu Presidente não pode estar presente. Por isso indicou o Adriano, que é o Presidente da ADI Nacional, que é do Rio Grande do Sul. Da mesma forma, quero saudar o Gobbi, que é Presidente da ADJORI, que a ADI é dos diários do interior... Diários, e a ADJORI é dos semanários, que está Miguel Gobbi, que é do Estado de Santa Catarina também, Presidente do Estado de Mato Grosso e que o Gobbi também tem feito essa articulação nacional da ADJORI também dos jornais semanários. E saudar os demais aqui presentes, se me permitirem dessa forma.

Primeiro, Senador Flexa Ribeiro, acho que é importante, o Brasil... As várias línguas, os vários jeitos, as várias culturas, as várias etnias brasileiras estão representadas de forma diferente. Nós temos esse conjunto, essa face diferente do Brasil. Temos sotaque, temos jeito, temos culturas... O Brasil é diferente no seu todo. Mas, nós conseguimos integrar essa nação, unir essa nação, em determinado momento, e estamos construindo, de fato, nosso jeito de tocar as coisas, o nosso jeito de fazer, e construindo nossa referência nacional. O Brasil também se comunica de forma diferente. Para maioria da população brasileira, muitas vezes, é a rádio que soma e comunica a primeira notícia. Para uma parcela significativa, é o jornal que comunica a primeira notícia, lá do local. E comunica,

muitas vezes, a primeira notícia, aquela que interessa de forma direta a ele, que é notícia da sua cidade, da sua comunidade, do seu bairro. Não é, muitas vezes, necessariamente o grande Jornal Nacional, que também precisa ter, e é necessário, e é importante e necessita ter as visões nacionais, colocar nos debates nacionais da imprensa nacional. Mas aquilo que a Prefeitura faz, aquilo que a Câmara de Vereadores faz no local, aquilo que a comunidade, o bairro, ou uma energia local, ou um problema local, muitas vezes, de um crime, há uma ação positiva da sociedade, vira primeira notícia de interesse local, interesse do cidadão, interesse do indivíduo. Da mesma forma, nós achamos que os governantes também precisam avançar e por isso todo o trabalho da Frente Parlamentar nesse sentido, que as ações, muitas vezes, do Governo Federal, como o Bolsa Família ou outras ações do Governo anterior, do Governo atual, estamos falando do Bolsa Família, estamos falando do PROUNI, que muitas vezes são as pessoas que nem tem oportunidade de ver a televisão em casa, que tem a oportunidade de ter acesso, de necessitar, de fato, desse benefício público, dessa cobertura pública. Não tem a televisão em casa. Muitas vezes, tem o rádio. E que é através do rádio que ele possa ter a informação. Mas esse rádio não está em cadeia nacional. Esse rádio, muitas vezes, ele pode até ouvir, de fato, a Voz do Brasil, como cadeia nacional. Mas, muitas vezes, a publicidade de centralizar também o Governo Federal tem a oportunidade de uma cidadania mais plena, diversificada desse Brasil diferente que nós temos.

Dentro dessa visão e dentro dessa... Desse jeito de compreender que o primeiro jornal que a gente lê é o jornal da cidade da gente, eu não faço diferente, quero dizer que acompanho, tenho a assinatura de dois jornais nacionais, dois de circulação estadual no meu gabinete, mas os primeiros jornais que eu olho, a primeira coluna política é da minha cidade, que influencia de forma direta na minha vida política. Nós, na vida política, é essa também, a primeira notícia que a gente lê é o jornal da minha cidade, na qual... Aos meus jornalistas me pauto por primeiro. A coluna política, a notícia local da minha cidade. Primeiro estadual, depois nacional. Até porque a nacional a gente vive muito aqui.

Então, compreendendo essa questão e compreendendo a necessidade, de fato, de a gente poder avançar e compreender, muitas vezes, que as grandes redes privadas no Brasil também têm que olhar a mídia regional de forma diferenciada, não só o Governo, que a gente constituiu a Frente Parlamentar para discutir, de fato, a oportunidade de fazer esse debate, de fortalecer a mídia regional, a participação dela no

bojo orçamentário federal, estadual e também do setor privado nacional.

Nós trabalhamos com um grupo de Deputados, a vez passada, nesse sentido, discutindo com o Governo, discutindo com setores do Governo, das estatais do Governo, constituímos, dessa vez, a Frente Parlamentar; quando a gente constituiu a Frente Parlamentar, na Câmara dos Deputados, vários Senadores quiseram integrar, de fato, esse debate e começaram a participar desse debate, nós decidimos e por isso acho que o próprio convite está aqui, ampliar a Frente Parlamentar, que ela pudesse ser integrada também por Senadores. Então, ela passa a ser uma Frente Parlamentar de Deputados e Senadores, que têm discutido essa mídia regional.

Nós conseguimos avançar esse ano com a relação construída com a SECOM, por dentro do Governo Federal, de fato, de constituir um Grupo de Trabalho que tem discutido esse Grupo de Trabalho com a SECOM na implementação de campanhas nacionais. O atraso do orçamento esse ano não possibilitou, de fato, a SECOM fazer a campanha mais cedo, a votação do orçamento esse ano. Uma campanha mais nacionalizada, e essa campanha, a experiência que tivemos no passado, discutir a campanha nacionalizada por parte do Governo Federal, chegou, inclusive, a campanha “Mais Brasil, para mais brasileiros”, foi essa, com esse *slogan*, ela chegou a todas as rádios do Brasil até 25 mil habitantes. Para nós, isso foi um grande avanço. Quer dizer, todas as rádios do Brasil até 25 mil habitantes tiveram, de fato, mídia do Governo Federal.

E além dessa questão da comunicação, que a gente falou do acesso à informação por parte do cidadão, esse recurso, que é descentralizado, que parece, muitas vezes, pouco, mas se for para uma rádio ou para um jornal, mesmo que seja de mil reais, esse discurso faz o desenvolvimento local também, constitui uma parcela importante para a economia local daquela cidade, daquela família, daquelas pessoas, daquele veículo, daqueles empregados, por parte do Governo Federal também. Passa a ser um mecanismo também de fortalecimento esse recurso da entidade, porque os donos dos jornais querem ver seu resultado, eles querem divulgar, querem compartilhar, mas isso acaba também ajudando e ajuda de forma fundamental. E a gente tem ouvido experiências e, muitas vezes, algumas rádios, alguns jornais, que têm acesso a esse tipo de publicidade, esse tipo de campanha, têm agradecido de forma fundamental, inclusive aos Presidentes das Associações, que têm se envolvido. E todo trabalho que temos feito, temos discutido com as agências também, com os sindicatos, as agências, mas nós temos discutido com as associações.

[soa a campanha].

DEPUTADO CLÁUDIO ANTÔNIO VIGNATTI (PT-SC): Temos feito o debate, Senador, com a ADI, com a ADJORI, com Associações de Radiodifusores do Estado. Agora mesmo nós tivemos a oportunidade de combinar com o Presidente da ABERT, porque vários Estados brasileiros não estão bem organizados. Da ABERT também ajudar a organizar alguns Estados, que tem 11 mais ou menos organizados, e alguns Estados que podem organizar. Porque também o Tribunal de Contas cobra do próprio Governo o aferimento dessa publicidade. E tivemos oportunidade de participar numa Audiência Pública, discutindo isso. Os jornais têm construído sua forma de aferimento. Tem, inclusive, as entidades se envolvido, dando crédito nessa questão, porque também não pode sair uma publicidade do Governo, de uma empresa, e ela não sair de fato. Ela tem que sair. Tem que ter a prestação de contas efetiva desse processo todo para ela acontecer.

E as rádios, inclusive, as rádios numa experiência que se desenvolveu de uma tecnologia brasileira, já começa ser implementada, inclusive, um aferimento em tempo real, nas rádios brasileiras, de qualquer publicidade. Isso vai avançar, inclusive, investimentos do setor privado para a mídia regional. Quando uma empresa nacional possa fazer investimento numa rádio, em qualquer interior do Brasil, e tem a oportunidade de, em tempo real, ter o aferimento dessa comunicação num sistema de Internet, desde que a rádio topa implementar. Quando tiver a publicidade, com certeza... E as entidades estão trabalhando organizadas nesse sentido de dar seriedade, dar honestidade, de construir tabelas que sejam universais para a comercialização, que sejam possíveis para comercialização, que não seja uma coisa “Ah, tem publicidade, vamos ganhar”. Mas sejam possíveis tabelas que sejam organizadas, porque tem características diferentes; um jornal da grande São Paulo é diferente de um jornal de uma cidade menor; tem custo diferente, impressão diferente, tem quantidade diferente, então publicidade é diferente. Então, tem construído esse debate importante.

Agora também, nós levantamos sempre, para o Governo é importante essa questão porque se nós pegarmos um exemplo peculiar, um PRONAF da agricultura familiar. Um PRONAF da agricultura familiar não interessa, muitas vezes, estar num grande jornal de circulação nacional a publicidade desse PRONAF. Ele não precisa estar num jornal de circulação nacional. Um Programa Nacional, como um todo, ele divulga nacionalmente, agora, de repente, não precisa. Agora, o agricultor familiar acessa aonde a informação, de fato, para saber os benefícios que saem do PRONAF? Por exemplo, agora estou usando esse exemplo, uma

área que a gente trabalha também, mas o PRONAF da Agricultura Familiar agora, foi lançado o PRONAF ECO, que vai trabalhar justamente a questão dos dejetos de suínos e aves. Está focado para algumas regiões do Brasil. Não há necessidade de fazer uma Campanha Nacional sobre a questão do acesso ao PRONAF ECO; são campanhas regionais que precisam ser feitas para, de fato, publicizar o acesso universal às pessoas; não aos privilegiados, que estão organizados, que têm acesso à informação, que estão no sindicato, não sei o que lá, mas que todo mundo possa ter acesso.

Então, essa pode focar para regiões diferentes. Então, esse é um pouco da compreensão do trabalho que temos feito nesse processo da Frente Parlamentar. A Frente Parlamentar é constituída por uma coordenação que, em cada Estado organizado, tem um representante; está constituída também, nós decidimos, na última Reunião, de ampliar para alguém que trabalha rádio, alguém que trabalha internet, alguém que trabalha televisão, alguém que trabalha jornal diário e semanário. Essa coordenação mais executiva. E também na compreensão que tem que construir alternância na coordenação da Frente, uma coisa que tenho falado isso, quero coordenar esse ano e ano que vem não quero coordenar a Frente. Pode ser um Senador, pode ser outro Deputado, que possa ter possibilidade de ter alternância. E também não estamos trabalhando que dono de jornal e dono de rádio, que seja Deputado ou Senador, muitas vezes, não aparece como dono, que possa estar na coordenação. Eu não sou dono de jornal nem de rádio. E nem sócio. Quer dizer, acho que é importante também ter essa... Não que não tem. Tem o direito de discutir essa questão, de participar, mas ter o cuidado para não ser um negócio que puxa... Uma situação que possa gerar um constrangimento futuro para Frente, o comprometimento da Frente. Nós temos tido esse cuidado, essa imparcialidade nesse trato, para, de fato, estar acima de tudo a questão do interesse público, nesse processo todo.

Então, pra mim, a minha contribuição é essa. Eu quero dizer que eu tenho uma audiência porque está acontecendo a Conferência Nacional de Juventude, que aconteceu nos 27 Estados brasileiros, a conferência estadual no Parque da Cidade, tem um grupo que nós construímos o estatuto e tem a PEC da Juventude tramitando no Congresso Nacional, fiz parte daquela Comissão Especial, que marcou com o Arlindo, e eu pedi audiência, o Arlindo marcou agora para as 10 horas, então, vou me deslocar às 10 horas para estar presente na audiência, e depois eu retorno aqui para responder a eventuais perguntas que possam ter das V.Exas. aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço ao Deputado Cláudio Vignatti pela sua exposição, que enriquece a nossa Audiência Pública. E quero registrar a honrosa presença do Deputado Carlos Zarattini, Deputado Federal do PT de São Paulo. Seja bem-vindo, Deputado. Passo a palavra ao nosso convidado, Dr. Adriano Kalil Escada, para fazer a sua exposição.

SR. ADRIANO DA FONSECA KALIL ESCADA: Bom dia a todos. Senador Flexa Ribeiro, Senador Flávio Arns, a quem tenho a obrigação e honra de agradecer por essa oportunidade, que considero de altíssima relevância para a mídia regional, considero isso um marco histórico, na verdade, para nós que trabalhamos no dia-a-dia pela mídia regional, isso é muito representativo e o tempo vai mostrar quanto importante é esse ato. Muito obrigado.

Ao Ministro Franklin e ao Otoni, que, há pouco tempo conheço, mas estou acompanhando o trabalho incansável pela regionalização da comunicação, para mostrar o que o Governo Federal vem fazendo e, além disso, para profissionalizar um pouco mais esses veículos de comunicação regional.

O meu abraço ao Vignatti, a quem chamo com essa intimidade e a toda sua equipe de trabalho, vamos dizer assim, como é o caso do Deputado Zarattini, aqui representando, Deputado Zarattini, e a todos que fazem o dia-a-dia desse trabalho pela visibilidade e valorização da mídia regional. Cumprimento aos senhores, cumprimento a todas as autoridades, e gostaria de, cumprimentando o Âmer Félix Ribeiro da ADI de Santa Catarina, cumprimentar a todos os dirigentes e colaboradores das associações de mídia regional do país.

Conversando com o Vignatti ao telefone, eu disse: “Olha, Vignatti, eu fiz uma apresentação que não tenho o dom da palavra”. A gente não tem o dia-a-dia da coisa. Apresentar para os senhores em três partes, vamos dizer assim, rapidamente o que é esse momento da mídia regional. Então, a primeira parte fala dos veículos regionais, essa é uma frase que criamos. “Levar mensagem aos corações dos brasileiros, seja quem for, onde estiver, temos que conhecê-los bem, seus valores, gostos e necessidades”. Essa é a realidade da mídia regional. Os veículos de comunicação regional, e aí o Deputado colocou muito bem, o Vignatti, nós temos um Brasil de várias línguas. Eles veiculam informação, eles difundem a cultura regional nas localidades afastadas, formam opinião e informam sobre os acontecimentos do país e de sua região, e o que é mais importante, com o advento da internet, o Vignatti está lendo o jornal da cidade dele no horário

em que a comunidade, na sua cidade, está lendo o veículo impresso.

Então, na verdade, o jornal impresso, como ele citou, ele não é mais... O que ele busca ali é a informação, é o conteúdo. E esse é o avanço. Essa semana, inclusive, por conta de uma feira internacional da NAB, veicularam matérias de jornais importantes em sites importantes sobre os próximos 20 anos, que o jornal vai desaparecer. Assim como ia desaparecer o rádio, quando saiu a televisão, enfim, isso é um prognóstico que acontece. E ele fortalece a Democracia com a difusão da informação, cultura e conhecimento. O Ministro sabe muito bem disso. Por favor.

Essa... Eu procurei... Na verdade, nós temos televisões regionais, temos jornais semanários, quinzenários, temos uma quantidade imensa de veículos regionais nesse país, então, procurei me ater à questão de rádio e de jornais diários, que demonstra claramente que onde há concentração de economia e de população, há maior concentração e há viabilidade econômica. Hoje de manhã, o Âmer ainda dizia: “Olha, eu olhei o mapa dos Estados Unidos e é igual ao nosso”. Isso é igual em qualquer lugar do mundo. O avanço da mídia regional vai acontecer, Ministro, na medida em que a gente faça esses investimentos, que a gente esteja presente. Dessa forma, vamos evoluir.

Agora, nós temos 252 rádios no norte brasileiro, que seguramente é quase igual em extensão ao resto do país, ali, pelo que a gente pode observar. E jornais diários, então, o número é de 30. Essa é a realidade atual de informação que nós temos. Ali a ANATEL para rádios e a *Day Brasil* Anuário de Mídia são os instrumentos que nós buscamos essas informações para trazer para os senhores.

A mídia regional. O que vinha acontecendo com a mídia regional? Com a abertura política, com as eleições diretas, com a... A mídia regional tomou uma outra relevância nos últimos 20 anos. Não obstante nós tenhamos jornais, e eu cito aqui um jornal de Pelotas, por exemplo, o *Diário Popular*, que eu conheço bem, tem 120 anos, a mídia passou a ter visibilidade nos últimos 20 anos, nos 15, 20 anos, à medida que o Parlamentar precisava se comunicar com a sociedade, dependia da audiência para poder dar visibilidade ao seu trabalho, e o cliente precisava estar presente porque havia vida inteligente.

Então, as regiões metropolitanas, que alguns chamam de 14 mercados, outros de nove mercados, estiveram, durante muito tempo, como foco único e absoluto do mercado do investimento publicitário, sustentado por institutos de pesquisas que reforçavam o discurso. Então, como é que faz para falar com o jornal de Chapecó, Vignatti, se lá não tem Marplan, não tem

Ibope? Quem comanda em investimento é, via de regra, a demanda, quem está presente naquele veículo. Essa é a aferição que se pode ter. O mercado publicitário deixava de falar com 61% da população e 54% do PIB por conta de ter informação confiável. Essa era a relevância. Por favor.

Esse era o quadro. Parte do Brasil não recebia 99% das informações que circulavam, sejam elas mensagens publicitárias ou políticas das mais variadas. Vamos adiante, por favor. A mídia regional. Vejam que... Como é que eu afiro se Chapecó tem veiculação de mídia? Vou me concentrar aqui em Chapecó, Vignatti, aproveitando que você está na Mesa, porque e as Casa Bahia está presente, se a UNILEVER está presente, se a BRASIL TELECOM, que é uma operadora de telefonia, os senhores todos devem ter lido que agora foi comprada pela Oi e passa a ser nacional, e Banco Santander, estão presentes na mídia regional, sem a pesquisa do Marplan, sem a pesquisa do Ibope, alguma coisa está acontecendo ali naquele contexto para que eles estejam lá. Porque isso só funciona com resultado. Então, essas cidades representam 61% da população e 54% do PIB. Costumo dizer, tem vida inteligente nesses lugares. Apesar de que a gente só começou a descobrir agora isso. Vamos adiante.

Então, vejamos, esse é quadro de jornais diários do interior. Associações organizadas. Isso foi a evolução, nos últimos 15 anos, 20 anos, fortemente, houve um trabalho de concentração de veículos regionais em associações, sejam elas de rádio, de jornais, ainda há uma separação entre jornais diários, semanários, quinzenários. Então, esse é o quadro da cobertura da circulação dos jornais diários do interior, que circulam associados às associações, ADIs ou APJ, que é Associação Paulista de Jornais. Eles cobrem 36,2 milhões de pessoas. E aqueles dois Estados mais claros são Estados em que está em implantação a organização das associações. Pode acontecer nos semanários, mas, como o quadro aqui é diário, o Mato Grosso já pede que haja, por exemplo, uma organização de diários de interior.

O quadro seguinte, ele mostra a realidade do rádio. Por favor. Pulamos um... Esse é jornal. Esse é rádio. Esse quadro mostra a realidade das associações de rádio do Brasil. E, sem querer, Deputado, já eleger os cinco mercados, aqueles em amarelo são alguns dos que a gente imagina onde a gente poderia estar evoluindo na construção, na consolidação de associações e centrais de troca de conteúdo, é importante salientar aqui, que a associação de negócios, de jornais ou de rádios, ela não se restringe a buscar verba. E aí o Otoni sabe muito bem disso, não estamos buscando só verba. Existe um fortalecimento de negócio na questão de

treinamento. Há inúmeros seminários que acontecem de valorização e desenvolvimento profissional dessas pessoas, além de haver estimulado e hoje alguns Estados já promovem isso, são centrais de informação e de troca de conteúdo editorial. Lá no Paraná, Senador, isso já acontece, a ERP está construindo uma central de notícias, que visa fornecer conteúdo editorial, interesse institucional, dando visibilidade ao que acontece na capital, que é onde normalmente acontecem os principais fatos econômicos e políticos para todo o interior do Estado. Então, essa é a realidade de rádio, cobertura de 63 milhões de pessoas com entidades organizadas.

Eu tomei a liberdade de trazer dois depoimentos que os senhores têm impresso aí, um é de um importante Diretor de mídia de uma agência do país, que tem entre seus clientes o Ponto Frio e a outra--

[soa a campainha].

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): A campanha é automática--

SR. ADRIANO DA FONSECA KALIL ESCADA: Acho que entrei um pouco no tempo do Deputado Vignatti, mas eu vou ser breve.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Fique à vontade, fique à vontade.

SR. ADRIANO DA FONSECA KALIL ESCADA: E a outra é a UNILEVER. E o terceiro depoimento, vou fazer questão de ler aqui. Por favor, Otoni. A regionalização da mídia tem sido, ao mesmo tempo, muito gratificante e trabalhosa para o Governo Federal. Gratificante pela sua importância para a concretização de uma comunicação focada no interesse público e naturalmente democrática e trabalhosa, por exigir um grande esforço em todo seu processo de planejamento, execução e controle. Felizmente, a organização dos veículos em associações com representações comerciais responsáveis e tecnicamente bem estruturadas tem facilitado nosso trabalho.

O senhor não trouxe aqui, mas o José Otaviano Pereira é um sujeito que nós respeitamos muito, o trabalho que ele vem fazendo, profissional, e é o líder do Grupo de Trabalho que foi constituído pela SECOM junto com a Frente Parlamentar.

O papel das associações de veículos de comunicação é estimular e incentivar ações de melhoria da mídia, representar os interesses de poderes públicos e privados e desenvolver os serviços, de modo a proporcionar assessoria especializada a seus associados. Vamos adiante.

O terceiro ponto é o nosso reconhecimento, Ministro, ao que o Governo Federal vem fazendo, e ali, abrindo o debate, o entendimento, enfim, da visibilidade da mídia regional e da presença da mídia regional,

ali os senhores têm a realidade, de 2003 para 2007, o Governo aumentou em 1000% o número de rádios que eles passou a utilizar nas suas campanhas de comunicação. Isso é, de fato, um feito histórico. Isso é a inclusão, de fato, da mídia regional. Nós temos algumas colocações para fazer... Então, o nosso reconhecimento, Ministro, com relação ao incremento. A nossa... Era tema da conversa ali, Vignatti, a conscientização da importância da utilização da mídia regional pelas empresas de Administração indireta, como instrumentos de melhores resultados e abrangência nacional. A gente considera que isso é relevante.

O resultado, e eu trago aqui, represento aqui o nosso Presidente Eladi, trago isso. A gente sempre acha que é tímido, mas, na verdade, a gente precisa entender, gostaria que o Governo entendesse a diferença do que representa a mídia impressa nesse contexto todo. A partir da escrita, o mundo passou a mudar. Ele passou a ter história. E a mídia impressa, em especial a mídia diária regional, ela se localiza nos principais pólos do interior, e é líder absoluta em audiência. A utilização delas ainda é tímida por parte do Governo. A gente sabe da dificuldade de chegar lá e, talvez, um caminho fosse a própria utilização das associações, sejam elas de diários ou semanários.

O segmento de jornal e rádio está fazendo sua parte, proporcionando facilidades para a veiculação, comprovação, faturamento de mídia, e o Governo tenta se comunicar com a população do interior hoje utilizando veículos de grande imprensa nacional; ele estabelece um preterimento indesejável com os veículos de interior. Essa ainda é a realidade em alguns casos. E eu não estou falando aqui em termos de SECOM, Ministro, e sim o Governo como um todo.

As necessidades do país em ter uma imprensa cada vez mais plural e disseminada, proporcionando opiniões livres e sem concentração de informação. Essas são algumas das nossas colocações para o senhor, Ministro.

Nós queremos aqui, na verdade, homenagear o Deputado Cláudio Vignatti, como Presidente da Frente; o trabalho que ele vem fazendo, incansável, no sentido de dar visibilidade na mídia regional; é importante o papel da Frente na manutenção, e tomamos a liberdade, já comentando a questão da NAB, de mostrar algumas ações da Frente Parlamentar, realizadas a partir da sua fundação, que foi em 2007. Isso vamos mostrar rapidamente. Por favor.

O lançamento da Frente teve o apoio das entidades associativas, tanto de rádio quanto de jornais, organizadas no país; fizemos material de apoio; foi criado um estatuto social, a Frente tem isso; o lançamento deu voz a 180 jornais diários e 1300 semanários, Mi-

guel Gobbi estava presente. Resultados institucionais, formação da Frente da mídia regional, fortalecimento realizado pelas centrais de notícias. Vejam aqui que a cobertura aconteceu e ela foi publicada nos jornais e foi amplamente veiculada nas rádios participantes, 100 jornais diários, 200 semanários.

O Ministro nos recebeu e, a partir dali, passou a tomar providências, em seguida nos reunimos com o Otoni, que abriu uma negociação muito ampla na questão de dar espaço para as associações e para a mídia regional. Participamos de audiências no Tribunal de Contas para tentar dizer que o nosso negócio não é feio. Nós empregamos muitos milhões de pessoas; é importante haver essa questão... A questão dos desvios que houve na mídia, na comunicação, não necessariamente produzem a realidade. Existem maus e bons empresários em todos os setores.

E agradecemos a criação do Grupo de Trabalho, Ministro e Otoni, e isso está em franca expansão, estamos trabalhando no sentido de dar cada vez mais instrumento para o Governo aferir a mídia regional. A consolidação da Frente de Trabalho aconteceu e agora o Vignatti já falou, coordenações para TV, rádio e jornais semanais, jornais diários e internet; isso já é a partir de 28 de fevereiro, quando aconteceu mais um Encontro, Deputado, onde tiveram 35 Deputados Federais presentes e cinco Senadores.

O encaminhamento e a definição da participação dos veículos regionais, que é uma das metas da frente, Ministro, tentar definir uma participação no orçamento, pelo que nós entendemos. É isso?

Ao Senador o nosso reconhecimento pelo serviço prestado à sociedade brasileira, coma promoção do debate fortalecimento da mídia regional, incentivo às políticas públicas que se traduzirão, em último nível, em forte benefício a toda a população. Além de prestigiar e revigorar os veículos de comunicação, que são efetivamente os líderes em audiência e formação de opinião da população regional, influenciando diretamente no dia-a-dia de suas comunidades. Muito obrigado, senhores, pela oportunidade. Estou à disposição depois para algumas perguntas.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço ao Dr. Adriano Kalil Escada, pela sua exposição. Brilhante exposição. E, antes de passar a palavra ao Ministro Franklin Martins, quero dizer da importância, Senador Flávio Arns, do Requerimento de V.Exa. Nós, Ministro Franklin Martins, já tivemos a honrosa oportunidade de tê-lo aqui, por diversas vezes, em várias Audiências Públicas. Porque esta Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática está debruçada exatamente para discutir e

propor as alterações necessárias na questão da comunicação brasileira.

Existe uma Subcomissão, formada pelo Presidente Wellington Salgado, que tem como Presidente o Senador Antonio Carlos Júnior e como membros o Senador Sérgio Zambiasi e eu, que ainda ontem estivemos reunidos, tratando exatamente dessa questão de fazer uma consolidação de todos os Projetos de lei que estão tramitando, tanto na Câmara quanto no Senado, até porque estamos, na Câmara, eles já foram apensados, vários Projetos, ao PL, me parece 29, que, por ser o mais antigo, ele está à frente dos outros. Mas todos são importantes porque demonstram a preocupação da sociedade brasileira face ao avanço da tecnologia.

Então, nós temos uma Legislação que vem de décadas; enquanto a tecnologia tem avançado, de forma acelerada, e está havendo uma superposição, na mídia e na comunicação, que precisa ser revista. E essa revisão tem que ser feita de forma a atender a todos os atores do processo, não só o setor empresarial, de mídia, mas também os produtores, a área cultural, que o nosso Presidente, Senador Cristovam Buarque, da Comissão de Educação, Cultura, tem se debatido também, em Audiências Públicas múltiplas. Ainda ontem uma Audiência Pública, lamentei de não poder estar presente, sobre a questão do teatro, para que haja oportunidade de que o Brasil, como dizia... Chamava atenção o Deputado Vignatti, de... “Mais Brasil para mais brasileiros”. Nós temos redes que honram a mídia nacional porque são, eu diria, são expoentes a nível mundial, na qualidade da sua produção, mas que dão uma cobertura nacional. E a mídia regional, realmente, ela precisa ser revitalizada e valorizada porque é no Município onde as coisas acontecem, onde nós vivemos e as notícias, como bem disse o Deputado Vignatti, eu só queria acrescentar, não só a questão política, mas de todos os tipos de interesse da sociedade, elas são transmitidas através da mídia local. E há um engessamento, me parece, Ministro, há um engessamento da... E isso foi discutido ontem na Reunião que tivemos, de se ter, apesar de eu achar que esse regime de cotas é um regime que eu diria discriminatório até, mas, às vezes, ele é preciso ser implementado para que dê oportunidade que os órgãos regionais possam ter espaço. Espaço até nas cadeias nacionais, de tal forma que a cultura, a história, os problemas daquele local possam chegar ao conhecimento e possam também... Aqueles agentes de informação possam servir ao público local, transmitindo suas necessidades e seus anseios.

Em alguns Estados, algumas capitais, alguns Municípios, a gente já tem visto, não sei se isso... Deve

repercutir a nível nacional, nós temos visto um avanço muito grande do órgão local em relação ao nacional. Horários com programas locais vêm sendo, em nível de audiência, a programas nacionais. Ou seja, aquela população está muito mais interessada em saber o que está acontecendo no seu Município, naquele instante, ou no seu Estado, do que ter a notícia, a nível nacional ou a nível internacional, que também é importante. Evidente que nós não podemos abrir mão de nenhuma delas, nenhuma dessas informações. Mas temos que ter um tratamento diferenciado, e é isso que nós vamos buscar nesta Comissão, um espaço reservado para que a mídia regional possa ser fortalecida. Eu acredito que o brilhante trabalho que o Ministro Franklin desenvolve à frente da SECOM, com essa preocupação, já está demonstrado aqui, pelo aumento de número de rádios na mídia oficial, que você coloca os programas de Governo para conhecimento da sociedade, nas cadeias a nível nacional, mas esquece de colocar também, nos noticiários, tanto da mídia impressa, nos jornais, quanto de radiodifusão também, que precisam divulgar.

Eu diria, extrapolando até a questão, no meu Estado, que é um Estado promissor, de uma região periférica ainda, mas que tem uma importância enorme para a nação brasileira, que é a região amazônica, nós, em alguns Municípios, ainda temos o que nós chamamos de rádio-peão, que é aquela rádio transmitida dos postes do Município, e que tem uma audiência importante naquele local. É através da rádio-peão que as notícias são veiculadas para aquele aglomerado de pessoas que defendem a nossa Amazônia numa condição ainda de dificuldades enormes.

Mas, nós todos queremos ouvir agora a explanação do Ministro Franklin Martins. Como foi aqui proposto, ele nos daria a honra de fazer a exposição final para que ele pudesse, então, colocar aqui, não só comentando também já as exposições anteriores, mas colocando muito mais a sua experiência e a sua ação à frente do Ministério da Secretaria de Comunicação do Governo Brasileiro. Com a palavra, o Ministro Franklin Martins.

SR. MINISTRO FRANKLIN DE SOUZA MARTINS: Bom, para mim, é um prazer muito grande estar aqui de novo, com alguma periodicidade essa Comissão me convida e para mim é uma convocação. É importante porque, assim, podemos debater temas que são importantes para a comunicação de modo geral. Então, queria agradecer o convite, o convite dos Senadores, o Senador Flexa Ribeiro, todos os outros Senadores, eu queria agradecer aos funcionários do Senado também, os convidados.

Queria dizer o seguinte, para o Governo Federal, a questão da regionalização da mídia é uma questão

extremamente importante. Nós temos procurado fazer um esforço de, através da SECOM, estimular e apoiar um movimento natural que existe de regionalização da mídia. Não é o Governo que inventa a regionalização da mídia. Eu costumo dizer o seguinte, não cabe ao Governo, a este Governo ou a qualquer Governo, plantar, semear, colher mídia favorável, como também não cabe asfixiar, matar a mídia que é desfavorável. Quem cuida da mídia é a sociedade. O Governo cuida de garantir a liberdade de imprensa. O resto, a sociedade faz. O Governo tem que procurar, em cima disso, entender o que está acontecendo na sociedade, perceber, para ter uma política de comunicação compatível com aquilo que a sociedade espera, entendendo que existe uma diferença entre mercado e Estado. O mercado sempre fortalecerá o mais forte. É a lei do mercado. O mercado aprofunda as desigualdades e o Estado, corrigido pelas eleições, pela voz da população etc., corrige, por sua vez, as deformações do mercado, procurando calibrar para que a sociedade possa marchar para onde ela está querendo marchar.

Então, vou apresentar alguns dados aqui para vocês, que acho que mostram importantes transformações na mídia brasileira nos últimos tempos, que não têm nada a ver com a responsabilidade do Governo Federal ou de qualquer Governo; tem a ver com que a sociedade está construindo. Primeira questão é a seguinte: O PIB brasileiro, aquele vermelho, que quase não aparece ali, esses números são de 2004 e, pelo que eu vi da apresentação do Kalil Escada, esses números, inclusive, já estão mais à frente. Mas, se nós pegarmos em 1999, o interior tinha uma participação de 46% no PIB; em 2004, foi para 49.4; nos seus números já está em 54 pontos. As regiões metropolitanas, fora as capitais, permaneceram mais ou menos estáveis, e as capitais perderam peso dentro da economia. O que é um processo normal porque os custos econômicos da produção nas capitais se tornaram cada vez mais pesados e, por outro lado, a pujança do interior se manifestando. Isso é um primeiro dado, que isso faz com que a sociedade comece a construir, a solidificar mídia regional porque a economia, nas regionais, está se fortalecendo. Por favor, passa para frente.

Se nós pegarmos a evolução da circulação dos 15 principais jornais no país, no último ano, nós vamos assistir a um fenômeno curioso. Em primeiro lugar, o seguinte, você tem... A “Folha de São Paulo” lidera, depois, “O Globo”, depois, aparece o Jornal Extra, é um jornal popular, já, já converso sobre o que é a definição de jornal popular, depois, o “Super Notícia”, o Super... Também, que é um jornal popular; o “Estado de São Paulo”, o “Meia hora”, que é um jornal popular também, no caso do Rio de Janeiro, depois, o “Zero

Hora”, jornal tradicional do Rio Grande do Sul; “Diário Gaúcho”, que é jornal popular da empresa do “Zero Hora”, depois, o “Correio do Povo”, “o Lance”, que é jornal esportivo; “o Dia” é um jornal tradicional do Rio de Janeiro; “Jornal do Brasil”; “Agora São Paulo”, popular, “Gazeta Mercantil”, um jornal econômico; o “Diário de São Paulo”, é um jornal popular também. Se nós pegarmos ali a evolução, vamos ver o seguinte. Passa para o próximo.

Desses 15 jornais de maior circulação no país, sete são chamados jornalões, jornais tradicionais. São os grandes jornais, que são referências em seus Estados e referência, muitas vezes, nacionalmente: “A Folha”, “O Globo”, “O Estadão”, “Zero Hora”, “Correio do Povo”, “JB” e “Gazeta Mercantil” são jornais tradicionais. Sete são jornais populares: “Extra”, “Super” “Meia Hora”, “Diário Gaúcho”, “O Dia”, o “Agora São Paulo”, o “Diário de São Paulo”, e um esportivo, “O Lance”. Se pegarmos ali, nós vamos ver o seguinte... Dá para voltar no anterior, por favor? Se pegarmos ali, nós vamos ver o seguinte: Os chamados jornais tradicionais, eles têm uma circulação estável nos últimos anos. Até perderam um pouco de circulação e estabilizaram nos últimos anos. Se pegarmos os jornais populares, de um modo geral, eles têm forte incremento de circulação. E isso é por quê? Porque a economia brasileira está mudando. Nós temos uma classe C, de proporções gigantescas, entrando no mercado; 20 milhões de pessoas saíram da classe D e E e entraram na classe C e essas pessoas da classe C, de um modo geral, consomem que jornal? O jornal popular. O que é o jornal popular? É um pouco uma mistura dos jornais populares tradicionais, como existia, assim, “O Dia”, no Rio de Janeiro; o “Notícias Populares”, em São Paulo, quer dizer, que hoje em dia é o... É o “Diário de São Paulo”, né? É o diário de São Paulo, que mudou de nome, mas era... Com novos jornais populares, como é o caso do “Extra”, do “Super”, do “Meia Hora”, do “Diário Gaúcho”, do “Agora São Paulo”, que são jornais com características... Primeiro, são jornais baratos, por volta de um real ou até menos de um real. Segundo, são jornais muito vibrantes e jornais, vamos dizer, com páginas de serviços muito fortes e jornais de notícias curtas... Eles não têm aquela preocupação de estar formando a opinião dos outros. Eles estão ali, o quê? Atendendo a uma necessidade básica de entrega de informação, e de uma informação razoavelmente sucinta e são bons jornais. Não são jornais ruins. Eles são jornais populares. Esses jornais que têm crescimento espetacular. O caso, talvez, mais emblemático seja o do “Super Notícia”, que foi fundado, ali, em 2001, e hoje em dia, tem 240 a 250 mil de circulação em Minas Gerais. Isso é um fenômeno. Você pega o “Meia Hora” também, hoje

em dia tem 220 mil. Esse é outro fenômeno. Aliás, acho que é algo que valeria a pena, em algum momento, essa Comissão debater, os jornais populares.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI):

[pronunciamento fora do microfone].

SR. MINISTRO FRANKLIN DE SOUZA MARTINS:

Vendido. Outra característica, tem os jornais populares, de um modo geral, não têm assinantes. São jornais vendidos em bancas, vendidos na rua. Os jornais tradicionais, a maior parte da circulação deles depende da assinatura. Eles atingem públicos diferentes, cumprem papéis diferentes, se complementam, e muitas vezes, é interessante, a mesma empresa possui dois jornais. Ela possui o jornal tradicional e ela possui o jornal popular. Por exemplo, “O Globo” possui o “Extra”, que é um jornal popular. O “Zero Hora” possui o “Diário Gaúcho”. “O Dia”, que é um jornal popular tradicional, ele possui, por sua vez, o “Meia Hora”, que é mais popular ainda. Mas o que nós temos? Nós temos um Brasil novo acontecendo na economia, no comportamento, nas ansiedades, nos desejos e isso se materializando na mídia.

Então, queria entregar isso para vocês, porque é muito importante. Podemos passar para frente. Queria dar informações a vocês também sobre a circulação do que seriam os 10 jornais nacionais, digamos, e nacionais estão sendo considerados... Isso é arbitrário, essa divisão, isso é basicamente jornais de Rio, São Paulo e Brasília, a Capital Federal. E, do outro lado, o que seriam os 10 maiores jornais em circulação: “Folha de São Paulo” é o primeiro, “O Globo”, o jornal “Extra”, que é um jornal popular, o “Estado de São Paulo”, “Meia Hora”, “O Dia”, o “Jornal do Brasil”, “Gazeta Mercantil”, “Valor Econômico”, “Correio Braziliense”. Esses jornais, juntos, têm uma circulação de um milhão e 600 por dia, em média. Isso é do IVC, esses números são do IVC, e é uma circulação média da semana, porque, evidentemente, há variações entre a semana e o domingo. Isso é a média. Mas, se pegarmos os 10 maiores jornais em circulação, temos jornais de grande peso: O “Super Notícia”, o “Zero Hora”, “Diário Gaúcho”, “Correio do Povo”, o “Estado de Minas”, “A Tribuna”, do Espírito Santo, é um popular de Goiás aqui, o “Daqui Goiás”, o “Gazeta do Povo”, do Paraná, o “Diário Catarinense” e o “Diário do Nordeste”, juntos, somados, há uma circulação em torno de um milhão de exemplares diários.

Queria dar um exemplo para vocês, que mostra a importância da... Que a gente não percebe, eu mesmo tomei um susto quando percebi a importância da imprensa regional. O ano passado nós fomos fazer uma entrevista coletiva do Presidente Lula, pela secretaria de imprensa da Presidência, uma entrevista coletiva

com a imprensa regional. Então, convidamos, acho que eram 10 jornais ou 11 jornais regionais, e a Associação Paulista de Jornais do Interior de São Paulo. Quando fomos fazer o cálculo de qual era a circulação que teria tido aquela entrevista, eu tomei um susto porque davam 900 mil exemplares naquele dia. Ou seja, isso seria, se você somasse “O Globo”, “A Folha de São Paulo” e o “Estado de São Paulo”, não daria a mesma coisa que deram esses jornais. Claro que a APJ reúne também 18 jornais e isso chega a todo o interior de São Paulo. Mas nós tivemos um atingimento (F) maior que se juntassem os três maiores jornais do país. Não estou querendo fazer comparações muito rígidas porque são assuntos diferentes, mas isso mostra a importância da imprensa regional no país. Por favor, o próximo.

Bom, então, é o seguinte. Então, a SECOM definiu, isso não é definição que vem de agora, vem de antes, o Ministro Gushiken, o Ministro Dulce já haviam feito essa definição de, cada vez, botar mais peso na mídia regional, de modo que a mídia regional tivesse, na publicidade do Governo, algo compatível com a sua expressão na realidade. Evidentemente, isso é um processo que tem que ser construído. Não é fácil, existem enormes dificuldades para serem atingidas e existem também vantagens para serem atingidas. Mas esse processo, que começou lá atrás, vem se intensificando, consolidando, e acho que isso é gratificante para a SECOM. Temos uma parceria muito forte com a Frente Parlamentar, temos feito também com a Associação dos Diários do Interior, com a própria ABERT, temos feito uma parceria grande nisso. Tem uma parceria que não aparece muito, mas é importante, com o TCU. O TCU, ao fazer uma série de cobranças, de exigências etc., ele nos ajuda a construir um modelo, que não é um modelo, vamos dizer, que não seja uma espuma, é algo que vai se construindo de forma consistente, que vem para ficar, e que a cada ano pode estar melhor do que antes... É mais trabalhoso? É. É muito trabalhoso. Mas, ao mesmo tempo, é mais sólido que qualquer coisa que você faz para aparecer e que depois não consegue sustentar.

Quais são as grandes vantagens da regionalização? Primeiro, é o fortalecimento dos meios de comunicação locais. O Brasil, nos últimos 40 anos, o Brasil transitou fortemente para uma mídia de caráter nacional. Eu sempre costumo dizer que a televisão em rede, ela deu ao país uma coisa extraordinária, que foi a integração. Nós falamos a mesma língua, do norte ao sul, com sotaques diferentes. Nos consideramos um mesmo país. Eu me lembro, uma vez, conversando, como repórter, com o Alcenir Guerra, que na época era Ministro da Saúde, e o Brasil vivia uma epidemia

de cólera. Então, eu disse: “E aí, Alcenir? Como é que está esse negócio da epidemia de cólera?”

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Agora é den-
gue.

**SR. MINISTRO FRANKLIN DE SOUZA MAR-
TINS:** O quê?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Agora é den-
gue.

**SR. MINISTRO FRANKLIN DE SOUZA MAR-
TINS:** É, mas, na época, era de cólera. Então, eu per-
guntei a ele: “E aí, Alcenir? Como é que está esse ne-
gócio da epidemia de cólera?” Ele disse: “Está bem”.
Eu disse: “Mas como que está bem?” Ele disse: “Não,
Franklin, sabe o que aconteceu? Nós fizemos uma
campanha para a população por causa de a dengue
começar a ferver a água, a não consumir água direto
do poço etc. e tal, e o que aconteceu? As internações
por motivos gastrintestinais caíram 30%. Então, tive-
mos uma tremenda economia”. O que isso mostra?
A força que nós temos de comunicação. Uma única
comunicação para todo o país produziu aquele resul-
tado. Eu, quando fui à Índia, peguei um bilhete lá das
rúpias, e olhei e perguntei a um indiano e disse: “Mas
o que são essas coisas todas, esses caracteres todos
ali?” Aquele bilhete é impresso em 17 idiomas diferen-
tes. 17. Cada idioma daquele é falado ao menos por
pelo menos 25 milhões de indianos. Não são idiomas
menores. Isso significa o seguinte: Em Nova Delhi, em
Bombaim, Calcutá, em Madras, se falam línguas di-
ferentes. Quer dizer, como é que você bota uma rede
nacional de televisão para comunicar, como você faz
uma campanha nacional? Não existe.

Então, a integração que o modelo de rede nacional
de televisão nos deu é extraordinária, uma coisa para o
país muito grande. Mas nós pagamos um preço muito
alto com isso. O preço muito alto é o quê? A asfixia da
cultura local, da mídia local. E esse processo que es-
tamos assistindo agora, de crescimento da economia
regional, de crescimento da mídia regional, é algo que
vem contrabalançar, colocar algum contrapeso a esse
processo anterior, e é altamente positivo.

Então, quando o Governo Federal faz uma apli-
cação das suas verbas publicitárias, tentando obede-
cer a essa tendência de fortalecimento das regiões,
na verdade, ele fortalece os meios de comunicação
locais. Primeiro, ele cria um mercado publicitário lo-
cal, ele ajuda a criar isso. Não parece, o Vignatti falou
uma coisa que acho muito importante. Quando você
faz uma inserção publicitária na rádio, uma campanha
do Governo, aquilo não é muito dinheiro, às vezes, são
800 reais para o final do mês. Mas aquilo ali pode ser
o que paga, muitas vezes, a conta de luz da rádio. É
o que garante a permanência dela. Mais do que isso,

quando o Governo, a rádio local ou o jornal local come-
çam a ter publicidade para o Governo, muitas vezes, o
comerciante local, que antes não anunciava, e olha e
diz: “Pôxa, essa rádio aí ficou importante. Esse jornal,
agora... A Caixa Econômica botou o negócio aqui”. Ou
seja, ele desperta para o papel que a publicidade pode
ter. Na esteira disso, o que vem? Ele não vai encomen-
dar na capital do Estado a campanha publicitária. Ele
vai encomendar no local. No início, vai ser uma cam-
painhazinha meio mambembe etc., mas você vai ter
o quê? Pessoas que estão tentando falar a linguagem
local, os assuntos do local, então, dirigir...

Então, o Governo Federal joga um papel indutor
nisso. Não é que fica comandando a massa ali não.
Mas isso acaba acontecendo e produz esse resultado.
E aumenta a capilaridade da comunicação do Governo
Federal. O retorno que nós temos é que não estamos
fazendo, vamos dizer, não estamos distribuindo be-
nesses para a mídia regional. Não estamos fazendo
política com isso porque não tem nada a ver com quem
é desse partido, daquele partido, até porque seria im-
possível saber. Uma quantidade de rádio, de... Mas isso
permite o quê? Uma comunicação que o custo/benefí-
cio da mensagem do Governo é muito forte. Paga-se
pouco para se atingir muito mais diretamente. Então,
é algo que, para nós, é muito positivo. O retorno que
nós temos, quando faz análise de... Quando você faz
a pesquisa qualitativa, que você vai ver como atingiu,
você tem o seguinte, que, no interior, você obtém um
retorno muito forte, as pessoas entendem a mensagem
etc. e tal. Isso nos obriga a trabalhar uma linguagem
que seja mais compatível para você adaptar ou fazer,
muitas vezes, campanhas regionais. Nas campanhas
do Governo esse ano, nós sempre temos uma campa-
nha regional forte. Esse ano, por exemplo, nós vamos
entrar, agora em maio e junho, com o prosseguimento
da campanha “Mais Brasil para mais brasileiros”, mas
aí de caráter regional, voltada para cada uma das 27
unidades da Federação, com aquilo que atingiu direta-
mente a população dessas unidades. Por favor.

Quais são as grandes dificuldades? Primeiro, é o
mapeamento da audiência e da circulação, da cober-
tura dos veículos. Não é uma coisa simples. Porque o
seguinte, o sujeito diz: “Nós queríamos que passasse
a anunciar na nossa rádio”. “Qual é a audiência?” “Nós
atingimos uma região de 250 mil...” Claro, vai jogar lá
para cima. Está vendendo a publicidade. “Meu jornal é
40 mil”. Só qual é o instrumento de fiscalização que o
Governo Federal tem para dizer “atinge 40 mil ou atinge
10 mil”? Muitas vezes, esses jornais, por razões econô-
micas, não são vinculados a nenhum instituto que faça
a verificação de audiência ou de circulação. Então, é
um problema. Quer dizer, então, como é que você vai

lidar com isso? Através desses mecanismos que nós temos procurado construir juntos. Quer dizer, estimulando a participação em institutos de verificação.

E segundo lugar, quando isso se torna proibitivo por razões econômicas, fazendo com que os jornais se organizem em associações e aí as associações funcionam mais ou menos como avalista daquela circulação. É um mecanismo que não é um mecanismo igual ao tradicional, mas algo que o TCU, de um modo geral, aceita. Ou, pelo menos, está aberto para discutir. Porque é algo que... Vamos dizer, verifica a circulação num ambiente diferente do tradicional.

Segundo problema que nós temos, como falou o Vignatti, no caso das rádios, já existe um mecanismo eletrônico que permite avançar isso mais. Na rádio, é mais fácil do que nos jornais. Segundo, resistência das agências de propaganda. É uma coisa evidente. As agências, se puderem, elas botam toda a publicidade num órgão só. Por quê? Porque vai gastar menos, não vai ter trabalho para verificar, fica amigo para burro do dono daquele veículo... Se bobear, ganha alguma vantagem. Se puder, faz isso. É da natureza humana.

Quando a gente diz assim: “Nossa, essa campanha vamos atingir quatro mil rádios, cento e poucos jornais...” Evidente que o cara da agência diz: “Meu Deus, que trabalhadeira que eu vou ter pra cobrar, para pagar, emitir nota. Depois para verificar a circulação, depois para isso...” Em vez de um processo, ele tem cinco mil. Evidentemente que a agência, isso é natural, isso é o mercado, ela procura ganhar dinheiro e fazer com o menor custo possível. Mas, do ponto de vista do Governo, da política de comunicação e do que é correto, o que devemos fazer? Fazer a pressão: “Não. Agência, você vai ter que fazer o que nós queremos, que é isso aqui. Colocar em tantas mil rádios etc. e tal”. Segundo, já falei, checagem e controle das veiculações. E, muitas vezes, os veículos não têm informação. Não têm capacidade para entregar essa informação ou não despertaram para a importância disso. Não é coisa fácil, tem que ir construindo modelos, mas a gente veio construindo. O próximo, por favor.

Olha, está difícil de ler aí, mas vou dar uma... Como é que é a evolução do total de veículos e Municípios programados por ano pela SECOM. Se pegarmos 2003 como ano-base, foram 182 Municípios programados e 499 veículos. Já no ano seguinte, em 2004, foram 757 Municípios programados e foram 2.165 veículos. Depois, no ano de 2005, eram 931 programados, e fomos para 3.073 veículos. Em 2006, 1.358 Municípios programados e aí, 4.451 veículos, aí, veículos soma tudo: Rádio, televisão, jornal etc. Em 2007, caiu para 913 Municípios programados, 3.434 veículos, e a queda tem uma explicação básica no fato de que a

SECOM teve um volume de verbas muito menor para aplicar durante esse ano, fruto do orçamento que foi aprovado pelo Congresso Nacional. Quer dizer, então, nós tivemos uma diminuição de orçamento de 35 a 40%, evidentemente, é isso que afetou. O próximo, por favor.

Aqui, a gente dá uma idéia, por diferentes veículos. Se nós pegarmos rádio, que é a coisa vermelha, passou de 270, em 2003, para 2.239, em 2007. O pico foi 2006, com 2.627 rádios programadas. Isso não é pouca coisa. É mais ou menos metade das rádios existentes no Brasil. E, pegando, de um modo geral, as rádios em Municípios acima de 25 mil habitantes. E vocês podem imaginar o trabalho que dá para fazer uma coisa dessa natureza. Em jornal, nós passamos de 179 para 643 jornais, e jornais, aí, é... Jornais semanários, jornais diários... Tendo que o pico foi em 2006, com 1.247. TV passou de 21 para 276, com pico em 307, em 2006, e revista passou de 18 para 73. O nosso pico está aqui, em 73. Bom, só explicando uma coisa, de todos os meios, o mais complicado, o mais difícil para você poder fazer a regionalização é a televisão. É a televisão por uma razão simples. Por razões de mercado, como é que é estruturado o comercial televisões? Ele é de cima. Então, alguém não sai botando publicidade nas filiadas da TV Globo. Ele bota uma publicidade na TV Globo, que reparte. A não ser que você tenha campanha local. Mas, se você não tem uma campanha local, faz por cima. O mecanismo de mercado e dos acordos entre as diferentes empresas que compõem as redes, é esse. Apenas nós fazemos diretamente quando é uma campanha regional. Por exemplo, faremos uma campanha regional em maio e junho. Aí, será diretamente com as televisões e não, vamos dizer, com a cabeça de rede.

Uma coisa importante a destacar... Passa, por favor. Já estou terminando aqui. Esses aí são os veículos, programados por ano, pelo SICOM. O SICOM envolve todo o sistema de comunicações. Não apenas a SECOM, como outros órgãos do Governo Federal, como as estatais. Aí abro um parêntese aqui, o seguinte, costuma-se dizer assim: “O Governo Federal controla verbas de um bilhão de reais etc.” Isso é verdade e não é verdade. Porque o grosso disso, 80%, mais ou menos, são verbas de publicidade das estatais. E as verbas de publicidade das estatais elas são aplicadas no fundamental, de acordo com motivos mercadológicos dessa empresa. O Banco do Brasil faz uma campanha do Ourocard para competir com o Credicard, com Visa, com isso, com aquilo, o que seja. Ele não vai chegar na SECOM: “Eu vou atingir tal público jovem”, e isso a SECOM ficar discutindo. Eu enlouqueceria. O Otoni, então, bateria as botas antes, porque é

impossível. Quer dizer, o que a SECOM faz? O que a SECOM faz, naquilo que é publicidade institucional da estatal, aquilo que tem a ver com a imagem da estatal, a peça publicitária e a campanha, de um modo geral, é submetida à coisa. Naquilo que é mercadológico, e é 90%, aquilo que é mercadológico, ela faz, procurando obedecer a determinados princípios. Quais são esses princípios? Os mesmos princípios que regem a publicidade feita diretamente pela SECOM ou por outros órgãos de Administração Direta do Governo Federal, que são, basicamente dois princípios: Mídia técnica, ou seja, o volume de verba é proporcional à audiência ou à circulação. Não é uma coisa de meu arbítrio ou do arbítrio de alguém da SECOM que vou botar mais dinheiro ali e menos ali. Porque senão você começa a regar e a asfixiar. Você começa a fazer opções políticas. É inevitável. As pressões políticas virão e você fará... E, nisso, nós somos muito ajudados pelo TCU, com quem nós pactuamos esse critério, estamos aplicando, nem sempre é fácil, às vezes, é complicado etc. e tal, mas é algo positivo. E o segundo critério é o critério da regionalização da mídia. Agora, entre você chegar para o Banco do Brasil e para a PETROBRAS, e dizer: “Vamos fazer a regionalização da mídia”, e eles fazerem, vai uma diferença. Segundo porque são empresas de grande porte com uma cultura corporativa própria, com as suas tradições etc., muitas vezes, são grandes mamutes siberianos que se movimentam com alguma dificuldade, não têm aquela agilidade, e demora para chegar na ponta da linha, muitas vezes, a decisão. Nós temos progressos muito grandes. O importante é que hoje em dia, e vocês são testemunha disso, é muito melhor do que há dois anos. A diversificação, a regionalização é muito maior hoje do que era há dois, três anos atrás e estamos trabalhando para que o ano que vem seja melhor do que esse ano. Mas é um processo. Por quê? Porque entram os motivos mercadológicos. Mas, sem dúvida, que em grandes estatais, como o Banco do Brasil, como a Caixa Econômica, como a BR Distribuidora etc., elas têm interesses em vender a sua mensagem num público segmentado, regionalizado. E, se não o fazem, é porque ainda têm uma inércia de trás dela. A vantagem é que estão começando a fazer. A Caixa, acho que já está avançando bem; o Banco do Brasil acredito que esse ano faremos progresso, mas é algo que não é com a mesma, vamos dizer, intensidade e agilidade que é feita pela Administração Direta. Então, temos que continuar a pressão.

Eu vi um negócio que passou aí, uma reivindicação de que houvesse uma certa cota para a imprensa regional. O princípio é bom. Tem que ver como é que constrói. Porque senão, depois, pode ser também um negócio que a gente engessa, de tal forma que,

quando vai ver, em vez de ajudar, atrapalhou. Então, é uma coisa que tem que ir construindo com calma. A vantagem é que estamos conversando muito com os órgãos, as associações etc. e tal, e eu acho que é possível, da mesma forma que, na veiculação, no faturamento etc., assim como encontramos formas engenhosas para dar passo nisso, a gente pode, talvez, encontrar, nessa parte daí.

Eu queria, finalmente, apenas dar um dado, que é o seguinte. Do... Da distribuição de verbas por mídia, da SECOM e do Governo Federal, de um modo geral, a televisão recebe a maior parte dos recursos, o que é compreensível, porque é o maior instrumento de comunicação, é algo em torno de 60% das verbas; depois, os jornais recebem alguma coisa em torno de 17, 18%; as revistas recebem algo próximo de 8%; as rádios, algo que varia de oito a 9%, e aí internet e outros, o restante. Internet é muito pouco ainda. É 1,6 a dois. E isso obedece, mais ou menos, a padrões de mercado. Não está muito fora, é algo assim.

Estou à disposição dos senhores para qualquer esclarecimento, pergunta. Volto a insistir, se tiverem oportunidade, num outro momento, a oportunidade de fazer debate sobre os jornais populares, é muito importante. Estou à disposição, se quiserem para voltar a discutir aqui, e agradeço a oportunidade de poder dividir com vocês o trabalho da SECOM.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradecemos ao Ministro Franklin Martins pela sua exposição. E vamos abrir, segundo a lista de inscrição, aos Srs. Senadores, para que possam fazer os seus questionamentos. Vamos iniciar pelo autor do Requerimento, como é protocolar, Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Muito bem. Agradeço a V.Exa. Quero, novamente, saudar o Ministro Franklin Martins que, como já foi enfatizado, está com uma certa regularidade, periodicidade aqui nessa Comissão, discutindo--

SR. MINISTRO FRANKLIN DE SOUZA MARTINS: Já estou pensando em pedir tíquete de alimentação--

[risos].

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Aliás, quero só destacar que o senhor é uma pessoa extremamente benquista, uma amizade grande, um respeito, granjeia a amizade, respeito, solidariedade, e todos nós aprendemos muito nesse debate com V.Sa. também. Então, é sempre uma alegria, uma honra tê-lo aqui no Senado Federal e, particularmente nesta Comissão, que é de Comunicação... Ciência e Tecnologia, Comunicação, Inovação e Informática. Então, é uma alegria. E o Dr. Adriano também, Escada, que está retornando aqui

também ao Senado para as explicações, os esclarecimentos, a exposição, Deputado Vignatti.

A idéia desta Audiência Pública surgiu numa Reunião da qual participava inclusive a Secretaria de Comunicação Social da Frente Parlamentar de Apoio e Fortalecimento da Mídia Regional. Então, inclusive, foi aberta esta Frente para que possa haver a participação de Deputados e Senadores; depois desta Reunião, trouxemos esse Requerimento para esta Comissão e esta Comissão, composta pelos Senadores aqui presentes e outros também que bastante atuantes nessa Comissão, essa Comissão aprovou o Requerimento e, pela exposição, a gente vê que foi, assim, algo muito importante.

Eu acho que realmente deve haver a continuidade. O Ministro sugeriu a questão desse debate sobre os jornais populares, mas, além disso, também, eu acho que a gente pode até se aprofundar mais depois na questão do próprio Tribunal de Contas, como foi sugerido; na questão da ABERT, e... E vários pontos de vista. Porque o grande objetivo, sem dúvida alguma, pelas razões já expostas e muito bem, eu diria, uma maneira muito clara, muito tranqüila, do prestigiamento(F) e da valorização da mídia regional, pelos aspectos de democracia, de acesso à informação, culturais, regionais, esse contraponto, como o Ministro também colocou, esse fortalecimento, para buscar esse contraponto, inclusive, da necessidade. Não são excludentes, mas têm os seus contextos, o que é nacional, o que é regional... E todos são importantes. Inclusive, nós debatemos muito aqui, temos que continuar ainda debatendo a própria programação dos veículos estaduais e nacionais em relação ao conteúdo regional para a valorização dessa diversidade, rica e bonita e necessária e importante, que existe no Brasil.

Então, o Senado Federal, através desta Comissão, Sr. Presidente, acho que pode contribuir com a Frente Parlamentar, pode contribuir com a Secretaria, com os veículos da mídia regional, para que nós possamos, assim, repercutir, fazer os desdobramentos, nos aprofundarmos, decidirmos, propormos iniciativas que sejam fruto desse debate bom, proveitoso, que está sendo, assim, decorrente desta Audiência Pública.

Então, da minha parte, eu só quero dizer, assim, que os objetivos, na verdade, eu acho que, de esclarecimento, de reflexão, de aprofundamento, foram, de fato, atingidos, pelas exposições todas e fica um campo aberto para novas... Novos esclarecimentos, novos debates, e começando, inclusive, por este que o Ministro sugeriu, de um pensar, uma reflexão sobre, vamos dizer, esse novo Brasil e essa nova necessidade, que se manifesta através dos jornais populares.

Da minha parte estou... Quero enaltecer essa iniciativa, valorizar a mídia regional, seja ela de que natureza for, e dizer que realmente essa Comissão tem todo o interesse em fazer esse debate, continuar esse debate, e dizer da satisfação de tê-los participando dessa Audiência Pública. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço ao nobre Senador Flávio Arns, autor do Requerimento dessa Audiência Pública. E, para a economia processual, eu vou pedir permissão aos Srs. convidados para que nós possamos, e aos Senadores, possamos fazer os questionamentos em blocos de três Senadores para que, aí, os convidados possam responder as perguntas. Então, o segundo inscrito, Senador Antonio Carlos Magalhães Júnior.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BR): Sr. Presidente, Senador Flexa Ribeiro, Sr. Ministro Franklin Martins, Adriano Escada, Srs. Senadores, eu não vou fazer perguntas. Vou fazer comentários em relação à questão da regionalização, que é um assunto importantíssimo e trazer até um depoimento regional. Falar de televisão, até mostra uma condição importante, já que, em que pese a força das redes nacionais, mas, na Bahia, por exemplo, no Nordeste, é um fenômeno comum. As audiências dos programas regionais são superiores à média da nacional. Por exemplo, a afiliada da Rede Globo, enquanto ela está com programas regionais, a liderança dela está dentro da média, mais da média nacional. Mas, na hora que volta a programação nacional, a concorrência chega junto. Quando a concorrência está com programas regionais, a concorrência encosta.

Então, isso é um fenômeno que tem lá em Pernambuco também, a mesma coisa; Pernambuco a situação é até pior... A TV Globo de Pernambuco perdendo, inclusive, para programas regionais. Então, quer dizer, isso mostra a força da programação regional, que, cada vez, vai ser mais importante. Isso faz também com que as redes de televisão tenham que repensar o modelo comercial para poder atender a essas questões. Então, quer dizer, vai ter que se pensar uma forma de acomodar o modelo comercial com a regionalização, que é inevitável, e é um caminho que vai ser cada vez mais seguido porque o conteúdo regional faz diferença, ou seja, hoje a população está mais esclarecida, ela demanda notícias da sua região, embora, claro, o noticiário nacional é importante, como ressaltou o Ministro, que inclusive uniu o país, mas a regionalização é fundamental e, na área de televisão, a busca de um modelo que acomode as duas questões é fundamental.

Também queria falar da importância da sugestão do Ministro, de nós debatermos a questão dos jornais

populares. Acho que seria uma Audiência Pública interessante, que nós podemos fazer aqui, em breve. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço ao Senador Antonio Carlos Júnior. E, como terceiro inscrito, Senador Sérgio Zambiasi.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Presidente Flexa Ribeiro, convidados, Ministro Franklin, Dr. Adriano, quero cumprimentar a iniciativa do Senador Flávio e Vignatti, acho que poder debater a questão regional é extremamente interessante porque... Primeiro, porque tem várias visões de regional. Tem, primeiro, a visão de desconcentração: Rio, Brasília, São Paulo, digamos, são os grandes centros. E, depois, o que é regional? O Estado? A Bahia, o Rio Grande do Sul? Bom, e depois, o que é mais regional ainda, o interior de cada Estado? Então, é uma coisa de alta complexidade. Tem a sub-regionalização, e as... Um exemplo, os próprios... Falando em jornais, quer dizer, penso um pouquinho, Porto Alegre, e o Ministro citou aqui um dos fenômenos metropolitanos, porque é só da região metropolitana de Porto Alegre, o “Diário Gaúcho”, esse jornal eu ajudei a pensar, a montar e fazer as primeiras edições. Contribuí bastante nesse sentido, fui colunista durante vários anos dele, dos poucos de sua existência, pelo menos quatro anos, eu escrevi diariamente nesse jornal. 60 centavos é o custo dele, contra dois reais do “Zero Hora” e um real do “Correio do Povo”. Mas “Zero Hora” e o “Correio do Povo”, Ministro, tem assinatura, a base é a assinatura. Este não, esse não tem assinaturas. Então, mostra que... E são 160 mil por dia contra 160 do “Correio do Povo” e 160 mil do “Zero Hora”. Isso mostra que a periferia quer ler, quer ter acesso à informação. Que a informação periférica, ela é fundamental. As pessoas querem ter acesso a esta informação.

Por isso, desconcentrar a mídia, para chegar a publicações populares é fundamental. E acho que a regionalização é popularização também. Eu entendo como popularização. E, talvez, seja um aspecto que nós... Que se sente um pouco de falta. Um pouco, o Ministro colocou bem, há um determinado conceito das próprias agências, e é verdadeiro. Então, qual é o conceito das agências? Conceito de concentração, para que elas possam faturar mais, em prejuízo da regionalização. Acho que, nisto, a mão do Governo é fundamental. E me parece que o problema começa exatamente na relação com as agências. À medida que elas concentram, não se precisa preocupar em mandar um recibo para mídia nas emissoras de rádio ou 500 jornais.

Acho que está é uma grande... O senhor pontuou e acho que deve ser, talvez, uma das principais preocupações. Eu vi, por exemplo... Vi, por exemplo, há poucos dias, que um anúncio do Banco do Brasil, ele saiu só na mídia de Brasília, Rio e São Paulo. Muito bom para as agências. Não vou nem dizer para quem recebeu porque o volume de publicidade precisa ser maior ou menor. Mas, para as agências, foi ótimo. Foi no Rio, foi em São Paulo, foi em Brasília, e está resolvendo o problema. Imagina o prejuízo dos diversos veículos que ficaram fora. Qual foi o critério? Que critério levou a um tipo de anúncio assim?

É um fator que precisa ser debatido, para que a gente possa, com isto, levar a estes empreendedores, porque tem que ter peito, tem que ter muita coragem para segurar um jornal, segurar uma rádio, no interior, nas regiões mais distantes.

Então, a possibilidade de trazer este tema para este debate, ela é extremamente importante. A presença do Ministro aqui, ela é esperançosa porque demonstrou claramente que conhece o assunto e está preocupado em trabalhar esse tema. Acho que, só por isto, Flávio, já a Comissão se justifica, essa Frente Parlamentar se justifica. Então, não é nem uma questão de perguntar, é uma questão de fazer este comentário e dizer que a valorização da imprensa regional, a sub-regional, a própria imprensa de bairro, Ministro; existem jornais, nas capitais e nas regiões metropolitanas, de bairro, que têm uma inserção, realmente, extremamente forte. Porque é um princípio natural da comunicação, as pessoas querem saber primeiro o que acontece na sua rua, o que acontece no seu bairro, o que acontece, enfim, na sua comunidade. Isso é uma coisa fundamental. É princípio básico da comunicação. Como é que está minha rua, meu bairro, minha cidade? Depois eu quero saber o que acontece no resto do mundo.

Acho que trazer à luz essa discussão é extremamente importante, cumprimento a Comissão e ao Ministro, ao Adriano, que está aqui com essa enorme responsabilidade de representar milhares de publicações em todo o Brasil, mas é uma iniciativa muito rica e muito importante. Não é uma questão de perguntar, mas de comentar o efeito que está produzindo esta Audiência Pública. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço ao Senador Sérgio Zambiasi e agora passo a palavra aos nossos convidados para que possam, então, responder e comentar os comentários dos Senadores.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Sr. Presidente, posso sugerir--

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): À vontade, Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): --Que os Senadores Sérgio(F) Camata e Heráclito Fortes, caso quiserem fazer uso da palavra, também o façam agora e aí os convidados responderiam a todos.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Fariamos um único bloco porque nós temos inscritos aqui ainda... O Senador Cristovam Buarque foi a uma audiência com o Presidente Garibaldi Alves, mas vai retornar para fazer suas perguntas, e o Senador Magno Malta também. Mas podemos fazer--

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Pelo menos os que estão presentes.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Próximo inscrito, nosso grande Presidente da Comissão das Relações Exteriores e Defesa Nacional, Senador Heráclito Fortes, com a palavra.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sr. Presidente, Sr. Ministro Franklin Martins, Sr. Adriano Kalil Escada, caros companheiros, Senadores, representantes da imprensa--

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Permite um aparte, Senador Heráclito Fortes? Estou sendo informado pela nossa Secretaria--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Fundamentado dentro do que eu estava dizendo, à vontade--

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Só para animá-lo, porque eu estou recebendo informação da nossa secretária, competente secretária, que a Comissão está sendo transmitida ao vivo, pela TV Senado.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Já faz algum tempo, nobre Senador.
[risos].

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Desde o início. Só agora fui informado e estou passando a informação a V.Exa. para que V.Exa. possa, como sempre, com a sua competência, fazer seus questionamentos.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Agradeço, sensibilizado. Sr. Presidente, no dia que quem ocupar cargo de Governo descobrir que o caminho mais próximo entre dois pontos é uma reta e não uma curva, vai dar muito trabalho à oposição, porque a oposição vai ter dificuldade de cumprir seu papel.

O Ministro Franklin Martins constatou aqui para todos nós que é a sexta vez, sei lá, que vem aqui a essa Comissão. Só a essa Comissão. Seria bom que viesse mais. Enquanto isso, V.Exa. tem colegas de Ministérios que só vêm para cá se for à Vara. São convidados, rejeitam convite; uns têm problemas de saúde, outros viajam para... Viagem desnecessária, para não vir a essa Casa. E quero logo abrir um parênteses.

Não estou falando, porque amanhã podem dizer que eu estou dizendo que V.Exa. vem e a Ministra Dilma se nega. Não é caso da Ministra Dilma, até porque ela está no prazo. É outra investigação. Estou falando da quantidade de Ministros que fogem desse debate e que muitas vezes facilita.

Eu vou lhe dar aqui, Ministro Franklin Martins, um exemplo que deveria servir. Há cerca de dois meses atrás, o Senador Arthur Virgílio, baseado em informações, fez um discurso na Tribuna, denunciando transportes em aviões comerciais brasileiros, em vôos secretos, de armamento para a Venezuela. Evidentemente que aquilo ali pegava em cheio o Ministério da Defesa, que, mais do que os outros, tem motivo de ter cautelas em algumas divulgações. Imediatamente, foi convocado... Marcaram uma convocação para o Ministro da Defesa. Eu ligo para o Ministro da Defesa, como Presidente da Comissão, comunico a ele, e ele me pediu o favor de fazer o seguinte: "Eu gostaria de ir aí agora. Dêem-me um prazo", era quatro e meia da tarde e, às seis e meia, ele foi ao gabinete do Presidente do Senado, pediu a Reunião com todos os líderes, e prestou os esclarecimentos. A notícia tinha uma meia verdade, não eram vôos secretos, eram cargas secretas, por se tratar do conteúdo que se tratava. E não eram armamentos de grande porte; eram armamentos vendidos por indústrias nacionais para reprimir manifestações de rua, bala de borracha... Bom, o fato ficou esclarecido. Toda vez que você tem um fato e que o deixa no... A população na dúvida, você turbinha e aí as explicações ficam mais difíceis e faz o que eu gosto: Dá a oportunidade à oposição de fazer bem cumprir o seu papel. De forma que eu acho que V.Exa. está certíssimo. Esse contato com o Congresso, ele, às vezes, até pode ser chato, pode ser repetitivo, mas ele é essencial.

Infelizmente, nós não tivemos experiência de parlamentarismo longa. O parlamentarismo que nós tivemos foi exatamente no momento em que os que vieram ao parlamentarismo, que honraram o parlamentarismo. E com a mesma rapidez com que criaram, fizeram o exercício da extinção rápida. Daí porque essa prática, Ministro, eu acho altamente salutar.

Eu gostei muito das explicações, eu imagino que não é administrar um bolo de mídia, envolvendo o meu Piauí e o São Paulo, aquilo deve virar um supermercado, se não tiver critérios. Eu imagino... O Deputado Gerson Camata, com o prestígio... O Senador Gerson Camata, com o prestígio que tem e a legitimidade querer que o Espírito Santo não fique atrás. E por aí você vai. É um poço sem fundo.

Agora, a gente sente os momentos de... Aonde os critérios não são cumpridos e aonde eles são mais

ou menos cumpridos. Nós não vamos querer 100%. Isso é impossível. Nós temos visto que, nos últimos tempos, essas demandas têm diminuído pelo menos nas queixas que se recebem no dia-a-dia.

O Senador Zambiasi foi muito feliz quando fez críticas aqui, por exemplo, Ministro Franklin Martins, à política desastrosa que o Banco do Brasil tem feito. O Banco do Brasil tem jogado, pelo ralo, fortunas com mídias erradas, haja vista aquela insinuação subliminar do terceiro mandato, do banco da sustentabilidade, que não tinha nada a ver e que, de repente, teve que tirar do ar. A primeira versão do Banco do José, do Pedro, do Manoel, querendo jogar por terra uma tradição fantástica que era o nome Banco do Brasil. Aliás, até o Banco do Brasil podia ser do José, do Pedro, mas o banco não poderia ser especificamente do José, sem ser o Banco do Brasil, que é uma tradição que nós temos que preservar, já que somos um país que gostamos muito pouco de preservar a memória.

Não resta muita dúvida que alguns estatais abusam em distribuições de mídias localizadas; se nós examinarmos algumas delas, em Estados específicos do nordeste, aonde atuam alguns de seus dirigentes, o senhor vai ver que existem esses exageros. Existe... Mas são coisas localizadas e evidentemente que foge do seu controle, não seria leviano de fazer nenhuma acusação.

Existe, meu caro Zambiasi, você que é de rádio, o maior fenômeno de comunicação que eu pessoalmente conheço, que é um radialista, que hoje está em Pernambuco, mas acho é cearense, o Muçã. V.Exa. conhece o Muçã. Puxa as orelhas da sua assessoria--

[risos].

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): --O Secretário de Comunicação não conhecer o Muçã. O Muçã é um cara fantástico. Ele tem um link com cento e tantas emissoras brasileiras, ele faz um programa a tarde inteira, não é isso? E se você chegar na periferia do Rio de Janeiro, se você chegar em São Paulo, postos de gasolina, praça, você vai ver o rádio funcionando e aquela roda para ver o Muçã, principalmente nas famosas pegadinhas. E eu não vejo, Ministro, a mídia do Governo dentro daquele programa. Eu tenho observado, não sei o que é... Se é a distribuição das empresas de publicidade... Eu acho um erro. Porque quem tem um poder de comunicação que esse rapaz tem, comprovado, ele tem discos com as pegadinhas dele, eu até vou me dar ao luxo, evidentemente, e a ousadia da oposição de ajudar o Governo. Vou lhe mandar uns dois CDs--

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Deixa eu fazer um pequeno aparte ao Senador Heráclito, Ministro?

SR. MINISTRO FRANKLIN DE SOUZA MARTINS: O Senador Heráclito está um agenciador aqui fantástico--

[risos].

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Eu quero dizer que há um claro preconceito com relação à comunicação popular. É evidente o preconceito. Onde tem alguma comunicação, não é só o comunicador popular. É a TV popular, o jornal popular. Ele sofre de alguma maneira, e aqui é o que eu disse, muitas vezes, não é o cliente. Talvez o Governo deva chamar as agências e estabelecer essa relação de conceituação, para quem quer falar. Mas também o Governo tem que dizer para agência com quem quer se comunicar. Quer se comunicar com o povo, assistidor deste comunicador? Quer incluir este povo, como cliente do banco, e está incluído, com certeza, mas está ignorado esse povo desse comunicador? Então, é um aspecto extremamente importante de ser observado.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Quando eu era Governo, e eu tentei chamar atenção desse fenômeno, que é esse rapaz. Mas, na época, nós tínhamos, na área, um lorde italiano, que não se sensibilizava muito pelas questões e terminou--

[risos].

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): A coisa terminou não funcionando. Posteriormente, ele foi para as suas origens, foi para Embaixada--

SR. MINISTRO FRANKLIN DE SOUZA MARTINS: Não sei, Senador, se o senhor dá mais trabalho ao Governo, estando no Governo ou na oposição, pelo visto.

[risos].

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Nem tanto ao mar nem tanto a terra. De forma que eu quero crer que, no sul, você tem um fenômeno dessa natureza. E o rádio, ao que me parece é tratado como um subproduto, o que infelizmente é verdade. É um subproduto, o que é lamentável. Se você for examinar custo/benefício de uma questão como essa, de um caso, esse que estou dando, de um caso concreto, por que eu estou dando um caso concreto? Porque eu vejo, é uma coisa comovente. Vá à periferia de São Paulo, vá onde tem... Principalmente a população nordestina, você vai ver. Ele é linkado por não sei quantas emissoras.

De forma que eu acho que realmente é uma tarefa difícil, veja bem, V.Exa. não conhece o nordeste, é do Espírito Santo, sempre viveu aqui fora, mas a sua equipe já devia ter-lhe mostrado quem é esse fenômeno e os fenômenos que existem no Brasil, não só no rádio, mas esse caso que o ACM Júnior lembra aqui, da regionalização dos programas de televisão. Ele tem

absolutamente razão, eu sou de um Estado aonde você... É um negócio infernal, de uma hora da tarde às três da tarde, tem programação local, geralmente botando a corda no pescoço de um político, entrevistando... E, realmente, mobiliza a cidade.

De forma que eu me congratulo com V.Exa. Agora, não queira, não se canse, os calos que por acaso surgirão por horas de cadeira que V.Exa. tenha que ficar nessa Casa serão produtivos, serão proveitosos e V.Exa., com sua experiência, pode ensinar aos que fazem essa Casa e nós também podemos trocar experiências e, tenho certeza que cumprimos ambos os nossos papéis. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço ao Senador Heráclito Fortes, que fez um vôo, abrangendo vários Governos, como disse aqui o Ministro Martins. Mas ele defende exatamente isso que nós estamos aqui discutindo, que é a democratização da informação, através da mídia regional.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Estão me informando aqui, veja, até mal de propaganda eu sou. Estão informando aqui que a estação SAT--

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Que transmite o Muçã. Agora, tenho certeza absoluta que ele está conhecido nacionalmente. E o Ministro Martins, a partir de agora, vai colocá-lo na mídia do Governo.

[risos].

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Porque, depois dessa... Depois desse comercial do Senador Heráclito Fortes, com certeza absoluta, ele será o primeiro entrevistado como mídia oficial do Governo do Presidente Lula.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Entrevistado por quem?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pelo Muçã.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Você está muito atrasado. Eu sou entrevistado constantemente por ele.

[risos].

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu tenho certeza disso. Não havia dúvida nenhuma disso, apenas a confirmação que estávamos aguardando.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Eu vou pedir para ele chegar ao Pará e V.Exa. vai ver que eu tenho razão.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Com certeza, eu vou agradecer a V.Exa. Ou, então, que o Pará também, algumas rádios, vou fazer esse esforço, sejam... Participem do link do Muçã.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Vou contatar com a nossa ex-colega, Senadora Ana Júlia, para atender o seu pedido.

[risos].

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Com certeza.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Andreas Matarazzo vai pedir direito de resposta.

[risos].

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Próximo Senador inscrito, Senador Cristovam não retornou ainda, nem o Senador Magno Malta... Senador Gerson Camata.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Muito bem, Presidente. Sr. Presidente Flexa Ribeiro, Deputado Cláudio Vignatti, Ministro Franklin Souza Martins, Dr. Adriano Escada, meus companheiros, eu queria primeiro, acho que é bom sempre se repetir isso, que o Ministro Franklin Martins tem um pé, aliás, os dois pés, no Espírito Santo, um pouco no Brasil todo; o pai dele foi Senador, nosso colega aqui. Testemunhou, com o seu mandato, a violência contra o Legislativo e a falta de democracia, um brasileiro maravilhoso, nascido no Espírito Santo. E eu tive a honra de tê-lo, eu, candidato a Governador, ele cassado, no meu palanque. 1983. Grande Senador brasileiro, pai do Franklin. Então, nós estamos conversando aqui com o Ministro, filho do nosso colega que, infelizmente, não está entre nós. Mas me emociona sempre muito a história do seu querido pai.

Mas eu queria dizer o seguinte, primeiro, que nós estamos... E eu queria pedir ao Heráclito para dizer ao Muçã que eu sou amigo do Heráclito também.

[risos].

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Mas as comunicações estão sofrendo uma mudança tão extraordinária no mundo, que é impressionante. Quer dizer, quem mexe com comunicações, igual o Ministro Franklin, o Adriano, e alguns de nós aqui, menos eu, sabe que nós estamos num limiar de um processo novo que está acontecendo aí. Veja V.Exa. que eu tinha um fichário, tenho, que eu mando um cartãozinho de aniversário, acho que todos nós temos para os amigos e tal. Agora, me ofereceram o fichário eletrônico. Eles te dão um disquete, você enfia no computador, no dia do aniversário, vai pro celular do cara. 50 mil por dia. Assim, em três minutos, todo mundo já recebeu os cumprimentos ou mensagem de voz ou mensagem no celular. Impressionante. As coisas estão evoluindo com uma rapidez extraordinária.

E, aí, eu vi outro dia a preocupação do Ministro com o problema das rádios comunitárias. Eu batalhei muito, aqui na antiga Comissão de Educação, lá na

Câmara, desde 1975 lá, com o Heráclito junto com a gente, nós somos jovens... O Exército do surfe, como diz a Vanderléia.

[risos].

Mas batalhando o problema de melhorar as condições de acesso das comunidades às rádios. Hoje eu estou até um pouco arrependido porque a tecnologia avançou; com 500 reais, você monta uma rádio pirata. A Polícia Federal, outro dia, eu vi no noticiário da Globo, ela foi lá no morro, tirou o transmissor, quando ela desceu do morro, já estava transmitindo do outro lado. Quer dizer, não tem... Então, nós temos que nos preocupar, e eu vejo a luta do Ministro Hélio. O Ministro Hélio está com 197 mil e lá vai caquerada(F) de processos de rádios comunitárias e 40 mil de rádios comerciais, rolando lá dentro, sem funcionário para despachar. E, pela lei atual, não pode botar um processo na frente do outro, tem que correr no tempo. E o Ministro fica maluco... Acho que nós temos que, primeiro, Legislação mais rigorosa porque quem usa uma rádio, quem coloca no ar um transmissor clandestino, ele está invadindo um espaço do éter(F), aéreo, que é do Governo. É público. Ele invadiu... É igual invadis-se a Comissão do Senado. Ele está cometendo um crime. E precisa ser mais rigorosa a pena para esse crime. Além de que ameaça até a segurança das aeronaves e as pessoas que estão lá dentro. Então, tem que melhorar.

A outra coisa, talvez, criar no Ministério das Comunicações, dar condições financeiras ao Ministro, para que ele pudesse ter só um corpo para analisar a rádio comunitária, que não é tão complexo quanto as rádios comerciais. A lei é mais simples e organizada. E tem até um projeto meu circulando por aqui, para transformar essa concessão da rádio comunitária em Municipal, e a Assembléia Legislativa homologa. Porque a gente vê lá o líder comunitário, junta aquele monte de papel, carimbo, vai no cartório, gasto um dinheiro, vem para Brasília, bota aquele processo cinco anos. A gente vê o esforço do Ministro. Eles fazem aqueles plantões lá, de madrugada, ficam até quatro horas da manhã para dar um avanço naqueles cento e tantos mil processos, aí no outro dia entram mais 10 mil... Não adiantou nada ficar a noite toda, não diminui o volume.

Então, primeiro, legislação mais rigorosa. Talvez, tornar, lá no município, sai de lá o Prefeito homologa com a Câmara, a Assembléia Legislativa. Porque fica lá, porque uma rádio local, as comerciais não, ficariam aqui no Ministério. E a agência, para regular. Eu fui no FCC americano e vi lá. Eles têm um sistema de vigilância por satélite. Se uma rádio FM aumentou a potência um pouquinho, acende no painel. E, imediatamente, eles estão tomando conta. Então, como nós não temos

fiscais, talvez esse sistema do satélite seria uma maneira de vigiar o espaço aéreo para não haver... Como é que fala? Antigamente era espaço éter(F). Não sei como é que é o nome hoje. Espectro de radiofrequência, que seria vigiado para que não houvesse transgressão e uma lei punindo mais rigorosamente quem invade. Acho que seria uma maneira de fazer...

Agora, a primeira coisa seria, talvez, fazer uma requisição de funcionários a outros Ministérios, que não estejam ocupados, não sei como é que pode fazer isso, ou uma contratação terceirizada para botar uma boa equipe na mão do Ministro Hélio para que o esforço que ele está fazendo não seja secundado. Ou até sugerir ao Ministro Hélio, por exemplo, ele colocaria 100 funcionários, lá em Vitória, para analisar os pedidos do Espírito Santo, depois, vinha para homologar. Depois, botava 100 funcionários no Rio de Janeiro. Os processos do Rio. Porque aí, caiu exigência, falta certidão de casamento de um dos sócios da rádio comunitária. Não precisa ir uma carta para o Espírito Santo, lá vem o sujeito com a certidão para trazer aqui. Está em Vitória? "Fulano, vem aqui e traz sua certidão de casamento". Apressava, tornava a coisa mais rápida, que eu sei que o Governo tem interesse nisso.

E falar até em interesse nisso, eu queria cumprimentar o Ministro porque a assessoria de comunicação do Presidente Lula está extraordinária, além do Lula, como diz o Paulo Hartung, ser uma força da natureza. Aquilo que aconteceu anteontem em São Paulo, eu nunca vi. Estou com 42 anos de política. O Lula deu uma bronca no povo, deu um pito no povo... Falei, "vai levar uma vaia". E foi aplaudido. O cara: "Muito bem, Lula!" E eu nunca vi o cara levar uma bronca e ainda agradecer. E cumprimenta. Isso é um fenômeno mundial, é a força da natureza, como diz o Paulo Hartung, e é claro que o sistema de comunicação que o Ministro preside ajuda muito nisso. Então, eu queria uma apreciação sobre isso, Ministro. Cumprimento pelo seu trabalho.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço ao Senador Gerson Camata e passo a palavra ao Senador Renato Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Sr. Presidente--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Eu queria só...

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Com a palavra, o Senador Heráclito Fortes.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Eu queria que o Senador Gerson Camata compreendesse, Ministro Franklin Martins, que o azar da oposição não é o Lula, melhor dizendo, a sorte da oposição não é o

Lula não. A sorte da oposição são os que cercam o Lula. Você imagina o Lula só acertando...O problema--

SR. MINISTRO FRANKLIN DE SOUZA MARTINS: [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Não, não. V.Exa. está noutra estratosfera. Por ora. [risos].

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Então, fiquem absolutamente tranquilos que a questão não é essa não. V.Exa. está certo. Ninguém desafia a lei da gravidade, é fenômeno de comunicação, está blindado, está blindado. Agora, imagine esse homem, blindado como é, se não tivesse os conflitos internos que tem, o fogo amigo que tem todo dia. E se tivesse ouvido Chico Buarque e constituído aquele Ministério que o Chico Buarque aconselhou no primeiro momento.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Não é verdade? É pouco.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Muito bem. Após o comentário do Senador Heráclito Fortes, devolvo a palavra ao Senador Renato Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Obrigado, Presidente. Eu cheguei atrasado, estava junto com o Senador Camata na entrega dos prêmios da Associação Brasileira da Indústria do Café. Como o Espírito Santo tem uma grande tradição na área da cafeicultura, e dois industriais capixabas foram premiados, nós tínhamos a obrigação de estarmos lá, junto com eles. Então, peço desculpas ao Ministro, peço desculpas ao Adriano, peço desculpas ao Vignatti, que estão nos visitando, pelo meu atraso.

Mas, certamente, Sr. Presidente, alguém deve ter feito alguma brincadeira com o senhor, mas, de Wellington Salgado para Flexa Ribeiro, há uma grande diferença. O que sobra em um, falta em outro. Mas o senhor está conduzindo muito bem a nossa Comissão.

O tema da audiência é um tema importante porque todos nós usamos muito os veículos regionais. Usamos muito. E, cada vez mais, estamos usando mais. Cada vez mais, nós temos mais veículos regionais. Cada vez mais, a comunicação está mais local. Por incrível que pareça, com toda a globalização, as leis de comunicação hoje, as rádios, TVs e diversos jornais, nós temos hoje um avanço muito grande e um interesse muito grande por notícias locais, apesar de toda a capacidade de nos informar sobre as questões que acontecem no mundo todo.

Então, é importante esse trabalho. Outro dia, eu recebi uma ligação de um Diretor de uma rádio no interior do Estado do Espírito Santo, dizendo que o Governo

Federal fez uma programação para que os Ministros pudessem falar em rádios importantes do interior, de Estados como o nosso, que fogem da linha central de poder, que Rio-São Paulo-Minas, e acho isso importante, uma satisfação que os membros do Governo possam dar às comunidades mais longínquas, os Municípios menores, então, essa preocupação também é uma preocupação não é de graça, não é à toa, porque também tem uma importância grande essa comunicação hoje direcionada às regiões do nosso país.

Sr. Presidente, Sr. Ministro, as rádios comunitárias se transformaram numa realidade no Brasil e uma forma de democratizarmos as informações, o acesso à informação. E aqui o Camata já disse... O Camata foi um grande radialista. O Ministro Franklin Martins sabe disso. O início de sua carreira profissional foi em rádio e diários associados, e até hoje ele é reconhecido dessa forma, pela sua competência, e é um radialista nato, porque, aonde ele está, ele domina a conversa; se fosse ator de teatro, como disse a nossa amiga produtora ontem, aqui numa Audiência Pública da Comissão de Educação, o teatro surgiu assim. Alguém contando caso se destacou e os outros ficavam assistindo. E, com o Camata, a gente fica assistindo ele falar porque ele é um grande contador de causos. Mas Camata se dedicou... Parte de sua vida à rádio e é um excelente comunicador.

Mas as rádios comunitárias, além das observações feitas no sentido do aperfeiçoamento, já feitas aqui, já colocadas aqui, acho que elas se transformaram em realidade. Você tem diversas rádios comunitárias atuando na comunicação local. Algumas pessoas defendem o avanço com relação ao TV, que agora com os novos instrumentos tecnológicos que nós temos, seria possível, que nós pudéssemos ter, na semelhança que nós temos para as rádios, pudéssemos ter também para as TVs.

Queria ouvir um pouco, como eu não conheço, como tem, de vez em quando alguém coloca isso, sobre a possibilidade que a gente possa ter também, uma forma de popularizar a televisão, ver se, nesse mesmo espírito que foi constituída a rádio, com esses novos meios tecnológicos, seria possível também avançarmos para a TV. É isso. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço ao Senador Renato Casagrande e, enquanto o Senador Cristovam e o Senador Magno Malta não retornam de seus compromissos, vou pedir permissão também para fazer alguns comentários, para que possam ser respondidos, em conjunto, pelos nossos convidados.

Eu... O Deputado Vignatti, como Presidente da Frente Parlamentar de Apoio e Fortalecimento da Mí-

dia Regional, eu gostaria de perguntar a V.Exa., Deputado Vignatti, se a Frente Parlamentar tem alguma proposta... Qual a forma de contemplar, que já foi dito aqui pelo Ministro, da dificuldade de atingir os jornais diários, a nível regional, e informação que eu tenho aqui, que chegam a 180, os 1300 semanários ou quinzenais e as cinco mil emissoras de rádio, existentes hoje por todo o Brasil... Se a Frente Parlamentar tem alguma proposição para que possa ser atendida, através da mídia oficial.

Gostaria também de ter uma informação... O nosso Ministro, ele falou sobre a questão das redes a nível nacional, né? Que trouxeram, construíram para o nosso país, de dimensões continentais, uma identidade nacional, através da abrangência. Mas, no entendimento de... Acho que de quase todos, nós tivemos uma dificuldade com relação à difusão da cultura regional e local, que, em função dessa cadeia nacional, ela foi esquecida, e estamos perdendo identidade nessas regiões brasileiras, que são, graças a Deus, diferentes, e têm que diminuir as desigualdades, mantendo as diferenças, porque o que nós temos, na Amazônia, é bem diferente da cultura do sul e nós temos... E como disse, diminuir as desigualdades, mas mantendo as diferenças dessas regiões.

Então, eu gostaria de saber como é que nós poderíamos, isso é uma discussão que está sendo feita aqui pela Comissão de Ciência, Tecnologia e Comunicação, assegurar uma maior oferta de conteúdo para que, aumentando o número de pólos de produção, através de... Seja a produção até independente, e como dar espaço garantido para que pudesse ter essa cultura regional mantida e preservada nos diferentes rincões da nossa... Do nosso país.

Também existe um Projeto da Deputada Jandira Feghali, tramitando no Senado, é o PLC nº. 59/03, que regulamenta o disposto no inciso III do art. 221 da Constituição Federal. Também faz referência à regionalização da programação cultural, artística e jornalística e a produção independente nas emissoras de rádio e TV. Esse Projeto é de 91, da Deputada Jandira Feghali. Então, qual, na opinião dos nossos convidados, as razões que poderiam explicar a longa e acidentada tramitação desse Projeto, que vem ao encontro daquilo que nós estamos buscando aqui, que é fortalecer a regionalização da informação?

Gostaria também de ter do Ministro Franklin, saber se existe, dentro do volume de mídia oficial do Governo, se há um percentual destinado ao plano nacional e um plano regional. Se existe uma distribuição de verba, que possa atender... V.Exa. falou em cotas... De ter uma condição de dispor de um espaço para a mídia regional, mas eu falo em nível de recursos, se

existe já alguma relação definida entre o que seria destinado à mídia nacional e à mídia regional.

Na exposição de V.Exa., V.Exa. fez, num gráfico, uma redução, no ano de 2007, do número de órgãos que foram beneficiados com a publicidade oficial por falta de orçamento, uma redução de orçamento. Mas se fosse proporcional ao orçamento, deveria ser mantido o número de órgãos e diminuído, para cada um, proporcionalmente, a redução do orçamento e a quantidade. Aí, haveria a manutenção do número dos órgãos contemplados.

Eu queria informar também aos Srs. Senadores e aos nossos convidados que nós aprovamos um Requerimento, um Requerimento do nobre Senador Valter Pereira, para fazermos uma Audiência Pública a respeito das rádios piratas, exatamente essa questão que foi aqui levantada. Esse Requerimento está aprovado, precisamos apenas agendar a data, para que possamos fazer a discussão que, realmente, precisa ser feita. E a proposta que foi levantada aqui, de se fazer também, eu... Uma Audiência Pública sobre os jornais populares, e eu acrescentaria, nobre Senador Heráclito Fortes, que nós pudéssemos fazer também desses programas, como V.Exa. falou, que têm uma participação importante, mesmo que localizada, mas são os programas de rádios, que são populares e têm uma audiência bastante importante, a nível, evidentemente, regionalizado ou localizado. Também, junto com a Audiência Pública que, com certeza, será feito o Requerimento dos jornais populares, faríamos também a questão dos programas de rádios populares.

E, por último, eu quero perguntar ao Ministro Franklin... O Ministro Franklin falou, na sua exposição, que agora em maio e junho o Governo vai fazer programação de mídia regionalizada. Eu perguntaria a V.Exa. se é uma programação de interesse da sociedade brasileira, se é uma programação para divulgar as ações de Governo, ou se é uma programação com algum objetivo eleitoral, já que nós estamos num ano de processo eleitoral e que a própria Ministra Dilma já... Pela mídia, já declarou, talvez, um ato falho, chamando aquela reunião de lançamento de pedra fundamental de obras do PAC, de comício e não de reunião. Então, isso leva a nos dar uma preocupação da utilização da mídia como um instrumento eleitoral fora de época, como está sendo questionado por uma grande parte da sociedade brasileira.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES):

Permite um aparte, Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Com toda a honra, Senador Gerson Camata.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES):

V.Exa. sabe que comício não é uma reunião só política. No latim, é derivada do verbo *commitere*, ir para, reunir, ficar junto, *commitere*. *Mitere* é mandar ir. Então, quando várias pessoas se reúnem, elas participam de um comício, um encontro, uma reunião. Pode ser para o debate político, o debate técnico... Aqui, por exemplo, em larga escala, nós estamos participando de um comício. *Commitere*.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu agradeço a erudição de V.Exa., mas--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI):

Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO

(PSDB-PA): Já lhe passo a palavra, Senador Heráclito Fortes. Eu agradeço a erudição de V.Exa., Senador Gerson Camata, mas, para nós, brasileiros, que estamos acostumados, principalmente nós políticos, comício é comício. Não tem diferença. A única diferença que tem é que inventaram o PAComício, que foi divulgado pela mídia, exatamente por esse ato falho... Esse ato falho. Então, nós temos agora, além do comício, nós temos o PAComício. Se V.Exa. quiser dar a origem do PAComício, nós podemos ouvi-lo com muita alegria. Com a palavra, o Senador Heráclito Fortes.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI):

Eu quero pedir a Deus que o Governo não ilumine o Presidente e faça do Camata o líder aqui. Que, com essa habilidade dele, com essa simpatia, nós vamos ter avanço. Vai ser uma mudança da água para o vinho. Agora, saindo da Roma Antiga e chegando no Piauí, no Espírito Santo, comício é comício. Não tem jeito, Camata. Você não consegue mudar. Ato falho é uma coisa, comício é outra.

[risos].

Agora, não vamos justificar erro com erro. Que foi comício, foi comício. É que nem aquela história do menino que caiu da goiabeira. V.Exa. sabe.

[risos]

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO

(PSDB-PA): Agradeço ao Senador Heráclito Fortes. Senador Romero Jucá está muito bem representado pelo Senador Gerson Camata nessa Audiência Pública da Comissão de Comunicação.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI):

V.Exa. está enganado. Eu não me referi à substituição pelo Senador Romero Jucá não porque é insubstituível. Inclusive, está sendo preparado para, no próximo Governo, ser líder também. Isso é vitalício.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO

(PSDB-PA): Senador Heráclito Fortes, já foi dito por todos nós, que somos da oposição, que o Sena-

dor Romero Jucá será líder do próximo Governo do PSDB. Com a palavra, antes de passar aos nossos convidados, Senador Cristovam Buarque, depois, a Senadora Kátia Abreu.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF):

Eu quero cumprimentar cada um que está na Mesa. Dizer da minha satisfação de estar outra vez com velhos conhecidos, como o Ministro Franklin, como o Deputado Vignatti, e satisfeito fiquei com a sua apresentação, defendendo a mídia regional. E queria consultar, Ministro, sobre um gráfico e uma tabela. Na tabela das circulações, não tem o total, mas dá para prever que há uma queda no total das tiragens dos jornais, se a gente soma todos, mesmo incluindo os jornais ditos populares. Eu queria, então, fazer uma especulação, o que é está levando essa queda na tiragem? É a mídia eletrônica, que começa a preencher o mercado? É a escola, que não está preparando bem as pessoas para serem leitores de jornais, como éramos, quando éramos crianças, e a gente costumava ler jornal? Então, esse é um ponto.

Segundo, é se, na estratégia de mídia do Governo, começa a entrar o uso da mídia eletrônica, dos blogs todos que estão por aí. E aí vem o gráfico que me chamou atenção, é que todos sobem, embora haja uma queda, mas só tem um que está crescendo sempre, que diz outros. Eu fiquei curioso em saber quais são os "outros". É pequenininho, mas está crescendo. Então, se é ou não a mídia eletrônica.

Depois eu queria dizer que achei muito interessante comparar o Brasil com a Índia, do ponto de vista do número de idiomas, mas acho que, no Brasil, a gente fala dois idiomas: o idioma dos que sabem ler e o idioma dos que não sabem ler. Porque, do ponto de vista do jornal, não digo da televisão e da rádio, quem não sabe ler, fala um idioma diferente. É nenhum idioma. Não fala idioma nenhum, do ponto de vista da leitura. E aí uma cobrança, sobretudo, para esses que defendem a mídia escrita e todas as mídias regionais, que eu tenho feito para os grandes jornais na ANJ quando me convidam. A gente vê as tiragens caindo, a gente vê jornais brigando uns com os outros para roubar leitor, distribuindo enciclopédia, música. A gente não vê, Senador Flexa, uma unidade de todos os jornais numa campanha pela alfabetização no Brasil. Se a gente tivesse alfabetização, conclusão de segundo grau com qualidade, eu estimo que poderíamos aumentar em seis vezes o número de leitores. Porque, se todos concluírem o ensino médio, três vezes mais do que hoje concluem. Se você muda a qualidade, melhora a qualidade e põe o fator dois da qualidade com leitura de jornais, seis vezes. Mas não vê os jornais envolvi-

dos, juntos, para fazer com que esse país dê um salto na sua educação.

E aí uma pergunta, que é uma curiosidade, que eu não tive coragem de fazer ainda, que é uma pequena mudança na Constituição, onde se diz que “a educação é responsabilidade do Estado e da família”, colocar a “educação é responsabilidade do Estado, da família e dos meios de comunicação”. Mesmo sem dizer como é que os meios de comunicação entrariam nisso; isso daí seria uma questão das leis menores.

Mas eu queria, se for possível, ter a opinião de vocês, se essa mudança é esdrúxula ou faz sentido: Colocar na Constituição que os meios de comunicação têm uma responsabilidade com o processo educacional, sem definir como. Porque também não está definido qual é o papel da família. E lá está escrito. A gente sabe do Estado, mas não sabe da família. Mas lá está escrito. Depois, a gente discutiria como é que faz isso, obviamente mantendo os outros artigos que garantem a liberdade total na mídia.

Então, era basicamente isso, o que é leva a essa queda, se é mais a mídia eletrônica ou mais o processo educacional, alguma falha no processo educacional? Porque renda não é. A renda está crescendo no Brasil. Não dá para dizer que está se deixando de comprar jornal por causa da renda. É verdade que estão surgindo são outros consumos. Como essa venda de automóvel, de uma maneira exagerada. Hoje tem gente que deixa de pagar o aluguel da casa para pagar a prestação do carro. Então, o que é que está levando... Como é que faz para que haja um programa, aí não é para o Ministro, aí é para os outros, como é que a gente faz para que haja um programa nesse país para que os jornais sejam vetores da educação?

E, finalmente, o que é que acham de colocar essa pequena mudança na Constituição, dando também responsabilidade à mídia no processo educacional brasileiro?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço, Senador Cristovam Buarque, e passo a palavra à última Senadora inscrita, Senadora Kátia Abreu.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Obrigada, Sr. Presidente. Cumprimento ao Ministro Franklin Martins e demais convidados, Deputado Cláudio, Dr. Adriano Kalil, obrigado pela presença. Sr. Ministro, eu gostaria de fazer algumas considerações. Primeiro, a respeito... Eu cheguei atrasada, claro, e pode ser que tenha algum colega já perguntado essa questão, mas eu gostaria de reiterar, se assim já tiver sido feita. Os critérios com relação às rádios isoladas nos Municípios no interior deste país... São rádios que, quando noticiam problemas da saúde, do Ministério da Saúde,

do Ministério da Educação, vocês encontram logística para que chegue essa informação nessas rádios, quando é gratuita. Agora, quando a logística se refere a pagamento, para que essas rádios, que contribuem tanto com os nossos Estados do Brasil, possam receber recursos, vocês já têm uma dificuldade imensa de logística. Isso nós poderíamos usar, ultrapassar essas dificuldades, através de pesquisas regionais, através das Secretarias de Comunicação dos Estados. Os senhores têm instrumentos para que isso aconteça.

Anteontem mesmo, eu estava na cidade de Araguaína, que é a segunda maior cidade do Estado de Tocantins, e dei entrevistas em rádios que o senhor nunca ouviu falar, mas que o povo do Tocantins conhece muito. Então, eu acho que a democratização com relação a essas rádios isoladas pelo Brasil, como fiz ontem, Cidade FM, Rádio Terra, RTR, Araguaia FM, Planeta FM, o senhor nunca ouviu falar. Mas, com certeza, que 100% do Estado do Tocantins conhece essas rádios e se utilizam delas para obter informações. O que é acontece com essas rádios, no dia-a-dia? Como elas não conseguem a mídia técnica do Governo Federal, e às vezes nem do Governo do Estado, elas ficam a serviços, às vezes, da política local. E distorcendo as informações que poderiam ser melhor repassadas ao ouvinte. Então, a rádio, às vezes, por falta de solução, uma rádio é uma empresa como outra qualquer, ela precisa de clientes. Então, o seu cliente quer a sua propaganda. Se eu anuncio venda da minha loja de sapato, pago, ela vai anunciar. Se um político acaba patrocinando essa rádio, ela tem a “obrigação” de divulgar o trabalho apenas daquele político que teve a condição de assim o fazer.

Então, eu gostaria muito que essas rádios, e segundo a ABERTO e a ABERT, eu não tenho o número exato para dar a V.Exa. nesse momento, mas posso lhe enviar, segundo a ABERTO e a ABERT, que são as associações nacionais que representam esses veículos de comunicação, diz que, neste Governo, foi o menor investimento em rádio nos últimos anos no país. Foi o menor investimento feito nessas rádios. E digo o mesmo com relação às rádios comunitárias. O que é que V.Exa. pretende fazer? Nós estamos com infinitas rádios comunitárias espalhadas por esse Brasil afora, a serviço de políticos específicos, independente de partidos. Pode ser até que tenha rádio comunitária do meu próprio partido. O que fazer para evitar esse instrumento?

A rádio comunitária foi criada com a melhor das boas intenções, para que nós pudéssemos democratizar a informação. Mas, sem a fiscalização devida, sem os instrumentos legais, também de direitos; democratização significa direitos e deveres. Então, nós

estamos sentindo que tem rádios comunitárias que são sérias; quando digo sérias, que estão a serviço da informação legítima, e muitas delas que foram criadas por determinados políticos, que montam seus grupos e essa fiscalização está muito maleável. Então, esses dois pontos específicos. Eu gostaria muito de saber como ajudar, na mídia técnica, as rádios do meu Estado e dos Estados do Brasil, essas rádios isoladas, que não fazem parte dos grandes grupos e das grandes redes. As grandes redes se protegem. Têm como ter toda uma formação nacional, essas redes são todas nacionais, agora, esses individuais ficam à mercê e prejudicando a informação legítima para nossos cidadãos brasileiros.

A segunda coisa, Sr. Ministro, além dessas rádios, é com relação... Eu queria a opinião de V.Exa., em nome do Governo, o que pensa a respeito da propaganda sobre bebida alcoólica e sobre obesidade? Agora há pouco, uns quatro meses atrás, a última Legislação aprovada na Inglaterra, uma das mais rigorosas do mundo, principalmente com relação à obesidade infantil, ela proíbe, por exemplo, que artistas infantis façam propagandas de alimentos que levam à obesidade. Ela proíbe que o produto seja vendido e oferecido na televisão junto com brinquedo, com prêmio: “Compre um sanduíche e leve um carrinho ou uma boneca”. Estipula horários rígidos, na televisão, com relação a esses alimentos, à propaganda desses alimentos.

Eu, em primeiro lugar, quero dizer que sou uma cidadã brasileira extremamente liberal, que acredito na iniciativa privada e principalmente nos veículos de comunicação. Mas uma das nossas funções mais importantes é cuidar da saúde da população brasileira. Os números nacionais com relação ao aumento da obesidade infantil nos assustam sobremaneira. E isso no mundo inteiro. Mas a minha responsabilidade é o Brasil e o meu Estado do Tocantins.

Para o senhor ter uma idéia, o Brasil hoje está em 6º lugar no ranking mundial de obesidade. E aqui estão incluídas crianças que estão aumentando a obesidade de todos os anos, e isso não é só o fato da obesidade em si. Não é só a questão emocional do complexo, do gordinho na escola, das humilhações que passam, mas, principalmente as doenças que vão surgir a partir dessa obesidade, como a diabetes, como o problema do colesterol, o problema de pressão alta. Então, o índice de crianças obesas no mundo e no Brasil são números estonteantes.

Eu, sinceramente, não faço parte dessa Comissão, mas vi, pela TV Senado, e vim conversar com o senhor sobre isso e deixei até os dados, especificamente sobre obesidade infantil, no meu gabinete, não tive tempo de trazer, apenas da questão nacional. Mas

é algo em torno de 30% de obesidade e sobrepeso, só na infância, nos últimos 10 anos, no Brasil. Então, o que V.Exa. pensa a respeito dessa regulamentação? A ANVISA, que não está apta legalmente para legislar, tem até tentado se fazer de Deputado e Senador, e enviado para cá, e os veículos de comunicação, com toda certeza e com todo direito, têm entrado na justiça. Isso é papel do Congresso Nacional fazer. Nós é que temos que pegar as sugestões da ANVISA, do Governo Federal, e avaliar para que isso não possa ser nem muito para o mar, nem muito para terra, que não prejudique os veículos de comunicação, mas que, principalmente, combata a obesidade e especificamente a obesidade infantil. Então, eu pergunto se o Governo Federal pretende mandar para essa Casa, o mais urgente possível, é um caso de saúde pública, a regulamentação dessa propaganda de alimentos que levam à obesidade infantil e com relação a bebidas. Nós estamos vendo as estatísticas também V.Exa., claro que tem as informações, com relação ao aumento do alcoolismo no país, principalmente na juventude. Não quero nem falar do cigarro. Mas o cigarro, enfim, nós já temos solução para ele.

Então, para esses dois assuntos, eu gostaria de saber qual é a posição do Governo, o que ele pretende fazer, em termos de regulamentação, em favor da saúde pública brasileira? Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço, Senadora Kátia Abreu. E quero também dar mais uma informação aos Srs. Senadores e à Sra. Senadora, e a nossos convidados, que a forma diligente e competente que o eminente Senador Wellington Salgado, Presidente desta Comissão de Ciência e Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, tem colocado os trabalhos e desenvolvido os trabalhos desta Comissão, ele está atento, e os membros, Senadores e Senadoras dessa Comissão, a todas essas questões.

Dia 21 de maio, Senadora Kátia, nós vamos ter uma segunda Audiência Pública, que trata exatamente desse ponto que V.Exa. se referiu, sobre a regulamentação da propaganda comercial de bebidas e alimentos... Será uma Audiência Pública, a segunda, como disse, em conjunto com a CAE. Então, nós vamos poder também, dia 21 de maio, estar novamente aprofundando a discussão, que é um assunto que preocupa a todos, como bem disse a Senadora Kátia Abreu.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Apenas para complementar, Sr. Presidente, chegou informação aqui pelo meu *iPhone*—

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): É a tecnologia.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): É a tecnologia. Nos últimos 20 anos, aumentou-se a obesidade infantil em 240% no Brasil. E nós gastamos, com a obesidade, além da questão emocional, da saúde pública, ainda tem a questão financeira, o custo. Nós gastamos, no Brasil, com obesidade, um bilhão e 100 milhões de reais, por ano, no tratamento das doenças que são conseqüentes da obesidade como um todo, tanto infantil, como nos adultos. É muito dinheiro.

Eu gosto muito de fazer a conta, quando a gente fala um bilhão, nós temos a TV Senado e ouvintes do Brasil inteiro, que podem estar nos assistindo não agora, mas mais tarde, eu quero dizer que um bilhão de reais dá para comprar, Sr. Presidente, 188 milhões de caixas de amoxicilina, que é um antibiótico de largo espectro, que é da rede SUS. Dá para comprar 20 milhões de sacas de soja. Dá para comprar 178 milhões de latas de leite em pó. Então, é muito dinheiro que nós poderíamos estar evitando gastar, se nós pudéssemos regulamentar, pelo menos com relação à infância, que sofre uma influencia brutal pela mídia, para o consumo desses alimentos. Obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senadora Kátia Abreu, eu quero parabenizar a assessoria de V.Exa. porque, em tempo real, ela lhe auxilia e passa informações, através do e-mail, e graças à tecnologia, V.Exa. pôde complementar as informações ao Ministro Franklin Martins.

Nesta Audiência Pública que faremos sobre a regulamentação da propaganda comercial de alimentos e bebidas, vai estar presente o Ministro da Saúde. E eu perguntei à nossa secretária se o Ministro Franklin estava convidado. Disseram que não. Vou fazer um aditamento à audiência, para que ele venha, mais uma vez, aqui conosco...

SR. MINISTRO FRANKLIN DE SOUZA MARTINS: Vou querer ticket alimentação.

[risos].

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não, com certeza. Não vou lhe prometer jeton porque o nosso Senador Garibaldi Alves, Presidente, não vai permitir, mas a presença de V.Exa. é importante porque nós vamos discutir sobre a regulamentação da propaganda com uma visão de saúde pública, mas também com a presença do Ministro-Chefe da Secretaria de Comunicação do Governo.

Então, eu passo, agora, aos nossos convidados, para que possam responder aos questionamentos, às indagações de todos os Senadores que o fizeram e que eu agradeço.

Inicialmente, o Deputado Cláudio Vignatti, para fazer os seus comentários.

DEPUTADO CLÁUDIO ANTÔNIO VIGNATTI (PT-SC): Primeiro, eu quero saudar aos Senadores aqui presentes e dizer que a mídia regional brasileira está com prestígio porque a presença, de fato, do número de Senadores aqui é representativo. Estava comentando com o Senador Flexa Ribeiro. Quando nós começamos aqui, inicialmente estava o Flávio Arns, o Flávio que propôs a audiência, justificou da quarta-feira, que era um dia de viagem. E eu também estava na mesma linha dele porque, em seguida, nós também vamos viajar. Mas, para a minha surpresa positiva, não sei se é prestígio da mídia regional ou do Franklin, mas acho que é da mídia regional com a do Franklin junto. Mas quero agradecer porque é importante a presença dos vários Senadores aqui, consolidando, de fato, essa presença também do fortalecimento dessa ação articulada entre a Câmara e o Senado, junto com a mídia regional, para fortalecer a mídia regional brasileira.

Esse exercício que acabei, na minha apresentação, então, por alguns Senadores, não podendo ouvir inclusive, por que da Constituição da Frente, mas várias delas estão respondidas no próprio debate, nas colocações dos Senadores.

Eu consegui, eu dei uma saída rápida, só para justificar aos Senadores que não estavam presente naquele momento porque eu tinha proposto uma audiência com grupo grande da Juventude, com o Arlindo, nosso Presidente da Câmara dos Deputados, e ele marcou exatamente para as 10 horas. Fui lá e voltei em 10 minutos, mas peguei a fala do Heráclito Fortes, espirituoso, como sempre; o Heráclito é muito espirituoso. E contribui sempre, de forma... Eu sempre digo que sempre quero ser exatamente amigo dele. É importante isso. Já faz tempo, né? Porque nós atuamos juntos na Comissão de Orçamento, em outros momentos, e tive oportunidade de conviver com o Heráclito, sei da sua habilidade, sua atuação. Acho que o Heráclito traz um pouco essa questão, inclusive, inicialmente da fala dele, da importância que tem algum segmento da mídia regional brasileira na comunicação social. E é isso um pouco do debate que temos feito na Frente Parlamentar, do fortalecimento e do estímulo a esses vínculos de comunicação.

O Zambiasi, quando fala aqui, o Zambiasi fala como quem faz e sempre fez mídia regional, quem se constituiu nessa mídia regional, quem veio ao Parlamento estadual, ao Senado Federal, por uma ação forte, inclusive, dessa mídia regional. Eu, que sou catarinense, vizinho do Rio Grande, conheço a sua ação e a sua atuação, e as rádios do Rio Grande do Sul sempre foram rádios muito fortes na comunicação com Santa Catarina também, sabemos dessa importância que tem essa relação.

Quero dizer aos Senadores aqui, dos vários argumentos colocados e das perguntas aqui colocadas, dirigidas diretamente a mim, que acho que precisamos avançar muito. Tem que avançar no processo de organização; inicialmente, eu colocava aqui dos Estados que estão organizados; o Adriano apresentou, inclusive aqui, no *PowerPoint*, os Estados organizados, os Estados que não estão organizados. Porque o grande desafio, de fato, de a gente conseguir fazer um processo de investimento e de... Do setor privado, na mídia regional brasileira, é dos setores organizados. Vou dizer uma experiência, acho que o Adriano pode relatar isso muito bem, da BRASIL TELECOM. A BRASIL TELECOM resolveu fazer uma ação em todas as rádios do Rio Grande do Sul, por quê? Porque ela tem confiabilidade, vamos dizer assim, e fez esse teste, essa experiência, e agora está ampliando para outras rádios do Brasil inteiro, do aferimento, de fato, do Rio Grande do Sul em todas as rádios. Porque a Associação de Radiodifusão do Rio Grande do Sul é muito bem organizada e tem aferimento e comprovação, de fato, da publicidade que possa, de fato, fazer investimentos no setor privado.

Essa é uma coisa nova da BRASIL TELECOM, uma experiência nova da BRASIL TELECOM, do setor privado brasileiro. Já outros segmentos do setor privado começam a fazer isso também. Agora também tem... Está relacionado a esse investimento, inclusive, do... Da BRASIL TELECOM, também há uma concepção, que tem no Brasil inteiro... Outros segmentos também começam a visualizar o crescimento do Brasil que, mesmo com a apresentação daquilo que o Franklin e outros setores apresentam, o Brasil tem interiorizado o crescimento. Com a interiorização do crescimento, com as cidades médias crescendo, cidades pequenas crescendo também, se pegar o seguinte, o celular está presente no Brasil inteiro. Nós estamos falando da BRASIL TELECOM, está presente no Brasil inteiro. E vai estar presente no Brasil inteiro, ainda nos Municípios que não estão. Claro que esse segmento tem interesse de disputar mercado. Isso ajuda a disputar mercado. Isso constitui, de fato, interesse desse setor privado extraordinariamente.

E quero dizer ao Cristovam Buarque aqui, ao Senador Cristovam Buarque, se me permitir, o chamo de Cristovam, pela intimidade, Senador Cristovam Buarque, que traz elemento importante, acho que até essa questão dos jornais, acho que os jornais podem responder, mas, do meu ponto de vista, acho que é positivo, no processo da educação brasileira também a mídia estar presente, ela precisa estar presente. Os jornais de circulação diária e semanários no interior do Brasil têm crescido a sua tiragem em 100, 200%. Acho

que esse é um levantamento que, Adriano, poderia, de repente, tanto a de, como o Gobbi que está aqui, dos semanários, prestar, nos Estados organizados, para essa Comissão.

Eu conheço jornais que, nos últimos quatro, cinco anos, saíram de mil tiragens para cinco mil tiragens numa cidade. Ou de mil tiragens para sete, oito mil tiragens, porque essa classe C, que cresce no Brasil, lê e assina esse jornal. Lê até o outro jornal, na empresa onde trabalha, mas não assina o jornal de grande circulação nacional muitas vezes. Então, o jornal de circulação diário e semanário, acaba sendo lido pela classe C brasileira, e assinado pela classe C brasileira. Tem assinatura em casa desse jornal ou na sua microempresa ou no seu local de trabalho, como professor, como advogado ou como dentista, nesses setores que acabam atingindo essa... Então, esse setor tem crescido muito. Por isso o setor privado está investindo também. E é lucrativo investir nesse setor. Investindo de forma mais bem articulada, mais bem constituída, inclusive.

Eu acho que o desafio que está, para esses setores, é organizar o aferimento. Para prestar, de fato, ao setor público, cada vez mais, aqueles Estados que não estão organizados, a condição, de fato, de o setor público investir e não ter qualquer tipo de restrição do ponto de vista de investimento.

Com essa compreensão que o Tribunal de Contas já está tendo e acho que foi importante que a Audiência Pública que tivemos, o ano passado, no Tribunal de Contas da União, eu nunca vi tanta gente da mídia nacional presente naquela Audiência Pública, foi uma coisa fantástica, para discutir essa questão. Das 10, 12 falas que... Todo mundo defendeu a mídia regional lá e do investimento que está sendo feito nessa questão da mídia regional. E o Tribunal de Contas começa a trabalhar, inclusive no ponto de vista de construir junto, como a que o Toni falou, aliás, o Franklin falou, desculpe, o Ministro Franklin Martins falou, na construção, de fato, de um modo que possa fortalecer esse investimento com o Governo Federal. E o sonho nosso é, de fato, que os jornais semanários também possam estar na mídia de investimento federal, se não dá todos, mas que se selecione o que dá para investir, o que é possível a partir da organização. O trabalho todo que a gente faz na Frente não é com um veículo, com uma rádio ou com uma televisão. A gente faz com associação. Trabalha dessa forma mais articulada, Flexa Ribeiro, acho que é importante isso, porque a Associação é legítima, é representante daquele segmento, constrói a relação com aquele segmento, não constrói com uma agência ou com uma rádio, que o cara é mais amigo ou com um jornal, que o cara é mais amigo, tem uma

diferenciação nesse sentido, é mais democrático, tem condições, inclusive, de construir e dizer, de fato, quem é sério e quem não é sério. Tem jornais que surgem na época da campanha, e nós os conhecemos. Alguns, inclusive, vão se consolidando depois. Tem jornais agora, na campanha de eleição Municipal, que surgem em tudo quanto é canto do Brasil. Mas acho que tem um critério. A ADI e a ADJORI têm critérios para filiar jornais. Já começaram a ter critérios. Tem que ter um ano de existência. Tem que ter tanta tiragem, tem que ter aferimento... Começa a ter esse processo de critérios mais bem elaborados também, para cumprir, de fato, vamos dizer assim, a representação delas no tratamento dessa questão.

Acho que outro sonho, é claro, que nós avançamos, viu Toni, que está lá atrás, e [ininteligível] bem tem 25 mil habitantes, se conseguir avançar uma campanha publicitária para todas as rádios brasileiras, seria excelente, excepcional. É importante porque, muitas vezes, nos rincões desse Brasil, essa rádio, numa cidade, ela é importante.

Sobre a pauta de rádio comunitária, eu não vim aqui para falar especificamente, mas eu quero trazer três testemunhos rápidos. Um testemunho: Tem rádio comunitária que serve sim ao pastor, ao Prefeito, e outro ao não sei o que lá. E tem rádio comunitária que serve ao Município. Eu tenho várias experiências, onde não tem rádio formalizada, que é rádio comunitária, num Município pequeno, é o principal instrumento de comunicação daquela cidade. E é organizado onde é o veículo da igreja, da Prefeitura, da etnia alemã, italiana, cabocla, não sei o que lá e é um importante veículo de comunicação. E tem aquelas que, de fato, viram um negócio do interesse individual. Então, acho que tem que ter, de fato, critérios mais diferenciados nesse processo, como em algumas rádios também comerciais, com concessão pública, a gente tem ainda dificuldade de ter acesso à democracia, na construção da relação de comunicação deles também. Fala um partido, outro não fala, fala um Senador, mas aquele lá não fala. Tem ainda isso também na rádio comercial formal também. Que acho que esse debate que estamos fazendo aqui ajuda a construir um outro entendimento. Porque a hora que a gente bota o pé e discute isso democraticamente, abre a oportunidade também de dizer o seguinte: “Tem que mudar. Tem que dar espaço para todo mundo. Tem que construir a relação democrática de todo mundo. E o veículo de comunicação que se afirma, mesmo regionalmente, é aquele que todo mundo respeita, que dá espaço para todo mundo também. Aquele que todo mundo não respeita, o pessoal diz: “Não bota esse. Tira fora esse”. Já

vem para Associação e diz: “Não dá”. Tem um pouco essa questão dessa leitura.

Então, eu, respondendo também, acho que ao Senador Presidente, Flexa Ribeiro, dessa questão também, eu acho que o desafio, de fato, é nós avançarmos nos jornais semanários. Tenho falado isso; os jornais diários estão avançando bem, construindo bem, e o desafio também eu concordo aqui, é avançar em alguns órgãos do Governo Federal, que ainda não sabem fazer a comunicação com a mídia regional como deveriam fazer. Um é o Banco do Brasil. Permite aqui uma crítica construtiva. A Caixa avançou bem, a PETROBRAS está avançando. Mas o Banco do Brasil precisa estar, de fato, com a comunicação mais regionalizada e valorizar mais a mídia regional brasileira. Essa crítica feita aqui é a mesma crítica que a gente tem percebido, de alguns setores, e eu tenho conta, gosto, defendo o Banco do Brasil, defendo a instituição pública, acho importante, a minha principal conta é lá, essa coisa toda. Mas eu acho que o Banco do Brasil também tem que avançar e perceber que a mídia regional comunica, e comunica de forma fundamental, esses produtos, que são essenciais para aquele povo também, que ele quer vender aqueles produtos, que quer lucrar com aquilo também. Mas também comunica, no ponto de vista, a mídia regional, importante também para socializar, muitas vezes, problemas que possam construir a inclusão de milhares de brasileiros nesse Brasil, que o Banco do Brasil tem feito e, se comunicar melhor, pode ajudar mais gente e, de fato, construir uma cidadania mais plena nesse processo todo.

No mais quero dizer, Senador Flexa Ribeiro, já falei bastante aqui, estou extremamente agradecido e quero convidar os Senadores, eu já tenho um grupo de Senadores, como o Senador Flávio Arns, que propôs aqui que participe da frente, estou com a ficha aqui, quem quiser fazer adesão à Frente Parlamentar, seja bem-vindo para construirmos essa relação, mas com maior presença do Senado também porque isso fortalece a nossa ação e fortalece também a ação dessa mídia regional brasileira.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço ao Deputado Cláudio Vignatti. E passo a palavra ao Dr. Adriano Kalil Escada para fazer os seus comentários.

SR. ADRIANO DA FONSECA KALIL ESCADA: Obrigado, Senador Flexa Ribeiro. Mas vou ser breve por conta do trabalho que tem o Ministro Franklin pela frente, aqui na Comissão ainda. É cumprido. Mais uma vez, agradecer o Senador Flávio Arns e, em nome dele, a presença de todos os Senadores aqui na Comissão, o que, para nós, realmente, é muito representativo, Vignatti.

Eu gostaria de começar pelo Senador Cristovam, uma resposta rápida, com relação à queda da tiragem dos jornais. O Deputado colocou muito bem, os números são absurdos, em termos de índices de leitura, de qualquer índice de leitura que se conhece. Eu tenho sempre um exemplo de uma cidade chamada São Bento do Sul, em Santa Catarina, que tem 65 mil habitantes pelo CENSO de 2007, e tem um jornal que comprova, através da conta de energia, um outro formato, Ministro, que ele imprime e entrega vendidos 10.800 exemplares por dia. Então, nós estamos falando, se multiplicarmos por um índice razoável, que é quatro pessoas lendo cada jornal, nós estamos falando que 70% da população lê jornal. Isso não existe em qualquer país, com qual seja o nível de intelectualidade.

Então, a mídia, de fato, cresce. E cresce junto, Srs. Senadores, a leitura dos jornais, não através da forma convencional, mas através da internet. Cada vez mais esses veículos são fonte de referência e de informação. E de formação do indivíduo. Seja na área de educação, a área cultural, enfim, de todos os setores. Porque a referência é o veículo como um todo. Aonde você quer buscar a informação do que acontece à noite, às vezes tem um blog, tem alguma informação. Mas, no dia seguinte, quem vai aparecer como notícia na coluna vai ser no jornal, vai ser na mídia.

Então, o Estado de São Paulo é um exemplo que gostaria de citar aqui, que está dentro da minha colocação, os grandes veículos hoje padecem todo dia para tentar trazer audiência para as notícias nacionais. Isso é um esforço hercúleo que vem acontecendo e perdem cada vez mais audiência. Na medida em que eles aumentam a notícia nacional, mais cresce a mídia regional. O “Estado de São Paulo”, recentemente, abriu o seu site de leitura de jornal, e passou a ser... Como era fechado, antes só para assinantes, assim como a Veja vem abrindo, por conta de ser referência de informação. O resultado do negócio, ele vai se dar através da publicidade. É aí que ela cresce. Como não vai ter jornal na rua, não vai dar pra vender assinatura. Mas ele será, sim, a fonte de conteúdo e de informação, de referência do indivíduo e de formação.

A questão das ações educacionais, Senador, elas ocorrem sim. E ocorrem regionalmente. Não querendo aqui mascarar qualquer falta de exercício disso, isso, de fato, acontece, precisa ser incentivado, estimulado, e, na medida em que as associações existem, elas acabam promovendo isso naturalmente nos seus Municípios. O senhor pode ter certeza disso. O mapa que os senhores tiveram oportunidade de acompanhar, ele traz uma realidade da amplitude e da presença da audiência desses veículos. Em algum momento, elas são macrorregionais, como é o caso do Mução. O Mução

é um fenômeno macrorregional. Ele é ouvido em São Paulo. É uma rede de rádios que permite que você tenha intimidade com a sua cultura, lá no posto de gasolina em São Paulo, como o Senador Heráclito estava comentando. E tem a questão da microrregionalidade, onde o Vignatti está hoje, na cidade dele, que tem 170 mil habitantes, tem quatro jornais diários. Conforme vai indo para Município menor, ele vai aumentando a quantidade de semanários, de quinzenários, que é quem fala com aqueles Municípios menores. Isso está perfeitamente coberto. A apresentação foi de número de diários, mas é número extremamente grande dos jornais semanários que têm contato e intimidade com a cultura de cada uma dessas comunidades.

Em linhas gerais, eu queria colocar que à medida que os grandes veículos crescem, os grandes veículos se regionalizam; dei o exemplo do Estado de São Paulo, mas poderia citar outros aqui, mas cresce a mídia regional, porque é maior e precisa da informação localizada. Então, isso é um estímulo para mídia. E a economia é que vai mantê-los vivos ou não.

Queria encerrar e agradecer a nossa apresentação, encerrar com um pedido, Ministro. Não é verdade? Houve, durante um tempo, uma evolução da mídia regional, e ela se sustentava através da credibilidade que as associações de diários de interior, que as associações de rádio, que as associações de jornais de interior davam para esses veículos. Elas cuidavam da sua circulação, do seu treinamento, da qualificação editorial. Em algum momento, elas passaram a ser referência de negócio e a propor negociações em conjunto para seus associados. E elas mesmas, por conhecerem as suas circulações, negociam isso internamente, no seu quintal local, vamos dizer assim, vai pra mesa, porque o papel aceita qualquer coisa. Não dá para dizer que o jornal tem 10 mil e outro tem só mil. Isso se resolve muito localmente também.

Então, entre associados, essas coisas ficam claras e é uma democratização, vamos dizer assim, dos recursos. E foram muitos os casos em que nós experimentamos, com as associações dos diários do interior, pacotes vendidos para empresas do Governo Federal, da Administração Indireta; os Correios foram um grande anunciante; o próprio Banco do Brasil foi quem começou esse processo de investimento na mídia regional, através de uma compra em grupo. E essa compra era autorizada para entidade ou para empresa que representava essa entidade. A partir de um determinado momento, a propaganda virou um problema de Estado. Nós viramos *personas non gratas*. Quem trabalha com propaganda virou picareta. O político só se elegia porque tinha benefício por conta do dinheiro que o Marcos Valério, o fulano de tal, o beltrano de

tal... Isso não é verdade. Tem empresas estabelecidas há mais de um século, na área de comunicação, são muito sérias, e integram entidades que também são entes sérios.

Então, queria pedir para somar no esforço junto ao TCU, para resgatar esse trabalho da negociação com o grupo da entidade, porque ela, de fato, é quem mais representa. E, já que o senhor lembrou o Ministro Gushiken, ele cobrou isso de nós, há muito tempo, o Âmer estava junto, o Betico também, quando ele disse assim: “Eu vou estimular e incentivar as entidades. Mas se vocês proibirem alguém de entrar na entidade, sem algum motivo, eu paro com esse negócio todo de regionalização.

Então, se a gente pudesse continuar isso, Otoni, sei que você também gosta dessa idéia, isso poderia facilitar inclusive a chegada da mídia regional do Governo e de tantas outras empresas, como é o caso da BRASIL TELECOM, que exerce esse tipo de trabalho, ela autoriza pro grupo, seria muito, talvez daria mais velocidade. Mas, muito obrigado, senhores, pela oportunidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço ao Dr. Adriano Kalil e passo a palavra ao Ministro Franklin Martins que, como bem disse o Dr. Adriano, vai agora fazer... Responder às questões que ele anotou, estou vendo aqui ao lado, ele fez uma anotação pela ordem dos inscritos.

SR. MINISTRO FRANKLIN DE SOUZA MARTINS: Não tem mais segredo de fonte aqui, né?

[risos].

Bom, inicialmente, eu queria dizer que nós tivemos aqui uma discussão extremamente produtiva, que acho que foram levantados assuntos muito importantes. Alguns deles, para mim, isso não são novidades até, são questões que eu tenho que refletir sobre isso, não pretendo ter respostas sobre todos.

Eu queria assinalar, talvez um pouco de vaidade de minha parte, mas o fato de que passaram por aqui, estiveram aqui os três Senadores do meu Estado, do Espírito Santo. E, para mim, tudo bem, acho que o assunto é importante, mas vi nisso também uma deferência, um gesto, e eu queria agradecer, especialmente ao Senador Camata, que dividiu conosco a sua erudição de latinista, mas a mim me tocou particularmente quando o senhor dividiu conosco a emoção da lembrança de meu pai. Muito obrigado.

Entrando nos assuntos tocados aqui, o Senador Antonio Carlos Júnior levantou um assunto, a meu ver, extremamente relevante, que é a questão de que é inevitável que as grandes redes de televisão tenham de repensar o seu modelo comercial. Boa parte, vamos dizer, da amarração que foi feita no modelo de inte-

gração e de grandes redes etc., sua pedra de toque era o modelo comercial. E isso teve o lado bom, que permitiu a formação de grandes redes; ele teve o lado ruim, que é que a produção regional foi se atrofiando e, em grande parte, porque não tinha uma remuneração pela produção local. E a experiência mostra exatamente isso que o Senador falou. Ou seja, quando você tem programas regionais, produzidos regionalmente, com um nível igual ao do nacional, a audiência é maior. Muito simples, as pessoas se reconhecem mais, se vêem mais naquilo, se identificam mais. Mas o problema é que faltam recursos para você financiar isso daí. E faltam recursos porque o modelo é um modelo centralizador. O que nós estamos assistindo no Brasil? Isso, nas diferentes redes, umas mais, outras menos. A regionalização está progredindo. De um modo geral, as grandes redes, elas têm no máximo duas horas de programação regional, e o que elas têm de programação regional é o jornal da manhã, jornal do almoço, jornal da noite, às vezes, quando passa um campeonato de futebol local, aumenta um pouquinho etc. Mas elas dificilmente têm programas culturais, programas de cidadania, programas comportamentais locais, agendas etc. De um tempo para cá, isso começou a melhorar. Se pegarmos de três, quatro anos para cá, começou a melhorar. É um dado altamente positivo e que forçará, a meu ver, a discussão, a se repensar o modelo. Eu acho que é inevitável. Quando nós temos regionalização da economia, quando nós temos mais peso da economia no interior, nos Estados etc., e quando nós temos um processo desses ocorrendo, é inevitável, ocorrerá alguma coisa. Acho que é uma observação extremamente importante feita pelo Senador. Eu não tenho resposta, mas é um fenômeno em curso, importante, que, a meu ver, ajuda a democratização das comunicações no país.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEMB-BA): Ministro, foi somente um comentário em relação à coisa que está acontecendo e que inevitavelmente vai crescer mais.

SR. MINISTRO FRANKLIN DE SOUZA MARTINS: Conectado com isso, pego uma observação do Senador Flexa Ribeiro, que estava mais para o fim aqui na cronologia, mas tem a ver com isso, que é a questão da produção regional. Em praticamente todos os Estados existem condições instaladas de produção de audiovisual, que poderiam estar servindo às televisões. No entanto, dificilmente isso chega na televisão. Isso dificilmente chega porque, no fundo, é mais barato você fazer uma coisa centralizada. Eu acho que a política de você instituir... Pode não gostar dos nomes, mas, cotas, espaços para a produção regional, eu acho extremamente importante. Na discussão, no

debate TV pública, defendi isso várias vezes, acho que uma das missões que a TV pública é de abrir espaço para a produção regional. A televisão, no Brasil, tem que ter todos os sotaques. Ela tem que ser integrada, mas ela tem que ter todos os sotaques. Para ter todos os sotaques, é preciso, do ponto de vista econômico, ter viabilidade para a produção.

Agora, eu acho que a definição de cotas, tanto para a produção regional, como para a produção independente de televisão, aquela que não é feita no âmbito, dentro da estrutura da emissora-rede, que está... Da cabeça de rede que está disseminando aquilo, eu acho que é outra questão importante. E acho que essa Comissão aqui devia se debruçar sobre o assunto, acho que isso é relevante. Então, eu sou, em princípio favorável, às cotas regionais. Evidentemente, isso tem que ser feito com amparo numa base econômica, não pode ser uma questão que se decide e pronto, tem que haver condições para viabilizar isso. Mas acho que é importante.

Outro ponto tocado aqui foi a questão das rádios comunitárias. Eu acho que, nesse ponto das rádios comunitárias, o país tem que aprofundar essa discussão. Nós, e o Governo, pessoalmente, disse isso outro dia e volto a dizer, acho que o Governo está devendo nessa questão. A Legislação que existe, ela, na verdade, ela não responde a uma série de problemas. Mas eu acho que o Governo, enquanto Governo, também não responde a uma série de problemas nisso e precisa melhorar seu desempenho. O que nós temos nas rádios comunitárias hoje? Nós temos Faroeste. Essa a realidade. Temos rádios comunitárias que são efetivamente rádios comunitárias e têm outorga, autorização. Nós temos rádios comunitárias que têm autorização e comunitárias que não têm nada, ligado a determinado político, determinada igreja etc. Nós temos rádios comunitárias que são comunitárias, não receberam outorga, estão na ilegalidade e não deveriam estar. Não receberam outorga porque o Executivo não foi competente, ágil o suficiente para resolver aquele problema. Porque elas mereciam ter. Então, nós temos de tudo.

Concordo com o Senador Camata, acho que algo tem que ser feito urgentemente. Eu não havia refletido sobre essa possibilidade de você resolver, numa instância mais regional, mais estadual. Talvez seja possível, teria que se examinar as implicações. Eu não tenho uma resposta para isso, mas eu acho que é indispensável se fazer um mutirão, se encontrar fórmulas de botar lei no faroeste; o que aí for lei, respeitar, porque muitas rádios comunitárias representam um movimento social. Ela é uma comunicação de comunidades etc., e isso não tem por que ser reprimido. E, muitas vezes, na verdade, elas têm interesses políticos de proselitismos,

interesses econômicos etc., e isso tem que ser reprimido porque não é função da rádio--

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES):

Ministro, desculpa interrompê-lo. Se desse estrutura, por exemplo, ao Ministério das Comunicações, fazer mutirões regionais. Mutirão no Espírito Santo, mutirão no Rio, mutirão em São Paulo... Depois mandava para cá.

SR. MINISTRO FRANKLIN DE SOUZA MARTINS: Eu acho muito boa.

[falas sobrepostas].

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Eu fico com pena daqueles funcionários lá. 186 mil processos. Como é que vão fazer?

SR. MINISTRO FRANKLIN DE SOUZA MARTINS: E tem muita coisa que o processo nem existe mais.

[falas sobrepostas].

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Se leva os processos do Espírito Santo para Vitória, chama todo mundo aqui, bota num auditório e pá... Agora tem que dar estrutura e funcionários para ele fazer.

SR. MINISTRO FRANKLIN DE SOUZA MARTINS: Acho que é uma boa sugestão.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Contrata lá da Universidade--

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Licença, Ministro, só pediria ao Senador Gerson Camata que não esqueça o Pará nessa sua reivindicação.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): O primeiro lugar que vai.

SR. MINISTRO FRANKLIN DE SOUZA MARTINS: O Senador Heráclito, ele não está mais aqui, então, vou ser mais comedido na minha reposta, com aquela verve que lhe é peculiar, levantou a questão de ouvir sempre, agradecer os convites, estar aqui. Eu considero o seguinte, eu acho que esse debate é indispensável. E o controle, a discussão, a vigilância, a crítica, as sugestões vindas dos Parlamentares sobre quem ocupa a função em cargos executivos é parte do processo democrático. Eu acho que isso vale para mim, isso vale... Sempre que venho aqui aprendo. Não é que eu venho e acho... Não, eu tenho... Eu aprendo. Por exemplo, a discussão que nós tivemos aqui, nessa mesma Comissão, sobre a questão da Voz do Brasil, para mim, foi muito instrutiva. Eu vi o problema por ângulos que antes eu não via. Então, acho que é uma questão importante. Acho que essa é a visão de praticamente todos os Ministros. Claro que, às vezes, a gente vem aqui para debater a questão, por exemplo, da mídia regional, e vai debater rádio comunitária. A Ministra Dilma virá aqui para falar sobre o PAC, ninguém

melhor do que ela, como mãe, tia, avó do PAC etc., para falar sobre esse assunto, e haverá quem perguntará sobre outro assunto e ela responderá da melhor forma possível e ponto final. Isso é parte do jogo.

Eu queria tocar... Outro ponto que foi levantado aqui, levantado pelo Senador Flexa Ribeiro, se a campanha publicitária que o Governo vai ter, que vai, em maio e junho, se isso vai ser de interesse da sociedade, isso vai ser uma divulgação ou se vai ser uma campanha eleitoral, digamos assim. Olha, longe de mim pretender ser unanimidade. E sabemos nós todos que a disputa política existe para isso mesmo. Coisas que eu direi que é de interesse da sociedade, talvez apareça alguém incomodado com alguma coisa, que dirá que é divulgação eleitoral. E, para isso, existem os mecanismos também, os tribunais para recorrer.

Eu digo o seguinte: A propaganda tem que ser feita, as prestações de contas de Governo, das ações em cada uma das unidades da Federação, isso é um dever do Governo fazer essa comunicação, de dar essa informação, informação do que faz, porque é importante que a sociedade e aproprie disso, isso é feito por todos os Governos, não vai ser feito em período eleitoral, porque isso é proibido. Mas, se tiver problema, a disputa política resolverá isso. Mas acho que nada que vai causar comoção. Mas acho o seguinte, haverá um impacto porque, me desculpe, o Sr. Senador é da oposição, as obras e as ações do Governo nos Estados são ações de obras fortes, que estão mexendo com o país e melhorando, a meu juízo, a vida dos brasileiros. Isso pode agradar a alguns, incomodar alguns, mas acho que se fará dentro do espírito da legislação e da apreciação da sociedade.

Bom, eu queria tocar uma questão, levantada pelo Senador Cristovam, sobre o problema das tiragens dos jornais. É o seguinte, eu não diria que a tiragem dos jornais está caindo no Brasil. No Brasil. Eu acho que o que nós temos é o seguinte. Ela está estagnada, para usar uma palavra mais neutra, ela está consolidada, ali num patamar e não se mexe muito, no caso dos jornais mais influentes. Deixando claro o seguinte. Jornal Nacional não existe. O que existe... O jornal impresso é um jornal local sempre. Ele pode ser um jornal com mais ou menos influência nacional. Mas ele é sempre um jornal local. O jornal é uma coisa local, como vários disseram aqui já. Então, esse jornal, os grandes jornais a circulação deles, ela está estável. No entanto, você tem o crescimento dos jornais populares, que é muito forte, é muito forte, dirigido a um público que está começando a ler jornal agora. E aí, dei os exemplos, o “Zero Hora”, o “Super”, o “Extra”, o... Vários jornais, em todas as grandes capitais, estão surgindo isso, pelo menos até a Bahia, estão surgindo em todos eles jor-

nais com essas características e com forte circulação. Como eu disse, jornais vibrantes, jornais compactos, mais simples, com baixo preço, com muito serviço etc. É a porta de entrada para o jornal impresso para uma série de pessoas.

Além disso, você tem o crescimento da imprensa regional. A imprensa regional aí, saindo das capitais, quer dizer, indo para os principais Municípios do interior, onde a atividade econômica em crescimento, nós pegamos os números, nós vimos os números, passou de 46 a parcela do PIB no interior para 54. Quando você tem esse deslocamento, não é pouca coisa, 8% no espaço de menos de 10 anos, isso significa o quê? Dinheiro circulando, gente empregada, gente estudando... Significa o quê? Necessita Imprensa. Temos o crescimento da imprensa regional também. Mas estou falando no Brasil.

No mundo, nós assistimos a uma questão delicada. Nós estamos vivendo uma fase de transição entre a imprensa em papel, diária, inclusive, jornais em papel, e a edição eletrônica desses jornais. Progressivamente a tiragem e a circulação em papel está diminuindo. E há uma migração para nossos jornais na sua versão eletrônica. E isso não é uma coisa simples. Por que é que não é simples? Porque existe um modelo de negócios, consolidado na versão impressa. Que é basicamente o seguinte: O jornal tem notícias, serviços etc., ele é comprado, com isso, ele pode vender publicidade, ele atrai publicidade, com isso, ele remunera seus custos, remunera seu capital, tem seu lucro e vai para frente etc. Às vezes, não tem lucro e aí, nós, jornalistas, pagamos o pato. Mas, de modo geral, é assim, ele paga seus custos, tem lucro, vai para frente.

O modelo de negócios do jornalismo eletrônico não está consolidado ainda. Ninguém sabe exatamente o que é. A publicidade não chegou ainda a um ponto que diz: “Ela vai roçar(F) e substituir o que aconteceu na imprensa”. Não. Então, nós podemos ter uma situação onde você tem um hiato aí e a imprensa viva problemas por causa disso. Ou seja, como remunerar-se no novo modelo. É uma questão complicada para a qual eu não tenho a resposta e, até agora, ninguém tem a resposta. É uma interrogação. E é algo que tira os cabelos dos principais empresários de cúmulo no mundo inteiro. Vou dar um exemplo, não é de comunicação, mas tem um pouco a ver com isso. A indústria fonográfica no mundo vive uma tremenda crise hoje em dia. Por quê? O modelo de venda do CD, disco, *long play*, a bolacha, mas você concentrar, numa determinada, mídia um pacote de músicas e vender amplamente, esse modelo entrou em crise com a internet. Então, elas afundaram. E elas não conseguiram botar um novo modelo, que pode vender música pela Inter-

net... Mas a pirataria é uma coisa monumental e aí não só a pirataria, a Internet permite troca... Eu tenho uma música, passo para o Senador; o Senador tem uma música, passa para mim e, com isso, as vendagens... O que isso causa? Vai ser difícil remunerar, lá na frente, o cantor, o compositor, a banda etc. Agora, ninguém tem resposta para isso. Quer dizer, e isso não é aqui no Brasil. Isso vale no mundo todo.

Então, existe, nessa migração de mídia, muitas vezes, uma interrogação sobre os modelos de negócios que permitirão possibilitar que essa migração se consolide e não apenas você tenha e depois você não consiga realizá-la economicamente.

Quanto à questão que o Senador levantou, se não deveríamos escrever na Constituição se os meios de comunicação têm responsabilidade na educação, eu vou ser franco. Eu, em princípio, acho que não deveríamos fazer isso. Eu acho que os meios de comunicação têm responsabilidade na educação. Eu não tenho dúvida disso. Mas eu acho que não só os meios de comunicação, como dezenas de outras instituições têm. Digamos o seguinte, os partidos políticos têm responsabilidade nisso. As personalidades que têm visibilidade, têm responsabilidade na educação--

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Menos o Ronaldo.

SR. MINISTRO FRANKLIN DE SOUZA MARTINS: Eu não quis citar o exemplo, Senador.
[risos].

SR. MINISTRO FRANKLIN DE SOUZA MARTINS: E, no entanto... E, por outro lado, eu vou ser franco, eu tenho uma tendência de achar que nossa Constituição já tem coisa demais e que, se a gente pudesse fazê-la mais enxutazinha e, nisso uma autocrítica, na época em que ela foi aprovada, eu achei que era extraordinária aquela quantidade de definições. Mas eu acho que o senhor tem uma preocupação que eu considero justa. É responsabilidade dos meios de comunicação, de alguma forma, contribuir com a educação. Pelo bem ou pelo mal. Quando, muitas vezes, destacam questões que não são importantes, muitas vezes, quando fazem determinada coisa... Eles também, pelo lado negativo, eles deseducam ou não educam. Mas não acho, sinceramente, que isso deveria estar na coisa.

Bom, por último, por último, não. Ainda faltam aqui três questões. A Senadora Kátia Abreu, a quem eu agradeço aqui as perguntas, ela levantou algumas questões, que eu acredito que eu, de certa forma, tinha respondido antes. Mas, de qualquer forma, eu vou voltar o assunto. Nós aumentamos muito, do ponto de vista da mídia do Governo, a quantidade de órgãos que recebem essa mídia do Governo, recebem a publicidade.

Os números, Senadora, basicamente, são os seguintes: Pegando a SECOM, no caso da SECOM, eram 499 órgãos, entre jornais, rádios etc., e eles chegaram a 4.451, em 2006, depois houve uma queda para 2007, de 2434. E essa queda, expliquei, se deveu porque houve uma diminuição das verbas, e eu me esqueci de dizer, no caso dos Correios, que entra aqui também, os Correios não fizeram um anúncio, no ano passado, porque está, desde aquela crise, sem agência de publicidade, e isso afetou aqui também--

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Ministro, por gentileza. Esse aumento, quantos por cento em rádio, TV e jornal?

SR. MINISTRO FRANKLIN DE SOUZA MARTINS: Eu vou lhe dar, Senadora. Em rádio, passou de 270, para 2.627, em 2006. E, havendo uma queda, pelas mesmas razões, para em 2239, em 2007. Em jornais, os números foram de 179 para 1.247 em 2006. E, assim, sucessivamente, e aí respondo ao Senador ACM, os outros, que subiram mais aqui, de 11 para 203, é que aí entra a internet, entram outras mídias que passaram a entrar. Mas não é significativo no conjunto. Tem também outdoor, tem também outras coisas assim. Mas o maior crescimento é internet, que passou a ser uma mídia que sequer existia, com força, antes de 2003. Em específico, Senadora--

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Isso é em número de veículos? Esse aumento que o senhor me deu é em número de veículos.

SR. MINISTRO FRANKLIN DE SOUZA MARTINS: Número de veículos. Isso, de um modo geral, corresponde a um aumento em termos de faturamento, em termos de recursos. Pode não ser exatamente uma correspondência certinha, mas, grosso modo, corresponde. No caso específico, algumas das rádios citadas pela senhora, as rádios Terra Nova e Araguaia, de Tocantins, tiveram anúncio na campanha Mais Brasil. A Rádio Sat, por exemplo--

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): As duas fazem parte das grandes redes.

SR. MINISTRO FRANKLIN DE SOUZA MARTINS: Então, vou pedir à senhora o seguinte.: As que não são de grandes redes, de Tocantins, a senhora me dê a lista. Se elas têm, estão acima de... Em cidades acima de 50 mil, 25 mil, elas deverão ter tido. Se não tiveram, houve erro e esse erro deve ser corrigido. Mas, se elas estiverem abaixo de 25 mil, nós não conseguimos construir ainda mecanismos de veiculação, aferição, nesse tempo. Nós viemos de 100 mil, fomos para 50, para 25... É um processo que leva tempo. Mas, se elas estão acima de 25, mil, elas deverão ter sido contempladas. E, se não foram, houve erro. Posso

dizer à senhora o seguinte: Não há qualquer critério político nisso. Isso é uma mídia técnica.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Ministro, permite um aparte--

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Senador, só complementando, eu fiquei calada, assim, um pouco muda, triste, porque eu não tenho mais do que seis cidades com mais de 25 mil habitantes, Sr. Ministro.

[falas sobrepostas].

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Com certeza, o Tocantins merece. 139 Municípios, e a população de um milhão e 300 mil habitantes, espalhados por essas cidades afora.

SR. MINISTRO FRANKLIN DE SOUZA MARTINS: Estamos trabalhando para ir para 25. Mas nós saímos lá de cima e é um processo muito trabalhoso. Ano a ano nós estamos baixando. Mas acho que podemos fazer alguma coisa, se Tocantins... Podemos priorizar Tocantins nessa descida abaixo de 25 mil para poder contemplar--.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Eu gostaria muito. Porque essas rádios, nessas cidades com menos de 25 mil habitantes, têm um alcance extraordinário. E não quero aqui defender uma não. Todas. Faço questão de mandar a lista de todas elas para o contato, inclusive, com relação até à grande rede; SBT, por exemplo, acabou de me ligar, disse que nunca fez mídia técnica. Nunca fez mídia de rádio com o Governo Federal no Tocantins.

SR. MINISTRO FRANKLIN DE SOUZA MARTINS: SBT?

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): SBT Tocantins Rádio nunca fez mídia com o Governo Federal. Estou dando um exemplo, mas são várias--

SR. MINISTRO FRANKLIN DE SOUZA MARTINS: Olha, bem que é possível, Senadora--

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Então, eu gostaria que o senhor me desse a liberdade de enviar essa lista dessas rádios do Estado, com o alcance de cada uma delas, poderá ser verificado com a SECOM do Governo do meu Estado do Tocantins, e com a associação local também, e a própria grande rede do Estado, que é a Jaime Câmara, que é afiliada à Globo, existe uma parceria entre todos eles. Existe uma aliança e um sentimento de que Globo, claro, a mídia técnica é muito mais elevada. Isso, lá, está bastante concretizado. A consciência de todos, com relação a essa mídia técnica, é fato, mas, a própria Organização Jaime Câmara defende essas mídias para outros veículos também, até para que possa manter para ela mesma a sua condição de primeiro lugar na audiência e ficar com a maior parte do recurso. Mas todos são unânimes nessa divisão.

SR. MINISTRO FRANKLIN DE SOUZA MARTINS: Senadora, deixa eu dar uma informação complementar, que é o seguinte. É mais difícil, no caso de televisão, fazer a regionalização. Porque a estrutura comercial das televisões, de um modo geral, é centralizada. A não ser em casos específicos, que você tenha um programa de jornalismo local, que aí você pode segmentar. Mas, de um modo geral, os contratos e os repasses são feitos através das redes porque, inclusive, existem acordos entre as empresas que compõem a rede. Eu até acharia melhor que houvesse outro modelo. Mas o modelo é esse. Então, temos que entender que--

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Mas Ministro, eu--

SR. MINISTRO FRANKLIN DE SOUZA MARTINS: Só concluindo aqui, eu queria dizer o seguinte, a questão da mídia técnica, para dar uma idéia, no caso de verbas de televisão, no caso da SECOM, a Rede Globo, por exemplo, tem na SECOM exatamente aquilo que ela tem na sua audiência, 49%. Isso, a audiência nacional, verificada há um tempo atrás. Pode já não ser esse hoje em dia. Em São Paulo, é outro número. Mas, nacional, é esse. E cada uma terá. Aplica-se o critério da mídia técnica. Evidentemente que é impossível ter o rigor milimétrico porque, às vezes, têm oscilações, você mira mais num lugar, menos no outro. Mas é muito próximo. E, no caso da TV Globo, é 49, 49. Não tem nenhuma diferença quanto a isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Ainda sobre o assunto, Ministro, se o senhor permitir, eu gostaria que o senhor estendesse a todos os Estados, representados aqui pelos Senadores, essa mesma oportunidade, que fizesse chegar a V.Exa., à Secretaria de Comunicação, a relação das rádios, em Municípios, até no caso específico de Tocantins, V.Exa. abriu para menos de 25 mil. Mas, pelo menos até 25 mil habitantes, que essas rádios fossem informadas à Secretaria para que elas pudessem ser incluídas na mídia técnica do Governo Federal.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Senador Flexa, nós podemos incluir, inclusive, os jornais do interior. É tão simples isso porque podemos fazer uma lista não de um Senador ou Senadora, mas assinada pela Secretaria de Comunicação do Estado, pela Associação desses veículos de comunicação, que eles próprios se conhecem, quem roda jornal verdadeiramente e quem não roda, quem tem alcance e quem não tem. Isso lá é público e notório. A população conhece os jornais e muito mais, então, a Associação e a SECOM. Então, gostaria de enviar, não só as rádios, mas os jornais, para que o Ministério pudesse... A Secretaria pudesse avaliar--

[falas sobrepostas].

SR. MINISTRO FRANKLIN DE SOUZA MARTINS:

Pode se estender a todos, mas não é uma coisa simples. Dizer “isso é uma coisa simples”, não é. É complicado. É complicado por quê? O fato de um jornal dizer que tem a circulação X, não quer dizer que ele tenha a circulação X. Mesmo que tenha o endosso da Secretaria de Comunicação do Estado. A questão está em construir, e vocês sabem disso, nós temos trabalhado nisso, e o TCU tem trabalhado nisso, que o TCU cobra que tenha uma verificação técnica confiável. Qual é? IVC? Não. Não pode ser IVC porque muitos jornais não têm condições de pagar IVC. Então, se faz, muitas vezes, um dos exemplos que a senhora citou, através das associações de jornais que, cadastradas, elas, vamos dizer, avalizam aquilo ali e, de certa forma, autenticam aquilo. Mas é um processo que não é simples. Por isso que é devagar. Rádio é devagar também por causa disso.

Então, até agora, quem tiver Município abaixo de 25, não se construiu modelo para isso. Nós, na última vez construímos o de 50 mil para 25. Nós não construímos ainda.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Mesmo as comunitárias estão incluídas nessa--

SR. MINISTRO FRANKLIN DE SOUZA MARTINS:

Não tem publicidade. Comunitária não tem publicidade. Aliás, quando tem, é porque, no fundo, não é comunitária--

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Tem razão. Desculpa.

SR. MINISTRO FRANKLIN DE SOUZA MARTINS:

Então, eu acho que podemos tentar construir. Mas não é simples. E nós gostaríamos de ter ajuda nisso; sempre que puder. Não é ajuda só de dar pressão e representar os interesses legítimos dos Estados, que são absolutamente legítimos. Mas construir algo que o próprio TCU diga: “Isso aqui está legal”. Nós temos feito uma parceria com o TCU que começou tensa, num momento delicado, nós saímos de uma crise no setor, grande, hoje em dia, é uma parceria muito proveitosa porque conseguimos construir mecanismos de troca de idéias, de aferição etc. e tal. Mas não é simples. É isso só que eu queria dizer.

Agora, conte com toda boa vontade da SECOM para encontrar soluções para isso. Esse é o nosso interesse.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO

(PSDB-PA): Só para ficar bem claro, então, os Senadores, tanto os membros dessa Comissão como os demais Senadores poderão, então, encaminhar ao Ministro a relação das rádios, nos Municípios acima de 25.

SR. MINISTRO FRANKLIN DE SOUZA MARTINS:

Acima de 25 é obrigação. Se não tem, está errado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO

(PSDB-PA): Acima de 25 mil habitantes. Eu até sugeriria que essa listagem, além das sugestões colocadas pela Senadora Kátia Abreu, que essa lista fosse assinada pelos três Senadores representantes de cada Estado. Porque aí atenderia a todas as dificuldades na questão político-partidária. Para evitar que haja--

SR. MINISTRO FRANKLIN DE SOUZA MARTINS:

Acima de 25 é obrigação. Se não tem, tem que fazer; por algum erro ou alguma coisa, algum critério discutível. Abaixo de 25, nós temos que construir critérios--

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO

(PSDB-PA): Agradecemos ao Ministro e será feita a comunicação a todos, através da Secretaria da Comissão, para que possa chegar às suas mãos.

SR. MINISTRO FRANKLIN DE SOUZA MARTINS:

Por último aqui... Ah, você is falar?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO

(PSDB-PA): Com a palavra, o Deputado Cláudio Vignatti, por permissão do Ministro Franklin Martins.

DEPUTADO CLÁUDIO ANTÔNIO VIGNATTI (PT-SC):

Só um registro, antes, rápido aqui, porque nós estamos com um grande comunicador de Santa Catarina, que é o Dr. Humberto Amaral, que está aqui presente também e que é Presidente da Associação Comercial Industrial, lá de Lajes, Estado de Santa Catarina, registrar a presença dele e também de seu filho.

Eu acho que duas coisas, Franklin, se permitir rapidinho. A primeira o seguinte: Acho que a Frente Parlamentar pode fornecer para a Senadora Kátia Abreu e para os demais também, nós temos a relação de todos os veículos que foram veiculados até 25 mil habitantes, e a gente fala aferimento. A gente fornece isso; vou pedir para chegar o mais rápido possível no gabinete de todos os Senadores que participaram aqui. E fazer aferimento, inclusive, se tiver--

SR. MINISTRO FRANKLIN DE SOUZA MARTINS:

Isso são dados públicos.

DEPUTADO CLÁUDIO ANTÔNIO VIGNATTI

(PT-SC): São dados públicos porque a gente acabou acompanhando esse processo, sem problema nenhum. Se tiver algum, de fato, que não está incluído, resolve dessa forma.

Segunda questão, eu permiti, Franklin, esse comentário, porque é um pouco... A fala inicial que nós tivemos aqui, nem todos os Senadores tiveram oportunidade de ouvi-la. De fato, a gente apresentou os Estados que estão organizados. Então, tem vários Estados que não estão organizados a Associação de

Jornais e a Associação de Rádios, inclusive. Porque, como você trabalha com associação, e a associação pode prestar aferimento daquilo que o TCU, inclusive, concorda, no ponto de vista de investimentos, passa a ser mais seguro, Senadora Kátia, esse processo. E nós estamos, junto com a ABERT, junto com ADI, junto com a ADJORI, trabalhando esse processo de organização também, nacional, muito forte.

Então, acho que é importante também trabalhar com outros Estados, Tocantins, o Pará, ainda que não tenham organização sólida e consolidada, nós formalizarmos a organização. Acho que, de forma conjunta, com as experiências dos outros Estados que estão tão bem consolidados, esses Estados têm procurado, vários veículos têm procurado. Nós queremos organizar a associação. Da ADI, ADJORI, Associação de radiodifusão, consolidar a associação, de fato, para a Associação negociar em nome. Como aquilo, acho que assinado por três Senadores, ótimo. Gostei da idéia. Eu acho que esse processo fortaleceria também a ação efetiva desse mecanismo em um processo de organização que torna transparente também e consolida a organização deles no Estado para garantir, inclusive, mídia não só governamental, mas também, para frente, como alguns Estados têm acontecido, campanha publicitária do setor privada para todas as rádios e jornais.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço ao Deputado Cláudio Vignatti e retorno a palavra ao Ministro Franklin Martins.

SR. MINISTRO FRANKLIN DE SOUZA MARTINS: Por último, queria responder à pergunta da Senadora sobre a questão da propaganda de bebidas e questão de alimentos infantis que concorram para a obesidade, separando as duas coisas. Primeiro, na questão de bebidas alcoólicas, a Câmara está discutindo, no momento, um Projeto enviado pelo Executivo, preparado pelo Ministério da Saúde, inclusive, está em discussão de ajustes que possam ser feitos. Eu vou dar minha opinião pessoal sobre isso. Eu, pessoalmente, sou contra propaganda de bebida alcoólica que estimule o consumo antes de um determinado horário, por quê? Eu acho que isso estimula a juventude a beber. Isso acho que vale para bebidas de destilados, de maior teor alcoólico, e vale também para percebidas fermentadas, de menor teor alcoólico. Não deveria haver propaganda de bebida que estimulasse o consumo. Entendo que isto é um problemão para muitos meios de comunicação, que têm parte do seu faturamento vindo da publicidade de venda de bebida. Mas, pensando a saúde pública e... Eu fico com a saúde pública. É possível encontrar mediações? Talvez seja possível encontrar mediações. Por exemplo, os órgãos de co-

municação se queixam muito de que principalmente na... Eles até admitem não fazer a publicidade antes de certo horário. Mas acham que, no caso dos eventos esportivos, muitas vezes, já foram vendidas cotas etc. e tal, isso seria um prejuízo muito grande. Acho que é possível encontrar uma mediação, que é mais ou menos o que há negociação na Câmara, você vai até 2010, mas, a partir de 2010, não pode etc. e tal. Isso é uma possibilidade.

Outra que se levanta, não sei até que ponto isso é factível, é que não haveria propaganda de produto, de serviço. Apenas de marca. Então, digamos, em vez da cerveja tal, você tem a marca tal. Até que ponto isso entra, não entra, mas do ponto de vista de fundo, conceitualmente, filosoficamente, digamos, eu sou contra a propaganda de bebidas dirigidas para a juventude. Não é à toa quando é esporte, é dirigido para a juventude, onde você, em geral, associa consumo de bebidas a desempenho sexual, a conquista de objetivos no mundo etc. e tal. Eu sou contra isso. Acho que... E acho que o argumento de que, na verdade, a propaganda é apenas uma disputa entre companhias, a meu ver, não me convence. Eu acho que ela, além de ter uma disputa entre diferentes marcas, diferentes companhias, ela produz um aumento de consumo. Eu acho que isso é um problema de saúde pública e deve ser tratado... Pode ser tratado também por órgãos de regulação acessoriamente. Tem que ser tratado pelo Estado. Essa é minha primeira posição.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Apenas um aparte, Sr. Ministro. Eu concordo com V.Exa., eu também fico com a saúde pública. O que incomoda, assim como aconteceu conosco, quando nós, políticos, que não podíamos mais fazer propaganda eleitoral, exibindo artistas, exibindo espaços e lugares que pudessem maquiagem o personagem candidato, que pudesse enaltecer... Isso tudo foi proibido. E ninguém deixou de ser eleito, deixou de perder eleição. As coisas continuaram como dantes.

A questão da propaganda de bebida é o glamour que ela tem. Eu não sou contra a propaganda de bebida. Eu acho que nós temos que restringir é o formato da propaganda. Não tem nada mais bonito no mundo do que essas propagandas, com as mulheres bonitas, a cerveja gelada, branca, num ambiente festivo, alegre, que leva a essa indução.

Então, acho que a forma, assim como foi proibido para nós, Deputados e Senadores, políticos do Brasil todo, incluir no nosso programa eleitoral alguém que pudesse nos dar a mão, gostaríamos também que a questão da bebida pudesse perder essa... Colocar alguns limites na utilização de artistas, principalmente mulheres, principalmente lindas, e todo o ambiente que

produz. Agora, oferecer e dizer que a cerveja Antártica é a melhor do Brasil, *in letter*, por exemplo, será que eles querem assim? Então, acho que é o visual que estimula muito.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Até eu gostaria, Sr. Ministro--

SR. MINISTRO FRANKLIN DE SOUZA MARTINS: Eu acho que o seguinte--
[falas sobrepostas].

--No momento, se encontra no Legislativo. Eu acho que o Legislativo é que vai ter que fazer essa certa pactuação, composição etc. Uma coisa que eu aprendi é que muitas vezes o que é o certo você não consegue fazer. Você consegue fazer o mais próximo do certo porque você não tem força política para tanto. Quer dizer, por que é que, no caso de propaganda eleitoral, a sociedade absorveu muito bem as mudanças e por que, nesse caso, existe resistência? Evidentemente, existem interesses econômicos etc., que pesam, e eles deságuam aqui, o que é legítimo, absolutamente legítimo. E acho que o Congresso terá que resolver... Eu acho uma discussão interessante. Muito melhor que seja travada aqui do que dentro do Governo, entre saúde pública, interesse econômico, propaganda etc. e tal. Quanto ao segundo ponto--

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Sr. Ministro, gostaria de um aparte bem rápido--

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Com a palavra, Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): --Gostaria de deixar muito claro também o ponto de vista que eu comungo com a Senadora Kátia e com o senhor também, no sentido da opção pela saúde pública. Só que eu gostaria de enfatizar, que é um debate que vai acontecer aqui no Senado também, já está acontecendo, mas vai continuar, que não é só a questão da forma. Quer dizer, como a propaganda é feita, se é com mulheres bonitas ou não, ambiente bom ou não, mas é do conteúdo em si. Porque vamos examinar o conteúdo, onde a realidade, no Brasil, é que as crianças estão bebendo com 10 anos de idade, com 12 anos de idade. Problemas de afastamento do trabalho, de 15 a 20%, em termos de doenças mentais, distúrbios psíquicos, onde álcool e drogas constituem um fator preponderante para isso. Quer dizer, isso está, no fundo, a propaganda está querendo convencer alguém de alguma coisa. Claro. Quer dizer, beba isso, beba, beba também... Até na Argentina e no Brasil também, havia o Dia da Cerveja, onde se bebia menos e com a propaganda aí do cantor, também na televisão, para dizer que o Dia da Bebida é todo dia. Não é só sábado, domingo, sexta... Mas quarta-feira também é dia de se beber.

Então, isso está causando, eu diria, não pela forma, pelo conteúdo. Quer dizer, um prejuízo extraordinário para a saúde da população. Quer dizer, isto eu acho que as famílias todas, os jovens todos, e nós, como sociedade, temos que botar um freio nisso. E essa discussão tem que acontecer aqui dentro do Senado Federal, para se chegar a alguma conclusão, a favor da saúde, do bem-estar da população.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Flávio Arns, relembando que dia 21 de maio nós temos a nossa Audiência Pública, que o Ministro já é nosso convidado, para que, junto com o Ministro da Saúde, a gente possa, aqui na Comissão de Ciência e Tecnologia, e também em conjunto com a CAE, se possa discutir exatamente esse tema, que é um tema da maior importância. E agora com a honrosa presença do Ministro Franklin Martins.

SR. MINISTRO FRANKLIN DE SOUZA MARTINS: [risos].

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Ah, o lanche. Terá o lanche.

SR. MINISTRO FRANKLIN DE SOUZA MARTINS: A última questão que eu queria tocar também, citada pela Senadora Kátia Abreu, é a questão da obesidade. Eu vou ser franco, Senadora, eu nunca tinha feito uma reflexão maior sobre o problema e a sua intervenção me sensibilizou muito. Eu acho que nós temos um problema, no Brasil, de obesidade. As últimas estatísticas vêm mostrando isso e é uma coisa paradoxal. Nós temos problema de obesidade no Brasil e ainda temos problema de fome. E é normal que isso seja assim porque o Brasil é um país desigual. A obesidade, tirando casos clínicos etc. e tal, ela tem a ver com certos padrões de vida, de comportamento etc. e tal. E por isso ela cresce mais na juventude.

Acho que é uma discussão extremamente importante e não tenho dúvida de que nós temos um caso de saúde pública aí. Eu não sei se essa discussão, e não estou dizendo que a senhora tenha dito isso, deve ficar restrito à discussão da propaganda porque, talvez, tenha que se discutir se determinados alimentos, que são oferecidos aos jovens etc. e tal, quer dizer, se eles têm padrões que favorecem à obesidade. Uso de determinadas substâncias, determinados... Seja problema de saúde pública mais amplo que da comunicação. Mas eu acho que, sem dúvida, e estou refletindo isso pela primeira vez, sem nenhuma pretensão de estar dando uma resposta mais conclusiva, eu acho que tem um problema de comunicação envolvido também nessa questão.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Só um comentário, Ministro.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senadora Kátia Abreu.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Obrigada. Tem também pesquisas que mostram que hoje a grande parte dos jovens e adolescentes e crianças estão comandando a compra do lar. Então, nesse comando da compra do lar, ele não vai adivinhar o que tem no supermercado a não ser se ele não vir na televisão. Acho que se nós conseguíssemos fazer as duas coisas, propaganda e própria produção de alimentos, seria o céu. Mas se nós pudéssemos, por partes, tentar evitar o mal, acho que a propaganda, está comprovado, a legislação no Canadá, na Inglaterra, em vários países do mundo, está o rigor total e absoluto. E mais uma questão importante: A obesidade não é uma característica e um benefício apenas dos ricos. Inclusive, os pobres, nessa estatística também, as pessoas de baixa renda estão incluídas nessa má alimentação. Às vezes, o pouquinho que tem, em vez de aproveitar o dinheiro para comer bem, está comendo mal. Não é prerrogativa apenas da classe média-alta e dos ricos. Estão também nesse número, nessa estatística, crianças pobres do Brasil.

SR. MINISTRO FRANKLIN DE SOUZA MARTINS: A senhora discutiu essa questão já com autoridades da saúde?

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Já. Fizemos uma Audiência Pública aqui, que eu julgo que foi uma das melhores que eu fui autora; nós trouxemos médicos do Brasil inteiro... Inclusive, médicos endocrinologistas. Eu brinquei com a Dra. Valéria: “Mas a senhora ganha dinheiro com os gordinhos”. E ela é a grande batalhadora por essa questão da propaganda de alimentos que trazem obesidade.

Então, é um movimento da Associação dos Endocrinologistas do país, que estão assustadíssimos com essa possibilidade, e foi uma audiência bastante interessante o ano passado ainda, que nós fizemos. Tem o material denso, a ANVISA tem um trabalho bastante adiantado, quis editar uma norma, mas, claro, não podia fazer isso porque estaria legislando e recuou, e tinha que recuar mesmo. Agora, o Governo tem a maioria no Congresso Nacional. Quando eu digo Governo, sei que nós somos independentes, que nós temos o poder de regulamentar, mas se o Governo ajudar na influência da sua base, nós sabemos, lógico, não somos inocentes, sabemos que se o Governo não fizer o esforço, como faz em matérias de seu interesse, isso não vai andar na Casa. É importante que o Governo possa participar, pedindo à sua base--

SR. MINISTRO FRANKLIN DE SOUZA MARTINS: A senhora, com o Ministério da Saúde, já conversou?

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Não. Apenas com a ANVISA. Também esteve presente na Audiência Pública uma pessoa, uma senhora, doutora... Esqueci agora nesse momento, do Ministério da Saúde que, junto com a ANVISA, estiveram comigo no meu gabinete, várias vezes, com a Dra. Valéria, que é a Presidente Nacional da Associação dos Endocrinologistas e conversamos muito sobre isso. Está praticamente pronta a sugestão da ANVISA com relação a essa regulamentação. Não quero dizer que é a perfeita, que é a ideal, mas nós podemos discutir... Quando chega ao Congresso--

SR. MINISTRO FRANKLIN DE SOUZA MARTINS: A questão da comunicação, da propaganda.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Da propaganda. Exatamente propaganda com--

SR. MINISTRO FRANKLIN DE SOUZA MARTINS: A senhora poderia me enviar isso?

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Posso. Claro que sim. Copiando os modelos do mundo todo. Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Ministro Franklin, para concluir.

SR. MINISTRO FRANKLIN DE SOUZA MARTINS: Só tenho a agradecer. Não tenho mais nada... Foi muito bom.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Obrigado. Eu, antes de encerrar esta Audiência Pública, quero dar conhecimento de um Requerimento e uma comunicação que chegou à Secretaria. Requerimento encaminhado pelo Senador Eduardo Azeredo ao Presidente do Congresso Nacional, Senador Garibaldi Alves, e ao Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia, Senador Wellington Salgado. Diz o Requerimento: “Sr. Presidente, tendo sido autorizado por V.Exa. para representar o Senado Federal na cerimônia oficial do ano de intercâmbio Japão-Brasil, centenário de imigração japonesa no Brasil, a realizar-se na cidade de Tóquio no Japão, no dia 24 de abril de 2008, requeiro, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença dos trabalhos da Casa, no período de 22 a 26 de abril do corrente, para desempenhar a mencionada missão. Comunico, nos termos do art. 39, inciso I do Regimento Interno que estarei ausente do país no período de 20/04 a 4/05/08, Senador Eduardo Azeredo”.

E a comunicação feita à Secretaria da Comissão de Ciência e Tecnologia: “Sra. Secretária, para fins de justificar a ausência do Senador Romeu Tuma na Reunião, informo a V.Exa. a impossibilidade de comparecimento de S.Exa. por estar participando da 9ª Sessão do Parlamento do Mercosul em Uruguai, conforme cópia do Requerimento de licença para ausentar-se

dos trabalhos da Casa, em anexo. Na oportunidade envio meus protestos de estima e consideração. Jus-sanã Santos, chefe de gabinete do nobre Senador Romeu Tuma.

E, para encerrar essa Audiência Pública, passo novamente a palavra aos nossos convidados, para que façam as suas considerações canais.

DEPUTADO CLÁUDIO ANTÔNIO VIGNATTI (PT-SC): Um minuto, tendo em vista também a pressa do voo de todos nós aqui, eu quero agradecer, de forma especial, a essa Comissão, ao senhor, Senador Flexa Ribeiro, pela condução, e quero dizer que acho que o debate foi muito profícuo, muito proveitoso, e espero, cada vez mais, desse trabalho que a gente começou também, de consolidar a presença do Senado, a participação efetiva dos Senadores e Senadoras nesse processo vai nos ajudar muito na construção, de fato, da efetivação e do fortalecimento da mídia regional brasileira.

Quero saudar o Franklin também, pela sua maestria aqui. Acho que o Franklin tem sido... E a própria aceitação da forma que coloca, da maneira, da gentileza que ele tem, acho que de se relacionar conosco, com o Congresso, tem, de fato, criado um respeito cada vez maior a essa figura de gestor público agora, que antes nós tínhamos como figura de jornalista. Esse respeito é importante e saudar aqui, claro, as entidades representadas pelo Adriano aqui, convidado, eu falei inclusive esses dias com o Flávio, se nós tivéssemos... De repente, nós poderíamos ter também o pessoal da radiodifusão da Mesa nesse momento, que faltou. Com certeza, para frente, vamos fazer outros debates, onde possam estar presentes também.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Dr. Adriano Kalil Escada.

SR. ADRIANO DA FONSECA KALIL ESCADA: Queria agradecer mais uma vez, Senador Flexa, pela condução dos trabalhos, que realmente fiquei muito surpreendido com a qualidade das discussões aqui, especialmente com a mídia regional ter visibilidade junto aos senhores. Agradecer ao Vignatti, Deputado Vignatti, enfim, a todos os 224 colegas de trabalho e agora com a Comissão se tornando mista, por tudo aquilo que tem sido feito, reconheço a importância para os senhores; os senhores, muito mais do que isso, para o setor da mídia regional esse trabalho está sendo feito, e parabenizar o Ministro, claro, e a toda sua equipe pela maneira que vem conduzindo e solicitar que esse fortalecimento das entidades seja cada vez mais forte para que o setor realmente se organize. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Com a palavra, o Ministro Franklin Martins, para suas considerações finais.

SR. MINISTRO FRANKLIN DE SOUZA MARTINS: Eu queria só dizer que acho que foi muito produtivo, agradecer e dizer que estou à disposição, em qualquer outra oportunidade, para falar sobre qualquer tema que esteja afeto à minha ação dentro do Governo. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu quero agradecer aos nossos convidados, ao Ministro Franklin Martins, ao Deputado Cláudio Vignatti, ao Dr. Adriano Kalil Escada, e dizer que o nosso Presidente Senador Wellington Salgado pediu que justificasse e se desculpassem junto aos convidados da sua ausência por ter assumido os compromissos políticos já, no seu Estado, e não pôde estar aqui, como ele gostaria, de presidir essa Sessão. Mas ele agradece o atendimento do convite e coloca a Comissão de Ciência e Tecnologia à disposição dos senhores, em especial do Ministro Franklin Martins, para que nós possamos continuar debatendo esses assuntos que dizem respeito à comunicação em nosso país.

Quero agradecer a presença das Sras. Senadoras e dos Srs. Senadores que enriqueceram essa Audiência Pública e--

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Sr. Presidente, apenas um comentário. Eu quero aqui--

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Estou sentindo que as duas Senadoras ainda querem se pronunciar antes de encerrar. Senadora Kátia Abreu.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Quero deixar aqui o meu registro, de opositorista convicta que sou, que eu estou achando essa Comissão muito calma, essa Comissão... Não sei se é a característica dela, mas quero saudá-lo, Ministro, porque, é, talvez, uma das visitas de Ministros aqui nessa Casa, menos polêmica, e que a oposição se manteve tranqüila. Quero lhe parabenizar e saudar por isso. E nós estamos--

[risos].

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Eu não sabia. Não sei se é característica dessa Comissão, porque nem sempre... Quase nunca é assim. Mas também saudar minha colega Rosalba, nós estávamos falando aqui de obesidade, ela disse que perdeu seis quilos agora nos últimos dias e está super elegante, e que é uma médica pediatra, participou da audiência pública da obesidade infantil comigo, e sabe da importância de tudo isso, e quero dar parabéns pela performance.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Obrigada, Senadora Kátia Abreu. Com a palavra, Senadora Rosalba.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Sobre obesidade eu tenho que dar o exemplo. Espero é conseguir manter. Mas eu gostaria aqui, Senador Flexa, dizer que infelizmente só pude chegar agora no final, mas assisti grande parte da audiência através da TV Senado, dizer que realmente quero parabenizar a Comissão por ter trazido o Ministro, trazido o Diretor Executivo da Associação de... Dos diários do Interior do Brasil, Deputado Cláudio... Realmente, todo o debate, toda a audiência, ela é muito produtiva, muito importante para que a gente possa realmente ajudar a fazer o melhor.

Nós somos do partido de oposição, mas a nossa oposição é construtiva, no sentido de querer fazer algo que traga o melhor para o Brasil. Se muitas vezes fazemos as nossas críticas, isso é natural da democracia. A democracia, ela se fortalece, ela fortalece o país na hora que a gente tem um direito à liberdade, de colocar os nossos pontos de vista, pontos de vista estes que estão fundamentados no que ouvimos nos nossos Estados, no que ouvimos da população, trazer exatamente novas idéias e sugestões para que possamos fazer o melhor. E eu agradeço realmente que... A presença, e faço parte da Comissão, que tão bem foi conduzida pelo nosso Senador Flexa Ribeiro, que já não é surpresa, Flexa. Você sempre tem conduzido muito bem, tem realmente engrandecido o nosso Senado, com a sua participação, com a sua defesa, e eu sei que o seu Estado reconhece a sua luta. Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço à Senadora Rosalba e a parabeno pelo esforço que a Senadora Kátia aqui anunciou a todos nós. Eu, agradecendo a presença de todos, dou por encerrada esta Sessão da Comissão de Ciência e Tecnologia.

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

ATA DA 14ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 07 DE MAIO DE 2008.

Às nove horas e trinta e três minutos do dia sete de maio de dois mil e oito, na sala treze, Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Wellington Salgado de Oliveira, Presidente da Comissão e com a presença dos Senhores Senadores Augusto Botelho, Geovani Borges, Romeu Tuma, Virgínio de Carvalho, Antonio Carlos Júnior, Eduardo Azeredo, Sérgio Zambiasi, Expedito Júnior, Flávio Arns,

Gerson Camata, Marco Maciel, Flexa Ribeiro e Marconi Perillo. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Marcelo Crivella, Renato Casagrande, Ideli Salvatti, Valdir Raupp, Valter Pereira, Demóstenes Torres, João Tenório e Cristovam Buarque. O senador Cícero Lucena encontra-se licenciado do cargo. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente, Senador Wellington Salgado de Oliveira submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, a Presidência inicia a deliberação da Pauta. **Item 02: Requerimento nº 10, de 2008-CCT**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Augusto Botelho, que requer "... nos termos do art. 93 § 2º do Regimento Interno que seja dispensada a Audiência Pública solicitada pelo Requerimento nº 39/2007, datado de 12 de Dezembro de 2007, para discutir a vedação de cobrança pelos operadores de TV por assinatura, pela oferta de ponto extra quando instalado no mesmo domicílio." O requerimento é aprovado. **Item 03: Projeto de Decreto Legislativo nº. 399 de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Difusão Comunitária de Mara Rosa (ADICOMAR) para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mara Rosa, Estado de Goiás." O relator designado, ad hoc, é o Senador Virgínio de Carvalho e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 04: Projeto de Decreto Legislativo nº. 21 de 2008**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Rádio Comunidade São João FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São João do Polesine, Estado do Rio Grande do Sul." O relator designado é o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 05: Projeto de Decreto Legislativo nº. 487 de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Baionense de Rádio Difusão Comunitária – ABARCO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Baião, Estado do Pará." O relator designado é o Senador Flexa Ribeiro e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 06: Projeto de Decreto Legislativo nº. 483 de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação comunitária de comunicação e cultura de Palmeira para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Palmeira, Estado do Paraná." O relator designado é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 07: Projeto de Decreto Legislativo nº. 004 de**

2008, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga autorização à associação de moradores e amigos de Serranópolis do Iguaçu – AMASI para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Serranópolis do Iguaçu, Estado do Paraná.” O relator designado é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 08: Projeto de Decreto Legislativo nº. 463 de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Desportiva, Cultural e Comunitária Terra Roxa para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Terra Roxa, Estado de São Paulo.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Gerson Camata e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 09: Projeto de Decreto Legislativo nº. 476 de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Cruzeiro Vale FM de Radiodifusão para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cruzeiro, Estado de São Paulo.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Gerson Camata e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 10: Projeto de Decreto Legislativo nº. 478, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga permissão à AMG Publicidade e Comunicação Ltda. Para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Nioaque, Estado de Mato Grosso do Sul.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Gerson Camata e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 11: Projeto de Decreto Legislativo nº. 391 de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Difusora Içara Ltda. Para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Içara, Estado de Santa Catarina.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 12: Projeto de Decreto Legislativo nº. 402 de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Rádio Cultura Comunitária FM de São Miguel do Oeste para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 13: Projeto de Decreto Legislativo nº. 422, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga autorização à Rádio Comunitária Águas Frias para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Águas Frias,

Estado de Santa Catarina.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 14: Projeto de Decreto Legislativo nº. 439, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio FM do Porto Ltda. Para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Porto União, Estado de Santa Catarina.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 15: Projeto de Decreto Legislativo nº. 413, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação comunitária de Comunicação e cultura de jardim de Angicos/RN – ACCCJA/RN para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jardim de Angicos, Estado do Rio Grande do Norte.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Antonio Carlos Júnior e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 16: Projeto de Decreto Legislativo nº. 414, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Baía Formosa/RN -ACCCBFRN para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Baía Formosa, Estado do Rio Grande do Norte.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Antonio Carlos Júnior e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 17: Projeto de Decreto Legislativo nº. 432, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga autorização à Organização para a Cidadania e Desenvolvimento de Umarizal Teresinha de Souza Fonseca – OCIDESF para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Umarizal, Estado do Rio Grande do Norte.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Antonio Carlos Júnior e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 18: Projeto de Decreto Legislativo nº. 449 de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Cultural Lagopedrense para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lago da Pedra, Estado do Maranhão.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Antonio Carlos Júnior e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 19: Projeto de Decreto Legislativo nº. 366, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Campinaverdense para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campina Verde, Estado de Minas Gerais.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Augusto Botelho e o projeto é

aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 20: Projeto de Decreto Legislativo nº. 377 de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Mercosul Ltda. Para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Três Pontas, Estado de Minas Gerais.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Augusto Botelho e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. Nesse momento, o Senador Flexa Ribeiro requer, oralmente, a inclusão extra-pauta de requerimento com o que todos concordam. **Extra-Pauta, Item 01: Aditamento nº. 06 ao Requerimento nº 17, de 2007-CCT**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, que requer “..., em aditamento ao Requerimento nº. 17, de 2007, de Autoria do Nobre Senador Wellington Salgado, nos termos dos arts. 58, § 2º, inciso V, da Constituição Federal, e 90, inciso V, do Regimento Interno do Senado Federal, seja convidado o Ministro da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, Sr. Franklin Martins, para em audiência pública conjunta com a Comissão de Assuntos Econômicos – CAE e a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ, discutir a questão dos limites legais para a regulamentação da propaganda comercial.” O requerimento é aprovado. Fica adiada, em virtude da ausência do relator, a seguinte matéria: **Item 01: Projeto de Lei do Senado nº. 409 de 2003**. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às dez horas e sete minutos, determinando que eu, **Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, no Diário do Senado Federal. – Senador **Wellington Salgado de Oliveira**, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA –
CCT

14ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Havendo número regimental declaro aberta a 14ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, que se realiza nesta data, 07 de maio de 2008. Submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da reunião

anterior. As senhoras e os Srs. Senadores que concordam com os seus termos permaneçam como se encontram. Aprovado.

Eu queria pedir aos Senadores que se encontram na Casa que viessem para a Comissão, que são membros dessa Comissão, para que possamos aprovar aqui os requerimentos e também os projetos terminativos, visto que falta... já temos quorum, vamos lá.

Item 4 da pauta. Projeto de Decreto Legislativo nº 21, de 2008, “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Rádio Comunidade São João FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São João do Polesine, Estado do Rio Grande do Sul”. A autoria é do Poder Executivo e a relatoria é do Senador Sérgio Zambiasi, com Parecer favorável, a quem eu passo a palavra. Com a palavra o Senador Sérgio Zambiasi.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Obrigado, Presidente Wellington Salgado. Vamos direto então ao voto deste Projeto de Decreto Legislativa que aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Rádio Comunidade São João FM para exercer serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São João do Polesine, Estado do Rio Grande do Sul. Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS não evidenciou violação da legislação pertinente, não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que autoriza então a Associação Cultural Rádio Comunidade São João FM a executar serviços de radiodifusão comunitária na cidade de São João do Polesine, no Estado do Rio Grande do Sul. Este é o voto, Presidente Wellington. Parecer favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Em discussão o relatório do Senador Sérgio Zambiasi. Não havendo quem queira discutir, passaremos à votação em bloco ao final.

Item 5 da pauta. Projeto de Decreto Legislativo 487, de 2007, “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Baionense de Rádio Difusão Comunitária – ABARCO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Baião, Estado do Pará”. A autoria é do Poder Executivo e a relatoria é do ilustre Senador Flexa Ribeiro, quem com certeza já teve uns votos nessa cidade. Senador Flexa, V. Ex^a. que tem caminhado bastante pelo seu Estado nesse momento de eleição, de acompanhamento dos seus companheiros. Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente Senador Wellington Salgado, Srs. Senadores. Vamos direto ao voto, Sr. Presidente. Tendo em vista

que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 487, de 2007, não evidenciou violação da legislação pertinente, não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opino pela aprovação do ato que autoriza a Associação Baionense de Radiodifusão Comunitária – ABARCO a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Baião, no Estado do Pará, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados. Tenho certeza absoluta que essa rádio comunitária prestará um grande serviço à população do Município de Baião. É um Município do baixo Tocantins, carente e que precisa realmente de ter, através da radiodifusão, a possibilidade de acesso à comunicação e também de serviços prestado à comunidade de Baião. É com uma alegria muito grande que relato favoravelmente a outorga para a radiodifusão comunitária ABARCO na cidade de Baião. Esse é o voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Muito obrigado ao Senador Flexa Ribeiro. Ao distribuir essa relatoria eu tinha certeza que encaminhando para V. Ex^a. estaria entregando a quem realmente, por conhecer bem o seu Município, o Município do seu Estado, faria um bom relatório conhecendo bem a região, sabendo da utilidade que teria essa rádio. Em discussão a relatoria do Senador Flexa Ribeiro. Não havendo quem queira discutir, passaremos à votação em bloco ao final.

Passaremos agora ao Item 6 da pauta e também ao Item 7 da pauta, ambos de relatoria do Senador Flávio Arns.

O Item 6 é o Projeto nº 483, de 2007, que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Palmeira para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Palmeira, Estado do Paraná”.

O Item 7 é o Projeto de Decreto Legislativo nº 004, de 2008, que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Moradores e Amigos de Serranópolis do Iguaçu – AMASI para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Serranópolis do Iguaçu, Estado do Paraná”.

Senador Flávio Arns, a quem eu passo a palavra com o maior carinho. Com a palavra o Senador.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Obrigado, Sr. Presidente. O Item nº 6 se relaciona ao Município de Palmeira. O Município de Palmeira fica a cerca de oitenta quilômetros de Curitiba, é um Município muito hospitaleiro, pessoas muito dedicadas, uma população muito atenciosa e uma APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais que presta serviços da maior

relevância já há vinte e cinco anos naquela localidade. O Parecer é favorável.

E o Item 7, que é de Serranópolis do Iguaçu, Município que fica no oeste do Paraná, ao lado do Parque Nacional do Iguaçu, inclusive a estrada que conduz a Serranópolis termina no Município, que logo em seguida começa o Parque, e uma das maiores aspirações daquela comunidade é a reabertura do Caminho do Colono, que uniria o oeste ao sudoeste do nosso Estado, unindo os Municípios de Serranópolis do Iguaçu e Capanema, um grande Município também, muito próspero e muito solidário, com tantas aspirações no Paraná. O Parecer é favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Em discussão os dois Pareceres do Senador Flávio Arns. Não havendo quem queira discutir, passaremos à votação em bloco ao final.

O Item 8, o Item 9 e o Item 10, o Item 8 seria de relatoria do Senador Romeu Tuma, o Item 9 também e o Item 10 do Senador Valter Pereira. Eu pediria, como Relator *ad hoc*, um ex-radialista famoso no Estado do Espírito Santo, que acabou chegando a Governador e também é um dos Senadores mais prestigiados dessa Casa, com uma história bonita nessa Casa e também no seu Estado. Eu tive a oportunidade algumas vezes de ir ao Espírito Santo e vi o quanto goza de um grande conceito o Senador Camata, a quem eu passo a palavra para relatar o Item 8, o Item 9 e o Item 10 da pauta.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Muito obrigado pelas referências que V. Ex^a. faz à minha pessoa, que se deve mais à generosidade de V. Ex^a. do que aos meus méritos. Mas eu quero, com muita honra substituir então a relatoria do Senador Romeu Tuma.

O primeiro é o ato que autoriza a Associação Desportiva Cultural e Comunitária Terra Rocha a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Terra Rocha, Estado de São Paulo.

A segunda é exatamente a autorização para a Associação Comunitária de Cruzeiro Vale FM de Radiodifusão para executar os serviços de radiodifusão comunitária na cidade de Cruzeiro, famosa cidade de Cruzeiro, Estado de São Paulo.

E o terceiro Projeto é exatamente o que aprova a Portaria 810, de 25 de outubro de 2006, que outorga autorização à Associação Comunitária Cruzeiro Vale FM de Radiodifusão a executar pelo prazo de dez anos, também naquela cidade, o serviço de radiodifusão. Os três Pareceres são favoráveis.

Eu queria, Sr. Presidente, se V. Ex^a. me permite--

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): À vontade.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Dizer que há poucos dias eu estive na Comissão de Infra-Estrutura, numa Audiência Pública, onde estava o Ministro Franklin Martins. Exatamente eu fui lá porque surgiram algumas críticas, até oriundas do Ministro, eu não digo críticas, mas algumas apreciações dizendo que o serviço de radiodifusão comunitária no Brasil está um faroeste. Isto não é verdade. Primeiro, V. Ex^a. sabe que quando o Ministro Hélio Costa assumiu o Ministério, ele pegou quatro anos de atraso de processos lá. Eu tenho acompanhado o enorme esforço, não só do Ministro, o empenho do Ministro, mas dos funcionários. Às vezes aquelas Comissões Técnicas foram até quatro horas da manhã, porque não há funcionário suficiente para apreciar o volume de emissoras, de pedidos que chegam lá. Eu me lembro que houve um dia que eles conseguiram despachar seiscentos, parece-me que em quinze dias, quando terminou os seiscentos tinha entrado mil e quatrocentos. Não adiantou nada, quer dizer, adiantou, correu bem, mas não dá vazão ao grande número de pedidos.

O outro problema é que tecnologicamente, V. Ex^a. sabe que hoje em dia com quinhentos reais o senhor põe no ar uma estação de rádio. Com um aparelho de DVD o senhor põe no ar, com um transmissorzinho que qualquer aluno de escola técnica faz, um transmissor de televisão. Então eu vi outro dia na Globo, a Polícia Federal desativou um transmissor de uma rádio pirata e, quando ela desceu o morro, estava lá no ar de novo, o cara enfiou outro transmissor e a polícia teve que subir lá no morro para desativar.

Então há necessidade de nós aqui, aqui nessa Comissão, estudarmos uma maneira de fornecer ao Ministério das Comunicações condições para que ele possa continuar ou até aumentar a velocidade com que está trabalhando nessa área.

Outra coisa, também, é a vigilância, que nós não temos nem Polícia Federal, nem fiscais para vigiar rádios clandestinas e piratas por esse Brasil afora. Muitos países já usam a vigilância por satélite. Tem um satélite que um funcionário, lá entrou uma rádio clandestina, aparece no computador a frequência, o local, o GPS localiza e imediatamente ela é bloqueada.

Então nós temos que estudar aqui para a Comissão secundar o enorme esforço que o Ministro vem fazendo para regularizar e normalizar o grande número de pedidos que ele recebe.

Eu até sugeri nessa reunião, Sr. Presidente, que poderíamos fazer mutirões. Por exemplo, o Ministério iria com um grupo de funcionários para Vitória. Todas as rádios do Espírito Santo, com uma senhora, pronto, já

estavam outorgadas. Depois ia para cada Estado para fazer mutirão só naquele Estado. E até a Comissão poderia ir junto, porque o Ministério já vai outorgando e a Comissão já vai homologando para fazer com que se regularize isso. E é indo ao Estado--

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Grande idéia, Senador Camata.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): É o problema que, por exemplo, que normalmente o pessoal lá de Baião, que requereu a rádio, não são os homens mais ricos da cidade, são pessoas até simples e tal. Tem que arranjar aquele monte de documento, gasta uma fortuna no cartório, vem para cá, cai em exigência. Mas se caísse lá, “Fulano, está faltando aqui a certidão de nascimento do seu tataraneto”. Ele vai lá e apresenta a certidão na hora, lá mesmo, não tinha que fazer esse enorme trâmite que se faz hoje.

De modo que o meu apelo era no sentido de que essa Comissão começasse a pensar nisso para subsidiar o enorme esforço que o Ministro vem fazendo para regularizar e que nós somos constantemente testemunhas disso pelo volume enorme de processos que chegam aqui oriundos do Ministério. Me desculpe, mas era necessário fazer essa apreciação.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senador Camata, hoje a Comissão está um pouco ansiosa porque teremos aqui na Infra-Estrutura o depoimento da Ministra Dilma. Aliás, nem depoimento, ela foi convidada para vir mostrar as obras do PAC no país. Então o Senador Flexa Ribeiro inclusive, hoje, falou pouco. V. Ex^a. foi bem resumido na sua fala [risos]. Eu achei até, depois eu entendi, depois eu entendi. Eu achei que V. Ex^a. estava um pouco acelerado, mas é porque temos horário às dez horas, mas a Ministra Dilma vai chegar umas dez e cinco, dez e dez, então ele preferiu ficar. Ela vai apresentar ainda durante quarenta minutos o PAC.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): V. Ex^a. já acertou com ela esse horário? [risos]

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Não, mas teria a maior honra em acertar.

Vamos lá ao Item 11 da pauta, rapidez em homenagem ao Senador Flexa Ribeiro. O Item 11, 12, 13 e 14 seriam de relatoria da Senadora Ideli Salvatti, mas ela, pessoalmente, me pediu para que fosse encaminhado ao Senador *ad hoc*, o Senador Flávio Arns, devido ao carinho que a Líder tem com V. Ex^a. Ela me pediu pessoalmente que eu o nomeasse como Relator *ad hoc*.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES):

Eles são vizinhos.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): O Senador Flávio Arns realmente é uma pessoa que--

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Nós somos vizinhos lá no Paraná e Santa Catarina. Ela faz isso porque as famílias dos meus pais, dos dois lados, são de Santa Catarina. Então quando eu falo de Santa Catarina, eu falo com o mesmo amor que eu falo do Paraná.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eu sabia que tinha uma razão específica, Senador Flexa. Senador Flávio Arns, então, por favor, Relator *ad hoc* dos Itens 11, 12, 13 e 14. Com a palavra o Senador.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): O Item 11 é o Projeto de Decreto Legislativo 391, que “Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Difusora Içara Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Içara, Estado de Santa Catarina”. O Parecer é favorável.

O item 12 “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Rádio Cultura Comunitária FM de São Miguel do Oeste para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina”. O Parecer também é favorável.

O Item 13 Projeto de Decreto Legislativo nº 422, que “Aprova o ato que outorga autorização à Rádio Comunitária Águas Frias para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Águas Frias, Estado de Santa Catarina”, com o parecer favorável.

E o Item 14, da cidade de Porto, no Município da cidade de Porto União, próximo também, ao lado há uma linha férrea que separa esse Município do Município de União da Vitória, no Estado do Paraná, é o Decreto Legislativo nº 439, de 2007, que “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio FM do Porto Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Porto União, Estado de Santa Catarina”, com o Parecer também favorável, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Muito obrigado. Em discussão os Pareceres *ad hoc* do Senador Flávio Arns. Não havendo quem queira discutir, passaremos à votação em bloco no final.

Os Itens 15, 16, 17 e 18 seriam de relatoria da Senadora Rosalba Ciarlini. Pediríamos então ao Senador ACM Júnior para que ele relatasse *ad hoc*. O Senador, inclusive, está sendo responsável, como primeira figura de um grupo que está trabalhando para algumas reformulações dessa questão de outorga de tramitação

interna na nossa Comissão e, se V. Ex^a. desejar, antes de fazer a relatoria, comentar rapidamente como está essa situação... Claro que o Senador Flexa está um pouco ansioso, mas tem tempo, Senador Flexa, relaxa que a Ministra Dilma vai aguardá-lo chegar.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEMB-BA): Sr. Presidente, Srs. Senadores. Na verdade são dois trabalhos. Um é o Projeto que eu apresentei para que nós regularizemos a questão da tramitação das autorizações, outorgas de rádio e televisão no âmbito do Senado Federal. Esse Projeto já está na pauta da CCJ, com a relatoria do Senador Flexa Ribeiro, virá posteriormente para cá e irá à Mesa Diretora, e também aqui, se não me engano, o Relator também é o Senador Flexa Ribeiro. Então já está em fase adiantada.

No caso de TV por assinatura, nós temos um grupo de trabalho que se reuniu já na semana passada e nós deliberamos em função de que já está vindo para cá, da Câmara, o PL 29, que já aglutina lá os Projetos que tramitaram sobre TV por assinatura. Então como nós íamos fazer a mesma coisa aqui, seria um trabalho desnecessário. Então nós vamos trabalhar em cima do PL 29, nós vamos aqui discutir e as Emendas que forem julgadas pela Comissão pertinentes serão agregadas ao Projeto e nós já faremos uma negociação com a Câmara dos Deputados, com a Comissão de Ciência, Tecnologia e Comunicação da Câmara, para que a gente já possa fazer as modificações aqui que sejam passíveis de aprovação na Câmara dos Deputados e que já saíamos com o Projeto praticamente aprovado. Essa é a idéia que o grupo de trabalho deliberou e nós faremos uma apresentação para a Comissão provavelmente na semana que vem. Nós devemos aí apresentar o trabalho aqui na Comissão pelo menos na semana que vem. Será agendado por Egli, com a autorização do Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): OK, Senador.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEMB-BA): Então esse é o resumo dos trabalhos que nós estamos fazendo aqui na Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Está muito bem entregue, viu Senador. V. Ex^a. tem um conhecimento na área e com certeza irá colocar uma tramitação mais lógica, mais, assim, digamos, bem clara, para que não possa criar problema nem para consumidores, nem para pessoas que detêm a outorga das rádios e televisões. Com a palavra sobre os itens.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEMB-BA): Temos quatro Projetos de Decretos Legislativos relativos a emissoras de rádio. É o PDL nº 413, de

2007, que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Jardim de Angicos/RN; temos o Projeto de Decreto Legislativo 414, de 2007, que Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Baía Formosa, também no Rio Grande do Norte; temos o Projeto de Decreto Legislativo nº 432, de 2007, que aprova o ato que outorga autorização à Organização para Cidadania e Desenvolvimento de Umarizal – Terezinha de Souza Fonseca, também da cidade de Umarizal, no Rio Grande do Norte; e, finalmente, temos o Projeto de Decreto Legislativo nº 449, de 2007, que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Cultural Logopedrense para executar serviço de radio-difusão comunitária na cidade de Lago de Pedra, no Estado do Maranhão.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha todos esses quatro PDSs não evidenciou violação na legislação pertinente e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que autoriza essas quatro rádios comunitárias a executarem o serviço. São três no Rio Grande do Norte e uma no Estado do Maranhão. Esses são os votos.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Muito obrigado. Em discussão o voto do Senador ACM Júnior. Não havendo quem queira discutir, passaremos à votação ao final.

Para terminar, dois Itens da pauta, o 19 e o 20. Projetos de Decreto Legislativo 366 e 377, de 2007, ambos de relatoria do Senador, meu marido amigo e representante do Estado ao qual eu também represento, que é Minas Gerais, e pediremos ao Senador Botelho para que faça a relatoria *ad hoc*. Senador Botelho que, nesse momento, tem o seu Estado vivendo questões importantíssimas para a discussão que talvez venha a criar novas regras para o país em função de regulamentação de áreas indígenas. Então eu queria dizer a V. Ex^a. que tem todo o meu apoio, no que precisar, do representante de Minas, para situações que V. Ex^a. acredite, porque eu tenho plena confiança em V. Ex^a. É um homem que sempre foi ponderado, sempre soube discutir o posicionamento do seu Estado e também a posição pessoal de V. Ex^a. no Senado de uma maneira bem centrada, tranqüila. Então eu queria dizer que o meu voto, representando o Estado de Minas, estará ao seu lado, em qualquer posição que venha a pedir o apoio para o seu Estado.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. RELATOR SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Pois não, Senador Flexa.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): V. Ex^a. está com uma técnica de obstruir a Audiência Pública da Ministra Dilma lá na Comissão de Infra-Estrutura?

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Não, de maneira alguma, Senador Flexa. Eu pedi até ao Senador Azeredo que viesse para que pudesse liberá-lo, e ele veio correndo porque parece que a oposição passou todo o material para V. Ex^a., que estudou durante a noite inteira, está preparado para o embate.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): O Brasil inteiro está preparado, não sou só eu não. Todos os meus pares aqui estão querendo ir à Comissão de Infra-Estrutura. Eu pediria a V. Ex^a. que invertesse a tática de não obstruir a CI.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eu não estou obstruindo e as minhas palavras são verdadeiras, Senador Botelho, com relação ao Estado de V. Ex^a, a quem eu passo a palavra.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Obrigado, Senador Flexa. Senadora Flexa, foi a sensibilidade humana do Senador Wellington que fez ele fazer essa observação. Eu e ele somos contra qualquer forma de violência, principalmente quando se chega aos extremos que estão chegando no meu Estado. Mas isso é consequência de uma política que tem que ser revista em relação às políticas indigenistas. Nas áreas demarcadas os indígenas são abandonados literalmente pelas ONGs que provocam a demarcação e pela FUNAI que não tem recursos para apoiar os índios. Quem presta assistência aos índios, quem faz escola, estrada, assistência médica, assistência agrícola, é o Estado. Mas eu acho que nós estamos caminhando para uma outra solução.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): É verdadeiro, Senador Botelho, que o Governador do Estado de V. Ex^a. só administra 20% da área e seria 10% da área se fosse realmente colocado... se o Supremo der uma decisão no sentido da preservação dessas áreas indígenas, o Governador só administrará 15% ou 10% da área do Estado?

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Deixa eu dar uma explicação: 46% ou 47% já são áreas indígenas definidas, homologadas. Mais as áreas de conservação, áreas de exército e áreas públicas passa-se para cinquenta e pouco por cento da área do

Estado. Sobre 50%. Desse 50% existe uma Lei na Amazônia, na área de florestas só pode utilizar 20% da área para exploração econômica convencional. Aí se reduz a 10%.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Sobre 10%?

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Só que aí, se você for excluir os igarapés, as margens de rios e não sei o que, realmente vai sobrar pouca área para a atividade econômica. Mas eu acredito que nós temos que fazer uma política indigenista que integre os indígenas que querem, os que não querem não, mas os que querem se integrar na economia. Nós temos que fazer os indígenas se envolver lá. Existe uma hidroelétrica, de Cotingo, que a maioria dos indígenas são favoráveis. Essa minoria que faz a maior confusão não é favorável. Fazer uma hidroelétrica lá que é o melhor custo por quilowatt em investimento do Brasil. Existem áreas irrigáveis, à jusante desta hidroelétrica, de sessenta mil hectares que pode ser utilizada com uma agricultura irrigada após a construção da hidroelétrica. Os índios de Roraima, da área da Raposa Serra do Sol, estão em contato com a “civilização” há mais de duzentos e cinquenta anos. A criação de gado lá, que sempre existiu, lá era área de produção de gado no meu Estado, depois foi deslocada, há trinta anos começaram a expulsar os criadores de gados de lá, mas os indígenas criaram gado, trabalharam e sabem criar gado. Eles dispõem de um rebanho dele deles de trinta e cinco mil cabeças de gado. Então o que tem que ser feito são políticas para integrá-los na economia. Então o meu Estado vai realmente ficar com uma área restrita, para um Estado é pequena. Na realidade o Estado não tem quase nada porque as terras da União são da União ainda. O INCRA é detentor das terras do Estado. Mas o Lula prometeu esse ano, que iria resolver isso. Eu acredito que o Governo Lula vai repassar as terras para o Estado.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Se V. Ex^a. precisar de um espaçozinho, lá no Triângulo Mineiro nós podemos arrumar para V. Ex^a., se não sobrar. Eu tenho certeza que V. Ex^a. não quer abandonar o seu Estado de jeito nenhum, porque eu vejo o quanto V. Ex^a. ama o seu Estado, mas do jeito que está indo--

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): É o General Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Eu sou nacionalista, eu acho que realmente se a gente não tomar uma atitude... Porque as ONGs falam muito em Nações: Nação indígena, nação não sei o que lá. A Nação é brasileira.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): É que fica na divisa com outro país. Então de repente aquela área vai ficar como se fosse uma área neutra e não uma área nacional, do Brasil.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Uma coisa grave é que no país da Venezuela existe uma área indígena equivalente e contígua à nossa, quer dizer, nove milhões... Aqui, Senador, dá mais de nove milhões. Só na Yanomâmi nove milhões, mais nove, são dezoito milhões, é um país. Na hora que a ONU quiser faz um país lá. Aliás--

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Já tem raça, daqui a pouco vai ter língua, vai ter--

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Língua já tem. Tem língua, tem povo e tem terra. Mas o caso é que--

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Tem índio que fala inglês lá, que vieram da Guiana?

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Os índios da Guiana falam inglês, aí é normal. Os índios da Guiana migram muito para o Brasil, e os da Venezuela também, porque os temos um programa de assistência melhor do que esses países. As indígenas têm direito ao auxílio natalidade, os índios se aposentam, então, quando está para nascer o nenê, eles passam para cá, para o lado do Brasil. Aí nasce aqui, registra, pega os benefícios e volta para lá. Uns voltam, outros ficam e assim vai. Mas eu acho que é um direito deles perambularem para lá e para cá e o país não tem como fiscalizar se o índio é daqui ou de lá. Por isso que nós temos que ver, deixar bem claro essa questão de fronteira e de segurança nacional, porque para o indígena mesmo não existe fronteira, realmente eu acho que ele tem direito de ir para lá e para cá, é um povo que vive por ali.

Mas vamos voltar às nossas rádios, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senador Flexa está ansioso.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): O Senador Flexa vai achar que nós estamos querendo obstruir a Audiência.

Item 19. Projeto de Decreto Legislativo 366, de 2007, “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Campinaverdense para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campina Verde, Estado de Minas Gerais.” A autoria é do Poder Executivo e a relatoria é do Senador Eliseu Resende. O voto do Relator, eu sou *ad hoc*, é favorável, Sr. Presidente.

O Item 20, Decreto 377, de 2007, “Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Mercosul Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Três Pontas, Estado de Minas Gerais”. A relatoria é do Senador Eliseu Resende, eu sou *ad hoc*. O Parecer é favorável, Sr. Presidente, os dois Pareceres.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Em discussões os Pareceres do Senador Botelho. Não havendo quem queira discutir, passaremos à votação.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Ele é um mineiro *ad hoc* também.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): O Item 3 da pauta, Projeto de Decreto Legislativo 399, “Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Difusão Comunitária de Mara Rosa – ADICOMAR para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mara Rosa, Estado de Goiás”. A relatoria seria do Senador Demóstenes Torres, relatoria *ad hoc* do Senador Virgínio de Carvalho, a quem eu passo a palavra.

SENADOR VIRGINIO DE CARVALHO (PSC-SE): Eu prometo ser muito breve. Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 399, de 2007, não evidenciou violação da legislação pertinente e não havendo reparos quanto ao aspecto da constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que autoriza a Associação de Difusão Comunitária de Mara Rosa – ADICOMAR, a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mara Rosa, Estado de Goiás, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Em discussão o relatório do Senador Virgínio de Carvalho. Não havendo quem queira discutir, passaremos imediatamente à votação.

Senador Flexa, tem um requerimento de V. Ex^a. aqui. V. Ex^a. deseja participar na outra Comissão, mas temos a votação e depois eu vou ler o requerimento de V. Ex^a.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Extrapauta.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Extrapauta.

Então vamos à votação dos projetos terminativos. Como vota o Senador Augusto Botelho?

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Com os relatores, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senador Geovani Borges?

SENADOR GEOVANI BORGES (PMDB-AP):

Com os Relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Um abraço no irmão de V. Ex^a., um grande amigo. A presença de V. Ex^a. claro que também é agradável, mas leve para ele que estou com saudade do irmão de V. Ex^a. Como vota o Senador Virgínio de Carvalho?

SENADOR VIRGÍNIO DE CARVALHO (PSC-SE): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Como vota o Senador Antonio Carlos Júnior?

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Meu ilustre amigo Senador Eduardo Azeredo, que tem lutado por uma rádio comunitária na cidade da mãe de V. Ex^a. Está pronto, nós vamos ao Ministério, será assinado e é uma homenagem a V. Ex^a. e também à mãe de V. Ex^a.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Santo Antônio do Monte é a terra dos foguetes, dos fogos de artifícios lá em Minas Gerais. Obrigado, Excelência.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senador Sérgio Zambiasi, como vota V. Ex^a?

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Com os Relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Que também é um grande locutor, começou um trabalho como radialista e soube que teve o programa de maior audiência, eu não sei se ainda tem ainda, me perdoe se ainda tiver, em todo o Estado do Rio Grande do Sul. Continua?

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Presidente, hoje eu tenho um querido colega que me substitui, o Gugu Streit, que está lá nesse momento atendendo a comunidade, especialmente da região metropolitana que está enfrentando um problema gravíssimo com o ciclone que abateu-se sobre o Rio Grande do Sul e parte de Santa Catarina desde o feriado da quinta-feira, na sexta, no sábado, no domingo e que alagou praticamente todas as áreas baixas da região.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): E aí a rádio tem um poder tremendo, não é Senador?

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): A rádio, ela tem o poder de chamar tanto a atuação da autoridade, denunciar a necessidade de assistência, quanto também mobilizar as comunidades de forma

solidária, amparar aqueles que perderam suas casas e têm dificuldade de sobreviver neste momento com roupas, cestas básicas e atenção à saúde, medicamentos. Essas coisas que o rádio, com sua instantaneidade, é capaz de fazer, não é?

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Como vota V. Ex^a?

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Meu voto é sim, com os Relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Como vota o meu ilustre amigo, o homem que resolve todos os problemas do seu Estado, Senador Expedito Júnior, que fez um grande trabalho nesse Senado para resolver os problemas do Banco do seu Estado. Está indo bem o trabalho, já terminou? Está indo bem. Como vota o Senador Flávio Arns?

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Com os Relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senador Gerson Camata?

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Com os Relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senador Marco Maciel?

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Com os Relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senador Flexa Ribeiro?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Com os Relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Deixei de falar alguém? Não. Então estão todos aprovados.

Passaremos ao Item 2 da pauta. Não terminativo. Eu vou ler logo o requerimento do Senador Flexa porque ele está ansioso, extrapauta. Requerimento sobre a mesa. “Requeiro em aditamento ao Requerimento nº 17, de 2007, de autoria do nobre Senador Wellington Salgado, nos termos do arts. 58, § 2º, inciso V, da Constituição Federal, e 90, do inciso V, do Regimento Interno do Senado Federal, seja convidado o Ministro da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, Sr. Franklin Martins, para em Audiência Pública conjunta com a Comissão de Assuntos Econômicos e a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ, discutir a questão dos limites legais para regulamentação da propaganda comercial”.

Eu queria colocar, Senador Flexa, em votação o requerimento, mas que o Ministro Franklin Martins tem sido uma pessoa que tem atendido a essa Comissão sempre que convidado. Já veio aqui várias vezes, em outras Comissões também, tem tido uma paciência incrível e como bem tem que ser quando o Senado os convida. Então em votação o requerimento do Senador Flexa. Os Senadores que estão de acordo permaneçam como estão. Aprovado.

Está liberado o Senador Flexa. V. Ex^a. vá com calma hoje.

O Item 2 da pauta. Requerimento de autoria do Senador Augusto Botelho. “Requeiro, nos termos do art. 93, § 2º do Regimento Interno, que seja dispensada a Audiência Pública solicitada pelo Requerimento nº 39(F), de 2007, de 12 dezembro de 2007, para discutir a vedação de cobrança pelos operadores de TV por assinatura pela oferta de ponto extra quando instalado no mesmo de domicílio”.

Deseja fazer alguma colocação, Senador Augusto Botelho? Não querendo, passaremos à votação.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Já foi regulamentado pela ANEEL isso daí, então não há mais necessidade de se discutir.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): V. Ex^a. sempre acompanhando todos os Projetos, visto que--

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): E sobre a cobrança do ponto adicional, já foi regulamentado.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Em votação o requerimento do Senador Augusto Botelho. Os Senadores que estão de acordo permaneçam como estão. Aprovado.

Algumas considerações de alguns Senadores presentes? Nada mais tendo a declarar Senador Camata.

Declaro encerrada essa reunião.

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

ATA DA 15ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 14 DE MAIO DE 2008.

Às quinze horas e quarenta e seis minutos do dia quatorze de maio de dois mil e oito, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala treze, sob a Presidência do Senhor Senador Wellington Salgado de Oliveira, Presidente da Comissão e com a presença dos Senhores Senadores Renato Casagrande, Antonio Carlos Júnior,

Eduardo Azeredo, Sérgio Zambiasi e Flexa Ribeiro, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Marcelo Crivella, Augusto Botelho, Ideli Salvatti, Valdir Raupp, Geovani Borges, Valter Pereira, Demóstenes Torres, Virgínio de Carvalho, João Tenório e Cristovam Buarque. Justifica a ausência o Senhor Senador Romeu Tuma. O senador Cícero Lucena encontra-se licenciado do cargo. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente, Senador Wellington Salgado de Oliveira, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Reunião Técnica para apresentação do substitutivo ao Projeto de Lei (PL) nº 29, de 2007, que “Dispõe sobre a organização e exploração das atividades de comunicação social eletrônica e dá outras providências”, em análise pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, com o objetivo de subsidiar os trabalhos do grupo de trabalho criado para sistematizar a legislação referente à televisão por assinatura, a fim de propor uma regulamentação para o setor, bem como de uma regulamentação geral para todas as plataformas ou modalidades de televisão existentes no país. A reunião contou com a presença do Deputado Jorge Bittar, relator da matéria e do Deputado Júlio Semeghini, membro da Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados. Finda a exposição, a Presidência franqueia a palavra aos Senhores Senadores membros da Comissão. Usam a palavra os Senhores Senadores Antonio Carlos Júnior, coordenador do grupo de trabalho e Flexa Ribeiro. O Senhor Presidente, Senador Wellington Salgado de Oliveira, agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às dezessete horas e quarenta e um minutos, determinando que eu, Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, no Diário do Senado Federal. – Senador Wellington Salgado de Oliveira, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA –
CCT

15ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 14 DE MAIO DE 2008.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Havendo número regimental declaro aberta a 15ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura que se realiza nessa data 14 de maio de 2008. Submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior. As Sras. e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado. A Ata será publicada no Diário Oficial.

Prezadas Senadoras, Senadores e Deputados, a presente reunião técnica tem como objetivo subsidiar o grupo de trabalho criado no âmbito dessa Comissão para sistematizar a legislação referente à televisão por assinatura, a fim de propor uma regulamentação para o setor bem como de uma regulamentação geral para todas as plataformas ou modalidades de televisão existentes no país.

O referido GT é coordenado pelo Senador Antonio Carlos Júnior e composto pelos senadores Renato Casagrande, Sérgio Zambiasi, Augusto Botelho, Flexa Ribeiro e Cícero Lucena que está licenciado. Para tanto, convidamos para participar dessa Reunião Extraordinária Exmo. Sr. Deputado Jorge Bittar, à minha esquerda, sempre à esquerda, não é Bittar? Relator do PL número 29 de 2007 que dispõe sobre a organização e exploração das atividades de comunicação social eletrônica e dá outras providências, de autoria do Deputado Paulo Bornhausen que tramita em conjunto com os PLs 7007, PL 33207, PL 1908/07 de teoria respectivamente dos nobres Deputados, Celso Marquezelli, Paulo Teixeira e João Maia e Exmo. Sr. Deputado Júlio Semeghini que está a caminho membro e ex-presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia e Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados.

Como é de conhecimento de V.Exa. a referida proposição está em análise vem sendo amplamente discutido na Comissão homóloga a esta CCT na Câmara dos Deputados, nesse sentido por sugestão do Exmo. Sr. Senador Antonio Carlos Júnior, à minha direita. Consideramos ser de extrema importância que o debate dessa presente reunião conte com inestimável participação dos Srs. Deputados Jorge Bittar e Júlio

Semeghini, que certamente aportarão valiosa contribuição aos trabalhos do referido grupo de trabalho, igualmente considero importante termos a contribuição dos senhores consultores técnicos desta casa e da Câmara dos Deputados nesse debate, uma vez que além de conhecida competência já vem participando das reuniões do GT. Por fim, espero que os debates que aqui ocorram possam contribuir com uma adequada proposta de regulamentação para a TV por assinatura. Passaria primeiramente a palavra ao Presidente desse grupo, Senador Antonio Carlos Júnior.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEMB-BA): Sr. Presidente Wellington Salgado, Deputado Jorge Bittar, Srs. Senadores. O objetivo dessa reunião é exatamente dar seqüência ao trabalho do grupo de trabalho que, na verdade, ao tomarmos conhecimento de que o PL 29 está prestes a ser votado na Câmara, ao invés de nós tentarmos costurar, digamos, um projeto reunindo todos os projetos apresentados pelos senadores aqui no Senado, nós preferimos aguardar o PL 29, então, tentar costurar, tendo como base o PL 29, é muito mais racional do que a gente mandar um para a Câmara depois ficar um na Câmara outro no Senado. Não, é muito mais racional o que PL 29 seja a base e nós possamos, então, discutir o que temos de projetos e quais as melhoras que nós poderíamos fazer, inclusive negociando simultaneamente isso com o Relator Jorge Bittar. Se caso ele volte para a Câmara que é o provável, a gente já teria um consenso que permitiria sua rápida aprovação na volta para a Câmara.

Então, essa é a proposta que nós costuramos aqui no grupo de trabalho, nós não queremos fazer outro projeto, nós queremos no que for possível, melhorar o PL 29 e costurar com a Comissão de Ciência e Tecnologia da Câmara uma solução que apresse a aprovação do projeto, essa é a proposta que nós fizemos e que foi acatada dentro do grupo e agora nós estamos trazendo essa proposta para a Comissão, para que nós possamos, então, dar andamento ao trabalho. Então, nós, aguardaremos o PL 29 e em cima dele nos trabalharemos.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Como não chegou ainda o Deputado Júlio Semeghini eu acho que se o Senador Flexa concordar passaremos a palavra para a explanação do Deputado Jorge Bittar sobre o PL 29, V.Exa. concorda? Então, estamos de acordo. Com a palavra o Deputado Jorge Bittar, Relator do PL 29.

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): Sr. Presidente Senador Wellington Salgado, Srs. Senadores, demais presentes. Primeiro eu quero dizer de minha alegria de minha satisfação de estar aqui nesta sessão da Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação e

Informática do Senado Federal, e Inovação também aqui, tem uma palavra a mais que é absolutamente atual e importante, não é, na denominação da Comissão, ou seja, nos temas a serem tratados pela Comissão aqui do Senado, a nossa lá da Câmara que é mais antiga não incorporou o termo inovação que é extremamente importante. É verdade. Eu me sinto muito feliz com isso, acho que esta relação pode ser extremamente virtuosa na medida em que possamos construir conceitos comuns acerca da matéria numa compreensão muito próxima, senão semelhante ou até igual sobre o tratamento que deva merecer essa matéria e sobre esse leito comum, construir um projeto que seja atual, do ponto de vista da realidade, da evolução tecnológica do setor, do ponto de vista de como o mundo tem tratado essa, essa questão e que portanto, tenha o máximo de perenidade, o máximo de durabilidade, vamos dizer assim ao longo do tempo entendendo que nós vivemos um processo de revolução tecnológica que nos coloca desafios permanentes a cada momento. Ninguém aqui acredita nenhum de nós aqui nos aventuráramos a imaginar que, qualquer que seja o marco regulatório que ele seja definitivo, na verdade nós teremos que estar sempre atentos e sempre renovando o marco legal à luz das transformações tecnológicas e do impacto dessas transformações sobre os serviços na área de comunicações.

Então, nós temos 4 projetos de lei tratando dessa matéria, da chamada convergência digital, enfim, do tema da convergência de plataformas de comunicação, de convergência de serviços, convergência tecnológica, enfim, na verdade as convergências são múltiplas verdadeiramente e vamos procurar construir também uma convergência política em torno disso, uma compressão comum em torno desse tema que é um tema de elevado interesse público pelas razões que eu vou aqui colocar também. A nossa idéia é trabalhar dessa forma, os projetos tramitam apensados, eles já foram na Câmara, chegaram a tramitar inicialmente pela Comissão de Desenvolvimento Econômico e desde final de novembro, do ano passado, está tramitando na Comissão de Ciência Tecnologia onde sou o Relator dessa matéria. E nós estamos... já houve uma primeira versão, primeiro substitutivo já mereceu emendas lá na Câmara estamos agora procurando trabalhar uma versão final para ir à votação na Câmara, na Comissão de Ciência e Tecnologia e é nosso pensamento não só aprovar na Comissão, mas simultaneamente procurar aprovar no Plenário da Câmara o requerimento para que ele vá a Plenário imediatamente com o requerimento de urgência para que essa matéria possa tramitar com a rapidez também que ela merece, pela importância que tem e com a rapidez que ela merece. Então, eu vou,

então, eu... Tomei a liberdade de solicitar aos nossos consultores que construíssem uma apresentação, é melhor do que... Às vezes uma imagem vale mais do que muitas palavras. Então, vou tomar a liberdade de fazer essa apresentação porque me parece que possa ser mais simples, acho que é melhor.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Queria anunciar a chegada do ilustre Deputado e amigo Júlio Semeghini. Prefere o amigo, porque eu não tenho voto em São Paulo. Está vindo o microfone, como está sendo gravado também para a televisão se V.Exa. pudesse ficar, isso, por enquanto, sentado aqui.

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): [falha no áudio] Nesse trabalho apresentar quais foram as premissas que fundamentaram a abordagem que nós fizemos do tema, qual é o escopo, a abrangência desse substitutivo e uma certa descrição das características principais do substitutivo. Ou seja, nós, partimos de um conjunto de premissas importantes, eu daqui, na verdade estou... enxergando bem [ininteligível] não funcionam muito bem, por isso mesmo.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Mas o vermelho do PT V.Exa. vê bem, o vermelho da estrelinha V.Exa. vê bem? [risos]

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): Bom, nós trabalhamos com este primeiro conceito aqui, o conceito da neutralidade tecnológica, ou seja, hoje as diversas plataformas de comunicação são regidas por diferentes legislações, no caso da TV por assinatura que será o tema central dessa nossa conversa nós temos a lei do cabo, que é de 1995, foi uma lei exaustivamente discutida à época e aprovada pelo Congresso Nacional, pelas duas casas do Congresso Nacional. Nós temos posteriormente a isso outras tecnologias que permitem a TV por assinatura, é o caso da tecnologia por satélite chamado DTH e a tecnologia de sistemas de propagação terrestre ou sistema de microondas chamadas MMDS essas duas outras tecnologias são regidas por portarias do Ministério não há nem amparo legal mais firme mais consistente para dar conta dessa tecnologia. E evidentemente um decreto, uma portaria do Ministério das Comunicações acaba instituindo obrigações muito menores aos prestadores de serviço do que um Projeto de Lei, porque ele está dentro dos limites do que uma portaria permite impor aos prestadores de serviço. Então há uma assimetria de obrigações entre quem presta serviço a cabo e quem presta serviço a DTH e MMDS. E ao longo desse processo surgiram outras tecnologias, à época que se discutia a lei do cabo não se imaginava, por exemplo, que o fio telefônico do telefone fixo que a gente tem em casa,

pudesse permitir que se fizesse, sobre, essa via de comunicação TV por assinatura.

Na época o telefone historicamente, tal como Graham Bell o projetou, as linhas telefônicas serviam para serviço de voz verdadeiramente, nós ainda não estávamos no processo mais acelerado de digitalização e de revolução tecnológica que está em curso. Mas hoje, os 45 milhões de linhas telefônicas fixas instaladas no país, estão aptas pelo processo de digitalização dessas redes a permitirem que sobre elas, além do serviço de voz se possa fazer o serviço de banda larga e internet e o serviço de TV por assinatura também. Mas há outras redes aí, redes de fibras óticas que algumas operadoras, pelo menos uma operadora no país já começa a implantar, redes de cabo melhores do que o fiozinho, porque o fiozinho telefônico permite alta velocidade, mas tem limitações que não existe para redes de fibras óticas, por exemplo, chegando aos domicílios, chegando na última milha, oferecendo serviço de última milha e outras formas de propagação por sistema sem fio, como é o caso da terceira geração da telefonia celular, que também permite portanto, com a alta velocidade, permite TV por assinatura e a chamada rede denominada WiMAX(F) que é uma rede de última geração também, já sendo implantadas por algumas operadoras no país que tem licença para esse serviço que também permitirão que por essas redes se possa fazer TV por assinatura. E quem pode fazer TV por assinatura, quem faz o mais pode fazer o menos, também, não é? Quem tem licença para a TV por assinatura, terá pelo menos capacidade tecnológica para prestar o serviço de banda larga e prestar o serviço de voz, que é o objeto de desejo de todas as grandes operadoras mundiais, todos eles querem, todas as grandes operadoras querem fazer o serviço combinado que permite economias de escala e de escopo. Oferecer simultaneamente para um mesmo cliente, uma única operadora oferecer simultaneamente para o mesmo cliente, a banda larga, o telefone e a TV por assinatura é o sonho, é o objeto de desejo, sonho de consumo, vamos dizer assim de todas as operadoras. Só que como a nossa legislação é restritiva, ela impede, por exemplo, que as concessionárias locais possam, embora suas redes estejam habilitadas tecnologicamente para prestar o serviço *triple play* ou serviço de TV por assinatura qualquer desses serviços elas não podem prestar por força de lei e por força dos seus contratos também, já que a agência, em virtude da lei, estabeleceu essa restrição nos contratos, também. Também as empresas de telefonia celular embora estejam implantando as redes de nova geração, as redes de terceira geração estão impedidas de prestar esse serviço, porque não há ne-

nhuma lei que permita porque as leis são definidas por tecnologia hoje no país.

O primeiro princípio de nossa lei é criar uma lei que valha para todas as plataformas tecnológicas, não importa qual é a rede, ela servirá para as redes existentes e outras que futuramente poderão vir, trabalhamos o conceito de regulação por camadas, ou seja, um conceito de regulação de telecomunicações e para isso existe um marco legal que ainda está vigente que é a lei geral de telecomunicações de 1998, ela continua vigente necessitando apenas de alguns pequenos ajustes para permitir isso, mas por sobre as leis de telecomunicações trafegam conteúdos, no caso da TV por assinatura. Trabalhamos separadamente a regulação das telecomunicações dissociada da regulação dos conteúdos que trafegam sobre essa rede, daí a expressão regulação por camada. A desverticalização da cadeia, ou seja, nós abrimos a cadeia de valor como vou mostrar adiante, vários estágios da cadeia de valor desse serviço de distribuição de conteúdos pagos, ou TV por assinatura, trabalhamos numa concepção sempre como premissa do estímulo máximo à competição, seja no ambiente de conteúdos, no ambiente de audiovisual, seja no ambiente de telecomunicações, e nós vamos dizer como isso foi feito. E o fomento, a produção, no caso a produção de conteúdos, que é uma área pouco trabalhada ainda, nós temos grandes operadoras de telecomunicações, nós temos empresas importantes que produzem conteúdo audiovisual no país como são radiodifusores, programadores independentes, programadores individuais como é o caso do Grupo Abril, por exemplo, que tem o canal MTV e outros, mas nós não temos no país uma linha de financiamento público sustentável para o audiovisual, então, estamos trabalhando política de fomento que vai na linha do financiamento e vai na linha de cotas para o áudio visual brasileiro, tal como nós vamos colocar adiante. Sim, os efeitos são esses, queremos fazer competição, queremos que haja um ambiente de competição, haja o aumento da produção nacional e da exportação de conteúdos e no caso da TV por assinatura que haja queda de preços e ampliação do mercado. Isso por quê? Isso pode ser observado a olho nu, não há necessidade de grandes estudos, mas nós fizemos questões de medir isso e de comparar com outros países, preço da TV por assinatura em nosso país. Não é difícil perceber que ela é das mais caras do mundo, se a gente pega os pacotes médios, dividimos pelo número de canais comerciais, desses pacotes comparados com outros países da América Latina e mesmo da Europa os canais no Brasil são caros e aí a TV por assinatura é cara, porque está restrita a um segmento só da população que são as classes

de maior renda da população, segmento A e B de consumo, por ser restrito, baixa escala e baixo ganho de escopo também ela acaba sendo cara. Então é caro, porque tem baixa penetração e tem baixa penetração, porque é cara, também, aquele efeito Tostines como o pessoal costuma comentar brincando em função daquela propaganda.

Outro indicador, a TV por assinatura no Brasil, tem apenas 8% de penetração, apenas 8% dos domicílios brasileiros tem instalado o serviço TV por assinatura, enquanto que na Argentina, aqui do lado, 54% dos domicílios tem esse serviço. Por fim antes de avançarmos com mais rapidez, a TV por assinatura não é uma competidora da TV aberta necessariamente, embora ela possa competir no mercado publicitário, mas ela não é competidora em termos de serviço, a TV aberta cumpre um papel que todos conhecem um papel relevantíssimo para a construção da unidade nacional, da unidade cultural do país, aliás, é um caso de sucesso brasileiro que nos distingue até no cenário internacional, a TV aberta, com produção de boa qualidade se comparada com outros países. A TV por assinatura cumpre um papel complementar de oferecer bens culturais, canais com valor cultural elevado, canais informativos, como são os canais de notícia, canais de documentário, canais infantis, ou seja, canais educativos, enfim, ela cumpre um papel complementar ao da TV aberta. A legislação existente hoje no país, rapidamente, uma legislação sobre radiodifusão que é o código brasileiro de telecomunicações, toda a parte de telecomunicações, na verdade, foi retirada desse código de 62 e renovada aqui na Lei geral de telecomunicações. Então, ele passou a ser um código tratando apenas da TV aberta no Brasil, o código de 62. A lei do cabo, que eu já mencionei que é de 95, a LGT de 97 e as duas portarias de TV por assinatura que eu fiz menção anteriormente, existe um marco legal diversificado e nossa idéia, no final do processo, é ficar com a, bom, primeiro o projeto claramente define que ele não toca no ambiente de TV aberta no país, então, ele só trata da distribuição de conteúdos pagos, não trata do ambiente de radiodifusão, tudo que se disser sobre a matéria do audiovisual, a matéria de distribuição de conteúdos, diz respeito a distribuição de conteúdos pagos e o projeto explicitamente exclui a área de radiodifusão, enfim, mantemos por óbvio a lei de telecomunicações e aqui nós vamos colocar em que contexto, e esses três, esse marco legal e essas duas portarias são revogadas e substituídas por uma nova legislação tal como nós vamos demonstrar, vamos lá. Sim, então, a situação hoje no país em termos gerais de marco regulatório é essa, nós temos o ambiente de radiodifusão regido pelo código brasileiro

de telecomunicação de 62, nós temos uma indústria de audiovisual que produz para cá, para a TV aberta e que produz para o serviço de telecomunicações, ou seja, de TV por assinatura e nós estamos propondo, então como eu disse revogar a lei do cabo, supressão das referências na lei geral de telecomunicações e a alteração dos contratos da telefonia fixa que hoje impedem essas empresas de fazer TV por assinatura. Vamos lá.

Bom a situação atual, então, hoje nós temos o serviço de cabo é uma concessão, até curioso isso, também, curioso registrar isso, é uma concessão, embora seja definida como a Constituição jurídica, mas não é uma concessão no sentido amplo da palavra que estabeleça obrigações claras de universalização de serviços, controle de tarifas e coisas que são características próprias dos serviços em regime público tal como define a lei geral de telecomunicações, é a caso das concessionárias do serviço local, da Brasil Telecom, da Oi e da Telefônica, então, é uma concessão e esses serviços, esses demais serviços o MMDS e o DTH são autorizações, portanto, no conceito da lei geral de telecomunicações serviço sob regime privado e existe isso aqui que é uma herança antiga que é o serviço de TVA, o serviço de TVA foram alguns serviços que foram concedidos nos anos 80 que são canais na faixa de UHF, todo mundo sabe então do que se trata não há necessidade de descrever? Canais de UHF que foram concedidos com a finalidade de se fazer TV fechada, um canal fechado, nunca emplacou isso, ninguém vai comprar um canal em UHF para pára fazer televisão por assinatura, essa coisa não andou, mas hoje esses serviços, essas bandas de frequências de 6 megahertz podem ser úteis para se fazer TV por assinatura em dispositivos móveis. Então, você pode aproveitar a banda de frequência para trabalhar com plataformas modernas de comunicação que não eram viáveis nos anos 80. Então, todas essas concessões e autorizações vão passar pela nossa proposta a ser um serviço simples, quer dizer, qualquer operador que desejar prestar o serviço, TV por assinatura que nós chamamos serviço de acesso condicionado, SAC, condicionado, porque é um serviço pago, poderá ir à Anatel solicitar essa licença desde que cumpram as regras básicas, é uma empresa constituída assim, assado segundo as normas brasileiras, se comprometer com certo nível de qualidade de serviço etc., tal como existem para outros serviços concedidos sob regime privado para a agência, existe o chamado SCM serviço de comunicação multimídia, que tem essas características.

Então, o serviço de acesso condicionado passará a ser um serviço simples e qualquer operador do país

desde que cumpra regras mínimas poderá requerer essa autorização. Então, a idéia é simplificar para abrir o mercado e permitir que novos *players*, não só as empresas de telecomunicação já estabelecida, mas todos aqueles *players* que tenham acesso à rede possam prestar esse serviço criando ambiente de competição na área de redes de telecomunicações também, vamos lá. Pode avançar, na verdade aqui não tem, mais uma. Na verdade o que nós estamos fazendo, eu tenho a radiodifusão e as telecomunicações, não é? Isso aqui é a LGT isso aqui é o código brasileiro de telecomunicações. Eu mantenho a radiodifusão sem tocar e nós trabalhamos aqui esta área em que a gente trabalha telecomunicações e o marco legal e um certo marco legal para o audiovisual no mesmo Projeto de Lei em capítulos distintos. Vamos lá.

Bom, o substitutivo trabalha, ele abre, como eu disse, a cadeia de valor, eu tenho na base da cadeia de valor do serviço a pessoa que produz conteúdos ou a empresa que produz conteúdos audiovisuais sociais, existem muitas produtoras de conteúdo e muitas delas, algumas produzem, por exemplo, filmes, documentários, enfim, áudio visual para a publicidade, existem muitos produtores brasileiros, o programador é o sujeito que organiza esses conteúdos isolados numa grade de programação, ou seja, é o cara que organiza um canal de programação tal como está expresso aqui.

E por último, na cadeia do áudio visual, o sujeito que pega os diversos canais, organiza, é a parte menos nobre da cadeia do áudio visual, que organiza em pacotes que são vendidos aos usuários na forma dos serviços de comunicação por acesso condicionado. E tem o sujeito que vai levar esse conteúdo audiovisual, que vai levar esse conteúdo áudio visual na residência da pessoa, ou seja, do comprador. Essa é uma atividade típica de telecomunicações. O sujeito tem que ter uma rede, ele tem que ir lá comercializar o produto, tem que oferecer assistência técnica, tem que fazer a cobrança mensal enfim, aquelas características típicas de um prestador de serviço de telecomunicações. E esse aqui é o ambiente de áudio visual um ambiente bastante distinto dessas características, inclusive, no que diz respeito à especialidade, a especialização, a *expertise*. Vamos lá. Aqui está a mesma, a mesma cadeia de valor colocada na horizontal, produção, programação, empacotamento e a distribuição. Este ambiente aqui do empacotamento para trás é um ambiente do áudio visual, existe uma agência que cuida do áudio visual que é a ANCINE, e esse aqui é um ambiente típico de telecomunicações, existe uma Lei de telecomunicações e uma agência que cuida de telecomunicações que é a Anatel. Bom, um dos objetivos, a partir de um amplo diálogo que se estabeleceu entre todos

os *players* envolvidos, nesse processo nós discutimos com os principais radiodifusores do país, com ABERT, com os principais radiodifusores, com a ABRA que é outro representante de radiodifusores no Brasil, nós temos discutido com os chamados programadores independentes como é o caso do Grupo Abril e outros que, pessoal do Canal Brasil e outros que produzem canais para a televisão fechada, nós temos discutido com os produtores isolados que são produtores chamados independentes de conteúdos, também. Nós temos dialogado por óbvio com as empresas de telecomunicações também, sejam as empresas da telefonia fixa, das telecomunicações fixas, sejam as empresas das telecomunicações móveis, empresas celulares, nós temos dialogado com representações da sociedade que discutem esse tema e nesse processo nós começamos a colocar, vimos que era importante colocar uma segregação clara do ambiente audiovisual em relação ao ambiente de distribuição. Por quê? Uma das resistências históricas, sobretudo dos radiodifusores não apenas eles, mas, sobretudo dos radiodifusores, a entrada das teles na distribuição de conteúdos pagos era, reside no fato de que as teles tem faturamento muito superior ao faturamento das empresas de radiodifusão no país, se somados as empresas de radiodifusão elas faturam algo em torno de 11 a 12 bilhões de reais ano, enquanto que as teles todas somadas faturam de 120 bilhões é a relação de 1 para 10 efetivamente. Então, havia e acredito que conseguimos tratar bem essa questão o temor de que as empresas de telecomunicações ao entrarem na distribuição, ou seja, na sua área de telecomunicação se interessasse também em controlar a área de audiovisual que poderia ter problemas econômicos e, sobretudo problemas também do ponto de vista cultural e político para o país, já que muitas dessas operadoras de telecomunicações são operadoras controladas pelo capital estrangeiro, nada contra o capital estrangeiro, mas a produção audiovisual internacionalmente é muito protegida por seus países, porque ela tem um viés econômico forte, é um mercado de audiovisual muito forte e tem um viés cultural importante. Todos os países procuram preservar a sua radiodifusão e sua produção audiovisual de alguma maneira como elemento estruturante na construção da identidade cultural nacional como é próprio para todos os países.

Então, aqui nós estabelecemos para efeito, estabelecemos uma distinção clara na área do audiovisual entre o que é conteúdo brasileiro e o que é conteúdo que vem lá de fora. Qualquer que seja, ou conteúdo que não é brasileiro, porque eu posso ter um conteúdo produzido no Brasil por estrangeiros, eu posso ter um desses canais internacionais como já acontece no

Brasil que resolva produzir conteúdos no Brasil. Nós entendemos que uma empresa para ser uma empresa de audiovisual brasileira, tem que ser uma empresa controlada por brasileiros, aliás, como já estava na lei do audiovisual, inclusive, a MP lá de muito tempo atrás do governo passado que criou a ANCINE definiu o conceito de conteúdo audiovisual brasileiro e ali diz que conteúdo audiovisual brasileiro tem que ser produzido por uma empresa controlada por brasileiros verdadeiramente. E nós estendemos aqui o conceito que está na Constituição que diz respeito à radiodifusão e ao setor de imprensa, ou seja, para ser uma empresa brasileira ela tem que ter pelo menos 70% do seu capital controlada por brasileiros. É o que está dito aqui. Essa definição aqui está dizendo que para produzir e programar audiovisual considerado brasileiro tem que ser empresas que tem pelo menos 70% de participação no capital de brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 anos, enfim, essas coisas que valem para a legislação.

Também no que diz respeito, isso aqui no que diz respeito, portanto, a participação do capital estrangeiro e o que está dito aqui é que para qualquer empresa de capital estrangeiro pode produzir audiovisual no Brasil, não há restrição a produção do audiovisual, só que ele não será considerado audiovisual brasileiro para efeito sobre a política de cotas sobre as quais nós vamos falar mais adiante. Aqui nós temos as restrições à propriedade também das empresas de telecomunicações, aqui nós estabelecemos, eu poderia aqui, as empresas de telecomunicações não podem ter também mais do que 30% das empresas produtoras de audiovisual há uma restrição para o capital estrangeiro e há uma restrição para as empresas de telecomunicações, quer dizer, controladores de empresas de telecomunicações não podem controlar mais do que 30% do capital de empresas produtoras de audiovisual brasileiro. Mesmo que sejam brasileiros, da área de telecomunicações, mesmo que os da área de telecomunicações... para ser considerado audiovisual brasileiro. Daí o fato que nós colocamos. Sim, e aqui é algo que está definido na Constituição, a gestão, ou seja, a responsabilidade editorial sempre tem que ser de brasileiros, efetivamente para ser considerado audiovisual brasileiro, e aqui está dito nessa última linha o que eu afirmei e reafirmei que esta lei não se aplica ao ambiente de TV aberta, de radiodifusão. Aqui está dito que há absoluta liberdade no controle das empresas de telecomunicações, então vejam bem, aqui, se revogo a lei do cabo, na lei do cabo havia uma restrição ao controle das empresas de TV a cabo, estava lá registrado na lei do cabo que tem que ter maioria de capital brasileiro, ele tratava verticalmente essa questão.

Eu agora, separei na TV a cabo também em todas as plataformas, mas particularmente na TV a cabo o que é audiovisual do que é telecomunicações, então a rede de TV a cabo, a rede de cabo como qualquer rede de telecomunicações pode ser controlada por empresas de capital estrangeiro, é livre, sejam brasileiros ou estrangeiros, haverá restrições que são apenas restrições normais apenas à concentração de mercado, enfim, ao ambiente de competição, uma mesma empresa evidente que a Anatel zelará para que uma mesma empresa não controle todas as redes de comunicação de uma mesma região inibindo a competição, mas não há restrição ao controle dessas empresas por parte de estrangeiros também. E está dito aqui, também, que as empresas de radiodifusão podem controlar serviço de telecomunicações, não, não podem controlar, podem ter até 49%, 49,9% de participação nas empresas de telecomunicações. Então, ou seja, nas empresas de telecomunicações os radiodifusores podem ter uma participação de apenas 50%. Lá na frente nós retiramos, nós estabelecemos uma exceção, porque os operadores de radiodifusão controlam suas estruturas de comunicação para disseminar o sinal de radiodifusão pelo Brasil afora, podem ter *links* de microondas, podem ter serviços de fibra ótica, podem utilizar *links* de satélite para fazer com o que seu sinal seja disseminado, a exceção é isso, podem ter empresa para prestar o seu serviço de radiodifusão, mas pela regra que nós estabelecemos de segregação, ou seja, quem está no ambiente de audiovisual não controla o Telecom e quem está em Telecom não controla o ambiente de audiovisual. Vamos adiante?

Sim. Bom... aqui nós vamos tratar da política de cotas, nós temos basicamente duas políticas de cotas, o que nós estabelecemos? Para assegurar um espaço para o audiovisual brasileiro, nós estabelecemos a política de cotas, que sempre gera algum grau de polêmica, eu quero esclarecer que na verdade nós procuramos utilizar esse instrumento das cotas de maneira articulada, de tal maneira que nós não fôssemos apenas protecionistas nem acusados e nem praticantes de um protecionismo anacrônico, nada que possa lembrar o que foi, por exemplo, a política de reserva de mercado de informática tão mal sucedida e que gerou atraso tecnológico para o nosso país, mas os demais países do mundo, exceto Estados Unidos que são dominantes no mercado, dominantes não, hiper dominantes no mercado de audiovisual mundial os países da Europa como um todo, existe uma diretiva européia que estabelece que 50% de todos os conteúdos na TV fechada, na TV aberta sejam gerados por europeus. No Canadá há uma política de cotas,

na Austrália, diversos outros países praticam também políticas desse tipo. Porque se pratica política de cotas? Porque o audiovisual tem característica muito distinta, sobretudo agora no ambiente digital. Você tem um custo de produção do audiovisual, para fazer um filme você gasta as vezes 1, 2 milhões de reais, isso para fazer um filme barato, filme brasileiro que filmes lá fora são muito mais caro. O filme é algo relativamente caro, o custo de produção é alto, mas o custo de reprodução, ou seja, eu levar essa mesma obra audiovisual a milhões de pessoas é relativamente barato basta eu ter uma linha de transmissão, ou basta eu ter um DVD, é muito diferente da produção de um bem material, isso é muito característico dos bens imateriais, produção de música, produção de audiovisual coisa desse tipo.

Para produzir bens materiais eu tenho custo de projeto, custo muito caro para fazer automóvel, por exemplo, eu tenho custo enorme de automóvel, testes, enfim e uma série de características de segurança etc. e tal, que é um custo inicial, mas o custo de reprodução de um automóvel é um custo alto também, porque leva mão-de-obra, energia, insumos, etc., o audiovisual tem uma característica distinta, quem domina o ambiente mundial do audiovisual consegue produzir o mesmo audiovisual para 500 milhões de pessoas, ou até perto de 1 bilhão de pessoas pelo mundo que faz com que esse audiovisual possa chegar nos países, inclusive no Brasil a preços muito baixos, a preços quase nulos verdadeiramente. Para que a indústria de audiovisual brasileira possa competir, para que as indústrias locais possam competir é que se criam políticas de cotas, as políticas de cotas têm que ser dimensionadas para que isso não encareça, pelo menos de forma excessiva, o produto final, para isso tem que ser bem dimensionadas, tem que ser calibradas também tendo em vista a capacidade de produção da indústria nacional, a capacidade de oferecer produtos de qualidade naquele, naquela trilha que a cota mínima, né, o espaço mínimo de veiculação naquele produto e nós combinamos isso, combinamos cotas com a expansão do mercado que está previsto com a entrada das empresas de telecomunicações nós temos uma expectativa que esse mercado possa crescer rapidamente, o mercado de TV por assinatura no Brasil, à semelhança do que aconteceu em muitos outros países, inclusive na Argentina, aqui ao nosso lado. A idéia é que se possam oferecer pacotes populares a preço mais baixo, mesmo a principal operadora hoje de TV por assinatura no Brasil, já oferece um pacote *triple play* que é mais barato do que a assinatura de telefone fixo no país, o ambiente de competição e de estímulo ao novo mercado de produtos combinados ou de TV por assinatura já está estabelecido no país verdadeiramente. E, além disso,

para fortalecer a produção do audiovisual brasileiro nós estabelecemos uma linha de fomento, ou seja, agregamos recurso ao fundo setorial do audiovisual tal como eu vou colocar adiante.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Deputado Bittar, só porque ficou martelando na minha cabeça, V.Exa. acha que tem algum conflito entre a qualidade da TV aberta brasileira quando comparado com o sistema de cotas, nós compararmos o modelo do Canadá ou da Europa, V.Exa. vê algum conflito nesse sentido ou não?

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): Não, sinceramente, não vejo. Ao contrário, acho que é virtude da TV brasileira aberta ser de qualidade o que mostra, aliás, os canais que são mais vistos na TV por assinatura são os canais da TV aberta. É importante que se registre isso. O que existe de principal nos canais de TV aberta no horário nobre? Conteúdo audiovisual brasileiro. As novelas e produções. Então o que mostra que o brasileiro gosta da produção audiovisual brasileira, como também gosta de outros canais, existem canais que têm grande audiência, como é o caso do TNT, por exemplo, que é dublado, HBO, Telecine, GNT, Multishow e tantos outros não vejo nenhum tipo de conflitos com esses ambientes, que cumprem, como eu disse, papéis complementares na disseminação de bens culturais à nossa população. Está aprovado, aliás, há pesquisas que mostram que a TV aberta foi um dos elementos constitutivos do processo de desenvolvimento local de muitas localidades, muitas regiões desse país, imagina quando além da TV aberta tivermos a TV por assinatura que agrega valor, informação, bens educacionais e culturais. O projeto do ponto de vista do olhar de mercado está calcado em 3 vertentes, na vertente da competição e da ampliação dos investimentos que estão previstos com a entrada das empresas de telecomunicações e de outros *players* nesse mercado, que é hoje um mercado restrito com apenas 8% dos domicílios brasileiros, 2, uma política de cotas bem dimensionada para que haja uma trilha, vamos dizer assim, por onde possa circular, não é só circular é para remunerar o audiovisual brasileiro. Essa é a diferença. Porque você tem lá produção do audiovisual brasileiro historicamente muito financiamento, a Embrafilme fez isso no passado, só que os filmes eram produzidos ficaram na prateleira, porque não tinha espaço nas salas de cinema. Hoje o mercado de audiovisual, de cinema no Brasil é um mercado de 800, 900 milhões de reais ano, mercado de TV por assinatura, ainda que restrito, já é um mercado de 6 bilhões de reais no Brasil. No mercado restrito, nós estamos falando de números que são 10 vezes, 20 vezes, 30 vezes supe-

riores para remunerar o audiovisual brasileiro também dentro desse mercado, é importante que se perceba que isso, não é uma dinâmica de um olhar acadêmico, é uma dinâmica de um olhar de algo que representa uma perspectiva de desenvolvimento econômico para o país. É a indústria deste novo milênio é a indústria do conhecimento a indústria de bens imateriais que é tão importante quanto a automobilística, eletroeletrônica, a têxtil, a de calçados e outras aí, mas tem um valor agregado cada vez maior, o mercado mundial de audiovisual é um mercado de 400 bilhões de dólares hoje no mundo. O entretenimento audiovisual é coisa o que Brasil, se a gente pegar 1% de desse mercado são 4 bilhões de dólares 2% são 8 bilhões de dólares e assim por diante, não estamos falando de coisas distante, a produção audiovisual brasileira tem até merecido prêmios importantes, como foi o caso de Tropa de Elite, recentemente, no festival de Berlim. Mesmo séries produzidas para canais estrangeiros aqui no Brasil, como foi o caso da série Mandraque, que eu cito sempre de forma recorrente fizeram sucesso no Brasil, sucesso tão grande que a HBO está aí difundindo pelo mundo afora. Eu acho que nós estamos num momento chave importante para que a gente possa entrar também nessa área. Então, existem dois tipos de cota, uma cota primeira que vai dentro, aqui programação, leia-se canal vai dentro do canal. Todos os canais que tem maioria veja bem não significa, todos os canais entre aspas, todos os canais com maioria de conteúdo qualificado, conteúdo qualificado, o que é isso? É filme, documentário, programas de debate tipo *talk show*, e coisas desse tipo. A transmissão de um evento esportivo não é conteúdo qualificado, por mais que possa agradar às pessoas, mas é algo que valoriza a produção cultural do país e a produção do audiovisual.

Então, em canais como maioria de espaço qualificado, canais típicos disso aí, canais de cinema, de filmes, canais de animação infantil, canais de documentários, nesses canais todos, sejam eles de programadores nacionais ou internacionais, tem que ter pelo menos 10%, uma cota modestíssima, 10% de programação nacional no horário nobre que são 5 horas noturnas que deve ser em princípio das 18 às 23 horas. Isso significa 3 horas e 30 por semana, algo em torno de 2 filmes por semana se nós imaginarmos essa coisa sendo impactada. A idéia, mais uma vez é criar o estímulo para que nos canais internacionais, e, sobretudo nos canais internacionais o audiovisual que os programadores internacionais produzam coisa aqui no Brasil, eu sempre digo isso, eu gosto de repetir essa coisa, posso até ser meio chato, mas eu acho uma coisa interessante, porque é uma vivência minha

mesmo, pessoal. Eu tenho uma filha de 5 anos, tenho filhos grandes também, mas tenho uma de 5 anos, ela senta lá diante para ver os canais de animação infantil, acho ótimo, tem canais muito educativos, canais que não pregam a violência, que pregam a diversidade étnica, pelos conteúdos, muito bom. Só que não tem nada de cultura brasileira, nada do nosso ambiente cultural, da nossa ambiência cultural. Eu acho que colocar ali para as nossas crianças, e mesmo para os nossos adultos também a cultura para que nós possamos nos ver na TV por assinatura acho algo que até, então, há uma importância econômica e há uma importância de natureza cultural importante também desse ponto de vista.

Então, o objetivo dessa cota é o aumento da produção das obras audiovisuais brasileiras. Vamos lá.

Essa é a segunda cota, são duas cotas. Aquela cota era uma cota dentro de cada canal qualificado, essa aqui, agora, eu olho para o pacote todo, o conjunto de canais eu digo, desse conjunto de canais, 25% desses canais têm que ser canais de programadores brasileiros. Depois eu vou colocar outra restrição que é limitar o número de canais para baixo e para cima, para não confundir, eu digo 25% dos canais, se tiver um pacote de 40 canais, lógico que os canais obrigatórios, *must-carry* como chama lá, o canal da TV aberta, canal da TV Senado, não conta para efeito de cotas, são os canais comerciais verdadeiramente, nós vamos falar depois sobre o *must-carry*, para efeito de cota não, para efeito de cota não. São os canais estritamente comerciais da TV por assinatura, até, porque haverá, haverá situações em que canais obrigatórios não poderão ser carregados, é o caso do DTH satélite que tem limitação técnica para carregar determinados canais obrigatórios, 25%, se tiver um pacote de 40 canais comerciais, 10 desses canais devem ser canais de programadores brasileiros, esses canais, 1/3 desses canais devem ser independentes ou incentivados como nós estamos chamando, canais que não, ou seja, apenas para falar pelo contrário, se é 1/3 dos canais serão independentes, digo o seguinte o mesmo grupo econômico, detentor de canais de programação pode controlar no máximo 2/3 desses canais. Mais no microfone está bom. Então, 1/3 dos canais devem ser independentes, sim, e, portanto, esses canais de programadores brasileiros têm que veicular uma quantidade mínima de conteúdo qualificado e conteúdo independente. É essa enfim, a cota dos canais brasileiros. Verificamos já o seguinte, estabelecemos 25% dos canais, mas esta cota, vamos supor, pacote de 40 canais tem que ter 10 canais, essa cota não será implantada a partir da aprovação da lei, ou a partir mesmo da regulamentação da lei, haverá um período de 4 anos em que essas cotas vão

crescendo até atingir o valor máximo, a idéia que elas cresçam à razão de 25% ao ano. Ou seja, se a obrigação é num pacote de 40 canais ter, pelo menos 10 canais brasileiros, significa que no primeiro ano terá que ter 2,5 canais, 2 canais brasileiros, no segundo ano 5 canais brasileiros, no terceiro 7 e meio, 7 e no quarto ano os 10 canais. A idéia é implantação gradual para dar conta da capacidade de produção nacional, talvez não fosse nem necessário fizemos questão de trabalhar com a gradualidade para que a transição da situação atual para a situação futura seja uma transição suave. E verificamos o impacto dessa cota e das cotas anteriores sobre os canais realmente existentes, verificamos que nós dois primeiros anos o impacto das cotas é praticamente nulo, é muito pequeno, muito pequeno, a partir do terceiro e quarto ano, então haverá um fôlego nos dois primeiros anos, é praticamente nulo. Como é que é? Sim, sim. Para o impacto é muito pequeno, dessas cotas. A partir do terceiro ano, então, começam a crescer as obrigações. Com isso, os operadores terão, pelo menos 2 anos para conseguir, e os produtores de audiovisual, para conseguir se adaptar à nova situação. Vamos lá.

O Cláudio estava me esclarecendo que esse ensaio das cotas, impacto das cotas, se refere a essa segunda cota, a primeira cota é de impacto tão pequeno que não haverá problemas de fornecimento de produtos pelo mercado, ela é mais... Essas cotas são constituídas mais como um estímulo do que como uma proteção, a idéia que você tenha veículos, trilhas por onde a produção audiovisual brasileira possa circular e ser remunerada verdadeiramente entendendo que o brasileiro, mais uma vez, digo, brasileiro adora ver conteúdo audiovisual brasileiro.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Deputado Bittar só para tirar uma dúvida para o debate ao final, por exemplo, a TV de São Paulo, a TV Cultura ela é uma educativa. Ela sendo uma educativa ela produz conteúdo nacional, se uma TV a cabo colocá-la não vai contar nessa parte, é isso?

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): Se ela entrar no *must-carry* como canal obrigatório lá em São Paulo não, a idéia que isso seja nos canais, por quê? Porque isso tem um lado econômico também, né? A TV aberta se remunera ou pela publicidade ou pelo dinheiro público, é o caso da TV Cultura de São Paulo, pelo dinheiro público ou pela publicidade. A idéia é que haja espaço para os canais comerciais para que a produção nacional tenha um ambiente de remuneração também entre canais ditos comerciais brasileiros. Agora, nós criamos um ambiente que vai possibilitar certo grau de remuneração da produção aberta nos

sa na política de canais obrigatórios, definindo que na transição para o digital poderá haver alguma remuneração dos canais, também dos canais de TV aberta na TV por assinatura como eu vou me referir a isso mais adiante. Hoje, o carregamento na lei do cabo, o carregamento de canais de radiodifusores locais é gratuito e continuará gratuito enquanto for analógico, na transição para o digital daqui a quase 10 anos, já passou quase um ano da nova política, daqui a 9 anos haverá possibilidade do radiodifusor discutir, negociar comercialmente com o operador de TV por assinatura no sentido da remuneração ou de qualquer outro contrato comercial que seja de seu interesse, trocar, por exemplo, a remuneração, trocar o canal aberto pela possibilidade de ter o canal de retorno para a interatividade da TV digital coisas desse tipo que podem surgir no ambiente de entendimento comercial entre radiodifusores e operadores de TV aberta. E existe, isto aqui é a chamada cota 23 que na verdade é o traslado do dispositivo da lei do cabo que obriga a ter um canal de obras cinematográficas brasileiras, é assim que está dito, e que não estava previsto originalmente, nós estabelecemos, daqueles N canais, os 25% dos canais que no caso de 40 canais no total, são 10, um daqueles canais das cotas, tem que ser um canal que tenha a característica de distribuir predominantemente filmes e documentários, tal como já está estabelecido na lei do cabo. Vamos adiante.

Isso aqui, diz respeito aos canais de jornalismo vocês notem, de vez em quando dou um branco que eu tenho dificuldade para ler, eu tenho dificuldade para ler isso aqui. Poderia me ajudar, né, podia me ajudar por mais que seja, talvez seja por que eu sou daltônico, para mim não se destaca tanto. Canais de jornalismo. A minha assessoria já sabe, sou daltônico. Aqui é um dispositivo que vale na legislação européia, muito interessante, que diz o seguinte: Sempre que num pacote houver um canal jornalístico de um determinado grupo, deverá haver pelo menos mais um, é a idéia da pluralidade de acessos, a informação, a informação, perdão, estão me pedindo para falar aqui. Sempre que houver um canal de programação predominantemente jornalística deverá haver pelo menos mais um, deva haver pelo menos dois canais de conteúdo jornalístico visando a pluralidade de informação. Aqui são os canais obrigatórios, é o chamado *must-carry*, em inglês, há os canais públicos, tipo TV Câmara, TV Senado, TV Brasil, assim por diante, TV da justiça, TV judiciário e há os canais das geradoras locais de televisão aberta que, hoje só há essa obrigatoriedade para a lei do cabo, nós estamos estendendo essa obrigatoriedade para todas as redes, exceto quando houver alguma limitação tecnológica. Ah, o cara tem

o satélite, no satélite tem o tal do *transponder*, eu não posso carregar todos os canais, aí estabelecemos regras, não vou ficar aqui entrando em detalhes, regras específicas para isso que estamos discutindo inclusive com os radiodifusores, tem lá a história que, por exemplo, em geral os radiodifusores têm um modelo de negócios que é compartilhado com as emissoras, o cabeça de rede compartilha esse modelo de negócio com as emissoras locais em termos dos espaços comerciais, da remuneração, etc. e tal, se eu pego o canal de uma determinada localidade e distribuo na outra localidade através da TV por assinatura na medida que a TV por assinatura aumente sua penetração, eu acabo desconstituindo esse modelo de negócio, porque não estou viabilizando isso, então nós estabelecemos a regra de que quando a rede desejar fazer, desejar que a distribuição dos seus canais sejam apenas os canais locais, isso estará assegurado a essas redes de televisão. E mais do que isso, estabelecemos como eu já disse anteriormente, quando entrarem os canais digitais, quando sumirem os canais analógicos há possibilidade de que o *must-carry* se transforme no *may-carry*, quer dizer, deve carregar, pode carregar, ou seja, na verdade os operadores de radiodifusão poderão discutir comercialmente com os operadores de TV a cabo para que se possam estabelecer relações comerciais justas nessa relação entre os dois operadores de comunicação. Vamos lá.

Sim, e esse aqui é o último elemento importante do projeto, o projeto tem uma série de detalhes que eu, evidentemente, não estou aqui descrevendo. Por exemplo, antes de comentar isso, existe uma, tem uma matéria, é uma matéria, às vezes, evidente que é uma matéria como essa gera muita polêmica, porque introduzimos algo que é inovador, pelo menos na legislação brasileira, na Lei de outros países que é a política de cotas, é o que mais, o que é mais discutido nesse projeto. Mas existem outros temas que são polêmicos, mas que não são às vezes visíveis a olho nu pela sociedade. Por exemplo, você tem hoje, eu estou estabelecendo uma regulação, uma regulamentação, nós vamos estabelecer, o Congresso Nacional, em cima de um serviço que já existe, eu não estou partindo do zero. Então, tem empresas que já estão aí prestando serviços de TV por assinatura, como é a transição, e aí vão entrar novos *players* com determinadas obrigações, como é que eu caso as obrigações? Eu não posso chegar para o cara que está operando e falar: Não, o seu contrato não vale mais, o contrato dele vai valer até o final do seu contrato, eu tenho que estabelecer regras de transição que sejam equilibradas para que surja o ambiente de competição que estimule até a entrada

de novos *players* investindo em novas tecnologias de rede, na produção de mais conteúdos, e tal.

Então, a política de transição, direitos e deveres dos operadores antigos e novos é algo que tem que ser construído com muito cuidado e muitas vezes, então, o Bittar mexeu no projeto. Mexeu por quê? Porque que às vezes você tem um determinado entendimento o cara fala: Não, mas espera aí, sob esse ângulo esse dispositivo pode ser, pode gerar uma assimetria e aí você a partir daí procura evidentemente retificar essas coisas, a matéria não é uma matéria simples, é uma matéria complexa, a própria questão do *must-carry*, carrega ou não carrega, não é só isso, tem uma problema do logo outro logo, tem uma série de regras que tem que ser estabelecida de maneira clara na legislação, eu tenho que prever na legislação, por exemplo, que meios que tem limitação técnicas possam estar dispensados de carregar, eu tenho, por exemplo, o chamado MMDS analógico, que é a tecnologia de transmissão, ele só carrega 31 canais, eu não vou obrigá-lo a carregar 15 canais obrigatórios, porque aí o modelo de negócio do cara não fica de pé, temos que criar exceções, mas que não desfigurem os princípios fundamentais da neutralidade tecnológica, do ambiente de competição, da assimetria portanto entre todos os operadores que é fundamental para o sucesso desse empreendimento. Isso aqui é o último dispositivo, o que é que nós estamos fazendo? Algo que já foi feito no projeto de TV aberta, de TV pública, melhor dizendo, perdão. Que é transferir parte dos recursos do Fistel para o fundo, nesse caso aqui, para o fundo nacional do audiovisual, para financiar a produção audiovisual, a este fundo poderão recorrer os radiodifusores, os produtores independentes, os programadores como um todo que vão desenvolver conteúdos para preenchimento da cota brasileira. Com essa agregação de recursos que será, na verdade, superior a 300 milhões de reais/ano, nós vamos chegar a um fundo setorial do audiovisual com todos os recursos, as renúncias fiscais existentes que vai ser da ordem de 500 milhões de reais/ano. Talvez não seja o fundo dos nossos sonhos, mas em relação ao que existe hoje disponível é uma verdadeira revolução. Isso, todos os produtores e programadores são unânimes. Por quê? Porque a idéia que o recurso público seja casado com o recurso privado, as empresas de telecomunicações não poderão deter o controle de empresas produtoras de audiovisual, mas poderão comprar audiovisual dos produtores de audiovisual, e para isso, comercialmente, podem antecipar recurso, eles podem participar para que eles possam deter conteúdos diferenciados no ambiente de competição, distribuição de conteúdos evidente que o dinheiro público vai estar casado com todos os recursos comerciais disponíveis

com as linhas de financiamento bancário do próprio BNDES e de outros recursos existentes.

Então a idéia que a política de cotas tem que estar casada com a política de fomento audiovisual e com a política de ampliação do mercado tal como eu coloquei. Vamos lá?

Trinta por cento, exatamente, tal como vale para os fundos setoriais de ciência tecnologia, os principais fundos do país nós fizemos questão que 30% dos recursos, foi muito bem lembrado, Senador, 30% dos recursos sejam investidos na região norte e Nordeste para estimular a produção audiovisual nessas regiões também, vamos lá. Então aqui, são algumas observações, algumas eu já falei, as cotas são implantadas progressivamente em 4 anos, como eu já disse, nós limitamos no tempo, isso eu não disse ainda, limitamos no tempo a validade das cotas, as cotas são aprovadas depois vai decorrer 6 meses a um ano até a regulamentação final desse processo. Então, temos um ano. Depois 4 anos para atingir as cotas plenas, e aí 10 anos para validade das cotas. A partir daí elas deixam de valer. A idéia que durante 10 anos a gente tenha essa trilha que é a produção adquira musculatura e capacidade para não necessitar mais de política de cotas, a menos que lá, daqui a 15 anos o Congresso Nacional resolva rever. Pode até aumentar, eventualmente, se decidir que elas devem permanecer existentes. Então, são 15 anos, mas na verdade são 10 anos úteis, vamos dizer assim a partir da vigência plena das cotas. Flexibilidade para pequenos e grandes pacotes, o que nós estabelecemos? Nós verificamos, quando colocamos a política de pacotes, existem alguns pacotes que não tem muitos assinantes, mas que tem um grande número de canais, pacotes de 100, 150 canais, aquela política de 25% dos canais poderia criar um, a seguinte situação, ou esses pacotes retiram canais internacionais que seria uma coisa indesejável do ponto de vista do assinante que já tem o direito de comprar esses canais, ou nós teríamos que ter um, a substituição de canais internacionais por uma grande quantidade de canais nacionais para as quais não sabemos se o mercado estará preparado, estaria preparado para isso. Mas verificamos que a imensa maioria dos pacotes se situa nessa faixa até 40 canais entre 10 e 40 canais. Então, por isso nós restringimos. Todo operador que cumprir a cota até 40 canais, ou seja, 25% de 40, até 10 canais nacional, acima disso ele pode botar quantos canais quiser, nacionais ou internacionais. O percentual só vale até 40. Pode cair ou não, se você preencher, é evidente que não é o mais provável se você preencher de 40 para cima com outros canais nacionais você até sobe, rigorosamente, mas evidente que a tendência que a maioria dos canais seja internacional pela re-

alidade do mercado atual pode ser até que no futuro que é o que nós desejamos isso venha a ser alterado. E também flexibilizamos muito nos canais, nos pacotes muito pequenos, porque a idéia é vender pacotes a menos de 30 reais, pacotes de TV por assinatura, pacote de 30 reais, de 25 reais para pegar as classes C e D de consumo que nós imaginamos que a TV por assinatura vá crescer ainda um pouco nas classes A e B, mas o grande mercado mesmo de crescimento é o mercado das classes C e D de consumo que é a grande novidade do país, está aí sendo cantada à prosa e verso, todos querendo... Por acaso o nosso projeto está trabalhando também dentro desse ambiente. Oi? Não, não, independente. Isso não é... [Risos]. Não, mas é um fato real, 20 milhões de brasileiros, então, as empresas estão.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Vamos continuar não entra por aí que o Senador Flexa não que nós vamos...

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): Bom, vamos lá. Já falei a lei do cabo então passa a ser revogada. Bom e eliminamos as restrições que as operadoras locais façam o serviço de TV por assinatura e possam prestar o pacote *triple play* com isso também as operadoras de celular e as operadoras de outras redes de telecomunicações poderão fazer o serviço de TV por assinatura bastando requerer uma simples licença, autorização, tal como existe hoje para o SCM, Serviço de Comunicação Multimídia. Bom, algumas polêmicas levantadas, as cotas encarecerão o preço do serviço, a B PTA e Sky levantaram essa questão, nós temos, bom, eles fizeram um estudo que aqui entre nós, não foi um estudo bem feito para não dizer o mínimo, para não dizer que não é um estudo sério, por quê? Eles levam em consideração, no estudo deles, que as cotas, em primeiro lugar, serão preenchidas todas apenas por conteúdos inéditos. Não é verdade, se você olha a TV por assinatura o nível de repetição de conteúdos é muito grande, até porque ou o mesmo telespectador quer ver novamente o mesmo filme ou você tem que dar oportunidade para que muitos possam ver. Enquanto não houver o acesso pleno a canais isolados, que não é esse o modelo de negócio, ou a vídeo sob demanda, as pessoas vão, as operadoras vão funcionar dessa maneira. Outra coisa, o mesmo produto audiovisual, além de não ser necessariamente inédito, ele circula em várias janelas eu posso produzir um conteúdo audiovisual em meio digital que vá ser vendido em DVD, que vá servir para a TV fechada, que vá para as telas de cinema, que vá... é assim que é construído o modelo de negócios no mundo com várias, várias possibilidades de remuneração do mesmo produto au-

diovisual, na verdade fizeram, é sempre bom lembrar que as cotas são brandas, que o mercado vai crescer e que há financiamento ou fomento, portanto, não há, ao contrário, a nossa expectativa é que os preços vão baixar até para que a TV por assinatura chegue lá... Tanto é verdade isso que eu já disse, hoje há um pacote *triple play* da principal operadora de assinatura que oferece 100 K de banda larga, Netfone já disse até qual é a operadora, a Net está oferecendo, 100 K de banda larga, telefone e os canais abertos através de cabo que melhoram muito a qualidade do sinal por R\$ 39,90. Pechincha se eu fosse o senhor, Senador assinaria um pacote desse.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eu tenho uma parte no Rio e fui esse final de semana que eu tenho 3 filhos no Rio. Cheguei lá a Net estava com problema, só para contrabalançar aí, mas eles souberam, já perguntaram se já consertaram como é que está, mas estava com probleminha lá.

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): Bom, as cotas foram ruins para países onde foram aplicados, não é verdade, eu já disse isso aqui, a política de cotas, olha, os europeus adotaram política de cotas em 1987, há 21 anos. E acabaram de renovar, construíram uma nova legislação sobre o audiovisual, a legislação europeia cujo nome é diretiva europeia de serviço de mídia audiovisual que mantém a política de cotas estabelece uma série de regras para o audiovisual na Europa. No Canadá e na Austrália as curvas todas mostram que continua crescendo o número de assinantes e, portanto da remuneração dos operadores. Vamos lá.

Poderes da agência do audiovisual, os poderes que nós conferimos a agência do audiovisual depois de amplo debate são poderes de fiscalizar cotas, ela já tem a prerrogativa e a atribuição de conduzir a política de fomento, o financiamento, ela apenas fiscalizará a observância da política de cotas. A dinâmica de mercado cabe ao CADE, como aconteceu, porque é ele quem zela pelo ambiente de competição na economia. A fiscalização da Anatel na rede de telecomunicações, na rede Anatel eu tenho duas agências, aliás, por solicitação nossa, a Anatel e a ANCINE tem conversado muito e definindo o papel de cada uma delas no serviço que é convergente, é convergente até do ponto de vista que duas agências operam, já tem uma pactuação entre eles no ambiente de rede é a Anatel quem cuida, porque é uma rede como qualquer outra rede de comunicação e no ambiente audiovisual na política de cotas é a ANCINE quem trabalha. O substitutivo aumenta a carga tributária não há nenhuma, como eu disse, a contribuição está sendo gerada com a redução idêntica e de idêntico valor do Fistel. Institucionalizou-se

a figura do empacotador. A parte de empacotamento é apenas uma atividade, nós não definimos que tem que ter um empacotador separado, então, qualquer empresa operadora, seja a NET, seja a Sky, sejam as novas entrantes no mercado, poderão elas mesmas fazer o seu empacotamento. O empacotamento é definido apenas como uma atividade para fins de cumprimentos das cotas de audiovisual, vamos lá. O substitutivo está legislando sobre o serviço de radiodifusão, isso eu já disse, há um artigo claro que exclui o setor de radiodifusão. A solução para o conteúdo nacional é o fomento, nós achamos que você precisa de fomento, precisa de cotas, precisa da neutralidade tecnológica e precisa, sobretudo da liberação do mercado, novos *players* no mercado e fazer essa coisa crescer dos 5 milhões e 500 mil assinantes, hoje está no site da Teleco o número atual desse último trimestre número de assinantes de TV por assinatura para 15, 20 ou mais milhões de assinantes. Lembrando sempre que agora você vai ter vários tipos de conteúdo, vai ter esses conteúdos tradicionais, mas vai ter conteúdos, por exemplo, para redes móveis, da pessoa que vai estar se deslocando e vendo o extrato da novela do dia anterior no seu dispositivo móvel, que vai estar vendo os gols da rodada, noticiário, horóscopo e tantas outras coisas que podem agradar as mais diversas preferências. Vamos lá.

Conclusão mesmo, agora, novo diploma legal convergente, neutro e válido para todas as formas de televisão paga, acesso à programação nacional para a distribuidores, estímulo à competição no mercado de distribuição, aumento da produção nacional de audiovisual, geração de receitas e exportação de audiovisual que é o que a gente deseja, e diminuição no custo da assinatura do serviço. A idéia é que com a ampliação do mercado e um ambiente mais intenso de competição a gente possa ter mais assinantes, e para ter mais assinantes o preço tem que cair como já demonstram as iniciativas das emissoras.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Deputado Bittar aquele filme *privê* depois do horário, ele é contado como produção nacional?

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): Oi.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): É um fato. Eu quero saber é contado na cota aquele filme que passa mais tarde?

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): Se é audiovisual... Eu não sou obrigado, eu não sou censor.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Não fique encabulado assim, eu só estou perguntando porque

faz parte, é algo natural é um filme uma produção nacional. Deixa ele beber água.

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): Engasguei um pouco.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Vou deixá-lo melhor, sei que V.Exa. não vê o filme já está dormindo nesse horário.

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): Estranhei, porque eu nunca vi.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Tem uma produção de conteúdo nacional.

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): Nem sabia da existência.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Vai valer para as cotas? Tem que valer.

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): Vale, claro que vale, vale se ele tiver dentro do pacote. Se for oferta de canais, são regras que a gente não ficou detalhando aqui, se forem canais avulsos, porque você compra um pacote, mas você pode comprar alguns canais, geralmente, esses canais tipo *hot sexy*, *playboy*, coisas do tipo. Conheço, né? [Risos]. Nessa casa austera o Senador me deixou a vontade... Os canais, canais eróticos como a gente costuma dizer, quero dizer também o seguinte, há muitos canais que não são obrigados a cumprir cotas, por exemplo, canais étnicos, o erótico me fez lembrar do étnico, não tem nada a ver, mas é outra classificação. Os canais étnicos do tipo Doit Welle, eu não vou obrigar a botar conteúdo nacional num canal que se pretende ser de cultura alemã, evidentemente.

Então estão excluídos, o nosso projeto tem o bom senso de excluir as coisas, o TV Senc(F), TVE espanhola. Eu não vou obrigar canais que são canais para difundir um determinado tipo de cultura que eles coloquem a nossa cultura. Há os canais que vem no pacote, esses canais, geralmente os canais eróticos são os canais comprados de forma avulsa. Até 5 canais não conta para efeito de cotas, ou seja se eu tiver vamos nos referir aquele pacote, 40 canais, se além dos 40 canais eu comprar mais 5 canais avulso eu conto os 40 canais para efeito de cota, eu estou no limite dos 40 talvez o meu exemplo não seja o melhor, vamos supor que eu estou com 20. Vamos pegar um de 20 é melhor, porque o de 10 para baixo tem uma restrição. Eu estou com pacote de 20, que é um canal típico no meio do número máximo de canais. Até 5 canais avulsos não contam para efeito de cota, são 20 canais que conta para efeito de cotas, a partir de 5 canais eles são incorporados ao número de canais

para o efeito da cota. Se eu botar 26 canais, 20 canais do pacote mais 6 avulsos eu tenho já esses canais incorporados para a contagem dos 25% de canais nacionais. De 10 em diante vale, de 10 em diante, de 10 para baixo que eu flexibilizo também.

DEPUTADO JULIO SEMEGHINI (PSDB-SP): Bittar, só para deixar claro para não fazer uma confusão, porque está dando uma construção de novo dos canais enquadramento da cota, na pergunta que o Senador fez para deixar bem claro é o seguinte, olha, Senador, esse nosso trabalho até para não deixar dúvida o trabalho que o Bittar está construindo em debate com a Comissão não tem nada a ver com o conteúdo, com a qualidade ou com as coisas. De jeito nenhum. Se é sexo se é ou não é, se é um sexo educativo se não é, não cabe essa coisa que a ANCINE vê nós não estamos pretendendo entrar em censura, não tem nada disso. Para isso já tem a auto-regulamentação e as coisas do setor. Claro que conta, tem algum programa que a partir determinado horário entrará um filme, se esse filme é produzido dentro dos critérios do conteúdo nacional, ele conta, não está se restringindo ou não conta se há uma restrição do tipo, nós não estamos entrando na restrição do que é o conteúdo ou não, isso tudo já existe no dia-a-dia hoje. Não está se mudando o que existe nesse mundo, hoje. Está só conseguindo construir o que atende dentro daquele conteúdo nacional, é isso não é isso Bittar?

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): Exatamente. Até gostaria de citar aqui o seguinte, há 2 ou 3 semanas atrás saiu uma matéria, uma revista muito conceituada como a Revista Veja que abordava esse nosso projeto e abordou esse projeto de maneira muito depreciativa, sem nos ouvir, sem ouvir alguns protagonistas importantes como radiodifusores, mesmo as empresas de telecomunicações, e faz afirmação primeiro vai sair, pegaram uma série bem sucedida como *Lost*, que é uma série bem sucedida na TV por assinatura. Olha, você vai deixar de ver *Lost* tentando colocar de maneira depreciativa, agora você tem que ver Tom Cavalcante no lugar do *Lost*, coisas desse tipo. Não é verdade, nós não vamos entrar no mérito primeiro, porque o audiovisual brasileiro é de excelente qualidade e o brasileiro ama ver audiovisual brasileiro como está demonstrado como já disse aqui. Segundo haverá política de fomento e exigência de qualidade, ninguém vai botar dentro do seu canal, seja um programador brasileiro como a Globo ou Abril vai botar dentro do seu canal um conteúdo que não seja de boa qualidade, porque é o seu canal que estará sendo depreciado diante da... nem a HBO ou a Fox, ou qualquer outro programador internacional, ou um canal de desenho animação como Cartoon, ou Discovery kids

vai colocar lá lixo audiovisual, evidente, porque ele estará depreciando o próprio conteúdo. Então, a idéia é que isso aí vai estimular a produção de conteúdo de qualidade, com exigência de controle de qualidade dentro desse mercado. E dois, está afirmado, a partir de agora estarão a ANCINE estará dizendo o que entra e o que não entra. Não é verdade, a ANCINE não entrará no mérito dos conteúdos, a ANCINE apenas verificará, é 10%? Cumpriu os 10%? Está liberado, o que ele vai botar lá dentro, é decisão do programador, do produtor do audiovisual e do distribuidor. É isso, as linhas gerais são essas eu estou aqui à disposição para esclarecer dúvidas.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Muito obrigado ao Deputado Jorge Bittar pela explanação, acho que foi de conteúdo estupendo como bem conhece a história do Deputado sabe que ele se dedica a fundo nas suas idéias, defende fortemente. Então, eu queria agradecer em nome dessa Comissão Senador queria passar antes de passar a palavra ao Deputado Júlio Semeghini queria uma consideração rápida do Senador Antonio Carlos Magalhães Presidente do grupo de trabalho, GT.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BR): A palestra do Deputado Bittar foi elucidativa a gente passou a conhecer ainda mais profundamente os detalhes, digamos, do projeto, e na verdade agora acho que nós poderíamos começar o debate com o Deputado Júlio Semeghini, começaríamos já a debater o projeto e para que nós depois, então, os senadores podem fazer perguntas. Então, acho que seria interessante que o Deputado Júlio Semeghini fizesse as considerações adicionais à apresentação do Deputado Jorge Bittar.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Com a palavra, então, o Deputado Júlio Semeghini.

DEPUTADO JULIO SEMEGHINI (PSDB-SP): Eu vou ser bastante breve até, porque aqui não quero me colocar, eu ser aqui o responsável pela polêmica do projeto. Mas eu quero dizer que a nossa grande dificuldade, primeiro é o seguinte, o projeto ele é muito amplo como foi colocado. E quando a gente fala, assim, bom, esse projeto não, não se refere, ele não tem nenhum interesse em regulamentar a radiodifusão. Então dá a impressão boa, tá jóia. Não precisamos ter o problema radiodifusão, não é verdade. Quer dizer, esse mundo está muito interligado, esse mundo convergente que nós estamos discutindo hoje, ele é totalmente conectado um no outro e está interligado o conteúdo de um pode ser transportado pelo outro, a vida de um, o pessoal da TV aberta, ele é hoje trans-

portado aí para os 5, 6 milhões que seja de receptores tem muito mais, de assinantes que tem pelo canal de TV paga, nós temos que imaginar a nossa dificuldade na Câmara hoje, nesse projeto está exatamente em tentar esclarecer em colocar no projeto do Bittar aquilo que o Bittar colocou ali na verdade. O nosso desafio que estamos tendo hoje nos Deputados é para a gente conseguir, na verdade, construir para aprovarmos esse projeto, é fazermos, colocar no papel, no texto exatamente conceitos do que o Deputado Bittar colocou e que pudéssemos dar essa segurança para os diversos setores que estão envolvidos. Nós temos aí os setores de telecomunicação que vai, que terá um grande desafio, uma nova oportunidade para poder ser o transportador aí, na verdade, desse conteúdo nacional, muda totalmente esse mercado. Nós temos o setor de TV paga que está sendo totalmente impactado por esse projeto e aí ao entrar, por exemplo, as cotas, a gente mais do que ainda no momento em que a gente coloca para tentar ampliar o setor e para ter concorrência para o pessoal de telecomunicações entrar na parte de incentivo ao conteúdo nacional, a opção feita pela cota além do incentivo de fomento pelos fundos causa mais outra dificuldade ao mesmo tempo para um setor que passa a ser, na verdade, penalizado.

Então, o que nós estamos tentando dentro da Câmara hoje dos Deputados, é construirmos aí um acordo com todos esses setores dentro do possível. E eu quero aqui parabenizar o trabalho do Bittar em nome dos Deputados da Comissão que tenho acompanhado, do esforço que ele tem feito de dialogar com todos os setores. Uma coisa que eu queria deixar claro aqui aos Senadores é que há mais de um ano a Câmara, a Comissão de Ciência e Tecnologia tem conversado com todos esses setores, a gente pode não ter acatado nesse projeto do Bittar uma série de reivindicações que alguns setores fazem, porque não é possível fazer uma vez que tem que avançar o projeto.

Então, as premissas desse projeto eu vi que aqui na Comissão teve um projeto do Senador Flexa Ribeiro que era um projeto que tinha exatamente outro viés não do avanço daquela época da Comissão das Telecomunicações de proteger o conteúdo, esses são os dois pontos fundamentais desse projeto, como é que a gente pode permitir que o Brasil passe a ter direito de ter esse mundo digital conectado que essa convergência digital que esse projeto tenta colocar em prática, e que não fique acontecendo através de contratos de gavetas ou de negociações entre o mundo da radiodifusão de um de outro, negociando e tendo o compromisso, como é que a gente pode trazer isso de uma maneira transparente aberto, competitiva de bastante concorrência nos melhores cursos de maneira

melhor para o brasileiro, mas também ao trazermos, na verdade todo esse aspecto do projeto, como a gente vai garantir que o mercado de conteúdo, a produção de conteúdo nacional se fortaleça para que ela ganhe. Nós vamos construir uma série de novas estradas, um monte de oportunidade de fazer chegar informação na casa do cidadão brasileiro, mas nós temos que garantir que também chegue o conteúdo nacional, nós não podemos abrir mão de nesse momento fomentarmos realmente viabilizarmos a indústria e a produção de conteúdo no Brasil, ao fazermos tem outra polêmica, a gente entra que é o grande mundo do produtor de conteúdo no Brasil, é a radiodifusão, um deles, sem dúvida nenhuma, tem o pessoal da Globo, a gente sabe do reconhecimento internacional da qualidade. Aí você passa a ter os produtores independentes e passa a ter até uma dificuldade do que é o conteúdo nacional para poder ser contado através da cota ou não.

Então, esse ambiente é o que nós estamos tentando colocar no projeto, o Relator tem acatado uma série de sugestões, de todos os setores, mas nós ainda percebemos dentro dos próprios setores e também de Deputados a dificuldade de às vezes não ter a certeza e a tranquilidade que o Deputado Bittar coloca, olha aqui nós não estamos protegendo, aqui a cota não terá tanto aumento, aqui não pega a radiodifusão, Bittar eu não sei se colocou antes de eu chegar ou não o problema da internet que também é um problema a mais que não foi colocado, nós não pretendemos como muita gente diz regulamentar nada da internet, a internet é um mundo totalmente privado e liberado não há interesse. O que está tentando se discutir é como fazer quando se usa a rede de computador, a palavra não seria nem internet, rede de computador para distribuir o mesmo audiovisual que nós estamos falando, como é que poderia ou não nesse momento ser interpretado e se deveria ou não ser regulamentado. O outro problema que se coloca que é muito mais amplo, dizer o seguinte: A ANCINE está aqui para fiscalizar, mas à medida que avança o papel da ANCINE nós também corremos o risco, espera aí será que daqui a pouco isso não poderá vir então para a radiodifusão, será que a ANCINE foi criada já com esse papel ou esse Projeto de Lei já está dando novos poderes à ANCINE, então, o que é a nossa dificuldade? Quando a gente tem um Projeto de Lei que visava exatamente permitir a implantar no Brasil o mundo da convergência digital convergente e também assegurar, incentivar e estimular o conteúdo nacional, a gente mexe com uma série de interfaces com a radiodifusão, com os produtores de conteúdo que precisam ser melhor delineados para poder ficar claro até onde esse Projeto de Lei avança

ou não e que impacto ele pode causar em cada uma dessas margens, dessas divergências.

Esse é o grande desafio que nós temos hoje na Câmara dos Deputados, como é que a gente assegura essas divisões com os diversos setores para dar tranquilidade e fazer com que o texto, na verdade, dê tranquilidade, realmente traduza aquilo que o Deputado Bittar colocou. Fora disso tem pontos polêmicos, que a gente tem que decidir se vamos ou não vamos caminhar para esse segmento, se vamos ou não vamos adotar a política de cota no Brasil, aí é uma decisão política, não adianta e não é dúvida, é um ponto claro, um ponto polêmico, mas é um ponto que a Câmara dos Deputados está debatendo e vai tentar tomar essa decisão e era importante ouvir dos Srs. Senadores aqui também. E esse papel que eu falei da ANCINE é uma coisa muito mais delicada do que a gente imagina, nós temos recebido muita preocupação não é, por exemplo, da própria pergunta que o Senador brincou que o Senador Wellington colocou da história do filme, de um filme de sexo ou de qualquer coisa que tenha desse tipo, deixar bem claro o seguinte: Esse projeto não visa e não pretende regulamentar, não é um projeto novo da Lei de comunicação de massa. Não é isso que está tentando se fazer nem pode ser isso que queira fazer, porque não fará, esse projeto não será aprovado nesse momento. Ele tenta, na verdade, ao implementar esse mundo de convergência ver até onde ele precisa ser aprimorado para garanti-lo, então, todo o papel da ANCINE que está sendo tratado que eu entendo que o projeto pretende é garantir que a cotas que estão sendo colocadas, alguém terá que fiscalizar para saber se está sendo ou não está sendo cumprida. E mais do que isso, garantir até alguém que poderá dizer: Olha não dá para cumprir esse Projeto de Lei, porque não está tendo conteúdo no Brasil, todos incentivos que nós demos não foram suficientes para a gente fazer a produção, portanto não dá para exigir esse compromisso terá que ser de forma gradativa ou não. Então o papel da ANCINE que eu entendo está muito claro, exatamente para a implementação dessas coisas da cota do audiovisual que nós estamos falando. Eu acho que o debate tem que ser sobre primeiro esses pontos polêmicos, poderemos tentar trazer o debate aqui para o Senado, ao mesmo tempo em que a gente possa ter um apoio, uma força de vocês para ajudar a definir essas interfaces que são as mais delicadas e precisam estar bem definidas no Projeto de Lei.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Muito obrigado ao Deputado Júlio Semeghini pelas considerações, passarei agora a palavra ao Presidente desse grupo de trabalho, Senador Antonio Carlos Júnior para suas

considerações e passar a palavra aos dois senadores presentes.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEMB-BA): Sr. Presidente Wellington Salgado, Deputado Jorge Bittar Deputado Júlio Semeghini, na linha do Deputado Júlio Semeghini, realmente o grande problema é a questão da fronteira entre telecomunicações e comunicação de massa. É uma questão muito delicada que merece toda a nossa atenção já que nós estamos falando de dois negócios que, por exemplo, na radiodifusão eles são interligados hoje que é conteúdo de distribuição. Então, na verdade, o projeto fica na fronteira da, de comunicação de massa, por causa do conteúdo, pelas vinculações com o conteúdo sem poder entrar, digamos, de forma mais intensa na área de comunicação. Porque o projeto de comunicação de massa é outro projeto.

Então, essa, a grande questão é essa tênue fronteira que existe, o conteúdo faz existir entre uma coisa e outra, entre um projeto e outro e esse, para mim é o grande ponto e as cotas estão exatamente no centro dessa questão. Então, as cotas são os pontos mais delicados desse projeto exatamente por estarem, estarem na fronteira dos dois negócios de distribuição de conteúdo onde distribuição natural que a área de telecomunicações entre forte nesse ponto, mas o conteúdo tem uma vinculação estreitíssima com radiodifusão. Então, nós temos e a radiodifusão ainda hoje faz também distribuição. E faz... e também distribui. Então, o sistema de cotas está na fronteira e é talvez seja, digamos, com certeza, o Deputado Júlio Semeghini já colocou, será, digamos, é o grande, a grande polêmica do projeto. E eu creio que, se nós, esse assunto precisa, digamos ir para um debate amplo e ter um arremate final. O que não pode haver, o que é importante é quando chegar o projeto de comunicação de massa ele não venha a ser conflitante com esse projeto. Então, esses cuidados a gente tem que ter. De deixar a porta aberta para que o projeto de comunicação de massa quando vier, ele venha se acoplar a esse projeto e não vir bater de frente com esse projeto. Deputado Júlio quer fazer--

DEPUTADO JULIO SEMEGHINI (PSDB-SP): Queria sim, eu queria Senador, me perdoe só uma coisa, claro, o que eu entendo é que na verdade esse projeto ele tem que ser uma parte da infra-estrutura, ele tem que permitir resolver um problema e não avançar na Lei de comunicação de massa nem nada disso, a lei de comunicação de massa virá com o papel fundamental dela, aqui nós estamos discutindo de como a gente pode introduzir no Brasil esse mundo da convergência digital assegurando e preservando as radiodifusão no

Brasil e incentivando o produtor de conteúdo é exatamente o que V.Exa. coloca.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEMB-BA): Exatamente, a minha preocupação é a não invasão, a grande preocupação nossa. Eu acho que ficou. Isso é para gente, para colocar, digamos a Comissão de comunicação do Senado no foco do assunto. Acho que a gente, com isso a gente está trazendo o foco principal para discussão quando tivermos que discutir esse assunto.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Muito obrigado, Senador Antonio Carlos Júnior, eu queria passar agora a palavra aos dois senadores presentes, um dos especialistas na questão de comunicação e massa, Senador Flexa e um especialista em questões relativas a provedores de internet que é o Senador Azeredo. Primeiramente a palavra ao Senador Flexa Ribeiro para suas considerações.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente Senador Wellington Salgado, Deputado Júlio Semeghini, Senador Antonio Carlos Júnior, Deputado Jorge Bittar, Srs. Senadores. Eu quero parabenizar o Deputado Jorge Bittar pela exposição que ele fez aqui da sua, seu pré-relatório lá na Câmara dos Deputados e acho que novamente, o Congresso Nacional e os legisladores, nós estamos sendo atropelados na nossa função de legislar pela, pelo avanço tecnológico. Nós ficamos parados ao longo dessas décadas com legislação da década de 60, da década de 90 e a tecnologia avançando e acabamos sendo empurrados a discutir pelo mercado, pelo mercado a questão da regulação das plataformas. Porque, na verdade, a tecnologia hoje, ela juntou tudo que a legislação separava. E é preciso que se encontre e é uma obrigação e uma tarefa, um desafio nosso, como legisladores encontrar uma, uma forma, um meio de transição de que você não penalize um segmento ou protegendo outro. Essa é a grande dificuldade que eu vejo. No geral, a preocupação nossa quando nós começamos a discutir aqui na Comissão de Ciência e Tecnologia, tão bem presidida pelo Senador Wellington Salgado que ele provocou essa discussão inicial, é com relação ao conteúdo brasileiro o que é que nós estávamos assistindo é que com a invasão da tecnologia nós estávamos perdendo a nossa cultura, os programas estão vindo produzidos de fora para dentro, e as nossas gerações futuras perderiam até, talvez, até a nossa língua se fosse o caso. No... em função da falta de conteúdo, a programação, o nosso objetivo, tanto que o projeto que nós apresentamos era de proteção do conteúdo brasileiro na convergência tecnológica, quer dizer, como é que proteger essa questão. Evidente que aí vem a questão da radiodifusão e da

rádio, questão das telecomunicações. Leis totalmente distintas que dão acesso ao capital estrangeiro 100% no segmento restringe o capital estrangeiro a 30% no outro segmento, quer dizer, você tem condições de competitividade completamente diferenciados.

Outra questão, Deputado Bittar que nos preocupa nessa discussão do grupo que o Senador Antonio Carlos Júnior coordena é que ao se tentar ter o conteúdo nacional na, na grade também que se dê espaço à produção independente. Quer dizer, que a produção não fique somente no controle das grandes redes. Que a produção independente tenha o espaço garantido até para que se possa alcançar o mercado internacional que se não me falha a memória da ordem de 600 bilhões de dólares, que é uma grande importação que se faz a nível desse conteúdo produzido lá fora para atender aqui as redes brasileiras.

Então com a produção independente junto com essas empresas produtoras hoje que são de radiodifusão elas possam, então aumentar a possibilidade de se ter uma produção independente e com isso aumentar a exportação como V.Exa. colocou aí que é uma das preocupações do seu projeto. Preocupa também a nós aqui do Senado que da mesma forma que essa condição do conteúdo pode desvirtuar a questão cultural brasileira, se não houver uma regionalização da produção nós também vamos ter uma dificuldade em manter pontos culturais diferenciados. Nós temos que diminuir as desigualdades no Brasil, mas manter as diferenças, as diferenças são importantes. A cultura da Amazônia é diferente da cultura do sul do país, nós temos que diminuir as desigualdades existentes nessas regiões, mas a questão das diferenças elas precisam ser preservadas e isso também tem que ser levado em consideração na questão dessa discussão que me parece que ela precisa ser e vai ser aprofundada até chegarmos a um, não chegaremos a um consenso, não chegaremos à unanimidade, mas vamos buscar que haja dentro da discussão a maior adesão possível ao que a gente possa votar. Parece-me, me parece que por trás de tudo isso, quer dizer, nós, a preocupação nossa inicial é com relação, como eu já disse ao conteúdo, à questão da produção independente que nós temos que proteger e temos que incentivar, a condição da regionalização, mas tem por trás de tudo isso algo em que comanda esse processo todo que é o mercado. Que é a parte comercial da coisa, na realidade nós temos uma briga de um mercado como o Deputado disse na ordem de mais de 100 bilhões de receita contra da radiodifusão de 11 bilhões de Receita. Na hora que, pela convergência tecnológica, as telecomunicações começam a entrar no mercado que era da radiodifusão há uma reação imediata, tem que

haver, porque esse processo de transição que se tem que buscar de como fazer. Até, porque, eu gostaria de ter do Deputado uma informação se nessa discussão que já foi feita, está sendo feita lá na Câmara, na Comissão presidida pelo Deputado Júlio Semeghini, qual foi o grau de consenso que se chegou? E se é possível entre as divergências que possam ter ocorrido lá no enfrentamento V.Exa. colocou aqui a discordância de alguns setores em relação às propostas que aqui foram colocadas, até onde essa convergência ou divergência nessas propostas foram aceitas ou não pelos setores envolvidos no projeto.

O outro ponto importante é que se a rede de hoje, a radiodifusão de hoje, me parece que o projeto prevê que haja uma, por parte das telefonias móveis, o acesso ao conteúdo, à programação das redes abertas, isso haveria um processo de negociação entre, entre as empresas ou seria automático em que você poderia acessar através do telefone móvel um canal hoje, aberto, e sem que haja custo para a empresa de telecomunicação. Outra questão, o projeto transfere o que é da Anatel para ANCINE, algumas questões de regulação e de fiscalização. No projeto ou na proposta de V.Exa. V.Exa. retira que eu acho que é válido, mas é um caso que nós estamos estudando aqui no Senado, o absurdo que é essa arrecadação do Fistel. Inclusive, nós aprovamos na CCJ ainda numa ação pelo saudoso Senador Antônio Carlos Magalhães de se fazer um pacote antiviolação, nesse pacote antiviolação estava a questão da possibilidade de você vedar o acesso do uso da telefonia de comunicação dos presídios.

E que esse projeto está lá na Câmara não foi votado até hoje, foi aprovado aqui, projeto que eu relatei e que eu retirava do Fistel, exatamente recursos para poder bancar esse bloqueio do sinal nos presídios. Tal era o excesso de arrecadação existente no Fistel e usado pelo governo para fazer superávit primário. Ou seja, ou nós vamos ter que rever essa taxação sobre a telecomunicação, porque isso vai baratear, quem está pagando na realidade esse custo é o usuário e eu acho que a preocupação nossa aqui, do Congresso Nacional é proteger a sociedade, proteger o usuário à nível de programação, à nível de conteúdo, à nível de custo. Se a gente tem uma exigência sobre a telefonia móvel de arrecadar valores que são lançados na tarifa e que são usados pelo governo para fazer superávit primário, é preciso que a gente reveja, retornando aos patamares necessários. Várias Audiências Públicas aqui, a direção da Anatel nos disse que o orçamento estimado necessário dele seria da ordem de 450 milhões, tem uma arrecadação naquela altura, era algo em torno de 1 bilhão e 600, quase 3 hoje, quase 3, naquela altura um ano e pouco atrás era dessa ordem,

com o aumento do número de telefone já chega a três. V.Exa. retira 10% para atender exatamente essa produção independente. Eu acho justo, eu acho que deve ter, não sei se o governo, V.Exa. como do partido do governo vai ter mais facilidade do que eu tive no meu relatório de tirar os recursos do Fistel para atender o bloqueio... com certeza. Aqui no Senado está virando algo interessante os projetos dos Senadores da base do governo e principalmente do partido do Presidente estão sendo apoiados pela oposição e rebatidos pelo PT. Senador Paulo Paim nós tivemos a oportunidade de aprovar dois projetos da maior importância do Senador Paulo Paim atendendo a questão dos reajustes dos aposentados.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senador Flexa eu vou repetir o que eu disse para o Bittar, não vamos entrar nesse campo, porque.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu fiz apenas um comentário, sei que V.Exa. é da base do governo e defende aguerridamente ao governo, mas eu fiz apenas um comentário num sentimento real de que Deputado Bittar tenha sucesso, tenha sucesso, tenha mais chances do que nós tivemos. Porque o nosso projeto não tramitou aqui teve voto contrário do governo, porque retirava algo em torno também de 200 milhões para atender o bloqueio da maior importância as comunicações dos presídios continuam existindo e não houve continuidade na Câmara, tenho certeza quando o seu vier para cá eu vou aumentar de 300 para 450 ou 600 ou então vamos diminuir a cota do Fistel. Senador Azeredo está me dizendo que nós estamos em votação nominal, eu teria alguns outros comentários, mas nós vamos continuar discutindo, eu acho que nós temos que aprofundar a discussão, nós temos que buscar aquilo que nós queremos que é o melhor para o Brasil.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Obrigado Senador Flexa Ribeiro, eu vejo esse momento como um grande momento, Deputado Bittar, Deputado Júlio, Senador Antonio Carlos Júnior. Eu quero dizer o seguinte, porque as coisas caminham muito melhor dessa maneira, nós tivemos oportunidade de representar a Câmara e o Senado numa feira internacional e lá eu conversava com o Deputado Júlio onde nós tínhamos que ter esse contato, Bittar, você apresentar, por exemplo, eu tinha imagem do seu projeto, uma imagem passada pela imprensa eu procurando me aprofundar com a minha assessoria que me ajuda bastante, e, no entanto eu vi o quanto você está seguro no seu projeto, tem encaminhado alguns pedidos de determinadas áreas no setor, o próprio Deputado Júlio mostrou isso aqui hoje, então

eu fico muito feliz nesse momento de ter o maior conhecimento, viu, Júlio, acho que novas oportunidades virão, Senador Antonio Carlos Júnior, esse projeto, com certeza, com certeza eu sendo Presidente vou distribuir para alguém desse grupo, para ser o Relator, porque não é justo que os senhores estejam aqui participando, abrindo os contatos, discutindo e de repente eu vá nomear outro Relator que não seja desse grupo, viu, Senadores? Com certeza vai sair desse grupo o Relator desse projeto quando chegar ao Senado. Muito bom. Eu queria passar para as considerações finais visto que nós temos votação nominal no Senado, votação primeiro para o Senador, não, vou deixar por último Senador para fechar, porque ele é autor dessa idéia, então Jorge Bittar rapidamente e o Deputado Júlio Semeghini, um dia será Senador com certeza, rapidamente para que possa, para que possa fazer considerações finais que nós temos votação nominal.

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): Se for preciso eu vou fazer campanha em São Paulo, se eu ajudar, afinal de contas eu moro no Rio, mas nasci em Santos, de repente posso ajudar.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Suplicy e Senador Mercadante não vão gostar. Isso está sendo gravado e eles vão assistir pela TV Senado, Deputado Bittar.

DEPUTADO JULIO SEMEGHINI (PSDB-SP): Até lá já terão outros desafios para eles.

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): O meu apreço pelo Deputado Júlio Semeghini pessoal e político é reconhecido publicamente, não tenho o que esconder. Sobre essa questão, eu vou ter que ser rápido em função até da votação, essa questão de radiodifusores e empresas de telecomunicações, essa briga já foi mais intensa. Hoje há um ambiente de construção de um novo relacionamento, até, porque ambos reconhecem que estão condenados a conviver. O problema é que eles têm que conviver num ambiente saudável em que haja modelos de negócio que podem até se entrelaçar em determinados aspectos, mas que preservem, os interesses de cada um deles, e, sobretudo preservem o interesse público verdadeiramente.

Eu penso o seguinte, o ambiente de convergência tecnológica ou convergência digital nos oferece grandes oportunidades e eu acho que nós temos que ser ousados, mas ousados minimizando os riscos de todos, é disso que nós estamos lidando, por isso esse processo de diálogo que às vezes alguns não entendem, querem que a gente vote ontem uma matéria que é complexa, que mexe com muitos, nós estamos tendo muito cuidado ao tratar essa matéria, porque às vezes a pressa acaba sendo inimiga da perfeição de se fazer alguma coisa que seja de boa qualidade, que tenha

consistência, que tenha possibilidade de realmente contribuir para que se haja, para que haja grandes investimentos seja no ambiente de telecomunicações, seja no ambiente de radiodifusão, seja no ambiente, em geral, de produção audiovisual no país.

Nós adotamos uma série de medidas preservando o setor, dentre eles a proibição de propriedade cruzada, ou seja, as telecomunicações, empresas de telecomunicações não podem controlar assim como o capital estrangeiro os grupos de produção nacional, sejam eles radiodifusores, sejam eles produtores independentes ou programadores independentes também, estabelecemos uma série de regras que claramente valorizam a produção do audiovisual brasileiro, dentre elas a regra do financiamento específico para isso. Ouvi com muita atenção e alegria suas considerações sobre a produção independente, aí também, não há contradição, não há conflito insanável entre radiodifusores produtores independentes. Gostaria até de lembrar que nos Estados Unidos há uns 40 ou mais anos atrás eles adotaram uma política pela qual todos os radiodifusores deveriam ser obrigados a comprar boa parte da sua produção no mercado, isso é uma das razões, não é a única, para a criação desse mega mercado de produção audiovisual que é o mercado americano. Então, há um estímulo muito grande, nós estabelecemos na nossa política de cotas algumas obrigações para cotas de produtores independentes também sem prejuízo do papel dos programadores, sem prejuízo, ou seja, dos grandes grupos que existem que a meu ver são fundamentais até se você pensa em ter musculatura para competir com as grandes corporações de mídia internacionais tem que ter grupos nacionais também fortes, potentes o que é absolutamente fundamental. Regionalização da produção, procuramos--

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Deputado Bittar, nós estamos votando duas autoridades indicadas pelo governo. Estamos votando duas autoridades de votação nominal indicadas pelo governo.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pode continuar Deputado, que o governo vai perder o voto do Senador Wellington.

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): A questão regional está contemplada no fundo, 30% do fundo será dedicada à produção regional, sobre consenso divergências na nossa Comissão. Nós temos feitos reuniões sistemáticas com parlamentares além das reuniões que fazemos com todos os atores econômicos relevantes dessa matéria, e na semana que vem, na terça-feira teremos uma nova reunião eu acho que nós estamos no caminho da convergência política, também, além da convergência digital a questão da combinação da

telefonía, da radiodifusão com a telefonía celular, ela pode propiciar os mais diferentes modelos de negócio nos quais, inclusive através da interatividade da TV digital móvel através dos quais se pode construir parcerias saudáveis entre radiodifusores e empresas de telecomunicações. Sem deixar de levar em consideração que essas empresas podem também fazer TV por assinatura efetivamente. A questão do Fistel, eu estou de acordo com V.Exa., apenas um pequeno registro, Senador, nós estamos lidando, eu imagino, não posso imaginar que o governo tenha bloqueado os 200 milhões de reais seu, não posso acreditar, sinceramente, porque é uma causa extremamente importante, vamos tratar.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Flexa vai perder o voto contra.

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): V.Exa. sabe que a questão da previdência é uma questão que falo de bilhões e bilhões de reais--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Justa.

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): Mais cautela embora seja justa. Mas temos que ter ao mesmo tempo, é justo também que haja--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu pediria o apoio de V.Exa. para poder votar o projeto de bloqueio.

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): Claro, com certeza, terá o meu apoio, o Deputado Júlio Semeghini é um dos Deputados que mais tem atuado nessa questão conosco.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): O Deputado Júlio Semeghini, tem o mesmo defeito, ou a mesma qualidade que eu, nós somos de oposição.

DEPUTADO JORGE BITTAR (PT-RJ): Vamos cuidar disso, quero só finalizar dizendo que eu quero agradecer essa oportunidade, acho que para nós construir alguma coisa comum é muito importante, de tal maneira que quando a matéria venha a esta casa ela já venha com o amadurecimento, com o conhecimento de V.Exas. e desta maneira eu acredito, ela poderá tramitar mais rápido. Porque eu penso que esse tema é não só relevante, mas é extremamente urgente, porque ele poderá liberar investimentos importantes para o nosso país.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Muito obrigado, Deputado Bittar, passaremos agora ao Deputado Júlio, V.Exa. que é da Câmara, a culpa de pouco tempo de V.Exa.

DEPUTADO JULIO SEMEGHINI (PSDB-SP): Cedi o meu tempo ao Bittar, eu só quero aqui ao Senador Wellington Salgado, Senador Antonio Carlos

Júnior, Senador Flexa Ribeiro e aos outros que aqui estiveram, agradecer essa oportunidade. Eu acho Senador, que isso a gente precisa incentivar até mais para que a gente possa concluir, trabalharmos juntos para agilizarmos aí os processos de conclusão dessas votações de temas tão importantes quanto esse. Acho que de tudo que foi dito aqui há uma coisa que eu queria também responder ao Senador Flexa Ribeiro. Qual é o grau de consenso? O grau de consenso é o seguinte: Há um ano o pessoal de telecomunicações não conversava desse assunto com o pessoal de TV, de lá para cá nós tivemos 20 reuniões eu espero que mais 1, 2 ou 3 a gente possa concluir com esse consenso que o Brasil precisa, estamos perto do final na minha avaliação. Em relação aqui faço, em relação ao seu celular, sabe que o teu projeto exatamente igual ao meu ponto de vista, o projeto que relatei lá é um absurdo o governo até hoje, a todos não ter resolvido o problema de bloqueio de celular, mostra uma incompetência do nosso país absurda com o uma coisa tão simples de ser resolvida. É fruto do que a gente precisa aqui acabar com isso daí.

Acho que é só, quero agradecer mais uma vez a todos vocês, e nos colocar à disposição para continuarmos esse debate. E dizer ao Senador Wellington Salgado, que temos já na semana que vem, fruto da nossa audiência estamos esperando chegar o Ministro das Comunicações a nossa reunião para definir o padrão do rádio digital. Já fechamos um cronograma, a Anatel está acabando, está avançando muito mais do que tinha, já está pronto um cronograma de trabalho até a data, Senador Wellington Salgado, e nós vamos ter junto uma reunião de novo Câmara Senado, Ministério das Comunicações, Anatel e a Abert para podermos ver se o Brasil está pronto para uma nova decisão importante aqui que é a rádio digital. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Muito obrigado, Deputado Júlio. Considerações finais Senador Antonio Carlos Júnior.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BR): Eu gostaria de agradecer ao Deputado Jorge Bittar, Deputado Júlio Semeghini pelas contribuições que nos deram e que nós vamos, com certeza, construir também uma solução dentro do Senado consensual com a Câmara para que nós possamos aprovar o projeto sem traumas e no mais curto de espaço de tempo possível. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Muito obrigado a todos, declaro encerrada, não é uma Audiência Pública, mas esse encontro.

Sessão encerrada às 17h40.



EDIÇÃO DE HOJE: 598 PÁGINAS